REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "B" AO Nº 195 QUARTA-FEIRA, 2 DE DEZEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

VOLUME II/II

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Roberta Lys de Moura Rochael
Coordenadora de Elaboração de Diários

José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

ATA DA 62ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 6 DE AGOSTO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e oito minutos do dia seis de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador João Capiberibe**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores João Capiberibe, Dário Berger, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Randolfe Rodrigues e Vicentinho Alves. Registra-se a presença dos Deputados Federais Roney Nemer (PMDB/DF), Leonardo Quintão (PMDB/MG), Diego Garcia (PHS/PR), Flavio Garcia - Flavinho (PSB/SP), Evandro Gussi (PV/SP), Marco Feliciano (PSC/SP), Jean Wyllys (PSOL/RJ), Professor Victório Galli (PSC-MT), Eros Biondini (PTB-MG), Luiz Carlos Busato (PTB-RS) e da Deputada Federal Keiko Ota (PSB/SP). A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 24 de 2015-CDH, de autoria do Senador Magno Malta, para "Instruir a Sugestão nº 15, de 2014, que "Regula a interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde"". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: David Kyle, Diretor do filme "Blood Money"; Sonia Corrêa, Co-cordenadora do Observatório de Sexualidade de Política – Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids; Débora Diniz, Professora da Faculdade de Direito da UnB e Pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero - ANIS/UnB; Viviane Petinelli e Silva, Representante do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil; Tatiana Lionço, Professora Adjunta do Instituto de Psicologia, Conselheira do CRP/DF e Integrante do Movimento Estratégico pelo Estado Laico; Padre Paulo Ricardo; Marcia Tiburi, Professora de Pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie; Vereadora Heloisa Helena, Câmara Municipal de Alagoas. O Senhor Presidente concede a palavra à Nayara Teixeira Magalhães, da Comissão da Mulher Advogada, presente no plenário, e aos seguintes Deputados Federais: Leonardo Quintão (PMDB/MG), Diego Garcia (PHS/PR), Flavio Garcia - Flavinho (PSB/SP), Evandro Gussi (PV/SP), Marco Feliciano (PSC/SP), Jean Wyllys (PSOL/RJ), Professor Victório Galli (PSC-MT), Eros Biondini (PTB-MG), Luiz Carlos Busato (PTB-RS).

Fazem uso da palavra os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e quatro minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Vice-Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador João Capiberibe

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Declaro aberta a 62ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 24, de 2015, da CDH, de autoria do Senador Magno Malta, para instruir a Sugestão nº 15, de 2014. Na verdade, também vai assinada pelo Senador Paulo Paim.

Eu queria, de imediato, comunicar a quem nos acompanha que o Senador Magno Malta está enfermo, mas está acompanhando a audiência do seu leito e vai encaminhar seus questionamentos e suas perguntas ao longo desta audiência.

O requerimento é de autoria do Senador Magno Malta e do Senador Paulo Paim, para instruir a Sugestão nº 15, de 2014, que regula a interrupção voluntária da gravidez dentro das doze primeiras semanas de gestação pelo Sistema Único de Saúde.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Audiências públicas como esta são fundamentais no Parlamento, principalmente em uma sociedade de pouca cultura democrática como a sociedade brasileira. Nós estamos engatinhando na construção da democracia. A vida política no País é caracterizada pelo autoritarismo e pelo isolamento da maioria da sociedade brasileira.

Eu abro esta reunião fazendo este parêntese porque julgo importante deixar claro que não somos muito afetos ao contraditório; os conflitos, em geral, nós colocamos para debaixo do tapete e não trazemos para o debate. Esta audiência trata de um tema com muita controvérsia na sociedade, mas é um tema real, é um tema vivido pela sociedade, e nós não podemos colocá-lo debaixo do tapete porque ele existe e está presente no cotidiano de milhões de brasileiras e de brasileiros. Portanto, é fundamental trazer o debate para o centro, para onde tem que ser debatido, que é o Parlamento. É aqui que se elaboram as leis, é aqui que se busca harmonizar a convivência social.

Portanto, eu dou início à reunião. Nós temos oito debatedores. Nem todos chegaram. Eu vou convidar os que já chegaram para compor a Mesa.

Vamos ouvir os dois lados. Pelo que me informou a Secretaria da Mesa, há um certo equilíbrio de posições. Isso é muito importante para nós Parlamentares acompanharmos as posições diferentes que serão apresentadas ao longo da audiência pública.

Dando sequência, estamos aqui para ouvir os convidados, para falar menos e ouvir os convidados. Eu só advirto que todos os Senadores, marcando presença, têm direito a se manifestarem no momento em que julgarem oportuno, até porque as agendas dos Senadores na Casa são muito intensas, pois são muitas as comissões e cada Senador participa de várias comissões. Muitas vezes, eles frequentam esta Comissão, mas daqui a pouco estão em outra... Enfim, eles passam suas jornadas atendendo às demandas e às exigências do mandato.

Eu gostaria de convidar, agradecendo, desde já, a todos que compareceram a esta audiência pública, que atenderam ao nosso convite, o Dr. David Kyle, Diretor do filme "*Blood Money*".

Seja muito bem-vindo.

Pode se sentar.

Convido, em seguida, a Srª Sonia Corrêa, representante do SOS Corpo – Instituto Feminista para Democracia.

Se houver algum equívoco, nós vamos já corrigir. Não vai para a Ata de forma equivocada.

Com a palavra, Sonia Corrêa.

A SRª SONIA CORRÊA – Eu sou fundadora do SOS Corpo, mas, nesta reunião, represento o Observatório de Sexualidade Política, que é um projeto internacional sediado na Abia (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids), no Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Dando sequência, convido o Padre Paulo Ricardo. (*Pausa.*)

Está chegando.

Então, vamos em frente.

Srª Débora Diniz, professora da Faculdade de Direito da UnB e pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. (*Pausa.*)

A Professora Débora também não chegou. Pode ser em razão do trânsito. Em uma cidade sem metrô, sem ônibus, sem transporte de massa, cada um anda em um carro. Aí todos saem pela manhã... E cada carro leva uma pessoa. Não existe nada mais incoerente. Eu trato de dar minha contribuição, eu venho de táxi, só para não entulhar mais o trânsito.

Convido a Srª Viviane Petinelli e Silva, representante do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil. (*Pausa.*)

Convido a Srª Tatiana Lionço, professora adjunta do Instituto de Psicologia, Conselheira do CRP/DF e integrante do Movimento Estratégico pelo Estado Laico. (*Pausa.*)

Convido a Srª Marcia Tiburi, professora de pós-graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie. (*Pausa.*)

Convido a Vereadora Heloisa Helena, minha querida amiga, ex-Senadora desta Casa. (*Pausa.*)

Eu vou, rapidamente, esclarecer as regras do debate. Serão dez minutos para cada debatedor, com uma prorrogação de dois minutos. Em dez minutos se faz uma revolução no mundo.

A Professora Débora chegou.

Esclareço que o Senador Magno Malta está enfermo, está de cama, mas acompanha, à distância, esta audiência pública e que todos aqueles que nos acompanham pela internet ou pela TV Senado que queiram encaminhar questões, perguntas, podem fazê-lo.

Então, vamos abrir o debate convidando o Sr. David Kyle, diretor do filme "*Blood Money*", para fazer uso da palavra.

Quem desejar utilizar o aparelho tradutor, ele está disponível aqui na mesa. Por favor, queiram acessar, está disponível para todos.

O SR. DAVID KYLE (*Tradução simultânea.*) – Eu vou apenas mostrar alguns minutos do vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Eu escolhi esta parte do vídeo porque ela demonstra que não existe aborto seguro. Mesmo pequenas cirurgias têm risco. Assim como outras cirurgias, seja de apendicite ou qualquer outra cirurgia, o aborto também tem risco. Nos Estados Unidos, as mulheres morrem o tempo todo. Elas são machucadas o tempo todo ao fazerem abortos. E esse é apenas o aspecto físico do aborto. Existem também os aspectos mentais. Nós sabemos que alguns são disseminados, como, por exemplo, depressão, suicídio e várias outras coisas, pois elas não têm ligação com seus filhos. Portanto, existem muitos aspectos do aborto que afetam as mulheres e suas famílias, porque, quando a mulher é afetada, ela também afeta diretamente sua família.

Antes de continuar, eu gostaria apenas de dizer que vocês têm uma oportunidade perfeita no Brasil porque vocês podem debater a questão, vocês podem falar a verdade para as pessoas. Nos Estados Unidos, o aborto foi imposto para a nossa sociedade pela Justiça. Não tivemos o debate que vocês estão tendo agora. Então, para mim e para vocês, é uma ótima oportunidade de falarmos a verdade. E a verdade é que o aborto é ruim, o aborto é perigoso.

Esta é a Comissão de Direitos Humanos, e o principal direito humano é a vida. Ninguém pode duvidar disso. Então, se você apoia os direitos humanos, como você pode apoiar também o aborto? Se você retira esse direito primário dos bebês, se você desconsidera esse direito, então todos os outros direitos não importam.

Eu acredito que um governo que está disposto a retirar esse direito primário é um governo tirano, que está fazendo algo que não deveria fazer. Os governos devem proteger os nossos direitos, devem proteger as nossas vidas, não destruí-las.

Também estamos falando de direitos das mulheres. Cinquenta por cento dos bebês que são mortos são mulheres, são meninas. Como vocês podem defender os direitos das mulheres, defender o aborto, se vocês estão matando bebês que são meninas?

Recentemente, eu estive no Chile. Lá eles estão tentando aprovar leis de aborto. Eu falei sobre os padrões ocidentais. Antigamente, havia sociedades que matavam bebês e adultos em sacrifícios humanos, e nós olhamos para essas sociedades como sendo erradas. Na verdade, é isto que estamos fazendo hoje em dia nos Estados Unidos e em todo o mundo: nós estamos sacrificando nossas crianças. Mas por quê? Na maioria das vezes, por dinheiro. É o dinheiro que importa. No Chile, eles falam em elevar seus níveis aprovando o aborto. Na minha opinião, eles não estarão elevando o seu nível; na verdade, estarão diminuindo seus padrões. Os padrões do meu próprio país, os Estados Unidos, eu diria que são baixos.

Portanto, é extremamente importante que, ao falarmos em direitos humanos, em direitos das mulheres, entendamos que o aborto não deve ser uma opção. Como sociedade civilizada, nós devemos cuidar das pessoas que não podem se defender, desses bebês que não podem se defender. Nós temos que cuidar daqueles que não podem se defender. É isto que uma sociedade civilizada faz. Ela não mata as pessoas que não podem se defender, não mata aqueles que não podem cuidar de si mesmos.

O meu filme foi chamado de "*Blood Money* – Aborto Legalizado". Originalmente, nós o chamamos de "Holocausto Americano" ("*American Holocaust*"), mas, à medida que nós fizemos essas entrevistas, nós vimos que essa questão do dinheiro aparecia o tempo todo. Quando nós começamos o filme, não estávamos nem pensando nessa questão do dinheiro, mas, para cada entrevista que nós fazíamos, até com as mulheres que tinham feito aborto, elas falavam do dinheiro, porque elas eram pressionadas. Elas recebiam informação de que, se elas não fizessem naquele momento, elas teriam que pagar ainda mais.

E, à medida que nós fomos investigando cada vez mais esse aspecto monetário, nós entendemos que não tinha nada a ver com apoiar as mulheres, mas com dinheiro. Bilhões de dólares são ganhos quando nós matamos essas crianças. A mesma coisa vai acontecer aqui, no Brasil, se vocês permitirem o aborto.

Recentemente, nós vimos algumas pessoas vendendo partes de bebês. Nós nunca tivemos a oportunidade de filmar isso antes, mas agora nós temos um grande escândalo acontecendo, porque, além de retirar o dinheiro das mulheres para que elas façam o aborto, estamos vendo que esses médicos ganham dinheiro com órgãos desses fetos.

Realmente, é muito estranho que nós, no mundo moderno, pensemos que, se essa criança é uma inconveniência, vamos apenas jogá-la fora, da mesma forma como jogamos fora várias coisas da nossa sociedade. Nós realmente vivemos uma sociedade descartável. Quando nós temos um carro velho, compramos um carro novo. Nós simplesmente jogamos as coisas fora.

Por que faríamos isso com a vida também? Por que jogaríamos fora algo tão importante quanto a vida? Nós estamos jogando fora as nossas gerações futuras. O mundo ocidental, os países ocidentais estão em declínio, e parte da razão desse declínio da população são os abortos. Vocês vão ver a mesma coisa acontecendo aqui, no Brasil.

Por que vocês querem destruir a sua geração futura? Por que vocês querem destruir as pessoas que vão cuidar de vocês, que vão proteger seu País?

Para mim, isso não faz sentido algum.

Para mim, é impressionante que as pessoas que são a favor do aborto digam o que dizem e falem de direitos humanos. Na minha mente, nós é que defendemos os direitos humanos. Nós é que acreditamos na vida. A vida é um direito básico fundamental, primordial em tudo. A vida vem antes de tudo.

Vemos uma civilização que fala de direitos humanos e fala de aborto. Nos Estados Unidos, nós temos milhões de crianças que são mortas por aborto. Então, as famílias, nos Estados Unidos, todas, são afetadas pelo aborto, de alguma forma. Por que vocês, aqui, no Brasil, querem se colocar nessa situação? Não faz sentido! O aborto destrói relacionamentos, famílias. Por que é que vocês fariam isso?

É isto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado pela exposição.

Eu gostaria de destacar a presença aqui do Deputado Federal Diego Garcia, do Paraná.

Seja muito bem-vindo, Deputado.

Agora nós podemos dispensar o intérprete.

Engraçado, eu morei muitos anos na América do Norte e não aprendi a dar um bom-dia em inglês. Não é possível! Morei no Canadá francês, e numa época de polaridade. Aí, aprendi francês, mas não falo um bom-dia em inglês. Isso é grave. Mas, enfim, faz muita falta.

Temos a presença da Vereadora e Senadora Heloísa Helena, que muito nos honra com sua presença.

A senhora é muito bem-vinda, Senadora.

Eu estava querendo organizar todos aqui na Mesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não há como.

Deixe-me ver como vamos nos organizar, porque o Padre Paulo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Nós estamos providenciando cadeiras. Assim que chegarem... Nós temos aqui o Padre Paulo Ricardo, que também já está presente, e a Senadora, que compõem esta Mesa. Nós somos oito. Em função disso, nós estabelecemos um tempo um pouco espremido, de dez minutos para cada um, com uma prorrogação de dois minutos, para que todos tenham oportunidade de se manifestar e, depois, possamos fazer os questionamentos, as perguntas pertinentes.

Chegaram as cadeiras? (*Pausa.*)

Então, eu tenho a satisfação e a honra de convidar a Senadora Heloísa Helena e o Padre Paulo. (*Palmas.*)

Padre Paulo, vamos providenciar uma cadeira para o senhor. O lugar já está garantido.

Muito bem. Com a palavra, a Srª Sonia Corrêa, co-coordenadora do Observatório de Sexualidade de Política da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia).

Eu acertei agora?

A SRª SONIA CORRÊA – Acertou.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Com a palavra.

A SRª SONIA CORRÊA – Muito bom dia a todas e a todos!

Bom dia à Mesa!

Eu quero iniciar agradecendo à Comissão de Direitos Humanos, em especial ao Senador Magno Malta, ao Senador Paulo Paim e ao Senador Capiberibe, que está conosco hoje, pelo convite, pelo privilégio, quero mesmo dizer, de estar aqui hoje.

Minhas reflexões sobre esse debate, certamente incompletas, são acerca do aborto como questão da democracia. Nesse sentido, eu acho que vou retomar ideias que foram avançadas no início da reunião pelo Senador.

Como ele bem disse, o Brasil é um país democrático, mas a democracia brasileira, embora consolidada em alguns aspectos, é muito frágil em outros, e não estamos isentos das tentações autoritárias. A democracia deve, portanto, ser alargada, aprimorada, aprofundada, e eu acho que este debate sobre o aborto é um caminho, abre espaço nessa direção.

Outro aspecto, não menos importante, é que estou convencida de que as reformas das leis criminais que devem ser parâmetros para orientar o debate nacional nessa matéria são aquelas que resultaram da deliberação democrática na sociedade, nos Parlamentos, nas Cortes sobre o direito das mulheres de decidir sobre a reprodução.

O escopo geográfico dessas reformas é muito amplo: vai das reformas legais dos anos 60 e 70 na Europa e nos Estados Unidos às reformas e decisões constitucionais recentes em muitos outros contextos, como Colômbia, Portugal, Distrito Federal do México e, próximo de nós, o Uruguai, mas também a África do Sul, o Nepal e Moçambique.

Eu penso que é vital sublinhar esse aspecto porque, na história contemporânea, moderna, das leis do aborto, há registros dramáticos de legislações autoritárias e coercitivas, de que o caso chinês é o exemplo mais debatido porque continua vigente. A perspectiva feminista, que é a minha, que reivindica o direito de decisão reprodutiva às mulheres, repudia, de maneira forte, as leis e políticas de aborto compulsório, assim como também medidas estatais que coagem as mulheres à procriação compulsória, de que o exemplo mais recente é o caso da Romênia, durante o regime Ceausescu.

É preciso reiterar sistematicamente esse repúdio quanto a ambas manifestações da coerção reprodutiva porque, no debate sobre aborto, temos ouvido muitas vezes – e ouvimos aqui hoje de novo – a tese segundo a qual a nossa defesa do aborto teria um objetivo impositivo.

O tratamento do aborto como uma questão da democracia tem outras angulações.

Como componente da pauta mais ampla de direitos sexuais reprodutivos, que também inclui o acesso à saúde reprodutiva, o aborto está inscrito no arcabouço geral dos direitos humanos cuja realização está condicionada à gestão democrática das sociedades, ou, numa linguagem jurídica formal, à existência e ao aprimoramento do Estado de direito.

Mas há outro aspecto menos debatido na relação entre autonomia reprodutiva das mulheres e democracia.

Hoje, no Brasil, assim como na maioria dos países, a igualdade entre os gêneros e a participação igualitária das mulheres em todas as esferas da vida são reconhecidas como um indicador forte de desenvolvimento humano e democrático. É preciso lembrar, contudo, que, no século XIX e início do século XX, quando a maioria das leis que criminalizam o aborto foram adotadas, as mulheres estavam excluídas dos direitos formais de cidadania, mesmo quando engajadas em atividades econômicas de caráter público, e continuavam sujeitas ao poder do *pater familias*, na esfera privada.

Mesmo nos anos 30 e 40, quando, em países latino-americanos como o Brasil, foram reconhecidos o direito ao voto e os direitos trabalhistas das mulheres e ampliou-se o acesso à educação feminina, as restrições criminais à decisão reprodutiva foram mantidas.

Por essa razão, eu penso que é instrutivo retomar aqui a elaboração desenvolvida pela juíza Ruth Ginsburg, da Suprema Corte Americana. No seu voto dissidente na recente da decisão sobre o caso que ficou conhecido como Hobby Lobby, ela diz o seguinte:

A habilidade das mulheres de participar em condições na vida social e econômica da nação foi facilitada por sua habilidade de decidir sobre a vida reprodutiva. O corolário disso é que restrições sobre a autonomia reprodutiva restringem a participação plena das mulheres na sociedade e, portanto, produzem um déficit democrático.

Uma terceira angulação diz respeito aos significados problemáticos de preservação e ampliação da lei criminal – ou seja, a hipercriminalização – como recurso de pedagogia estatal para correção de "males sociais" – entre aspas – em condições democráticas.

Num debate recente sobre direitos humanos na América Latina, Emilio Álvarez, Secretário Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sublinhou, corretamente, que, a despeito da consolidação democrática dos últimos 30 anos, a nossa região vive hoje a pior crise carcerária da sua história. Nunca tantas pessoas estiveram presas em condições tão precárias e sujeitas a violações brutais de direitos humanos. Essa crise, em grande medida, decorre do apelo ideológico crescente ao recurso do poder punitivo. Nas palavras de Maria Lúcia Karam, "o quadro vivido neste tempo, proporcionando um campo extremamente fértil para a intensificação do controle social, proporciona e alimenta o crescimento da demanda de maior repressão, de maior rigor punitivo, de maior intervenção do sistema penal".

Essa incontestável ideologia da punição está imbricada com a chamada guerra contra as drogas e seus efeitos nefastos. E é a isso que Maria Lúcia Karam se refere nessa observação. Mas eu entendo que a preservação da criminalização do aborto e propostas hoje sobre a Mesa que ampliam a punição da prática podem e devem ser analisadas através dessas mesmas lentes que apontam para a contradição estrutural entre o aumento do poder punitivo e as regras de governança democrática.

Numa entrevista clássica hoje, o juiz Torres já apontava para essa disjunção, ao lembrar que "a criminalização do aborto tem sido absolutamente inútil, ineficaz e ineficiente para conter a prática dessa conduta. [...] Mas a criminalização do aborto viola também o princípio da subsidiariedade, que determina que, no processo democrático de criminalização, devem ser considerados os benefícios e os custos sociais causados pela adoção da medida proibicionista criminalizadora".

Nunca é demasiado lembrar que, no Brasil e em outros países, a aplicação da lei penal é seletiva, afetando de maneira mais drástica as mulheres pobres, negras e socialmente excluídas. Seja no caso do aborto, seja no de outras práticas, estaremos sempre frente a uma correlação perversa entre criminalização, desigualdade e déficit democrático.

Para finalizar, muito brevemente, quero tratar aqui de duas condições que, a meu ver, asseguram a continuação do debate democrático sobre criminalização do aborto no Brasil.

A primeira é a garantia e a qualidade da deliberação democrática. O tema do aborto, como outros temas, não é um tema trivial e, portanto, requer respeito, escuta, abertura ao diálogo, condições que têm sido bastante escassas no debate brasileiro sobre muitas questões, mais especialmente sobre questões que se situam no campo da sexualidade e da reprodução.

Finalmente, mas não menos importante, os princípios de laicidade e a secularidade, a distinção entre esfera religiosa e esfera política são também condições necessárias para o processamento efetivamente democrático acerca do direito ao aborto seguro e legal, pois, em muitos contextos onde há restrições à liberdade reprodutiva das mulheres, elas têm origem no dogmatismo religioso.

Além disso, devemos pensar que não há democracia sem laicidade, e a laicidade é garantia de liberdade religiosa, mas também de liberdade de expressão, consciência e livre adesão filosófica.

Nesse sentido, contudo, é preciso lembrar que existe coerção reprodutiva de caráter secular, e o exemplo chinês é, talvez, o mais conhecido, como eu disse antes. No caso brasileiro em especial, nossa laicidade novecentista arrasta consigo marcas oligárquicas, patriarcais, racistas da Velha República, que, entre outras coisas, legou-nos a criminalização das mulheres que abortam.

(Soa a campainha.)

A SRª SONIA CORRÊA – Ou seja, não se trata apenas de resgatar, de maneira idealista, os marcos normativos, mas, sim, de reinventar ou refundar as premissas de laicidade num mundo que é hoje interpretado por vários autores como sendo pós-secular.

Eu espero que as minhas reflexões tenham contribuído nesse sentido.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Eu acho que nós estamos realmente muito precisos em relação ao tempo, apresentando ideias muito concisas. Muito bom.

Dando sequência, há algumas pessoas que estão presentes que gostariam de se manifestar, mas nós temos limite de tempo. Então, nós vamos abrir para, no máximo, quatro pessoas, duas defendendo cada posicionamento sobre o tema, para que tenhamos equilíbrio nas posições aqui. Eu falei do déficit democrático que nós temos, e nós tentamos superar isso tratando de ouvir, da maneira mais ampla, as manifestações do conjunto da sociedade.

Eu passo a palavra para a Profª Débora Diniz, professora da Faculdade de Direito da UnB e pesquisadora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero.

Professora, a senhora está com a palavra.

A SRª DÉBORA DINIZ – Muito obrigada, Senador João Capiberibe, na pessoa de quem eu saúdo todas as minhas colegas de Mesa.

O meu papel hoje aqui é apresentar os dados do que nós sabemos pela ciência brasileira. Ou seja, o máximo possível, eu tentarei resumir os melhores estudos e os dados.

Eu ouvi, antes de mim, um apresentador dizendo que ele falaria aqui em nome da verdade. Uma outra forma de apresentar a verdade é falar, em nome da ciência, em um Estado laico.

Uma em cada cinco mulheres realizou pelo menos um aborto aos 40 anos. Esse foi o principal resultado da Pesquisa Nacional de Aborto, um estudo com amostra populacional domiciliar cuja coleta de respostas foi por uma técnica chamada técnica de urna. Essa é uma metodologia que permite que as pessoas que respondem às perguntas de pesquisa tenham garantido o seu sigilo para aquilo que elas tenham razões para não responder a verdade ou para ter medo daquilo, que já foi dito aqui, que é o uso do braço penal do Estado.

Não sabemos quantas mulheres abortam a cada ano no País, mas sabemos, em uma fotografia de hoje, que, entre 18 e 39 anos, 7,4 milhões de mulheres já abortaram em algum momento da vida. Eu esclareço: eu não estou dando um dado do último ano, mas, neste recorte das mulheres entre 18 e 39 anos, fazendo aqui uma aproximação de vizinhança com a apresentadora que me antecedeu, 7,4 milhões de mulheres deveriam estar no sistema penal brasileiro. É disto que nós estamos conversando, é disto que nós estamos falando hoje aqui.

Mas quem são elas? As mulheres comuns, mulheres como as que hoje estão aqui, mulheres como aquelas que nos ouvem. Elas têm filhos; elas são jovens; elas têm entre 22 e 29 anos; elas têm religião, como aquelas que hoje aqui estão representadas para falar contra o aborto; elas têm um companheiro.

Eu falarei adiante das adolescentes – e me permitam a palavra que, no nosso léxico, pode parecer uma palavra de maus modos para uma Casa como esta – e das putas: dois espectros de mulheres que alimentam a fantasia daqueles contrários à legalização do aborto, pois a imagem da mulher que aborta para os que defendem a vida do embrião não é a da mulher comum, mas a da outra, a adolescente ou a puta ou, o pior possível para o imaginário desses que imaginam que são mulheres muito diferente das mulheres comuns, a adolescente puta. Mas pouco conhecemos dos estudos sobre essa população. A mulher comum de nossas pesquisas de prancheta, à beira do leito ou por gravadores – eu repito – é comum, é igual a todas as que conhecemos.

Falar do aborto no Brasil é falar das necessidades de saúde das mulheres comuns. Isso deveria deixar o assunto ainda mais simples. Não são práticas sexuais de grupos de risco, como gosta a terminologia epidemiológica, mas da sexualidade das mulheres que gritam ao aborto. E, para enfrentar a moral hegemônica contrária ao aborto, ora falamos que o aborto é uma questão de saúde pública, ora arriscamos descrevê-lo como uma questão de direitos humanos das mulheres.

A verdade é que as consequências da criminalização do aborto, a clandestinidade da prática faz do aborto uma situação de calamidade pública no Brasil. Cinquenta por cento das mulheres que abortam finalizam o aborto em hospitais públicos – algumas morrem; muitas sangram. Este é o risco do aborto, e não o uso de medicamentos, não o aborto realizado em condições seguras.

Uma afirmação quase ingênua e tautológica de que todo procedimento de saúde carrega risco colocaria em risco o próprio processo evolutivo da humanidade. Sim, qualquer intervenção de saúde carrega riscos. Mas o que significa essa categoria moral de risco para contrariar o direito ao aborto? É simplesmente infantilizar as mulheres e não reconhecer que nós avançamos em saber como fazer um aborto em condições seguras.

Para ignorar que o aborto é uma necessidade de saúde da mulher comum, portanto, típica à vida reprodutiva das mulheres, é preciso espetacularizar o debate político por espectros da mulher comum. "Ela é uma mulher inconsequente [dizem eles], irresponsável, de sexualidade frívola!", e suas duas representantes são as que eu acabo de mencionar, a adolescente e a profissional do sexo.

Do outro lado da frivolidade das mulheres está o embrião, estão os representantes de comunidades religiosas, esses personagens que representam os melhores cuidados às mulheres ou os interesses em conflito com uma mulher que deseja abortar. Os termos finais são de uma mulher inconsequente cometendo um infanticídio.

Eu peço aos senhores e senhoras uma tranquilidade para enfrentarmos esse debate: não estamos falando de infanticídio; estamos falando de embriões até as 12 primeiras semanas de desenvolvimento no útero de uma mulher.

A mulher comum, a puta ou a adolescente abortam de maneira semelhante: usam comprimidos isolados ou combinados com chás, ervas ou garrafadas. Aprendem com outras mulheres onde comprar os comprimidos, que devem ser usados sempre à noite, em casa, em silêncio e sozinha, momento em que ela expulsa a bola de sangue e, portanto, deve buscar um serviço de saúde ou conforto com o padre ou o pastor da sua comunidade. Ela aprende a regra do silêncio, a desconfiar de quem deveria protegê-la: os seres do jaleco branco ou os homens de batina preta.

Os comprimidos recebem o nome genérico de Cytotec, que são usados em combinação com Aspirina, Novalgina ou Sonrisal. As doses variam, e não sabemos por que variam tanto. Ou são subdoses intencionais para finalizar o aborto em um hospital, ou subdoses por acesso ao comprimido por razões financeiras.

As mulheres compram sem saber a procedência ou a composição do medicamento. O vendedor, em geral um homem, lhe assegura ser o Cytotec. Junto aos comprimidos avulsos, bilhetes indicam como utilizá-lo: um creme de aplicador vaginal, pernas pra cima, anti-inflamatórios profiláticos.

O vendedor é um tipo da comunidade, um balconista de farmácia, sujeito especializado em medicamentos para o corpo. No cardápio está o aborto, mas sem qualquer particularidade de especialidade para o vendedor. Ele é um comércio não tanto lucrativo: entre R$10,00 e R$50,00 é o comprimido. Com variações regionais e de classe, esse é o itinerário das mulheres que abortam no Brasil. Algumas agregam água inglesa nos dias subsequentes, outras indicam ultrassonografia antes e depois do aborto.

As casas de "aborteiras" com sondas e bacias imundas saíram de cena. Ainda existem, mas não é delas que a mulher comum depende para o aborto clandestino. As clínicas clandestinas ainda existem, e 50% das mulheres não usaram remédio para abortar, especialmente as mulheres mais velhas.

Como pesquisadores, não sabemos quase nada do universo oculto das clínicas clandestinas no Brasil. Quem nos conta o que ali se passa são os jornalistas, a polícia ou escândalos de mulheres mortas e queimadas. Quanto mais jovem for a mulher, o Cytotec é o método mais comum e único.

Teresina é a capital mais pobre do País. Ali, nós acompanhamos, durante seis meses, as adolescentes que chegaram para o aborto clandestino. Foram 131 adolescentes que esperavam uma curetagem uterina, e nós entrevistamos 30 delas. Das 30, 28 utilizaram o Cytotec sozinho e duas combinaram com chás e ervas. Elas tinham entre 10 e 19 anos! Entre 10 e 19 anos! Uma em cada quatro já estava na segunda gravidez e quase a metade delas só tinha ensino fundamental.

Como a mulher comum, só mais jovem que o perfil nacional, a adolescente de Teresina que abortou era negra, pouco escolarizada. E 80% delas abortaram antes da 12ª semana.

As prostitutas também foram de Teresina. Entrevistamos 310 mulheres que se apresentavam com profissionais do sexo. Entre 18 e 39 anos, quanto mais jovem, mais comum o uso do Cytotec – 70% delas.

(Soa a campainha.)

A SRª DÉBORA DINIZ – As mais velhas ainda conheceram sonda e chá de boldo. Metade delas realizou um único aborto.

Em pior situação que a mulher comum, as prostitutas são menos educadas, mais pobres e se arriscam mais ao realizar um aborto.

A mulher comum, a adolescente e a prostituta de Teresina são, todas, mulheres comuns. Fiz uma falsa classificação somente para provocar o absurdo de nossos regimes de julgamento moral sobre a sexualidade, a reprodução e as escolhas reprodutivas. O aborto fala de nós, de vocês, mulheres comuns. Marcadores sociais de desigualdade, como juventude, classe e cor, agudizam a precariedade da vida dessas mulheres. É a lei penal que mata, interna e sangra as mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado. Obrigado pelo cumprimento do tempo também, que é fundamental.

Nós estamos sendo acompanhados pelos meios de comunicação do Senado Federal. E este debate, esta audiência pública está tendo uma audiência inusitada. Nós já recebemos 700 mensagens. Estamos selecionando algumas. Não será possível ler tantas mensagens, mas estamos selecionando, dentro do espírito que prevalece aqui, na Comissão de Direitos Humanos, mensagens que argumentam pelos dois lados.

E eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para esclarecer os objetivos desta audiência pública. É que a Sugestão Legislativa nº 15, de 2015, que nós estamos debatendo, propõe que a interrupção da gravidez seja considerada um ato médico. Ou seja, ela somente poderá ser realizada por um profissional de Medicina e respeitando a regulamentação em lei através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa sugestão que iremos debater, que estamos debatendo, foi apresentada mediante mais de 20 mil assinaturas e propõe as seguintes regras que irei resumir a seguir. É o que propõe essa sugestão, para que a gente se situe e situe aqueles que acompanham este debate.

Um: a interrupção voluntária da gravidez seria considerada um ato médico, podendo ser realizada apenas pelo profissional de Medicina capacitado.

Dois: a interrupção seria realizada, obrigatoriamente, através do Sistema Único de Saúde, em todas as suas instituições capacitadas para tal, de forma a evitar vínculos comerciais nos procedimentos médicos e realizações do aborto voluntário. Nós temos dois sistemas de saúde, um privado e um público.

Três: os profissionais de saúde do SUS – Sistema Único de Saúde poderiam declarar objeção de consciência para não realizar o correspondente ato médico e, assim, estariam isentos de fazê-lo, sendo substituído por outro profissional capacitado.

Quatro: a lei e as regulamentações definiriam condições adequadas para fornecer às usuárias do SUS informações sobre a interrupção da gravidez através de uma equipe multidisciplinar que ofereceria todas as condições para a mulher optar, ou não, pela realização do aborto, inclusive com a execução de programas sociais de adoção e outras alternativas socioeducativas, bem como o programa de apoio à mulher para apoiá-la nesse momento difícil.

Quinto e último: qualquer interrupção da gravidez, aborto voluntário, realizada fora dessas regras aqui resumidas, detalhadas na Sugestão nº 15, continuaria sendo ilegal, conforme os padrões da legislação atual.

Portanto, são essas as cinco sugestões que nós estamos buscando esclarecer ao máximo, porque, em algum momento, nós vamos ter que legislar sobre essas sugestões.

Dando sequência, aqui estão as perguntas dos telespectadores e internautas.

Eu passo a palavra à Srª Viviane Petinelli e Silva, que é representante do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil.

Com a palavra.

A SRª VIVIANE PETINELLI E SILVA – Bom dia a todos!

Vou pedir para ligar o PowerPoint, por favor.

Agradeço o convite do Senador Magno Malta e do Senador Paulo Paim e cumprimento o Senador João Capiberibe e os demais membros da Mesa e todos e todas as presentes aqui e também *on-line* na audiência interativa.

Eu gostaria de propor, como economista e cientista política, uma reflexão um pouco diferente da que nós temos visto e temos tido nessas três audiências até aqui. Eu gostaria de refletir sobre o futuro do nosso País no caso de uma possível legalização do aborto. E aí, quando eu falo de futuro, eu falo de impactos socioeconômicos para as nossas instituições.

Eu vou pedir licença, porque está me atrapalhando. Só um minutinho, é porque estão falando no meu ouvido.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Peço à Secretária...

A SRª VIVIANE PETINELLI E SILVA – Se puderem parar o meu tempo, por gentileza, porque é difícil...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Pois não.

Peço desculpas em nome da Comissão.

A SRª VIVIANE PETINELLI E SILVA – Então, só retomando, para ficar claro, vou refletir sobre os impactos socioeconômicos que uma possível legalização do aborto trará para o nosso País.

Tenho oito minutos.

Então, serei bem breve nos meus apontamentos, mas, primeiro, quero trazer as implicações que nós já sabemos sobre a legalização do aborto nos demais países do mundo. E, depois, eu quero analisar o caso brasileiro e trazer os impactos esperados para o Sistema Único de Saúde, que é a sugestão de lei, e para a Previdência Social.

Então, começando, nós sabemos que a legalização do aborto aumenta o número de abortos provocados realizados em um país. Se olharmos o caso dos Estados Unidos, com o caso emblemático de 1973, em que o aborto é legalizado, nós temos um crescimento inicial acentuado. Se passarmos, então, para a Inglaterra e o País de Gales, desde 1969 – e lá o aborto foi legalizado em 1967 –, também os números vão crescendo anualmente. E, no caso do Canadá também, nós temos um crescimento que continua até muito recentemente.

Esse crescimento no número de abortos impacta diretamente a taxa de crescimento de um país, uma vez que o aborto reduz a taxa de natalidade de uma determinada nação. E a taxa de natalidade é um dos indicadores que nós usamos para medir um crescimento populacional.

Então, se pegarmos uma taxa de crescimento nos Estados Unidos, desde 1961 até os dias atuais, nós vemos um completo desequilibro nessa taxa, variando entre 1,5% ao ano até uma baixa de 0,7% em 2012. Da mesma forma, na Inglaterra e no País de Gales, a curva é semelhante; existe um desequilíbrio, passando de um, atingindo um índice negativo lá em 1981 e 1982, e só agora retomando recentemente uma taxa de crescimento positivo. No Canadá, nós temos também um gráfico semelhante, com essas variações ao longo do tempo na taxa de crescimento.

E aí eu gostaria, então, de entrar no caso brasileiro. Atualmente, no Brasil, nós vivemos um período de bônus demográfico. O que isso significa? Nós estamos no momento ideal para implementarmos ações que nos possibilitem ter um desenvolvimento socioeconômico sustentável.

A nossa taxa de crescimento é a ideal. Nós temos quase 81% da população hoje em idade ativa, ou seja, uma população economicamente ativa, e uma razão de dependência – que é a quantidade de crianças e de idosos que precisa de alguém em idade economicamente ativa, trabalhando, gerando renda – de 45,9%. Ou seja, nós estamos num momento em que, se investirmos corretamente em nosso País, em reformas previdenciárias, em educação, em políticas sociais, políticas de saúde, nós, a partir, da década de 30, começaremos a viver um desenvolvimento sustentável para o nosso País.

Então, a taxa de crescimento do Brasil, se vocês perceberem, sem interferência governamental, sem medidas governamentais, vai decrescendo ao longo do tempo sem esses picos que uma possível legalização do aborto provoca. Nós temos ali uma taxa de 3%, caindo hoje para 1,2 ou 1,3% ao ano, num nível ideal, sem que precisássemos – e o nosso Governo realmente pouco se posicionou a respeito – fazer movimento nesse sentido.

E quais seriam as causas? O que explicaria isso?

Existem diversos fatores, diversos aspectos, e ali eu cito alguns: alguns autores vão dizer que é o processo de proletarização, diversificação da cesta do consumo, que fez com que o planejamento familiar fosse alterado no nosso País; expansão de políticas sociais; industrialização, urbanização e um maior número de mulheres no mercado de trabalho; e a maior autonomia das mulheres.

Hoje, portanto, nós vivemos uma janela de oportunidade que se caracteriza por uma relação positiva entre a população economicamente ativa e o total de crianças e idosos que são dependentes no nosso País.

Essa janela se abre a partir de 1970, e logo, em duas décadas, ela se fechará. Então, rapidamente, eu já adiantei, essa janela foi criada por uma redução na taxa de mortalidade, natalidade e de migração, gerando para nós, hoje, uma razão de dependência pequena, uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho e uma população em idade ativa que nos permite, então, criar as condições ideais para sustentar o nosso País em termos sociais e econômicos a partir da década de 30.

Como aproveitar essa janela?

Os demógrafos e os especialistas nesse sentido vão dizer que nós precisamos investir em produtividade e infraestrutura, em criação de empregos, em educação técnica e superior e em uma reforma previdenciária, porque o nosso regime de contribuição é um dos mais generosos do mundo, e isso não se sustentará em longo prazo. Precisamos modificar regras de aposentadoria e regras da contribuição recebida.

Quais, então, as implicações de uma legalização do aborto?

Aqui eu estou pensando no futuro. O aborto é, sim, uma questão atual, mas o problema não é o aborto. O aborto é consequência de um problema, que é a gravidez indesejada. A gravidez indesejada é o problema com o qual nós precisamos lidar.

E como lidar com a gravidez indesejada? Com as causas dela. As causas dela não são o aborto. São anteriores a isso. Então, vamos supor que legalizemos o aborto no nosso País. Nós criaremos, então, um novo item de despesa para o Sistema Único de Saúde. Sabemos hoje que uma consulta médica no SUS custa R$10 e podemos dizer que, tomando como base os demais países que já legalizaram o aborto, como os Estados Unidos, em que o custo mínimo é de US$500, no Canadá US$800, na Inglaterra aproximadamente €400, vamos dizer que o nosso aborto custe aqui, para o Sistema Único, R$500, devido a todo o procedimento, à infraestrutura necessária. Ou seja, cada aborto realizado custaria R$510.

E aí, como muitos têm dito aí – a professora Débora até falou que esses números não são verdadeiros de fato, mas têm saído na mídia –, vamos dizer que, no primeiro ano, um milhão de mulheres façam aborto no nosso País. Isso custaria ao Sistema Único de Saúde apenas R$510 milhões. E R$510 milhões hoje correspondem a 3% do Orçamento do Ministério da Saúde. Para vocês terem ideia, o programa Rede Cegonha gasta hoje anualmente – dados de 2014 – R$290 mil/ano. Programas de saúde de assistência da mulher estão nessa faixa também de gastos. Então, nós estaríamos gerando para o Sistema Único de Saúde uma despesa de 3% do seu Orçamento inicial...

(Soa a campainha.)

A SRª VIVIANE PETINELLI E SILVA – ... porque, como eu disse, o aborto vai aumentando a cada ano.

Para a Previdência, haveria uma elevação dos custos previdenciários, uma perda do nosso bônus demográfico, e as próprias mulheres que abortam e defendem o aborto vão, elas mesmas, colher essas consequências, porque nós estamos falando daqui a 30 anos. Então, a mulher que aborta hoje é a mesma mulher que vai sofrer com o sistema previdenciário deficitário, sem assistência; é ela mesma que, na sua idade avançada, vai colher essas consequências. Nós não estamos falando do filho que não nasceu. É de nós mesmas que abortamos. Nós mesmas é que vamos colher essas consequências.

Então, terminando, o aborto e a sua legalização não trarão impactos positivos para a sociedade brasileira em nenhum aspecto. Em nenhum. Até porque, como eu mencionei, o aborto não é o problema. Nós precisamos lidar com o problema. O problema é a gravidez indesejada.

Então vamos à gravidez indesejada. Como? Planejamento familiar, educação sexual.

Vamos ensinar às nossas adolescentes, vamos ensinar às nossas jovens e, além disso... Por que as pessoas que a professora Débora citou – as que foram entrevistadas –, não receberam uma assistência psicológica? Elas não precisariam abortar. Por que não levar a gravidez e doar o seu filho para a adoção? Nós temos saídas que trarão benefícios, não prejudicarão social e economicamente o nosso País e lidarão com o problema de fato, que é a gravidez indesejada. O aborto é uma consequência; ele não é o problema.

(*Soa a campainha.*)

A SRª VIVIANE PETINELLI E SILVA – Então, vamos lidar com as suas causas. Vamos investir esses R$500 milhões em programas de educação familiar, em programas de adoção, em centros de apoio à mulher com gravidez indesejada, e, aí sim, não teremos esses abortos provocados clandestinamente no nosso País.

Eu tenho 40 segundos, Sr. Senador. Eu gostaria de pedir que trouxessem a minha sacola. Hoje eu represento aqui 32 mil pessoas que assinaram um abaixo-assinado em favor da vida. Essas pessoas são de todo o Brasil. Esse abaixo-assinado será protocolado no encerramento desta nossa reunião: são 32 mil assinaturas físicas, aqui comigo, pró-vida. Nós queremos, sim, nossas mulheres vivas, mas também queremos as crianças vivas.

Muito obrigada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado. Obrigado. Obrigado pelos aplausos.

Vamos dar sequência. Eu queria destacar aqui a presença do Deputado Federal Roney Nemer...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Também, também do Deputado Leonardo Quintão, da Deputada Keyko Ota. Sejam muito bem-vindos à Comissão de Direitos Humanos do Senado. Para nós é uma honra recebê-los e também receber todos aqueles que prestigiam esta audiência pública.

Eu gostaria de ler aqui duas manifestações das milhares que já chegaram até nós. O melhor critério ainda é o do equilíbrio.

Milena Evangelista nos manda um *e-mail* dizendo:

Sou contra a legalização do aborto, tendo em vista que o Governo tem várias outras soluções para resolução de um problema se resume a ser social. Educação, acabar com a burocracia de quem quer se esterilizar resolveria mais da metade desses problemas; matar vida não resolve o problema.

O Irineu Dias: "Sou a favor do aborto nas primeiras semanas, pois inúmeras famílias não possuem as mínimas condições sociais e psicológicas de educar uma criança".

Dando sequência, passo a palavra à Professora Tatiana Lionço, professora adjunta do Instituto de Psicologia, conselheira do CRP do Distrito Federal e integrante do Movimento Estratégico pelo Estado Laico.

Com a palavra.

A SRª TATIANA LIONÇO – Obrigada. Inicialmente, eu gostaria de congratular o Senador Capiberibe pela coordenação da Frente Parlamentar Progressista e desejar proximidade com o diálogo da luta das mulheres. Muito obrigada, Senador.

Gostaria também de dizer que poderiam dispor do direito à manifestação sobre a sugestão de ideia legislativa, sobre a qual nos debruçamos agora. Hoje e aqui somos algumas poucas mulheres com direito a fala e, evidentemente, buscamos ampliar o debate a partir de distintas representações institucionais, embora estejamos muito longe de representar a pluralidade das mulheres na sociedade brasileira.

Ressalto por isso todo o meu respeito por distintos modos de entender a matéria por parte de outras mulheres que não puderam estar aqui hoje, mas tornando evidente que tomar uma posição – e o farei em minha pessoa e também do meu lugar preciso de representação – é fundamental para que possamos continuar defendendo a livre consciência e a livre expressão sobre os nossos próprios direitos em uma sociedade democrática.

Sobretudo a participação se faz importante numa época em que este Congresso Nacional não considerou urgente e relevante a ampliação da representatividade de mulheres nas Casas Legislativas.

Dessa forma, tomando como princípio o fato de ser eu mesma uma das poucas a ter o privilégio de me pronunciar neste momento, eu organizarei a minha fala em dois pontos que eu entendo justificarem a minha presença na Mesa.

O primeiro desses pontos é o direito à participação política. Para tratar desse ponto, eu me posicionarei como cidadã e ativista feminista. E o segundo ponto é o do posicionamento da Psicologia no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, e aqui eu represento a categoria de classe profissional sendo uma Conselheira Regional de Psicologia em exercício.

Então, sobre a participação política, eu gostaria de tratar da importância da participação direta em tempos de crise de representatividade e em tempos de desqualificação do ativismo político. Inclusive acabei de presenciar aqui uma tentativa de intimidação da Marcia Tiburi. Então, eu diria que... (*Palmas.*)

A SRª TATIANA LIONÇO – Numa das últimas vezes que eu tomei palavra em Mesa nesta Casa, eu saí daqui caluniada e difamada por Deputados Federais. Discutindo sexualidade na infância, tive meus argumentos deturpados pelo Jair Bolsonaro, saí daqui uma pedófila...

(Manifestação da plateia.)

E, mais recentemente, o Deputado Ronaldo Fonseca me usou como ilustração do que ele entende por espírito do anticristo nas instituições da sociedade. Então... (*Risos.*)

Não é risível o que eu estou dizendo. Por favor, respeitem o meu direito à fala neste momento.

(Manifestação da plateia.)

A SRª TATIANA LIONÇO – Portanto... Gostaria de deixar claro que eu considero...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu vou...
Atenção, com permissão...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu gostaria de pedir a colaboração de todos e todas. Esse é um debate que exige uma enorme tolerância de todos. Nós não estamos debatendo uma questão simples aqui. Ela é espinhosa e não admite intolerância de nenhum lado. (*Palmas.*)

Nós vamos conduzir de tal forma que nós tenhamos encaminhamentos e conclusões. Eu não vou ficar aqui uma manhã toda para que eu saia daqui como entrei. Eu quero sair daqui enriquecido com um debate profundo. Eu sou legislador. Não só eu, pois também já passaram por aqui os Senadores Flexa Ribeiro e o Senador Paulo Bauer.

Portanto esse debate instrui essas sugestões, e nós queremos que ele seja absolutamente democrático, respeitoso, tolerante, como deve ser a democracia.

Por favor.

A SRª TATIANA LIONÇO – Por favor, eu gostaria que reconsiderassem a contagem do tempo, porque, inclusive, ele parou de rodar bem depois que eu deixei de tomar a palavra aqui em público, O.k.?

Então, eu gostaria de deixar claro que eu considero imoral, abusiva e nociva a forma como certos Parlamentares tratam mulheres no Brasil, pelo menos mulheres como eu. Poderia me recusar a compartilhar minhas ideias com os senhores, e não o fiz justamente para poder comunicar que entendo que esta Casa não tem senhor nem dono. Esta é a Casa do Povo, e decidi comparecer hoje para tomar o meu assento porque me é de direito, e o faço inicialmente, esclarecendo que eu e muitas outras estamos conscientes do nosso direito à participação política.

Não subestimem a nossa capacidade de entender a importância da participação política. Por mais que seja louvável que estejam ampliando os mecanismos de comunicação virtuais com a sociedade civil, nós entendemos que a força e a potência de nossa participação política é, por exemplo, esta sugestão de ideia legislativa.

Mesmo que os senhores considerem inoportuno, indesejável ou mesmo politicamente desfavorável pautar o aborto, fomos nós, mulheres, que propusemos a pauta de acordo com o nosso direito constitucional à participação no processo democrático.

É louvável, portanto, que a matéria esteja sendo considerada, a despeito de nossos representantes, que pouco têm servido aos nossos interesses e muitas vezes têm atuado contrariamente aos nossos ensejos.

É muito grave o processo de desqualificação moral e de criminalização do ativismo político que tem sido movido por autoridades do Poder Legislativo no nosso País.

Incluo aí a proposição de uma CPI do Aborto, que se dedica a reduzir a luta política feminista a crime de apologia ao aborto. Se não fosse possível questionar leis e o próprio ordenamento penal, sequer precisaríamos de um Congresso Nacional, sendo que esta Casa apenas existe para legitimar a participação do povo nas decisões do Estado.

Não subestimem também a nossa capacidade de compreender de modo complexo o processo democrático, entoando repetidamente que a maioria assim o deseja e que a maioria assim o escolhe. Estamos conscientes de que no nosso País coexistem formas distintas de democracia: temos a democracia representativa, mas também temos a democracia participativa. Então, para além do voto direto, o que eu estou fazendo aqui hoje e a proposição da sugestão legislativa é direito à participação direta no processo democrático. Nem sempre a maioria pode decidir justamente pelo conjunto da sociedade, pois, se a voz de grupos minoritários não puder ser escutada, estaremos vivendo uma sociedade que não cumpre a isonomia e a igualdade no direito a todas as pessoas.

Aproveito para lembrar também que respeito todas as mulheres, inclusive as contrárias ao aborto e que nossa proposta de lei não cercearia em nada seu direito a nunca interromper uma gravidez. Ainda que venham criar polêmicas morais em torno dessa matéria, saliento que é muito imprudente tratar tais questões como se mera disputa de ideias fosse. Não se trata meramente de disputa ideológica, mas de responsabilização do Estado sobre medidas a serem tomadas e que venham a impactar indicadores de morbidade e mortalidade que denunciam a vulnerabilidade de mulheres brasileiras a terem direitos básicos violados, como o direito à vida e à saúde.

Apenas uma sociedade que não se importa com as mulheres desconsideraria uma das maiores causas de óbito materno como uma questão de saúde pública. Ainda que venham a afirmar que muitas mulheres são contra o aborto, nós temos o direito de dizer que existem aquelas que o praticam, e isso não é suposição, mas uma evidência e, portanto, estamos diante de um fato social, e não de uma ideia ou ideologia. E seria, do meu

ponto de vista, irresponsabilidade reduzir nosso debate hoje a uma disputa de quem é mais digna no modo de pensar ou de viver, dado que dignidade é direito humano inviolável.

Portanto, agora eu passo ao meu segundo ponto, que é esclarecer a posição do Sistema Conselhos de Psicologia em relação ao tema. No âmbito do Sistema Conselhos, o aborto já foi objeto de pauta e de deliberação democrática. Então, a instância de deliberação das posições, diretrizes éticas e técnicas da categoria profissional são os congressos nacionais da Psicologia. No 7º Congresso, realizado em 2010, a Psicologia se posicionou de modo favorável à descriminalização do aborto no País. Estipulou-se, inclusive, a missão de profissionais da categoria dialogarem com os movimentos sociais que lutam pela descriminalização e pelo acompanhamento da matéria nos projetos de lei quando fossem pautados, que é exatamente o que eu estou a fazer aqui hoje.

Também consta no relatório uma moção de apoio à legalização do aborto, que eu leio literalmente na redação original. Diz o conjunto de profissionais da Psicologia – abro aspas:

Reconhecendo tanto a complexidade do tema quanto os direitos sexuais reprodutivos das mulheres e entendendo a situação de sofrimento decorrente da criminalização e da falta de acesso aos serviços de saúde, os e as delegados e delegadas do 7º Congresso Nacional de Psicologia vêm manifestar seu apoio à legalização da prática do aborto no Brasil, independente de a gravidez ser decorrente de violência ou haver risco de morte para a mulher.

Em 2012, novamente a Psicologia volta a se posicionar na ocasião de um parecer do Conselho Federal de Medicina e também de pareceres de juristas por ocasião da revisão do Código Penal, onde se propôs a descriminalização do aborto. Na ocasião, o conjunto de juristas entendeu que as mulheres que decidissem interromper a gestação deveriam passar por uma perícia médico-psicológica, de modo que poderiam profissionais de Medicina e de Psicologia atestar a incapacidade de as mulheres assumirem a maternidade.

Na ocasião, a Psicologia posicionou-se contrária a essa medida pericial, ressaltando que se trata de reconhecer a autonomia das mulheres no processo decisório. E é uma tendência, na orientação do exercício ético da profissão, não antecipar o futuro das pessoas, sequer determinar destinos para as mesmas.

Então, é uma tendência ética e técnica da categoria profissional da Psicologia também não essencializar incapacidades ou impotências das pessoas. De modo que, do ponto de vista da Psicologia, não cabe à perícia, na perspectiva do profissional de Psicologia, atestar incapacidade de mulheres em assumirem a maternidade.

A Psicologia também, reconhecendo a pluralidade moral e a livre consciência das pessoas, respeitando a autonomia de todas as pessoas, incluída a autonomia dos profissionais de Psicologia, também respeita o direito à objeção de consciência por parte de profissionais de Psicologia. Evidentemente, a Psicologia faz a ressalva de que, em casos de objeção de consciência, esse direito do profissional de Psicologia não deve sobrepor-se...

(Soa a campainha.)

A SRª TATIANA LIONÇO – ... ao direito da mulher, por livre consciência, em decidir pela interrupção da gestação.

Então, eu acho que isso é muito importante, e a Psicologia tem-se debruçado na qualificação técnica dos profissionais que atuam na rede pública, inclusive incluindo esse tema no diálogo próximo com a categoria de classe profissional, por meio dos congressos de discussão da relação da Psicologia com as políticas públicas.

Bom, eu espero ter trazido uma contribuição nova à Mesa, entendendo que, quanto mais ampliarmos o debate, mais importante e mais democrático ele será.

Finalizo, afirmando, usando um mote feminista que nasceu inclusive da favela, no Rio de Janeiro: "por nós, pelas outras e por mim", eu espero que por nós, pelas outras e por mim, que nós possamos chegar à proposição de um marco legal justo, que é o que considera toda a pluralidade do conjunto da sociedade.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Eu vou abrir uma deferência especial, porque nós temos aqui vários Parlamentares, representantes da Câmara Federal, representantes populares, e vou conceder a palavra ao Deputado Leonardo Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

Quero parabenizar o debate, porque o debate é democrático. Em todo o debate tem que haver o respeito de ambas as partes, do "sim", do "não".

Sr. Presidente, eu quero esclarecer um fato aqui pertinente. Recebi, na parte da manhã, quando começaram os trabalhos desta Comissão, vários telefonemas, várias ligações a respeito da Profª Marcia Tiburi. Só vou esclarecer um fato, para que conste em ata. A Universidade Mackenzie está enviando para a Comissão também uma informação, porque está constando sobre o nome da professora "Professora de Pós-Graduação da Universidade Presbiteriana Mackenzie". Qual é o fato? Várias pessoas estão enviando mensagens dizendo que a

instituição confessional é a favor do aborto, e não é. A Universidade Mackenzie é uma instituição confessional, presbiteriana e que é contra o aborto.

E o que eu peço aqui, com toda a gentileza, é que seja retirado, em relação ao nome da Professora Marcia Tiburi, o nome da Universidade Mackenzie, senão pode – e está acontecendo – haver o entendimento de que a professora está aqui representando a instituição, e não está. Eu conversei com ela anteriormente, e ela disse que está aqui como uma educadora. Então, eu peço, neste momento, seja retirado o nome da Universidade Mackenzie sobre o nome dela e seja colocado o currículo que ela tem na área da educação.

Eu peço isso, que é importante. Nós não podemos permitir isso. E, com todo o respeito, Professora, não pode constar que você está aqui falando em nome da instituição. Eu peço que retirem isso, porque está trazendo...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Posso esclarecer, Deputado?

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Na verdade, a professora não está representando aqui a Universidade Mackenzie.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Então, ela não fala em nome da instituição?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não! Ela é professora da instituição. É só isso.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Ela está falando como educadora, com todo o direito, e tem o meu respeito.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Todas as pessoas que estão aqui – por exemplo, professora da UnB, professora da UFRJ, professora do Mackenzie – não estão representando a instituição. Está claro isso.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – E não falam em nome da instituição.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito bem!

Muito obrigado, Deputado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu também concedo, de uma maneira muito especial, a palavra ao Deputado Diego Garcia.

Com a palavra, Deputado.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS - PR) – Muito obrigado, Senador.

É uma alegria poder estar aqui participando desta audiência sob a sua presidência.

Quero cumprimentar todos os participantes da Mesa, todos os Parlamentares presentes, todas as pessoas que participam desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vou pedir silêncio, por favor, porque o Deputado está com a palavra.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS - PR) – Tenho certeza de que esta audiência contribuirá – e muito – com o relatório do Senador Magno Malta, para que ele possa apresentar o seu voto. E as contribuições que estão sendo oferecidas aqui serão de grande importância para o seu relatório.

Bom, particularmente, do que consegui pegar das exposições que aqui foram apresentadas desde o momento em que cheguei, fiquei um pouco indignado com a apresentação de alguns dados, que divergem de dados já apresentados nesta Comissão: dados contrários, dados mentirosos, enganadores, tendenciosos com relação a essa proposta de legalização do aborto.

Um outro ponto que eu gostaria de ressaltar é que eu não consigo assimilar e entender como pessoas conseguem vir aqui falar favoravelmente a essa proposta e não se envergonharem e não sentirem vergonha.

Em 2011, representei o Estado do Paraná na Conferência Nacional de Políticas Públicas da Juventude. Esse evento foi um grande motivador para que eu me engajasse de vez na política e hoje representasse aqui o meu Estado do Paraná. Represento centenas de brasileiros e brasileiras que defendem a vida. Represento a maioria, a grande maioria deste País. Mas, naquela conferência, fui surpreendido por alguns grupos que reivindicavam o seu direito, alegando que tinham direito sobre o seu corpo. Mas esqueceram de citar o direito dos inocentes. Esqueceram-se de falar do direito daqueles que estão gritando no silêncio e morrendo, sendo assassinados. Eu não consigo entender como essas pessoas não se enchem de vergonha, não conseguem ter vergonha na cara, vindo aqui para falar favoravelmente a essa proposta, a esse projeto de lei que defendem. E não sentem vergonha do que aqui defendem.

Além de tudo aquilo que foi exposto, eu gostaria de ressaltar algo que a pesquisadora aqui pontuou, na sua fala, sobre os representantes religiosos de batina preta. Eu conheço alguns representantes de batina preta. Até hoje, todos os que eu conheci, neste País e fora deste País, são defensores da vida; são pessoas que estão dentro das Santas Casas, que estão nos asilos, que estão em diversas instituições dando a sua vida, dando a sua contribuição para a sociedade brasileira, para o mundo, salvando vidas e não tirando vidas.

Eu gostaria de colocar para todos que estão presentes que, enquanto eu estiver neste Parlamento, da mesma forma que existem pessoas trabalhando, que existem Deputados apresentando projetos semelhantes na Câmara dos Deputados, tentando fazer de tudo, usando de todas as manobras para aprovar, por debaixo dos panos, um projeto semelhante a este que tramita aqui no Senado...

(Soa a campainha.)

O SR. DIEGO GARCIA (PHS - PR) – ... nós também estaremos lá, como estamos aqui e estaremos, até o fim desta Legislatura, lutando pela vida, lutando em defesa da vida, lutando em defesa dos inocentes. E eu serei uma das vozes, no Congresso Nacional, daqueles que não podem gritar, que gritam no silêncio, mas eu estarei aqui falando por eles e gritando por eles até o fim. Custe o que custar, nós defenderemos a vida aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado. Obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

Isto aqui não é um Fla-Flu, já falei. Não é Fla-Flu. Isto aqui é um debate profundo. Do mesmo modo que nós estamos ouvindo os expositores aqui, estamos ouvindo também o Deputado. O Deputado tem o direito de se expressar, e todos aqui têm o direito de se expressar também e de dar os seus dados, os seus números. Nós podemos discordar, mas temos de discordar dentro dos limites da democracia.

Eu estou conduzindo esta audiência pública com enorme satisfação, porque acho que este é um debate fundamental; é um debate que envolve milhões de pessoas. Estão aqui os dados. Eu estou recebendo-os aqui. Olhem só a quantidade de questionamentos que nós estamos recebendo das pessoas que nos acompanham ao vivo pela TV Senado. Nós estamos ao vivo pela TV Senado. E é importante que se saiba que este debate diz respeito a milhões de pessoas. Portanto, não é um Fla-Flu; aqui não é o Maracanã. Aqui é uma Comissão de Direitos Humanos, e para cá nós trazemos os mais graves problemas da sociedade brasileira. Aqui não chegam comemorações e festas. Aqui só chegam traumas vividos pela sociedade brasileira. E a nossa obrigação é debater, aprofundar e fazer encaminhamentos.

Portanto, eu adoro as torcidas, mas este não é um ambiente de torcida; aqui não é um ambiente de torcida. Aqui é um ambiente de debate, um ambiente de integração e de muita responsabilidade.

Eu passo a palavra ao Padre Paulo Ricardo.

Por favor, Padre Paulo, com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. PAULO RICARDO – Bom dia a todos! Bom dia ao Senador Capiberibe, a quem saúdo e, saudando-o saúdo todos os Senadores, especialmente os Senadores Paim e Magno Malta, que nos agraciaram com o convite para estar aqui, e a todos os componentes da Mesa.

Gostaria de pedir que vocês abstraíssem a batina de quem lhes fala. Eu estou aqui como um cidadão brasileiro. Estou aqui não para ler o catecismo, não para ler a Bíblia, mas para argumentar racionalmente como todos nós, seres humanos racionais e cidadãos, temos o direito de argumentar pelo bem e pelo futuro do nosso País.

Como dizia Hilaire Belloc, os livros que mudaram a humanidade geralmente não são muito conhecidos, ou não fizeram grande sucesso editorial, pelo menos a grande maioria dos livros. Há exceções, como a Bíblia, por exemplo, mas a maior parte dos livros que mudaram a nossa vida não são conhecidos pelo grande público.

Eu gostaria de acrescentar aqui algumas notas de rodapé para a gente acontecer o que está acontecendo com o mundo, porque o mundo, até a década de 1960, era totalmente contrário ao aborto. De repente, na década de 1960, eclode essa vontade de legalizar o aborto.

Por que isso aconteceu? Isso aconteceu por acaso?

Como colocava a Drª Sônia Corrêa, é por acaso uma questão de mudança histórica. Simplesmente a história amadureceu. Antes, nós tínhamos a menoridade, as mulheres não eram cidadãs. Agora, são cidadãs; então, pronto: todo mundo acordou, e agora se pode realizar o aborto.

Na realidade, nós estamos diante de uma coisa chamada engenharia social. Eu afirmo e, como quem afirma tem o ônus de provar isso, eu gostaria aqui de fazer um sincero convite a todas as feministas que estão aqui presentes e às pessoas que defendem o aborto para que analisassem os fatos. Isso porque eu temo que

vocês estejam sendo manipuladas. Temo e não somente temo, mas tenho certeza, e seria bom até que vocês, considerando esses fatos, passassem para o nosso lado.

E digo isso por quê?

No dia 5 de maio, esteve aqui nesta Comissão a Isabela Mantovani, que mostrou na sua palestra, claramente, todas as estatísticas com relação ao aborto. Ou seja, quantos abortos realmente acontecem no País: por ano, estima-se que sejam cerca de cem mil abortos, sem alarmismos estatísticos.

A própria Drª Débora Diniz fez uma pesquisa aclamada mundialmente, pois ela recebeu um prêmio por essa pesquisa de 2010, da Opas. E ela deu a nós, que somos pró-vida, um dado extraordinário e importantíssimo para que pudéssemos calcular o número de abortos, porque nós não sabíamos ainda. Nós agradecemos por essa pesquisa científica, em que ela chegou à conclusão de que, para cada dois abortos, há um procedimento com internação, um procedimento clínico. Ou seja, em cada dois abortos, em um a mulher procura o sistema de saúde.

Ora, olhando os dados do SUS, eles nos falam claramente o número de curetagens. Nós fomos fazer uma avaliação dos médicos que conhecemos, porque, graças a Deus, os pró-vida têm uma grande atuação também nos hospitais, e chegamos à conclusão de que cerca de um quarto dessas curetagens são por abortos provocados e três quartos são por abortos naturais. Então, chegamos ao número de 100 mil abortos por ano, e um número que está caindo, porque o número de curetagens tem diminuído cerca de 10% por ano, o que acompanha a pesquisa de opinião popular, porque, de fato, a aprovação do aborto no Brasil tem caído vertiginosamente.

Agora, é importante a gente entender - desculpe-me, Drª Débora – que, com 12 semanas, não se trata de embrião, pois cientificamente é feto. E esse feto já tem cabeça, membros, tronco, órgãos; está plenamente desenvolvido e não é uma bola de sangue. Não é uma bola de sangue: trata-se de um ser humano, com toda a clareza. Qualquer um que estude o desenvolvimento do ser humano no útero consegue enxergar isso.

Agora, por que eu disse que isso aqui é manipulação das fundações?

Esteve aqui a Fernanda Takitani, no dia 28 de maio, e falou claramente da estratégia das fundações, da Fundação Ford e das outras fundações, com relação a essa questão da aprovação do aborto. Isso é fato; não é hipótese. As fundações estão nos manipulando, e são fundações internacionais que não estão aqui no Brasil que estão decidindo e manipulando o futuro do nosso País. Ora, isso aqui é muito claro.

As pessoas que quiserem ler tanto a conferência da Isabela Mantovani como a da Fernanda Takitani vão encontrar no meu *site* todos esses documentos que vou citar aqui. Por quê? Porque eu tenho de afirmar e tenho de mostrar. Então, vamos mostrar os documentos.

O documento que eu gostaria de citar aqui é o Documento nº 6, que está lá no meu *site* agora. É um relatório da Fundação Ford, em que a Fundação Ford, como ré confessa, diz com toda a clareza... É a Fundação Ford dizendo; não sou eu dizendo, não é o Papa dizendo, não é um pastor dizendo. É a Fundação Ford, ela mesma dizendo que, nas décadas de 50 e de 60, a preocupação deles com o crescimento populacional fez com que eles investissem em aborto. Vão encontrar isso na p. 2. Investiu em aborto, mas investiu em algo errado, porque investiu em questões médicas.

Acontece que as próprias fundações também andaram desenvolvendo estudos da Sociologia e da Antropologia, através do Fundo Memorial Laura Spelman, que é ligado à Fundação Rockefeller, pois é Laura Spelman Rockefeller. E, por meio do estudo sociológico, eles chegaram à conclusão de que não adianta investir na questão médica; é preciso que se invista na questão de Sociologia. Por quê? Porque a Sociologia, a partir do Sr. Durkheim, passou a ser um estudo daqueles mecanismos de punição e de recompensa que fazem com que os indivíduos se comportem na sociedade.

Então, os sociólogos começaram a achar que é, através desse sistema de recompensas e de punições, que as pessoas são manipuladas. Então, através desses sociólogos, principalmente o Sr. Kingsley Davis, que foi professor da Adrienne Germain, que foi quem trouxe tudo isso para dentro da Fundação Ford e da Rockefeller, sobre conselho populacional, eles chegaram à conclusão de que não adianta, pois o indivíduo não escolhe como se comportar. É a sociedade, a estrutura da sociedade que modela o comportamento do indivíduo. Então, vamos mudar a sociedade. A própria Fundação Ford diz, nesse relatório, claramente, como eles começaram a investir e a focalizar para mudar o comportamento das pessoas.

Então, trata-se de verdadeira manipulação em engenharia social. Nós estamos sendo feitos de bobos por essas fundações. Por quê? Porque eles dizem que a sociedade estrutura o comportamento das pessoas e que nós somos vítimas, que nós temos de aceitar...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO RICARDO – ... o que a sociedade, na sua estrutura, nos impõe; exceto eles, que são os iluminados, os maravilhosos. E eles sabem o que é bom para nós. Nós estamos todos relegados à menoridade e

não temos o direito de saber o que é bom para nós. São as fundações que vão nos dizer. Então, a democracia brasileira não vale nada. Nós temos agora de aceitar o que as fundações nos dizem.

Ora, meus caríssimos, como algumas das nossas palestrantes aqui disseram, de fato, trata-se de olhar para o que querem as minorias. Mas não são as minorias das periferias das cidades. Trata-se realmente de minorias, mas o nome dessa minoria talvez recebesse um nome melhor se a chamássemos de "elite globalista". É uma minoria minúscula que está comandando.

Então, os documentos estão aí. Eu estou afirmando e está documentado. Quem quiser olhar leia, por favor, o livro do Christian Smith – *The Sacred Project of American Sociology*. Ele mostra claramente que a finalidade da Sociologia é organizar a felicidade. Mudando os mecanismos sociais é que nós destruiremos o mal. Esse é o método eficiente, diz ele, e não as piedosas exortações dos líderes religiosos. Nós temos de mudar o mecanismo social, temos de mudar a estrutura da família, temos de mudar a necessidade, essa coisa de complementaridade entre homem e mulher; tem de mudar tudo isso. E isso tudo foi dito, com toda a clareza, num artigo importantíssimo de Kingsley Davis, que foi publicado em 1967.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO RICARDO – Vocês vão encontrar esse artigo também no meu site, em que está escrito: *Política Populacional: os programas atuais terão sucesso?*

Ele diz isso claramente. E foi isso que abriu os olhos das fundações: "Parem de investir em médicos! Vocês têm de investir em sociólogos, para que os sociólogos mudem". E aí esses sociólogos vieram também; investiu-se neles aqui no Brasil. A Macarthur investiu. No rodízio das fundações, foi a ela que coube o Brasil.

E vocês podem ler, no meu *site*, o documento da própria Fundação Macarthur, o Doc. nº 7 – *Lessons Learned* –, em que ela faz um relatório dos dez anos de atuação, de 1990 a 2002. E a Fundação Macarthur fala com toda a clareza, inclusive nomeando, nesse documento, inúmeras pessoas que receberam bolsa da Macarthur para estudar Antropologia, Sociologia aqui, no nosso País.

Ora, nós estamos, então, sendo manipulados. Esse é o nome. E seria importante que os nossos legisladores se dessem conta de que a coisa aqui é a seguinte: quem está realizando essa revolução social não são nem as igrejas, nem as famílias, nem os próprios governantes. É um pequeno grupo da elite globalista que está fazendo tudo isso.

Para finalizar, a própria fundadora das Católicas pelo Direito de Decidir, Frances Kissling, se pergunta. E, nessa longa entrevista que ela deu sobre a vida dela – está lá também no meu *site* o documento –, ela se pergunta: "Eu sempre perguntei para essas fundações se nós estaríamos sendo manipulados?" Eu perguntava para eles: "E se, por acaso, parar o crescimento populacional, vocês vão parar de investir no direito das mulheres?" Eles nunca responderam. Eles sempre responderam com uma evasiva. E isso é Frances Kissling, fundadora das Católicas pelo Direito de Decidir. E ela ficou nesta dúvida: "será que nós estamos sendo manipuladas?".

Pois bem, eu gostaria de responder à Sr. Kissling: vocês estão sendo manipuladas. Basta ler os relatórios das fundações internacionais. Eu não estou citando catecismo; eu não estou citando Bíblia; eu estou citando documentos públicos e notórios. E não me venham com esse nhem-nhem-nhem de laicidade do Estado, porque isso é maracutaia!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado. Muito obrigado. Há um entusiasmo, uma torcida entusiasmada. Muito obrigado a todos. Obrigado pelo aplauso.

Dando sequência, eu gostaria de abrir a palavra para todos, mas isso não vai ser possível. Então, nós vamos ter de estabelecer aqui um critério para, depois de concluir a Mesa, porque os convidados não podem ficar aqui sem se manifestarem. Os convidados estão aqui na Mesa. Há algumas instituições representadas aqui, a quem, logo em seguida, nós vamos dar a palavra. Mas eu quero esgotar aqui. Nós temos dois apenas.

Eu gostaria de passar a palavra à Prof. Marcia Tiburi. Do mesmo jeito que o Pe. Paulo não representa aqui o Papa – eu imagino que não –, a professora Marcia não representa a Universidade Mackenzie. Está esclarecido, Deputado?

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Eu gostaria de usar da palavra, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu vou esgotar aqui. Eu já lhe oportunizei uma vez.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de usar da palavra, por gentileza, antes da fala da prof. Marcia.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não. V. Exª vai ter paciência, pois agora a palavra é da Prof. Marcia.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Sr. Presidente, eu gostaria de esclarecer, com toda a gentileza de V. Exª, que a educadora Marcia, com todo o respeito, como educadora, não fala em nome da instituição Mackenzie.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Isso está esclarecido, Deputado. Já está esclarecido pelo Presidente da Comissão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Ela está expressando...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Isso já está esclarecido.

A SRª MARCIA TIBURI – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vamos descontar o seu tempo. Pode ficar tranquila.

A SRª MARCIA TIBURI – Obrigada.

Bom dia. Obrigada, Senador João Capiberibe. Só para deixar tranquilo o Deputado: de fato, eu sou professora da Universidade Mackenzie e, como eu viajo o Brasil todo e sempre levo o nome da universidade à qual sou filiada comigo, não vi que houvesse nenhum problema. Não sei qual a posição da universidade, mas imagino que muitas pessoas como eu que são defensoras da legalização do aborto trabalhem nessa universidade.

De qualquer maneira, não tenho nenhuma relação de credo nem com o catolicismo, nem com o protestantismo, nem com o presbiterianismo. Eu não me lembro sequer de ter entrado em uma igreja presbiteriana, com todo o respeito. Se algum dia eu puder entrar e assistir ao culto, vou com o maior prazer.

Mas o Deputado está muito preocupado. Então, eu gostaria de tranquilizá-lo. Fique tranquilo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRª MARCIA TIBURI – Imagina. Eu que agradeço.

Gostaria de iniciar esta exposição fazendo um pedido de cuidadosa reflexão conjunta e de generosidade em relação ao tema do aborto. Sabemos que disputas conceituais são disputas políticas, e ideias movem o mundo. A crítica de certas ideias evita a mistificação, o preconceito e a má-fé que atrapalham uma visão mais razoável das questões que nos tocam, no caso, neste momento, o tema do aborto.

Por isso, meu objetivo prático com o que digo a seguir, além de evitar discursos que sigam em direção falaciosa, é construir uma visão mais razoável do problema da legalidade e da ilegalidade do aborto em nosso País, chamando para um diálogo real, que envolva a todos os implicados, ou seja, a sociedade e todos os seus representantes.

Há fatores político-econômicos em jogo em torno dos quais riscamos com o giz da demagogia um círculo cínico em torno do problema do aborto. Julgamentos morais cruéis contra mulheres transformam o aborto em metáfora do mal, fazendo funcionar uma máquina destrutiva do reconhecimento do lugar das mulheres, de sua alteridade, da autonomia sobre suas vidas e corpos e uma máquina que funciona contra o desejo e as necessidades das mulheres quando se trata de gestação, maternidade, saúde emocional, física e social.

O direito de decidir é a nossa questão, porque, de fato, já decidimos. Decidimos todos os dias há milênios. Meu interesse é, portanto, contribuir para que se devolva às mulheres a discussão e a decisão sobre a questão do aborto, decisão que se toma todos os dias quando se fica grávida e se é obrigada a optar pelo aborto em condições clandestinas, ilegais e fisicamente inseguras.

Gostaria, sim, de desenvolver dois aspectos para contribuir para a fundamentação da legalização do aborto entre nós.

A primeira diz respeito ao que eu chamei de círculo cínico. A questão do aborto está enredada no que podemos chamar de círculo cínico da estrutura social machista. Ele se compõe de um enganador e um enganado que aceita sua posição de otário. A principal característica desse círculo é uma espécie de acordo de fingimento em que uns fingem não abortar enquanto outros falam contra o aborto.

Todos sabemos que mulheres de todas as classes sociais, idades e, inclusive, credos fazem aborto. E muitas fingem não fazer, pois o ônus da verdade é, muitas vezes, impagável. Homens e mulheres fazem parte do círculo cínico, sempre falando na posição de articuladores da verdade sobre o aborto. O grito da indignação moral é a verdade ética e metafísica que se deve sustentar de maneira espetacular. As instituições conservadoras garantem, por meio dele, o que podemos chamar de lucro moral por meio do discurso contra o aborto.

Além disso, a função do cinismo machista é sustentar a alienação das mulheres sobre o seu próprio corpo. Evita-se promover a reflexão sobre o tema do aborto, impedindo-se que mulheres se tornem sujeitos de sua decisão. Mas as mulheres abortam.

As que falam, afirmando que fizeram aborto, ou lutam por sua abertura negam a verdade cínica e são sumariamente tratadas como imorais. Perdem, portanto, a mais valia moral altamente alienada e antipolítica,

que também sustenta o círculo cínico do machismo estrutural. Diante disso, resta-nos o pseudodebate. Ele visa a descartar a voz, a necessidade e o desejo das mulheres e, por fim, levá-las, já que são as mulheres pobres que mais precisam da legalização, à morte.

Fácil criminalizá-las, fácil matá-las, fácil para o Estado não se responsabilizar por essa pena de morta contra mulheres pobres. Ora, vítimas do aborto como metáfora do mal, aborto que elas devem assumir como tabu, as mulheres são elas mesmas abortadas pelo cinismo discursivo. Abortam-se as mulheres para que elas não abortem. Eis o lema subterrâneo do discurso do cinismo machista ao qual estamos enredadas.

Isso posto, passo a uma classificação das falácias envolvidas no discurso cínico da dominação masculina. Falácias são ideias prontas, verdades inquestionáveis, que tem um sentido aparente mas não se sustentam quando questionadas. Por que as pessoas usam falácias? Porque assim podem vencem um debate sem precisar ter razão. Quem sabe usá-las consegue manipular argumentos, mascarando de argumentos, justamente opiniões falsas. Quem não as conhece repete argumentos falsos sem questioná-los.

Eu dividi as falácias em tipos. Todas elas se relacionam e interseccionam-se entre si. Vou passar a sua enunciação e sobre algumas delas vou falar um pouco mais; outras eu vou simplesmente anunciar.

A primeira e mais importante falácia é a falácia da ordem do discurso. Ela é a mais importante de todas. Por meio delas se afirma, por exemplo, o termo aborto em abstrato, quando, na verdade, se trata, nos debates sobre a questão do tema da legalização do aborto. Dificilmente alguém se afirmará favorável ao aborto em si.

Ora, essa falácia tem cunho moralizante. A metáfora do aborto como o mal, como definidor do caráter de quem se afirma favorável à legalização está em jogo. O bom caráter, como fato moral é reservado àquele que se diz contra o aborto. No julgamento selvagem, uma espécie de processo penal popular, instala-se contra os defensores da legalização previamente punidos com a pecha de imorais pelos juízes da moral que os tratam como criminosos em potencial ou defensores de criminosos – gente do mal.

O simples fato de se levantar a hipótese de que o aborto não deveria ser um crime, que deveria, portanto, ser descriminalizado, causa ódio naqueles que podemos definir como defensores da ilegalidade do aborto. A defesa da legalização é tratada como um crime previamente punido com estigmas moralizantes. Consegue-se por meio dela a sustentação moral da ilegalidade e também jurídica.

Os que pregam contra o aborto, na verdade, pregam, querendo ou não, sua ilegalidade, já que o aborto é uma prática comum que nunca deixou nem deixará de ser realizada por mulheres de todas as idades, dentro de seus credos, possibilidades e necessidades. A assimetria entre defesa do aborto e defesa da legalização do aborto é a questão que precisa ser revista para não cairmos na defesa da pura e simples ilegalidade. Portanto, é a sustentação da ilegalidade promovida pelos sacerdotes da moral o que devemos questionar hoje.

Outra falácia muito interessante é a do apelo à autoridade. Apela-se, por exemplo, à autoridade dos médicos, à autoridade do Papa e dos Padres da Igreja, sobretudo à autoridade de Aristóteles, São Tomás de Aquino, à autoridade moral de uma mãe, de uma mulher mais velha, que nunca fez aborto. Essa falácia, aliás, tem algo de performático e teatral. Sem esse tipo de falácia não é possível se falar nada sobre o aborto nem sustentar esse pseudodebate no qual estamos envolvidos.

Outra falácia importante é a falácia do amor aos filhos. Ela se confunde com a anterior, do apelo à mãe como uma mulher mais velha, enquanto autoridade moral. Não há como provar nada em termos de sentimentos subjetivos, mas se usa um afeto como prova de uma verdade que valha para todos em nível universal. Por esse conjunto de falácias, só não vale a autoridade ou o sentimento da mulher que precisa ou deseja abortar. Não vale jamais o seu desejo porque a uma mulher se nega historicamente o seu desejo, e essa falácia reforça essa desvalorização.

Outra falácia importante é a falácia do apelo à mulher inconsequente; a mulher que engravida porque fez sexo. Com essa falácia, se consegue a culpabilização das mulheres contra a irresponsabilidade estatal.

Outra falácia importante é a falácia do apelo à natureza, quando se diz, então, que aquilo que é natural é bom e o artificial é ruim. Uma mulher quer ser mãe, uma mulher, por exemplo, que não desejasse ser mãe seria uma mãe desnaturada, ou uma mulher que fizesse um aborto seria uma mãe que teria, na verdade, conspurcado sua própria natureza. Essa falácia tem a ver com a falácia maternalista, justamente da mãe desnaturada.

Outra falácia importante é a falácia do apelo ao valor da vida. Sobre essa se fala muito. Ela está ligada à falácia do apelo ao assassinato de inocentes e também à falácia do apelo à vida do embrião. Essa falácia do apelo à vida do embrião é uma falácia também de desproporção porque trata o corpo da mulher como uma vida menor do que a vida do embrião e trata a mulher como um mero hospedeiro, ou seja, como um meio na direção de um fim, que é um embrião. A mulher, portanto, a gestante, a mulher grávida, é desconsiderada e é destratada como um ser de direitos. Então, consegue-se com isso desespiritualizar o corpo da mulher por meio de uma espiritualização do corpo do embrião. E com isso, é claro, que se assegura, dentro do contexto, um capital moral, um lucro moral para essas pessoas que falam contra o aborto.

Outra falácia importante é a do não pertencimento. Só para fechar, porque o tempo, realmente, é curto. São as falácias religiosas. Essas são as mais interessantes: falácia do arrependimento, falácia do destino, falácia do sofrimento a ser encarado, falácia da perda do reino de Deus após a morte. Todos os argumentos religiosos são falaciosos porque se propõe como universais, mas ocultam que as crenças não são universais e que o Estado brasileiro, nesse caso, além de tudo, é laico. Logo, a decisão deveria ser pensada em cada contexto pessoal, e o Estado deveria garantir condições saudáveis para mulheres que necessitem abortar, sejam quais forem essas necessidades. Esse tipo de argumento também serve para ocultar o elemento pessoal, pois implica a liberdade.

Conclusão: o tema aborto é eminentemente biopolítico, mais valia moral que reforça o poder das instituições em um quadro social irreflexivo, ausência total de pensamento, de respeito ao outro. Falar contra o aborto é para moralistas...

(Soa a campainha.)

A SRª MARCIA TIBURI – ...politicamente correto; afirmar o aborto como assassinato em vez de olhar para a necessidade de sua legalização como questão de saúde pública ou de liberdade feminina também. Vociferar contra o aborto é apenas um modo biopolítico de controlar a vida das mulheres, de perscrutar seus atos por meio de seus corpos, mas, sobretudo, um modo de angariar adeptos a causas autoritárias de um modo geral no âmbito do senso comum.

O que se ganha e quem ganha com isso? Sacerdotes da fala antiabortista promovem o discurso com se convencem as massas ignaras. Em um país de pessoas analfabetas, inclusive as mulheres, e de corrupção desmedida em termos morais, estão garantidos os votos, o dízimo e o consumo em geral.

A legalização do aborto é, portanto, parte fundamental...

(Manifestação da plateia.)

A SRª MARCIA TIBURI – ...de um processo democrático socialmente responsável.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Há uma mensagem aqui do Senador Magno Malta, do seu leito de enfermidade. Envia-nos uma mensagem parabenizando os expositores pelo nível do debate e que fará contato com todos, com cada um que participa deste debate.

Agradecemos a audiência do Senado Magno Malta. Ele tem algumas questões, algumas perguntas, que, logo após encerrarmos a última fala ilustre desta Mesa, a da Vereadora Heloisa Helena, que viajou mais de dois mil quilômetros para participar conosco deste importante debate sobre um tema fundamental, eu diria, para milhões de brasileiros e de brasileiras...

Vamos começar pelos Deputados e vou abrir porque o tempo já começa a apertar e não vou ficar falando.

Passo a palavra à Vereadora e Senadora Heloisa Helena, de Alagoas.

A SRª HELOISA HELENA – Primeiro, quero abraçar carinhosamente todas e todos, dizer que este é um debate de altíssima complexidade, mexe, sem dúvida, com juízos de valores, dogmas à direita e à esquerda, no ateísmo e nas religiões. Não é uma coisa simples de ser tratada. É muito difícil, e, às vezes, as bases dos argumentos que nos levam a ter determinadas posições não necessariamente são iguais.

A Drª Viviane tem uma posição idêntica a minha contra a ampliação da legalização do aborto. Entretanto, tenho profundas divergências com ela em relação aos aspectos econômicos que foram aqui trabalhados. Do mesmo jeito, que eu tenho profundas divergências com a Drª Débora em relação a essa questão e temos identidade em relação à discussão de não se permitir a redução da maioridade penal, já que no Brasil já se prendem crianças com 12 anos de idade, que é a data da responsabilidade penal.

Eu não tenho nenhuma predisposição a fazer malabarismos demagógicos e patrocinar o cinismo, a dissimulação, porque eu sou daquele tipo de gente, que sob vaia ou sob aplauso, pode ser pendurada no pau de arara, sangrando pelos ouvidos, eu defendo o que eu entendo que é minha obrigação fazê-lo. Esses debates são acalorados? São. Normal que sejam, porque as pessoas, realmente, tratam disso.

Então, o debate da legalização do aborto não é novo nem no Brasil nem na história da humanidade. Aliás, eu respeito totalmente, tenho profunda divergência, mas respeito, Senador Capiberibe, quando se diz assim: a autodeterminação moral da mulher em relação ao seu corpo depende exclusivamente dela. Eu tenho divergência, mas eu respeito. Eu tenho muita dificuldade de aceitar esse debate, que, inclusive, foi, ao contrário do que se pensa, introduzido pelas religiões ao longo da história da humanidade, que é de tratar de prazos. Não sei quantas semanas, outras semanas e tal. Esse debate, isso para mim, é cinismo, dissimulação e malabarismo demagógico.

Quem defende a autodeterminação em relação ao seu corpo, se vai ser uma cureta, arrancando os pedaços de uma criança, uma sucção mecânica ou incisão no ventre para que a crianças seja retirada, é outra história. Porque é isso que está sendo discutido. Quem, ao longo da história da humanidade, tratou de prazos foram as religiões. Aliás, em 1230, as Decretais do Papa Gregório defendiam o aborto e nem por isso são consideradas mais avançados ou não. Diferenciavam o feto animado e o feto inanimado. Foi inclusive uma grande polêmica entre o Santo Agostinho, São Basílio e outros mais. Então, não é esse tempo que vai significar a minha posição em relação a isso.

Eu vou falar por que eu sou contra a ampliação da legalização do aborto. Não significa estabelecer nenhuma valoração de bonzinho, de malzinho em relação a quem faz ou a quem não faz. Esses aspectos ligados à complexa subjetividade humana eu não vou analisar aqui.

Todo esse chamado conflito de direitos fundamentais não é a primeira vez que esta Casa e várias outras Casas legislativas discutem isso. Não é a primeira vez, até porque quando se discutiram outras modalidades de aborto, porque existem outras formas de aborto legalizadas no Brasil, seja em relação ao risco da mãe, seja em relação à violência sexual ou até em relação à decisão jurídica da anencefalia – não é disso que estamos tratando aqui –, do mesmo jeito, quando se introduziu o debate sobre células-tronco também colocaram alguns impeditivos. Quais sejam, não se poderia manipular embriões para engenharia genética ou clonagem humana. Então, eu sou contra a ampliação, porque, de fato, é isso que está sendo tratado, por algo que as pessoas podem considerar menor, simplório.

Antes eu quero tratar dos dados de saúde pública, porque malabarismos técnicos qualquer um de nós sabemos fazer e podemos fazer com base nas estatísticas. Aconselho as pessoas que, para analisarem as estatísticas relacionadas à mortalidade mulheres no Brasil e mortalidade materna, entrem agora na página do Ministério da Saúde, na página do Datasus, para ter a oportunidade de ver isso. Vão ter a oportunidade de ver os dados já revisados pelo Ministério da Saúde, todos os dados revisados, e vão ter a oportunidade de ver o consolidado já agora, até o mês de julho. Portanto, o debate de que o aborto provocado é um problema grave de saúde pública é malabarismo técnico, uma fraude técnica para se tentar introduzir um debate.

Vou falar dos dados, porque, como cheguei atrasada, não tive oportunidade de colocar lá.

Se você entrar agora no *site* do Ministério da Saúde, de causas definidas, porque as causas maldefinidas que estão no Ministério da Saúde, como elas atingem mais crianças de um a quatro anos e com mais de cinquenta anos, essas não entrariam, porque é percentual pequeno.

O que estamos discutindo é que morrem no Brasil 470.835 mulheres. Dessas 470.835, porque, vou repetir, não vou usar o dado das 504 mil, porque um pequeno percentual das causas maldefinidas estão relacionadas a um percentual que não está, entre aspas, "fazendo" o aborto. Quatrocentos e setenta mil, oitocentos e trinta e cinco mulheres morrem no Brasil. Dessas, 1.610, portanto, menos de 0,3%, morrem de causas chamadas de mortes maternas, que são todos os óbitos relacionados à gestação, parto, puerpério, complicações diretas ou indiretas da gravidez. Isso é fato e está na página do Ministério da Saúde. Dessas 1.610, quando nós calculamos, o fizemos com base inclusive em mulheres de idade fértil. Se fizermos assim, em mulheres de idade fértil, cresce um pouco mais o percentual, porque, em relação a todos os óbitos que acontecem com mulheres no Brasil, porque as crônicas degenerativas e cardiovasculares ou até os agravos externos relacionados a homicídios são muitíssimo maiores, dessas 470 mil mulheres que morrem, 1.600 morreram por causas morreram por causas relacionadas à gestação, parto e puerpério. Em relação ao aborto, dados do Ministério da Saúde, em relação aos óbitos – basta pegar a tabela – gravidez terminada por aborto, são 135 casos. Isso corresponde a 0,03% dos óbitos que acontecem no Brasil com relação às mulheres. Isso é fato.

Então, se as pessoas querem discutir a autodeterminação moral... Não estou discutindo religião, não tem nenhuma discussão de religião, até porque o fanatismo, ao longo da história...

(Soa a campainha.)

A SRª HELOISA HELENA – ...da humanidade, o fanatismo, seja das religiões, seja do ateísmo, promoveu histórias lamentáveis de humilhação, destruição, perseguição e sofrimento. O que nós aqui estamos dizendo é que essa coisa maravilhosa, que é a vida humana, não é imposição à mulher a cuidar e criar os filhos, porque no Brasil existem mecanismos objetivos que não obrigam a mulher a amar e a criar. O que estamos discutindo é que nove meses na vida de uma mulher, se a gestação for a termo, não podem ser maiores do que a vida toda na existência que se encerra nessa célula belíssima e maravilhosa, independente de qual nome seja dado a ela, com código genético único, em toda a história da espécie, que é a vida humana intrauterina.

Então, não adianta debater prazos e detalhes. Essa vida humana intrauterina não pode ser deixada de lado diante desses nove meses da existência de uma mulher adulta. Portanto, ampliar isso e criar prazo, Senador Capiberibe, Senadores e Deputados, é a introdução do debate religioso, porque foi o debate religioso,

muitas religiões, que estabelece prazos distintos, de onde é que tem alma, de onde é feto animado, onde é feto inanimado, onde é isso e aquilo outro. Não se trata disso.

Trata-se dessa coisinha linda, belíssima, única que, mesmo antes de ter essa apresentação formal, antes de ter uma estrutura óssea, tem um coração que bate de forma belíssima, antes mesmo disso, é um código genético único, é uma única célula que, ao se reproduzir, faz todos os seres multicelulares.

(Soa a campainha.)

A SRª HELOISA HELENA – Então, é disso que estamos falando. Não é malabarismo nem fraude técnica, não é cinismo demagógico religioso ou do ateísmo à direita ou à esquerda. Defender a vida e a não ampliação significa, inclusive, políticas pública qualificadas para as mulheres antes, durante a gravidez e depois, inclusive nos processos mesmos relacionados à adoção, abrigamento provisório, ao planejamento familiar.

Portanto, pode-se acusar de cinismo, demagogia e malabarismo técnico um lado, igualmente se pode dizer do outro também.

Então, desculpem-me ter passado o tempo, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senadora. É uma satisfação e uma alegria para nós revê-la.

Registro a presença do Senador Randolfe Rodrigues. Consulto se deseja usar da palavra imediatamente.

Tenho uma série de perguntas do Senador Magno Malta.

Pelo Regimento, a palavra é prioritária aos Senadores. Em seguida, faço as perguntas e passo para os Deputados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Sr. Presidente, fique à vontade. Acho que completamos a Mesa. A gente intervém em seguida. Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A Mesa concluiu.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Socialismo e Democracia/PSOL - AP) – Então, farei em seguida. Cheguei ao final do debate.

Queria só fazer uma saudação e expressar meu acordo com a belíssima intervenção de uma companheira que inspira todas as pessoas de bem e decentes deste Brasil, que é Heloisa Helena. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador.

Aqui tenho uma, duas, três – e olha que o Senador Magno Malta está atento ao nosso debate –, quatro questões, mas vou primeiro passar a palavra... O Senador Magno Malta vai entender, porque temos dois Deputados que pretendem usar da palavra.

Tenho aqui, pela ordem, o Deputado Flavinho, do PSB de São Paulo, o Deputado Evandro Gussi e também o Deputado Leonardo Quintão.

Vamos começar pelo Deputado Flavinho.

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Bom dia! Bom dia, Senador Capiberibe, somos do mesmo Partido; bom dia, Deputados e Senadores que aqui estão; bom dia aos que compõem a Mesa; bom dia a todos os convidados para esta audiência pública tão importante aqui no Senado – é a segunda de que tenho oportunidade de participar aqui.

Sou Deputado Federal de primeiro mandato, fui eleito com mais de 90 mil votos em São Paulo, nunca tive um cargo público, sou religioso da Igreja Católica, missionário atuante, tenho meus valores morais, religiosos, mas desde o primeiro dia nesta Casa me dispus a atuar como legislador que pauta suas ações na sua ideologia, claro, quando a ideologia é colocada sobre a mesa. Faço parte da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e, no primeiro dia na Comissão, deixei muito claro que em todas as vezes em que os Parlamentares colocassem sobre a mesa de discussão suas ideologias, eu também colocaria a minha; toda a vez que pautássemos a conversa no nível político, eu estaria discutindo no nível político.

Como a Vereadora Heloisa Helena – aliás, tenho um carinho muito grande pelo seu Estado, inclusive tenho amigos em Palmeira dos Índios, temos essa proximidade pelo Estado, um Estado que amo muito, que é o Estado de Alagoas –, como a senhora dizia, acho muito importante também que não caiamos nem num extremismo e nem no outro. Temos que defender a vida e a vida está acima de tudo.

Quero partir, apesar de não querer entrar na questão religiosa num primeiro momento, do que disse o próprio Jesus no Evangelho segundo São João, capítulo 10, versículo 10: "Eu vim para que tenham vida e vida em abundância!" Todos nós, desde uma criança que está no ventre até uma mãe, seja pobre, negra, rica, milionária, esposa de um deputado, esposa de um artista, a vida tem que ser plena para todos nós.

Volto no que eu dizia. Como legislador tenho que legislar, primeiro, pensando naqueles que me elegeram. Certa vez, numa discussão salutar, dentro do nosso Partido, com a Deputada Luiza Erundina, a quem respeito muito, dentro do seu contexto de defesa, porque também é da minha índole respeitar muito as pessoas

– aprendi isso com os meus pais –, dizia ela que nós, quando entramos na questão ideológica, caímos o risco de cair no fanatismo, seja de um lado, seja do outro.

Quero deixar muito claro que, ao chegar nesta Casa, venho para defender os valores dessas pessoas que me elegeram, ou seja, fui eleito pelos católicos, pelos cristãos. A defesa da vida, a defesa da família, para mim, é a bandeira principal e não abro mão dessas bandeiras.

Hoje aqui eu não vim para querer convencer feministas de que devam mudar seu pensamento com relação ao aborto, não vim aqui para convencer militantes LGBT de que também devem mudar sua concepção sobre aborto. Aliás, estranha-me que militantes LGBT estejam tão atrelados a essa luta em favor do aborto, como o Deputado Jean Wyllys, porque tudo isso começou com as feministas e hoje já foi abraçado por uma outra ideologia que me estranha esse tipo de engajamento, aliás, estranha de certa forma, porque hoje já sei de onde vem os recursos para manter todos esses movimentos – claro que já não me estranha tanto.

Nesta Casa, estarei muito atento – e como o Deputado Diego Garcia dizia na sua fala –, no que depender de mim, e o aborto não será aprovado neste País, não será aprovado. Já consegui, nesses primeiros seis meses de mandato, vitórias em favor da vida.

(Manifestação da plateia.)

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Peço silêncio, porque ouvi todos aqueles que representam vocês aqui também. Então, respeitem um parlamentar quando estiver falando. Isso faz parte da democracia. Ouvi todos aqueles que falaram discordando e não disse uma palavra. Isso é, no mínimo, questão de educação. Aprendemos isso dentro da nossa casa com os nossos pais. Quando um parlamentar está falando nesta Casa ele tem que ser ouvido e esse direito me é facultado.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Não terminei de falar ainda, Senador, por favor.

(Soa a campainha.)

O SR. FLAVINHO (PSB - SP) – Quero dizer que, em todos os projetos que forem apresentados nesta Casa, estarei, sim, muito atento para que eles não passem. Já conseguimos derrubar, num primeiro momento, o projeto do Deputado Jean Wyllys; já ontem pedi vista de um outro projeto, também todo maquiado com relação à defesa das mulheres, trazendo toda essa ideologia abortista, conseguimos bloquear esse projeto e vamos continuar trabalhando para que não passe e assim vamos fazer nesta Casa.

Represento, sim, os católicos do Brasil e as pessoas que acreditam na vida. Não somente os católicos, em primeiro lugar sim, mas as pessoas que acreditam na vida. Assim como a Vereadora Heloisa Helena dizia, independente da religião, temos que preservar a vida, seja da mulher, seja dessa criança que está no seu ventre.

Acredito que esta Casa vai ter, com os Srs. Senadores que estão hoje trabalhando esse projeto nesta Comissão, a sensibilidade de valorizar a vida na sua plenitude, não permitindo que ideologias, sejam elas de um lado ou de outro, possam passar por cima da questão maior, que é a defesa da vida.

Estarei defendendo a vida aqui nesta Casa e posso dizer a todos os católicos do Brasil, num primeiro momento, contem com este Deputado, porque, no que depender de mim, o aborto não será aprovado no nosso País.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

Passo à leitura de um documento encaminhado ao Deputado Leonardo Quintão.

Avoquei para a Mesa e farei a leitura, mais uma vez, para esclarecer, definitivamente, que não haja dúvida do debate que estamos travando.

A Universidade Presbiteriana Mackenzie, com base em seus princípios e valores, repudia qualquer ato de atentado à vida e afirma que as posições expostas por seus professores são fruto da liberdade de expressão inerente ao ser humano e à vida intelectual... (*Palmas.*)

Por isso, reafirma a posição de sua entidade mantenedora, a Igreja Presbiteriana do Brasil, que repudia tanto a legalização do aborto como a exceção do aborto terapêutico, quando não há meio de salvar a vida da gestante, quanto ao uso do anticoncepcional abortivo.

Benedito Guimarães Aguiar Neto, Reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie. (*Palmas.*)

Pode usar a palavra, Deputado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero aqui expressar o meu respeito pela educadora Srª Marcia Tiburi, mas que não fique sombra de dúvida a respeito do pensamento da Igreja Presbiteriana do Brasil e da Escola Mackenzie.

Respeitamos todo o direito de expressão do cidadão brasileiro.

Muito obrigado.

Que Deus abençoe este debate.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com a palavra o Deputado Evandro Gussi.

Deputado, V. Exª está com a palavra.

Peço silêncio.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV - SP) – Sr. Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, Senador João Capiberibe, em primeiro lugar, a nossa gratidão, nós da planície da República, podermos ascender aqui ao Senado Federal.

Cumprimento na pessoa de V. Exª a todos os demais componentes da Mesa. Cumprimento ainda os meus colegas Deputados Federais que se fazem presente e que me antecederam.

A primeira questão que me traz aqui é anterior ao mérito do aborto ou não. É classicamente de tendência totalitária o discurso que de antemão segrega, aliena os que pensam de maneira contrária.

Quando alguém previamente, sem que ouvidos os seus argumentos, sem que conhecida sua história de vida, é tido por defender a vida e ser contrário ao aborto como alguém cínico e falacioso, o debate está previamente comprometido. Assim historicamente – essas não são opiniões minhas – comportaram-se os regimes totalitários das religiões materialistas, porque o que inspirou os regimes totalitários foram ideias religiosas e não políticas. Religiões, como dizia Auguste Comte, um cristianismo sem Cristo, o que pregava, por exemplo, o positivismo.

Bom, então, feita essa questão, esse é o maior perigo, porque, sob a perspectiva que foi tratada aqui, sequer poderia estar falando, porque, por defender, por ter uma posição contrária, não nos conhecemos, não nos ouvimos mutuamente, mas por ter uma determinada posição, amplamente refletiva, que não é de natureza religiosa, mas profundamente intelectual, de antemão, colocado como um cínico e como um falacioso, o debate já está inviabilizado de antemão. Esse é o maior perigo.

Eu, por outro lado, prefiro ouvir e da minha boca jamais haverá uma crítica genérica, irresponsável e leviana às pessoas que defendem o aborto, apesar de, conhecendo os argumentos em profusão e em profundidade, discordar do tema.

Sou um entusiasta – se me permite um pouco de irreverência, Sr. Senador – dos programas do reino animal, cada vez mais proliferados nas televisões, documentários inteligentíssimos, e que deixaram uma coisa incrivelmente documentada: de que as coisas sob o sol não ocorrem por acaso, não são frutos do caos, mas são frutos de uma racionalidade. Irracional, portanto, é não perceber isso de maneira clarividente.

É interessante como a cor da pelagem de um animal, a acidez de sua saliva, a compostura de suas garras têm uma razão de ser e hoje amplamente explicada.

Assusta-me quando, passando à espécie humana, toda racionalidade perde abruptamente e irresponsavelmente...

(Soa a campainha.)

O SR. EVANDRO GUSSI (PV - SP) – ...a sua razão de ser. Perdoe-me. Quem construiu o corpo feminino essencialmente distinto do corpo masculino e deu a cada um determinadas funções, e impressiona-me o fato de... Ouvi certa vez isto: imaginem que alguém construísse uma chave no Japão e construísse uma fechadura no Chile e, misteriosamente, elas se encaixassem perfeitamente. É uma analogia simplória, eu reconheço, para a distinção sexual humana.

Perceber essa questão óbvia, natural – e vou para a minha conclusão, Sr. Senador –, perceber essa questão óbvia e as suas consequências óbvias, que, naturalmente, verificadas determinadas circunstâncias, permitem o nascimento da vida humana, permitem o nascimento de alguém, não de algo, e o dia em que essa distinção de fato for consolidada, como alguns pretendem, eu temo pelo futuro da humanidade. Não perceber a naturalidade disso... Desculpem, mas, quem criou a mulher apta e totalmente performada para a maternidade... Desculpem, mas a história mostra o quanto a maternidade realiza a alma e o corpo feminino, o quanto as mulheres são transformadas, conseguem transcender a si mesmas quando têm uma tarefa a realizar, quando têm alguém para amar de maneira...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Deputado, desculpe-me interrompê-lo, mas nós precisamos...

O SR. EVANDRO GUSSI (PV - SP) – Vou concluir em segundos, Sr. Presidente.

Quem construiu isso não fui eu, não foi o Senado Federal, não foi a Câmara dos Deputados, tampouco foi algum Papa. Foi a natureza e, diante dela, eu me curvarei. Como Deputado, antes de servir a ideologias ou

a outra coisa, tenho olhos, ouvidos, sentidos e racionalidade que me permitem compreender que as coisas sob o sol não acontecem por acaso, mas são fruto de uma racionalidade e de suas consequências.

Termino com esta frase: podemos facilmente negar a Lei da Gravidade, como podemos negar a lei da maternidade. Eu não ficaria sob uma bigorna de aço de 50 quilos jogada sobre a minha cabeça.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Deputado. Tem uma diferença grande entre o Senado e a Câmara. A minha mulher é Deputada. Lá na Câmara é apenas um minuto, aqui são cinco minutos. Então, a diferença é grande, mas eu vou pedir que a gente respeite os cinco minutos, que já são uma grande generosidade, pelo fato de sermos apenas 81, enquanto vocês são 513.

Então, passo a palavra ao Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC - SP) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, quero aqui agradecer a recepção calorosa, como sempre, da equipe do barulho, que vem não para o debate intelectual, mas para tumultuar sempre as reuniões. Que pena que não pude pegar, a princípio, as falas dos debatedores, a quem respeito muito, independentemente de suas posições.

Falar sobre o aborto até a 12ª semana de gestação de uma criança chega a ser constrangedor, Sr. Presidente. Tenho em minhas mãos – se as câmeras puderem pegar – o tamanho de um feto formado até a sua 11ª semana. Não é uma coisa, não é um pedaço de carne, não é uma extensão de um corpo, é uma vida. Primeiro, para que essa vida não nasça, seja por qual motivo for, é assassinato, sim, senhor. Sendo assassinato, nós vivemos num país onde os valores estão completamente trocados, num país onde se dá mais valor a um micoleão-dourado do que a um feto, do que a uma criança gestada dentro do ventre de sua mãe.

Fico imaginando o que leva as pessoas a motivarem um aborto. Talvez seja porque nunca viveram, ou, se viveram, carregam traumas e sequelas sobre isso.

A Universidade de Cambridge, se não me falha a memória, na Inglaterra, fez um estudo muito interessante, Deputado Evandro. A universidade chegou à conclusão de que o trauma deixado por um aborto em uma mulher é infinitamente maior do que o trauma deixado em uma mulher que foi estuprada. Isso é estudo. E não é estudo de brasileiro. É estudo de ingleses, cuja mente, segundo dizem, é um pouquinho melhor que a nossa – pelo menos é assim que as pessoas pensam.

O aborto é um crime desqualificado, um crime contra a vida, um atentado contra um ser. O art. 5º da Constituição protege a vida como um bem que não pode jamais ser tocado, independente de credo, de religião, do que quer que seja.

A falácia dos argumentos dos abortistas é que eles não compreendem, de fato, o que é a vida.

Eu tenho uma experiência particular: eu sobrevivi a um aborto, talvez para a tristeza de alguns aqui presentes.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC - SP) – Mas, graças a Deus, para cerca de milhões de pessoas ao redor do mundo – e olha que sou uma pessoa extremamente conhecida...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PSC - SP) – Queria que garantisse a minha palavra, Sr. Presidente.

Eu já estive ministrando a palavra de Deus, que para mim é a maior de todas as ferramentas, em mais de 70 nações. Eu já falei para cerca de 90, 100 milhões de pessoas ao redor do nosso Planeta. E dei o testemunho da minha sobrevivência por Deus. Eu carrego ainda hoje traumas não meus, mas de uma senhorinha que, no alto dos seus 60 anos, é a minha mãe, que até hoje não consegue conviver com isso. Só eu sei quanto gasto com ela por mês pelo trauma não apenas com o aborto que ela tentou fazer comigo, mas com os outros irmãos meus que não puderam nascer. E não apenas isso. Nós tínhamos no fundo da nossa casa uma clínica clandestina de aborto. E o País todo sabe disso. Minha mãe carrega sobre seus ombros o assassinato de mais de 150 bebês. Então, não falo de algo que ouvi falar, mas de algo que eu vivo.

Então, quando vejo pessoas, em nome da ciência, em nome do bem-estar da mulher, em nome do feminismo desacelerado, em nome de tudo que possa se pensar, falarem que o assassinato de um bebê tem que ser protegido pela lei, isso é absurdo, Sr. Presidente. É absurdo! Que essas pessoas coloquem a mão na consciência, todos aqui que aprovam o aborto até a 12ª semana. Então, é uma covardia falar em nome daqueles que não podem nem se quer vir ao mundo para poder se defender.

Eu ouvi muitas das pessoas sentadas nesta mesa. Estou reconhecendo-as pela imagem, embora algumas mudaram muito. Eu conheço alguns aqui que ouvi falarem coisas sobre crianças que não tenho coragem de repetir aqui nesta Comissão.

Então, fica aqui o meu registro. Quero parabenizar o Senador Magno Malta, que, infelizmente, não pôde estar aqui, que é o nosso grande defensor. Acredito que o relatório dele será um relatório pela vida, que vai trazer ânsia ao coração de toda a população brasileira, que, graças a Deus, ainda é extremamente conservadora. A última eleição no Brasil mostrou isso. Mais de 60% da Câmara dos Deputados, pelo menos onde estamos, hoje, são extremamente conservadores. E o conservadorismo dá subsídio à vida.

Parabéns a todos que lutam pela vida. Não ao aborto! Aborto é crime! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Há mais dois Deputados aqui. Em seguida, nós vamos ouvir... Está meio desequilibrado. Eu gostaria de ouvir de um lado e de outro, porque estamos ouvindo só de um lado. O equilíbrio aqui se dá exatamente ouvindo as opiniões divergentes. A Mesa foi democrática.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Deseja falar, Sr. Deputado? Pois não.

Com a palavra, o Deputado Jean Wyllys.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC - MT) – Mas há alguém aqui do lado da morte?

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe.

Quero saudar as minhas colegas Tatiana Lionço, Marcia Tiburi, Sônia e Heloisa Helena. As demais de que não lembro o nome também se sintam saudadas.

Eu queria lembrar aqui dois episódios recentes envolvendo duas pessoas importantes para esta questão que estamos discutindo aqui.

Uma é a Adelir, uma moça que decidiu ter o terceiro filho por um parto normal, um parto humanizado e respeitoso, e foi impedida pela própria obstetra, presa e obrigada a fazer uma cesariana em um país que tem Municípios que praticam 100% de cesariana – ou seja, 100% dos filhos vêm ao mundo através de cesariana –, um país que não investe no direito reprodutivo das mulheres de terem um parto humanizado e respeitoso. Esse é um caso.

O outro caso é da Jandira, aquela mulher casada, já mãe de família, que engravidou. Essa gravidez era indesejada para ela e para o marido. E, por não contar com uma política de interrupção da gravidez indesejada no sistema de saúde, onde ela pudesse fazer com segurança a interrupção de uma gravidez que ela e o marido não queriam, ela recorreu a uma clínica clandestina de aborto, que não era uma clínica mantida pela mãe de um pastor, mas era uma clínica mantida por milicianos no Rio de Janeiro. Ela entrou nessa clínica clandestina; a operação, o procedimento deu errado; ela morreu; e eles deram fim no corpo dela carbonizando-o.

Jandira e Adelir são exemplos de como a sociedade de dominação masculina tutela o corpo da mulher e quer legislar sobre esse corpo da mulher.

Agora, independentemente da dominação masculina, das leis que criminalizam aborto, de um Estado que não assegura às mulheres que querem interromper uma gravidez indesejada de maneira segura, apesar disso tudo, as mulheres continuam praticando aborto. Gostem ou não, sejam contra ou não, as mulheres continuam praticando aborto.

E, segundo uma pesquisa da UnB, feita recentemente, o perfil dessa mulher é casada, religiosa e excelente mãe. Ou seja, apesar das declarações, exortações a favor da vida, contrárias às reivindicações das mulheres, elas continuam praticando o aborto, gostem ou não. E o aborto é quarta causa de mortalidade materna hoje no Brasil e a primeira entre mulheres pobres e negras. Ou seja, esse é um problema de saúde pública colocado aqui.

E é curioso que homens – e eu sou homem, embora homem *gay* – venham aqui falar sobre o corpo da mulher, sobre o destino do corpo da mulher. Eu acho curioso.

Lá na Câmara dos Deputados, o Deputado João Campos, do PSDB do Goiás, financiado pela indústria armamentista, pastor evangélico, convocou uma audiência pública para falar sobre a cultura de morte no Brasil. E a cultura de morte no Brasil para ele se expressa na prática de aborto. Eu perguntei para ele: Deputado João Campos, que tal ampliarmos a cultura de morte para tratarmos, por exemplo, do extermínio da juventude negra e pobre nas periferias do Brasil, através das forças de segurança? (*Palmas.*)

Por que não vamos falar da cultura de morte, Deputado João Campos, sobre os linchamentos, que têm se multiplicado País afora, em que as pessoas não dão às outras o direito à defesa? Por que a cultura de morte, Deputado João Campos, expressa na violência homofóbica, lésbica ou transfóbica não está no conjunto das suas preocupações? Se V. Exª quiser, ampliamos. Vamos ampliar, vamos falar da cultura de morte expressada de maneira geral. Aliás, uma cultura de morte, Deputado João Campos, que se expressa de maneira mais letal é a desigualdade social, a fome e a miséria. Parece-me que vocês usam muito pouca energia para enfrentar

essa cultura de morte e usam bastante energia para querer tutelar o corpo da mulher e decidir sobre a mulher, sobre a gravidez desejada ou não, entendeu?

(Soa a campainha.)

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Bom, diante disso, eu quero dizer que, apesar de todas as exortações desta audiência pública, dos ataques, dos constrangimentos causados à Marcia Tiburi e à Sônia aqui por alguns Deputados, da violência verbal feita aqui, apesar disso tudo, as mulheres vão continuar abortando. Não há Estado que proíba. Então, temos que encarar essa questão não como uma questão moral e religiosa, até porque vivemos em um país plurirreligioso, em que há pessoas que não são religiosas, que não professam nenhuma fé, vivemos em um Estado laico democrático de direito. Vamos ter que encarar essa questão como uma questão de saúde pública.

Por fim, quero dizer que, embora a Vereadora Heloisa Helena, que respeito e gosto muito, e o Senador Randolfe pertençam ao meu Partido, é importante dizer que o nosso Partido, congressualmente, tirou a decisão de que nós somos a favor da legalização da interrupção segura da gravidez. Esta é a posição do nosso Partido: legalização segura da gravidez indesejada. (*Palmas.*)

Por fim, alguém falou aqui em valores trocados, o País está vivendo valores trocados. Está sim. Por exemplo, quando um empreiteiro dá, subterraneamente, R$150 mil para um Deputado Federal que opera um esquema de financiamento de campanha e cento e cinquenta mil reais vão parar numa igreja evangélica da Assembleia de Deus subterraneamente, nós estamos com valores trocados mesmo.

Quando o Presidente da Casa é acusado de receber propina de quinhentos, desculpa, de cinco milhões de dólares, nós temos valores trocados sim. E quando lideranças religiosas usam as suas igrejas não só para explorar comercialmente a fé das pessoas, pedindo, inclusive, cartão de crédito e a senha e para professar discursos homofóbicos, nós temos, sim, valores trocados, e precisamos enfrentar esses valores corrompidos, nefastos e hipócritas que assaltam a nossa República.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com a palavra...

Está bom o debate.

Com a palavra, o Professor Victório Galli, Deputado Federal, pelo PSC de Mato Grosso.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC - MT) – Bom dia a todos e a todas. É um prazer muito grande poder participar deste debate de algo que envolve a vida.

Eu não estava sabendo dessa reunião. Assim que soube, corri para cá, porque eu sou um defensor da vida, e o feto tem direito à vida. O feto é independente, embora esteja no corpo da mãe, é independente da mãe, é uma outra vida, e nós não temos o direito de decidir por alguém que não tem direito de defesa, não tem como se defender. A vida está presente no ato da fecundação e o crime que se faz em tirar a vida, em abortar alguém é o mesmo que tirar a vida de um adulto.

Numa certa ocasião, uma mãe procurou um médico para fazer aborto. O médico, obviamente cristão, disse a ela que seria um risco fazer o aborto e pediu, então, para que ela esperasse a criança nascer e, depois, ela trazia a criança para ele e ele, então, mataria a criança para ela, já que ela não queria ter a criança. Aí, ela disse para o médico: "Mas, doutor, isso é um absurdo. Vou matar uma criança?" E o médico disse: "Que diferença faz matar uma criança depois de nascer ou o feto?"

Só queria que vocês ficassem com essa reflexão. Juntos nós temos que defender a vida. Jesus Cristo veio ao mundo como doador da vida, o Pai da vida, Ele é a vida de todos nós. Jamais estarei aqui para defender morte, para defender alguém que defende morte. Eu defendo a vida em toda a sua circunstância.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Antes de devolver a palavra para a Mesa, eu vou abrir aqui para...

Eu estou achando muito, são oito intervenções e eu vou estabelecer um tempo muito rígido, porque nós vamos ter que encerrar, no máximo, às 12h30, por várias razões. Então, eu vou estabelecer o tempo de dois minutos para cada intervenção e vou ser muito rígido com esse tempo.

Todos aqui cumpriram o tempo. A verdade é que é muita gente interessada no debate. Eu gostaria que a gente pudesse passar o resto da tarde, mas infelizmente não é possível.

Eu passo a palavra a Nayara Teixeira Magalhães, da Comissão da Mulher Advogada.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Senador, só um apartezinho, porque a Débora Diniz é a autora da pesquisa da UnB, eu fiz referência à pesquisa e não fiz referência a ela. Ela é autora da pesquisa, entendeu? Então, quero corrigir essa falha.

Desculpe, Débora.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Daqui a pouco tem pergunta para ela, Deputado. Fique tranquilo que o Senador Magno Malta não vai dispensar ninguém.

Com a palavra, a Nayara Teixeira Magalhães.

A SRª NAYARA TEIXEIRA MAGALHÃES – Bom dia a todas e a todos. Cumprimento o Senador João Capiberibe e todas as pessoas aqui presentes.

Eu vou falar aqui como membro da Comissão da Mulher Advogada da OAB-DF e também como militante e estudiosa de assuntos relacionados a gêneros.

A OAB tem uma finalidade institucional: o mandato constitucional de proteção ao interesse público primário, aprimoramento e guarda da democracia do Estado de direito.

A Comissão da Mulher Advogada, por sua vez, pretende discutir e promover o direito das mulheres e democratizar o debate de forma crítica.

Hoje, estamos juntos diante de uma demanda de iniciativa popular, que sinaliza o clamor da sociedade por mudanças legislativas, que contempla a interrupção voluntária da gestação até a 12ª semana.

Temos hoje um Código Penal de 1940, que considera crime a interrupção voluntária da gestação. Um código que sofreu diversas reformas, alterações, modificações, mas não houve nenhuma alteração nos arts. 124 e seguintes, que criminalizam o aborto e preveem a pena de detenção de 1 a 3 anos às mulheres que cometem esse crime.

O silenciamento ao debate que vem acontecendo nesses últimos 75 anos são, a meu ver, a principal causa de sustentar essa ordem vigente. Paralelamente a essa legislação, em um momento em que a população clama por uma revisão, temos um fato, que já foi comentado aqui: as mulheres fazem aborto.

(Soa a campainha.)

A SRª NAYARA TEIXEIRA MAGALHÃES – No Brasil, centenas de milhares por ano. Centenas de milhares de mulheres com histórias de vidas diferentes.

Eu peço licença para ler um pedaço, que já foi até lido, da proposta de legislação que diz:

A lei deverá estabelecer as condições técnico-profissionais e administrativas necessárias para permitir às usuárias do Sistema Único de Saúde o acesso ao procedimento de interrupção voluntária da gravidez dentro do prazo de 12 semanas. Uma equipe de saúde interdisciplinar deverá informar à mulher sobre as disposições dessa lei, a natureza do aborto e os riscos inerentes a essa prática, assim como sobre as alternativas ao aborto, incluindo programas sociais de apoio financeiro, bem como sobre a possibilidade de oferecer a criança à adoção. Uma equipe interdisciplinar deverá prestar apoio psicológico e social à mulher, para ajudá-la a superar as causas que induziram ao aborto, e para garantir que ela possua todas as informações necessárias para tomar uma decisão consciente e responsável.

Ao que tudo indica, as consequências pretendidas nessa proposta seriam: uma orientação adequada e institucionalizada às mulheres que pretendem interromper a gravidez; uma coleta de dados mais precisos – lembrando que, pelo fato de ser ilegal, existe uma subnotificação enorme. Então, alguns dados, realmente, acabam sendo não conhecidos pelo fato de serem silenciados –; um Sistema de Saúde mais preparado para lidar com essa questão – nós sabemos que não está –; aborto seguro a todas as mulheres e não somente àquelas que têm condições de pagar; respeito a autonomia das mulheres; queda drástica no número de mortes, de complicações decorrentes; e, por fim...

(Interrupção do som.)

A SRª NAYARA TEIXEIRA MAGALHÃES – Ué, mas não eram dez minutos?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª NAYARA TEIXEIRA MAGALHÃES – Desculpa, é porque tinham me informado que eram dez. Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Dois minutos. Um, dois.

São dois minutos. Eu peço desculpa, mas não é possível.

Vou dar sequência.

Aliás, eu vou dar sequência às perguntas do Senador Magno Malta. Eu estou preocupado de a gente encerrar, porque ele é o autor do requerimento e talvez fosse o caso de repetir o objetivo dessa...

Nós estamos aqui debatendo a Sugestão nº 15, que é assinada por 20 mil pessoas, que propõe mudanças na lei.

E eu quero aproveitar aqui para, já, pergunta destinada à Vereadora Heloisa Helena: "A senhora é conhecida por ser uma Parlamentar que faz a ampla defesa dos direitos das mulheres. Por conviver com elas em sua experiência e em seu contato direto com as mulheres, em especial as mulheres mais simples de seu Estado, a senhora pode dizer qual a posição delas? As mulheres em sua maioria querem fazer aborto? É uma posição unânime?"

Mas eu vou fazer o seguinte, vou fazer todas as perguntas e, depois, todo mundo responde.

Pergunta do Senador Magno Malta à Drª Débora: "Sabemos de seu trabalho e sua contribuição para os estudos e pesquisas científicas no Brasil. Sabemos, temos conhecimento. Existe algum estudo científico sobre os traumas do aborto em mulheres, sobre as consequências para a saúde mental, sobre mulheres que sofrem por terem feito o aborto? Quem fez a pesquisa e onde?"

Eu sou muito bem mandado. Eu estou entregando, de acordo com o desejo do Senador Magno Malta, que está, Senador Randolfe, nos assistindo de um leito lá no Espírito Santo.

Para a Drª Viviane, pergunta do Senador Magno Malta: "Os números divulgados de morte de mulheres em decorrência do aborto no Brasil são questionados pelos contra e pelos a favor da descriminalização do aborto. Qual a sua posição sobre o número de morte de mulheres no Brasil e no mundo em decorrência de abortos", Drª Viviane?

Pergunta para o Dr. David: "Qual o montante, qual o valor que circula na indústria de aborto nos Estados Unidos?" Uma. Segunda: "O senhor pode explicar e nos esclarecer sobre o recente escândalo da venda de fetos nos Estados Unidos que a imprensa brasileira não divulga, pois estava muito preocupada em falar do leão que foi morto na África?"

Pergunta do Senador Magno Malta à Drª Tatiana: "O Conselho Federal de Psicologia se manifestou a favor da descriminalização do aborto. Se um profissional orientar uma paciente a não abortar, será e está sendo punido? Quantos, em percentual, de psicólogos são a favor da descriminalização do aborto?"

Por favor.

Encerraram as perguntas e eu começo pela primeira, Vereadora Heloisa Helena.

A SRª HELOISA HELENA – Bom, primeiro, quero saudar e desejar saúde ao Senador Magno Malta. Eu espero que, realmente, vocês, no Senado, os senhores, no Senado, consigam fazer também audiências públicas relacionadas à redução da maioridade penal até como foi a proposta do Senador Magno Malta.

Bom, a pergunta que ele me faz é de alta complexidade. É verdade que eu trabalho com populações vulneráveis socialmente e, de uma forma muito especial, com meninas de 12 a 18 anos, porque, no Brasil, é a idade em que elas são presas, é com 12 anos. A gente rebusca a linguagem falando medidas socioeducativas, unidade de internação, mas são prisões mesmo, os cubículos imundos, onde elas estão. Realmente, eu trabalho com elas, são meninas que já cometeram o que no Estatuto da Criança a gente fala em ato infracional, mas corresponde a crime. Dou aula de violino, acho muito... Então, eu trabalho muito, embora eu seja professora da universidade na área de planejamento de serviços públicos. Foi exatamente por isso que eu apresentei os dados estatísticos que estão na página do Ministério da Saúde e que mostram com clareza que é um malabarismo técnico introduzir esse debate como se o aborto fosse responsável pelo maior número de óbitos de mulheres.

Isso, eu repito, não é verdade. Basta ir à página do Ministério da Saúde. São 470 mil mulheres que morreram, 160 em função do aborto. Então, é um cálculo estatístico, que é minha área, muito específico. Claro que, se uma morresse, ou de neoplasia maligna ou de aborto, nós sentiríamos da mesma forma, mas malabarismo técnico em relação aos dados do Ministério da Saúde não pode ser feito.

Eu não sei como elas pensam, até porque nós vemos isso aqui no debate da Mesa. Mesmo pessoas que têm posições iguais, têm argumentos e concepções diferentes sobre determinadas áreas. Eu sou totalmente contrária à ampliação da legalização do aborto, porque em relação a algumas áreas já acontece, em função do que eu falei aqui. Não tem nada a ver com religião.

Eu fico muito impressionada como esse debate da religião está ficando tão presente aqui, no Congresso Nacional. Não sei se mais na Câmara ou se aqui, no Senado, mas é impressionante como isso está colocado, ou de supostas maiorias. A minha posição não tem nada a ver nem com a minha religiosidade e não tem nada a ver com a opinião das maiorias. As maiorias podem decidir coisas horrendas, de perseguição a pessoas, por causa da cor da pele, da religião que professam ou da orientação sexual. Não se trata disso.

(Soa a campainha.)

A SRª HELOISA HELENA – Então, eu não sei exatamente o que todas elas pensam.

Eu vivencio diretamente com elas, Magno, e quero passar para você os dados estatísticos que mostram claramente o perfil de morbi-mortalidade das mulheres e, mais uma vez, eu espero que esse momento tão lindo e único da criação, independentemente de qualquer nome que seja dado a esse momento belíssimo da

criação, uma única célula – uma única célula –, um único código genético diante de toda a humanidade é que é responsável por esses seres multicelulares que aqui estamos.

Então, é preservar essa vida. Não significa inutilizar o direito à vida da mulher, só que 9 meses de uma gestação, acaso ela seja a termo, não podem ser maiores do que toda a existência de uma vida que se desenvolve, de um ser humano em desenvolvimento na vida intrauterina. Então, isso é fato.

Então, eu espero conseguir passar, Senador Capiberibe. Deixarei com o senhor todos os dados estatísticos e os endereços no Ministério da Saúde que tratam desse tema.

Não sei o que todas as mulheres pensam. Muitas eu sei que pensam como eu, e outras, certamente, pensam de forma diferente também.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Senadora.

Eu queria registrar aqui a presença do Deputado Federal Eros Biondini, que é Deputado Federal pelo PTB de Minas Gerais.

E eu passo a palavra, para responder à pergunta do Senador Magno Malta, à Profª Débora.

A SRª DÉBORA DINIZ – Senador Malta, aproveito para registrar os melhores votos de recuperação ao senhor e dizer também que ouvi aqui um conselho de que este é um debate em que nós temos que manter a boa vizinhança, até porque o senhor tem uma proposta de trazer para essa Casa uma conversa sobre o tema da redução da maioridade penal, e aqui, com a Heloisa Helena, temos a mesma posição.

Então, esse é só um exemplo de como o mundo é mais complexo do que esses binarismos, de que nós estamos a favor e contra e que nós temos inimizades. Nós temos conversas que podem ser fluidas a depender do agendamento que nelas colocamos. Neste momento, a nossa conversa é sobre aborto e o senhor me fez uma pergunta bastante importante e que foi mencionada durante algumas das perguntas. A minha resposta vai ser uma resposta científica: não temos estudos confiáveis, confiáveis é uma categoria da ciência da informação, para classificação da qualidade dos estudos.

Aqui, foi mencionado que a Pesquisa Nacional de Aborto, que foi financiada pelo Ministério da Saúde, nossa conversa sobre financiamento sim importa, financiada pelo Estado brasileiro, mostrou magnitude da qual nós conversamos. Os poucos estudos, não confiáveis, sobre trauma e sofrimento mental foram financiados por igrejas, e eles foram feitos por amostras não confiáveis, não aleatórias, à beira do leito, baseado em memória das mulheres quando interpeladas sobre "sofreu ao fazer o aborto?" Essa é uma interpelação moral, e não uma pergunta científica.

No Brasil, nós temos apenas dois estudos feitos com amostras de cinco, dez mulheres. Isso nem sequer merece a referência em um debate para definição de políticas públicas e legislações.

Ciência importa, porque a ciência é um dos momentos, e aqui, novamente, eu parabenizo o Senador, que tem uma posição contrária a que eu apresento, mas devolve o debate para o campo da ciência, que é aquilo que tem que fundamentar as ações num Estado democrático e laico.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Professora.

Obrigadíssimo.

Eu queria justificar aos presentes que o nosso Presidente da Comissão, o Senador Paulo Paim, se encontra em diligência no Piauí. Ele está debatendo a regulamentação da terceirização no trabalho e ele teve que se deslocar. Então, espero que todos entendam a importância da ida do Senador Paulo Paim lá, no Piauí.

E eu passo a palavra, então, ao Dr. David, para responder ao questionamento do Senador Magno Malta.

O SR. DAVID KYLE – (*Tradução por profissional habilitado.*) – Antes de responder, eu gostaria de fazer alguns comentários.

Eu escuto bastante que: "Ah, o aborto vai acontecer de toda forma. Então, por que a gente não legaliza?" Bom, nessa lógica, então, a gente tem que legalizar o assassinato, porque vai acontecer, embora a lei diga que não é possível matar alguém. Então, não faz sentido.

Então, respeito pelas mulheres. Eu acredito e todos nós acreditamos que devemos respeitar as mulheres, mas isso deve começar no ventre, senão, você estará respeitando seletivamente as mulheres. E isso é inútil. Se você só vai respeitar algumas mulheres, qual é o ponto?

Em relação ao dinheiro. Nos Estados Unidos bilhões de dólares são gerados na indústria do aborto. É difícil dizer, mas um dos médicos em um ano fez US$1,8 milhão, um médico apenas, no Planned Parenthood. É uma indústria bilionária matando bebês. É impressionante a quantidade de dinheiro que gira. Se não fosse assim, eles não fariam.

Temos um escândalo nos Estados Unidos com o Planned Parenthood, vendendo órgãos de bebês. Isso é algo que já sabemos há anos, mas apenas recentemente foi mostrado um vídeo falando sobre essa questão; esse vídeo veio à tona recentemente. Infelizmente, a nossa mídia, que é pró-aborto, não veicula tanto isso. En-

tão, nós temos, por exemplo, essa questão do leão que foi morto na África recebendo mais cobertura da mídia do que todas essas mortes de bebês.

Eu já soube que os médicos, por exemplo, manipulam essa questão do período e do prazo de gravidez para poderem realizar abortos. Eles querem o dinheiro. Porque eles cobram a paciente pelo aborto e depois vendem os órgãos dos bebês.

Embora seja horrível ver isso, é algo que vai acontecer. Nós temos que nos posicionar como cidadãos, cada um no seu país. E temos que colocar limites. Precisamos respeitar a vida, senão, não vai acontecer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Creio que é a última pergunta foi para... Aliás, temos duas perguntas. Por favor.

A SRª VIVIANE PETINELLI E SILVA – Agradeço a pergunta do Senador Magno Malta.

A Vereadora Heloísa Helena e o David já responderam em parte. A mortalidade materna no Brasil importa, sim, por causa do aborto, mas também representa números muito pequenos frente às demais mortes maternas que nós temos, que é 0,03% hoje, nos dados do SUS, conforme a Vereadora colocou. E mesmo legalizado, há mortes por questões médicas mesmo que não serão evitadas. Ou seja, pode ser que caia no Brasil, mas não zeraremos esse tipo de mortalidade, pois o próprio procedimento do aborto tem realmente os seus perigos físicos, diretamente, e psicológicos, indiretamente, para as mulheres. Então, independentemente de ser clandestino ou legalizado, ele tem esses riscos de morte.

Como eu falava, a questão não é o aborto em si, mas a gravidez indesejada. Nós temos que lidar com a gravidez indesejada, e não com a sua consequência. Não adianta tratarmos a consequência se a gravidez continua a ser indesejada.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com a palavra a Srª Tatiana Lionço.

A SRª TATIANA LIONÇO – Queria agradecer a pergunta do Senador Magno Malta, porque me dá a oportunidade de falar um pouco mais das posições formais da Psicologia em relação ao tema.

Então, em relação à primeira questão, ou seja, se seria violação ética orientar paciente a não realizar o aborto, o que eu tenho a dizer é que no nosso código de ética seria violação ética induzir a quaisquer posicionamentos morais. De modo que é violação ética tanto induzir a não realização quanto seria violação ética induzir à realização do aborto.

Com isso espero deixar claro que a Psicologia se pauta eticamente no exercício fundamental de reconhecimento da alteridade e na ampla defesa da livre consciência e autonomia das pessoas, defendendo a adversidade moral da sociedade.

Em relação à segunda questão sobre o número de profissionais de Psicologia que decidem moções e recomendações, tais como a descriminalização do aborto, o que eu tenho a dizer é que não tenho esse quantitativo de profissionais de Psicologia, mas posso esclarecer os mecanismos pelos quais os profissionais de Psicologia chegam aos espaços deliberativos.

Então, qualquer profissional de Psicologia pode participar das conferências de Psicologia, que são espaços de deliberação e de recomendações éticas e técnicas para o exercício profissional. E esse momento de participação no processo democrático se inicia nos conselhos, nos congressos regionais de Psicologia, os CREPOPs. E aí, evidentemente, os profissionais se candidatam às delegações, tanto ao CREPOPs quanto dos CREPOPs para representar a categoria no Congresso Nacional de Psicologia.

Trabalhamos numa lógica de representatividade, de delegações e de eleições no processo de deliberação na Psicologia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

Vou oportunizar os componentes da Mesa que não falaram.

Passo a palavra à Profª Marcia Tiburi para as considerações finais.

A SRª MARCIA TIBURI – Eu gostaria apenas de dizer que fico impressionada com a falta de embasamento, fundamentação e o nível fundamentalista das expressões da maior parte dos Deputados. É realmente lastimável ter que debater nesse nível com pessoas tão malpreparadas.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª MARCIA TIBURI – Há algo de constrangedor neste momento. Para mim, que sou professora que prezo muito o conhecimento, o estudo, o discernimento, a ética, a política e, sobretudo, a alteridade, eu realmente espero que a gente possa avançar num debate o mais cuidadoso, mais elegante, mais preocupado e que valorize o lugar dos sujeitos implicados na questão do aborto, as mulheres.

Agradeço de qualquer maneira pelo convite para estar aqui.

Obrigada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado.

Com a palavra o Padre Paulo Ricardo.

O SR. EROS BIONDINI (PTB - MG) – Senador Capiberibe, pela ordem. Só para dizer que estou inscrito antes da sua conclusão final.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não. Nós estamos encerrando, Deputado. O senhor me desculpe, mas estou encerrando com a Mesa.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Não teremos mais falas?

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Vamos encerrar com a Mesa. A última... Pois não.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Vai ficar desigual, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Não vai ficar desigual.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Já está, porque aqui quase ninguém falou.

O SR. PAULO RICARDO – Só gostaria de retomar um assunto-chave,fundamental para o futuro do nosso País, que é a realidade de que a sociologia, nos últimos anos, tem se transformado em instrumento de manipulação e de engenharia social. Essa é a realidade inegável.

Ou seja, fala-se muito em direito das minorias, em defender as mulheres, etc., mas, quando vamos aos livros técnicos para os debates internos, entre eles, aqueles que são *decision makers* verdadeiramente, eles falam realmente de manipulação de realidades básicas da nossa sociedade.

No artigo que citei de Kingsley Davis, ele diz com toda a clareza: se nós queremos realmente evitar os males da sociedade, temos de fazer mudanças suficientemente básicas. Isso quer dizer o seguinte: mudar a estrutura da família, o papel da mulher, as normas sexuais e a complementaridade entre homens e mulheres. Isso é decidido por pessoas que pensam que a sociedade determina – determina – o comportamento das pessoas.

Então, vejam só, a determinação do comportamento das pessoas por pessoas que estão fora do País, em fundações, e que estão subvencionando os estudos das nossas universidades para manipular o povo.

Veja, o povo precisa ficar sabendo disso. E não é simplesmente uma questão de dizer "Ah, estamos defendendo as mulheres, porque ninguém é a favor do aborto, todo mundo só é a favor da liberdade da mulher."

Não é verdade que ninguém é a favor do aborto. Existe, sim, quando vamos para as pessoas que realmente contam, uma clareza enorme, uma determinação enorme em ser a favor do aborto, sim. Por exemplo, a Francis Kingsley, fundadora dos Católicos pelo Direito de Decidir, repreendeu publicamente a Senadora Hillary Clinton, porque Clinton usou essa linguagem, de que não somos a favor do aborto. E ela disse exatamente o contrário. Ela disse: "Não, quem disse isso? Nós somos a favor do aborto sim."

Então, por quê? Porque é isso que irá desmontar a estrutura social, porque o aborto aqui é uma realidade de desmonte das instituições naturais da sociedade, para criar uma artificialidade. E é por isso que as coisas estão tão atadas. O movimento LGBT, a realidade do casamento homossexual, a legalidade do aborto, etc., tudo isso está atado, porque faz parte dessa engenharia social.

Ou seja, a pergunta é: nós estamos cientes disso? Precisamos ir às fontes primárias, aos documentos que nos dizem o que a nossa sociedade está sofrendo. Nós não podemos ficar passivos, olhando a coisa acontecer. O próprio Kingsley Davis diz que, se nós, sociólogos, não fizermos alguma coisa, as pessoas irão ouvir o funcionário governamental ou o funcionário da igreja. Ou seja, ele quer entrar exatamente para mudar a estrutura, para que as pessoas sigam a opinião dele. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

Obrigado, Reverendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – A última participação da mesa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Passo a palavra à Srª Sônia Corrêa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Uma questão de ordem.

Gostaria só de registrar também a indelicadeza com o Deputado, que queria ter uma...

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Com a palavra, a Srª Sônia Corrêa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pela indelicadeza comigo também, Senador.

Muito obrigado.

A SRª SONIA CORRÊA – Muito obrigada, Senador Capiberibe.

Eu quero, uma vez mais, agradecer a oportunidade do convite para esta audiência. Quero terminar – é um privilégio ser a última a falar – e ser breve, mas usar este último momento de fala para reiterar alguma coisa que eu disse no começo da minha intervenção, que foi a minha ênfase no debate sobre aborto como um tema de deliberação democrática.

E quero dizer que penso eu que, a despeito de limitações das paixões que estavam na sala,de certos momentos com tom acusatório, de um pouquinho de falta de escuta, acho que nós fizemos hoje um momento de deliberação democrático, e isso é muito salutar.

Tanto é assim, que quero concordar com quem discordo. Por exemplo, quero concordar com a Senadora Heloísa Helena, quando ela diz, ao discutir os números de mortes por aborto, que não importa se são 500 mil mulheres, se são 100 mulheres, se são 300 mulheres ou se é apenas uma única mulher que morre de morte materna em razão do aborto, porque isso será sempre um escândalo, quando a gente dispõe neste momento de condições para que essa morte seja evitada.

Também quero concordar com a Drª Viviane, quando ela afirma que temos, sim, de ter uma preocupação e de tratar como prioridade a questão da gravidez indesejada, sem dúvida.

Eu trabalho nesse campo, há quase 40 anos, e faz 40 anos que digo que o direito ao aborto nunca pode ser pensado de maneira isolada, mas que ele é parte de uma pauta ampla de saúde sexual e reprodutiva, que vai do pré-natal ao parto, à assistência ginecológica, à prevenção do câncer, nunca de maneira isolada.

Então, acho que a gente também tem o desafio de pensar as deficiências e precariedades da política de saúde reprodutiva no Brasil, que foram apontadas por vários aqui, nesta sala, hoje.

Eu penso – e tenho dito isto muitas vezes – que o aborto deve ser legal, seguro e raro. Acho que ninguém que defende o aborto pensa que ele é um método de anticoncepção ou que ele deve ser uma coisa estendida. A gente deve buscar que ele seja raro.

E, para terminar, quero sugerir... Pensei que esta era a última audiência, e não é. Penso que a próxima audiência desta Comissão deveria tomar em mãos um tema que houve nesta discussão hoje e que não tivemos oportunidade de discutir adequadamente, que é debater diretamente e frontalmente a questão do direito à vida.

Vamos discutir, deliberar democraticamente sobre as diferentes concepções de direito à vida, o que dizem os instrumentos internacionais, o que têm dito as cortes constitucionais, o que diz a visão religiosa. Vamos enfrentar esse debate de frente.

Eu – e para terminar – penso que sim, que há um potencial de vida no embrião e que há um conflito de direitos entre o potencial de vida do embrião e o direito da mulher sobre a sua realização plena como sujeito. E a gente deve tratar o tema do ponto de vista da ponderação.

Sei que não há acordo sobre isso, nem mesmo no campo feminista, mas acho que esse debate deve ser feito com a mesma seriedade e com as mesmas condições razoáveis de democracia que conseguimos ter aqui hoje.

Muito obrigada por estar aqui presente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Srª Sônia Corrêa.

Eu queria fazer um esclarecimento.

As questões de ordem aqui podem ser levantadas pelos Srs. Senadores e Srªs Senadoras. Isso é regimental.

A palavra facultada aos Deputados foi uma deliberação desta Presidência, e nós facultamos a palavra a todos os Deputados Federais que aqui estiveram no período do debate.

Gostaria de lembrar que nós recebemos quase mil comentários pelo e-Cidadania sobre o debate em discussão. E vou aproveitar para lembrar que esta audiência pública teve o objetivo de debater a sugestão legislativa que considera a interrupção da gravidez um ato médico. Ou seja, ela somente poderá ser realizada por um profissional de Medicina.

O debate é em torno desta sugestão legislativa: a interrupção só poderá ser realizada por um profissional de Medicina e respeitando a regulamentação em lei, através do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa sugestão iremos debater, debatemos já, e vai continuar o debate, que não se encerra aqui.

Ela foi apresentada mediante a assinatura de mais de 20 mil pessoas. A interrupção voluntária da gravidez...

São cinco pontos que essa sugestão apresenta: a interrupção voluntária da gravidez seria considerada um ato médico, podendo ser realizada apenas pelo profissional de medicina capacitado.

Segundo, a interrupção seria realizada obrigatoriamente através do SUS, em todas as suas instituições capacitadas para tal, de forma a evitar vínculos comerciais nos procedimentos médicos de realização do aborto voluntário. Terceiro, os profissionais de saúde do SUS, Sistema Único de Saúde, poderiam declarar objeção de

consciência, para não realizar o correspondente ato médico e, assim, estariam isentos de fazê-lo, sendo substituídos por outro profissional capacitado. Quarto, a lei e as regulamentações definiriam condições adequadas para fornecer às usuárias do SUS informações sobre a interrupção da gravidez através de uma equipe multidisciplinar que ofereceria todas as condições para a mulher optar ou não pela realização do aborto, inclusive com a execução de programas sociais de adoção e outras alternativas socioeducativas, bem como programa de apoio à mulher para apoiá-la nesse momento difícil. Quinto e último, qualquer interrupção da gravidez, aborto voluntário, realizada fora dessas regras aqui resumidas, detalhadas na Sugestão nº 15, continuaria sendo ilegal, conforme os padrões de legislação atual.

Então, esse foi o tema que norteou os nossos debates. E queria agradecer a todos aqueles que se deslocaram de Estados, de...

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (PTB - RS) – Senador...

(Interrupção do som.)

O SR. LUIZ CARLOS BUSATO (PTB - RS) – ... nove horas da manhã estar aqui e não poder falar...

(Interrupção do som.)

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Portanto, não havendo nada mais a tratar, dou por encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.)

ATA DA 63ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia onze de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Hélio José, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro, Valdir Raupp, Vicentinho Alves e da Senadora Ana Amélia. Registra-se a presença do Ex-deputado Federal Hermes Zanetti (PMDB/RS). A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 8 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre o "Desemprego". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA; Carlos Alberto Schmitt de Azevedo, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL; Amadeu Roberto Garrido de Paula, Assessor Jurídico da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL; Rafael Marques, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Sérgio Luiz Leite, Primeiro Secretário Geral da Força Sindical; José Gonzaga da Cruz, Diretor da União Geral dos Trabalhadores – UGT. O Senhor Presidente concede a palavra à seguinte pessoa presente no plenário: Mário Jorge, da CNTS. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Hélio José e a Senadora Ana Amélia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e trinta e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 63ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 08, de 2015, da CDH, de autoria deste Senador e de outros, para debater e discutir desemprego, rotatividade e as últimas medidas apresentadas para os trabalhadores, como a redução do horário, com redução de salário.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo, por meio do Portal e-Cidadania – link: www.senado.leg.br.e-cidadania, que está ali na tela da TV – e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Esta audiência foi provocada principalmente pela CNPL, que me procurou, demonstrando as suas preocupações com este tema, e outras centrais se somaram a esta iniciativa.

Nós, então, resolvemos aproveitar esta manhã de terça-feira, para dialogar sobre um tema que preocupa a todos. Estamos vendo demissões e greves acontecendo em todo o País. É preciso dialogar, conversar, discutir e apontar caminhos.

Uma das maiores preocupações é a alta rotatividade principalmente das empresas terceirizadas e também nas empresas privadas. Está aí o caso, que estamos acompanhando lá, de São Bernardo, onde as demissões crescem, na Região do ABC, e os trabalhadores, inclusive, estão em greve.

Então, o momento é de muita reflexão. Hoje, acordamos com um novo plano econômico, apresentado pelo Presidente do Senado ao Ministro Levy. Pelo que vemos, são 28 itens, que todos nós temos a obrigação de discutir, olhar e analisar para ver essa proposta do Senado, qual o seu alcance, enfim, e quais as suas consequências.

Percebi que, entre as conversas sobre o tema, está a aceleração do Projeto da Terceirização, que nos preocupa muito. Penso que terceirização não é a resposta para o País coisíssima nenhuma, mas, tudo bem, vamos fazer o bom debate. Pelo menos, foi o que vi através da imprensa hoje de manhã. Dizermos simplesmente

que terceirizamos tudo, inclusive a atividade-fim, no meu entender, é um retrocesso na história do País. Não queria que, no meu currículo, constasse essa participação no período em que estive no Congresso brasileiro.

Penso que é um enorme retrocesso. Já fui a 14 Estados, onde foi aprovada a Carta de cada Estado. Penso que vocês têm a relação dos 14 Estados, não é? Posso, em seguida, se me fornecerem aqui, estou falando de improviso, é claro...

Não houve um Estado em que essa tal terceirização foi considerada viável. Ela foi, por unanimidade, a votação final de milhares e milhares de diligentes, não houve uma assembleia legislativa que não estivesse lotada com diversos setores da sociedade – profissionais liberais, todas as organizações do Judiciário, todas as organizações do trabalhador e de centrais, associação de aposentados e de servidores. No final, a Carta é lida e aprovada.

Fui a 14 Estados. Vou, até o fim do ano, passar por mais 12. Ficaram 2 Estados que pediram, para que a visita fosse no mês de fevereiro; assim o farei, mas não ficará nenhum Estado, antes da retomada dos trabalhos a partir do mês de fevereiro, sem ser visitado. No máximo, até os primeiros quinze dias de fevereiro, passaremos em todos os Estados.

A nossa intenção, depois de passar por todos os Estados, inclusive o Distrito Federal, aprovando essa Carta, é fazer um grande encontro nacional em Brasília. O pessoal entende que dá para fazê-lo aqui no Centro de Convenções ou no Ginásio Nilson Nelson. Esta é a proposta: que o encontro seja no Nilson Nelson, e que a gente traga em torno de 5 mil líderes sindicais de todo o País.

Há aqui a relação dos Estados que já fomos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não. Que nós fomos. Estava tudo num único calendário que mandei para vocês, mas tudo bem. Vou ler, depois, rapidamente, o nome dos Estados que já fomos, mas está confirmado então: Bahia, Salvador – 18 de setembro, às 14 horas, sempre na Assembleia Legislativa; Brasília – 25 de setembro, aqui na Câmara Distrital, às 14 horas; Sergipe, Aracaju, 8 de outubro às 14 horas; Alagoas, Maceió, 9 de outubro às 14 horas; Pará, Belém, 22 de outubro às 14 horas; Amapá, Macapá, 23 de outubro às 14 horas; Rondônia, Porto Velho, 5 de novembro às 14 horas; Acre, Rio Branco, 6 de novembro às 14 horas; Espírito Santo, Vitória, 19 de novembro às 14 horas; Tocantins, Palmas, 3 de dezembro às 14 horas; Goiás, Goiânia, 4 de dezembro às 14 horas; Mato Grosso, Cuiabá, 18 de fevereiro, às 14 horas, de 2016; Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 19 de fevereiro às 14 horas.

Por que estas duas foram alteradas para 2016? Na verdade, seriam neste próximo fim de semana. Como tive um problema de coluna muito grave, tive de me afastar, o médico recomendou que eu não viajasse por pelo menos 15 dias. Daí, como eles já tinham marcado uma atividade, farão um ato de protesto, mas não será uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos, e pedirão para dar um tempo, para que eles reagrupassem, digamos, todos os líderes, para fazer esse grande ato nessa época.

O encerramento com evento nacional será em Brasília, em 12 de maio de 2016, às 10 horas. Será numa quinta-feira, com delegações de todo o País, onde será aprovada a Carta à Nação brasileira.

Vejam que começamos esse movimento em maio de 2015 e vamos terminar em maio de 2016. Começamos no mês do trabalhador e vamos terminar no mês do trabalhador – no mês de maio. É claro que, até lá, vamos conversar, na Casa, com o Presidente Renan e, enfim, com os Senadores.

Esse é um projeto que ficou por 11 anos na Câmara dos Deputados. Se ele ficou esse tempo todos lá, não pode ficar no Senado por um ano? Pode! Penso que seria uma certa irresponsabilidade nossa um projeto delicado como este ser votado – e tem tudo a ver com o tema de hoje do desemprego – com essa brevidade.

Calculem os senhores que eu tenha uma empresa e não tenha trabalhadores terceirizados. A terceirização vem para quê? É natural que o capital... O empregador visa ao lucro. É natural. Eu, se tivesse uma empresa, queria o lucro. Ou não? É natural que ele pense no lucro, e é legítimo. Não estou aqui pondo uma posição de quem é contra o lucro: é legítimo que ele vise ao lucro. O que ele vai fazer com os seus trabalhadores fixos? Ele vai demitir grande parte e contratar uma empresa terceirizada para suprir o lugar daqueles trabalhadores.

Nós tivemos um exemplo, nas viagens, de um depoimento do Sindicato dos Bancários: um banco, no México, tinha 32 mil trabalhadores fixos, demitiu em torno de 30 mil e contratou 30 mil terceirizados, com salário 30% a menos. Vamos ver, no momento adequado, quem está faltando com a verdade. Vamos ver! São dados que vieram do México, não estou inventando aqui, o Dieese não inventou ou a CUT ou a CGT ou a UGT ou a Força Sindical ou a CNPL. São dados que estão sendo colocados e vão para o meu relatório, e cada um vai poder contestar no plenário do Senado, no momento adequado.

Eu acho que é uma irresponsabilidade querer votar esse projeto de forma acelerada. Repito, os 40 milhões de trabalhadores com carteira assinada ficarão à mercê de serem demitidos de um momento para o outro. Vão

demitir os 40 milhões? Claro que não estou dizendo isso, mas poderão ser demitidos 20 milhões. E quem serão os 20 milhões? Porque, se eu terceirizar a atividade-fim, qual é o objetivo? É mudar o meu comando. Ninguém vai provar, com essa força que se está fazendo pelo outro lado, quem é a favor de aprovar a atividade-fim para perder dinheiro. Ou alguém é louco de dizer: "Não, eu quero terceirizar a atividade-fim porque eu quero perder dinheiro." Não vai, não vai! Vão demitir e vão empregar terceirizados.

Eu, por exemplo, digo sempre, sou metalúrgico do Grupo Tramontina há mais de 30 anos e tenho orgulho disso. Agora, os trabalhadores da nova geração irão dizer: "Eu sou o número tal, do escritório tal, que, no contrato tal, me mandou trabalhar em tal empresa. Em tal empresa eu trabalhei dois, três, quatro, cinco meses, um ano; depois, me mandaram para outra; e depois para outra; e depois para outra." "Sim, mas qual é a sua empresa?" "Eu trabalhei em tantas que eu nem sei." Isso por causa da outra atividade que nós vamos falar aqui hoje também: a rotatividade.

Já estamos com a presença da Senadora Ana Amélia.

Senadora, eu fazia aqui a exposição de todos os Estados pelos quais já passei e que vou passar até fevereiro. São 14 Estados que já fui. Citei um por um aqui: Minas, Santa Catarina, Curitiba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Manaus, Roraima, Piauí e Maranhão, que foi neste fim de semana. Repito, por unanimidade, todos os eventos lotados. E o povo de cada Estado, que está me ouvindo neste momento, sabe que eu apenas disse que eu ia com a delegação e que quem organizou o evento foi a população de cada Estado. Todos, lotados, aprovaram o repúdio ao PL nº 30.

Como eu dizia, rapidamente, só para aqueles que estão chegando, a partir do dia 18 de setembro, então, Bahia, DF, Sergipe, Alagoas, Pará, Amapá, Rondônia, Acre, Espírito Santo, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. O encerramento deste grande encontro, como eu falava, será aqui no DF, no dia 12 de maio, no qual se espera aprovar a carta à Nação.

Eu vou marcar um encontro com o Presidente Renan, com Líderes das centrais e confederações, para dialogar com ele sobre esta pressão, que eu sei que está havendo, para votar de novo o projeto sem uma leitura detalhada.

Inúmeros Deputados Federais, nos Estados, me procuram e dizem: "Não, foi votado do dia para a noite. Eu não sabia nem o que eu estava votando. Por isso, eu votei". Senão não teriam aprovado uma lei como esta, em que inúmeros empresários... E dou o exemplo do meu Estado. Lá, as confederações de empresários são muito fortes. Das três que participaram do evento, na assembleia, duas disseram que esse projeto como está não interessa, porque ele vai criar uma contratação jurídica ainda maior, o projeto que veio da Câmara. E o terceiro disse: "Olha, o que dá para fazer é melhorar o projeto. É melhorar o projeto". Guardei e está no meu relatório que vou apresentar.

Um empresário do Rio Grande do Norte, empresário e Deputado Federal, disse: "Eu sou empresário da área do comércio, podem contar comigo para ajudar na mobilização do meu Partido para rejeitar esse projeto, que também não interessa, vai criar um descompasso, vai criar uma anarquia, vai criar uma enorme confusão na relação entre capital e trabalho".

Eu diria que, no túmulo, o Getúlio, o Brizola, o Pasqualini, aqueles que foram, queiramos ou não, os pais do trabalhismo, devem estar imaginando: "Mas que coisa, não é?" Os anos passam e cada vez tendem a piorar ou tentam construir algo que vá revogar aquilo que, até hoje, para nós, é muito caro, que é a própria CLT e os arts. 6º ao 12º da nossa Constituição, que tratam das questões sociais.

Foi uma rápida introdução, porque o tema, no fundo, é este: desemprego e rotatividade. Claro que aqui não vai só se falar da terceirização, que é um dos pontos que entra sempre nesse debate. Por isso, vou começar, neste momento, a montagem da Mesa, depois dessa rápida fala, sobre este tema que preocupa a todos: a rotatividade, que está aumentando no País de forma preocupante.

Chamo, de imediato, Moacyr Roberto Tesch, representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que tem nos acompanhado nestas viagens e é uma prova de tudo aqui que eu estou falando. (*Palmas.*)

Não sei se já chegou a Anamatra, mas eu vou já registrar, porque, se chegar, participará da Mesa o representante da Anamatra, que é o juiz Guilherme Guimarães Feliciano, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Faço aqui um destaque à Anamatra, por quê? Em cada audiência pública que participamos nestes 14 Estados, nós abrimos com um vídeo da Anamatra. Sabe quem fala no vídeo? Atores e atrizes de renome internacional dão depoimentos sobre como eles veem esta questão da terceirização. Eu vou pedir que coloquem o vídeo da Anamatra, inclusive, entre uma fala e outra. O vídeo é de três minutos e deixa claro qual é a posição dele sobre a alta rotatividade e esta questão da terceirização.

Carlos Alberto Schimitt de Azevedo, Presidente da Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL), que é um dos que provocou este evento no dia de hoje.

Nem sempre é somente esse ou aquele setor ou associação central. Vejam que o que importa aqui é que, se a pauta é positiva e interessa à sociedade brasileira, nós acatamos. Por isso, há uma disputa muito grande aqui nas audiências públicas. Eu não faço audiência pública porque eu somente gosto de fazer. Se vocês fossem analisar, se eu pudesse fazer audiência pública de manhã, de tarde e de noite...

Meu amigo, minhas palmas aqui pela iniciativa. (*Palmas.*)

...teríamos aqui audiência pública de manhã, de tarde e de noite. Não consigo atender a todos, mas dentro do possível... Embora eu queira mais uma vez reconhecer que eu tinha falado que, neste segundo semestre, não teríamos audiência pública nas terças ou quartas, só segundas e quintas, mas não tem jeito, estamos de novo voltando ao vício de quem tem que trabalhar, porque a situação de fato é grave.

Eu quero dar uma salva de palmas à condução dos funcionários desta Comissão. (*Palmas.*)

Eles têm se dedicado a ir, inclusive, pelos Estados comigo. Sempre vão um ou dois comigo pelos Estados.

Agora chamo Amadeu Roberto Garrido de Paula, que é um dos assessores dessa confederação, que tem, também, colaborado muito com esse debate e quer apresentar aqui o seu ponto de vista.

Rafael Marques, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e representante da CUT.

Disse que iria atrasar um pouquinho, mas chegou bem, meu velho, parabéns. Parabéns! (*Palmas.*)

O Rafael Marques é Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que, todo mundo sabe, é o berço de onde surgiu o Presidente Lula. Aqui, ele também falará sobre a Central Única dos Trabalhadores. Ele fez questão de vir. Ligou-me ontem e disse: "Não, estou desmarcando outras agendas e indo para aí, porque esse é um tema que todos nós temos que estar presentes para discutir."

O representante da Força Sindical também confirmou ontem que estaria presente. Não sei se a Ruth já chegou... Inclusive mandariam dois. Tem outro que me reafirmou que vai chegar um pouco atrasado, em torno de 10h30 e 11h.

Eu já fiz aqui uma rápida introdução sobre o tema do debate de hoje, situando o que cada convidado falará e expressará o seu ponto de vista sobre a própria medida provisória, sobre a questão da rotatividade, do desemprego, sobre a terceirização, porque está tudo isso jogado nesse tema, que é o desemprego e a rotatividade no emprego.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Feito isso, nós temos aqui, na Comissão, como praxe, que Senadores, Deputados e Deputadas falam, a qualquer momento que assim entenderem, para colocarem o seu ponto de vista. De imediato, eu nem darei pela ordem, mas, baseado no nosso Regimento Interno da Comissão, que eu criei, a Senadora está com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Caro Presidente, Senador Paim, caros colegas Senadores, ilustres convidados para esta audiência pública interativa, uma iniciativa do Presidente Paulo Paim, querida pelo Senador Paulo Paim, sugerida pelo representante da Confederação Nacional das Profissões Liberais, para debater ainda o tema que está na Ordem do Dia, que é a questão do desemprego, mas especificamente da medida provisória e também da questão da terceirização.

Eu queria só, Senador Paim, como o senhor já mostrou que a agenda da CDH é muito pesada, o que revela atividade e o que a população espera de nós, consulto V. Exª porque hoje, inclusive, vi um debate que houve, na Câmara Distrital, aqui, em Brasília, sobre o tema da convivência do serviço de táxis com o Uber, que é o aplicativo que permite... Então, essa matéria está dando uma repercussão muito grande, especialmente nos grandes centros urbanos. Eu queria saber do senhor, eu fiz um requerimento para essa audiência...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós vamos votar amanhã, que é quarta-feira, o requerimento e vamos ajustar a data da audiência pública. Vamos construir tranquilamente. Eu entendo que V. Exª está correta, o mais rápido possível, mas vamos ajustar para dar tempo da mobilização, que vai ser uma audiência muito importante. Parabéns pela iniciativa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vamos, neste momento, aos nossos convidados.

Primeiro quero, além de registrar a presença da Senadora Ana Amélia, os outros dois eu não tinha registrado, porque sempre estão sempre aqui... A Senadora Ana Amélia, há poucos dias, apresentou o nome, que gostaria também de participar desta Comissão, o que para nós é muito bom, mostra o prestígio desta Comissão de Direitos Humanos. Por isso, eu tive um tratamento quase especialíssimo com ela, quando ela me comunicou que gostaria de vir para cá também.

Mas quero aqui cumprimentar esses dois guerreiros, que sempre estão aqui, junto com a Senadora Regina Sousa e outros Senadores, pontualmente – hoje mais cedo que eu. Ganharam hoje, porque eu nunca atraso um minuto. Era para iniciar às 8h30, iniciamos às 8h45 e eles já estavam aqui –, que é o Donizeti Nogueira,

esse grande Senador, que tem marcado já a sua atuação com uma enorme contribuição ao País, em todos os debates, e o Senador Hélio José, que também, sem sombra de dúvida, é um grande líder não só de Brasília, mas é uma referência nacional.

Eu vou de pronto pedir à técnica, à assessoria que passe o vídeo da Anamatra. Se puderem apagar a luz, só para...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Digo não. Se perguntou, eu respondi aqui qual é a minha opinião.

Muito obrigado. Agradecemos muito aos artistas. Todos esses artistas deram depoimento sem receber um centavo. Foi depoimento espontâneo numa articulação da Anamatra com os atores e a crise. Depois de ler e analisar, tomaram, em nome da entidade, inclusive, essa posição e deram esse depoimento. A Anamatra, repetimos, é a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho.

Entre os documentos que recebi, há um com 19 assinaturas dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, onde fazem a crítica mais dura que eu ouvi em todo o País contra esse projeto. A crítica mais dura, mais forte, muito mais que a palavra irresponsável, veio dos próprios juízes do trabalho, que seria um retrocesso na história brasileira se esse projeto fosse aprovado.

Por isso, está havendo essa grande mobilização e cada Senador vai ter que responder, neste momento da história, como votará. Terá que responder como votará. Claro, que eu fiquei preocupado ontem com o anúncio que vi, na imprensa, de que vamos dialogar, inclusive, aqui, na Casa, de forma que o projeto não seja votado de forma açodada, como alguns pretendem. Na pressa, você vende, como diz o ditado popular, gato por lebre.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A pressa é inimiga da perfeição.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente. E quem vai com muita sede ao pote acaba tomando água suja e se queimando.

Como dizia um grande amigo meu, com quem eu tive a satisfação de conviver por uma época, ele esteve diversas vezes aqui, no Senado, quando era Vice-Presidente... São histórias que eu, às vezes, conto para netos e filhos. Ele me dizia sempre: "Paim, o pinhão quente a gente come pelas beiradas". Era o inesquecível Governador Leonel Brizola.

Mas vamos lá.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu passo a palavra de imediato.

Pois não, Senador, com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria desejar um bom dia a todas e dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já tinha anunciado o Senador Hélio José. Não preciso repetir de novo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

Eu queria deixar registrada a importância desse trabalho que o Senador Paim tem feito com todos nós aqui, nesta Casa. Ele tem sido um peregrino por esse Brasil afora, discutindo essa questão das mazelas do Projeto nº 4.330 e discutindo com a tranquilidade, dando, inclusive, espaço aos contrários para se manifestar, colocar, numa situação tranquila.

Eu quero saudar o Moacyr, da NCST; o juiz Guilherme Guimarães Feliciano, da Anamatra, parabéns pelo vídeo, ficou excelente, eu não tinha visto ainda; o Carlos Alberto Schmitt, CNPL; o Amadeu Roberto, da CNPL também; o Rafael, da CUT. Eu fui diretor da CUT por cinco mandatos aqui, no DF, ajudei a fundar a CUT, construí a CUT. O representante da Força acho que não chegou ainda.

Então, acho muito importante essa questão. Sou servidor hoje do MPOG. Fui trabalhador das companhias energéticas: da CEB, que é a companhia Energética de Brasília, por 26 anos, e da Eletronorte também, por três anos. Eu sei o que está sendo dito ali.

Quer dizer, esse processo tem que ser debatido com o cuidado necessário, com toda a clareza possível, porque, de fato, o que foi dito ali, naquele vídeo da Anamatra, é o que vai suceder na maioria das situações. E para nós, engenheiros, para nós outros técnicos, etc. e tal, será muito pernicioso ver pessoas sendo trocadas por metade de salário, por condições perversas de trabalho, se não tomarmos nossas atitudes.

No dia 25 de setembro, o Senador Paim, junto comigo e vários outros Parlamentares de Brasília, vamos organizar o debate aqui, no Distrito Federal. Acabei de receber aqui, meu nobre Presidente, o calendário. Como Coordenador da Bancada do Distrito Federal, vou levar a todos a possibilidade de colaborar conosco nesse debate. Vou entrar em contato...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Queria reafirmar que os Senadores ajudam na coordenação em cada Estado que eu vou. Então, eu e V. Exª, com certeza, estaremos na coordenação do debate aqui em Brasília.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Vamos estar juntos. Eu conversarei com a Presidente da Câmara dos Deputados do Distrito Federal para conceder o espaço e também participar conosco, inclusive apresentar um requerimento na Câmara Legislativa junto conosco nessa questão do dia 25. E queria registrar que hoje é o dia do lançamento do plano nacional de investimentos no setor elétrico, agora, 10h. Tenho, inclusive, que passar em mais duas Comissões e vou ter que sair.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A gente entende.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Por isso fiz questão de fazer essa fala aqui no início, para registrar que estamos juntos nessa luta, estamos em sintonia com nosso líder nessa discussão, que é o nosso Senador Paulo Paim. É uma discussão difícil, é uma situação que estamos vivendo, então, não dá para precarizar trabalho, principalmente atividades-fim. Então, estamos tranquilos nessa questão, e parabenizo a todos.

Paim, tenho que sair por causa disso. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bem, Senador Hélio José, nossos cumprimentos pela posição sempre muito firme em defesa dos trabalhadores da área pública e da área privada. (*Palmas.*)

Vamos iniciar nosso debate. Dizem que os últimos serão os primeiros, então quero já anunciar aqui, antes de passar a palavra ao Senador Donizeti, que o último que chegou vai ser o primeiro a falar.

Dr. Guilherme, prepare-se, que o senhor vai falar em seguida. Já passamos o vídeo da Anamatra, que foi aplaudido aqui, foi feito o devido reconhecimento a essa iniciativa brilhante da Anamatra, inclusive nas viagens por todo o País, já passamos por 14 Estados.

Senador Donizeti, V. Exª está com a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia a todos os convidados, bom dia, Senadora Ana Amélia, nosso Presidente Paulo Paim. Vou ficando aqui, mas terei que ir para a CMA, onde tenho uma obrigação. Aqui é assim, a gente assovia e chupa cana ao mesmo tempo. São duas, três coisas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o mesmo caso da Senadora. A gente sabe disso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós vamos ficando, e nossa retirada não quer dizer que a gente está desprestigiando aqui a audiência, mas é porque a gente tem outra obrigação.

Desde já, meus parabéns pela maratona, Senador Paim. Também parabenizo o movimento sindical brasileiro, as entidades, pelo esforço que têm feito para debater em profundidade essa temática, que, do meu ponto de vista, não interessa nem mesmo aos empresários. Cada empresa tem sua cultura, cada empresa constrói seu corpo técnico, seu corpo profissional, constrói uma cultura que faz mover a empresa. E, ao terceirizar a atividade-fim, a empresa está perdendo sua cultura e, provavelmente, vai perder produtividade, vai perder qualidade na sua produção. Então, não vejo vantagem nesse projeto, nem mesmo para os empresários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Donizeti, agradeço muito a V. Exª pela contribuição. (*Palmas.*)

Quanto a essa cruzada, quero destacar que o título que a gente colocou nessa cruzada que estamos fazendo, Rafael, é em defesa da democracia e contra esse projeto da Câmara de terceirização. Ninguém é contra que se regulamente a situação de 12,5 milhões, alavancando-os a uma situação de trabalhador normal, dentro dos limites que o Congresso vai permitir. Mas temos debatido em todos os Estados também a democracia. Sou daqueles que repete uma frase conhecida: se alguém me mostrar um sistema melhor que esse, tudo bem, vamos discutir. Mas enquanto não houver neste mundo, tem que ser pela democracia e pelo voto que vamos sempre eleger nossos representantes. Esse debate é um debate tranquilo em todos os Estados, a população entende muito bem o que estamos fazendo, a importância da liberdade, da justiça e do fortalecimento das instituições democráticas em nosso País.

Por favor, Juiz Guilherme Guimarães Feliciano. Parabenizo a Anamatra e sua bela caminhada, que vai nessa linha de tudo que temos falado em matéria de justiça, liberdade, igualdade, direitos humanos e a defesa das instituições, como vocês, que são advogados de origem. Tenho feito, em alguns Estados, homenagem inclusive à OAB. A OAB, quando eu era Secretário-Geral da CUT... Eu já contei essa história, mas vou resumir em um minuto em homenagem aos advogados, porque hoje é Dia do Advogado. Eu estava levando um dossiê para o exterior sobre a ditadura no Brasil e fui preso no aeroporto de São Paulo. Não deu dez minutos, estavam dois jovens advogados da OAB lá, dizendo "Não, vocês vão ter que libertá-lo; se quiserem ficar com o dossiê, fiquem, mas ele vai." E fui. Não fosse a firmeza e a clareza da OAB...

Então, hoje é Dia Nacional do Advogado. Uma salva de palmas à OAB e a todos aqueles que lutam pelos direitos humanos. (*Palmas.*)

Por favor.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Senador Paulo Paim, é mais uma vez uma honra ocupar aqui esta mesa a convite de V. Exª. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho traz seus cumprimentos ao Senador e a esta Casa. Falo em nome do Presidente Germano Siqueira.

Também acompanho V. Exª no cumprimento à Ordem dos Advogados do Brasil e a todo o Poder Judiciário, Senador. Dia 11 de agosto também é o Dia da Justiça. É um dia muito significativo para todos nós porque simboliza tudo aquilo pelo que lutamos e a que dedicamos nossas vidas, nossas carreiras.

Sem mais, Senador, passo a externar a V. Exª, aos meus colegas de bancada aqui e a todo o público quais são as preocupações da Anamatra com relação à Medida Provisória nº 680/2015 e ao Programa de Proteção ao Emprego.

A Anamatra, a Magistratura do Trabalho não é insensível às necessidades do Governo Federal quanto ao chamado ajuste fiscal e nem procura construir um discurso que seja absolutamente detrator, contrário a qualquer medida, tendo por base o sentimento, a percepção de que política econômica provavelmente é um dos itens mais espinhosos com que deve se deparar um gestor público e muito especialmente o Presidente da República.

No entanto, algumas opções muitas vezes pretendem encarnar modernidade, pretendem trazer novidade, e o que fazem é simplesmente simular, emular saídas que já foram tentadas em outros contextos no tempo e na geografia, e com resultados duvidosos. No caso dessa medida, nós temos preocupações, primeiro, do ponto de vista da eficiência econômica do que se propõe; segundo, do ponto de vista dos efeitos sociais, na medida em que se estabeleceu uma possibilidade genérica extensível a qualquer setor, bastando, para tanto, que haja uma negociação coletiva. Isso não traz novidade alguma, já estava previsto na Constituição Federal de 1988, mas, no entanto, seu reforço e a possibilidade de que o Governo participe com recursos seus, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador no pagamento desses valores... Apenas recordando: a medida permite que haja uma redução de jornada e uma consequente redução de salários em até 30%, e parte daquilo que o trabalhador deixará de receber, 50%, será, por assim dizer, reposto – na verdade, o mecanismo que a legislação prevê é uma compensação –, será compensado por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que são recursos, nós sabemos, formados, basicamente, a partir do PIS/Pasep e de parcelas de outras contribuições mormente patronais. Então, até 50% dessa perda será reposta, por assim dizer, pelo Governo Federal. Há um limite para isso: 65% do valor máximo do seguro-desemprego, o que chegaria hoje a cerca de R$900.

Então, fica muito claro que o Governo, ao pensar essa saída, preocupou-se, sobretudo, com o aspecto do equilíbrio econômico-financeiro. Há muito pouco favor aí, há muito pouco de atuação do Governo no sentido de garantir proteção social. Pelo contrário, no frigir dos ovos e na ponta do lápis, a ideia é que o Governo tenha menos gastos, porque esse trabalhador continua no emprego, o gasto máximo que o Governo terá será o equivalente a 65% do que ele receberia a título de seguro-desemprego, quando a "alternativa" – entre aspas – seria efetivamente uma demissão e o pagamento integral do seguro-desemprego.

Bem, que problemas isso traz – dentro daquilo que eu alinhavava antes? Em primeiro lugar, temos dúvidas, até porque a legislação e a própria regulamentação não previram o que eu chamaria de uma auditoria da condição dessas empresas. Temos receio de que isso se torne uma panaceia, de que isso se torne mais do que uma falsa panaceia para os problemas econômicos do País e, na microeconomia, para os problemas econômicos da empresa, mais do que isso, temos receio de que isso se torne um instrumento de chantagem. Temos receio de que as classes trabalhadoras sejam contrastadas com essa novidade: ou negociamos nesse sentido, ou teremos de recorrer ao Programa de Proteção ao Emprego, o que vai representar para os trabalhadores uma perda salarial, efetivamente; uma perda salarial minorada por um ingresso de dinheiro público, mas, ainda assim, uma perda salarial. E o fato de haver uma redução de jornada – aí a dimensão econômica na perspectiva do trabalhador –, se estamos em uma quadra que aponta para aumento de desemprego, não representará um grande fio de esperança para o trabalhador, ele provavelmente não conseguirá uma segunda ocupação, ou seja, representará, de fato, perda de salário, que ele deverá simplesmente assimilar.

Depois, há um período em que se garante o emprego, mas esse período também, ao nosso sentir, é excessivamente curto, e nada impedirá que a empresa, imediatamente na sequência desse período de proteção do emprego, demita, e demita em massa. E aí perde-se, em uma tacada só, todo aquele esforço inicial que se fizera no sentido de preservação de empregos.

Não seria difícil incluir um dispositivo que permitisse o monitoramento desta condição inclusive econômico-financeira da empresa após a adoção do programa, para que não estivesse ao seu inteiro alvitre como uma decisão meramente empresarial demitir ou não em massa depois daquele período.

Preocupa-nos também, como eu disse há pouco, o fato de que, na teoria, essa medida deveria se destinar àquelas empresas que enfrentam dificuldades de ordem econômico-financeira. Mas, na prática, ao menos ao que percebemos em torno sobretudo da regulamentação da medida, não fica claro como isso será aferido. É claro que o papel dos sindicatos dos trabalhadores, nesse particular, será essencial. O sindicato, sobretudo, terá acesso – e isso é uma construção que necessariamente a jurisprudência terá que fazer, os tribunais do trabalho terão que fazer. Qualquer negociação coletiva que caminhe para o PPE terá de observar regras básicas na negociação coletiva, como, por exemplo, a transparência e a boa-fé. Isso em alguma medida aparece quando há referência, por exemplo, aos documentos que devem ser apresentados ou às condições formais que a empresa deve possuir para poder aderir ao PPE com a concordância do sindicato da categoria predominante. Mas, além do que está lá – e essa é a nossa preocupação e é esse o norte hermenêutico que nós vemos, como isso deverá ser interpretado –, além daquelas condições que ali estão, algumas que são meramente formais, fica muito claro que, no trato da questão previamente com o sindicato, a transparência e a boa-fé devem ser as pedras de toque. Se a empresa omite do sindicato documentos ou informações relevantes com relação à sua condição econômico-financeira, parece-me que, inclusive, a validade desse acordo e, portanto, da extensão do Programa de Proteção ao Emprego àquela empresa, poderá ser questionada na Justiça. Logo, esse é um aspecto para o qual nós chamamos a atenção, tanto da parte do patronato como da parte das organizações dos trabalhadores.

Se isso, de fato, vai dar certo, já antecipei aos senhores, nós temos dúvidas. Só dará certo se houver uma absoluta transparência nesses contatos e nessas negociações iniciais. E é aí que dizemos do nosso receio de que isso se torne um instrumento de chantagem, ou seja, a empresa traz uma preocupação abstrata quanto ao seu futuro econômico-financeiro e um sindicato mais fraco vê-se instado a aceitar quaisquer alterações na negociação coletiva seguinte, sob pena de se ver sujeitado a uma negociação que caminhe – volto a dizer – para uma situação de redução salarial. Sei – e acho que posso dizer isso, porque é público – que, dentro da própria Central Única dos Trabalhadores, houve dissenso. Há vozes se manifestando que, pela primeira vez em muitos anos, a CUT aceita negociar redução salarial.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais cinco minutos. Só para situar: depois da campainha, mais cinco, e daí conclui.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Perfeito.

Isso, evidentemente, diz respeito à autonomia sindical, não vamos questionar isso, mas é preocupante na medida em que isso possa ser um fenômeno generalizado em todo o País – e é esse o ponto –, independentemente das condições econômico-financeiras concretas da empresa. Por isso que, talvez, houvesse sido melhor pensar essa possibilidade a partir de setores econômicos que estejam particularmente atingidos por essa crise que se abate sobre o País e sobre o mundo. Por setores, e não como um remédio geral, como uma falsa panaceia, como eu disse a vocês, que, no final das contas, tende a ser utilizado mais como um elemento de pressão, muitas vezes, do que propriamente como uma solução.

Numa nota pública que, recentemente, a Anamatra publicou, dizíamos isso: há o risco de que, a partir dessa "novidade" – entre aspas –, por assim dizer, tenhamos mais precarização, e isso é tudo que não nos interessa. Isso é o que não interessa, inclusive, à economia, porque à medida que cai a massa salarial, o dinheiro que circula na economia, nós teremos um desaquecimento com consequências desastrosas, se o que o Governo pretende é aumento de arrecadação.

E, para finalizar, a ideia da novidade: recorre-se a algo que já se faz na Alemanha e que lá tem funcionado bem ou que tem sido uma boa solução para os europeus. A Anamatra também tem dúvidas quanto a isso. E aqui eu dou duas informações, uma delas, inclusive, também publicada na nossa nota há três semanas.

Havia já no Brasil, em 1965, uma lei que previa um mecanismo semelhante – uma lei da ditadura –, que previa basicamente essa possibilidade de redução de jornada com redução de salários, mediante negociação coletiva. Não havia a participação do FAT e, por outro lado, havia algo muito pior – eu tenho de dizer – do ponto de vista da autonomia, da liberdade sindical: se a negociação coletiva não caminhasse, a empresa em dificuldades econômico-financeiras poderia levar a questão à Justiça do Trabalho, e o juiz do Trabalho poderia autorizar, o Tribunal do Trabalho poderia autorizar a empresa a reduzir salários com redução proporcional de jornada. Isso, felizmente, não voltou, porque, parece-me, não cabe ao Estado, o juiz, definir isso, cabe mesmo à negociação. É o que está, desde a Constituição de 1988, consagrado.

Mas parece-me que o Brasil, com essa medida, faz uma opção, aí, sim, por uma ideologia que já surge, há algum tempo, na Europa e que lá recebe o nome de flexisegurança. É uma alternativa que alguns governos europeus implementam, muito particularmente a partir de um modelo escandinavo, como contraponto à cha-

mada flexibilidade. Na verdade, isso tem que ser dito claramente, é uma flexibilidade mitigada, é uma flexibilização da legislação trabalhista mitigada. Mitigada como? Com o ingresso de dinheiro público.

A chamada flexisegurança europeia funciona exatamente assim em modelos semelhantes a esse ou em modelos diferentes desse, mas a alma, o espírito de todos esses modelos é sempre reduzir direitos trabalhistas, criar com isso algum fôlego econômico para o patronato e contar com a participação do Estado e do dinheiro público, que financiará parte dessas perdas. Mas isso é uma política emergencial e que mesmo lá é extremamente criticada.

O que o Brasil faz agora, a meu ver, é introduzir um modelo tupiniquim de flexisegurança, que deveria ser emergencial, e, de fato, a lei também sinaliza isso, é uma lei que tem características e temporariedade.

Mas o nosso receio é que isso depois se torne – voltamos a dizer – algo com uma perenidade...

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – ... que será extremamente maléfica para o trabalhador brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, por favor.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Senador, é isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Obrigado pelas contribuições, e faço um comentário rápido, de um segundo, e passo, em seguida, para a Senadora.

Percebo que você – permita-me chamar de você, você é meu amigo, temos viajado juntos – fez, de fato, um estudo sobre o tema, dá uma visão internacional e traz para o momento que vivemos, não sectariza, no bom sentido, não radicaliza, abre a possibilidade de que setores e, de fato, em crise poderão usar esse instrumento, mas mostra algumas preocupações, para que moda não pegue e vire uma norma definitiva que resulte efetivamente em redução, quando não é essa a intenção – que fosse como uma saída momentânea, que voltasse a normalidade mediante um tempo definido.

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Paim, eu queria cumprimentar o Dr. Guilherme pela clareza da argumentação do ponto de vista jurídico, com base na legislação trabalhista brasileira, dessa tentativa de inovação que o Governo faz nesse momento de crise, que é, como se diz, provisória. Mas muita coisa provisória no Brasil acaba ficando definitiva. Nós já conhecemos essa história.

Hoje, em uma montadora seus trabalhadores estão em greve porque houve demissão de duzentos e poucos funcionários...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – O presidente do sindicato está aqui, ele vai falar sobre isso.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... E a justificativa é uma queda na produção de 30%. Claro que nós sabemos, não adianta, que você só pode salvar o emprego se a empresa está sobrevivendo, porque não há emprego sem empresa. Então, há esse outro lado, que foi bem argumentado pelo Dr. Guilherme.

Mas o que quero chamar a atenção é que, às vezes, a gente parte... O Governo partiu para uma solução, eu diria, complexa demais para resolver um problema que poderia ser feito de outra forma. O Presidente Renan Calheiros devolveu ao Governo a medida provisória que tratava da desoneração da folha, e aí teve que retornar sob PLC 57, que nós, agora, vamos ter que nos debruçar sobre ele, agora já chamado de reoneração – era desoneração e, agora, é reoneração.

Seria muito mais lógico e muito mais simples, neste momento, temporariamente, que esses setores que tiveram desoneração da folha, que são altamente empregadores de mão de obra: o setor calçadista, Senador Paim, do nosso Estado, e falo por causa do Estado do Rio Grande do Sul; o setor de autopeças; e a própria construção civil. Então, os setores que tiveram a desoneração, o Governo poderia simplesmente estender essa desoneração por 12 meses, com o pacto e a garantia de que nesse período de 12 meses não houvesse demissão. Olha a simplicidade! Nós vamos tocar em FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador. Esse dinheiro deveria ser intocável. Porque, na hora em que a gente for ver a realidade desses fundos, de tudo o que a gente está vendo no Brasil, os fundos de aposentadoria complementar, a Petros, o prejuízo do trabalhador, tem que trabalhar mais tempo para poder se beneficiar.

Então, o cuidado que nós temos de ter com esse patrimônio do trabalhador, que é o FAT, porque isso entra no FAT, ele vai ter acesso a esse dinheiro. E esse dinheiro vai devolver, voltar para lá? E o que a gente está vendo, inclusive, com o próprio BNDES, o que está acontecendo, a devolução do dinheiro para a União, um rombo de 184 bilhões.

Então, nós temos que ter cuidado com esse patrimônio dos trabalhadores.

Penso que mais simples seria o Governo manter a desoneração por 12 meses desses setores que são empregadores de mão de obra e, em contrapartida, nesse período, não haver demissão dos trabalhadores. É muito mais singelo, Dr. Guilherme. Parece-me muito mais simples. Mas a gente, às vezes, complica, assim, com sei lá qual o objetivo disso.

Acho que a intenção do Governo – não vou discutir o mérito –, claro que há a preocupação social, mas nós estamos vendo o que está acontecendo. A China hoje desvalorizou a sua moeda para aumentar a competitividade e aumentar a exportação, porque caiu a exportação na China, por causa da relação dólar ou euro. Então, reduziu, desvalorizou. E isso vai provocar também uma... Nós somos hoje a tal economia globalizada, que chegou para ficar. Não adianta a gente querer tapar o sol com a peneira.

Então, quero cumprimentá-lo pela argumentação. Mas penso que dessa forma, por esse caminho, seria muito mais simples: não se tocaria nesse patrimônio do trabalhador, que é o FAT, e também não teria esses problemas de, afinal, está funcionando ou não está funcionando, igualmente teria de ter transparência, como o senhor frisou muito bem, em todo o processo que se vá aprovar.

É a minha modesta opinião a respeito dessa matéria, que acho que temos de tratar com muito carinho e com muita atenção aqui no Senado.

E quero cumprimentá-lo pela exposição. Eu só não fico na exposição dos demais debatedores por conta daquilo que o Senador Donizeti falou: aqui a gente tem que se virar nos trinta, quer dizer, a gente tem que fazer muita coisa, é uma agenda muito complicada.

Parabéns, Senador Paim, pela iniciativa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns a V. Exª pela contribuição ao debate.

Passo, de imediato, a palavra para o Presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL), Presidente Carlos Alberto Schmitt de Azevedo.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO – Bom dia, Senador Paim. Bom dia aos demais Senadores que participam desta audiência pública, aos demais presentes e à Mesa que conduz esta audiência.

Nós, da CNPL, em primeiro lugar, queremos cumprimentá-lo, Senador, pela sua sensibilidade. É claro que não é novidade essa sua sensibilidade, isso vem sendo demonstrado ao longo dos anos em que o senhor ocupa e representa a Bancada e a população do Rio Grande do Sul aqui no Senado; essa sua preocupação com o trabalhador, essa sua luta para que ele não tenha nenhum tipo de perda naqueles direitos que já foram conquistados ao longo dos anos, e é nessa mesma linha, nessa mesma direção que a CNPL tem se pautado, tem se conduzido. E só para citar alguns exemplos, foi isso o que o senhor falou, essa sua peregrinação pelo Brasil afora contra o 4330, que aqui muda de nome, mostrando que, em todas essas audiências que foram realizadas nessas 15 capitais brasileiras, houve a unanimidade pela rejeição do projeto, porque ele é nefasto ao trabalhador brasileiro.

Depois disso, este ano, a preocupação tem sido também muito grande, em função da 664, da 665, e a cada dia que passa é uma nova surpresa que o Governo Federal vem mostrando à classe trabalhadora ou à população brasileira; e, nessa caminhada, dentro da crise, tem mostrado que o trabalhador é chamado para cada vez mais contribuir mais, o trabalhador que está sem essa condição.

Nós queremos, primeiro, dizer quem é a CNPL. A CNPL é uma entidade sindical de grau superior que conta com uma estrutura sindical que representa 28 federações no Brasil e mais de 500 sindicatos de 51 profissões liberais e, segundo dados do próprio IBGE, nós somos algo como 15 milhões de profissionais em todo o País.

Nós poderíamos separar – e isso vai acontecer com a participação de um dos nossos advogados, Dr. Amadeu –, tivemos até a oportunidade de entrar com uma ADI contra essa medida provisória e ele vai adentrar a questão jurídica dessa ADI também, a nossa preocupação é que, desde o início da medida provisória, ela já fere um preceito constitucional. E o senhor, como um dos que escreveu a nossa Carta Magna, sabe tranquilamente disso. Quer dizer, no art. 3º, ela já modifica a estrutura sindical brasileira, tira do setor de categorias profissionais e bota para sindicato majoritário ou preponderante. Isso é uma preocupação muito grande nossa, à medida que, por causa das especificidades de cada uma das categorias que congregam aquela indústria, o sindicato preponderante ou majoritário não tem essa mesma sensibilidade que os sindicatos de profissionais liberais, no caso, ou de categorias diferenciadas têm. Poderíamos dar um pequeno exemplo. Uma indústria automobilística, no momento em que ela vai fazer uma redução no seu quadro, sem dúvida nenhuma essa redução vai atingir também o refeitório dessa indústria. Atingindo o refeitório, poderá ou deverá atingir um nutricionista que está lá dentro preparando e cuidando da alimentação, do balanceamento nutritivo. E essa pessoa não vai participar, não vai haver ninguém naquele momento que possa cuidar e que tenha preocupação com essa categoria, com essa estrutura de categoria diferenciada.

Quer dizer, a estrutura brasileira, a estrutura sindical brasileira fala sobre categorias e nós não abrimos mão de podermos, enquanto não houver nenhuma modificação na Constituição brasileira, fazer essa representação das nossas categorias diferenciadas.

Além da Constituição, a CLT é muito clara quando afirma e reafirma a forma como as categorias se organizam para poderem, dentro dessa organização, ter a sua representação dentro das organizações sindicais:

A similitude de condições de vida oriunda [já fala o §3º] da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica ou em atividades econômicas similares ou conexas, compõem a expressão social elementar compreendida como categoria profissional.

Só esse parágrafo do art. 511 da CLT mostra que essa Medida Provisória nº 680 entra na inconstitucionalidade da organização sindical brasileira.

Nós também entendemos que hoje a margem de negociação do Governo ficou um pouco prejudicada em função da crise, como já foi dito, e a crise não é só aqui no Brasil, a crise está no mundo inteiro. Como foi dito pela Senadora Ana Amélia, hoje o governo chinês fez uma desvalorização da sua moeda para poder competir cada vez mais com o mercado internacional e os seus produtos conseguirem chegar com preços cada vez menores. Mas lá eles têm uma preocupação com a questão do trabalhador muito pequena, totalmente diferente das nossas preocupações, das nossas conquistas.

Nós temos também a preocupação com a questão do tempo. Hoje está sendo falado que essa MP ou o PPE poderiam funcionar por seis meses mais seis meses. No Congresso Nacional já há 175 emendas de diversos temas sobre a 680, há 175! Nessas emendas que transformam em durador o projeto, enfim, a preocupação que se tem é a de que, da forma como entrou, pode sair um Frankenstein depois de todas discussões. Nessas discussões, sabemos exatamente qual é a força do capital e do trabalho aqui dentro das nossas Casas Legislativas.

Eu queria fazer uma outra...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto para concluir, porque teremos mais o tempo ainda do outro representante da CNPL.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO – Para encerrar, Senador, queria dar uma sugestão: que as nossas Casas, depois dessa discussão da 680, se detivessem na questão da discussão do art. 239 da nossa Constituição, que fala sobre a arrecadação decorrente das contribuições para o PIS. Quer dizer, onde não deveria haver essa facilidade, não deveria haver essa possibilidade, está havendo.

Muito obrigado pela participação, Senador. A CNPL está sempre junto nas fileiras dessas suas propostas, de suas bandeiras. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Carlos Alberto Schmitt, Presidente da CNPL.

Como havia um pedido de que o departamento jurídico também falasse, ele não usou dez minutos mais cinco, queremos manter o equilíbrio aqui entre todas as entidades. Então, agora, para complementar o tempo, o assessor jurídico da Confederação Nacional das Profissões Liberais, Dr. Amadeu Roberto Garrido de Paula.

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – Eminente Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só permita antes, doutor, que eu informe ao Plenário e aos meus convidados que esta nossa audiência pública, desde a sua abertura, está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado, canal 51, e pela internet, *site* www.senado.gov.br/ecidadania para todo o País. Eu digo isso porque às vezes o pessoal lembra: "Não, houve um, dois, três Senadores aqui." Na verdade, estamos falando – nem que a TV Senado pegasse somente 1%, e pega mais do que isso –, no mínimo, para dois milhões e pouco de pessoas, além de estar passando diretamente em todos os gabinetes dos Senadores.

À vontade.

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – Eminente Senador Paulo Paim, uma bandeira de luta dos trabalhadores brasileiros... Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a homenagem feita aqui inclusive pelo eminente representante da Magistratura do Trabalho aos advogados. Os advogados efetivamente lutaram de forma ampla pelos direitos humanos. E no contexto dos direitos humanos estão os direitos trabalhistas.

Hoje é dia 11 de agosto. Nós tivemos a honra, Senador, de ser Presidentes do Centro Acadêmico XI de Agosto. Não sei se na época em que V. Exª teve dificuldades em São Paulo, em 1974, quando o único segmento social...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, doutor, não quero atrapalhar, mas aí o pessoal vai dizer: "Paim, faltou informação precisa." Eu digo: está bom, é que não estava aqui. Está também ao vivo pela Rádio Senado para todo o Brasil, TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado e pela internet, pelo www.senado.gov.br/ecidadania.

Por favor, doutor.

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está informado tudo? Rádio, Agência e tudo.

Por favor.

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – E os estudantes de Direito e outros estudantes deste País que deram a vida pela libertação da ditadura militar, têm, no dia 11 de agosto, um dia especialmente representativo, um dia que representa os estudantes, representa os advogados, principalmente os recém-formados, mas também alguns hoje já consagrados no País, que lutavam por liberdades elementares.

Depois do AI-5, por exemplo, nós não tínhamos o *habeas corpus*, mas nós impetrávamos *habeas corpus* porque é um direito humano universal e, no mínimo, em muitos casos, nós conseguíamos salvar a vida daquele preso. Evidentemente, nem sempre e muito raramente soltavam esse preso, mas salvava a vida.

Então, hoje, dia 11 de agosto, é um dia especialmente querido por todos nós, é o dia da liberdade, é o dia do Território Livre do Largo de São Francisco, como chamamos, e agradecemos muito à CNPL por nos possibilitar esta oportunidade de falar a todos vocês.

Nós somos advogados trabalhistas há 40 anos e, na verdade, quanto a essa questão de terceirização, nós sabemos que a Justiça do Trabalho, desde o início e com muita razão, em oposição a essa tendência de flexibilização total que mencionou aqui o nosso Magistrado, não aceitava a terceirização nem para a atividade-meio. Muitos juízes decidiam nesse sentido. E essa atividade-meio como passível de terceirização é, na verdade, uma criação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho.

Ora, se até a atividade-meio, que desconfigura o vínculo empregatício, uma garantia básica dos trabalhadores, é questionável, imaginemos a atividade-fim. É o fim, terceirizar a atividade-fim é o fim do direito do trabalho no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! (*Palmas.*)

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – E gostaríamos, Senador, de observar que, quanto ao nosso tema de hoje, dado o nosso tempo mais reduzido, o que o nosso Presidente quis expressar, e expressou muito bem, foi que nós temos um dispositivo, na medida provisória, segundo o qual os contratos coletivos de trabalho ou as convenções coletivas de trabalho são celebrados pelo sindicato representante da categoria preponderante. É dizer: excluindo desse processo dinâmico de negociação as categorias profissionais diferenciadas.

As profissões liberais foram consideradas, por uma lei que citamos aqui, como categoria profissional diferenciada equiparada às demais nos processos coletivos de trabalho. Isso porque houve uma acentuada tendência de assalariamento dos profissionais liberais.

Nós costumávamos dizer, quando éramos Presidente do Sindicato dos Advogados em São Paulo, na Federação, que os profissionais liberais são aqueles que não se liberaram jamais, como diz um poeta. E realmente não se liberaram. Nós tivemos grandes departamentos jurídicos de bancos em São Paulo que foram desativados e terceirizados depois de conquistas que o sindicato obteve na Justiça do Trabalho em dissídios coletivos.

Hoje, essa atividade econômica bancária se utiliza do trabalho dos advogados por meio do repasse da verba de sucumbência. A verba de sucumbência é aquela devida pelo perdedor da demanda. Portanto, se o devedor que vai a um escritório de advocacia saldar sua conta atrasada pagar o advogado do banco, muito bem. Se não pagar, ele não ganha nada. Essa é a realidade que temos em São Paulo em relação a uma parte dos profissionais liberais.

Portanto, em relação a essa medida provisória, nós entendemos que não podemos receber essa, vamos dizer assim, com todo o respeito, ofensa à estrutura geral do sindicalismo brasileiro. Nós sabemos que há, de certa forma, e achávamos até superado isso, um conflito entre as categorias preponderantes e as categorias diferenciadas, mas não podemos nos esquecer de que telefonista é categoria diferenciada, motorista é categoria diferenciada, todos os liberais são categoria profissional diferenciada. Como nós vamos expungir desse processo de negociação essas categorias?

Portanto, nós entendemos que, ainda que se admita o projeto com muitos aperfeiçoamentos, nós não podemos esquecer as categorias profissionais diferenciadas que formam o arco sindical brasileiro, sob pena até de inconstitucionalidade.

No que tange à possibilidade de dispensa dos empregados, daqueles que tiveram seus salários reduzidos, parece-nos que a medida provisória se preocupou com isso quando diz, no seu art. 5º...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais um minuto.

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – Diz assim:

Art. 5º As empresas que aderirem ao PPE ficam proibidas de dispensar arbitrariamente ou sem justa causa os empregados que tiverem sua jornada de trabalho temporariamente reduzida enquanto vigorar a adesão ao PPE e, após o seu término, durante o prazo equivalente a um terço do período de adesão.

Esse gancho nos parece importante para que a Câmara dos Deputados e este Senado Federal, respeitável Senado Federal, possam aperfeiçoar o instituto e evitar que se torne esta medida aquilo que disse o nosso colega: uma mazela geral para os trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Parabéns pela argumentação e inclusive pela pontualidade no tempo.

Como a CNPL tinha dois representantes, eu dei dez minutos para cada um, e o normal é dez e, no máximo, mais cinco para cada convidado, mas foi um pedido feito, e nós, aqui, fomos flexíveis – nesse caso, nada de flexibilizar tudo! Nesse caso, sim.

Damos os cumprimentos pela pontualidade, ficaram exatamente em 20 minutos.

Eu queria, neste momento, passar a palavra ao Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rafael Marques, que fez questão, ainda ontem, de me ligar e dizer que fazia questão de vir de São Paulo. Só para situar os ouvintes, o Rafael, na verdade, é um dos que substituíram o Lula na Presidência do Sindicato. (*Palmas.*)

Claro, ao longo da história, não é, Rafael? Não precisamos citar todos os outros que sucederam o Presidente Lula. Enfim, nós todos reconhecemos aqui o que é a responsabilidade de presidir um sindicato que elegeu um operário Presidente da República. E, sem sombra de dúvida, podem falar o que falaram, mas ninguém deu tanto ganho para o nosso povo em um período como deu o Presidente Lula. Não estou aqui fazendo nenhuma puxação, nenhum agrado para o Lula, que deve estar ouvindo nosso programa. Mas quero fazer mais essa homenagem a você, porque, como diz o outro, tem que ter café no bule para chegar à Presidência do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Por favor, Rafael, com a palavra.

O SR. RAFAEL MARQUES – Senador, obrigado pelo convite. É um prazer ter vindo para cá correndo para não perder a hora. O voo foi às 6 horas. Dei azar no táxi, que demorou para chegar. O senhor já estava falando quando eu cheguei.

Quero cumprimentar todos que compõem a Mesa aqui.

O debate é fundamental porque, além das falas que ouvi, não foi só tratado o PPE, a MP nº 680, mas outras questões as quais temos lutado muito para debelar do nosso mercado de trabalho, do sistema de trabalho brasileiro, certas mazelas, como é o caso da rotatividade no trabalho, como é o caso da ampliação da terceirização, se acontecesse aqui no Senado o que aconteceu na Câmara dos Deputados, uma medida que achei muito perigosa, porque cria um baita ressentimento num setor, que é o majoritário da sociedade, aguentar tal decisão que foi tomada na Câmara muito rapidamente, sem um debate apropriado, com quase um terço da Câmara renovada, um debate totalmente desconexo.

Estive no *Estadão* na semana passada. Eles têm um fórum chamado Brasil Competitivo, montaram uma mesa para debater a terceirização. De oito pessoas que foram debater, eu fui o único contra. Os outros sete que foram defenderam a terceirização, associando a ela...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só para... Foi uma coisa bem casual, não é? Só um contra sete.

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – Ainda o Prof. Hélio Zylberstajn fez uma referência: "Vamos respeitar o rapaz do sindicato porque é o único à Mesa que está defendendo de maneira contrária o projeto." E associando à competitividade, o que não é verdade.

Há uma série de dados analisando esses anos em que a terceirização explodiu no Brasil, 13 milhões de trabalhadores trabalhando sob esse regime. O que o senhor falou é verdade: a terceirização virou uma forma de as empresas terem ganho econômico, mas não de ganharem competitividade, ganharem eficiência, melhorarem a sua produtividade.

Nós negociamos neste ano, agora, e começou a acontecer neste momento, na Ford, uma desterceirização. Aconteceu em anos de crise muito séria em todo o setor de logística da fábrica, e hoje nós estamos desterceirizando a atividade, voltando a atividade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Tomara que a moda pegue, esse exemplo aí. (*Palmas.*)

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – ... a ser de metalúrgicos da empresa e com ganho de eficiência da fábrica, àquilo, então, como empresa específica, que diziam: poderia ser mais competitiva e mais

eficiente. Na Ford, com a desterceirização, houve ganhos de eficiência, houve contratação dos terceirizados, 60% foram contratados...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E se tornaram efetivos.

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – Tornaram-se efetivos. Outros 40%, uma parte, pela crise, não foi possível, não há vagas para todos no momento. E uma parte, em alguns setores da empresa, acabou não se transformando em vagas por conta dos ganhos.

Então, isso coloca por terra esse negócio do Brasil Competitivo via Lei de Terceirização, que é uma lei de precarização.

E os dados do mercado de trabalho, como o vídeo da Anamatra mostra, são a radiografia de precarização. A radiografia da terceirização no Brasil, em grande medida, comprova que houve uma precarização em salário, em jornada, em rotatividade e em acidentes de trabalho. Então, não há devida proteção para o trabalhador. Regulamentar a condição de quem já está sob esse regime é algo que tem de ser debatido, agora, escancarar para as empresas, na linha da segurança jurídica, as terceirizações que poderão surgir no futuro com o fim dessa trava que é a atividade-fim é um absurdo.

Então, acho importante também o debate, como o da rotatividade. Estou aqui com dois cenários de quatro anos da indústria, do emprego industrial brasileiro e do emprego da construção civil. E todo ano você vê acumulando emprego, estoque, geração. Todo ano, nos primeiros meses, geração e estoque de emprego. Em novembro e dezembro, nos quatro anos que a gente estudou, queda no saldo. Então, sempre nos meses de novembro e dezembro, há um ajuste, que é praticado no setor da construção civil. No setor industrial como um todo, isso é uma prática de rotatividade normal em anos de pleno emprego, em anos em que a atividade econômica estava forte, em anos em que ainda se alegava haver falta de profissionais no mercado, mas não faltou um ano em que novembro e dezembro virassem meses de ajuste de efetivo, de corte de trabalhadores que estão no topo da tabela salarial, com os mais altos salários, para poderem, no ano que vem, começar a contratar trabalhadores em outras condições, às vezes, com um plano médico diferenciado para pior, sempre, ou com salários menores, buscando o piso da categoria.

Então, isso é uma mazela, e nós precisamos, de fato, de instrumentos de legislação que comecem a aplicar um pouco de limites, mas também de incentivo às boas práticas.

O Brasil tem de começar também a valorizar as boas práticas, porque elas existem e não são tão pequenas assim. Acho que temos de pensar coletivamente, e as contribuições que até agora ouvi aqui são importantes para também amadurecermos um pouco o debate, mas é preciso criarmos condições de começar a montar mecanismos de lei de política pública, buscando saudar as boas práticas.

Meus amigos da CUT que vieram aqui nos prestigiar sabem disto: estamos num momento em que o movimento sindical está se fortalecendo, cada vez mais presente na vida do trabalhador, nas negociações coletivas. A negociação está ganhando corpo ao longo do tempo. Então, quando a gente observa que a legislação hoje à disposição não nos dá tantas ferramentas para lidar com momentos como o que nós estamos vivendo agora no Brasil – e aí vou para o PPE –, a gente já vinha pensando há algum tempo, no nosso setor, no que fazer em momentos em que o setor vive uma crise.

No Brasil, que viveu períodos muito importantes de geração de emprego, o setor industrial vive uma crise já de quatro, cinco anos, quando, com a desindustrialização, nós perdemos vários elos da cadeia produtiva. Isso foi com a abertura indiscriminada, anos 80 e 90, que criou fissuras no nosso destino industrial brasileiro em todos os níveis – setor têxtil, setor de calçados, setor automotivo. E agora, com a globalização, ninguém vê alternativas econômicas a esse processo.

A Senadora Ana Amélia deu um informe do que é um problema para o Brasil: há um bloqueio no debate brasileiro sobre a crise. Um cidadão, aqui no Brasil, que acompanha a situação econômica e política pela imprensa, não tem uma informação minimamente adequada do que é a crise no mundo neste momento e de como o Brasil se insere nela. Nós não definimos os preços de *commodities* no mundo, mas somos um grande produtor delas. E os preços caíram fortemente no mundo. O nosso País, como disse anteriormente, perdeu setores importantes da nossa indústria. Essa crise no mundo, a crise na China, esse crise na Europa, os Estados Unidos, que começaram a ter indicadores melhores, estão, todos os meses, aumentando o requerimento de seguro-desemprego, voltou a crescer o país, mas não gera emprego. Então, há um problema estrutural na econômica capitalista no mundo, e esse debate não está vindo para cá.

A gente tem de achar soluções do tamanho das nossas possibilidades. Enfrentar a crise é o grande debate. Achar soluções para que este momento da economia brasileira e também da política passe rápido – este é o sonho de qualquer trabalhador metalúrgico do ABC: querer que esta crise passe rápido – é uma tarefa nossa.

E o programa de proteção ao emprego é uma coisa que a gente pensou em 2012, vivendo uma pequena crise pontual no ABC, crise provocada por legislação. A legislação que melhorou os caminhões do Brasil, intro-

duzindo o motor Euro 5, menos emissões – é importante o avanço tecnológico –, alterou o comportamento do mercado, que fez o quê? Ele antecipou as compras, em 2011, porque o caminhão que viria seria mais caro. Os combustíveis – não estava claro se haveria a gasolina e o Arla no Brasil inteiro... Então, houve uma antecipação de compra do motor anterior. Em 2012, esvaziou-se a produção de caminhões no Brasil, porque tudo foi comprado antes. A empresa ganhou, evidentemente que ganhou no ano de 2011. E 2012 foi aquele ano com poucos...

Que alternativas temos para um ano como este? Claro, exigir das empresas que as matrizes cubram parte dos efeitos – às vezes isso acontece, não é sempre. Esse capital internacional... As remessas de lucro no Brasil aumentaram em demasia nos anos bons, mas quando a gente precisa da contrapartida não é tão fácil assim.

E que legislação nós temos à disposição em momentos difíceis? Nós temos o *layoff*, que não foi criado por nós. No governo FHC, em 1998, que foi criado esse instrumento de afastamento temporário do trabalhador do trabalho. Ele suspende o contrato, mas já recebe o seguro-desemprego, fica fora da fábrica, já se comportando como demitido sem estar. Então, é um mecanismo ruim. E é um mecanismo que já carimba o trabalhador, dizendo: se não melhorar, você será demitido.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL MARQUES – Então, não é um bom instrumento.

O PPE, a gente viu várias experiências mundiais, o da Alemanha virou uma referência, mas não é exatamente como o alemão. É uma versão adaptada à nossa realidade. Mas também há outros países com instrumentos semelhantes.

Então, nós percebemos que era necessário ter um instrumento em que sindicato e empresa, desde que a crise seja reconhecidamente externa ao ambiente da empresa e não seja provocada por má gestão ou por erros de condução do negócio ou outra coisa, tem que ser uma coisa caracterizada como influência externa ao mundo da empresa ou do setor – que é o que está acontecendo neste momento no setor automobilístico brasileiro –, por negociação coletiva, consigam dar um tempo ao trabalhador, mantendo-o empregado sob o regime de redução salarial, com suporte do Estado e com parte da remuneração.

Há uma disputa, evidentemente. Todo mundo puxa para lá, puxa para cá, para onde vão os recursos públicos do Estado. É legítimo a gente disputar esse recurso público, como é legítimo a Advocacia-Geral da União disputar – como disputou no Congresso recentemente –, como é legítimo o empresariado, que quer manter a desoneração de folhas de pagamento na mesma situação, disputar. É legítimo. Agora, se vai conseguir, se não vai, se o ambiente propicia isso, é uma questão de correlacionar forças e debater, fazer alianças e buscar um entendimento.

Então, o PPE, na minha avaliação, é tudo isto: é a gente buscar um pouco do custeio do cidadão brasileiro para os empregados permanecerem no emprego. Ele é para períodos excepcionais, não é para se perenizar. É para períodos excepcionais.

O programa alemão foi criado pela social-democracia alemã, quando governava, anos 70, e nunca foi usado. Ele foi criado pensando que é bom ter um fundo para dar essa garantia aos trabalhadores em épocas de crise sem haver crise. E um dia essa crise veio, que foi nos anos 2010/2011, e foi utilizado. Quer dizer, a nossa ideia em 2012 era exatamente isto: criar um programa sem a pressão de uma crise iminente. Mas só foi possível que ele saísse, infelizmente, em uma crise instalada – não era nem iminente, era já instalada.

Então, achamos que o que fizemos foi uma novidade boa para o mercado de trabalho. Nós já fizemos um acordo lá na região. Estamos negociando com outras sete empresas. Há outras empresas. Diziam que esse programa era só para o ABC, os primeiros dois acordos – um, Piracicaba, o outro foi Atibaia –, mas tenho informação de metalúrgicos de Minas negociando, metalúrgicos de Itu negociando, metalúrgicos do Rio Grande do Sul negociando. Porque é uma ferramenta que pode, ao final de um período excepcional como este – a gente espera que não se prolongue tanto essa crise econômica instalada no Brasil –, preservar de 50 a 100 mil empregos. No ABC, a nossa avaliação é que vai proteger em torno de 3 a 4 mil trabalhadores. Esse acordo da Rassini, que vale para 550 empregados, impediu uma demissão de 100. O acordo da Merlin – eu vou fazer assembleia sexta-feira na fábrica – uma empresa de 600 trabalhadores, vai proteger 120 trabalhadores. De 600, 120 não serão demitidos por esse instrumento. Tenho esperança de que na Mercedes-Benz nós vamos poder realizar um acordo desse e preservar empregos. A empresa vem ameaçando demitir. Nós não vamos aceitar de jeito nenhum. Tendo um instrumento como esse, por que o sindicato vai aceitar demissão? A mesma coisa em São José, que anunciou demissões agora: 200. Com um instrumento desses, por que eu vou aceitar demissões lá?

É necessário que haja um entendimento. E o acordo da Rassini, por exemplo, não é de redução de 30, nem de 20; é de 15. A empresa queria mais, mas a gente puxou, puxou, puxou para um patamar razoável para empresa e bom pra nós, e conseguimos fechar um acordo. Eu acho que muitos sindicatos vão ser capazes de fazer algo semelhante ou até melhor. Isso vem do nosso histórico.

Então, a nossa avaliação é a de que a MP, como está construída, está equilibrada. Nós queríamos mais. Evidentemente que nós queríamos mais.

Agora, avaliando as emendas que vieram, entre as emenda que até são favoráveis a nós, que a gente apoia – como as do Senador Paim, nós apoiamos todas elas...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Inclusive as minhas.

O SR. RAFAEL MARQUES – ... há algumas que a gente percebe que puxam esse programa para virar outra coisa: virar redução de salário e de jornada mesmo, em qualquer momento, sem nenhum critério.

(Soa a campainha.)

O SR. RAFAEL MARQUES – Não dá pra aceitar.

Então, talvez seja de bom tom que fique como está. Mas que seja algo que a gente experimente, analise. É um experimento que nós podemos, até o final do ano que vem, analisar, chamando mais entidades para conversar, ouvindo todos os contraditórios e as preocupações que a gente também tem. Quando a gente faz algo novo, fica com receio: será que pode haver muitas mudanças no Congresso, por exemplo, transformando em um Frankenstein, como disse o companheiro dos profissionais liberais? Então, nós temos preocupação sim, e queremos evitar.

Só para finalizar, tenho solidariedade, compartilho com a tese dos companheiros da Confederação. Nós temos o maior respeito pelas categorias profissionais, trabalhamos em conjunto. Toda vez que nós somos procurados por alguns sindicatos da sua representação tratamos com a maior parceria possível. Eu não tenho nenhuma questão com relação ao que vocês disseram aqui.

Obrigado, Senador. Desculpe-me por ter me estendido. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, foi bem.

Rafael Marques, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e representante da CUT. De forma tranquila, equilibrada, expressou aqui o seu ponto de vista, mostrando, inclusive, algumas experiências internacionais.

Negociar é a palavra. Este momento é de muito diálogo e muita busca de entendimento. Eu me lembro, quando era Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, de que tive que negociar uma vez na Massey Ferguson. Quem está ouvindo lá em Canoas, no Rio Grande do Sul, sabe disso. Naquela época era eram quase 3 mil, 4 mil trabalhadores na empresa: ou iam demitir 1,5 mil, quase a metade, ou iam fazer um acordo. Fizemos o seguinte acordo – claro que eu ousei, mas deu certo –: aceitava a redução – olha, a redução! –, a redução de salário, mas com compromisso da empresa de, se no período dos próximos três meses retomasse o crescimento econômico, repor todo o salário. Eu, claro, consultei uma série de economistas, e assinei. A categoria aprovou. Dali a dois meses, retomou tudo e eles não perderam um centavo no salário. Claro que foi um gesto ousado. Mas como você falou: é um fato novo que apresenta. Entre a demissão, parece pouco, mas uma demissão para a gente é importante; é uma família que fica sem salário, sem emprego.

Você está fazendo acordos lá, salvando – no bom sentido – o emprego de 100, 200, 50 pessoas. E em um momento como este, a possibilidade de garantir a eles todos continuar no trabalho e, nessa alternativa, criar uma parceria com o Governo, com o Estado, enfim, com uma parcela pelo FAT, tudo isso é criativo.

Eu vou só dar um exemplo: foi colocada aqui, com a maior boa vontade, a contribuição. Mas não é fácil achar a saída. Se a fórmula for transferir para a Previdência, não resolve. Reduz, mas tira o dinheiro da Previdência. Tira de quem? Tira de nós, tira dos aposentados. A Previdência é nossa, a Previdência não é do Governo, como o Fundo de Garantia é nosso. Então, quando você diz: "Poderia desonerar a folha." Bom, é falta de arrecadação para a Previdência.

Como é que a gente faz? Então, nós temos que ter uma série de alternativas viáveis, com muito bom senso, muito equilíbrio, mas nessa linha. É uma saída, seja essa ou aquela posição, em um momento de crise – como colocou muito bem o Dr. Guilherme, que está sempre viajando comigo pelo País. Mas não pode ser uma norma permanente.

Eu, naquele momento, arrisquei e deu certo. Se desse errado, eu estaria ferrado, nunca mais, talvez, seria perdoado. Mas o acordo não durou dois meses, eles não perderam um centavo, foram pagos, inclusive, os salários dos meses correspondentes.

Passamos a palavra agora ao Moacyr Tesch, representante da Nova Central Sindical de Trabalhadores, que também tem viajado o País com a gente para a construção de uma proposta que resolva a questão do terceirizado. Não queremos levar à terceirização 40 milhões de trabalhadores que hoje estão na empresa chamada matriz.

Convido para a Mesa, chegou neste momento, o Sérgio Luiz Leite, Primeiro Secretário-Geral da Força Sindical. Está aqui ao nosso lado. (*Palmas.*)

Vamos passar a palavra agora para o Moacyr.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, companheiro nosso de todos os momentos, da nossa trincheira dos trabalhadores neste Brasil; o Dr. Guilherme, representante da Anamatra; o Amadeu Roberto, advogado da CNPL; o nosso companheiro Carlos Alberto, grande companheiro, Presidente da CNPL, que vem trabalhando em prol da categoria dos trabalhadores do Brasil inteiro; o companheiro Rafael Marques, representante da CUT; o Serginho, da Força; enfim, todos os companheiros e as companheiras aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só me permita corrigir isso aqui, porque eu não gosto de ficar falando com outra pessoa quando um dos meus convidados está usando a palavra no Plenário, mas essa é uma pessoa especial. O Zaneti foi Deputado Federal comigo por um longo período. É um homem comprometido de fato com as causas sociais. É daqueles que fazem o bem sem olhar a quem. Ele veio me apresentar aqui – Zaneti, faço questão de mostrar – um projeto que é uma construção, eu diria, coletiva – você é um dos coordenadores – para tentar apresentar saídas à crise do meu Estado, o Rio Grande do Sul. Neste momento ele vai conversar com os outros dois Senadores do Estado e, naturalmente, com toda a Bancada Federal. Como eu faço questão de ficar aqui com vocês, presidindo esta reunião, ele, que conhece essa dinâmica do Parlamento, tentou – tentou, não; já assegurou aqui que vai um representante do meu gabinete a essa reunião para discutir esse projeto, de que ele já me deu a linha mestre. É um projeto que altera a Lei Complementar nº 148, de 25 de novembro de 2014, para estabelecer novo índice de cálculo para atualização monetária da dívida dos Estados e Municípios e dá outras providências.

Pela iniciativa, Zaneti – tem ter iniciativa, principalmente em um momento com este, de uma crise nacional e uma crise no Rio Grande do Sul –, ficam aqui as palmas da nossa Comissão e dos nossos convidados. (*Palmas.*)

Se ele quiser fazer uma saudação, pode dar. Mas eu sei que ele está correndo. Fique à vontade. Se quiser fazer uso da palavra, ali. Para mim, ex-deputado, aqui, fala também, ex-senador fala.

Sente ali, Zaneti. Fique bem à vontade. Você, anos e anos, foi um dos líderes do velho MDB e continua com a mesma postura de sempre.

O SR. HERMES ZANETI – Quero agradecer o Senador Paulo Paim e todos os companheiros e companheiras que estão aqui. Eu venho também de uma luta sindical. Fui Presidente do Centro de Professores do Rio Grande do Sul, depois, da Confederação de Professores do Brasil e Diretor da Organização Mundial de Professores. De modo que agradeço o Paim e digo que essa luta que nós estamos iniciando agora é uma luta para salvarmos a Federação.

Fui constituinte. O Paim, eu e muitos outros escrevermos que o Brasil é uma República Federativa. Enquanto tal, é preciso assegurar autonomia de Estados e as condições para que os Municípios possam responder às exigências de educação, saúde, segurança, enfim, de amparo aos cidadãos.

Por isso, Paim, agradeço muito.

Contamos com que todos possam se engajar. É uma luta difícil, porque nós vivemos em um País extremamente centralizador, e nós queremos levar justiça às bases, onde elas estejam no Território nacional. Por isso, é uma luta também social.

Eu agradeço o Senador Paim pela oportunidade e deixo, desde logo, a nossa conclamação para que nos engajemos nessa luta para a construção da Federação brasileira.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. O Zaneti foi um dos homens que lutaram contra a ditadura. Ele sabe quão importante é a nossa luta permanente em defesa da democracia.

O SR. HERMES ZANETI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você é um símbolo desse processo. Um abraço.

Volto a palavra ao Moacyr Roberto.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Não é bom zerar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele já pede que eu zere o tempo dele. Esperto esse sindicalista. Está bem, Moacyr, vamos lá.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Dando continuidade aqui, Senador, a quando eu estava cumprimentando a Mesa, eu gostaria de comunicar também a V. Exª que hoje, além de Dia do Advogado, que é comemorado nacionalmente, inclusive com uma grande homenagem no TST, também é o Dia Nacional do Estudante. Foi na data de hoje, em 1827, que foi criado o primeiro curso superior aqui, no Brasil.

E eu também gostaria, na figura do companheiro Damião Pires, nosso garçom – hoje também é o dia do profissional, dos trabalhadores, dos garçons, no comércio hoteleiro –, na sua pessoa, eu gostaria de, fazendo a nossa homenagem, pedir uma salva de palmas aos nobres profissionais. (*Palmas.*)

Obrigado.

Eu tenho acompanhado essa caminhada do Senador Paulo Paim sobre a questão da terceirização. Uma coisa é interessantíssima: nós conseguimos juntar nessa caminhada – eu digo isso sem medo de errar – talvez o grupo mais seleto de pensadores em defesa do trabalhador. Nós conseguimos reunir nessa caminhada a academia, com diversos professores e pensadores que estão correndo esse Brasil afora junto com essa caminhada.

Nós temos um fórum contra a terceirização, que trabalha com todos os segmentos da sociedade que estão envolvidos nesse processo: o Ministério Público, a Anamatra, a Ordem dos Advogados, os próprios Ministros que, em muitas oportunidades, têm comparecido. São dezenove Ministros do Tribunal Superior do Trabalho que têm participado. É difícil ter um documento assinado pelos Ministros do TST, e nós temos dezenove assinaturas de Ministros que apoiam essa jornada e defendem o fim da precarização, na forma do PLC nº 030.

É curioso, Senador, que até as pessoas que criticavam a nossa querida e velha CLT, porque ela já era arcaica, velha, coisa e tal, não tinha muita razão, pois era preciso fazer reformas muito grandes, hoje, estão fazendo os seus pronunciamentos em defesa da CLT. Defendem a CLT, por quê? Se ela for aprovada na forma como está sendo feito o PLC 030, que é o 4.330, possivelmente nós estaremos jogando fora a nossa CLT e os direitos conquistados pelos nossos avós, nossos tataravós, nossos pais, possivelmente nós estaremos jogando fora todas essas vitórias dos trabalhadores.

Então, eu acho que só por isso e pela convicção que temos de que todas as centrais sindicais – todas, não de forma a eliminar a, b ou c –, todas elas têm caminhado juntas, defendemos essa jornada.

Senador, eu acho que a sua caminhada está sendo muito árdua. Na sua caminhada por este País afora, só quem o tem acompanhado sabe as dificuldades que V. Exª tem tido. Mas o senhor sempre repete que não vai cessar um momento sequer enquanto não derrubar esse projeto. Nós confiamos em V. Exª e somos seus soldados; não somente nós, mas toda essa gama de pessoas que está envolvida no processo. Vale ressaltar aqui o companheiro Max, que tem participado disso efetivamente, em todo o momento, levantado a bandeira em defesa dos trabalhadores.

Nós gostaríamos também, Senador, antes de começar, de falar efetivamente do PPE, de prestar a nossa solidariedade aos companheiros da GM e aos companheiros da Mercedes, que hoje, inclusive, na parte da manhã, tiveram assembleia na frente das suas fábricas, defendendo e discutindo a questão do seu emprego. São momentos difíceis. Muitas vezes é muito fácil fazermos um belo de um discurso quando o nosso emprego não está em jogo, quando o nosso cartão não está naquela relação, ao final do dia, para ser retirado da chapeira, estando lá um recadinho: compareça ao DRH. Então, isso é muito difícil. Prestamos a nossa solidariedade aos nossos companheiros.

A Senadora Ana Amélia fez uma menção aqui à questão da desoneração da folha de pagamento. Isso nos preocupa muito, Senador, porque, na verdade, só estão mudando o cofre, só estão mudando a chave do cofre de onde vai ser retirado o dinheiro. E lamentavelmente o endereçamento, o endereço, a chave desse cofre vem para a Previdência Social. Mais uma vez a Previdência Social vai pagar a conta se for aprovada a proposta dela. E não teríamos dinheiro suficiente para pagar o nosso Fator Previdenciário, o reajuste dos aposentados, e assim por diante. E mais uma vez, como sempre digo nesta Casa e por onde eu passo, quando falta dinheiro em qualquer lugar, a Previdência Social é a casa da mãe Joana.

Senador, na verdade, indo agora para o PPE, como V. Exª já colocou aqui, há uma previsão na CLT, no art 530, a possibilidade de fazer a redução de salário, de jornada e de salário. Eu também já tive a oportunidade, o desprazer de fazer uma assembleia para reduzir salário e jornada. E foi em uma grande empresa, que hoje é um monstro de uma empresa no Paraná, que se chamava Copavel, uma cooperativa de Cascavel. Mas a primeira coisa que colocamos na assembleia dos trabalhadores foi como ficaria a remuneração dos diretores, como ficaria a distribuição dos lucros, como é que ficariam as mordomias das pessoas que dirigiam aquelas empresas. Nós começaríamos por ali. Então, vamos começar a fazer o dever de casa dentro da nossa casa, com as pessoas que eu dirijo, para depois pegar a peãozada. Fomos para uma assembleia e, nessa assembleia, os trabalhadores entenderam o nosso posicionamento na oportunidade, quando foi decidido pela não aprovação na assembleia.

(Soa a campainha.)

Eu acredito que, nessas oportunidades, com os produtores do PPE, há um fator muito importante, que é a participação do sindicato e a negociação com o sindicato.

O que nós gostaríamos mesmo, Senador, é que houvesse mesmo a ratificação do 158 da OIT e que nós tivéssemos a garantia do emprego. O que nós gostaríamos mesmo é que para essas grandes multinacionais, que na época em que tiveram grandes lucros e repassaram os lucros para fora, para dar sustentação às suas matrizes que estavam falindo lá fora, agora, chegado o momento, fizessem o retorno dessas verbas para ajudarem neste momento que nós estamos passando aqui.

O que a gente gostaria mesmo era não mexer na situação da jornada do trabalhador, do seu salário, do seu emprego. Esse era o mundo ideal, mas, lamentavelmente, não há essa possibilidade.

Nós defendemos o posicionamento da CNPL. A nossa Central defende o trabalhador diferenciado. Nós defendemos veementemente isso. Eu acho que tem de ser discutido com a categoria. E eu acredito que, nessas questões, que suas entidades sindicais devem estar à frente dessa negociação. Mas, na forma como se encontra, o momento por que estamos passando, isso é lamentável. Mas eu ainda acho – acho, não; tenho absoluta certeza, pois é o posicionamento da nossa Central – que o PPE não é o ideal. Mas entre receber já o Fundo de Garantia e começar a procurar emprego, ou ficar no Seguro Desemprego, sem nenhuma segurança, eu ainda acho que o PPE é o menos ruim. Dos males o menor.

Nós também temos a preocupação de isso não se tornar rotineiro. Mas, se verificarmos pelo decreto aqui, pela portaria do Ministério do Trabalho, a forma como é colocada, pois isso é avaliado mês a mês, e que as entidades têm de participar ao Ministério do Trabalho a sua folha de pagamento, trazendo a relação das pessoas, a participação da jornada, o número dos trabalhadores, inclusive com data de nascimento, nome de pai, de mãe, CPF, coisa e tal, e isso ser apresentado mês a mês para que seja renovada a autorização para a utilização do Fundo de Garantia, eu acho que está resolvida essa preocupação.

Está resolvida por quê? Porque a entidade de maior crédito, a que mais pensa no trabalhador e que está diretamente envolvida com os trabalhadores são as entidades sindicais, que são representadas por eles; são as entidades sindicais que estão no chão da fábrica, no dia a dia. E se essa entidade sindical, se esse sindicato, por um motivo qualquer disser "Olhe, a empresa não está cumprindo com as suas determinações, não está cumprindo com o que foi acordado, não está cumprindo dentro do acordo coletivo que foi feito, consequentemente não será renovado.

E é interessante que até agora, em todas as desonerações que foram feitas, e os incentivos que foram prestados às empresas, nunca tinha sido colocado a garantia de emprego nesses benefícios. Essa é a primeira vez que os trabalhadores têm estabilidade, inclusive após o término desse contrato por mais quatro meses, até o limite de quatro meses, conforme o tempo que for utilizado.

A utilização do Fundo de Amparo ao Trabalhador eu acho que é nosso, sim. É um Fundo que deve ser utilizado porque é amparo ao trabalhador. Qualquer outro fundo, seja da Previdência, seja lá o que for, nós estamos desviando o encaminhamento do nosso seguro, do nosso amparo.

Finalizando, Senador. Nós, da Nova Central, temos absoluta certeza de que o ideal não é esse quadro. O ideal é o nosso pleno emprego, o ideal é nós estarmos trabalhando...

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ...o ideal é estarmos garantindo o nosso pão de cada dia com o nosso suor, dentro do chão da fábrica, dentro das empresas. Isso para vamos dizer assim não ser chato.

Finalizando, pela terceira vez, nós temos de tomar a preocupação é com as empresas e as instituições e empresários de aproveitadores do momento. Já está correndo aí afora, inclusive no final de semana, que as empresas do comércio já tentam chamar para fazer uma flexibilização de uma jornada variável dentro do comércio, trabalhando com duas ou três dias por dia. Esse não é o objetivo da lei. Nós e as entidades sindicais não podemos aceitar isso de forma nenhuma, porque nós, do grupo Turismo e Hospitalidade, sofremos e muito. E V. Exª foi padrinho nosso, nesse processo...

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ... da questão da jornada variável no McDonald's. Nós estamos conseguindo acabar com isso, mas a duras penas. E V. Exª foi o grande artífice dessa articulação. Nós não podemos fazer com que esse momento difícil da indústria brasileira se generalize para o comércio e para outras atividades que não têm essa necessidade, que não têm nem como utilizarem a flexibilização e o PPE.

Muito obrigado.

Desculpe-me a extensão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tudo bem, Moacyr. Parabéns pelo seu ponto de vista. E V. Exª lembra aqui algo importante. Todo mundo sabe que eu cobrei muito aquelas duas medidas provisórias. E foi uma guerra com as duas.Mudamos bastante as duas MPs. Conseguimos até enviar o Fator ali, mas foi na base da pauleira, com o apoio de todas as centrais sindicais.

Eu dizia: mas qual é a contrapartida do empregador? Nenhuma. Quando houve a desoneração, qual é a contrapartida? Nenhuma. Agora, pelo menos, a contrapartida é a estabilidade. Não pode demitir um trabalhador nesse período em que o acordo estiver em vigência.

Eu acho que é uma das poucas vezes em que eu vejo nesta comissão – e é uma comissão que tem lado. Vamos ser francos: direitos humanos tem lado. É direitos humanos. É dos humanos. É dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo – e da cidade, é claro, mas ouvindo sempre todos os setores. É a primeira vez que eu vejo nesta comissão um certo entendimento na Mesa. Mesmo quem foi mais duro em relação à MP lembra que, desde que se respeitem as questões de emergência e setoriais, o que vai na linha aqui colocada pelas centrais.

Acho que estamos caminhando para um bom momento, desde que isso não se torne regra e, sim, exceção para o momento.

De imediato, eu passa a palavra para o Sérgio Luiz Leite, Primeiro Secretário Geral da Força Sindical, que também me ligou hoje dizendo "Estou indo. Saí aqui de São Paulo. O voo deve chegar em torno de onze horas." Assim me disse. Chegou antes. Eu falei: chegando até as onze está bom. Obrigado por ter vindo, Sérgio.

Só para não haver dúvida, eu quero dizer que, na questão da terceirização, todas as centrais estão no mesmo barco. Fui autorizado a dizer isso por todas as centrais. Havia uma divergência no início. Mas, depois, todas assumiram junto e nos quatorze Estados a que já fui em defesa da democracia e contra esse projeto, todas as centrais estão participando. É importante resgatar isso para que não haja quem venha dizer: "Não, o movimento sindical está dividido." Não está dividido. O próprio Juruna, quando esteve naquele debate, aqui no plenário, em que a CUT foi representada pelo Vagner, estavam lá as centrais, a Anamatra, enfim, ele foi à tribuna e disse: havia uma divergência nisso. Mas nós ajustamos na Central e todos estão no mesmo barco contra esse projeto na forma como foi aprovado na Câmara.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Muito bem. Obrigado, Senador Paulo Paim, a quem quero cumprimentar mais uma vez pela brilhante iniciativa de trazer aqui a um debate público a questão do Programa de Proteção ao Emprego. Mas eu não poderia deixar de publicamente cumprimentá-lo pelas suas ações aqui, no Senado Federal, em prol dos trabalhadores.

Nós acompanhamos de perto a sua briga nas mudanças e alterações do seguro-desemprego que prejudicava e prejudicou trabalhadores e trabalhadoras. Mas conseguimos o feito histórico em avançar em uma substituição, em uma alternativa ao Fator Previdenciário, que é o Fator nº 8.595.

E logicamente, agora, reagrupadas as forças em um debate sobre a terceirização em todos os Estados. Estive, na última sexta-feira, no Paraná. Estavam me mostrando o belíssimo material e o papel que as centrais sindicais realizaram na Assembleia Legislativa do Paraná, debatendo a terceirização. E há claramente o foco, a importância em pensar nos treze milhões de trabalhadores terceirizados e logicamente, nesta segunda Casa de discussão, em estabelecermos os devidos limites para a terceirização. Acho que o caminho está correto.

Antes de falar, eu queria dizer que amanhã, às 14 horas, nós teremos a instalação da Comissão Mista que vai debater justamente a medida provisória do programa de proteção ao emprego. E as centrais sindicais, Senador, no próximo dia 26, pela manhã, às 8 horas, vão fazer o lançamento aqui, no Senado, digo, na Câmara, no 10º andar, no Anexo IV, de uma cartilha explicativa falando do PPE: um pouco da experiência, um pouco do seu conteúdo, como surgiu, como buscou essa experiência alemã para debater o PPE.

Então, será no dia 26 de agosto, às 8 da manhã, no Anexo IV, no 10º andar da Câmara. As centrais estão providenciando o convite. Na verdade, a intenção é esclarecer as dúvidas, com perguntas e respostas, para que possamos ter clareza do que estamos efetivamente discutindo.

Bom, para não ficar tão repetitivo, eu tive o prazer de representar a Força Sindical naquela delegação, Senador, que foi conhecer o Programa de Proteção ao Emprego na Alemanha, acompanhado de outras centrais sindicais, como a CUT – acho que a UGT não estava no momento – e a Nova Central. Enfim, nós fomos conhecer o programa.

Em que pesem todas as diferenças, que não são pequenas, entre a Alemanha e o Brasil, desde sua economia até sua forma de organização, sua estrutura sindical, seu poderio de organização no local de trabalho, sua baixa rotatividade de mão de obra, esse PPE feito aqui, pensado para o Brasil, na verdade, se ajusta a algum tipo de possibilidade de pensarmos em um sistema de proteção ao emprego, no momento de crise, porque a nossa proposta, a proposta de todas as centrais sindicais, de forma unânime, de forma conjunta, é a ratificação da Convenção 158 da OIT, que tem a garantia de emprego; é a oneração da folha de pagamento das empresas que têm alto índice de rotatividade. Essa tem sido a proposta, e é esse o debate que espero fazer nesta Casa, muito mais cedo do que imaginamos. Aí, sim, nós teremos um programa que acalme, na verdade, o mercado de trabalho, para que ele seja mais estável. Mesmo em épocas em que as empresas geravam um milhão, dois milhões de empregos por ano, a rotatividade no Brasil chega a 46%, quer dizer, quase metade dos trabalhadores trocam de emprego todo ano – trocam, não; são demitidos; Essa é a rotatividade limpa de que falamos, sem os pedidos de demissão. Então, quase metade dos trabalhadores são demitidos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O número é assustador: quase a metade.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Quase a metade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E há uma segunda informação – se permitir e concordar: os dados que temos são, principalmente, de empresas terceirizadas.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Principalmente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em empresas terceirizadas, a rotatividade chega a ser de 80%.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Exatamente, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí, na média, acaba dando esse índice.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Exatamente. Há setores com índices muito baixos, e setores com índices muito altos.

Esses são, na verdade, os grandes caminhos para a questão do mercado de trabalho. Precisamos deixar claro isso, para que não digam: "Não, o PPE vai salvar, é o salvador da Pátria." Não! Temos tratado o PPE como mais um instrumento colocado à disposição dos trabalhadores, do movimento sindical, para se tentar proteger o emprego – mais um instrumento.

Desde 1965, nós temos uma legislação que permite reduzir jornada e salário – está lá – e que vale até hoje. Passava por negociação coletiva, mas tinha... Andei lendo essa legislação, e existe até a possibilidade, às vezes, de acordo direto com os trabalhadores ou através do Ministério do Trabalho, se comprovada a crise, se comprovada a dificuldade da empresa, não valorizando quase nada na negociação coletiva. E falar em estabilidade nem pensar! Então, o PPE é mais um instrumento que está à disposição do movimento sindical.

Às vezes, Senador, o pessoal pergunta: "Mas vai gastar dinheiro do FAT?" O dinheiro do FAT vai ser utilizado para o seguro-desemprego ou para o PPE. Se ele não for de pronto para o PPE, ele vai de pronto para o desemprego, vai receber, se tiver o tempo de serviço, as cinco parcelas, limitadas aos R$1.340, e vai receber o seguro-desemprego.

Então, a questão do FAT é algo muito mais preocupante do que simplesmente o PPE. A questão do FAT é outra: desonerações, micro e pequena empresa que não contribui com o FAT e gera... Boa parte das empresas prestadoras de serviço terceirizado está no Simples Fiscal e não paga PIS, ou seja, não financia o FAT e produz desempregados para pagar seguro-desemprego. Então, há outras discussões tão importantes quanto essa em relação ao FAT. Mas eu quero dizer que esse instrumento é mais um mecanismo.

Aqui já foi falado que ele valoriza a negociação coletiva; concede um terço a mais de estabilidade e de emprego para aqueles trabalhadores que foram para o programa; e fortalece a negociação.

A nossa orientação na Força Sindical tem sido neste sentido: "Se você fez um acordo de redução de 20% de jornada, 30% de jornada, você pode tentar negociar 20% de salário. O FAT vai cobrir 10%, e, no caso dos outros 10%, há mecanismos para tentar melhorar, como tíquete-alimentação ou alguma coisa que minimize o impacto dessa diminuição de salário." Tudo isso está no campo da negociação coletiva, fortalecendo esse processo. Acho que isso é extremamente importante para valorizar o papel do sindicato, mas, logicamente, sempre, sempre, sempre, a última palavra será a dos trabalhadores, em uma assembleia dos trabalhadores específica para discutir a situação. Acho que essa é uma questão extremamente importante.

Outra questão é o *lay-off. V*amos pegar o caso de hoje; de ontem; da semana passada; de três, quatro anos atrás. Vou citar o exemplo da GM, em São José...

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – O *lay-off* tem sido utilizado: suspensão temporária do trabalho, cinco meses de pagamento. Podemos dizer que é um pagamento antecipado do seguro-desemprego, porque, quando terminar o *lay-off*, nada garante que a pessoa pode continuar no emprego, não. É o que está acontecendo na GM. Se não houver nada negociado, esse pessoal do *lay-off* que voltou e foi demitido não tem mais o seguro-desemprego; vai ter a rescisão contratual. Com o PPE, ele tem a garantia do seguro-desemprego, mesmo depois do programa. Então, temos que comparar essas formas de garantias na negociação e de possibilidade.

Nós estávamos desacostumados a fazer esse tipo de acordo nos últimos 12 anos. Vamos analisar o final dos anos 90, quando era comum procurar... Havia férias coletivas, licença remunerada, *lay-off*, redução de jornada e de salário. Chegaram a nos perguntar: "Por que precisa de lei, então, se há uma lei de 1965?" Precisa de lei para garantir o emprego...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para ampliar.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – ... para ampliar e autorizar o Estado brasileiro a contribuir com uma parte no salário desses trabalhadores; para obrigar a criar uma comissão de trabalhadores para o acompanhamento do acordo; e outras questões que foram colocadas aqui pelo companheiro Moacyr, que já elucidou toda a parte do conteúdo da medida provisória.

Então, vamos fazer um importante debate na Câmara e no Senado sobre essa questão do *lay-off*.

Existem 175 emendas na Câmara dos Deputados, e eu acho que cabe ao movimento sindical observar muito todas essas emendas. Muitas delas têm o intuito de flexibilizar tudo, aproveitar a situação. "Olha, já que há uma medida provisória, vamos colocar flexibilização total. PPE para tudo." Daqui a pouco, haverá registro em carteira e tudo o mais. Então, nós vamos ter que estar muito atentos ao acompanhamento desse debate nas duas Casas para não perdermos e não entrar nenhuma flexibilização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas há as minhas emendas que estabelecem exatamente o contrário.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – O contrário. Claro, claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí temos que saber fazer o meio de campo.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Talvez da forma como vocês estão colocando.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Para negociar, a Força está aberta ao debate. Acho que dá para melhorar, sim, alguma coisa. É preciso pensar. Inclusive a gente até comentou, na própria fonte de custeio desse programa. Será só o FAT? Poder-se-ia pensar em uma outra fonte de custeio, também, para isso. Acho que esse é um debate que nós poderíamos fazer.

Contudo, quero dizer o seguinte: da forma como está o PPE, o mecanismo dele foi muito bem pensado, muito bem estruturado. O poder está bastante na mão do movimento sindical, dos trabalhadores. Quer dizer, existe, sim, a opção de os trabalhadores dizerem: "Olha, não quero o PPE, não quero o *lay-off*, não quero a licença, não quero nenhum; vou brigar até onde der e chegar ao momento de ter ou não a demissão".

Por último, e para finalizar, Senador e companheiros das centrais, Anamatra, acho que é importantíssimo, tirando todo esse debate... Nós falamos um pouco aqui na Convenção 158, de nós também organizarmos a regulamentação do 239 da Constituição, que trata da rotatividade, mas temos que pensar também nessa política econômica, senão vamos ficar correndo sempre atrás do prejuízo, o desemprego aumentando – só no primeiro semestre já foram 350 mil empregos a menos, sem muita perspectiva de o segundo semestre apontar para uma direção pelo menos de estancamento, ou término, ou parada desse processo de queda do nível de emprego, então acho que é urgente essa discussão.

Temos conversado um pouco isso, no meio das centrais sindicais, de o movimento sindical até protagonizar propostas efetivas de estancar e, pelo menos, direcionar o caminho do desenvolvimento, da manutenção do emprego, porque, senão, não vai haver PPE que suporte, *lay-off* que suporte uma crise de tamanhas proporções.

(Soa a campainha.)

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Então, dito isso, quero agradecer a oportunidade e me colocar à disposição para qualquer esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Sergio Luiz Leite, 1º Secretário-Geral da Força Sindical... (*Palmas.*)

... detalhando e lembrando que dia 26, não é, Sergio?

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Sim; dia 26.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As centrais lançam uma cartilha detalhando a importância, enfim, os caminhos, se tiver que negociar. Se tiver, tomara que não, que se use esse instrumento.

Passo a palavra agora ao José Gonzaga da Cruz, Diretor da União Geral dos Trabalhadores (UGT).

O SR. JOSÉ GONZAGA DA CRUZ – Quero saudar o nobre Senador da República e, em nome da democracia, em nome da transparência, parabenizá-lo por mais esta disposição de vontade de colocar em debate sempre a relação entre capital e trabalho, especialmente o trabalhador, que o senhor tem defendido durante esses vinte e tantos anos de mandato que o povo do Rio Grande do Sul tem lhe consagrado.

Quero saudar, aqui, o Dr. Guilherme; saudar o Carlos Alberto, o Moacyr, o Serginho, o nosso companheiro Rafael e saudar também os advogados presentes. Saudando o Dr. Amadeu e a Drª Zilmara; saúdo os advogados presentes.

Também quero trazer aqui, Senador, se me permite, uma saudação aos metalúrgicos, especialmente, que são os trabalhadores que mais serão e estão sendo atingidos nesta oportunidade, porque minha origem também é metalúrgica. Em 1969, eu era metalúrgico e fui metalúrgico até 1981, quando começaram os grandes debates, especialmente na região do ABC, e começou a haver no País, no Brasil, especialmente em São Paulo, grande nível de desemprego. Fomos para o comércio, uma multinacional chamada Makro Atacadista, mantendo o contrato de trabalho até hoje.

Quero dizer da preocupação e verdadeiramente salientar aqui um tema que foi trazido pelo nosso nobre juiz, que é a transparência e a democracia. Por que transparência? Porque esse tema, na central UGT, é um tema não pacificado. Mas a UGT não se negou, e não se negará nunca, a estar presente nesses fóruns, nesses debates, onde tem que dar sua contribuição em favor de quem precisa neste momento.

Nós pensamos que, verdadeiramente, esse instrumento criado através dessa medida só não pode e não poderá se transformar no instrumento do capeta, ou seja, a perenidade dele será um instrumento do capeta, como foi e como é hoje o instrumento do art. 59 da CLT chamado banco de horas.

Será que esse *lay-off*, será que essa remuneração dos trabalhadores também não poderia ser feita através desse instrumento chamado banco de horas? Por meio do banco de horas, o trabalhador, mesmo não trabalhando uma jornada de 220 horas... Lá no ABC, é um pouco diferente, talvez os metalúrgicos, especialmente as montadoras, tenham uma jornada diferente... Por que as empresas não assumem esse risco de pagar os trabalhadores integralmente, enquanto precisar sair dessa situação?

A meu ver e na nossa leitura, não pode e não deverá ser uma coisa por muito tempo. Nós já tivemos crises em todos os setores. Ora, nós, comerciários, se nós formos atender esse dispositivo, para os senhores são oito ou dez empresas. É muito mais fácil de conversar, de falar com oito ou dez empresas. No comércio de São Paulo – só em São Paulo – são 132 mil empresas, Senador. Com esse número é impossível de se falar.

Quanto às demissões – quando disseram aqui, quando o Serginho disse, especialmente, que a demissão é de 20% a 30% –, a nossa realidade é outra. A nossa demissão, ou melhor, a rotatividade, no comércio do País, é da ordem de quase 50%, ou seja, em dois anos, você gira, você roda um quadro de 100% dos trabalhadores. Isso é praticamente impossível de se fazer. Sem falar em outras categorias profissionais.

Quero dizer, Carlos, que a nossa missão, que a missão da UGT – você conhece muito bem – é respeitar, sem dúvida nenhuma, as categorias profissionais e trabalhar em consonância com essas categorias, para tornar menos penoso o sofrimento pelo qual os trabalhadores têm passado. E este é o momento da unidade das centrais sindicais, para se encontrar uma saída que seja menos dolorosa e menos sacrificante para a família dos trabalhadores, especialmente daquela categoria mais afetada nessa condição.

Portanto, companheiros metalúrgicos, a UGT está à disposição para estar junto nessa batalha, no sentido de encontrar meios de melhorar essa situação, de minorar esse sofrimento. Mas nós também temos que pensar em uma economia mais forte. Aqui, quanto pior melhor? Que raio de progresso é esse?

Nós temos que pensar que a economia é forte; nós temos que pensar que tem que se vender mais carro, que tem que haver mais dinheiro no mercado... E só se põe dinheiro no mercado se houver emprego. Sem empregabilidade, a economia vai afundar e piorar para todas as categorias profissionais, especialmente para aqueles que são mais dependentes.

Ora, vou citar mais um caso dos comerciários. Os metalúrgicos, felizmente, são profissionais – e eu vim dessa categoria, conheço um pouco disso: é um mandrilhador, um fresador, um torneiro mecânico, um ferramenteiro, que, por conta da profissão, tem um salário maior, mas a média salarial do trabalhador comerciário, neste Pais, não alcança R$1.300. Como é possível ainda reduzir o salário, Senador e companheiros, se recebem R$1.300?

Portanto, companheiro Rafael, nós somos solidários e estaremos juntos nessa luta, com todas as centrais sindicais, para tentar ajudar a encontrar uma forma de minorar essa situação para os nossos companheiros, da minha origem, que são os metalúrgicos deste País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. José Gonzaga da Cruz, Diretor da União Geral dos Trabalhadores (UGT), que disse que o tema não é pacificado na Central. Eu acho que não é pacificado com ninguém. Eu concordo com você. Acho que não é pacificado em nossas bases. Eu mesmo, quando dou aqui um depoimento e aponto que temos que criar algumas alternativas, tenho certeza de que existe eleitor que diz: "Até tu, Paim?" (*Risos.*)

Mas a vida é assim, não é? Nós temos que tentar construir alternativas que viabilizem o emprego da nossa gente; sempre, claro, na perspectiva de que o trabalhador não tenha prejuízo. É isso que nós queremos, de coração, de alma, de cada movimento que a gente faz, cada greve que enfrentamos. É uma batalha permanente e, principalmente, em época de crise.

Meus cumprimentos a todas as centrais, a todos os convidados.

Como faço sempre, eu vou deixar a palavra a três companheiros ou companheiras do plenário que quiserem fazer um depoimento, que fiquem á vontade.

Alguém do plenário quer usar a palavra?

Há um companheiro lá atrás.

Mais alguém? (*Pausa.*)

Ninguém mais?

Então está com a palavra você. Aqui na primeira fila é melhor; usa o microfone, aperta o botão, vai acender uma luz verde, e você, que já conhece, vai fazer uso da palavra.

O SR. MÁRIO JORGE – Bom dia a todos e todas.

Como representante da saúde, Senador Paulo Paim, Senadores e demais integrantes da Mesa e Plenário, gostaria de salientar que a saúde vê esse PPE como algo um tanto quanto preocupante, porque a rotatividade onde nós não tínhamos, hoje, cresceu assustadoramente. Aí, mais uma vez, a gente faz a pergunta: como ficará a assistência aos pacientes com essas demissões? É preocupante e nós precisamos aprofundar em um maior espaço de tempo essa discussão.

Não é só a questão da garantia do trabalho, mas, também, da segurança da assistência aos pacientes, que, infelizmente, nada tem a ver, mas com a atual crise hoje vivida pelo País, está repercutindo grandemente junto a esse segmento.

Muito obrigado.

Mário Jorge, da CNTS. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Nós fizemos uma audiência pública aqui com os líderes do campo da saúde só para discutir a terceirização. Foi uma bela audiência pública, e vocês deram esse enfoque, que, agora, você reafirma nesse caso.

Calculem terceirizar todo o sistema de saúde! Qual é a segurança que vão ter os nossos pacientes?

Pode completar.

O SR. MÁRIO JORGE – Queremos até parabenizar o Senador Paulo Paim porque, na visita que a CNTS fez a V. Exª, o senhor, de pronto, acatou a sugestão de fazer as audiências públicas. Nós estamos acompanhando e elas estão acontecendo com grande sucesso. Isso é positivo.

Queremos, mais uma vez, agradecer não só em nome da Confederação Nacional dos Trabalhadores, mas no de toda a classe da enfermagem brasileira que está depositando no senhor o pensamento positivo de que haveremos de decolar com a questão da jornada de trabalho, a redução das 30 horas semanais, ou melhor, a regulamentação da jornada 30 para enfermagem.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Se alguém do plenário quiser ainda usar a palavra por cinco minutos... Se não, vamos passar para a Mesa e cada um fará as suas considerações finais, por três ou cinco minutos. Cada um vai entender o que poderá falar nesse momento. (*Pausa.*)

Então, vamos para as considerações finais.

Vamos inverter, começando com o último, que será o primeiro, até o primeiro, que será o último.

José Gonzaga da Cruz, Diretor da União Geral dos Trabalhadores, por três minutos, para as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ GONZAGA DA CRUZ – Parabéns, Senador, parabéns a esta Mesa tão expressiva e tão bem composta. Verdadeiramente, o que nós precisamos priorizar é a empregabilidade, a manutenção dos postos de trabalho e sem, obviamente, demissões, porque a demissão traz um mal grande não só à família do trabalhador demitido mas à sociedade de um modo geral. Para de circular dinheiro no mercado e, não tendo recursos suficientes, nós vamos todos para baixo. Nós temos que ser propositivos e ter uma sociedade mais justa, mais equilibrada, mais sensata, onde as pessoas possam ser bem remuneradas, bem pagas para construir uma vida digna, uma vida saudável, uma vida honesta.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, José Gonzaga da Cruz, que ficou em dois minutos.

Sérgio Luiz Leite, 1º Secretário-Geral da Força Sindical, para as suas considerações finais.

O SR. SERGIO LUIZ LEITE – Obrigado, Senador.

Mais uma vez, quero agradecer a oportunidade de contribuir com esse importante debate sobre o PPE – Programa de Proteção ao Emprego, e não só isso, apontando alguns temas não menos importantes para que a gente possa caminhar e estar trilhando um caminho com sucesso, buscando melhorias nesse mercado trabalho, garantias de emprego e tudo mais.

Quero aproveitar para fazer um cumprimento especial à CNPL, do Carlos Alberto, que está com todos os companheiros, amigos nossos, presentes a esta nessa audiência. Não tive oportunidade de ouvi-lo, mas, certamente, conheço sua posição, suas preocupações quanto ao PPE; e, no que nós pudermos ajudar, aqui e dentro da Câmara, para sanear ou sanar algumas dúvidas, podemos trabalhar conjuntamente dentro da Câmara e do Senado para a gente encontrar saídas para as preocupações colocadas.

Quero cumprimentar o meu companheiro Rafael, que, não menos importante, que está com alguns problemas para resolver lá no campo de emprego e demissão, todo esse debate – e não só o Rafael como todo movimento sindical –, empenhados nisso, tentando assegurar empregos.

Cumprimento ainda o Gonzaga, meu amigo Moacyr e todos os presentes aqui.

Quero saudar a todos os nossos amigos dirigentes sindicais, como também advogados, em nome da Drª Zilmara, o André, do Diap, que também está aqui; enfim, todos que contribuíram.

Vamos em frente; esperamos estar bem rápido aqui para discutirmos, quem sabe, como estancar a rotatividade no mercado de trabalho e ratificar a Convenção 158 da OIT.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sérgio Luiz Leite, que falou pela Força Sindical.

Com a palavra o Rafael Marques, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que também fala pela CUT.

O SR. RAFAEL MARQUES – Senador, mais uma vez, quero agradecer o convite. O senhor falou muito em democracia, e acho que nós precisamos muito valorizar a nossa democracia.

No programa do PT – eu assisti e gostei do programa –, falaram que nós vivemos uma democracia vibrante, mas eu acho que é insuficiente. Então, o que o senhor faz, audiências pelo Brasil inteiro, debates sobre a questão dos direitos humanos, debates sobre a questão da saúde, debates sobre a questão de programas trabalhistas como esse do PPE, isso, sim, é aprofundar democracia, e nós precisamos disso.

Nós precisamos criar um ambiente de mais liberdade, de mais negociação, onde as relações vão se aprofundando. Então, eu acho fundamental um debate dessa natureza, para a gente evoluir nas discussões.

O senhor falou do Presidente Lula, que presidiu nosso sindicato, uma referência importante para todos nós. E nós estivemos, sexta feira, lá em frente ao Instituto, por conta daquele atentado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que foi condenado por todos nós. Fosse um atentado ao Instituto do ex-Presidente Fernando Henrique, a nossa posição seria a mesma, com certeza, porque é um atentado processo democrático. Foi bom lembrar.

O SR. RAFAEL MARQUES – Evidentemente. O Presidente Lula é uma figura importante no universo do movimento sindical brasileiro.

E propostas como essa mesmo não foram fáceis. Não fazia parte do programa do Governo instituir um programa como esse. Não estava no ambiente e não existia um compromisso. E o Presidente Lula apoiou esse programa desde a primeira vez que a gente começou a trabalhar mais concretamente sobre ele; ajudou-nos, inclusive, a convencer a Presidenta Dilma que esse era um programa relevante para um ano como este.

Então acho que promover debates, chamar a sociedade, chamar os trabalhadores aqui para o Senado, chamar todas as lideranças e a sociedade para debater é o caminho certo, esse é o caminho do Brasil que vai dar certo; é debatendo, é buscando entendimento para vencer a crise. É disso que nós precisamos.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Rafael Marques, Presidente dos Metalúrgicos do ABC, que falou também pela Central Única dos Trabalhadores.

Agora, com a palavra o Moacyr Tesch, que aqui fala em nome da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Lembro, mais uma vez, que teremos aqui, no próximo dia 20, uma grande audiência pública para discutir a tal da jornada variável – McDonald's. É um outro debate. É um debate em que haverá mais de 10 países aqui.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Quinze países estão confirmados. Esse está confirmado.

Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para dizer que nós discordamos da jornada variável.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você podia até, na tua fala de três minutos, explicar direitinho o que significa isso. É pior que o banco de horas, bem pior! O trabalhador fica na atividade e, diminuindo o fluxo, digamos, em uma loja do McDonald's, é mandado para casa, mas tem que estar à disposição. Aumentou o fluxo, volta. É mais ou menos isso. Você pode explicar aí.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu estava falando aqui com Serginho e ia falar com o Rafael que cada um de nós tem uma cruz dentro do seu segmento.

Você, Rafael, estava falando que, na época de dezembro, janeiro e fevereiro, aparecem os grandes problemas do desemprego na indústria. Para nós, da área de turismo, dezembro, janeiro, fevereiro e julho são os meses de pico do nosso emprego, desde que o dólar não esteja lá embaixo, porque daí o pessoal vai lá pra

fora. Então agora, com o dólar lá em cima, quando muita gente reclama, para nós do turismo é interessante. Essa balança de interessante.

Eu também estava falando para o Serginho, conforme escutei aqui na mesa, que há rotatividade de 30%, 40%, 50%, 46%, mas uma empresa como a McDonald's, que tem 44 mil funcionários no Brasil, consegue fazer a rotatividade 104% no ano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como assim? Depois, na audiência pública que vai acontecer aqui, você vai ter que explicar, porque aqui vão estar os dois lados.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Não; não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para conseguir 104%, nem eu consigo imaginar o que é isso.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Pois é. E esses são dados publicados na *Exame* onde eles listam as melhores e maiores empresas para se trabalhar. E ela se coloca naquela pesquisa dizendo que ainda é uma empresas boas para trabalhar. E a gente questiona isso: uma empresa como essa, que, vamos supor, faz os trabalhadores ficarem à disposição em uma sala chamada "sala de *break", de o*nde essas pessoas só voltam a trabalhar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como eles não estão aqui e vão estar no dia 20, se você puder segurar um pouco esse assunto... Até para dar o direito a eles de colocar o ponto, porque, com certeza, eles estão assistindo. Uma audiência pública dessas vai para todo o País. Eles estão assistindo e vão cobrar de mim, acho que até corretamente...

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – O contraditório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... que eles teriam que estar aqui para fazer o contraditório.

Como teremos essa audiência, no dia 20, com representantes dos empregadores e dos trabalhadores presentes, acho que seria melhor que ali a gente aprofundasse.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Mas é difícil. Cada um tem sua cruz, Serginho, Rafael... É muito difícil!

Para finalizar, Senador, eu gostaria de agradecer e dizer o seguinte: foi colocado aqui, também, que nós tínhamos que batalhar e brigar dentro do PPE, mas temos que terminar com essas férias, com banco de horas, enfim, com todos esses penduricalhos que os trabalhadores teriam, porque estavam empurrando para os trabalhadores, para segurar o emprego, ou seja, temos que, primeiro, descartar todos esse processo para, depois, entrar no PPE.

A questão do exemplo de democracia. Se existe exemplo de democracia no País, este é V. Exª. É uma unanimidade de todos os lados e não tem medo do contraditório. Uma das coisas, vamos supor, que preza a democracia é ouvir os dois lados. Não quer dizer que vai dar a razão a A ou B. Mas antes de formar sua opinião, não ter o medo do desconhecido, não ter o medo de o outro lado dar o seu posicionamento. Quanto a isso, V. Exª é o nosso exemplo, o nosso balizador do que é a democracia neste País.

No mais, agradecer a oportunidade, mais uma vez, e pedir, dentro da crença de cada um – cada um tem a sua, eu sou católico, sou cristão –, que Deus o proteja, que lhe dê muita saúde, pois V. Exª está precisando de muita saúde. Então, que o seu anjo da guarda o proteja, porque nós temos a metade do Brasil ainda para correr e um monte de outras situações que vão continuar ocorrendo e nós precisamos do senhor com saúde e essa força revigorante que todo dia V. Exª tem.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado, Moacyr Tesch, que falou pela Nova Central.

Amadeu Roberto Garrido de Paula, assessor jurídico da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, que aqui falou junto com o Presidente da CNPL.

O SR. AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA – Senador Paim, eu gostaria, brevemente, de concordar com o ilustre representante do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que, a meu ver, resumiu tudo.

Nós estamos em um momento de ampla mobilização, de forte de mobilização. Sem isso, nós não teremos condições de superar essa crise e não saberemos o caminho pelo qual trilhará o Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

Era só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Esse foi o assessor jurídico da CNPL, Amadeu Roberto Garrido de Paula, que foi um dos que provocou, junto com Presidente – eles vieram me visitar –, para fazermos esse debate.

Passo a palavra, agora, ao Presidente da CNPL – Confederação Nacional dos Profissionais Liberais), Carlos Alberto Schmidt de Azevedo.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO – Então. o que nós nos preocupamos, de imediato, quando da entrada em vigor da MP nº 680, era exatamente essa questão da exclusão e da mudança, que ela estava propondo, em relação à organização sindical brasileira, que é por categoria profissional. As especificidades das categorias profissionais são muito grandes; então, não haveria condições, na nossa maneira de ver, de que fosse tudo isso comandado apenas pelo sindicato preponderante.

Nós ficamos muito contentes em saber que as quatro centrais sindicais aqui presentes, as quatro maiores centrais sindicais aqui presentes, todas elas vão ao encontro dessa preocupação quanto a essa exclusão. Então, por si só, isso aí já mostra o quanto foi oportuno que nós viéssemos ao gabinete do Senador, também Deputado que foi, inclusive Constituinte...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com muito orgulho.

O SR. CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO – Sim, de muito orgulho para todos nós, gaúchos. Nós viemos pedir que fosse provocada esta audiência pública. Ninguém gostaria de estar aqui discutindo a 680; ninguém gostaria. Nós gostaríamos de continuar com o pleno emprego, vendo a população, especialmente, os mais carentes, avançar, ou seja, tudo aquilo que aconteceu na volta de 2010. Era isso que todos nós queríamos que continuasse acontecendo.

A preocupação é com o que poderá acontecer, e isso nós temos que estar vigilantes. Quer dizer, nós sabemos que tem 175 emendas na construção do PPE, e isso nos preocupa demais, demais, porque a gente sabe que nessa medição de forças entre o capital e trabalho, aqui, no Congresso Nacional, nós somos o marisco, nós somos os menores aqui dentro.

Então, cumprimento, de novo, o Senador Paulo Paim pela sensibilidade, que não é novidade para nenhum do nós. Em todas essas situações em que tentam tirar as conquistas dos trabalhadores, ele é o primeiro a se posicionar ao nosso lado e buscar que essa diferença não seja tão grande.

Muito obrigado, Senador.

Muito obrigado a todos os que tiveram a oportunidade de estar aqui presentes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Carlos Alberto Schmidt, Presidente da CNPL, reforçando essa ideia de que nós estaremos sempre, todos nós aqui – tenho certeza, este Plenário e milhões e milhões de brasileiros, na trincheira da defesa dos que mais precisam.

Eu queria registrar presença da Shirley, aqui no plenário, que veio para a Marcha das Margaridas.

Tu poderias dizer: a Marcha das Margaridas será...

É só apertar o botão que acende a luz verde.

Rapidamente, a Marcha das Margaridas será quando e qual é o movimento?

A SRª SHIRLEY – Hoje começam várias atividades no Estádio Mané Garrincha – seminários, encontros e articulações –, e a Marcha sai amanhã, lá do Mané Garrincha, à tarde, em direção ao Congresso Nacional; e, à noite, a gente espera encontrar a Presidenta em uma resposta à Carta das Margaridas.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Bela mobilização essa da histórica luta do nome da Carta das Margaridas pela luta das mulheres.

Esperam a presença de algo em torno de 10 mil mulheres.

É mais ou menos isso, não é?

Pelo que me disseram, mais de 10 mil mulheres.

Por favor, o Vice-Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – Anamatra, o líder Juiz Guilherme Guimarães Feliciano.

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Senador Paim, mais uma vez a Anamatra o homenageia por esta iniciativa, este destemor de discutir um tema tão controverso sem peias, com o espírito aberto, para que se possa melhorar o que já aí está.

Na expectativa de exatamente tentar contribuir, eu registro aqui, como síntese, o que tem guiado a fala da Anamatra e a sua preocupação em termos de riscos, em termos de possíveis avanços e em termos de pontos positivos do que até aqui já está construído em torno do PPE e que deve ser preservado.

Então, muito rapidamente, eu já dizia, na primeira fala, da preocupação da Anamatra com o fato de que não haja um uso oportunista do PPE, notadamente em detrimento de sindicatos mais fracos. Para isso, a Justiça do Trabalho deverá estar atenta, e neste caso, sobretudo, à importância dos princípios da transparência e da boa-fé na negociação coletiva para além do que está no Decreto nº 8.479 e do que estará nas portarias, porque isso é um princípio que deverá ser apreciado e percebido pelo juiz, no caso concreto, de acordo, inclusive, com as condições de ação dos próprios sindicatos envolvidos.

Por outro lado – e não disse isso na primeira ocasião, mas é preciso alertar –, as centrais têm de estar atentas para esse risco, e o próprio Governo. Um dos pilares do modelo é exatamente, neste contexto de crise econômico-financeira, a preservação da arrecadação. Nesse sentido, previram-se alterações, tanto no art. 18, se não me engano, da Lei nº 8.036, do Fundo de Garantia, como dos arts. 22 e 28 da Lei nº 8.212 em relação à Previdência Social, para que haja incidência, tanto das contribuições sociais como do próprio Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, sobre essa compensação que decorrerá de verbas do FAT.

Eu não preciso antecipar aqui, porque isto é óbvio, que o patronato já se movimenta em relação a isto, na medida em que é um benefício social, e a sua tributação à luz dos arts. 150 e 151 da Constituição é, no mínimo, questionável.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Muito possivelmente, isso será questionado no âmbito da Justiça Federal. E se, eventualmente, esse pilar cair, nós vamos ter um desequilíbrio nesse modelo que foi pensado.

Em relação ao que se pode avançar, eu já disse aqui: parece-nos que esse período de estabilidade do equivalente a um terço do período do acordo, que chegaria, no máximo, a quatro meses, realmente sentimos isso como insuficiente. Talvez esse período pudesse ser dilatado.

E ainda nos preocupa que, logo após esse período – então, no máximo, após quatro meses –, seja, em tese, possível uma demissão coletiva, o que jogaria por terra todo o esforço que se construiu até então. Então, talvez se pudesse pensar em uma garantia para essas comunidades atingidas pelo PPE, uma garantia contra as dispensas coletivas.

Ainda nos preocupa também o que foi até referido aqui: a possibilidade de que o PPE seja utilizado em caso de má gestão. É, de fato, uma questão candente. A nosso ver, isso não está suficientemente esclarecido nos textos como estão postos até agora.

Por fim – e é preciso ressaltar –, de fato se avançou na Medida Provisória nº 680 quanto à participação dos sindicatos. E, aí, muito mais do que na legislação de 1965, que ainda tinha uma visão autoritária do modelo sindical – e isso é bom. É claro que o trabalhador, o sindicato deve ser o senhor do seu destino.

E uma segunda observação. Eu li, hoje mesmo, de autoria do meu colega da Universidade de São Paulo, Professor José Pastore, um texto que tinha por título algo como "A vingança dos burocratas", onde se reclamava do excesso de burocratização, a partir do Decreto nº 8.479 e das próprias portarias, no sentido de que isso dificultaria demais essa pactuação.

(Soa a campainha.)

O SR. GUILHERME GUIMARÃES FELICIANO – Aqui é o que deve ser preservado, a meu ver. Criou-se o comitê do Programa de Proteção ao Emprego. Está lá no §3ª do art. 3º: "O CPPE poderá criar grupos de acompanhamento setorial, de caráter consultivo, com a participação equitativa de empresários e trabalhadores, para acompanhar o Programa e propor o seu aperfeiçoamento".

Eu diria que o CPPE deverá – friso – criar isso. Esse acompanhamento é o mais fundamental. E essa "burocratização", no que signifique controle e restrição à admissão ao programa é o que haverá de melhor nisso. Quanto mais criterioso for o processo de adesão, melhor será para o trabalhador brasileiro.

Entendemos, para encerrar, Senador, que a crise fomenta o novo. Aceitamos. A nossa grande preocupação é que o novo fomente crise. É isso que nós não queremos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Juiz Guilherme Guimarães Feliciano, da Anamatra, que faz ponderações de um projeto que pode ser aperfeiçoado.

Não que não seja uma ideia para o debate, não é? Ele faz aí alguns alertas.

Como vimos, caminhamos bem. A audiência pública cumpriu o seu objetivo.

Eu quero registrar a presença, no plenário, do Ricardo Nerbas, que também é da CNPL, dos técnicos lá do Rio Grande do Sul.

Seja bem-vindo!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele está dizendo se está confirmado o jantar, na sua casa, de toda a companheirada.

Ele vai dizer "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me ajudá-lo.

Acontece que a casa dele é no interior do interior do Rio Grande do Sul, onde ele tem um sítio. Se vocês pegarem um avião e forem todos lá, o jantar está assegurado – e tem que ser hoje ainda. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ou mesmo a Marcha das Margaridas.

É um belo sítio lá.

Deixe-me só lembrar que o Moacyr me pediu que eu registrasse, mais uma vez, que hoje é o Dia Nacional dos Advogados, dos Estudantes, da Justiça. Mas pediu também que eu lembrasse dos trabalhadores em hotéis – e, aí, ele faz um destaque para os garçons.

Enfim, nós encerramos a nossa audiência pública. Começou agora a Comissão de Educação. Eu tenho dois projetinhos lá que são importantes para mim. Um deles eu quero transformar em lei, a Bolsa Permanência. Eu tinha esse projeto antigo para a Bolsa Permanência, que ajuda aqueles que estão na universidade, filhos de pobres e, principalmente, claro, oriundos de escola pública, onde foi a sua formação, para que se transforme em lei. Mude ou não mude o governo, essa ajuda será permanente para os que mais precisam. Vai ser votado agora.

O outro é uma coisa mais do tempo que eu tenho para dar tempo ao tempo, e vou dizer o porquê. É que eu queria transformar o mês de março no Mês da Poesia, numa homenagem ao Thiago de Mello, que escreveu o *Estatuto do Homem*. (*Palmas.*)

E esse projeto será votado também lá, hoje. Então, eu estou indo para lá.

Assim, agradeço a todos. O objetivo desta Comissão foi assegurado, com certeza, que era esclarecer e buscar aprimorar, cada vez mais, os projetos, sejam eles medidas provisórias ou não, que chegam a esta Casa.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 08 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 37 minutos.)

ATA DA 64ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e treze minutos do dia doze de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Hélio José, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e das Senadoras Regina Sousa, Angela Portela, Ana Amélia, Simone Tebet e Maria do Carmo Alves. Registra-se a presença da Deputada Federal Mara Gabrilli e do Deputado Federal Eduardo Barbosa. A presente reunião, em duas partes, destina-se à apreciação da seguinte pauta: Primeira Parte. Audiência Pública, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 107 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre o tema: "Desafios e Oportunidades para as Pessoas com Deficiência nos EUA e Brasil". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Judith E. Heumann, Assessora Especial em Direitos Internacionais sobre Deficiência; Antônio José Ferreira, Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência e representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH; Deputado Federal Eduardo Barbosa, 2º Vice-Presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados; Deputada Federal Mara Gabrili, Relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência e representante do segmento das pessoas com deficiência física. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais e para o Senhor Anderson Sant´Anna, Assessor Internacional da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que substituiu o Senhor Antônio José Ferreira. Segunda Parte. Deliberativa. Item 01. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114, de 2015. Requer a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, que "Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno", em data oportuna e observada a relação adiante exposta. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. Item 2. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 117, de 2015. Autoria: Senadora Ana Amélia e outros. Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a tratar sobre o direito à mobilidade urbana e ao trabalho frente a inovações tecnológicas. Resultado: Aprovado. Item 3. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 120, de 2015. Autoria: Senador Telmário Mota. Requer a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para apurar denúncias de conflitos envolvendo comunidades indígenas, trazidas a esta Comissão em audiência pública realizada no dia 5 de agosto, de 2015. Resultado: Aprovado. Item 4. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 115, de 2015. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Nove anos da Lei Maria da Penha – uma avaliação". Resultado: Aprovado. Item 5. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 116, de 2015. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o tema "Liberdade atrás das grades – pedagogia social, política pública e cultura de paz". Resultado: Aprovado. Item 6. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 118, de 2015. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de audiência pública para debater sobre a instalação de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis. Resultado: Aprovado. Item 7. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 119, de 2015. Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Os Rumos da Pesquisa Médica no Brasil". Resultado: Aprovado, com alteração no texto, para que a audiência também tenha a finalidade de instruir o PLS 200 de 2015. Extrapauta. Item 8. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 125, de 2015. Autoria: Senador Telmário Mota e outros. Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realize audiência pública para discutir o Trabalhismo no Brasil, em homenagem à memória de Getúlio Vargas, agora que se completam 61 anos de sua morte. Resultado: Aprovado. Item 9. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 123, de 2015. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, a fim de celebrar o aniversário de 60 anos da APAE Brasil – Federação Nacional das APAES (abertura da "Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e

Múltipla de 2015" – "Inclusão se conquista com Autonomia"). Resultado: Aprovado. Item 10. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 124, de 2015. Autoria: Senador Paulo Paim. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "A demissão de Pilotos, Copilotos e Engenheiros de Vôo, da Companhia Rio Linhas Aéreas". Resultado: Aprovado. Item 11. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 121, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Fibrose Cística". Autoria: Senador Paulo Paim. Resultado: Aprovado. Item 12. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 122, de 2015. Autoria: Senadora Regina Sousa. Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o apoio da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e Procuradoria da Mulher do Senado Federal, para debater o Dia Nacional da Mulher Negra, que se comemora no dia 25 de julho. Resultado: Aprovado, com alteração no texto, a audiência pública passa a ser para debater sobre a situação da mulher negra. Item 13. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 126, de 2015. Autoria: Senador Hélio José. Requer a realização de audiência pública para debater sobre: "o direito dos povos indígenas e a proteção dos direitos humanos internacional". Resultado: Aprovado. Item 14. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 127, de 2015. Autoria: Senador Hélio José. Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater a crise do sistema de saúde em Brasília e no Brasil, e apontar novos rumos para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES. Resultado: Aprovado. Item 15. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 128, de 2015. Autoria: Senador Hélio José. Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater: "Os Desafios da Comunicação Pública e dos Direitos Humanos nas TVs Abertas e por Assinatura e na Banda Larga no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população". Resultado: Aprovado. Às onze horas e trinta e sete minutos o Senhor Presidente passa a presidência dos trabalhos para o Senador Telmário Mota. Às doze horas o Senhor Presidente eventual Telmário Mota devolve a presidência. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Regina Sousa, Hélio José e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e dezenove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 64ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 107, de 2015, desta Comissão, de autoria deste Senador e de outros, para debater o tema "Desafios e Oportunidade para as Pessoas com Deficiência nos EUA e Brasil".

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 58ª e da 63ª Reuniões da CDH.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link www.senado.leg.br/ecidadania* – está na tela – e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Antes mesmo de fazer uma pequena introdução para situar todos aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, pela internet e pela Rádio Senado, eu farei aqui um convite aos nossos painelistas.

É com enorme satisfação que convidamos, neste momento, para compor a Mesa a Exma Srª Judith Heumann a quem peço uma salva de palmas, Assessora Especial em Direitos Internacionais sobre Deficiência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já a cumprimentei.

Fique bem à vontade. Sente-se aqui.

Seu currículo é longo, mas é bom darmos uma situada bem rápida aqui.

Judith Heumann é uma líder reconhecida internacionalmente na comunidade das pessoas com deficiência e eterna defensora dos direitos humanos das pessoas desfavorecidas. Ela foi nomeada Assessora Especial em Direitos Internacionais sobre Deficiência do Departamento dos Estados Unidos da América. Antes disso, foi Diretora do Departamento de Serviços para Pessoas com Deficiência do Distrito de Columbia, onde

foi responsável pela Administração para o Desenvolvimento de Pessoas com Deficiência e pela Administração de Serviços de Reabilitação.

Eu não vou ler todo o currículo dela, mas mais um pouco, porque estou gostando. Estou gostando. Ela está com tradução simultânea.

De junho de 2002 a 2006, Judith Heumann atuou como a primeira Assessora sobre Deficiência e Desenvolvimento do Banco Mundial. Nesse cargo, fez com que o trabalho do Banco Mundial sobre deficiência se expandisse e aumentasse o conhecimento para trabalhar com governos e com a sociedade civil incluindo a deficiência nas discussões do banco com países clientes.

Seu trabalho é analítico, com base em cada país e o apoio e o aperfeiçoamento de políticas, programas e projetos que permitam às pessoas com deficiência de todos os lugares do mundo viver e trabalhar nos setores econômicos e sociais dominantes de sua comunidade.

Ela foi a principal consultora da Parceria Global para a Deficiência e o Desenvolvimento.

O currículo dela vai nessa linha, falando de outras experiências do seu trabalho em outras épocas, em outros anos. Aqui mostra... Eu diria, que ela é uma pessoa do bem, daquelas que, como digo muito aqui, no Brasil, que fazem o bem sem olhar a quem.

E só por olhar o seu currículo, que tive a alegria de ler, eu lhe faria uma saudação, com parte de uma canção brasileira pela qual sou apaixonado, dizendo "que bom saber que no mundo existem pessoas iguais a você". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As palmas são para você, não para o meu pronunciamento.

Chamamos também para a Mesa o Antônio José Ferreira, Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência e representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Ele sabe que inicio às 9h em ponto. Eu dei 15 minutos de tolerância, esperei até 9h15. Tu sabes do horário. Eu não atraso, eu inicio às 9h.

Mas seja bem-vindo, Antônio.

Tudo bem, o Antônio José Ferreira vai chegar daqui a pouco para participar desta Mesa.

Também havíamos ajustado com outros dois convidados para comporem a Mesa, mas eles disseram que estavam com problema de votação na Câmara. Como são Deputados...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estão me dizendo que um está chegando, também com um atraso de 15 minutos. Mas será bem vindo sempre.

Temos um Deputado Federal e uma Deputada Federal. Ambos sabem que não perdoo o horário.

Não fiquem chateados. Essa é uma mania do povo do Sul. Sou do Rio Grande do Sul, e gaúcho é muito de cumprir horário. Quem chegou, chegou; quem não chegou será sempre bem-vindo.

Em alguns encontros que faço, quando inicia às 9h da manhã, quando a pessoa chega às 9h15 ou 9h20, eu digo "boa noite, seja bem-vindo".

Os senhores entenderam o boa-noite, né?

Então, vai participar conosco, provavelmente ainda, o Deputado Federal Eduardo Barbosa, que é 2º Vice-Presidente da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados, e a Deputada Federal Mara Gabrilli, que foi relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência na Câmara dos Deputados.

Dito isto, farei aqui uma pequena introdução para situarmos todos neste momento tão importante para nós e para milhões de brasileiros que, com certeza, vão assistir a esta reunião e ouvir a sua palestra.

É com grande satisfação e indispensável alegria que recebemos hoje, aqui, na nossa Comissão, em audiência pública, a Assessora Especial em Direitos Internacionais sobre Deficiência do Departamento dos Estados Unidos da América, Srª Judith Heumann, reconhecida mundialmente por sua atuação na luta pelos direitos civis para pessoas com deficiência. Há mais de 30 anos está envolvida na frente internacional com esse objetivo.

Ela é reconhecida internacionalmente por sua atuação na luta pelos direitos civis para pessoas com deficiência. Há mais de 30 anos está envolvida na frente internacional, trabalhando com organizações governamentais e não governamentais ao redor do mundo para efetivar os direitos humanos, questões de acessibilidade e cidadania para pessoas com deficiência. A Srª Heumann trabalha com as organizações governamentais e não governamentais.

Uma salva de palmas para o Deputado que chegou e me salvou!

Eu queria um Deputado aqui ao meu lado, e ele chegou. Este é um grande Deputado. Além de ter ajudado na construção do Estatuto da Pessoa com Deficiência, ele foi Presidente de uma comissão que viajou o Brasil para a construção do Estatuto do Idoso.

Quero lhe dar um abraço do lado de cá, mais próximo do coração.

Por favor, aqui ao meu lado.

Chegou também o Antônio José.

Vamos sentando aqui.

Ele me ajudou muito na construção do Estatuto do Idoso, um instrumento fundamental, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e sua participação foi fundamental.

Peço uma grande salva de palmas para o Deputado Federal Eduardo Barbosa! (*Palmas.*)

Não só por causa do Estatuto da Pessoa com Deficiência, mas também por causa do Estatuto do Idoso e da Igualdade Racial.

Também já está conosco – eu já o havia chamado para a Mesa – o nosso querido Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência e representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Antônio José Ferreira é um construtor também de políticas públicas que venham na linha de defender os que mais precisam, principalmente as pessoas com deficiência.

Também rendo aqui minhas homenagens ao Antônio José Ferreira, com 15 minutos de atraso.

Eu gostaria de homenageá-lo antes, mas o homenageio agora. (*Palmas.*)

Está aqui, à nossa esquerda, a Senadora Ângela Portela, uma brilhante Senadora, que tem uma responsabilidade e um compromisso enormes com todo o campo social.

Permita-me, Ângela, dizer para eles do papel fundamental que V. Exª teve na liderança daquela CPI de enfrentamento à violência contra as mulheres.

S. Exª viajou praticamente todo o País, e o fruto dessa construção coletiva liderada por ela transformou algumas propostas em leis aprovadas no Parlamento.

Peço uma salva de palmas para a Senadora Ângela Portela também! (*Palmas.*)

Eu continuarei aqui fazendo a minha rápida introdução sobre a nossa convidada.

Ela foi responsável, principalmente, por implementar em seu país legislação pertinente a programas de educação especial, pesquisa em deficiência, reabilitação vocacional e vida independente, que alcançaram mais de oito milhões de norte-americanos.

Nada mais oportuno, portanto, que recebê-la com muito orgulho aqui, no Congresso Nacional, no Senado, nesta Casa, após, recentemente, aprovarmos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, já sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff, fruto de um grande empenho de todos nós, com a contribuição de inúmeros colegas da Câmara e do Senado.

Na Câmara, os Relatores foram Mara Gabrilli e Celso Russomanno; aqui, no Senado, o Relator foi o Senador Romário, com a parceria e a ajuda, naturalmente, de toda a Casa. A essência do Estatuto, como o próprio nome indica, é ampliar a expectativa de inclusão na vida social, em suas mais diversas esferas, das pessoas com deficiência.

Enfim, dotado de mais de cem artigos – se não me engano, 147 artigos –, estabelece garantias básicas de acesso a serem concretizadas por meio de políticas públicas e incentivo às pessoas que o fizerem.

Podemos destacar, rapidamente, o direito ao auxílio-inclusão para pessoa com deficiência moderada ou grave. Além disso, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço poderá ser utilizado para aquisição de órteses e próteses. Enfim, são propostas na área da saúde, da educação, da habitação, do ensino técnico e universitário, da acessibilidade em todos os espaços. São muitas as conquistas que alcançamos com esse instrumento, com o aval da nossa Constituição e a chancela deste Parlamento.

Mas a caminhada é diuturna. Ainda temos um longo trajeto para percorrer até que todos os brasileiros e brasileiras com deficiência possam se incluir, de fato, em nossa sociedade de maneira plena e inquestionável. Para tanto, contamos e contaremos com a ajuda e a dedicação de ativistas – e aqui há um exemplo incontestável, uma ativista do mundo, uma ativista sem fronteira, porque sempre digo e sei que é seu ponto de vista, direitos humanos não têm fronteiras – como a Srª Judith Heumann, que tanto contribuem para a afirmação crescente das pessoas com deficiência como agentes de seu próprio destino.

Saudamos aqui, dentro desta Comissão, o seu trabalho, a sua dedicação e a de todos aqueles militantes anônimos do mundo que fazem um trabalho semelhante, não igual, à sua própria história,o seu trabalho e a sua dedicação ao tema que tanto afeta milhões de brasileiros e que está em nossa ordem do dia.

Muito, muito obrigado a todos.

Vamos, de imediato, à nossa audiência pública, já que situamos os telespectadores.

Quero perguntar à minha convidada se ela concorda em ser a primeira a usar a palavra. Depois, falaremos nós, que somos coadjuvantes aqui, e V. Exª é nossa estrela – de imediato.

Então, pelo tempo que V. Exª entender necessário, com alegria, pois pode ter certeza de que, pela audiência do sistema de comunicação do Senado, mais de dois milhões de brasileiros a estarão ouvindo, neste

momento, a sua visão sobre um tema tão importante que é o das pessoas com deficiência dentro do contexto do direito internacional.

Por favor, Secretária dos Estados Unidos da América para essa área, convidada, nossa heroína, Judith Heumann.

A SRª JUDITH E. HEUMANN (*Tradução simultânea*.) – Obrigada.

Eu gostaria de lhes agradecer, por estarem hoje aqui, nesta audiência conjunta, aos que estão participando. Sinto uma grande honra de estar aqui. Na verdade, é a terceira vez que venho ao Brasil. E todas as vezes que volto aqui fico muito inspirada pela energia e pelos brasileiros, vendo o seu contínuo trabalho pelas reformas, além do trabalho que desenvolvemos, nos Estados Unidos, há mais de 50 ou 60 anos.

Vim ao Brasil pela primeira vez nos anos 90, quando conheci, no Rio de Janeiro, uma senhora, a Rosangela Berman Bieler, que hoje trabalha na Unicef, que é a pessoa que trabalha no ramo na inclusão de crianças com incapacidade, trabalho da Unicef. Ela e eu nos tornamos grandes amigas nos últimos anos.

Eu gostaria de citar algo que o Senador aqui disse: ativismo não tem fronteira. Adorei isso. Realmente, acho que a Rosangela e outras ativistas no Brasil, nos Estados Unidos e em outros países do mundo têm essa grande importância de seguir esse caminho.

Em 1972, fiz uma viagem à Alemanha, para os Jogos Paralímpicos. Era a primeira vez que eu me encontrava pessoas com deficiência no mundo inteiro. Nossa agenda, muito parecida na ocasião, era exatamente de fazer reformas em nossos países, porque o *status* das pessoas com deficiência no mundo todo, naquela ocasião, em muitos países, permanece o mesmo até hoje, porque não temos acesso às mesmas oportunidades que as outras pessoas. Agora, subsequentemente, temos que fazer nossas próprias conquistas incluindo outras pessoas em nossos países.

Bom, acho que isso é parte do que vem acontecendo tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. Acredito que temos uma sociedade muito robusta, uma sociedade civil muito robusta e acredito que as pessoas com deficiência são muito importantes, porque, em um assunto como esse das incapacidades e deficiências, a maioria das pessoas não entende realmente o que estamos discutindo, o que significa ter acesso e conseguir um diálogo eficaz em questões que, para nós, são reais e legítimas.

Nesse caso, Senador Paim e demais membros... Vejo que o senhor, Senador Paulo Paim, está desenvolvendo reuniões que trazem a questão do legislativo, o que é muito importante, não é algo que acontece entre quatro portas. Na verdade, isso reforça a questão da sociedade civil, isso nos envolve e nos engaja cada vez mais.

Vejo que o Brasil realmente tem um papel ativo nas negociações das convenções das Nações Unidas, o direito das pessoas com deficiências e também sua implementação. Os líderes, nesse ramo, têm sido líderes globais nas Nações Unidas, no Banco Mundial, nos jogos Paralímpicos e na Unicef, como mencionei.

Quero dar os parabéns ao Brasil pela aprovação recente da legislação brasileira para inclusão de pessoas com deficiência. Sei que foi um grande trabalho, foi um trabalho duro conseguir a aprovação dessa lei, e ainda há muito a ser feito. Acho que isso marca o auge do engajamento e do envolvimento entre governo e sociedade civil. Na verdade, com a implementação dessa legislação interna, o Brasil tem a oportunidade de continuar a melhorar a vida de 45,6 milhões de brasileiros com deficiência. Assim também o Brasil tem a capacidade de expandir-se como líder global na área dos direitos de pessoas com deficiências.

Então, os nossos direitos das pessoas com deficiências nos Estados Unidos é um assunto para o qual gostaria de explicar a minha posição para o nosso Itamaraty americano, o nosso Departamento de Estado.

O Presidente Obama já disse que os direitos das pessoas com deficiência não são apenas direitos civis, que devem ser aplicados aqui, mas direitos universais, que devem ser reconhecidos e promovidos no mundo inteiro.

No Departamento de Estado americano estamos buscando essa visão, por meio da nossa diplomacia inclusiva. A minha posição é de que esses direitos internacionais das pessoas com deficiências possam ser efetivados não somente após a assinatura do Presidente Obama, mas em todo o mundo.

O Presidente Obama criou uma série de posições de alto nível na Usaid e em outras agências de fomento americanas. O meu escritório atualmente usa dois chapéus: primeiro, a disseminação dos direitos internamente, domesticamente, e, depois, o engajamento, o envolvimento de diplomatas americanos para que possam fazer a diferença com as pessoas com deficiências no mundo inteiro, além de envolver outros governos e atores da sociedade civil para aprimorarem a sua capacidade de defender e garantir os direitos das pessoas com deficiência e também para que possamos aprender com os outros a respeito do progresso que eles vêm tendo e das barreiras que ainda precisam ultrapassar.

Eu gostaria de falar rapidamente que tenho 67 anos de idade. Nasci em 1947, quando não havia leis deste tipo nos Estados Unidos protegendo os direitos das pessoas com deficiência.

Tive poliomielite em 1949. Os meus pais eram imigrantes alemães e não havia nenhum outro parente que tivesse tido qualquer tipo de deficiência ainda na idade infantil. Tivemos que aprender conforme a doença progredia.

Finalmente, fui à escola, mas a escola não deixou eu ser matriculada porque eu não andava. A escola não era acessível. Então, embora minha mãe fosse me levar para a escola todos os dias – era uma escola da vizinhança –, a diretora disse que não, que eu não podia. Então, uma professora teve que dar aula na minha casa, por duas horas e meia por semana, até eu completar 9 anos de idade e, finalmente, poder ir à escola, porque não me deixavam ter aulas normais. Então, só me deixaram ir para uma escola separada, em que as pessoas eram segregadas.

Depois, chegou o momento de ir para escola secundária. Na cidade de Nova York, eu usava cadeira de rodas e tinha um problema grave, que era a questão da acessibilidade para ir à escola.

A minha mãe e uma série de outras mães foram até o departamento de educação, secretaria de educação estadual, tentando atender a essa questão da acessibilidade, para que pudéssemos, de fato, ir à escola sem ter que ir à escola da vizinhança, para escolas que fossem mais integradas.

Então, aprendi, desde o início, com os meus pais que essa questão da defesa dos direitos é algo muito importante e que não poderíamos esperar que os outros façam as coisas por nós. Nós é que temos que ir à luta e fazer com nossas próprias mãos. (*Palmas.*)

O meu primeiro emprego como professora eu consegui depois de um processo legal que movi contra a secretaria de educação do Estado de Nova York, porque era contra qualquer lei. Eles não me deixaram ser professora na ocasião porque eu não conseguia andar. E isso não era motivo. Então, movi um processo legal, entrei na Justiça, num tribunal federal americano, e a secretaria de educação aceitou, é claro.

Então, assim como aqui, no Brasil, nós, pessoas com deficiência, somos ativistas e aprendemos que, realmente, se acreditamos que podemos fazer a diferença, temos que lutar e fazer acontecer.

Sabemos das nossas experiências, nos Estados Unidos, com os americanos com deficiências. Inclusive, temos outras leis que já aprovamos há alguns anos, mas essas leis agora começam a ser implementadas.

A nossa legislação bipartidária, que vai celebrar 25 anos neste ano, veio de uma campanha em que as pessoas com deficiências eram nossos aliadas. A ADA, que é a nossa associação, protege o direito das pessoas com deficiência, mas não se limita apenas às pessoas que têm deficiências intelectuais, mentais, pessoas com dificuldade de aprendizado, como dislexia, distúrbio de déficit de atenção, outras deficiências físicas como, por exemplo, HIV e diabetes.

A ADA realmente tem o papel fundamental de tornar o nosso país cada vez mais acessivo e inclusivo. Graças a essa associação e a várias outras leis, americanos com deficiência, talvez um em cada cinco, têm a proteção legal da discriminação contra pessoas com deficiência. A ADA tem, realmente, uma definição muito ampla dessa deficiência e reconhece o direito das pessoas com deficiência em áreas tão fundamentais como a da educação, do emprego, da saúde, do transporte e do acesso público.

Como o Presidente Obama falou recentemente, no 25º aniversário da ADA, graças a ela, nós conseguimos, então, compartilhar o jeito americano de viver: ir à escola, ir ao cinema, ir ao tribunal, andar de ônibus, assistir a jogos de beisebol, ir a parques nacionais. Realmente, tudo isso pertence a todos nós, não somente aos americanos, e também a outros, como os brasileiros que vêm nos visitar nos Estados Unidos, como turistas, e desejam participar de atividades que temos lá.

Os benefícios que as pessoas com deficiência vêm experimentando não aconteceram do dia para a noite. Vários fatores precisaram ocorrer para dar assistência, por exemplo, e tirar a lei do papel e implementá-la de fato.

A primeira lei foi feita para facilitar a implementação. A ADA, nossa associação, não trabalha simplesmente do ponto de vista legal, no papel, mas adota um modelo de direitos civis de não discriminação e também faz o que nós chamamos, em inglês, de *reasonable accommodation,* acomodação razoável. A ADA trabalha para a implementação da lei para determinados poderes, como, por exemplo, discriminação no ambiente de trabalho no setor privado, oportunidades iguais de emprego. Temos uma comissão também que faz essa implementação. Nosso Departamento de Justiça, nosso Ministério de Justiça, nosso Ministério de Educação, de Transporte, nosso Ministério de Comunicações Federais, todos têm autoridade de implementação com outras profissões para cumprir a lei de inclusão para pessoas com deficiência.

Então, todos esses procedimentos são específicos para essas pessoas. Por exemplo: há uma cláusula em nossa lei, um parágrafo, que diz que pode ser adotado igualmente em outras legislações de direitos civis nas áreas de gênero, religião e raça. Então, isso significa que essas cláusulas, esses parágrafos dentro das leis, têm de ser transparentes e previsíveis, porque nos permitem, por meio das autoridades implementadoras, alavancar a implementação da lei por meio de investigação, de mediação, de processos legais e procedimentos legais para que uma série de questões sejam contempladas.

Em segundo lugar, a ADA também promove o entendimento público das obrigações da lei para que todos nós possamos promover o cumprimento da lei. Por exemplo: as autoridades de implementação da ADA têm de dar assistência técnica para o público. E, nesse sentido, nosso Departamento de Justiça, recentemente, desenvolveu as diretrizes de assistência técnica para as pessoas com deficiência que precisem fazer testes padronizados e outros exames, outros testes, além de falar das responsabilidades do teste de entidades ou empresas que devam testar as acomodações, os tipos de acomodações que são disponibilizadas a essas pessoas e que tipo de documentação talvez seja necessária para essas pessoas que precisam testar as acomodações. E também nosso Centro de Assistência Técnica vai ser um dos métodos utilizados para transmitir esse tipo de informação para as pessoas adequadas dentro do país.

Nós também temos uma rede nacional da ADA que é financiada por uma de nossas agências federais, e a rede consiste em 10 centros regionais em todos os Estados Unidos. A ADA agora tem um centro de conhecimento e tradução.

Então, nossa agência não é só de implementação, mas regulatória também. E é um grande recurso, porque ela dá assistência local e implementa, efetivamente, as atribuições e competências da ADA por meio de diretrizes e treinamento. Ou seja, ela permite que o governo e o setor privado entendam a legislação e sua implementação.

O governo federal precisa dar o exemplo. Em uma área de emprego, por exemplo, depois da resolução do Decreto Presidencial nº 123.548, de julho de 2010, o governo aumentou a cota de pessoas com deficiência no governo. Depois disso, no ano fiscal de 2014, o número de funcionários, em tempo integral, com deficiência aumentou em mais de 13 mil pessoas, o que representa um aumento de 12,8% para 13,5% do total de servidores públicos federais.

Hoje, nós podemos dizer que há mais pessoas com deficiência no serviço federal, tanto em termos reais quanto em percentuais, do que jamais houve no passado. Trinta e quatro anos... Mas o uso e a compra de informações e de – melhor dizendo – tecnologia da informação foi possível por meio de uma determinada legislação que garante a grande influência da indústria da informática. Como resultado disso, hoje a acessibilidade com produtos informatizados se tornou a norma, não a exceção.

E, por fim, a sociedade civil continua a desenvolver um papel essencial para a implementação eficaz da ADA e de outras leis por que nós lutamos tanto para obter. Então, por exemplo, a sociedade civil tem um papel importantíssimo a desempenhar nessa área de assistência técnica, as autoridades de implementação precisam ter ligações fortes com essas organizações de pessoas com deficiência para garantir que estejamos atingindo as pessoas corretas, e a sociedade civil também é essencial para garantir a essas agências implementadoras terem o foco adequado na assistência técnica em questões variadas.

A sociedade civil também tem um papel essencial ao engajar a defesa da inclusão dessas pessoas contra ações governamentais. Às vezes, suas posições podem não, necessariamente, ser o que nós, governo, gostaríamos de ouvir, mas, tipicamente, é o que nós precisamos ouvir como governo no sentido de aumentar o padrão do que a ADA preconiza e outras leis. Como uma pessoa que trabalhou no governo, vejo isso no meu dia a dia e vejo a importância de o governo entender que, embora nós estejamos dando duro em nosso trabalho, como servidores do governo, talvez não estejamos atingindo os objetivos completos que a sociedade civil gostaria de ter e de que, talvez, essas pessoas nem sempre estejam tão felizes conosco como nós gostaríamos ou que gostaríamos de estar trabalhando junto com eles, mas, no final das contas, essa tensão entre a sociedade civil e o governo é muito saudável e muito importante.

A ADA é uma associação que traz a legislação fundamental para pessoas com deficiência na sociedade americana, embora, antes dessa lei específica para os americanos com deficiência, essa questão da discriminação fosse apenas superficial, pois havia uma série de outros passos para atingir a igualdade. A exclusão não era somente de pessoas com deficiência, porque isso tornava nosso país mais fraco. Os Estados Unidos têm 59 milhões com deficiência e, muitas vezes, não consegue garantir a inclusão. Nós entendemos que isso enfraquece nossa sociedade como um todo Embora grande progresso se tenha conseguido nos Estados Unidos e aqui, no Brasil, ainda há muito mais a ser feito em termos de trabalho que ambos países precisam fazer. Precisamos continuar a lutar por uma melhor implementação e observação da lei, no caso dos Estados Unidos, pela implementação da Lei ADA, que é a lei dos americanos com deficiência, e também para que tenhamos mais acesso e inclusão na sociedade para as pessoas com deficiência, para que essa questão possa ser mais completamente realizada. Tivemos mudanças para melhor, sem dúvida, mas ainda temos muitas pessoas com deficiência que estão vivendo em instituições, e não em sua casa, com suas famílias, ou na comunidade. A educação inclusiva precisa garantir que cada vez mais pessoas com deficiência sejam capacitadas e qualificadas, inclusive do ponto de vista das universidades. Ainda enfrentamos grandes desafios e temos de garantir o acesso ao emprego às pessoas com deficiência.

A população economicamente ativa com deficiência é de cerca de 41%; agora, os trabalhadores sem deficiência atingem 71%. Então, vejam que os americanos com deficiência que trabalham recebem, em média, 37% menos ou um salário menor do que os outros. Como o Presidente Obama notou recentemente, nós temos de melhorar essa questão. Nosso país não pode deixar todos esses talentos incríveis serem desperdiçados.

Eu gostaria de ouvir outras pessoas aqui hoje e aprender também grandes lições importantes que o Brasil tem em sua experiência na promoção dos direitos das pessoas com deficiência. Eu também adoro vir ao Brasil e visitar por causa de seus grandes defensores, que, como nos Estados Unidos, não param até que a igualdade seja atingida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos à Assessora Especial em Direitos Internacionais sobre Deficiência dos Estados Unidos da América, que, gentilmente, veio visitar nossa Comissão e nos dar esse retrato de uma visão mundial, mas, claro, mais centrado em sua principal experiência, que é a dos Estados Unidos.

Eu lhe confesso que sou um simpatizante do Obama, viu? Eu lhe confesso que sou um admirador do Obama não só porque ele é negro como eu, mas por tudo que ele tem feito em uma visão internacional, claro, olhando como todo presidente, principalmente para seu país. Eu não faria diferente: teria sempre uma visão internacional, mas olhando, principalmente, para meu país. É por isso que ele foi eleito presidente. Mas fiquei feliz com o apoio que ele está dando aqui, por seu relato, ao combate a todo tipo de preconceito. Nesse caso específico, em relação às pessoas com deficiência.

Achei interessante a última visita que ele fez, recentemente, a seu país de origem, na África, e ele tem colaborado muito. Estou falando agora como militante dos direitos humanos, ultrapassando um pouco o limite da pessoa com deficiência, mas no preconceito racial. A figura dele, hoje, com certeza absoluta, para a comunidade mundial, para negros, brancos, índios ou ciganos, mostra que dá para superar os obstáculos e que não pode a cor da pele, uma deficiência, a origem, a etnia ser instrumento de obstáculo ao acesso de pessoas de bem ao poder, como é o caso dele. Ele, indiscutivelmente... Não estou aqui discutindo a questão de cada país, mas ele é uma referência, sim, em nível internacional. Fiquei feliz de ver seu relato citando o trabalho dele no combate aos preconceitos e, principalmente, para a ascensão da pessoa com deficiência.

Ficam aqui meus cumprimentos por sua palestra.

Eu vou citar aqui o nome dos nossos também convidados que estão no plenário e que acompanham a nossa querida convidada Drª Judith Heumann. Peço que entendam seus sobrenomes, pois minha pronúncia vem de um português que já não é muito bom.

Então, eu cumprimento, em primeiro lugar, o Chefe Interino da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, Sr. Andrew Bowen.

Ele justifica aqui que o embaixador não estará porque ele está em outra missão neste momento.

Então, o Chefe Interino está aqui e muito bem o representa. Já estivemos em diálogo muito produtivo antes da audiência.

Cumprimento também – depois aplaudiremos todos no mesmo momento –, o Ministro Conselheiro Seção Política da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, Sr. Alexis Ludwig.

Cumprimento o Diplomata Seção Política da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília Oscar Baez.

Cumprimento a Assessora Política Seção Política da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília, Ananda Osório.

Cumprimento os assessores da Srª Judith Heumann, Allison Colburn, Stephanie Reed e Jenniffer Schuett.

Então, uma salva de palmas a todos e à minha pronúncia, pessoal! Hoje, eu me saí bem. Não digo que ganhei nota dez, mas uma nota seis eu ganharia, eu acho.

Mas eu queria também informar a vocês que está aqui, à nossa esquerda, uma querida Senadora, militante também da causa dos direitos humanos, que é a Senadora Regina Sousa, do Piauí. Estive recentemente no Estado dessa Senadora e percebi todo o carinho daquele povo pelo seu trabalho e por sua história.

Lá me contaram histórias boas de V. Exª e que posso aqui lhe falar.

Uma salva de palmas a esta Senadora, Regina Sousa, que, em momento adequado, fará também uma saudação a todos vocês.

Nós combinamos, aqui na Mesa, que nosso querido Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência e representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República... Eu sei – e ele me relativa aqui – do esforço enorme que ele fez para chegar aqui. Falo de meu amigo Antônio José Ferreira. Eu queria que ele fizesse a saudação neste momento, já que ele também tem de ir para uma outra missão, se eu não me engano, no Rio de Janeiro. Ele tem de pegar um voo logo após sair deste evento.

Com a palavra V. Sª pelo tempo que considerar necessário.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Bom dia, senhoras e senhores.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA – Quero cumprimentar o nosso querido Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa, quero cumprimentar o meu amigo, já companheiro de tantas lutas, Deputado Eduardo Barbosa, militante da causa das pessoas com deficiência, quero cumprimentar aqui a nossa querida Senadora Regina Sousa, que representa o Estado do Piauí.

Quando eu sair do Rio de Janeiro, embarcarei para Teresina, Senadora, para, amanhã, abrir lá a Conferência Municipal da Pessoa com Deficiência.

Quero cumprimentar a nossa querida visitante, Srª Judith Heumann, que já esteve conosco lá na Secretaria de Direitos Humanos e fez uma brilhante apresentação ontem, à tarde, em nosso auditório. Então, eu a cumprimento e cumprimento o Ministro Embaixador Substituto, Sr. Andrews, que está aqui conosco, e todo o staff norte-americano aqui presente, tanto da Embaixada como da comitiva da Srª Judith.

Quero cumprimentar também os meus assessores, que estão comigo, Pedro Nascimento e Anderson Sant'Anna.

Enfim, cumprimento todos e todas.

Trago um abraço do Ministro Pepe Vargas, Ministro dos Direitos Humanos, que não pôde estar presente hoje, e as mais calorosas saudações de boas-vindas à Srª Judith, que tem a oportunidade de conhecer aquilo que o Brasil vem desenvolvendo no tema de pessoas com deficiência.

O Brasil, que se orgulha de ter ratificado a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e não só ratificado, mas concedido o status de emenda constitucional nesta Casa diante dos ritos de votação, estará, nos próximos dias 25 e 26 deste mês, em Genebra para conhecer toda análise que fará ao Comitê de Monitoramento da ONU, sobretudo sobre as questões relativas às pessoas com deficiência e a implantação da Convenção no Brasil e seus grandes desafios.

Nós estamos, em nosso País, hoje, vivendo um momento de dificuldades financeiras. Isto não é segredo para ninguém. A imprensa vem noticiando e esta Casa vem debatendo isto. O Executivo vem fazendo um enorme esforço para fazer o ajuste fiscal para que possamos superar a crise sem que haja retrocessos, sobretudo nas políticas sociais. As pessoas com deficiência estão nesse contexto, nós estamos nesse contexto.

Neste momento, estamos, Senador Paim, Deputado Eduardo Barbosa e demais presentes, com um grande desafio: organizar o plano Viver sem Limite em sua segunda versão. Inclusive, eu dizia ao Deputado Eduardo que nós vamos começar algumas conversas com a Câmara e também com esta Casa para ouvir os Parlamentares e dialogar sobre esse tema muito importante para que possa ser uma construção de todos e todas, porque é uma construção que melhora a vida não só das pessoas com deficiência, mas a vida de todos os brasileiros e brasileiras porque, quando a política é boa para as pessoas com deficiência, ela será boa para todo o mundo, será boa para todas as pessoas. Onde chega uma pessoa com deficiência chegam todas as pessoas. O que uma pessoa com deficiência acessa qualquer pessoa acessa. Então, isso é muito bom. Nós vamos garantindo essa construção.

Outro desafio diante de nós todos: após a sanção da Lei nº 13.146, de 6 de julho deste ano, a Lei Brasileira de Inclusão, lei que o Senador Paim já abordou, de iniciativa do Legislativo, sancionada pela Presidenta Dilma, temos agora o grande desafio de regulamentar essa lei, de fazer com que a lei saia do papel e se torne prática na vida das pessoas. Muitos artigos ficaram para serem regulamentados, como o auxílio-inclusão, como as questões relativas às penalidades por preconceito, por discriminação, o exercício da capacidade legal da pessoa com deficiência... Então, há vários e vários itens desta legislação que estão por ser regulamentados.

A lei entra em vigor no próximo dia 3 de janeiro, e nós temos de dar conta de ter, senão tudo, pelo menos boa parte dela já regulamentada até esta data, para que não haja v*acatio legis*, para ela esteja efetivada e as pessoas possam usufruir das garantias obtidas nessa legislação.

Por fim, são muitos os desafios, mas temos avançado bastante. Se você fizer um comparativo, e a Drª Judith testemunhava isso no encontro que teve conosco na Secretaria de Direitos Humanos... Ela esteve aqui em 2004 e disse que agora observa que houve evolução de 2004 para cá. Então, nós, em dez anos, conseguimos avançar bastante. Isso não é só um esforço do Governo, mas é um esforço do Parlamento, um esforço do Judiciário e, sobretudo, um esforço da sociedade brasileira, porque fazer lei não é tão difícil; o que é mais difícil é internalizá-la na sociedade de modo que toda a sociedade a compreenda, a aceite e ajude para que esses direitos sejam garantidos a todas as pessoas com deficiência.

Por fim, quero desejar, mais uma vez, sucesso nesta audiência. Quero pedir desculpas por não poder permanecer por mais tempo, pois realmente temos um compromisso no Rio. Estaremos em Petrópolis hoje,

à tarde, inaugurando uma central de interpretação da língua de sinais e, depois, vamos ao Piauí para a Conferência Municipal.

Estamos também em um momento de conferências por todo o Brasil, com etapas municipais e estaduais, e, por fim, tudo isso culminará com a grande conferência nacional que faremos, na última semana de abril, aqui, em Brasília, dentro das conferências conjuntas de direitos humanos.

Um abraço a todos, sucesso e muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Antônio José Ferreira, Secretário Nacional da Pessoa com Deficiência e representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que aqui falou representando o Ministro Pepe Vargas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como o nosso Secretário vai ter de se retirar, peço que o Anderson o represente aqui na mesa.

O Anderson já está a postos.

Por favor, Anderson. (*Pausa.*)

Você assume no lugar do Secretário, que terá de sair neste momento.

Eu queria, de imediato, registrar a presença, no plenário, de 14 alunos da Associação Pestalozzi de Brasília, que atua aqui, na Capital Federal, há 50 anos.

Uma salva de palmas à Associação Pestalozzi de Brasília! (*Palmas.*)

Passo a palavra agora ao Deputado Federal Eduardo Barbosa.

Permita-me, Eduardo, dizer algo agora, porque eu te apresento com muito orgulho.

Eu, no Brasil, fui autor de alguns estatutos, do Estatuto do Idoso, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Igualdade Racial, e ainda fui, no Senado, Relator do Estatuto da Juventude. Fui eu que apresentei a proposta, mas, se não fossem homens e mulheres como Eduardo Barbosa, que presidiu a Comissão do Estatuto do Idoso, e Silas Brasileiro, que foi o Relator... Eles viajaram o Brasil todo. Muitas vezes, eu não podia viajar, e eles viajaram e ajudaram na construção.

Quando eu apresentei o Estatuto, que acho que devia ter uns 70 artigos, no máximo, e terminou com mais de 200, em uma construção coletiva...

Então, quero fazer esta homenagem ao Deputado Federal Eduardo Barbosa e ao Relator Silas Brasileiro. Sem eles, o Estatuto do Idoso não seria uma realidade hoje tão importante, como é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que, embora eu tenha apresentado, homens e mulheres como eles... E aqui destaco a Mara Gabrilli, que vai chegar, que foi a Relatora na Câmara dos Deputados, uma cadeirante, lutadora, que vai falar muito mais sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o Celso Russomanno, que também foi Relator, o Romário, que foi Relator aqui, no Senado, e o Flávio Arns, que não é mais Senador, do Paraná, mas que também foi um dos Relatores aqui, na Casa.

Com alegria, passo a palavra ao Deputado Federal Eduardo Barbosa.

Senadora Regina, quando quiser usar a palavra, fique bem à vontade.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – Bom dia todos os presentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – É isso aí! Turma boa!

Bom, em primeiro lugar, é um prazer, uma satisfação muito grande estar aqui porque não só temos a oportunidade de representar nesta Mesa a Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados, uma Comissão recentemente formada, instalada nesta legislatura... E nós estamos tendo lá a missão de criar uma agenda e uma pauta propositivas, fazendo com que, a partir desta Comissão Permanente, tenhamos uma reflexão profunda sobre todos os projetos de lei que tramitam na área, bem como de acompanhar de perto as políticas públicas.

Esta Comissão tenta buscar, então, um processo de articulação constante com as outras Comissões Permanentes, e dessa forma vamos pavimentando os direitos das pessoas com deficiência na visão do Legislativo e também em nossa incumbência constitucional de acompanhar as políticas públicas.

Estar ao lado do Paulo Paim, que preside a Comissão de Direitos Humanos, sempre, para mim, foi uma grande satisfação, mesmo porque nós atuamos nessa esfera, estamos sempre ligados à lutas sociais e de políticas públicas voltadas para os segmentos mais vulneráveis. Sempre foi um belo encontro, um encontro propositivo, respeitoso, afetivo, carinhoso, sempre tentando vencer os obstáculos e buscando articulações com a sociedade e com o Governo nos momentos, às vezes, mais complexos.

A homenagem de Paulo Paim a minha pessoa me traz um contentamento muito grande pela figura que ele representa no Congresso Nacional. Foi Deputado, é Senador e uma referência brasileira nessa luta permanente por princípios verdadeiros, com os quais eu comungo muito.

Então, Senador Paulo Paim, para mim, é uma alegria muito grande, e nós sempre tivemos a condição de construir as questões além das ideologias, além de partidos, mas para o bem comum, que nos faz muito próximos. (*Palmas.*)

Tanto é que nós estabelecemos uma relação de confiança muito grande e que, sempre que precisamos, buscamos um ao outro.

Então, obrigado, Paulo.

Outra coisa. Quero cumprimentar você ter tido sempre o esforço de pautar na Comissão de Direitos Humanos, nos momentos mais complexos e nos momentos de reflexão, a questão da pessoa com deficiência, e hoje, indo além daquele diálogo nacional, buscando uma representatividade internacional, que vem, então, trazer também a sua experiência, até criando em nós uma condição reflexiva sobre como os outros países, especialmente os Estados Unidos, têm tratado a questão das pessoas com deficiência.

Então, meus cumprimentos à Judith Heumann.

É um prazer muito grande tê-la na Casa legislativa.

E minha presença aqui significa também que Judith Heumann está sendo acolhida pela Câmara dos Deputados. Não tivemos oportunidade de fazer uma agenda na Câmara dos Deputados desta vez, mas a nossa presença é justamente no intuito de compartilhar esse conhecimento e acolhê-la com muita atenção e carinho.

Eu gostaria de cumprimentar também a Secretaria Nacional de Direitos Humanos – o nosso Secretário Antônio José se ausentou, mas o Anderson o está representando aqui –, uma Secretaria que tem toda uma trajetória, uma história construída ao longo de algumas décadas, quando tivemos, no Brasil, a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eduardo, a você eu tenho a liberdade de pedir um aparte para registrar a presença da Deputada Mara Gabrilli, que chegaria em torno das 10h, e chegou mesmo, que foi Relatora da redação final, na Câmara dos Deputados, do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Seja bem-vinda, Mara!

Sinta-se em casa! (*Palmas.*)

Volto a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – Nossa saudação também à minha companheira, colega e amiga Mara Gabrilli, que está aqui conosco, na mesa.

Mas eu queria colocar, aproveitando a presença da Judith Heumann – não precisamos reforçar isso –, que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos é um reflexo de uma mobilização da sociedade civil, que, há algumas décadas, entendeu que nós precisaríamos ter um órgão coordenador e articulador das políticas públicas. Ela se iniciou, ainda no governo José Sarney, com a criação da Corde, que era uma coordenadoria vinculada diretamente à Presidência da República e que, depois, com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, foi transferida para essa Secretaria de uma forma muito pertinente, criando ainda uma condição maior de grande articulação. Felizmente, essa Secretaria tem com o Legislativo também uma bela articulação.

Pois bem. Eu tenho uma militância de 30 anos na área da pessoa com deficiência. Inclusive, minha representatividade política é fruto dessa militância. Meus eleitores são pessoas e famílias de pessoas com deficiência do Estado de Minas Gerais. Eu sou do movimento das APAEs, fui Presidente da Federação Nacional das APAEs por várias vezes e hoje sou Presidente da Federação das APAEs do Estado de Minas. Não sei se a Judith Heumann a conhece, mas ela é uma organização que está situada em 2.200 Municípios brasileiros e trabalha diretamente com a pessoa com deficiência intelectual.

Sou pediatra de formação e iniciei muito jovem, atuando como profissional, e fui me tornando uma liderança que me fez Parlamentar. E nessa história, estou no meu sexto mandato. Então, pude acompanhar durante essas décadas os avanços que nós tivemos tanto na legislação, não só respaldando iniciativas parlamentares como a do Paulo Paim, quando apresentou o Estatuto da Pessoa com Deficiência e outras leis, sobre as quais também nós já conversamos muito, mas também muitas proposições que estão hoje fazendo com que a pessoa com deficiência alcance...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – Não sei se ajuda, mas quando chegamos juntos aqui, o salário mínimo era de US$60.00 – foi uma luta que travamos juntos, viajando pelo País –, e hoje ele vale em torno de US$300.00.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – Pois é. Essa é outra luta do Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Bauer. Bloco Oposição/PSDB - SC) – É nossa. Estou falando durante a sua fala. Isso não é para mim, não.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – Pois bem. O que vejo é que, chegando aos dias de hoje, nós tivemos muitos ganhos. O primeiro ganho no Legislativo foi uma ampliação da representatividade política no Congresso. Se aqui se faziam presentes alguns militantes que não eram pessoas com deficiência, nós tivemos a oportunidade de agregar pessoas com deficiência como representantes diretos da população também no Parlamento.

Isso começou com Leonardo Mattos, lá atrás. Depois vieram a Rosinha da Adefal e a Mara Gabrilli. E isso trouxe para nós a possibilidade de fazer presente a problemática. Na medida em que você... No Brasil, temos um ditado: "quando se põe o bode na sala, as coisas têm de ser resolvidas".

A presença da pessoa com deficiência no Parlamento foi provocativa, porque soluções tinham de ser dadas, e isso é muito importante. A voz da pessoa com deficiência, além de trazer a propriedade do conhecimento, contagia de alguma forma, porque é falar com propriedade de uma situação vivida em seu cotidiano.

É lógico que isso toca muito mais o outro que, às vezes, ainda está distante e ausente da reflexão porque está diante da questão. Então, tivemos um ambiente muito favorável com a chegada das nossas Deputadas, principalmente da Mara Gabrilli, que assumiram funções importantíssimas, não só de proposições, mas como porta-vozes efetivas.

Até considero, hoje, uma felicidade muito grande não ser um protagonista, o que fomos num período, mas um apoiador dos nossos protagonistas de fato, que são as próprias pessoas com deficiência. (*Palmas.*)

Isso facilita muito o trabalho e várias conquistas nossas. Inclusive, o Estatuto da Pessoa com Deficiência tramitou em um novo contexto, absorvendo a Convenção Internacional dos Direitos, que, quando você propôs, não existia, dando um outro olhar principalmente em relação às garantias permanentes de autonomia e independência, justamente por esse desejo, essa vontade e esse direito constituído na própria pessoa com deficiência, que deixou de ser tutelada para realmente desejar os avanços de convivência plena.

E, como foi colocado pela Judith Heumann, o Presidente Obama afirma que não é só a conquista de direitos sociais, mas nós entendemos que a conquista dos direitos humanos parte pelos direitos sociais, direitos políticos e civis. Os direitos sociais no Brasil ainda são um desafio. A nossa legislação determina as responsabilidades dos três níveis de Estado, mas nós sabemos que os orçamentos públicos não acompanham essas questões.

Então, se avançamos nas políticas públicas... Acho que avançamos na educação, temos construído passos relevantes na saúde, mas com muita dificuldade ainda, pelo contexto brasileiro de um sistema único de saúde tão desafiante, em que, às vezes, nem sempre a pessoa com deficiência é prioridade junto aos gestores de saúde, em função de outras mazelas que absorvem a gestão.

Porém, a área do trabalho também para nós é um grande desafio. Apesar de termos uma Lei de Cotas esplêndida que está aí, inclusive forçando as coisas a acontecerem, temos ainda um estrangulamento em função de não termos uma capacitação efetiva das pessoas com deficiência. Mesmo na área técnica ou na universidade, ainda há uma grande dificuldade na formação e na capacitação da pessoa com deficiência.

E, para mim, particularmente, que trabalho com a deficiência intelectual, o desafio é muito maior. A pessoa com deficiência intelectual ainda é aquela menos visível nessas questões de integração e inclusão plenas, principalmente no mundo do trabalho, mas considero que nós tivemos aí grande avanços.

Eu quero colocar para a Judith Heumann que a Mara Gabrilli absorveu, dentro do Estatuto ou da Lei Brasileira de Inclusão, agora assim denominada, um artigo que, para mim, é uma grande alegria, porque foi uma proposta legislativa minha, que é justamente criar dentro do Código Civil uma terceira figura, onde temos hoje a tutela. Muitas vezes, a pessoa teria de ser impedida de várias funções e ações na sociedade, para poder manter a tutela ou curatela, alguns direitos.

E nós, então, incluímos no Código Civil brasileiro, uma terceira figura, que seria a tomada de decisão apoiada. Antônio José falou um pouco sobre isso, não citando especificamente esse artigo, que merece uma regulamentação, em que a pessoa com deficiência intelectual terá a condição de escolher duas pessoas ou dois apoiadores, que tomará as suas decisões ouvindo a opinião e posições desses apoiadores por ele escolhidos. Com isso, nós abrimos a possibilidade de a pessoa com deficiência intelectual não ser interditada e poder exercer funções importantes, não só no trabalho, mas, inclusive, em relação aos seus direitos políticos, coisas que,, às vezes, quando a interdição acontece, o colocam como incapaz para o exercício de todas as atividades.

Penso que isso para nós será uma revolução, mesmo porque, muitas famílias, às vezes, não permitem que os seus filhos assumam algumas funções, principalmente na área do trabalho, com medo de ele perder direitos, principalmente benefícios que os seus próprios pais podem deixar para eles.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – E casar também. A Mara vai colocar isso aí. (*Palmas.*)

E acredito, por exemplo, e, para finalizar, Paulo, porque a gente se empolga e vai extrapolando o tempo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você está dando um depoimento brilhante e está dentro do tempo previsto.

O SR. EDUARDO BARBOSA (PSDB - MG) – Obrigado.

Mas eu vejo que, por exemplo, quanto às relações internacionais... E aqui eu quero saudar a Embaixada que se faz presente, porque eu tive a felicidade de presidir a Comissão de Relações Exteriores da Câmara e estabeleci com a Embaixada americana uma interlocução muito produtiva, saudável, a que daremos continuidade.

No entanto, o Brasil passa hoje por um momento importante. Vivemos uma crise grave, séria, e isso é de conhecimento de todos, mas há um lado muito positivo: a sociedade brasileira talvez amadureça. E a sociedade americana pode nos ajudar também com algumas referências nesse sentido.

Nós temos uma cultura brasileira e uma cultura latina que às vezes nos puxam para trás, no sentido de entender que todo cidadão tem que encostar no Estado. E há, na área da pessoa com deficiência, também esse viés. Ou seja, o Estado é provedor. E as pessoas, às vezes, querem manter-se em uma condição de o Estado prover toda essa situação. Se, por um lado, nós estamos conquistando esses direitos de recursos mínimos, de uma renda mínima necessária para as pessoas com vulnerabilidades, nós precisamos também superar esse olhar e esse viés de que o Estado continuará provedor, porque isso não é bom para a pessoa com deficiência, não é bom para a sua família e não é bom para a sociedade brasileira. Uma coisa é termos o Governo brasileiro atento às necessidades e à complementação de renda, que são necessárias em um país de desigualdades, e outra coisa é não se obstruir a história e a trajetória da pessoa com deficiência em conquistas. E ela não pode estar realmente encostada no Estado, porque isso também limita a sua capacidade de avanços e de progresso. E a sociedade americana traz esse exemplo para nós.

Finando, vou contar uma historinha que achei muito interessante da cultura americana. Certo dia, eu conheci, através de um colóquio sobre trabalho, um empresário americano, que foi um dos que fizeram o seu depoimento naquele colóquio. Ele tinha uma rede de restaurantes nos Estados Unidos – não lembro exatamente em que cidade –e empregava um surdo-cego; uma surda-cega, aliás; era uma mulher. Dentro da entrevista, perguntaram para o empresário qual era a função de uma surda-cega dentro de um restaurante. E ele teve a oportunidade de apresentar: a função da surda-cega era dobrar os guardanapos para toda a rede. Então, ela só faria isso. E, depois, eles perguntaram para sobre o custo-benefício disso. "Vale a pena contratar uma surda-cega para fazer apenas a dobradura dos guardanapos?" E ele respondeu com clareza para nós: "Eu prefiro contratá-la a ela depender do Estado, senão o meu imposto aumenta". (*Palmas.*)

Isso mostra para nós uma cultura totalmente diferenciada da nossa, não é, Paulo? Nós já pensaríamos o inverso: o Estado tinha de prover isso, o Estado é que tem de sustentar, e o próprio empresário nunca terá essa consciência de que, incluindo essa pessoa no seu contexto, vai favorecer a que o Estado possa atender outras coisas que são mais importantes, mais sérias e para as quais, às vezes, o próprio empresariado não teria condição de contribuir.

Acho que estamos avançando. Sou um otimista – depois de 30 anos de militância, se eu não visse resultados positivos, não faria sentido eu estar aqui e nem na militância durante todos esses anos. Mas é lógico que os nossos desafios, como a construção de políticas públicas, são muito grandes.

Então, a nossa saudação, o meu abraço à Judith; e também, ao Paulo Paim, mais uma vez, o meu carinho eterno. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Deputado Federal Eduardo Barbosa, Vice-Presidente da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da Câmara dos Deputados.

Sua palestra, não há dúvida alguma, com a contribuição da visão do País e comentando a palestra da Srª Judith, não merece aqui nenhum comentário. Eu só diria que assino embaixo, com muito orgulho, por conhecer a sua história.

Neste momento, vamos passar a palavra à nossa querida Deputada Federal Mara Gabrilli, Relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência na Câmara dos Deputados e representante desse segmento junto ao Congresso e à própria sociedade brasileira.

Mara, a exemplo do que disse aqui o nosso querido Deputado Federal Eduardo Barbosa, eu também entendo – e estive na última reunião em que se concluiu a caminhada do acordo – que, se não fosse a sua presença lá, a Câmara dos Deputados não aprovaria o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Não é só pela aprovação, mas pelo mérito também do conteúdo, da sua contribuição, da sua equipe e do seu trabalho.

Por isso, vou pedir ao Plenário uma grande salva de palmas para a Deputada Mara Gabrilli, que, neste momento, fará aqui seus comentários e dará a sua posição em relação a esse tema, que é tão importante para todos nós. (*Palmas.*)

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Senador, muito obrigada.

Eu queria cumprimentar todos; cumprimentar a Judith Heumann, com quem eu tive o prazer e a coincidência de viajar ontem. É tão interessante isso, no universo das pessoas com deficiência, porque, no fundo, a deficiência já acaba trazendo uma aproximação. Então, eu já me sinto muito próxima da Judith, só por ter feito uma viagem ao lado dela.

E eu queria dizer para vocês que eu sou uma pessoa muito privilegiada nestas Casas aqui porque posso contar com a experiência tanto do Senador quanto do meu amigo, Deputado Eduardo Barbosa, que, assim como muitas famílias de pessoas com deficiência, muitas associações, foram quem realmente investiu, trabalhou. E, hoje, se eu cheguei ao Congresso e consegui fazer um trabalho com a Lei Brasileira da Inclusão, foi por poder colher o que pessoas como o Senador, como o Deputado Eduardo Barbosa e essas associações de familiares plantaram durante muitos e muitos anos.

Então, eu me sinto realmente privilegiada e muito honrada por poder contar com o conhecimento de vocês. Agradeço do fundo do coração.

Quando eu quebrei o pescoço, há 21 anos, tive a oportunidade de fazer reabilitação nos Estados Unidos. E, a partir de então, eu passei a viajar muito para os Estados Unidos em busca de tratamentos diferentes. Eu fiquei bastantes meses em Pittsburgh, fiquei bastante tempo em Miami, fiquei bastante tempo em Boston, fiquei bastante tempo em Houston. Em Houston, eu fiquei fazendo um aprendizado de eletroestimulação, há muitos anos, e acabei trazendo isso comigo. E, hoje, toda a base do meu tratamento da saúde vem desse *know-how*, desse conhecimento que eu adquiri em uma época em que o Brasil pouco prescrevia um tratamento com eletroestimulação.

Eu posso dizer que muito da saúde que eu tenho, da disposição que eu tenho, do toque, da musculatura, literalmente, que eu tenho e da condição de poder pegar avião toda semana e vir a Brasília vem por conta desse tratamento. Eu só tenho, Judith, que agradecer, porque, há muitos anos, ainda tínhamos um movimento incipiente de reabilitação neste País.

Eu sei que a acessibilidade é um grande desafio para o Brasil e acredito que para muitos países sempre continua sendo. Embora alguns países estejam muito mais à nossa frente, nós ainda temos que trabalhar muito para mudar essa cultura e, muitas vezes, mudar um olhar hostil que existe com relação a isso.

Eu fui a primeira Secretária da Pessoa com Deficiência no Brasil, numa secretaria que foi criada pelo Senador José Serra, quando ele foi prefeito da cidade de São Paulo. E hoje já temos centenas de secretarias no Brasil que trabalham voltadas, focadas na pessoa com deficiência. E, na ocasião, em 2006, tive a oportunidade de ir a Nova York, que é a cidade da Judith, para conhecer o secretário, na época, e a Secretaria da Pessoa com Deficiência lá. E, naquela época, a Secretaria já existia há 35 anos! Ou seja, hoje, há 45 anos, Nova York, por exemplo, tem uma Secretaria da Pessoa com Deficiência. Portanto, há muito a nos ensinar, há muito em que podemos nos espelhar e trabalhar em conjunto, porque, por tudo que eu ouvi lá, eu vi que educação e empregabilidade sempre foram grandes desafios também para os Estados Unidos.

E eu tive a possibilidade, a oportunidade de participar da última reunião da convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência em Nova York.

É uma experiência que vou guardar no meu coração para o resto da vida, porque eu nunca tinha assistido a tanta diversidade por metro quadrado, como assisti nas reuniões da convenção da ONU. E o Brasil, chefiado então pela Izabel Maior, a delegação brasileira trouxe contribuições importantíssimas no documento da convenção. Por exemplo, a definição de pessoa com deficiência passou muito pelas sugestões do Brasil, de um modelo biopsicossocial de avaliação da pessoa com deficiência; e também, em questões de inclusão na educação, o Brasil teve uma participação muito importante.

E hoje vemos que, em 2008, as Casas ratificaram a convenção, com quórum qualificado – a convenção passou a ter *status* de norma constitucional –, mas, infelizmente, Eduardo e Paim, vimos muitos operadores do Direito no Brasil desconhecendo e ferindo a convenção.

Por isso, o projeto que o Senador Paulo Paim protocolou, há 15 anos, como Deputado e, depois, novamente, como Senador – que foi o projeto de lei que veio parar nas minhas mãos para que eu relatasse, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira da Inclusão) –, procurou, sob a égide, sob o norte da convenção, fazer com que tenhamos um documento que seja a "convenção" – entre aspas – "regulamentada", para que se tornem conhecidos a convenção e esses direitos. Então, é um honra ter trabalhado nesse documento, que muito pouco de assistencialismo traz, praticamente nada, mas protagonismo mesmo, trazendo autonomia às pessoas, incentivando-as a irem para o mercado de trabalho.

Só para ilustrar, Judith, em um dos artigos que foi aprovado nesse documento, nós criamos um benefício, que é o auxílio-inclusão. As pessoas com deficiência no Brasil, a maioria delas, são beneficiárias do BPC (Benefício de Prestação Continuada), que permite a essas pessoas ficarem, muitas vezes, em casa; muitas vezes, elas têm até medo de buscar um trabalho porque vão ter esse benefício suspenso no ato da contratação. E

nós queremos estimular essas pessoas a buscar o mercado de trabalho, até porque nós acreditamos muito no potencial das pessoas com deficiência. E esse auxílio-inclusão é um benefício criado para incentivar a pessoa com deficiência. Então, ela passará a recebê-lo quando ingressar no mercado de trabalho. Isso é uma grande conquista, porque nós sabemos que as pessoas com deficiência têm um custo de vida mais alto. Então, ela pode ingressar no mercado de trabalho, receber seu salário e ainda receber esse benefício, que vai ajudá-la a ter novas tecnologias assistivas, a fazer um curso ou a fazer o que quiser com o recurso, mas é um incentivo às pessoas para saírem de casa.

Sei que este é um ano importante nos Estados Unidos, porque vocês comemoram os 25 anos de legislação, do The Americans with Disabilities Act. E nós também comemoramos 26 anos da Lei Federal nº 7.853, que instituiu a Política Nacional para Integração das Pessoas com Deficiência e criou a Corde, que foi o primeiro órgão trabalhando, a Coordenadora Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência. E nós vimos, por conta desses órgãos, com certeza, evoluindo nesses aspectos de empregabilidade, de educação.

Precisamos muito ter esse olhar mais inclusivo, essa mudança de atitude, mudança de cultura. E eu digo: uma mudança de cultura que venha da iniciativa privada, que venha da sociedade civil em geral. E esse projeto a que nos referimos ficou em consulta pública durante seis meses e para o qual a população brasileira teve a possibilidade de contribuir. Foi um projeto de lei traduzido na íntegra para a Língua Brasileira de Sinais.

Pela primeira vez a Câmara teve um projeto com essa tradução, para os surdos também poderem trazer sugestão e contribuir para o projeto.

E, com essa participação da sociedade, nós sentimos muita coisa aqui nas Casas. As empresas, por exemplo, procuraram os Parlamentares para sugerir que nós acabássemos com a Lei de Cotas, que obriga as empresas a contratarem pessoas com deficiência. Então, foi uma luta dos Deputados e dos Senadores para conseguir manter a nossa Lei de Cotas, porque hoje temos 360 mil pessoas com deficiência, com carteira assinada, trabalhando no mercado de trabalho, sendo que há 15 anos tínhamos apenas 100 pessoas. Então, sabemos que é uma ação afirmativa, mas que vem trazendo muito crescimento e muito protagonismo à pessoa com deficiência.

Eu realmente sonho, Senador, com o dia em que conseguiremos vencer as deficiências dos serviços, as deficiências de infraestrutura, e fazer com que realmente funcione a máxima da convenção, de que quem tem deficiência são as cidades, e não as pessoas. As cidades que não foram preparadas para receber todo tipo de pessoa, as cidades que não foram preparadas para toda a diversidade humana, porque a deficiência nada mais é do que mais uma característica da condição humana.

Então, acho que podemos trocar bastante experiência, porque os Estados Unidos são muito mais avançados em questões de infraestrutura e em outras em questões, mas brasileiro também leva no peito um jeitinho de incluir e uma característica inerente ao povo brasileiro, que é essa forma acolhedora e inclusiva, muitas vezes, de ser, de trabalhar, de receber as pessoas. Acho que, com isso lapidado e com uma boa infraestrutura, podemos ir muito longe.

Eu sou fã das pessoas com deficiência. Muito antes de adquirir uma deficiência, eu já trabalhava na área. E isso acho que por enxergar o potencial dessas pessoas e de saber que, principalmente dentro de uma empresa, muitas vezes elas não têm a qualificação que gostaríamos, não tiveram a oportunidade de ter uma formação que gostaríamos, mas elas chegam à empresa com uma bagagem que pouquíssimas pessoas têm, que é a bagagem da disciplina, a bagagem da perseverança, a bagagem da superação e, muitas vezes, a bagagem do sorriso, que faz toda a diferença em um ambiente de trabalho.

E eu fico muito, muito feliz de poder viver este momento de aprovação da legislação e de poder compartilhar, dividir isso com um país, que, com certeza, trouxe bastante modelo e exemplo.

Falo isso para você porque, quando eu me candidatei a primeira vez, o único político que eu conhecia era o Senador José Serra – não por ele ser político, mas porque a filha dele era minha amiga –, e ele presenciou todo o processo desde que eu quebrei o pescoço. E, quando ele criou, em São Paulo, a Rede Lucy Montouro, que é uma rede de reabilitação de altíssimo nível, ele se inspirou muito em todo o trabalho que eu adquiri e que eu fiz nos Estados Unidos.

Então, podemos dizer que vocês trouxeram muitas experiências para nós, e espero que continuem trazendo e que nós possamos trocar, porque nós também temos bastante experiência para levar para vocês.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Deputada Federal Mara Gabrilli.

Todos sabem que eu tenho o maior carinho por todos os relatores, mas me permitam dizer que ela foi a principal Relatora. Foram quatro – sempre lembro, por uma questão de justiça: Flávio Arns foi o primeiro; depois, foi Celso Russomanno; depois, Mara Gabrilli; e, por fim, aqui no Senado, foi o Senador Romário, que já tinha acompanhado o trabalho na Câmara e aqui deu parecer pela aprovação do trabalho que veio de lá para cá, tanto que não foi feita nenhuma alteração.

Então, é uma alegria aqui vocês saberem que ela foi, inegavelmente, a principal Relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão).

Ela fez questão de colocar este complemento: que ficasse bem claro que o Estatuto da Pessoa com Deficiência é a Lei Brasileira de Inclusão.

Então, meus cumprimentos, Deputada Mara Gabrilli. O seu trabalho foi brilhante. Toda a Mesa concorda com o meu testemunho. Neste momento, já com a presença de dois Senadores, passo a palavra, primeiro, à Senadora Regina Sousa, que já está conosco, e, em seguida, ao Senador Hélio José.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero cumprimentar cada um da Mesa, em nome do Senador Paim. Sei que a Comissão de Direitos Humanos sempre traz temas muito importantes e interessantes para debatermos, mas, de antemão, quero pedir desculpas, porque, depois da minha fala, tenho que comparecer a outra comissão. Infelizmente, na quarta-feira é assim: todas as comissões funcionam na quarta-feira, e temos de pular de uma para outra, porque há sempre uma votação ou um projeto a relatar.

Gostaria de dizer, primeiro, da importância do diálogo entre o Brasil e os Estados Unidos, porque a parceria e a cooperação são palavras-chaves da governança. Então, temos de parabenizar a Comissão por isso.

Devemos também destacar que o processo de conferências que se inauguraram no Brasil, nos últimos anos, tiveram um papel importante na elaboração das políticas, inclusive, para culminar com o Estatuto, que deu mais visibilidade à questão, ao tema, da pessoa com deficiência.

Gostaria de dizer que, no meu Estado, temos orgulho de dizer que temos um trabalho importante nesse sentido, e muitos governadores vão visitá-lo, quando o assunto é esta questão. Em 2003, quando o Governador Wellington Dias assumiu o Governo do Estado, todo mundo achava que a sua esposa, naturalmente, seria secretaria de assistência social. Ela disse que não queria isso, mas, sim, cuidar de um segmento, pessoas com deficiência.

Ela pediu que se ajeitasse qualquer coisa para que ela cuidasse dessas pessoas, e ele criou uma coordenadoria, que, depois, virou secretaria – temos a Secretaria de Inclusão da Pessoa com Deficiência – que faz um trabalho muito importante.

Essa secretaria deu tanta visibilidade, que recebemos muitas visitas, mas também criou muitos instrumentos. Entre eles, posso citar o Ceir (Centro Integrado de Reabilitação), que nada deixa a desejar aos grandes centros de reabilitação. Quem já foi visitá-lo, chama-o de "o nosso Sarah", que não cuida só da reabilitação física, mas de todos os segmentos; tem uma oficina de órteses e próteses, de onde as pessoas saem com as suas próteses e órteses, com relação à mobilidade.

Ela também teve a preocupação de criar, pelo menos em cada território – são 11 territórios –, três espaços de reabilitação física – infelizmente, ainda só física –, que é a principal deficiência no Piauí, por conta dos acidentes. As pessoas, às vezes, tornam-se deficientes por causa de um acidente, porque elas não tiveram um tratamento adequado.

Então, muitas pessoas têm-se reabilitado, não se tornam deficientes, por conta dos espaços de reabilitação física, depois de um acidente de moto, de bicicleta, de uma queda. Assim, houve essa preocupação essa preocupação de se ter esse espaço de reabilitação nos territórios, para a pessoa não ter de se deslocar até a capital para cuidar disso.

Temos ainda muita coisa para discutir. Por exemplo, quando a Deputada Mara falou da questão da mobilidade urbana, pensamos só em facilitar o trânsito dos carros – a cidade para os carros –, e temos de pensar a cidade para as pessoas.

Há uma questão séria a ser cuidada ainda, porque algumas pessoas que tentam fazer alguma política não são compreendidas, mas a cidade é para as pessoas e não para os carros, e tratamos essa questão pelo avesso.

No Piauí, temos uma cidade pequena, com menos de 10 mil habitantes, mas, dizem as pesquisas, com o maior índice de deficiência do Brasil: 17% das pessoas têm alguma deficiência. O Estado também se voltou muito para esta cidade. Hoje, ela é considerada uma das cidades mais acessíveis, com maior acessibilidade, no Brasil, que é São Gonçalo do Piauí.

Não há explicação. Não sei qual é o motivo, mas há muitas pessoas com deficiência. Por conta de a cidade ser pequena, é visível e percebermos bem essa questão.

Então, penso que avançamos bem com o estatuto, mas, como toda lei, precisamos ainda de luta pela frente para que ele seja cumprido. Muitos resistem às leis, como se resiste ainda a algumas questões da discriminação, por exemplo. Na questão de gênero, muitos secretários de educação vetaram a referência a gênero nos seus planos de educação. Isso é lamentável.

Assim, toda lei tem de ser muito vigiada para poder ser cumprida.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Regina Sousa, que dá, inclusive, um depoimento exemplar do Governador Wellington Dias, da forma como tanto ele como sua esposa, a Deputada Federal Rejane Dias, que está como Secretária de Educação do Piauí...

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – Senador, posso fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui, na Comissão, há uma norma, pessoal – e digo isso para dar a todos toda a liberdade –, que Deputado, Deputada, Senador e Senadora falam a qualquer momento. A prioridade agora é sua.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Depois vai ser o Senador.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Só queria lembrar algo à Senadora Regina. Vamos poder fazer grandes mudanças na mobilidade urbana das cidades, porque o nosso Estatuto fez uma mudança muito grande no Estatuto das Cidades e mudou toda a legislação de calçadas do Brasil.

A partir de janeiro, a responsabilidade por liderar o processo de manutenção de calçadas passará ao Poder Público. Quanto a isso, temos de nos preparar para fazer um cronograma, um plano diretor de calçadas acessíveis nas cidades, porque teremos, agora, na mão a possibilidade legal de fazer essa grande mudança e termos calçadas acessíveis.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Então, agora, queria registrar a presença conosco do Senador Hélio José, militante também indiscutível dos direitos humanos e sociais, e do Senador Telmário Mota, outro militante das causas sociais e dos direitos humanos. Estive no seu Estado e vi a sua influência, o carinho e a participação direta de S. Exª em questões como essas que estamos tratando aqui.

Vamos passar a palavra, primeiro, ao Senador Hélio José e, em seguida, a V. Exª, que já deve ter-se situado. Está aqui como painelista principal a Srª Judith Heumann, Assessora Especial em Direitos Internacionais sobre a Pessoa com Deficiência do Presidente Obama, dos Estados Unidos da América.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria cumprimentar o nosso Senador Paulo Paim, sempre de uma sensibilidade fora do comum, a pessoa certa no lugar certo, exatamente presidindo a Comissão de Direitos Humanos, já pela segunda vez, de grande importância e relevância nesta Casa.

Quero dizer que este debate é tão relevante quanto outros de outras comissões de que estamos participando. Hoje mesmo, definimos o uso de energias alternativas, o uso de teto verde e uma série de outras questões na Comissão de Infraestrutura, assim como estamos discutindo na Comissão de Ciência e Tecnologia a questão de rejeitar a mudança daquele símbolo do "T", dos transgênicos.

Quer dizer, os assuntos são altamente relevantes.

Queria cumprimentar a nossa Deputada Mara Gabrilli, porque a sua participação no Congresso Nacional tem, de fato, feito a diferença nessa discussão das pessoas com deficiência.

O Estatuto, aprovado por nós todos, no Senado e na Câmara, com uma larga participação da Deputada Mara e do Senador Romário, e de todos nós juntos, e do Senador Paim, que também fez um debate grande nesse sentido, traz uma série de direitos às pessoas com deficiência. Muitos ainda não foram regulamentados ou não estão sendo cumpridos. Precisamos exigir que sejam cumpridos.

Baseado nisso, quando debatemos um tema dessa desenvoltura, os desafios e as oportunidades para as pessoas com deficiência no Brasil e nos Estados Unidos, isso traz à luz a discussão do dia a dia com o Ministro Kassab, das Cidades, do meu Partido, o PSB. E é nas cidades que temos os maiores entraves para as pessoas com deficiências, por causa da acessibilidade, muitas vezes, complexa.

Então, esta audiência pública, com a participação da Judith Heumann, Assessora Especial dos Direitos Internacionais sobre Deficiência, a experiência vivida pelo Presidente Obama, pelos vários governos dos Estados Unidos, nos vários estados, é uma experiência muito importante. Conheço os Estados Unidos e sei o quanto eles estão avançados nesta questão, e nós precisamos avançar.

Essa é a razão desta audiência pública.

Além disso, o Antônio José Ferreira, da Secretária Nacional da Pessoa com Deficiência, representando a Secretaria de Direitos Humanos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Antônio teve de sair, mas o Anderson Sant'Anna ficou.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – O Anderson é da Secretaria de Direitos Humanos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele ficou representando o Antônio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Acho que é muito importante o envolvimento da Secretaria de Direitos Humanos, principalmente dessa Secretaria da Pessoa com Deficiência, nos vários eventos que fazemos aqui de discussão nessa linha.

Por exemplo, até adiei a data, para melhor ajuste, porque vamos promover uma audiência pública sobre a questão a inclusão dos surdos no mercado de trabalho. Sinceramente, eu gostaria muito que a Secretaria Nacional de Direitos Humanos estivesse presente, na pessoa do Antônio, ou do Anderson, para podermos estar, inclusive, melhorar o debate.

Vamos fazer um requerimento de inclusão, porque acredito que não esteja incluso.Queria cumprimentar a Secretaria de Direitos Humanos na sua pessoa e na do Antônio. O Deputado Eduardo Barbosa não veio?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Ele acabou de sair. Não o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fez uma bela palestra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Não o conheço, mas tenho certeza de que é uma pessoa comprometida com essa linha de trabalho.

Vou fazer uma discussão e apresentar também, com relação à questão dos povos indígenas, essa experiência de vida na Nova Zelândia, na Austrália e no Brasil, parecida com essa aqui. Estou trazendo hoje um requerimento sobre isso. Vai ser muito importante discutirmos também esse assunto nessa linha de direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Acompanhei com V. Exª aquela conversa, com relação à questão da Nova Zelândia, que achei muito interessante. Parabéns pela iniciativa de apresentar esse assunto.

Este é o requerimento que vamos votar em seguida para ver como foi feita, pelo relato que ouvimos, na Nova Zelândia, a reintegração tão grande, que deve ser comentada em outros países, já que há uma tendência, inclusive, no Brasil, de uma discriminação muito grande com os povos indígenas.

Meus cumprimentos pela iniciativa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É isso mesmo. É fundamental fazermos essa troca de experiência, que possibilitará ao Executivo um norte maior para avançar nas políticas públicas. Nós, no Legislativo, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, estamos num esforço, fazendo a nossa parte.

Senador Paim, cumprimento V. Exª por isso. Quero dizer que vou estar aqui. Vou rapidamente ao meu gabinete e volto em seguida, para fazermos a deliberação dos nossos requerimentos.

Quero aqui, de público, homenagear V. Exª, Deputada Mara Gabrilli, pela sua luta, pelo seu esforço, e o Rio de Janeiro, por nos presentear com uma Deputada da sua qualidade, e dizer que sentimos orgulho de estar no Congresso Nacional quando pessoas, como V. Exª, o Senador Paulo Paim e o Senador Telmário Mota, que aqui se encontra, participam deste debate.

Muito obrigado.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Senador Hélio José, até peço uma ajuda de V. Exª junto ao Ministro Gilberto Kassab, porque, na Lei Brasileira da Inclusão, houve um veto que não se justifica de forma alguma: um artigo que pedia para se respeitar o desenho universal na construção de conjuntos habitacionais e na construção como um todo.

Esse veto injustificado fere a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Em todo o processo de negociação, jamais foi questionado o desenho universal. Ele já está posto e não tem de ser questionado. Não podemos retroceder.

Então, queremos trabalhar muito para derrubar esse veto. Como ele veio do Ministério das Cidades, peço a ajuda do Senador, para que consigamos fazer isso, porque nem as equipes, dentro dos ministérios, entenderam por que aconteceu esse veto.

Assim, temos certeza de que é um artigo que trará muito crescimento de infraestrutura para o Brasil.

Peço a ajuda de V. Exª, Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Ok, Deputada Mara Gabrilli. Coloco o meu gabinete à disposição de V. Exª – gabinetes 19 e 22 da Ala Teotônio Vilela – e vou marcar com o nosso Ministro das Cidades uma reunião, para que possamos nos encontrar com ele e debater esse assunto de grande relevância.

Concordo com V. Exª. Penso que não dá para dificultarmos a questão da acessibilidade com algumas coisas que geram custos. O Estado tem de fazer políticas públicas para acolher toda a sua população, principalmente aquela com necessidades especiais, os portadores de deficiência.

V. Exª é do Estado de São Paulo? (*Pausa.*)

Desculpe-me. Homenageei o Rio de Janeiro, mas homenageio também o Estado de São Paulo por ter nos presenteado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Ah! Que bacana! Então, para mim, vai ser muito tranquilo debatermos com ele esse assunto para avançarmos.

Muito obrigado. Coloco-me à disposição. Daqui a instantes, volto à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k.. Só vou passar a palavra, para um rápido comentário, à Secretária Judith.

A SRª JUDITH E. HEUMANN (*Tradução simultânea*.) – Queria fazer um comentário antes de o senhor sair. Nos Estados Unidos, os nossos padrões da construção são estabelecidos pelo governo federal como padrões mínimos. O setor público e o setor privado devem cumprir com esses padrões de construção, com pouquíssimas exceções.

Então, acredito que essa questão de novas construções e reformas é uma decisão muito sábia, economicamente falando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, ela reforçou a proposta da Deputada Mara e disse que, nos Estados Unidos, isso é padrão.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – E não traz mais custos. Isso que ela disse é importantíssimo. Fazer uma construção desde o princípio com desenho universal não traz mais custo; pelo contrário, é só uma visão que contempla toda a diversidade e não custo.

A SRª JUDITH E. HEUMANN – É custo, se não for feito corretamente, porque se, no futuro, houver necessidade de se fazer uma reforma, aí esse custo, sim, vai ser muito maior.

Nos Estados Unidos, os dados demonstram que é de 1% – e não mais do que isso – o custo adicional da obra para as novas construções, mas as reformas, sim, custam muito mais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Reforçado o pedido da Deputado Mara Gabrilli.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria dizer à nossa representante do governo dos Estados Unidos que ela tem plena razão. Realmente, as reformas custam muito mais, impedem a mobilidade correta e impactam em várias outras questões.

Então, por isso exatamente que me somo à querida Deputada Mara Gabrilli, para irmos juntos conversar com nosso Ministro Kassab e ver como podemos trabalhar uma alternativa a essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Passamos a palavra agora ao nosso querido amigo e Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paulo Paim, meu bom dia. V. Exª preside com maestria esta Comissão. Quero aqui cumprimentar todos que compõem a Mesa e a Deputada.

Nós temos uma vereadora em Boa Vista, a Nara, que também é cadeirante. Ela trabalhava no Ministério Público antes de ser vereadora. E foi uma das mais votadas. Trabalhamos juntos muito tempo.

Quando eu era vereador, estavam saindo as primeiras casas do Programa Minha Casa Minha Vida. No Estado de Roraima, Senador Paim, conseguimos que 10% das casas fossem adaptadas aos cadeirantes. E o Ministro quando viu gostou muito; e, de lá para cá, saiu aquela lei nacional, que hoje faz parte do contexto. Mas nós fomos pioneiros nesse aspecto no Estado de Roraima. Foram três mil casas, e hoje muitas pessoas portadoras de deficiências usam aquelas casas e têm muita gratidão por isso. Mas devemos muito à Nara, porque ela me pressionava. Agora ela é vereadora, e o assunto está com ela mesmo.

Quero parabenizar o Senador Paim, que mais uma vez traz ao debate nesta Casa um assunto da maior importância, e a gente não percebe. Lamentavelmente, vou contar a história de um conhecido meu que tinha acabado de construir a sua residência, a residência dos sonhos dele. Ele havia se mudado uma semana antes, quando, infelizmente, sofreu um acidente e ficou paraplégico. Ele teve que readaptá-la. Veja que coisa: ele tinha terminado a casa dos sonhos, sofreu esse acidente, e a casa não servia mais para ele naquele outro momento em que se encontrava.

E, um dia, em uma conversa, ele me disse que nunca havia sentido essas necessidades e que não as visualizava. Mas o destino lhe pregou essa peça. Assim, penso que, ao construir, já temos que fazê-lo pensando na sociedade como um todo.

Às vezes, é preciso acontecer... Eu disse a ele para aproveitarmos esse acontecimento, esse exemplo que infelizmente aconteceu, para levar isso em algumas falas. Assim o fizemos, e ele me acompanhava às vezes. Quando ia, contava o que havia acontecido com ele, pois era importante levar o fato para a reflexão das pessoas.

Não quero dizer que todos, amanhã, vão passar por uma tragédia, mas com certeza absoluta as pessoas devem pensar no todo, pois às vezes só pensamos em nós mesmos.

E o Senador Paim tem essa sensibilidade humana. O Senador Hélio disse que ele é o homem certo no lugar certo. Sem dúvida alguma, é o homem certo no lugar certo, mas o espaço dele deveria estar mais ampliado dentro do Senado, porque cada dia vemos mais coisas aqui que são de arrepiar.

Por exemplo, ontem essas 28 proposições foram as mais lobistas que já vi na minha vida, querendo avançar em direitos conquistados, um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Fiquei muito preocupado com o art. 4º da terceirização que está ali, a forma como está colocado...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – A terceirização está ali, o marco dos direitos indígenas; ambiental está ali...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Telmário, permita-me.

Se V. Exª concordar... Tenho evitado tocar nesse assunto, porque não quero criar constrangimento para ninguém. A intenção é boa. Acho que eu, você, o Cristovam, o Walter e alguns deveríamos ter uma conversa com o Presidente Renan. A ideia dele é boa, mas há questões que não podem ser colocadas na pauta de forma atropelada, como esses assuntos que você levantou.

Você sabe o quanto estou envolvido com esse projeto que quer terceirizar tudo no Brasil. Estamos viajando pelos Estados dia e noite, e, de repente, vai para a pauta em urgência. Pelo que eu vi, poderá ir. Como tenho um respeito muito grande pelo Presidente do Senado, não tenho nem falado no assunto, mas queria ver se hoje à tarde conversamos sobre esse assunto e outros mais que entendemos não devam estar nessa pauta prioritária neste momento das nossas vidas.

Eu não queria que entrasse no meu currículo que, no Brasil, a qualquer momento uma empresa pode demitir todos os funcionários e pegar trinta mil, dez mil ou cinco mil ou mil ou cem e terceirizar. Eu não queria isso no meu currículo de Senador... É claro que votarei contra, mas não quero que conste que no período em que eu estava no Senado da República, depois de mais de 30 anos aqui dentro, foi aprovado um projeto que vai sacrificar o nosso povo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador, isso me preocupa...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, faço um apelo a V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Conte comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se podemos ir juntos dialogar...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vamos, sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sei que o Presidente Renan é sensível a isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E me preocupa aquilo que traz a coluna da Denise...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Deputada está pedindo um aparte para V. Exª.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – É uma questão importantíssima, Senadores, pois, no projeto da terceirização na Câmara, fizemos uma emenda para proteger a Lei de Cotas da terceirização, a fim de que não aconteça de as empresas terceirizarem e começarem a fracionar de 99 em 99 funcionários e se ausentarem da responsabilidade de cumprir a Lei de Cotas.

Então, é para vocês fazerem essa observação nesse artigo. Não sei o que vai acontecer com a terceirização, mas vamos proteger a Lei de Cotas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não há nenhuma dúvida. É pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Telmário, com a sua anuência e a sua sensibilidade, estou tendo essa liberdade, mas essa moçada que está aqui, nossos convidados, terá que se retirar. Eles queriam tirar uma foto com a Mesa e com a sua pessoa.

Então, não vamos interromper, mas o Telmário vem aqui, senta-se à mesa, e eles ficam aqui atrás. Nós ficamos sentados e vamos tirar uma foto. Telmário, sente-se aqui à esquerda, se puder. Assim, pega toda a Mesa. São os alunos da Associação "Pastalozzi" de Brasília.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Gostei de ver. A Rita está me lembrando que é Pestalozzi. São 14 alunos de um projeto que há 50 anos atua na Capital Federal.

Vamos ficar dos dois lados. Para ter lugar para todos, uma turma tem que ficar do lado de cá. A foto vai pegar todo mundo. Se alguém quiser se sentar à mesa, fique à vontade. Professora, pode se sentar aqui. A orientadora senta aqui com a gente.

Sejam sempre bem-vindos. (*Pausa.*)

A palavra agora volta ao Senador Telmário Mota.

Vocês vão receber essa foto lá na Associação.

Com a palavra o Senador Telmário Mota, porque não interrompemos a nossa reunião.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador, só concluindo, eu queria parabenizá-lo. Estava vendo um requerimento em seguida, no item 2, da Senadora Ana Amélia, que fala sobre a mobilidade urbana. Isso, naturalmente, pode enriquecer mais a questão da acessibilidade aos portadores de deficiência.

Então, quero parabenizar V. Exª por trazer um tema da maior importância para a sociedade brasileira, para esta Casa, que discute isso com muita responsabilidade. V. Exª sempre muito antenado, como diz um velho ditado: "um olho no padre, outro na missa"; ou seja, vendo a realidade que o Brasil vive. Embora todas as atenções da mídia estejam voltadas para essa parte política e econômica do País, V. Exª nunca perde o foco, sempre com responsabilidade, como o Parlamentar que é.

V. Exª sempre traz a esta Casa temas importantíssimos, como este hoje. Tenho certeza de que sairá daqui - e V. Exª faz isso com muita dignidade – um documento, com proposições.

A Deputada Mara já abordou o Senador Hélio no sentido de ir ao Ministro das Cidades, para que se façam as correções necessárias dentro do contexto, o que sempre traz um avanço. E V. Exª coloca essa necessidade em pauta com pequenas soluções.

Deputada Mara e todos que estão nos ouvindo, nem tudo o que gostaríamos de modificar, nós vamos conseguir, mas é um degrau da escada. Hoje esta audiência, outra amanhã, outra depois, até que vamos chegar a um ponto satisfatório para que possamos viver de forma mais digna, melhor e mais integrada.

Não tenho dúvida de que esse é contexto. E o Senador Paulo Paim faz esta Comissão funcionar cada dia melhor, sempre avançando no sentido de que as pessoas possam ter uma melhor qualidade de vida.

Quero, portanto, parabenizá-lo e todos os que compuseram esta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Telmário Mota. Meus cumprimentos. (*Palmas.*)

Agora nós vamos para as considerações finais, porque em seguida iniciaremos outra reunião deliberativa da CDH.

Eu vou conceder três a cinco minutos ao Sr. Anderson Sant'Anna, Assessor Internacional da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que aqui representa o Secretário Antônio José, que teve de se retirar, mas fez aqui também uma bela fala, contribuindo para este debate.

Depois, a Mara, e, em seguida, encerramos com a convidada especial.

O SR. ANDERSON SANT´ANNA – Obrigado, Senador, obrigado, integrantes da Mesa presentes.

Em primeiro lugar, em nome do Ministro Pepe Vargas e do Secretário Nacional de Promoção da Pessoa com Deficiência, Antônio José, agradeço a participação de todos, em especial do Senado, por essa iniciativa, em parceria com a Embaixada dos Estados Unidos.

Em nome do Poder Executivo e da Secretaria de Direitos Humanos, estamos à disposição para tratar de um eventual diálogo sobre aprofundar o diálogo de cooperação com os Estados Unidos. Estamos à disposição da Srª Judith Heumann. Temos tido contato frequente com ela e com os representantes da Embaixada sobre a possibilidade de cooperação e trabalho conjunto, troca de experiências, mesas de trabalho. Enfim, estamos dispostos a avançar ainda mais nessa possível parceria para a área de pessoa com deficiência, com esse que é um dos nossos principais parceiros estratégicos no cenário global, que são os Estados Unidos da América.

Então, em nome, novamente, do Secretário e do Ministro Pepe Vargas, quero agradecer e dizer que estamos à disposição, na Secretaria de Direitos Humanos, para dirimir, conversar e avançar na cooperação com os americanos. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Sr. Anderson Sant'Anna, Assessor Internacional da Secretaria Internacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Para a suas confederações finais, a Deputada Federal Mara Gabrilli, que foi a Relatora principal, eu diria, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, na Câmara dos Deputados, Lei Brasileira de Inclusão – eu sempre falo as duas.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Eu só queria agradecer a oportunidade, parabenizar o Senador Paulo Paim por toda a sua dedicação à causa da pessoa com deficiência, parabenizá-lo por esta audiência; parabenizar a Secretaria de Direitos Humanos, que nos acolheu para que pudéssemos repaginar, reescrever e atualizar um texto que havia sido escrito antes da Convenção da ONU.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais de 15 anos atrás.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Mais de 15 anos atrás. E foi dentro da Secretaria que conseguimos juntar Parlamentares, especialistas e juristas para reescrever esse texto.

Quero agradecer, principalmente, a presença da nossa Judith, que veio aqui impulsionar a política pública brasileira para as pessoas com deficiência.

Muito obrigada, Judith.

Obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Mara. Essa foi a Mara Gabrilli, Relatora do Estatuto da Pessoa com Deficiência na Câmara dos Deputados.

Passo a palavra, de imediato, à nossa querida convidada, Assessora Especial em Direitos Internacionais sobre a Pessoa com Deficiência, dos Estados Unidos da América, Drª Judith Heumann.

A SRª JUDITH E. HEUMANN (*Tradução simultânea.*) – Obrigada. Só sei falar uma palavra: obrigada.

Gostaria de agradecer ao Senador e também à Comissão de Direitos Humanos pelo grande trabalho que realiza.

Como eu disse antes de a senhora chegar, eu adoro vir ao Brasil, porque eu vejo tanto entusiasmo e eu vejo esse comprometimento que vem melhorando no País em relação aos direitos das pessoas com deficiência. Acredito que a Embaixada, com as suas participações nos últimos dias, com as reuniões de que participei, eu acho que assim eles começam a ter um melhor entendimento do fato de que estamos muito comprometidos e que, agora, conseguimos trabalhar com o Governo brasileiro e com a sociedade civil, no sentido de compartilharmos informações. Temos muito a aprender também daqui do Brasil. Então, eu acho que é uma ótima oportunidade. Estamos ansiosos por continuar a nossa relação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem! (*Palmas.*)

Só mais dois ou três minutinhos.

Eu só queria, claro, primeiro agradecer muito, muito à Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, tanto pelo Anderson quanto pelo Secretário Antônio José, que teve que se retirar, por este momento.

Agradeço muito ao Deputado Federal Eduardo Barbosa, pois sei que, também cheio de trabalho lá na Câmara, saiu de lá, veio para cá, para participar desta audiência. E, naturalmente, a nossa querida Mara Gabrilli, que nos disse que em torno de 10h chegaria, e, às 10h, ela estava aqui. Foi pontual, para dar esse belo depoimento do seu trabalho com a pessoa com deficiência, além do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Do Estatuto, você foi só Relatora, mas o seu trabalho com a pessoa com deficiência e a sua experiência de vida ultrapassam a própria redação do Estatuto, como disse muito bem aqui o Eduardo Barbosa.

Por mais que a gente fale, contribua e ajude, eu sempre digo – permita que eu dê este exemplo agora –, somente quem é negro sabe o quanto o racismo ainda é forte no Brasil e no mundo. E todo mundo sabe que eu sou um militante da causa negra. Eu tenho orgulho de ter apresentando o Estatuto da Igualdade Racial.

Mas por que eu digo isso? Só quem é deficiente e quem tem alguma deficiência sabe o quanto ainda existe o preconceito e o quanto faltam políticas públicas para as pessoas com deficiência. Vocês veem, sentem e falam o que o coração e a alma, neste momento, estão vendo. Por mais que eu fale... Eu consigo falar, talvez, com o coração e com a alma na questão do negro, do que eu estou vendo. Eu sinto e vejo, porque a minha irmã, cega, morreu cega.

Está aqui também o Luciano Ambrósio, que é um dos coordenadores do meu gabinete, um dos militantes do meu gabinete, poeta ainda; está aqui sentado à nossa direita. Levanta o braço, Luciano! (*Pausa.*)

Este é o Luciano, poeta que escreve grande parte do meu discurso.

Faço, neste momento, se me permitirem também, homenagem a Santos Fagundes, que você conhece. Santos Fagundes também é cego. E é cego mesmo! Quando eu digo a ele: pessoa portadora com deficiência visual, ele diz: "Senador, eu sou cego mesmo. Acabou. Diga isso aí e pronto!". Isso me diz o Santos, que é meu chefe de gabinete no Rio Grande Sul há uns 12 anos.

E, se eu apresentei esta proposta 15 anos atrás, mais ou menos, ele foi uma das pessoas que me incentivou, que trabalhou. Eu sei que, nesse período, as pessoas com deficiência no Brasil fizeram mais de 1.500 reuniões. Olhem bem o que eu disse: "as pessoas com deficiência". Significa que eu não estava lá. Eles fizeram as reuniões, discutiram, debateram – contra, a favor – e foi o que caiu nas mãos da Mara. E a Mara disse: "Senador, nós vamos aprovar o Estatuto". Aí, a Mara foi, e eu fiquei com uma grande esperança.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Não. Eu ainda liguei antes para pedir a bênção. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – "Pelo amor de Deus, Senador, nós vamos aprovar esse Estatuto. Pode escrever aí." E, quando a Mara me disse aquilo, eu percebi que ia mesmo.

E, hoje, estamos aqui recebendo a nossa querida Judith, assessora especial para esse tema, dos Estados Unidos da América, que fez aqui uma belíssima palestra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador, antes de concluir a sua fala...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pois não. Senador fala a qualquer hora aqui.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É só para fazer um registro, sem enaltecer nada, mas o meu chefe de gabinete é cadeirante, e o meu estafeta em Roraima não tem uma das vistas. Então,eu sigo o exemplo daquilo que eu discuto. Aquilo que eu prego eu gosto de cumprir. Era só isso que eu queria colocar.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP. *Fora do microfone*.) – O chefe de gabinete aqui?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Aqui

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso demonstra a força que eles têm. (*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diga o nome dele.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Aires.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande! Grande! Ele nos ajudou. Ele foi do Flávio Arns, inclusive.

A SRª MARA GABRILLI (PSDB - SP) – Do Flávio Arns. E foi a primeira pessoa, quando cheguei aqui, que falou assim: "Por que você não relata o Estatuto?". Visionário o seu chefe de gabinete.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ele foi chefe de gabinete da Ana Rita também, grande parceirão nosso aqui. Ele foi chefe de gabinete do Flávio Arns também, acho. É um militante dessa causa há anos.

Eu queria, enfim, só encerrar, agradecendo à Assessora Especial em Direitos Internacionais sobre Deficiência, a querida Judith Heumann.

Eu só vou terminar com uma frase. Quando ela chegou aqui, eu disse que há uma canção no Brasil – vou terminar como iniciei – de que eu gosto muito; sou apaixonado pela letra da canção.

Na metade da canção, tem a seguinte frase: "Que bom saber que, no mundo, existem pessoas iguais a você!" Termino só com esta frase: "Que bom saber que, no mundo, existem pessoas iguais a você!" (*Palmas.*)

Depois de ouvi-la, principalmente, quero repetir isso uma vez, dez vezes, mil vezes. Isto é bom mesmo: saber que, no mundo, existem outras pessoas.

Ela veio dos Estados Unidos da América para nos falar tudo isso e para nos ouvir também. Ela nos ouviu. Ela disse que saiu daqui conhecendo mais, é claro, a vida do povo brasileiro e a nossa visão sobre uma questão tão importante.

Então, que bom saber que, no mundo, existe você! Que bom saber que, no mundo, existe você!

A SRª JUDITH E. HEUMANN (*Tradução simultânea*.) – Que bom saber que temos um ao outro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a fala dela, encerramos a nossa audiência pública.

Muito obrigado a todos.

Nós encerramos a audiência pública, mas nós continuamos os trabalhos. Agora, vem a segunda parte, que é a parte deliberativa da nossa reunião de hoje.

Vou cumprimentar os convidados para os liberar e, em seguida, votaremos os requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Quero dizer que estamos viajando o País todo. É um trabalho acumulado. Estamos juntos no seu Estado. Foi uma belíssima audiência, casa lotada. Como algumas agendas mudaram, vou levar ao Presidente Renan esse documento, essa agenda, na verdade, que estamos fazendo pelo País, em defesa da democracia e contra a terceirização, por decisão desta Comissão, e com o apoio do Presidente Renan, Presidente do Senado Federal e do Congresso, já estivemos em comitiva em Belo Horizonte, Florianópolis, Curitiba, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Manaus, Boa Vista, Teresina e São Luís.

Estamos indo – agenda marcada já, tudo na Assembleia Legislativa – a: Salvador, 18/09; Brasília, 25/09; Aracaju, 8/10; Maceió, 9/10; Porto Velho, 22/10; Rio Branco, 23/10; Belém, 5/11; Macapá, 6/11; Vitória, 19/11; Palmas, 03/12; Goiânia, 04/12; Cuiabá, 18/02/2016; Campo Grande, 19/02/2016. O encerramento será um evento especial em Brasília, dia 12 de maio, no Ginásio Nilson Nelson, com delegações de todo o País, ocasião em que será aprovada a Carta à Nação.

Esse projeto da terceirização ficou onze anos na Câmara dos Deputados. Como nós temos esse calendário para cumprir, que não se vote antes desse período a matéria, após o qual nós teremos uma carta de cada Estado.

Na verdade, nós sabemos que a carta... O que aconteceu até o momento, foram 14 Estados... Todos foram contra a votação desse PL. Bom, se for pela rejeição absoluta, eu voto até hoje. É isso o que nós queremos assegurar, Senador Telmário.

Eu me manifesto aqui dessa forma respeitosa e cumprimentando a iniciativa do Presidente Renan de apresentar uma pauta ao Brasil e ao Congresso. Nós, claro... Eu peguei um item, mas sei que V. Exª tem outros itens em relação aos quais estaria também preocupado e querendo dialogar com a Mesa do Senado.

Vamos, então, se V. Exª concordar, diretamente ao item 3, que tem como autor o Senador Telmário Mota.

ITEM 3
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 120, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de diligência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para apurar denúncias de conflitos envolvendo comunidades indígenas, trazidas a esta Comissão em audiência pública realizada no dia 5 de agosto, de 2015.

Autoria: Senador Telmário Mota
Relatoria:
Relatório:
Observações:
V. Exª está propondo a diligência.

Concedo, então, a palavra ao Senador.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, nós tivemos uma audiência pública aqui mesmo, nesta Casa, e chegaram a essa audiência algumas denúncias gravíssimas. De sorte que nós sentimos a necessidade de, *in locu*, fazer uma diligência, conhecer essa realidade que hoje se apresenta tanto na Bahia como no Mato Grosso do Sul.

Nós discutimos aqui um relatório do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), mostrando a violência contra os povos indígenas por diversas causas, mas nos chamou atenção principalmente a questão específica de haver localidades, segundo denúncias, às quais nem a própria Funai está tendo acesso – foram recebidos a tiros lá. Isso, parece-me, no século em que nós vivemos, no momento que nós vivemos, na busca dessa igualdade, nesse conquista... Até porque o Brasil está fazendo as primeiras Olimpíadas Indígenas agora, em Tocantins, a partir do dia 23 – se não me falha a memória – até o dia 1º. Então, numa hora como esta, em que estão vindo vários países ao Brasil... E não só por isso, mas pela igualdade necessária e pelos direitos constitucionais garantidos, acho importante que possamos ir, *in locu*, fazer uma diligência para fazer um melhor juízo dessas situações. Portanto, aí a nossa proposta e uma certa urgência nesse sentido.

Paralelamente a isso, Sr. Presidente, nós estamos entrando com um requerimento extrapauta para debatermos aqui nesta Comissão o trabalhismo, em função dos 60 anos de morte do criador do trabalhismo brasileiro, Getúlio Vargas. Vai ser realizada uma sessão solene na terça-feira, dia 25, e nós estamos propondo uma audiência.

Só que, ouvindo os companheiros que compõem esta Comissão, na terça-feira, porque nesse requerimento está feita uma proposta para terça-feira, mas, normalmente, terça-feira é um dia de pico aqui. Eu queria apenas aprovar o requerimento, desconsiderando a data, porque acho que poderíamos fazer na segunda-feira, se não se chocar com outro compromisso, para aproveitar, porque muitas pessoas virão pra a solenidade na terça-feira, e elas poderiam, na segunda-feira, participar do debate sobre o trabalhismo. Nós podemos discutir se faríamos no dia 24, pela manhã ou à tarde, se não chocar,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso, isso.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – ... no sentido de trazer representantes da classe trabalhista, de partidos inclusive. Até porque, já, já, vamos discutir uma pauta no Senado, e poderíamos nos orientar nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Claro.

Eu não apenas acato a sua proposta como a submeto ao Plenário para que seja incluído, de forma extraordinária, seu requerimento, como assino embaixo, se V. Exª concordar.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É uma honra. É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero ser coautor dessa iniciativa de debater na nossa Comissão a questão trabalhista, que tem tudo a ver com direitos humanos. A questão trabalhista, para mim, é direitos humanos. Por isso nós colocaremos em votação em seguida.

Quanto ao primeiro requerimento, nós ainda vamos votar. Submetemos ao Plenário, e o Plenário, eu tenho certeza, já concordou. Nós vamos votar o primeiro requerimento. E pela urgência que V. Exª solicitou, eu já tomei uma série de providências aqui na Comissão, naturalmente instruído pela Assessoria, de forma tal que V. Exª faça o mais rápido possível essa diligência com as pessoas que entender adequadas para o acompanharem. Já assinei ontem uma série de procedimentos.

Vamos ao requerimento então.

Quem concorda com a aprovação do requerimento aqui defendido pelo Senador Telmário Mota e pelo autor permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos ao segundo requerimento de sua autoria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas esse foi o primeiro dele. Eu queria aprovar o segundo extrapauta. Vamos para o segundo.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Nosso. V. Exª também o assinou.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nosso.

S. Exª já o defendeu também.

ITEM 8

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 125, de 2015- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realize audiência pública para discutir o Trabalhismo no Brasil, em homenagem à memória de Getúlio Vargas, agora que se completam 61 anos de sua morte.

Autoria: Senador Telmário Mota e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Getúlio Vargas, gaúcho. Por extensão, eu mesmo acho que o trabalhismo lembra Getúlio, lembra Brizola, lembra Pasqualini, todos da sua sigla. Não estou incluindo ninguém de fora.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Amém!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora que se completam 61 anos da sua morte.

Senador Telmário Mota, V. Exª deseja comentar mais alguma coisa?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Não. Acho que já disse tudo. V. Exª fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já falamos sobre o tema.

O objetivo é debater o trabalhismo num momento tão difícil, em que, queiramos ou não, há uma onda conservadora contra os direitos dos trabalhadores vindo principalmente da Câmara dos Deputados. Eu estou muito preocupado. Por isso fiz questão de assinar embaixo. E, quem sabe, do debate saia inclusive uma postura mais clara e mais firme para não permitir que algumas propostas que venham da Câmara tragam prejuízo para os trabalhadores da área rural e da área urbana, para aposentados e pensionistas.

Quem concorda com o requerimento assinado pelo Senador Telmário Mota e por este Senador permaneça como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado.

Senador Telmário, peço a V. Exª que presida, porque o próximo requerimento é de autoria da Senadora Ana Amélia e de minha autoria, e eu terei que fazer a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Assumindo eventualmente a Presidência, coloco em pauta o requerimento da Senadora Ana Amélia, subscrito pelo Senador Paulo Paim, que vai fazer a defesa.

ITEM 2
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 117, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, destinada a tratar sobre o direito à mobilidade urbana e ao trabalho frente a inovações tecnológicas.

Autoria: Senador Paulo Paim e outros
Relatoria:
Relatório:
Observações:
Com a palavra, o Senador Paim, para defender o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não apenas nós neste momento, mas o Brasil e o mundo estamos discutindo a questão do chamado Uber. As revistas do final de semana trazem matérias sobre o tema. É um sistema que permite – eu vou resumir aqui a história – que o cidadão que tem um carro em condições que garanta total segurança para o usuário, mediante um programa por celular, em que se pode chamar um carro, a qualquer momento, para se deslocar para qualquer parte do País. Naturalmente, houve um confronto com os atuais taxistas, que entendem que vão ter prejuízo na sua atividade.

A Senadora Ana Amélia nos trouxe o problema; dialogamos, eu e ela e, de pronto, eu disse que sim. As próprias televisões estão quase todo dia noticiando esse choque que está havendo entre os usuários do sistema Uber e os taxistas, inclusive, com alguns fatos de agressão dos que estão adotando o sistema Uber, que é carro particular, pelos taxistas e vice-versa, conforme as informações que nos chegaram aqui.

Isso é algo que está repercutindo em todo o mundo. É inegável a repercussão aqui no Brasil. Só nesta semana, eu vi quatro programas de televisões em TVs diferentes, tratando do mesmo tema. Então, está mais do que na hora de a gente, aqui nesta Comissão, debater o tema.

Há quem diga que tem que ser regulamentado. Há quem diga que não tem que ser regulamentado. Eu sei que algumas Assembleias e Câmaras de Vereadores no País estão discutindo o tema e apontando na linha da regulamentação ou não. Mas nada melhor do que uma audiência pública para debater o tema livremente. Aqui as pessoas poderão colocar os seus pontos de vista.

Senador Telmário Mota, permita-me que diga que, quando cheguei aqui ao Senado, há alguns anos – eu ainda vou fazer esse estudo –, há mais ou menos 12 anos, não havia esse negócio de audiência pública todo dia, não. Eu me lembro de que houve uma reunião do Colégio de Líderes em que perguntaram:"Que história é essa de o Paim querer fazer audiência pública todo dia?" Mas, felizmente, eu não tenho problema nenhum. E as audiências públicas começaram a se multiplicar. Isso é bom. Houve até um discurso do Senador Simon em plenário, que eu tenho gravado, em que ele fala da mudança positiva. Porque há aquela história de que a Casa do povo é a Câmara. Eu nunca concordei com isso. A Casa do povo é o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado. E, por discordar, entendi que tinha que haver tantas audiências públicas. Por isso, nós percebemos que as audiências se multiplicaram e vão continuar se multiplicando. Tanto é que, além das audiências que se multiplicaram, nós estamos indo – nós todos, não só eu – aos Estados também, para fazer o debate direto com o povo, em associações, em ginásios, em auditórios e nas próprias Assembleias.

Então, considero essa audiência pública uma boa iniciativa da Senadora Ana Amélia, que eu tive a satisfação de também assinar, para debater este tema. Essa é a defesa que estou fazendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, tem toda razão V. Exª.

Antes de concluirmos a votação desse requerimento sobre essa audiência pública de que V. Exª, com certeza, foi um dos bandeirantes, gostaria de dizer que ela não só dá oportunidade de a população interagir como também dá legitimidade à pauta, porque ampliamos o debate e enriquecemos o conhecimento. V. Exª está de parabéns por essa iniciativa.

Portanto, dando continuidade ao nosso trabalho, o item 2 da nossa pauta, já defendido pelo Senador Paim, um requerimento da Senadora Ana Amélia, que foi subscrito também pelo Senador Paim, está em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Dando continuidade ainda aos nossos trabalhos, Senador Paim, nós temos o item 4.

ITEM 4
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 115, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Nove anos da Lei Maria da Penha – uma avaliação".

Autoria: Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos nós sabemos que a Lei Maria da Penha cumpriu um papel fundamental. Foi discutida amplamente por todos nós, sancionada pelo ex-Presidente Lula e, como já disse, cumpriu um papel fundamental. Tanto que o nome – é bom as pessoas lembrarem – Maria da Penha é de uma mulher que foi covardemente agredida por seu companheiro.

De lá para cá, apesar de todo o esforço feito por todos nós, principalmente pelas mulheres, mas também por homens comprometidos a combater todo tipo de violência, nós percebemos que a violência contra a mulher continua crescendo.

Por isso, um grupo de mulheres entendeu que eu devia apresentar essa proposta – e por um homem, sim, já que fazemos parte da Frente Parlamentar de Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres – e analisar, depois de quase dez anos da Lei da Maria da Penha, o que nós podemos fazer para contribuir nessa luta permanente contra a violência. Essa é a defesa da intenção. É uma iniciativa das mulheres, mas pediram que eu assinasse.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, colaborando com a posição de V. Exª, verificamos que, apesar de o Brasil ter tido um grande avanço nessa questão do direito da mulher, bem disciplinada através dessa legislação, na prática, percebemos que ainda se precisa avançar e muito. Então, sem nenhuma dúvida, essa audiência pública que V. Exª está propondo vai enriquecer muito mais ainda os conhecimentos, ver as deficiências e, quem sabe, fazer as novas proposições.

Ontem, eu estive numa reunião das Margaridas. Também foi outra senhora que, junto com a Senadora Regina, que acaba de nos dar um presente com a sua presença e que estava lá ontem, com mais de 5 mil pessoas, realmente, foi um sucesso a organização.

Eu quero também ressaltar aqui o quanto o ex-Presidente Lula é uma pessoa extremamente querida. Ele foi ovacionado por mais de 5 mil pessoas. Ele não podia dar um passo, tamanho o carinho, o carisma, o grito. E o mais interessante: não eram só senhoras ou militantes, não. Víamos, porque, às vezes, ao citar algumas organizações, ninguém via aquele aplauso. Vimos o Ministro falando palavras interessantes, como reforma agrária, e ninguém via tanto... Agora, quando o ex-Presidente foi falar...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se ele falar bom dia ou boa tarde, já há palmas.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Já virou uma loucura.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso mostra o carisma e a liderança dele. É inegável.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É inegável.

Assim, o item 4 foi debatido e defendido pelo Senador Paim, que é o autor.

Em votação o requerimento.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permite-me um comentário rápido?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – À vontade.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria só dizer que eu queria muito estar na Marcha das Margaridas, nesse belo encontro. Eu só não fui devido à minha coluna. Quando a minha coluna dá crise, eu não consigo ficar... A não ser no seu Estado, porque eu fiquei o tempo todo sentadinho, como estou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E arrumou uma almofada...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma almofada, com você, inclusive, me ajudando na condução dos trabalhos. Com a Regina, no Piauí, foi a mesma coisa.

Todo mundo sabe o carinho – é inegável – que eu tenho pelo Presidente Lula. Eu não estive lá, mas, quando eu estiver agora nos Estados, com certeza, eu encontrarei com ele, porque eu sei que ele vai fazer uma visita a uma série de Estados.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Continuando o nosso trabalho, item 5 da pauta.

ITEM 5
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 111, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para o lançamento do livro Liberdade atrás das grades - pedagogia social, política pública e cultura de paz.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, todos nós sabemos que o sistema prisional no Brasil é um sistema falido, totalmente falido. A autora do livro *Liberdade atrás das grades - pedagogia social, política pública e cultura de paz* me convenceu, na apresentação do livro, de que esse tema tem de ser debatido com mais profundidade. Ela fala muito aqui das mulheres presas e das crianças que nascem dentro dos presídios, que nascem já atrás das grades. Falava, muito claramente, das mulheres grávidas, e, por isso, esse tema.

Eu sempre digo que inventaram neste País, e em grande parte do mundo, que políticas de direitos humanos é só cuidar de preso. Eu digo sempre que não é isso, que política de direitos humanos é cuidar, sim, dos direitos humanos dentro dos presídios, mas é cuidar também da Polícia Militar, da Brigada Militar, das Forças Armadas, da educação, da saúde e da habitação. Agora, quando eu digo isso, também não pensem agora que nós vamos deixar de fazer o bom combate em direitos humanos dentro dos presídios. Por isso, esse livro vem exatamente nessa linha. Quem assiste a esta Comissão sabe: tratamos hoje aqui das pessoas com deficiência como do Direito Internacional.

Falaremos aqui, por uma proposta sua, rapidamente, além da audiência pública, mas você não fará uma diligência dos povos indígenas. Tratamos aqui de todos os temas que são de interesse do povo brasileiro e da humanidade. Por isso eu peço também a aprovação desse projeto e vai, sim, continuar o debate daqueles que estão atrás das grades e os direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu já orientei os meus assessores a fazer uma requisição desse livro, tamanha é a defesa e a empolgação de V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria fazer um breve comentário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me dizer, por uma questão de justiça, que a sugestão é da ex-Presidente, Senadora Ana Rita, que me apresentou à autora do livro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – O Senador Paulo Paim tem plena razão. Essa é uma questão que incomoda quando se vê quem já passou... Por exemplo, por essa questão atrás das grades, o cara que cumpriu a pena. Imagine uma coisa mais degradante, que é você cumprir pena numa penitenciária e coisa e tal, naquele ambiente, naquele estado em que se encontra. E essas pessoas ficam lá por anos a fio, algumas, porque não têm alvará de soltura, porque esqueceram essa pessoa lá, porque as famílias a abandonam.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Belo exemplo. Muito bem.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Não é?

Então eu acho de uma relevância, de um significado muito importante em termos de direitos humanos essa audiência pública que o Senador Paulo Paim está propondo, que considero muito importante.

Muito obrigado. Estou de pleno acordo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sem nenhuma dúvida. A sociedade precisa acordar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Quero lembrar que Regina Sousa já está conosco aqui, a nossa presente e querida Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Está. Eu a citei. Ela estava ontem conosco lá, num frio danado. Ela viu a empolgação das margaridas, que agora de manhã já estão aí. Elas estão chegando aí, não é?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A camiseta que ela está usando, se não me engano, já é da Marcha.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Já é da Marcha das Margaridas.

Então, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Continuando o nosso trabalho, nós vamos ao item 6.

ITEM 6
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 118, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a instalação de bombas de autosserviço nos postos de abastecimento de combustíveis.

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, sobre essa questão, eu fui procurado por ambos, aqueles que são contra e os que são a favor. Existe um movimento para regulamentar essa situação, inclusive quanto à segurança, diante do perigo de explosão nesse tipo de trabalho.

Não estou dizendo que sou contra ou a favor, mas considero importante que eles venham aqui e coloquem o seu ponto de vista para que possamos avançar na construção de uma saída no campo da razoabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sem nenhuma dúvida, é uma preocupação pertinente, pois a Comissão tem essa função de dar seguimento e ouvir a sociedade nas suas necessidades.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Temos mais um item, o item 7.

ITEM 7
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 119, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "Os Rumos da Pesquisa Médica no Brasil".

Autoria: Senador Humberto Costa e outros

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar esse requerimento que ora está sendo votado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, esse requerimento agora passa a ser de minha autoria e também do Senador Humberto Costa.

Por sugestão dele, nós mudaríamos o título, porque o objetivo é o mesmo dos setores que nos procuraram. Seria para instruir o PLS nº 200, de 2015, que trata das pesquisas clínicas.

Todos nós sabemos que esse projeto é de iniciativa de três grandes Senadores desta Casa pelos quais nós temos o maior carinho, Walter Pinheiro, Moka e Ana Amélia. Mas há setores que querem debater mais a matéria, não para ser contra. Ninguém é contra discutir o rumo das pesquisas médicas no Brasil. Ninguém é contra. Mas, como há um requerimento no Plenário para que esse projeto venha para esta Comissão, porque é uma questão de direitos humanos que vai tratar das experiências com seres humanos. Então tem que passar obrigatoriamente por direitos humanos.

Como o Senador Humberto Costa entrou com o requerimento para que ele passe aqui pela Comissão, ele já acha – e eu também acho, naturalmente, porque só mudou o nome, eu já havia entrado com o requerimento – que esse tema tem que ser mais bem discutido e, quem sabe, aprimorado o próprio projeto, porque todos somos a favor de aprimorar o caminho da pesquisa médica, buscando salvar vidas naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Explicado o requerimento, está em debate.

Em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós conduzimos aqui os trabalhos...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Com a palavra o Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, há três requerimentos meus que eu queria incluir como extrapauta. Estão aqui os três requerimentos...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todos serão incluídos. Agora vão entrar os extrapauta. O que for meu, ele vai ter que presidir de novo.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu só queria concluir.

Nós estávamos presidindo agora, eventualmente, porque esses requerimentos que estavam em discussão eram de autoria do Presidente, Senador Paulo Paim.

Devolvo os trabalhos ao nosso Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria sugerir, para economia processual, se houver algum outro requerimento extrapauta do Senador Paulo Paim, que V. Exª já dirija para nós possamos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem algum outro meu aí?

Eu vou fazer uma votação geral, depois nós vamos para o requerimento.

Consulto os Srs. Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão de requerimento extrapauta do Senador Hélio José, da Senadora Regina Sousa – o seu já aprovei – e, naturalmente, um também de minha autoria.

Todos concordam.

Então, de imediato, vamos àquele que é de minha autoria, porque daí V. Exª preside. Eu presido o dos outros Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu vou começar pelo Requerimento nº 123, porque foi com esse número que eu me elegi; depois eu volto aos demais.

ITEM 9

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 123, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, a fim de celebrar o aniversário de 60 anos da APAE Brasil – Federação Nacional das APAES (abertura da "Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla de 2015" – "Inclusão se conquista com Autonomia").

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhar a votação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Explico rapidamente.

Na verdade, essa homenagem aos mais de 60 anos da Apae seria lá no Plenário, mas fui informado ontem de que provavelmente o Plenário, nesta data, vai estar em obra. Estão mudando o carpete, alguma coisa assim. É uma explicação que tem lógica. Não vão deixar de fazer toda a mudança que têm que fazer lá devido a uma homenagem que nós solicitamos.

Confirmado que será feita essa reforma lá, nós faríamos a mesma homenagem aqui, numa audiência da Comissão de Direitos Humanos. É uma homenagem à Semana da Pessoa com Deficiência e à Apae.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Continuando, vamos ao Requerimento nº 124, de 2015.

ITEM 10

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 124, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater sobre "A demissão de Pilotos, Copilotos e Engenheiros de Voo da Companhia Rio Linhas Aéreas".

Autoria: Senador Paulo Paim

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim para encaminhamento do requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Na verdade, são os nossos companheiros, amigos e amigas que transportam-nos pelo Brasil, nas companhias aéreas. E há uma ameaça de demissão em massa nesse setor. Dizem eles que estaria começando por essa companhia.

A pedido deles eu encaminho esse requerimento de audiência pública para debater muito mais do que só a questão deles aqui na Comissão, em data a ser agendada com as partes.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Após o encaminhamento feito pelo Senador Paim, coloco em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Continuando o nosso trabalho, vamos ao Requerimento nº 121, de 2015.

ITEM 11

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 121, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater "A Fibrose Cística".

Autoria: Senador Paulo Paim

A presente audiência foi requerida pela Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. V. Exª já leu para eu não ter que ler agora.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – De autoria do Senador Paulo Paim, a quem concedo a palavra para o encaminhamento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Realmente, pessoal, é uma situação que merece o maior carinho por parte desta Comissão. Eles pediram muito que nós debatêssemos, até para que as pessoas conheçam realmente o que é a fibrose cística e as preocupações que eles têm.

Devido a isso, eu acatei e espero que façamos aqui um bom debate, para que o Brasil perceba a importância dessa audiência pública e da situação em que se encontram essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assim, concluímos esta participação eventual na Presidência da Comissão, retornando os trabalhos ao Presidente, Senador Paim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k..

Muito obrigado, Senador Telmário Mota. É sempre uma satisfação trabalhar com V. Exª e os outros queridos Senadores.

Vamos agora ao Requerimento nº 126.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se o Senador Hélio José concordar, posso submeter à votação primeiro o da Senadora Regina? (*Pausa.*)

Vamos ao Requerimento nº 122.

ITEM 12

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 122, de 2015 - Não terminativo -

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o apoio da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e Procuradoria da Mulher do Senado Federal, para debater o Dia Nacional da Mulher Negra, que se comemora no dia 25 de julho.

Autoria: Senadora Regina Sousa

A lista de convidados será encaminhada a esta Comissão.

Senadora Regina Sousa, com a palavra.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – A redação não ficou boa. Vamos debater a situação da mulher negra. Elas pediram porque em 25 de julho se comemora o Dia da Mulher Negra, mas as mulheres negras, os movimentos têm uma pauta até novembro, que culminará com a marcha das mulheres negras. Então precisamos debater esse assunto sobre a situação da mulher negra.

Se a situação da mulher já tem problemas, imagine a das mulheres negras. Fiz uma audiência pública na CAS e fiquei estarrecida. Era para debater a redução da mortalidade materna no parto. E fiquei estarrecida ao saber como o Brasil diminuiu de 161 mortes para 60, mas a da mulher negra aumentou. Não tem explicação. Nós temos que buscar as razões disso. Pessoas defendem que há o racismo institucional, que as instituições recebem mal a mulher negra na hora do parto. Então queremos debater esse assunto. Depois enviaremos a lista dos convidados. Isso faz parte da pauta das mulheres negras até novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O dado que V. Exª apresenta, Senadora Regina Sousa, de fato preocupa a todos e mostra a importância dessa audiência pública.

Quer dizer que em relação à mulher negra aumentou, Senadora Regina?

A SRª REGINA SOUSA (Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Aumentou. Abaixou bastante o total. Isso significa que entre as mulheres brancas abaixou. Quase atingimos a meta do milênio. Mas das mulheres negras, o dado individualizado cresceu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Parabéns a V. Exª pela iniciativa.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos agora aos requerimentos do Senador Hélio José.

Permita-me essa liberdade, Senador Hélio José.

A convite de um amigo comum, estivemos num aniversário num dia desses. Creio que foi num sábado, não é? E lá na mesa em que estávamos essa pessoa da Nova Zelândia começou a relatar esses fatos. E V. Exª de pronto teve a ideia: "Olhe, é tão interessante esse tema. Quem sabe a gente faz uma audiência pública?" Eu disse: "Senador! É só encaminhar. Tenho certeza de que a Comissão aprova".

Deixarei que V. Exª discorra agora sobre a sua proposta.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza, Senador Paulo Paim.

Nas reuniões de família, nas reuniões desses grandes eventos é que acontecem grandes diálogos.

Por isso aqui, no Senado Federal, sou um defensor da família, um defensor dos princípios da irmandade. Isso está ficando cada vez mais raro. Precisamos incentivar que as pessoas se confraternizem, que as pessoas consigam dialogar e se reunir para comemorar as datas importantes.

Essa questão desse requerimento que apresentamos... Eu vou até ler a justificação dele rapidamente.

A diversidade está presente nas populações dos países, sejam eles desenvolvidos ou em desenvolvimento, de tradição milenar ou povoados recentemente. Os povos indígenas são primordiais para tal diversidade e contribuíram para as formações das sociedades. No presente, essas práticas sofrem pressão para se integrar a uma cultura majoritária e, por vezes, irrompe em processos que terminam em graves violações e perda de direitos humanos.

Os direitos e a valorização dos povos indígenas têm ganhado relevo no quadro do Direito Internacional. A ONU aprovou, em 2007, a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas e países têm avançado na garantia dos direitos humanos, como a Austrália, onde o ex-Primeiro-Ministro Kevin Rudd apresentou um pedido formal de desculpas aos povos aborígenes e à Nova Zelândia, que promoveu o resgate dos direitos dos Maori. O povo Maori é tão respeitado no país, que é possível ver um contraste fascinante entre os tesouros e arquitetura maori e as construções no estilo europeu, além da língua maori ser, junto com a inglesa, um dos idiomas oficiais do país.

Aos povos indígenas devemos a total observância e respeito aos seus direitos. Sabemos que este é um processo em que a conscientização da sociedade é importante no processo de garantia dos direitos e que o êxito dependerá do grau de comprometimento dos que atuam nesta questão.

É exatamente por isso, Senador, que fizemos questão, no âmbito da nossa Comissão, de fazer esse debate, chamando pessoas como o nosso Embaixador da Nova Zelândia, que mostrou tanta disponibilidade para discutir essa questão.

Esse exemplo de integração dos povos só traz para o nosso País condição de melhoria para essa classe. Na verdade, em 1500, quando chegaram aqui os europeus, quem ocupava estas terras eram povos indígenas. Nós temos que reconhecer as dificuldades com que convive hoje esse povo.

As experiências internacionais de países avançados, como a Austrália, a Nova Zelândia e outros, nos permitem aprofundar esse debate, o que é muito importante. Por isso nós, juntos, estamos apresentando este requerimento e vamos tentar organizar um bom debate a respeito deste tema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José, pela sua sensibilidade.

De fato, o relato que nós recebemos naquela tarde de domingo, mas, na verdade, foi tarde de sábado, aliás, tarde de domingo tem uma canção que fala. Como é a canção? Você sabe?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Essa tarde de domingo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grandes tardes de domingo.

Isso é do meu tempo! Por isso eu lembrei!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Ah, nosso tempo romântico!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As tardes de domingo!

A senhora que nos relatou demonstrou com muita tranquilidade a integração que eles conseguiram fazer entre os aborígenes e o povo, principalmente da Nova Zelândia. Por isso o seu requerimento vai nesse sentido.

Foi uma experiência tão bonita, pelo relato que ela nos fez, e agora vai trazer aqui representantes da Nova Zelândia, que meio que nos apaixonou. Como seria bom se no Brasil fizéssemos algo semelhante para os nossos povos indígenas, não é?

Por isso é que V. Exª de ponto, com a sensibilidade que lhe é peculiar e exemplar, propôs. E eu lhe disse: "Faça o requerimento. Tenho certeza de que a Comissão o aprovará".

Parabéns a V. Exª! Vamos fazer uma grande audiência, com certeza.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Senador.

Se Deus quiser!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Também do Senador Hélio José é o próximo requerimento, em que ele lista uma série de convidados para debater a crise do sistema de saúde em Brasília e no Brasil e apontar novos rumos para a Secretaria de Estado do DF e naturalmente debater o sistema de saúde.

E eu acho que está correto. Às vezes temos a mania, porque nós somos da base e somos a base, de que não se pode debater o sistema de saúde.

Pode debater, sim!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seja privado, seja particular.

Eu fiz inúmeras críticas, por exemplo, aos planos de saúde particulares, porque a gente paga uma fortuna, eu pago para os meus filhos, naturalmente venho de um família pobre. Eu sou Senador, mas os filhos vêm da mesma formação. Eles não têm condição de pagar plano de saúde. Então, eu pago plano de saúde para os filhos e para os netos, até porque é minha obrigação e, se eu tenho plano de saúde pago, eu estou desafogando a fila permanente do SUS. Mas não deixo de acompanhar a realidade do SUS. Como é triste ainda a realidade do nosso sistema de saúde! Isso é real. Claro que melhorou muito. Fizemos muito, mas há muito ainda por fazer. E por que não debater o Sistema de Saúde do DF e também em nível nacional, sempre na busca de darmos a nossa contribuição para aprimorar, avançar, melhorar. Oxalá um dia possamos todos nós usarmos o SUS! Mas aqueles que pode que paguem. Eu não sou contra. Eu pago o meu plano de saúde, como pago o dos filhos. Temos que investir cada vez mais na saúde, que é uma responsabilidade do Estado, dos Governos para que aqueles que não podem pagar tenham o mesmo atendimento.

Eu, por exemplo, passei muito mal em São Luiz do Maranhão, às duas horas da madrugada, no aeroporto. Com todo carinho ao aeroporto, não havia atendimento devido no aeroporto. Eu achei que ia ter um infarte, eu desmaiava e vomitava. Estou dizendo em público isso. Alguém me procurou perguntando-me se eu podia me deslocar até o posto médico. Eu não podia me deslocar. Aí veio uma cadeira de rodas. Depois, a ambulância. Resumo da história: chamaram o Corpo de Bombeiros para me levar para o hospital, onde, devido ao meu plano de saúde, eu seria atendido.

Então, o sistema público de saúde merece, cada vez mais, de nós todos muito carinho e muita responsabilidade. E não tem por que não falar do tema. Parece que, quando a gente fala do tema, pensam: "Ah, está contra o Governo!" Ninguém está contra Governo nenhum. Nós somos a favor. Somos da Base. É como dizer neste momento que não há crise econômica no País. Há, sim. E nem por isso nós temos que lavar as mãos e deixar de ajudar. Por isso que eu cumprimentei a iniciativa do Presidente Renan de apresentar uma proposta para debatermos a crise. Agora cumprimento V. Exª, que quer simplesmente discutir, com especialistas, técnicos das mais variadas áreas, a questão Saúde do DF, mas também em nível nacional.

Parabéns a V. Exª!

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. V. Exª, que já é um brasiliense gaúcho, gaúcho brasiliense, pois já está há tanto tempo conosco nos mandatos de Deputado Federal e nos seus sequentes mandatos de Senador da República e conhece bem essa dificuldade aqui no Distrito Federal.

São vários Governos que passam, entram e saem, e o caos é muito grande. Hoje, na Capital do País, a gente convive com uma situação muito caótica nessa questão, que não é diferente do Brasil. Daí uma questão que perpassa... Estamos convidando aqui o Ministério da Saúde, o Ministério do Planejamento, no caso de Brasília, porque é responsável pelo fundo constitucional que repassa o pagamento da saúde ao DF, as autoridades do DF envolvidas e alguns pensadores, professores e representantes das entidades sindicais. Para isso, vamos promover este debate em dois momentos, uma mesa em um dia, para a gente debater com os presentes, e outra mesa, outro dia, para o mesmo fim.

Como nós sabemos da dificuldade de agenda, vamos tentar agendar naquelas datas de sexta-feira, talvez duas sextas-feiras seguintes no período da manhã, para trazermos para a pauta da discussão esse relevante assunto do DF, em que esperamos dar uma contribuição ao Governo do DF, que é a Capital do País e ao Governo do Brasil, via Ministério da Saúde, no sentido da valorização do SUS. Eu, por exemplo, sofri um acidente de carro que quase me levou a óbito lá em Ceilândia. Eu estava dirigindo, fecharam-me e eu bati num poste. Se fossem 15 cm de diferença, eu teria morrido. Não teria tido salvação, mesmo com cinto de segurança e tudo. Por incrível que pareça, um Engenheiro de 26 anos de CEB talvez iria morrer num choque com um poste. Graças a Deus, eu não morri.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem aquela história em que nadador já morreu na banheira em casa.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Exatamente. Incrível!

Então, graças a Deus, Deus quis que eu estivesse aqui. Fui atendido pelo SUS naquela data, que tive outros pequenos machucados, lá no Hospital de Ceilândia e fui muito bem atendido. Nós temos uma dificuldade grande hoje com relação à saúde, mas nós precisamos ser como o Senador diz: propositivos, construtivos. Precisamos fazer este debate como o que vou fazer aqui, no sentido propositivo para Brasília e para o Brasil.

Quero agradecer a V. Exª pelas palavras. É este o encaminhamento que fazemos para que, breve, talvez na próxima semana e na outra, se as duas sextas-feiras estiverem desocupadas – vejo com V. Exª qual a melhor data –, para transformarmos a nossa Comissão num fórum de debate desse tema tão relevante.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Com a defesa feita pelo Senador Hélio José, submeto o requerimento em votação.

Os Senadores que concordam com o requerimento de audiência pública ora defendido permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Temos o último requerimento de autoria do Senador Hélio José.

ITEM 15

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 128, de 2015

Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater: "Os Desafios da Comunicação Pública e dos Direitos Humanos nas TVs Abertas e por Assinatura e na Banda Larga no Brasil e discutir as providências que devem ser tomadas para sanar os problemas reclamados pela população".

Tem a palavra o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador, como eu sou o Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia e Telecomunicações desta Casa e este assunto e de uma relevância tão grande para a população, principalmente das áreas carentes que hoje escutam essas rádios comunitárias, muitas das quais não têm nem condições de sobrevivência, porque estão num quartinho, jogadas a uma situação difícil, sem nenhum tipo de apoio para funcionar e são os principais meios de comunicação nessas periferias, nas áreas muito carentes de algumas questões.

A questão da banda larga, do processo da universalização dos direitos de participação com a internet é muito importante para todos. Então, nesse sentido, a gente traz este debate sob um viés de visão dos direitos humanos e de acesso e da funcionalidade para discutirmos isto aqui e termos mais subsídios para debater o Marco Legal, a Lei da CCT.

Então, podemos até, depois ou durante a audiência, fazer um convite formal à CCT se esta Comissão quer se integrar a nós, da CDH, neste debate, que eu, por ora, aprovaria como sendo nosso, da CDH, e *a posteriori* eu, como Vice-Presidente, vou falar com o Presidente da comissão da CCT se ele gostaria de se somar conos-

co nessa questão tão importante das rádios e TVs comunitárias para informação, principalmente das camadas mais carentes da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Hélio José! Meus cumprimentos!

Principalmente as rádios e TVs comunitárias precisam de um apoio maior, porque, no Rio Grande do Sul, as rádios comunitárias cumprem um papel fundamental em inúmeras cidades, mas às vezes são fechadas do dia para a noite. Chega a Polícia Federal, faz varredura e fecha, por falta de legalização e formalização definitiva com parâmetros muito claros de funcionamento das rádios comunitárias. Por isso, meus cumprimentos mais uma vez a V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esse foi o último requerimento em pauta.

Assim, concluímos os trabalhos no dia de hoje.

Percebo que o Senador Hélio José tem mais alguma coisa a dizer.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria só agradecer a V. Exª, fazer um breve comentário sobre a questão do requerimento que foi aprovado relativo à violência contra os povos indígenas e parabenizar o Senador Telmário Mota por essa iniciativa. Eu sou casado há 31 anos, e a minha esposa é de um Município chamado Tocantínia, Tocantins, bem próximo de onde vão ser realizadas nossas Olimpíadas Indígenas lá em Palmas. O Município fica mais ou menos a 70km e, nesse Município, há 75% de terras indígenas. É muito importante tratar dessa questão da violência contra os povos indígenas. Então, não queria deixar passar a oportunidade, já que eu não estava aqui no momento, para parabenizar, por essa diligência, o Senador Telmário e V. Exª.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Assim, encerramos os trabalhos de hoje da Comissão de Direitos Humanos.

Está encerrada a reunião.

Que Deus ilumine a todos nós neste momento de crise econômico-social. Mas parece que agora surgiu uma luz no fim do túnel. Que o País avance e saia deste momento difícil que, infelizmente, todos nós estamos atravessando!

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 9 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 19 minutos.)

ATA DA 65ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia dezessete de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença do Senador Paulo Paim e da Senadora Angela Portela. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº111 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre o tema: "O acidente da boate Kiss". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Aldemiro Ferreira, Representante da Multinacional 3M; Armando Henrique, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos em Segurança de Trabalho; Francisco José Antonio da Silva, Representante dos Bombeiros Civis do DF; Jorge Luis Malheiros, Representante do Núcleo Missões de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do Caso Kiss em Santa Maria – RS; Deputado Federal Paulo Pimenta, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados; Dr. Anael Aymoré Jacob, Diretor do Departamento de Políticas Programas e Projetos - Ministério da Justiça; Coronel Alexandre Costa Oliveira, Subcomandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do DF; e Ivan Campos, Presidente do Conselho Nacional de Bombeiros Civis – CNBC. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Marcondes Alves Barbosa, Presidente do Sindicato dos Bombeiros do DF; Luiz Roberto Hagstrom, Vice-Presidente do Sindicato dos Bombeiros civis do Estado de Goiás; e Major Rodrigo Dutra, Diretor da Associação dos Oficiais da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: observar as sugestões e observações que foram expostas pelos convidados, na busca de um entendimento, para aprimorar a legislação, no que tange às medidas de prevenção e combate a incêndios. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e doze minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 65ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 111, de 2015, desta Comissão, de autoria deste Senador e de outros, para debater o tema "O que aconteceu na boate Kiss?"

Uns falam que foi acidente. Os familiares não gostam muito que se use o termo "acidente", porque não foi acidente. Uns falam que foi assassinato, outros falam que foi genocídio, enfim, mas o que aconteceu na boate Kiss para que não venha mais a acontecer.

Repito que esta audiência será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Consequentemente, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do 0800-612211.

Vou fazer uma rápida introdução do tema, porque a nossa audiência pública é na segunda-feira. Ela é transmitida para todo o País, por todo o sistema de comunicação do Senado, pela Agência Senado, pela Rádio Senado e pela TV Senado.

A audiência pública sobre a boate Kiss, no dia 27 de janeiro de 2013, revelou uma notícia da maior gravidade que chocou o País: um incêndio levou à morte centenas de jovens em uma casa de diversões localizada em Santa Maria, interior do meu querido Estado do Rio Grande do Sul. Não tardou para que as autoridades constatassem que uma série de erros, omissões, negligências e descuidos precipitaram o trágico acontecimento, que terminou por vitimar fatalmente 242 pessoas, além de ferir outras centenas. Falhas na documentação

legal, como alvarás de localização e funcionamento, laudo técnico do Corpo de Bombeiros, o chamado Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio, além da vistorias pendentes se somaram aos problemas em relação à planta arquitetônica das instalações, defeitos e extintores, superlotação, falta de treinamento do pessoal da segurança interna.

O incêndio começou por volta das 2h30 da madrugada, quando o vocalista da banda Gurizada Fandangueira usou um artefato pirotécnico impróprio para ambientes fechados. As fagulhas atingiram o teto, revestido por espuma, destinado ao tratamento acústico, mas inflamável. A combustão gerou gases altamente tóxicos, que, ao cabo, foram os elementos químicos causadores das mortes na boate.

Houve omissão, houve descumprimento, houve crime? Tudo isso, nós vamos discutir aqui. Eu não estou prejulgando ninguém. Eu estou relatando fatos, mediante documento que foi construído pela assessoria.

Portanto, é preciso identificar, punir os responsáveis. Eu espero que a Justiça cumpra a sua parte. Por outro lado, a verdadeira comoção nacional ensejou uma série de iniciativas legislativas, com o objetivo de dar respostas e que, de fato, não contava com uma legislação moderna, uniforme, solidificada dentro dos padrões que a segurança exige.

Divertir-se em casa noturna no Território Nacional ainda hoje é muito arriscado. As imprecisões e as brechas nas próprias leis estaduais permitem que tais empresas operem com base em liminares judiciais, o que gera insegurança e dá margem à ocorrência de outras tragédias ou fatos que levem ao assassinato em massa de pessoas, como esse.

Grupos de proprietários dessas casas noturnas e de *shows* têm exercido um *lobby* muito forte aqui, no Congresso. Podem acreditar nisto! Eu sou testemunha. Comigo, não cola nada. Eles sabem que, comigo, não adianta nem para lá, nem para cá. Eu quero é a aprovação de uma lei dura, firme, que combata esses atos criminosos. Mas eles trabalham no submundo aqui e os projetos não avançam. Então, não tem essa! Nós vamos votar o projeto, queiram ou não queiram.

Esta audiência pública aqui é a última audiência que eu faço. Já fiz duas ou três audiências, se não me engano, em Santa Maria – os familiares estão aí e podem confirmar –, já provoquei audiência em Porto Alegre... Esta é a terceira audiência. Porque alguém sempre diz que não dá para continuar como está. Eu entendo assim. Todos nós queremos uma lei mais firme, mais perfeita e mais dura possível, mas nós temos que ter uma posição definitiva. Então, a minha intenção, depois desta audiência pública... Claro que vamos acolher aqui – por isto, estamos fazendo a audiência pública – a opinião, a impressão de todos vocês que estão aqui, que são mais conhecedores do tema que eu, mas, no final, nós vamos ter que partir para a votação da matéria aqui, no Senado. Não é justo com o Brasil, não é justo com os familiares, que, claro, não terão seus filhos de volta, pelo menos, como alguém me disse hoje, esse fato da maior gravidade, que tirou a vida de centenas de jovens, não contribua para que haja uma lei que não permita que outros fatos como esses voltem a acontecer.

Como eu dizia, tentam impedir a rápida tramitação de projeto de lei que contrarie seus interesses. Estou me referindo aos *lobbies* de grandes *shows* de espetáculo. Contudo, os familiares das vítimas de Santa Maria, assim como toda a população brasileira, querem, anseiam por uma legislação nacional abrangente, rigorosa e boa, boa para combater o crime, capaz de prevenir infortúnios como o que ceifou a vida de 242 jovens há mais de dois anos e meio.

Eu estou profundamente comprometido com essa causa. Não vai ter *lobby* que consiga trancar o meu parecer. O parecer será feito, será votado e, espero, transformado em lei.

Eu estive lá na cidade e conversei com os familiares das vítimas. Produzimos uma série de documentos. Fui Relator do projeto da comissão especial do Senado. Para que não ficasse cada um apresentando um projeto e, às vezes, querendo faturar em cima da fatalidade, do fato acontecido, eu não apresentei projeto; fiz meu relatório e o encaminhei tranquilamente para a Câmara dos Deputados, para que o projeto da Câmara, que estava mais avançado, fosse concluído e eles aproveitassem o trabalho que nós construímos no Senado. Assim a Câmara fez. Remeteu o projeto para cá. Aqui, fui Relator nesta Comissão e dei, de imediato, parecer favorável na Comissão de Direitos Humanos para que o projeto andasse. Ele foi para a CCJ. Lá na CCJ, onde nós queríamos dar, então, a contribuição final, assumi a relatoria. O projeto estará pronto para ser votado depois desta audiência pública. Se não, não teria razão esta audiência pública. Então, depois desta audiência pública, nós vamos provocar a CCJ e o Plenário para votarem de forma definitiva essa lei.

Essa lei, para mim, não pode esperar, vamos exagerar, o máximo, que é 21 de setembro, início da primavera, que lembra flores e lembra a vida na sua essência e faz com que a gente lembre os jovens que tiveram, de uma forma ou outra, suas vidas ceifadas.

Quero dizer, inclusive, que convidamos a Deputada autora do projeto na Câmara para estar aqui hoje.

Aplaudimos a sua iniciativa, que vai no mesmo espírito daquilo que eu tenho falado aqui, mas, infelizmente, por conta de compromissos assumidos no Estado, ela não pôde comparecer.

O PLC nº33, de 2014, é uma peça construída na Câmara dos Deputados e que quer proporcionar diretrizes para Estados e Municípios elaborarem, revisarem e terem um norte em nível nacional. A meu pedido, tramitou em regime de urgência, e não tenho medido esforços, incluindo constantes conversas com o Presidente Renan Calheiros, para que a tramitação enfim aconteça, e tenhamos uma lei nacional.

Há ainda uma série de outras propostas apresentadas. Independente disso, pessoal, não dá para cada um querer apresentar um projeto sobre esse tema. Aí, não vamos chegar a lugar algum, numa disputa de quem é o projeto. Sou daqueles que entende que deve prevalecer o projeto mais antigo.

O projeto mais antigo é o da Câmara dos Deputados, já foi lá aprovado e está aqui. Ou ele é aprovado como está, ou são feitas as devidas adequações, volta para a Câmara que o aprova e manda para a Presidenta. Esse é o caminho que temos de trilhar neste momento nesta Casa.

Por isso, agradeço a todos os convidados que, gentilmente, cada um, claro, na sua visão... Uns, com sentimento natural, que são os representantes dos jovens que lá morreram; outros, com emoção, mas também com a razão, como eu falava aqui com um representante dos familiares. Mas também há técnicos e especialistas no setor, o que eu não sou. Sou apenas um Senador que tem de ter uma visão, claro, meio generalista de todos os temas, mas sempre com o cuidado de que prevaleça um projeto de lei embasado na técnica e na competência daqueles que construíram a redação. Naturalmente, é o nosso papel como legislador.

Nesse sentido, vamos fazer duas mesas e, depois, como sempre faço, darei a palavra ainda a três ou quatro convidados do Plenário que queiram fazer algum tipo de comentário, independente de ser a primeira ou a segunda Mesa. Aqui não há hierarquia de valores, de competência,com mais privilégio para um ou para outro. Dividimos em duas Mesas para que façamos o bom debate e saiamos daqui todos com uma redação propositiva que nos ajude a agilizar essa lei tão importante que pode salvar milhares e milhares de vidas.

Convido para a Mesa o Dr. Adelmiro Ferreira, representante da multinacional 3M.

Convido o Dr. Jorge Luis Malheiros, representante do Núcleo Missões de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do Caso Kiss, em Santa Maria, que tem contribuído de forma muito firme e muito clara, não só com emoção, como me dizia hoje, mas também com a razão, para desse projeto.

Convido o Sr. Armando Henrique, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos em Segurança do Trabalho.

Convido o Sr. Francisco José Antonio da Silva, representante dos bombeiros civis do DF. Uma salva de palmas para toda a Mesa. (*Palmas.*)

Informo que, na segunda Mesa, cada um terá o tempo de dez minutos, com mais cinco. Claro que a Presidência não será muito dura quanto ao tempo, mas vamos apelar a todos para que usem o seu poder de síntese.

Para a segunda Mesa, para que fiquem a postos: Dr. Anael Aymoré Jacob, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos do Ministério da Justiça; Dr. Ivan Campos, Presidente do Conselho Nacional dos Bombeiros Civis (CNBC); e também o Coronel Alexandre Costa Oliveira, Subcomandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do DF.

Então, vamos, de pronto, iniciar esta audiência. Já fiz aqui uma introdução, levantando as minhas preocupações.

Passo a palavra ao Sr. Aldemiro Ferreira, representante da multinacional 3M, que me visitou aqui e disse que tinha uma série de considerações a fazer no intuito de ajudar a redação final do projeto.

Disse a ele que nada melhor do que na audiência pública.

Dez minutos, com mais cinco, se necessário.

O SR. ADELMIRO MENDES FERREIRA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador e todos os presentes.

Bem, então, vamos a uma apresentação na sequência. Rapidamente, vamos falar um pouco sobre as tecnologias para combate a incêndio, fazendo algumas analogias e parâmetros com relação àquilo que aconteceu em algumas tragédias, principalmente a da boate Kiss.

Quero falar da minha participação em alguns eventos, a minha experiência em alguns incêndios, como representante da Universidade do Texas em operações de combate a incêndio e alguns prêmios conquistados nestes 36 anos de experiência na área de incêndio.

Com relação à 3M, esta multinacional foi criada nos Estados Unidos há 112 anos; e há 68 anos, no Brasil. É uma empresa com um filosofia bastante focada em tecnologias diferenciadas, com o objetivo de salvar vidas. Ela adquiriu alguns prêmios, como a empresa mais inovadora em 2013 e 2014.

O objetivo dessa apresentação rápida é evitar que tragédias humanas, envolvendo incidentes com fogo, voltem a ocorrer – penso que isso faz com que todos estejam presentes no dia de hoje –, por meio de estímulo da cultura e prevenção de incêndios.

O reconhecimento de uma lei que use todas as tecnologias seguras disponíveis para evitar, minimizar ou fazer com que a prevenção aconteça e não termos tragédias dessa natureza.

Relembrando, nós sabemos basicamente o que aconteceu em Santa Maria, oriundo desses três elementos que dá origem ao fogo, para que aqueles que não estão familiarizados, estamos falando da base que inicia o fogo. Sabemos que, para a extinção do fogo, é preciso remover um desses elementos. Aí, há um ponto bastante significativo, porque, quando falamos em remover um desses elementos, podemos cair no erro de estar removendo o elemento essencial à vida, que é o oxigênio.

Então, hoje, o nosso foco é falar de tecnologias importantes, que atendam às necessidades das pessoas e à vida propriamente dita.

Aqui, há um retrospecto importante, que dá para fazer um comparativo, quando falamos de tecnologias diferenciadas. Estamos citando de tecnologias usadas convencionalmente no Brasil, mas, se olharmos a última linha, vemos que temos tecnologia que atende a todos os requisitos importantes, e que não muito difundidas no Brasil infelizmente. São considerados os agentes químicos, que tem como poder salvar vidas e proteger o patrimônio em segundo plano. Primeiramente, nós pensamos nas pessoas.

Tipo de sistema de proteção ativa no Brasil hoje para combate a incêndio. Como os agentes de extinção de incêndio, eles são instalados nas edificações: são hidrantes, *sprinklers*, sistema fixo para combate, como gás inerte e CO^2, e agentes químicos e sistema fixo de combate pouco difundido no Brasil.

Tipos de tecnologia utilizada para a proteção e combate a incêndio e confinamento do fogo utilizadas no Brasil, proteção ativa e proteção passiva.

Proteção passiva contra incêndios são técnicas construtivas que utilizam materiais resistentes, que evitariam uma tragédia como aquela da boate Kiss. Se fosse uma tecnologia passiva, consequentemente, não teríamos aquele incêndio, mesmo que tivesse sido estartado por aquele fogo de artifício.

Proteção ativa são sistemas fixos. Depois de um incêndio iniciado, há aquele tipo de tecnologia que fará o combate, extinguindo a chama, sem danificar bens materiais, preservando a vida das pessoas, como agentes químicos hoje utilizados e que infelizmente são regulamentados por normas internacionais.

Gostaria que se passasse o vídeo.

Penso que muita gente teve a oportunidade de ver na mídia esse incêndio na Pemex. Ele fez 26 vítimas fatais, mas tinha um potencial para muitas vítimas, um número incalculável, e a razão de isso não ter acontecido foi o fato de todo o sistema da Pemex era construído com proteção passiva.

Então, os danos maiores foram minimizados. Vidas foram preservadas graças à proteção passiva.

Os senhores terão a oportunidade de ver uma explosão de grande porte, em que o calor irradiante fez diversas vítimas nas proximidades, com uma área de alcance muito grande. Mas por que mostrar esse vídeo, por um outro ângulo agora? Um tanque explodiu, mas os demais tanques, todos eles, tinham proteção passiva no seu sistema de controle. Por isso, foi possível fazer a transferência do material, sem que esse incêndio perdurasse por muito tempo, mostrando, com isso, o quanto é importante ter uma proteção passiva no seu sistema.

Voltando a um ponto da boate, se tivéssemos lá instalações com proteção passiva, não teríamos aquele incêndio estartado. Pedimos a nossa legislação hoje que olhe com bastante foco nesse ponto, porque, com certeza, muitas tragédias já teriam sido evitadas.

Por favor, feche o vídeo.

Aqui, mostramos alguns exemplos práticos felizmente instalados no Brasil. Temos, ali, na imagem da esquerda, uma proteção passiva numa grande sala elétrica. Aquela parte branca, onde estamos apontando a seta, mostra que, se houver um incêndio no interior dessa sala, ele não sairá, porque esse material aplicado nesses cabos elétricos suporta 4 horas de chama. De fora para dentro, isso também é verdadeiro. Se tivermos um incêndio que possa adentrar uma sala, ele vai suportar 4 horas de chama até que o bombeiro chegue, até que equipes especializadas cheguem e façam o controle do incêndio, impedindo que grandes salas, ocupadas por pessoas, tenham sido tomadas pelas chamas.

Aqui é uma sala também com proteção ativa, onde temos sistema de agentes químicos, demonstrados nesses dois cilindros, que, ao ser descarregado, não tem nenhum impacto negativo na vida humana.

Então, são sistemas, hoje, utilizados na Europa, nos Estados Unidos e também no Brasil. Apenas falta legislação no Brasil, para que isso seja regulamentado de forma federal, não por cada Estado, com suas particularidades.

Aqui, mostramos comparativos de agentes químicos com os gases inertes, convencionais no Brasil hoje, onde a resposta testada em laboratório nos Estados Unidos, onde o agente químico tem uma rápida ação de dez segundos, conseguindo entrar no ambiente e fazer a extinção do fogo, e a norma testada em laboratório americano, enquanto os nossos sistemas convencionais levam pelo menos três minutos para serem descarregados. Quem trabalha com emergência sabe três minutos é um tempo exorbitante em termos de salvar vida.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos.

O SR. ADELMIRO MENDES FERREIRA – Aqui, então, são as situações dos agentes químicos no mundo. São regulamentados pela Norma NFPA 2001, na sua última versão de 2012.

Aqui, gostaria de mostra um vídeo de um agente químico.

Pode mostrar o primeiro.

Quando se fala em agente químico, às vezes, as pessoas ficam assustadas, mas aqui temos a demonstração de um agente químico. São quatro velinhas em chamas, só para termos uma ideia de como o agente químico entra na cadeia de incêndio.

Na verdade, ele faz a remoção do calor, e não a remoção do oxigênio. Basta abrir aquele recipiente que eu tenho a chama apagada, sem nenhum problema, sem usar o fluído. Apenas o vapor do fluído já provoca a extinção do incêndio, com a maior rapidez possível.

No segundo vídeo, mostramos na conversa com o Senador, o agente químico também pode proteger museus de artes, salas de controle e grandes bibliotecas, em que são armazenados documentos e artigos valiosos, sem danificar celulose, tecido ou papel, como nessa demonstração. O material é à base de água. Se eu colocar na água, ele vai ser danificado, mas eu posso mergulhá-lo no agente químico. Grandes museus da Europa, a biblioteca do Senado americano e outros grandes museus já o utilizam. As obras de arte não sofrem nenhum dano quando você faz uma descarga do produto químico. Podem observar que ele não molha o tecido, ele apaga o fogo sem molhar o tecido ou o papel. O guardanapo ali está preservado, da mesma maneira como ele preserva a vida.

Pode passar.

Aqui, os impactos ambientais. Esses agentes químicos não oferecem nenhum impacto ambiental. Preservam a vida e o meio ambiente, não deixam resíduos, não danificam equipamentos eletroeletrônicos e são a mais nova tecnologia em substituição ao halon, que foi banido por danos ambientais e danos à vida.

E a nossa contribuição em relação ao PLC 33/2014. Existem alguns pontos críticos. Como temos acompanhado, no Brasil como um todo, hoje, para que se conceda um AVCB (Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros), deve haver água em qualquer ambiente. Nós sabemos que água nem sempre apaga fogo, e, quando apaga, danifica bens materiais. Há o reconhecimento de outras tecnologias, como proteção passiva, a fim de que seja utilizada e mantenha os ambientes seguros, protegendo a vida.

Os custos humanos e monetários afastam a sociedade das mais eficazes soluções existentes para o combate a incêndios e oneram as entidades, que, além de terem que utilizar água, devem ter também um sistema de proteção por agente químico para atender a legislação atual.

E aqui os três pontos que sugerimos como contribuição: reconhecer o uso de agentes químicos para combate a incêndios, além das tecnologias já admitidas; proibir o uso de tecnologias de prevenção e combate a incêndios que coloquem em risco a vida das pessoas e o meio ambiente; e apoiar os arts. 8º e 9º, que versam sobre educação e capacitação sobre prevenção e combate a incêndio.

Essa era a nossa contribuição, no sentido de fazer com que uma lei federal olhe com bons olhos os agentes químicos, que têm como função preservar a vida e o patrimônio. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Eu queria convidar para a Mesa o Deputado Paulo Pimenta e dizer que ele foi a pessoa que, logo após o projeto ser aprovado na Câmara, me procurou e pediu que eu relatasse o projeto. E eu assim o fiz. Já aprovei, como eu dizia na abertura, Deputado Paulo Pimenta, aqui na Comissão de Direitos Humanos. Está na CCJ, pronto para ser votado. Inúmeros setores me procuraram, e esta é a nossa última audiência pública, como já falei na abertura. Nós vamos nos encaminhar para votar o projeto. Portanto, é muito importante a presença aqui do Deputado Paulo Pimenta, que foi quem presidiu a comissão que elaborou o projeto que veio da Câmara para cá. Ele dará aqui a sua contribuição.

E naturalmente vai expressar o seu ponto de vista sobre esse tema que é tão importante para todos nós.

O Deputado fala no momento em que entender mais adequado.

Como é de praxe, na minha Comissão, Deputados Federais e Senadores falarão sempre no momento que entenderem mais adequado.

Passo a palavra agora ao Sr. Armando Henrique, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

O SR. ARMANDO HENRIQUE – Bom dia, Senador Paim, nossos companheiros da Mesa e os interessados por essa causa tão importante que são as tragédias envolvendo vidas de milhares de pessoas.

Eu gostaria, Senador, de tecer aqui um preâmbulo histórico, porque sabemos que tecnicamente nós temos vários estudos convergindo, divergindo, e fico muito contente em saber que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados estão empenhados nessa causa. Acho que isso nos remete à esperança de um futuro melhor.

Eu gostaria de lembrar o nosso companheiro Jorge Luís Malheiros, que é o representante das vítimas da boate Kiss, que acho que ninguém mais do que ele e tantos outros pais, mães e familiares sabem o que significa perder um familiar de uma forma tão estúpida como essa.

Senador, eu puxei aqui, dentre as dezenas de tragédias no Brasil envolvendo acidentes e matando pessoas, alguns casos que me chamaram atenção.

A começar por um circo em Niterói, Rio de Janeiro, em 1961, onde morreram 503 pessoas, numa situação absolutamente previsível. Na verdade, essa tragédia do circo do Rio de Janeiro foi uma sabotagem e um incêndio criminoso como muitos a que a gente assiste por aí nas tragédias que a gente tem conhecimento.

Depois, nós tivemos, no dia 24 de fevereiro de 1972, no Edifício Andraus, em São Paulo, um incêndio que ficou famoso no Brasil e no mundo pela proporção e pela quantidade de vítimas que provocou. Ou seja, morreram muitos trabalhadores, na verdade 16, e visitantes, e contabilizamos 330 feridos nessa tragédia.

Depois vem, em 1974, o incêndio do Edifício Joelma, que foi inclusive responsável por um filme que foi muito rodado no Brasil, que é o Inferno na Torre. Esse incêndio vitimou 188 pessoas e feriu 345 brasileiros.

Depois nós tivemos no Rio Grande do Sul, na Loja Renner, uma grande tragédia também, um incêndio que vitimou 41 pessoas fatalmente e mais 60 pessoas ficaram feridas.

Depois, em 17 de fevereiro de 1986, no Rio de Janeiro, nós tivemos um incêndio no Edifício Andorinhas, que também resultou na morte de 23 pessoas e 40 pessoas ficaram feridas.

Em 20 de junho de 2000, numa creche em Uruguaiana, Rio Grande do Sul, ironicamente o Estado em que ocorreu a tragédia de Santa Maria, nós tivemos também um incêndio em que crianças dormindo morreram.

Em Belo Horizonte, em 24 de novembro de 2001, no Canecão, houve um incêndio também que destruiu o Canecão e vitimou dezenas de pessoas com mortes e ferimentos.

Agora, o foco desta audiência pública, que é a boate Kiss. Neste momento, nós estamos rezando e chorando por Santa Maria. E até quando isso vai acontecer?

Eu gostaria de fazer aqui uma síntese do que ocorre, na verdade, no Brasil com relação aos acidentes. Isso porque sou Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho. Nós somos 330 mil técnicos em segurança e trabalhamos lado a lado com os bombeiros civis e bombeiros militares. Ou seja, Senador, nós somos um exército de prevencionistas no Brasil, só que não nos deixam trabalhar, não nos deixam fazer prevenção. Por quê? Porque o Brasil alimenta, historicamente, a cultura da tragédia e, lamentavelmente, não se vê muito empenho para difundir a cultura da prevenção. Enquanto houver essa conduta de governo, essa conduta social, essa conduta empresarial, nós vamos nos limitar a manter a postura de contar vítimas e de lamentar as mortes de entes queridos.

De tragédia em tragédia, a história se repete. O que acontece após as tragédias, os acidentes de grandes repercussões, é subestimar a inteligência de qualquer cidadão de bom senso.

Vejamos, em todos os grandes acidentes, os argumentos das autoridades se repetem exatamente de forma igual, ou seja: "Foi fatalidade", "Somente os laudos esclarecerão as causas", "Daremos toda assistência psicológica e assistencial às famílias". Foi assim na morte do nosso querido Ayrton Senna; nas sete mortes na construção dos estádios da Copa do Mundo; no caso dos dez trabalhadores mortos no desabamento de um prédio em São Mateus, em São Paulo; no incêndio da boate Kiss, no Rio Grande do Sul. E não se comenta que o acidente acontece onde a prevenção falha. Há total falta de cultura prevencionista. E só se faz prevenção com comprometimento, informação e investimento. O resto é politicagem e desvio de foco.

Outros exemplos: a explosão de uma academia de ginástica em São Bernardo do Campo, com 300 mortos, e de uma mina de carvão no Egito e outros. Em todos os casos, a tragédia serve para mexer com o brio dos que têm poder de transformação, a exemplo da Fórmula 1, que mudou todas as regras de concepção dos carros de Fórmula 1.

No caso dos mineiros do Chile, provocou uma revolução prevencionista naquele país. E, no caso do Brasil, é comum a promoção de atos heroicos de retirada de cadáveres de debaixo de escombros do que obter investimentos na prevenção e na promoção das boas práticas prevencionistas. Estamos sujeitos a um sistema que sequer faz contagem real das vítimas de acidentes e adoecimentos.

Recentemente, o IBGE começou a realizar estatísticas e nos revelou que os acidentes de modo geral, que incluem tragédias e acidentes com incêndios, são no mínimo quatro vezes mais do que o que é contabilizado pelo nosso sistema de contagem de vítimas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Mais cinco minutos.

O SR. ARMANDO HENRIQUE – Portanto, eu entendo que nós temos as ferramentas na mão. O que falta, na verdade, é a união de esforços e a ação integrada entre as partes interessadas para que consigamos convergir as ações usando essas ferramentas.

E vou citar, Senador, um exemplo muito prático. Existem algumas gestões de bons resultados, como foi mostrado aqui pelo nosso companheiro da 3M, mas são casos isolados.

Nós temos em grandes empresas boas gestões, bons *cases* de prevenção. Mas temos, no Brasil, hoje, 4,5 milhões de empresas que empregam gente ou algumas centenas de casas de espetáculos que concentram grande quantidade de usuários, e que não têm sequer uma gestão de prevenção.

Nós lamentamos que, hoje, as nossas escolas de formação, da pré-escola ao doutorado, até hoje não tenham tido a *expertise* de inserir no sistema de ensino a cultura prevencionista. Então, companheiro Jorge, infelizmente, se a gente não for à raiz do problema, que é combater as tragédias a partir da origem das tragédias, vamos continuar apagando incêndios de grandes proporções e salvando quem puder; vamos continuar contabilizando as nossas vítimas.

Nesse sentido, eu acho que devemos aqui ressaltar um Decreto presidencial da Presidente Dilma, que instituiu a Política Nacional de Prevenção de Acidentes. Essa política tem duas variáveis fundamentais para revertermos essa situação e trabalharmos com base nesse decreto presidencial. Primeiro, a inserção da disciplina, no sistema de ensino, focado na prevenção dos acidentes. Segundo, Senador, aí eu acho que entra muito bem o Parlamento, é promover a harmonização da legislação prevencionista, porque sabemos que cada Município, cada Estado, tem uma legislação específica de incêndio. Eu acho que não dá para conviver com uma situação como essa. O material que pega fogo em Manaus também pega fogo em Brasília, em qualquer parte do Brasil. A maneira de extinguir esse incêndio também não diverge muito.

Então, essa vaidade de não haver esse esforço concentrado para convergir essas leis nos faz perder muitas energias desnecessariamente. O resultado é o que nós conhecemos.

Portanto, agradeço a oportunidade de participar desta audiência pública. Espero que a boate Kiss sirva de exemplo para o Brasil e para o mundo no sentido de promovermos definitivamente ações de prevenção.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Armando Henrique, Presidente da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho.

De imediato, passamos a palavra ao Sr. Francisco José Antônio da Silva, representante dos Bombeiros Civis do DF.

O SR. FRANCISCO JOSÉ ANTONIO DA SILVA – Sr. Senador, bom dia. Bom dia a todos, autoridades, parlamentares, bombeiros civis e militares, demais convidados. Eu vou falar especificamente de Brasília, a pedido da Associação Nacional dos Bombeiros Civis. Vamos fazer aqui um breve estudo de caso de como anda a segurança por aqui também.

Em 2005, nós tivemos um incêndio no INSS que, graças a Deus, aconteceu por volta das 6h da manhã, o que ocasionou somente prejuízos ao patrimônio público, que à época foram calculados em torno de R$10 bilhões. Então, naquela edificação não existia brigadista fazendo a segurança.

Em 2009, evoluímos e o Presidente Lula sancionou a Lei nº 11.901, que regulamentou a profissão de Bombeiro Civil em todo o Território Nacional. Isso foi um marco na segurança contra incêndios no nosso país.

Avançamos para 2010 já com um projeto de lei, que tramitou na Câmara e no Senado, tentando mudar essa nomenclatura para brigadista. À época, nós entendemos que seria a mesma coisa de se chamar o médico de curandeiro. Esse PL passou pelas Casas e seguiu para a Presidente Dilma que, sabiamente, vetou, reconhecendo mais de 1 milhão de trabalhadores que laboram nessa área diretamente.

Andando nessa linha, em 2011, o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal aprovou a Norma Técnica nº 007, de 2011, que regula toda essa questão profissional de formação no Distrito Federal. Infelizmente, não fomos contemplados com a nomenclatura de Bombeiro Civil, como manda a lei federal.

Tivemos, na sequência, a boate Kiss, essa tragédia que marcou muito o nosso País.

Eu gostaria de passar o eslaide. Obrigado.

Então, aqui, no Distrito Federal, nós temos esse departamento, o Deseg, que é responsável pela execução da política e diretrizes de estratégias relacionadas à segurança contra incêndio e pânico. O Decreto nº 21.361 deu todas as atribuições ao Corpo de Bombeiros para isso.

Isso aqui é um breve relatório que foi divulgado pelo Corpo de Bombeiros, no seu próprio *site*, recentemente, fazendo um comparativo dos trabalhos que foram executados, de julho de 2014 e julho de 2015. Então, não ficou muito claro ali, mas existem dois itens que são as vistorias que são feitas a pedido, que, em julho de 2014, eram 45, e em julho deste ano, foram 23. Vistoria por denúncia, que são casos, aqui, no Distrito Federal, em que a gente conta muito com a fiscalização do Corpo de Bombeiros para salvar vidas mesmo. São saídas

de emergência obstruídas, falta de brigadistas e bombeiros civis nas edificações. Então, do ano passado, foram 23 e, este ano, foram só 13.

De uma forma geral, olhando todos os itens na sequência, em julho de 2014, fazendo um comparativo, nós tivemos 1.452 vistorias e, nesse mesmo ano, 570 apenas. A gente não sabe o motivo por que essas histórias diminuíram, a gente também não sabe explicar o motivo por que postos de bombeiros civis, aqui, no Distrito Federal, estão sendo diminuídos.

Então, recentemente, nós tivemos uma perda de 26 bombeiros – só um exemplo – foram 26 bombeiros civis demitidos do Ministério da Fazenda. Um desses bombeiros civis já estavam lá, um de nossos companheiros, há 12 anos. Ninguém sabe explicar por que: se existia um risco de incêndio, se é a mesma população, por que hoje começa a se demitir esses bombeiros?

Nós temos aqui, com base nessa mesma norma, um plano, o PPCI, que para todas as edificações, públicas e privadas, tem que se ter um plano desse, que é feito por um engenheiro de segurança do trabalho, ou um oficial aposentado do Corpo de Bombeiros, que seria o nosso supervisor, aqui no âmbito do Distrito Federal.

Quando esse plano não é bem seguido, dimensiona todos os procedimentos que serão feitos na situação de emergência. Quando ele não é bem seguido, também dimensiona a quantidade de bombeiros que tem que haver, com base nessa norma. Só sobra para a gente, como falou o nobre colega ali, contabilizar os mortos.

Então, o que mais marca, para nós, aqui, no Distrito Federal, que somos uma referência, na América Latina, no tratamento de queimaduras, através do HRAN... Fomos juntos ao Ministério da Saúde, levantamos um estudo, então, 91% das queimaduras ocorrem em criança. Ao contrário do que a gente pensa, que são as grandes tragédias que estão vitimando as nossas crianças, nossos filhos, na verdade, esses acidentes acontecem em casa, por uma falta de cultura, como o colega disse, a gente precisa investir, potencializar na educação, no ensino fundamental, para que nossas crianças já saibam os riscos que correm.

Então, esse é o resultado de um tratamento doloroso que marca a vida das pessoas, e as vítimas são as crianças. Marca a pele, marca o psicológico. E não tem mais volta.

Então, aqui temos, como o colega Adelmiro disse, os quatro elementos que provocam o fogo. Para isso nós também temos um triângulo da vida, e a gente veio hoje aqui também para falar de vida e leis que vão promover a vida, por muitos e muitos anos, aqui no nosso País.

Aqui, no Distrito Federal, os bombeiros civis trabalham com 90% de prevenção, 5% seriam combater o incêndio, 5% seriam salvar uma vida. Então, se nós fizermos bem esse papel, aqui, nós não mais falaremos de tragédia no nosso País. Isso parte já começando no cumprimento das leis que já existem. Nós temos leis, temos ABNT, se cumpríssemos o que já está lá, nós conseguiríamos mudar esse cenário.

Como exemplo, Senador Paulo Paim, do que ocorre aqui, no próprio Senado e na Câmara dos Deputados, onde licitamos o contrato de bombeiros civis, de profissionais bombeiros civis. E, hoje, aqui, há brigadistas trabalhando. Até na farda, está escrito "brigadista".

Então, a gente tem de pensar sobre isto: por que o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal ainda não reconheceu uma lei federal? Por que somos obrigados a andar com essa nomenclatura, sendo que essa lei já foi debatida? Ainda aguardamos a boa vontade. Fizemos uma reunião com a Associação Nacional dos Bombeiros Civis, com o Deputado Augusto Carvalho e com o Comando-Geral do Corpo de Bombeiros. Conversamos com o Coronel Hamilton e estamos esperando, há três meses, uma resposta sobre a questão da nomenclatura, o que é muito básico e muito importante.

Vamos pedir bom senso, no sentido de que, se contratamos bombeiros civis para estas duas Casas, não podemos trabalhar mais como brigadistas. E o Corpo de Bombeiros não faz credenciamento de bombeiro civil, não fiscaliza o bombeiro civil. Então, como vamos continuar?

O incêndio vai acontecer mesmo, como o acidente. Eu também sou técnico de segurança do trabalho. Estamos concluindo a primeira pós-graduação em Segurança contra Incêndios, que veio de São Paulo. A gente está vendo isso com muito bons olhos aqui, em Brasília. A primeira turma está concluindo agora o curso. E vamos somar mais neste mercado do Distrito Federal.

Quanto à nossa contribuição para esses projetos que estão tramitando, é preciso que haja uma padronização nacional, começando pela formação. Necessitamos de um técnico em prevenção contra incêndio, necessitamos de especializações na área de Engenharia e, principalmente, precisamos potencializar a questão do dimensionamento, porque, hoje, há uma confusão grande. Precisamos potencializar o dimensionamento nessa lei: quantos bombeiros tem de haver numa edificação pública e privada? Vamos calcular isso pelo risco de incêndio, pela quantidade da população fixa e flutuante? Precisamos pensar nisso e colocar isso nesse projeto. E o mais básico de tudo, o mais importante é que precisamos educar nossas crianças. Essa cultura no nosso País tem de mudar.

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO JOSÉ ANTONIO DA SILVA – Seria só isso.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi o Sr. Francisco José Antonio da Silva, que falou pelos bombeiros civis do DF.

Agora, vamos ouvir a palavra do representante do Núcleo Missões de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do Caso Kiss, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, o amigo Jorge Luis Malheiros, que, mais uma vez, está aqui conosco, como esteve em todas as audiências públicas que foram realizadas.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Após a apresentação de seu vídeo, com a palavra neste momento o Sr. Jorge Luis Malheiros, representante, repito, do Núcleo Missões de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do caso Kiss, em Santa Maria. Parabéns pelo vídeo, que emocionou não somente aos que aqui estão como também ao Brasil todo, que viu a emoção, o sentimento que você e a equipe, com muita competência, demonstraram aqui na tela.

Está com você a palavra.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Senador, antes de mais nada, gostaria de pedir ao senhor que compreenda se eu me estender um pouco no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está assegurado.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Eu estou viajando desde sábado à noite para chegar aqui. E aqui estou porque a sociedade me trouxe até aqui. Eu não venho até aqui com dinheiro de empresa nenhuma, foi a sociedade que me trouxe até aqui, que colaborou para que eu chegasse aqui.

Desde 2013, desde o fato, venho lutando por isso, junto com essas famílias, para que a gente realmente faça de Santa Maria um marco de mudança deste Brasil. Agradeço e saúdo a todas as autoridades que estão nesta mesa e a todas as autoridades e pessoas presentes conosco.

Entendemos que é preciso produzir mudanças sérias e comprometidas com a sociedade a partir do que aconteceu na Kiss, em Santa Maria.

Nós formamos esse núcleo logo após a tragédia porque, na nossa região, foram várias famílias. Só na minha cidade foram oito famílias. E nós precisávamos, no início, encontrar alguém para poder abraçar e entender o que estava acontecendo, e nos ajudar mutuamente. E, depois, a partir daí, fomos entendendo a necessidade de que isso tudo fosse esclarecido, que tudo isso fosse devidamente posto à verdade sobre tudo o que aconteceu e por que aconteceu, lá em Santa Maria.

Não como uma forma de caça às bruxas nem de penalizar ou condenar alguém em função disso, mas que as responsabilidades e os responsáveis aparecessem, em relação a tudo isso. E que a profundidade de tudo isso servisse para que as nossas legislações, que estão sendo trabalhadas aqui, realmente trouxessem, na sua plenitude, uma abrangência profunda e que, realmente, significasse que, daqui para frente, nenhuma família mais tivesse que passar por tudo o que essas famílias estão passando.

Quem convive, diariamente, com essas pessoas, como eu convivo, com sobreviventes e com pessoas que lutam, como o pessoal de Santa Maria, da AVTSM, que têm lutado incansavelmente também, junto conosco, a gente sabe o quanto é dolorido, o quanto é difícil para essas famílias.

E eu gostaria que vocês entendessem, vocês que estão trabalhando para construir essa lei, que se para vocês, às vezes, é difícil ouvir tantas reclamações, imagine como é para essas famílias que perderam os filhos e que veem, muitas vezes, isso tudo ser jogado no lixo. No lixo da falta de vontade de fazer mudanças e transformar situações, no lixo de fazer mudanças, de assumir responsabilidades.

Eu não consegui perdoar ninguém. Eu não consegui perdoar ninguém até hoje, porque eu não consegui encontrar um que me pedisse perdão. Ninguém é responsável. Tudo aquilo aconteceu porque aconteceu. Um acidente, não foi um acidente.

Nosso amigo aqui sabe que isso não foi um acidente. Isso poderia ter sido evitado se políticas prevencionistas tivessem sido respeitadas, se os poderes públicos tivessem cumprido com a sua função.

Há uma série de situações que envolvem aquele caso de negligência do Poder Público. E essas legislações que estamos construindo aqui precisam prever tudo isso. Nós não podemos mais aceitar isso, não pode-

mos mais perder ninguém, neste Brasil, por negligência, porque alguém olhou para o lado, em vez de olhar para a sua função.

Eu acho que o debate de tudo isso é imprescindível, nós precisamos debater, nós não vamos construir nada se nós não olharmos para Santa Maria, se nós não olharmos para tudo o que está acontecendo lá em Santa Maria, e que aconteceu lá em Santa Maria, e tirar dali as lições para mudar. Mudar através de uma legislação forte, profunda, que dê uma resposta do Poder Público e da sociedade brasileira àquela barbárie que aconteceu lá em Santa Maria.

Porque a mídia vai parando de mostrar e as pessoas vão esquecendo. A mídia deveria mostrar, não de forma sensacionalista, como nós vimos em muitas ocasiões, mas mostrar a dor de muitas famílias que estão sofrendo ainda, de muitos sobreviventes que estão enfrentando sérios problemas, da falta da política pública para apoiar essas famílias.

Há uma série de negligências que envolvem o próprio Congresso Nacional. O fato de estarmos aqui hoje discutindo uma lei que será uma lei complementar da Constituição brasileira se deve ao fato de uma negligência, pois passamos mais de 25 anos esperando que a lei fosse feita. Se ela tivesse sido feita, muitos desses casos como o da Kiss poderiam ter sido evitados. Muitas outras situações neste País poderiam ter sido evitadas, se uma lei tivesse sido feita. Estamos aguardando que ela seja feita.

Então, se tivermos de discutir um pouco mais... Concordo plenamente com o Senador Paulo Paim: não há necessidade de fazermos outro projeto, nem há a necessidade de Parlamentares, de Senadores terem a vaidade de quererem ser os pais de tudo isso.

Vou dizer para vocês: eu não tenho vaidade alguma por estar aqui, nenhuma! Cheguei a Brasília ontem, já com minha passagem de volta marcada. Não vejo a hora de voltar para a minha casa, não pelos senhores, nem pela cidade, nem pela tarefa que tenho aqui para fazer. Mas não sinto nenhum tipo de vaidade por estar aqui, sabendo que, quando eu chegar a casa, não vou encontrar minha filha.

Então, peço aos senhores: deixemos as vaidades de lado. Isso está matando o Brasil! Isso está tirando uma série... Discute-se se é brigadista ou se é bombeiro. Não vamos brigar por um detalhe, nem de um lado, nem de outro! Não vou entrar nessa questão. Por mim, todos vocês são bombeiros, todos vocês salvam vidas. Em Santa Maria, alguns não cumpriram o seu dever, mas isso não significa que todos vocês são pessoas de mesmo nível. Existe uma diferenciação nisso, sei que ela existe e sei respeitar isso. Tenho muitos amigos bombeiros, muitos amigos que me ajudam até agora e que me ajudaram a construir esse documento.

Não temos a pretensão de sermos os donos da verdade, mas somos a ponta mais dolorida de tudo isso. Nós sabemos o resultado que a negligência traz. Não podemos mais continuar a ser um País negligente. Nós precisamos aprofundar isso.

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Estamos diante de uma oportunidade única.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor tem mais dez minutos.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Nós estamos diante de uma oportunidade única de construir uma legislação que realmente marque o Brasil que nós temos e o Brasil que nós queremos ter e que nós merecemos ter. A sociedade brasileira precisa entender isso. Os senhores todos precisam entender isso. Os Parlamentares e o Poder Público precisam entender isso! Temos de construir um Brasil diferente.

Temos de aprender com os erros, com erros graves. Perder uma vida só já é uma barbaridade! Imaginem perder 243 vidas. Já perdemos mais um, fora os familiares. Não podemos aceitar isso como se isso não tivesse um valor ético e moral para o Poder Público do Brasil, para a sociedade brasileira.

Essa não é uma questão de *lobby,* de ganhos ou de interesses. Esta é a oportunidade de se fazer uma política pública para toda a sociedade. Não queremos uma lei para nós, porque, para nós, não vai fazer mais diferença! O estrago que foi causado na minha vida e na vida de cada uma dessas famílias jamais poderá ser consertado, não há como consertá-lo! A dor e o luto de cada uma dessas famílias temos de respeitar. Cada um terá de passar por isso da maneira que conseguir passar.

O que machuca, o que dói é ver que, muitas vezes, isso é usado para atender a interesses e que, muitas vezes, não se está dando o devido valor a tudo isso.

Muitos de vocês aqui são pais e sabem o que significa ter um filho. Queira Deus que vocês nunca passem pela emoção de perdê-los!

Mas o duro de tudo isso é ver que, muitas vezes, autoridades que deveriam se dedicar ao máximo para construir algo que desse exemplo para a sociedade brasileira estão jogando isso no lixo. Com isso não concordamos.

Não somos a favor de que se empilhem projetos dentro do Congresso Nacional. Acho que esse é um problema, Deputado e Senador, que precisa parar! Eu não tinha noção disso até acontecer o que aconteceu com minha filha, até eu começar a entrar nesta vida e a tentar construir algo de alguma forma.

Entendo vocês, porque é muito mais difícil construir do que destruir. Mas precisamos mudar isso, não podemos mais continuar empilhando projetos! Depois, fica um monte de projetos desatados, com um monte de pontas soltas, sem atender às necessidades da sociedade. Esses projetos precisam... A Constituição Federal foi feita em 1988, e uma série de leis complementares aguarda para ser concluída e feita. Muitas vezes, essas leis estão esparramadas em n projetos dentro do Congresso Nacional, e nenhum acaba tendo começo, meio e fim. Aonde vamos chegar com isso? Que País vamos construir dessa forma?

É muito bonito vermos que sociedades mais evoluídas do que a nossa conseguem ter uma organização. Mas elas não são organizadas de graça! Lá há leis que fecham todas as possibilidades, leis que trazem no seu conteúdo, inclusive, situações de formação cultural. As pessoas entendem que aquilo precisa ser feito, que aquilo deve ser feito. Essa é uma condição ética de cada cidadão.

Vivemos coletivamente, não vivemos individualmente. As leis construídas dentro desta Casa precisam atender à coletividade, e não à individualidade!

Isso machuca muito essas famílias. Nós perdemos os filhos. Perdi minha filha com 18 anos. Fazia cinco meses que ela estava em Santa Maria. Era uma menina linda, cheia de vida, que nunca me deu uma dor de cabeça sequer. Ela cometeu o crime de chegar à universidade e de ser convidada pelos colegas de turma – todos se conheciam – a participar de uma festa num lugar que, como diziam as autoridades de Santa Maria, estava legal, estava aberto, estava funcionando. Na verdade, não estava nada legal, estava tudo errado! Ela cometeu o crime de ir lá, para se divertir, para conhecer outros jovens, para estabelecer relações de amizade. Quem dos senhores aqui não foi jovem? Quem dos senhores que estão me ouvindo neste momento não foi jovem? Isso é um crime?

Lá foi permitido que aquela casa funcionasse sem a documentação necessária para isso. Lá fiscalizações não foram feitas ou foram malfeitas, atendendo a interesses.

Lá, autoridades que têm responsabilidade sobre o que aconteceu não assumem a responsabilidade pelo que fizeram. E cabe a esta Casa aprofundar isso, saber onde está havendo, onde está o erro, quem cometeu esse erro e sanar.

Nesse projeto de lei, essas situações precisam estar contempladas. Não podemos aprovar um projeto simplesmente para dar uma resposta à sociedade de que fizemos um projeto, se esse projeto não atender às necessidades plenas da sociedade. Falei isso ao Ivan. Há muitas responsabilidades nesse projeto que estão sendo jogadas... "Jogada" não seria a palavra. Talvez estejam postos nesse projeto responsabilidades que são dos bombeiros, mas o projeto não contempla uma série de situações que ficaram claras em Santa Maria: os bombeiros precisam de suporte para que possam prestar um serviço bem eficiente. E as situações que regulamentam esta atividade dos bombeiros precisam ficar bem claras.

O mais importante é que Santa Maria deixou à Kiss uma mensagem clara: negligências, por menores que pareçam, podem levar vidas e causar danos irreparáveis em outras tantas. Nós precisamos mudar isso. É preciso que esse projeto de lei contemple a responsabilidade da sociedade civil, mas ele precisa contemplar claramente a responsabilidade do Poder Público, para que não fique, como ficou e como está lá em Santa Maria, uma caça de gato ao rato. Cada um empurra. Tira o seu do seu colo, empurra para o colo do outro, e ninguém assume nada. Como não existe uma legislação pertinente e clara que aponte essas responsabilidades, muitas irresponsabilidades poderão ficar impunes em Santa Maria. Isso é inaceitável! Eu estou aqui falando em nome dessas famílias e falando em nome da sociedade brasileira. Isso é inaceitável!

Os senhores, do Congresso Nacional, sabem que uma democracia, para ser uma democracia de verdade, coloca o cidadão como centro, e não o Poder Público. Aí é uma inversão de valores e uma inversão de papéis. Isso está acontecendo neste Brasil e não pode mais acontecer. Isso precisa parar. Estamos indo ao fundo do poço.

A Nação inteira se manifesta em n situações de desconforto que ela está sentindo, e esta Casa precisa entender isso, precisa entender que precisamos mudar isso. Nenhuma democracia, na história do mundo, se sustentou por muito tempo, quando direitos dos cidadãos não são respeitados. O Congresso Nacional precisa resgatar isso urgentemente. Quando a sociedade não acredita mais nos Poderes Públicos, quando a sociedade se afasta dos Poderes Públicos, o País inteiro corre riscos, e nós não podemos permitir isso.

São ações como essas, atitudes como essas, porque o caso Kiss não é uma atitude qualquer, não é um caso qualquer, com todo respeito a todos os casos que possam ter acontecido no País, ao longo de toda a sua história.

Isso teve repercussão em todo o mundo. Foi capa de todos os jornais e revistas do mundo inteiro. E aí eu deixo uma pergunta aqui: vocês acham que o mundo não está acompanhando isso? Vocês acham que ór-

gãos de direitos internacionais não estão acompanhando isso? Pois eu lhes digo: estão. E ficará muito feito para esta Nação se órgãos internacionais tiverem que se posicionar diante de tudo isso que está acontecendo, da falta de responsabilização, da falta de responsáveis, e se a impunidade prevalecer diante de tudo isso que aconteceu em Santa Maria.

Eu acho que nós podemos resolver os nossos problemas. Eu acho que nós podemos construir um Brasil melhor. Nós devemos construir um Brasil melhor. Minha filha não vai ter essa chance, não vai poder ver esse Brasil, mas eu quero acreditar, eu quero e preciso acreditar que posso fazer alguma coisa para que outras famílias não tenham que sentir a dor que eu tive que sentir, que a minha esposa tem que sentir todos os dias. Isso é uma questão ética e moral que deve ser de todos os brasileiros, de todas as pessoas de bem neste País.

Eu sei que existem neste País alguns que não o amam, que existem neste País alguns que dão mais valor à corrupção, a atos levianos do que ao respeito ao próximo. Mas existem muitas pessoas que amam este País, que querem este País melhor. E é para essas pessoas que estou falando agora. Todo e qualquer funcionário público deste País precisa sair da zona de conforto, assim como toda a sociedade deste País, e não aceitar mais...

Muitas vezes, você não concorda com que um colega está fazendo ou deixando de fazer, mas você olha para o lado e deixa passar.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem mais cinco minutos.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Isso não pode mais acontecer. Isso pode ter resultado na vida do seu filho. Não permitam mais. O que tem que ser feito precisa ser benfeito. Esta Casa precisa dar o exemplo para a Nação brasileira e produzir aqui uma legislação, dar um grito e uma batida forte na mesa para que nunca mais um caso como o da Kiss volte a acontecer.

E eu reforço aqui um pedido de todas essas famílias, mas que é da sociedade brasileira também: que esta Casa, que todos os órgãos constituídos pela sociedade para organizá-la e para fiscalizá-la arregacem as mangas e comecem a tralhar fundo em mudanças de que este País precisa. Que os senhores, Senador Paulo Paim e Deputado Paulo Pimenta, interajam com órgãos, onde for necessário, no acompanhamento de todo o processo da Kiss em Santa Maria, para que seja transparente e aponte toda a verdade.

Nós não queremos condenar ninguém injustamente, mas não vamos admitir, e a sociedade brasileira não vai admitir que fiquem omissas as responsabilidades nesse caso.

E o que está acontecendo hoje, lá em Santa Maria, caminha para isso.

Fiz, junto com essas famílias, em outubro de 2013, um seminário, em conjunto com a Unijuí, para tratar essas questões aqui. Dividi em três painéis, que tratavam das questões psicológicas e de saúde, jurídicas e as questões de prevenção e técnicas com relação a tudo que aconteceu na Kiss. Doze autoridades se fizeram presentes, dando-nos uma série de dados e discutindo sobre isso. Isso precisa ser ouvido, precisa fazer parte desse projeto. Não é um *lobby*. Como lhes disse, não cheguei aqui com dinheiro de ninguém. Quem pagou a minha passagem foi a sociedade, foram meus amigos, como vocês viram ali, com jantares. Sinto-me orgulhoso de estar aqui neste sentido: estou aqui em nome de cada uma dessas famílias, tendo elas perdido ou não seus filhos na Kiss. É preciso acompanhar muito de perto, não perder o foco de Santa Maria sob hipótese alguma. Lá, estão todas as verdades que os senhores precisam para fazer o melhor projeto do mundo. Só não podemos fechar os olhos e ignorar que essas verdades estão lá; estando nos processos ou não, elas estão lá, e nós precisamos olhar para isso com a devida atenção.

Quando terminamos o seminário, levei ao Ministério Público de Santa Maria toda a documentação que foi produzida lá, entreguei a eles, ponderei com eles que uma série de irregularidades, que ficaram claras durante o seminário, não foram respeitadas em Santa Maria e não estavam sendo levadas em consideração no processo. Disse a eles que o fato de uma autoridade estar citada no processo...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um minuto. Eu lhe dei, com o tempo de agora, 32 minutos.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – ... não a faz condenada, pelo contrário. Ela terá todo o processo para provar sua inocência, e isso dará transparência à sociedade de tudo aquilo realmente foi feito de forma transparente. Mas. ao tirar autoridades do processo, nós as absolvemos sem aprofundar devidamente todos os fatos. Agradeço mais uma vez e reafirmo: é preciso que se acompanhe tudo que está acontecendo em Santa Maria. Só assim os senhores terão condição de concluir esse projeto da forma mais abrangente possível. Nós trazemos aqui, e vou entregar ao Deputado Paulo Pimenta e ao Senador Paulo Paim, algumas considerações que construímos...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – ... não só nós, sozinhos, mas com pessoas que entendem da legislação, pessoas que conhecem o lado de dentro do fogo, em cima do projeto que está correndo aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Sr. Jorge Luis Malheiros, representante do Núcleo Missões de Amigos, Parentes e Sociedade em Geral na Defesa dos Direitos dos Cidadãos Vítimas da Negligência do Caso Kiss, em Santa Maria. Além da sua fala, deixa documentos com a Mesa, com contribuições ao debate sobre esse projeto.

Agora, quero passar a palavra ao Deputado Federal Paulo Pimenta, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, mas também foi Presidente da comissão que foi montada na Câmara para construir esse projeto, que chegou à minha mão, de autoria da Deputada Elcione Barbalho.

O projeto da Deputada Elcione Barbalho foi o projeto original, mas foi um substitutivo construído por esta Comissão e que aqui na Comissão nós já apreciamos, foi para a CCJ e lá eu assumi também a relatoria e estou para dar o parecer final – claro, depois do resultado desta audiência pública.

Deputado Pimenta, com a palavra.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Prezado conterrâneo Senador Paulo Paim, quero aqui, na pessoa do Jorge Luís Malheiros, cumprimentar os demais integrantes da Mesa, Srªs e Srs. que nos acompanham.

Eu sou de Santa Maria, toda a minha vida ocorreu naquela cidade. Eu estudei na Universidade Federal de Santa Maria, eu conheço muitas famílias que tiveram filhos, parentes e amigos vítimas dessa tragédia. Estava lá em Santa Maria no domingo e, desde aquele primeiro momento, tenho me dedicado a que nós possamos fazer um esforço legislativo importante para mudar essa realidade no nosso País. É a partir desse fato, Jorge, eu tenho estudado o assunto, conversado com especialistas, conhecido experiências de outros países e, sinceramente, acredito que o projeto que nós aprovamos na Câmara dos Deputados, se não é um projeto perfeito, melhora muito a realidade daquilo que temos hoje no Brasil.

Aprovamos esse projeto no final de 2013 e sou testemunha do esforço do Senador Paulo Paim – tanto que ele é Relator em duas Comissões – para que pudéssemos levar esse projeto ao plenário. Quero dizer a vocês que esse projeto já poderia ter sido votado. Temos muitos projetos que chegaram aqui ao Senado depois desse e já foram votados, hoje são lei. Levar um projeto a votação no plenário é uma decisão política dos Líderes, do Presidente do Senado. Muitos projetos vão à votação sem ter parecer conclusivo nas Comissões. Então, há uma decisão política para que esse trâmite tenha se dado da maneira como se deu – e ele só não é mais lento pelo esforço do Senador Paulo Paim.

Eu queria dizer a vocês que a oportunidade de trabalhar nesse tema me proporcionou muitas coisas importantes: conhecer um assunto que eu conhecia pouco; aprofundar o conhecimento dessa legislação; ter esse contato permanente com os familiares, que nos traz a experiência de conviver com gestos de generosidade inimagináveis. Mas, ao mesmo tempo, esse projeto acaba sendo revelador, para nós, também de uma outra faceta do ser humano e da maneira como ela se articula por dentro da máquina pública.

Primeira questão o Jorge foi muito claro: até hoje ninguém sabe dizer quem é o culpado. Quem é o responsável? Não tem responsável? Nós tivemos 242 mortes! Na semana passada, há poucos dias, mais um menino, William, de 27 anos, que tinha ajudado no salvamento, morreu em decorrência de questões respiratórias. Uma amiga minha, professora do Município, Profª Helena, perdeu dois filhos – uma filha e um filho; há quinze dias, ela morreu. Morreu de depressão, morreu de tristeza. E quantos outros familiares, se não morreram, hoje vivem em função de uma explicação?

Evidente que fazer justiça não trará as pessoas de volta, mas ajuda a cicatrizar. O sentimento de impunidade, essa sensação de que 242 pessoas morreram naquela noite, da maneira como morreram, e que ninguém responde por isso, que ninguém será responsabilizado diretamente por isso é algo absolutamente inaceitável.

Em qualquer lugar aonde chego, eu digo que sou de Santa Maria; a primeira coisa que as pessoas me dizem é: "Ah, a cidade da boate Kiss." Não só no Brasil. Eu tive a oportunidade de participar de seminários e encontros sobre outros temas, fora do nosso País; quando digo que sou de Santa Maria, as pessoas falam da boate Kiss. E a segunda pergunta que eles fazem: "O que aconteceu com os culpados?" E quando eles sabem que sou Deputado, eles dizem: "E a legislação, o que mudou?"

Nova York aprovou uma legislação em 1911, quando houve um grande incêndio. O incêndio do Joelma proporcionou no Brasil a criação dos códigos de obras, que não existiam nos Municípios. E o que é que mudou na legislação brasileira? Nós corremos o risco de haver um incêndio a qualquer momento, em qualquer lugar, porque no geral nada mudou.

E o projeto, eu acho que é bom, ele traz novidades importantes. Agora, é evidente que ele tem temas que são polêmicos. Quando ele, por exemplo, inclui na legislação o crime de responsabilidade do prefeito que permite que um estabelecimento funcione em condições inadequadas, isso leva à cassação do prefeito, isso leva a uma ação criminal, a exemplo do que é hoje a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando você estabelece a responsabilidade criminal concorrente do proprietário do estabelecimento, é evidente que as pessoas reagem, porque convenhamos, a superlotação, por exemplo, é algo hoje absolutamente comum. Naquele dia deu em tragédia, mas nós convivemos todos os dias, e não há uma legislação que diga que o proprietário do estabelecimento que permite que num local onde cabem 200 pessoas, ele bote 500, aconteça alguma coisa com ele. No máximo uma notificaçãozinha, esperando que talvez um dia ocorra uma tragédia.

Ou aquele que mexe no lacre do extintor, para poupar meia dúzia de reais. Ou aquele representante do Poder Judiciário que, com tanta facilidade, dá liminar e autoriza o estabelecimento a funcionar. E o pai e a mãe acham que aquela porta aberta ali tem um alvará para funcionar, está tudo dentro do legal, tudo certinho, quando na realidade foi uma liminar de um juiz, que mesmo orientado pelo Poder Público que aquele estabelecimento não tinha condições de funcionar, autorizou a funcionar.

E o Ministério Público, que faz um TAC direto com os proprietários do estabelecimento? Do meu ponto de vista, totalmente fora das suas competências, à revelia dos bombeiros, à revelia da prefeitura, e autoriza a funcionar. E quando se fala na possibilidade de pelo menos investigar se o procedimento do Ministério Público foi adequado, sofre-se uma pressão do Conselho – Deus o livre alguém questionar se o Ministério Público agiu de maneira correta ou não.

Então não foi a prefeitura, não foram os Bombeiros, não foi o Ministério Público, não foram os proprietários; quem foi o culpado?

E mais do que isso, Senador Paulo Paim: nós temos que colocar esse projeto em votação rapidamente, por mais que existam interesses, muitas vezes corporativos e econômicos, contrariados.

Você sabe o que mais me surpreendeu no debate desse projeto? Em primeiro lugar, eu já disse, as coisas positivas, a dedicação das famílias, o esforço da sociedade. Mas o que eu recebi de setor da sociedade que enxergou nesse projeto a chance de resolver sua vida... Eu recebo os Bombeiros, que acham que esse projeto é a chance de impedirem que os Bombeiros Militares possam avançar nas suas competências.

Eu recebo bombeiro lá do seu Estado, que acha que agora é hora de criar a carreira de engenheiro dentro do Corpo de Bombeiros. Aí eu recebo o Crea, que quer fazer um levante no Brasil contra a possibilidade de bombeiro aprovar projeto, porque essa é uma competência exclusiva do Crea e que Deus nos livre de criarmos, dentro do Corpo de Bombeiros, oportunidade para bombeiro poder aprovar projeto.

Aí eu recebo alguém que quer fazer um *lobby* para nós criarmos tantas faculdades privadas de engenharia e arquitetura. E aí vem não sei quem que quer me convencer de que, se nós comprarmos não sei qual equipamento para todos os lugares no Brasil, uma luva especial não sei das quantas... Aí vêm uns três caras que querem vender uma máscara especial dizendo que, se todos tiverem aquela máscara, nunca mais, nenhum bombeiro vai morrer asfixiado. Aí vem outro para vender uma tecnologia de retardo de propagação... Pessoal, para o que menos as pessoas me procuram é para aprovarmos a lei!

Nesses dias, uns me procuraram: "Não, mas é que nós queremos também entrar no esquema das empresas que vão certificar se os produtos utilizados, efetivamente, são tais produtos, e isso não pode ficar só com não sei quem..." E que nós temos que incluir também a fundação não de onde, de São Paulo, porque não pode ficar só com o Inmetro, porque, dessa forma... E que nós temos que transferir para a fundação de não sei onde e não sei mais o quê. "Nós queremos também ser certificadores e agora é a chance. Vamos abrir esse mercado." E que também não pode ser a Associação Brasileira de Normas Técnicas porque...

Então, não há condição! Diante de um negócio dessa magnitude, com uma repercussão mundial, em que morreram 242 pessoas, a grande maioria dos que me procuram está preocupada em saber qual é a casquinha que vai tirar dessa história, o que vai faturar em cima disso, pessoal!

Desculpem-me a franqueza, mas esse projeto não foi votado ainda porque não querem que ele seja votado.

Aí vem um aqui brigar comigo porque quatro pessoas por metro quadrado é muito, que na cidade tal são duas e, em outro lugar, é uma. Aí vêm as cidades do litoral: "Se no meu vizinho forem quatro e na minha cidade, for uma, o cara que vai abrir uma casa de espetáculos, de *shows*, vai perder. Então, eu quero que sejam quatro também, porque se forem dois...". Então, cada lugar é um.

E nós temos limitações, Armando. Nós temos uma limitação constitucional, que é um problema. Por quê? O que diz a Constituição? Que é competência dos Municípios o alvará de funcionamento. Então, nós não podemos atropelar um comando constitucional que diz que quem autoriza o estabelecimento funcionar é a prefeitura.

E nós temos um outro comando constitucional que diz o quê? No art. 144, há que a prevenção de incêndio, que a política de prevenção é das polícias militares, dos bombeiros militares. Então, pelo menos há esta interpretação, de que há dois comandos, e nós não podemos invadir prerrogativas. Nós temos que fazer uma legislação nacional que, ao mesmo tempo, não retire prerrogativas, para que avancemos no sentido de que ela não seja questionada juridicamente.

Eu acho que o projeto que fizemos é bom. Por quê? Porque ele estabelece um patamar mínimo. A partir daquele patamar mínimo, os Estados e as cidades poderão ter uma legislação municipal que avance naquilo que está sendo proposto. Mas, ao mesmo tempo, observem os senhores e as senhoras que nós estamos falando de uma legislação que vai servir para o Piauí e vai servir para São Paulo. Ela vai servir para o interior do Amazonas e vai servir para o Rio de Janeiro. Portanto, ela vai tratar de uma diversidade enorme, de realidades regionais. E a construção de uma legislação como essa é complexa, mas, do meu ponto de vista, ela avança. E ela avança fundamentalmente no quê? Em deixar de maneira cristalina as responsabilidades.

O grande problema de investigação da Kiss é o jogo de empurra. Porque há um sombreamento de competências e de responsabilidades.

Então, se nós dissermos com clareza que compete ao prefeito dar o alvará e que vai ser crime de responsabilidade do prefeito que deixar o estabelecimento funcionar fora daquilo que a legislação prevê, estamos dizendo, em última análise, quem é que vai responder criminalmente se aquele estabelecimento estiver aberto. E define.

Quando dissermos que estarão, na rede mundial de computadores, todas as informações sobre o estabelecimento, que estará ali o nome do juiz e do promotor que pediu a liminar, e ali na porta do estabelecimento estará escrito "Este estabelecimento está funcionando por liminar concedida pelo Dr. Fulano de Tal e este estabelecimento não tem plano de prevenção, não tem norma de segurança aprovada pela prefeitura, mas a liminar do juiz mandou abrir, quem quiser entrar, entre", quando dissermos isso, não tenho dúvida de que os juízes vão pensar duas vezes antes de dar liminar, o promotor vai pensar duas vezes antes de pedir uma liminar. Quanto mais transparência pudermos ter, quanto mais pudermos entender...

Por isso que a tramitação, por exemplo, de pedido de alvará tem que ser pública, para se entender por que um projeto entra em abril e fica parado durante meses, e outro entra em maio e em uma semana é aprovado. Na mão de qual funcionário ele estava? Tudo isso no computador, para qualquer pessoa poder acompanhar.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS (*Fora do microfone*.) – Veja: como é que se dá um alvará se o departamento que faz a análise do projeto, como é o caso da Kiss, não deu sequer a licença para que fosse feita a obra? E foi dado o alvará em Santa Maria.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – Vou concluir, Jorge, e dizer para vocês que eu acabo misturando um pouco a minha indignação, até mesmo pela minha situação pessoal de relacionamento que tenho com a cidade. Eu gostaria muito, Senador Paulo Paim, que V. Exª conseguisse botar para votar esse projeto, porque... Eu não ia dizer uma coisa aqui, mas vou dizer. O Jorge me disse assim: "O projeto da Câmara é bom, mas podia ser melhor." Ele é melhor e poderia ser ainda melhor. O projeto da Câmara foi o projeto possível...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) – ... para ser aprovado. Chegou o dia da votação, e eu tive muita dificuldade para aprovar o projeto. Cheguei a receber representações das mais variadas. Recebi, por exemplo, uma representação forte de pessoas interessadas em saber como ficaria a situação das igrejas. "Paulo, você vai exigir tudo isso aí também nas igrejas?" "Mas o senhor quer que as igrejas tenham saída de emergência? Nós estamos protegidos por Deus!" "O senhor quer exigir limite de lotação para igreja? Mas então onde vamos parar?!"

Então, as pressões, senhores e senhoras, vêm de onde a gente menos imagina, dificultando que um projeto como esse efetivamente avance e se torne lei. Independentemente dessas pressões, que vão desde as econômicas – e essa última também não deixa de ser uma pressão econômica –, nós temos a obrigação, como disse o Jorge aqui, ética e moral de dar uma resposta para a sociedade brasileira a essa sensação de impunidade.

E mais do que isso, tenho dito nas minhas falas: da mesma maneira que nós não podemos deixar que as pessoas que são responsáveis por tudo que aconteceu na Kiss não paguem por isso, nós temos que começar a identificar quem são os que estão impedindo que esse projeto seja aprovado aqui, porque no dia que acontecer outra tragédia, um incêndio em algum lugar, nós poderemos dizer: "Desde 2013 vocês podiam ter votado. Não votaram por quê? Vocês estavam esperando uma nova tragédia?" "O que precisa para que vocês se sensibilizem e tenham coragem para aprovar uma legislação que altere essa realidade do Brasil, independente de vocês desagradarem Fulano ou Sicrano, que eventualmente ache que vai ficar mais caro para ele ter o equipamento de prevenção, ter o brigadista, ter treinamento, ter equipamento. O que vocês estão esperando?

Uma nova Kiss, para a sociedade se dar conta de que perdeu a oportunidade histórica de mudar essa realidade, como muitos outros países fizeram?"

Eu, sinceramente, não quero ser cúmplice, conivente, e nem silenciar diante desse fato. Por isso eu falo tanto sobre esse assunto, cobro o assunto no plenário da Câmara, na imprensa, tento sempre apoiar o Senador Paulo Paim e contar com o apoio da imprensa.

Quando a imprensa me procura, geralmente é no dia 27 de janeiro, alguma coisa assim. Eu digo: "Que engraçado, vocês só me procuram no dia 27 de janeiro. Quantas vezes eu falo na tribuna, pedindo que vocês ajudem na cobrança das autoridades para que o projeto seja votado, e ninguém repercute? Não tem um editorial de ninguém cobrando celeridade na votação desse projeto." Aí, no dia 27 fazem aquelas matérias bonitas, comoventes, coisa e tal, fazem Jornal Nacional, fazem Globo Repórter. Mas ninguém hoje cobra por que não vota, o que estão esperando para votar.

É isto de que precisamos: mobilizar a sociedade para que o Senado coloque esse projeto em votação.

Muito obrigado pela atenção de vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Deputado Pimenta. Você dá um depoimento, para mim, importante, coerente, corajoso, firme.

Vocês sabem que esse é um tema, como ele disse, em que as forças ocultas trabalham. Eu dizia aqui na abertura, e foi bom que você reforçou, Pimenta, porque alguns não estavam entendendo bem quando eu falei: "É *lobby*". Claro que o *lobby* não é de vocês que estão aqui, mas as forças ocultas trabalham. Comigo não falam, mas estão trabalhando e minando por algumas formas.

Mas quero dar um depoimento, Pimenta, na justiça, que a Deputada Barbalho esteve comigo no plenário do Senado. Falamos com todos os Líderes e os Líderes concordaram em dar urgência. Se concordaram em dar urgência, eu disse o seguinte: "Tenho uma audiência pública para responder alguns questionamentos. A CCJ poderá votar o parecer, se quiser, já nesta quarta-feira; mas, se não quiser, como o meu parecer já foi aprovado aqui, nesta Comissão, ele já está em condição de ser votado em plenário."

Acho que a sua fala esclarece muito coisa. Em tese, Pimenta, quero dizer que concordo com você, por isso meu parecer já foi dado. Claro que o projeto não é o ideal. Claro que nós podemos, depois de aprová-lo, alterá-lo, inclusive, com tudo aquilo que entendermos necessário, porque a vida é assim.

Lembro-me do Estatuto do Idoso. Quando nós o aprovamos, alguém disse "Não, mas ainda não é o ideal." O Lula respondeu o seguinte: "Se vocês forem esperar a lei ideal, vocês não vão ter nunca o Estatuto do Idoso." E aprovamos, o Estatuto do Idoso é lei, e depois colocamos uma série de outras mudanças positivas. Sobre o Estatuto da Igualdade Racial, o Lula disse: "Vai haver outra Lei Áurea um dia, e vocês vão estar reclamando que não há lei. Vamos aprovar assim." E de fato foi verdadeiro: política de cota, que não estava lá, em seguida nós aprovamos, e uma série de mudanças positivas foram incluídas a partir do Estatuto. Por isso, minha tendência eu confesso que é a mesma do Deputado Pimenta, que presidiu a Comissão, viajou o País, viajou o mundo, ele me informou antes de me pedir para relatar.

Foi construído o possível, por isso eu disse: "Olha, eu farei mais uma audiência pública", que é esta. Depois dessa, como a gente tem falado, e o Pimenta falou aqui muito bem, não tem *lobby* que segure. Nós vamos chamar a votação em plenário porque achamos que é o momento de resolver esse tema. Claro que eu tenho de ouvir ainda mais três convidados e vou ouvi-los. Mas vamos nos lembrar aqui que, na abertura dos trabalhos, eu disse: "Uma data simbólica, até uma homenagem àqueles que perderam a vida na boate Kiss, é a Presidenta promulgar essa lei no dia 21 de setembro, que é o início da Primavera." Bom, mas claro que dependerá de vocês, dependerá do Plenário, não depende somente do Pimenta, que presidiu com muita competência esta Comissão ou deste Relator.

Então, neste momento, eu convidaria os nossos convidados a retornarem ao plenário. O Pimenta, que preside, também, a Comissão, por favor permaneça na mesa, e eu vou pedir ao Jorge Luis Magalhães que também permaneça na mesa; que vocês dois permaneçam aqui...

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS (*Fora do microfone.*) – Eu só queria formalizar a entrega desse estudo que nós fizemos de um projeto de lei...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Isto. Muito bem.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS (*Fora do microfone.*) – E dizer que a intenção, com essa análise toda que foi feita aqui, não foi feita por mim, mas tem a contribuição de várias pessoas, inclusive de promotores de justiça, que analisaram o projeto de lei do ponto de vista da promotoria. Então é uma contribuição...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com certeza.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS (*Fora do microfone.*) – ... para que a gente possa chegar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vai nos ajudar.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS (*Fora do microfone*.) – ... o mais possível ao ideal nesse projeto, e que esse projeto realmente possa dar a resposta que a sociedade precisa.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu acho que em tudo aquilo em que o Senado puder avançar, é positivo. O que nós não podemos é criar um conjunto de empecilhos,...

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS (*Fora do microfone*.) – Sem dúvida nenhuma.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... porque olhe só: o projeto foi aprovado no final de 2013; durante 2014 e 2015, ele poderia ter sido aprimorado.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS (*Fora do microfone*.) – E eu só gostaria de dizer assim: nós temos um *site* em nome do Núcleo, e como tudo que faço na minha vida, procuro sempre ser o mais transparente, porque eu não quero cobrar transparência dos outros sem dar o devido respeito a isso. Então, primeiro eu quis entregar isto aqui, formalizar. Mas a partir de amanhã, tudo o que está aqui estará no *site* do Núcleo, para que toda a sociedade possa acompanhar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Muito bem, é uma contribuição importantíssima. (*Palmas.*)

Eu queria de imediato convidar para a segunda Mesa e pedir que os dois, se puderem, permaneçam aqui à mesa.

Convido o Dr. Anael Aymoré Jacob, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos do Ministério da Justiça; o Dr. Ivan Campos, Presidente do Conselho Nacional de Bombeiros Civis e o Cel. Alexandre Costa Oliveira, Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militares.

Os dois foram convidados a ficar à mesa, mas fiquem à vontade.

Nós vamos de imediato passar a palavra ao Dr. Anael Aymoré Jacob, Diretor do Departamento de Políticas, Programas e Projetos do Ministério da Justiça. (*Pausa.*)

O Ivan Campos já está conosco, e o Cel. Alexandre também.

Peço que você continue aqui à mesa, por favor.

De imediato, Dr. Aymoré Jacob.

O SR. ANAEL AYMORÉ JACOB – Bom dia a todos. Bom dia a V. Exª, Senador Paulo Paim. O Deputado Paulo Pimenta já se retirou. Aos demais membros aqui da Mesa, em especial ao Sr. Jorge Luis Malheiros.

Agradeço o convite, em nome da Secretária Regina Miki, da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, a oportunidade de estar aqui com os senhores e as senhoras e de trazer um pouco da atuação da Secretaria Nacional de Segurança Pública nos últimos anos, em referência às questões de prevenção de incêndios e da Política de Segurança contra Incêndio e Pânico, que após a tragédia da boate Kiss, em janeiro de 2013, ganhou mais distinção e mais relevância dentro das políticas de segurança pública que são conduzidas no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

É importante frisar que desde 2010, 2011, a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) tem desenvolvido ações de investimentos e de busca da melhoria das condições de trabalho das corporações de Bombeiros Militares no Brasil, sempre em sintonia com a Ligabom, com o Conselho Nacional de Comandantes Gerais dos Bombeiros Militares, e também sempre buscando, do ponto de vista de proposição normativa e legislativa, buscar o estabelecimento de normas nacionais para a prevenção contra incêndios. Podemos citar a parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio à época, em 2010, hoje a cargo da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, no estabelecimento de normas de prevenção contra incêndios para empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre com o objetivo de evitar a ocorrência de princípios de incêndio nos locais onde as atividades são exercidas.

A busca do trabalho em conjunto com os Corpos de Bombeiros Militares sempre se dá sobre um tripé, um trinômio de investimentos: a busca pela modernização e o aparelhamento desses órgãos de segurança pública, mas também do ponto de vista do desenvolvimento de protocolos e procedimentos padronizados e também o apoio, mediante a capacitação desses órgãos.

Mas, em 2013, com a tragédia da boate Kiss, a Senasp procurou colaborar com o processo de estabelecimento também de uma iniciativa, do ponto de vista legislativo, nessa área. E, de imediato, após o acontecimento, estabeleceu grupos de trabalho reunindo especialistas na área dos quais foram resultantes propostas e proposições, que foram encaminhadas para o Legislativo.

Nós trabalhamos dentro de uma lógica de propositura de uma Lei Nacional de Segurança contra Incêndio e Pânico, com o objetivo de padronizar e universalizar a segurança contra incêndio e pânico em todo o Território nacional. Esse documento foi, após o seu encerramento, encaminhado para o Congresso Nacional e hoje se tornou um projeto de lei do Senado, de autoria da Senadora Ana Amélia, e encontra-se aqui no Senado Federal em comissão.

Esse projeto de lei dispõe sobre questões de classificação das edificações em área de risco, de segurança, exigência sobre fiscalização, responsabilidades, penalidades e sua aplicação em locais de reuniões de público.

O segundo produto desses grupos de trabalho que foram estabelecidos no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública – para este, eu gostaria de dar maior destaque – diz respeito a uma política nacional de Corpo de Bombeiros Militares. O objetivo do resultado desse grupo, dessa política é que seja dado condição de estabelecimento de critérios técnicos para universalização e melhoria da oferta de serviços prestados pelos Corpos de Bombeiros Militares de forma a ser possível estabelecer programas, projetos e ações e, também, o acompanhamento dessas ações e desses programas através de metas e indicadores que orientem o trabalho todo, a proposta de política de investimentos da Secretaria Nacional de Segurança Pública a esses órgãos, aos Corpos de Bombeiros Militares.

Da mesma forma, a Secretaria Nacional de Segurança Pública vem trabalhando, desde 2013 e mesmo antes disso, no estabelecimento de procedimentos e protocolos operacionais padronizados para a atuação dos Corpos de Bombeiros em atendimento a essas ocorrências e, também, na ação de prevenção dessas ocorrências.

Hoje já foram confeccionados, elaborados, em conjunto com os Corpos de Bombeiros Militares, 15 desses procedimentos operacionais. Muitos outros ainda estão em processo de elaboração, sempre de forma pactuada com os Corpos de Bombeiros Militares para a sua implementação e a melhor prestação de serviço para a sociedade.

E também o quarto item, digamos, que foi desenvolvido, mais voltado ao fortalecimento da cultura de prevenção junto aos bombeiros militares, que é uma questão de trabalho de educação pública, de formação de um programa de bombeiro educador, que aborde temas de interesse coletivo, entre os quais prevenção e combate a incêndio. E não apenas prevenção e combate a incêndio, mas também cuidados de trânsito e outros tipos, que estão sendo agregados dentro de plataforma de ensino a distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública de forma a trabalhar a formação dos bombeiros militares dentro da lógica de bombeiro educador, para que eles possam trazer essa visão de prevenção para as comunidades onde atuam.

Eu gostaria de frisar também que, desde 2010, esse trabalho que vem sendo feito em parceria com a Secretaria Nacional da Micro e Pequena Empresa tem se desdobrado na propositura de instruções técnicas padronizadas para os Corpos de Bombeiros Militares, que estão sendo trabalhadas junto aos Estados e aos Corpos de Bombeiros, dentro de uma perspectiva de trabalhar as suas legislações, as suas normativas internas também, para que essas sejam ajustadas à Resolução nº 29 da Secretaria da Micro e Pequenas Empresas, voltada para o licenciamento de atividades consideradas de baixo risco, de forma que os bombeiros militares possam concentrar sua força de trabalho, focalizar sua atenção para vistoria de edificações e atividades de alto risco, como foi caso da boate Kiss.

Além disso, os investimentos na melhoria e no aparelhamento das corporações de bombeiros militares, conforme as atribuições da Secretaria Nacional de Segurança Pública, terão continuidade. Estão previstos para este ano investimentos na área de aquisição de equipamentos de proteção individual, para que os Corpos de Bombeiros possam desempenhar de forma mais apropriada e adequada as suas atribuições.

E, por fim, eu gostaria de reafirmar o compromisso da Secretaria Nacional de Segurança Pública, não apenas de contribuir para esse debate sempre que for chamada, mas também para estruturar seus programas e projetos especiais, mais especificamente na área de estruturação dos órgãos de segurança pública e dos corpos de bombeiros militares, de forma a atender as determinações que vierem a ser emanadas pela legislação que venha a ser promulgada, especificamente nessa questão de uma política de prevenção a incêndios e pânico.

Era isso que eu gostaria, em breves palavras, de ressaltar, agradecendo a oportunidade de estar aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Dr. Anael Aymoré Jacob, que falou pelo Ministério da Justiça.

Estou acelerando, e é bom que as pessoas sejam bem objetivas, porque, no final, queremos dar um encaminhamento aqui – não queremos ficar só sendo mais uma audiência pública – sobre o que vamos fazer depois dessa audiência pública. De fato, vocês hão de convir que a sociedade cobra uma resposta. E eu estou com o projeto na minha mão. Não posso... Eu não engaveto projeto nenhum. Pode ser do bispo, pode ser do padre, pode ser da freira, pode ser do sacristão, eu não engaveto. O projeto tem que andar.

Quero, no encerramento aqui, que a gente combine qual vai ser o procedimento posterior à audiência pública.

Dr. Ivan Campos, Presidente do Conselho Nacional de Bombeiros Civis, com a palavra. (*Pausa.*)

Querem inverter, é isso? Então invertemos.

Há concordância com a inversão? (*Pausa.*)

Passo a palavra ao Cel. Alexandre Costa Oliveira, Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do DF.

O SR. ALEXANDRE COSTA OLIVEIRA – Primeiramente, eu queria dar aqui as condolências às famílias dessas vítimas do Rio Grande do Sul. Na época, lógico, comoveu todos os bombeiros do País, e a gente sabe muito bem disso.

Deputado Paulo Pimenta, Senador Paulo Paim, obrigado por esta oportunidade de estarmos aqui representando os bombeiros.

Eu trago a palavra do Cel. Hamilton, que, infelizmente, não está em Brasília, por isso vim representá-lo. E não vim com mais bombeiros porque estamos em um momento difícil aqui, no Distrito Federal, de incêndios florestais, e não é possível trazê-los.

Tenho uma apresentação.

Eu queria começar minha fala com a importância dos Corpos de Bombeiros e seu papel.

Eu queria começar com essa fala: ciclo completo de bombeiro. A Polícia Militar fala sobre isso, o ciclo completo de polícia: Polícia Militar e Polícia Civil, eles são divididos e não têm um ciclo completo. O Corpo de Bombeiros tem um ciclo completo. Nós temos uma fase preventiva ou normativa. Temos uma fase de estabelecimento, e já foi bem falado aqui pela 3M sobre a possibilidade de passiva e estrutural. Falou-se um pouco também sobre atividade ativa ou de controle do incidente. E, finalmente, a investigação de incêndio.

O Corpo de Bombeiros vai para o incêndio. Mas só ir para o incêndio não adianta. Nós precisamos investigar esse incêndio. Precisamos também, além de investigar esse incêndio, em cima dessa investigação, produzir normas.

E, depois dessas normas, voltarmos para a técnica, e a técnica, finalmente, propiciar novas técnicas e táticas que sejam melhores, tanto para os Corpos de Bombeiros como para qualquer serviço de segurança que trate do assunto.

E eu venho com essa fala, porque nós precisamos fortalecer os Corpos de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros de Brasília, é lógico, tem um aporte maior por ter o fundo constitucional, ele tem nesse momento, sim, um aparato maior de recursos. Eu acredito, sim, que, em Brasília, nós temos a condição ideal de bombeiro, por isso que eu vim aqui falar para os senhores e senhoras.

Nós estamos investindo maciçamente em pessoal, em sistemas eletrônicos, para facilitar a vida das pessoas, para levar os projetos. E eu tenho que falar uma coisa: 90% dos projetos apresentados pelos arquitetos e engenheiros contêm erros; 90%. E, aí, eu vejo que, às vezes, os projetos demoram tanto para ser analisados e finalmente homologados pelas Corporações de Bombeiros porque... É excelente o que foi proposto dentro desse PL, que foi colocar uma cadeira específica disso dentro dos cursos de Engenharia e de Arquitetura. Excelente! Mas nós temos impedimentos de conseguir homologar os projetos contra incêndio, o que me preocupa, porque, quando nós colocamos essa culpa para os Corpos de Bombeiros, nós discordamos dos Corpos de Bombeiros. Nós precisamos, primeiramente, formar melhor os nossos engenheiros e os nossos arquitetos. Isso é fato; fato. Precisamos fazer isso, e, dentro dessa linha...

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Só para reforçar o que o senhor está dizendo, em Santa Maria, segundo o depoimento do responsável (*Fora do microfone.*), na Prefeitura, que analisou o projeto da Kiss, que o indeferiu e devolveu, existiam 29 irregularidades que no projeto.

O SR. ALEXANDRE COSTA OLIVEIRA – É um excelente exemplo.

Na realidade, nós vemos isso corriqueiramente. Atualmente, nós estamos com um projeto com Crea-DF e nós estamos fazendo palestras para os engenheiros e arquitetos. Foi uma iniciativa do Corpo de Bombeiros de Brasília, mas isso tem que ser uma política pública, e ela é perfeita.

Nessa mesma linha, nós entendemos que precisamos, então, fortalecer os Corpos de Bombeiros. Em Brasília, por exemplo, temos um quadro de engenheiros que analisam os projetos, têm técnicos engenheiros, porque, no final, é homologado por engenheiros. São bombeiros engenheiros. Nós precisamos, sim, fortalecer os Corpos de Bombeiros, e, aí, Deputado Paulo Pimenta, eu acredito que nós, nessa linha de pensamento, amplamente, não podemos dividir ou sequer colocar em conflito competências de algumas corporações, sejam elas civis ou militares.

A ABNT, naquela época, infelizmente, lá, do Rio Grande do Sul, o Corpo de Bombeiros seguia regras da ABNT. Não vamos aqui discutir se ele, realmente, cobrou todos os passos da ABNT. Mas o fato é que a ABNT não pode sobrepor o Poder Público. Eu acredito, sim, e defendo isso com os Corpos de Bombeiros, que a ABNT deve ser acolhida pelas corporações, mas não ser ela o principal fator, o principal norte para as corporações.

Nós temos aqui, citado pelo Dr. Anael, uma política pública de bombeiros e o Corpo de Bombeiros de Brasília acata, acolhe diversas regras da ABNT, mas nem todas. Nós temos que ver aqui qual o interesse público, porque a ABNT, embora este ano a gente não tenha conseguido mandar, Senador, pessoas para a ABNT, porque

a situação do DF não está muito boa economicamente, nós cortamos diárias, e não mandamos pessoas para São Paulo para discutir com a ABNT, mas nem por isso deixamos, por diversos momentos na história da ABNT, o Corpo de Bombeiros de estar lá presente. Mas essa não é uma realidade. Bombeiros não conseguem sair dos Estados para ir até a ABNT. Por que colocar a ABNT como ponto focal? E, aí, nós discordamos desse ponto.

Quanto ao bombeiro civil, eu vou dar um exemplo bem direto de um fato que aconteceu. Nessa semana que passou, houve lá em Tianjin, na China, um grande incêndio, que vitimou até agora 104 pessoas, entre elas 21 bombeiros. A mídia internacional está dizendo que a China, na sua expansão, precisou aumentar o número de bombeiros, e aí saiu da sua rotina normal de contratação de bombeiros, de formação, e resolveu contratar bombeiros que têm pouca experiência. E eu vou dizer que pouca experiência está mais relacionada ao pequeno aparato, à pequena legislação que os aporta quanto à hora de instrução e de educação antes de irem, de fato, para a cena. E a mídia internacional está dizendo que provavelmente deve ter sido um combate com um agente errado que provocou uma grande explosão.

Mas eu quero falar, com isso, o seguinte: o Corpo de Bombeiros sempre reforçou a importância dos brigadistas dentro dos aparatos públicos e particulares. Sempre! O que mais nós temos que defender aqui é a importância dos brigadistas ou bombeiros civis, que boa parte do empresariado quer, sim, diminuir, por fatores econômicos, simplesmente – não por fatores de segurança. E nós precisamos reforçar também os bombeiros civis, sim, dentro do seu nicho de mercado. Eu acho que nós não devemos confundir essas duas atribuições. Nós, Corpo de Bombeiros, temos as atribuições de Estado, e os brigadistas, os bombeiros civis fazem, sim, um excelente papel na sociedade brasileira e devem ser reforçados dentro da sua esfera de competência. Com tudo isso, senhores, eu defendo essa ideia.

Como eu já havia dito, a legislação de Santa Maria seguia normas da ABNT. Não vou falar aqui se eles foram cobrados na sua plenitude. Também não vou dizer aqui o porquê não estava ali daquela forma cobrada. Os bombeiros são um órgão fiscalizador público, emitem normas técnicas, como eu já disse, no que se refere à segurança contra incêndio e pânico. O PLC 33 permite que essas normas sejam sub-rogadas por indicação técnica de uma entidade privada. E aí eu peço aqui realmente para nós... Nós somos contrários a essa possibilidade. Eu já defendi aqui e repiso isto: os Corpos de Bombeiros têm condições de fazer suas legislações, são Poder Público para fazer tal. Não estão subjugados a empresas, nem correm esse risco. Não vamos propor aqui normas inexequíveis. Nós seguimos, sim, os princípios administrativos da publicidade, da moralidade, da impessoalidade.

Eu tenho que levar aqui ao conhecimento de todos que, no Rio Grande do Sul, naquela época, no que se refere à atividade de fiscalização, a legislação não previa, por exemplo, que o Corpo de Bombeiros pudesse fazer a interdição.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE COSTA OLIVEIRA – O Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul não poderia fazer interdição.

Então, não vejo por que essa insistência em tirar esse poder do Corpo de Bombeiros. Nós precisamos, sim, fortalecer os Corpos de Bombeiros.

Nós temos o PLS 194, citada aqui pelo Dr. Anael, que trata da Política Nacional de Corpos de Bombeiros, que eu acho interessantíssimo estar em pauta. É importante porque nós não temos uma política nacional de bombeiros. Precisamos de uma política nacional de bombeiros!

Eu quero deixar bem claro que em hipótese alguma eu estou aqui tentando tirar, invadir o direito de outras entidades. Defendo, sim, dentro dessa política nacional de bombeiros, uma equalização, uma normatização e, por fim, uma forma de os corpos de bombeiros falarem a mesma língua. E por que não falarmos da importância de obrigarmos os Estados e Municípios a terem bombeiros militares?

Por que defendo os bombeiros profissionais nos Estados e Municípios? Hoje nós atendemos 60% dos Municípios, considerando que nós temos Municípios vizinhos que possam alcançar esses Municípios.

Há cinco anos, eu estive em um Estado do Norte – não vou citar o Estado para não expô-lo. Eu fui a um incidente, eu fui pela Secretaria Nacional de Defesa Civil e lá só havia um caminhão de bombeiros, Senador. Um caminhão de bombeiros para todo o Estado? É vontade do Corpo de Bombeiros isso? Claro que não! Os Corpos de Bombeiros querem ser valorizados, querem aumentar os seus efetivos nos Estados.

E aí, senhores, eu falo ainda que este momento do Corpo de Bombeiros – vamos falar de valores: o Corpo de Bombeiros é um órgão caro, sim, mas existe uma grande diferença, uma grande diferença. Vou dar um exemplo aqui: não temos dinheiro no Município. Não vamos ter Polícia Militar nem Polícia Civil, vamos contratar, vamos criar uma categoria e essa categoria vai ter a mesma atribuição, e a gente não vai precisar dar os mesmos direitos que os bombeiros querem ter. Que os bombeiros querem ter, não, que os bombeiros têm!

É um aparato caro sim o de bombeiro. Não estamos em todos os Municípios brasileiros, mas, antes de 1988, só dois Corpos de Bombeiros não eram ligados à Polícia Militar. Eu tenho que dizer para os senhores e senhoras que o Corpo de Bombeiros está em franco desenvolvimento no País, mas leva tempo! Agora, somos o contrário, só dois Estados brasileiros ainda estão junto com a Polícia Militar. E eu defendo isso porque foi a partir da separação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar que os Corpos de Bombeiros realmente começaram a se especializar, a melhorar as suas técnicas e a aumentar o seu aparato e o seu aporte no País. E, dessa forma, Senador, porque não a gente partir aqui pela obrigação sim de ter um aparato mínimo de bombeiros nos Municípios brasileiros?

Preocupou-me também – eu já falei sobre isso aqui – o Corpo de Bombeiros eu acho que está em um estágio próximo ao ideal em relação a isso. Nós conseguimos, em um prazo curto, cumprir os prazos em relação à análise de projeto e à fiscalização, mas isso depende muito da disponibilização dos Estados e Municípios de realmente efetivar os bombeiros na quantidade necessária para que ele possa cumprir os prazos. Se havia um caminhão de bombeiros naquele Estado, os senhores acham que havia quantos carros de fiscalização? Quase nenhum! Essa é a realidade brasileira! Nós precisamos reforçar os Corpos de Bombeiros!

E aí nós discordamos, Senador, dessa linha direta em relação a isso, vinculada ao prazo. E eu vou dizer por quê. Porque, antes disso, nós temos que ir na linha da valorização dos bombeiros. E mais, em relação aos prazos, eu não vejo o porquê – e aí a gente tratando de análise de projeto lá antes da edificação realmente vir à tona – de a gente deixar que uma edificação seja edificada...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE COSTA OLIVEIRA – ... sem a aprovação dos Corpos de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto para concluir.

O SR. ALEXANDRE COSTA OLIVEIRA – Pois não.

Não é possível isso! Como é que nós vamos chegar a uma edificação que já foi construída, não tem a saída de emergência, os corredores não cumprem as normas. Eu vou fazer o quê? Eu vou derrubar o prédio? Como fazer isso depois? Nós temos que fazer isso, sim, na primeira fase! E essa fase, senhores, é na análise de projeto. A análise de projeto é o nascimento de tudo. Nós precisamos dar maiores poderes ao Corpo de Bombeiros, não só quanto à interdição, mas que o alvará não possa ser dado sem a autorização, sem a competência exercida por um órgão público que é o Corpo de Bombeiros.

Muito obrigado, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Cel. Alexandre Costa Oliveira, Subcomandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do DF.

Agora eu passo a palavra ao Presidente do Conselho Nacional dos Bombeiros Civis, Sr. Ivan Campos.

O SR. IVAN CAMPOS – Obrigado.

Distinto Senador, colegas de Mesa, especialmente ao Jorge, extensivo a todos que estão envolvidos no caso de Santa Maria, eu vou tentar ser breve, mas eu não tenho como deixar de tocar em temas que são polêmicos, temas que são incômodos e temas que já foram tocados aqui em outras ocasiões.

Está se enxergando o problema de uma forma errada. Está se enxergando a responsabilidade, a competência, está se enxergando tudo de forma equivocada, e vou fazer uma introdução rápida para a gente entender aonde que eu estou querendo chegar e, daí, vocês vão poder ter um entendimento mais maduro, porque o Brasil está extremamente atrasado nesse ponto comparado com qualquer outro lugar do mundo.

Sem tirar mérito nenhum do pessoal que faz o trabalho que faz, com o que tem e da forma que dá, no País inteiro, e isso está na Constituição, sempre foi, o responsável pela segurança no seu território e pela liberação de uso do território é o Município. Quem dá o alvará, a autorização de funcionamento não é bombeiro militar, não é polícia, é o Município, é a prefeitura que expede o alvará ou a autorização de funcionamento.

Então, o pessoal de Santa Maria que está com dificuldade de achar o culpado, o prefeito é o primeiro culpado, responde criminalmente, sim, e civilmente, sim, porque a prefeitura é responsável pela ocupação do seu território. Portanto, se a prefeitura liberou ou não o uso em seu território, ou se não liberou e deixou ser usado um território, a prefeitura é responsável sim. O Governador pode ser responsável. O comandante do Corpo de Bombeiros Militar, completamente responsável. A partir do momento que tinha um grupo de bombeiros militares na cidade, e tinha, o comandante é responsável. Então, têm que ser denunciados, no Ministério Público, pelo menos os dois – já começa daí –: o prefeito e o comandante do Corpo de Bombeiros lá.

Continuando, cascateando a linha de competência, você tem que responsabilizar todo mundo na cascata de linha de competência. Se tem um comandante, ele é responsável. Baixou do comandante, "Ah, tem o coordenador do departamento técnico que faz avaliação". Ele é responsável. "Ah, o comandante daqueles casos que estavam lá", também é responsável.

Mesma coisa na prefeitura. Na prefeitura, o prefeito é responsável? É. Tem um outro, a secretária, o coordenador, alguém num "cabide", sei lá o que diacho é, que é responsável pela liberação de alvará, também é responsável.

Outra coisa que tem que se entender aqui e que é importante a gente começar a pensar: tem que parar com essa ingenuidade de confiar cegamente em Corpo de Bombeiros Militar, em qualquer lugar deste País. Eles são importantes, fazem um trabalho bom, mas confiar neles, cegamente e ingenuamente, é muita irresponsabilidade e muita imprudência.

Eu posso ter o melhor Corpo de Bombeiros Militar estadual, não estou falando só militar, estou falando bombeiro público, qualquer serviço de bombeiro público que exista, atuando no Município, seja militar estadual, seja municipal, próprio do Município, seja a nova moda, que é o bombeiro comunitário, em que o Corpo de Bombeiros Militar explora a mão de obra civil, trabalhando no Município sob o comando dele, e, aí, você tem um sistema de bombeiro civil municipal, em que, para inflar os números do Estado, o Estado está lá, mas tem um oficial comandando um Corpo de Bombeiros Civil municipal, só que embrulharam de um jeito que dizem que é o Estado que está lá, quando, na verdade, é um serviço civil municipal. Ou seja, uma associação privada civil, que é o modelo que acontece em vários países, trabalhando no Município, conveniada pela prefeitura, usando da autoridade, sim, municipal, de que é revestida.

Então, você tem vários formatos de serviço de bombeiro público, que são responsáveis por fiscalização e outras coisas. Então, você tem o militar estadual puro; você tem o civil municipal próprio, exemplo da Guarda Civil Municipal, em que o próprio prefeito, num decreto de meia página, constitui o Corpo de Bombeiros Civil Municipal da mesma forma que constitui a Guarda Civil Municipal, e, aí, você tem bombeiro civil fazendo atendimento público; você tem a entidade privada, a associação de bombeiros voluntários, como é muito comum em Santa Catarina e Santa Maria também, desculpa, Rio Grande Sul também, conveniada com a prefeitura e prestando serviço público na prefeitura; e você tem também, agora, o formato misto, que é um jeito que as corporações militares acharam de embrulhar o sistema para controlarem os sistemas municipais de bombeiros civis no País.

Então, independentemente de qual serviço que seja, é muita irresponsabilidade de todo cidadão, e muito mais ainda dos Municípios, confiar cegamente e ingenuamente no que aquele serviço está fazendo lá, seja militar, seja civil, seja público, seja conveniado. Não importa. A sociedade brasileira e os poderes municipais, que são os responsáveis pelo uso e pela segurança do seu munícipe no seu território, não podem deixar de fiscalizar, acompanhar e ver o que está acontecendo. Não importa se o meu serviço de bombeiro é militar, se é civil, se é privado, se é conveniado. A sociedade tem que acompanhar.

O que acontece, na prática, é que o prefeito assina um convênio com o Corpo de Bombeiros Militar do Estado para colocar uma base lá. Ou então vai e constitui o seu próprio serviço. E dane-se! Fica à própria sorte lá! Todo mundo sabe que tem um quartel lá, bonitinho, ou tem uma base civil bonitinha, mas ninguém sabe se tem viatura, se tem equipamento, se tem efetivo. No Estado de São Paulo, por exemplo, você tem as viaturas correndo com um, com dois bombeiros. Quando você vê passar na TV: "Ah, teve um incêndio, foram dez viaturas do Corpo de Bombeiros". Foram dez viaturas porque há um ou dois profissionais em cada caminhão, por isso que vão dez caminhões para lá, porque não tem efetivo em um veículo só.

E essa manobra de inflar números e perspectivas é comum no País inteiro. Eu poderia citar uma gama de coisas, mas o mérito e a questão agora não é falar os defeitos do sistema atual. Mas eu queria te pedir, pelo amor de Deus, que não escute só a Ligabom, o Conselho Militar ou coisa assim! Porque eles têm um lado corporativo e vão fazer tudo para inflar e para manter o próprio sistema deles, enquanto você tem gente morrendo no País inteiro. Então tem que ser ouvida também a própria sociedade que recebe esse atendimento, que tem esse serviço de bombeiros prestado. Existem outros modelos.

Uma informação extremamente relevante aqui é que, no mundo inteiro – estou falando no mundo inteiro! – a única exceção é o Brasil! Nem os vizinhos aqui da América do Sul são assim. No mundo inteiro o serviço de bombeiro é civil e é municipal! A pessoa faz um curso profissionalizante e vai procurar emprego no posto de bombeiros ali do bairro dele, no Município. E aí você tem transparência. A verba que entra no Município... se você lá – imaginem o pessoal de Santa Maria –, está lá o pessoal da boate foi pedir a vistoria. Atrasou dois anos a vistoria. Você vai reclamar para quem? Se o serviço é municipal você vai bater na porta da prefeitura, da ouvidoria, e você escuta lá. Agora, com o sistema de bombeiro estadual, militar – eu não sei porque... bom... militar e estadual, você vai reclamar para quem? Quando muito tem a ouvidoria deles mesmos, que você vê que eles mesmos vão se resolver? Ah, é esquisito! Ou você vai bater na porta do governador: "Governador, um caminhão de bombeiros, tal e tal...". Não vai!

Então eles têm uma couraça de militarismo, de tal, da imagem do serviço de bombeiros, que os deixa impermeáveis da sua própria responsabilidade. Então, para ser bem prático, está na hora de rever – o Brasil tem

que amadurecer – o conceito de bombeiro! E os Municípios têm que entender, enxergar – como Santa Maria – a mesma coisa que São Paulo enxergou nos anos 70, na época do Joelma. Pegou fogo o Joelma e o Andraus, a prefeitura foi lá e criou o Contru – que é um dos órgãos mais respeitados no Município de São Paulo –, que é a Secretaria de Controle de Uso de Áreas Imóveis. Qualquer denúncia que chega em alguma gama de instalações tem que ter a autorização do Contru, senão, não pega o alvará.

Então é o Município reforçando e assumindo a sua responsabilidade quanto à segurança das instalações lá. Se a Prefeitura de Santa Maria tivesse feito lá um "Contru", sua Secretaria de Controle de Uso de Áreas Imóveis – ou contratar um próprio pessoal, até terceirizar para a corporação militar estadual, criar o próprio bombeiro civil municipal para ver isso, ou eles mesmos colocassem lá um técnico, dois engenheiros – , puxa, já existiria um Departamento de Controle e de Uso de Áreas. E esse departamento ia cuidar da parte de produtos perigosos, segurança contra incêndio, pânico e o que fosse mais responsável lá.

Então falta esse tipo de entendimento. E outra, tem um... eu não vou entrar na questão aqui, mas faltou a sociedade perceber isso na ocasião e está faltando agora! O caso não é reforçar e dar mais poderes para o serviço de bombeiro militar estadual. O formato estadual não funciona! E não é não funciona aqui, não funciona no mundo todo!

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais cinco minutos, conclua.

O SR. IVAN CAMPOS – Obrigado.

Então o que acontece? Tem que usar esses Estados e esses fatos. Eu poderia mencionar um monte de coisas: máfias aqui em Brasília; no Rio de Janeiro; o comando todo foi deposto lá no Amazonas. Eu poderia mencionar um monte de coisas aqui, mas o mais importante é a gente focar no que pode ser feito para melhorar.

Então, para melhorar, primeiro: os Municípios, prefeitos, têm que começar a acordar para o fato de que eles são responsáveis. Eu vou dar um exemplo aqui na esquina: se eu não me engano é Rio Verde o nome da cidade aqui de Goiás, o aeroporto foi fechado. Porque o aeroporto tinha bombeiros – era convênio do aeroporto com o Corpo de Bombeiros Militar – só que eles não tinham o curso de especialização em incêndio aeroportuário que a Anac exige. Aí baixou a fiscalização da Anac e fecharam o aeroporto! O aeroporto comercial da cidade ficou uma semana fechado! E tinha bombeiro lá, só que não atendia ao sistema. Mas por quê? Porque a administração do aeroporto achou que estava tudo bem porque havia bombeiro.

Ninguém foi lá ver se eles tinham equipamentos, se tinham os cursos que a Anac exigia, aquele tipo de coisa, e o aeroporto ficou fechado. Imaginem o prejuízo para a cidade, com uma semana sem aeroporto!

Então, como eu digo aos senhores, falta uma visão mais ampla. Falta ver o que o mundo faz com o serviço de bombeiro. Falta ver aqui a competência do Município! Pelo amor de Deus! O Município... Escuta a associação de moradores, escuta a junta comercial, escuta todo mundo. O problema é que, neste País, sem exceção, todos se sentem vítimas e reféns de serviços de bombeiros militares. Você é refém dos caras! Se você não fizer o que eles querem, eles não fazem sua vistoria! E o grande problema disso é que eles estão inventando agora que eles podem fazer uma legislação própria! Vão lá, passam a conversa num Deputado Estadual: "Ah, assine aqui para ajudar os bombeiros." Até eu assino, se é para ajudar os bombeiros. Só que ninguém lê o treco. Aí se dão plenos poderes a eles para legislarem por conta própria!

Em São Paulo, por exemplo, baixaram uma portaria segundo a qual escola, empresa têm que estar inscritas com eles. Só que ninguém disse que, depois da portaria, eles fariam instrução técnica, dizendo que tinham que atender o que eles querem, do jeito que querem para se obter a inscrição! Então, tem que haver profissionalização dos serviços de bombeiros, sim, tem que haver uma consciência dos Municípios para que assumam sua responsabilidade na segurança dos seus munícipes. Principalmente, nós temos que evoluir.

O Brasil deixou de ser uma ditadura militar nos anos 80! Mas o serviço de bombeiro e de emergência ainda está condicionado ao serviço militar policial estadual! Vamos evoluir nisso! Até para os próprios bombeiros militares, vai ser bom! Vejam, no Rio de Janeiro, aquela situação horrível em que o pessoal foi preso; eles estavam ganhando uma miséria e conseguiram aumentar o salário. Há vidas sendo perdidas por causa dessa falta. Os sindicalistas, por exemplo, vão pedir bênção ao pessoal, para que o Comando Militar vá lá e ajude a fiscalizar. Não é competência deles! Exercício de profissão e formação profissionalizante é competência de outros órgãos.

Eu vou dar só um exemplo de como é pernicioso esse tipo de foco específico neles, essa confiança ingênua e irresponsável que todos têm. NR 23, do Ministério do Trabalho e Emprego. Houve uma revisão há alguns anos. A NR tinha 18 páginas, em que estava estabelecido o número mínimo de extintores e várias outras recomendações, e ela foi revisada. Ora, a assessoria parlamentar do Comando do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal tem um *lobby* forte, tem uma sala grande aqui no Prédio II, com 18 oficiais de carreira só para fazer *lobby* aqui o tempo todo. E nós? – coitados! A gente paga do bolso; tem dia que eu chego aqui sem

passagem para voltar, dependo dos amigos fazerem vaquinha para eu voltar para casa, e o pessoal aqui tem 15 oficiais de carreira só para fazer *lobby*! E o que acontece? Pelo *lobby* deles, a revisão da NR 23 veio com duas linhas: uma até boa, mas a segunda dizendo que a legislação respeite, quer dizer, que se adote a legislação estadual. Ou seja, o Poder Federal passando para o Estado se virar? Ora, na verdade, o que nós pedimos é que haja uma política nacional, que haja algo a se respeitar.

Então, está faltando esse tipo de conceito. Eu não estou falando isso para aumentar a área de bombeiro civil, para ter emprego; estou falando isso porque há gente morrendo e porque o Brasil é muito atrasado.

Foram faladas algumas inverdades aqui, que eu não vou discutir agora porque não temos tempo, mas eu queria pedir que houvesse um desdobramento para discutirmos a política de bombeiros no País. Eu acho que compensa, que vale a pena que venham outros especialistas, que venha o pessoal de outro órgão também. Eu não estou falando que eles são ruins, que é preciso matar todos. Não é isso que eu estou dizendo. O que eu estou dizendo é que o tema tem que ser repensado e tem que ser analisado num ângulo que, de repente, até hoje ninguém parou para pensar!

Outro ponto: o pessoal tem algumas questões de sobrevivência. Eles estão num formato que não funciona...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto para concluir.

O SR. IVAN CAMPOS – Sim.

Estão num formato que não funciona, e eu provo isso, não é difícil descobrir que não funciona; mas isso pode ser melhorado e pode ser adequado. Por exemplo, em Paris, há um serviço de bombeiro militar na capital e outro em Marselha, acho; enfim, não há problema algum a capital ficar com o serviço militar e o Município poder constituir o dele; o importante é o pessoal ser atendido.

Eu acho que nós temos que sentar, conversar e parar com esse negócio de relação de opressão, relação de perseguição, relação de contenção, que é o ponto em que nós vimos brigando desde 2009 com eles. Vamos sentar e conversar. Vamos melhorar isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vinte segundos.

O SR. IVAN CAMPOS – Então, é isso.

Nós queremos melhorar isso, nós apoiamos esse projeto, e queremos que o País cresça e não aconteça mais esse tipo de coisa.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Meu cumprimento a todos. Todos ficaram dentro do tempo, até porque estamos com o horário aqui quase estourado: são 12h36.

Então, por cinco minutos, vou conceder a palavra a dois companheiros do plenário: o Marcondes Alves Barbosa, Presidente do Sindicato dos Bombeiros do DF, e, em seguida, para o Luiz Roberto Hagstrom, Vice-Presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado de Goiás.

Podem falar da própria banca – basta apertar o botão para acender a luz verde.

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – Um bom-dia a todos. Eu quero cumprimentar aqui, como representante legal dos Bombeiros Civis do Distrito Federal, toda a Mesa e também o Plenário.

Ressalto a importância de tudo o que foi dito aqui, independentemente de cada um querer defender o seu *status*. Acho que se deve levar em consideração esse projeto de lei que está sendo aprovado. É importante que este não seja apenas mais um projeto que vá ficar sem efeito algum, mas que seja algo, Senador, algo que venha a ser fiscalizado, que venha a ser cumprido, inclusive por essa fiscalização do Estado.

O que nós vemos hoje, levando em consideração... Nós temos a situação de Santa Maria, dói muito cada vez que lembramos dessa situação, assim como quando nos lembramos dos demais sinistros que aconteceram no País inteiro, nos quais pessoas perderam familiares. Mas eu quero trazer à tona não só a preocupação com aqueles que se foram, mas com os nossos filhos que poderão ir e, não apenas isso, conosco mesmos, que podemos, amanhã, ser matéria de jornal – "Senador foi carbonizado"; "O presidente de sindicato foi queimado"; "Um plenário inteiro veio a óbito por falta de legislação". A legislação tem que ser cumprida, este projeto tem que ser criado e cumprido desde a Presidência da República até a boate lá nos Estados.

Por quê? Porque olhando de forma rápida eu observei que nós não temos aqui no plenário *sprinklers* para apagar ou minimizar incêndios; não vi extintor de incêndio em nenhuma das paredes aqui do Senado. Nós temos aqui tapetes, panos e corpos humanos, que são excelentes corpos combustíveis. Ou seja, nós precisamos, com urgência, deixar de pensar em quem vai ganhar recursos produzindo equipamentos, na questão do bombeiro militar, que tem...

Meu sonho era ser bombeiro militar. Estive, sim, conversando com o Comandante-Geral do DF, mas vemos que hoje não é só o bombeiro militar que vai resolver o problema, apesar de o Distrito Federal ser uma das unidades da Federação que mais bem implementa essa situação quanto ao bombeiro militar – como o senhor mesmo disse, há Municípios que nem bombeiro militar têm.

Então, o que acontece? Nós vemos hoje pessoas sendo queimadas não só nas boates, mas no campo – Brasília está se incendiando toda. Precisamos que conste nesse projeto de lei não apenas um meio de tentar minimizar os problemas depois de acontecidos, ou seja, quando acontece um sinistro, aciona-se o bombeiro militar. Nós queremos, Senador, como representante dos bombeiros civis, que seja observada também a questão da prevenção, que é o que foi comentado anteriormente. Ou seja, quando acontece o sinistro, aciona-se o bombeiro militar, mas esse sinistro poderia muitas vezes deixar de acontecer se a prevenção estivesse acontecendo. Hoje nós temos parques vivenciais em Brasília que estão indo a cinzas. Ou seja, enquanto nós temos, só no Distrito Federal, um efetivo de quase 40 mil homens formados como bombeiros civis... De repente, a qualquer momento, alguém pode pensar: "Esses caras não estão bem preparados..." Por isso, pensamos num projeto de lei para preparar pessoas que tenham competência, sim, para realizar o serviço, para fazer esse serviço.

Então, o que nós queremos falar é que não só em Brasília... O Ivan vem representando o seu Estado aí, não é isso? Então, nós temos hoje essa organização, desde a Lei nº 11.901, que regulamentou a profissão de bombeiro civil, nós temos hoje pessoas sendo formadas, se capacitando por todo o País. Essa é uma mão de obra que está à disposição do Estado.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. MARCONDES ALVES BARBOSA – No geral, há a observação de se utilizar esses profissionais também nesse projeto de lei como uma ajuda ao Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Luiz Roberto Hagstrom, Vice-Presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado de Goiás.

Em seguida, por fim, o Major Rodrigo Dutra, diretor da Associação dos Oficiais da Brigada Militar (ASOFBM) do Rio Grande do Sul.

O SR. LUIZ ROBERTO HAGSTROM – Boa tarde, Senador.

Eu gostaria, primeiro, de parabenizar o senhor e o Deputado que já saiu, pela coragem de trabalhar em prol dessa causa.

Muito se falou aqui, Senador, sobre o investimento, sobre a competência das autoridades e sobre prefeitos. E o Ivan Campos acabou de falar sobre brigadas municipais.

O Estado de Goiás tem 246 Municípios, e menos de 30% deles têm uma unidade do Corpo de Bombeiros Militar.

Ivan, nós já temos projetos aprovados e sancionados para a criação de Corpo de Bombeiros Civil que, infelizmente, por falta de vontade política, como já foi dito aqui, por falta de investimentos, estão engavetados. No Novo Gama mesmo, foi aprovada, em 2009, a criação da Brigada de Bombeiros Civil, foi sancionada a lei, e, seis meses depois, houve um incêndio em que crianças morreram carbonizadas.

Há necessidade de investimento, há necessidade de prevenção, sim, em todos os Municípios. Como o Coronel disse, o bombeiro não está em todos os lugares, mas, se houver prevenção, se os prefeitos dedicarem um pouco de tempo para instruir suas empresas, para instruir seus órgãos a terem um bombeiro civil para prevenir, para agir até a chegada do Corpo de Bombeiros Militar, muitas vidas serão salvas. E não só vidas serão preservadas, como bens.

Então, Senador, esse projeto tem que ser feito o mais rápido possível. O Estado de Goiás necessita muito. Temos 18 microrregiões dentro do Estado que têm parques e estão sem o Corpo de Bombeiros. Há eventos acontecendo em Municípios em que não há nem sequer um bombeiro, nem militar, nem civil.

A luta do bombeiro civil é grande, e nós precisamos de uma união maior, Senador. Nós temos de ter, Senador, vontade política, sim. Temos projetos aprovados que estão engavetados, enquanto pessoas estão morrendo.

É só isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Luiz Roberto Hagstrom, vice-presidente do Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado de Goiás.

Pessoal, há uma série de pessoas indo à Mesa. Não há mais como, devido ao nosso tempo. Com certeza, se houvesse espaço aqui, mais dez falariam.

Por fim, o Major Rodrigo Dutra, diretor da Associação dos Oficiais da Brigada Militar (ASOFBM) do Rio Grande do Sul.

O SR. RODRIGO DUTRA – Senador Paulo Paim, muito obrigado por me oferecer a palavra. Em seu nome, cumprimento todos os integrantes da Mesa.

Senador, parece-me que nós desfocamos um pouco a discussão relacionada ao PLC 33, e eu gostaria de voltar ao tema. Vou historiar rapidamente, para trazer qual é o foco e o tipo de manifestação que vou fazer aqui.

Lá em 1996, nós tivemos um incêndio grande em Porto Alegre, no Edifício Cacique. Percebeu-se, no Rio Grande do Sul, que havia uma fragilidade nessa questão relacionada à legislação contra incêndios como aqueles que aconteceram, na década de 70, na cidade de São Paulo, os grande incêndios do Joelma e do Andraus.

Naquele ano, junto com a assembleia legislativa, nós demos início a um processo de adoção de uma legislação que era a Lei 10.987, de 1997, a Lei de Prevenção contra Incêndios vigente no fatídico dia 27 de janeiro de 2013, naquela tragédia.

Após a tragédia da boate Kiss, não só o Rio Grande do Sul, não só Santa Maria, não só o Brasil, mas todo o mundo passou a rever suas legislações. E nós estamos agora na fase final, aqui em Brasília, dessa discussão.

Qual é o ponto preocupante nesse aspecto?

Grande parte das falhas ou das inoperâncias, da fragilidade do sistema que nos levou à tragédia de Santa Maria decorre de vários fatores: atuação do Ministério Público, afirmação de Termos de Conduta, fragilidade de fiscalização do Corpo de Bombeiros Militar, irresponsabilidade dos proprietários, que, muitas vezes, promovem alterações estruturais à revelia do conhecimento do serviço público. E procurou-se construir, pelo menos no Rio Grande do Sul, numa condução que foi feita pelo Deputado Estadual Adão Villaverde, um projeto de lei que se transformou na nova Lei de Prevenção contra Incêndios do Estado. Esse projeto ficou bastante robusto e estipulou aquilo que o Subcomandante do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal solicita, que é a responsabilidade objetiva dos agentes públicos e o poder de polícia administrativa pleno do órgão fiscalizador, que, no Brasil, chama-se Corpo de Bombeiros Militar.

Isso trouxe, no início, uma série de dificuldades para a compreensão, até mesmo dos proprietários, dos usuários de edificações, porque foi uma enxurrada de interdições. Agora o Rio Grande do Sul se acomoda e compreende que, mais do que uma necessidade, é a nova realidade posta.

O ponto controverso do PLC nº 33, parece-me, é emprestar às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas o poder de legislação. Nós estaríamos, neste caso, tramitando, ou prosperando dessa forma... E me parece que o Sr. Jorge foi muito feliz quando disse que, se nós chegarmos até aqui e não houver a resolução do problema, o trabalho foi perdido. Não me parece que seja isso, mas, neste ponto especificamente, o PLC nº 33 tramitando e sendo aprovado com esse comando, ele nos remete de volta ao estado anterior ao da boate Kiss. Nós teremos dois anos de trabalho perdidos, e eu tenho certeza de que essa não é a vontade do Congresso Nacional. A vontade aqui é de acertar, é de avançar no processo de proteção.

Por que digo isso? Porque os sistemas aprovados, ou vistoriados, ou analisados, correta ou incorretamente, para aquela edificação, seguiam normas da ABNT, normas que não compõem ou que muitas vezes não se adaptam ou que são frágeis para a proteção de alguns tipos de edificação, como, por exemplo, locais de reunião de público – na classificação F6, que é esta edificação. E é nesse sentido, Senador, que me parece que precisamos ter alguma cautela, especificamente nessa questão de emprestar norma da ABNT, para que não haja, na mão inversa, uma comercialização daquilo que é mais caro, que é a vida de todos nós, de todos os brasileiros.

Da forma como o projeto está desenhado – somente neste aspecto é a minha ressalva –, ele pode nos encaminhar perigosamente para um caminho anterior ao da boate Kiss, e não me parece ser isso o que queremos.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. RODRIGO DUTRA – Pois não.

Ainda sobre essa construção – e finalizando realmente –, trago o exemplo do Rio Grande do Sul, que vive essa tragédia – e ela não acabou, está longe de acabar, temos oficiais condenados; o Comandante Regional foi condenado, caso o senhor não saiba, assim como toda a cadeia de comando num primeiro processo, e muitos outros ainda estão em andamento. Nós não temos a menor vontade, no Rio Grande do Sul, de retornar a um processo legislativo anterior ao da boate Kiss, porque nós sabemos quais são as consequências e aonde isso vai nos levar.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Esse foi o Major Rodrigo Dutra.

Agora nós temos que ir para os encaminhamentos.

Eu queria dizer para vocês que este tema, devido à sua complexidade, já está há muitos anos... Quantos anos faz do caso da boate Kiss?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós estamos nos encaminhando para três anos, e o Congresso não se posicionou.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Se o Senador me permitir, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me só... Até agora eu só ouvi, não abri a boca. Eu só encaminho para vocês falarem, mas queria fazer uma reflexão rápida, pessoal. Depois, claro, não vou tolher o direito de vocês, principalmente o seu, já que você representa aqui os familiares.

Estamos indo para o terceiro ano. É natural que a sociedade cobre uma posição do Congresso. Estou falando aqui como Senador: a sociedade brasileira manda milhares de correspondências, de *e-mails,* para perguntar o que, afinal, estamos fazendo. É só ver o movimento das ruas, inclusive o de ontem, como exemplo. Eu não sou daqueles que diz "Não, foi menor que o outro..." Para mim, isso não importa. Eu vi milhares e milhares de pessoas nas ruas protestando contra o Executivo e contra o Congresso. Um dos motivos da pressão legítima da sociedade sobre o Congresso é o fato de não legislarmos sobre temas fundamentais, e é inegável que este tema é um tema que é muito caro a toda a sociedade brasileira, principalmente, claro, se pegarmos as famílias não só de Santa Maria, mas de outras tantas situações que já aconteceram e que são semelhantes a essa.

O Congresso tem de legislar sobre esse tema. Eu sou daqueles que têm mais de mil projetos apresentados neste Congresso, e mais de cem já são leis: o Estatuto do Idoso, igualdade racial, pessoa com deficiência, lei dos autistas, salário mínimo, e por aí poderia enumerar tantas. E nenhuma delas eu me arrependi de ter aprovado, nenhuma, nenhuma das leis – que são mais de cem e que aprovei nesse período em que estou aqui.

Então, o que estou fazendo neste momento não é nenhuma imposição. Estou aqui querendo refletir com vocês o que vamos fazer. Pela complexidade do tema e por tudo que já recebi – já as recebi outras vezes, e há mais contribuições hoje –, com certeza precisaríamos, no mínimo, de mais um ano de debate, para chegar a um entendimento.

Aí fica aquela pergunta no ar: outras situações como aquelas que nós já vimos, aqui relatadas por todos, poderão acontecer, e o que fazemos?

Alguém me ensinou: na vida pública, se você quer que nada aconteça, ou seja, se quer que um projeto não se torne realidade, monte uma comissão, porque ela se reúne, discute, discute, discute, cada vez mais, vêm propostas, e não se encaminha concretamente.

Quero dizer que estou muito preocupado, porque, como sou o Relator no Senado, nas duas comissões, tive cuidado, pessoal, tive cuidado. Esse projeto, de que vocês falam aqui, é em muito fruto de um projeto que estava dentro da comissão e de que fui Relator aqui, no Senado. Eu poderia muito bem ter pegado o projeto e apresentado. Não o fiz, indo na linha do bom senso. O que fiz? Peguei o relatório que apresentei aqui, encaminhei para a Câmara dos Deputados, para que, de lá para cá, viesse um projeto já aprimorado, dentro do possível, naturalmente, das pressões – todas são legítimas –, para então me debruçar sobre um único projeto.

Foi isso que fiz como Relator. Para mim, era uma barbada se eu quisesse... Como aquela história de marcar a digital, de ficar ali... Fazer o projeto, ouvindo o Ministério da Justiça, sicrano, beltrano, beltrano, e "está aqui, mais um projeto". Daí ele iria para a Câmara, que diria: "Mas aqui já temos um. Mais um? O que fazemos agora?" Não fiz isso, porque não é essa a minha forma de atuar. Quando apresento um projeto, é um projeto que vem de demanda da sociedade. Não invento projeto.

Com essa relatoria, e sei a responsabilidade que temos, quero ouvi-los, naturalmente, quero ouvi-los aqui, para ver qual é o melhor encaminhamento. Não sou dono da verdade, ninguém é dono da verdade. Sempre digo que a reflexão coletiva é que pode apontar caminhos para o bem comum, na linha de fazer o bem, não interessando a quem.

Essa frase não é minha. Essa frase sabem de quem é, não é? É do maior revolucionário de todos os tempos, que foi Jesus Cristo. A frase é dele: fazer o bem, não interessando a quem.

É isso que norteia o meu mandato. Por isso... Claro que ainda quero ouvir aqui, principalmente da mesa – por sinal, vi um debate com o Plenário –, porque temos de ter um encaminhamento concreto. Nós temos de apresentar um projeto para ser votado no plenário.

Quero dizer que a própria Deputada Barbalho, que é quem encabeça o projeto dela no Senado, naturalmente com outras contribuições que surgiram no substitutivo, que, se não me engano, tem quase cem artigos – estou aqui lembrando de cabeça, quase cem artigos –, ela esteve no plenário, conversou com os líderes, como disse aqui antes, e os líderes estão com a pretensão de assinar o requerimento de urgência. Assinado o requerimento de urgência, a matéria é votada em plenário.

Nós, a partir desta audiência pública, podemos criar um obstáculo para que o projeto não seja votado – sei lá, nem que seja até o fim do ano – ou podemos protelar e continuar discutindo por mais um, dois anos, inclusive, para ver qual é a tendência.

Uma das possibilidades que levantamos para reflexão – e é este meu encerramento, antes de colocar a palavra de novo para a Mesa – é que muitas vezes fazemos o seguinte método de procedimento no Senado: encaminhamos um projeto que, conforme se percebe, não atende a todos os setores que gostariam de estar contemplados, mas, ao mesmo tempo, esse projeto anda, e nós, via Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, apresentamos um outro que continuaria sendo debatido e, até que se chegue ao consenso, demore um ou dois anos.

Esse projeto, então, passa a tramitar como um projeto da Comissão de Direitos Humanos, não um projeto desta ou daquela personagem – leia-se deste ou daquele Senador. É como este: este não é meu, eu apenas sou seu relator. O projeto é de uma comissão da Câmara dos Deputados e chegou aqui na forma de um substitutivo. Este é um caminho: nós poderíamos aprimorar com uma redação, digamos, detalhada, mas sem prejuízo de, pelo menos, encaminhar algo que não é, como disse aqui o Deputado Pimenta – me socorro dele neste momento –, o melhor nem o ideal, mas é um projeto que traz melhoramentos em relação à situação anterior. Bom, se tiver que ter alguma emenda supressiva de um ou outro artigo, porque não colabora – e, como disse aqui o Major Rodrigo Dutra, que piora... Bem, suprimir algum artigo, quem sabe, pode ser um caminho para não deixar que haja algo assim.

Enfim, estou dividindo a responsabilidade com vocês. Repito: não sou dono da verdade, eu quero o melhor para todo o povo brasileiro.

Começamos, então, pelo Jorge Luis Malheiros, que pediu a palavra para fazer uma reflexão – cinco minutos para cada um, pessoal, porque temos problema de horário.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Nem sei se precisarei de tanto, Senador, porque já falei bastante.

Em síntese, quero dizer que respeito a colocação técnica feita pelas pessoas que estão aqui, que têm uma vivência e um treinamento para isso. O que me preocupa é que não exista uma clareza de entendimento sobre o tema.

Dirigindo-me mais diretamente ao Rodrigo: o fato de existir uma lei não significa que ela vá resolver. Nós tínhamos uma lei, de 1997, no Rio Grande do Sul. Era precária, mas tínhamos uma legislação. Ela foi desrespeitada, e esse desrespeito produziu o que produziu em Santa Maria. Essa lei não indicava as responsabilidades e as responsabilizações.

Foi feita uma lei nova, estadual, que trouxe uma série de avanços, principalmente técnicos, que deixa a desejar quanto à responsabilização do Poder Público, que precisaria melhorar também, mas que, promulgada ou sancionada pelo Governador, em menos de seis meses já foi retalhada, se não me engano, em cinco ou seis situações.

Este projeto aqui precisa ser um guia para o País inteiro, ele não é um projeto para Santa Maria nem para o Rio Grande do Sul, ele é um projeto para o Brasil inteiro. E é preciso que estejam estabelecidas bem claramente nesse projeto todas essas condições, principalmente as responsabilizações, que precisam ficar mais claras neste projeto. Caso contrário – e aí compartilho do que disse o Rodrigo –, voltamos a uma situação anterior na qual, se descumprirem a lei, continuamos na mesma situação.

E aqui, no documento que entreguei ao Senador, relatamos, artigo por artigo, aqueles em relação aos quais julgamos ser necessária uma maior atenção. O projeto é muito sutil na responsabilização e, infelizmente, da mesma forma que nós ainda estamos patinando no encaminhamento de projetos neste País, nós temos que ter a consciência de que vivemos numa sociedade que ainda precisa amadurecer e que ela só vai amadurecer se tiver a sensação clara de que não vai haver impunidade. Se continuarmos a fazer projetos para dizer que existe uma lei e se essa lei não trouxer de forma clara a indicação de responsabilidade, não só da sociedade civil, mas principalmente do Poder Público, vamos continuar na mesma situação de descumprimento da lei. E nisto eu concordo com o Rodrigo: nós andamos para trás.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

Obrigado pela sua contribuição.

Passo a palavra agora...

Pergunto à Mesa se alguém ainda queria fazer alguma consideração. Se não quiserem...

Então, você primeiro, depois o senhor conclui.

Eu só peço que sejam breves, como foi Jorge Luis. Ele foi objetivo, claro e deixou bem transparente qual é a opinião dele sobre o projeto, o que pensa, em três minutos.

O SR. IVAN CAMPOS – Sim.

Quanto ao projeto em si, vou contar um caso breve do nosso. O projeto que regulamenta a profissão de bombeiro ficou 17 anos engavetado. Sempre que ele ia ter alguma tramitaçãozinha, chegava alguma coisa, e ele voltava. Quase não saía esse projeto.

Por fim, ele acabou saindo com algumas pendências em algumas coisas que precisam ser melhoradas, e vamos trabalhar para melhorar. Mas ele saiu da forma que se tinha, da melhor forma em que podia sair na ocasião.

Então, talvez seja o caso de usar essa estratégia também nesse projeto: dar andamento a ele como está, mesmo sem estar perfeito, fantástico, maravilhoso, supimpa, azul, *plus*, como aqui todo mundo é, mas com elementos básicos, que já contemplem pelo menos o principal.

Se for o caso de engrossar um pouco o caldo na responsabilidade, já se faz isso sem alterações mais pesadas, que exigem que o projeto volte para tramitações.

Agora, quanto à referência nacional, no momento, o que a gente tem é a norma da ABNT.

Há uma briga das corporações militares, que foi o que amarrou o Código Nacional de Segurança contra Incêndio. Eles não queriam que houvesse uma referência nacional, queriam que se desse poder para cada Estado fazer o que quisesse, da forma que achasse melhor. E a gente entende que isso é errado, porque atravesso a rua de São Paulo para Minas Gerais, e já é tudo diferente?

Então, tem de haver referência nacional sim. A gente tem de corrigir o erro que foi feito na NR 23, que é voltar a ter os requisitos básicos para que qualquer pessoa em qualquer lugar possa cobrar. E, se for o caso, acho que compensa, sim, trabalhar esse Código Nacional, que agora está tramitando, para que ele passe a ser referência.

Mas já se faz como está agora, que é o que tem referência na ABNT, que é o que tem de nacional hoje. O Código de Defesa do Consumidor reforça isto: qualquer produto ou serviço distribuído, oferecido no mercado nacional, tem de atender a dispositivo do Inmetro, à Anvisa e, na ausência, à norma da ABNT. Então, é o que se tem para hoje, e se faz isso.

Assim que se conseguir desenrolar o Código Nacional, se atomiza a lei, porque aí vai haver um Código Nacional para seguir.

Talvez seja esse o caminho.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS (*Fora do microfone*.) –

O SR. IVAN CAMPOS – Não, mas digo assim: de referência, de se ter uma referência mínima para seguir.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS (*Fora do microfone*.) – O que precisa ser entendido e que o Senador pode me cobrar em relação a isso...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Claro.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – O que precisa ser entendido e que o Senador pode me cobrar em relação a isso...

Mas, o projeto sofrendo qualquer tipo de alteração aqui no Senado...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Volta para a Câmara.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – ... volta para a Câmara. Isso é claro. Ou se aprova exatamente como está, sem fazer nenhum tipo de modificação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A única possibilidade é a emenda de redação.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – ... ou então ele volta. E aí me parece perigoso.

O SR. RODRIGO DUTRA – Desculpe-me. Obrigado, Senador. Só queria fazer uma consideração. Veja bem, não há reparo nenhum no que foi dito aqui com relação à necessidade de imputar responsabilidades. Ele é muito preciso com relação a isso, não há nenhuma ressalva com relação às responsabilidades, Jorge.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – A qual projeto se refere?

A esse?

O SR. RODRIGO DUTRA – Ao PLC 33.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Não. Eu discordo de ti.

O SR. RODRIGO DUTRA – Talvez possa haver mais...

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Discordo. Ele transfere para Municípios e Estados para legislar sobre matéria que deveria sair daqui do Congresso, já determinada, porque vamos cair na questão política, e politique... Nem vou dizer "política", porque nós estamos confundindo muito política com politicagem. Política é algo importante e digno, que precisa ser valorizado neste País, mas vamos cair em situações em que interesses regionais vão acabar interferindo numa clareza maior deste projeto.

O SR. RODRIGO DUTRA – Prosseguindo, então, Senador, a observação que foi feita é com relação especificamente à aplicação da ABNT, apenas isso.

Em que pese alguns de nós não terem conhecimento de como funcionam os processos de fiscalização ou de vistoria desses planos de prevenção contra incêndio, há de respeitar, sim, peculiaridades regionais. Esta é uma República Federativa, então os Estados legislam sobre essa matéria, como determina a Constituição Federal. E o que trago é só uma reflexão, porque estamos prestes... Há uma emenda do Senador Acir Gurgacz, que pode ser acolhida ou não e que trata pontualmente desse aspecto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E é a sua preocupação, que você explicou aqui.

O SR. RODRIGO DUTRA – Exatamente.

A minha preocupação é só no sentido de que nós não retornemos a esse aspecto, que é extremamente técnico: a parametrização dos critérios.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas a pergunta que faço é: a emenda dele é supressiva ou aditiva?

O SR. RODRIGO DUTRA – Ela é supressiva.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só supressiva.

O SR. RODRIGO DUTRA – Só supressiva, trata só de um artigo dentro desse caso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Por favor, Cel. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE COSTA OLIVEIRA – Senador, obrigado pela palavra.

Eu só queria, primeiro, levar às mãos de V. Exª uma nota técnica da nossa assessoria parlamentar e também só repisar o que o Major Rodrigo acabou de falar. Nós entendemos que a ABNT é muito importante no País, em momento algum nós estamos falando contrariamente a isso, mas os Corpos de Bombeiros têm os seus conselhos para a elaboração de normas. Eles são o poder constituído do Estado para fazer isso.

Na ABNT, nós temos a possibilidade, por exemplo, de os interesses econômicos sobrepujarem o interesse do Estado. Por isso é que nós podemos acolher as propostas da ABNT, e não, simplesmente, sermos subjugados aos regramentos da ABNT. Essa é a questão; é só isso.

Para ser bem pontual e claro, na realidade a supressão desse item é o ponto focal dos Corpos de Bombeiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que já tem a emenda do Líder do PDT, o Acir Gurgacz, que é uma emenda supressiva.

Pessoal, a nossa audiência pública cumpriu o seu objetivo, que era o de esclarecer e dar um mínimo de norte para o nosso relatório em matéria de procedimento. Eu sei que todos aqui estão preocupados, porque se a matéria voltar para a Câmara... Todos queremos dizer "não" aos *lobbies*, porque não são vocês que os representam, são vocês que estão aqui colocando a cara para bater, como a gente fala, de forma muito transparente, colocando o seu ponto de vista. Os lobistas mesmo não aparecem, os lobistas mesmo, que têm interesse que a lei não aconteça e que tudo fique na esculhambação que está – quando eu digo esculhambação é a falta de uma norma mais firme, e eu percebo que o projeto avança nesse sentido –; esses não vão aparecer aqui, e nem vêm falar comigo também porque sabem que eu nem recebo quem vem fazer *lobbie* que fuja da transparência e do campo da pura verdade, porque é isso o que interessa.

O próprio Rodrigo, quando pediu para falar comigo, pediu para falar comigo e disse que estaria aqui na audiência para demonstrar a sua preocupação. E veio, de fato, do Rio Grande do Sul, pediu, digamos, gentil e humildemente, a palavra do plenário, nem pediu para ficar na mesa, mas explicitou o seu ponto de vista, como todos os meus convidados. Todas as pessoas que nós convidamos vieram aqui e colocaram: a nossa discordância é aqui, ali, enfim, no que é que nós podemos avançar.

Então, eu agradeço muito a todos e, claro... Não sei se você queria fazer uma consideração ainda, não? Eu vou dar a palavra a você , se você quiser, e depois eu encerro.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Pode encerrar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, mas antes de encerrar eu quero te dar a palavra de novo, até porque você aqui representa, esse carinho contigo que eu sei que todo o Plenário tem e quem está nos assistindo é porque você representa aqui o de mais doído entre todos nós. Por isso é que, antes de encerrar, eu concedo a palavra mais uma vez a você.

O SR. JORGE LUIS MALHEIROS – Bom, Senador, eu só gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e de poder debater e discutir. Eu acho que isto é que engrandece o projeto: é nós virmos aqui e debater. Os pontos de vista, divergentes ou não, precisam ser colocados na mesa, discutidos e, aí, sim, finalizado esse projeto.

Eu agradeço muito, Senador, pela sua iniciativa de buscar fazer essa lei e de abrindo esta porta aqui. O senhor me relatou hoje, quando chegou aqui, que estava cansado da pressão que está em torno de tudo isso, mas eu acho que nós não podemos ceder a pressões que não tenham um cunho de construção para o coletivo.

Esse projeto precisa responder à coletividade da sociedade brasileira e, se tiver que ser discutido e mudado e aprofundado, que assim seja.

Que o Parlamento nacional tenha este compromisso de dar essa resposta à sociedade brasileira, porque o resultado da falta de compromisso do Parlamento em dar as respostas à sociedade brasileira nós estamos vendo nas ruas nos últimos anos para cá. E isso só vai se aprofundar se o Parlamento não mudar a sua postura. Então, eu acho que nós precisamos trabalhar no intuito de construir um projeto que dê uma resposta, como eu falei, que bata em cima da mesa e diga que, como a Kiss, nunca mais vai acontecer neste País de forma alguma.

Muito obrigado, Senador, pela oportunidade que o senhor me deu.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Uma grande salva de palmas ao representante das famílias. (*Palmas.*)

Foram 243, segundo a informação que ele me passa agora, que, enfim, perderam as suas vidas.

Vamos encerrar a nossa audiência pública.

Muito obrigado a todos.

E eu terminaria pedindo que nós, todos de pé, nos levantássemos e déssemos uma grande salva de palmas às famílias que perderam seus entes queridos nesse grave fato que muitos consideram genocídio criminoso acontecido lá na boate Kiss. Só depois das palmas, de um minuto, é que eu vou encerrar a audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está encerrada a nossa audiência pública.

Que Deus ilumine a todos.

(Iniciada às 9 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 12 minutos.)

ATA DA 66ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2015, QUARTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às doze horas e oito minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores e Senadoras Paulo Paim, Angela Portela, Donizeti Nogueira, Telmário Mota, Dário Berger, Hélio José, Rose de Freitas, Omar Aziz, Valdir Raupp, Simone Tebet, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves, João Capiberibe e Vicentinho Alves. O Senhor Presidente propõe a dispensa da leitura e aprovação das Atas da sexagésima quarta e sexagésima quinta Reuniões, que são dadas por aprovadas. A presente reunião destina-se a apreciação da seguinte pauta **deliberativa**. Item 1. Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2011- Terminativo - altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar. Autoria: Deputado Neilton Mulim. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 2. Projeto de Lei do Senado nº 205, de 2012 - Terminativo - dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços. Autoria: Senador Jayme Campos. Relatoria: Senador José Medeiros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo). Resultado: Adiado. Item 3. Projeto de Lei do Senado nº 702, de 2011 - Terminativo - altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2014 - Terminativo - altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto. Autoria: Senador Lobão Filho Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2015 - Terminativo - Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União. Autoria: Senador José Medeiros. Relatoria: Senador Eduardo Amorim. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 6. Projeto de Lei do Senado nº 454, de 2013 - Terminativo - Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para restringir a possibilidade de crianças viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis. Autoria: Senador Sergio Souza. Relatoria: Senador Telmário Mota. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 7. Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2013 - Terminativo - altera o § 3º do art. 42 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências", com referência à diferença mínima de idade entre o pretendente à adoção e o adotando. Autoria: Senador Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 8. Projeto de Lei do Senado nº 483, de 2013 - Terminativo - altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 9. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2014 - Terminativo - altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senador Vicentinho Alves. Relatoria: Senador Magno Malta. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. Item 10. Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2014 - Terminativo - acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso. Autoria: Senador Fleury. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 11. Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2012 - Terminativo - altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Autoria: Senadora Ana Rita. Relatoria: Senador Paulo Paim. Relatório: Pela rejeição do Projeto. Resultado: Adiado. Item 12. Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2015 - Terminativo - altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senadora Angela Portela. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Item 13. Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2013 - Não

Terminativo - altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Item 14. Sugestão nº 17, de 2014 - Não Terminativo - Estabelece medidas de preservação dos recursos naturais e valorização das populações tradicionais. Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra (Substituído por *Ad Hoc*). Relatoria *Ad hoc*: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pelo arquivamento da Sugestão. Resultado: Aprovado o Relatório que passa a constituir o Parecer da CDH, pelo arquivamento da Sugestão. Item 15. Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2014 - Não Terminativo - acrescenta os § 3º e 4º ao art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para que os municípios sejam autorizados a conceder permissão de uso da praia para o desenvolvimento de projetos de inclusão social de pessoas com mobilidade reduzida, por meio da acessibilidade às praias. Autoria: Senador Ricardo Ferraço. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2014 - Não Terminativo - altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, a fim de dispor sobre o tempo de mandato, a posse e a época de realização de eleição dos representantes das organizações da sociedade civil atuantes na promoção e defesa de direitos da pessoa idosa e sobre posse dos conselheiros representantes do Poder Público. Autoria: Senador Paulo Paim. Relatoria: Senadora Fátima Bezerra. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. Item 17. Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2014. Não terminativo - acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e altera a redação dos arts. 44 e 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para prever o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão. Autoria: Senador Ruben Figueiró. Relatoria: Senador Romário. Relatório: Favorável ao Projeto, com três Emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. Item 18. Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2015 - Não Terminativo - altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que 'Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências'. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Relatoria: Senador Davi Alcolumbre. Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Adiado. Item 19. Projeto de Lei do Senado nº 119, de 2015 - Não Terminativo - altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Maria da Penha), para dispor sobre o uso do "botão do pânico" no cumprimento das medidas protetivas de urgência. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Regina Sousa. Relatório: Favorável ao Projeto, com duas Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Item 20. Projeto de Lei do Senado nº 219, de 2015 - Não Terminativo - altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência. Autoria: Senador Romário. Relatoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-T, na forma do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. Item 21. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 114, de 2015. Requer a realização, por esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei do Senado nº 197, de 2013, que "Institui a Semana Nacional do Bebê e do Aleitamento Materno", em data oportuna e observada a relação adiante exposta. Autoria: Senador José Medeiros. Resultado: Adiado. Extrapauta. Item 22. Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2015 - Não Terminativo - Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, para incrementar o valor per capita destinado a escolas situadas em municípios em situação de extrema pobreza. Autoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria: Senador João Capiberibe. Relatório: Favorável ao Projeto, com uma Emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o Relatório, que passa a constituir o Parecer da CDH, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CDH. Item 23. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 131, de 2015. Requer o aditamento ao RDH 125 de 2015, para que acrescida à lista de convidados o Senhor José Augusto Miranda Souza Ribeiro, jornalista e escritor da trilogia "A Era Vargas". Autoria: Senador Telmário Mota. Resultado: Aprovado. Item 24. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 132, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater: "Exploração Mineral no Brasil, Para que e Para quem?". Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. Item 25. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 133, de 2015. Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater: "A garantia e a manutenção dos direitos a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos atingidos pela atividade minerária no Brasil". Autoria: Senador João Capiberibe. Resultado: Aprovado. Item 26. Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legis-

lação Participativa nº 130, de 2015. Requer a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema: "Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no Desenvolvimento Infantil". Autoria: Senador Romário e outros. Resultado: Aprovado. **2ª Parte**. Deliberativa de denúncias e apresentação do Relatório dos trabalhos da CDH. Finalidade: Item 1 - Apresentação e deliberação do Relatório sobre denúncia recebida pela CDH, referente à prática de tortura, agressões físicas e morais contra detentos da Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro, em Campos dos Goytacazes – RJ, durante rebelião. Resultado: Aprovado o Relatório, que conclui pelo encaminhamento de enviar cópia da Denúncia à Coordenação-Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para análise do caso e adoção das providências que entender cabíveis. Item 2 - Apresentação e deliberação do Relatório sobre Carta denúncia relativa à prática de tortura, abuso de autoridade e ameaça por parte de agentes públicos. Resultado: Aprovado o Relatório, que conclui pelo encaminhamento de enviar cópia da Denúncia à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao Conselho Nacional de Justiça e à Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais, para análise do caso e adoção das providências que entender cabíveis. Item 3 - Apresentação do Relatório dos trabalhos da CDH - 1º Período do biênio 2015-2016. Resultado: Apresentado o Relatório. Às doze horas e trinta e nove minutos o Senhor presidente passa a presidência para o Senador João Capiberibe. Às doze horas e cinquenta minutos o Senhor Presidente João Capiberibe passa a presidência para o Senador Donizeti Nogueira. Às doze horas e quarenta e nove minutos o Senhor Presidente Donizeti Nogueira devolve a presidência para o Senador João Capiberibe. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, João Capiberibe, Roberto Rocha e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinquenta minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 66ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Propomos a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 64ª e 65ª reuniões desta Comissão.

Aqueles que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas

Vamos iniciar pela segunda parte, porque hoje tínhamos sessão do Congresso, que foi suspensa na última hora. Lamento essa suspensão, porque mais uma vez os vetos não foram votados.

Sobre o Projeto de Lei nº 2, do Aerus havia uma expectativa muito grande, de homens e mulheres que já estão com 80, 90 anos e não receberam o correspondente junho, julho e agosto, porque o Congresso ainda não o votou. O projeto dispõe sobre pagamento, autorização desse pagamento. Receberam a primeira parte, mas, de lá para cá, o Congresso não se reúne, não aprecia os vetos e não aprecia o PL nº 2, que garante o pagamento a dez milhões de aposentados e pensionistas, que estão sem os seus salários.

Vamos começar pela segunda parte da nossa reunião do dia de hoje. A segunda parte é sobre denúncias e apresentação do relatório dos trabalhos da CDH.

Item 1 - Apresentação e deliberação do Relatório sobre denúncia recebida pela CDH, referente à prática de tortura, agressões físicas e morais contra detentos da Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro, em Campos dos Goytacazes – RJ, durante rebelião.

Item 2 - Apresentação e deliberação do Relatório sobre Carta denúncia relativa à prática de tortura, abuso de autoridade e ameaça por parte de agentes públicos.

Vou fazer a leitura do item 3, enquanto a Senadora e o Senador que se comprometeram a estar presentes, devido a seus pedidos de audiências públicas, se deslocam para cá.

Item 3 - Apresentação do Relatório dos trabalhos da CDH - 1º Período do biênio 2015-2016.

Apresentação.

Neste período do Biênio 2015-2016, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, sob a Presidência deste Senador e a Vice-Presidência do Senador João Capiberibe, manteve as diretrizes estabelecidas no Plano de Trabalho da CDH para o Biênio, alcançando resultados bastante positivos e de grande relevância social.

Entre fevereiro e julho deste ano, a CDH e suas subcomissões realizaram 60 audiências públicas, reuniões deliberativas e reuniões de trabalho. Foram 45 audiências, com a finalidade de instruir proposições legislativas

ou debater assuntos da mais alta relevância para o País, com temas instigantes e bastante variados, como diversificada foi a autoria dos requerimentos que as determinaram, que envolveu mais da metade dos seus membros.

Destas, 40 foram audiências interativas, garantindo a participação popular ao vivo, com perguntas e comentários, por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. E a resposta foi muito ativa e intensa.

Centenas e centenas de internautas tiveram oportunidade de interagir com os debatedores, convidados, que incluíram desde Ministros de Estado, acadêmicos, religiosos, representantes de diversos movimentos sociais, entre eles Movimento Negro, Movimento Cigano, Movimento das Mulheres, Movimento da Criança e Adolescente, Movimento dos Líderes Sindicais, enfim dos mais variados segmentos da sociedade; e também de empresariais.

A lista de temas de pessoas com deficiência, lembro aqui, a lista de temas é de enorme repercussão social, destacamos a aprovação da lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, conhecida como Estatuto do Idoso – o Estatuto do Idoso, subtítulo "Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência" –, que dispõe sobre norma legal; o PLS 240, de 2014, que disciplina o Programa de Aquisição de Alimentos; a Súmula 16, de 2014, de autoria do programa Senado Jovem Brasileiro, que instituiu a Semana de Direitos Humanos nas escolas do País; o PLS 68, de 2015, que torna desnecessária a compensação da jornada para servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência; o PLS 89, de 2015, que cria mecanismo de proteção às vítimas e testemunhas vulneráveis; o PLS 106, de 2012, que garante a acessibilidade aos portais públicos da internet para as pessoas com deficiência; o PLS 45, de 2015, que proíbe a cobrança de taxa adicional para alunos com deficiência em escolas públicas ou particulares.

Esses são alguns exemplos. Foram centenas de projetos e debates que aqui fizemos. Nesse período, a Comissão realizou 15 reuniões deliberativas, examinamos 31 proposições legislativas, sendo 20 projetos do Senado, um substitutivo da Câmara dos Deputados, quatro projetos de lei da Câmara, seis sugestões legislativas.

Além disso, a CDH aprovou cinco emendas de texto e três emendas ao anexo de metas e prioridades à LDO e 112 requerimentos apresentados por seus Senadores membros.

A Comissão recebeu, no período, 30 denúncias referentes a violações de direitos humanos, que, após análise da pertinência, geraram providências, visando seu esclarecimento e solução.

Ainda realizou 14 diligências, uma com o objetivo de debater conflitos em andamento do processo de consideração de assentamento definitivo das famílias acampadas no Acampamento Tiradentes, em São Sebastião, DF. Outra para debater os excessos cometidos pela Polícia do Estado do Paraná aos professores e demais manifestantes – isso foi em Curitiba – e outras doze nos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Amazonas, Roraima, e mais recentemente ainda tivemos em mais dois Estados; nós estamos já em 14 Estados.

Enfim, aqui está todo o material de divulgação, mostrando o que foi feito neste período e estará à disposição de todos os membros desta Comissão e também daqueles que, por curiosidade ou querendo também saber o trabalho da Comissão, quiserem ter acesso a esse pequeno, eu diria, relatório, chamado "Relatório da CDH: primeiro semestre de 2015, biênio 2015-2016". Mas aqui é só o primeiro semestre. E todos os Senadores receberão no seu gabinete o relatório desses primeiros seis meses.

Com a presença do Senador Donizeti, vamos pedir a S. Exª que relate, *ad hoc*, projetos que têm parecer *ad hoc.* Depois, ele preside e eu daria o parecer daqueles de que sou relator. Qual o primeiro? (*Pausa.*)

Eu peço ao Senador Donizeti que, se puder relatar, em nome da Senadora Fátima Bezerra, a SUG 17, de 2014, não terminativa.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com satisfação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) –

ITEM 14
SUGESTÃO Nº 17, de 2014
- Não terminativo -

Estabelece medidas de preservação dos recursos naturais e valorização das populações tradicionais.

Autoria: Programa Senado Jovem Brasileiro
Relatoria: Senadora Fátima Bezerra.

Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos direto ao relatório, então, Presidente.

Submete-se ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) a Sugestão (SUG) nº 17, de 2014, decorrente do Projeto de Lei do Senado Jovem nº 2, de 2014, que estabelece medidas

de preservação dos recursos naturais e valorização das populações tradicionais. A sugestão é de autoria dos Jovens Senadores Jorge Tadeu Torres; Lucas Rocha Melo; Nataly Gonzaga Prestes; Maria Cristiane Andrade e Renata Brautingam Marques, no âmbito do Projeto Jovem Senador.

O art. 1º da SUG esclarece que a iniciativa estabelece medidas para o combate à escassez de recursos hídricos e para a preservação dos recursos naturais. O parágrafo único do art. 1º determina que para a consecução da construção de reservatórios artificiais para armazenamento da água e abastecimento, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão celebrar acordo de cooperação, convênios ou consórcios públicos, nos termos de regulamento.

O art. 2º permite a permanência de populações tradicionais, assim devidamente identificadas pela autoridade pública competente, em unidades de conservação integral, desde que suas atividades não comprometam a integridade dos atributos ambientais que justificaram a criação desse espaço territorial especialmente protegido estabelece.

O art. 3º da sugestão dispõe que o Poder Público estimulará a iniciativa privada a desenvolver sacolas reutilizáveis de acordo com o padrão internacional de cores para segregação de resíduos sólidos, a serem destinadas à coleta seletiva.

O art. 4º determina que as instituições públicas de ensino, dentro de sua realidade socioeconômica, deverão implementar estruturas físicas e práticas pedagógicas coerentes com as melhores ações de preservação dos recursos hídricos e reciclagem de resíduos sólidos.

O art. 5º estabelece que a lei decorrente entrará em vigor noventa dias após a sua publicação.

Não foram apresentadas emendas à matéria.

Análise:

Compete à CDH, nos termos do parágrafo único do art. 20 da Resolução nº 42, de 2010, e do art. 102-E, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre matérias atinentes às sugestões legislativas.

Os autores da SUG nº 17, de 2014, afirmam buscar criar políticas públicas voltadas para solucionar as situações emergenciais que ocorrem na área rural, como a sensibilização dos estabelecimentos de ensino para a necessidade da educação para o meio ambiente, a construção de estruturas físicas coerentes com as melhores práticas ambientais, o desenvolvimento de ações pedagógicas com foco na preservação dos recursos naturais e a reciclagem de resíduos sólidos.

Todavia, apesar das nobres intenções dos Jovens Senadores, observamos dificuldades com relação ao escopo e à aplicação das propostas elencadas.

Em primeiro lugar, notamos que a proposição contraria o disposto no inciso I do caput do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, pois essa determina que cada lei, excetuadas as codificações, tratará de um único objeto.

De fato, embora a preservação dos recursos naturais represente um tema a preservação dos recursos naturais represente um tema por demais amplo, verificamos que a sugestão exibe os seguintes e diversos componentes: abastecimento de água (incisos I, II e IV do art. 1º e o parágrafo único do mesmo artigo); presença de populações tradicionais em unidades de conservação (art. 2º); coleta seletiva de resíduos sólidos (art. 3º); e educação ambiental (incisos III e V do art. 1º e art. 4º). Cada um desses objetos, por força da Lei Complementar nº 95, de 1998, deveria ser tratado por uma proposição diferente.

Além disso, as propostas direcionadas ao abastecimento de água contidas nos incisos I, II e IV do art. 1º e no parágrafo único do mesmo artigo confrontam o estabelecido pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Lei do Saneamento Básico), que determina que o titular dos serviços de saneamento básico formulará a respectiva política pública de saneamento básico.

A permissão para a presença de populações tradicionais em unidades de conservação, determinada no art. 2º, já foi regulada pelo art. 42 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e pelos art. 35 a 39 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.

A educação ambiental, cuidada nos incisos III e V do art. 1º e no art. 4º da proposição, já foi disciplinada pela Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Os estímulos para a promoção da disposição ambientalmente correta dos resíduos sólidos foram estabelecidos pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Portanto, consideramos que a sugestão dos Jovens Senadores não deva ser acatada, por não cumprir as normas para a redação de leis e por versar sobre matérias que já possuem legislação própria.

Voto:

Diante do exposto, votamos pela inadmissibilidade e pelo consequente arquivamento da Sugestão nº 17, de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório, que é pelo arquivamento da Sugestão.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vou ter de ir à CCJ, pois haverá a votação de um projeto. O Senador Capiberibe, que é o Relator de um projeto, pediu-me para relatar neste momento.Ele assume, em seguida, a Presidência. Eu vou à CCJ e volto aqui. O.k?

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Na verdade, Sr. Presidente, com a sua permissão, eu gostaria de solicitar a inclusão extrapauta do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqueles que concordam com o requerimento acerca do Projeto aqui lido, extrapauta, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Incluído o extrapauta, já passo a palavra para o Relator dar o seu parecer.

Senador, deixe-me só fazer o preâmbulo da leitura:

EXTRAPAUTA
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 217, de 2015
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica, para incrementar o valor per capita destinado a escolas situadas em municípios em situação de extrema pobreza.

Autoria: Senador Roberto Rocha
Relatoria: Senador João Capiberibe

Senador João Capiberibe, V. Exª está com a palavra.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que acrescenta o § 2º ao art. 6º da Lei nº 11.947, de 16, de junho, de 2009, para duplicar os valores do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como merenda escolar, para os alunos dos Municípios em situação de extrema pobreza.

Nos termos da proposição, nos Municípios onde 30% ou mais da população apresente renda familiar mensal per capita de até R$77,00, os valores per capita referentes à oferta de merenda escolar serão repassados em dobro.

O autor justifica a proposição no fato de que em áreas rurais e Municípios mais pobres, onde ainda há registros de desnutrição infantil, persistem situações onde a principal motivação de uma criança para ir à escola é encontrar fonte de subsistência na merenda oferecida.

Argumenta, ainda, que a opção de utilizar o marcador de famílias em "extrema pobreza", nos moldes do Programa Bolsa-Família, é válida pelo fato de os dados do Programa serem facilmente disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) numa periodicidade menor e mais recente do que, por exemplo, o IDH municipal.

O projeto foi distribuído às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última a decisão terminativa. Não foram recebidas emendas nesta Comissão.

Análise.

Nos termos do art. 102-E, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à CDH opinar sobre proposições que afetem os direitos da criança, caso do PLS nº 217, de 2015.

Ademais, não vislumbramos na proposição óbices de natureza jurídica.

No mérito, a proposição se apresenta altamente relevante, ao tratar da segurança alimentar, tema que deve merecer constante prioridade por parte do Estado.

As políticas sociais, se dirigidas de forma intensiva para o apoio a programas de alimentação escolar, podem gerar impactos muito positivos para a própria educação, para a saúde e para o desenvolvimento local.

Um dos mais antigos programas públicos de suplementação alimentar, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atua pela distribuição de refeições durante o intervalo das atividades escolares, suprindo necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula.

Por meio do PNAE, a alimentação escolar é uma peça chave da política de segurança alimentar e tem como objetivo oferecer alimentação com qualidade nutricional e sanitária às crianças matriculadas nas escolas públicas por todo o País.

Duplicar o valor do repasse para o programa de merenda escolar para os Municípios considerados de extrema pobreza tem o mérito de reconhecer que, nessas localidades, é ainda mais dramática a situação alimentar das crianças e adolescentes que frequentam escola e, muitas vezes, fazem-no apenas para receber a única refeição do dia.

Reconhecemos, portanto, o elevado potencial da iniciativa, representando mais um passo no longo caminho a ser percorrido no combate à fome no Brasil.

Contudo, o texto apresentado necessita de reparo destinado a aprimorar a técnica legislativa, conforme disposições da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Para tanto, optamos por apresentar emenda para retirar o valor de R$ 77,00 do corpo do projeto de lei, por acreditar ser melhor deixar ao Poder Executivo a definição do que seja "extrema pobreza", dotando a política de repasse financeiro de merenda de mais dinamismo, para acompanhar a inflação e a perda do poder aquisitivo das famílias.

Se, ao invés, mantivermos o valor expresso no corpo do projeto, será mais difícil modificá-lo posteriormente, necessitando para tanto da elaboração de outra lei em sentido formal.

Isso porque, em razão de a matéria envolver decisões organizacionais de certa complexidade, o mais interessante para a gestão do repasse é que a lei aponte uma regra geral, cabendo à administração ajustar os pormenores do seu cumprimento.

Voto.

Em razão do que foi exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2015, com a seguinte emenda:

> Emenda Nº 1:
>
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2015, a seguinte redação:
> "Art. 1º – O art. 6º da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, transformando-se o atual parágrafo único em § 1º.
> §2º – Os valores *per capita* destinados a escolas situadas em municípios em situação de extrema pobreza corresponderão ao dobro dos valores per capita destinados às escolas nas demais localidades, em cada etapa e modalidade de ensino.
> §3º – Municípios em situação de extrema pobreza são aqueles nos quais 30% (trinta por cento) ou mais das famílias estejam inseridas no conceito de extrema pobreza, nos termos do Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011- Programa Brasil Sem Miséria, e do Programa Bolsa Família, Lei nº 836, de 2004.

Portanto, Sr. Presidente, antes de concluir esse relato, busca o propositor desse Projeto de Lei equilibrar as diferenças regionais. O Brasil é o país da desigualdade. Na verdade, é o paraíso da desigualdade. Com esse Projeto de Lei aprovado vamos poder assistir um pouco melhor as crianças que vivem em situação de extrema pobreza.

É esse o relatório, pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão, registrando a presença do Sr. Roberto Rocha conosco aqui. S. Exª ontem explicou o objetivo do projeto e do relatório, muito bem elaborado pelo Senador João Capiberibe.

Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação o relatório, favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CDH, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CDH.

O projeto segue para a análise da Comissão de Economia, em discussão terminativa. Desculpem-me, não é para a Comissão de Economia, mas para a Comissão de Educação.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Roberto Rocha com a palavra.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Sr. Presidente, cumprimento esta Comissão, cumprimento o Relator, Senador João Capiberibe, pela condução da relatoria.

Esse Projeto, como V. Exª sabe muito bem, faz justiça àqueles Municípios que estão abaixo da linha de pobreza. Na realidade, essas crianças são os filhos da fome no Brasil. Nós sabemos que boa parte dessas crianças, ou quase todas, saem de casa para estudar pensando na merenda, que para elas não é uma simples merenda, é o alimento do dia. Tanto que essas crianças, quando estão de férias em casa, estão chorando, não necessariamente com saudade das tias, das aulas, mas, principalmente porque estão com fome. De modo que eu quero dizer da alegria de ter apresentado essa proposta relatada pelo Senador Capiberibe. Cumprimento V. Exª e esta Comissão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cumprimentos o Senador Sérgio Souza pelo projeto apresentado e aprovado. Esse é o próximo.

Meus cumprimentos, tanto ao Relator, Senador João Capiberibe, quanto ao Senador Roberto Rocha pela iniciativa deste Projeto que, com certeza, faz justiça à nossa gente. Meus cumprimentos.

Vai para a Comissão de Educação.

Como queremos contemplar os Senadores presentes, antes de me retirar, passo a palavra ao Senador Telmário Mota, que é relator de um Projeto do Senador Sérgio Souza, o Item nº 6. Projeto de Lei do Senado 454, terminativo. Você quer fazer a leitura do relatório hoje ou prefere adiar? Para nós, é indiferente.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, como eu tinha um compromisso ao meio-dia, gostaria de deixar para a próxima reunião, já que é terminativo.

É o seguinte o item adiado:

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 454, de 2013
- Terminativo -

Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para restringir a possibilidade de crianças viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis.

Autoria: Senador Sergio Souza
Relatoria: Senador Telmário Mota
Relatório: Pela rejeição do Projeto.
Observações:
Tramitação: Terminativo nesta CDH.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Tenho um Requerimento, o de nº 131, com relação ao evento que vamos ter no dia 25, um convidado que teremos para os 61 anos de morte Presidente Getúlio Vargas, eu queria colocá-lo em votação porque ele é importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Consulto aos Srs. Senadores que concordam com a inclusão extrapauta do requerimento proposto pelo Senador Telmário Mota.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vamos, então, de pronto, ao requerimento.

ITEM 23
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 131, de 2015
- Não terminativo -

Requer o aditamento ao RDH 125 de 2015, para que seja acrescida à lista de convidados o Senhor José Augusto Miranda Souza Ribeiro, jornalista e escritor da trilogia "A Era Vargas.

Autoria: Senador Telmário Mota

Em discussão, o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu preciso só fazer duas leituras rápidas e vou ter que ir até a CCJ. E passo já a Presidência para V. Exª para que eu possa dar esses dois pareceres rapidamente.

É a primeira vez que eu vou ter que sair, mas, se todos tiverem que sair, eu fico. Não há problema. É a primeira vez que estou pedindo para sair. E é o projeto da Boate Kiss, pessoal, um projeto importantíssimo.

Se alguém puder ficar até eu ir lá... Eu sei que o Presidente aqui já assumiu que fica, mas se tiver alguém no plenário... Mas aqui vai ser bem rápido. Se eu puder fazer essas duas denúncias, ler o preâmbulo...

Na verdade, eu sou Relator de duas denúncias que estão acumulando aqui. E, como estou sempre correndo, não fiz. Estou perdendo tempo já.

Senador, por favor, V. Exª assuma a Presidência.

Carta-denúncia relativa à prática de tortura, agressões físicas e morais contra detentos da cadeia pública Dalton Crespo de Castro, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, durante rebelião.

Relatório

Vem ao exame desta Comissão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lido o preâmbulo, eu assumo a relatoria. Estamos acertando aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Eu já estava enveredando pelo relatório, mas na verdade...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O senhor está presidindo agora e eu sou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Na verdade, o Relator é o Presidente. Agora eu estou em exercício, passo a palavra ao Relator.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – De posse, eu já vou direto no voto, que é bem curto.

O documento de denúncia da prática de tortura, agressões físicas e morais, inclusive com a utilização de explosivos e tiros de bala de borracha, agressões, na penitenciária da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, policiais do Serviço de Operações Especiais e pelo Grupamento de Serviço de Escolta contra detentos da Cadeia Pública Dalton Crespo de Castro, em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, durante a rebelião.

Rapidamente, em conformidade com o §1º do art. 96, a fim de dar brevidade, eu já expresso aqui meu voto.

Ante o exposto, sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia da denúncia à Coordenação-Geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para análise do caso e adoção das providências que entender cabíveis.

Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Em votação, o relatório.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 2. Apresentação e deliberação do relatório sobre carta-denúncia relativa à prática de tortura, abuso de autoridade e ameaça por parte de agentes públicos.

Relatoria do Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O documento denuncia a prática de tortura, abuso de autoridade e ameaça por parte da juíza de Direito da Vara Criminal da Infância e da Juventude de Ouro Preto, Lúcia de Fátima Magalhães Albuquerque Silva, da agente penitenciária Isabeli Mercês Silva Fernandes e do agente judiciário da Vara Criminal da Infância e da Juventude de Ouro Preto, Ricardo Campos de Almeida e do agente penitenciário Vicente.

Análise

Em conformidade com o §1º do art. 96, a fim de dar brevidade a essa denúncia, já vou expressar o voto.

Ante o exposto, sugere-se que esta Comissão encaminhe cópia da denúncia para verificar os fatos e a veracidade ou não à Corregedoria do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao Conselho Nacional de Justiça e à Secretaria do Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais para análise do caso e adoção das providências que entender cabíveis.

São os dois relatórios, Sr. Presidente. Esse é o último já.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Em votação o relatório. (*Pausa.*)

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu vou até à CCJ, e V. Exª, no exercício da Presidência, poderá colocar em votação. Se não me engano, são dois ou três projetos somente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Senador Donizeti, solicito a V. Exª que presida a reunião. (*Pausa.*)

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª a inclusão extrapauta de dois requerimentos de nossa autoria, os Requerimentos nºs 133 e 132.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Consulto os Senadores e Senadoras se concordam com a inclusão extrapauta dos requerimentos do Senador Capiberibe. (*Pausa.*)

Se não há ninguém contra, estão incluídos.

Vamos aos requerimentos.

ITEM 24

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 132, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater: "Exploração Mineral no Brasil, Para que e Para quem?".

Autoria: Senador João Capiberibe

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Acerca desse requerimento, Sr. Presidente, recebi as lideranças dos movimentos que se preocupam com a mineração no Brasil. Os efeitos da mineração causam impactos, em geral, muito negativos na vida das pessoas. E os resultados da exploração mineral deixam muito pouco em relação às comunidades locais. Por isso, estamos convidando as lideranças de pessoas atingidas pela exploração mineral para que possamos debater aqui e sugerir legislação pertinente, até que possa, digamos, criar alguma condição satisfatória para as comunidades onde ocorre a exploração mineral.

Portanto, peço a aprovação dos nossos pares.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Parabenizo a iniciativa do Senador João Capiberibe. Do meu ponto de vista, este tema é muito relevante e merece mesmo a atenção aqui da Comissão, para serem debatidas as condições precárias do trabalho e os danos à saúde e ao próprio meio ambiente. Acho que é muito importante.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 25

REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 133, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, para debater: "A garantia e a manutenção dos direitos a segurança e a saúde dos trabalhadores e dos atingidos pela atividade mineraria no Brasil".

Autoria: Senador João Capiberibe

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Este é um aspecto: as consequências da exploração mineral na saúde dos trabalhadores. E também há uma precariedade, em geral, nesse tipo de exploração.

Solicito que seja aprovado este requerimento para que possamos promover o debate aqui na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Em discussão o Requerimento nº 133, de 2015, do Senador João Capiberibe. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Passo a Presidência ao Senador João Capiberibe, para proceder ao pedido de inclusão extrapauta de um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Consulto as Srªs Senadoras e os Srs. Senadores se concordam com a inclusão do requerimento extrapauta.

Coloco em votação a inclusão extrapauta.

Aqueles que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 26
REQUERIMENTO COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA Nº 130, de 2015
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública conjunta das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Assuntos Sociais, com o objetivo de debater o tema: "Primeira Infância e Epigenética: um novo paradigma no Desenvolvimento Infantil".

Autoria: Senador Romário e outros

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, o requerimento é do Senador Romário e eu estou assinando, tornando-me signatário do requerimento.

A audiência pública será realizada no próximo dia 21 de outubro, às 10h.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: Drª Françoise Molenat, Drª Maria Regina Maluf, Dr. Gilles Cambonie, Dr. Luiz Antônio Correa.

Esse é o requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Obrigado, Sr. Senador.

Em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vou devolver a Presidência aqui para o Senador João Capiberibe e voltar, ali, à minha condição de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado, Senador Donizeti.

Eu informo que foram retirados de pauta o PLS nº 212, de 2013, o PLS nº 4, de 2014, e o PLS nº 272, de 2014, do Senador Romário, a pedido.

Então, estamos retirando esses projetos de pauta.

São os seguintes os projetos retirados de pauta:

ITEM 13
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 212, de 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.

Autoria: Senador Paulo Paim
Relatoria: Senador Romário

ITEM 15
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta os § 3º e 4º ao art. 22 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para que os municípios sejam autorizados a conceder permissão de uso da praia para o desenvolvimento de projetos de inclusão social de pessoas com mobilidade reduzida, por meio da acessibilidade às praias.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Relatoria: Senador Romário

ITEM 17
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 2014
- Não terminativo -

Acrescenta parágrafo ao art. 45 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e altera a redação dos arts. 44 e 46 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para prever o uso da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e de legendas nas propagandas eleitoral e partidária efetuadas mediante transmissão por televisão.

Autoria: Senador Ruben Figueiró

Relatoria: Senador Romário

Não havendo nada a tratar, a não ser que V. Exª queira usar da palavra, se não houver nada mais a tratar, dou por encerrada essa sessão.

Obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 8 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 50 minutos.)

ATA DA 67ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2015, QUINTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e sete minutos do dia vinte de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Fátima Bezerra, Hélio José, Flexa Ribeiro e José Medeiros. Registra-se a presença dos Deputados Federais Ademir Camilo, Mendes Thame e Carlos Zarattini. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 81 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre o tema: "O Direito do Trabalho na Rede de Lanchonetes McDonald's". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado, e será transmitida em português e inglês. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Scott Courtney, Diretor Organizador da SEIU - *Service Employees International Union*, Washington-DC, EUA; Adriana Alvarez, Membro do Comitê Organizador Nacional Luta para 15 de Chicago, EUA; Francisco Calasans Lacerda, Presidente do SINTHORESP; Leonardo Osorio Mendonça, Procurador do Ministério Público do Trabalho – MPT; José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores – NCST; Ian Francis Lees-Galloway, Membro do Parlamento de Palmerston North - Nova Zelândia – Partido Trabalhista; Jutta Steinruck, Membro do Parlamento Europeu, membro do Comitê de Emprego e Assuntos Sociais; Alci Matos Araujo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços e representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Margaret Matos de Carvalho, Procuradora Regional do Trabalho no Paraná; Octaciano Neto, Trabalhador da McDonald's no Brasil; Maximiliano Nagl Garcez, Representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas- ALAL; Gerardo Iglesias, representante da Regional Latinoamericana – UITA. O Senhor Presidente agradece a presença das delegações dos seguintes países: Estados Unidos; Reino Unido; Panamá; Coreia do Sul; Chile; Argentina; Alemanha; Austrália; Japão; Dinamarca; Bélgica; República Dominicana; Nova Zelândia; Espanha; França; Suíça; México; e Brasil. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Terence Wice, Trabalhador do McDonald´s de Kansas City; Nadaije Paul Jajaoute, Trabalhadora em cuidados das crianças, de Tampa, Flórida; Lynda Kessizarif, Trabalhadora do McDonald's na França; Lucas Marcus, Trabalhador do McDonald's no Brasil; Victoria Rebecca Hopgood, Trabalhadora do McDonald's em Nova Zelândia; SangdoSeo, Trabalhador do McDonald's na Coréia do Sul; Marisol Del Carmen Pimentel, Trabalhadora do McDonald's no Panamá; Harald Wiedenhofer, Secretário-Geral da EFFAT; Dawn Butler, Membro do Parlamento do Reino Unido; e Valdir Ascari, Metalúrgico. O Senhor Presidente concede a palavra aos expositores para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: 1) Encaminhar uma carta à diretoria do McDonald's, relatando o conteúdo do que foi tratado na Audiência Pública, a fim de buscar o diálogo e a melhoria das condições de trabalho para os empregados do McDonald´s. O Senhor Presidente destaca a importância do papel do Ministério Público do Trabalho na luta e garantia dos direitos dos trabalhadores, o que não deve cessar. O Senhor Presidente passa a presidência para a Senadora Regina Sousa às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Às onze horas e cinquenta e três minutos a Presidente Regina Sousa devolve a presidência ao Senador Paulo Paim. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Hélio José e a Senadora Regina Sousa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e sete minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 67ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu faço um apelo a todos, pois a sala estará lotada, até para que possamos ouvir bem os nossos convidados, que, se puderem, fiquem em silêncio. Ajudaria muito o encaminhamento da Mesa.

Assim sendo, vou concluir a leitura de abertura e, em seguida, formataremos a Mesa e iniciaremos o debate.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 81, de 2015, desta Comissão, de minha autoria, para debater o tema: O Direito do Trabalhador nas Redes de Lanchonete McDonald's.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários, perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

A nossa audiência pública será transmitida pela internet para todo o País e pelos canais alternativos, também pela TV Senado, Agência Senado e pela Rádio Senado. Como temos várias comissões reunidas, o canal pode ser alterado, mas depois também será reproduzida para o País pela TV Senado. Informa-me a assessoria que esta audiência pública será transmitida em inglês e português, pois temos representantes de 20 países aqui presentes neste debate sobre o mundo do trabalho.

Eu vou fazer uma pequena introdução só para situar àqueles que estão acompanhando a nossa audiência pública pelo sistema de comunicação aqui do Senado.

Sejam todos bem-vindos ao País!

Em nome do Senado Federal e desta Comissão, eu cumprimento principalmente os representantes dos 20 países que aqui estão chegando, até porque alguns ainda estão se identificando na portaria, o que é natural acontecer. São cerca de 200 pessoas que vão participar deste debate nesta Comissão. Informo que teremos telões em outras salas, com total assessoria. Enfim, hoje temos a honra de ter aqui conosco representantes dos sindicatos e grupos de trabalhadores e lutadores de 20 países nesta Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria pedir uma salva de palmas, principalmente para todos esses representantes de 20 países. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos ao nosso querido País, o Brasil, que os acolhe com muito carinho!

Esta audiência pública surgiu a partir de uma série de denúncias que chegaram a esta Comissão, em uma provocação feita, em um primeiro momento, claro, depois se somaram todos os sindicalistas aqui presentes, pela Contratuh, por intermédio do Moacyr, mas é uma luta unânime. Eu sempre digo que não há luta de um homem só, mas sim do coletivo, pensando no bem do conjunto da população. Enfim, são denúncias de trabalhadores de todo mundo e, neste momento, nos moldes de algumas já feitas anteriormente por mim em outra situação. Então ninguém pense que... O meu papel é que é de total transparência. Para mim pode ser McDonald's ou outra indústria qualquer que aqui chegar: indústria, comércio, banco, não importa o quê, mas sim que, onde estiverem em jogo os interesses dos trabalhadores, como eu digo sempre, direitos humanos não tem fronteira. É uma luta universal.

Eu já tive aqui um debate sobre trabalhadores em greve no Canadá, e mediei a greve naquele país. Foram duas reuniões nesta sala. Por fim, chegamos ao entendimento e a greve, no Canadá, chegou a um bom termo. Envolvia a Vale do Rio Doce aqui no Brasil. Então, vieram diretores da Vale do Rio Doce, vieram Diretores dessa empresa no Canadá e vieram sindicalistas do Brasil e do Canadá. Fizemos um debate de alto nível, como tenho a certeza de que este também o será, para que, ao final, possamos fazer os encaminhamentos na busca de soluções.

Enfim, essa situação tem preocupado autoridades em todo o Planeta, em especial no Brasil, onde o tema inclusive já é fruto de inúmeras ações judiciais. Estamos vendo o crescimento dessa luta e a acompanhamos há alguns anos, quando trabalhadores do McDonald's começaram a trazer a esta Comissão, naturalmente via sindicato, uma série de denúncias quanto a salário e condições de trabalho.

Iniciou-se em Nova York a luta pelos US$15 a hora de trabalho. De lá, a campanha se espalhou por 200 cidades dos Estados Unidos e 40 países. Para nós, acompanhar esse debate faz parte da nossa história, não é da minha história, da nossa história, das nossas vidas. A maioria dos que aqui estão vieram do que eu chamo de mundo sindical; uns falam a família sindical.

Eu estou, Senador, no Parlamento há 30 anos: quatro mandatos de Deputado Federal e segundo mandato de Senador, mas nunca me esqueço de minhas origens, de onde vim e o porquê de eu estar aqui.

Então, eu sempre tenho um lado. Ter lado é uma coisa; ser imparcial é outra coisa. Então nós temos que ter aqui o entendimento de que eu vou presidir este debate como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. E todos os que aqui estão sabem do meu compromisso com todas as centrais sindicais e confederações.

Quero registrar que a nossa luta é em defesa da democracia e da garantia dos direitos de todos, sejam trabalhadores, sejam empregadores. Já faleceu, há mais de um século, um grande revolucionário no Rio Grande que dizia o seguinte: "Dentro da lei, tudo; fora da lei, nada!" Se a lei não corresponde à expectativa, seria ainda muito pior sem ela. Por isso eu sou daqueles que não aceita, já tentaram aplicar no Brasil, que deveria valer o negociado sobre o legislado. Vocês devem se lembrar desse debate. Foi um confronto muito duro aqui dentro, mas conseguimos derrubá-lo e prevaleceu que a negociação é acima da lei e não abaixo da lei. Então, "dentro

da lei, tudo; fora da lei, nada!" Além da lei, para beneficiar as partes envolvidas, tudo bem, desde que não fira, no caso do Brasil, nem a CLT nem a Constituição.

Eu acompanho, naturalmente, o crescimento dos trabalhadores e das suas organizações no Brasil e no mundo. Eu mesmo, pela minha experiência, e aqui não vou entrar em detalhes, como está no documento do Sindicato de Canoas, depois fui Presidente da Central Estadual do Rio Grande do Sul, que unia todas as centrais, só havia uma central, a qual eu presidi; depois houve o desmembramento e nós criamos uma série de centrais sindicais. E, aqui no Congresso, eu fui Relator, como Deputado, do projeto que legalizou as centrais sindicais no Brasil, mediante um grande entendimento entre centrais e confederações que conseguimos assegurar.

Enfim, sem direitos não é legal – uma frase que me mandaram aqui – por isso estamos aqui neste momento.

Vamos ainda, se vocês me permitirem, devido aos nossos compromissos e responsabilidade com este momento da história, poder fazer um outro registro, que considero de suma importância. É bom que vocês saibam que há uma crise no Brasil, e ninguém nega, crise social, política, econômica e – por que não dizer? – ética. Mas a democracia, para nós, está em primeiro lugar. Creio que, se em qualquer país do mundo onde houver uma crise o caminho for a derrubada do presidente e do próprio Congresso, nós estaremos ferindo de morte a democracia. Então, divergir, discordar... Eu mesmo sou da Base do Governo, mas, de forma pontual, tenho as minhas discordâncias. E nem por isso vou engrossar. Pelo contrário. Eu engrossarei sempre o movimento de rua, em defesa da democracia.

Críticas são validas, e respeito muito quem faz oposição, nós fizemos oposição ao longo de nossa vida, agora, a disputa é no voto e, no momento adequado, ganha quem tiver mais apoio junto à população na disputa democrática e pelo voto. Digo isso por que vou falar do Rio Grande do Sul, em uma rápida introdução, porque me comprometi com os trabalhadores que estão em greve lá no meu Estado. Portanto, vou situar vocês.

No Rio Grande do Sul, nós perdemos as eleições para o adversário, que está passando por um momento difícil. O Estado está paralisado, quem é gaúcho aqui sabe, uma situação, de fato, de caos em todo o Estado. Inclusive, estamos com policiais civis, militares, servidores, trabalhadores em greve em todo o Estado. O Estado está paralisado. E nem por isso eu vou pedir o *impeachment* ou a queda do Governador, que foi eleito pelo voto direto. Se há uma crise que vem se acumulando ano após ano, que se resolva pelas vias democráticas e não por qualquer tipo de proposta de afastamento do Governador.

Mas, rapidamente, apenas para situá-los, pois me comprometi com eles, que estão nas ruas lá no Rio Grande do Sul, que, na abertura, Moacyr, eu faria este registro, informo que mais de 50 mil servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul presentes em Porto Alegre, em uma grande assembleia, decidiram, por unanimidade, entrar em greve unificada por três dias. Portanto, servidores públicos, trabalhadores do Estado na área de segurança, educação, saúde e outros estão paralisados até dia 21, sexta-feira. Caso o Governo volte a atrasar e parcelar os salários dos trabalhadores, nova paralisação acontecerá de 31 de agosto a 3 de setembro. Também ficou definido um grande encontro, um ato público em frente o Palácio Piratini, no dia 3 de setembro.

Importante destacar que, depois de muitos anos, as entidades sindicais do Rio Grande do Sul se uniram em defesa dos direitos e das conquistas dos trabalhadores da ativa e dos aposentados e pensionistas, que estão sendo prejudicados, tendo em vista está situação em que o Rio Grande se encontra.

Esperamos que Governo e grevistas entrem em acordo o mais rápido possível. E que atrasos salariais não aconteçam mais.

Recebi correspondência da Frente em Defesa das Empresas Públicas do Rio Grande do Sul. A preocupação é com o futuro das empresas públicas do Estado, em especial a CEEE, a Corsan e o Banrisul e a Fundação Zoobotânica. O Governo Estadual tem sinalizado, para a tristeza de todos nós, o enxugamento da máquina pública, com a famosa palavra "privatizações". Nesse sentido, já foram enviados para a Assembleia Legislativa projetos para a alteração das aposentadorias dos servidores, extinção da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), da Fundação de Esporte e Lazer (Fundergs), da Fundação Zoobotânica, além da criação de uma empresa específica para a área de cartões de crédito do Banrisul.

Tais empresas desempenham um papel estratégico no desenvolvimento do Rio Grande, sendo grandes executoras de políticas públicas, em especial para a população mais carente. Os pequenos empresários e agricultores, principalmente da agricultura familiar, demonstram com esse documento, além dos sindicalistas, as suas preocupações. Além disso, servem como fonte de recursos para o próprio Estado. Também são fontes de emprego e renda para mais de 10 mil trabalhadores diretos.

Eu termino dizendo onde começa o grande caos do meu Estado. Nós fizemos um empréstimo, ainda no tempo da inflação altíssima, de R$10 bilhões. Pagamos de lá para cá mais de R$22 bi e estamos devendo mais de R$50 bi, porque os juros são escorchantes, uma verdadeira agiotagem da União, e não estou falando deste ou daquele governo, ao longo dessas décadas, com os Estados do Brasil.

Por isso estamos entrando com um projeto de lei aqui no Parlamento que diga: tudo bem que atualizem a dívida pela inflação, a dívida do Estado, porque é um ente federado, e não que se trabalhe como um banco que está buscando lucro em cima dos Estados coirmãos. Se isso for feito, entendemos que se resolve a questão do nosso Rio Grande.

Assim, Moacyr, eu encerro essa parte, e vamos agora fazer a montagem da nossa Mesa.

Convido para a Mesa aquele que me procurou no primeiro momento – eu sempre destaco esses encaminhamentos para justiça dos fatos –, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Moacyr Roberto Tesch Auersvald, para quem já peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Convido, de imediato, Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), uma das centrais, que também está sempre com a gente em todos os embates. (*Palmas.*)

Convido José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

O Moacyr vai falar em nome do Calixto da Nova Central também. (*Palmas.*)

Francisco Calasans Lacerda, Presidente do Sinthoresp, que esteve comigo durante toda esta semana conversando sobre essa questão. (*Palmas.*)

Agora, nesta primeira Mesa ainda, Adriana Alvarez, membro do Comitê Organizador Nacional pela Luta para 15 de Chicago, Estados Unidos da América – de US$15. (*Palmas.*)

Faltou aqui na minha relação o "dólares". Não sabiam se colocavam real ou dólar e não colocaram nada. Daí eu fico com o problema na mão: 15 o quê? Aí, o Moacyr me salva aqui: Membro do Comitê Organizador Nacional pela Luta dos US$15 de Chicago, Estados Unidos da América.

Agora, o Diretor Organizador do SEIU (Service Employees International Union Washington DC, EUA), Scott Courtney. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Agradeço aqui pela ajuda na pronúncia.

Olha, eu não vou, de imediato, nesta Mesa, até por gentileza, botar para falar um convidado internacional. Então, pergunto quem quer fazer a primeira fala e fazer uma saudação a todos os nossos convidados. Eu acho que fica entre o Ricardo Patah e o Moacyr. Quem será o primeiro a falar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, o próprio Ricardo Patah, presidente de uma grande central no Brasil. Tenho certeza de aqui ele fala não só pela UGT, mas pelo movimento sindical brasileiro, fazendo a saudação inicial e já expondo seu ponto de vista sobre o tema em debate.

Permita, Patah, ainda informar que aqui não há o problema de primeira ou segunda Mesa.

Na segunda Mesa, falará o representante do Parlamento Palmerston North, Nova Zelândia, Partido Trabalhista, Ian Lees-Galloway; depois, o membro do Parlamento Europeu, membro do Comitê de Emprego de Assuntos Sociais, Jutta Steinruck; depois, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços e representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Alci Matos Araujo; depois, o Procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Dr. Leonardo Osorio Mendonça; e, ainda, Octaciano Neto, trabalhador da Rede de Lanchonetes McDonald's no Brasil; por fim, Maximiliano Nagl Garcez, representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal).

Quero dar um destaque ao Maximiliano, que me tem acompanhado por todo o Brasil. No Brasil, há 27 Estados, incluindo o DF, e estamos viajando por todo o Brasil, fazendo o debate sobre a terceirização. Em nome desta Comissão de Direitos Humanos, vou com uma delegação a cada Estado. Fizemos debate na assembleia, dizendo "não" à terceirização da forma como querem, goela abaixo, como diz o outro, colocar aqui, no Brasil, trazendo prejuízo para milhões e milhões de trabalhadores.

O Brasil tem cerca de 40 milhões de trabalhadores com carteira assinada, chamados celetistas, com os direitos reconhecidos. Nós temos 12 milhões e meio terceirizados. O que eles querem, a partir do projeto que vem da Câmara, é jogar todo mundo no campo da terceirização, desrespeitando inclusive a questão da diferença entre atividade-meio e atividade-fim, e não vamos permitir isso.

Do nosso trabalho, nos 14 Estados onde estivemos, nasceram 14 cartas contra esse projeto. Vamos chegar aos 27 Estados, todos contrários ao projeto e faremos aqui em Brasília, provavelmente em maio – esse projeto não será votado a toque de caixa –, um grande encontro nacional. Queremos reunir 5 mil dirigentes, com uma carta à Nação contra a terceirização na atividade-fim.

Companheiro Patah, com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO PATAH – Bom dia, companheiros e companheiras. Quero cumprimentar aqui o meu companheiro Moacyr, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh). Quero também cumprimentar o nosso companheiro Scott Courtney, diretor organizador do SEIU;

a nossa companheira Adriana Alvarez, membro do Comitê Organizador Nacional pela Luta dos US$15 de Chicago; meu amigo e companheiro Francisco Calasans; e, especialmente, o nosso querido Senador Paulo Paim.

Queria cumprimentar a Jeanne, o Joey, o Deputado Camilo, que está aqui conosco e é Vice-Presidente da UGT, e, em especial, todos aqueles que vieram de outros países para esta audiência pública e meus companheiros e companheiras brasileiros.

Antes de fazer algumas reflexões, quero enaltecer o muito pertinente trabalho que está sendo desenvolvido pelo Senador Paim. Como todos sabem, o Senador, na realidade, ativa sua função em nome de um Estado. O Estado dele, como ele mesmo já disse, é o Rio Grande do Sul. Mas o Senador Paim tem, na realidade, feito um trabalho muito intenso a favor dos milhões de trabalhadores e trabalhadoras do nosso País. A meu ver, é ó único Senador que tem no DNA a percepção da defesa das questões mais fundamentais na relação capital e trabalho a favor do trabalhador.

Entre as questões, destaco uma, que, no Brasil, diferente dos Estados Unidos, teve outra história: a questão racial. Sempre diziam que, no Brasil, não havia discriminação racial. O Brasil é o país do Pelé, jogador de futebol, do Carnaval, dos cantores, mas há muita discriminação, e esse Senador enfrentou isso. E conseguimos, de forma pacífica, aprovar o estatuto da igualdade e oportunidade. A partir desse marco regulatório, iniciamos no País uma campanha fundamental da igualdade e oportunidade.

Por isso, Senador, é muito prazeroso estar aqui nesta Comissão que V. Exª preside, numa ponderação que, logo em seguida, vamos falar e que também tem tudo a ver com seu perfil; tudo a ver buscar efetivamente o que é de justiça no nosso País.

Senador, também o momento que estamos vivendo todos que aqui estão, com certeza, estão acompanhando no Brasil, essas questões de que as ruas estão falando. Tivemos três ações importantes aqui no nosso País. As ruas falam, nós escutamos, esse Senador escuta, mas é um momento muito crítico, e é muito pertinente também, neste momento, desenvolvermos esta atividade aqui no Senado, porque tem tudo a ver com o que vamos – esta Mesa e a outra Mesa – debater e discutir sobre as questões do McDonald's.

Queria dizer como prólogo que, no Brasil, até 1970, 1980, só tínhamos multinacionais na área da produção, e, a partir dessa data, iniciamos um processo de termos, na área de comércio e serviços, empresas multinacionais. Para não citar só o McDonald's, tivemos o grupo Carrefour, francês, o grupo Walmart, americano, e o grupo Casino, também francês. E nós percebemos que, na área de comércio e serviços, essas empresas passaram a ser as maiores empresas do nosso País, trazendo as suas culturas, mas muitas vezes trazendo o capital selvagem para colocar "de quatro" – desculpe a palavra – os trabalhadores do nosso País. (*Palmas.*)

No caso específico do Walmart, por exemplo, a maior empresa do mundo – parece que foi superada pela Amazon –, fatura mais de US$400 bilhões.

Nos Estados Unidos, Senador, companheiros e companheiras, há mais de 3 milhões de trabalhadores, e não tem um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu ia perguntar exatamente isso. Se você pudesse dar o número de trabalhadores em cada empresa, só para que os que estão assistindo a esta reunião pelo sistema de comunicação tenham uma noção da abrangência desta audiência pública...

O SR. RICARDO PATAH – Essa empresa lá representa mais de 3 milhões de trabalhadores. Não há um trabalhador do Walmart sindicalizado. A prática antissindical é de tal dimensão que não se permite ao movimento sindical, que busca os direitos e as melhorias, participar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um sindicalizado?

O SR. RICARDO PATAH – Não tem um.

Para se ter uma ideia – acho importante, para a gente fazer uma correlação depois com o McDonald's –, lá nos Estados Unidos, é diferente a estrutura sindical e é diferente a participação do movimento sindical. Lá, é como se estivesse a superintendência do trabalho acompanhando uma votação. Se é preciso conseguir 50% mais um, em se conseguindo, depois, há outra votação. Quando chega a 50% mais um, o que é quase impossível, a empresa manda todo mundo embora. Então, logicamente, não se consegue aprovar o sindicato.

Mas ocorreu no Canadá, porque o UFCW, que representa os trabalhadores, é binacional, como a SEIU também. E, no Canadá, numa loja de 10.000m², se conseguiu, de forma especial, passar os 50% mais um e montar o sindicato. Sabe o que aconteceu, Senador e companheiros? Fecharam a loja. Simplesmente fecharam a loja.

Não existe, então, lá nos Estados Unidos, nenhum trabalhador sindicalizado. Estou comentando isso, porque acho que, no Brasil, está acontecendo uma situação muito interessante e peculiar, que é a solidariedade internacional. O mundo é globalizado, e temos de estar efetivamente juntos. Orgulha-me profundamente estar aqui com a SEIU e todos aqueles trabalhadores de outros países representados aqui, o que nos dá uma dimensão fundamental do que estamos buscando.

Nós tivemos já três ações internacionais importantes: com o próprio Walmart, com a UFCW; com a Nissan, que tivemos com a UAW (United Auto Workers Union); e, agora, na questão do McDonald's.

Agora vou fazer alguns comentários efetivos sobre a situação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Patah, permita-me, porque não anunciei, mas cada convidado terá dez minutos.

Você fez a saudação. Depois da saudação, abri o seu tempo. Mas você ainda tem em torno de oito minutos.

O SR. RICARDO PATAH – Que bom. Obrigado, Senador.

Esse Senador, eu vou lhe dizer... Se eu pudesse votar... Ele é do Rio Grande do Sul, eu sou de São Paulo, mas temos de fazer alguma coisa no Brasil para todo brasileiro votar no Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

Mas, meus companheiros, a UGT, no que tange à representação dos trabalhadores do McDonald's, tem uma representação importante no Rio de Janeiro, que é o sindicato filiado à UGT e ao João Ricardo, Presidente. Lá, ele teve várias conquistas, todas elas na Justiça. Este é um dos problemas: não há um diálogo com a empresa, como existe com outras.

O Walmart no Brasil. Nós, comerciários, e as outras centrais também, temos o diálogo e conseguimos efetivamente conquistas. No Walmart, a conquista é só através da Justiça, e lá, no Rio de Janeiro, tivemos várias sentenças ganhas, porque o trabalhador saía da câmara fria, já ia para um lugar quente do McDonald's e sofria aquela questão muito grave da temperatura. Conversava, fazia ações, e o McDonald's não queria nem saber. Tratava o trabalhador como se fosse uma máquina: se ele está a 30 graus negativos e vai para 10 ou 20 positivos, pouco importa para eles.

Então, o João Ricardo, lá no Rio, entrou na Justiça, e tenho certeza de que outros lugares do Brasil também conseguiram: a insalubridade foi conquistada lá, porque é um direito que está na CLT, mas tem que ser conquistado na Justiça, porque não era dado, como outras questões, como as médias variáveis e assim por diante.

No Brasil, uma das questões trabalhistas mais graves é a tal da flexibilização da jornada. Eu quero aqui até fazer um alerta, Senador, porque no comércio já existe proposta de trazer esse "flex" – chamam de "flex" – para os comerciários do Brasil inteiro. O que significa isso? Significa que quem determina o horário do trabalhador é a empresa e que, se ele tiver que ficar na empresa quatro ou cinco horas sem ativar sua função, ele não vai ganhar nada, mas vai ficar lá quatro ou cinco horas por dia à disposição da empresa sem ganhar, o que, para mim, é um trabalho análogo à escravidão, situação que nós temos que extirpar de todas as formas e por todas as compreensões. Essa talvez seja uma das situações mais graves. Ou seja...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO PATAH – ..., as multinacionais, que, nos seus países, muitas vezes, podem estar adequadas à lei... Por exemplo, o Carrefour, na França, segue a legislação direitinho; aqui, no Brasil, por conta do Walmart, quer flexibilizar também. É uma empresa grande. No mundo, o Carrefour vende mais de US$200 bilhões. É uma das maiores empresas do mundo.

Então, essas empresas vêm para o Brasil e querem nos tratar como se estivéssemos na época dos indígenas: querem nos dar espelhinhos, querem trocar, querem nos tratar, efetivamente, como um povo de terceira categoria, como um povo da "república das bananas", como chamam o Brasil. Até hoje tem empresa que acha que o Brasil é uma "república das bananas". Somos a sétima economia do mundo, e nos tratam como bananeiros. Não podemos permitir isto! E há até certas situações que nos constrangem profundamente. Na realidade, nos impõem salários aviltantes, nos impõem um tratamento como se fôssemos um povo de quarta categoria.

Então, essa atividade que está sendo desenvolvida aqui, no Senado...

Eu quero resgatar rapidamente, porque este Senado vai enfrentar muito brevemente, a questão do antigo PL 4.330, que trata da terceirização. Eu não tenho nada contra trabalho terceirizado, mas ele tem que ser regulamentado. Mas precarizar e tratar todos os trabalhadores como terceirizados é muito ruim. E o que me preocupa – e eu volto a insistir nisto com os meus companheiros do Brasil – é que estamos ouvindo que há um acordo entre o Renan e o Governo para aprovar isso imediatamente. Nós precisamos realmente ficar muito atentos e vigilantes... (*Falha na gravação.*)

Nós, efetivamente, vamos precarizar definitivamente. E não é preciso nem McDonald's e Walmart, pois essa própria lei vai precarizar tudo no nosso País. Então, é um alerta que faço aos meus companheiros.

Mas eu queria agora enfocar temas que fogem da área trabalhista, mas que, a meu ver, têm uma repercussão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Patah, deixe-me só esclarecer à luz dos fatos e da verdade. Eu desconto do seu tempo. Fique tranquilo. Vai tocar a campainha lá...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ..., mas eu vou te dar mais tempo.

Para que fique claro, pessoal, como a reunião é transmitida pela Agência Senado para grande parte do País, o que aconteceu no Brasil é que havia, na verdade, um vácuo político, e o Presidente do Senado apresentou uma pauta de 28 itens, e hoje já são, mais ou menos, 47, e ali dentro está o item da terceirização. Mas eu já conversei com o Presidente Renan. Não há nenhuma intenção de dar urgência para esse projeto. Ele disse que esse projeto está na pauta dos 48 itens, mas não quer dizer que haja entendimento. Ainda hoje à tarde teremos uma conversa com o fórum nacional contra a terceirização e vamos dialogar com ele para ver, porque nossa intenção é que esse projeto não seja votado este ano. Se for para votar este ano, há acordo e é pela rejeição. Aí pode votar até hoje à tarde. Se for pela rejeição, pode votar até hoje à tarde, e vamos trabalhar em cima de outro projeto.

Digo isto, Patah, porque, como sei que, nos gabinetes, assim como na Presidência, muitos Senadores estão assistindo à nossa audiência pública, eu quero manter essa ponte nos moldes. Mas você fez bem em alertar que está na pauta desses 40 itens. Mas quero dizer que o Presidente Renan me disse, na última vez em que estive com ele, que esse projeto não será votado de forma truculenta, como aconteceu na Câmara dos Deputados. Ele ficou lá 11 anos e foi votado da noite para o dia.

Feito o esclarecimento, volto a palavra para seus últimos cinco minutos. Vou dar mais cinco minutos.

O SR. RICARDO PATAH – Obrigado.

Senador, agora eu quero colocar de outra forma questões que nos preocupam. A UGT até assinou um documento jurídico solicitando uma abertura imediata de investigação pela Procuradoria Regional da República de São Paulo, pelo Ministério Público, com relação a alguns temas.

Sobre os impostos. É uma questão, Senador e companheiros que aqui estão participando desta reunião, que, aparentemente, foge da área trabalhista, mas que tem, realmente, uma consequência muito grave para todos os trabalhadores e toda a sociedade. São dois temas: impostos e a questão das franquias.

Sobre impostos, a *holding*, a Arcos Dorados argentina e a Arcos Dourados nacional, elas têm registro num paraíso fiscal nas Ilhas Virgens Britânicas, onde se opera com sigilo bancário. O que eu estou comentando, na realidade, são indícios. Eu não estou fazendo afirmações, porque nós estamos pedindo exatamente que o Ministério Público possa apreciar e observar irregularidades possíveis.

Eu afirmo com relação aos desvios em relação ao trabalhador, em relação ao que todos que aqui vão falar – com certeza, vão ser enfáticos –, que, nesse caso, eu estou sugerindo a apuração, também para não incorrer em nenhuma fala que seja superficial e que não tenha, depois, comprovação. Foram identificadas 192 ações de governos municipais, estaduais e do Governo Federal contra essas empresas que eu citei: a Arcos do McDonald's e a McDonald's Caribbean. Como grande parte dos lucros da Arcos deriva de atividades de locação, a denúncia pede que se investigue se a empresa está pagando os 25% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e os 9% de contribuição social ou se esses lucros estão sendo contabilizados como *royalties* pagos pelos franqueados, que estão submetidos a uma arrecadação menor. Isso tem um significado importante, porque, caso isso seja comprovado, significa que os impostos que essa empresa deveria pagar para o Brasil, que seriam transformados em valores para a educação, em valores para a saúde, estão, na realidade, lesando o povo brasileiro e sendo colocados nesse paraíso fiscal.

Então, a UGT entrou com esse processo para que nós possamos, definitivamente, olhar com lupa se os recursos dos lucros obtidos no Brasil estão sendo retribuídos para o brasileiro. Não estamos falando isto não só por causa dos trabalhadores do McDonald's, mas por causa do Brasil. Então, é uma denúncia muito grave, e, logicamente, o Ministério Público – eu não tenho poder de polícia; estou falando aqui como cidadão, como trabalhador – poderá, através dessa ação, perceber, com seu olhar técnico, se ocorrem situações como essa.

Ainda pedimos ao Procurador que solicite documentos da Receita Federal e do Banco Central que mostrarão se a empresa está pagando corretamente a alíquota do imposto caso a empresa se negue a fornecer. Se forneceu, muito bem; se negou, que exija.

No caso das franquias, terminando minha fala...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem um minuto. Daqui para frente, 56 segundos.

O SR. RICARDO PATAH – Eu já estou terminando.

Na questão da franquia existe uma truculência na gestão. Então, os franqueados, muitas vezes, têm que trabalhar e cumprir uma série de obrigações que, a nosso ver, violam a natureza do contrato da franquia e interferem decisivamente nos negócios, na liberdade de gestão e na própria autonomia da empresa franqueada.

A denúncia, basicamente, é essa. Você vai receber uma cópia.

Como está terminando, vou fazer os agradecimentos finais.

Primeiro, quero dizer que somente com a unidade, a solidariedade e a compreensão dos trabalhadores brasileiros e daqueles que vêm de outros países é que nós poderemos superar as adversidades que já existem e as que estão por vir. Se não houver unidade... A nossa fala é uma só: a fala do trabalhador, da trabalhadora, da inclusão social, da não discriminação racial. Nós queremos um povo unido. Nós queremos um Brasil que supere essas adversidades e que valorize definitivamente os trabalhadores. No caso específico, eu dou um viva aos trabalhadores do McDonald's!

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Este foi o Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores, a UGT.

Agora, seguindo a lista...

Eu dei um tempo um pouco maior para o Patah, da UGT, porque ele queria fazer uma saudação inicial. Então, eu pergunto: vamos aos convidados internacionais ou...?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, de imediato, com a palavra o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Contratuh, Moacyr Roberto Tesch.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O tempo é de dez minutos para cada um, pessoal!

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar todos os Senadores aqui presentes, gostaria de cumprimentar os Deputados aqui presentes também na pessoa do Deputado Camilo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Deputado Mendes Thame também.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ... e o Deputado Mendes Thame...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foram Deputados Federais comigo durante um longo período.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – O Deputado Camilo também é Vice-Presidente da UGT e tem sido um companheiro nosso em diversas jornadas. Assim, agradecemos sua presença.

E cumprimento os Senadores aqui presentes na pessoa do Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de cumprimentar o companheiro Scott, membro da família – permita-me dizer que é da família, porque assim contemplo todas as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Moacyr, eu me comprometo a descontar do seu tempo, mas sou obrigado a registrar que você iria falar pela Contratuh e pela Nova Central, mas chegou neste momento o José Calixto, Presidente da Nova Central, que eu gostaria de convidar para a mesa. Eu, inclusive, já o havia chamado. (*Palmas.*)

Está aqui o Senador Hélio José, que, comprometido com esta causa, não poderia deixar de estar aqui conosco.

Peço aplausos para o Senador Hélio José e a todos os nossos convidados, na figura do Calixto, que vem à mesa neste momento... (*Palmas.*)

..., e quero dizer que o Procurador do Ministério Público do Trabalho Dr. Leonardo Osorio Mendonça, que tem também um trabalho brilhante nessa área como competente Procurador do Ministério Público do Trabalho, já está à mesa e, tenho certeza, vai dar uma grande contribuição ao debate.

Eu cumprimento com uma salva de palmas o nosso Procurador. (*Palmas.*)

O tempo do Moacyr vai começar a contar a partir de agora, devido às interrupções que eu fiz.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu gostaria de cumprimentar a Adriana Alvarez, membro do Comitê Organizador Nacional de Luta pelos US$15 de Chicago; gostaria de cumprimentar o nosso companheiro Patah, Presidente da UGT; o Presidente da Nova Central Sindical, José Calixto Ramos; o nosso companheiro Calasans; o nosso Procurador do Trabalhador, Dr. Leonardo, que tem sido parceiro nessa luta contra o McDonald's; gostaria de cumprimentar toda a delegação internacional aqui presente; as autoridades aqui presentes, na figura da Angelica; gostaria de cumprimentar as organizações internacionais que estão nos apoiando nessa longa caminhada ao Uita e, na Uita, a todas organizações, na pessoa do companheiro Gerardo.

Meus senhores e minhas senhoras...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, como a sala está muito lotada, e é bom sinal, qualquer conversa que venha do plenário repercute nos microfones aqui na frente. Aí é ruim para todos, pessoal. Então, faço um apelo: plenário em silêncio, orador com a palavra. Quando a palavra for para o plenário, a Mesa – eu me comprometo – vai ficar também em silêncio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paulo Paim, eu queria rapidamente fazer uma fala aqui, porque eu tenho que ir para aquela audiência do senhor mesmo, a da Apae, daqui a pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A audiência da Apae é depois das 11 horas. Nós vamos iniciar às 11h30.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Ah, mudou para depois das 11 horas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora o Moacyr está com a palavra. Se ele puder concluir, em seguida, eu passo para V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É melhor.

Conclua, Moacyr. Pode falar tranquilo, sossegado. Eu te espero.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – O.k.

Eu não poderia, de forma alguma, começar o nosso pronunciamento sem agradecer, com todo o respeito e toda a gratidão, a V. Exª, Senador Paulo Paim. Da mesma forma, eu não poderia, de forma alguma, começar a minha fala sem passar para os companheiros que vêm de muito longe, do outro lado do mundo inclusive, um pouquinho, uma pequena parte da sua história junto ao movimento sindical e a importância de V. Exª junto com o movimento sindical e os trabalhadores.

O nosso Senador Paulo Paim é autor de mais de mil proposições desde a época em que foi, pela primeira vez, eleito, em 1988, como Constituinte. A maioria atendeu as pessoas negras, pobres e deficientes. É uma pessoa que tem extrema sensibilidade social. Fez 44 propostas de emenda à Constituição sempre em defesa dos trabalhadores e dos mais necessitados.

Teve 341 projetos. Entre eles, destacamos o Estatuto da Igualdade Racial – vocês não imaginam o que isso significa para o ser humano e para nós, brasileiros – e o Estatuto do Idoso. É um grande líder, venerado e respeitado pela população de idosos no Brasil e, em especial, o grande líder dos aposentados. Passou inclusive noites e noites em claro nos corredores deste Congresso, abrindo portas e fazendo manifestações em defesa dos aposentados.

É autor do Estatuto das Pessoas com Deficiência, aprovado recentemente neste Congresso e referendado pela nossa Presidente.

É autor do projeto de 40 horas semanais – o movimento sindical há muito, muito tempo, vem lutando para reduzir para 40 horas semanais.

É um dos autores e lutou muito, muito mesmo, pela legalização das centrais sindicais aqui no Brasil. Nós tínhamos as centrais, mas elas não eram legalizadas. E, a partir da sua batuta, da sua forte determinação, junto com todas as centrais sindicais, nós conseguimos a legalização.

É defensor do Aerus. Para quem não conhece, a maioria desta sala, o que é o Aerus? Aerus é formado pelos ex-funcionários da Varig. Quando a Varig faliu, fechou, boa parte dos funcionários, que eram pilotos, comissários, que tinham altos salários, de acordo com suas funções, acabaram recebendo menos do que um salário mínimo e uma boa parte deles inclusive já faleceu. Recentemente, o Senador, com sua determinação, conseguiu rever a situação dos companheiros do Aerus.

Vem presidindo a Comissão de Direitos Humanos, esta Comissão, e já realizou, no período do seu mandato aqui, mais de 80 reuniões, o dobro das outras comissões.

Propôs, e foi aceito pelos membros desta Comissão, aos quais agradecemos muito, o referendo – foi referendado pelo Presidente do Senado, Senador Renan –, audiências públicas no Brasil inteiro para discutir o problema da terceirização; problema esse que afeta todos os trabalhadores aqui do Brasil. Quem já tem essa experiência lá fora sabe o que isso significa na precarização do trabalho do ser humano.

E, por essa decisão, nós – e agora eu gostaria de falar em nome das pessoas que caminham neste Brasil, na pessoa do Max, aqui presente, que vai falar depois e tem acompanhado essa grande maratona – realizamos, em muitos fins de semana, audiências públicas em dois Estados. Todas as audiências públicas são feitas com as casas cheias e preferencialmente nas assembleias legislativas dos Estados. Sempre nas assembleias. O que podemos informar é que já rodamos este País. Nós somos 27 Estados e já rodamos 15 Estados.

Permita-me, Senador, parar por aqui, porque se eu for efetivamente falar da sua trajetória...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se ele contar a história de mil projetos, os senhores se preparem para ficar uma semana aqui.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Mas eu não podia, de forma alguma, Senador, começar a minha fala sem falar para as pessoas que vêm de fora com quem a gente está trabalhando, quem é essa pessoa que defende a nossa trincheira aqui no Congresso.

Companheiros e companheiras, autoridades aqui presentes, dentro dessa linha que acabei de falar sobre o Senador Paulo Paim, gostaria de falar ainda o seguinte: ele é um grande democrata e prega a democracia. Prova disso é o que ele tem feito no seu dia a dia.

A empresa McDonald's e a empresa Arcos Dourados foram convidadas para estar nesta mesa. Lamentavelmente, eles não tiveram coragem e respeito com os trabalhadores de vir aqui enfrentar todos nós cara a cara. O seu massacre com os trabalhadores eles fazem, mas encarar a sociedade para responsabilizar-se pelo que fazem eles não têm a mesma coragem.

Então, eu agradeço V. Exª pela democracia de ter convidado essa empresa que está presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Moacyr, se me permitir. De fato, eu dialoguei com a direção do McDonald's no Brasil e eles entenderam que não poderiam responder pelo McDonald's no Brasil e no mundo e me mandaram uma carta, que vou ler. Para mim, não há segredos. A carta que eles me mandaram, ou no encerramento, ou no intervalo de Mesa da audiência de hoje, eu a lerei.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, a empresa McDonald's é uma das maiores do mundo, a segunda... Inclusive nesta Mesa estão as duas redes que mais empregam no mundo. O McDonald's tem, aqui no Brasil, quase 50 mil trabalhadores dentro das suas lojas. Essa empresa, lamentavelmente, faz um *turnover*. Ela gira todos os seus funcionários em 104% durante o ano. Uma empresa que é boa para trabalhar jamais vai rodar, vai girar 100% dos seus trabalhadores. Portanto, já começamos por esse parâmetro, porque não deve ser algo muito interessante.

Ela defende e emprega muito a questão do primeiro emprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não posso deixar, o Moacyr vai me perdoar, Fátima Bezerra, uma grande Senadora, tem uma marca social muito forte... Eu sempre digo que ela e o Senador Cristovam são meus líderes, os meus gurus, os que orientam minha postura aqui naquela matéria que pode revolucionar o mundo, e está revolucionando, a educação. Tudo passa pela educação. Fátima Bezerra! (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Conte conosco. Beijos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Neste momento, entra agora – Moacyr, obrigado – a Senadora Regina Sousa. A Senadora Regina Sousa é grande militante dos direitos humanos, de assuntos sociais, do Piauí. (*Palmas.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Inclusive, poucos dias atrás, estivemos no Piauí junto com a Senadora. Seja bem-vinda, Senadora.

Nós estávamos falando da importância do primeiro emprego. É muito importante o primeiro emprego, é a abertura para a vida do trabalho, para todos os trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Mas que qualidade tem esse tipo de primeiro emprego? Com massacre? Com desobediência? Com exploração? Esse tipo de primeiro emprego ninguém merece, é um primeiro emprego indecente, conforme colocado, e o mundo inteiro trabalha por trabalho decente. E, lamentavelmente, dentro do McDonald's, nós não temos trabalho decente. Nós temos problemas seriíssimos. Eu até tinha me preparado para uma longa dissertação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Moacyr, apenas quero dizer que lhe dei mais cinco minutos a partir deste momento, porque eu o interrompi muitas vezes.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Tranquilo. Obrigado.

Eu fiz uma longa ficha, falaria de todas as ações que nós temos contra o McDonald's, mas a minha fala aqui talvez fosse entrar nos detalhes que o Dr. Leonardo trará, e com grande sabedoria, porque tem sido nosso grande mestre aqui. Mas, só para citar, temos uma ação civil pública junto ao Ministério Público, a Contratuh e o Ministério Público no Paraná. Nós temos outras ações em Pernambuco, em que inclusive nós, a Contratuh, e o Ministério Público, na figura do Dr. Leonardo, conseguimos resolver parte do processo. Mas ainda há indícios de que eles continuam fazendo. Nesse acordo, e o Procurador vai falar, houve uma tentativa de resolver o problema da jornada zero hora, que é nossa jornada variável. Comprometeram-se, fizeram a proposta, com uma multa de R$7 milhões, multa de R$2 mil por descumprimento por trabalhadores, mas, lamentavelmente, terá de ser feita uma força-tarefa, que já está programada, Ministério Público e Ministério do Trabalho, para fiscalizar se esse acordo vem sendo cumprido.

Há uma ação que nosso sindicato filiado, Sinthoresp, fez em Barueri, onde se pedia que fosse detalhado cada item do seu holerite, da sua folha de pagamento, porque a forma como é colocado é para que ninguém entenda, nem quem trabalha nem quem vai conferir. Então, fica muito difícil receber um holerite e não saber, na verdade... Nem o Judiciário conseguiu. Tanto é verdade que se deu entrada na Justiça para que eles explicassem, o juiz solicitou que eles explicassem, e o juiz não conseguiu entender o que estava escrito no holerite deles.

Temos outras ações. Temos ações aqui em Brasília, da nossa confederação, em que falamos sobre *doping* social. Nós entendemos que uma empresa que vem ao Brasil, abre suas portas e não gera emprego adequado, não respeita a nossa legislação, não respeita nosso ser humano aqui não necessita vir. Emprego dessa qualidade, nós agradecemos. E temos outras ações. Temos ações em Goiás, temos ações no Pará, temos ações em diversos Estados. Nossos sindicatos têm feito inúmeras ações.

Nosso sindicato de São Paulo, Sinthoresp, vem, desde 1995, trabalhando em função do reconhecimento, do zelo com os trabalhadores, enfim, do respeito pelo ser humano. Essa empresa, que poderia ser um exemplo por ser a maior empregadora do nosso segmento, lamentavelmente, deixa muito a desejar. Descumpre a questão dos intervalos das interjornadas, do piso da categoria; alimentação, eles forçam que os trabalhadores comam a mesma alimentação que eles vendem ao público. Uma vez ou outra, tudo bem, mas sempre, é difícil. Foi feito um acordo para que eles servissem um cardápio adequado aos nossos costumes, mas, lamentavelmente, muitas das suas empresas não vêm cumprindo.

Quando a gente cobra da Arcos Dourados essa posição, eles são bem claros: nós temos seiscentas lojas, quatrocentas da Arcos Dourados e duzentas e pouco não são da Arcos Dourados. Mas, interessante, na hora de vender o sanduíche, de fazer a sua propaganda, de manter o padrão McDonald's, eles determinam; na hora em que é para fazer o social, a responsabilidade social da alimentação, aí não é problema deles.

Nós temos também um problema muito sério, que é a questão de quebra de caixa. Eles dizem que não há esse problema, porque todo mundo faz tudo. Inclusive, no Paraná, tivemos uma audiência na Justiça do Trabalho, em que o magistrado não se conformou com a nossa petição e disse assim: "É impossível acreditar que uma empresa desse porte esteja agindo dessa forma." Suspendeu a audiência e foi fazer uma inspeção judicial. Nessa inspeção judicial, na primeira loja do McDonald's, estavam os empresários acompanhados do oficial de Justiça e os trabalhadores que estavam representando pela nossa Contratuh, companheiro Jadir, que aqui está, representando a Contratuh.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Foram até a primeira loja. Chegando lá, foram encontrados menores trabalhando, limpando o banheiro, limpando o piso e essas mesmas pessoas mexendo com chapa quente e fritadeiras. Na nossa legislação, temos a proteção do menor, que proíbe esse tipo de procedimento. Lamentavelmente, uma situação degradante. E o magistrado, com seu próprio telefone, tirou inúmeras fotos, Senador Paim, e perguntou ao menino que estava trabalhando: "Você se queima também?" Ele levantou os braços... Só verificar.

São situações que... Inclusive, no jornal de ontem, Senador, já tivemos a primeira oportunidade de o McDonald's fazer ameaças ao movimento sindical brasileiro. Mas isso não vai acontecer.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Não vai acontecer porque somos fortes e vamos resistir. A partir de agora, eles vão mudar a tática de enfrentamento com o movimento sindical. Eles não estão aceitando a nossa denúncia, eles não estão aceitando o nosso trabalho.

Senador, eu até queria falar um pouquinho mais, mas vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tu vais ter oportunidade de falar novamente.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, eu vou repetir uma frase que tenho repetido sempre porque eu acredito nisto: o mundo é globalizado, os problemas são globalizados, as empresas são globalizadas, os problemas que elas nos trazem também são globalizados. Por que nós, os trabalhadores, não nos globalizamos? Por que nós, as entidades sindicais, também não nos globalizamos? Nós temos que nos globalizar. Essa é a oportunidade que nós temos hoje, estamos com vinte países nos globalizando.

Parabéns a todos nós.

Muito obrigado.

Tenho absoluta certeza, Scott, que juntos nós somos fortes e juntos seremos muito mais fortes porque acreditamos na nossa luta.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só queria informar, primeiramente, antes de comentar, Moacyr, que o Patah, Presidente da UGT, vai ter que se retirar porque ele vai ao TST, no interesse da categoria, e com ele vai o Deputado Ademir Machado, que é Vice-Presidente também da UGT, mas voltarão depois para cá.

Eu quero cumprimentar o Moacyr por sua fala.

Moacyr, os painelistas terão uma rodada, no encerramento ainda, para as considerações finais.

Agora aqui quero informar a todos convidados que Senadores e Deputados falam no momento em que entenderem mais adequado.

Antes do próximo orador, vou dar a palavra, que já pediu, ao meu querido amigo e militante do mundo social e dos direitos humanos, aqui de Brasília, Senador Hélio José, em seguida, ao Deputado Mendes Thame, que tem também que ir a uma CPI.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Paulo Paim, sempre atualizado, sempre realmente trazendo os grandes temas para o debate nesta Casa. Este é um grande e importante tema. Eu acho que não podemos admitir que empresa do País mais desenvolvido do mundo chegue aqui e trate nossos trabalhadores, nossos servidores como escravos. Nem aqui nem em lugar nenhum do mundo.

Eu queria cumprimentar o Moacyr. Excelente palavra, Moacyr. Quanto à Contratuh (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade), eu acho muito importante a atuação de vocês e acho que tem que continuar em frente essa luta para ajudar esses meninos.

Eu queria cumprimentar também Alci Matos, da CUT – eu fui diretor da CUT por cinco mandatos; Jutta Steinruck, membro do Parlamento Europeu. Eu acho que na Europa há muito McDonald's. E é interessante ouvir dela como está sendo lá na Europa o tratamento aos servidores. Cumprimento Dawn Butler, membro do Parlamento de Londres, Inglaterra, do Partido Trabalhista. Além do McDonald's e de outras redes grandes, lá em Londres, acho que ouvir como são tratados os trabalhadores de lá vai ser bastante interessante para nós aqui. Cumprimento Ian, que é membro do Parlamento de Nova Zelândia, também deve trazer informações importantes; Osorio Mendonça, Procurador do Ministério Público do Trabalho, acho que temos – não é, Osório? – que dar uma posição mais dura nessa questão; Maximiliano Garcez, representante da Associação Latino-Americana dos Advogados Laboralistas (Alal); Scott Courtney, Diretor Organizador da Service Employees International Union, Washington DC, Estados Unidos.

Está bem representando, hein, Paim? Está de parabéns. Trouxe aqui todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está de parabéns essa moçada toda que veio de longe para este debate. (*Palmas.*)

E V. Exª também, que está aqui com a gente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Cumprimento também a Adriana Alvarez, Membro do Comitê Organizador Nacional Luta pelos US$15 de Chicago, Estados Unidos. Adriana Alvarez, parabéns.

Pessoal, quero dizer para vocês o seguinte: esta Casa está vigilante sobre essas questões. Nós não podemos admitir esse tipo de tratamento aos trabalhadores, aos empregados, que precisam trabalhar para ter o seu recurso para sobreviver. Por causa disso, não podem ser explorados, ser tratados quase como se fossem escravos. E criança não pode ser desviada para esse tipo de situação.

Então, o Paulo Paim, nosso Senador aqui, está trazendo essa discussão aqui. Com certeza, sairá um relatório. Vamos procurar providências possíveis. Nós não vamos admitir esse tipo de tratamento.

Eu só queria saudar todos, pedir desculpas, porque tenho que ir ali aprovar a indicação do Embaixador da Espanha, ir à Comissão de Orçamento – olhem só a vida de um Senador aqui, só para vocês compreenderem: neste mesmo horário, há a Comissão do orçamento de 2016, reunião para aprovar o Embaixador da Espanha e a CPI do futebol, das quais faço parte e, aqui, esta Comissão. Eu gostaria de ficar, mas eu não tenho condições de ficar. Por isso vou aos outros compromissos, mas deixando aqui a nossa satisfação de estar debatendo esse assunto e apoiando vocês.

Muito obrigado, pessoal. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus amigos, está chegando uma informação aqui.

Mas, primeiro, cumprimento o Senador Hélio José, que faz essa bela saudação a todos nós. De fato, hoje, temos uma homenagem à Apae. Vocês todos conhecem a Apae, essa entidade que, no mundo todo, trabalha com as crianças excepcionais. É uma iniciativa também deste Senador. Eu não posso estar em dois lugares ao mesmo tempo. Então, já assumi um compromisso com o Moacyr de que, na abertura dos trabalhos, eu irei até lá e volto para cá, para que continuemos os debates. Eu abro e, provavelmente, passarei lá a Presidência dos trabalhos para alguém que vocês conhecem, o Senador Romário, que é meu parceiro muito permanente nessa luta das pessoas com deficiência.

Por isso, quero também, agora, informar que ouvi aqui a conversa, Moacyr, que cerca de 40 companheiros de vocês estão lá fora ainda, barrados. Então, eu faço um apelo à Segurança. Embora as duas salas próximas estejam lotadas, fruto desse evento que vocês organizaram, liberem também esses 40, para que eles possam ficar na sala ao lado. São convidados que vieram do interior do País e também do exterior, e não vão voltar para o exterior ou mesmo para o interior do nosso País dizendo: "Fomos barrados no Senado da República". Então, fica aqui um apelo à Segurança para que assim proceda.

Passo, de imediato, a palavra ao Deputado Mendes Thame, que foi Deputado comigo durante longo período, homem da paz e daqueles que fazem o bem sem olhar a quem.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. É um prazer estar aqui, em uma audiência convocada pelo ilustre Senador e colega.

Inicialmente, quero cumprimentar o Calasans, o Neto, o Calixto, todos os palestrantes e, de forma muito especial, o Paulo Paim por esta iniciativa.

Nós estamos constatando um grave problema, um problema de séria injustiça com relação aos trabalhadores dessa rede, com o risco de se estender para outras empresas e até de ser institucionalizada como uma lei no País. Nós devemos ter muita cautela. E não apenas isso. Eu queria dizer a V. Exª que, em conversa com o sindicato dos empregados de hotéis de São Paulo, nós temos aventado a hipótese de pedir o desarquivamento da CPI do Trabalho Escravo. Como há dificuldades em pedir, queremos fazer uma solicitação, com assinaturas de Deputados, ou de Deputados e Senadores, se for uma CPI mista, para instalar uma CPI sobre as condições de trabalho no setor de *fast-food*. (*Palmas.*)

Nós sabemos que deve haver um fato determinado, ou não conseguimos aprovar. Não queremos ser aqui camelôs de ilusões, criar uma expectativa que depois não se realiza. Por isso estamos aventando essa hipótese.

E queria dizer, Senador Paulo Paim, que podem contar com o meu apoio e com o apoio de outros Deputados que pensam da mesma forma. Estamos aqui para tentar impedir ou pelo menos prevenir a não ocorrência de injustiças e lesões aos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria deixar muito claro que quando expresso o meu ponto de vista vocês podem crer que não é de graça que eu uso a palavra. Eu até não sou de falar muito, mas numa audiência como esta eu me vejo na obrigação de falar, para dizer que vamos ficar aqui o tempo que for necessário, e todos os convidados vão usar a palavra para expressar seu ponto de vista.

Essa questão da CPI, Deputado Mendes Thame, já foi levantada. Eu quero jogar muito franco com vocês. Eu sei que nós aqui não fizemos jogo deste ou daquele segmento do empresariado. Se nós caminharmos para a CPI – V. Exª foi feliz quando fez a sua argumentação –, será para investigar a questão do trabalho escravo em todos os segmentos. Nós não vamos fazer uma CPI especificamente para uma empresa, Moacyr, mas para todos os setores que tenham trabalho escravo. E será chamada a empresa A, a empresa B, a empresa C, etc. Porque eu sei que sempre quem está no submundo diz: "Essa é uma briga de concorrente e, de repente, você está entrando nessa briga". Não é nada disso. Não quero saber se é concorrente ou não concorrente. Tem trabalho escravo, aqui vai levar chumbo, no bom sentido. (*Palmas.*)

Vai haver o bom debate, firme e duro. Seja que empresa for, seja multinacional, seja empresa nacional, seja quem for, o tratamento vai ser o mesmo para todos.

Eu tenho que ter cuidado com a palavra "chumbo". Chumbo, pessoal, é o bom debate. Eu tive que defender o Presidente da CUT, que disse, como força de expressão, que o movimento social brasileiro vai para as ruas, vai para a dinâmica, vai para o debate, e quase o colocaram na cadeia, alegando que ele disse que ia pegar em armas. Mas não foi essa a intenção. Eu conheço o Vagner. Ele usou uma força de expressão, que nós sindicalistas – eu sou sindicalista – usamos quando queremos dizer que vamos para a luta em defesa da democracia, mas sempre no campo da paz, da não violência, na força dos argumentos. Nisso é sempre bom o time do Quebra-Molas. Estão ali o Edson e o Quebra-Molas. Eu vi os dois ali. O Quebra-Molas disse que é meu filho. Meu filho coisa nenhuma! Não me arrume confusão. Quando eu chegar a casa vai ter confusão. O Quebra-Molas é um sindicalista, assim como o Edson, lá do Rio Grande do Sul. Estão aqui apoiando o movimento.

Senadora Regina, peço a V. Exª que aguarde um pouco mais, até porque na hora em que eu tiver de abrir a reunião V. Exª vai ter de assumir aqui. Depois trocamos. Se V. Exª tiver que ir lá, eu fico novamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Está bom.

Passo a palavra, agora, para o nosso convidado, o Diretor Organizador da Service Employees International Union Washington DC EUA (SEIU), Sr. Scott Courtney. Se eu não pronunciei corretamente, o senhor pronun-

cie, para ficar nos *Anais*, mas o senhor já é nosso convidado. Diretor Scott, seja muito bem-vindo! Já conversei um pouco com o senhor e falei da importância da sua presença aqui nesta nossa audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. SCOTT COURTNEY (*Tradução consecutiva.*) – Muito obrigado.

É Scott Courtney a pronúncia do meu nome.

Muito obrigado.

Bom dia aos Senadores e distintos visitantes!

Eu gostaria de aplaudi-lo, Senador, pela sua liderança em fazer esta oitiva hoje. É incrível ver tantos líderes eleitos, trabalhadores e companheiros de cinco continentes aqui juntos hoje, nesta sala. Então, muito obrigado.

Eu acho que é oportuno que esta audiência esteja acontecendo no Brasil hoje. O Brasil é um líder na economia mundial e, com o McDonald's utilizando o seu poder para diminuir padrões de trabalho em todo o mundo, é mais do que certo que essa empresa tenha que encarar julgamento em um país que se distingue por um governo e por um sistema jurídico em uma sociedade civil que coloca os trabalhadores em primeiro lugar.

Eu não consigo deixar de pensar que, há 40 anos, provavelmente não precisaríamos ter esta audiência. Até os anos 70, a América ainda era um local em que se podia contar com salário decente, saúde, férias, escola para os filhos e em que você teria dinheiro para se aposentar nos Estados Unidos. O sonho americano significava que você poderia ter uma vida melhor para você e para os seus filhos, mas, depois de quatro décadas de estratégias de desregulação, "destributação" e "dessindicalização" lideradas pelo mundo corporativo, a América hoje é um lugar muito diferente: 63 milhões de americanos ganham menos de US$15 por hora; 43% de todos os trabalhadores na América ganham menos de US$15 por hora; 100 milhões de americanos estão na miséria ou na beira da miséria, com pouca oportunidade de progresso ou de ter uma vida melhor para os seus filhos.

Isso não é por falta de dinheiro, ou por acidente. É resultado de escolhas e de prioridades de corporativistas e de corporações e formuladores de políticas. Uma em cada cinco crianças do nosso país hoje passa fome pelo menos uma vez por semana, mas quase 30% da nossa comida é desperdiçada – isso é uma escolha. Os bônus pagos aos executivos de Wall Street foram maiores do que todos os salários dos assalariados que recebem salários mínimos juntos – isso é uma escolha. Lucros corporativos formam a maior parte da economia, enquanto salários fazem a menor parte da economia em toda a nossa história – isso é uma escolha.

Aqui no Brasil, o Congresso está debatendo a terceirização, uma ferramenta que os Estados Unidos já usam para espremer lucros através da redução de salários e evitando responsabilidades. Essas práticas comerciais antitrabalhadores ameaçam a nós todos e nenhuma empresa é mais responsável por isso do que o McDonald's, que foi pioneiro e aperfeiçoou um tipo de capitalismo canibal que está trazendo essa corrida coletiva para o fundo do poço. É um modelo de negócios baseado na autofagia. Ao invés de alimentar e nutrir os trabalhadores com respeito, dignidade, pagamentos justos e oportunidades de progresso, se alimenta das pessoas, tratando trabalhadores como produtos utilizados e descartados. Ao invés de alimentar comunidades e a sociedade com bons empregos e pagando a sua cota justa de impostos, se alimenta das comunidades, forçando as pessoas a empregos que correspondem a becos sem saída e evitando impostos a serem pagos que são necessários para financiar a saúde e educação.

Esse capitalismo canibal é insustentável de uma perspectiva comercial e o mais importante é que é errado. E o que é pior sobre o McDonald's e o seu capitalismo canibal é o seu grande impacto na economia global. Com 1,9 milhão de funcionários, o McDonald's é o segundo maior empregador privado do mundo. Com 34 mil franqueadas em mais de 190 países, é o maior produtor do mundo de carne bovina, frango, alface e tomate, e é o maior fornecedor de alimentos do mundo, alimentando 69 milhões de pessoas por dia.

A influência do McDonald's é enorme, mas, em vez de utilizar a sua escala global para apoiar bons trabalhos e melhorar os padrões, usa a sua enorme influência para fazer o oposto. O McDonald's pensa que pode entrar em qualquer país, ignorar as leis, explorar os trabalhadores e sair com os lucros. O seu modelo de negócios de capitalismo canibal importa para todos, porque ele machuca todos: trabalhadores, fornecedores, concorrentes, governos e consumidores.

Vamos falar um pouquinho da realidade dos trabalhadores americanos na indústria do *fast-food.* Há cozinheiros e caixas que caminham quilômetros por dia, porque não têm dinheiro para um ônibus. Famílias têm sido forçadas a vender sangue, porque não têm como se apoiar financeiramente de outra forma, embora trabalhem no McDonald's.

Não é possível sobreviver com o salário do McDonald's. E o McDonald's tem a audácia de dizer aos seus funcionários para arrumar outro emprego – além do seu no McDonald's –, usar subsídios do governo e cantar se estiverem estressados.

Quando o McDonald's paga aos seus cozinheiros e caixas o mínimo que pode, isso reduz o salário de todo o setor. Mas esse salário pequeno é só uma das formas como o modelo de negócio do McDonald's machuca os trabalhadores – roubo de salários, como chamamos. No mundo inteiro o McDonald's já foi culpado do que

se chama "roubo de salários", de roubar da folha de pagamento dos seus próprios funcionários, por exemplo, tirando horas da sua folha de ponto, não pagando horas extras. É roubo de salário!

Os trabalhadores do Brasil processaram o McDonald's este ano, detalhando décadas de violações trabalhistas em todos os Estados brasileiros. Esse roubo de salários também foi documentado no Japão e na Rússia, entre outros países.

O roubo de salários pelo McDonald's é um frenesi criminal global do McDonald's. Em sua busca sedenta por maximizar lucros, o McDonald's sacrifica a segurança dos trabalhadores.

Existe um computador central que dita o nível de *staff* necessário e a velocidade do trabalho, criando um ambiente de trabalho extremamente inseguro, em que os trabalhadores têm que ter enormes metas de produção e de velocidade, embora tenham que trabalhar com óleo escaldante e chapas quentes.

Oitenta por cento dos trabalhadores na indústria do *fast-food* nos Estados Unidos já se queimaram no trabalho. Muitos funcionários do McDonald's já falaram que seus gerentes mandaram colocar mostarda em queimaduras, ao invés de tratá-las.

O McDonald's foi multado no Brasil por condições inseguras de trabalho e, em abril, durante uma audiência no Paraná, o McDonald's admitiu que utilizava trabalhadores menores para tarefas perigosas. O juiz parou a audiência e foi para um McDonald's ver o que estava acontecendo. E viu meninos de 14 e 15 anos com queimaduras de trabalho, porque não tinham os equipamentos de proteção individual legalmente exigidos.

O McDonald's explora os jovens, os imigrantes e os vulneráveis, quando os utiliza nas suas lojas.

A Corte Trabalhista de Curitiba acabou de emitir uma sentença de escopo nacional, proibindo o McDonald's de empregar menores em trabalho perigoso.

Um estudo que examina o não pagamento sistêmico de salários a trabalhadoras grávidas pelo McDonald's descobriu que mulheres eram forçadas a se demitir antes que tivessem seus filhos, para que a empresa não precisasse pagar benefícios para mulheres com filhos.

Nos Estados Unidos, os trabalhadores do McDonald's entraram com um processo de direitos civis na esfera federal depois que disseram para eles que há gente negra demais trabalhando na loja, em uma loja específica do McDonald's. Os gerentes de mais alto nível do McDonald's disseram para os seus trabalhadores que eles eram escuros demais em um restaurante e os mandaram sair da loja. Diversos trabalhadores contataram o McDonald's para reportar essa discriminação, mas a empresa não fez nada e continua a não fazer nada, depois que um jornal local reportou as mesmas denúncias.

As práticas de turnos do McDonald's requerem que os trabalhadores tolerem horas imprevisíveis e pagamentos inconsistentes. A maioria dos funcionários são limitados a trabalho parcial ou trabalho temporário ou contratos sem horários definidos ou contratos de zero hora que não têm turnos definidos. Esses contratos de zero hora são uma epidemia global e o McDonald's é o paciente zero. Ele trouxe essa epidemia para os Estados Unidos, para a Nova Zelândia, para o Reino Unido e outros lugares.

Quando os trabalhadores se organizam para enfrentar o McDonald's por melhores condições de vida e de sindicalização, o McDonald's ilegalmente silencia e intimida seus empregados, em clara violação das leis trabalhistas. Em países com condições de trabalho variadas, como o Brasil, Estados Unidos, Irlanda e Coreia do Sul, os trabalhadores do McDonald's foram repetidamente desencorajados a formar sindicatos. E esses trabalhadores acabam enfrentando o mesmo tipo de retaliação.

A Comissão Federal de Comércio foi instada a agir em cima desse tipo de violação. Como o maior comprador de carne bovina, frango, tomate e alface, o McDonald's tinha enorme poder sobre seus fornecedores e, em sua busca por diminuir custos, o McDonald's usa esse poder para diminuir os padrões de trabalho em toda a sua cadeia de fornecimento. Isso é uma clara violação ao Código de Conduta Global que o McDonald's tem para o tratamento de fornecedores, o que não é surpreendente, já que o McDonald's nem tem um código de conduta para o tratamento da sua própria força de trabalho.

O McDonald's torna a competição justa algo quase impossível através de um esforço sistemático, implacável. Para alterar o sistema e manipular as leis, o McDonald's faz o que se chama de *dumping* social, para dominar ou até eliminar a competição ou a concorrência. Se eu ou você quiséssemos abrir um restaurante que vende hambúrguer e trata trabalhadores decentemente, simplesmente não conseguiríamos, porque o McDonald's está diminuindo os padrões de forma tão ruim que, se você quisesse criar um sistema de modelo de negócio sustentável, você iria à falência.

O aluguel de franquiados, por exemplo, constitui dois terços das receitas do McDonald's das suas operações de franquia. Eles fazem por volta de US$4,4 bilhões por ano com lucros anuais só de aluguel cobrado de suas franquias; 50% mais do que faz com a venda de hambúrguer e batata frita. O McDonald's tem uma taxa de lucro global de 72% do aluguel pago por franquiadas. Isso porque os franquiados da empresa pagam mais aluguel como percentagem de venda do que os franqueados de qualquer outra cadeia de *fast-food*. Em

diversos países europeus, lojas franqueadas pagam alugueis muito mais caro do que as próprias lojas da rede do McDonald's. O McDonald's cobra das franqueadas 20% das vendas a título de aluguel enquanto outras lojas cobram 4%. Na Espanha, é 17% o McDonald's, 3% o resto do mercado.

O modelo de negócios do McDonald's também machuca governos. As estratégias de sonegação de imposto da empresa custam aos contribuintes bilhões de dólares todo ano. Rouba dos governos os recursos necessários para a educação, saúde, infraestrutura.

Na última década, o McDonald's explorou brechas no sistema de imposto corporativo para evitar pagar impostos nos Estados Unidos ao equivalente a R$53 trilhões em receitas obtidas no exterior. Sonegou até R$5,3 trilhões em impostos. O McDonald's faz isso operando com sua extensa rede de subsidiárias escondidas em paraísos fiscais, cuja maioria não revela seus relatórios financeiros anuais. Enquanto o McDonald's reportou apenas 11 subsidiárias em paraísos fiscais em 2014, os registros mostram que ele opera 42.

Na Europa, o McDonald's deliberadamente evitou o pagamento de €1,2 bilhão ou R$3,6 bilhões em impostos corporativos e tem feito a mesma coisa no Brasil. Na última semana, nós pedimos uma investigação no Tribunal Superior do Trabalho sobre o assunto. Pelo menos seis países investigam o assunto. A União Europeia também já está analisando os arranjos fiscais do McDonald's.

Essa corrida ao fundo do poço do McDonald's também machuca os consumidores. Na China, uma investigação secreta acusou a companhia, em julho passado, de usar um fornecedor que utilizava carne vencida. Essa carne estragada foi para toda a China, Hong Kong e Japão, de acordo com a CNN, que mencionou que o impacto negativo das vendas devido à confiança do consumidor é enorme. Isso mostra o que a empresa realmente é. Eles colocam a saúde dos próprios clientes em risco e tudo com o que se importam são suas vendas e sua imagem.

A SEIU e os nossos parceiros globais, eu diria em conclusão, têm uma diferença fundamental do McDonald's. Nós achamos que os trabalhadores criam crescimento econômico, criam valor para as empresas e criam empregos pelo trabalho que fazem e o dinheiro que gastam. Nós achamos que os trabalhadores devem ser bem pagos por seu trabalho duro, e o segundo maior empregador do mundo tem uma responsabilidade muito maior do que todos os outros em relação a isso.

Eles recebem enormes benefícios por serem o maior *player* da indústria, mais lucros, mais vantagens, tratamento especial. Mas esses privilégios vêm com responsabilidades. Responsabilidades com seus trabalhadores, com os países onde eles lucram e com a sociedade. Responsabilizar o McDonald's é o nosso momento controlador de tráfego aéreo, é o nosso momento de acabar com esse enorme declínio da qualidade de vida dos trabalhadores, que acelerou quando o Presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, demitiu 11 mil controladores de tráfego aéreo nos Estados Unidos, diminuindo o poder dos trabalhadores por décadas, só com aquele ato.

É assim que podemos reverter o capitalismo canibal antitrabalhador e sua resposta global. É por isso que pedimos que o Governo brasileiro lidere. O Brasil tem líderes, como o senhor, Senador Paim, tem um Governo, um sistema jurídico e uma sociedade civil que colocam os trabalhadores em primeiro lugar. O Brasil pode ser um líder e pode responsabilizar o McDonald's com uma posição de liderança no mundo. Os Estados Unidos e a Europa estão prontos para agir, mas precisam que vocês liderem.

Este é um momento crítico para o McDonald's. Com o novo CEO, vendas caindo, modelo de negócio sendo questionado no mundo inteiro e trabalhadores exigindo mais sempre, o McDonald's tem que ouvir o Brasil e fazer uma escolha sobre o seu futuro. Se agir, outros países e governos seguirão para acabar com o capitalismo canibal do McDonald's e acabar com essa corrida global para o fundo do poço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos pela fala, uma fala firme, não foi desrespeitosa, mas foi muito firme e contundente, trazendo alguns dados que, de fato, preocupam a todos nós. Essa é uma responsabilidade que nós temos que assumir de forma conjunta, e assim o faremos.

Inclusive, fiquei perplexo com a acusação que – até o momento não havia chegado a mim – de ato de racismo, inclusive, no espaço das lojas, o que me preocupou muito. Esse dado é algo que, aqui no Brasil, é crime que não prescreve. É cadeia e multa para quem comete ato de racismo. A lei é muito dura aqui no Brasil. Eu sempre digo que, se com a lei ainda existem alguns atos de preconceito e racismo, calculem sem a lei.

Podem contar conosco nessa cruzada, em nível nacional, contra o trabalho escravo e contra todo o tipo de intolerância, preconceito e racismo.

Meus cumprimentos pela sua fala.

Eu quero agora passar a palavra para Adriana Alvarez, membro do comitê organizador nacional da luta para que ultrapasse os US$15 de Chicago. (*Palmas.*)

A SRª ADRIANA ALVAREZ (*Tradução consecutiva.*) – Obrigada, Senador Paim, e todos os integrantes do Senado Federal.

Para mim é uma honra estar aqui na manhã de hoje vendo todo mundo de vários países. Há trabalhadores do McDonald's de 20 países representados aqui e isso é uma coisa forte e poderosa. Começamos com uma cidade. E hoje estamos em quantas? Centenas. E não falo só por mim, eu falo por centenas de milhares de pessoas que trabalham.

Eu, por exemplo, tenho um filho de três anos e ganho U$10,50 por hora, um pouco acima do salário mínimo. É muito difícil sustentar meu filho. A galerinha gosta de boneco, homem-aranha, e tal, e eu não gosto de dizer "não" para o meu filho. Então, geralmente eu não o levo às compras, porque é muito difícil para mim dizer "não" e "a mamãe não tem dinheiro".

Eu trabalho nessa empresa multibilionária e eu não consigo pagar muita coisa, os custos do dia a dia, aluguel, creche e tal. Eu realmente me sinto injustiçada. Eu trabalho há cinco anos na mesma loja e não consigo ganhar o suficiente.

O novo Governador de Illinois, por exemplo, está retirando os subsídios às creches no meu Estado. É tão injusto! Porque eu tenho que pagar muito mais caro para o meu filhinho ter uma creche. É tão injusto! Eu moro num subsolo. Essa terça-feira choveu e entrou água na minha casa. Eu não sei como está. Como é que eu vou lidar com isso?

Não é justo que essa empresa... Eles fazem a gente trabalhar com o ponto já batido, por exemplo. Depois que o seu turno termina, você bate o ponto e, depois, tem que contar todo o dinheiro do caixa. Então, são 15, 20 minutos que são roubados do meu turno todo dia. Só quero saber o porquê disso.

Além disso, o McDonald's é o segundo maior empregador do mundo. Todos vão seguir a liderança deles. Todo mundo quer ganhar dinheiro, então, vamos imitar o McDonald's, vamos achatar os salários, esse é o jeito de ganhar dinheiro.

O novo diretor-presidente renovou o cardápio, mas, em nenhum momento, deu uma palavra sobre os trabalhadores. E nós? Estamos lutando no dia a dia, os trabalhadores do McDonald's sofrem no dia a dia porque vão para casa pensando: não vou ter grana para comprar roupa para o meu filho. Como é possível? A gente trabalha quase 40 horas por semana e eles garantem que a gente nunca ganhe hora extra, a gente nunca passa de 40 horas. Eles nos intimidam dizendo: "Vou tirar seus turnos, ou vou te demitir". E digo: pode me mandar embora, vamos estar juntos, temos famílias, famílias que vão nos apoiar mutuamente. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

O SEIU, o sindicato internacional dos trabalhadores tem nos apoiado muito. Estamos sendo vítimas de muita retaliação. Mantemo-nos unidos, mas precisamos de mais proteção. Por exemplo, a gente não tem licença médica remunerada. Se a gente chega para trabalhar tossindo, eles não estão nem aí, mandam a gente trabalhar. Se o meu filho fica doente, e criança fica doente, não posso levá-lo para a creche, porque ele vai contaminar as outras crianças. Então, tenho que ficar em casa. Está aí um dia em que não ganho nada. Como é que faço? Para quem eu o mando? Não há mais ninguém para vigiar meu filho. É tão frustrante para mim!

Quero entender como é que os gestores do McDonald's pensam essa questão. Eles dizem que o McDonald's é um emprego para o pessoal adolescente, que quer ganhar um dinheirinho, ou que está na escola, ou na graduação, e não é verdade. Há muita gente que tenta sustentar uma família. Então, não vou descansar enquanto não tivermos US$15,00 por hora e um sindicato para nos representar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Falou pela luta para além dos US$15,00 de Chicago, EUA. Meus cumprimentos pela sua fala. A emoção que você passou aqui mostra a situação em que se encontram os trabalhadores. Veja bem, estamos falando de Chicago, então, a preocupação nossa aumenta a cada depoimento, trabalho escravo. O seu próprio choro aqui mostrou a situação tão delicada.

Estou recebendo, neste momento, depoimentos de que aqui, no Brasil, onde já retiramos do regime de escravidão 50 mil trabalhadores... Somos o último País do mundo a abolir a escravatura contra o povo negro. Assim mesmo, graças ao Ministério Público e ao Ministério do Trabalho, já retiramos do trabalho escravo 50 mil pessoas. O depoimento que estou ouvindo aqui é assustador. Como dizia o Moacyr: "Paim, tu tens que viajar mais pelo mundo, para ver que, infelizmente, o que existe é da maior gravidade".

Passamos a palavra, agora, para Francisco Calasans Lacerda, Presidente do Sinthoresp.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está com a palavra Francisco Calasans Lacerda, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Senador Paim, demais membros da Mesa, bom dia a todos os companheiros presentes. Cumprimento de forma forte os companheiros de todos os países que estão aqui nessa luta.

Eu estava pensando em fazer uma homenagem aos meus companheiros que são trabalhadores de todos os países e que estão aqui presentes, até para descontrair um pouco as emoções que já fluíram aqui. E

relembro versos de um poeta nosso. Eu gostaria que os demais países soubessem da existência desses versos de Olavo Bilac, que dizem o seguinte:

Não nasce a planta perfeita, não nasce o fruto maduro. Para se ter a colheita, é preciso semear. Tal qual a chuva caída fecunda a terra no estio para fecundar a vida, o trabalho se inventou. É feliz quem pode, orgulhoso, dizer: eu nunca fui vadio, e, se hoje sou venturoso, devo ao trabalho o que sou.

Eu não esperava que fosse ficar emocionado, mas fiquei, e peço desculpas.

Quero dizer que os oradores que me antecederam disseram a verdade. Então, eu não preciso retomar o que eles falaram. Corroboro o que foi dito e louvo todos os que me antecederam, o Patah, o Moacyr, o Scott, a nossa companheira que acaba de ficar emocionada.

Quando o McDonald's chegou – eu estou falando bem compassado para colaborar com o tradutor – ao Brasil, no final da década de 80, e eu tomei conhecimento da proposta que ele tinha, eu achei muito bonito, poético, até, romântico, uma coisa louvável, democrática, uma contribuição bonita para o País. E se propunha a quê? A propiciar ao jovem, na idade do primeiro emprego, ter a possibilidade de estudar e ajudar os seus familiares a pagar o estudo, tendo um horário que permitisse estudar bem. Isso é muito bonito.

Acontece que, quando começou a funcionar no País, logo no começo da década de 90, nós começamos, no sindicato, o Sinthoresp, em São Paulo, a receber os companheiros jovens reclamando de maus-tratos, de transportar pesos excessivos, queixando-se de dores na coluna, de alimentação inadequada diária – hambúrguer todos os dias –, de gastrite, queimaduras, enfim, de assédio moral, assédio sexual.

Então, aquilo me deixou decepcionado, porque, afinal, era tão bonita aquela proposta, e, de repente, muda tudo. E aí aparece essa jornada móvel, variável. Na nossa legislação, o art. 4º da CLT diz que o trabalhador, enquanto aguarda a ordem para entrar em serviço, está à disposição da empresa e deve ser remunerado, isso é o art. 4º. O art. 9º da CLT diz que qualquer tentativa de desvirtuamento, fraude aos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, é nulo de pleno direito.

Mesmo assim, o McDonald's não conseguia implantar isso dialogando com o Sinthoresp, pois nós não permitíamos essa maluquice. Sim, recebíamos os trabalhadores também no final do mês, ganhando cento e poucos reais.

O máximo que se via eram R$300, que é um quarto do salário que ele deveria receber, o salário da categoria profissional.

Então, todos esses desvirtuamentos que andaram ocorrendo no McDonald's criaram um clima, digamos assim, de incompatibilidade entre eles e o Sinthoresp. A nossa grande mágoa... Até censuramos um pouco as instituições, não a ponto de admitir que o Poder Judiciário, por exemplo, seja subornado, porque nós somos adeptos do Estado democrático de direito e queremos o Brasil como um país democrático, e o Estado democrático de direito não permite a submissão do Poder Judiciário, de quaisquer dos Poderes da República, à força de um capital, por maior que seja.

Então, não queremos admitir isso, mas têm acontecido decisões que nos deixam perplexos. E começamos a interpretar, dizendo que houve induzimento ao erro, etc., mas isso tem acontecido. Por exemplo, o Ministério do Trabalho tem uma posição que é corroborada, que é confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Súmula nº 677, se não me engano, que diz que cabe ao Ministério do Trabalho cuidar da unicidade sindical.

Então, o Ministério do Trabalho tem uma nota técnica que diz que a categoria profissional de empregados de hotéis, restaurantes, bares e similares é uma categoria una.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Calasans, o senhor me permite um pequeno aparte?

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Pois não, Senador. Estou saindo da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não.

Como eu tenho que abrir a sessão no plenário do Senado – já estão lá todos os convidados, em torno de 300 pessoas, das APAEs –, vou convidar a Senadora Regina Sousa, nossa eterna Presidenta. Toda vez que eu tenho um compromisso, ela está sempre de prontidão, pronta a assumir aqui a liderança. (*Palmas.*)

Chamo Senadora Regina Sousa, Senadora do Piauí, para que assuma aqui. E eu me comprometo com vocês de que eu vou lá, vou abrir a sessão, monto a Mesa, faço a minha saudação e retorno para a nossa audiência pública. Estou liberado por uns 20 minutos? (*Pausa.*)

Então, até pouco mais, voltarei. E, como diz um gaúcho: "Eu voltarei!" (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas!

Pode prosseguir, Sr. Calasans. Pode continuar a sua fala. E descontam-se os tempos. Não sei se pararam o relógio. Se não tiverem parado, dê-se o desconto do tempo dele.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Pois não, obrigado.

Eu estava dizendo que o Ministério do Trabalho tem uma nota técnica que diz que a categoria de hotéis, restaurantes, bares e similares é composta dos hotéis e seus similares, pensões, motéis, restaurantes e seus similares, lanchonetes, bares, etc. E o segmento *fast-food*...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – ... não constitui uma categoria. É mero segmento da categoria de hotéis, restaurantes, bares e similares. Portanto – até é princípio geral de Direito –, o acessório segue o principal. Só pode haver sindicato, que é o acessório, se houver a categoria o profissional, e não há.

E, mesmo assim – é aí faço esta observação que lamento profundamente ter que fazê-la –, apesar de tudo, o McDonald's conseguiu estimular a criação de um sindicato de trabalhadores para ser manobrado por ela, para esse sindicato concordar, então, com aquilo que nós não poderíamos concordar, com aquilo que afronta a nossa legislação.

Então, a partir daí, ela gerou um grande prejuízo, porque, pagando salário menor, ela gerou um grande prejuízo para os trabalhadores, e nós estamos com uma ação, que ganhamos na primeira instância, que é uma ação que pode chegar a mais de R$100 milhões; ou seja, quanto usurparam dos trabalhadores?!

E essa decisão foi muito bem fundamentada, de um juiz muito estudioso, professor da USP, Dr. Homero Batista. Estudou bem, é um juiz muito sério e fez uma fundamentação em que não considera válido esse sindicato que foi criado. Em função disso, ele reconheceu o direito dos trabalhadores.

Então, nós tivemos em segunda instância uma decisão que, para negar os direitos dos trabalhadores, e isso nos causa espécie, porque nós sabemos...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Já terminou o meu tempo? Nossa, eu estava tão empolgado. Vou encerrar.

Então, nós sabemos que a natureza do Direito do Trabalho, da Justiça do Trabalho, é protecionista do obreiro, e aí houve uma inversão: reconheceram que o sindicato existe para negar aos trabalhadores tudo aquilo que a gente reclamava.

E o elenco é este aqui: jornada variável, remuneração... Enfim, tudo o que há, que, aliás, já foi até mencionado pelo meu Presidente Moacyr. E essas coisas que acontecem aqui acontecem no mundo inteiro.

Então, é aquele capitalismo canibal de que o. Scott falou.

Eu agradeço, então, a oportunidade de falar aqui e espero que essa luta nossa continue forte, unidos, porque, de fato, nós precisamos, como disse o Presidente Moacyr, estar globalizados nessa força, nessa união, de que nós precisamos tanto para vencer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigado, Sr. Francisco Calasans.

Ouvimos até agora o lado dos trabalhadores. Agora, vamos para o lado da lei, da fiscalização. Vamos ouvir o Dr. Leonardo Osorio Mendonça, que é Procurador do Ministério Público do Trabalho.

O SR. LEONARDO OSORIO MENDONÇA – Gostaria, primeiro, de saudar a Senadora Regina Sousa, em nome de quem eu saúdo todos os Parlamentares e demais Senadores e Deputados aqui presentes, que já passaram nesta reunião, e os que estão ouvindo em outro ambiente.

Gostaria também de saudar o Moacyr, em nome de quem saúdo todos os brasileiros e brasileiras aqui presentes, vinculados ao movimento sindical brasileiro.

Gostaria de saudar também os representantes da Nova Zelândia e, por um motivo especial. Eu vou falar no final, e vocês vão entender o porquê dessa saudação especial aos representantes da Nova Zelândia, em nome de quem eu gostaria de saudar todos aqueles que vieram de tão longe, ou de não tão longe assim, para participar deste evento.

E, por fim, para completar essa parte inicial de saudação, eu gostaria de saudar e registrar a presença da Drª Margaret Matos, que é autora da ação que já foi citada aqui do Ministério Público do Paraná, que trata da questão do trabalho dos adolescentes, do que eles fazem, da questão do desvio de função nas lojas da Arcos Dorados aqui em nosso País.

Bom, eu queria deixar claro que o Ministério Público do Trabalho não é contra ninguém. Ele não é inimigo de ninguém. O Ministério Público do Trabalho não é contra empresa, seja ela pequena, média ou grande. O Ministério Público do Trabalho não é contra empresa do ramo de hotelaria, do ramo de agropecuária, de nenhum tipo de ramo. Agora, o Ministério Público do Trabalho é contra aquela empresa, seja brasileira, multinacional, pequena, média ou grande, que desrespeite a legislação de nosso País.

O Ministério Público do Trabalho é contra as empresas que utilizam o trabalho infantil, que utilizam trabalho escravo, que fraudam a legislação trabalhista, e, independentemente do tamanho, da origem, do poder, do que quer que seja, nós vamos tentar fazer o nosso trabalho.

Como o Senador Paim colocou anteriormente, e foi colocado também por outros membros da Mesa, todos são bem-vindos ao nosso País. Nós somos um país acolhedor. O Brasil é um País que gosta de receber as pessoas, mas quem vier aqui tem que saber que tem de respeitar a legislação feita por esta Casa, pelos Estados brasileiros e pela Câmara dos Deputados, que representa o povo brasileiro, como eu disse, independentemente do seu porte.

Bom, como os senhores sabem, a maioria, pelo menos sabe, fui autor da ação civil pública que, pelo menos em tese, acabou com a jornada móvel variável no Brasil. Não foi a primeira ação civil pública protocolada pelo Ministério Público do Trabalho, tenho que adiantar. Não sou, digamos assim, aquele que entrou com a ação, mas ela foi feita por mais de 50 cabeças. Peguei modelo de colegas, procurei investigar o que o movimento sindical estava fazendo, tanto que, na própria ação, menciono a realização de audiências públicas anteriores sobre o tema, feitas aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Nessa ação, Senadora, a empresa se comprometeu a acabar com a jornada móvel no Brasil, em todas as suas unidades, a partir do final do ano de 2013. Em relação à jornada móvel, e, aí, relatando um pouco da angústia que os senhores têm – isso foi relatado aqui por conta do peso da importância da empresa –, isso também me angustiou. Por quê? Porque não existe nada no Brasil que diga de forma direta que a jornada móvel variável é proibida.

Mas, para mim, é muito claro. Para quem opera o Direito, é muito claro. O Dr. Calasans citou alguns artigos que fariam com que a jornada móvel variável não pudesse ser utilizada no Brasil. Temos, no nosso Brasil, felizmente, um princípio que é vetor de tudo aquilo que qualquer operador de Direito e qualquer pessoa deva pautar o seu dia a dia, que é o princípio da dignidade da pessoa humana. E uma jornada móvel variável, a meu ver, viola o princípio da dignidade da pessoa humana e viola outro princípio previsto na nossa Constituição, que é o da valorização social do trabalho.

E eu tinha um medo muito grande. Por quê? Porque a ação foi muito divulgada. E até brinquei que, do meu lado, do Ministério Público do Trabalho, eu poderia "contratar", entre aspas, como contratei, o Procurador-Geral do Trabalho, qualquer procurador do trabalho, e temos colegas muito mais bem capacitados do que eu. Mas a empresa teria potencial para contratar os melhores advogados do Brasil, como já havia feito. Tinha dois pareceres de dois dos maiores juristas brasileiros do Direito do Trabalho brasileiro, dizendo que a jornada móvel variável poderia ser utilizada em nosso País.

E eu tinha muito medo de que, com a repercussão dessa ação, um resultado negativo fizesse com que não só a Arcos Dorados e outras franquias da McDonald's utilizassem a jornada móvel, mas outras empresas também, aí sob a chancela do Judiciário – estou falando no caso de uma improcedência –, passassem a utilizar esse modelo que, para mim, é perverso, é indigno e deve ser extirpado não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Felizmente, acho que tudo correu bem, e a empresa, em que pese não reconhecer a jornada móvel variável, até por questões de que a mantém, senão em todos os países, mas na maior parte dos países em que opera, reconheceu em acabar com essa jornada móvel variável no Brasil, sob pena de pagamento de uma multa de R$2 mil por mês por cada trabalhador encontrado em situação irregular.

No entanto, esse acordo não prevê só isso, Senadora, mas também outras situações em que a empresa desrespeitava a lei, como, por exemplo, não conceder o intervalo intrajornada de, pelo menos, uma hora. Vi casos de um trabalhador que, num dia, tinha dez minutos de descanso e, no outro, tinha três horas. Os senhores sabem por que isso funcionava. Eu até disse para o juiz na petição inicial que não era difícil imaginar, que não precisava ser mágico para imaginar que, um dia, o balcão estava cheio na hora do almoço e, no outro dia, o balcão estava vazio.

A empresa se comprometeu a respeitar o limite máximo de uma jornada de trabalho no Brasil. A CLT, já há bastante tempo, determina que o máximo de horas extras que podem ser feitas no nosso País, é de duas horas por dia. E por quê? Porque o trabalhador, ao contrário das máquinas, dos computadores, dos microfones, não somos máquinas: cansamo-nos, fatigamo-nos, precisamos de descanso.

A empresa também se comprometeu a, por exemplo, conceder o intervalo intrajornada no meio da jornada de trabalho. E, aí, lógico, podemos usar o bom-senso e estipular que, se a pessoa tem uma jornada de oito horas, pode parar depois de três e até a quinta hora. Acho que estaria dentro do bom-senso, mas não pode mais acontecer, pelo menos em tese, aquilo que acontecia antes: de o empregado chegar para trabalhar, e um, dois, três, dez minutos, cinco horas depois, ter que parar para descansar. Não era a fadiga do funcionário que determinava o período de descanso do funcionário, mas o movimento do balcão da empresa.

E, no nosso Direito, também existe um princípio que, como o lucro é da empresa, o risco do negócio também é da empresa. Ela que se adeque à realidade. O cliente que espere um pouco mais, caso não haja funcionário; ela que contrate mais, caso precise de mais funcionários. E isso me angustiava bastante. Eu tinha muito medo de perder, como disse ontem.

E, hoje, eu coloco para vocês, eu não estou me sentindo pressionado diretamente por ninguém, mas, ao mesmo tempo, eu me sinto. Eu me sinto pressionado, porque eu tenho um compromisso de que esse acordo, mais do que ninguém... Eu posso falar sinceramente que várias pessoas aqui podem ter a mesma intenção que eu tenho, de quererem que esse compromisso seja respeitado com a mesma intensidade, mas mais é difícil. (*Palmas.*)

Ontem, eu ouvi uma fala de um trabalhador, que eu acho até que vai ser chamado aqui também para participar do segundo momento, o Octaciano, o que me angustiou bastante. Não estou dizendo que o senhor esteja errado, mas o senhor colocou que não queria que seu filho trabalhasse na empresa. Eu acho que, se o senhor, como trabalhador, coloca isso – o senhor sabe o que quer, ou não, para o seu filho –, nós, como instituições, como poder, estamos falhando.

A gente sabe que a palavra trabalho vem de um instrumento de tortura chamado *tripalium*. A gente sabe que o trabalho, é lógico, é necessário, que todos devemos ter, mas nós não podemos ter locais de trabalho, inclusive no Brasil, que tem uma legislação trabalhista forte, tem uma legislação trabalhista que deve ser respeitada, nós não podemos ter locais de trabalho onde as pessoas vão trabalhar sem um sorriso no rosto. Nós devemos lutar para ter locais de trabalho onde as pessoas digam... É lógico que todo mundo deve ter orgulho daquilo que faz; evidentemente, toda profissão é digna, toda profissão é bem vista, toda profissão é importante para a sociedade. Mas nós não podemos aceitar profissões em que as pessoas vão trabalhar simplesmente porque todos nós temos que comer. Nós temos que lutar por empregos dignos, nós temos que lutar por empregos decentes, nós temos que lutar pela felicidade de todos. Aquele que não é feliz no emprego não vai ser feliz na vida. Ele vai ter maior dificuldade de ser feliz na vida por razões óbvias; por razões óbvias.

Do mesmo jeito que nós não somos só um crachá, nós não somos só trabalhadores, nós também somos trabalhadores; nós temos que buscar a felicidade plena.

Então, quando o senhor me colocou aquilo, sem querer, pode ter certeza de que o senhor colocou uma faca no meu pescoço. E eu até agradeço; eu sei, eu já senti essa faca no pescoço, porque é importante que esse acordo seja cumprido.

O próprio Ministério Público do Trabalho fez, não vou dizer uma propaganda, mas divulgou bastante aquilo que ele fez e tem a obrigação de mostrar um resultado para a sociedade, porque um papel que diz que a empresa não pode mais cumprir a jornada móvel variável sob pena de pagamento de multa, ele não diz nada. O que vai me dizer é se a empresa realmente está cumprindo.

E eu garanto aos senhores que eu não tenho a mínima intenção de executar essa empresa daqui a um, dois, três anos, quando quer que seja, em R$100 milhões. Quem vai me dizer se o Ministério Público vai executar essa empresa, ou não, não sou eu; é a empresa. O acordo é muito claro, o acordo é direto. Então, se a empresa quiser ser multada, paciência.

E aí eu lembro, Senadora, que a multa é de R$2 mil por irregularidade. Não é que, se a empresa violou os dez itens, ela vá pagar R$2 mil por trabalhador. Se ela violou os dez itens, dez vezes R$2 mil, dá R$20 mil, o que faz com que hoje o custo em potencial do trabalhador da empresa no Brasil – infelizmente, por lei, essa multa não vai para o trabalhador, porque, se fosse, ficaria muito mais fácil até de fiscalizar; seria interessante isso, porque não se quer que a legislação seja cumprida – Isso faz com que o custo em potencial do trabalhador seja maior, inclusive, do que os US$15 que se buscam lá fora...

Apesar de, no nosso País, o salário, infelizmente, ser bastante baixo e infelizmente ainda – e aí eu faço uma crítica construtiva... Mas, hoje, por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho tem o entendimento de que se pode pagar menos do que o mínimo se a pessoa trabalhar uma relação de horas inferior a 220 horas por mês. Só que o Tribunal Superior do Trabalho, com todo respeito, não enxerga que o salário mínimo está previsto na Constituição, que já não garante, mas que precisa garantir moradia, transporte, saúde, lazer, isso para ter o mínimo de dignidade possível.

Se você reconhecer que alguém pode receber menos do que o salário mínimo, o que você está dizendo para essa pessoa?

Abra mão de algo que é indispensável para a sua dignidade! E ninguém deveria abrir mão de algo indispensável para a sua dignidade. (*Palmas.*)

Eu lembro que, quando eu estava preparando a ação, ela começou com uma denúncia de três itens, e dois sequer foram provados, que era a ausência de carteira e a não concessão de férias. Pode até ter havido, mas eu não consegui provar. E transformou-se numa ação de 15, 16 pedidos.

E eu lembro que, em determinado momento, eu disse: "Para! Chega! Eu não posso investigar mais alguma coisa, porque, se eu começar a investigar, eu não termino nunca!" Era a sensação que me dava: "Eu estou num buraco sem fim, infelizmente, mas eu tenho que parar."

Eu precisava parar, porque eu precisava botar no papel aquilo que eu estava pensando. Eu precisava resolver aquela situação. E que depois viessem outras! Por exemplo, a colega Margaret, com uma atuação brilhante, está discutindo outros assuntos. Mas eu precisava parar, por questão de saúde pessoal, questão própria, e eu não aguentava mais não colocar no papel, não colocar para o Poder Judiciário essa ação.

E é importante registrar que a juíza que recebeu o processo, a Drª Virgínia Lúcia de Sá Bahia, hoje aposentada, foi muito sensível. Ela concedeu a liminar; ela fez o trabalho que tinha de fazer, assim como eu acho que o fiz. Não fiz favor a ninguém, como também acho que ela não o fez.

Eu acho que ela fez o trabalho dela muito bem feito. Tanto isso é verdade que a ação foi protocolada... A gente escuta, no nosso País, que, por conta dos recursos judiciais, uma ação demora dez anos. Eu esperava que fosse demorar dez anos, mas 80% dela foram resolvidos em menos de um ano. E muito por conta, eu acredito, da própria ação, do próprio teor da sua ação inicial, da ação civil pública; muito por conta da pressão que foi feita por sindicatos, imprensa, pela própria sociedade. Mas também tenho que registrar aqui – não posso nunca esquecer a firmeza, a correção e a sensibilidade...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO OSORIO MENDONÇA – ... da Juíza Virgínia Lúcia de Sá Bahia.

Vou tentar ser rápido. Acho que, se desse, teria mais duas horas para falar, mas vou tentar ser rápido. (*Risos.*)

Temos muito o que fazer. Como eu disse antes, não interessa ter feito um acordo; interessa que ele seja cumprido.

Então, o Ministério Público do Trabalho... – e eu já conversei com o atual Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Camargo, cujo mandato acaba no sábado. E, hoje, eu recebi um WhatsApp aqui, dizendo que o Dr. Janot, Procurador-Geral da República indicou o Dr. Ronaldo Fleury como Procurador-Geral do Trabalho para os próximos dois anos.

Eu já conversei também com o Dr. Ronaldo Fleury. E acho que qualquer pessoa que fosse escolhida Procurador-Geral do Trabalho iria me dar o total apoio, porque o apoio não é para mim. O apoio é para o Ministério Público, o apoio é para a sociedade brasileira, o apoio é para as instituições brasileiras.

Então, nós vamos fazer uma força-tarefa de cinco membros. Já tenho quatro nomes, e eu não gostaria de adiantá-los, porque não fechei o grupo. Mas nós vamos fazer uma força-tarefa e vamos, sim, fiscalizar, de uma forma muito firme, esse acordo.

Isso, porque eu não consigo só fiscalizar. Eu estou tratando de uma empresa de 42 mil funcionários, e eu tenho outras coisas para fazer. Por mais que eu me dedicasse, se eu me tornasse um trabalhador escravo, trabalhando 24 horas por dia só nisso, eu ainda trabalharia com amostragem, e nós não podemos trabalhar com amostragem.

E coloco a importância muito grande dos sindicatos. Os sindicatos sabem do acordo; os sindicatos sabem aquilo que a empresa tem de cumprir. Então, os sindicatos têm que denunciar ao Ministério Público, ao procurador local; ao Ministério Público do Trabalho de Pernambuco – e o número do procedimento é o 1675/2012 –, para que possamos saber, por exemplo, onde ocorrem os maiores problemas e possamos cobrar da empresa o cumprimento daquilo a que ela se obrigou perante o Poder Judiciário brasileiro.

Dentro desse trabalho que iremos fazer, procuraremos o apoio de outros órgãos. Estou colocando a importância do trabalho das entidades sindicais.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Mais um minuto.

O SR. LEONARDO OSORIO MENDONÇA – Mais um. Sim.

Vamos procurar o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego e tentar conseguir, sim, que esse acordo seja, de fato, cumprido.

Eu lembro que, quando comecei a investigar o caso, primeiro disse: "Eu vou fazer o possível para acabar com essa jornada móvel em Pernambuco, em todas as unidades da empresa". Depois eu coloquei: "Eu vou fazer o possível para acabar com isso no Brasil". E eu vejo como a decisão foi correta.

E, para falar da Nova Zelândia – eu vou até pular aqui –, acredito que o fim da jornada móvel no Brasil, parece-me que em outros países também está acontecendo, pode ser o exemplo que o Brasil tem que dar ao mundo. Nós devemos deixar, como brasileiros, de ter alguns complexos. Nós podemos, sim, dar bons exemplos ao mundo, e um bom exemplo é a nossa legislação brasileira; um bom exemplo é o fim dessa jornada móvel;

um bom exemplo – eu vou colocar, desculpem-me ser, digamos assim, orgulhoso – é o Ministério Público do Trabalho, que não há em quase nenhum país.

E eu lembro que, no ano passado, eu fui ao Congresso de Nova York e ouvi o representante da Nova Zelândia dizer o seguinte: "Como seria bom na Nova Zelândia, que é um país muito mais avançado que o nosso, ter diversos ministérios públicos com essa preocupação social".

Então, eu queria colocar essa mensagem e algo que eu não tinha pensado – só 30 segundos: ontem, eu recebi um *e-mail* de alguém – tudo o que aparece na mídia sobre McDonald's no Brasil eu recebo – dizendo que saiu na revista *Veja* que o McDonald's iria entregar aos Senadores um manual de boas condutas e daquilo que ele faz para os seus funcionários.

Eu perguntei ao Senador Paulo Paim e ele disse que não recebeu ainda, mas pode ter recebido no gabinete. Eu não vi esse manual, eu não li esse manual. Parece-me, pelo que saiu na imprensa, que é o manual que ela entrega aos seus funcionários. Eu não sei o que ele tem, mas acredito que o manual diga que a empresa tem condutas excelentes. Eu não acredito que ela entregaria aos Senadores dizendo que ela tem condutas ruins.

Então, eu coloco uma sugestão para os sindicalistas, para as pessoas: vamos ler o manual? Se a empresa diz – eu não sei, isso foi o que saiu na imprensa ontem –, perante os Senadores da República do Brasil, que adota aquele tipo de prática com seus funcionários, vamos cobrar!

Mais importante até – sem querer, lógico, desrespeitar este Senado – do que o compromisso que ela fez com os Senadores, é o compromisso com os seus 42 mil funcionários de que ela atua de determinada forma. Cabe aos órgãos de fiscalização, aos sindicatos, ao Ministério Público do Trabalho cobrar cada vez mais que ela atue de acordo com determinada forma.

Se ela diz que tem uma ouvidoria, por exemplo, ela se comprometeu perante os seus empregados – a lei não diz que tem ter ouvidoria. Mas se ela tem ouvidoria que não funciona... Caso tenha entregado aos Senadores, ela se comprometeu perante os Senadores da República. Ou seja, tornou-se lei.

Então, vamos pegar esse manual, vamos analisar esse manual e vamos simplesmente dizer para a empresa... Não estou dizendo que ela não cumpra, até porque, como disse, eu não li. Mas vamos, sim, todos juntos, fazer com que esse manual da empresa que, em tese, deve ser bom para os funcionários, seja respeitado, para poder garantir a todos eles uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Leonardo.

Nós vamos para a última fala desta Mesa, que é José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores. (*Palmas.*)

Dez minutos.

Essa campainha assusta. Quando eu cheguei aqui, ela também me assustava – depois a gente acostuma. Quando ela toca, significa que falta um minuto para concluir. Realmente o toque é assustador.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Realmente assusta.

Nobre Senadora Regina Sousa, Presidente desta audiência pública, autoridades que compõem esta Mesa, companheiras e companheiros dirigentes sindicais internacionais e brasileiros, companheiras e companheiros que compõem o Plenário, senhoras e senhores, recebam todos e todas os nossos mais respeitosos cumprimentos.

Os depoimentos trazidos pelos nossos visitantes nos encorajam e oxigenam a vontade de luta dos brasileiros, nesse aspecto que estamos discutindo aqui na reunião.

O companheiro Calasans, Presidente do Sinthoresp, no ano de 1995, já deu início, ou deu os primeiros passos, tentando defender com dignidade os direitos básicos dos trabalhadores dessa grande empresa multinacional – e até hoje vem lutando.

Essa luta tomou mais corpo com a entrada da sua própria confederação: a Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade e, posteriormente, da Nova Central Sindical, além de outras centrais que também entraram na mesma luta.

Quase tudo o que nós vamos falar, e rapidamente, poderá ser uma repetição de tudo o que já foi dito aqui, porque chegamos à conclusão de que as irregularidades cometidas aqui no nosso País são cometidas, às vezes, com mais intensidade, em todos os países do nosso universo.

Para detalhar, muito rapidamente, o comportamento dessa grande empresa e mostrar um pouco das suas violações trabalhistas, nós incluímos aqui tudo o que nos foi informado: pagamento de salários inferiores ao mínimo estabelecido por lei, horas extras não remuneradas, supressão dos intervalos para descanso, indícios de fraudes nos holerites e no registro de horas trabalhadas, ausência de horários regulares.

A empresa não apenas mascara a realidade dos trabalhadores, mas também faz com que executem funções para as quais não estão preparados ou preparadas. A empresa McDonald's impõe aos seus empregados o acúmulo de funções, quebrando o contrato de trabalho e prejudicando os direitos dos seus trabalhadores. Além disso, os funcionários ficam expostos a toda sorte de riscos pelo contato com agentes químicos, físicos e biológicos nocivos à saúde do ser humano e de qualquer trabalhador.

Por aí se vê que a empresa tem duas faces: uma face que ela mostra para o grande público, oferecendo o seu tipo de comida, aceita pela grande maioria da sociedade, especialmente os jovens, e a outra face escura que ela esconde, que é a face que representa os trabalhadores do outro lado do balcão.

Essas pequenas informações que nós trouxemos coincidem praticamente com todos os depoimentos que foram feitos aqui e no congresso realizado ontem aqui mesmo em Brasília.

Com a insistência das entidades sindicais que representam esses trabalhadores, com a devida vênia e com todo respeito, encontramos no Ministério Público do Trabalho um procurador que resolveu enfrentar com toda intensidade os absurdos cometidos por essas empresas: o nosso Procurador Leonardo, que está aqui e que vocês acabaram de ouvir.

Naturalmente ele tem muito mais coisas para explicar, porque, além de ser um técnico na legislação brasileira, ele é um dos fiscais da lei – porque o Ministério Público do Trabalho é, na verdade, o fiscal da lei.

Aqui não há tempo suficiente para tudo isso, mas foi possível ele acrescentar tecnicamente todas as dificuldades que encontrou, as irregularidades que foram observadas e a maneira como ele pôde agir no sentido de que essa empresa tenha a obrigação não de fazer favores aos seus trabalhadores, mas de cumprir, pelo menos basicamente, a legislação brasileira, que, nesse aspecto, talvez não seja tão diferente da legislação dos outros países.

Então, este momento, para nós, é de uma importância fundamental, e o oxigênio que vocês estão nos trazendo naturalmente nos encoraja, como falamos no início.

Vou fazer uma pequena lamentação, com a devida vênia da nossa Presidente, Senadora Regina: é pena que, em audiências dessa natureza, não tenhamos a participação de mais Senadores. Eles precisavam, para ter uma avaliação mais consistente, ouvir realmente todas as informações e até as lamentações, as emoções que muitas delas trouxeram, para que pudessem fazer uma avaliação perfeita e, depois, dar o seu apoio, o que é indispensável para esse grupo de trabalhadores que está sendo apenas massacrado.

Vejam bem que situação terrível nós encontramos ainda no cenário trabalhista mundial, digamos assim: uma face para o público, uma comida que quem frequenta mais acha saborosa e um massacre para aqueles que preparam essa comida saborosa; quer dizer, eles não respeitam os seus próprios colaboradores. Daí porque as entidades sindicais – e me parece agora mundialmente – estão imbuídas no propósito de levar essa questão até a hora em que nós possamos ter esses trabalhadores tratados em igualdade de condição com todas as demais empresas brasileiras e estrangeiras.

Nós agradecemos, Senadora, essa oportunidade, e vamos, naturalmente, continuar com a Nova Central Sindical de Trabalhadores à disposição dos companheiros trabalhadores da McDonald's.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Sem querer fazer defesa dos Senadores, porque realmente sei que poderia haver muitos mais aqui, mas esta Casa tem um hábito de fazer atividades simultâneas, e os Senadores pertencem a várias comissões. Então, vão a uma, passam um tempo por lá, vão a outra, mas nós poderíamos realmente ter muitos mais Senadores aqui para ouvir e, talvez, dar opiniões.

Vamos para a segunda Mesa. Não sei se há Deputados presentes. Como não há Parlamentar que poderia fazer intervenção – só eu vou fazer, antes de sair, quando Paim chegar; tenho de pegar um voo, pois vou participar das manifestações à tarde no meu Estado –, vou chamar a segunda Mesa.

Os senhores podem ocupar assento lá, e, em seguida, abre-se algum tempo que ainda reste para debate.

Pausa para foto. (*Pausa.*)

Vamos acomodar e lembrar que esta audiência tem mais duas salas lotadas de representantes dos trabalhadores aqui ao lado. A sala de audiência também está lotada. Vamos começar a compor a segunda Mesa. Desculpem a pronúncia, não sei se vou acertar. Acho que é Ian Francis Lees-Galloway, membro do Partido Trabalhista do Parlamento do da Nova Zelândia. Chamo a Srª Jutta Steinruck – não sei se a pronúncia é assim –, membro do Parlamento Europeu, do Comitê de Emprego e Assuntos Sociais. Sr. Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional do Comércio e Serviços e representante da Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Chamar a Srª Margaret Matos de Carvalho, Procuradora Regional do Trabalho no Paraná. (*Palmas.*)

Octaciano Neto, trabalhador da McDonald's no Brasil. (*Palmas.*)

E Maximiliano Nagl Garcez, representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (ALAL). (*Palmas.*)

Esse último que está escrito a mão é para chamar também? Há um escrito a mão. (*Pausa.*)

Há uma dúvida aqui porque o Paim escreveu a mão, e não sei se era só para citar, mas, quando chegar, ele dilui essa dúvida.

Então, vamos começar passando a palavra para o Sr. Ian, do Parlamento da Nova Zelândia, Partido Trabalhista, por dez minutos.

O SR. IAN LEES-GALLOWAY (*Tradução consecutiva.*) – Obrigado, Senadora, Senador Paim, e todos os membros do Senado Federal por convocar esta audiência hoje. É de enorme importância que essas questões sejam arejadas perante um público como este.

É muito interessante que o Senado Federal brasileiro tenha resolvido se pôr à frente dessas questões. Então, o McDonald´s e outras empresas como ele têm exportado práticas trabalhistas injustas exploratórias por todo o mundo, e nós testemunhamos isso também na Nova Zelândia. São praticamente duas práticas que são reconhecidas, que são os contratos de zero hora, isto é, você fica disponível para o empregador, mas não tem garantia nenhuma de quantas horas você vai trabalhar de uma semana para outra.

A outra é a influência indevida contra trabalhadores para evitar que eles se sindicalizem, para evitar que eles reclamem por seus direitos e botem a boca no trombone quando seus padrões trabalhistas mínimos sejam violados.

O McDonald´s diz que precisa de contratos de zero hora porque precisa de uma flexibilidade total. Como se uma empresa bilionária como o McDonald´s não tivesse capacitação, conhecimento para determinar qual o nível de pessoal que precisa em cada loja. Na verdade, os contratos de zero hora são para manter o controle; é uma questão de poder sobre o local de trabalho, uma maneira de poder controlar as pessoas e dizer: "Você andou fazendo intriga? Então, na semana que vem, você não vai trabalhar".

Então, os contratos de zero hora não têm nada a ver com flexibilidade, não têm nada a ver com o negócio poder responder à demanda. Na verdade, isso é uma questão de poder e de controle sobre os trabalhadores.

Temos a satisfação de dizer que tivemos algum êxito na Nova Zelândia nos últimos meses. Quando, há muitos anos, o Sindicato United começou a sindicalizar no setor de *fast-food*, havia as mesmas práticas das várias empresas, das várias lanchonetes de comida rápida: queriam sempre dessindicalizar, tirar o sindicato dos locais de trabalho, mas o sindicato sempre voltou, continuou sindicalizando, trabalhando com os trabalhadores. E, neste ano, por meio de negociação coletiva, o Sindicato United finalmente retirou os contratos de zero hora do McDonald´s e de várias outras redes de lanchonetes na Nova Zelândia. (*Palmas.*)

Conseguiram isso pela negociação coletiva; não foi uma mudança na lei, não foi alguma coisa que o governo fez; foi campanha e negociação coletiva, para garantir que todo neozelandês soubesse o que era um contrato de zero hora e o impacto dessas práticas exploratórias. Criaram uma coalizão não só de sindicatos, mas de outras entidades, para dizer ao McDonald´s que isso é irrazoável, é injusto e não pode ser tolerado. E praticamente todas as lanchonetes da Nova Zelândia perceberam que era intolerável continuar com contratos de zero hora, porque os fregueses não iam mais aceitar isso. Isso foi um trabalho de divulgação que os sindicatos fizeram para mostrar à população qual era o real significado dos contratos de zero hora.

E, como sabemos, nem sempre é fácil para as pessoas se sindicalizarem. Nós temos sistemas e leis na Nova Zelândia que facilitam – porque em alguns outros países... – que os trabalhadores se sindicalizem. Porém, ainda assim é um desafio por causa da pressão que é posta nos trabalhadores pelos empregadores, pelos gerentes, para dissuadi-los de entrar no sindicato. Essa pressão é constante.

Infelizmente, embora na Nova Zelândia não se testemunhem algumas das ilegalidades que foram mencionadas aqui nesta manhã, nós temos consciência de que alguns dos franqueados ainda usam influência indevida sobre os trabalhadores para desencorajá-los de fazer parte de um movimento sindical que é o que vai melhorar os seus padrões, suas condições de trabalho e sua remuneração.

É preciso manter a luta, e nós, como legisladores, como Parlamentares, gostaríamos de fazer de tudo para apoiar os trabalhadores. E falo aqui como legislador e me dirijo a todos os outros legisladores na sala: os trabalhadores precisam a aprender com as empresas e começar a agir globalmente, conjuntamente com um propósito único pelo mundo afora. Nós, legisladores, precisamos fazer a mesma coisa: não a globalização que mine, que solape a nossa soberania nacional, mas a solidariedade dos trabalhadores pelo mundo afora. (*Palmas.*)

O SR. IAN LEES-GALLOWAY (*Tradução consecutiva.*) – Não podemos ser cúmplices dessa corrida rumo ao fundo do poço para ver qual o país tem a legislação trabalhista mais fraca. Precisamos nos levantar e dizer às empresas: "Não, nós não vamos permitir que você explore nossos trabalhadores, nossas leis. Se você vai trabalhar neste país, você vai ter que operar com justiça". E vamos trabalhar com todos os países que pudermos para garantirmos que isso aconteça. (*Palmas.*)

O SR. IAN LEES-GALLOWAY (*Tradução consecutiva*.) – É claro que precisamos ter padrões mínimos, leis sobre salário mínimo, para que as pessoas tenham acesso a um bom salário, condições de trabalho, para que os trabalhadores não sejam explorados. Mas, muito mais importante: precisamos apoiar os sindicatos a crescerem, sindicalizarem os trabalhadores e negociarem coletivamente em nome dos trabalhadores, para que os trabalhadores, eles próprios, conquistem as melhorias.

É assim que a gente efetua mudanças reais e duradouras na sociedade. Os governos vêm e vão, os legisladores e as ideias também vêm e vão. Mas, se tivermos ideias fortes, um movimento forte que garanta salários justos, condições justas, não importando quem esteja no governo, isso vai ser um legado mais permanente.

Então, trabalharmos juntos como parte de um movimento global dos direitos dos trabalhadores, apoiando os nossos sindicatos. Esse é o recado que eu trago da Nova Zelândia para vocês hoje e é um recado que esta audiência está dando alto e bom som.

Nós precisamos dizer que, quando houver violações das nossas leis, que os nossos governos vão se levantar, e vamos fazer com que essas empresas violadoras sejam responsabilizadas.

Nós, como legisladores, não podemos estar em todos os lugares todo o tempo; podemos, claro, ser os olhos e ouvidos dos trabalhadores para garantir que os padrões mínimos trabalhistas sejam respeitados. O McDonald´s testava os limites da lei na Nova Zelândia, mas não mais, porque eles já sabem que os sindicatos estão de olho. E o sindicato não é uma coisa distante, que fica lá na capital. O sindicato é o trabalhador, na linha de frente, agindo em solidariedade e denunciando todas as irregularidades.

Então, vamos trabalhar como um movimento global, apoiando os sindicatos. Não só um movimento dos trabalhadores, mas de todos os integrantes do movimento trabalhista, para garantir que tenhamos força para confrontar essa mentalidade corporativa global.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria registrar a presença do Deputado Carlos Zarattini, que poderá fazer intervenção quando quiser.

Quer fazer agora? (*Pausa.*)

Então, vamos ouvir o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Regina Sousa.

Quero cumprimentar todos os colegas Parlamentares de outros países que aqui vieram participar deste evento. Quero cumprimentar também todos os sindicalistas das centrais e dos sindicatos aqui presentes. E cumprimentar todos os trabalhadores que aqui vieram participar desta importante audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Nós gostaríamos de manifestar o nosso apoio e solidariedade a essa luta importante. Temos feito uma luta muito forte aqui no sentido de evitar que haja uma precarização na legislação do trabalho no Brasil. Os senhores todos sabem do projeto de lei que visa a abrir indiscriminadamente a terceirização no Brasil e a precarização das relações de trabalho.

Sem dúvida, o que se faz hoje no nosso País, nas redes de *fast-food* e, em especial no McDonald´s, são relações precárias de trabalho que prejudicam os nossos jovens e o nosso mercado de trabalho como um todo.

Nós estamos cerrando fileiras, o nosso Partido dos Trabalhadores é integralmente contra essa forma de precarização e vamos nos mobilizar, já estamos nos mobilizando, nessa luta, para que possamos dar dignidade ao trabalhador, dar condição de que o trabalhador tenha uma relação de trabalho justa, correta e respeitosa. Nós não podemos aceitar mais ainda a precarização do trabalho no nosso País. O nosso País é muito sofrido; foi o último a abolir a escravatura no mundo. Até recentemente, a nossa Constituição discriminava a empregada doméstica, que não tinha os mesmos direitos dos demais trabalhadores. Nós superamos isso com uma mudança na Constituição, com a regulamentação do trabalho da empregada doméstica. Mas muitos e muitos trabalhadores ainda vivem no Brasil trabalhando em regime precário e, muitas vezes, similar à escravidão.

Nós não podemos aceitar isso em pleno século XXI! Por isso a nossa disposição de luta e de apoio à luta de todos vocês.

Muito obrigado, Srª Presidente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Muito obrigada, Deputado.

Eu vou fazer um pequeno comentário também porque o Senador Paulo Paim está voltando e eu tenho de embarcar para participar, hoje, do ato dos trabalhadores pela democracia no neste País.

Até o meu Estado são duas horas de voo... (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu tenho que estar lá. Então, vou fazer um pequeno comentário antes de chamar a próxima fala.

Primeiramente, quero dizer que fui sindicalista, venho do movimento sindical. Há 20 anos eu era Presidente da CUT no meu Estado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas me confesso surpresa de ouvir aqui não as mazelas da McDonald´s no Brasil, porque a gente conhece, mas não esperava que fosse tudo igual no mundo inteiro. Com sinceridade, eu não esperava.

Isso dá força para unir os trabalhadores no mundo inteiro também, e fica um movimento bem mais forte.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas, infelizmente, não é uma questão só da McDonald´s. No Brasil, há mazelas... Temos agora um ramo novo que se está espalhando muito no País, gerando muitos empregos, o que, em princípio, é bom, mas também com práticas muito ruins, que é o ramo do *call center*.

Chegam prometendo coisas maravilhosas e, depois, usam das práticas mais nefastas com os trabalhadores. Quando as empresas se instalam num país, sejam nacionais ou estrangeiras, elas procuram gestores. O prefeito e o governador geralmente fazem festa e solenidade para dizer que estão trazendo a empresa para aquele lugar e que isso vai gerar tantos empregos. Vendem uma imagem muito boa. Que governante não quer mais empresas no seu lugar, na sua terra, no seu Município, na sua cidade, no seu Estado ou no seu país? Todo mundo quer. E eles apresentam – acho que é esse tal manual que virá para nós aqui – para os governantes como sendo empresas exemplares.

Acho que o Ministério Público do Trabalho – cadê o Dr. Leonardo? – é importante.

Acho que nós podemos começar a adotar uma prática de, quando essas empresas forem se instalar, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho, através de suas superintendências, também participarem desses lançamentos, das instalações solenes dessas empresas, já para dar o recado de que estão de olho. Dizer como deve ser... Pode ser uma prática a ser incorporada de, logo na implantação da empresa, ela ser advertida do que deve fazer em relação a seus trabalhadores.

Quero dar as boas-vindas aos representantes de todos os países presentes e dizer que, infelizmente... Há um advogado no meu Estado que tem uma força-tarefa de fiscalização da coisa pública. Ele sempre gosta de dizer: "A luta é que faz a lei."

Então, a luta continua. É uma frase eterna dos nossos movimentos: a luta continua!

Lutando já é difícil conseguir; imaginem sem luta! Que vocês continuem com muita coragem para a luta.

Muito obrigada.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero passar a presidência ao Senador Paim, que já está aqui, pedindo desculpas por me retirar para embarcar por uma causa nobre. Vou participar do ato pela democracia no meu Estado.

Muito obrigada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço à Senadora Regina Sousa, que presidiu os trabalhos para que pudesse fazer a abertura da sessão de homenagem pelos 60 anos da Apae. Foi uma bela sessão, e passei a presidência agora ao Senador Romário. Volto aqui para podermos concluir este evento fundamental.

Lá no plenário eu disse que aqui estavam representantes de 20 países, discutindo situações análogas ao trabalho escravo em inúmeras empresas no mundo. Claro que aqui o eixo é o caso que vem acontecendo na McDonald´s.

De imediato, passo a palavra ao membro do Parlamento Europeu, membro do Comitê de Emprego e Assuntos Sociais, Srª. Jutta – estava aqui querendo saber como eu pronuncio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Jutta Steinruck está com a palavra. (*Falha na gravação.*)

A SRª JUTTA STEINRUCK (*Tradução consecutiva.*) – Estou aqui vindo da Alemanha, mas represento todos os países da União Europeia, mas eu sou do movimento sindical. Estou aqui para trazer a voz dos trabalhadores da União Europeia, e há muito trabalho a fazer na Europa também.

Fico muito feliz de ver vocês aqui organizados, não só nesta semana, não só hoje, mas por tudo que vimos no Brasil.

Aprendi tanto com vocês, mesmo que já soubesse tanto sobre vocês. Nós temos que lutar juntos. Meus colegas sindicalistas já disseram isso, meu colega da Nova Zelândia já disse isto: temos que trabalhar muito mais como sindicalistas globais.

As empresas já estão trabalhando globalmente e estão começando a globalizar suas piores práticas. Então, nós temos que legalizar o nosso trabalho. Não é surpresa que continuemos a garantir os direitos dos trabalhadores.

O McDonald's se vende como um empregador moderno, que dá emprego de boa qualidade, que dá treinamento, que dá oportunidades. Nós sabemos que ele patrocina eventos como as Olimpíadas e outros, mas, na realidade, as pessoas já sabem que, no Reino Unido, por exemplo, o McDonald's é conhecido por esses contratos de zero hora, esses contratos sem nenhuma garantia de quantas horas a pessoa vai trabalhar por mês.

Estima-se que nove entre dez empregados do McDonald's no Reino Unido têm esses contratos de zero hora. Esses contratos de zero hora são aqueles que não definem qual vai ser a duração do trabalho diário. Os trabalhadores têm de estar à disposição da empresa, mas sem garantia nenhuma de trabalhar. Às vezes, o McDonald's não permite sequer que eles trabalhem quando querem trabalhar.

Além disso, há um uso enormemente disseminado de contratos temporários: dois terços dos trabalhadores do McDonald's na União Europeia são temporários, ou de tempo não integral. Isso é um desrespeito aos países e aos contribuintes daquele país, porque é muito mais difícil para esses funcionários que trabalham temporariamente conseguirem benefícios do governo.

Eu poderia falar aqui por horas sobre o que está acontecendo nos diferentes países da Europa. Nós não somos diferentes da Europa: nós temos legislação trabalhista, que os países têm de respeitar e que são muito fortes, temos sindicatos fortes com excelentes acordos coletivos, mas alguns países têm ambos fraquíssimos: legislação e sindicatos.

Então, *players* globais, como o McDonald's, tentam lutar contra todos os direitos, tentam achar todas as brechas na lei, tentam usar o que eles chamam de *dumping* social, tentam recrutar trabalhadores de outros países em que o trabalho é mais barato. Eles fazem de tudo.

Outro ponto, não menos importante, é que o McDonald's precisa contribuir para a solidariedade social, o que não faz. Uma análise dos sindicatos revelou como o McDonald's usa subsidiárias em Luxemburgo para pagar menos impostos, sonegando até um bilhão em impostos entre 2009 e 2013. A entidade que eles criaram em Luxemburgo emprega 13 pessoas e não tem qualquer atividade econômica, mas reportou €3 bilhões em *royalties.* Claro que uma empresa de 12 funcionários não gerou €3 bilhões em *royalties*.

O que a Comissão Europeia fez recentemente foi lançar uma investigação sobre as práticas tributárias do McDonald's. O Parlamento Europeu tem tido enormes problemas com orçamentos. Alguns países tiveram de cortar toda sorte de benefícios sociais por causa de problemas de renda.

Enquanto isso, empresas como o McDonald's não pagam os impostos que deveriam pagar, não mantêm sua solidariedade social. Como é que a sociedade, como é que os cidadãos que são afetados por essas políticas irresponsáveis aceitam esse tipo de sacrifício? Porque eles têm que fazê-lo.

Enquanto isso, empresas como o McDonald's rebolam para não pagar o que têm de pagar. E essas são questões que afetam saúde, ajudam a população pobre, cuidado com as crianças em creches e etc., tudo, e mostra-se que o McDonald's é a mesma coisa no mundo inteiro: sempre busca brechas para impor seu modelo de negócios, que paga quase nada, seu trabalho é de baixa qualidade, e há sonegação de impostos.

Nesse sistema não há lugar para emprego decente, não há lugar para participação do trabalhador, não há lugar há para solidariedade social e não há lugar para a economia e para a sustentabilidade de longo prazo da economia.

Isso mostra que resolver esses problemas requer ações públicas. É por isso que países europeus têm direitos sindicais e trabalhistas fortes, com acordos coletivos fortes. A situação da Europa melhorou pelo menos nos países mais modernos da União Europeia.

Tenho certeza de que os meus companheiros e companheiras da Europa, se estivessem aqui, diriam que tiveram alguns passos positivos, mas ainda têm muito a lutar. Mas o fato é que a situação melhorou.

Mas isso não é só um problema europeu, é um problema global. O McDonald's não é só o líder de mercado sem rival na indústria do *fast-food,* mas também é o segundo maior empregador privado do mundo. Esse alcance global que o McDonald's tem lhe dá a habilidade de reduzir os padrões globais. E as autoridades públicas precisam pressionar o McDonald's para que acabe com tais práticas, e o faça globalmente, seja na Europa, seja na América do Sul, seja nos Estados Unidos, seja na Ásia, onde quer que seja.

É por isso que esta audiência de hoje é tão importante. Muito obrigada, Senador, por levantar a discussão dessa questão aqui, porque há *players* globais injustos que não se reduzem ao McDonald's.

Existem outros em uma multiplicidade de setores que precisam ser pressionados globalmente pelos sindicatos, pelo meio político e pelos consumidores. A gente tem que acordar os consumidores para o fato de que, como meu colega da Nova Zelândia disse, eles ajudam a concretizar essas condições de trabalho.

Eu não quero destruir uma empresa como o McDonald's. O que eu quero é que essa empresa adote uma responsabilidade corporativa social, com trabalhos decentes, com condições decentes, que garantam uma vida digna, não só na Europa, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. É por isso que lutamos e continuaremos a lutar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nada? O.k.?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k, tudo bem. Vai dar tudo certo, calma. Você vai descontrair.

Eu queria cumprimentá-la pela fala. Eu acho que a sua última fala, para mim, tem uma marca muito importante. Eu não queria também que o McDonald's entendesse que esse evento, como você disse com muita tranquilidade, visa a destruí-lo. Não! Nós queremos construir, construir uma política de bom relacionamento, que garanta os direitos de todos os trabalhadores.

Nós todos sabemos o quanto são importantes milhares de empregos em todo o mundo. Às vezes, quando se faz um debate como este, sempre há alguém para dizer que estamos contra alguém. Não estamos contra ninguém; estamos a favor dos trabalhadores e das trabalhadoras.

É este o objetivo de nós estarmos aqui... (*Palmas.*)

...para construirmos uma linha de entendimento em que vamos, no fim dos trabalhos, naturalmente, apontar caminhos nesse sentido.

Eu queria chamar agora a falar assim Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, que aqui fala também pela CUT (Central Única dos Trabalhadores). (*Palmas.*)

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, que tem feito conosco, com os trabalhadores, uma jornada em defesa do direito, da segurança, do local de trabalho e das condições dignas e humanas dos nossos trabalhadores e da nossa sociedade.

Quero cumprimentar a Mesa. São muitas autoridades. Então, cumprimento, em nome da Jutta, todos os Parlamentares que aqui estão conosco, Senadores, Deputados, companheiros que compõem, junto do cenário internacional, essa relação ruim que tem com o direito dos trabalhadores, que o McDonald's tem feito no mundo...

Mas também quero cumprimentar os meus companheiros dirigentes, trabalhadores do setor hoteleiro, do setor de *fast-food*, no nome do companheiro Octaciano; o companheiro Max tem seguido junto conosco essa trajetória da responsabilidade que temos tido para defender os interesses da classe trabalhadora, que tanto buscamos representar.

Cumprimento também o companheiro Gerardo, como a direção da nossa federação internacional e várias federações nacionais que aqui estão, junto com os companheiros e companheiras dirigentes e colaboradores do nosso cenário internacional, das nossas entidades internacionais, com que a Contracs também busca ter uma boa relação; e a Central Única dos Trabalhadores tem, através da SRI, um trabalho organizativo nesse setor.

Também cumprimentar a companheira Margaret, por sinal com muita atuação, junto com o Leonardo, ela, que tem o meu sobrenome de Matos – deve ter, de fato, uma trajetória, uma história bonita nesse Ministério, nessa realidade em que atua junto à Procuradoria do Trabalho.

Senador Paulo Paim, nossa representação em nome do companheiro Vagner Freitas, em nome da nossa Confederação, que é o ramo que constrói trabalhadores e nossas condições do setor hoteleiro, gastronomia, *fast-food;* tem representação de Norte a Sul deste País, e nós buscamos justamente essas armas, que são a mobilização, a representação e a nossa trajetória de história de luta em busca do direito dos trabalhadores do McDonald's, que se encontram na nossa base.

A realidade dada já pela Mesa anterior, mencionada por V. Exª, tem demonstrado uma dura realidade em nosso País. Nós temos diversos caderninhos e listas, e a realidade que a empresa tem buscado, além de desrespeitar a tradição, porque nós garantimos a liberdade de expressão, de alimentação, de cada povo... Mas o Ministério da Saúde também deveria estar aqui, porque é um desrespeito ao sistema do arroz e do feijão que o Brasil tem tão tradicional, embutido na cultura brasileira; trata-se de algo que o cenário da saúde tem mostrado ser ruim para as nossas crianças e para os nossos adolescentes, a péssima qualidade que, às vezes, se encontra nesse sistema. E aqui se falou inclusive de uma carne que às vezes é ruim para a saúde.

Além disso, há o debate da jornada variável que está apontada em várias Mesas, Senador Paulo Paim. Por isso, quero proclamar um pedido aos Parlamentares, desde o cenário internacional e brasileiro. Passou por

aqui hoje um PL tentando regularizar a jornada móvel variável, e parece que não discute com a classe dos trabalhadores. A nosso ver, parece que esse PL tem tido interesse das classes patronais, que é o PL 726, de 2015, entregue hoje.

Isso tudo nos mostra que a única ferramenta que nós temos, a única arma, é a mobilização; é a junção e a unidade dos trabalhadores, tão falada pelos Parlamentares que fizeram as duas falas anteriores, tratando desse tema. E também quero confirmar com os companheiros que disseram que, na empresa, a multifunção é um dos maiores problemas colocados para esses trabalhadores.

Você tem um contrato, uma carteira, e, às vezes, esses contratos, em alguns lugares, são respeitados em nossas convenções coletivas de trabalho, que os companheiros internacionais chamaram de acordo coletivo de trabalho. Em alguns lugares é respeitado, porque o sindicato, a nossa base, tem uma boa militância; faz a manifestação, leva o carro de som para a porta da empresa. Quero relatar a manifestação junto da unidade desses trabalhadores brasileiros e com a participação internacional, que ocorreu na Paulista. Então, esses relatos são as nossas ferramentas de mobilização.

E veja, Senador, que o jornal *Valor Econômico* já tratou de a empresa demonstrar, ressarcir ou ir para cima dos trabalhadores; que não vai dizer no jornal o que vai fazer. Mas se preparem, companheiros e companheiras, que alguma coisa está por ser feita.

Não só procura essa empresa manipular os advogados, para que as ações na Justiça não sigam com julgamento, com sentenças severas, porque eles compram, eles promovem, eles buscam isso antes da sua chegada à segunda ou terceira instâncias.

Mas também esses trabalhadores que nós temos na Contracs-CUT, Senador, mencionados já anteriormente, são em torno de 50, 60 mil trabalhadores no Brasil. Estamos falando, na América Latina, de mais de 100 mil trabalhadores e, aqui no Distrito Federal, posso dizer, que nós estamos aí numa representação da nossa categoria em torno de quase 20 mil trabalhadores, buscando em 20 lojas no Distrito Federal.

Então, chama para nós a responsabilidade, a responsabilidade de chamar para o diálogo social essa empresa, buscando dizer-lhe qual é o compromisso social que ela tem de ter no Brasil. Ela tem que cumprir a CLT, ela tem que cumprir a Constituição Federal brasileira que fala de dignidade humana. É o salário integral para sustento da sua família, da moradia, que ele busca.

Se nós não temos aqui, Paulo Paim, nosso Senador, uma política de elevação do salário mínimo, olhe onde estaria, porque ele disse no jornal que assegura 10% a mais do salário mínimo, e olhe lá.

Então, é uma política nefasta dessa empresa, em que nós queremos colocar, ainda nesses locais confirmados... Vi os companheiros falarem das queimaduras que sofrem os trabalhadores em suas mãos; pensem na pneumonia que podem acometê-los. O trabalhador sai do frio, buscando no congelador bebida gelada; imediatamente, ele vai para a fritura, ele vai para a chapa. Então, como se discutem os critérios mais sagrados das normas técnicas no Brasil, das NRs que tratam de insalubridade?

Esse é um cenário sobre o qual temos que conversar, temos que pressionar. Mesmo que alguns consigam avançar em uma política ofensiva para dialogar com a empresa, ainda há muitas coisas acontecendo no nosso Brasil, de Norte a Sul, nas nossas entidades com os nossos trabalhadores.

Chamo a atenção também, Senador Paulo Paim, e Parlamentares, para o processo dessa empresa que tem a bandeira McDonald's, seja a empresa que tem o setor de serviços, seja a franquia dominada pela marca McDonald's que vai até a empresa montada Arcos Dorados. Qual é o nosso questionamento para com a Receita Federal? Para com os tributos? Quanto se paga numa empresa que tem franquia e numa empresa que presta com o seu CNPJ serviços? Isso pode estar lesando o patrimônio da Nação, que é o bem comum, para a origem de impostos para a política pública.

A imagem apontada é o Mc feliz, a situação feliz, mas os trabalhadores estão tristes, os trabalhadores se expõem a atos desrespeitosos, e nós temos conversado com esses trabalhadores, buscando algo através das ações judiciais, mas só isso não basta. Tem que ter mais algo, tem que ter algo que movimente...

E precisamos, portanto, dessa ajuda do Parlamento brasileiro, dos projetos que se encontram na Câmara dos Deputados, no Congresso, que, às vezes, são precarizantes. E nós temos feito aqui gestos de solidariedade a toda a classe trabalhadora, não sendo ela somente do comércio e serviço, mas a toda classe trabalhadora no Brasil, para nos contrapor a essas condições que alguns Parlamentares têm tentado burlar, tentando desrespeitar o direito dos trabalhadores.

Nossa marca, Senador Paulo Paim, de denunciar os riscos e os perigos dos trabalhadores, de trazer aqui essa situação à Comissão de Direitos Humanos, é uma questão de dignidade. E nós acreditamos que esta Comissão pode e deve ter o compromisso com a nossa sociedade, porque essa sociedade trabalhadora de que estamos falando é uma sociedade de trabalhadores jovens. É trabalhador que entra e está lá, nessas condições,

com 16, 18 anos de idade. Imaginem o que eles colocam e como pensam também os outros trabalhadores que lá estão nessas condições.

(Soa a campainha.)

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – Qualquer projeto no Congresso que mexa com a redução...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – ...de idade para entrar no mercado no trabalho é muito ruim, porque isso é projeto do McDonald's.

Quero, Senador, chamar a atenção para um fato. Nós temos que tratar dos cuidados e do adoecimento desses trabalhadores no nosso sistema SUS ou no sistema de planos. O McDonald's, inclusive, coloca no seu extrato de balanço, para que o trabalhador do McDonald's procure uma segunda atividade, procure cumprir com o seu salário. E, se o salário não dá para subsidiar, o que faz?

Só nos resta, então, Senador, ir à Justiça, movimentar, reclamar, denunciar e mobilizar. São essas as nossas armas da classe trabalhadora. Mas ainda acho, diante dos fatos, que podemos muito apurar que esta Comissão tem compromisso e dever de melhorar as condições desses trabalhadores. Precisamos fiscalizar esse modelo de franquia em que a empresa de serviço, o McDonald's, está atuando. Precisamos urgentemente criar uma comissão ou uma força-tarefa em que o Ministério do Trabalho, o Ministério Público, os trabalhadores, paridade dentro do processo da representação, e o Senado ou o Parlamento possam melhor atuar para que a legislação brasileira não seja desrespeitada mais uma vez.

Obrigado, Senador.

Obrigado, companheiros e companheiras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), que falou pela Central Única dos Trabalhadores. E lembrou a responsabilidade de todos nós, de ajudarmos na fiscalização e na cobrança, para que se cumpra o que mandam a CLT e a Constituição, no mínimo.

Houve uma senhora que perdeu uns óculos de grau, armação azul. Por favor, se alguém encontrou, entregar aqui, na Secretaria da Mesa.

Vamos de imediato, agora, para a Procuradora Regional do Trabalho do Paraná, Drª Margaret Matos de Carvalho.

A SRª MARGARET MATOS DE CARVALHO – Bom dia a todos e a todas. Agradeço ao Senador Paulo Paim a oportunidade de vir falar sobre um tema como este, de tanta importância. Cumprimentando-o, cumprimento toda a Mesa; um cumprimento especial também ao meu colega Leonardo Osório Mendonça, que se tem dedicado, como vocês viram, a esse problema há bastante tempo.

Sou responsável por uma ação civil pública que foi ajuizada no Paraná, mas que tem efeito em todo o Território nacional, com foco muito específico de proteger o adolescente que trabalha. Temos uma legislação que prevê uma idade mínima para o trabalho – a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a própria CLT. Então, pela ratificação do Brasil à Convenção 182, a idade mínima é de 16 anos, mas, como aprendiz, também, a partir dos 14 anos. Ocorre que, até os 18 anos de idade, este deve ser um trabalho protegido, e não se permite a esse trabalhador a realização de atividades que possam, de algum modo, prejudicar sua saúde, seu desenvolvimento e, inclusive, sua saúde psíquica.

Aqui se falou muito do número de empregados da rede; são 600 lojas no Brasil, com 34 mil a 40 mil empregados. Temos a informação do próprio McDonald's, da Arcos Dorados, que seriam em torno de 70% de adolescentes. Portanto, a maior parte dos empregados da Arcos Dorados é de adolescentes, que, hoje, estão expostos a todo tipo de risco, principalmente, de queimaduras.

Conseguimos perceber que são adolescentes provenientes das classes mais vulneráveis, de baixa renda, com pouca escolaridade. Fizemos uma investigação das reclamatórias trabalhistas individuais propostas por adolescentes, e isso que foi colocado aqui se comprovou: não se chega a instruir esses processos; são realizados acordos antes mesmo da audiência de instrução, acordos com valores baixíssimos, com uma denúncia frequente de descontos salariais que não são esclarecidos em nenhum momento da relação do contrato, e, quando termina este contrato, recebe-se muito pouco pelo trabalho realizado.

Eu queria aqui destacar essa questão também da multifuncionalidade. Na verdade, cada trabalhador tem que mudar a sua estação de trabalho a cada duas horas. Portanto, os adolescentes realizam todas as atividades existentes naquele local. E há a falácia do primeiro emprego, porque essa rede vem com esse discurso de que está colaborando, contribuindo com o País ao gerar empregos para adolescentes de baixa renda e de pouca escolaridade, quando, na verdade, estão explorando. Este é um meio de enriquecimento ilícito, inclusive, dessa rede, porque é um trabalho que lesiona, é um trabalho mal remunerado, é um trabalho que não qualifica.

A alta rotatividade está presente. Vocês que são sindicalistas sabem disso. Nem passam pela homologação do sindicato as decisões, porque antes de um ano de trabalho já são dispensados desse emprego. Não têm qualquer contato com os sindicatos, porque existe essa estratégia, obviamente, de não deixar que eles tenham contato com os sindicatos, e os adolescentes, que eu tive a possibilidade de entrevistar e que foram dispensados depois de sofrerem acidentes de trabalho os quais não foram comunicados para as instâncias legais, disseram que nunca mais gostariam de trabalhar para a rede McDonald's. Então, que trabalhador é esse que nós estamos preparando para o mercado de trabalho através dessa enganosa falácia do primeiro emprego? (*Palmas.*)

O que nós comprovamos, o problema com queimaduras: além da chapa de preparo do hambúrguer, o adolescente também frita batatas, o óleo utilizado em alta temperatura. Foi colocada a inspeção, que foi feita pelo juiz. Na instrução da ação civil pública, bastou levantar a luva, e as queimaduras foram encontradas.

Além disso, eles são obrigados a limpar esses equipamentos ainda quentes. Então, não esperam o desaquecimento das chapas e das fritadeiras para que eles tenham que fazer a limpeza, também provocando queimaduras. Esses adolescentes são obrigados a manipular produtos químicos que são importados, inclusive, não são produtos químicos produzidos no Brasil, precisam de diluição e, na diluição, acontece, por exemplo, a intoxicação desses adolescentes.

Eles limpam todo o restaurante, a cozinha e também, pasmem os senhores, os banheiros. Estão lá limpando o banheiro – não só o banheiro utilizado pelos empregados, mas também os banheiros de uso público. Na hora seguinte, eles já passam para preparar os alimentos, e eu fico imaginando se os consumidores têm acesso a essa informação, porque se tivessem, talvez não levariam seus filhos pequenos a consumir um alimento preparado dessa forma.

Também encontramos situação de contato com agentes biológicos – já foi citado aqui. Obviamente que, ao limpar um banheiro que seja de uso de todos os empregados ou de uso público, os agentes biológicos estão presentes, é uma atividade insalubre reconhecida, em relação a qualquer trabalhador, o que não dizer em relação a um adolescente? Eles também são obrigados a fazer a retirada do lixo. Então, todo o lixo que é armazenado durante o funcionamento do restaurante, depois, esses adolescentes têm que acondicionar o lixo e retirá-lo até a lixeira, para, depois, ser recolhido pela limpeza pública.

Acho que fica agora uma questão: eu olho com bastante surpresa e, ao mesmo tempo, alegria, essa organização dos sindicatos em torno das condições de trabalho no McDonald's. Há bastante tempo que eu estou fazendo essa investigação e não tinha percebido essa mobilização, esse movimento, que vejo com bastante satisfação, principalmente por poder contar com esses sindicatos para nos auxiliar nas ações civis públicas.

Como foi mencionado aqui, a Contrato é litisconsorte na nossa ação – entrou como assistente litisconsorcial. Nós aceitamos a participação da Contrato por entender que ela tem também a legitimidade de defender os seus empregados, além das informações valiosas que a Contrato tem na defesa desses empregados. (*Palmas.*)

E, obviamente, a interpretação que a rede faz é de que ela não tem legitimidade para figurar no polo ativo, procura retirar a legitimidade do sindicato também nessas ações, e quis nos convencer de que esse trabalho realizado pelos adolescentes não tem impedimento legal. Quis convencer o juiz, da mesma forma, que os adolescentes poderiam realizar atividades insalubres e perigosas, inclusive numa reunião que nós tivemos na Procuradoria, por mais de cinco horas, com a presença de consultores. Disseram que eles iriam investir muito tempo para construir ou fabricar equipamentos de proteção individual que viessem a proteger melhor os adolescentes.

Mas, vejam os senhores, se os adolescentes não podem realizar atividades insalubres ou perigosas, obviamente eles também não têm de usar equipamentos de proteção individual. Então, por melhor que seja o equipamento que eles venham a pensar em produzir e fabricar, não significa que os adolescentes poderão realizar aquelas atividades, porque elas continuam sendo atividades insalubres e perigosas.

Portanto, Senador, nós estamos falando de uma empresa que explora quase 30 mil adolescentes no nosso País. Este é o contingente: quase 30 mil adolescentes, que não têm conhecimento dos seus direitos. E não é à toa que ela escolhe adolescentes de pouca escolaridade

E não é à toa que ela escolhe adolescentes de pouca escolaridade e de baixa renda, porque são mais vulneráveis a essa estratégia que ela tem de exploração. É óbvio que a classe média, as pessoas mais esclarecidas jamais permitiriam que seus filhos trabalhassem nessas condições. Então, é uma estratégia que ela utiliza, de enriquecimento ilícito, como eu coloquei. E, aí, fica talvez o desafio de passar para os consumidores a verdadeira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto.

A SRª MARGARET MATOS DE CARVALHO – ...face dessa empresa. Assim como rejeitamos os produtos que são oriundos do trabalho escrevo, também devemos rejeitar produtos que exploram o trabalho de adolescentes. Acho que é esse o recado que ela deve levar em consideração, porque é nessa linha que podemos seguir. Agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Margaret Matos de Carvalho, Procuradora Regional do Trabalho no Paraná, que dá exemplos práticos e objetivos, inclusive do trabalho que a senhora vem fazendo. Meus cumprimentos.

Vamos, de imediato, para Octaciano Neto, trabalhador da McDonald's no Brasil.

O SR. OCTACIANO NETO – Senador Paim, demais membros da mesa, companheiros de luta, sou diretor sindical, trabalho no McDonald's há 23 anos, sou filiado à CUT Contracs. Trabalhei desde franqueado, e hoje me encontro na Arcos Dorados. Não tenho medo de retaliação, não tenho medo de perseguição. Muitas vezes foi dito aqui que o Brasil foi o último País a abolir a escravidão, mas, antes de abolir a escravidão, houve os quilombos, que eram centros de luta e resistência contra a escravidão. (*Palmas.*)

Sendo assim, estou pronto para, com certeza, lutar pelos direitos não só dos trabalhadores brasileiros, mas dos demais membros que aqui se encontram. É uma luta global. Então, mais uma vez vou dizer isto: se a gente não se unir, a gente não chega a lugar nenhum. Eu me tornei fã do Dr. Leandro porque ele tem muita paixão pela função que exerce. Vejo que ele faz de coração. Com certeza, o senhor pode contar comigo porque eu também vou me dedicar de corpo e alma para que os direitos dos nossos trabalhadores, das mulheres. Independentemente de quem quer que seja, da orientação ou do fator racial, todos os direitos devem se vão ser respeitados. Eu me coloco à frente disso. Não tenho medo – mais uma vez digo – de retaliação ou de perseguição.

A minha função, como sindicalista e trabalhador do McDonald's, é lutar pelos direitos daqueles que não podem se defender. E é para isso que vim aqui. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Octaciano Neves, trabalhador do McDonald's no Brasil, que, de forma direta e objetiva, apontou essa luta, que tem que ser uma luta de todos nós. Meus cumprimentos.

Agora, com satisfação, passo a palavra ao representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, Dr. Maximiliano Nagl Garcez, que tem nos acompanhado nessa cruzada, em nível nacional, contra a terceirização na atividade-fim. O Sr. Maximiliano tem sido um baluarte nessa caminhada. Fui a todos os Estados e, em todos eles, ele foi junto. Fomos a 14 Estados, não é? Temos ainda a missão de ir a mais 13.

Com a palavra, Sr. Maximiliano.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Bom dia, companheirada.

Obrigado, Senador, companheiro de luta, que admiro há muito tempo, ainda mais agora, nessa batalha que temos enfrentado juntos. Nosso agradecimento e admiração pela sua coragem e destemor.

Cumprimento toda a companheirada, primeiramente, as companheiras mulheres na pessoa da companheira Adriana, que fez um belo relato. Cumprimento todos os trabalhadores na pessoa do Octaciano, cumprimento os dirigentes sindicais na pessoa do Alci, do Moacyr e de todos os companheiros; cumprimento, na pessoa da companheira Jutta, todos os convidados e convidadas da luta em outros países. É importante essa solidariedade.

Primeiramente, vou mostrar um PowerPoint e, depois, passar o vídeo.

Aqui é uma apresentação rápida que fiz, começando pelo contexto mundial da luta contra os desmandos do McDonald's, que é o contexto mundial da luta contra os sindicatos e contra a classe trabalhadora.

Aqui é a capa da revista *The Economist,* que fez uma matéria especial há alguns anos, mostrando quem é o próximo inimigo da modernidade, quem impede o crescimento e o avanço. Segundo eles, esse grande inimigo é o movimento sindical, que precisa ser destruído para viabilizar o crescimento. Sabemos que é exatamente o contrário. O McDonald's está à frente desse movimento de espezinhar o movimento sindical.

Aqui, a mesma revista em uma matéria, defendendo o fim da lei trabalhista no Brasil porque ela impede o crescimento e coloca o empregador e o empregado amarrados pelo Estado. Esse é o contexto da luta contra o McDonald's.

Aqui, vou expor o que tem sido o McDonald's no Brasil, por uma fonte que é bastante autorizada: um documento do próprio McDonald's, entregue aos seus acionistas no começo deste ano. É um documento oficial do McDonald's. Eles expõem um pouco acerca do trabalho deles, o quanto faturam, o número de clientes, 2100 restaurantes.

Fiquei estarrecida quando li o seguinte trecho do McDonald's, página 115: "Embora tenhamos sindicatos em alguns dos nossos mercados mais importantes, incluindo o Brasil, Argentina e México, os sindicatos não têm um papel ativo nos restaurantes". Então, a sinceridade do McDonald's achei estarrecedora, ou seja, o próprio McDonald's admite para os acionistas que a rotatividade é tão gigantesca que prejudica a própria empresa.

Também expõem que a empresa provavelmente vai ser alvo de greves, de boicotes, publicidade negativa. E isso tem que acontecer, os companheiros estão de parabéns por fazerem isso. Depois, deixo á disposição esta apresentação. Acho que, no próprio *site,* o Senado deixa à disposição.

Aqui, a preocupação deles com o aumento da eficiência da justiça do trabalho no Brasil. E aproveito para parabenizar o Leonardo e a companheira Margaret, companheira de várias lutas, lá no Paraná, onde eu morava até 2002. O Ministério Público do Trabalho tem um papel importantíssimo no aumento dessa eficiência.

Temos aqui dados paradoxais, mostrando o aumento do faturamento das vendas e a diminuição dos custos trabalhistas. Não precisa haver uma estatística para mostrar que a conta não fecha. Só pode ser resultado da exploração indevida e ilegal. E, aqui, a grande preocupação do McDonald's com o aumento do salário mínimo, acima do crescimento da inflação, reconhecendo que os salários são baixíssimos e qualquer aumento do salário mínimo é prejudicial à empresa. Reconhecem também que são líderes no *race to the bottom*, a corrida para ver quem precariza mais no mundo. Aqui, parabenizo o companheiro Paim pela sua luta histórica. Acho que só temos o salário mínimo, que ainda é baixo, mas melhorou muito, por conta da sua luta histórica, Senador Paim.

Aqui, outros dados. Eles têm número de gestores, cargos de chefia, que são excessivos, o que mostra que há desmandos dentro da empresa. Há outras preocupações aqui com o salário mínimo.

Bom, aqui fizemos um diagnóstico. Concordo com tudo que foi falado até esse momento. Ressalto a prática antissindical do McDonald's. Aqui, é um documento que foi relatado, acho, pelo companheiro Scott. Eles mesmos têm um guia para os trabalhadores norte-americanos, mostrando o que se tem que fazer para viver em uma empresa com esse tipo de relato.

Agora, vamos ver um pequeno vídeo do Sylvester Stallone, dizendo por que é bom fazer um vídeo no Brasil. Isso tem a ver com a nossa luta aqui. Se puderem, coloquem o vídeo, por gentileza.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Se puder, volte para o PowerPoint, por favor.

Então, esse é um pouco do contexto que temos vivido nas grandes corporações do Brasil. Infelizmente, eles têm vindo para cá, temos deixado que eles pratiquem absurdos com impunidade muito grande. Agora, na parte seguinte da palestra, vamos ver o que fazer para enfrentar essa impunidade. O relato da companheira Margaret, quando tratou da questão das luvas, me fez lembrar de uma outra grande corporação estrangeira, contra a qual a Contracs precisou entrar com ação coletiva porque essa grande rede de supermercados utilizava as mesmas luvas para limpar peixes e para limpar os banheiros nas câmaras frias do supermercado.

Então, acho que essa luta é muito grande.

Vou contar aqui uma historinha: há pouco tempo, um péssimo empregador brasileiro faleceu e foi – quem me ajuda? – para o inferno. Chegando lá no inferno, fez amizade com o diabo, e o diabo foi levá-lo para conhecer seu lugar favorito. Era um grande salão, gigantesco, cheio de relógios, e cada país tinha um relógio. E o diabo explicou: cada vez que um direito trabalhista é violado, o relógio vai se mexendo. Em alguns países era mais lento; em outros, mais rápido. E o empregador falou: "olha, estou adorando ver isso, adoro ver uma coisa dessas". E perguntou: "onde está o relógio do Brasil?". O diabo respondeu: "sabe, aqui faz um calor infernal, não é? Então, levei o relógio para o meu quarto, porque estou utilizando como ventilador." (*Risos.*)

(*Palmas.*)

Então, agora vamos ver como fazer para esse ventilador andar um pouquinho mais devagar. Primeiro, é enfrentar no atacado. E, para enfrentar no atacado, temos que enfrentar as grandes corporações, que dão o exemplo. As empresas, no Brasil, na área do *fast food,* são quase obrigadas a seguir esse padrão malévolo do McDonald's para poderem concorrer. E o Estado brasileiro (*falha na gravação*) vários países cada vez mais fracos. Das cem maiores economias do mundo, 51 são transnacionais e apenas 49 são países.

E como fazer para com que esse reloginho ande mais devagar tanto no McDonald's como em todo o Brasil? Primeiro, incentivar o uso das ações coletivas. A Contracs, a Contratuh, várias entidades têm conseguido muitos resultados positivos com ações coletivas. Depois, incrementar a fiscalização pelo MTE. Aqui, faço um pedido a toda classe política brasileira, independentemente de coloração partidária, no sentido de reconstruirmos o Ministério do Trabalho, a fiscalização; aumentar o número de auditores do trabalho. Eles fazem um trabalho excelente, mas são poucos. Em seguida, aumentar a comunicação do movimento sindical com a sociedade para denunciar desmandos, tal como acontece nesta audiência. Vocês estão de parabéns por essa atuação. Além disso, aumentar o instituto do dano moral coletivo e do *dumping* social. Não se consegue mais frear o McDonald's com ações trabalhistas individuais. Elas não fazem nem cócegas até por aquilo que a companheira Margaret relatou: é preciso ter punições proporcionais ao tamanho da empresa.

Recentemente, atuamos em um caso, no TST em que um grande frigorífico foi condenado a pagar R$10 milhões por dano moral coletivo, além de qualquer outro tipo de condenação. Isso é importante. E, acerca da figura do *dumping* social, é preciso punir empresas grandes porque, quando elas desrespeitam as leis trabalhistas, não só estão desrespeitando aqueles trabalhadores, mas rebaixando todo o conjunto dos direitos da classe trabalhadora.

Próximo, por favor.

Aumentar as multas trabalhistas, os juros...

(Soa a campainha.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ...mais efetividade na execução trabalhista.

Bom, quero dar um último recado. Tenho dois filhos pequenos e acho um absurdo o que o McDonald's faz em relação às crianças. A propaganda infantil no Brasil tem que ser legislada. Participo também do movimento Infância sem Consumismo, e isso que o McDonald's faz é vergonhoso. Temos que proibir as propagandas, a venda casada com brinquedos. Há muita gente no Ministério Público que está nessa luta.

O recado final é a importância de outras lutas em defesa da causa dos trabalhadores está acontecendo neste momento, o combate à terceirização, cujo líder é o Senador Paim.

O McDonald's já é um péssimo empregador. Com a terceirização, seria pior ainda, se é que isso é possível.

A redução da maioridade penal é outra luta. Estamos vendo a juventude sofrer no McDonald's. A redução da maioridade penal é outra maneira de punir só os jovens trabalhadores brasileiros. O financiamento privado de campanhas é algo que permite que, dificilmente, congressistas sindicalistas sejam eleitos, e o Senador Paim é uma feliz e rara exceção hoje em dia. Precisamos combater isso.

Finalmente, relato que companheiros da ALAL (Associação Latino-americana de Advogados Laboralistas) pediram para dizer – representamos advogados em toda a América Latina – que essa situação é igual nos vários países em que atuamos: Colômbia, Chile, Argentina. Há vários relatos que foram feitos.

Vamos fazer um grande congresso semana que vem, em São Paulo, junto com a Fundacentro. Será do dia 24 ao dia 28, e estão todos convidados para o evento. Vamos tratar também da saúde e segurança no trabalho. Haverá outro congresso da ALAL de 5 a 8 de novembro na Cidade do México, com a eleição da nova diretoria da ALAL, e convido todos para estarem lá presentes.

Já concluindo, vou citar uma frase que meus filhos Lucas, de seis anos, e Felipe, de quatro, dizem para os amiguinhos, quando alguém fala em ir para o McDonald's. Eu os vi falando o seguinte: "olha, amiguinho, não vá lá para o McDonald's porque os titios que são donos de lá tratam muito mal os trabalhadores, eles ganham pouco dinheirinho; uma vez fui lá e fez muito mal para a minha barriga."

Bom, finalmente, pessoal, parabéns. (*Palmas.*)

Finalmente, um abraço especial para os companheiros da Contracs, vários amigos aqui presentes, todos sindicalistas. Quero dizer que, lembrando a historinha do Stallone, espero que, ao final dessa audiência, a gente não dê um macaco de presente para o McDonald's.

Parabéns pela luta de todos! Vamos à luta, companheirada! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maximiliano, que nos deu um relato da sua visão, inclusive em nível internacional, acerca dessa questão que preocupa a todos nós.

Como último convidado dessas duas mesas, Gerardo Iglesias, Regional Latino-americano – REL-UITA.

Antes que você fale, informo que fui conferir – a gente sabe, os boatos circulam – um boato. Havia um boato de que a TV Senado não ia transmitir a nossa audiência pública por pressão de fora para dentro. Eu disse: "sob minha presidência, não". E acredito que sob a do Presidente Renan Calheiros também não. E confirmamos que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo, desde o início, pela TV Senado, no canal digital 51.2 bem como na internet por meio do Portal e-Cidadania. (*Palmas.*)

Democracia com imprensa livre, e vai ser reproduzida depois.

Geraldo, por favor.

O SR. GERARDO IGLESIAS – Bom dia, companheiras e companheiros. Cumprimento o Senador Paulo Paim e, em sua pessoa, os demais integrantes da Mesa. Cumprimento também o SEIU, a Contratuh, pela organização dessa atividade em Brasília e em São Paulo. Cumprimento também a Contracs por todo o apoio e a solidariedade.

Faz muitos anos que a UITA conhece o Senador Paulo Paim. No ano de 1979, em plena ditadura militar, a UITA fez talvez uma das primeiras atividades internacionais sindicais neste País. Foi em Porto Alegre, no mês de setembro. Eu me lembro de que um dirigente metalúrgico participou de nossa conferência, e era Paulo Paim.

Não quero falar muito das parcerias e das coisas que temos construído com o Senador porque, como o Moacyr falou muito bem, ficaríamos aqui o dia todo e talvez toda a semana.

Mas quero dizer que, em relação ao McDonald's, o Senador Paulo Paim trabalhou muito na construção da NR-36, que é a norma regulamentadora do processamento de carnes, atividade na qual, nos frigoríficos deste País, trabalhadoras e trabalhadores são massacrados. E essa NR-36 foi uma construção dos sindicatos, com a parceria desse Senador, do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. E, no ano passado, pela primeira vez na história da Argentina e do Brasil, o Ministério Público do Trabalho do Brasil, como diz o Senador,

assinou um convênio de cooperação com o Ministério do Trabalho da Argentina e o Ministério do Trabalho do Brasil, para trabalharem contra o tráfico de pessoas e pela dignificação das condições de trabalho nos frigoríficos.

Eu acho, Senador, companheiros e companheiras, que aí nós temos um espaço para trabalhar também, entre a Argentina e o Brasil, entre os Ministérios do Trabalho e o Ministério Público do Brasil, na dignificação do trabalho na empresa McDonald's.

Então, eu quero parabenizar o Senador e dizer que são muitos anos de luta. A gente não vai dizer quantos, mas são muitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu posso dizer?

O SR. GERARDO IGLESIAS – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dia 15 de março de 1950. São 65 anos! E estou querendo chegar aos 100. (*Palmas.*)

Vocês têm que me ajudar, porque a luta anima a gente a viver mais.

O SR. GERARDO IGLESIAS – Senador, a maioria das organizações sindicais aqui presentes, são filiadas à UITA, Aqui nós temos dois companheiros da Secretaria-Geral da UITA em Genebra: o companheiro Máximo e o companheiro Emílio; e nós temos também o companheiro que é o nosso Secretário-Geral na Alemanha, o nosso Secretário Regional para a Europa. E, ainda, o SEIU, que é uma organização filiada à UITA. A UITA abraçou, com muito entusiasmo, com muita dignidade, com muita garra, a luta do SEIU, e o SEIU se aproveitou da capacidade instalada da UITA, de mais de 30, 40 anos de lutas pela dignificação do trabalho em McDonald's.

Aqui se falou muito de outros tempos e desses tempos em que se está falando de neoliberalismo. E eu quero lembrar aqui o que se dizia nos anos 90: "o mundo se salva salvando as empresas", afirmava Margaret Thatcher, Ronald Reagan e Augusto Pinochet. Os gurus neoliberais repetiam essa ladainha como papagaios; as plataformas da mídia amplificaram essas vozes por todos os cantos do mundo. O Planeta foi, então, transformado em um grande estábulo, onde as empresas eram colocadas para engordar; e, como hienas, comeram tudo: leis, natureza, ideologias, valores morais e éticos. Engoliram o conceito de cidadão e os próprios cidadãos. A lógica era tratar bem o capital, pisando em tudo que não fosse lucrativo.

Essas companhias engordaram muito, sem jamais gerar empregos. Aliás, foi ainda pior: o índice de desemprego cresceu – e cresceu em todo o mundo. Surgia uma nova lógica imperante, que se espalhou rapidamente, chegando ao ponto de, em vários países, criarem novas leis trabalhistas, que, com a desculpa de promover mais empregos, introduziam uma série de medidas para baratear as demissões. Em pouco tempo, as trabalhadoras e os trabalhadores se converteram em uma peça cada vez mais prescindível nessa engrenagem de empresas globais, gerando um processo de precarização do trabalho.

E foi assim que o emprego tradicional, aquele com jornadas, com horários definidos e estáveis, regulamentados pela convenção coletiva ou pela legislação, passou a ser marginalizado pela empresa e marginalizado pelas empresas.

Com a desregulação do emprego junto com a produção do que se precisa no momento em que se precisa, o *just in time*, os empresários também inventaram o "funcionário *just in time*", chamado somente quando há um serviço a ser feito. O objetivo foi lhe retirar o trabalho, livrando-se o quanto antes do trabalhador e da trabalhadora, utilizando-os exclusivamente para uma tarefa específica. E, dessa gula, dessa engorda, nasceu uma das piores feras dessa nova lógica imperante: a McDonald's. E, no Brasil, onde tanto alardeia a sua suposta responsabilidade social e não poupa esforços publicitários para divulgar seu devoto fervor pelos jovens, a McDonald's implementou uma política de emprego *just in time*, isto é, uma jornada móvel de trabalho, violando os direito das trabalhadoras e dos trabalhadores e as leis brasileiras.

De acordo com Samuel da Silva Antunes, advogado da Contratuh, a "jornada feliz" da McDonald's prejudica o trabalhador em vários sentidos: por um lado, o trabalhador permanece muito mais tempo à disposição da empresa do que as oito horas estipuladas por lei, e isto lhe impede de realizar qualquer outro tipo de atividade, já que, numa mesma semana, o trabalhador ou trabalhadora poderia ser escalado para diferentes horários, tanto de entrada como se saída. Além disso, se o trabalhador chegasse ao local e não houvesse afazeres suficientes, teria que esperar ser chamado.

O sistema McDonald's incluía outra genialidade: estabelecer o pagamento de acordo com o cômputo de horas trabalhadas, a tal ponto de que muitos funcionários não chegavam a receber sequer o salário mínimo nacional.

Agora, no Brasil, a McDonald's tem que se ajustar à lei ou pagar fortes multas.

Apesar de todas as tentativas de acabarem com os sindicatos, nascidas de personagens como a tal Srª Thatcher, o tal Sr. Reagan e até mesmo do ditador, o tal Sr. Pinochet, águas profundas ainda se movem nessa sociedade, mesmo que pretendam nos convencer de que a felicidade se compra em caixinhas.

A luta sindical mundial está dando um basta a essa história de Mclanche feliz, onde hambúrgueres e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras são fritos no mesmo óleo rançoso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Gerardo Iglesias, que representa aqui a UITA (regional latino-americana), dando um depoimento contundente em relação ao trabalho na McDonald's.

Eu, como é de praxe nesta Comissão, vou dar voz a três indicados do plenário. Em seguida, passaremos às considerações finais, durante três minutos, de cada convidado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós temos aqui uma lista de pessoas da plateia que gostariam de se pronunciar. São 14 pessoas...

Aí, vocês é que decidem.

Agora, são 12 horas e 56 minutos. (*Pausa.*)

Aqui, pela praxe, são os primeiros três.

Assim, não sei como é que fica o almoço de cada um. Eu até comi uma barrinha de cereais aqui. Vocês devem ter visto. Agora, vocês eu sei que não. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que vídeo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – O vídeo da campanha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vamos...

O que eles estão propondo aqui, os componentes da mesa, é que, pelo menos, sejam dois minutos para cada um, até para se fazer uma saudação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, dois minutos para uma saudação. (*Palmas.*)

São todos convidados internacionais.

Eu fico aqui tranquilamente.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Senador Paim, seriam apenas duas palavrinhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas você já usou da palavra.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – E não posso mais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode sim; era brincadeira! Como você é meu amigo, eu fiz uma brincadeira.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Senador Paim, em função dos depoimentos, principalmente o da Drª Margaret, do Paraná, e do Dr. Leonardo, eu gostaria de requerer, aqui da plateia, a V. Exª que peça ao Ministério Público que instale uma força tarefa para apurar todas essas irregularidades da McDonald's, e uma força tarefa composta, se eles permitirem, a partir dos dois.

Era só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma contribuição ao encaminhamento no final.

Então, vamos aqui, antes de passarmos aos encaminhamentos do final, passar a palavra a cada um, começando por Terence Wice, trabalhador da McDonald's em Kansas City.

Por favor.

Ao apertar o botão, a luz verde se ascenderá, Assim, você poderá fazer a sua saudação.

E pode dizer o nome, para que fique nos Anais com a clareza da pronúncia.

O SR. TERENCE WICE (*Tradução simultânea.*) – Meu nome é Terence Wice; sou da cidade do Kansas, no Estado do Missouri.

Vou falar rapidamente.

É uma honra estar aqui. Estou feliz por estar aqui em meio a vocês.

Eu tenho 36 anos de idade e trabalho na rede de *fast-food* por 18 anos, ou seja, por quase duas décadas. Então, eu vi o que essa indústria faz com as nossas famílias, com os nossos filhos. Eu vi minha mãe trabalhar

nessa indústria a sua vida inteira. E, nos Estados Unidos, minha mãe está no hospital agora. E que eu saiba, a falta de cuidados com a saúde, a falta de benefícios e a forma de tratamento e o desrespeito dessa indústria foi o que colocou a minha mãe no hospital onde ela está agora.

Nós merecemos direitos! Nossos companheiros no Brasil e no mundo merecem ter segurança no trabalho! Eles têm o direito a ter condições de segurança para as situações perigosas. Meu companheiro Benedicto, das Filipinas, merece esse direito e meu companheiro Lucas tem que ter o direito de criar o sindicato sem retaliações. (*Palmas.*)

Ele tem esse direito!

E não importa como a gente queira se chamar, independentemente do nosso nome – CUT, UGT ou o que quer que seja –, precisamos estar juntos. A gente tem que se unir para lutar contra isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Ficou em um minuto e meio. Viram só! Objetivamente deu o seu recado. Se todos ficarem em um minuto e meio, vai dar certo.

Parabéns a você!

Agora, a trabalhadora em cuidados das crianças, de Tampa, na Flórida, Nadaije Paul Jajaoute.

O SR. NADAIJE PAUL JAJAOUTE (*Tradução simultânea.*) – Meu nome é Nadaije Paul Jajaoute.

Muito obrigada, Senador; muito obrigada ao Senado Federal.

Eu cuido de crianças desde os 16 anos de idade e eu trabalho com isso há 40 anos.

Quando eu ouço falar sobre os trabalhadores do McDonald's, as suas pobres condições de trabalho e os seus péssimos salários, eu ouço a minha própria história.

O progresso de uma nação é o progresso de seu povo.

Hoje, tenho a benção de poder falar com vocês, mas, neste momento, muitos morreram e muitos estão prestes a morrer devido à pobreza. Grandes corporações como o McDonald's cometeram crimes salariais contra a sua força de trabalho. E muitas outras nações têm sofrido com as doenças da pobreza causadas pela McDonald's.

Vocês colocaram os holofotes sobre as ações da McDonald's com esta audiência, que o mundo verá. E agradeço pelo que foi feito pelo povo do Brasil.

E passo todos os meus dias com crianças de sete a oito anos de idade, duas ou três horas por dia, ensinando-lhes os deveres de casa, ajudando com os trabalhos. Passo de 30 a 45 minutos por dia, no sol de 35ºC a 40ºC da Flórida, e o meu empregador me diz que eu não tenho direito de comer durante o meu trabalho, que eu preciso ficar de pé, diante das crianças, que eu amo, e que sou responsável não só pela sua segurança, mas também pelo seu bem-estar mental. E eu estou sem teto hoje; empregada, mas sem teto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente nos dois minutos.

Por favor, Lynda, trabalhadora da McDonald's da França.

Você pode dizer o seu nome completo.

A SRª LYNDA KESSIZARIF (*Tradução consecutiva.*) – Bom dia a todos.

Eu me chamo Lynda Kessizarif. Eu trabalho na McDonald's há 22 anos, agora. Eu venho da França, o país dos direitos humanos, e queria repercutir o que foi dito por Ricardo Patah, mais cedo, sobre a França. Saibam que mesmo na França, o país dos direitos humanos, a McDonald's se permite enganar as leis trabalhistas.

Na França, a McDonald's é a líder dos restaurantes. E esse papel de chefe e de dirigente confere a ela plenos poderes para, por exemplo, decidir não aumentar salários, no que é seguida por todos as demais, ou seja, nenhuma outra marca o fará.

Eles manipulam políticas, apresentando uma política social completamente enviesada, assim como as mídias proíbem a divulgação de reportagens que poderiam questionar a sua imagem.

A França passou por movimentos similares nos anos 2000. Os assalariados de vários restaurantes fizeram greves.

Portanto, na França também, a McDonald's engana as leis trabalhistas. Os assalariados são cada vez mais oprimidos e cada vez menos bem pagos. Eles se contentam em sugar o sangue dos assalariados como vampiros. Eles se permitem praticar a evasão fiscal.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, por favor. Você já usou o dobro do tempo estipulado.

A SRª LYNDA KESSIZARIF (*Tradução consecutiva.*) – E os assalariados na França solicitam o mesmo que os demais assalariados no mundo inteiro, os empregados do mundo inteiro. Eles querem respeito! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Lucas Marcus, trabalhador da McDonald's no Brasil, dois minutos.

O SR. LUCAS MARCUS – Bom dia. Meu nome é Lucas, sou trabalhador do McDonald's do Brasil.

Decidi procurar o McDonald's como uma empresa em que eu acreditava que poderia me destacar, poderia ter algum tipo de futuro, mas, assim que eu entrei na empresa, presenciei – como posso dizer? – vários tipos de assédio moral, vários acidentes de serviço com menores, presenciei colegas pegando R$200,00 como pagamento no quinto dia útil. Sofri assédio moral por me negar a fazer tarefas que não eram do meu cargo. Fui trabalhar na madrugada durante algum tempo, descarregando caminhão sem nenhum tipo de proteção, manuseando produtos corrosivos, quando minha saúde estaria exposta. Já trabalhei muitas vezes sem horário de jantar, com eles cortando hora extra.

Por tentar mudar esse tipo de realidade dentro do McDonald's, procurei saber mais dos meus direitos, procurando o SindFast numa manifestação que teve contra esse tipo de atitude no McDonald's, eles me deram suporte. E assim que o McDonald's soube que eu virei sindicalista, imediatamente me deram a demissão para que eu não pudesse continuar com esse tipo de luta, para que eu não afetasse o pessoal que trabalhava comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Concluindo.

O SR. LUCAS MARCUS – Eu gostaria de pedir a todos que ajudassem a gente a combater esse palhaço que faz dos funcionários essa piada.

Sem direitos não é legal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Lucas.

Victoria Rebecca, trabalhadora do McDonald's Nova Zelândia.

A SRª VICTORIA REBECCA HOPGOOD (*Tradução por profissional habilitado*.) – Meu nome é Victoria, sou da Nova Zelândia. Temos um acordo coletivo na Nova Zelândia que é ótimo, mas temos os mesmos problemas que o Brasil enfrenta: baixos salários, trabalho sem pagar, falta de intervalos. Não fosse pelo meu sindicato, não teríamos uma Nova Zelândia melhor. Às vezes, é difícil lidar com as condições, com o que a gente tem que fazer. Então protestamos, fomos para a rua, fizemos greve e, no final, valeu a pena. O negócio é que a gente... E eles falaram: "Nós vamos revisar os contratos, vamos melhorar o salário, melhoramos as condições dos empregados." Fazendo tudo isso, o McDonald's continuou lucrando fortemente. Por que eles não tentam resolver o problema, mesmo sabendo que continuariam lucrando se tratassem seus funcionários melhor? Eu sei que o McDonald's fala que faz muito pelas suas crianças e comunidades, mas os trabalhadores do McDonald's são a sua comunidade. Então, eu digo: que o McDonald's comece a trabalhar pelas suas comunidades, pelos seus trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Victoria foi objetiva, rápida. Usou um minuto.

Trabalhador do McDonald's da Coreia do Norte, Sangdoseo. Aqui está escrito Coreia do Norte. Se for do Sul, me informe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Ele corrigiu. É Coreia do Sul, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É do Sul ou do Norte?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É Coreia do Sul, então. A assessoria me deixou mal. Coreia do Sul.

A assessoria disse que quem falhou foi o sindicato. Vamos fazer uma sindicância para saber quem falhou aí.

A SRª SANGDOSEO (*Tradução por profissional habilitado*.) – Faltam dois meses para a renovação do meu contrato e eu estou de máscara aqui porque tenho medo de que o McDonald's não renove o meu contrato, porque o McDonald's da Coreia pune aqueles que se organizam, se sindicalizam. É por isto que dou meu depoimento aqui usando uma máscara: porque tenho medo de retaliação pelo McDonald's.

Os entregadores do McDonald's na Coreia, incluindo eu, nos arriscamos nas ruas para ganhar US$5.00 por hora. Temos, geralmente, 17min30 para fazer uma entrega e tenho que trabalhar por 20 minutos depois do meu horário de trabalho. O número de entregadores é muito menor do que o número de entregas. Então, quase sempre, quando temos que fazer entregas, temos que fazer três de uma vez, em vez de uma, como deveríamos fazer. Isso é o que eles chamam de *hit rate*, ou taxa de entrega, que temos que respeitar.

Outros entregadores como eu têm que correr como loucos por medo de os clientes reclamarem porque o hambúrguer está frio, ou a Coca está quente, ou a batata está velha. Isso força os entregadores a terem

medo de multas por excesso de velocidade, multas por andar na contramão e outras coisas a que temos que nos submeter como trabalhadores porque a empresa nos obriga a entregar muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Já está em quatro minutos e temos uma fila aqui ainda. Pode concluir. Pode fazer a fala de conclusão.

A SRª SANGDOSEO (*Tradução por profissional habilitado*.) – Desculpa. É só um segundo.

Alguns meses atrás, quando um entregador do McDonald's do meu bairro morreu durante o seu trabalho, a política do McDonald's foi a culpada por sua morte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Traduza, por favor.

A SRª SANGDOSEO (*Tradução por profissional habilitado*.) – O que eu vou falar para o meu gerente quando voltarmos é que nós não somos descartáveis e o tratamento desumano que recebemos hoje é inadmissível.

Hoje enfrento desafios por causa de nossa luta por melhores condições de trabalho. Não serei detido na minha luta pelos direitos dos trabalhadores. Então, vamos lutar juntos.

Muito obrigada a todos por me ouvir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Trabalhadora da Coreia do Sul.

Marisol del Carmen Pimental, trabalhadora do McDonald's no Panamá.

A SRª ELISSA BERNAL (*Tradução por profissional habilitado*.) – Perdão. A Marisol infelizmente não pôde comparecer. Está aqui a Elissa Bernal.

Trinta anos de serviço prestado ao Mcdonald's. Eu gostaria de falar sobre as práticas desleais cometidas pelo McDonald's. Práticas desleais vêm sendo cometidas há trinta anos no McDonald's. Por isso, costumamos dizer: "McDonald's, a sua riqueza é a minha pobreza". As mulheres grávidas não têm direito a descanso, não podemos adoecer, porque, se ficarmos doentes, os executivos do McDonald's vão até o hospital, ao posto de saúde para verificar se o trabalhador está doente ou não.

O trabalhador do caixa passa para o banheiro, depois para a limpeza do piso e, mesmo com esse rodízio de funções, nós ganhamos apenas US$2.00 por hora. Além disso, os homens, principalmente os homens de origem indígena, estão impedidos de trabalhar no caixa. O rodízio deles exclui o caixa e alguns deles têm que trabalhar no estacionamento. Isso é discriminação. Também dizem, estão dizendo que as mulheres com mais de 30 anos, com mais de 25 anos não podem continuar trabalhando no caixa, atendendo ao cliente, porque não têm mais perfil para trabalhar no McDonald's.

Além disso, nós somos obrigados a atender o cliente em um minuto. O tempo é cronometrado. Se o cliente não for atendido em um minuto, você não trabalha mais no caixa. Isso porque não preenche os requisitos desse perfil de caixa do McDonald's. Mas como é que eu não vou preencher os requisitos do perfil do McDonald's se eu trabalho há 30 anos no McDonald's, eu dediquei a minha juventude ao McDonald's?

Eu ganho US$700 há trinta anos. A cesta básica do meu país custa US$30.00.

Então, companheiro, essa luta não é uma luta individual, é uma luta de todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, o nome completo para ficar nos *Anais*.

O SR. HARALD WIEDENHOFER (*Tradução por profissional habilitado*.) – Obrigado.

Eu sou Secretário-Geral da Organização Regional Europeia da Uita. Nós temos uma luta de duas décadas com o McDonald's na Europa. Nós ainda enfrentamos muitos problemas – eu não quero me repetir –, mas temos também alguns êxitos.

Em quase todos os países-membros da União Europeia, temos acordos coletivos nos McDonald's. Recentemente, na Alemanha, houve um acordo coletivo. O McDonald's fez uma campanha publicitária na televisão para mostrar para a sociedade que eles estavam concluindo um acordo coletivo com os trabalhadores do McDonald's, mostrando a sua responsabilidade social. Tem o compromisso também de informar os novos funcionários sobre a possibilidade de sindicalização, de dar materiais do sindicato para os novos contratados.

Temos acordos coletivos em vários países europeus que também abarcam os franqueados, os trabalhadores dos McDonald's franqueados, isso é muito importante. Se o segundo maior empregador do setor privado do mundo está, de fato, violando uma norma trabalhista global, eles estão dando um mal exemplo. Isso não é só um problema dos trabalhadores do McDonald's. É um problema de todos os sindicatos. É um desafio para toda a sociedade e para todos os políticos e legisladores.

E é por isso que estamos aqui, contando com o seu apoio, Senador, para que se junte a nós na nossa jornada para fazer com que essa empresa se torne civilizada e tenha um diálogo social com os sindicatos que representam seus trabalhadores.

Por último, e vou dizer por que é verdade, se nós lutarmos, nós podemos perder, mas se nós não lutarmos, nunca ganharemos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fiquei muito feliz de ouvir uma frase de que eu gosto muito: se não lutarmos, já perdemos; e, se lutarmos, poderemos ganhar.

Meus cumprimentos pela fala.

Dawn Butler, membro do Parlamento do Reino Unido. Pode pronunciar o nome na abertura, por favor.

A SRª DOWN BUTLER (*Tradução por profissional habilitado*.) – Boa tarde. Muito obrigado, Senador.

Eu sou Dawn Butler, Deputada britânica.

Muito já foi dito aqui que o governo britânico subsidia empresas como McDonald's em cerca de £11 bilhões, mais de R$50 bilhões que poderiam ser usados para construir habitação popular, por exemplo.

Eu gostaria de citar aqui Martin Luther King. Isso resume por que nós precisamos de uma campanha global. Ele disse: "Eu não posso estar onde eu preciso estar enquanto você não estiver onde você precisa estar". Isso é a inter-relação da sociedade. Então, eu não posso me mover enquanto todos não se moverem.

Quando a gente fala sobre o racismo no McDonald's, apenas semana passada, uma mulher negra na Inglaterra foi comunicada que não poderia ter mais jornadas porque era negra.

Eu me somo a todos os presentes aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... para todos nós, Martin Luther King e Nelson Mandela são figuras inesquecíveis, verdadeiros heróis da humanidade. Parabéns pela citação e pela denúncia que traz neste momento.

O Coordenador Nacional Peter Nielson, do Hotel & Restauration 3F.

O SR. PETER NIELSON (*Tradução por profissional habilitado*.) – Meu nome é Peter Nielson. Eu sou do sindicato dinamarquês 3F. Sou o negociador chefe do acordo coletivo do McDonald's. Há 20 anos nós temos um acordo coletivo com o McDonald's na Dinamarca. Estou aqui há uma semana e ouvi trabalhadores de *fast-food* de todo o mundo falando sobre suas condições, seus salários baixos, mau tratamento. Sendo negociador chefe do acordo coletivo do McDonald's, eu acho que isso é uma lástima, porque eu sei que pode ser diferente.

No meu país, existe um acordo coletivo e pagam um salário decente. Pagam US$22.00 por hora, em vez dos US$8.00 ou US$7.00 que a gente ouve falar que pagam nos Estados Unidos. Eles têm licença maternidade remunerada, têm adicional noturno, hora extra, fim de semana, adicional por fim de semana, férias de seis semanas por ano. É um acordo coletivo decente para os trabalhadores.

Se eles podem fazer isso na Dinamarca e ainda assim ganhar dinheiro, podem fazer em qualquer parte do mundo e ainda assim lucrar. Então deveriam assinar um acordo coletivo em todos os países. Depois virem hambúrgueres e façam seus lucros! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se é possível, sim, em alguns países, por que nos outros não?

Meus cumprimentos pela linha de condução, apontando a pressão, a negociação e o acordo decente para todos os trabalhadores.

Por fim, Valdir Ascari, metalúrgico. Você não é do McDonald's. Com essa camisa e essa gravata!

O SR. VALDIR ASCARI – Essa aqui é das 40 horas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, é das 40 horas.

O SR. VALDIR ASCARI – O senhor fez a homenagem aqui o ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Eu me lembro agora.

O SR. VALDIR ASCARI – E não vim pedir pensão, viu, Paim? Então, estamos tranquilos. (*Risos.*)

Quero saudar aqui o Senador Paulo Paim, nosso negro Senador brasileiro, saudar aqui os organizadores do evento, as centrais sindicais, quero saudar aqui o SEIU, companheiro Adi e companheiro Rafael, que estão fazendo um trabalho muito bem, muito bom na área das redes sindicais.

Nós metalúrgicos estamos direto também trabalhando com o UAW, sindicato dos Estados Unidos para tentar diminuir as diferenças.

Entendo que, neste momento, nós estamos chegando no marco da indignidade, no momento em que se procura destruir a classe trabalhadora. E nós devemos reagir a isso.

Ontem, Senador, citei Nelson Mandela. Mandela dizia que podemos ter medo, mas temos que triunfar sobre o medo. E eu acho que nós devemos triunfar sobre a injustiça. Só assim venceremos.

Então, a minha participação aqui vem em nome dos metalúrgicos, porque eu acho que essa luta não é uma luta só dos trabalhadores de *fast-food*, mas de todos os trabalhadores do Brasil e do mundo. Contem com os metalúrgicos do Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Valdir Ascari, mais conhecido como Quebra-Mola.

Meus amigos, eu quero primeiro deixar registrada a minha alegria de ter recebido aqui. Se faltar alguma delegação, por favor, ajudem!

Delegação dos Estados Unidos, do Reino Unido, Panamá, Coreia do Sul, Chile, Argentina, Alemanha, Austrália, Japão, Dinamarca, Bélgica, República Dominicana, Nova Zelândia, Espanha, França, Suíça, México e Brasil.

Sejam bem-vindos todos. (*Palmas.*)

E ainda antes dos encaminhamentos finais, eu quero dizer que recebi duas cartas do McDonald's; uma mais longa, onde eles fazem uma série de comentários e se referem às tentativas que fizemos na busca de um provável acordo de procedimento ou de entendimento, antes mesmo da audiência. O que não foi possível. Mas lerei a carta menor que recebi do McDonald's. A carta mais longa eu poderia até ler antes das considerações finais dos nossos convidados.

Ex^mo Sr. Senador Paulo Paim.

Venho, por meio deste, agradecer o recente convite estendido por V. Exª ao Sr. Steve, Presidente e Diretor Executivo da McDonald's, para compor a Mesa da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que realizar-se-á no dia 20 de agosto, em Brasília. Entretanto, lamento informar que o Sr. Easterbrook não poderá se fazer presente no Brasil, na data da audiência.

Aproveito essa oportunidade para orgulhosamente reafirmar o sólido compromisso do McDonald's para com o Brasil, onde nossa marca se faz presente desde 1979.

A meu ver, o acesso às oportunidades de emprego de qualidade, especialmente para os jovens, é um tema de grande importância para o Brasil.

Através da nossa franquia, Arcos Dourados, atualmente quase 44 mil trabalhadores trabalham em restaurantes do McDonald's, em mais de 190 cidades em todo País. [Ou seja, no Brasil].

De acordo com a Arcos Dourados, 91% de seus funcionários e colaboradores têm menos de 25 anos. Todos os funcionários treinados pela Arcos Dourados são elegíveis para receber o certificado de Técnico em Qualidade de Serviço, com o aval da principal instituição profissionalizante do País, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Apenas em 2014, foram investidos 75 milhões em treinamento e capacitação dos funcionários dessa empresa.

Esse e outros fatores relacionados às práticas trabalhistas da Arcos Dourados a tornam uma importante geradora de empregos de qualidade no Brasil.

Desde já, agradeço pela atenção que nos dispensou.

A outra carta, que é mais longa, precisaria de uns quinze ou vinte minutos para ler. Não sei se vocês entendem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não!

Tudo bem, eu já entendi. Mas eu li a carta. Como li a carta, vou considerá-la como lida. Ela é bem mais ampla que essa e fica nos anais da audiência pública. E na carta eles... Eu só vou fazer a apresentação da carta, aqui, e depois comento o que li. Está escrito:

Apraz-me dirigir-me a V. Exª na condição de Vice-Presidente de Relações Governamentais, da Empresa Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda, que tem a franquia da McDonald's no Brasil, para responder ao gentil convite feito à nossa empresa para participar de uma audiência convocada por V. Exª sobre práticas trabalhistas no McDonald's, a ser realizada neste dia 20.

Estamos cientes do excelente trabalho realizado por V. Exª, que tem levado ao cabo, no Senado em geral, e em particular nesta Comissão de Direitos Humanos,

e nos sentimos especialmente honrados pelo convite.

Expresso-me em nome da empresa quando digo que V. Exª é altamente respeitado e admirado pelo trabalho que desenvolve em prol dos trabalhadores.

V. Exª é um verdadeiro ícone no campo do Direito Trabalhista. E para nós, poder dialogar, explorar caminhos e compartilhar nossos anseios e realizações com V. Exª é fonte de grande inspiração na busca de constantes melhoras nas condições dos trabalhadores.

Asseguro-lhe que com base na minha experiência pessoal como Deputada que fui, inclusive no Mercosul, entendo perfeitamente suas preocupações em relação às práticas trabalhistas por parte de empresas que operam no território brasileiro.

Aí depois ela diz que, infelizmente, não poderia responder, ela pelo McDonald's, e essa direção do Brasil, do mundo. Mas o que percebi na carta é isso que quero dividir com vocês.

Percebi, no conjunto da carta, que eles demonstram vontade de estabelecer um processo de diálogo, de negociação, de entendimento, na busca de resolver as questões enumeradas por vocês e que eu já tinha recebido também por parte do Moacir.

Eu vou dar a minha opinião para vocês. E todo mundo sabe que eu nunca fui de omitir a minha opinião sobre os fatos. Eu acho que a situação aqui relatada é de fato grave e merece uma postura firme, clara e decidida de interagirmos junto à direção do McDonald's em nível internacional, de mundo, e também aqui.

Eu venho do movimento sindical. Iniciei minha vida como sindicalista; presidi a única central que uniu todos os trabalhadores do meu Estado do Rio Grande do Sul, e depois fui secretário-geral e vice-presidente quando houve o racha no movimento sindical brasileiro, na CUT; e depois virei Deputado Federal Constituinte, desde 1986 até hoje. Entrei no Parlamento e nunca mais saí. Ajudei a elaborar a Carta Magna.

Eu, muito mais, vou dar aqui a minha opinião. É claro que vocês são os dirigentes máximos das entidades que representam. Pela carta deles que eu recebi aqui, eles se mostraram abertos ao diálogo, à conversa, para tentar resolver a situação que eles sabiam que aqui seria colocada para o Brasil, com gravação que com certeza é uma... São gravações que não têm limite.

Hoje, todo mundo diz que a internet não tem fronteira, mas como eu ouvi aqui o exemplo da Dinamarca de que é possível construir acordo em alguns países, eu sou muito propositivo. Mas naquela frase que foi dita – eu a uso de outra forma, mas com o mesmo objetivo –, o pessimista é sempre um derrotado por antecipação, e o otimista vai pelear até o fim na busca dos seus objetivos. Então, a mim e a nós – creio eu – ninguém derrota por antecipação. É essa linha que se vocês entenderem que seja o caminho, o primeiro caminho que nós poderíamos fazer...

Eu estou pegando aqui o exemplo do Canadá, que acabou dando certo. Nós poderíamos nos reunir depois, Moacir, e montar o que chamaríamos de uma comissão de alto nível, para tentar interagir com a direção do McDonald's em nível mundial. E ao mesmo tempo estabelecer também um diálogo aqui no Brasil com os representantes da McDonald's. Porque nesses dois, três, quatro, cinco, seis, sete, quase dez dias que antecederam esse momento, eu recebi os representantes dos trabalhadores e dos empregadores. E confesso a vocês que não medi esforços para chegar aqui nessa reunião e apresentar um acordo, inclusive, não que eu tenha feito, mas que os líderes dos trabalhadores no Brasil – o Moacir os estava liderando – conseguissem extrair, e que fosse aquele acordo uma referência inclusive em nível internacional.

Não foi possível! Mas não dá para negar que tínhamos avançado no termo do acordo mediante tudo aquilo que eu ouvia aqui e já tinha ouvido.

Por isso, se vocês entenderem que este é o caminho...

Porque o papel do Ministério Público do Trabalho vai continuar acontecendo. Isso independe de nós.

Mas eu aprendi, no mundo sindical –, e estou tomando essa liberdade de dialogar com vocês porque me considero da família sindical – que o diálogo é uma permanente arma nossa também, como a greve é uma arma permanente. Como o boicote é uma arma permanente quando a gente entender que deve usá-la. Mas como essa audiência foi importante para sinalizarmos para o Brasil e o mundo que o movimento sindical brasileiro, e mesmo o internacional, está aberto ao diálogo, está aberto à discussão, na busca de soluções objetivas!

Eu sempre digo que quero, no momento que estou aqui, pensar naquele que está atrás do balcão, que são os trabalhadores. Quero pensar naquele que está lá na fritura, que está lá tendo jornada flexível. É nele que eu estou pensando! E se conseguíssemos, a partir dessa audiência pública, interagir, sob a liderança de vocês, nós poderemos contribuir, sob a liderança de vocês, para a busca de um grande acordo que melhore a vida dos trabalhadores do McDonald's no Brasil e no mundo, olha, eu diria que valeu a pena me ter eleito Senador. (*Palmas.*)

Quando digo isso, é porque sei que a minha sensibilidade é a mesma de vocês. Eu sou daqueles que peleia até o último momento, não joga a toalha, acreditando que a força dos trabalhadores, a energia, a fibra, a raça, o universo há de conspirar a favor daqueles que fazem o bem se olhar a quem.

Isso não quer dizer nada, pessoal. Estou sendo bem claro de que nada mudará! Aquilo no campo da Justiça, que temos de interagir, que temos de pressionar, os levantaremos que faremos; o combate do trabalho escravo no Brasil e no mundo que continuaremos fazendo. Esse é o nosso papel. Mas como sindicalista, eu acho que deveríamos, nesse momento, a partir de uma audiência forte como essa...

Pessoal, isso nunca aconteceu no Brasil. Nunca! Nunca aconteceu no Brasil uma audiência pública com representantes e Líderes de vinte países que vieram aqui dar depoimento. E percebi, em algumas falas, o desejo de que o Brasil também ajude nessa concertação em nível internacional.

É nessa linha que eu me dirijo a vocês. A decisão é de vocês.

Enfim, eu gostaria muito de ouvir, quem sabe o Moacyr e outros, sobre qual o encaminhamento que entendem mais adequado.

Eu dei aqui uma contribuição ao debate no encerramento dos trabalhos.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sr. Presidente, mais uma vez, acho que não havia necessidade da minha palavra no início, de falar de V. Exª, da força da sua tarefa e da parte democrática que V. Exª pratica, permanentemente.

Eu gostaria, antes, de referendar, pelas nossas palavras, que nós fizemos de tudo para fechar um acordo. Nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fui testemunha.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Nós tivemos reunião em São Paulo com os companheiros do Sinthoresp, da Fetepar, e fizemos um rol muito longo, por sinal. E chegamos a algumas questões que foram possíveis. Mas houve questões de que nós não poderíamos abrir mão, até em homenagem e respeito ao Ministério Público e à Drª Margaret.

Eles permaneciam querendo que nós abríssemos mão dos menores que trabalhavam nas fritadeiras e fazendo limpeza. E nós não poderíamos jamais, jamais abrir mão ou negar a conquista que V. Exª conseguiu no nosso Paraná, porque sou paranaense também. A senhora, a nossa Fetepar, o Wilson Pereira. E nós não podíamos renegar esse tipo de coisa.

Segunda questão, entre elas das mais pesadas: nós não podíamos também nos esquecer da jornada variável lá de Pernambuco, que foi o Dr. Leonardo quem conquistou e trabalho na justiça. E também eles não aceitavam de forma nenhuma a questão de multa nesse acordo coletivo. E para nós, um acordo coletivo sem uma multa decente, sabendo que o dinheiro não é problema para eles, nós jamais poderíamos fechar esse tipo de acordo. Essa é uma questão.

Terceira. Nós não queremos acabar com o McDonald's, porque gera empregos de 50 mil pessoas, diretos, fora os indiretos. Então, nós não podemos jamais perdê-lo.

Nós voltamos a pedir ao Ministério Público que não nos abandone. Não desista de nós. Nós os trabalhadores precisamos muito de vocês. Precisamos muito, nós de vocês. Precisamos que vocês vão em frente na questão da força-tarefa, porque já sentamos com o Ministério do Trabalho, com o Procurador-Geral que está nos deixando agora, mas temos certeza que a continuidade do trabalho será feita. Nós necessitamos muito dessa força-tarefa.

Ampliando um pouco, não vamos ficar fechados só no que foi decidido na justiça. Nós necessitamos dar continuidade.

Senador, nós sempre somos abertos para as questões das discussões. Nós somos também muito democráticos, respeitamos a posição dos demais. E nós estamos abertos à negociação. Eu acho que é negociando que se constroem as coisas, em qualquer parte do mundo. Mas precisamos ter a sua interferência e estar sob a sua Presidência esta negociação, para jogar água benta em cima, para que possamos, com certeza, não digo dar exemplo para o mundo, mas ter o mundo junto conosco, porque a gente não faz as coisas sozinhos.

Nós temos absoluta certeza, Senador, de que vamos conseguir. Não somos pessimistas. O dirigente sindical não é pessimista, porque se fosse pessimista não seria dirigente sindical. É através da luta que nós conseguimos a paz. Isso está num livrinho chamado *A Arte da Guerra*. E nós temos de trabalhar por isso. Então, é através da luta, da guerra, que conseguimos a paz. E nós acreditamos nisso.

Para fechar o meu posicionamento, porque acho que já falei demais, o M do McDonald's, a partir de agora, Presidente, não é mais McDonald's. O M do McDonald's também não significa Marlene, que é a diretora maioral do McDonald's. O M do McDonald's é movimento de massa. M de movimento, m de massa. Esse é o M que nós vamos ver. (*Palmas.*)

Quando nós passarmos na frente do McDonald's, vamos entender dessa forma, que o movimento sindical está unido em trabalhá-lo. E para fechar efetivamente, Senador, duas frases do nosso Hino Nacional que não poderiam ser diferentes. Nós conseguimos conquistas com braços fortes, e não será visto um filho que fuja da luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Moacyr.

Eu vou passar a palavra aos próximos, pessoal, mas quero só que vocês entendam que ninguém está pedindo aqui que vocês deixem de ir à luta, senão... Eu acho que fui muito claro, aqui. Ninguém está pedindo que o Ministério Público trabalhe ou deixe de investigar. Ninguém está pedindo isso. O Ministério Público entendeu isso.

O que eu estou dizendo aqui, eu gostaria que alguém em respondesse. O Moacyr, que é meu amigo pessoal, claro, colocou seu ponto de vista como sindicalista. Mas há um momento na vida, pessoal, que a gente tem que dar uma de estadista. Nós precisamos, na história da humanidade, também de estadistas; não precisamos só do militante, que diz: "Comigo é no ferro e a fogo". Eu vou precisar de alguém que tenha um balde d'água para dizer que o ferro e o fogo são importantes, mas não há nem ferro nem fogo sem água.

Então, eu queria... Não é que eu seja um estadista. Eu queria que vocês entendessem que o papel do Presidente tem que ser um pouco de mediador, senão não há razão de eu vir aqui fazer um pronunciamento bonito para vocês, que batem palmas. E isso eu sei fazer. Vou ali no palanque, no meio da rua, e ganho palmas de muita gente. Vocês acompanharam meus pronunciamentos. Isso eu sei fazer! Mas o meu papel aqui, pessoal, recebendo uma delegação do mundo todo, de vinte países, não é um papel de militante.

Eu estou aqui como Senador, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que tem a obrigação de no mínimo tentar interagir junto a esse mundo tão complexo de empregado e empregador, e com a minha convicção de alma e de coração de que dei o melhor de mim pensando naquele trabalhador que está lá com a tal de chapa quente – que eu nunca vi, mas deve ser um inferno aquilo –, queimando os braços. É isso... Na tal jornada flexível, que deve ser um terror! Eu nunca tive uma jornada flexível no sindicato que trabalhei, em que eu militei durante a minha vida, é isso que eu queria que vocês entendessem um pouco.

Talvez não seja aqui, na grande plenária, mas numa reunião menor, onde alguém tem que fazer o papel mais de Estadista. E é nesse sentido que eu tentei fazer a minha fala, pessoal. Quero que vocês entendam isso. Militante eu sou. Mas aqui na Presidência, agora, eu tenho que fazer o papel naturalmente de um mediador, de um construtor, de alguém que quer um conserto que não permita mais que uma mulher negra, por exemplo, seja afastada do caixa porque é negra. Ou acham que isso não dói na minha pele? Eu sou negro. Eu sei muito bem onde doem, para quem é negro, os atos de racismo, como foi o meu caso, ao longo da minha vida. Superei. Mas não deixei de olhar para trás, para milhões e milhões de companheiros irmãos negros que até hoje sofrem o racismo.

E qual é o meu papel? Naturalmente é contribuir. E assim eu fiz no Parlamento. Só para situar os companheiros da comunidade negra. Desde a história da República no Brasil não teve um Parlamentar que apresentou e aprovou tanta lei – isso é um estudo da UnB – pela luta contra o preconceito no Brasil como este Senador. E digo isso com orgulho. (*Palmas.*)

E digo com orgulho, porque fiz o meu papel. Eu saí da militância e fui para a ação. E eu tinha que fazê-lo.

Eu queria que vocês entendesse isso só. Foi uma alegria enorme. Eu vou dizer o que me disseram, antes de concluir: "Mas, Senador, trabalhamos tanto para construir aquela homenagem da Apae, e você era o Presidente do Plenário naquela manhã". Me disseram aqui agora, pelo WhatsApp, né? "Você devia estar lá, porque estava sendo promovido para todas as cidades do Brasil aquele evento da Apae, e você passou a Presidência para outro, humildemente, e veio para esta reunião".

Lá era uma homenagem. A Apae já está construída. É uma grande entidade, que ajuda as pessoas excepcionais no Brasil e no mundo. Lá estava construído. Aqui estava o conflito. E entre as palmas do aplauso, de estar lá fazendo homenagem para a Apae... e eu apresentei o requerimento de homenagem à Apae. E não me arrependo. Foi um belo evento. Eu saí de lá, entreguei a Presidência e vim para cá, porque aqui a minha intenção não são só as palmas. É ver qual é o encaminhamento que nós vamos fazer no final, objetivando, como eu digo de novo, responder alguma coisa para aqueles que estão lá, os milhões, do mundo todo, de brasileiros e não brasileiros, de homens e mulheres que vão perguntar para vocês: e daí? Vocês vieram do Brasil. Como foi lá todo esse movimento que fizeram? "Ah, lá nós mandamos o Ministério Público continuar peleando". Isso ele vai fazer, porque é o papel dele. E estou falando com todo carinho para o Ministério Público aqui, o doutor há de me entender. Isso vocês vão continuar fazendo!

Mas qual é o encaminhamento que nós faremos?

Por favor, V. Exª me deu a impressão de que queria usar a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em seguida, o Ministério Público.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. LEONARDO OSORIO MENDONÇA – Senador, primeiramente, eu queria falar para V. Exª que V. Exª deveria estar lá. Mas V. Exª também deveria estar aqui. E aí é muito complicado. Mas conseguiu estar lá e estar aqui e conduzir de forma brilhante esta reunião.

Eu queria também citar que, na fala do Dr. Maximiliano, apareceu um prisma. E eu quase levantei a mão para falar, mas fiquei com vergonha na hora, no qual McDonald's fala que um dos motivos de aumento dos custos no Brasil é a obrigação de migrar de uma jornada variável para uma jornada fixa. Então, não posso dizer que isso, em que pese dar mais custos para a empresa, ajudou a dar mais custos. Mas como esses custos estão sendo feitos porque ela está passando a respeitar a legislação, eu não posso deixar também de falar que eu fiquei orgulhoso, porque é algo que mostra que o trabalho, de alguma forma, tem dado resultado. (*Palmas.*)

Não posso falar aqui pelo Ministério Público do Trabalho. O atual Procurador-Geral é o Dr. Camargo e a partir de segunda-feira será o Dr. Ronaldo. Mas, mesmo a gente tendo uma certa dificuldade de falar, até mesmo para nossos colegas, sobre nosso trabalho, e falar tudo o que foi falado aqui, o Ministério Público foi muito homenageado na maioria das falas. E eu penso que tanto a Drª Margaret como eu temos a obrigação de passar para as lideranças do Ministério Público do Trabalho tudo o que aconteceu aqui.

Esta audiência pública, por exemplo, foi bem maior – não quero desmerecer ninguém o convite – do que eu imaginava. É algo que me satisfaz bastante e me engrandece. Então, nós iremos levar, sim, à cúpula do Ministério do Trabalho. Não podemos decidir, mas é nossa obrigação, até porque nós, como eu disse antes, no acordo que eu "fiz", que foi feito em Recife, ninguém tem mais interesse do que eu; o mesmo ocorre com a ação da Margaret, ninguém tem mais interesse do que ela, pode ter igual.

Por fim, eu queria falar que ninguém pense que eu sou louco antes de terminar. Eu queria falar um pouco de mim, mas muito pouco. Eu fui autor da ação da Jornada Móvel Variável e gosto muito de *rock*. Gosto muito do U2, não porque eles fazem músicas em homenagem a Martin Luther King, ajudaram na libertação do Mandela, ajudaram na libertação da Aung San Suu Kyi, que era a única pessoa ganhadora do Nobel da Paz mantida em cadeia, e também por causa da música. E, no Brasil, gosto muito da Legião Urbana, do Renato Russo.

Por que eu queria falar isso? Ouvi muito aqui e acho, sem falsa modéstia – não gosto de fazer propaganda do meu trabalho – que a ação civil pública que eu fiz fala um pouco de tudo o que retrata a rede McDonald's. E eu estou falando de *rock,* para ninguém me chamar de maluco, porque a ação começa com a música do Renato Russo, do Legião Urbana. Eu copiei a música inteira e, depois, comecei a falar e escrever, coloquei o perfil dos empregados da empresa e, depois, escrevi um trecho da música, que diz o seguinte: "Quem me dera, ao menos uma vez, como o mais belo índio, da mais bela tribo, não ser enganado por ser inocente".

Continuei escrevendo e falando dos cartões de ponto que a empresa apresentou. A própria documentação que a empresa apresentou, e aproveitando um trocadilho, porque nós chamamos o cartão de ponto de, também, espelho de ponto, para citar outra frase dessa música: "Nos deram espelho e vimos um mundo doente". E, no final, conclui e acho que citei outros trechos da música na própria peça e falei da nossa situação absurda e de que não mais poderia continuar assim. E, acho, o último trecho que coloquei da música, fala: "E o futuro não é mais como era antigamente". E esse futuro, acredito, depende de cada um fazer um futuro melhor para esses trabalhadores do que o presente e o passado que existiu.

Era isso o que eu queria falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, muito bem!

Já vi que temos mais poetas no plenário.

Pessoal, acho que nós podemos ir ao encaminhamento. Eu entendi aqui e me permito que assim encaminhe.

Ponto número 1 – O Movimento Sindical Mundial, aqui reunido, está aberto ao diálogo, como sempre esteve, para dialogar, e na construção de respostas objetivas que atendam os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, no Planeta, em relação, neste caso específico, do McDonald's, e também de outras empresas, não é?

2 – O Ministério Público do Trabalho – e nós não temos autoridade para falar qualquer frase contrária a isso – vai continuar fazendo o excelentíssimo – permitam-me – belíssimo – usaria todos os íssimos possíveis – trabalho que vem fazendo até o momento, e ajudando muito, inclusive esta Comissão de Direitos Humanos. Não há uma vez em que o Ministério Público do Trabalho não esteja aqui, ao ser convidado. Demonstra, para todos, sua capacidade de inibir, coibir, proibir, multar, dentro das possibilidades legais, naturalmente, com o julgamento em juízo, em segundo momento, aquelas empresas que cometem qualquer tipo de arbitrariedade.

Agora, o que eu farei, se vocês entenderem... O gesto desta Presidência é fazer uma carta – se vocês aqui entenderem –, relatando o que eu ouvi aqui, para a direção do McDonald's, deixando claro que vocês estariam abertos ao diálogo, ao entendimento, seja aqui, na Nova Zelândia, nos Estados Unidos, porque esse é o papel do movimento sindical. Se vocês assim entenderem, eu sintetizo aqui, e a luta de nós todos continua. Sempre digo que ninguém fará a luta por nós, nós é que temos de fazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É apenas uma fala de encaminhamentos que nós vamos ter que fazer, porque não adianta eu sair daqui com uma posição que não aponte para além do horizonte, que não aponte para o futuro, que não aponte para a construção, que não aponte para a melhoria da qualidade de vida.

A Adriana falou com muita clareza da situação que ela passa com o seu filho. É isso que estou olhando, Adriana, como você vai chegar lá... E não quero que continue tudo igual. Nós vamos trabalhar para isso. A pressão vai ter que ser feita como sempre fizemos. Agora, que haja o diálogo por parte da cúpula, mas nenhum acordo,

como dizem as pessoas com deficiência, tudo com nós e nada sem nós. Só com a participação coletiva nós poderemos chegar a uma construção que atenda os interesses dos milhões e milhões de trabalhadores no mundo.

Eu entendo que a audiência pública cumpriu o objetivo. Vamos encerrar neste momento, a não ser que o Moacyr, que propôs esta audiência, ainda queira fazer alguma consideração.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Só agradecer, finalizando com a nossa foto tradicional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foto vai sair.

Então, muito obrigado a todos.

Vivam os trabalhadores no Brasil e no mundo! Direitos humanos é universal e não tem fronteira.

Convido a todos para uma foto aqui. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 57 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 67ª Reunião, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura da Comissão permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Eu faço um apelo a todos, pois a sala estará lotada, até para que possamos ouvir bem os nossos convidados, que, se puderem, fiquem em silêncio. Ajudaria muito o encaminhamento da Mesa.

Assim sendo, vou concluir a leitura de abertura e, em seguida, formataremos a Mesa e iniciaremos o debate.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 81, de 2015, desta Comissão, de minha autoria, para debater o tema: O Direito do Trabalhador nas Redes de Lanchonete McDonald's.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários, perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

A nossa audiência pública será transmitida pela internet para todo o País e pelos canais alternativos, também pela TV Senado, Agência Senado e pela Rádio Senado. Como temos várias comissões reunidas, o canal pode ser alterado, mas depois também será reproduzida para o País pela TV Senado. Informa-me a assessoria que esta audiência pública será transmitida em inglês e português, pois temos representantes de 20 países aqui presentes neste debate sobre o mundo do trabalho.

Eu vou fazer uma pequena introdução só para situar àqueles que estão acompanhando a nossa audiência pública pelo sistema de comunicação aqui do Senado.

Sejam todos bem-vindos ao País!

Em nome do Senado Federal e desta Comissão, eu cumprimento principalmente os representantes dos 20 países que aqui estão chegando, até porque alguns ainda estão se identificando na portaria, o que é natural acontecer. São cerca de 200 pessoas que vão participar deste debate nesta Comissão. Informo que teremos telões em outras salas, com total assessoria. Enfim, hoje temos a honra de ter aqui conosco representantes dos sindicatos e grupos de trabalhadores e lutadores de 20 países nesta Comissão de Direitos Humanos.

Eu queria pedir uma salva de palmas, principalmente para todos esses representantes de 20 países. (*Palmas.*)

Sejam bem-vindos ao nosso querido País, o Brasil, que os acolhe com muito carinho!

Esta audiência pública surgiu a partir de uma série de denúncias que chegaram a esta Comissão, em uma provocação feita, em um primeiro momento, claro, depois se somaram todos os sindicalistas aqui presentes, pela Contratuh, por intermédio do Moacyr, mas é uma luta unânime. Eu sempre digo que não há luta de um homem só, mas sim do coletivo, pensando no bem do conjunto da população. Enfim, são denúncias de trabalhadores de todo mundo e, neste momento, nos moldes de algumas já feitas anteriormente por mim em outra situação. Então ninguém pense que... O meu papel é que é de total transparência. Para mim pode ser McDonald's ou outra indústria qualquer que aqui chegar: indústria, comércio, banco, não importa o quê, mas sim que, onde estiverem em jogo os interesses dos trabalhadores, como eu digo sempre, direitos humanos não tem fronteira. É uma luta universal.

Eu já tive aqui um debate sobre trabalhadores em greve no Canadá, e mediei a greve naquele país. Foram duas reuniões nesta sala. Por fim, chegamos ao entendimento e a greve, no Canadá, chegou a um bom termo. Envolvia a Vale do Rio Doce aqui no Brasil. Então, vieram diretores da Vale do Rio Doce, vieram Diretores dessa empresa no Canadá e vieram sindicalistas do Brasil e do Canadá. Fizemos um debate de alto nível, como tenho a certeza de que este também o será, para que, ao final, possamos fazer os encaminhamentos na busca de soluções.

Enfim, essa situação tem preocupado autoridades em todo o Planeta, em especial no Brasil, onde o tema inclusive já é fruto de inúmeras ações judiciais. Estamos vendo o crescimento dessa luta e a acompanhamos

há alguns anos, quando trabalhadores do McDonald's começaram a trazer a esta Comissão, naturalmente via sindicato, uma série de denúncias quanto a salário e condições de trabalho.

Iniciou-se em Nova York a luta pelos US$15 a hora de trabalho. De lá, a campanha se espalhou por 200 cidades dos Estados Unidos e 40 países. Para nós, acompanhar esse debate faz parte da nossa história, não é da minha história, da nossa história, das nossas vidas. A maioria dos que aqui estão vieram do que eu chamo de mundo sindical; uns falam a família sindical.

Eu estou, Senador, no Parlamento há 30 anos: quatro mandatos de Deputado Federal e segundo mandato de Senador, mas nunca me esqueço de minhas origens, de onde vim e o porquê de eu estar aqui.

Então, eu sempre tenho um lado. Ter lado é uma coisa; ser imparcial é outra coisa. Então nós temos que ter aqui o entendimento de que eu vou presidir este debate como Presidente da Comissão de Direitos Humanos. E todos os que aqui estão sabem do meu compromisso com todas as centrais sindicais e confederações.

Quero registrar que a nossa luta é em defesa da democracia e da garantia dos direitos de todos, sejam trabalhadores, sejam empregadores. Já faleceu, há mais de um século, um grande revolucionário no Rio Grande que dizia o seguinte: "Dentro da lei, tudo; fora da lei, nada!" Se a lei não corresponde à expectativa, seria ainda muito pior sem ela. Por isso eu sou daqueles que não aceita, já tentaram aplicar no Brasil, que deveria valer o negociado sobre o legislado. Vocês devem se lembrar desse debate. Foi um confronto muito duro aqui dentro, mas conseguimos derrubá-lo e prevaleceu que a negociação é acima da lei e não abaixo da lei. Então, "dentro da lei, tudo; fora da lei, nada!" Além da lei, para beneficiar as partes envolvidas, tudo bem, desde que não fira, no caso do Brasil, nem a CLT nem a Constituição.

Eu acompanho, naturalmente, o crescimento dos trabalhadores e das suas organizações no Brasil e no mundo. Eu mesmo, pela minha experiência, e aqui não vou entrar em detalhes, como está no documento do Sindicato de Canoas, depois fui Presidente da Central Estadual do Rio Grande do Sul, que unia todas as centrais, só havia uma central, a qual eu presidi; depois houve o desmembramento e nós criamos uma série de centrais sindicais. E, aqui no Congresso, eu fui Relator, como Deputado, do projeto que legalizou as centrais sindicais no Brasil, mediante um grande entendimento entre centrais e confederações que conseguimos assegurar.

Enfim, sem direitos não é legal – uma frase que me mandaram aqui – por isso estamos aqui neste momento.

Vamos ainda, se vocês me permitirem, devido aos nossos compromissos e responsabilidade com este momento da história, poder fazer um outro registro, que considero de suma importância. É bom que vocês saibam que há uma crise no Brasil, e ninguém nega, crise social, política, econômica e – por que não dizer? – ética. Mas a democracia, para nós, está em primeiro lugar. Creio que, se em qualquer país do mundo onde houver uma crise o caminho for a derrubada do presidente e do próprio Congresso, nós estaremos ferindo de morte a democracia. Então, divergir, discordar... Eu mesmo sou da Base do Governo, mas, de forma pontual, tenho as minhas discordâncias. E nem por isso vou engrossar. Pelo contrário. Eu engrossarei sempre o movimento de rua, em defesa da democracia.

Críticas são validas, e respeito muito quem faz oposição, nós fizemos oposição ao longo de nossa vida, agora, a disputa é no voto e, no momento adequado, ganha quem tiver mais apoio junto à população na disputa democrática e pelo voto. Digo isso por que vou falar do Rio Grande do Sul, em uma rápida introdução, porque me comprometi com os trabalhadores que estão em greve lá no meu Estado. Portanto, vou situar vocês.

No Rio Grande do Sul, nós perdemos as eleições para o adversário, que está passando por um momento difícil. O Estado está paralisado, quem é gaúcho aqui sabe, uma situação, de fato, de caos em todo o Estado. Inclusive, estamos com policiais civis, militares, servidores, trabalhadores em greve em todo o Estado. O Estado está paralisado. E nem por isso eu vou pedir o *impeachment* ou a queda do Governador, que foi eleito pelo voto direto. Se há uma crise que vem se acumulando ano após ano, que se resolva pelas vias democráticas e não por qualquer tipo de proposta de afastamento do Governador.

Mas, rapidamente, apenas para situá-los, pois me comprometi com eles, que estão nas ruas lá no Rio Grande do Sul, que, na abertura, Moacyr, eu faria este registro, informo que mais de 50 mil servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul presentes em Porto Alegre, em uma grande assembleia, decidiram, por unanimidade, entrar em greve unificada por três dias. Portanto, servidores públicos, trabalhadores do Estado na área de segurança, educação, saúde e outros estão paralisados até dia 21, sexta-feira. Caso o Governo volte a atrasar e parcelar os salários dos trabalhadores, nova paralisação acontecerá de 31 de agosto a 3 de setembro. Também ficou definido um grande encontro, um ato público em frente o Palácio Piratini, no dia 3 de setembro.

Importante destacar que, depois de muitos anos, as entidades sindicais do Rio Grande do Sul se uniram em defesa dos direitos e das conquistas dos trabalhadores da ativa e dos aposentados e pensionistas, que estão sendo prejudicados, tendo em vista está situação em que o Rio Grande se encontra.

Esperamos que Governo e grevistas entrem em acordo o mais rápido possível. E que atrasos salariais não aconteçam mais.

Recebi correspondência da Frente em Defesa das Empresas Públicas do Rio Grande do Sul. A preocupação é com o futuro das empresas públicas do Estado, em especial a CEEE, a Corsan e o Banrisul e a Fundação Zoobotânica. O Governo Estadual tem sinalizado, para a tristeza de todos nós, o enxugamento da máquina pública, com a famosa palavra "privatizações". Nesse sentido, já foram enviados para a Assembleia Legislativa projetos para a alteração das aposentadorias dos servidores, extinção da Companhia Estadual de Silos e Armazéns (Cesa), da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS), da Fundação de Esporte e Lazer (Fundergs), da Fundação Zoobotânica, além da criação de uma empresa específica para a área de cartões de crédito do Banrisul.

Tais empresas desempenham um papel estratégico no desenvolvimento do Rio Grande, sendo grandes executoras de políticas públicas, em especial para a população mais carente. Os pequenos empresários e agricultores, principalmente da agricultura familiar, demonstram com esse documento, além dos sindicalistas, as suas preocupações. Além disso, servem como fonte de recursos para o próprio Estado. Também são fontes de emprego e renda para mais de 10 mil trabalhadores diretos.

Eu termino dizendo onde começa o grande caos do meu Estado. Nós fizemos um empréstimo, ainda no tempo da inflação altíssima, de R$10 bilhões. Pagamos de lá para cá mais de R$22 bi e estamos devendo mais de R$50 bi, porque os juros são escorchantes, uma verdadeira agiotagem da União, e não estou falando deste ou daquele governo, ao longo dessas décadas, com os Estados do Brasil.

Por isso estamos entrando com um projeto de lei aqui no Parlamento que diga: tudo bem que atualizem a dívida pela inflação, a dívida do Estado, porque é um ente federado, e não que se trabalhe como um banco que está buscando lucro em cima dos Estados coirmãos. Se isso for feito, entendemos que se resolve a questão do nosso Rio Grande.

Assim, Moacyr, eu encerro essa parte, e vamos agora fazer a montagem da nossa Mesa.

Convido para a Mesa aquele que me procurou no primeiro momento – eu sempre destaco esses encaminhamentos para justiça dos fatos –, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Moacyr Roberto Tesch Auersvald, para quem já peço uma salva de palmas. (*Palmas.*)

Convido, de imediato, Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), uma das centrais, que também está sempre com a gente em todos os embates. (*Palmas.*)

Convido José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST).

O Moacyr vai falar em nome do Calixto da Nova Central também. (*Palmas.*)

Francisco Calasans Lacerda, Presidente do Sinthoresp, que esteve comigo durante toda esta semana conversando sobre essa questão. (*Palmas.*)

Agora, nesta primeira Mesa ainda, Adriana Alvarez, membro do Comitê Organizador Nacional pela Luta para 15 de Chicago, Estados Unidos da América – de US$15. (*Palmas.*)

Faltou aqui na minha relação o "dólares". Não sabiam se colocavam real ou dólar e não colocaram nada. Daí eu fico com o problema na mão: 15 o quê? Aí, o Moacyr me salva aqui: Membro do Comitê Organizador Nacional pela Luta dos US$15 de Chicago, Estados Unidos da América.

Agora, o Diretor Organizador do SEIU (Service Employees International Union Washington DC, EUA), Scott Courtney. Seja bem-vindo. (*Palmas.*)

Agradeço aqui pela ajuda na pronúncia.

Olha, eu não vou, de imediato, nesta Mesa, até por gentileza, botar para falar um convidado internacional. Então, pergunto quem quer fazer a primeira fala e fazer uma saudação a todos os nossos convidados. Eu acho que fica entre o Ricardo Patah e o Moacyr. Quem será o primeiro a falar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, o próprio Ricardo Patah, presidente de uma grande central no Brasil. Tenho certeza de aqui ele fala não só pela UGT, mas pelo movimento sindical brasileiro, fazendo a saudação inicial e já expondo seu ponto de vista sobre o tema em debate.

Permita, Patah, ainda informar que aqui não há o problema de primeira ou segunda Mesa.

Na segunda Mesa, falará o representante do Parlamento Palmerston North, Nova Zelândia, Partido Trabalhista, Ian Lees-Galloway; depois, o membro do Parlamento Europeu, membro do Comitê de Emprego de Assuntos Sociais, Jutta Steinruck; depois, o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços e representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Alci Matos Araujo; depois, o Procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Dr. Leonardo Osorio Mendonça; e, ainda, Octaciano Neto, trabalhador da Rede de Lanchonetes McDonald's no Brasil; por fim, Maximiliano Nagl Garcez, representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (Alal).

Quero dar um destaque ao Maximiliano, que me tem acompanhado por todo o Brasil. No Brasil, há 27 Estados, incluindo o DF, e estamos viajando por todo o Brasil, fazendo o debate sobre a terceirização. Em nome desta Comissão de Direitos Humanos, vou com uma delegação a cada Estado. Fizemos debate na assembleia, dizendo "não" à terceirização da forma como querem, goela abaixo, como diz o outro, colocar aqui, no Brasil, trazendo prejuízo para milhões e milhões de trabalhadores.

O Brasil tem cerca de 40 milhões de trabalhadores com carteira assinada, chamados celetistas, com os direitos reconhecidos. Nós temos 12 milhões e meio terceirizados. O que eles querem, a partir do projeto que vem da Câmara, é jogar todo mundo no campo da terceirização, desrespeitando inclusive a questão da diferença entre atividade-meio e atividade-fim, e não vamos permitir isso.

Do nosso trabalho, nos 14 Estados onde estivemos, nasceram 14 cartas contra esse projeto. Vamos chegar aos 27 Estados, todos contrários ao projeto e faremos aqui em Brasília, provavelmente em maio – esse projeto não será votado a toque de caixa –, um grande encontro nacional. Queremos reunir 5 mil dirigentes, com uma carta à Nação contra a terceirização na atividade-fim.

Companheiro Patah, com a palavra. (*Palmas.*)

O SR. RICARDO PATAH – Bom dia, companheiros e companheiras. Quero cumprimentar aqui o meu companheiro Moacyr, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh). Quero também cumprimentar o nosso companheiro Scott Courtney, diretor organizador do SEIU; a nossa companheira Adriana Alvarez, membro do Comitê Organizador Nacional pela Luta dos US$15 de Chicago; meu amigo e companheiro Francisco Calasans; e, especialmente, o nosso querido Senador Paulo Paim.

Queria cumprimentar a Jeanne, o Joey, o Deputado Camilo, que está aqui conosco e é Vice-Presidente da UGT, e, em especial, todos aqueles que vieram de outros países para esta audiência pública e meus companheiros e companheiras brasileiros.

Antes de fazer algumas reflexões, quero enaltecer o muito pertinente trabalho que está sendo desenvolvido pelo Senador Paim. Como todos sabem, o Senador, na realidade, ativa sua função em nome de um Estado. O Estado dele, como ele mesmo já disse, é o Rio Grande do Sul. Mas o Senador Paim tem, na realidade, feito um trabalho muito intenso a favor dos milhões de trabalhadores e trabalhadoras do nosso País. A meu ver, é ó único Senador que tem no DNA a percepção da defesa das questões mais fundamentais na relação capital e trabalho a favor do trabalhador.

Entre as questões, destaco uma, que, no Brasil, diferente dos Estados Unidos, teve outra história: a questão racial. Sempre diziam que, no Brasil, não havia discriminação racial. O Brasil é o país do Pelé, jogador de futebol, do Carnaval, dos cantores, mas há muita discriminação, e esse Senador enfrentou isso. E conseguimos, de forma pacífica, aprovar o estatuto da igualdade e oportunidade. A partir desse marco regulatório, iniciamos no País uma campanha fundamental da igualdade e oportunidade.

Por isso, Senador, é muito prazeroso estar aqui nesta Comissão que V. Exª preside, numa ponderação que, logo em seguida, vamos falar e que também tem tudo a ver com seu perfil; tudo a ver buscar efetivamente o que é de justiça no nosso País.

Senador, também o momento que estamos vivendo todos que aqui estão, com certeza, estão acompanhando no Brasil, essas questões de que as ruas estão falando. Tivemos três ações importantes aqui no nosso País. As ruas falam, nós escutamos, esse Senador escuta, mas é um momento muito crítico, e é muito pertinente também, neste momento, desenvolvermos esta atividade aqui no Senado, porque tem tudo a ver com o que vamos – esta Mesa e a outra Mesa – debater e discutir sobre as questões do McDonald's.

Queria dizer como prólogo que, no Brasil, até 1970, 1980, só tínhamos multinacionais na área da produção, e, a partir dessa data, iniciamos um processo de termos, na área de comércio e serviços, empresas multinacionais. Para não citar só o McDonald's, tivemos o grupo Carrefour, francês, o grupo Walmart, americano, e o grupo Casino, também francês. E nós percebemos que, na área de comércio e serviços, essas empresas passaram a ser as maiores empresas do nosso País, trazendo as suas culturas, mas muitas vezes trazendo o capital selvagem para colocar "de quatro" – desculpe a palavra – os trabalhadores do nosso País. (*Palmas.*)

No caso específico do Walmart, por exemplo, a maior empresa do mundo – parece que foi superada pela Amazon –, fatura mais de US$400 bilhões.

Nos Estados Unidos, Senador, companheiros e companheiras, há mais de 3 milhões de trabalhadores, e não tem um...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu ia perguntar exatamente isso. Se você pudesse dar o número de trabalhadores em cada empresa, só para que os que estão assistindo a esta reunião pelo sistema de comunicação tenham uma noção da abrangência desta audiência pública...

O SR. RICARDO PATAH – Essa empresa lá representa mais de 3 milhões de trabalhadores. Não há um trabalhador do Walmart sindicalizado. A prática antissindical é de tal dimensão que não se permite ao movimento sindical, que busca os direitos e as melhorias, participar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um sindicalizado?

O SR. RICARDO PATAH – Não tem um.

Para se ter uma ideia – acho importante, para a gente fazer uma correlação depois com o McDonald's –, lá nos Estados Unidos, é diferente a estrutura sindical e é diferente a participação do movimento sindical. Lá, é como se estivesse a superintendência do trabalho acompanhando uma votação. Se é preciso conseguir 50% mais um, em se conseguindo, depois, há outra votação. Quando chega a 50% mais um, o que é quase impossível, a empresa manda todo mundo embora. Então, logicamente, não se consegue aprovar o sindicato.

Mas ocorreu no Canadá, porque o UFCW, que representa os trabalhadores, é binacional, como a SEIU também. E, no Canadá, numa loja de 10.000m^2, se conseguiu, de forma especial, passar os 50% mais um e montar o sindicato. Sabe o que aconteceu, Senador e companheiros? Fecharam a loja. Simplesmente fecharam a loja.

Não existe, então, lá nos Estados Unidos, nenhum trabalhador sindicalizado. Estou comentando isso, porque acho que, no Brasil, está acontecendo uma situação muito interessante e peculiar, que é a solidariedade internacional. O mundo é globalizado, e temos de estar efetivamente juntos. Orgulha-me profundamente estar aqui com a SEIU e todos aqueles trabalhadores de outros países representados aqui, o que nos dá uma dimensão fundamental do que estamos buscando.

Nós tivemos já três ações internacionais importantes: com o próprio Walmart, com a UFCW; com a Nissan, que tivemos com a UAW (United Auto Workers Union); e, agora, na questão do McDonald's.

Agora vou fazer alguns comentários efetivos sobre a situação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Patah, permita-me, porque não anunciei, mas cada convidado terá dez minutos.

Você fez a saudação. Depois da saudação, abri o seu tempo. Mas você ainda tem em torno de oito minutos.

O SR. RICARDO PATAH – Que bom. Obrigado, Senador.

Esse Senador, eu vou lhe dizer... Se eu pudesse votar... Ele é do Rio Grande do Sul, eu sou de São Paulo, mas temos de fazer alguma coisa no Brasil para todo brasileiro votar no Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

Mas, meus companheiros, a UGT, no que tange à representação dos trabalhadores do McDonald's, tem uma representação importante no Rio de Janeiro, que é o sindicato filiado à UGT e ao João Ricardo, Presidente. Lá, ele teve várias conquistas, todas elas na Justiça. Este é um dos problemas: não há um diálogo com a empresa, como existe com outras.

O Walmart no Brasil. Nós, comerciários, e as outras centrais também, temos o diálogo e conseguimos efetivamente conquistas. No Walmart, a conquista é só através da Justiça, e lá, no Rio de Janeiro, tivemos várias sentenças ganhas, porque o trabalhador saía da câmara fria, já ia para um lugar quente do McDonald's e sofria aquela questão muito grave da temperatura. Conversava, fazia ações, e o McDonald's não queria nem saber. Tratava o trabalhador como se fosse uma máquina: se ele está a 30 graus negativos e vai para 10 ou 20 positivos, pouco importa para eles.

Então, o João Ricardo, lá no Rio, entrou na Justiça, e tenho certeza de que outros lugares do Brasil também conseguiram: a insalubridade foi conquistada lá, porque é um direito que está na CLT, mas tem que ser conquistado na Justiça, porque não era dado, como outras questões, como as médias variáveis e assim por diante.

No Brasil, uma das questões trabalhistas mais graves é a tal da flexibilização da jornada. Eu quero aqui até fazer um alerta, Senador, porque no comércio já existe proposta de trazer esse "flex" – chamam de "flex" – para os comerciários do Brasil inteiro. O que significa isso? Significa que quem determina o horário do trabalhador é a empresa e que, se ele tiver que ficar na empresa quatro ou cinco horas sem ativar sua função, ele não vai ganhar nada, mas vai ficar lá quatro ou cinco horas por dia à disposição da empresa sem ganhar, o que, para mim, é um trabalho análogo à escravidão, situação que nós temos que extirpar de todas as formas e por todas as compreensões. Essa talvez seja uma das situações mais graves. Ou seja...

(Soa a campainha.)

O SR. RICARDO PATAH – ..., as multinacionais, que, nos seus países, muitas vezes, podem estar adequadas à lei... Por exemplo, o Carrefour, na França, segue a legislação direitinho; aqui, no Brasil, por conta do Walmart, quer flexibilizar também. É uma empresa grande. No mundo, o Carrefour vende mais de US$200 bilhões. É uma das maiores empresas do mundo.

Então, essas empresas vêm para o Brasil e querem nos tratar como se estivéssemos na época dos indígenas: querem nos dar espelhinhos, querem trocar, querem nos tratar, efetivamente, como um povo de terceira categoria, como um povo da "república das bananas", como chamam o Brasil. Até hoje tem empresa que acha

que o Brasil é uma "república das bananas". Somos a sétima economia do mundo, e nos tratam como bananeiros. Não podemos permitir isto! E há até certas situações que nos constrangem profundamente. Na realidade, nos impõem salários aviltantes, nos impõem um tratamento como se fôssemos um povo de quarta categoria.

Então, essa atividade que está sendo desenvolvida aqui, no Senado...

Eu quero resgatar rapidamente, porque este Senado vai enfrentar muito brevemente, a questão do antigo PL 4.330, que trata da terceirização. Eu não tenho nada contra trabalho terceirizado, mas ele tem que ser regulamentado. Mas precarizar e tratar todos os trabalhadores como terceirizados é muito ruim. E o que me preocupa – e eu volto a insistir nisto com os meus companheiros do Brasil – é que estamos ouvindo que há um acordo entre o Renan e o Governo para aprovar isso imediatamente. Nós precisamos realmente ficar muito atentos e vigilantes... (*Falha na gravação.*)

Nós, efetivamente, vamos precarizar definitivamente. E não é preciso nem McDonald's e Walmart, pois essa própria lei vai precarizar tudo no nosso País. Então, é um alerta que faço aos meus companheiros.

Mas eu queria agora enfocar temas que fogem da área trabalhista, mas que, a meu ver, têm uma repercussão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Patah, deixe-me só esclarecer à luz dos fatos e da verdade. Eu desconto do seu tempo. Fique tranquilo. Vai tocar a campainha lá...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ..., mas eu vou te dar mais tempo.

Para que fique claro, pessoal, como a reunião é transmitida pela Agência Senado para grande parte do País, o que aconteceu no Brasil é que havia, na verdade, um vácuo político, e o Presidente do Senado apresentou uma pauta de 28 itens, e hoje já são, mais ou menos, 47, e ali dentro está o item da terceirização. Mas eu já conversei com o Presidente Renan. Não há nenhuma intenção de dar urgência para esse projeto. Ele disse que esse projeto está na pauta dos 48 itens, mas não quer dizer que haja entendimento. Ainda hoje à tarde teremos uma conversa com o fórum nacional contra a terceirização e vamos dialogar com ele para ver, porque nossa intenção é que esse projeto não seja votado este ano. Se for para votar este ano, há acordo e é pela rejeição. Aí pode votar até hoje à tarde. Se for pela rejeição, pode votar até hoje à tarde, e vamos trabalhar em cima de outro projeto.

Digo isto, Patah, porque, como sei que, nos gabinetes, assim como na Presidência, muitos Senadores estão assistindo à nossa audiência pública, eu quero manter essa ponte nos moldes. Mas você fez bem em alertar que está na pauta desses 40 itens. Mas quero dizer que o Presidente Renan me disse, na última vez em que estive com ele, que esse projeto não será votado de forma truculenta, como aconteceu na Câmara dos Deputados. Ele ficou lá 11 anos e foi votado da noite para o dia.

Feito o esclarecimento, volto a palavra para seus últimos cinco minutos. Vou dar mais cinco minutos.

O SR. RICARDO PATAH – Obrigado.

Senador, agora eu quero colocar de outra forma questões que nos preocupam. A UGT até assinou um documento jurídico solicitando uma abertura imediata de investigação pela Procuradoria Regional da República de São Paulo, pelo Ministério Público, com relação a alguns temas.

Sobre os impostos. É uma questão, Senador e companheiros que aqui estão participando desta reunião, que, aparentemente, foge da área trabalhista, mas que tem, realmente, uma consequência muito grave para todos os trabalhadores e toda a sociedade. São dois temas: impostos e a questão das franquias.

Sobre impostos, a *holding*, a Arcos Dorados argentina e a Arcos Dourados nacional, elas têm registro num paraíso fiscal nas Ilhas Virgens Britânicas, onde se opera com sigilo bancário. O que eu estou comentando, na realidade, são indícios. Eu não estou fazendo afirmações, porque nós estamos pedindo exatamente que o Ministério Público possa apreciar e observar irregularidades possíveis.

Eu afirmo com relação aos desvios em relação ao trabalhador, em relação ao que todos que aqui vão falar – com certeza, vão ser enfáticos –, que, nesse caso, eu estou sugerindo a apuração, também para não incorrer em nenhuma fala que seja superficial e que não tenha, depois, comprovação. Foram identificadas 192 ações de governos municipais, estaduais e do Governo Federal contra essas empresas que eu citei: a Arcos do McDonald's e a McDonald's Caribbean. Como grande parte dos lucros da Arcos deriva de atividades de locação, a denúncia pede que se investigue se a empresa está pagando os 25% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e os 9% de contribuição social ou se esses lucros estão sendo contabilizados como *royalties* pagos pelos franqueados, que estão submetidos a uma arrecadação menor. Isso tem um significado importante, porque, caso isso seja comprovado, significa que os impostos que essa empresa deveria pagar para o Brasil, que seriam transformados em valores para a educação, em valores para a saúde, estão, na realidade, lesando o povo brasileiro e sendo colocados nesse paraíso fiscal.

Então, a UGT entrou com esse processo para que nós possamos, definitivamente, olhar com lupa se os recursos dos lucros obtidos no Brasil estão sendo retribuídos para o brasileiro. Não estamos falando isto não só por causa dos trabalhadores do McDonald's, mas por causa do Brasil. Então, é uma denúncia muito grave, e, logicamente, o Ministério Público – eu não tenho poder de polícia; estou falando aqui como cidadão, como trabalhador – poderá, através dessa ação, perceber, com seu olhar técnico, se ocorrem situações como essa.

Ainda pedimos ao Procurador que solicite documentos da Receita Federal e do Banco Central que mostrarão se a empresa está pagando corretamente a alíquota do imposto caso a empresa se negue a fornecer. Se forneceu, muito bem; se negou, que exija.

No caso das franquias, terminando minha fala...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você tem um minuto. Daqui para frente, 56 segundos.

O SR. RICARDO PATAH – Eu já estou terminando.

Na questão da franquia existe uma truculência na gestão. Então, os franqueados, muitas vezes, têm que trabalhar e cumprir uma série de obrigações que, a nosso ver, violam a natureza do contrato da franquia e interferem decisivamente nos negócios, na liberdade de gestão e na própria autonomia da empresa franqueada.

A denúncia, basicamente, é essa. Você vai receber uma cópia.

Como está terminando, vou fazer os agradecimentos finais.

Primeiro, quero dizer que somente com a unidade, a solidariedade e a compreensão dos trabalhadores brasileiros e daqueles que vêm de outros países é que nós poderemos superar as adversidades que já existem e as que estão por vir. Se não houver unidade... A nossa fala é uma só: a fala do trabalhador, da trabalhadora, da inclusão social, da não discriminação racial. Nós queremos um povo unido. Nós queremos um Brasil que supere essas adversidades e que valorize definitivamente os trabalhadores. No caso específico, eu dou um viva aos trabalhadores do McDonald's!

(Manifestação da galeria.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Este foi o Ricardo Patah, Presidente da União Geral dos Trabalhadores, a UGT.

Agora, seguindo a lista...

Eu dei um tempo um pouco maior para o Patah, da UGT, porque ele queria fazer uma saudação inicial. Então, eu pergunto: vamos aos convidados internacionais ou...?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, de imediato, com a palavra o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Contratuh, Moacyr Roberto Tesch.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O tempo é de dez minutos para cada um, pessoal!

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu gostaria, primeiramente, de cumprimentar todos os Senadores aqui presentes, gostaria de cumprimentar os Deputados aqui presentes também na pessoa do Deputado Camilo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Deputado Mendes Thame também.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – ... e o Deputado Mendes Thame...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foram Deputados Federais comigo durante um longo período.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – O Deputado Camilo também é Vice-Presidente da UGT e tem sido um companheiro nosso em diversas jornadas. Assim, agradecemos sua presença.

E cumprimento os Senadores aqui presentes na pessoa do Senador Paulo Paim.

Eu gostaria de cumprimentar o companheiro Scott, membro da família – permita-me dizer que é da família, porque assim contemplo todas as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Moacyr, eu me comprometo a descontar do seu tempo, mas sou obrigado a registrar que você iria falar pela Contratuh e pela Nova Central, mas che-

gou neste momento o José Calixto, Presidente da Nova Central, que eu gostaria de convidar para a mesa. Eu, inclusive, já o havia chamado. (*Palmas.*)

Está aqui o Senador Hélio José, que, comprometido com esta causa, não poderia deixar de estar aqui conosco.

Peço aplausos para o Senador Hélio José e a todos os nossos convidados, na figura do Calixto, que vem à mesa neste momento... (*Palmas.*)

..., e quero dizer que o Procurador do Ministério Público do Trabalho Dr. Leonardo Osorio Mendonça, que tem também um trabalho brilhante nessa área como competente Procurador do Ministério Público do Trabalho, já está à mesa e, tenho certeza, vai dar uma grande contribuição ao debate.

Eu cumprimento com uma salva de palmas o nosso Procurador. (*Palmas.*)

O tempo do Moacyr vai começar a contar a partir de agora, devido às interrupções que eu fiz.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Eu gostaria de cumprimentar a Adriana Alvarez, membro do Comitê Organizador Nacional de Luta pelos US$15 de Chicago; gostaria de cumprimentar o nosso companheiro Patah, Presidente da UGT; o Presidente da Nova Central Sindical, José Calixto Ramos; o nosso companheiro Calasans; o nosso Procurador do Trabalhador, Dr. Leonardo, que tem sido parceiro nessa luta contra o McDonald's; gostaria de cumprimentar toda a delegação internacional aqui presente; as autoridades aqui presentes, na figura da Angelica; gostaria de cumprimentar as organizações internacionais que estão nos apoiando nessa longa caminhada ao Uita e, na Uita, a todas organizações, na pessoa do companheiro Gerardo.

Meus senhores e minhas senhoras...

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pessoal, como a sala está muito lotada, e é bom sinal, qualquer conversa que venha do plenário repercute nos microfones aqui na frente. Aí é ruim para todos, pessoal. Então, faço um apelo: plenário em silêncio, orador com a palavra. Quando a palavra for para o plenário, a Mesa – eu me comprometo – vai ficar também em silêncio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador Paulo Paim, eu queria rapidamente fazer uma fala aqui, porque eu tenho que ir para aquela audiência do senhor mesmo, a da Apae, daqui a pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A audiência da Apae é depois das 11 horas. Nós vamos iniciar às 11h30.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Ah, mudou para depois das 11 horas?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora o Moacyr está com a palavra. Se ele puder concluir, em seguida, eu passo para V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É melhor.

Conclua, Moacyr. Pode falar tranquilo, sossegado. Eu te espero.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – O.k.

Eu não poderia, de forma alguma, começar o nosso pronunciamento sem agradecer, com todo o respeito e toda a gratidão, a V. Exª, Senador Paulo Paim. Da mesma forma, eu não poderia, de forma alguma, começar a minha fala sem passar para os companheiros que vêm de muito longe, do outro lado do mundo inclusive, um pouquinho, uma pequena parte da sua história junto ao movimento sindical e a importância de V. Exª junto com o movimento sindical e os trabalhadores.

O nosso Senador Paulo Paim é autor de mais de mil proposições desde a época em que foi, pela primeira vez, eleito, em 1988, como Constituinte. A maioria atendeu as pessoas negras, pobres e deficientes. É uma pessoa que tem extrema sensibilidade social. Fez 44 propostas de emenda à Constituição sempre em defesa dos trabalhadores e dos mais necessitados.

Teve 341 projetos. Entre eles, destacamos o Estatuto da Igualdade Racial – vocês não imaginam o que isso significa para o ser humano e para nós, brasileiros – e o Estatuto do Idoso. É um grande líder, venerado e respeitado pela população de idosos no Brasil e, em especial, o grande líder dos aposentados. Passou inclusive noites e noites em claro nos corredores deste Congresso, abrindo portas e fazendo manifestações em defesa dos aposentados.

É autor do Estatuto das Pessoas com Deficiência, aprovado recentemente neste Congresso e referendado pela nossa Presidente.

É autor do projeto de 40 horas semanais – o movimento sindical há muito, muito tempo, vem lutando para reduzir para 40 horas semanais.

É um dos autores e lutou muito, muito mesmo, pela legalização das centrais sindicais aqui no Brasil. Nós tínhamos as centrais, mas elas não eram legalizadas. E, a partir da sua batuta, da sua forte determinação, junto com todas as centrais sindicais, nós conseguimos a legalização.

É defensor do Aerus. Para quem não conhece, a maioria desta sala, o que é o Aerus? Aerus é formado pelos ex-funcionários da Varig. Quando a Varig faliu, fechou, boa parte dos funcionários, que eram pilotos, comissários, que tinham altos salários, de acordo com suas funções, acabaram recebendo menos do que um salário mínimo e uma boa parte deles inclusive já faleceu. Recentemente, o Senador, com sua determinação, conseguiu rever a situação dos companheiros do Aerus.

Vem presidindo a Comissão de Direitos Humanos, esta Comissão, e já realizou, no período do seu mandato aqui, mais de 80 reuniões, o dobro das outras comissões.

Propôs, e foi aceito pelos membros desta Comissão, aos quais agradecemos muito, o referendo – foi referendado pelo Presidente do Senado, Senador Renan –, audiências públicas no Brasil inteiro para discutir o problema da terceirização; problema esse que afeta todos os trabalhadores aqui do Brasil. Quem já tem essa experiência lá fora sabe o que isso significa na precarização do trabalho do ser humano.

E, por essa decisão, nós – e agora eu gostaria de falar em nome das pessoas que caminham neste Brasil, na pessoa do Max, aqui presente, que vai falar depois e tem acompanhado essa grande maratona – realizamos, em muitos fins de semana, audiências públicas em dois Estados. Todas as audiências públicas são feitas com as casas cheias e preferencialmente nas assembleias legislativas dos Estados. Sempre nas assembleias. O que podemos informar é que já rodamos este País. Nós somos 27 Estados e já rodamos 15 Estados.

Permita-me, Senador, parar por aqui, porque se eu for efetivamente falar da sua trajetória...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se ele contar a história de mil projetos, os senhores se preparem para ficar uma semana aqui.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Mas eu não podia, de forma alguma, Senador, começar a minha fala sem falar para as pessoas que vêm de fora com quem a gente está trabalhando, quem é essa pessoa que defende a nossa trincheira aqui no Congresso.

Companheiros e companheiras, autoridades aqui presentes, dentro dessa linha que acabei de falar sobre o Senador Paulo Paim, gostaria de falar ainda o seguinte: ele é um grande democrata e prega a democracia. Prova disso é o que ele tem feito no seu dia a dia.

A empresa McDonald's e a empresa Arcos Dourados foram convidadas para estar nesta mesa. Lamentavelmente, eles não tiveram coragem e respeito com os trabalhadores de vir aqui enfrentar todos nós cara a cara. O seu massacre com os trabalhadores eles fazem, mas encarar a sociedade para responsabilizar-se pelo que fazem eles não têm a mesma coragem.

Então, eu agradeço V. Exª pela democracia de ter convidado essa empresa que está presente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Moacyr, se me permitir. De fato, eu dialoguei com a direção do McDonald's no Brasil e eles entenderam que não poderiam responder pelo McDonald's no Brasil e no mundo e me mandaram uma carta, que vou ler. Para mim, não há segredos. A carta que eles me mandaram, ou no encerramento, ou no intervalo de Mesa da audiência de hoje, eu a lerei.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, a empresa McDonald's é uma das maiores do mundo, a segunda... Inclusive nesta Mesa estão as duas redes que mais empregam no mundo. O McDonald's tem, aqui no Brasil, quase 50 mil trabalhadores dentro das suas lojas. Essa empresa, lamentavelmente, faz um *turnover*. Ela gira todos os seus funcionários em 104% durante o ano. Uma empresa que é boa para trabalhar jamais vai rodar, vai girar 100% dos seus trabalhadores. Portanto, já começamos por esse parâmetro, porque não deve ser algo muito interessante.

Ela defende e emprega muito a questão do primeiro emprego.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu não posso deixar, o Moacyr vai me perdoar, Fátima Bezerra, uma grande Senadora, tem uma marca social muito forte... Eu sempre digo que ela e o Senador Cristovam são meus líderes, os meus gurus, os que orientam minha postura aqui naquela matéria que pode revolucionar o mundo, e está revolucionando, a educação. Tudo passa pela educação. Fátima Bezerra! (*Palmas.*)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Conte conosco. Beijos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Neste momento, entra agora – Moacyr, obrigado – a Senadora Regina Sousa. A Senadora Regina Sousa é grande militante dos direitos humanos, de assuntos sociais, do Piauí. (*Palmas.*)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Inclusive, poucos dias atrás, estivemos no Piauí junto com a Senadora. Seja bem-vinda, Senadora.

Nós estávamos falando da importância do primeiro emprego. É muito importante o primeiro emprego, é a abertura para a vida do trabalho, para todos os trabalhadores.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Mas que qualidade tem esse tipo de primeiro emprego? Com massacre? Com desobediência? Com exploração? Esse tipo de primeiro emprego ninguém merece, é um primeiro emprego indecente, conforme colocado, e o mundo inteiro trabalha por trabalho decente. E, lamentavelmente, dentro do McDonald's, nós não temos trabalho decente. Nós temos problemas seriíssimos. Eu até tinha me preparado para uma longa dissertação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Moacyr, apenas quero dizer que lhe dei mais cinco minutos a partir deste momento, porque eu o interrompi muitas vezes.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Tranquilo. Obrigado.

Eu fiz uma longa ficha, falaria de todas as ações que nós temos contra o McDonald's, mas a minha fala aqui talvez fosse entrar nos detalhes que o Dr. Leonardo trará, e com grande sabedoria, porque tem sido nosso grande mestre aqui. Mas, só para citar, temos uma ação civil pública junto ao Ministério Público, a Contratuh e o Ministério Público no Paraná. Nós temos outras ações em Pernambuco, em que inclusive nós, a Contratuh, e o Ministério Público, na figura do Dr. Leonardo, conseguimos resolver parte do processo. Mas ainda há indícios de que eles continuam fazendo. Nesse acordo, e o Procurador vai falar, houve uma tentativa de resolver o problema da jornada zero hora, que é nossa jornada variável. Comprometeram-se, fizeram a proposta, com uma multa de R$7 milhões, multa de R$2 mil por descumprimento por trabalhadores, mas, lamentavelmente, terá de ser feita uma força-tarefa, que já está programada, Ministério Público e Ministério do Trabalho, para fiscalizar se esse acordo vem sendo cumprido.

Há uma ação que nosso sindicato filiado, Sinthoresp, fez em Barueri, onde se pedia que fosse detalhado cada item do seu holerite, da sua folha de pagamento, porque a forma como é colocado é para que ninguém entenda, nem quem trabalha nem quem vai conferir. Então, fica muito difícil receber um holerite e não saber, na verdade... Nem o Judiciário conseguiu. Tanto é verdade que se deu entrada na Justiça para que eles explicassem, o juiz solicitou que eles explicassem, e o juiz não conseguiu entender o que estava escrito no holerite deles.

Temos outras ações. Temos ações aqui em Brasília, da nossa confederação, em que falamos sobre *doping* social. Nós entendemos que uma empresa que vem ao Brasil, abre suas portas e não gera emprego adequado, não respeita a nossa legislação, não respeita nosso ser humano aqui não necessita vir. Emprego dessa qualidade, nós agradecemos. E temos outras ações. Temos ações em Goiás, temos ações no Pará, temos ações em diversos Estados. Nossos sindicatos têm feito inúmeras ações.

Nosso sindicato de São Paulo, Sinthoresp, vem, desde 1995, trabalhando em função do reconhecimento, do zelo com os trabalhadores, enfim, do respeito pelo ser humano. Essa empresa, que poderia ser um exemplo por ser a maior empregadora do nosso segmento, lamentavelmente, deixa muito a desejar. Descumpre a questão dos intervalos das interjornadas, do piso da categoria; alimentação, eles forçam que os trabalhadores comam a mesma alimentação que eles vendem ao público. Uma vez ou outra, tudo bem, mas sempre, é difícil. Foi feito um acordo para que eles servissem um cardápio adequado aos nossos costumes, mas, lamentavelmente, muitas das suas empresas não vêm cumprindo.

Quando a gente cobra da Arcos Dourados essa posição, eles são bem claros: nós temos seiscentas lojas, quatrocentas da Arcos Dourados e duzentas e pouco não são da Arcos Dourados. Mas, interessante, na hora de vender o sanduíche, de fazer a sua propaganda, de manter o padrão McDonald's, eles determinam; na hora em que é para fazer o social, a responsabilidade social da alimentação, aí não é problema deles.

Nós temos também um problema muito sério, que é a questão de quebra de caixa. Eles dizem que não há esse problema, porque todo mundo faz tudo. Inclusive, no Paraná, tivemos uma audiência na Justiça do Trabalho, em que o magistrado não se conformou com a nossa petição e disse assim: "É impossível acreditar que uma empresa desse porte esteja agindo dessa forma." Suspendeu a audiência e foi fazer uma inspeção judicial. Nessa inspeção judicial, na primeira loja do McDonald's, estavam os empresários acompanhados do oficial de Justiça e os trabalhadores que estavam representando pela nossa Contratuh, companheiro Jadir, que aqui está, representando a Contratuh.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Foram até a primeira loja. Chegando lá, foram encontrados menores trabalhando, limpando o banheiro, limpando o piso e essas mesmas pessoas mexendo com chapa quente e fritadeiras. Na nossa legislação, temos a proteção do menor, que proíbe esse tipo de procedimento. Lamentavelmente, uma situação degradante. E o magistrado, com seu próprio telefone, tirou inúmeras fotos, Senador Paim, e perguntou ao menino que estava trabalhando: "Você se queima também?" Ele levantou os braços... Só verificar.

São situações que... Inclusive, no jornal de ontem, Senador, já tivemos a primeira oportunidade de o McDonald's fazer ameaças ao movimento sindical brasileiro. Mas isso não vai acontecer.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Não vai acontecer porque somos fortes e vamos resistir. A partir de agora, eles vão mudar a tática de enfrentamento com o movimento sindical. Eles não estão aceitando a nossa denúncia, eles não estão aceitando o nosso trabalho.

Senador, eu até queria falar um pouquinho mais, mas vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tu vais ter oportunidade de falar novamente.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Senador, eu vou repetir uma frase que tenho repetido sempre porque eu acredito nisto: o mundo é globalizado, os problemas são globalizados, as empresas são globalizadas, os problemas que elas nos trazem também são globalizados. Por que nós, os trabalhadores, não nos globalizamos? Por que nós, as entidades sindicais, também não nos globalizamos? Nós temos que nos globalizar. Essa é a oportunidade que nós temos hoje, estamos com vinte países nos globalizando.

Parabéns a todos nós.

Muito obrigado.

Tenho absoluta certeza, Scott, que juntos nós somos fortes e juntos seremos muito mais fortes porque acreditamos na nossa luta.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só queria informar, primeiramente, antes de comentar, Moacyr, que o Patah, Presidente da UGT, vai ter que se retirar porque ele vai ao TST, no interesse da categoria, e com ele vai o Deputado Ademir Machado, que é Vice-Presidente também da UGT, mas voltarão depois para cá.

Eu quero cumprimentar o Moacyr por sua fala.

Moacyr, os painelistas terão uma rodada, no encerramento ainda, para as considerações finais.

Agora aqui quero informar a todos convidados que Senadores e Deputados falam no momento em que entenderem mais adequado.

Antes do próximo orador, vou dar a palavra, que já pediu, ao meu querido amigo e militante do mundo social e dos direitos humanos, aqui de Brasília, Senador Hélio José, em seguida, ao Deputado Mendes Thame, que tem também que ir a uma CPI.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria cumprimentar V. Exª, Senador Paulo Paim, sempre atualizado, sempre realmente trazendo os grandes temas para o debate nesta Casa. Este é um grande e importante tema. Eu acho que não podemos admitir que empresa do País mais desenvolvido do mundo chegue aqui e trate nossos trabalhadores, nossos servidores como escravos. Nem aqui nem em lugar nenhum do mundo.

Eu queria cumprimentar o Moacyr. Excelente palavra, Moacyr. Quanto à Contratuh (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade), eu acho muito importante a atuação de vocês e acho que tem que continuar em frente essa luta para ajudar esses meninos.

Eu queria cumprimentar também Alci Matos, da CUT – eu fui diretor da CUT por cinco mandatos; Jutta Steinruck, membro do Parlamento Europeu. Eu acho que na Europa há muito McDonald's. E é interessante ouvir dela como está sendo lá na Europa o tratamento aos servidores. Cumprimento Dawn Butler, membro do Parlamento de Londres, Inglaterra, do Partido Trabalhista. Além do McDonald's e de outras redes grandes, lá em Londres, acho que ouvir como são tratados os trabalhadores de lá vai ser bastante interessante para nós aqui. Cumprimento Ian, que é membro do Parlamento de Nova Zelândia, também deve trazer informações importantes; Osorio Mendonça, Procurador do Ministério Público do Trabalho, acho que temos – não é, Osório? – que dar uma posição mais dura nessa questão; Maximiliano Garcez, representante da Associação Latino-Americana dos Advogados Laboralistas (Alal); Scott Courtney, Diretor Organizador da Service Employees International Union, Washington DC, Estados Unidos.

Está bem representando, hein, Paim? Está de parabéns. Trouxe aqui todo mundo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está de parabéns essa moçada toda que veio de longe para este debate. (*Palmas.*)

E V. Exª também, que está aqui com a gente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Cumprimento também a Adriana Alvarez, Membro do Comitê Organizador Nacional Luta pelos US$15 de Chicago, Estados Unidos. Adriana Alvarez, parabéns.

Pessoal, quero dizer para vocês o seguinte: esta Casa está vigilante sobre essas questões. Nós não podemos admitir esse tipo de tratamento aos trabalhadores, aos empregados, que precisam trabalhar para ter o seu recurso para sobreviver. Por causa disso, não podem ser explorados, ser tratados quase como se fossem escravos. E criança não pode ser desviada para esse tipo de situação.

Então, o Paulo Paim, nosso Senador aqui, está trazendo essa discussão aqui. Com certeza, sairá um relatório. Vamos procurar providências possíveis. Nós não vamos admitir esse tipo de tratamento.

Eu só queria saudar todos, pedir desculpas, porque tenho que ir ali aprovar a indicação do Embaixador da Espanha, ir à Comissão de Orçamento – olhem só a vida de um Senador aqui, só para vocês compreenderem: neste mesmo horário, há a Comissão do orçamento de 2016, reunião para aprovar o Embaixador da Espanha e a CPI do futebol, das quais faço parte e, aqui, esta Comissão. Eu gostaria de ficar, mas eu não tenho condições de ficar. Por isso vou aos outros compromissos, mas deixando aqui a nossa satisfação de estar debatendo esse assunto e apoiando vocês.

Muito obrigado, pessoal. Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus amigos, está chegando uma informação aqui.

Mas, primeiro, cumprimento o Senador Hélio José, que faz essa bela saudação a todos nós. De fato, hoje, temos uma homenagem à Apae. Vocês todos conhecem a Apae, essa entidade que, no mundo todo, trabalha com as crianças excepcionais. É uma iniciativa também deste Senador. Eu não posso estar em dois lugares ao mesmo tempo. Então, já assumi um compromisso com o Moacyr de que, na abertura dos trabalhos, eu irei até lá e volto para cá, para que continuemos os debates. Eu abro e, provavelmente, passarei lá a Presidência dos trabalhos para alguém que vocês conhecem, o Senador Romário, que é meu parceiro muito permanente nessa luta das pessoas com deficiência.

Por isso, quero também, agora, informar que ouvi aqui a conversa, Moacyr, que cerca de 40 companheiros de vocês estão lá fora ainda, barrados. Então, eu faço um apelo à Segurança. Embora as duas salas próximas estejam lotadas, fruto desse evento que vocês organizaram, liberem também esses 40, para que eles possam ficar na sala ao lado. São convidados que vieram do interior do País e também do exterior, e não vão voltar para o exterior ou mesmo para o interior do nosso País dizendo: "Fomos barrados no Senado da República". Então, fica aqui um apelo à Segurança para que assim proceda.

Passo, de imediato, a palavra ao Deputado Mendes Thame, que foi Deputado comigo durante longo período, homem da paz e daqueles que fazem o bem sem olhar a quem.

O SR. ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB - SP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. É um prazer estar aqui, em uma audiência convocada pelo ilustre Senador e colega.

Inicialmente, quero cumprimentar o Calasans, o Neto, o Calixto, todos os palestrantes e, de forma muito especial, o Paulo Paim por esta iniciativa.

Nós estamos constatando um grave problema, um problema de séria injustiça com relação aos trabalhadores dessa rede, com o risco de se estender para outras empresas e até de ser institucionalizada como uma lei no País. Nós devemos ter muita cautela. E não apenas isso. Eu queria dizer a V. Exª que, em conversa com o sindicato dos empregados de hotéis de São Paulo, nós temos aventado a hipótese de pedir o desarquivamento da CPI do Trabalho Escravo. Como há dificuldades em pedir, queremos fazer uma solicitação, com assinaturas de Deputados, ou de Deputados e Senadores, se for uma CPI mista, para instalar uma CPI sobre as condições de trabalho no setor de *fast-food*. (*Palmas.*)

Nós sabemos que deve haver um fato determinado, ou não conseguimos aprovar. Não queremos ser aqui camelôs de ilusões, criar uma expectativa que depois não se realiza. Por isso estamos aventando essa hipótese.

E queria dizer, Senador Paulo Paim, que podem contar com o meu apoio e com o apoio de outros Deputados que pensam da mesma forma. Estamos aqui para tentar impedir ou pelo menos prevenir a não ocorrência de injustiças e lesões aos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu queria deixar muito claro que quando expresso o meu ponto de vista vocês podem crer que não é de graça que eu uso a palavra. Eu até não sou de falar muito, mas numa audiência como esta eu me vejo na obrigação de falar, para dizer que vamos ficar aqui o tempo que for necessário, e todos os convidados vão usar a palavra para expressar seu ponto de vista.

Essa questão da CPI, Deputado Mendes Thame, já foi levantada. Eu quero jogar muito franco com vocês. Eu sei que nós aqui não fizemos jogo deste ou daquele segmento do empresariado. Se nós caminharmos para a CPI – V. Exª foi feliz quando fez a sua argumentação –, será para investigar a questão do trabalho escravo em todos os segmentos. Nós não vamos fazer uma CPI especificamente para uma empresa, Moacyr, mas para todos os setores que tenham trabalho escravo. E será chamada a empresa A, a empresa B, a empresa C, etc. Porque eu sei que sempre quem está no submundo diz: "Essa é uma briga de concorrente e, de repente, você está entrando nessa briga". Não é nada disso. Não quero saber se é concorrente ou não concorrente. Tem trabalho escravo, aqui vai levar chumbo, no bom sentido. (*Palmas.*)

Vai haver o bom debate, firme e duro. Seja que empresa for, seja multinacional, seja empresa nacional, seja quem for, o tratamento vai ser o mesmo para todos.

Eu tenho que ter cuidado com a palavra "chumbo". Chumbo, pessoal, é o bom debate. Eu tive que defender o Presidente da CUT, que disse, como força de expressão, que o movimento social brasileiro vai para as ruas, vai para a dinâmica, vai para o debate, e quase o colocaram na cadeia, alegando que ele disse que ia pegar em armas. Mas não foi essa a intenção. Eu conheço o Vagner. Ele usou uma força de expressão, que nós sindicalistas – eu sou sindicalista – usamos quando queremos dizer que vamos para a luta em defesa da democracia, mas sempre no campo da paz, da não violência, na força dos argumentos. Nisso é sempre bom o time do Quebra-Molas. Estão ali o Edson e o Quebra-Molas. Eu vi os dois ali. O Quebra-Molas disse que é meu filho. Meu filho coisa nenhuma! Não me arrume confusão. Quando eu chegar a casa vai ter confusão. O Quebra-Molas é um sindicalista, assim como o Edson, lá do Rio Grande do Sul. Estão aqui apoiando o movimento.

Senadora Regina, peço a V. Exª que aguarde um pouco mais, até porque na hora em que eu tiver de abrir a reunião V. Exª vai ter de assumir aqui. Depois trocamos. Se V. Exª tiver que ir lá, eu fico novamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso. Está bom.

Passo a palavra, agora, para o nosso convidado, o Diretor Organizador da Service Employees International Union Washington DC EUA (SEIU), Sr. Scott Courtney. Se eu não pronunciei corretamente, o senhor pronuncie, para ficar nos *Anais*, mas o senhor já é nosso convidado. Diretor Scott, seja muito bem-vindo! Já conversei um pouco com o senhor e falei da importância da sua presença aqui nesta nossa audiência pública. (*Palmas.*)

O SR. SCOTT COURTNEY (*Tradução consecutiva*.) – Muito obrigado.

É Scott Courtney a pronúncia do meu nome.

Muito obrigado.

Bom dia aos Senadores e distintos visitantes!

Eu gostaria de aplaudi-lo, Senador, pela sua liderança em fazer esta oitiva hoje. É incrível ver tantos líderes eleitos, trabalhadores e companheiros de cinco continentes aqui juntos hoje, nesta sala. Então, muito obrigado.

Eu acho que é oportuno que esta audiência esteja acontecendo no Brasil hoje. O Brasil é um líder na economia mundial e, com o McDonald's utilizando o seu poder para diminuir padrões de trabalho em todo o mundo, é mais do que certo que essa empresa tenha que encarar julgamento em um país que se distingue por um governo e por um sistema jurídico em uma sociedade civil que coloca os trabalhadores em primeiro lugar.

Eu não consigo deixar de pensar que, há 40 anos, provavelmente não precisaríamos ter esta audiência. Até os anos 70, a América ainda era um local em que se podia contar com salário decente, saúde, férias, escola para os filhos e em que você teria dinheiro para se aposentar nos Estados Unidos. O sonho americano significava que você poderia ter uma vida melhor para você e para os seus filhos, mas, depois de quatro décadas de estratégias de desregulação, "destributação" e "dessindicalização" lideradas pelo mundo corporativo, a América hoje é um lugar muito diferente: 63 milhões de americanos ganham menos de US$15 por hora; 43% de todos os trabalhadores na América ganham menos de US$15 por hora; 100 milhões de americanos estão na miséria ou na beira da miséria, com pouca oportunidade de progresso ou de ter uma vida melhor para os seus filhos.

Isso não é por falta de dinheiro, ou por acidente. É resultado de escolhas e de prioridades de corporativistas e de corporações e formuladores de políticas. Uma em cada cinco crianças do nosso país hoje passa fome pelo menos uma vez por semana, mas quase 30% da nossa comida é desperdiçada – isso é uma escolha. Os bônus pagos aos executivos de Wall Street foram maiores do que todos os salários dos assalariados que recebem salários mínimos juntos – isso é uma escolha. Lucros corporativos formam a maior parte da economia, enquanto salários fazem a menor parte da economia em toda a nossa história – isso é uma escolha.

Aqui no Brasil, o Congresso está debatendo a terceirização, uma ferramenta que os Estados Unidos já usam para espremer lucros através da redução de salários e evitando responsabilidades. Essas práticas comerciais antitrabalhadores ameaçam a nós todos e nenhuma empresa é mais responsável por isso do que o McDonald's, que foi pioneiro e aperfeiçoou um tipo de capitalismo canibal que está trazendo essa corrida coletiva para o fundo do poço. É um modelo de negócios baseado na autofagia. Ao invés de alimentar e nutrir os trabalhadores com respeito, dignidade, pagamentos justos e oportunidades de progresso, se alimenta das pessoas, tratando trabalhadores como produtos utilizados e descartados. Ao invés de alimentar comunidades e a sociedade com bons empregos e pagando a sua cota justa de impostos, se alimenta das comunidades, forçando as pessoas a empregos que correspondem a becos sem saída e evitando impostos a serem pagos que são necessários para financiar a saúde e educação.

Esse capitalismo canibal é insustentável de uma perspectiva comercial e o mais importante é que é errado. E o que é pior sobre o McDonald's e o seu capitalismo canibal é o seu grande impacto na economia global.

Com 1,9 milhão de funcionários, o McDonald's é o segundo maior empregador privado do mundo. Com 34 mil franqueadas em mais de 190 países, é o maior produtor do mundo de carne bovina, frango, alface e tomate, e é o maior fornecedor de alimentos do mundo, alimentando 69 milhões de pessoas por dia.

A influência do McDonald's é enorme, mas, em vez de utilizar a sua escala global para apoiar bons trabalhos e melhorar os padrões, usa a sua enorme influência para fazer o oposto. O McDonald's pensa que pode entrar em qualquer país, ignorar as leis, explorar os trabalhadores e sair com os lucros. O seu modelo de negócios de capitalismo canibal importa para todos, porque ele machuca todos: trabalhadores, fornecedores, concorrentes, governos e consumidores.

Vamos falar um pouquinho da realidade dos trabalhadores americanos na indústria do *fast-food.* Há cozinheiros e caixas que caminham quilômetros por dia, porque não têm dinheiro para um ônibus. Famílias têm sido forçadas a vender sangue, porque não têm como se apoiar financeiramente de outra forma, embora trabalhem no McDonald's.

Não é possível sobreviver com o salário do McDonald's. E o McDonald's tem a audácia de dizer aos seus funcionários para arrumar outro emprego – além do seu no McDonald's –, usar subsídios do governo e cantar se estiverem estressados.

Quando o McDonald's paga aos seus cozinheiros e caixas o mínimo que pode, isso reduz o salário de todo o setor. Mas esse salário pequeno é só uma das formas como o modelo de negócio do McDonald's machuca os trabalhadores – roubo de salários, como chamamos. No mundo inteiro o McDonald's já foi culpado do que se chama "roubo de salários", de roubar da folha de pagamento dos seus próprios funcionários, por exemplo, tirando horas da sua folha de ponto, não pagando horas extras. É roubo de salário!

Os trabalhadores do Brasil processaram o McDonald's este ano, detalhando décadas de violações trabalhistas em todos os Estados brasileiros. Esse roubo de salários também foi documentado no Japão e na Rússia, entre outros países.

O roubo de salários pelo McDonald's é um frenesi criminal global do McDonald's. Em sua busca sedenta por maximizar lucros, o McDonald's sacrifica a segurança dos trabalhadores.

Existe um computador central que dita o nível de *staff* necessário e a velocidade do trabalho, criando um ambiente de trabalho extremamente inseguro, em que os trabalhadores têm que ter enormes metas de produção e de velocidade, embora tenham que trabalhar com óleo escaldante e chapas quentes.

Oitenta por cento dos trabalhadores na indústria do *fast-food* nos Estados Unidos já se queimaram no trabalho. Muitos funcionários do McDonald's já falaram que seus gerentes mandaram colocar mostarda em queimaduras, ao invés de tratá-las.

O McDonald's foi multado no Brasil por condições inseguras de trabalho e, em abril, durante uma audiência no Paraná, o McDonald's admitiu que utilizava trabalhadores menores para tarefas perigosas. O juiz parou a audiência e foi para um McDonald's ver o que estava acontecendo. E viu meninos de 14 e 15 anos com queimaduras de trabalho, porque não tinham os equipamentos de proteção individual legalmente exigidos.

O McDonald's explora os jovens, os imigrantes e os vulneráveis, quando os utiliza nas suas lojas.

A Corte Trabalhista de Curitiba acabou de emitir uma sentença de escopo nacional, proibindo o McDonald's de empregar menores em trabalho perigoso.

Um estudo que examina o não pagamento sistêmico de salários a trabalhadoras grávidas pelo McDonald's descobriu que mulheres eram forçadas a se demitir antes que tivessem seus filhos, para que a empresa não precisasse pagar benefícios para mulheres com filhos.

Nos Estados Unidos, os trabalhadores do McDonald's entraram com um processo de direitos civis na esfera federal depois que disseram para eles que há gente negra demais trabalhando na loja, em uma loja específica do McDonald's. Os gerentes de mais alto nível do McDonald's disseram para os seus trabalhadores que eles eram escuros demais em um restaurante e os mandaram sair da loja. Diversos trabalhadores contataram o McDonald's para reportar essa discriminação, mas a empresa não fez nada e continua a não fazer nada, depois que um jornal local reportou as mesmas denúncias.

As práticas de turnos do McDonald's requerem que os trabalhadores tolerem horas imprevisíveis e pagamentos inconsistentes. A maioria dos funcionários são limitados a trabalho parcial ou trabalho temporário ou contratos sem horários definidos ou contratos de zero hora que não têm turnos definidos. Esses contratos de zero hora são uma epidemia global e o McDonald's é o paciente zero. Ele trouxe essa epidemia para os Estados Unidos, para a Nova Zelândia, para o Reino Unido e outros lugares.

Quando os trabalhadores se organizam para enfrentar o McDonald's por melhores condições de vida e de sindicalização, o McDonald's ilegalmente silencia e intimida seus empregados, em clara violação das leis trabalhistas. Em países com condições de trabalho variadas, como o Brasil, Estados Unidos, Irlanda e Coreia do

Sul, os trabalhadores do McDonald's foram repetidamente desencorajados a formar sindicatos. E esses trabalhadores acabam enfrentando o mesmo tipo de retaliação.

A Comissão Federal de Comércio foi instada a agir em cima desse tipo de violação. Como o maior comprador de carne bovina, frango, tomate e alface, o McDonald's tinha enorme poder sobre seus fornecedores e, em sua busca por diminuir custos, o McDonald's usa esse poder para diminuir os padrões de trabalho em toda a sua cadeia de fornecimento. Isso é uma clara violação ao Código de Conduta Global que o McDonald's tem para o tratamento de fornecedores, o que não é surpreendente, já que o McDonald's nem tem um código de conduta para o tratamento da sua própria força de trabalho.

O McDonald's torna a competição justa algo quase impossível através de um esforço sistemático, implacável. Para alterar o sistema e manipular as leis, o McDonald's faz o que se chama de *dumping* social, para dominar ou até eliminar a competição ou a concorrência. Se eu ou você quiséssemos abrir um restaurante que vende hambúrguer e trata trabalhadores decentemente, simplesmente não conseguiríamos, porque o McDonald's está diminuindo os padrões de forma tão ruim que, se você quisesse criar um sistema de modelo de negócio sustentável, você iria à falência.

O aluguel de franquiados, por exemplo, constitui dois terços das receitas do McDonald's das suas operações de franquia. Eles fazem por volta de US$4,4 bilhões por ano com lucros anuais só de aluguel cobrado de suas franquias; 50% mais do que faz com a venda de hambúrguer e batata frita. O McDonald's tem uma taxa de lucro global de 72% do aluguel pago por franquiadas. Isso porque os franquiados da empresa pagam mais aluguel como percentagem de venda do que os franqueados de qualquer outra cadeia de *fast-food*. Em diversos países europeus, lojas franqueadas pagam alugueis muito mais caro do que as próprias lojas da rede do McDonald's. O McDonald's cobra das franqueadas 20% das vendas a título de aluguel enquanto outras lojas cobram 4%. Na Espanha, é 17% o McDonald's, 3% o resto do mercado.

O modelo de negócios do McDonald's também machuca governos. As estratégias de sonegação de imposto da empresa custam aos contribuintes bilhões de dólares todo ano. Rouba dos governos os recursos necessários para a educação, saúde, infraestrutura.

Na última década, o McDonald's explorou brechas no sistema de imposto corporativo para evitar pagar impostos nos Estados Unidos ao equivalente a R$53 trilhões em receitas obtidas no exterior. Sonegou até R$5,3 trilhões em impostos. O McDonald's faz isso operando com sua extensa rede de subsidiárias escondidas em paraísos fiscais, cuja maioria não revela seus relatórios financeiros anuais. Enquanto o McDonald's reportou apenas 11 subsidiárias em paraísos fiscais em 2014, os registros mostram que ele opera 42.

Na Europa, o McDonald's deliberadamente evitou o pagamento de €1,2 bilhão ou R$3,6 bilhões em impostos corporativos e tem feito a mesma coisa no Brasil. Na última semana, nós pedimos uma investigação no Tribunal Superior do Trabalho sobre o assunto. Pelo menos seis países investigam o assunto. A União Europeia também já está analisando os arranjos fiscais do McDonald's.

Essa corrida ao fundo do poço do McDonald's também machuca os consumidores. Na China, uma investigação secreta acusou a companhia, em julho passado, de usar um fornecedor que utilizava carne vencida. Essa carne estragada foi para toda a China, Hong Kong e Japão, de acordo com a CNN, que mencionou que o impacto negativo das vendas devido à confiança do consumidor é enorme. Isso mostra o que a empresa realmente é. Eles colocam a saúde dos próprios clientes em risco e tudo com o que se importam são suas vendas e sua imagem.

A SEIU e os nossos parceiros globais, eu diria em conclusão, têm uma diferença fundamental do McDonald's. Nós achamos que os trabalhadores criam crescimento econômico, criam valor para as empresas e criam empregos pelo trabalho que fazem e o dinheiro que gastam. Nós achamos que os trabalhadores devem ser bem pagos por seu trabalho duro, e o segundo maior empregador do mundo tem uma responsabilidade muito maior do que todos os outros em relação a isso.

Eles recebem enormes benefícios por serem o maior *player* da indústria, mais lucros, mais vantagens, tratamento especial. Mas esses privilégios vêm com responsabilidades. Responsabilidades com seus trabalhadores, com os países onde eles lucram e com a sociedade. Responsabilizar o McDonald's é o nosso momento controlador de tráfego aéreo, é o nosso momento de acabar com esse enorme declínio da qualidade de vida dos trabalhadores, que acelerou quando o Presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, demitiu 11 mil controladores de tráfego aéreo nos Estados Unidos, diminuindo o poder dos trabalhadores por décadas, só com aquele ato.

É assim que podemos reverter o capitalismo canibal antitrabalhador e sua resposta global. É por isso que pedimos que o Governo brasileiro lidere. O Brasil tem líderes, como o senhor, Senador Paim, tem um Governo, um sistema jurídico e uma sociedade civil que colocam os trabalhadores em primeiro lugar. O Brasil pode ser

um líder e pode responsabilizar o McDonald's com uma posição de liderança no mundo. Os Estados Unidos e a Europa estão prontos para agir, mas precisam que vocês liderem.

Este é um momento crítico para o McDonald's. Com o novo CEO, vendas caindo, modelo de negócio sendo questionado no mundo inteiro e trabalhadores exigindo mais sempre, o McDonald's tem que ouvir o Brasil e fazer uma escolha sobre o seu futuro. Se agir, outros países e governos seguirão para acabar com o capitalismo canibal do McDonald's e acabar com essa corrida global para o fundo do poço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos pela fala, uma fala firme, não foi desrespeitosa, mas foi muito firme e contundente, trazendo alguns dados que, de fato, preocupam a todos nós. Essa é uma responsabilidade que nós temos que assumir de forma conjunta, e assim o faremos.

Inclusive, fiquei perplexo com a acusação que – até o momento não havia chegado a mim – de ato de racismo, inclusive, no espaço das lojas, o que me preocupou muito. Esse dado é algo que, aqui no Brasil, é crime que não prescreve. É cadeia e multa para quem comete ato de racismo. A lei é muito dura aqui no Brasil. Eu sempre digo que, se com a lei ainda existem alguns atos de preconceito e racismo, calculem sem a lei.

Podem contar conosco nessa cruzada, em nível nacional, contra o trabalho escravo e contra todo o tipo de intolerância, preconceito e racismo.

Meus cumprimentos pela sua fala.

Eu quero agora passar a palavra para Adriana Alvarez, membro do comitê organizador nacional da luta para que ultrapasse os US$15 de Chicago. (*Palmas.*)

A SRª ADRIANA ALVAREZ (*Tradução consecutiva.*) – Obrigada, Senador Paim, e todos os integrantes do Senado Federal.

Para mim é uma honra estar aqui na manhã de hoje vendo todo mundo de vários países. Há trabalhadores do McDonald's de 20 países representados aqui e isso é uma coisa forte e poderosa. Começamos com uma cidade. E hoje estamos em quantas? Centenas. E não falo só por mim, eu falo por centenas de milhares de pessoas que trabalham.

Eu, por exemplo, tenho um filho de três anos e ganho U$10,50 por hora, um pouco acima do salário mínimo. É muito difícil sustentar meu filho. A galerinha gosta de boneco, homem-aranha, e tal, e eu não gosto de dizer "não" para o meu filho. Então, geralmente eu não o levo às compras, porque é muito difícil para mim dizer "não" e "a mamãe não tem dinheiro".

Eu trabalho nessa empresa multibilionária e eu não consigo pagar muita coisa, os custos do dia a dia, aluguel, creche e tal. Eu realmente me sinto injustiçada. Eu trabalho há cinco anos na mesma loja e não consigo ganhar o suficiente.

O novo Governador de Illinois, por exemplo, está retirando os subsídios às creches no meu Estado. É tão injusto! Porque eu tenho que pagar muito mais caro para o meu filhinho ter uma creche. É tão injusto! Eu moro num subsolo. Essa terça-feira choveu e entrou água na minha casa. Eu não sei como está. Como é que eu vou lidar com isso?

Não é justo que essa empresa... Eles fazem a gente trabalhar com o ponto já batido, por exemplo. Depois que o seu turno termina, você bate o ponto e, depois, tem que contar todo o dinheiro do caixa. Então, são 15, 20 minutos que são roubados do meu turno todo dia. Só quero saber o porquê disso.

Além disso, o McDonald's é o segundo maior empregador do mundo. Todos vão seguir a liderança deles. Todo mundo quer ganhar dinheiro, então, vamos imitar o McDonald's, vamos achatar os salários, esse é o jeito de ganhar dinheiro.

O novo diretor-presidente renovou o cardápio, mas, em nenhum momento, deu uma palavra sobre os trabalhadores. E nós? Estamos lutando no dia a dia, os trabalhadores do McDonald's sofrem no dia a dia porque vão para casa pensando: não vou ter grana para comprar roupa para o meu filho. Como é possível? A gente trabalha quase 40 horas por semana e eles garantem que a gente nunca ganhe hora extra, a gente nunca passa de 40 horas. Eles nos intimidam dizendo: "Vou tirar seus turnos, ou vou te demitir". E digo: pode me mandar embora, vamos estar juntos, temos famílias, famílias que vão nos apoiar mutuamente. (*Palmas.*)

Muito obrigada.

O SEIU, o sindicato internacional dos trabalhadores tem nos apoiado muito. Estamos sendo vítimas de muita retaliação. Mantemo-nos unidos, mas precisamos de mais proteção. Por exemplo, a gente não tem licença médica remunerada. Se a gente chega para trabalhar tossindo, eles não estão nem aí, mandam a gente trabalhar. Se o meu filho fica doente, e criança fica doente, não posso levá-lo para a creche, porque ele vai contaminar as outras crianças. Então, tenho que ficar em casa. Está aí um dia em que não ganho nada. Como é que faço? Para quem eu o mando? Não há mais ninguém para vigiar meu filho. É tão frustrante para mim!

Quero entender como é que os gestores do McDonald's pensam essa questão. Eles dizem que o McDonald's é um emprego para o pessoal adolescente, que quer ganhar um dinheirinho, ou que está na escola, ou

na graduação, e não é verdade. Há muita gente que tenta sustentar uma família. Então, não vou descansar enquanto não tivermos US$15,00 por hora e um sindicato para nos representar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Falou pela luta para além dos US$15,00 de Chicago, EUA. Meus cumprimentos pela sua fala. A emoção que você passou aqui mostra a situação em que se encontram os trabalhadores. Veja bem, estamos falando de Chicago, então, a preocupação nossa aumenta a cada depoimento, trabalho escravo. O seu próprio choro aqui mostrou a situação tão delicada.

Estou recebendo, neste momento, depoimentos de que aqui, no Brasil, onde já retiramos do regime de escravidão 50 mil trabalhadores... Somos o último País do mundo a abolir a escravatura contra o povo negro. Assim mesmo, graças ao Ministério Público e ao Ministério do Trabalho, já retiramos do trabalho escravo 50 mil pessoas. O depoimento que estou ouvindo aqui é assustador. Como dizia o Moacyr: "Paim, tu tens que viajar mais pelo mundo, para ver que, infelizmente, o que existe é da maior gravidade".

Passamos a palavra, agora, para Francisco Calasans Lacerda, Presidente do Sinthoresp.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está com a palavra Francisco Calasans Lacerda, por dez minutos.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Senador Paim, demais membros da Mesa, bom dia a todos os companheiros presentes. Cumprimento de forma forte os companheiros de todos os países que estão aqui nessa luta.

Eu estava pensando em fazer uma homenagem aos meus companheiros que são trabalhadores de todos os países e que estão aqui presentes, até para descontrair um pouco as emoções que já fluíram aqui. E relembro versos de um poeta nosso. Eu gostaria que os demais países soubessem da existência desses versos de Olavo Bilac, que dizem o seguinte:

Não nasce a planta perfeita, não nasce o fruto maduro. Para se ter a colheita, é preciso semear. Tal qual a chuva caída fecunda a terra no estio para fecundar a vida, o trabalho se inventou. É feliz quem pode, orgulhoso, dizer: eu nunca fui vadio, e, se hoje sou venturoso, devo ao trabalho o que sou.

Eu não esperava que fosse ficar emocionado, mas fiquei, e peço desculpas.

Quero dizer que os oradores que me antecederam disseram a verdade. Então, eu não preciso retomar o que eles falaram. Corroboro o que foi dito e louvo todos os que me antecederam, o Patah, o Moacyr, o Scott, a nossa companheira que acaba de ficar emocionada.

Quando o McDonald's chegou – eu estou falando bem compassado para colaborar com o tradutor – ao Brasil, no final da década de 80, e eu tomei conhecimento da proposta que ele tinha, eu achei muito bonito, poético, até, romântico, uma coisa louvável, democrática, uma contribuição bonita para o País. E se propunha a quê? A propiciar ao jovem, na idade do primeiro emprego, ter a possibilidade de estudar e ajudar os seus familiares a pagar o estudo, tendo um horário que permitisse estudar bem. Isso é muito bonito.

Acontece que, quando começou a funcionar no País, logo no começo da década de 90, nós começamos, no sindicato, o Sinthoresp, em São Paulo, a receber os companheiros jovens reclamando de maus-tratos, de transportar pesos excessivos, queixando-se de dores na coluna, de alimentação inadequada diária – hambúrguer todos os dias –, de gastrite, queimaduras, enfim, de assédio moral, assédio sexual.

Então, aquilo me deixou decepcionado, porque, afinal, era tão bonita aquela proposta, e, de repente, muda tudo. E aí aparece essa jornada móvel, variável. Na nossa legislação, o art. 4º da CLT diz que o trabalhador, enquanto aguarda a ordem para entrar em serviço, está à disposição da empresa e deve ser remunerado, isso é o art. 4º. O art. 9º da CLT diz que qualquer tentativa de desvirtuamento, fraude aos preceitos da Consolidação das Leis do Trabalho, é nulo de pleno direito.

Mesmo assim, o McDonald's não conseguia implantar isso dialogando com o Sinthoresp, pois nós não permitíamos essa maluquice. Sim, recebíamos os trabalhadores também no final do mês, ganhando cento e poucos reais.

O máximo que se via eram R$300, que é um quarto do salário que ele deveria receber, o salário da categoria profissional.

Então, todos esses desvirtuamentos que andaram ocorrendo no McDonald's criaram um clima, digamos assim, de incompatibilidade entre eles e o Sinthoresp. A nossa grande mágoa... Até censuramos um pouco as instituições, não a ponto de admitir que o Poder Judiciário, por exemplo, seja subornado, porque nós somos adeptos do Estado democrático de direito e queremos o Brasil como um país democrático, e o Estado democrático de direito não permite a submissão do Poder Judiciário, de quaisquer dos Poderes da República, à força de um capital, por maior que seja.

Então, não queremos admitir isso, mas têm acontecido decisões que nos deixam perplexos. E começamos a interpretar, dizendo que houve induzimento ao erro, etc., mas isso tem acontecido. Por exemplo, o Ministério

do Trabalho tem uma posição que é corroborada, que é confirmada pelo Supremo Tribunal Federal, através da Súmula nº 677, se não me engano, que diz que cabe ao Ministério do Trabalho cuidar da unicidade sindical.

Então, o Ministério do Trabalho tem uma nota técnica que diz que a categoria profissional de empregados de hotéis, restaurantes, bares e similares é uma categoria una.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Calasans, o senhor me permite um pequeno aparte?

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Pois não, Senador. Estou saindo da pauta?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não, não.

Como eu tenho que abrir a sessão no plenário do Senado – já estão lá todos os convidados, em torno de 300 pessoas, das APAEs –, vou convidar a Senadora Regina Sousa, nossa eterna Presidenta. Toda vez que eu tenho um compromisso, ela está sempre de prontidão, pronta a assumir aqui a liderança. (*Palmas.*)

Chamo Senadora Regina Sousa, Senadora do Piauí, para que assuma aqui. E eu me comprometo com vocês de que eu vou lá, vou abrir a sessão, monto a Mesa, faço a minha saudação e retorno para a nossa audiência pública. Estou liberado por uns 20 minutos? (*Pausa.*)

Então, até pouco mais, voltarei. E, como diz um gaúcho: "Eu voltarei!" (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Bom dia a todos e a todas!

Pode prosseguir, Sr. Calasans. Pode continuar a sua fala. E descontam-se os tempos. Não sei se pararam o relógio. Se não tiverem parado, dê-se o desconto do tempo dele.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Pois não, obrigado.

Eu estava dizendo que o Ministério do Trabalho tem uma nota técnica que diz que a categoria de hotéis, restaurantes, bares e similares é composta dos hotéis e seus similares, pensões, motéis, restaurantes e seus similares, lanchonetes, bares, etc. E o segmento *fast-food*...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – ... não constitui uma categoria. É mero segmento da categoria de hotéis, restaurantes, bares e similares. Portanto – até é princípio geral de Direito –, o acessório segue o principal. Só pode haver sindicato, que é o acessório, se houver a categoria o profissional, e não há.

E, mesmo assim – é aí faço esta observação que lamento profundamente ter que fazê-la –, apesar de tudo, o McDonald's conseguiu estimular a criação de um sindicato de trabalhadores para ser manobrado por ela, para esse sindicato concordar, então, com aquilo que nós não poderíamos concordar, com aquilo que afronta a nossa legislação.

Então, a partir daí, ela gerou um grande prejuízo, porque, pagando salário menor, ela gerou um grande prejuízo para os trabalhadores, e nós estamos com uma ação, que ganhamos na primeira instância, que é uma ação que pode chegar a mais de R$100 milhões; ou seja, quanto usurparam dos trabalhadores?!

E essa decisão foi muito bem fundamentada, de um juiz muito estudioso, professor da USP, Dr. Homero Batista. Estudou bem, é um juiz muito sério e fez uma fundamentação em que não considera válido esse sindicato que foi criado. Em função disso, ele reconheceu o direito dos trabalhadores.

Então, nós tivemos em segunda instância uma decisão que, para negar os direitos dos trabalhadores, e isso nos causa espécie, porque nós sabemos...

(Soa a campainha.)

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Já terminou o meu tempo? Nossa, eu estava tão empolgado. Vou encerrar.

Então, nós sabemos que a natureza do Direito do Trabalho, da Justiça do Trabalho, é protecionista do obreiro, e aí houve uma inversão: reconheceram que o sindicato existe para negar aos trabalhadores tudo aquilo que a gente reclamava.

E o elenco é este aqui: jornada variável, remuneração... Enfim, tudo o que há, que, aliás, já foi até mencionado pelo meu Presidente Moacyr. E essas coisas que acontecem aqui acontecem no mundo inteiro.

Então, é aquele capitalismo canibal de que o. Scott falou.

Eu agradeço, então, a oportunidade de falar aqui e espero que essa luta nossa continue forte, unidos, porque, de fato, nós precisamos, como disse o Presidente Moacyr, estar globalizados nessa força, nessa união, de que nós precisamos tanto para vencer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigado, Sr. Francisco Calasans.

Ouvimos até agora o lado dos trabalhadores. Agora, vamos para o lado da lei, da fiscalização. Vamos ouvir o Dr. Leonardo Osorio Mendonça, que é Procurador do Ministério Público do Trabalho.

O SR. LEONARDO OSORIO MENDONÇA – Gostaria, primeiro, de saudar a Senadora Regina Sousa, em nome de quem eu saúdo todos os Parlamentares e demais Senadores e Deputados aqui presentes, que já passaram nesta reunião, e os que estão ouvindo em outro ambiente.

Gostaria também de saudar o Moacyr, em nome de quem saúdo todos os brasileiros e brasileiras aqui presentes, vinculados ao movimento sindical brasileiro.

Gostaria de saudar também os representantes da Nova Zelândia e, por um motivo especial. Eu vou falar no final, e vocês vão entender o porquê dessa saudação especial aos representantes da Nova Zelândia, em nome de quem eu gostaria de saudar todos aqueles que vieram de tão longe, ou de não tão longe assim, para participar deste evento.

E, por fim, para completar essa parte inicial de saudação, eu gostaria de saudar e registrar a presença da Drª Margaret Matos, que é autora da ação que já foi citada aqui do Ministério Público do Paraná, que trata da questão do trabalho dos adolescentes, do que eles fazem, da questão do desvio de função nas lojas da Arcos Dorados aqui em nosso País.

Bom, eu queria deixar claro que o Ministério Público do Trabalho não é contra ninguém. Ele não é inimigo de ninguém. O Ministério Público do Trabalho não é contra empresa, seja ela pequena, média ou grande. O Ministério Público do Trabalho não é contra empresa do ramo de hotelaria, do ramo de agropecuária, de nenhum tipo de ramo. Agora, o Ministério Público do Trabalho é contra aquela empresa, seja brasileira, multinacional, pequena, média ou grande, que desrespeite a legislação de nosso País.

O Ministério Público do Trabalho é contra as empresas que utilizam o trabalho infantil, que utilizam trabalho escravo, que fraudam a legislação trabalhista, e, independentemente do tamanho, da origem, do poder, do que quer que seja, nós vamos tentar fazer o nosso trabalho.

Como o Senador Paim colocou anteriormente, e foi colocado também por outros membros da Mesa, todos são bem-vindos ao nosso País. Nós somos um país acolhedor. O Brasil é um País que gosta de receber as pessoas, mas quem vier aqui tem que saber que tem de respeitar a legislação feita por esta Casa, pelos Estados brasileiros e pela Câmara dos Deputados, que representa o povo brasileiro, como eu disse, independentemente do seu porte.

Bom, como os senhores sabem, a maioria, pelo menos sabe, fui autor da ação civil pública que, pelo menos em tese, acabou com a jornada móvel variável no Brasil. Não foi a primeira ação civil pública protocolada pelo Ministério Público do Trabalho, tenho que adiantar. Não sou, digamos assim, aquele que entrou com a ação, mas ela foi feita por mais de 50 cabeças. Peguei modelo de colegas, procurei investigar o que o movimento sindical estava fazendo, tanto que, na própria ação, menciono a realização de audiências públicas anteriores sobre o tema, feitas aqui no Senado, na Câmara dos Deputados, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Nessa ação, Senadora, a empresa se comprometeu a acabar com a jornada móvel no Brasil, em todas as suas unidades, a partir do final do ano de 2013. Em relação à jornada móvel, e, aí, relatando um pouco da angústia que os senhores têm – isso foi relatado aqui por conta do peso da importância da empresa –, isso também me angustiou. Por quê? Porque não existe nada no Brasil que diga de forma direta que a jornada móvel variável é proibida.

Mas, para mim, é muito claro. Para quem opera o Direito, é muito claro. O Dr. Calasans citou alguns artigos que fariam com que a jornada móvel variável não pudesse ser utilizada no Brasil. Temos, no nosso Brasil, felizmente, um princípio que é vetor de tudo aquilo que qualquer operador de Direito e qualquer pessoa deva pautar o seu dia a dia, que é o princípio da dignidade da pessoa humana. E uma jornada móvel variável, a meu ver, viola o princípio da dignidade da pessoa humana e viola outro princípio previsto na nossa Constituição, que é o da valorização social do trabalho.

E eu tinha um medo muito grande. Por quê? Porque a ação foi muito divulgada. E até brinquei que, do meu lado, do Ministério Público do Trabalho, eu poderia "contratar", entre aspas, como contratei, o Procurador-Geral do Trabalho, qualquer procurador do trabalho, e temos colegas muito mais bem capacitados do que eu. Mas a empresa teria potencial para contratar os melhores advogados do Brasil, como já havia feito. Tinha dois pareceres de dois dos maiores juristas brasileiros do Direito do Trabalho brasileiro, dizendo que a jornada móvel variável poderia ser utilizada em nosso País.

E eu tinha muito medo de que, com a repercussão dessa ação, um resultado negativo fizesse com que não só a Arcos Dorados e outras franquias da McDonald's utilizassem a jornada móvel, mas outras empresas também, aí sob a chancela do Judiciário – estou falando no caso de uma improcedência –, passassem a utilizar esse modelo que, para mim, é perverso, é indigno e deve ser extirpado não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Felizmente, acho que tudo correu bem, e a empresa, em que pese não reconhecer a jornada móvel variável, até por questões de que a mantém, senão em todos os países, mas na maior parte dos países em que

opera, reconheceu em acabar com essa jornada móvel variável no Brasil, sob pena de pagamento de uma multa de R$2 mil por mês por cada trabalhador encontrado em situação irregular.

No entanto, esse acordo não prevê só isso, Senadora, mas também outras situações em que a empresa desrespeitava a lei, como, por exemplo, não conceder o intervalo intrajornada de, pelo menos, uma hora. Vi casos de um trabalhador que, num dia, tinha dez minutos de descanso e, no outro, tinha três horas. Os senhores sabem por que isso funcionava. Eu até disse para o juiz na petição inicial que não era difícil imaginar, que não precisava ser mágico para imaginar que, um dia, o balcão estava cheio na hora do almoço e, no outro dia, o balcão estava vazio.

A empresa se comprometeu a respeitar o limite máximo de uma jornada de trabalho no Brasil. A CLT, já há bastante tempo, determina que o máximo de horas extras que podem ser feitas no nosso País, é de duas horas por dia. E por quê? Porque o trabalhador, ao contrário das máquinas, dos computadores, dos microfones, não somos máquinas: cansamo-nos, fatigamo-nos, precisamos de descanso.

A empresa também se comprometeu a, por exemplo, conceder o intervalo intrajornada no meio da jornada de trabalho. E, aí, lógico, podemos usar o bom-senso e estipular que, se a pessoa tem uma jornada de oito horas, pode parar depois de três e até a quinta hora. Acho que estaria dentro do bom-senso, mas não pode mais acontecer, pelo menos em tese, aquilo que acontecia antes: de o empregado chegar para trabalhar, e um, dois, três, dez minutos, cinco horas depois, ter que parar para descansar. Não era a fadiga do funcionário que determinava o período de descanso do funcionário, mas o movimento do balcão da empresa.

E, no nosso Direito, também existe um princípio que, como o lucro é da empresa, o risco do negócio também é da empresa. Ela que se adeque à realidade. O cliente que espere um pouco mais, caso não haja funcionário; ela que contrate mais, caso precise de mais funcionários. E isso me angustiava bastante. Eu tinha muito medo de perder, como disse ontem.

E, hoje, eu coloco para vocês, eu não estou me sentindo pressionado diretamente por ninguém, mas, ao mesmo tempo, eu me sinto. Eu me sinto pressionado, porque eu tenho um compromisso de que esse acordo, mais do que ninguém... Eu posso falar sinceramente que várias pessoas aqui podem ter a mesma intenção que eu tenho, de quererem que esse compromisso seja respeitado com a mesma intensidade, mas mais é difícil. (*Palmas.*)

Ontem, eu ouvi uma fala de um trabalhador, que eu acho até que vai ser chamado aqui também para participar do segundo momento, o Octaciano, o que me angustiou bastante. Não estou dizendo que o senhor esteja errado, mas o senhor colocou que não queria que seu filho trabalhasse na empresa. Eu acho que, se o senhor, como trabalhador, coloca isso – o senhor sabe o que quer, ou não, para o seu filho –, nós, como instituições, como poder, estamos falhando.

A gente sabe que a palavra trabalho vem de um instrumento de tortura chamado *tripalium*. A gente sabe que o trabalho, é lógico, é necessário, que todos devemos ter, mas nós não podemos ter locais de trabalho, inclusive no Brasil, que tem uma legislação trabalhista forte, tem uma legislação trabalhista que deve ser respeitada, nós não podemos ter locais de trabalho onde as pessoas vão trabalhar sem um sorriso no rosto. Nós devemos lutar para ter locais de trabalho onde as pessoas digam... É lógico que todo mundo deve ter orgulho daquilo que faz; evidentemente, toda profissão é digna, toda profissão é bem vista, toda profissão é importante para a sociedade. Mas nós não podemos aceitar profissões em que as pessoas vão trabalhar simplesmente porque todos nós temos que comer. Nós temos que lutar por empregos dignos, nós temos que lutar por empregos decentes, nós temos que lutar pela felicidade de todos. Aquele que não é feliz no emprego não vai ser feliz na vida. Ele vai ter maior dificuldade de ser feliz na vida por razões óbvias; por razões óbvias.

Do mesmo jeito que nós não somos só um crachá, nós não somos só trabalhadores, nós também somos trabalhadores; nós temos que buscar a felicidade plena.

Então, quando o senhor me colocou aquilo, sem querer, pode ter certeza de que o senhor colocou uma faca no meu pescoço. E eu até agradeço; eu sei, eu já senti essa faca no pescoço, porque é importante que esse acordo seja cumprido.

O próprio Ministério Público do Trabalho fez, não vou dizer uma propaganda, mas divulgou bastante aquilo que ele fez e tem a obrigação de mostrar um resultado para a sociedade, porque um papel que diz que a empresa não pode mais cumprir a jornada móvel variável sob pena de pagamento de multa, ele não diz nada. O que vai me dizer é se a empresa realmente está cumprindo.

E eu garanto aos senhores que eu não tenho a mínima intenção de executar essa empresa daqui a um, dois, três anos, quando quer que seja, em R$100 milhões. Quem vai me dizer se o Ministério Público vai executar essa empresa, ou não, não sou eu; é a empresa. O acordo é muito claro, o acordo é direto. Então, se a empresa quiser ser multada, paciência.

E aí eu lembro, Senadora, que a multa é de R$2 mil por irregularidade. Não é que, se a empresa violou os dez itens, ela vá pagar R$2 mil por trabalhador. Se ela violou os dez itens, dez vezes R$2 mil, dá R$20 mil, o que faz com que hoje o custo em potencial do trabalhador da empresa no Brasil – infelizmente, por lei, essa multa não vai para o trabalhador, porque, se fosse, ficaria muito mais fácil até de fiscalizar; seria interessante isso, porque não se quer que a legislação seja cumprida – Isso faz com que o custo em potencial do trabalhador seja maior, inclusive, do que os US$15 que se buscam lá fora...

Apesar de, no nosso País, o salário, infelizmente, ser bastante baixo e infelizmente ainda – e aí eu faço uma crítica construtiva... Mas, hoje, por exemplo, o Tribunal Superior do Trabalho tem o entendimento de que se pode pagar menos do que o mínimo se a pessoa trabalhar uma relação de horas inferior a 220 horas por mês. Só que o Tribunal Superior do Trabalho, com todo respeito, não enxerga que o salário mínimo está previsto na Constituição, que já não garante, mas que precisa garantir moradia, transporte, saúde, lazer, isso para ter o mínimo de dignidade possível.

Se você reconhecer que alguém pode receber menos do que o salário mínimo, o que você está dizendo para essa pessoa?

Abra mão de algo que é indispensável para a sua dignidade! E ninguém deveria abrir mão de algo indispensável para a sua dignidade. (*Palmas.*)

Eu lembro que, quando eu estava preparando a ação, ela começou com uma denúncia de três itens, e dois sequer foram provados, que era a ausência de carteira e a não concessão de férias. Pode até ter havido, mas eu não consegui provar. E transformou-se numa ação de 15, 16 pedidos.

E eu lembro que, em determinado momento, eu disse: "Para! Chega! Eu não posso investigar mais alguma coisa, porque, se eu começar a investigar, eu não termino nunca!" Era a sensação que me dava: "Eu estou num buraco sem fim, infelizmente, mas eu tenho que parar."

Eu precisava parar, porque eu precisava botar no papel aquilo que eu estava pensando. Eu precisava resolver aquela situação. E que depois viessem outras! Por exemplo, a colega Margaret, com uma atuação brilhante, está discutindo outros assuntos. Mas eu precisava parar, por questão de saúde pessoal, questão própria, e eu não aguentava mais não colocar no papel, não colocar para o Poder Judiciário essa ação.

E é importante registrar que a juíza que recebeu o processo, a Drª Virgínia Lúcia de Sá Bahia, hoje aposentada, foi muito sensível. Ela concedeu a liminar; ela fez o trabalho que tinha de fazer, assim como eu acho que o fiz. Não fiz favor a ninguém, como também acho que ela não o fez.

Eu acho que ela fez o trabalho dela muito bem feito. Tanto isso é verdade que a ação foi protocolada... A gente escuta, no nosso País, que, por conta dos recursos judiciais, uma ação demora dez anos. Eu esperava que fosse demorar dez anos, mas 80% dela foram resolvidos em menos de um ano. E muito por conta, eu acredito, da própria ação, do próprio teor da sua ação inicial, da ação civil pública; muito por conta da pressão que foi feita por sindicatos, imprensa, pela própria sociedade. Mas também tenho que registrar aqui – não posso nunca esquecer a firmeza, a correção e a sensibilidade...

(Soa a campainha.)

O SR. LEONARDO OSORIO MENDONÇA – ... da Juíza Virgínia Lúcia de Sá Bahia.

Vou tentar ser rápido. Acho que, se desse, teria mais duas horas para falar, mas vou tentar ser rápido. (*Risos.*)

Temos muito o que fazer. Como eu disse antes, não interessa ter feito um acordo; interessa que ele seja cumprido.

Então, o Ministério Público do Trabalho... – e eu já conversei com o atual Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Camargo, cujo mandato acaba no sábado. E, hoje, eu recebi um WhatsApp aqui, dizendo que o Dr. Janot, Procurador-Geral da República indicou o Dr. Ronaldo Fleury como Procurador-Geral do Trabalho para os próximos dois anos.

Eu já conversei também com o Dr. Ronaldo Fleury. E acho que qualquer pessoa que fosse escolhida Procurador-Geral do Trabalho iria me dar o total apoio, porque o apoio não é para mim. O apoio é para o Ministério Público, o apoio é para a sociedade brasileira, o apoio é para as instituições brasileiras.

Então, nós vamos fazer uma força-tarefa de cinco membros. Já tenho quatro nomes, e eu não gostaria de adiantá-los, porque não fechei o grupo. Mas nós vamos fazer uma força-tarefa e vamos, sim, fiscalizar, de uma forma muito firme, esse acordo.

Isso, porque eu não consigo só fiscalizar. Eu estou tratando de uma empresa de 42 mil funcionários, e eu tenho outras coisas para fazer. Por mais que eu me dedicasse, se eu me tornasse um trabalhador escravo, trabalhando 24 horas por dia só nisso, eu ainda trabalharia com amostragem, e nós não podemos trabalhar com amostragem.

E coloco a importância muito grande dos sindicatos. Os sindicatos sabem do acordo; os sindicatos sabem aquilo que a empresa tem de cumprir. Então, os sindicatos têm que denunciar ao Ministério Público, ao procurador local; ao Ministério Público do Trabalho de Pernambuco – e o número do procedimento é o 1675/2012 –, para que possamos saber, por exemplo, onde ocorrem os maiores problemas e possamos cobrar da empresa o cumprimento daquilo a que ela se obrigou perante o Poder Judiciário brasileiro.

Dentro desse trabalho que iremos fazer, procuraremos o apoio de outros órgãos. Estou colocando a importância do trabalho das entidades sindicais.

(Soa a campainha.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI. *Fora do microfone*.) – Mais um minuto.

O SR. LEONARDO OSORIO MENDONÇA – Mais um. Sim.

Vamos procurar o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego e tentar conseguir, sim, que esse acordo seja, de fato, cumprido.

Eu lembro que, quando comecei a investigar o caso, primeiro disse: "Eu vou fazer o possível para acabar com essa jornada móvel em Pernambuco, em todas as unidades da empresa". Depois eu coloquei: "Eu vou fazer o possível para acabar com isso no Brasil". E eu vejo como a decisão foi correta.

E, para falar da Nova Zelândia – eu vou até pular aqui –, acredito que o fim da jornada móvel no Brasil, parece-me que em outros países também está acontecendo, pode ser o exemplo que o Brasil tem que dar ao mundo. Nós devemos deixar, como brasileiros, de ter alguns complexos. Nós podemos, sim, dar bons exemplos ao mundo, e um bom exemplo é a nossa legislação brasileira; um bom exemplo é o fim dessa jornada móvel; um bom exemplo – eu vou colocar, desculpem-me ser, digamos assim, orgulhoso – é o Ministério Público do Trabalho, que não há em quase nenhum país.

E eu lembro que, no ano passado, eu fui ao Congresso de Nova York e ouvi o representante da Nova Zelândia dizer o seguinte: "Como seria bom na Nova Zelândia, que é um país muito mais avançado que o nosso, ter diversos ministérios públicos com essa preocupação social".

Então, eu queria colocar essa mensagem e algo que eu não tinha pensado – só 30 segundos: ontem, eu recebi um *e-mail* de alguém – tudo o que aparece na mídia sobre McDonald's no Brasil eu recebo – dizendo que saiu na revista *Veja* que o McDonald's iria entregar aos Senadores um manual de boas condutas e daquilo que ele faz para os seus funcionários.

Eu perguntei ao Senador Paulo Paim e ele disse que não recebeu ainda, mas pode ter recebido no gabinete. Eu não vi esse manual, eu não li esse manual. Parece-me, pelo que saiu na imprensa, que é o manual que ela entrega aos seus funcionários. Eu não sei o que ele tem, mas acredito que o manual diga que a empresa tem condutas excelentes. Eu não acredito que ela entregaria aos Senadores dizendo que ela tem condutas ruins.

Então, eu coloco uma sugestão para os sindicalistas, para as pessoas: vamos ler o manual? Se a empresa diz – eu não sei, isso foi o que saiu na imprensa ontem –, perante os Senadores da República do Brasil, que adota aquele tipo de prática com seus funcionários, vamos cobrar!

Mais importante até – sem querer, lógico, desrespeitar este Senado – do que o compromisso que ela fez com os Senadores, é o compromisso com os seus 42 mil funcionários de que ela atua de determinada forma. Cabe aos órgãos de fiscalização, aos sindicatos, ao Ministério Público do Trabalho cobrar cada vez mais que ela atue de acordo com determinada forma.

Se ela diz que tem uma ouvidoria, por exemplo, ela se comprometeu perante os seus empregados – a lei não diz que tem ter ouvidoria. Mas se ela tem ouvidoria que não funciona... Caso tenha entregado aos Senadores, ela se comprometeu perante os Senadores da República. Ou seja, tornou-se lei.

Então, vamos pegar esse manual, vamos analisar esse manual e vamos simplesmente dizer para a empresa... Não estou dizendo que ela não cumpra, até porque, como disse, eu não li. Mas vamos, sim, todos juntos, fazer com que esse manual da empresa que, em tese, deve ser bom para os funcionários, seja respeitado, para poder garantir a todos eles uma melhor qualidade de vida.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Dr. Leonardo.

Nós vamos para a última fala desta Mesa, que é José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores. (*Palmas.*)

Dez minutos.

Essa campainha assusta. Quando eu cheguei aqui, ela também me assustava – depois a gente acostuma. Quando ela toca, significa que falta um minuto para concluir. Realmente o toque é assustador.

O SR. JOSÉ CALIXTO RAMOS – Realmente assusta.

Nobre Senadora Regina Sousa, Presidente desta audiência pública, autoridades que compõem esta Mesa, companheiras e companheiros dirigentes sindicais internacionais e brasileiros, companheiras e companheiros que compõem o Plenário, senhoras e senhores, recebam todos e todas os nossos mais respeitosos cumprimentos.

Os depoimentos trazidos pelos nossos visitantes nos encorajam e oxigenam a vontade de luta dos brasileiros, nesse aspecto que estamos discutindo aqui na reunião.

O companheiro Calasans, Presidente do Sinthoresp, no ano de 1995, já deu início, ou deu os primeiros passos, tentando defender com dignidade os direitos básicos dos trabalhadores dessa grande empresa multinacional – e até hoje vem lutando.

Essa luta tomou mais corpo com a entrada da sua própria confederação: a Confederação dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade e, posteriormente, da Nova Central Sindical, além de outras centrais que também entraram na mesma luta.

Quase tudo o que nós vamos falar, e rapidamente, poderá ser uma repetição de tudo o que já foi dito aqui, porque chegamos à conclusão de que as irregularidades cometidas aqui no nosso País são cometidas, às vezes, com mais intensidade, em todos os países do nosso universo.

Para detalhar, muito rapidamente, o comportamento dessa grande empresa e mostrar um pouco das suas violações trabalhistas, nós incluímos aqui tudo o que nos foi informado: pagamento de salários inferiores ao mínimo estabelecido por lei, horas extras não remuneradas, supressão dos intervalos para descanso, indícios de fraudes nos holerites e no registro de horas trabalhadas, ausência de horários regulares.

A empresa não apenas mascara a realidade dos trabalhadores, mas também faz com que executem funções para as quais não estão preparados ou preparadas. A empresa McDonald's impõe aos seus empregados o acúmulo de funções, quebrando o contrato de trabalho e prejudicando os direitos dos seus trabalhadores. Além disso, os funcionários ficam expostos a toda sorte de riscos pelo contato com agentes químicos, físicos e biológicos nocivos à saúde do ser humano e de qualquer trabalhador.

Por aí se vê que a empresa tem duas faces: uma face que ela mostra para o grande público, oferecendo o seu tipo de comida, aceita pela grande maioria da sociedade, especialmente os jovens, e a outra face escura que ela esconde, que é a face que representa os trabalhadores do outro lado do balcão.

Essas pequenas informações que nós trouxemos coincidem praticamente com todos os depoimentos que foram feitos aqui e no congresso realizado ontem aqui mesmo em Brasília.

Com a insistência das entidades sindicais que representam esses trabalhadores, com a devida vênia e com todo respeito, encontramos no Ministério Público do Trabalho um procurador que resolveu enfrentar com toda intensidade os absurdos cometidos por essas empresas: o nosso Procurador Leonardo, que está aqui e que vocês acabaram de ouvir.

Naturalmente ele tem muito mais coisas para explicar, porque, além de ser um técnico na legislação brasileira, ele é um dos fiscais da lei – porque o Ministério Público do Trabalho é, na verdade, o fiscal da lei.

Aqui não há tempo suficiente para tudo isso, mas foi possível ele acrescentar tecnicamente todas as dificuldades que encontrou, as irregularidades que foram observadas e a maneira como ele pôde agir no sentido de que essa empresa tenha a obrigação não de fazer favores aos seus trabalhadores, mas de cumprir, pelo menos basicamente, a legislação brasileira, que, nesse aspecto, talvez não seja tão diferente da legislação dos outros países.

Então, este momento, para nós, é de uma importância fundamental, e o oxigênio que vocês estão nos trazendo naturalmente nos encoraja, como falamos no início.

Vou fazer uma pequena lamentação, com a devida vênia da nossa Presidente, Senadora Regina: é pena que, em audiências dessa natureza, não tenhamos a participação de mais Senadores. Eles precisavam, para ter uma avaliação mais consistente, ouvir realmente todas as informações e até as lamentações, as emoções que muitas delas trouxeram, para que pudessem fazer uma avaliação perfeita e, depois, dar o seu apoio, o que é indispensável para esse grupo de trabalhadores que está sendo apenas massacrado.

Vejam bem que situação terrível nós encontramos ainda no cenário trabalhista mundial, digamos assim: uma face para o público, uma comida que quem frequenta mais acha saborosa e um massacre para aqueles que preparam essa comida saborosa; quer dizer, eles não respeitam os seus próprios colaboradores. Daí porque as entidades sindicais – e me parece agora mundialmente – estão imbuídas no propósito de levar essa questão até a hora em que nós possamos ter esses trabalhadores tratados em igualdade de condição com todas as demais empresas brasileiras e estrangeiras.

Nós agradecemos, Senadora, essa oportunidade, e vamos, naturalmente, continuar com a Nova Central Sindical de Trabalhadores à disposição dos companheiros trabalhadores da McDonald's.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Obrigada, Sr. José Calixto Ramos, Presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores.

Sem querer fazer defesa dos Senadores, porque realmente sei que poderia haver muitos mais aqui, mas esta Casa tem um hábito de fazer atividades simultâneas, e os Senadores pertencem a várias comissões. Então, vão a uma, passam um tempo por lá, vão a outra, mas nós poderíamos realmente ter muitos mais Senadores aqui para ouvir e, talvez, dar opiniões.

Vamos para a segunda Mesa. Não sei se há Deputados presentes. Como não há Parlamentar que poderia fazer intervenção – só eu vou fazer, antes de sair, quando Paim chegar; tenho de pegar um voo, pois vou participar das manifestações à tarde no meu Estado –, vou chamar a segunda Mesa.

Os senhores podem ocupar assento lá, e, em seguida, abre-se algum tempo que ainda reste para debate.

Pausa para foto. (*Pausa.*)

Vamos acomodar e lembrar que esta audiência tem mais duas salas lotadas de representantes dos trabalhadores aqui ao lado. A sala de audiência também está lotada. Vamos começar a compor a segunda Mesa. Desculpem a pronúncia, não sei se vou acertar. Acho que é Ian Francis Lees-Galloway, membro do Partido Trabalhista do Parlamento do da Nova Zelândia. Chamo a Srª Jutta Steinruck – não sei se a pronúncia é assim –, membro do Parlamento Europeu, do Comitê de Emprego e Assuntos Sociais. Sr. Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional do Comércio e Serviços e representante da Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

Chamar a Srª Margaret Matos de Carvalho, Procuradora Regional do Trabalho no Paraná. (*Palmas.*)

Octaciano Neto, trabalhador da McDonald's no Brasil. (*Palmas.*)

E Maximiliano Nagl Garcez, representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas (ALAL). (*Palmas.*)

Esse último que está escrito a mão é para chamar também? Há um escrito a mão. (*Pausa.*)

Há uma dúvida aqui porque o Paim escreveu a mão, e não sei se era só para citar, mas, quando chegar, ele dilui essa dúvida.

Então, vamos começar passando a palavra para o Sr. Ian, do Parlamento da Nova Zelândia, Partido Trabalhista, por dez minutos.

O SR. IAN LEES-GALLOWAY (*Tradução consecutiva.*) – Obrigado, Senadora, Senador Paim, e todos os membros do Senado Federal por convocar esta audiência hoje. É de enorme importância que essas questões sejam arejadas perante um público como este.

É muito interessante que o Senado Federal brasileiro tenha resolvido se pôr à frente dessas questões. Então, o McDonald´s e outras empresas como ele têm exportado práticas trabalhistas injustas exploratórias por todo o mundo, e nós testemunhamos isso também na Nova Zelândia. São praticamente duas práticas que são reconhecidas, que são os contratos de zero hora, isto é, você fica disponível para o empregador, mas não tem garantia nenhuma de quantas horas você vai trabalhar de uma semana para outra.

A outra é a influência indevida contra trabalhadores para evitar que eles se sindicalizem, para evitar que eles reclamem por seus direitos e botem a boca no trombone quando seus padrões trabalhistas mínimos sejam violados.

O McDonald´s diz que precisa de contratos de zero hora porque precisa de uma flexibilidade total. Como se uma empresa bilionária como o McDonald´s não tivesse capacitação, conhecimento para determinar qual o nível de pessoal que precisa em cada loja. Na verdade, os contratos de zero hora são para manter o controle; é uma questão de poder sobre o local de trabalho, uma maneira de poder controlar as pessoas e dizer: "Você andou fazendo intriga? Então, na semana que vem, você não vai trabalhar".

Então, os contratos de zero hora não têm nada a ver com flexibilidade, não têm nada a ver com o negócio poder responder à demanda. Na verdade, isso é uma questão de poder e de controle sobre os trabalhadores.

Temos a satisfação de dizer que tivemos algum êxito na Nova Zelândia nos últimos meses. Quando, há muitos anos, o Sindicato United começou a sindicalizar no setor de *fast-food*, havia as mesmas práticas das várias empresas, das várias lanchonetes de comida rápida: queriam sempre dessindicalizar, tirar o sindicato dos locais de trabalho, mas o sindicato sempre voltou, continuou sindicalizando, trabalhando com os trabalhadores. E, neste ano, por meio de negociação coletiva, o Sindicato United finalmente retirou os contratos de zero hora do McDonald´s e de várias outras redes de lanchonetes na Nova Zelândia. (*Palmas.*)

Conseguiram isso pela negociação coletiva; não foi uma mudança na lei, não foi alguma coisa que o governo fez; foi campanha e negociação coletiva, para garantir que todo neozelandês soubesse o que era um contrato de zero hora e o impacto dessas práticas exploratórias. Criaram uma coalizão não só de sindicatos, mas de outras entidades, para dizer ao McDonald´s que isso é irrazoável, é injusto e não pode ser tolerado. E praticamente todas as lanchonetes da Nova Zelândia perceberam que era intolerável continuar com contratos de

zero hora, porque os fregueses não iam mais aceitar isso. Isso foi um trabalho de divulgação que os sindicatos fizeram para mostrar à população qual era o real significado dos contratos de zero hora.

E, como sabemos, nem sempre é fácil para as pessoas se sindicalizarem. Nós temos sistemas e leis na Nova Zelândia que facilitam – porque em alguns outros países... – que os trabalhadores se sindicalizem. Porém, ainda assim é um desafio por causa da pressão que é posta nos trabalhadores pelos empregadores, pelos gerentes, para dissuadi-los de entrar no sindicato. Essa pressão é constante.

Infelizmente, embora na Nova Zelândia não se testemunhem algumas das ilegalidades que foram mencionadas aqui nesta manhã, nós temos consciência de que alguns dos franqueados ainda usam influência indevida sobre os trabalhadores para desencorajá-los de fazer parte de um movimento sindical que é o que vai melhorar os seus padrões, suas condições de trabalho e sua remuneração.

É preciso manter a luta, e nós, como legisladores, como Parlamentares, gostaríamos de fazer de tudo para apoiar os trabalhadores. E falo aqui como legislador e me dirijo a todos os outros legisladores na sala: os trabalhadores precisam a aprender com as empresas e começar a agir globalmente, conjuntamente com um propósito único pelo mundo afora. Nós, legisladores, precisamos fazer a mesma coisa: não a globalização que mine, que solape a nossa soberania nacional, mas a solidariedade dos trabalhadores pelo mundo afora. (*Palmas.*)

O SR. IAN LEES-GALLOWAY (*Tradução consecutiva.*) – Não podemos ser cúmplices dessa corrida rumo ao fundo do poço para ver qual o país tem a legislação trabalhista mais fraca. Precisamos nos levantar e dizer às empresas: "Não, nós não vamos permitir que você explore nossos trabalhadores, nossas leis. Se você vai trabalhar neste país, você vai ter que operar com justiça". E vamos trabalhar com todos os países que pudermos para garantirmos que isso aconteça. (*Palmas.*)

O SR. IAN LEES-GALLOWAY (*Tradução consecutiva.*) – É claro que precisamos ter padrões mínimos, leis sobre salário mínimo, para que as pessoas tenham acesso a um bom salário, condições de trabalho, para que os trabalhadores não sejam explorados. Mas, muito mais importante: precisamos apoiar os sindicatos a crescerem, sindicalizarem os trabalhadores e negociarem coletivamente em nome dos trabalhadores, para que os trabalhadores, eles próprios, conquistem as melhorias.

É assim que a gente efetua mudanças reais e duradouras na sociedade. Os governos vêm e vão, os legisladores e as ideias também vêm e vão. Mas, se tivermos ideias fortes, um movimento forte que garanta salários justos, condições justas, não importando quem esteja no governo, isso vai ser um legado mais permanente.

Então, trabalharmos juntos como parte de um movimento global dos direitos dos trabalhadores, apoiando os nossos sindicatos. Esse é o recado que eu trago da Nova Zelândia para vocês hoje e é um recado que esta audiência está dando alto e bom som.

Nós precisamos dizer que, quando houver violações das nossas leis, que os nossos governos vão se levantar, e vamos fazer com que essas empresas violadoras sejam responsabilizadas.

Nós, como legisladores, não podemos estar em todos os lugares todo o tempo; podemos, claro, ser os olhos e ouvidos dos trabalhadores para garantir que os padrões mínimos trabalhistas sejam respeitados. O McDonald´s testava os limites da lei na Nova Zelândia, mas não mais, porque eles já sabem que os sindicatos estão de olho. E o sindicato não é uma coisa distante, que fica lá na capital. O sindicato é o trabalhador, na linha de frente, agindo em solidariedade e denunciando todas as irregularidades.

Então, vamos trabalhar como um movimento global, apoiando os sindicatos. Não só um movimento dos trabalhadores, mas de todos os integrantes do movimento trabalhista, para garantir que tenhamos força para confrontar essa mentalidade corporativa global.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu queria registrar a presença do Deputado Carlos Zarattini, que poderá fazer intervenção quando quiser.

Quer fazer agora? (*Pausa.*)

Então, vamos ouvir o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Muito obrigado, Srª Presidente, Senadora Regina Sousa.

Quero cumprimentar todos os colegas Parlamentares de outros países que aqui vieram participar deste evento. Quero cumprimentar também todos os sindicalistas das centrais e dos sindicatos aqui presentes. E cumprimentar todos os trabalhadores que aqui vieram participar desta importante audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Nós gostaríamos de manifestar o nosso apoio e solidariedade a essa luta importante. Temos feito uma luta muito forte aqui no sentido de evitar que haja uma precarização na legislação do trabalho no Brasil. Os senhores todos sabem do projeto de lei que visa a abrir indiscriminadamente a terceirização no Brasil e a precarização das relações de trabalho.

Sem dúvida, o que se faz hoje no nosso País, nas redes de *fast-food* e, em especial no McDonald´s, são relações precárias de trabalho que prejudicam os nossos jovens e o nosso mercado de trabalho como um todo.

Nós estamos cerrando fileiras, o nosso Partido dos Trabalhadores é integralmente contra essa forma de precarização e vamos nos mobilizar, já estamos nos mobilizando, nessa luta, para que possamos dar dignidade ao trabalhador, dar condição de que o trabalhador tenha uma relação de trabalho justa, correta e respeitosa. Nós não podemos aceitar mais ainda a precarização do trabalho no nosso País. O nosso País é muito sofrido; foi o último a abolir a escravatura no mundo. Até recentemente, a nossa Constituição discriminava a empregada doméstica, que não tinha os mesmos direitos dos demais trabalhadores. Nós superamos isso com uma mudança na Constituição, com a regulamentação do trabalho da empregada doméstica. Mas muitos e muitos trabalhadores ainda vivem no Brasil trabalhando em regime precário e, muitas vezes, similar à escravidão.

Nós não podemos aceitar isso em pleno século XXI! Por isso a nossa disposição de luta e de apoio à luta de todos vocês.

Muito obrigado, Srª Presidente. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Muito obrigada, Deputado.

Eu vou fazer um pequeno comentário também porque o Senador Paulo Paim está voltando e eu tenho de embarcar para participar, hoje, do ato dos trabalhadores pela democracia no neste País.

Até o meu Estado são duas horas de voo... (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Eu tenho que estar lá. Então, vou fazer um pequeno comentário antes de chamar a próxima fala.

Primeiramente, quero dizer que fui sindicalista, venho do movimento sindical. Há 20 anos eu era Presidente da CUT no meu Estado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas me confesso surpresa de ouvir aqui não as mazelas da McDonald´s no Brasil, porque a gente conhece, mas não esperava que fosse tudo igual no mundo inteiro. Com sinceridade, eu não esperava.

Isso dá força para unir os trabalhadores no mundo inteiro também, e fica um movimento bem mais forte.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Mas, infelizmente, não é uma questão só da McDonald´s. No Brasil, há mazelas... Temos agora um ramo novo que se está espalhando muito no País, gerando muitos empregos, o que, em princípio, é bom, mas também com práticas muito ruins, que é o ramo do *call center*.

Chegam prometendo coisas maravilhosas e, depois, usam das práticas mais nefastas com os trabalhadores. Quando as empresas se instalam num país, sejam nacionais ou estrangeiras, elas procuram gestores. O prefeito e o governador geralmente fazem festa e solenidade para dizer que estão trazendo a empresa para aquele lugar e que isso vai gerar tantos empregos. Vendem uma imagem muito boa. Que governante não quer mais empresas no seu lugar, na sua terra, no seu Município, na sua cidade, no seu Estado ou no seu país? Todo mundo quer. E eles apresentam – acho que é esse tal manual que virá para nós aqui – para os governantes como sendo empresas exemplares.

Acho que o Ministério Público do Trabalho – cadê o Dr. Leonardo? – é importante.

Acho que nós podemos começar a adotar uma prática de, quando essas empresas forem se instalar, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho, através de suas superintendências, também participarem desses lançamentos, das instalações solenes dessas empresas, já para dar o recado de que estão de olho. Dizer como deve ser... Pode ser uma prática a ser incorporada de, logo na implantação da empresa, ela ser advertida do que deve fazer em relação a seus trabalhadores.

Quero dar as boas-vindas aos representantes de todos os países presentes e dizer que, infelizmente... Há um advogado no meu Estado que tem uma força-tarefa de fiscalização da coisa pública. Ele sempre gosta de dizer: "A luta é que faz a lei."

Então, a luta continua. É uma frase eterna dos nossos movimentos: a luta continua!

Lutando já é difícil conseguir; imaginem sem luta! Que vocês continuem com muita coragem para a luta.

Muito obrigada.

(Manifestação da plateia.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Apoio Governo/PT - PI) – Quero passar a presidência ao Senador Paim, que já está aqui, pedindo desculpas por me retirar para embarcar por uma causa nobre. Vou participar do ato pela democracia no meu Estado.

Muito obrigada.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agradeço à Senadora Regina Sousa, que presidiu os trabalhos para que pudesse fazer a abertura da sessão de homenagem pelos 60 anos da Apae. Foi uma bela sessão, e passei a presidência agora ao Senador Romário. Volto aqui para podermos concluir este evento fundamental.

Lá no plenário eu disse que aqui estavam representantes de 20 países, discutindo situações análogas ao trabalho escravo em inúmeras empresas no mundo. Claro que aqui o eixo é o caso que vem acontecendo na McDonald´s.

De imediato, passo a palavra ao membro do Parlamento Europeu, membro do Comitê de Emprego e Assuntos Sociais, Srª. Jutta – estava aqui querendo saber como eu pronuncio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Jutta Steinruck está com a palavra. (*Falha na gravação.*)

A SRª JUTTA STEINRUCK (*Tradução consecutiva.*) – Estou aqui vindo da Alemanha, mas represento todos os países da União Europeia, mas eu sou do movimento sindical. Estou aqui para trazer a voz dos trabalhadores da União Europeia, e há muito trabalho a fazer na Europa também.

Fico muito feliz de ver vocês aqui organizados, não só nesta semana, não só hoje, mas por tudo que vimos no Brasil.

Aprendi tanto com vocês, mesmo que já soubesse tanto sobre vocês. Nós temos que lutar juntos. Meus colegas sindicalistas já disseram isso, meu colega da Nova Zelândia já disse isto: temos que trabalhar muito mais como sindicalistas globais.

As empresas já estão trabalhando globalmente e estão começando a globalizar suas piores práticas. Então, nós temos que legalizar o nosso trabalho. Não é surpresa que continuemos a garantir os direitos dos trabalhadores.

O McDonald's se vende como um empregador moderno, que dá emprego de boa qualidade, que dá treinamento, que dá oportunidades. Nós sabemos que ele patrocina eventos como as Olimpíadas e outros, mas, na realidade, as pessoas já sabem que, no Reino Unido, por exemplo, o McDonald's é conhecido por esses contratos de zero hora, esses contratos sem nenhuma garantia de quantas horas a pessoa vai trabalhar por mês.

Estima-se que nove entre dez empregados do McDonald's no Reino Unido têm esses contratos de zero hora. Esses contratos de zero hora são aqueles que não definem qual vai ser a duração do trabalho diário. Os trabalhadores têm de estar à disposição da empresa, mas sem garantia nenhuma de trabalhar. Às vezes, o McDonald's não permite sequer que eles trabalhem quando querem trabalhar.

Além disso, há um uso enormemente disseminado de contratos temporários: dois terços dos trabalhadores do McDonald's na União Europeia são temporários, ou de tempo não integral. Isso é um desrespeito aos países e aos contribuintes daquele país, porque é muito mais difícil para esses funcionários que trabalham temporariamente conseguirem benefícios do governo.

Eu poderia falar aqui por horas sobre o que está acontecendo nos diferentes países da Europa. Nós não somos diferentes da Europa: nós temos legislação trabalhista, que os países têm de respeitar e que são muito fortes, temos sindicatos fortes com excelentes acordos coletivos, mas alguns países têm ambos fraquíssimos: legislação e sindicatos.

Então, *players* globais, como o McDonald's, tentam lutar contra todos os direitos, tentam achar todas as brechas na lei, tentam usar o que eles chamam de *dumping* social, tentam recrutar trabalhadores de outros países em que o trabalho é mais barato. Eles fazem de tudo.

Outro ponto, não menos importante, é que o McDonald's precisa contribuir para a solidariedade social, o que não faz. Uma análise dos sindicatos revelou como o McDonald's usa subsidiárias em Luxemburgo para pagar menos impostos, sonegando até um bilhão em impostos entre 2009 e 2013. A entidade que eles criaram em Luxemburgo emprega 13 pessoas e não tem qualquer atividade econômica, mas reportou €3 bilhões em *royalties*. Claro que uma empresa de 12 funcionários não gerou €3 bilhões em *royalties*.

O que a Comissão Europeia fez recentemente foi lançar uma investigação sobre as práticas tributárias do McDonald's. O Parlamento Europeu tem tido enormes problemas com orçamentos. Alguns países tiveram de cortar toda sorte de benefícios sociais por causa de problemas de renda.

Enquanto isso, empresas como o McDonald's não pagam os impostos que deveriam pagar, não mantêm sua solidariedade social. Como é que a sociedade, como é que os cidadãos que são afetados por essas políticas irresponsáveis aceitam esse tipo de sacrifício? Porque eles têm que fazê-lo.

Enquanto isso, empresas como o McDonald's rebolam para não pagar o que têm de pagar. E essas são questões que afetam saúde, ajudam a população pobre, cuidado com as crianças em creches e etc., tudo, e mostra-se que o McDonald's é a mesma coisa no mundo inteiro: sempre busca brechas para impor seu modelo de negócios, que paga quase nada, seu trabalho é de baixa qualidade, e há sonegação de impostos.

Nesse sistema não há lugar para emprego decente, não há lugar para participação do trabalhador, não há lugar há para solidariedade social e não há lugar para a economia e para a sustentabilidade de longo prazo da economia.

Isso mostra que resolver esses problemas requer ações públicas. É por isso que países europeus têm direitos sindicais e trabalhistas fortes, com acordos coletivos fortes. A situação da Europa melhorou pelo menos nos países mais modernos da União Europeia.

Tenho certeza de que os meus companheiros e companheiras da Europa, se estivessem aqui, diriam que tiveram alguns passos positivos, mas ainda têm muito a lutar. Mas o fato é que a situação melhorou.

Mas isso não é só um problema europeu, é um problema global. O McDonald's não é só o líder de mercado sem rival na indústria do *fast-food,* mas também é o segundo maior empregador privado do mundo. Esse alcance global que o McDonald's tem lhe dá a habilidade de reduzir os padrões globais. E as autoridades públicas precisam pressionar o McDonald's para que acabe com tais práticas, e o faça globalmente, seja na Europa, seja na América do Sul, seja nos Estados Unidos, seja na Ásia, onde quer que seja.

É por isso que esta audiência de hoje é tão importante. Muito obrigada, Senador, por levantar a discussão dessa questão aqui, porque há *players* globais injustos que não se reduzem ao McDonald's.

Existem outros em uma multiplicidade de setores que precisam ser pressionados globalmente pelos sindicatos, pelo meio político e pelos consumidores. A gente tem que acordar os consumidores para o fato de que, como meu colega da Nova Zelândia disse, eles ajudam a concretizar essas condições de trabalho.

Eu não quero destruir uma empresa como o McDonald's. O que eu quero é que essa empresa adote uma responsabilidade corporativa social, com trabalhos decentes, com condições decentes, que garantam uma vida digna, não só na Europa, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. É por isso que lutamos e continuaremos a lutar.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nada? O.k.?

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k, tudo bem. Vai dar tudo certo, calma. Você vai descontrair.

Eu queria cumprimentá-la pela fala. Eu acho que a sua última fala, para mim, tem uma marca muito importante. Eu não queria também que o McDonald's entendesse que esse evento, como você disse com muita tranquilidade, visa a destruí-lo. Não! Nós queremos construir, construir uma política de bom relacionamento, que garanta os direitos de todos os trabalhadores.

Nós todos sabemos o quanto são importantes milhares de empregos em todo o mundo. Às vezes, quando se faz um debate como este, sempre há alguém para dizer que estamos contra alguém. Não estamos contra ninguém; estamos a favor dos trabalhadores e das trabalhadoras.

É este o objetivo de nós estarmos aqui... (*Palmas.*)

...para construirmos uma linha de entendimento em que vamos, no fim dos trabalhos, naturalmente, apontar caminhos nesse sentido.

Eu queria chamar agora a falar assim Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços, que aqui fala também pela CUT (Central Única dos Trabalhadores). (*Palmas.*)

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, que tem feito conosco, com os trabalhadores, uma jornada em defesa do direito, da segurança, do local de trabalho e das condições dignas e humanas dos nossos trabalhadores e da nossa sociedade.

Quero cumprimentar a Mesa. São muitas autoridades. Então, cumprimento, em nome da Jutta, todos os Parlamentares que aqui estão conosco, Senadores, Deputados, companheiros que compõem, junto do cenário internacional, essa relação ruim que tem com o direito dos trabalhadores, que o McDonald's tem feito no mundo...

Mas também quero cumprimentar os meus companheiros dirigentes, trabalhadores do setor hoteleiro, do setor de *fast-food*, no nome do companheiro Octaciano; o companheiro Max tem seguido junto conosco essa trajetória da responsabilidade que temos tido para defender os interesses da classe trabalhadora, que tanto buscamos representar.

Cumprimento também o companheiro Gerardo, como a direção da nossa federação internacional e várias federações nacionais que aqui estão, junto com os companheiros e companheiras dirigentes e colaboradores do nosso cenário internacional, das nossas entidades internacionais, com que a Contracs também busca ter uma boa relação; e a Central Única dos Trabalhadores tem, através da SRI, um trabalho organizativo nesse setor.

Também cumprimentar a companheira Margaret, por sinal com muita atuação, junto com o Leonardo, ela, que tem o meu sobrenome de Matos – deve ter, de fato, uma trajetória, uma história bonita nesse Ministério, nessa realidade em que atua junto à Procuradoria do Trabalho.

Senador Paulo Paim, nossa representação em nome do companheiro Vagner Freitas, em nome da nossa Confederação, que é o ramo que constrói trabalhadores e nossas condições do setor hoteleiro, gastronomia, *fast-food;* tem representação de Norte a Sul deste País, e nós buscamos justamente essas armas, que são a mobilização, a representação e a nossa trajetória de história de luta em busca do direito dos trabalhadores do McDonald's, que se encontram na nossa base.

A realidade dada já pela Mesa anterior, mencionada por V. Exª, tem demonstrado uma dura realidade em nosso País. Nós temos diversos caderninhos e listas, e a realidade que a empresa tem buscado, além de desrespeitar a tradição, porque nós garantimos a liberdade de expressão, de alimentação, de cada povo... Mas o Ministério da Saúde também deveria estar aqui, porque é um desrespeito ao sistema do arroz e do feijão que o Brasil tem tão tradicional, embutido na cultura brasileira; trata-se de algo que o cenário da saúde tem mostrado ser ruim para as nossas crianças e para os nossos adolescentes, a péssima qualidade que, às vezes, se encontra nesse sistema. E aqui se falou inclusive de uma carne que às vezes é ruim para a saúde.

Além disso, há o debate da jornada variável que está apontada em várias Mesas, Senador Paulo Paim. Por isso, quero proclamar um pedido aos Parlamentares, desde o cenário internacional e brasileiro. Passou por aqui hoje um PL tentando regularizar a jornada móvel variável, e parece que não discute com a classe dos trabalhadores. A nosso ver, parece que esse PL tem tido interesse das classes patronais, que é o PL 726, de 2015, entregue hoje.

Isso tudo nos mostra que a única ferramenta que nós temos, a única arma, é a mobilização; é a junção e a unidade dos trabalhadores, tão falada pelos Parlamentares que fizeram as duas falas anteriores, tratando desse tema. E também quero confirmar com os companheiros que disseram que, na empresa, a multifunção é um dos maiores problemas colocados para esses trabalhadores.

Você tem um contrato, uma carteira, e, às vezes, esses contratos, em alguns lugares, são respeitados em nossas convenções coletivas de trabalho, que os companheiros internacionais chamaram de acordo coletivo de trabalho. Em alguns lugares é respeitado, porque o sindicato, a nossa base, tem uma boa militância; faz a manifestação, leva o carro de som para a porta da empresa. Quero relatar a manifestação junto da unidade desses trabalhadores brasileiros e com a participação internacional, que ocorreu na Paulista. Então, esses relatos são as nossas ferramentas de mobilização.

E veja, Senador, que o jornal *Valor Econômico* já tratou de a empresa demonstrar, ressarcir ou ir para cima dos trabalhadores; que não vai dizer no jornal o que vai fazer. Mas se preparem, companheiros e companheiras, que alguma coisa está por ser feita.

Não só procura essa empresa manipular os advogados, para que as ações na Justiça não sigam com julgamento, com sentenças severas, porque eles compram, eles promovem, eles buscam isso antes da sua chegada à segunda ou terceira instâncias.

Mas também esses trabalhadores que nós temos na Contracs-CUT, Senador, mencionados já anteriormente, são em torno de 50, 60 mil trabalhadores no Brasil. Estamos falando, na América Latina, de mais de 100 mil trabalhadores e, aqui no Distrito Federal, posso dizer, que nós estamos aí numa representação da nossa categoria em torno de quase 20 mil trabalhadores, buscando em 20 lojas no Distrito Federal.

Então, chama para nós a responsabilidade, a responsabilidade de chamar para o diálogo social essa empresa, buscando dizer-lhe qual é o compromisso social que ela tem de ter no Brasil. Ela tem que cumprir a CLT, ela tem que cumprir a Constituição Federal brasileira que fala de dignidade humana. É o salário integral para sustento da sua família, da moradia, que ele busca.

Se nós não temos aqui, Paulo Paim, nosso Senador, uma política de elevação do salário mínimo, olhe onde estaria, porque ele disse no jornal que assegura 10% a mais do salário mínimo, e olhe lá.

Então, é uma política nefasta dessa empresa, em que nós queremos colocar, ainda nesses locais confirmados... Vi os companheiros falarem das queimaduras que sofrem os trabalhadores em suas mãos; pensem na pneumonia que podem acometê-los. O trabalhador sai do frio, buscando no congelador bebida gelada; imediatamente, ele vai para a fritura, ele vai para a chapa. Então, como se discutem os critérios mais sagrados das normas técnicas no Brasil, das NRs que tratam de insalubridade?

Esse é um cenário sobre o qual temos que conversar, temos que pressionar. Mesmo que alguns consigam avançar em uma política ofensiva para dialogar com a empresa, ainda há muitas coisas acontecendo no nosso Brasil, de Norte a Sul, nas nossas entidades com os nossos trabalhadores.

Chamo a atenção também, Senador Paulo Paim, e Parlamentares, para o processo dessa empresa que tem a bandeira McDonald's, seja a empresa que tem o setor de serviços, seja a franquia dominada pela marca McDonald's que vai até a empresa montada Arcos Dorados. Qual é o nosso questionamento para com a Receita Federal? Para com os tributos? Quanto se paga numa empresa que tem franquia e numa empresa que presta com o seu CNPJ serviços? Isso pode estar lesando o patrimônio da Nação, que é o bem comum, para a origem de impostos para a política pública.

A imagem apontada é o Mc feliz, a situação feliz, mas os trabalhadores estão tristes, os trabalhadores se expõem a atos desrespeitosos, e nós temos conversado com esses trabalhadores, buscando algo através das ações judiciais, mas só isso não basta. Tem que ter mais algo, tem que ter algo que movimente...

E precisamos, portanto, dessa ajuda do Parlamento brasileiro, dos projetos que se encontram na Câmara dos Deputados, no Congresso, que, às vezes, são precarizantes. E nós temos feito aqui gestos de solidariedade a toda a classe trabalhadora, não sendo ela somente do comércio e serviço, mas a toda classe trabalhadora no Brasil, para nos contrapor a essas condições que alguns Parlamentares têm tentado burlar, tentando desrespeitar o direito dos trabalhadores.

Nossa marca, Senador Paulo Paim, de denunciar os riscos e os perigos dos trabalhadores, de trazer aqui essa situação à Comissão de Direitos Humanos, é uma questão de dignidade. E nós acreditamos que esta Comissão pode e deve ter o compromisso com a nossa sociedade, porque essa sociedade trabalhadora de que estamos falando é uma sociedade de trabalhadores jovens. É trabalhador que entra e está lá, nessas condições, com 16, 18 anos de idade. Imaginem o que eles colocam e como pensam também os outros trabalhadores que lá estão nessas condições.

(Soa a campainha.)

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – Qualquer projeto no Congresso que mexa com a redução...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. ALCI MATOS ARAUJO – ...de idade para entrar no mercado no trabalho é muito ruim, porque isso é projeto do McDonald's.

Quero, Senador, chamar a atenção para um fato. Nós temos que tratar dos cuidados e do adoecimento desses trabalhadores no nosso sistema SUS ou no sistema de planos. O McDonald's, inclusive, coloca no seu extrato de balanço, para que o trabalhador do McDonald's procure uma segunda atividade, procure cumprir com o seu salário. E, se o salário não dá para subsidiar, o que faz?

Só nos resta, então, Senador, ir à Justiça, movimentar, reclamar, denunciar e mobilizar. São essas as nossas armas da classe trabalhadora. Mas ainda acho, diante dos fatos, que podemos muito apurar que esta Comissão tem compromisso e dever de melhorar as condições desses trabalhadores. Precisamos fiscalizar esse modelo de franquia em que a empresa de serviço, o McDonald's, está atuando. Precisamos urgentemente criar uma comissão ou uma força-tarefa em que o Ministério do Trabalho, o Ministério Público, os trabalhadores, paridade dentro do processo da representação, e o Senado ou o Parlamento possam melhor atuar para que a legislação brasileira não seja desrespeitada mais uma vez.

Obrigado, Senador.

Obrigado, companheiros e companheiras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Alci Matos Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (Contracs), que falou pela Central Única dos Trabalhadores. E lembrou a responsabilidade de todos nós, de ajudarmos na fiscalização e na cobrança, para que se cumpra o que mandam a CLT e a Constituição, no mínimo.

Houve uma senhora que perdeu uns óculos de grau, armação azul. Por favor, se alguém encontrou, entregar aqui, na Secretaria da Mesa.

Vamos de imediato, agora, para a Procuradora Regional do Trabalho do Paraná, Drª Margaret Matos de Carvalho.

A SRª MARGARET MATOS DE CARVALHO – Bom dia a todos e a todas. Agradeço ao Senador Paulo Paim a oportunidade de vir falar sobre um tema como este, de tanta importância. Cumprimentando-o, cumprimento toda a Mesa; um cumprimento especial também ao meu colega Leonardo Osório Mendonça, que se tem dedicado, como vocês viram, a esse problema há bastante tempo.

Sou responsável por uma ação civil pública que foi ajuizada no Paraná, mas que tem efeito em todo o Território nacional, com foco muito específico de proteger o adolescente que trabalha. Temos uma legislação

que prevê uma idade mínima para o trabalho – a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a própria CLT. Então, pela ratificação do Brasil à Convenção 182, a idade mínima é de 16 anos, mas, como aprendiz, também, a partir dos 14 anos. Ocorre que, até os 18 anos de idade, este deve ser um trabalho protegido, e não se permite a esse trabalhador a realização de atividades que possam, de algum modo, prejudicar sua saúde, seu desenvolvimento e, inclusive, sua saúde psíquica.

Aqui se falou muito do número de empregados da rede; são 600 lojas no Brasil, com 34 mil a 40 mil empregados. Temos a informação do próprio McDonald's, da Arcos Dorados, que seriam em torno de 70% de adolescentes. Portanto, a maior parte dos empregados da Arcos Dorados é de adolescentes, que, hoje, estão expostos a todo tipo de risco, principalmente, de queimaduras.

Conseguimos perceber que são adolescentes provenientes das classes mais vulneráveis, de baixa renda, com pouca escolaridade. Fizemos uma investigação das reclamatórias trabalhistas individuais propostas por adolescentes, e isso que foi colocado aqui se comprovou: não se chega a instruir esses processos; são realizados acordos antes mesmo da audiência de instrução, acordos com valores baixíssimos, com uma denúncia frequente de descontos salariais que não são esclarecidos em nenhum momento da relação do contrato, e, quando termina este contrato, recebe-se muito pouco pelo trabalho realizado.

Eu queria aqui destacar essa questão também da multifuncionalidade. Na verdade, cada trabalhador tem que mudar a sua estação de trabalho a cada duas horas. Portanto, os adolescentes realizam todas as atividades existentes naquele local. E há a falácia do primeiro emprego, porque essa rede vem com esse discurso de que está colaborando, contribuindo com o País ao gerar empregos para adolescentes de baixa renda e de pouca escolaridade, quando, na verdade, estão explorando. Este é um meio de enriquecimento ilícito, inclusive, dessa rede, porque é um trabalho que lesiona, é um trabalho mal remunerado, é um trabalho que não qualifica.

A alta rotatividade está presente. Vocês que são sindicalistas sabem disso. Nem passam pela homologação do sindicato as decisões, porque antes de um ano de trabalho já são dispensados desse emprego. Não têm qualquer contato com os sindicatos, porque existe essa estratégia, obviamente, de não deixar que eles tenham contato com os sindicatos, e os adolescentes, que eu tive a possibilidade de entrevistar e que foram dispensados depois de sofrerem acidentes de trabalho os quais não foram comunicados para as instâncias legais, disseram que nunca mais gostariam de trabalhar para a rede McDonald's. Então, que trabalhador é esse que nós estamos preparando para o mercado de trabalho através dessa enganosa falácia do primeiro emprego? (*Palmas.*)

O que nós comprovamos, o problema com queimaduras: além da chapa de preparo do hambúrguer, o adolescente também frita batatas, o óleo utilizado em alta temperatura. Foi colocada a inspeção, que foi feita pelo juiz. Na instrução da ação civil pública, bastou levantar a luva, e as queimaduras foram encontradas.

Além disso, eles são obrigados a limpar esses equipamentos ainda quentes. Então, não esperam o desaquecimento das chapas e das fritadeiras para que eles tenham que fazer a limpeza, também provocando queimaduras. Esses adolescentes são obrigados a manipular produtos químicos que são importados, inclusive, não são produtos químicos produzidos no Brasil, precisam de diluição e, na diluição, acontece, por exemplo, a intoxicação desses adolescentes.

Eles limpam todo o restaurante, a cozinha e também, pasmem os senhores, os banheiros. Estão lá limpando o banheiro – não só o banheiro utilizado pelos empregados, mas também os banheiros de uso público. Na hora seguinte, eles já passam para preparar os alimentos, e eu fico imaginando se os consumidores têm acesso a essa informação, porque se tivessem, talvez não levariam seus filhos pequenos a consumir um alimento preparado dessa forma.

Também encontramos situação de contato com agentes biológicos – já foi citado aqui. Obviamente que, ao limpar um banheiro que seja de uso de todos os empregados ou de uso público, os agentes biológicos estão presentes, é uma atividade insalubre reconhecida, em relação a qualquer trabalhador, o que não dizer em relação a um adolescente? Eles também são obrigados a fazer a retirada do lixo. Então, todo o lixo que é armazenado durante o funcionamento do restaurante, depois, esses adolescentes têm que acondicionar o lixo e retirá-lo até a lixeira, para, depois, ser recolhido pela limpeza pública.

Acho que fica agora uma questão: eu olho com bastante surpresa e, ao mesmo tempo, alegria, essa organização dos sindicatos em torno das condições de trabalho no McDonald's. Há bastante tempo que eu estou fazendo essa investigação e não tinha percebido essa mobilização, esse movimento, que vejo com bastante satisfação, principalmente por poder contar com esses sindicatos para nos auxiliar nas ações civis públicas.

Como foi mencionado aqui, a Contrato é litisconsorte na nossa ação – entrou como assistente litisconsorcial. Nós aceitamos a participação da Contrato por entender que ela tem também a legitimidade de defender os seus empregados, além das informações valiosas que a Contrato tem na defesa desses empregados. (*Palmas.*)

E, obviamente, a interpretação que a rede faz é de que ela não tem legitimidade para figurar no polo ativo, procura retirar a legitimidade do sindicato também nessas ações, e quis nos convencer de que esse tra-

balho realizado pelos adolescentes não tem impedimento legal. Quis convencer o juiz, da mesma forma, que os adolescentes poderiam realizar atividades insalubres e perigosas, inclusive numa reunião que nós tivemos na Procuradoria, por mais de cinco horas, com a presença de consultores. Disseram que eles iriam investir muito tempo para construir ou fabricar equipamentos de proteção individual que viessem a proteger melhor os adolescentes.

Mas, vejam os senhores, se os adolescentes não podem realizar atividades insalubres ou perigosas, obviamente eles também não têm de usar equipamentos de proteção individual. Então, por melhor que seja o equipamento que eles venham a pensar em produzir e fabricar, não significa que os adolescentes poderão realizar aquelas atividades, porque elas continuam sendo atividades insalubres e perigosas.

Portanto, Senador, nós estamos falando de uma empresa que explora quase 30 mil adolescentes no nosso País. Este é o contingente: quase 30 mil adolescentes, que não têm conhecimento dos seus direitos. E não é à toa que ela escolhe adolescentes de pouca escolaridade

E não é à toa que ela escolhe adolescentes de pouca escolaridade e de baixa renda, porque são mais vulneráveis a essa estratégia que ela tem de exploração. É óbvio que a classe média, as pessoas mais esclarecidas jamais permitiriam que seus filhos trabalhassem nessas condições. Então, é uma estratégia que ela utiliza, de enriquecimento ilícito, como eu coloquei. E, aí, fica talvez o desafio de passar para os consumidores a verdadeira...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Um minuto.

A SRª MARGARET MATOS DE CARVALHO – ...face dessa empresa. Assim como rejeitamos os produtos que são oriundos do trabalho escrevo, também devemos rejeitar produtos que exploram o trabalho de adolescentes. Acho que é esse o recado que ela deve levar em consideração, porque é nessa linha que podemos seguir. Agradeço a atenção de todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Margaret Matos de Carvalho, Procuradora Regional do Trabalho no Paraná, que dá exemplos práticos e objetivos, inclusive do trabalho que a senhora vem fazendo. Meus cumprimentos.

Vamos, de imediato, para Octaciano Neto, trabalhador da McDonald's no Brasil.

O SR. OCTACIANO NETO – Senador Paim, demais membros da mesa, companheiros de luta, sou diretor sindical, trabalho no McDonald's há 23 anos, sou filiado à CUT Contracs. Trabalhei desde franqueado, e hoje me encontro na Arcos Dorados. Não tenho medo de retaliação, não tenho medo de perseguição. Muitas vezes foi dito aqui que o Brasil foi o último País a abolir a escravidão, mas, antes de abolir a escravidão, houve os quilombos, que eram centros de luta e resistência contra a escravidão. (*Palmas.*)

Sendo assim, estou pronto para, com certeza, lutar pelos direitos não só dos trabalhadores brasileiros, mas dos demais membros que aqui se encontram. É uma luta global. Então, mais uma vez vou dizer isto: se a gente não se unir, a gente não chega a lugar nenhum. Eu me tornei fã do Dr. Leandro porque ele tem muita paixão pela função que exerce. Vejo que ele faz de coração. Com certeza, o senhor pode contar comigo porque eu também vou me dedicar de corpo e alma para que os direitos dos nossos trabalhadores, das mulheres. Independentemente de quem quer que seja, da orientação ou do fator racial, todos os direitos devem se vão ser respeitados. Eu me coloco à frente disso. Não tenho medo – mais uma vez digo – de retaliação ou de perseguição.

A minha função, como sindicalista e trabalhador do McDonald's, é lutar pelos direitos daqueles que não podem se defender. E é para isso que vim aqui. Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi Octaciano Neves, trabalhador do McDonald's no Brasil, que, de forma direta e objetiva, apontou essa luta, que tem que ser uma luta de todos nós. Meus cumprimentos.

Agora, com satisfação, passo a palavra ao representante da Associação Latino-Americana de Advogados Laboralistas, Dr. Maximiliano Nagl Garcez, que tem nos acompanhado nessa cruzada, em nível nacional, contra a terceirização na atividade-fim. O Sr. Maximiliano tem sido um baluarte nessa caminhada. Fui a todos os Estados e, em todos eles, ele foi junto. Fomos a 14 Estados, não é? Temos ainda a missão de ir a mais 13.

Com a palavra, Sr. Maximiliano.

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Bom dia, companheirada.

Obrigado, Senador, companheiro de luta, que admiro há muito tempo, ainda mais agora, nessa batalha que temos enfrentado juntos. Nosso agradecimento e admiração pela sua coragem e destemor.

Cumprimento toda a companheirada, primeiramente, as companheiras mulheres na pessoa da companheira Adriana, que fez um belo relato. Cumprimento todos os trabalhadores na pessoa do Octaciano, cumprimento os dirigentes sindicais na pessoa do Alci, do Moacyr e de todos os companheiros; cumprimento, na pessoa da companheira Jutta, todos os convidados e convidadas da luta em outros países. É importante essa solidariedade.

Primeiramente, vou mostrar um PowerPoint e, depois, passar o vídeo.

Aqui é uma apresentação rápida que fiz, começando pelo contexto mundial da luta contra os desmandos do McDonald's, que é o contexto mundial da luta contra os sindicatos e contra a classe trabalhadora.

Aqui é a capa da revista *The Economist,* que fez uma matéria especial há alguns anos, mostrando quem é o próximo inimigo da modernidade, quem impede o crescimento e o avanço. Segundo eles, esse grande inimigo é o movimento sindical, que precisa ser destruído para viabilizar o crescimento. Sabemos que é exatamente o contrário. O McDonald's está à frente desse movimento de espezinhar o movimento sindical.

Aqui, a mesma revista em uma matéria, defendendo o fim da lei trabalhista no Brasil porque ela impede o crescimento e coloca o empregador e o empregado amarrados pelo Estado. Esse é o contexto da luta contra o McDonald's.

Aqui, vou expor o que tem sido o McDonald's no Brasil, por uma fonte que é bastante autorizada: um documento do próprio McDonald's, entregue aos seus acionistas no começo deste ano. É um documento oficial do McDonald's. Eles expõem um pouco acerca do trabalho deles, o quanto faturam, o número de clientes, 2100 restaurantes.

Fiquei estarrecida quando li o seguinte trecho do McDonald's, página 115: "Embora tenhamos sindicatos em alguns dos nossos mercados mais importantes, incluindo o Brasil, Argentina e México, os sindicatos não têm um papel ativo nos restaurantes". Então, a sinceridade do McDonald's achei estarrecedora, ou seja, o próprio McDonald's admite para os acionistas que a rotatividade é tão gigantesca que prejudica a própria empresa.

Também expõem que a empresa provavelmente vai ser alvo de greves, de boicotes, publicidade negativa. E isso tem que acontecer, os companheiros estão de parabéns por fazerem isso. Depois, deixo á disposição esta apresentação. Acho que, no próprio *site,* o Senado deixa à disposição.

Aqui, a preocupação deles com o aumento da eficiência da justiça do trabalho no Brasil. E aproveito para parabenizar o Leonardo e a companheira Margaret, companheira de várias lutas, lá no Paraná, onde eu morava até 2002. O Ministério Público do Trabalho tem um papel importantíssimo no aumento dessa eficiência.

Temos aqui dados paradoxais, mostrando o aumento do faturamento das vendas e a diminuição dos custos trabalhistas. Não precisa haver uma estatística para mostrar que a conta não fecha. Só pode ser resultado da exploração indevida e ilegal. E, aqui, a grande preocupação do McDonald's com o aumento do salário mínimo, acima do crescimento da inflação, reconhecendo que os salários são baixíssimos e qualquer aumento do salário mínimo é prejudicial à empresa. Reconhecem também que são líderes no *race to the bottom*, a corrida para ver quem precariza mais no mundo. Aqui, parabenizo o companheiro Paim pela sua luta histórica. Acho que só temos o salário mínimo, que ainda é baixo, mas melhorou muito, por conta da sua luta histórica, Senador Paim.

Aqui, outros dados. Eles têm número de gestores, cargos de chefia, que são excessivos, o que mostra que há desmandos dentro da empresa. Há outras preocupações aqui com o salário mínimo.

Bom, aqui fizemos um diagnóstico. Concordo com tudo que foi falado até esse momento. Ressalto a prática antissindical do McDonald's. Aqui, é um documento que foi relatado, acho, pelo companheiro Scott. Eles mesmos têm um guia para os trabalhadores norte-americanos, mostrando o que se tem que fazer para viver em uma empresa com esse tipo de relato.

Agora, vamos ver um pequeno vídeo do Sylvester Stallone, dizendo por que é bom fazer um vídeo no Brasil. Isso tem a ver com a nossa luta aqui. Se puderem, coloquem o vídeo, por gentileza.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – Se puder, volte para o PowerPoint, por favor.

Então, esse é um pouco do contexto que temos vivido nas grandes corporações do Brasil. Infelizmente, eles têm vindo para cá, temos deixado que eles pratiquem absurdos com impunidade muito grande. Agora, na parte seguinte da palestra, vamos ver o que fazer para enfrentar essa impunidade. O relato da companheira Margaret, quando tratou da questão das luvas, me fez lembrar de uma outra grande corporação estrangeira, contra a qual a Contracs precisou entrar com ação coletiva porque essa grande rede de supermercados utilizava as mesmas luvas para limpar peixes e para limpar os banheiros nas câmaras frias do supermercado.

Então, acho que essa luta é muito grande.

Vou contar aqui uma historinha: há pouco tempo, um péssimo empregador brasileiro faleceu e foi – quem me ajuda? – para o inferno. Chegando lá no inferno, fez amizade com o diabo, e o diabo foi levá-lo para conhecer seu lugar favorito. Era um grande salão, gigantesco, cheio de relógios, e cada país tinha um relógio. E o diabo explicou: cada vez que um direito trabalhista é violado, o relógio vai se mexendo. Em alguns países era mais lento; em outros, mais rápido. E o empregador falou: "olha, estou adorando ver isso, adoro ver uma coisa dessas". E perguntou: "onde está o relógio do Brasil?". O diabo respondeu: "sabe, aqui faz um calor infernal, não é? Então, levei o relógio para o meu quarto, porque estou utilizando como ventilador." (*Risos.*)

(*Palmas.*)

Então, agora vamos ver como fazer para esse ventilador andar um pouquinho mais devagar. Primeiro, é enfrentar no atacado. E, para enfrentar no atacado, temos que enfrentar as grandes corporações, que dão o exemplo. As empresas, no Brasil, na área do *fast food,* são quase obrigadas a seguir esse padrão malévolo do McDonald's para poderem concorrer. E o Estado brasileiro (*falha na gravação*) vários países cada vez mais fracos. Das cem maiores economias do mundo, 51 são transnacionais e apenas 49 são países.

E como fazer para com que esse reloginho ande mais devagar tanto no McDonald's como em todo o Brasil? Primeiro, incentivar o uso das ações coletivas. A Contracs, a Contratuh, várias entidades têm conseguido muitos resultados positivos com ações coletivas. Depois, incrementar a fiscalização pelo MTE. Aqui, faço um pedido a toda classe política brasileira, independentemente de coloração partidária, no sentido de reconstruirmos o Ministério do Trabalho, a fiscalização; aumentar o número de auditores do trabalho. Eles fazem um trabalho excelente, mas são poucos. Em seguida, aumentar a comunicação do movimento sindical com a sociedade para denunciar desmandos, tal como acontece nesta audiência. Vocês estão de parabéns por essa atuação. Além disso, aumentar o instituto do dano moral coletivo e do *dumping* social. Não se consegue mais frear o McDonald's com ações trabalhistas individuais. Elas não fazem nem cócegas até por aquilo que a companheira Margaret relatou: é preciso ter punições proporcionais ao tamanho da empresa.

Recentemente, atuamos em um caso, no TST em que um grande frigorífico foi condenado a pagar R$10 milhões por dano moral coletivo, além de qualquer outro tipo de condenação. Isso é importante. E, acerca da figura do *dumping* social, é preciso punir empresas grandes porque, quando elas desrespeitam as leis trabalhistas, não só estão desrespeitando aqueles trabalhadores, mas rebaixando todo o conjunto dos direitos da classe trabalhadora.

Próximo, por favor.

Aumentar as multas trabalhistas, os juros...

(Soa a campainha.)

O SR. MAXIMILIANO NAGL GARCEZ – ...mais efetividade na execução trabalhista.

Bom, quero dar um último recado. Tenho dois filhos pequenos e acho um absurdo o que o McDonald's faz em relação às crianças. A propaganda infantil no Brasil tem que ser legislada. Participo também do movimento Infância sem Consumismo, e isso que o McDonald's faz é vergonhoso. Temos que proibir as propagandas, a venda casada com brinquedos. Há muita gente no Ministério Público que está nessa luta.

O recado final é a importância de outras lutas em defesa da causa dos trabalhadores está acontecendo neste momento, o combate à terceirização, cujo líder é o Senador Paim.

O McDonald's já é um péssimo empregador. Com a terceirização, seria pior ainda, se é que isso é possível.

A redução da maioridade penal é outra luta. Estamos vendo a juventude sofrer no McDonald's. A redução da maioridade penal é outra maneira de punir só os jovens trabalhadores brasileiros. O financiamento privado de campanhas é algo que permite que, dificilmente, congressistas sindicalistas sejam eleitos, e o Senador Paim é uma feliz e rara exceção hoje em dia. Precisamos combater isso.

Finalmente, relato que companheiros da ALAL (Associação Latino-americana de Advogados Laboralistas) pediram para dizer – representamos advogados em toda a América Latina – que essa situação é igual nos vários países em que atuamos: Colômbia, Chile, Argentina. Há vários relatos que foram feitos.

Vamos fazer um grande congresso semana que vem, em São Paulo, junto com a Fundacentro. Será do dia 24 ao dia 28, e estão todos convidados para o evento. Vamos tratar também da saúde e segurança no trabalho. Haverá outro congresso da ALAL de 5 a 8 de novembro na Cidade do México, com a eleição da nova diretoria da ALAL, e convido todos para estarem lá presentes.

Já concluindo, vou citar uma frase que meus filhos Lucas, de seis anos, e Felipe, de quatro, dizem para os amiguinhos, quando alguém fala em ir para o McDonald's. Eu os vi falando o seguinte: "olha, amiguinho, não vá lá para o McDonald's porque os titios que são donos de lá tratam muito mal os trabalhadores, eles ganham pouco dinheirinho; uma vez fui lá e fez muito mal para a minha barriga."

Bom, finalmente, pessoal, parabéns. (*Palmas.*)

Finalmente, um abraço especial para os companheiros da Contracs, vários amigos aqui presentes, todos sindicalistas. Quero dizer que, lembrando a historinha do Stallone, espero que, ao final dessa audiência, a gente não dê um macaco de presente para o McDonald's.

Parabéns pela luta de todos! Vamos à luta, companheirada! Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Maximiliano, que nos deu um relato da sua visão, inclusive em nível internacional, acerca dessa questão que preocupa a todos nós.

Como último convidado dessas duas mesas, Gerardo Iglesias, Regional Latino-americano – REL-UITA.

Antes que você fale, informo que fui conferir – a gente sabe, os boatos circulam – um boato. Havia um boato de que a TV Senado não ia transmitir a nossa audiência pública por pressão de fora para dentro. Eu disse: "sob minha presidência, não". E acredito que sob a do Presidente Renan Calheiros também não. E confirmamos que esta audiência pública está sendo transmitida ao vivo, desde o início, pela TV Senado, no canal digital 51.2 bem como na internet por meio do Portal e-Cidadania. (*Palmas.*)

Democracia com imprensa livre, e vai ser reproduzida depois.

Geraldo, por favor.

O SR. GERARDO IGLESIAS – Bom dia, companheiras e companheiros. Cumprimento o Senador Paulo Paim e, em sua pessoa, os demais integrantes da Mesa. Cumprimento também o SEIU, a Contratuh, pela organização dessa atividade em Brasília e em São Paulo. Cumprimento também a Contracs por todo o apoio e a solidariedade.

Faz muitos anos que a UITA conhece o Senador Paulo Paim. No ano de 1979, em plena ditadura militar, a UITA fez talvez uma das primeiras atividades internacionais sindicais neste País. Foi em Porto Alegre, no mês de setembro. Eu me lembro de que um dirigente metalúrgico participou de nossa conferência, e era Paulo Paim.

Não quero falar muito das parcerias e das coisas que temos construído com o Senador porque, como o Moacyr falou muito bem, ficaríamos aqui o dia todo e talvez toda a semana.

Mas quero dizer que, em relação ao McDonald's, o Senador Paulo Paim trabalhou muito na construção da NR-36, que é a norma regulamentadora do processamento de carnes, atividade na qual, nos frigoríficos deste País, trabalhadoras e trabalhadores são massacrados. E essa NR-36 foi uma construção dos sindicatos, com a parceria desse Senador, do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho. E, no ano passado, pela primeira vez na história da Argentina e do Brasil, o Ministério Público do Trabalho do Brasil, como diz o Senador, assinou um convênio de cooperação com o Ministério do Trabalho da Argentina e o Ministério do Trabalho do Brasil, para trabalharem contra o tráfico de pessoas e pela dignificação das condições de trabalho nos frigoríficos.

Eu acho, Senador, companheiros e companheiras, que aí nós temos um espaço para trabalhar também, entre a Argentina e o Brasil, entre os Ministérios do Trabalho e o Ministério Público do Brasil, na dignificação do trabalho na empresa McDonald's.

Então, eu quero parabenizar o Senador e dizer que são muitos anos de luta. A gente não vai dizer quantos, mas são muitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu posso dizer?

O SR. GERARDO IGLESIAS – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dia 15 de março de 1950. São 65 anos! E estou querendo chegar aos 100. (*Palmas.*)

Vocês têm que me ajudar, porque a luta anima a gente a viver mais.

O SR. GERARDO IGLESIAS – Senador, a maioria das organizações sindicais aqui presentes, são filiadas à UITA, Aqui nós temos dois companheiros da Secretaria-Geral da UITA em Genebra: o companheiro Máximo e o companheiro Emílio; e nós temos também o companheiro que é o nosso Secretário-Geral na Alemanha, o nosso Secretário Regional para a Europa. E, ainda, o SEIU, que é uma organização filiada à UITA. A UITA abraçou, com muito entusiasmo, com muita dignidade, com muita garra, a luta do SEIU, e o SEIU se aproveitou da capacidade instalada da UITA, de mais de 30, 40 anos de lutas pela dignificação do trabalho em McDonald's.

Aqui se falou muito de outros tempos e desses tempos em que se está falando de neoliberalismo. E eu quero lembrar aqui o que se dizia nos anos 90: "o mundo se salva salvando as empresas", afirmava Margaret Thatcher, Ronald Reagan e Augusto Pinochet. Os gurus neoliberais repetiam essa ladainha como papagaios; as plataformas da mídia amplificaram essas vozes por todos os cantos do mundo. O Planeta foi, então, transformado em um grande estábulo, onde as empresas eram colocadas para engordar; e, como hienas, comeram tudo: leis, natureza, ideologias, valores morais e éticos. Engoliram o conceito de cidadão e os próprios cidadãos. A lógica era tratar bem o capital, pisando em tudo que não fosse lucrativo.

Essas companhias engordaram muito, sem jamais gerar empregos. Aliás, foi ainda pior: o índice de desemprego cresceu – e cresceu em todo o mundo. Surgia uma nova lógica imperante, que se espalhou rapidamente, chegando ao ponto de, em vários países, criarem novas leis trabalhistas, que, com a desculpa de promover mais empregos, introduziam uma série de medidas para baratear as demissões. Em pouco tempo, as trabalhadoras e os trabalhadores se converteram em uma peça cada vez mais prescindível nessa engrenagem de empresas globais, gerando um processo de precarização do trabalho.

E foi assim que o emprego tradicional, aquele com jornadas, com horários definidos e estáveis, regulamentados pela convenção coletiva ou pela legislação, passou a ser marginalizado pela empresa e marginalizado pelas empresas.

Com a desregulação do emprego junto com a produção do que se precisa no momento em que se precisa, o *just in time*, os empresários também inventaram o "funcionário *just in time*", chamado somente quando há um serviço a ser feito. O objetivo foi lhe retirar o trabalho, livrando-se o quanto antes do trabalhador e da trabalhadora, utilizando-os exclusivamente para uma tarefa específica. E, dessa gula, dessa engorda, nasceu uma das piores feras dessa nova lógica imperante: a McDonald's. E, no Brasil, onde tanto alardeia a sua suposta responsabilidade social e não poupa esforços publicitários para divulgar seu devoto fervor pelos jovens, a McDonald's implementou uma política de emprego *just in time*, isto é, uma jornada móvel de trabalho, violando os direito das trabalhadoras e dos trabalhadores e as leis brasileiras.

De acordo com Samuel da Silva Antunes, advogado da Contratuh, a "jornada feliz" da McDonald's prejudica o trabalhador em vários sentidos: por um lado, o trabalhador permanece muito mais tempo à disposição da empresa do que as oito horas estipuladas por lei, e isto lhe impede de realizar qualquer outro tipo de atividade, já que, numa mesma semana, o trabalhador ou trabalhadora poderia ser escalado para diferentes horários, tanto de entrada como se saída. Além disso, se o trabalhador chegasse ao local e não houvesse afazeres suficientes, teria que esperar ser chamado.

O sistema McDonald's incluía outra genialidade: estabelecer o pagamento de acordo com o cômputo de horas trabalhadas, a tal ponto de que muitos funcionários não chegavam a receber sequer o salário mínimo nacional.

Agora, no Brasil, a McDonald's tem que se ajustar à lei ou pagar fortes multas.

Apesar de todas as tentativas de acabarem com os sindicatos, nascidas de personagens como a tal Srª Thatcher, o tal Sr. Reagan e até mesmo do ditador, o tal Sr. Pinochet, águas profundas ainda se movem nessa sociedade, mesmo que pretendam nos convencer de que a felicidade se compra em caixinhas.

A luta sindical mundial está dando um basta a essa história de Mclanche feliz, onde hambúrgueres e os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras são fritos no mesmo óleo rançoso.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Esse foi Gerardo Iglesias, que representa aqui a UITA (regional latino-americana), dando um depoimento contundente em relação ao trabalho na McDonald's.

Eu, como é de praxe nesta Comissão, vou dar voz a três indicados do plenário. Em seguida, passaremos às considerações finais, durante três minutos, de cada convidado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nós temos aqui uma lista de pessoas da plateia que gostariam de se pronunciar. São 14 pessoas...

Aí, vocês é que decidem.

Agora, são 12 horas e 56 minutos. (*Pausa.*)

Aqui, pela praxe, são os primeiros três.

Assim, não sei como é que fica o almoço de cada um. Eu até comi uma barrinha de cereais aqui. Vocês devem ter visto. Agora, vocês eu sei que não. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Que vídeo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – O vídeo da campanha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, vamos...

O que eles estão propondo aqui, os componentes da mesa, é que, pelo menos, sejam dois minutos para cada um, até para se fazer uma saudação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, dois minutos para uma saudação. (*Palmas.*)

São todos convidados internacionais.

Eu fico aqui tranquilamente.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Senador Paim, seriam apenas duas palavrinhas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas você já usou da palavra.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – E não posso mais?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode sim; era brincadeira! Como você é meu amigo, eu fiz uma brincadeira.

O SR. FRANCISCO CALASANS LACERDA – Senador Paim, em função dos depoimentos, principalmente o da Drª Margaret, do Paraná, e do Dr. Leonardo, eu gostaria de requerer, aqui da plateia, a V. Exª que peça ao Ministério Público que instale uma força tarefa para apurar todas essas irregularidades da McDonald's, e uma força tarefa composta, se eles permitirem, a partir dos dois.

Era só isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É uma contribuição ao encaminhamento no final.

Então, vamos aqui, antes de passarmos aos encaminhamentos do final, passar a palavra a cada um, começando por Terence Wice, trabalhador da McDonald's em Kansas City.

Por favor.

Ao apertar o botão, a luz verde se ascenderá, Assim, você poderá fazer a sua saudação.

E pode dizer o nome, para que fique nos Anais com a clareza da pronúncia.

O SR. TERENCE WICE (*Tradução simultânea*.) – Meu nome é Terence Wice; sou da cidade do Kansas, no Estado do Missouri.

Vou falar rapidamente.

É uma honra estar aqui. Estou feliz por estar aqui em meio a vocês.

Eu tenho 36 anos de idade e trabalho na rede de *fast-food* por 18 anos, ou seja, por quase duas décadas. Então, eu vi o que essa indústria faz com as nossas famílias, com os nossos filhos. Eu vi minha mãe trabalhar nessa indústria a sua vida inteira. E, nos Estados Unidos, minha mãe está no hospital agora. E que eu saiba, a falta de cuidados com a saúde, a falta de benefícios e a forma de tratamento e o desrespeito dessa indústria foi o que colocou a minha mãe no hospital onde ela está agora.

Nós merecemos direitos! Nossos companheiros no Brasil e no mundo merecem ter segurança no trabalho! Eles têm o direito a ter condições de segurança para as situações perigosas. Meu companheiro Benedicto, das Filipinas, merece esse direito e meu companheiro Lucas tem que ter o direito de criar o sindicato sem retaliações. (*Palmas.*)

Ele tem esse direito!

E não importa como a gente queira se chamar, independentemente do nosso nome – CUT, UGT ou o que quer que seja –, precisamos estar juntos. A gente tem que se unir para lutar contra isso.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Ficou em um minuto e meio. Viram só! Objetivamente deu o seu recado. Se todos ficarem em um minuto e meio, vai dar certo.

Parabéns a você!

Agora, a trabalhadora em cuidados das crianças, de Tampa, na Flórida, Nadaije Paul Jajaoute.

O SR. NADAIJE PAUL JAJAOUTE (*Tradução simultânea*.) – Meu nome é Nadaije Paul Jajaoute.

Muito obrigada, Senador; muito obrigada ao Senado Federal.

Eu cuido de crianças desde os 16 anos de idade e eu trabalho com isso há 40 anos.

Quando eu ouço falar sobre os trabalhadores do McDonald's, as suas pobres condições de trabalho e os seus péssimos salários, eu ouço a minha própria história.

O progresso de uma nação é o progresso de seu povo.

Hoje, tenho a benção de poder falar com vocês, mas, neste momento, muitos morreram e muitos estão prestes a morrer devido à pobreza. Grandes corporações como o McDonald's cometeram crimes salariais contra a sua força de trabalho. E muitas outras nações têm sofrido com as doenças da pobreza causadas pela McDonald's.

Vocês colocaram os holofotes sobre as ações da McDonald's com esta audiência, que o mundo verá. E agradeço pelo que foi feito pelo povo do Brasil.

E passo todos os meus dias com crianças de sete a oito anos de idade, duas ou três horas por dia, ensinando-lhes os deveres de casa, ajudando com os trabalhos. Passo de 30 a 45 minutos por dia, no sol de 35ºC a 40ºC da Flórida, e o meu empregador me diz que eu não tenho direito de comer durante o meu trabalho, que eu preciso ficar de pé, diante das crianças, que eu amo, e que sou responsável não só pela sua segurança, mas também pelo seu bem-estar mental. E eu estou sem teto hoje; empregada, mas sem teto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Exatamente nos dois minutos.

Por favor, Lynda, trabalhadora da McDonald's da França.

Você pode dizer o seu nome completo.

A SRª LYNDA KESSIZARIF (*Tradução consecutiva*.) – Bom dia a todos.

Eu me chamo Lynda Kessizarif. Eu trabalho na McDonald's há 22 anos, agora. Eu venho da França, o país dos direitos humanos, e queria repercutir o que foi dito por Ricardo Patah, mais cedo, sobre a França. Saibam que mesmo na França, o país dos direitos humanos, a McDonald's se permite enganar as leis trabalhistas.

Na França, a McDonald's é a líder dos restaurantes. E esse papel de chefe e de dirigente confere a ela plenos poderes para, por exemplo, decidir não aumentar salários, no que é seguida por todos as demais, ou seja, nenhuma outra marca o fará.

Eles manipulam políticas, apresentando uma política social completamente enviesada, assim como as mídias proíbem a divulgação de reportagens que poderiam questionar a sua imagem.

A França passou por movimentos similares nos anos 2000. Os assalariados de vários restaurantes fizeram greves.

Portanto, na França também, a McDonald's engana as leis trabalhistas. Os assalariados são cada vez mais oprimidos e cada vez menos bem pagos. Eles se contentam em sugar o sangue dos assalariados como vampiros. Eles se permitem praticar a evasão fiscal.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, por favor. Você já usou o dobro do tempo estipulado.

A SRª LYNDA KESSIZARIF (*Tradução consecutiva*.) – E os assalariados na França solicitam o mesmo que os demais assalariados no mundo inteiro, os empregados do mundo inteiro. Eles querem respeito! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem.

Lucas Marcus, trabalhador da McDonald's no Brasil, dois minutos.

O SR. LUCAS MARCUS – Bom dia. Meu nome é Lucas, sou trabalhador do McDonald's do Brasil.

Decidi procurar o McDonald's como uma empresa em que eu acreditava que poderia me destacar, poderia ter algum tipo de futuro, mas, assim que eu entrei na empresa, presenciei – como posso dizer? – vários tipos de assédio moral, vários acidentes de serviço com menores, presenciei colegas pegando R$200,00 como pagamento no quinto dia útil. Sofri assédio moral por me negar a fazer tarefas que não eram do meu cargo. Fui trabalhar na madrugada durante algum tempo, descarregando caminhão sem nenhum tipo de proteção, manuseando produtos corrosivos, quando minha saúde estaria exposta. Já trabalhei muitas vezes sem horário de jantar, com eles cortando hora extra.

Por tentar mudar esse tipo de realidade dentro do McDonald's, procurei saber mais dos meus direitos, procurando o SindFast numa manifestação que teve contra esse tipo de atitude no McDonald's, eles me deram suporte. E assim que o McDonald's soube que eu virei sindicalista, imediatamente me deram a demissão para que eu não pudesse continuar com esse tipo de luta, para que eu não afetasse o pessoal que trabalhava comigo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fazendo soar a campainha*.) – Concluindo.

O SR. LUCAS MARCUS – Eu gostaria de pedir a todos que ajudassem a gente a combater esse palhaço que faz dos funcionários essa piada.

Sem direitos não é legal.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Lucas.

Victoria Rebecca, trabalhadora do McDonald's Nova Zelândia.

A SRª VICTORIA REBECCA HOPGOOD (*Tradução por profissional habilitado*.) – Meu nome é Victoria, sou da Nova Zelândia. Temos um acordo coletivo na Nova Zelândia que é ótimo, mas temos os mesmos problemas que o Brasil enfrenta: baixos salários, trabalho sem pagar, falta de intervalos. Não fosse pelo meu sindicato, não teríamos uma Nova Zelândia melhor. Às vezes, é difícil lidar com as condições, com o que a gente tem que fazer. Então protestamos, fomos para a rua, fizemos greve e, no final, valeu a pena. O negócio é que a gente... E eles falaram: "Nós vamos revisar os contratos, vamos melhorar o salário, melhoramos as condições dos empregados." Fazendo tudo isso, o McDonald's continuou lucrando fortemente. Por que eles não tentam resolver o problema, mesmo sabendo que continuariam lucrando se tratassem seus funcionários melhor? Eu sei que o McDonald's fala que faz muito pelas suas crianças e comunidades, mas os trabalhadores do McDonald's são a sua comunidade. Então, eu digo: que o McDonald's comece a trabalhar pelas suas comunidades, pelos seus trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Victoria foi objetiva, rápida. Usou um minuto.

Trabalhador do McDonald's da Coreia do Norte, Sangdoseo. Aqui está escrito Coreia do Norte. Se for do Sul, me informe.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Certo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone*.) – Ele corrigiu. É Coreia do Sul, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É do Sul ou do Norte?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É Coreia do Sul, então. A assessoria me deixou mal. Coreia do Sul.

A assessoria disse que quem falhou foi o sindicato. Vamos fazer uma sindicância para saber quem falhou aí.

A SRª SANGDOSEO (*Tradução por profissional habilitado*.) – Faltam dois meses para a renovação do meu contrato e eu estou de máscara aqui porque tenho medo de que o McDonald's não renove o meu contrato, porque o McDonald's da Coreia pune aqueles que se organizam, se sindicalizam. É por isto que dou meu depoimento aqui usando uma máscara: porque tenho medo de retaliação pelo McDonald's.

Os entregadores do McDonald's na Coreia, incluindo eu, nos arriscamos nas ruas para ganhar US$5.00 por hora. Temos, geralmente, 17min30 para fazer uma entrega e tenho que trabalhar por 20 minutos depois do meu horário de trabalho. O número de entregadores é muito menor do que o número de entregas. Então, quase sempre, quando temos que fazer entregas, temos que fazer três de uma vez, em vez de uma, como deveríamos fazer. Isso é o que eles chamam de *hit rate*, ou taxa de entrega, que temos que respeitar.

Outros entregadores como eu têm que correr como loucos por medo de os clientes reclamarem porque o hambúrguer está frio, ou a Coca está quente, ou a batata está velha. Isso força os entregadores a terem medo de multas por excesso de velocidade, multas por andar na contramão e outras coisas a que temos que nos submeter como trabalhadores porque a empresa nos obriga a entregar muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Já está em quatro minutos e temos uma fila aqui ainda. Pode concluir. Pode fazer a fala de conclusão.

A SRª SANGDOSEO (*Tradução por profissional habilitado*.) – Desculpa. É só um segundo.

Alguns meses atrás, quando um entregador do McDonald's do meu bairro morreu durante o seu trabalho, a política do McDonald's foi a culpada por sua morte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Traduza, por favor.

A SRª SANGDOSEO (*Tradução por profissional habilitado*.) – O que eu vou falar para o meu gerente quando voltarmos é que nós não somos descartáveis e o tratamento desumano que recebemos hoje é inadmissível.

Hoje enfrento desafios por causa de nossa luta por melhores condições de trabalho. Não serei detido na minha luta pelos direitos dos trabalhadores. Então, vamos lutar juntos.

Muito obrigada a todos por me ouvir. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Trabalhadora da Coreia do Sul.

Marisol del Carmen Pimental, trabalhadora do McDonald's no Panamá.

A SRª ELISSA BERNAL (*Tradução por profissional habilitado*.) – Perdão. A Marisol infelizmente não pôde comparecer. Está aqui a Elissa Bernal.

Trinta anos de serviço prestado ao Mcdonald's. Eu gostaria de falar sobre as práticas desleais cometidas pelo McDonald's. Práticas desleais vêm sendo cometidas há trinta anos no McDonald's. Por isso, costumamos dizer: "McDonald's, a sua riqueza é a minha pobreza". As mulheres grávidas não têm direito a descanso, não podemos adoecer, porque, se ficarmos doentes, os executivos do McDonald's vão até o hospital, ao posto de saúde para verificar se o trabalhador está doente ou não.

O trabalhador do caixa passa para o banheiro, depois para a limpeza do piso e, mesmo com esse rodízio de funções, nós ganhamos apenas US$2.00 por hora. Além disso, os homens, principalmente os homens de origem indígena, estão impedidos de trabalhar no caixa. O rodízio deles exclui o caixa e alguns deles têm que trabalhar no estacionamento. Isso é discriminação. Também dizem, estão dizendo que as mulheres com mais de 30 anos, com mais de 25 anos não podem continuar trabalhando no caixa, atendendo ao cliente, porque não têm mais perfil para trabalhar no McDonald's.

Além disso, nós somos obrigados a atender o cliente em um minuto. O tempo é cronometrado. Se o cliente não for atendido em um minuto, você não trabalha mais no caixa. Isso porque não preenche os requisitos desse perfil de caixa do McDonald's. Mas como é que eu não vou preencher os requisitos do perfil do McDonald's se eu trabalho há 30 anos no McDonald's, eu dediquei a minha juventude ao McDonald's?

Eu ganho US$700 há trinta anos. A cesta básica do meu país custa US$30.00.

Então, companheiro, essa luta não é uma luta individual, é uma luta de todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, o nome completo para ficar nos *Anais*.

O SR. HARALD WIEDENHOFER (*Tradução por profissional habilitado*.) – Obrigado.

Eu sou Secretário-Geral da Organização Regional Europeia da Uita. Nós temos uma luta de duas décadas com o McDonald's na Europa. Nós ainda enfrentamos muitos problemas – eu não quero me repetir –, mas temos também alguns êxitos.

Em quase todos os países-membros da União Europeia, temos acordos coletivos nos McDonald's. Recentemente, na Alemanha, houve um acordo coletivo. O McDonald's fez uma campanha publicitária na televisão para mostrar para a sociedade que eles estavam concluindo um acordo coletivo com os trabalhadores do McDonald's, mostrando a sua responsabilidade social. Tem o compromisso também de informar os novos funcionários sobre a possibilidade de sindicalização, de dar materiais do sindicato para os novos contratados.

Temos acordos coletivos em vários países europeus que também abarcam os franqueados, os trabalhadores dos McDonald's franqueados, isso é muito importante. Se o segundo maior empregador do setor privado do mundo está, de fato, violando uma norma trabalhista global, eles estão dando um mal exemplo. Isso não é só um problema dos trabalhadores do McDonald's. É um problema de todos os sindicatos. É um desafio para toda a sociedade e para todos os políticos e legisladores.

E é por isso que estamos aqui, contando com o seu apoio, Senador, para que se junte a nós na nossa jornada para fazer com que essa empresa se torne civilizada e tenha um diálogo social com os sindicatos que representam seus trabalhadores.

Por último, e vou dizer por que é verdade, se nós lutarmos, nós podemos perder, mas se nós não lutarmos, nunca ganharemos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fiquei muito feliz de ouvir uma frase de que eu gosto muito: se não lutarmos, já perdemos; e, se lutarmos, poderemos ganhar.

Meus cumprimentos pela fala.

Dawn Butler, membro do Parlamento do Reino Unido. Pode pronunciar o nome na abertura, por favor.

A SRª DOWN BUTLER (*Tradução por profissional habilitado*.) – Boa tarde. Muito obrigado, Senador.

Eu sou Dawn Butler, Deputada britânica.

Muito já foi dito aqui que o governo britânico subsidia empresas como McDonald's em cerca de £11 bilhões, mais de R$50 bilhões que poderiam ser usados para construir habitação popular, por exemplo.

Eu gostaria de citar aqui Martin Luther King. Isso resume por que nós precisamos de uma campanha global. Ele disse: "Eu não posso estar onde eu preciso estar enquanto você não estiver onde você precisa estar". Isso é a inter-relação da sociedade. Então, eu não posso me mover enquanto todos não se moverem.

Quando a gente fala sobre o racismo no McDonald's, apenas semana passada, uma mulher negra na Inglaterra foi comunicada que não poderia ter mais jornadas porque era negra.

Eu me somo a todos os presentes aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone*.) – ... para todos nós, Martin Luther King e Nelson Mandela são figuras inesquecíveis, verdadeiros heróis da humanidade. Parabéns pela citação e pela denúncia que traz neste momento.

O Coordenador Nacional Peter Nielson, do Hotel & Restauration 3F.

O SR. PETER NIELSON (*Tradução por profissional habilitado*.) – Meu nome é Peter Nielson. Eu sou do sindicato dinamarquês 3F. Sou o negociador chefe do acordo coletivo do McDonald's. Há 20 anos nós temos um acordo coletivo com o McDonald's na Dinamarca. Estou aqui há uma semana e ouvi trabalhadores de *fast-food* de todo o mundo falando sobre suas condições, seus salários baixos, mau tratamento. Sendo negociador chefe do acordo coletivo do McDonald's, eu acho que isso é uma lástima, porque eu sei que pode ser diferente.

No meu país, existe um acordo coletivo e pagam um salário decente. Pagam US$22.00 por hora, em vez dos US$8.00 ou US$7.00 que a gente ouve falar que pagam nos Estados Unidos. Eles têm licença maternidade remunerada, têm adicional noturno, hora extra, fim de semana, adicional por fim de semana, férias de seis semanas por ano. É um acordo coletivo decente para os trabalhadores.

Se eles podem fazer isso na Dinamarca e ainda assim ganhar dinheiro, podem fazer em qualquer parte do mundo e ainda assim lucrar. Então deveriam assinar um acordo coletivo em todos os países. Depois virem hambúrgueres e façam seus lucros! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se é possível, sim, em alguns países, por que nos outros não?

Meus cumprimentos pela linha de condução, apontando a pressão, a negociação e o acordo decente para todos os trabalhadores.

Por fim, Valdir Ascari, metalúrgico. Você não é do McDonald's. Com essa camisa e essa gravata!

O SR. VALDIR ASCARI – Essa aqui é das 40 horas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ah, é das 40 horas.

O SR. VALDIR ASCARI – O senhor fez a homenagem aqui o ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Eu me lembro agora.

O SR. VALDIR ASCARI – E não vim pedir pensão, viu, Paim? Então, estamos tranquilos. (*Risos.*)

Quero saudar aqui o Senador Paulo Paim, nosso negro Senador brasileiro, saudar aqui os organizadores do evento, as centrais sindicais, quero saudar aqui o SEIU, companheiro Adi e companheiro Rafael, que estão fazendo um trabalho muito bem, muito bom na área das redes sindicais.

Nós metalúrgicos estamos direto também trabalhando com o UAW, sindicato dos Estados Unidos para tentar diminuir as diferenças.

Entendo que, neste momento, nós estamos chegando no marco da indignidade, no momento em que se procura destruir a classe trabalhadora. E nós devemos reagir a isso.

Ontem, Senador, citei Nelson Mandela. Mandela dizia que podemos ter medo, mas temos que triunfar sobre o medo. E eu acho que nós devemos triunfar sobre a injustiça. Só assim venceremos.

Então, a minha participação aqui vem em nome dos metalúrgicos, porque eu acho que essa luta não é uma luta só dos trabalhadores de *fast-food*, mas de todos os trabalhadores do Brasil e do mundo. Contem com os metalúrgicos do Brasil!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Valdir Ascari, mais conhecido como Quebra-Mola.

Meus amigos, eu quero primeiro deixar registrada a minha alegria de ter recebido aqui. Se faltar alguma delegação, por favor, ajudem!

Delegação dos Estados Unidos, do Reino Unido, Panamá, Coreia do Sul, Chile, Argentina, Alemanha, Austrália, Japão, Dinamarca, Bélgica, República Dominicana, Nova Zelândia, Espanha, França, Suíça, México e Brasil.

Sejam bem-vindos todos. (*Palmas.*)

E ainda antes dos encaminhamentos finais, eu quero dizer que recebi duas cartas do McDonald's; uma mais longa, onde eles fazem uma série de comentários e se referem às tentativas que fizemos na busca de um provável acordo de procedimento ou de entendimento, antes mesmo da audiência. O que não foi possível. Mas lerei a carta menor que recebi do McDonald's. A carta mais longa eu poderia até ler antes das considerações finais dos nossos convidados.

Exmo Sr. Senador Paulo Paim.

Venho, por meio deste, agradecer o recente convite estendido por V. Exª ao Sr. Steve, Presidente e Diretor Executivo da McDonald's, para compor a Mesa da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, que realizar-se-á no dia 20 de agosto, em Brasília. Entretanto, lamento informar que o Sr. Easterbrook não poderá se fazer presente no Brasil, na data da audiência.

Aproveito essa oportunidade para orgulhosamente reafirmar o sólido compromisso do McDonald's para com o Brasil, onde nossa marca se faz presente desde 1979.

A meu ver, o acesso às oportunidades de emprego de qualidade, especialmente para os jovens, é um tema de grande importância para o Brasil.

Através da nossa franquia, Arcos Dourados, atualmente quase 44 mil trabalhadores trabalham em restaurantes do McDonald's, em mais de 190 cidades em todo País. [Ou seja, no Brasil].

De acordo com a Arcos Dourados, 91% de seus funcionários e colaboradores têm menos de 25 anos. Todos os funcionários treinados pela Arcos Dourados são elegíveis para receber o certificado de Técnico em Qualidade de Serviço, com o aval da principal instituição profissionalizante do País, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Apenas em 2014, foram investidos 75 milhões em treinamento e capacitação dos funcionários dessa empresa.

Esse e outros fatores relacionados às práticas trabalhistas da Arcos Dourados a tornam uma importante geradora de empregos de qualidade no Brasil.

Desde já, agradeço pela atenção que nos dispensou.

A outra carta, que é mais longa, precisaria de uns quinze ou vinte minutos para ler. Não sei se vocês entendem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não!

Tudo bem, eu já entendi. Mas eu li a carta. Como li a carta, vou considerá-la como lida. Ela é bem mais ampla que essa e fica nos anais da audiência pública. E na carta eles... Eu só vou fazer a apresentação da carta, aqui, e depois comento o que li. Está escrito:

Apraz-me dirigir-me a V. Exª na condição de Vice-Presidente de Relações Governamentais, da Empresa Arcos Dourados Comércio de Alimentos Ltda, que tem a franquia da McDonald's no Brasil, para responder ao gentil convite feito à nossa empresa para participar de uma audiência convocada por V. Exª sobre práticas trabalhistas no McDonald's, a ser realizada neste dia 20.

Estamos cientes do excelente trabalho realizado por V. Exª, que tem levado ao cabo, no Senado em geral, e em particular nesta Comissão de Direitos Humanos,

e nos sentimos especialmente honrados pelo convite.

Expresso-me em nome da empresa quando digo que V. Exª é altamente respeitado e admirado pelo trabalho que desenvolve em prol dos trabalhadores.

V. Exª é um verdadeiro ícone no campo do Direito Trabalhista. E para nós, poder dialogar, explorar caminhos e compartilhar nossos anseios e realizações com V. Exª é fonte de grande inspiração na busca de constantes melhoras nas condições dos trabalhadores.

Asseguro-lhe que com base na minha experiência pessoal como Deputada que fui, inclusive no Mercosul, entendo perfeitamente suas preocupações em relação às práticas trabalhistas por parte de empresas que operam no território brasileiro.

Aí depois ela diz que, infelizmente, não poderia responder, ela pelo McDonald's, e essa direção do Brasil, do mundo. Mas o que percebi na carta é isso que quero dividir com vocês.

Percebi, no conjunto da carta, que eles demonstram vontade de estabelecer um processo de diálogo, de negociação, de entendimento, na busca de resolver as questões enumeradas por vocês e que eu já tinha recebido também por parte do Moacir.

Eu vou dar a minha opinião para vocês. E todo mundo sabe que eu nunca fui de omitir a minha opinião sobre os fatos. Eu acho que a situação aqui relatada é de fato grave e merece uma postura firme, clara e decidida de interagirmos junto à direção do McDonald's em nível internacional, de mundo, e também aqui.

Eu venho do movimento sindical. Iniciei minha vida como sindicalista; presidi a única central que uniu todos os trabalhadores do meu Estado do Rio Grande do Sul, e depois fui secretário-geral e vice-presidente quando houve o racha no movimento sindical brasileiro, na CUT; e depois virei Deputado Federal Constituinte, desde 1986 até hoje. Entrei no Parlamento e nunca mais saí. Ajudei a elaborar a Carta Magna.

Eu, muito mais, vou dar aqui a minha opinião. É claro que vocês são os dirigentes máximos das entidades que representam. Pela carta deles que eu recebi aqui, eles se mostraram abertos ao diálogo, à conversa, para tentar resolver a situação que eles sabiam que aqui seria colocada para o Brasil, com gravação que com certeza é uma... São gravações que não têm limite.

Hoje, todo mundo diz que a internet não tem fronteira, mas como eu ouvi aqui o exemplo da Dinamarca de que é possível construir acordo em alguns países, eu sou muito propositivo. Mas naquela frase que foi dita – eu a uso de outra forma, mas com o mesmo objetivo –, o pessimista é sempre um derrotado por antecipação, e o otimista vai pelear até o fim na busca dos seus objetivos. Então, a mim e a nós – creio eu – ninguém derrota por antecipação. É essa linha que se vocês entenderem que seja o caminho, o primeiro caminho que nós poderíamos fazer...

Eu estou pegando aqui o exemplo do Canadá, que acabou dando certo. Nós poderíamos nos reunir depois, Moacir, e montar o que chamaríamos de uma comissão de alto nível, para tentar interagir com a direção do McDonald's em nível mundial. E ao mesmo tempo estabelecer também um diálogo aqui no Brasil com os representantes da McDonald's. Porque nesses dois, três, quatro, cinco, seis, sete, quase dez dias que antecederam esse momento, eu recebi os representantes dos trabalhadores e dos empregadores. E confesso a vocês que não medi esforços para chegar aqui nessa reunião e apresentar um acordo, inclusive, não que eu tenha feito, mas que os líderes dos trabalhadores no Brasil – o Moacir os estava liderando – conseguissem extrair, e que fosse aquele acordo uma referência inclusive em nível internacional.

Não foi possível! Mas não dá para negar que tínhamos avançado no termo do acordo mediante tudo aquilo que eu ouvia aqui e já tinha ouvido.

Por isso, se vocês entenderem que este é o caminho...

Porque o papel do Ministério Público do Trabalho vai continuar acontecendo. Isso independe de nós.

Mas eu aprendi, no mundo sindical –, e estou tomando essa liberdade de dialogar com vocês porque me considero da família sindical – que o diálogo é uma permanente arma nossa também, como a greve é uma arma permanente. Como o boicote é uma arma permanente quando a gente entender que deve usá-la. Mas

como essa audiência foi importante para sinalizarmos para o Brasil e o mundo que o movimento sindical brasileiro, e mesmo o internacional, está aberto ao diálogo, está aberto à discussão, na busca de soluções objetivas!

Eu sempre digo que quero, no momento que estou aqui, pensar naquele que está atrás do balcão, que são os trabalhadores. Quero pensar naquele que está lá na fritura, que está lá tendo jornada flexível. É nele que eu estou pensando! E se conseguíssemos, a partir dessa audiência pública, interagir, sob a liderança de vocês, nós poderemos contribuir, sob a liderança de vocês, para a busca de um grande acordo que melhore a vida dos trabalhadores do McDonald's no Brasil e no mundo, olha, eu diria que valeu a pena me ter eleito Senador. (*Palmas.*)

Quando digo isso, é porque sei que a minha sensibilidade é a mesma de vocês. Eu sou daqueles que peleia até o último momento, não joga a toalha, acreditando que a força dos trabalhadores, a energia, a fibra, a raça, o universo há de conspirar a favor daqueles que fazem o bem se olhar a quem.

Isso não quer dizer nada, pessoal. Estou sendo bem claro de que nada mudará! Aquilo no campo da Justiça, que temos de interagir, que temos de pressionar, os levantaremos que faremos; o combate do trabalho escravo no Brasil e no mundo que continuaremos fazendo. Esse é o nosso papel. Mas como sindicalista, eu acho que deveríamos, nesse momento, a partir de uma audiência forte como essa...

Pessoal, isso nunca aconteceu no Brasil. Nunca! Nunca aconteceu no Brasil uma audiência pública com representantes e Líderes de vinte países que vieram aqui dar depoimento. E percebi, em algumas falas, o desejo de que o Brasil também ajude nessa concertação em nível internacional.

É nessa linha que eu me dirijo a vocês. A decisão é de vocês.

Enfim, eu gostaria muito de ouvir, quem sabe o Moacyr e outros, sobre qual o encaminhamento que entendem mais adequado.

Eu dei aqui uma contribuição ao debate no encerramento dos trabalhos.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Sr. Presidente, mais uma vez, acho que não havia necessidade da minha palavra no início, de falar de V. Exª, da força da sua tarefa e da parte democrática que V. Exª pratica, permanentemente.

Eu gostaria, antes, de referendar, pelas nossas palavras, que nós fizemos de tudo para fechar um acordo. Nós tivemos...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu fui testemunha.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Nós tivemos reunião em São Paulo com os companheiros do Sinthoresp, da Fetepar, e fizemos um rol muito longo, por sinal. E chegamos a algumas questões que foram possíveis. Mas houve questões de que nós não poderíamos abrir mão, até em homenagem e respeito ao Ministério Público e à Drª Margaret.

Eles permaneciam querendo que nós abríssemos mão dos menores que trabalhavam nas fritadeiras e fazendo limpeza. E nós não poderíamos jamais, jamais abrir mão ou negar a conquista que V. Exª conseguiu no nosso Paraná, porque sou paranaense também. A senhora, a nossa Fetepar, o Wilson Pereira. E nós não podíamos renegar esse tipo de coisa.

Segunda questão, entre elas das mais pesadas: nós não podíamos também nos esquecer da jornada variável lá de Pernambuco, que foi o Dr. Leonardo quem conquistou e trabalho na justiça. E também eles não aceitavam de forma nenhuma a questão de multa nesse acordo coletivo. E para nós, um acordo coletivo sem uma multa decente, sabendo que o dinheiro não é problema para eles, nós jamais poderíamos fechar esse tipo de acordo. Essa é uma questão.

Terceira. Nós não queremos acabar com o McDonald's, porque gera empregos de 50 mil pessoas, diretos, fora os indiretos. Então, nós não podemos jamais perdê-lo.

Nós voltamos a pedir ao Ministério Público que não nos abandone. Não desista de nós. Nós os trabalhadores precisamos muito de vocês. Precisamos muito, nós de vocês. Precisamos que vocês vão em frente na questão da força-tarefa, porque já sentamos com o Ministério do Trabalho, com o Procurador-Geral que está nos deixando agora, mas temos certeza que a continuidade do trabalho será feita. Nós necessitamos muito dessa força-tarefa.

Ampliando um pouco, não vamos ficar fechados só no que foi decidido na justiça. Nós necessitamos dar continuidade.

Senador, nós sempre somos abertos para as questões das discussões. Nós somos também muito democráticos, respeitamos a posição dos demais. E nós estamos abertos à negociação. Eu acho que é negociando que se constroem as coisas, em qualquer parte do mundo. Mas precisamos ter a sua interferência e estar sob a sua Presidência esta negociação, para jogar água benta em cima, para que possamos, com certeza, não digo dar exemplo para o mundo, mas ter o mundo junto conosco, porque a gente não faz as coisas sozinhos.

Nós temos absoluta certeza, Senador, de que vamos conseguir. Não somos pessimistas. O dirigente sindical não é pessimista, porque se fosse pessimista não seria dirigente sindical. É através da luta que nós conseguimos a paz. Isso está num livrinho chamado *A Arte da Guerra*. E nós temos de trabalhar por isso. Então, é através da luta, da guerra, que conseguimos a paz. E nós acreditamos nisso.

Para fechar o meu posicionamento, porque acho que já falei demais, o M do McDonald's, a partir de agora, Presidente, não é mais McDonald's. O M do McDonald's também não significa Marlene, que é a diretora maioral do McDonald's. O M do McDonald's é movimento de massa. M de movimento, m de massa. Esse é o M que nós vamos ver. (*Palmas.*)

Quando nós passarmos na frente do McDonald's, vamos entender dessa forma, que o movimento sindical está unido em trabalhá-lo. E para fechar efetivamente, Senador, duas frases do nosso Hino Nacional que não poderiam ser diferentes. Nós conseguimos conquistas com braços fortes, e não será visto um filho que fuja da luta.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Moacyr.

Eu vou passar a palavra aos próximos, pessoal, mas quero só que vocês entendam que ninguém está pedindo aqui que vocês deixem de ir à luta, senão... Eu acho que fui muito claro, aqui. Ninguém está pedindo que o Ministério Público trabalhe ou deixe de investigar. Ninguém está pedindo isso. O Ministério Público entendeu isso.

O que eu estou dizendo aqui, eu gostaria que alguém em respondesse. O Moacyr, que é meu amigo pessoal, claro, colocou seu ponto de vista como sindicalista. Mas há um momento na vida, pessoal, que a gente tem que dar uma de estadista. Nós precisamos, na história da humanidade, também de estadistas; não precisamos só do militante, que diz: "Comigo é no ferro e a fogo". Eu vou precisar de alguém que tenha um balde d'água para dizer que o ferro e o fogo são importantes, mas não há nem ferro nem fogo sem água.

Então, eu queria... Não é que eu seja um estadista. Eu queria que vocês entendessem que o papel do Presidente tem que ser um pouco de mediador, senão não há razão de eu vir aqui fazer um pronunciamento bonito para vocês, que batem palmas. E isso eu sei fazer. Vou ali no palanque, no meio da rua, e ganho palmas de muita gente. Vocês acompanharam meus pronunciamentos. Isso eu sei fazer! Mas o meu papel aqui, pessoal, recebendo uma delegação do mundo todo, de vinte países, não é um papel de militante.

Eu estou aqui como Senador, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado, que tem a obrigação de no mínimo tentar interagir junto a esse mundo tão complexo de empregado e empregador, e com a minha convicção de alma e de coração de que dei o melhor de mim pensando naquele trabalhador que está lá com a tal de chapa quente – que eu nunca vi, mas deve ser um inferno aquilo –, queimando os braços. É isso... Na tal jornada flexível, que deve ser um terror! Eu nunca tive uma jornada flexível no sindicato que trabalhei, em que eu militei durante a minha vida, é isso que eu queria que vocês entendessem um pouco.

Talvez não seja aqui, na grande plenária, mas numa reunião menor, onde alguém tem que fazer o papel mais de Estadista. E é nesse sentido que eu tentei fazer a minha fala, pessoal. Quero que vocês entendam isso. Militante eu sou. Mas aqui na Presidência, agora, eu tenho que fazer o papel naturalmente de um mediador, de um construtor, de alguém que quer um conserto que não permita mais que uma mulher negra, por exemplo, seja afastada do caixa porque é negra. Ou acham que isso não dói na minha pele? Eu sou negro. Eu sei muito bem onde doem, para quem é negro, os atos de racismo, como foi o meu caso, ao longo da minha vida. Superei. Mas não deixei de olhar para trás, para milhões e milhões de companheiros irmãos negros que até hoje sofrem o racismo.

E qual é o meu papel? Naturalmente é contribuir. E assim eu fiz no Parlamento. Só para situar os companheiros da comunidade negra. Desde a história da República no Brasil não teve um Parlamentar que apresentou e aprovou tanta lei – isso é um estudo da UnB – pela luta contra o preconceito no Brasil como este Senador. E digo isso com orgulho. (*Palmas.*)

E digo com orgulho, porque fiz o meu papel. Eu saí da militância e fui para a ação. E eu tinha que fazê-lo.

Eu queria que vocês entendesse isso só. Foi uma alegria enorme. Eu vou dizer o que me disseram, antes de concluir: "Mas, Senador, trabalhamos tanto para construir aquela homenagem da Apae, e você era o Presidente do Plenário naquela manhã". Me disseram aqui agora, pelo WhatsApp, né? "Você devia estar lá, porque estava sendo promovido para todas as cidades do Brasil aquele evento da Apae, e você passou a Presidência para outro, humildemente, e veio para esta reunião".

Lá era uma homenagem. A Apae já está construída. É uma grande entidade, que ajuda as pessoas excepcionais no Brasil e no mundo. Lá estava construído. Aqui estava o conflito. E entre as palmas do aplauso, de estar lá fazendo homenagem para a Apae... e eu apresentei o requerimento de homenagem à Apae. E não me arrependo. Foi um belo evento. Eu saí de lá, entreguei a Presidência e vim para cá, porque aqui a minha intenção não são só as palmas. É ver qual é o encaminhamento que nós vamos fazer no final, objetivando, como eu

digo de novo, responder alguma coisa para aqueles que estão lá, os milhões, do mundo todo, de brasileiros e não brasileiros, de homens e mulheres que vão perguntar para vocês: e daí? Vocês vieram do Brasil. Como foi lá todo esse movimento que fizeram? "Ah, lá nós mandamos o Ministério Público continuar peleando". Isso ele vai fazer, porque é o papel dele. E estou falando com todo carinho para o Ministério Público aqui, o doutor há de me entender. Isso vocês vão continuar fazendo!

Mas qual é o encaminhamento que nós faremos?

Por favor, V. Exª me deu a impressão de que queria usar a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Em seguida, o Ministério Público.

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. (*Palmas.*)

O SR. LEONARDO OSORIO MENDONÇA – Senador, primeiramente, eu queria falar para V. Exª que V. Exª deveria estar lá. Mas V. Exª também deveria estar aqui. E aí é muito complicado. Mas conseguiu estar lá e estar aqui e conduzir de forma brilhante esta reunião.

Eu queria também citar que, na fala do Dr. Maximiliano, apareceu um prisma. E eu quase levantei a mão para falar, mas fiquei com vergonha na hora, no qual McDonald's fala que um dos motivos de aumento dos custos no Brasil é a obrigação de migrar de uma jornada variável para uma jornada fixa. Então, não posso dizer que isso, em que pese dar mais custos para a empresa, ajudou a dar mais custos. Mas como esses custos estão sendo feitos porque ela está passando a respeitar a legislação, eu não posso deixar também de falar que eu fiquei orgulhoso, porque é algo que mostra que o trabalho, de alguma forma, tem dado resultado. (*Palmas.*)

Não posso falar aqui pelo Ministério Público do Trabalho. O atual Procurador-Geral é o Dr. Camargo e a partir de segunda-feira será o Dr. Ronaldo. Mas, mesmo a gente tendo uma certa dificuldade de falar, até mesmo para nossos colegas, sobre nosso trabalho, e falar tudo o que foi falado aqui, o Ministério Público foi muito homenageado na maioria das falas. E eu penso que tanto a Drª Margaret como eu temos a obrigação de passar para as lideranças do Ministério Público do Trabalho tudo o que aconteceu aqui.

Esta audiência pública, por exemplo, foi bem maior – não quero desmerecer ninguém o convite – do que eu imaginava. É algo que me satisfaz bastante e me engrandece. Então, nós iremos levar, sim, à cúpula do Ministério do Trabalho. Não podemos decidir, mas é nossa obrigação, até porque nós, como eu disse antes, no acordo que eu "fiz", que foi feito em Recife, ninguém tem mais interesse do que eu; o mesmo ocorre com a ação da Margaret, ninguém tem mais interesse do que ela, pode ter igual.

Por fim, eu queria falar que ninguém pense que eu sou louco antes de terminar. Eu queria falar um pouco de mim, mas muito pouco. Eu fui autor da ação da Jornada Móvel Variável e gosto muito de *rock*. Gosto muito do U2, não porque eles fazem músicas em homenagem a Martin Luther King, ajudaram na libertação do Mandela, ajudaram na libertação da Aung San Suu Kyi, que era a única pessoa ganhadora do Nobel da Paz mantida em cadeia, e também por causa da música. E, no Brasil, gosto muito da Legião Urbana, do Renato Russo.

Por que eu queria falar isso? Ouvi muito aqui e acho, sem falsa modéstia – não gosto de fazer propaganda do meu trabalho – que a ação civil pública que eu fiz fala um pouco de tudo o que retrata a rede McDonald's. E eu estou falando de *rock,* para ninguém me chamar de maluco, porque a ação começa com a música do Renato Russo, do Legião Urbana. Eu copiei a música inteira e, depois, comecei a falar e escrever, coloquei o perfil dos empregados da empresa e, depois, escrevi um trecho da música, que diz o seguinte: "Quem me dera, ao menos uma vez, como o mais belo índio, da mais bela tribo, não ser enganado por ser inocente".

Continuei escrevendo e falando dos cartões de ponto que a empresa apresentou. A própria documentação que a empresa apresentou, e aproveitando um trocadilho, porque nós chamamos o cartão de ponto de, também, espelho de ponto, para citar outra frase dessa música: "Nos deram espelho e vimos um mundo doente". E, no final, conclui e acho que citei outros trechos da música na própria peça e falei da nossa situação absurda e de que não mais poderia continuar assim. E, acho, o último trecho que coloquei da música, fala: "E o futuro não é mais como era antigamente". E esse futuro, acredito, depende de cada um fazer um futuro melhor para esses trabalhadores do que o presente e o passado que existiu.

Era isso o que eu queria falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, muito bem, muito bem!

Já vi que temos mais poetas no plenário.

Pessoal, acho que nós podemos ir ao encaminhamento. Eu entendi aqui e me permito que assim encaminhe.

Ponto número 1 – O Movimento Sindical Mundial, aqui reunido, está aberto ao diálogo, como sempre esteve, para dialogar, e na construção de respostas objetivas que atendam os interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras, no Planeta, em relação, neste caso específico, do McDonald's, e também de outras empresas, não é?

2 – O Ministério Público do Trabalho – e nós não temos autoridade para falar qualquer frase contrária a isso – vai continuar fazendo o excelentíssimo – permitam-me – belíssimo – usaria todos os íssimos possíveis – trabalho que vem fazendo até o momento, e ajudando muito, inclusive esta Comissão de Direitos Humanos. Não há uma vez em que o Ministério Público do Trabalho não esteja aqui, ao ser convidado. Demonstra, para todos, sua capacidade de inibir, coibir, proibir, multar, dentro das possibilidades legais, naturalmente, com o julgamento em juízo, em segundo momento, aquelas empresas que cometem qualquer tipo de arbitrariedade.

Agora, o que eu farei, se vocês entenderem... O gesto desta Presidência é fazer uma carta – se vocês aqui entenderem –, relatando o que eu ouvi aqui, para a direção do McDonald's, deixando claro que vocês estariam abertos ao diálogo, ao entendimento, seja aqui, na Nova Zelândia, nos Estados Unidos, porque esse é o papel do movimento sindical. Se vocês assim entenderem, eu sintetizo aqui, e a luta de nós todos continua. Sempre digo que ninguém fará a luta por nós, nós é que temos de fazer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É apenas uma fala de encaminhamentos que nós vamos ter que fazer, porque não adianta eu sair daqui com uma posição que não aponte para além do horizonte, que não aponte para o futuro, que não aponte para a construção, que não aponte para a melhoria da qualidade de vida.

A Adriana falou com muita clareza da situação que ela passa com o seu filho. É isso que estou olhando, Adriana, como você vai chegar lá... E não quero que continue tudo igual. Nós vamos trabalhar para isso. A pressão vai ter que ser feita como sempre fizemos. Agora, que haja o diálogo por parte da cúpula, mas nenhum acordo, como dizem as pessoas com deficiência, tudo com nós e nada sem nós. Só com a participação coletiva nós poderemos chegar a uma construção que atenda os interesses dos milhões e milhões de trabalhadores no mundo.

Eu entendo que a audiência pública cumpriu o objetivo. Vamos encerrar neste momento, a não ser que o Moacyr, que propôs esta audiência, ainda queira fazer alguma consideração.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH AUERSVALD – Só agradecer, finalizando com a nossa foto tradicional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foto vai sair.

Então, muito obrigado a todos.

Vivam os trabalhadores no Brasil e no mundo! Direitos humanos é universal e não tem fronteira.

Convido a todos para uma foto aqui. (*Palmas.*)

(Iniciada às 9 horas e 7 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 57 minutos.)

ATA DA 68ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2015, SEXTA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Hélio José**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Hélio José, Paulo Paim e João Capiberibe. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 127 de 2015-CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater: "a crise do sistema de saúde em Brasília e no Brasil, e apontar novos rumos para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Renato Lima, Médico da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Paulo Feitosa, Médico da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; Celestino Chupel, Coordenador do Núcleo de Saúde e representante da Defensoria Pública do Distrito Federal; Jorge Viana, Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Distrito Federal; Thiago Coelho, Subsecretário de Gestão Participativa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal; e Edy G. Mascarenhas, Núcleo de Enfermagem – CSBIS / Vila Planalto – SES/DF. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Joel dos Santos, Presidente do Conselho de Saúde de Samambaia; Anunciação Soares Castro Alves, Secretaria de Saúde – GESS/SAS/SES; Catiane dos Santos Rocha, Conselho de Saúde/Samambaia; João Pimenta, Presidente da Federação dos Aposentados do DF e Entorno; Alessandra Corrêa, Gerente do Centro de Saúde 1 em Brazlândia; Antonio Telles, Secretaria de Saúde; Adriceser Avila, Servidor da SES/DF; Davi Lima, Servidor da SES/DF; Simone Guimarães, COMPP – SES/DF; Filomena Barros, Presidente da Comissão de Registro de Auxiliares e Técnicos de Saúde Bucal/DF e Presidente Nacional dos Técnicos e Auxiliares de Saúde Bucal; Sonia Margareth, Gerente CSBIS – SES/DF; Francinery Alves Bastos, Assistente Social – Servidor da SES/UMST; Daniel de Souza Matos, Usuário – Fercal; Alcione, Farmacêutico do Hospital Regional de Ceilândia; Maria José da Silva, Missionária - Recanto das Emas; Josiane Alves Jacob, Usuária; Cleber Karpov, Jornalista do Blog Política Distrital. O Senhor Presidente lê pergunta recebida de cidadão por meio do Alô Senado, a qual é respondida pelo expositor Thiago Coelho, Subsecretário de Gestão Participativa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. O Senhor Presidente passa a presidência para o Senador João Capiberibe às nove horas e cinquenta e oito minutos. Às dez horas e sete minutos o Senador João Capiberibe devolve a presidência ao Senador Hélio José. Fazem uso da palavra os Senadores Hélio José, João Capiberibe e Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente eventual e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Hélio José
Presidente Eventual da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria dar um bom-dia a todos! São 9 horas.

Declaramos aberta a 68ª Reunião, Extraordinária, da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 127, de 2015, da CDH, de autoria do Senador Hélio José, para debater sobre o tema "A crise do sistema de saúde em Brasília e no Brasil" e para apontar novos rumos para a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SES/DF).

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, através do *link* www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, através do número 0800612211.

Quero fazer um comentário. Primeiro, quero fazer um preâmbulo das motivações que nos levaram a esta audiência pública. Quero dar as boas-vindas aos presentes na audiência pública e dizer que esta audiência resulta da necessidade de buscarmos soluções para as questões da saúde pública no contexto do Distrito Federal e do Brasil, tendo em vista as inúmeras queixas vindas de vários setores da sociedade, que vão desde

a falta de recursos e de insumos até o gerenciamento do setor, colocando em xeque o próprio respeito aos princípios do SUS no Distrito Federal.

Nós reconhecemos que o SUS, ainda que incompleto, com suas limitações e contradições, gerou ações de saúde de amplo alcance, com resultados inequívocos de relevância social e sanitária, tornando-se referência para o mundo em vários aspectos. Cito como exemplo o Programa DST-Aids e o Programa Controle do Tabagismo, entre tantos outros que o SUS faz para atender a comunidade. Mesmo assim, muito se tem visto na mídia um discurso de enfraquecimento do SUS que representa interesses de grupos descomprometidos com a saúde pública e a serviço de interesses contrários às políticas sociais, divulgando apenas as fragilidades do sistema que afetam, de alguma forma, parcela significativa da população.

A Conferência de Saúde do DF colocou, recentemente, frente a frente, vários profissionais, usuários e gestores numa discussão importante para os rumos do SUS. Hoje, aqui, nós convidamos alguns desses técnicos para que, juntos – Executivo, Legislativo e população –, possamos aprofundar o debate de proposições capazes de apontar saída para as dificuldades enfrentadas.

A Lei nº 8.080 do Sistema Único de Saúde é uma das leis mais avançadas, mas não bastam as leis, pois a realidade mostra que esta ainda não está sendo aplicada na sua integralidade, respeitando os princípios da universalidade e da resolutividade.

Estamos às vésperas da 15ª Conferência Nacional de Saúde, com a urgente necessidade de se agregarem forças políticas e sociais em defesa do SUS. Nesse contexto, acreditamos que esta audiência seja para a saúde mais um espaço fértil na busca de soluções para o enfrentamento dos problemas que afligem nosso povo.

O SUS colocou em prática o art. 196 da Constituição Federal, que diz que "a saúde é direito de todos e dever do Estado". É exatamente nessa linha que estamos dando continuidade a um trabalho importante que vimos fazendo aqui.

Fizemos, primeiro, um pronunciamento no plenário, colocando a dificuldade de estrutura na saúde pública do DF – a estrutura vem de longas datas –, colocando as dificuldades que nosso Governo, recentemente eleito, enfrentou quanto à falta de pagamentos de contratos, colocando as dificuldades em relação a pagamento de servidores. Então, tivemos uma primeira problemática, logo quando o Governo assumiu. Como é um Governo profundamente comprometido com a saúde pública, ele está de todas as formas procurando rumos.

Baseado exatamente nisso, em colaboração com o Governo do Distrito Federal, com o Governo do Sr. Rodrigo Rollemberg, nosso companheiro Senador nesta Casa por muitos anos, é que fizemos o primeiro discurso, colocando essa problemática. Depois, fizemos outros discursos colocando a problemática pessoal, colocando a dificuldade que temos para atender a população da forma como todos nós gostaríamos. Faltam insumos, faltam questões básicas para que possamos atendê-la.

Em seguida, também fiz uma fala no plenário a respeito da 15ª Conferência Nacional, em Brasília, que vamos realizar agora. Inclusive, fiz um documento que a Dalzi está distribuindo aí como provocação e colaboração para a discussão da Conferência de Saúde do Distrito Federal. Estamos agora às vésperas da realização da 15ª Conferência Nacional, que vai ser realizada exatamente aqui, em Brasília.

Esse debate que a gente inicia hoje será feito em duas etapas. Qual é o objetivo grande hoje? Levantarmos as problemáticas do ponto de vista das entidades representativas de classe. Por isso, aqui foram convidados o Sindicato dos Médicos, o Sindicato dos Técnicos, o SindSaúde e o Sindicato dos Enfermeiros, os quatro principais sindicatos da área de saúde do Distrito Federal.

Além disso, convidamos a Secretaria da Casa Civil do Distrito Federal, na pessoa do Sr. Sérgio Sampaio, que não pôde vir a esta audiência pública por problemas de internamento, por problemas de saúde. Ele está fazendo uma cirurgia hoje. Mas, em compensação, foi feita a permuta com um colega que havia sido convidado para o dia 28. É uma pessoa que está bem atualizada para estar aqui hoje, porque foi exatamente Secretário-Geral da Conferência da Saúde do Distrito Federal e ajudou a organizá-la. Ele é o Subsecretário de Gestão, que é o nosso querido Tiago Coelho. Ele vai participar daqui a pouquinho da nossa primeira Mesa.

Ainda haverá a segunda Mesa, depois da fala das entidades de classe e de alguns técnicos profundamente conhecedores e de competência notória no Distrito Federal que convidamos: o Dr. Renato Lima, que foi coordenador do HRAN, uma pessoa que está bastante atualizada nesta discussão; o Dr. Paulo Feitosa, que ajudou a escrever todo o programa do governo eleito do Senador e agora Governador Rodrigo Rollemberg; o representante da Defensoria Pública da União (DPU), que deve estar chegando aqui. Constantemente, a DPU solicita mandado de segurança para poder internar pessoas na UTI por causa de todas as dificuldades da rede. Então, por isso, hoje, o representante da Defensoria também foi convidado para essa primeira plenária.

Além disso, na segunda plenária, depois de levantarmos toda a problemática aqui – a segunda plenária é a sequência desta; é como se fossem duas plenárias, pois, como não dá para fazer tudo de uma vez só, nós dividimos em dois tempos –, nós estaremos aqui com o Ministério da Saúde, com a Secretária Nacional de Aten-

ção à Saúde, que é a principal secretaria ligada aos hospitais e à rede de saúde do Brasil, e com os seguintes representantes e órgãos: Ministério Público, na pessoa do Sr. Jairo Bisol, que é o Procurador que discute toda essa questão da saúde; o nosso Secretário de Saúde, o Dr. Fábio Gondim, que vai nos dar o prazer de estar aqui conosco também; o representante da saúde suplementar da micro e pequena empresa, dono da Macrovisão, o Dr. Eliézer; o representante da saúde suplementar da grande empresa, o Dr. Rafael; e o nosso Coordenador e Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal, o Sr. Helvécio.

Eu espero que esses dois debates contribuam com o nosso Governador Rollemberg, com a nossa Secretaria de Saúde, com o Brasil, porque nós vamos mandar todo o conteúdo da discussão de hoje e da próxima sexta-feira ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Saúde, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, a fim de que, juntos, nós, Senado, Poder Executivo, Poder Legislativo, possamos colaborar efetivamente com a Secretaria de Saúde.

Como é que vai ser a nossa participação aqui, do nosso público? Não é praxe, nas audiências públicas, abrir para a plenária, mas aqui vai ser diferente: nós vamos abrir para a plenária poder falar e se pronunciar. Todos os convidados têm de cinco a dez, no máximo, quinze minutos, para fazerem suas exposições. Depois que os convidados fizerem todas as suas exposições, nós vamos abrir para a plenária, com o tempo de três minutos, conforme inscrição, poder fazer colocação e perguntar. Então, todo mundo que quiser fazer suas colocações terá direito a participar. Em seguida, nós vamos retornar aos debatedores, que vão responder às perguntas feitas pela plenária em blocos – o número de pessoas nesses blocos dependerá do número de inscrição. E, por último, vamos abrir para as considerações finais dos nossos convidados.

Há alguns convidados que ainda não chegaram, mas, em respeito a todos, nós vamos começar os nossos trabalhos desta audiência pública.

Eu gostaria de chamar aqui à Mesa o nosso representante da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, nosso Subsecretário de Gestão Participativa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, Dr. Tiago Coelho. Uma salva de palmas para o Tiago. (*Palmas.*)

Vamos convidar aqui também o Dr. Renato Lima, médico da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a vir compor a Mesa. (*Palmas.*)

Vamos convidar também o Dr. Paulo Feitosa, médico da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e coordenador do programa de saúde do Governo Rollemberg. (*Palmas.*)

Vamos convidar aqui para a Mesa também o Dr. Celestino Chupel, Coordenador do Núcleo da Saúde e representante da Defensoria Pública do Distrito Federal. (*Palmas.*)

E vamos convidar – eu acho que não chegou ainda – a Marli, Presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimento de Serviço de Saúde de Brasília, Distrito Federal. Já chegou a Marli ou não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Ainda não.

Vamos convidar o Dr. Gutemberg Fialho, Presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal. Já chegou o Dr. Gutemberg?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Também ainda não. Quando chegar, colocamos à mesa.

O Sr. Jorge Vianna, Vice-Presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal. Já chegou o Jorginho?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Também ainda não. Quando chegar, colocamos à mesa.

Parece que as entidades de classe não estão querendo discutir. (*Risos.*)

E vamos convidar a Fátima Aparecida Lemes, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal para compor a Mesa. Já chegou a Fátima?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Tenha a gentileza de compor a Mesa.

Pessoal, numa terceira etapa, estou pretendendo chamar os representantes de classe, o Coren, o Conselho de Medicina, todos os conselhos e as associações, como a Associação Médica, para todos se colocarem

numa terceira oportunidade. E, numa quarta oportunidade, pretendemos convidar só os usuários, para darmos continuidade a esse processo de atendimento com a participação do Governo. (*Pausa.*)

É o Dr. Marcos Gutemberg ao telefone. Por favor, alguém atenda o Gutemberg aqui para mim, por favor.

Pessoal, vamos dar início à nossa plenária com os colegas que atenderam ao chamado para este debate.

Antes, eu gostaria de registrar aqui a presença do nosso Subsecretário de Relações com o Congresso, o Dr. Edvaldo, servidor desta Casa, que tem sempre feito o contato entre Governo do Distrito Federal e todos os Senadores desta Casa. O Edvaldo está ali. Eu quero agradecer ao GDF, Edvaldo.

E eu gostaria de agradecer também à Drª Andrea Kawamoto, Coordenadora de Saúde de Sobradinho.

Eu não vi a Drª Eliene. Ela já chegou aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Não chegou ainda. Ela ficou de passar aqui. Se a Drª Eliene, que é a Secretária Adjunta do nosso Secretário Fábio Gondim, chegar, como ela está com bastante compromisso na Secretaria de Saúde, eu vou pedir vênia aos nossos membros da Mesa e a vocês para abrir a palavra a ela, porque ela vai ter que se retirar imediatamente por causa da agenda para tentar resolver as coisas relativas à saúde do DF. A participação da Secretaria de Saúde, como debatedora aqui nesta Mesa, na pessoa do Secretário, será na próxima, no dia 28.

Vamos começar, então, o nosso debate, ouvindo o nosso querido Renato Lima. Quer falar, Renato?

O SR. RENATO LIMA – Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Você trouxe alguma transparência? Alguma questão?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Chegou?

Vamos convidar para compor a Mesa o nosso Vice-Presidente do Sindicato dos Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal, nosso querido Jorge Vianna. Por favor, Jorge. (*Palmas.*)

Aqui, ele nos dá o prazer de representar todas as nossas entidades de classe. Jorge, seja bem-vindo.

Gostaria de saber se a nossa televisão está com algum problema? Eu vi que não está transmitindo as imagens...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – A TV, em geral, está transmitindo tudo o que estamos fazendo aqui. O problema é que a nossa está com algum defeitinho. Daqui a pouco, nós vamos consertar esta daqui do plenário.

Dando início a esta audiência pública, vamos ouvir um servidor da Secretaria de Saúde, no ponto de vista dos servidores, dos gestores, uma pessoa que foi gestora do HRAN, o Dr. Renato Lima, que vai fazer sua exposição.

Só para colaborar com você, Renato, quando chegar a oito minutos, eu aviso. Você pode ir até quinze minutos – você e todos da Mesa.

O SR. RENATO LIMA – Bom dia.

Eu gostaria de iniciar cumprimentando os membros da Mesa. Eu gostaria de cumprimentar o visionário e competente Presidente do Sindicato dos Técnicos em Enfermagem, Dr. Jorge Vianna; cumprimentar o membro da Defensoria, Dr. Celestino; cumprimentar o Subsecretário, Dr. Tiago; e cumprimentar a nobre autoridade em pneumonologia e médico, Dr. Paulo Feitosa.

Senador, gostaria de cumprimentá-lo e aproveitar este momento para dizer algumas palavras também a V. Exª. V. Exª tem, cada vez mais, me surpreendido na gestão do seu trabalho como representante do Distrito Federal, como Senador. (*Palmas.*)

E isso, Senador, tem uma explicação: V. Exª reúne algumas características que são necessárias para qualquer gestor, para qualquer pessoa, para qualquer legislador desenvolver com qualidade um trabalho.

V. Exª tem amor no coração. É preciso que as pessoas que vão, no seu futuro, tratar com saúde ou mesmo legislar ou fazer qualquer atividade façam com amor, com entusiasmo. É somente com amor, como disse Paulo aos Coríntios, que as coisas vão dar certo. Sem amor, de nada vale. E V. Exª tem amor no coração. É preciso amor aos gestores; é preciso amor aos servidores; é preciso que as pessoas tenham amor também com os servidores.

E não é só isso, Senador. O gestor tem de ter respeito. Respeito é fundamental. E, com respeito, vem honestidade. É preciso que o gestor trate o seu trabalho com honestidade. E honestidade não é só em relação a dinheiro, não; honestidade é também para com as pessoas. É muito fácil e desonesto um gestor culpar hoje o

servidor pela crise na saúde. Isso é, no mínimo, covarde e desonesto. É preciso honestidade dos gestores para com o servidor; é preciso honestidade dos servidores para com os gestores e também para com os pacientes.

É necessário também, Senador – e também isto V. Exª tem demonstrado –, conhecimento. Em momentos de crise, não há tempo para curva de aprendizado. Você tem curva de aprendizado na sua formação; em momentos de crise, é necessário alguém que conheça a pasta e que saiba o que está fazendo em momentos de crise. É como, Dr. Paulo, em uma cirurgia em que o paciente está lá sangrando, eu sair da cirurgia para poder estudar como é que se estanca aquele sangramento. Isso não pode. Em momento de crise, a pessoa tem de conhecer, tem de entrar lá e tem de resolver. E V. Exª tem feito isso com muita sabedoria, com muito amor. Meus parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Renato.

O SR. RENATO LIMA – E isso é o início para qualquer gestão dar certo.

A crise é notória, é pública e está aí em todos os meios jornalísticos e de televisão. São vários os problemas, Dr. Tiago. Eu elenquei dois deles, que me afligem muito. O primeiro problema é com recursos humanos, o déficit em recursos humanos; e o segundo, logística em saúde. São dois temas, que vou abordar aqui, que me afligem muito e que gostaria que fossem discutidos nesta audiência que V. Exª convocou, Senador.

Numa revisão recente que eu fiz nos meios jornalísticos, eu ouvi diversas autoridades da Secretaria de Saúde falando de déficit de servidores. Esse déficit variou ali entre 5 mil a 10 mil, ali na declaração de autoridades nomeadas pela Secretaria de Saúde. A primeira coisa para que possamos atuar é fazer um diagnóstico, que tem de ser preciso. Ele não pode ser tão variado assim. Eu fico satisfeito, porque, pelo menos, existe um diagnóstico de que existe um déficit importante de servidores da saúde, que, no mínimo, pelas declarações ali, foi de 5 mil. E esse déficit tem acarretado algumas consequências.

A primeira consequência é o mau atendimento, inclusive nas emergências. A pessoa chega ali – e não é tão incomum isto aparecer na televisão – para ser atendida, e não há um médico para atender, inclusive na emergência. Então, é real.

E, além de um mau atendimento, isso tem levado os servidores à fadiga, porque, às vezes, um servidor faz o que deveria ser feito por quatro ou cinco servidores, levando-o a doenças. Eu tenho colegas, Senador, que se suicidaram, eu tenho colegas que estão doentes. Então, realmente existe um déficit, que tem levado a doenças, que têm levado ao absenteísmo e, com o absenteísmo, ao aumento dos gastos, porque se aumenta a necessidade de horas extras. Com isso, acaba-se, Senador, atrasando um diagnóstico e aumentando os custos de um tratamento que poderia ser muito mais barato. Então, o déficit é real, e algo tem de ser feito.

Eu coloquei aqui esta imagem, que, andando pelo Brasil, não é tão incomum de ver: um hospital público construído e abandonado. Esta imagem, Senador, é de um hospital construído no Entorno de Brasília. Sabemos que o custo para construir um hospital é muito grande, mas o custo maior não é na construção, Senador. Esse hospital está aí abandonado não é à toa, porque o custo de manutenção de um hospital é muito alto, e os Municípios não estão tendo como arcar com esses custos e acabam deixando os hospitais abandonados. O custo é alto, e sabemos que a maioria do custo hospitalar numa Secretaria de Saúde vem dos recursos humanos. Recentemente, o Secretário anterior deu uma declaração de que 80% dos custos da Secretaria de Saúde são gastos em recursos humanos e que o Distrito Federal já está no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, há um déficit importante, 80% dos custos são para pagamento de recursos humanos, e estamos no limite prudencial na Lei de Responsabilidade Fiscal. Com isso, fica difícil, e fica a pergunta sobre o que fazer.

Tem que se fazer, no mínimo, o início de uma gestão séria e com diagnóstico correto. Analisando a Secretaria de Saúde não só do Distrito Federal, mas do Brasil, vemos que há um excesso ali de horas extras. E essas horas extras não são em excesso, porque está errado, não, Senador; estão em excesso, porque há déficit, e essas horas extras são necessárias.

A simples retirada de horas extras, sem substituir com a substituição verdadeira – vou explicar –, acarreta duas coisas: primeiro, sobrecarga do servidor; segundo, morte.

Eu coloquei aquele quebra-cabeça faltando algumas peças, e vou dar um exemplo para V. Exª. Imaginem o seguinte: eu tenho uma cirurgia para fazer, e tiraram as horas extras do anestesista; nesse dia, havia eu e mais dois cirurgiões escalados, mais um técnico de enfermagem com circulante, mais um instrumentador. Imaginem o custo de toda essa equipe parada, sem ter o que fazer, porque alguém resolveu simplesmente tirar a hora extra para economizar. Não economizou nada! Fez foi aumentar os custos e, às vezes, levar um paciente à morte, porque um atraso numa cirurgia ou no tratamento pode levar, sim, o paciente à morte.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO LIMA – E trocar simplesmente uma hora extra por uma hora contratual não tem resolvido, e vou explicar isso para vocês.

Diversos secretários anteriores contrataram servidores com a expectativa de que diminuíssem as horas extras. Imaginem vocês uma escala composta por horas extras, sendo que, apesar das horas extras, há dias em que não há um médico atendendo. E aí chega um médico ao hospital, contratado para substituir hora extra. Eu tenho como substituir hora extra? É lógico que não. Eu tenho que pegar esse médico e colocar lá na escala que está furada. Então, a contratação tem de ser verdadeira. Não adianta mandar para o hospital uma contratação mínima para substituir hora extra com a escala totalmente desfalcada, porque isso não vai dar certo. Isso seria trocar seis por meia dúzia: o hospital continua sem médico e sem atendimento, com os servidores doentes.

Tem de ser feito um trabalho, Senador, corrigindo o absenteísmo. Os servidores estão doentes. Tem de haver alguma coisa que venha a cuidar do servidor para diminuir esse absenteísmo. Há lugares, como aconteceu, ano passado, em 2014, em que 80% dos servidores de enfermagem do Hospital de Base estavam de atestado médico, sendo canceladas quase todas as cirurgias.

Tem de ser feito também, Senador, um trabalho em relação à aposentadoria. Nós temos de fazer algum trabalho para que essas pessoas capacitadas, no momento em que não podemos contratar por conta da Lei de Responsabilidade Fiscal, continuem. São pessoas que têm muito a dar ainda, que, às vezes, estão jovens, que têm grande capacidade técnica para ajudar e que estão se aposentando. Sabe por quê, Senador? Porque eles estão insatisfeitos. E isso está levando à aposentadoria, aumentando o déficit dentro do hospital. E nós não conseguimos sair aí dessa Lei de Responsabilidade Fiscal. E há os concursados para chamar, mas, infelizmente, como declarou o Secretário, estamos no teto, não podendo, às vezes, nem substituir, pela questão prudencial, as pessoas que estão se aposentando, apesar de isso ser permitido.

Nesses momentos de crise, nos quais não podemos contratar, muito tem se visto falar em organização social como uma maneira de contratar pessoas que não entrariam pela Lei de Responsabilidade Fiscal, dizendo que é uma administração mais eficiente, podendo fazer compras mais facilmente e outras questões. Mas o que vemos é que, às vezes, no mesmo Estado, Senador, há organização social que funciona muito bem e organização social que funciona muito mal, com resultados bastante ruins e com aumentos de custos. Então, os estudos não são suficientes para dizer ainda que uma organização social tem uma administração mais eficiente do que a administração direta.

Diz-se da organização social que é permitida uma contratação mais rápida, no regime jurídico que bem entender; que se compra mais fácil, porque não precisa seguir os rigores da Lei 8.666; e que, por ser uma contratação de publicização, não precisa da questão de declaração na Lei de Responsabilidade Fiscal. Sem dúvida, isso é uma grande ajuda a qualquer Secretário de Saúde, mas existe ali o contraponto. Há a questão do fator político: nem toda organização social é o que diz ser. A questão da organização social é que ela tem que ser sem fins lucrativos. E não é isso o que vemos em 100% das organizações sociais. E não participar da Lei de Licitações não deixa as coisas muito claras. E o servidor perde vários ganhos trabalhistas que foram conseguidos com muito afinco e com muita luta, ele perde a questão do Regime Jurídico Único. Apesar de que é uma das soluções. O problema é que o momento de crise acaba levando o gestor para algum tipo de solução. Algum tipo de solução tem que haver.

Eu elenquei ali, Senador, duas coisas que eu acho que teriam que se pensar: a mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal na saúde. Sabemos que o PL 251 previa o aumento do teto na saúde, mas foi mudado totalmente na Câmara o seu texto original. Isso aí, no meu ponto de vista, foi muito prejudicial. Eu acho que, quando chegar aqui ao Senado, isso tem que ser revisto, porque em saúde não há como economizar. E existe um preceito constitucional que a saúde é dever do Estado e direito do cidadão. Uma outra alternativa, não mudando a Lei de Responsabilidade Fiscal, seria, realmente, uma contratação de uma organização social, mas que ela tenha, realmente, experiência e efetividade comprovadas, que não seja uma coisa amadora.

O sistema atual de abastecimento, Senador, não só da Secretaria do Distrito Federal, mas das Secretarias em geral, é totalmente ineficiente. E há um fator principal, na minha opinião: existe uma falta de gestão profissionalizada. O que é que acontece hoje? Um histórico aqui, só para vocês poderem entender o que é que acontece hoje. Um processo de compra normalmente se inicia numa pessoa até competente, mas competente na sua área, num coordenador de área, num chefe de farmácia ou de algum setor. Essa pessoa é extremamente competente, mas, em alguns casos, que não são poucos, é inexperiente em fazer projetos. E o projeto fica indo e voltando o tempo todo, para serem feitas correções do que não devia ter saído errado. E isso atrasa muito o processo de compras. E, quando sai correto, ele cai numa unidade de administração geral, em que cai na mesa de uma pessoa – dá até medo de ir lá, de tanto processo que tem para essa pessoa avaliar – extremamente sobrecarregada. Toda hora, chega a ordem de alguma coisa mais urgente, que, às vezes, é mais urgente mesmo. E o processo acaba não sendo efetivo. Na ausência desse servidor, por férias ou por estar sobrecarregado ou doente, quando ele volta, ele chega naquela situação ali. É tanto processo em cima da mesa dele que ele já não sabe nem o que fazer. E aí ocorre o quê? Falta de insumos e medicamentos nos hospitais; e os servidores,

que já estavam lá sobrecarregados por déficit de pessoas, acabam ficando mais doentes ainda, porque têm que lidar com falta de insumos e medicação. Como é que você trata o paciente dessa forma? Aumenta-se ali aquela coisa que são as compras emergenciais, que acabam sendo compradas a um custo muito maior. Essa desorganização leva a compras em excesso – recentemente, vimos na televisão compras em excesso –, que acabam por acarretar vencimentos de insumos e medicações e aumento e descontrole de todos os custos. Não há como sobreviver a isso, Senador e nosso representante aqui da Defensoria. É muita coisa para se resolver.

Vou botar aqui alguns exemplos de coisas que foram feitas e que deram certo – pelo menos em questões pontuais , elas acabaram dando certo. No governo Rosso, em 2010, a situação não era tão diferente do que estamos vendo aqui hoje. O governo Rosso, apesar de ter sido um período curto, fez um diagnóstico bem rápido dessa ineficiência toda de compras e criou a Secretaria Extraordinária de Logística e Infraestrutura em Saúde. Essa Secretaria, Senador, foi constituída por *experts* em compras, pessoas realmente profissionais, e o resultado foi muito bom. Num período de curto prazo, foram substituídas as compras emergenciais por compras regulares, através de registro de preços. A essa época, a dificuldade encontrada era que a Central de Compras da Saúde era na Secretaria de Planejamento. Apesar de essa equipe ter agido rapidamente nos processos da organização geral da Secretaria de Saúde, a Central de Compras lá era extremamente dificultosa, e isso acabou por acarretar um certo atraso, mas efetivo, ali, da licitação regular que foi feito nesse governo. No governo Agnelo, houve esse diagnóstico que a Central de Compras na Secretaria de Planejamento era inefetivo: ele trouxe a Central de Compras para dentro da Secretaria de Saúde, e hoje está funcionando lá uma Central de Compras; porém não foi tão efetivo, porque não houve a contratação de pessoas realmente com *expertise* em compras. Então, trouxe-se a central, mas voltou para aquela ineficiência que vemos da UAG.

Algumas Secretarias de Saúde e alguns hospitais privados têm investido em uma coisa que é chamada de contrato de solução. O contrato de solução nada mais é do que logística em saúde.

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO LIMA – Estou finalizando, Senador.

É um contrato para acompanhamento e execução de tudo o que vem em relação à compra, a transporte, à logística de medicação e de insumos dentro de uma Secretaria de Saúde. Então, existe uma gestão administrativa, na qual é feito o planejamento das compras, de forma profissional. Após as compras feitas de maneira profissional e ágil, existe um acompanhamento e armazenamento com controle de estoque e distribuição, transporte e, inclusive, Senador, gerenciamento intra-hospitalar, porque muita coisa, nesse caminho, some. Muita coisa, nesse caminho, some e vende. Não há controle. Tem que haver também uma gestão intra-hospitalar e de armazenamento. A gestão intra-hospitalar seria uma separação dos pedidos, unitarização, montagem de *kits* e logística reversa, ou seja, quando a medicação sai da farmácia, ela ou entra na boca do paciente ou é usado o insumo ou, se não foi usado, volta para a farmácia. Seria uma logística geral na questão de planejamento, compras, armazenamento e distribuição, sendo que, de forma externa, haveria uma central de distribuição e uma central de produção totalmente controladas por essa administração, inclusive a intra-hospitalar, controlada por uma administração profissional, indo até o leito ou até a casa do paciente.

É um modelo que tem sido utilizado em algumas Secretarias e hospitais privados, que tem dado muito certo. Como? Com redução de custos. De que maneira?

Realocação dos recursos humanos ali – quem conhece o hospital sabe que na farmácia fica um servidor cortando ali a medicação para fazer a unitarização; fica outro pegando as medicações e separando; ficam farmacêuticos fazendo essa organização. Então, íamos conseguir realocar os recursos humanos.

Redução de inventário, estimando-se em até 40% a redução do capital imobilizado. Esse capital imobilizado é muito importante para o Secretário, porque, às vezes, aquele capital imobilizado é um grande investimento que está ali e que poderia ser fracionado e usado em coisas mais emergenciais.

Redução de compras, que tem sido, Senador, estimada em 10% a 15% em gastos de compra de medicamentos. Agora, numa Secretaria de Saúde, onde há em torno de R$2 bilhões a R$3 bilhões de compras, imaginem o que seria uma redução de 10%!

Redução de perdas para menos de 1%, porque se controla exatamente o que tem que comprar, na necessidade que tem que comprar.

Redução de produtos. Existem os mesmos produtos, só que com uma pequena diferença, com várias apresentações, e comprados, acumulando esses produtos aí nas nossas farmácias, nos nossos almoxarifados.

Desculpe-me o passar do momento, Senador, mas são dois itens muito importantes, que eu acho que aqui há pessoas, como o Dr. Paulo, que entende muito, e o Dr. Vianna, muito competentes, com quem podemos estar levando a um diálogo.

E fica esta mensagem final aqui: por que você espera resultados diferentes se você faz tudo igual?

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Parabéns, Renato. Muito bom.

Pessoal, muito boa a apresentação do Renato, é um usuário da saúde. Daqui a pouquinho, vai se preparando o segundo usuário e servidor, que é o Dr. Paulo, que vai fazer a intervenção em seguida.

Eu só queria falar para todo mundo que está em pé: se quiserem sentar, há telão, e o plenário 7 está aberto para que as pessoas possam se sentar e assistir a tudo pela tevê, pois está sendo transmitido ao vivo para o Brasil inteiro, que pega a TV Senado. E, se quiserem se acomodar sentados, o plenário 7 está aberto e à disposição com telão, para que as pessoas possam se acomodar melhor.

É muito bom esse calor humano aqui. Essa grande participação demonstra para o Edvaldo, para o Dr. Coelho, para o Dr. Paulo, que são gestores da saúde, para todos nós o tanto que esse assunto é importante para a nossa coletividade, para a nossa comunidade e para o nosso Distrito Federal.

Eu queria registrar aqui a presença do Sr. João Pimenta, Presidente da Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos do DF, que é um grupo que muito utiliza o SUS, muito utiliza o sistema de saúde do DF.

Eu queria também registrar a presença da Filomena Barros, Presidente da Comissão de Registros de Técnicos em Saúde Bucal e Auxiliares de Saúde Bucal do DF e Presidente Nacional dos Técnicos em Saúde Bucal e Auxiliares de Saúde Bucal. Obrigado, Filomena. É muito importante a sua participação aqui, Filó.

Eu queria registrar a presença do Dr. Marcus Costa, médico do trabalho, Cerest - Saúde do Trabalhador, da Secretaria de Saúde do DF, e a presença importante, para mim e para a minha família – eu sou um defensor da família –, da minha esposa, Edy Gonçalves Mascarenhas, enfermeira da Secretaria de Saúde do DF há mais de 30 anos. (*Palmas.*)

É uma pessoa que foi tesoureira do Sindicato dos Enfermeiros por dois mandatos, que foi da ABEn e que, atualmente, além de ser uma gestora e trabalhadora do Centro de Saúde nº 15 da Vila Planalto, é uma pessoa que cuida e gesta a minha casa, meus quatro filhos e a gente. Então, é uma pessoa que merece toda a minha deferência, o meu respeito, a minha consideração por estar aqui, que é a pessoa que convive comigo ao longo do tempo.

E eu também registrar a presença do Dr. Davi, que é um empresário do ramo de saúde, que está aqui nos prestigiando. Muito importante a sua presença, Dr. Davi, e a de todos vocês que aqui estão. Muito obrigado pela presença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – D. Maria, muito obrigado. A D. Maria traz aqui também o seguinte: a presença da Drª Akalenni Bernardino, da Coordenação Geral de Saúde de São Sebastião. Parabéns. (*Palmas.*)

E está aqui o Dr. Rodolfo Paulo, Coordenador Geral de Saúde da Asa Sul.

Amigos, vou dar continuidade.

Vejam que eu estou prestigiando aqui o HRAN. Não é de graça, não; é porque o HRAN está do lado nosso aqui, do Senado Federal, estamos na Asa Norte aqui. Por isso, o Dr. Renato, que, além de ter sido Subsecretário na gestão do Rosso e Diretor do HRAN por muito tempo, esteve aqui fazendo a sua primeira fala. Agora, vai falar conosco também o Dr. Paulo, que foi Diretor do HRAN também por um período significativo e que, além disso, escreveu a proposta de programa do Governador eleito, Rodrigo Rollemberg. Então, com a palavra, o Dr. Paulo Feitosa. (*Palmas.*)

O SR. PAULO FEITOSA – Bom dia a todos.

Cumprimento o Senador Hélio José, cumprimento toda a Mesa.

É um prazer imenso estar num debate como este, que esperamos que seja propositivo, que seja um debate construtivo.

E eu gostaria de pedir algo ao Senador. Estamos com um probleminha aqui, Senador, porque não sabíamos que podia ter apresentação audiovisual; achávamos que o debate era apenas oral. E, talvez, seja uma curiosidade de todas as pessoas que aqui estão conhecer o programa de saúde elaborado pelo PSB, que é o Partido que está no Governo. Nós estamos tentando abrir. Esse programa foi um programa elaborado em dois anos, estudado por um grupo de pessoas, passado em todas as cidades do Distrito Federal e construído passo a passo, até se chegar a uma situação mais ampla. Por isso, eu vou só falar alguma coisa antes de abrir o programa, se o senhor permitir.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Paulo, se você quiser que eu passe a palavra para um outro palestrante e, em seguida, passe a palavra para você, tudo bem. Se você quer continuar, não há problema. Você tem até 15 minutos.

O SR. PAULO FEITOSA – Abriu? Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Fique à vontade, Dr. Paulo Feitosa.

Vou começar o seu tempo agora, para não prejudicá-lo.

O SR. PAULO FEITOSA – Vamos começar quando chegar lá.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Está bom. (*Risos.*)

O SR. PAULO FEITOSA – Eu gostaria de falar algumas coisas que são importantes, que vimos nessa experiência.

O SUS é uma grande vitória do povo brasileiro. A 8ª Conferência de Saúde realizada em 1986 foi decisiva para a mudança de saúde no Brasil, porque foi de lá que saiu a ideia, depois confirmada na Constituição de 1988, da criação do SUS, mas ele nasceu com alguns problemas. E um grande problema do SUS foi que, na Constituição, ninguém disse de onde vinha o financiamento. E aí há um subfinanciamento crônico, eterno, na saúde pública brasileira, e isso se reflete profundamente no Distrito Federal.

Outra coisa extremamente importante, que foi um erro nosso situacional da época, é que nós fomos buscar o modelo – eu estou dizendo nós fomos, porque eu participei da 8ª Conferência, eu era membro discente, eu fui representante estudantil e participei ativamente da 8ª Conferência Nacional de Saúde – e achamos um modelo muito interessante, que era baseado no modelo inglês, em que se valorizava a figura do generalismo. E as nossas faculdades tinham a percepção americana e davam valor ao especialista. Então, nós implantamos uma coisa em contrapartida à assistência cultural que havia no Brasil e até hoje sofremos com isso também.

Assim, essa magnífica estrutura criada que foi o SUS perdeu um tempo extraordinário com estes dois graves problemas: o subfinanciamento crônico e esse desapego cultural, assistencial que nós tivemos no Brasil.

Esta é a oportunidade, que talvez todos aqui tenham pela primeira vez, de estar vendo um programa de governo pensado – lógico que esse é um programa de governo feito em tempos normais, porque ninguém poderia adivinhar que haveria um rombo de fonte, de fonte de custeio do Governo, deixando o Governo com a impossibilidade de fazer gestão. Isso era uma coisa muito difícil. E ninguém faz programa de governo pensando numa situação dessas, se faz para um tempo normal. Então, esse foi um programa de governo elaborado para um tempo normal.

Começamos fazendo uma análise de recursos financeiros da saúde. E há uma progressão significativa. O orçamento previsto para se receber na Secretaria de Saúde do Distrito Federal era de quase R$6,4 bilhões; só que isso não chegou, só chegaram R$5,7 bilhões. E aí está uma das explicações do rombo que a Secretaria de Saúde encontrou.

O governo Lula teve avanços sociais extremamente importantes, isso é fato. Agora, a Copa do Mundo foi um tiro no pé no Brasil que não tem tamanho, porque, na percepção de que o sistema privado não ia dar conta, o Governo usou fonte de custeio e quebrou vários Estados no Brasil para poder fazer a Copa do Mundo. E o Distrito Federal não foi diferente: o Distrito Federal está quebrado financeiramente. E esse quebramento está no uso da fonte de custeio.

Vocês podem ver que é um orçamento bilionário, em que o GDF, cada vez, entra mais com recursos – ele entra já com R$2,4 bilhões, o Ministério da Saúde, com R$826 mil, e o Fundo Constitucional, com R$3,18 bilhões. E 80% disso aí são, realmente, para pagar salário. Essa era a estrutura que havia – vamos correr rápido com o diagnóstico – em 2011 e a estrutura que havia em 2014.

O governo Agnelo foi o governo que mais investiu em saúde em todos os tempos, quem mais colocou dinheiro na saúde em todos os tempos. E todos vocês sabem que foi um governo extremamente criticado na área de saúde. Roriz fez dois governos antes de Arruda, e a pasta de Roriz que foi mais criticada foi a da saúde. A pasta de Arruda que foi mais criticada foi a da saúde. E eu vou mais além: quando se fala em saúde pública, escolhe-se o Canadá como referência de saúde pública no mundo. E a pasta que a população canadense mais reclama é a da saúde. E o Canadá, individualmente, investe 18 vezes mais do que o Brasil.

O nosso investimento no Brasil é subfinanciado, não há saúde para todos os brasileiros, não há saúde para os brasileiros nos Estados e não há saúde para todas as pessoas no Distrito Federal. Essa é uma realidade com o dinheiro que se gasta com a saúde.

Essa é a quantidade de consultas que fizemos aqui no ano de 2013, 7 milhões. Isso aqui dava três consultas por brasiliense, se todos os brasilienses fossem ao médico por ano. Isso também não é realidade. Isso reflete que há um número de assistência no Distrito Federal que está muito acima da capacidade que o Distrito Federal tem para dar. Lógico que isso está num dos pilares do SUS, mas mostra que o subfinanciamento federal crônico atrapalha, e muito, o Distrito Federal, porque as coisas terminam batendo no primo rico, e nós somos um primo rico.

Isso é a quantidade de equipamento que há.

Eu vou passar o diagnóstico um pouquinho rápido.

Olhem o quantitativo de servidores.

Deixe-me falar uma coisa aqui para vocês. No ano de 2010, havia 4.648 médicos. No ano de 2014, havia 4.951, uma diferença extremamente pequena, mas havia mais seis UPAs, nove unidades de Saúde da Família e a reestatização de Santa Maria. Gente, isso é um absurdo! Nós estamos numa situação calamitosa! Nós estamos numa situação extremamente difícil! Havia o mesmo número de médicos em 2010 em relação a 2014, e a rede se estendeu. Se, em 2010, o maior problema era RH, era falta de profissional, em 2014, isso deve estar um absurdo! Então, este se constitui num dos maiores problemas que há na Secretaria de Saúde do Distrito Federal: recursos humanos.

Havia 9 mil servidores de 2007 a 2010; de 2011 a 2014, 15.698. O Governador Agnelo foi o governador também, em todos os tempos, que mais admitiu servidor dentro da estrutura. É lógico que ele pagou um preço muito caro pela reestatização de Santa Maria: ele teve que gastar lá em Santa Maria 4 mil servidores. Então, o retorno de Santa Maria ao Estado fez com que o governo tivesse que gastar, e ele já tinha um grande déficit. Então, isso atrapalhou muito a reestruturação da rede.

O quantitativo de médicos 20 horas. Isso é uma coisa que realmente impactou. Houve uma diferença salarial importante, o servidor teve uma diferença salarial importante no último governo, isso é verdade. Quando eu entrei na Secretaria de Saúde, o meu primeiro salário foi R$1.200, eu ganhava menos do que um soldado da PM. Não que o soldado não tenha o direito de ganhar o que ele ganha, nós é que ganhávamos realmente muito pouco.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO FEITOSA – E o salário era a diferença.

Há um problema gravíssimo aqui que é a cobertura do Programa Saúde da Família, que chegou a 30%. E há uma dificuldade imensa de se promover esse avanço. E aí há um gargalo, porque...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Dr. Paulo.

O SR. PAULO FEITOSA – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Só um minutinho. Desculpe-me interromper.

O Senador Capiberibe, do PSB, do Amapá, que foi Governador de Estado lá no Amapá, vai me substituir aqui, porque eu preciso dar uma entrevista ali para a Record e volto novamente para cá. E aqui o Senador fala quando ele achar conveniente.

O Dr. Paulo tem mais cinco minutos – depois daquele sinal da campainha, há mais cinco minutos para frente – para poder continuar a sua fala. Em seguida, o nosso querido Senador Capi vai fazer uma fala com vocês.

Capi, por favor.

O SR. PAULO FEITOSA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Sim.

O SR. PAULO FEITOSA – Eu acho essa apresentação importante.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Perfeito.

O SR. PAULO FEITOSA – O Renato falou em 24 minutos. Se você me der os 24 minutos, eu fico satisfeito.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Claro, claro! É importante.

Para fazer justiça, eu vou registrar aqui mais dez minutos. E vamos lá.

O SR. PAULO FEITOSA – Está ótimo. Vamos procurar correr.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO FEITOSA – Senador Capiberibe, muito bom dia. Prazer estar aqui com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Bom dia. Bom dia a todos.

Com a palavra, o Dr. Paulo Feitosa.

O SR. PAULO FEITOSA – Há essa questão da cobertura do Saúde da Família.

Não podemos falar em saúde sem pensar em prevenção, sem pensar em promoção e sem pensar em atenção primária e na valorização da atenção primária. Saúde não é só hospital. Aliás, o bom é evitar que as pessoas cheguem ao hospital. E isso é uma diretriz extremamente importante em qualquer programa do governo.

Leitos de UTI: isso era um grave problema e continua sendo um grave problema dentro do sistema. Quem já precisou de UTI sabe disso. Há problemas em todos os segmentos. Há problema na atenção primária por baixa cobertura? Sim, mas há falta de leito de UTI. Isso é muito grave para quem está precisando.

Saúde da Mulher. Oftalmologia: isso foi um avanço. Transplante: foi um avanço. As UPAs: as UPAs são unidades questionadas, mas elas estão no sistema e temos que procurar fazê-las melhor. Saúde mental. Então, essas são as ações a serem implementadas.

A perspectiva era 9 UPAs, havia 6, e, então, seria apenas a construção de mais 3; 32 clínicas de Saúde da Família; 50 Unidades Básicas de Saúde; 30 CAPSs; construir o Hospital do Câncer; o Bloco II do Saúde da Criança; a construção do edifício-sede do Serviço de Verificação de Óbito, que a Justiça já mandou fazer há muito tempo; construção do novo Hospital do Guará; construção do novo Hospital do Gama; 10 institutos especializados em saúde; 3 policlínicas ambulatoriais especializadas; 9 centros ambulatoriais de fisioterapia; 9 clínicas de Saúde da Família; Academia da Saúde; 14 PAA (Pronto Atendimento Auxiliar); implementação das casas de desospitalização; implementação inteligente da marcação de consulta e exames com a teleconsulta; implementação das chácaras de apoio ao tratamento dos dependentes químicos; construção e implementação protocolar das salas vermelhas; implementação das novas ações de atenção básica; cobertura qualificada de 80% do Programa Saúde da Família. Essa é a proposta de governo, isso é proposta de governo.

Ainda há implementação das novas agências UAG, compra inteligente e transparente; descentralização administrativa/financeira (mini-UAG nas Regionais de Saúde); implementação dos Centros Farmacêuticos Regionais, Centros Farmacêuticos tipo I e tipo II, com assistência farmacêutica; reestruturação do Parque de Apoio; construção, regularização e padronização do ponto de apoio do Samu; implementação da nova Sulis, implementação da Engenharia Clínica; terceirização dos serviços de engenharia; criação do projeto Farmácia Popular no Distrito Federal, que é uma ampliação do que existe aí, até o paciente receber o remédio em casa; criação da Subsecretaria de Assistência Farmacêutica; contratação de novos farmacêuticos e AOSDs de assistência farmacêutica; criação de edificação, em cada Regional de Saúde, do Centro Farmacêutico Regional, tipo I e II; cada Regional de Saúde terá um ou dois centros de distribuição, de acordo com a necessidade de demanda; assistência farmacêutica/hospitalar – tem todo o programa de assistência farmacêutica/hospitalar; mudança no sistema de compra de medicamento e insumo – há todas as explicações e onde no Brasil deu certo, e qual é o formato que se tem feito; criação de Subsecretaria de Urgência e Emergência. O que eu quero dizer é que existia o modelo de mudança geral na situação.

Ações: fechamento físico através de guaritas em todas as unidades do Distrito Federal; controle de entrada e saída de ambulâncias nas emergências dos hospitais; criação de salas vermelhas, clínicas e cirúrgicas, em todos os prontos-socorros; padronização protocolar da assistência em urgência e emergência no DF; criação de sala de situação permanente de urgência e emergência; criação do Pronto Atendimento Auxiliar; criação de uma PPA em cada Regional; Samu – construção e padronização de suas estações, assumirá as salas vermelhas de todas as emergências do DF e implementação do socorro técnico aéreo; criação de três policlínicas especializadas – as policlínicas especializadas são para atender essas áreas, essas especialidades aí mostradas; construção do novo Hospital do Guará, com 300 leitos; construção do novo Hospital do Gama, com 400 leitos; construção do Hospital do Câncer; transformação do HRAN em hospital universitário, com a possibilidade de mudar de nome, passando a se chamar HUDF; reforma e melhoramento funcional de toda a rede hospitalar do Distrito Federal; continuação dos contratos de manutenção predial nas Regionais de Saúde; otimização da assistência à saúde no Hospital de Base com a criação dos institutos, que dividirão espaço físico com o mesmo, porém com independência técnica e administrativa – Instituto de Neurologia e Neurocirurgia, Instituto de Cardiologia e Cirurgia Cardíaca e Instituto de Trauma; criação de unidades especiais de Saúde – Centro Integrado de Especialização (Cies).

Aqui é a criação de institutos – tudo isso está nos gargalos da Secretaria de Saúde. Com cada gargalo, cada deficiência, cada problema identificado, como você poderá fazer a solução diferente. Institutos: Instituto de Cirurgia Plástica e Queimados; Instituto de Oftalmologia; Instituto de Cirurgia do Aparelho Digestivo; Instituto de Reabilitação; Instituto de Assistência ao Paciente Crítico; Instituto Avançado de Odontologia; Instituto do Sono; Usina de Radiologia; e Usina de Análises Clínicas. Tudo são gargalos da rede e são propostas de ações.

Eu vou encerrar aqui. Eu não vou entrar na questão de Fepecs, porque esse é um assunto mais delicado. Eu vou encerrar o meu tempo.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP) – Muito obrigado.

O tempo aqui é cronometrado, até porque os senhores e senhoras desejam mais tarde se manifestar, pelo que eu entendi, assim como a Mesa, primeiramente a Mesa. É um procedimento já regimental ouvir a Mesa. Em seguida, o Presidente da Comissão, quem está presidindo esta audiência pública, vai dar as orientações.

Eu gostaria de fazer alguns registros de pessoas aqui presentes. Eu queria registrar a presença de Alessandra da Silva R. C. Pereira, gerente do Centro de Saúde nº 1 de Brazlândia. Também está presente o Dr. Francisco Leal, que é diretor do SindMédico. E também está presente o Dr. Crispim, do Hospital São Vicente de Paulo. (*Palmas.*)

Feito o registro, eu passo a palavra então para o Dr. Tiago Coelho, que é Secretário de Gestão Participativa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. *Fora do microfone*.) – Uma inversão: vai ser o Dr. Celestino Chupel, da Defensoria Pública – mas eu falo aí.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - AP. *Fora do microfone*.) – Devolvo a condução dos trabalhos para o Senador Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Senador.

Pessoal, dando continuidade aos trabalhos que o nosso Senador Capiberibe muito bem aqui conduziu por um período até eu dar uma entrevista ali para a TV Record, eu gostaria de parabenizar o Dr. Renato e o Dr. Paulo pelas suas apresentações.

Conforme eu acertei aqui com o Tiago, que está representando oficialmente a Secretaria de Saúde no painel aqui, ele vai ser o último a falar, sendo que depois vou abrir para o Plenário, como eu garanti e prometi. Serão três minutos de intervenção para todos os inscritos. É só levantar a mão que a Mariana, os nossos servidores aqui vão lá pegar o nome das pessoas inscritas.

Eu gostaria de agradecer à minha assessoria – a Dalzi, que trabalhou com afinco para essa questão, o Alisson, a Zulene, toda a minha assessoria – que trabalhou com afinco para que nós realizássemos este trabalho hoje e no próximo dia 28, dando sequência. Então, eu quero agradecer a todos pela colaboração.

E eu quero agradecer a presença da Drª Alessandra, que é nossa enfermeira chefe do Centro de Saúde nº 1 de Brazlândia, assim como também ao Dr. Francisco Leal, como já foi colocado aqui pelo nosso Senador Capiberibe, e ao nosso Dr. Crispim, do Hospital do Guará, que está na coordenação lá do Guará. Muito obrigado, Dr. Crispim, pela presença.

Vamos passar a palavra para um ente muito importante na saúde do Distrito Federal, que é a Defensoria Pública da União. Quando a pessoa não consegue uma UTI ou não consegue um remédio básico, a quem ela recorre? Recorre exatamente à Defensoria Pública da União.

O Dr. Renato foi ali dar uma entrevista para a Record, e vai voltar daqui a pouquinho.

Vamos passar a palavra para o Dr. Celestino Chupel, da Defensoria Pública da União, e, em seguida, para o nosso amigo Sr. Jorge Vianna, que vai falar aqui pelas entidades de classe, já que eu tive aqui a informação de que o Dr. Gutemberg, Presidente do Sindicato dos Médicos, que disse que não conseguiu desmarcar as suas consultas, o seu trabalho, não veio e nem conseguiu mandar o representante do Sindicato dos Médicos. Tudo bem, está registrado. A Srª Marli, Presidente do SindSaúde, colocou aqui para nós: parece que houve um princípio de infarto, não pôde estar presente também. E quanto à Srª Fátima, Presidente do Sindicato dos Enfermeiros, até agora, nós não conseguimos notícia, para saber se está tendo algum problema ou não e se ela vai chegar ou não.

Passo a palavra para o Dr. Celestino Chupel, que tem até 15 minutos – Dr. Celestino, com 10 minutos, vai tocar a campainha.

O SR. CELESTINO CHUPEL – Senador Hélio, é um prazer estar aqui hoje participando deste debate, trazendo a visão dos pacientes que nos procuram na Defensoria Pública.

Já participei de todos os governos citados aqui – Governadores Rosso, Arruda, Agnelo e agora do atual. Tenho que reforçar tudo o que foi dito aqui pelo Dr. Renato Lima, ou seja, realmente quando o Governador Rosso ocupou aquele governo tampão, quando assumiu o Governo do Distrito Federal, pegou a área da saúde totalmente desabastecida, uma rede totalmente desabastecida. Mas, em pouco tempo, ele conseguiu reabastecer a rede de assistência farmacêutica e de insumos no Distrito Federal.

Tudo o que acontece na Secretaria de Saúde, toda essa crise se reflete na Defensoria Pública. A Defensoria Pública não atende só os pacientes. Ela procura dialogar diretamente com os médicos dos hospitais, com as direções dos hospitais, com a Secretaria de Saúde, para tentar buscar uma solução. E, nessa ida da Defensoria Pública para dentro dos hospitais, eu pude constatar que nós temos profissionais no Distrito Federal – médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem – altamente vocacionados, ao contrário do que a gente ouve dizer na imprensa, ou seja, de que eles são os culpados pelo caos na Saúde no DF.

O Dr. Renato nos deu aqui a visão de que a saúde se inicia primeiro com a preocupação com os profissionais que trabalham no atendimento à população. Isso tem que ser olhado com cautela, com muito carinho pelas pessoas que decidem o futuro da saúde pública no Distrito Federal e no Brasil.

A primeira coisa que nós temos de fazer em relação a esses profissionais que trabalham com a saúde é perguntar: "Quem é que vai cuidar deles?" Isso porque ninguém está cuidando dos profissionais de saúde do Distrito Federal. Eles estão ficando doentes, e a tendência é só piorar, se não houver uma atitude séria de preocupação com os servidores da área da saúde.

Como já foi dito, há um planejamento de Governo do Distrito Federal, um planejamento de saúde muito benfeito. Mas eu acho que, em qualquer planejamento de saúde, tem que ser ouvida a população, na minha singela opinião. Isso tem que ser obrigatoriedade em qualquer planejamento de governo, ou seja, planejar a saúde pública, buscar contato com a população que mora nessas localidades. Nós temos os conselhos de saúde regionais no Distrito Federal. Esses conselhos têm que ser chamados para serem ouvidos em cada Regional – Conselho de Saúde de Ceilândia, Conselho de Saúde de Taguatinga. Eles têm que ser ouvidos para que seja realmente feito um planejamento de saúde que atenda àquela localidade, para depois sair um planejamento de governo mais amplo. Isso porque cada satélite tem uma peculiaridade em saúde. Então, todo o planejamento tem que partir do local onde estão situados esses conselhos de atendimento à saúde da população.

Eu quero dizer que a ausência de pessoal, infelizmente, não se reflete só na questão da saúde, mas também na Defensoria, porque nós somos três defensores. Este ano, nós já atendemos mais de 15 mil pessoas que buscam atendimento básico de saúde. Com relação a esses 15 mil atendimentos, nós propusemos mais de 1.200 ações judiciais. Infelizmente, nós estamos perto de 10% de judicialização, o que demonstra a situação de caos.

Nós buscamos sempre diminuir a judicialização, para não haver interferência do Judiciário no administrador. Mas, infelizmente, isso muitas vezes se faz necessário. E os motivos são simples: os profissionais de saúde, o sistema de saúde do DF não tem condições de atender toda a população do Distrito Federal e do Entorno – infelizmente, não tem –, por falta de profissionais e por falta de estrutura.

Não obstante isso, a nossa rede está desabastecida. Há medicamentos que estão em falta desde outubro do ano passado, e não são medicamentos simples, não. Não conseguiram abastecer a rede até hoje. Isso já veio do governo Agnelo, de uma crise que aconteceu no final do governo, e até hoje nós temos a rede desabastecida. Os motivos foram expressos de modo cristalino pelo Dr. Renato. Acrescento também o problema de pagamento desses fornecedores em razão de dívidas anteriores. Com isso, houve dificuldades de parte do governo atual, segundo informações obtidas diretamente da Secretaria de Saúde.

A nossa maior demanda em judicialização, infelizmente, vem na busca de tratamento intensivo. Como bem falou aqui o palestrante, o governo Agnelo investiu muito em saúde pública. Realmente, ele dobrou os números de leitos de UTI no Distrito Federal. Em contrapartida, ele diminuiu a contratação de leitos conveniados nos hospitais particulares. Ou seja, praticamente nós trocamos seis por meia dúzia, mas, ao mesmo tempo, ele defendeu a saúde pública, defendeu o SUS. Então, também é um avanço, porque nós temos mais leitos disponíveis hoje, no Distrito Federal, vinculados à Secretaria de Saúde.

Apesar de toda a ausência de leitos de UTI no Distrito Federal, nós temos um problema grave, que são leitos prontos para serem utilizados, mas que não podem funcionar por falta de profissionais de saúde. Nós temos uma demanda por médicos, demanda de enfermeiros, demanda de técnicos de enfermagem absurda no Distrito Federal. E eu só vejo programas de governo querendo aumentar a rede, aumentar a rede, aumentar a rede. Mas ninguém se preocupa em se perguntar: "Nós temos estrutura de pessoal para atender a essa demanda? Nós estamos ouvindo as Regionais de Saúde, principalmente os Conselhos de Saúde Regionais, para que deem a visão do que acontece na localidade e quais são os problemas maiores enfrentados na saúde daquela população?"

Então, acho que o planejamento de saúde tem que se voltar primeiro no sentido de identificar os problemas da saúde em cada localidade do Distrito Federal, em cada Regional, ouvindo os Conselhos Regionais, o Conselho de Saúde, para depois montar um programa de governo; mas um programa de governo que se inicie no caos que está instalado, para que nós busquemos uma solução para a saúde do Distrito Federal. E a solução para a saúde do Distrito Federal passa por serem ouvidos aqueles que trabalham com a saúde. É preciso que sejam ouvidos os enfermeiros, os técnicos de enfermagem, os médicos, os Conselhos de Saúde Regionais, para depois montarmos um programa de governo efetivo.

Infelizmente, em todo esse tempo em que trabalho com saúde, eu não vejo – e não são poucos anos, não – chamarem para nenhuma reunião os Conselhos de Saúde Regionais. Quando muito, eu vi o Conselho de Saúde do Distrito Federal, mas Conselhos Regionais dificilmente, pois eles são relegados a segundo plano.

Nós temos uma judicialização muito alta no DF e no Brasil. A culpa, eu posso falar sobre ela, porque tenho números para isso. Não pude trazê-los porque fui convidado ontem, via telefone, para participar desta reunião. Ficaram de me mandar a documentação para eu me preparar ontem à noite, mas não mandaram. Hoje de manhã, liguei para saber onde era e vim para cá assim mesmo. Eu peço desculpas, porque eu estava em outra reunião ontem pela manhã e, à tarde, trabalhei até às 8h da noite.

O que acontece na Defensoria Pública? Ações de medicamentos. Ao contrário do que se divulga na mídia – e falo isso com tranquilidade, posso indicar pessoas que procuraram a Defensoria, indico números de ações, isso é fácil para mim –, no tocante a ações de medicamentos, mais de 80% delas são sobre medicamentos padronizados...

(Soa a campainha.)

O SR. CELESTINO CHUPEL – ... que deveriam ser fornecidos nos postos de saúde do Distrito Federal. Ou seja, 80% das ações de medicamentos não deveriam ter nem provocação da Defensoria, mas, por problema de desabastecimento da rede, estão procurando a Defensoria. E também para cirurgias ortopédicas, prótese de quadril.

Então, é um absurdo! Houve uma reportagem no início deste ano que mostrou uma quantidade enorme de próteses despejadas no Distrito Federal. E eu continuo entrando com ações judiciais por falta de próteses de quadril e falta de próteses de outras naturezas. Por quê? Porque não existe na rede esse material. Onde ele está eu gostaria de saber.

Há pessoas que me procuraram alguns anos atrás e depois, por um motivo ou por outro, não voltaram à Defensoria, não conseguimos contato com elas. Ontem à tarde, na Defensoria, encontrei uma delas com problema de quadril, dizendo que precisava de uma prótese de quadril, que o médico havia solicitado essa prótese. Encontrei-a numa cadeira de rodas na Defensoria, precisando da mesma cirurgia, esperando a mesma prótese, num quadro extremamente grave. Isso é o que está acontecendo no DF. É uma cirurgia eletiva? É. Só que essa fila em que ela está colocada não é uma fila, gente! É um depósito de pessoas. Nós temos um depósito de pessoas hoje nas filas. Infelizmente, nós temos depósitos.

Quando os procuradores judiciais vêm, através das ações judiciais, discutir o problema de isonomia, para passar algumas pessoas na frente de outras, eu não vejo mais fila nenhuma. Sinceramente, ninguém passa mais hoje, com ação judicial, na frente de ninguém. As pessoas estão buscando aquilo que é básico e que deveriam ter recebido há muito tempo.

E essa realidade pode acabar? Pode, quando houver realmente um compromisso do Governo em investir na saúde, em investir primeiro nas pessoas capacitadas para atender a população. Se você cuidar dessas pessoas e elas tiverem condições de trabalho, elas vão atender melhor ainda a população, porque, apesar do caos que há na saúde do DF, eu posso dizer para o senhor, Senador, e para todos os que estão aqui que os assistidos não reclamam dos profissionais da saúde. Eles não reclamam do médico, eles não reclamam do enfermeiro. Eles reclamam da ausência de condições desses profissionais para atendê-los. (*Palmas.*)

Também posso falar para todos aqui que houve uma pesquisa da UnB, e eles ficaram o ano passado inteiro dentro da Defensoria Pública do Distrito Federal. Nessa pesquisa, constataram que mais de 70% das pessoas que são encaminhadas para a Defensoria são encaminhadas pelos próprios profissionais de saúde. Isso porque, no momento em que eles se sentem incapazes de atender aquele paciente, eles dizem: "Procure a Defensoria, senão não vamos conseguir ajudar você." Essa é uma realidade que está acontecendo hoje.

A Defensoria, junto com o governo Agnelo, que tem que ser elogiado, tentou buscar uma mediação para solucionar esses problemas das pessoas que procuram a Defensoria Pública. Anteontem, no *Correio Braziliense*, houve uma crítica à mediação travada no Distrito Federal. Infelizmente, o repórter está totalmente equivocado, porque ele procurou pessoas que não trabalham com a mediação, que não trabalham exatamente com isso, e equivocou-se quando trouxe UTI para a mediação. Para UTI, não há mediação, não há tempo para conversar, não há tempo para discutir e não há tempo para se dar prazo. O próprio médico diz: "É risco iminente de morte e, em qualquer momento, ele pode vir a óbito se não receber tratamento." Então, não há mediação nessa área.

Nós tivemos uma reunião anteontem quando foi publicada essa reportagem e deixamos de entrar com 11 ações judiciais, porque conseguimos resolver esse problema pela mediação. Isso é uma economia para o Estado, porque qualquer processo judicial tem um custo, e um custo elevado. Então, nós temos que ter essa preocupação também com o Estado, que tem que despender seus recursos para o bem da população. E a Defensoria procura diminuir qualquer custo para que esses recursos sejam utilizados em prol da população.

Então, a mediação é um caminho que tem que ser seguido para se evitar uma judicialização e evitar mais gastos públicos ainda.

Também é preciso investir em leitos de hospital. No final do ano passado...

(Soa a campainha.)

O SR. CELESTINO CHUPEL – Já vou concluir.

No final do ano passado, foi publicada uma reportagem sobre uma inspeção do Tribunal de Contas do Distrito Federal, em que se dizia que nós tivemos mais de 6 mil diárias de UTI pagas para pacientes que estavam com alta médica e não foram buscados pelos hospitais, porque não havia leitos de enfermaria nos hospitais. Então, o caos não é tão simples assim. A única saída que a Defensoria verifica para as pessoas que nos procuram é planejamento de saúde. Chamando quem? Ouvindo os profissionais de saúde, os técnicos de enfermagem, enfermeiros, médicos, os Conselhos Regionais de Saúde. Os Conselhos Regionais de Saúde têm que ser ouvidos

para que nós busquemos uma solução conjunta. É preciso identificar os problemas de saúde de cada Regional para que haja, assim, um planejamento adequado a cada realidade do Distrito Federal, para não dizer do País.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Dr. Celestino Chupel, pela sua brilhante apresentação aqui, pela sua palestra.

Queria registrar a presença do Sr. Gilney Guerra, presidente do Coren-DF. Como eu disse, nosso objetivo é fazer uma terceira audiência com os órgãos representantes de classes também para ouvi-los, com a Associação Médica, com o CRM, o Coren e outros. Então, queria registrar a presença do Gilney, presidente do Coren-DF.

Queria registrar a presença do Adriano Araújo, tesoureiro do Coren-DF.

Queria registrar a presença da Drª Sonia Margareth, coordenadora do Centro de Saúde 15, da Vila Planalto, que nos dá o prazer de estar aqui também. Obrigado, Sônia.

Queria registrar novamente, pois registrei aqui errado, que o Dr. Crispim é médico da Secretaria de Saúde, com atividade no CAPS do Guará. Muito obrigado, Dr. Crispim, você que é um *expert* na área em saúde mental no Distrito Federal, é uma pessoa muito importante e que contribui muito. Quero agradecê-lo por sua presença.

Esta Mesa está muito machista, há muitos homens aqui, porque a Drª Fátima, presidente do Sindicato dos Enfermeiros, não veio; a Marli, que é do SindSaúde, teve um início de infarto; como as duas não puderam vir, eu gostaria de convidar, para tomar assento à Mesa, uma servidora da saúde há 32 anos, uma enfermeira que eu conheço muito bem pela técnica e capacidade que ela tem de trabalhar, Drª Edy. Ela vai representar nossas mulheres da saúde do DF. (*Palmas.*)

Eu gostaria de passar a palavra agora a alguém que vai ter muita responsabilidade, pois é o único representante de classe dos trabalhadores aqui presente, porque os outros três não puderam vir: o presidente da Federação dos Técnicos (nacional) e vice-presidente do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Distrito Federal (Sindate-DF), Sr. Jorge Vianna. (*Palmas.*)

O SR. JORGE VIANNA – Que responsabilidade!

Senador, Sr. Celestino, Dr. Renato, Dr. Tiago, Dr. Paulo Feitosa, Drª Edy, senhoras e senhores, bom dia!

Evidentemente, nós somos a maioria aqui na Secretaria de Saúde, acredito, porque muitos de nós somos servidores. Então, vou começar falando, Senador, uma frase que eu ouvi numa reunião que tivemos; um empresário do ramo da saúde simplesmente olhou para a gente – a maioria de nós éramos da Secretaria de Saúde – e disse assim: "Vocês são burros". Ele falou isso, ou seja, que nós, da Secretaria de Saúde, somos burros. Foi um impacto, causou uma repulsa em muitas pessoas. E depois ele foi explicar por que nós somos burros. Ele disse como é que a clínica dele funciona, como é que o hospital particular funciona. E aí, quase que puxando a nossa orelha, ele dizia: "Vocês não sabem fazer saúde pública." Pois bem, essa frase ficou na minha cabeça, vai ficar na cabeça de muita gente.

Pois bem, apesar de que nós representamos os auxiliares e técnicos de enfermagem, neste momento, eu me sinto representante dos trabalhadores da área de saúde. Nosso linguajar é meio peculiar, sem muita enrolação, sem muitas palavras bonitas, nós vamos disparar o que nós estamos sentindo de verdade.

Senador, existe o CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), em que toda empresa de saúde, seja pública, seja privada, tem que cadastrar, seja o trabalhador, seja o número de leitos. O problema é que nós temos uma matemática que não vai fechar nunca, que é a matemática do dimensionamento de pessoal, em qualquer área.

Vou falar especificamente da minha área, porque eu tenho mais dados. Falando do CNES, vou dar um exemplo: no Hospital de Base, nós temos um número X de leitos. O Dr. Paulo Feitosa mostrou o número de leitos. A partir daquele número de leitos, nós temos equacionado o dimensionamento de pessoal de todas as áreas e temos também o cadastro de muitas unidades, de muitos leitos de UTI, de que vou falar a respeito num segundo momento.

Então, por incrível que pareça, nós não estamos fazendo o bê-á-bá, nós não estamos fazendo o feijão com arroz. Isso porque, se nós estamos com a saúde em crise, nós temos que, evidentemente, tentar solucionar essa crise arrecadando; mas só arrecadando impostos? Não. Só aumentando impostos? Não. Vendendo isso e vendendo aquilo? Não. Nós temos que executar os nossos devedores – e nós temos muitos devedores. A Sanoli é devedora, a Intensicare é devedora, várias empresas são devedoras. Nós temos que cobrar delas.

Como cobrar delas? Vou dar um exemplo aqui que eu dei na última reunião, do cantor Cristiano Araújo, que faleceu num acidente. Com certeza, ele tinha plano de saúde, mas o primeiro atendimento dele foi em uma unidade de saúde pública; depois é que foi encaminhado. Naquele momento em que ele foi atendido na unidade de saúde pública, foi gasto material, foi gasto pessoal, houve um gasto do Estado; quem deveria cobrir esse gasto? A iniciativa privada, porque ele paga um convênio. Nós estamos, entre aspas, "dando concessão" para as empresas privadas, mas nós não estamos cobrando das empresas privadas. Ora, quantos de

nós aqui temos convênio, mas recebemos um atendimento no Hospital de Base? Às vezes é uma cirurgia que o convênio não cobre ou outra coisa assim, mas quem paga a conta é a saúde pública. E não há efetividade na cobrança das empresas privadas! Não há!

Antigamente, quando se tinha a GAI – muita gente vai se lembrar na hora –, quando se chegava para um plantão lá no HRT, por exemplo, de manhã cedo, às 7 horas da manhã, nas mesas dos médicos, havia uma pilha de GAIs. Aquela GAI tem que ir para o faturamento. Cobravam até o algodão que foi usado. Mas, não! Naquela época, o pessoal levava para casa a GAI, rasgava a GAI. Aquilo lá era dinheiro que ia para o ralo! A nossa Secretaria, infelizmente, não consegue produzir dinheiro!

Essa é uma coisa que nós temos que fazer, Senador, e eu acho que é realmente caótica essa situação, porque nós não estamos conseguindo arrecadar o básico; ao ponto, senhoras e senhores... E aqui agora eu faço uma denúncia – agora é oficial ao ponto de, por exemplo, nós termos dezenas ou centenas de leitos de UTI aqui em Brasília, como foi dito pelo antigo governador...

Inclusive me lembrando do governador, quero saudar aqui o meu amigo, Dr. Agnello, lá do Recanto das Emas, que está ali presente; também está presente uma doutora lá de Samambaia. Então, foram abertos leitos de UTI. Como? Não se sabe, Defensor. Por que não se sabe? Porque, como eu falei no CNES, quando a gente credencia um leito de UTI, há um repasse do Governo Federal por aquela UTI. Abriram leitos de UTI em Santa Maria que não estavam cadastrados, porque não podiam ser leitos de UTI. E o repasse que estava sendo feito para o GDF era como se fosse um leito de clínica médica, e não de UTI. E nós todos sabemos que leito de UTI é bem mais caro. Fecharam a UTI. Fecharam por quê? Porque as instalações não estavam adequadas para UTI, porque havia janelas abertas lá, o que não pode ser. Então, eles repararam o erro, fecharam a UTI e, infelizmente, a população sentiu.

Só que, evidentemente, estávamos ajudando a comunidade, a população – é o nosso papel –, mas estava sendo perdido esse dinheiro. E o que é pior: a Intensicare, que é a responsável pelas UTIs daquele hospital, recebia por aquele leito, porque o GDF pagava X por números de leitos que ela atendia. Só que aquele leito não era cadastrado como leito de UTI, ou seja, prejuízo para a Secretaria de Saúde. Nós estamos levando prejuízos de várias empresas, nós estamos levando prejuízo na atenção primária, que, infelizmente, não evoluiu em nada. Na verdade, está involuindo, porque nós, em 2011, tínhamos uma cobertura de área, na atenção primária nos programas de saúde da família, em 10%; no final de 2014, nós tínhamos apenas 17% comprovados pelo Ministério da Saúde. Perdemos para os Estados mais pobres do Brasil. Cada equipe assistida tem um repasse do Governo Federal de aproximadamente R$10 mil a R$12 mil por equipe. Aqui em Brasília, não sei por que, não se tem uma política de atenção primária.

Eu estou fazendo um trabalho lá no Entorno e estou acompanhando uns enfermeiros lá. É impressionante como o enfermeiro do Entorno, o enfermeiro das cidades do interior trabalham.

Uma outra coisa que nós devemos fazer aqui, Senador, é enaltecer e empoderar esses profissionais de enfermagem, porque nós temos que acabar com essa cultura hospitalocêntrica e temos que acabar com essa cultura de que saúde só diz respeito a médico. Nós temos vários profissionais de saúde que, na falta deles, temos o caos. Isso já foi provado por várias vezes pelo nosso Sindicato, quando nós fizemos paralisação, e por tantos outros sindicatos. Então, nós temos que parar com essa cultura. Eu acho que a saúde só vai avançar quando nós respeitarmos o cara da lavanderia e o neurocirurgião. É assim que nós pensamos. Nós pensamos no coletivo. A falta de capote suspende cirurgia. A falta de fios suspende cirurgia. Tudo suspende cirurgia.

Então, Senador, como representante sindical, eu venho aqui pedir ao senhor, em nome dos profissionais inclusive da enfermagem, que precisamos nos empoderar na Secretaria de Saúde. Eu sugiro aqui também que se crie uma subsecretaria de enfermagem na Secretaria de Saúde, em que o subsecretário tenha poder de subsecretário e não seja subserviente aos mandos e desmandos que existem em todas as secretarias do País. Eu acho que está na hora de a Enfermagem começar a participar, sim, das políticas públicas de saúde. (*Palmas.*)

Bom, foi dito que o Deputado Rogério Rosso, na época, criou o PDPAS (Programa de Descentralização Progressiva de Ações da Saúde), o que deu um pouco mais de autonomia para os coordenadores. Eu concordo com essa ideia. Eu acho extremamente importante neste momento... Essa centralização de compras da Secretaria de Saúde é muito prejudicial. Meses atrás, nós estivemos no HMIB, e nosso coordenador gentilmente nos recebeu, expôs as dificuldades. O Dr. Tadeu, o Subsecretário, também esteve lá. E, por incrível que pareça, nós tínhamos um problema lá de autoclave e, por isso, não podíamos esterilizar material naquele hospital, tendo que levá-lo para outro hospital para fazer isso, fazendo locomoção de pessoal, de material, com risco de contaminação, por causa de R$30 mil! Há muitos hospitais – e eu os conheço – em que os diretores tiram dinheiro do seu bolso para fazer consertos, porque não há condições. E, para abrir uma licitação, é uma dificuldade.

Então, naquele dia, eu percebi que realmente o problema é grave. É preciso fazer a descentralização das compras. E essa proposta do governador de descentralizar, de dar mais autonomia para os gestores, inclusive

financeira, talvez seja uma saída. Mas nós não podemos incorrer em outro erro, porque, se, com um secretário, nós temos dificuldade de fiscalizar, de cobrar, imaginem com sete pessoas, com sete regionais tendo autonomia, tanto de contratação, quanto de finanças. Isso vai ser pior para as nossas entidades fiscalizarem, porque nós somos os fiscais, junto com a Defensoria, junto com o Ministério Público.

Nós estamos aqui para ajudar. O Sindicato em momento algum quer dificultar ou em momento algum quer ser inimigo do Governo. Nós queremos é participar das políticas. Nós queremos é contribuir. O Dr. Tiago sabe muito bem disso que nós estamos falando, porque nós estamos sempre tentando melhorar a saúde pública.

Senhoras e senhores, é isso.

Muito obrigado e um forte abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Gostaria de agradecer ao representante do movimento sindical, nosso querido Jorge Vianna. Tenho a honra de fazer parte do mesmo Partido dele, pois somos do PSD. Sou Senador pelo PSD do Distrito Federal. O Jorge também é do nosso Partido, tem um profundo conhecimento da questão da saúde e fez uma brilhante exposição aqui, com a qual a gente concorda em 100%.

Eu perguntei à Drª Edy se ela queria fazer uso da palavra, mas ela declinou. O Jorge deu uma economia de tempo de quatro minutos.

Edy, você quer falar em nome das colegas?

A SRª EDY GONÇALVES MASCARENHAS (*Fora do microfone.*) – Depois.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Tudo bem, depois.

Então, vamos ouvir agora o Dr. Tiago Coelho.

A primeira campainha, Tiago, só para você se organizar melhor, avisa que você tem mais nove minutos, tem mais um, vai para dez. Depois eu vou dar mais cinco. Aí vai haver a segunda campainha, quando faltará um minuto para você concluir.

O SR. TIAGO COELHO – Obrigado.

Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador Hélio José.

Gostaria de dizer que é uma honra para a Secretaria de Saúde do Distrito Federal estar presente nesta Casa, com este plenário cheio, o que mostra o interesse que o assunto requer.

Senador, eu acredito que o interesse que o assunto traz é porque eu considero que o Sistema Único de Saúde é o maior patrimônio do povo brasileiro. E esse maior patrimônio foi conquistado – o nosso companheiro Paulo Feitosa se referiu a isso – em 1986, numa conferência de saúde, num processo que adveio da Reforma Sanitária brasileira. E esse assunto provoca esse interesse tão grande porque esse patrimônio está em risco no Brasil como um todo. E, se o SUS é o maior patrimônio que nós temos, a maior conquista do povo brasileiro, eu gostaria de deixar registrado aqui que os servidores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal são os maiores responsáveis pela manutenção e pela guarda desse patrimônio. E, assim como os trabalhadores do Distrito Federal são responsáveis e são os guardiões desse patrimônio, nós temos também os usuários desse sistema como objetivo maior do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal.

Infelizmente, Senador Hélio José, nós temos uma cultura instituída de querer apontar responsáveis pela situação de saúde do Sistema Único no Distrito Federal e no Brasil, de querer responsabilizar um destes segmentos – usuário, trabalhador e gestor – como responsáveis maiores pela situação que se vive no momento, quando, na verdade, o foco teria que ser outro. Precisamos ter usuários, trabalhadores e gestores unidos em prol do mesmo objetivo, que é o fortalecimento desse Sistema Único de Saúde.

Então, eu reforço aqui, Senador, que é de fundamental importância que o Congresso Nacional, que o Senado faça esse movimento que V. Exª, honrada e insistentemente, tem feito, no sentido de trazer esse debate para esta Casa, que é a Casa realmente que representa essa discussão em elevadíssimo nível. E a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa faz essa discussão em dois momentos: o primeiro hoje e o segundo na semana que vem, na sexta-feira, dia 28.

Trago um abraço do Secretário de Saúde do Distrito Federal, Dr. Fábio Gondim, da nossa Secretária Adjunta, Drª Eliene Berg, porque os dois não puderam estar presentes hoje, mas já confirmaram presença no debate do dia 28.

Gostaria de registrar também a presença aqui desses nossos três segmentos do Sistema Único de Saúde. Assim o faço, saudando a Mesa e saudando os presentes desta plenária, por meio do Conselheiro Joel, de Samambaia... (*Palmas.*)

... por meio do nosso usuário do Sistema Único de Saúde no Itapoã, nosso querido amigo Anderson.

Gostaria de saudar aqui, em nome dos trabalhadores da saúde, a Dalzi, nossa querida colega.

Gostaria de saudar, em nome dos gestores desse Sistema Único de Saúde, a Meire e a Heloísa, que vêm desempenhando um papel muito importante ... (*Palmas.*)

... aqui nessa refundação do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

Senador, é de notório conhecimento que o Sistema Único de Saúde do Distrito Federal passa por um processo de desconstrução há algum tempo. Nós, da Secretaria de Saúde, junto com o Governador Rodrigo Rollemberg e o Vice-Governador Renato Santana, que também é do seu Partido, temos feito um trabalho hercúleo no intuito de fazer o diagnóstico e, paralelamente, a atuar com ações concretas que possam fazer a mudança desse panorama.

Então, vou deter-me aqui, tentando falar um pouco desse diagnóstico e das ações concretas que já estão acontecendo, tentando fazer uma interface com a fala aqui dos expositores que nos antecederam.

No processo de transição da área saúde no Governo Rollemberg, nós percebemos a necessidade imediata de se fazer uma atuação direta em seis frentes.

Essas seis frentes seriam, primeiramente, o financiamento do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal, o fortalecimento de uma política de recursos humanos de valorização dos servidores, uma mudança no modelo de atenção em saúde nesse sistema, uma mudança no modelo de gestão empreendida nesse sistema, uma política muito forte na área de saúde mental no Distrito Federal e a implementação de uma agenda educativa preventiva promocional de saúde. E eu vou tentar me debruçar rapidamente sobre essas seis frentes.

Com relação à frente de financiamento, é fato, hoje, que ela precisa ser repensada. Nós temos, Senador, um orçamento de R$6,4 bilhões na saúde do Distrito Federal. Esse já é um valor suplementado, porque havia ficado em R$5,9 bilhões. Isso significa dizer que é o segundo maior orçamento na área da saúde registrado entre as 27 unidades da Federação no Brasil, perdendo apenas para o orçamento do Estado de São Paulo, que é de R$8,6 bilhões.

No entanto, Senador, é importante registrar que o Distrito Federal é a única unidade da Federação, prezados colegas, que tem a responsabilidade de planejar, executar, monitorar e avaliar a política pública de saúde. E é por isso que se torna um orçamento muito grande, já que os Estados possuem a verba da saúde que vai para eles, mas também detêm as verbas da saúde que vão para os Municípios. Então, essa impressão de que esses R$6,4 bilhões que vêm para o Distrito Federal é uma quantia assombrosa precisa ser medida na seguinte monta, ou seja, que nós somos a única unidade da Federação onde desempenhamos o papel de Estado e de Município. Portanto, precisamos dar conta da atenção básica, a atenção primária, até a atenção na sua mais elevada complexidade. Isso é importante afirmar.

Os dados que foram trazidos aqui, ou seja, de que 80% dos gastos desse orçamento vão para RH, precisam ser atualizados. Nós já estamos, na verdade, em 84%. E esse valor é um valor elevado, sim. Mas não se faz saúde, Senador, sem recursos humanos! E a Secretaria de Saúde do Distrito Federal tem total ciência e compreensão disso.

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO COELHO – Nós temos aqui em torno de 17% do orçamento voltados para a questão de custeio, e em torno de 2% voltados para a questão de investimentos.

Com relação a essa questão, há uma limitação no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal. Há, reconhecidamente, um déficit de recursos humanos nessa área. E a variação dos números se dá porque se fazem recortes diferenciados. Por exemplo, se nós utilizarmos o recorte da necessidade de se elevar para 80% – como está no Plano de Governo, amigo Paulo Feitosa, do Governador Rodrigo Rollemberg – a cobertura da Estratégia Saúde da Família no Distrito Federal... Hoje nós temos, sim, companheiro Jorge Vianna, a menor cobertura de Estratégia Saúde da Família no Brasil: 27%. Então, para elevarmos a 80% somente a Estratégia Saúde da Família no Distrito Federal, precisaríamos contratar, Dr. Renato Lima, só aí, em torno de 5 mil a 6 mil servidores. Daí a flutuação de 6 mil a 10 mil servidores que se diz ser o déficit na Secretaria de Saúde hoje, no Distrito Federal.

Eu vou falar daqui a pouco do que se tem feito em relação ao financiamento e a todos essas seis frentes.

Vou avançar para a segunda questão, a que nos traz aqui hoje, que é quanto ao modelo de atenção. A mudança do modelo de atenção tem que ser entendida justamente como disseram o colega Jorge Vianna e o companheiro Paulo Feitosa, que nos antecederam. É preciso mudar o enfoque: os hospitais ou a alta complexidade não podem ser os orientadores da política de atenção e saúde no Distrito Federal e, sim, a atenção básica. E aí existe uma diferença entre assistência e atenção. A assistência em saúde é quando nós temos a parte curativa, a parte da ação médica, da ação dos profissionais de saúde em si. No entanto, a atenção de saúde vai muito mais além: ela incorpora as atividades preventivas, ela incorpora as atividades, lógico, de vigilância, ela incorpora as ações educacionais, as atividades de mudança sociocomportamental, e incorpora também a questão assistencial. Então, Senador, mudar o modelo de atenção e saúde no Distrito Federal significa isso. Significa realmente entender que o ordenamento dessa rede de saúde tem que ser feito pela atenção primária.

Quando nós falamos do modelo de gestão, a discussão de um modelo de gestão não significa entregar a Secretaria de Saúde ou a rede de atenção e saúde do Distrito Federal às organizações sociais. De forma alguma!

Este Governo tem o entendimento e a responsabilidade de que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, e não podemos abrir mão disso. Nesse sentido, discutir o modelo de gestão, Senador Hélio José, significa discutir, nessa rede imensa que temos na Secretaria de Saúde de atividades-meio e atividades-fim, quais são as áreas que podem garantir uma melhor mudança de modelo de gestão diante do que nós enfrentamos hoje.

Hoje nós temos, Senador, em torno de 34 mil servidores. Nós temos hospitais espalhados por toda essa rede. Nós temos 15 Regionais de saúde, 7 Regiões de saúde. Temos para lá de 600 unidades de saúde, quando somamos hospitais, unidades básicas, CAPES e outras unidades em si. Uma rede imensa! E essa rede toda é responsabilidade do Estado, diferentemente, dos demais Estados da União, em que essa responsabilidade é compartilhada entre Estados e Municípios, hospitais filantrópicos, Santas Casas e demais órgãos e demais instituições.

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO COELHO – Hoje, no Distrito Federal, nós temos a Fundação Fepecs, a Fundação Hemocentro e o Hospital da Criança. São somente esses três modelos diferentes que nós temos. O resto, tudo está capitaneado sob a Administração Direta. Então, quando a gente fala em rever o modelo de gestão, é entender como isso funciona. Muita gente pensa que a Fepecs, a Fundação Hemocentro, por exemplo, são fundações públicas de direito privado. Errado! São autarquias, são fundações públicas de direito público. Então, a gente precisa fazer certa reflexão também e ouvir a população, os servidores em relação a que modelo é esse.

A questão da saúde mental. Nós sabemos que o Senador Hélio José é uma pessoa que tem uma sensibilidade muito grande nessa área específica, e é preciso realmente dar um outro olhar à saúde mental no Distrito Federal. Ela precisa ter uma política aguerrida, porque nós estamos vivenciando, isso está posto, dificuldades que levam ao autoextermínio entre os profissionais do Sistema Único de Saúde, mas também dos usuários desse mesmo sistema. É uma situação que não é peculiar somente à nossa unidade da Federação, é do Brasil como um todo, é do mundo como um todo, e nós temos o entendimento de que realmente precisamos aprofundar o debate e sedimentar uma política muito mais estruturante de saúde mental na Secretaria de Saúde.

A questão da valorização dos recursos humanos está posta dia após dia. Aqui nesta Mesa, nós temos vários servidores da Secretaria de Saúde – Drª Edy, Dr. Paulo, Dr. Renato, Dr. Jorge Vianna –, e eles sabem, muito melhor do que qualquer um, o quão difícil é um profissional da saúde fazer o seu dia a dia junto a uma comunidade nessa área das mais sensíveis que é a saúde. É difícil o profissional da saúde chegar a casa ao final do dia de trabalho, encontrar sua família, tomar um banho, descansar e realmente dizer: "Eu contribuí para esse Sistema Único de Saúde, eu contribuí para ajudar a população, eu contribuí para fortalecer esse que é o maior patrimônio do nosso povo brasileiro".

No entanto, a Secretaria de Saúde reconhece a necessidade de se ter uma política mais estruturante de valorização e de saúde para esse servidor. Trinta e quatro mil servidores... E aí o Dr. Renato traz alguns dados sobre o absenteísmo. Realmente, são as Secretarias de Educação e a de Saúde que detêm o mais elevado grau de absenteísmo. Essas questões estão sendo hoje discutidas numa subsecretaria que é chamada Subsaúde, mas precisa também ser discutida dentro da Secretaria de Saúde – e assim será –, que precisa identificar quais são esses entraves. E muitos dos debatedores desta Mesa já disseram quais são esses entraves que levam ao adoecimento desse servidor.

Então, a instituição de uma política de saúde do trabalhador, de fato, na rede de atenção e saúde do Distrito Federal é uma das prioridades deste Governo. Assim como fazer uma agenda educativa preventiva de promoção à saúde. Existe uma professora acadêmica, Yvonne Buischi, que define a promoção de saúde em várias frentes: a frente educativa, a frente promocional, a frente assistencial, a frente de mudança sociocomportamental e a frente legisladora ou de políticas de saúde.

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO COELHO – Então, é preciso hoje mudar o enfoque da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, da doença para a saúde.

Dois dias atrás, tivemos um evento conjunto da Secretaria de Esporte e Lazer com a Secretaria Estadual de Saúde, em que esteve presente o Governador. Nesse evento, foram entregues cadeiras de rodas paralímpicas a atletas e usuários do Sistema Único de Saúde, que diariamente fazem daquele equipamento, a cadeira de rodas, uma ação de saúde. E, na entrega desses equipamentos, o Governador fez uma fala muito feliz: "É preciso, e é mais do que chegada a hora, aqui na Secretaria de Saúde do Distrito Federal, de se mudar o enfoque da doença para o de promoção de saúde". E hoje nós temos visto, nos hospitais e nos prontos-socorros, que a verdade não é essa. Nós percebemos e temos real conhecimento de que, nas unidades de saúde, na verdade se tem ausência de saúde.

E eu finalizo, Senador, dizendo quais são as ações – algumas, lógico – que já estão sendo tomadas dentro dessas seis frentes.

Foi publicado, semana passada, pelo Governador Rollemberg, o decreto que institui grupo de trabalho para discutir a descentralização. E aí, prezado colega Jorge Vianna, permita-me discordar da sua avaliação – claro que de maneira respeitosa: é necessária, sim, a descentralização, porque, como eu falei a esse Plenário, já estão instituídas sete regiões de saúde, mas, de fato, essa descentralização não acontece.

Nós temos aqui vários coordenadores regionais – Dr. Agnelo, Drª Andrea Kawamoto, Drª Kelene, Dr. Paulo. Vários coordenadores passam hoje a dificuldade do dia a dia em saber que eles detêm uma área, mas não têm, às vezes, autonomia financeira para fazer o processo andar mais rápido.

E a descentralização pode ser vista da seguinte maneira, Senador: se nos Estados nós temos as Secretarias Municipais de Saúde, por que não, no Distrito Federal, termos unidades, sim, administrativas e financeiras? Essas unidades agilizariam esse processo nas nossas regiões de saúde, e isso tende a acontecer com a instituição desse decreto.

Gostaria de fazer uma referência ao Celestino Chupel em relação à participação dos Conselhos de Saúde, e falar aqui em da 9ª Conferência de Saúde do Distrito Federal, realizada nos dias 20 e 21 de julho. Foi um processo que começou em março, nos dias 27 e 28 de março. Tivemos mais de 21 etapas, tivemos mais de 4 mil pessoas participando das discussões, participando da avaliação da política de saúde do Distrito Federal e o apontamento de novas diretrizes. Nós tivemos também, Dr. Celestino, a participação efetiva de todos os Conselhos de Saúde locais, porque eles que foram os responsáveis pelas atividades de mobilização dessa Conferência.

No entanto, eu concordo em gênero, número e grau que nós precisamos, sim, fortalecer esses Conselhos de Saúde.

Hoje eu, na função de Subsecretário de Gestão Participativa, tenho como missão o fortalecimento desses Conselhos.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Maravilha.

O SR. TIAGO COELHO – Nós temos a nova versão do sistema de informação de saúde – foi lançado nesta segunda feira –, que vai permitir o aumento do faturamento e não vai funcionar só na lógica, num prontuário eletrônico. E aí, Jorge – provocado um pouco pelo que você disse –, nessa nova versão do Sistema de Informação e Saúde, que é o conhecido TrakCare, nós vamos ter dispositivos que, ao entrar um Código Internacional de Doenças, que é o CID, já haverá uma aba que vai garantir os procedimentos padrão; por exemplo, uso de luva, gazes, soro. O profissional nem precisa digitar; ele só vai precisar confirmar ou não. E isso vai aumentar, em muito, o faturamento da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, que é uma de nossas deficiências. O aumento desse faturamento, bem como a redução de custos, precisa ser melhorado. E eu trago um dado aqui muito importante, Doutor.

Você gostaria de fazer um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Não, eu só queria...

O SR. TIAGO COELHO – Chamar a atenção do horário.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Nós temos que abrir aqui para o plenário, há 15 inscritos, para depois ouvirmos as considerações finais. Mas conclua, pois você está fazendo uma fala excelente, extraordinária, muito bem calçada, uma fala que eu avalizo, pois acho de muita valia.

Então, mais um minutinho para você concluir.

O SR. TIAGO COELHO – Muito obrigado. Agradeço o entendimento e sua gentil ação.

Então, vou citar rapidamente algumas outras coisas.

Redução dos custos. Hoje nós gastamos R$600 milhões com apenas três contratos de área meio na Secretaria, que são a vigilância, a segurança e a alimentação – alimentação entendida dessa maneira. Nós já fizemos o chamamento de mais de 700 profissionais de saúde. Mesmo com as limitações da LRF, com as implicações que nós estamos vivenciando hoje, nós estamos seguindo a própria determinação do Ministério Público de não renovar mais os contratos temporários, que eram 1.600 de todas as categorias profissionais. Então, nós estamos seguindo com isso.

Nós começamos já a fazer a identificação das áreas para a construção das unidades da Saúde da Família. Foi identificada, para chegar a 80%, a necessidade de 138 áreas para a construção de Unidade Básica de Saúde, que vão acolher essas equipes de Saúde da Família. Já temos asseguradas 48 dessas.

Estamos viabilizando a construção do segundo bloco do Hospital da Criança, no Distrito Federal. Realizamos um termo de cooperação técnica com o Ministério da Saúde, e, nesse termo de cooperação técnica, Senador Hélio José, ele nos diz uma coisa diferente do que foi um pouco debatido aqui. Ele diz, na verdade, para diminuirmos o número de Subsecretarias na Secretaria de Saúde e incluirmos de somente uma, a que o Dr. Paulo Feitosa comentou, que é a Subsecretaria de Assistência Farmacêutica e Insumos Específicos.

Nós fizemos também uma audiência pública para diminuir o contrato de alimentação, que é um dos maiores gastos também que nós temos, e estamos fortalecendo os conselhos locais de saúde, por meio das discussões via Conselho de Saúde do Distrito Federal. O Presidente Helvécio Ferreira estará aqui na próxima semana e poderá falar melhor sobre isso.

Peço desculpas por ter ultrapassado o tempo, mas agradeço a paciência de todos e a nobreza do ato do Senador Hélio José de nos permitir o avançar desses pequenos minutos.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu registro aqui que simpatizo muito com o Dr. Tiago Coelho, gosto muito dele, pela sua emoção e pelo alto conhecimento técnico. Ele não é médico, é dentista, servidor da Secretaria de Saúde, e tem um conhecimento vasto. Por isso, foi o coordenador da transição do Governo e foi o coordenador da 9ª Conferência, junto com o Helvécio, fazendo toda essa discussão no Distrito Federal com 4 mil pessoas envolvidas. Mas nós temos um horário aqui e eu preciso passar a palavra para o Plenário, para depois retornarmos com as considerações finais dos nossos convidados.

Olha, pessoal, a experiência nos traz algumas questões. Para a próxima plenária do dia 28, sequência dessa, nós temos que começar às 8h30. Eu sei que é muito cedo, mas temos que começar às 8h30 para a hora não avançar muito, porque, se começarmos às 8h30, e vierem os oito convidados, às 10h30 nós terminamos a fala de todos eles, e aí eu terei mais uma hora para abrir para o Plenário e depois para as considerações finais, para terminarmos ao meio-dia. Hoje, nós vamos ter que terminar aqui às 12h30, para termos condição de ouvir os inscritos e encaminhar. Então, vamos ver se, na próxima reunião, no dia 28, conseguimos chegar aqui às 8h30. Se for possível, começaremos às 8h30; se não, começaremos às 9h, como hoje.

Queria registrar a presença das seguintes pessoas: Drª Heloísa Araújo, diretora da atenção primária da região centro-norte; da minha assessora, Srª Nelita, que, por muito tempo, trabalhou no Ministério da Saúde e é uma profunda conhecedora do Conselho de Saúde da Fercal; Sr. Delson, Diretor da Rádio Fercal, da mesma região; Dr. Marcus Costa, que é especialista em saúde pública da área de vigilância sanitária, um médico que teve 8,3 mil votos na última eleição, mostrando o trabalho maravilhoso que ele fez em São Sebastião e a importância desse trabalho; Dr. Kleber Karpov, nosso blogueiro, que fala tanto de saúde, que é uma pessoa que hoje informa a maioria do pessoal na questão de saúde – muito obrigado pela presença, Kleber Karpov. Agradeço a presença de todos, que são o motivo maior de estarmos aqui.

Antes de ouvir os inscritos, em primeiro lugar, eu queria explicar: pessoal, serão três minutos; quando tocar a campainha é porque deu dois minutos e o orador terá um minuto para concluir. Então, três minutos; tocou a campainha, falta um minuto.

Eu queria citar também o nosso amigo Deusin Farias, um microempresário, do microcrédito, que muito trabalha conosco, e o nosso querido Dr. Davi novamente, que eu tinha me esquecido de falar. O Dr. Davi foi candidato a Deputado Estadual por Goiás e teve uma votação expressiva, obtendo quase 12 mil votos na última eleição, e agora está se colocando como candidato a prefeito em Brasilinha, Planaltina de Goiás. Eu espero que ele tenha sucesso.

Vamos ouvir, então, a Drª Edy, abrindo esse bloco dos usuários. São 15, vou ouvir a todos, porque não vai dar para interromper para que possamos ouvir a todos. Então, vou marcar três minutos; quando der a campainha, o orador terá mais um minuto para concluir.

Drª Edy, com a palavra.

A SRª EDY GONÇALVES MASCARENHAS – Bom, eu quero apenas saudar a todos pelo atendimento ao convite para este momento que considero da maior importância, pela oportunidade de colocarmos as nossas sugestões num espaço privilegiado. Não quero usar nem mais um minuto deste tempo, que já está muito curto; vou deixá-lo para os outros inscritos, para ampliar o espaço do debate por eles. Eu fico realizada aqui só em acompanhar este momento.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O Sr. Joel dos Santos, presidente do Conselho de Saúde de Samambaia, usuário, mais três minutos.

O SR. JOEL DOS SANTOS – Eu queria agradecer a oportunidade. Em nome de todos os usuários que estão aqui, eu cumprimento a Mesa.

Na realidade, sem usuário, não tem SUS. Eu costumo dizer que o SUS são três palavrinhas: "s" de usuário, "u" de trabalhador e "s" de gestor. A partir do momento, se não tiver... Eu até achei estranho, porque não há um usuário na Mesa. Eu acho que o usuário teria que estar na Mesa.

Dentro dessas considerações, eu queria dizer o seguinte: o Conselho de Saúde é o único que consta na Lei Orgânica do Distrito Federal, é o único que está na Constituição Brasileira de 1988, e há uma lei específica, a Lei nº 4.604. E aí eu gostaria de ressaltar para o nosso Defensor – já ressaltando na Câmara Legislativa: vamos

visitar os Conselhos Regionais! É lá que está a ponta, é lá que a pessoa precisa de uma injeção, precisa de uma agulha, precisa de um simples paracetamol, precisa de uma simples dipirona, e fica com a dificuldade. Então, é importante que os controles aqui do Distrito Federal visitem os Conselhos Regionais das cidades satélites!

E eu quero ressaltar aqui o nosso amigo Jorge Vianna. Quero dizer a ele o seguinte: o Conselho Regional também é um parceiro dos sindicatos representantes de classe. Na maioria das vezes, o trabalhador chega ali no Conselho Regional simplesmente pedindo um apoio, pois está sendo coagido enquanto está trabalhando. Eu já fui até à 8ª Vara defender trabalhador; por quê? Porque o trabalhador é um braço do usuário; o usuário chega à unidade para ser atendido pelo trabalhador.

O Conselho de Saúde de Samambaia tem duas ações por ano. Dia 23 agora, a partir das 8h da manhã, nós estamos fazendo a feira de saúde com a Igreja Adventista. Haverá mais de 100 profissionais voluntários atendendo a população na QR 303, Área Especial, conjunto B, no Cadec (Centro Adventista de Desenvolvimento Comunitário). Gostaria de convidar a todos vocês da Mesa e todos os usuários que estejam aqui, todos os médicos, todos os presentes aqui para comparecerem ao evento.

(Soa a campainha.)

O SR. JOEL DOS SANTOS – Por quê? Essa ação de saúde é para a população. Na maioria das vezes, as pessoas não sabem o interesse que tem o Conselho de Saúde. Mas é muito! Quando eu chego naquela Samambaia e tem restrição, eu choro, porque ali é nosso, ali é o nosso dinheiro! Às vezes, o profissional está lá dentro, mas, por algum motivo, não está fazendo o atendimento à população. Não é o gestor – eu quero deixar bem claro. Algumas pessoas tentam boicotar o que é nosso, o SUS. É por isso que a gente pede ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, ao próprio Senador Hélio José: vão visitar os Conselhos Regionais, vão visitar a ponta, vão visitar lá onde estão os problemas. Na maioria das vezes, a pessoa só quer ir ao Regional, onde há um coordenador de saúde, onde há um hospital grande. Vão aos Conselhos, para saber a realidade, os problemas, a situação da comunidade, a realidade e a situação daquela Região Administrativa!

E eu não poderia deixar de frisar que o Dr. Tiago tem dado um apoio. Na maioria das vezes, eu tenho ligado para ele até 23h para resolver problemas da Regional de Saúde de Samambaia.

Queria frisar aqui a Drª Heloísa, do Hospital HRAN. Nós temos sérios problemas na nossa Regional. Eu procuro mesmo, vou às Regionais e digo: "Estou com este problema aqui". Há pessoas que estão esperando há quatro, cinco anos. Eu estou com um cidadão em Samambaia que já perdeu uma vista, está perdendo a segunda vista, por motivo de uma catarata. É sério o problema!

Então, Senador, por favor: quando o senhor for a Samambaia, procure o Conselho Regional de Saúde, não só em Samambaia, mas em toda a Região Administrativa. Procure os Conselhos Regionais para saber as dificuldades da região, porque, na maioria das vezes, o trabalhador vai falar mais é coisa bonita; ele vai mostrar o que está feito ali, a coisa linda; não vai mostrar a realidade, a dificuldade. A coisa que está sendo feita é coisa bonita, mas tem que falar de todas as questões. Então, procure, sim, o Conselho Regional de Saúde.

Muito obrigado. Agradeço a oportunidade, e o Conselho Regional de Saúde de Samambaia está à disposição. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço ao Joel dos Santos. Garanto a ele que, na próxima ida minha a Samambaia, eu quero agendar uma reunião no Conselho de Saúde para podermos conversar.

Além disso, Joel, numa próxima plenária, sem ser a do dia 28, quero trazer a Associação Médica, quero trazer os Conselhos de Enfermagem, de Medicina, de Psicologia e outros Conselhos. Vou dar oportunidade a representantes dos Conselhos Regionais de Saúde para também participarem da Mesa. O Conselho Regional de Saúde do DF participará dia 28. (*Palmas.*)

Vamos passar a palavra, por três minutos, à Srª Anunciação Soares Castro Alves, da Secretaria de Saúde também.

A SRª ANUNCIAÇÃO SOARES CASTRO ALVES – Bom dia a todos. Eu sou assistente social, hoje estou na Gerência de Serviço Social da Secretaria de Saúde.

Eu queria puxar a sardinha também para a minha categoria. Eu, como Gerente de Serviço Social, digo que nós temos um déficit enorme de assistentes sociais na Secretaria de Saúde – nós já passamos para o Tiago o diagnóstico, e ele tem nos dado muita atenção em relação a essa questão. Por conta disso, nós temos vários serviços que não estão recebendo o repasse do Ministério da Saúde, porque não há um assistente social na equipe interdisciplinar.

Por exemplo, o serviço de saúde mental de Planaltina não está recebendo o repasse, não está cadastrado na Secretaria de Saúde, porque falta o assistente social na equipe. No CAPS-i (Centro de Atenção Psicossocial

Infantil) do Recanto das Emas, também falta o assistente social na equipe, e o CAPS-i não está recebendo, não está cadastrado no Ministério da Saúde.

Quanto aos PAVs (Programas de Pesquisa, Assistência e Vigilância da Violência), em todas as unidades de saúde, estão praticamente descobertos, sem o assistente social. Nós temos os cuidados paliativos do Hospital de Base, que já teve uma intervenção do Ministério da Saúde, que não está recebendo o repasse, porque não tem o assistente social nos cuidados paliativos. E nós temos o aborto legal no HMIB que também não tem assistente social e não está recebendo repasse.

Esses são as prioridades que estou colocando aqui, porque nós estamos tendo prejuízo. O Tiago já sabe disso, nós já repassamos a ele que nós temos um déficit de 380 assistentes sociais dentro da Secretaria de Saúde.

Nós temos a prisional. Nós temos um número expressivo de profissionais que estão bastante adoecidos. No sistema prisional de saúde, o quadro de assistentes sociais está reduzido, o pessoal está adoecendo, está muito adoecido. Eu fico muito preocupada, porque são profissionais bons, que fizeram um investimento, mas que agora estão num quadro de adoecimento.

(Soa a campainha.)

A SRª ANUNCIAÇÃO SOARES CASTRO ALVES – Essa é a minha colocação.

Só queria fazer um lembrete sobre o planejamento mencionado pelo Dr. Paulo Feitosa – e o Tiago já me deixou feliz –, dentro do reforço na Saúde Mental.

Nós não temos nenhuma residência terapêutica no Distrito Federal. Ali em Goiânia, há sete residências terapêuticas. Nós temos 37 pessoas no Instituto de Saúde Mental que precisam de residência terapêutica. São pessoas que perderam a referência familiar e são egressas ainda da Clínica Planalto.

E nós temos pouquíssimos CAPST (CAPS Transtorno).

Além disso, o Gama não tem nenhum serviço de Saúde Mental. Santa Maria só tem um CAPS AD. E há outras unidades com população acima de 200 mil habitantes que precisam de serviço de saúde mental. Na Ceilândia, só há um CAPS AD, nenhum CAPS Transtorno.

Só esse o lembrete, mas fiquei feliz quando o Tiago falou do reforço com a saúde mental.

Era só isso que eu tinha para falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, Drª Anunciação.

Passo a palavra imediatamente à Drª Katiane dos Santos Rocha, e, depois dela, vai ser o João Pimenta – só para ele se preparar.

A Drª Katiane, do Conselho de Saúde de Samambaia, tem a palavra por três minutos, por favor.

A SRª KATIANE DOS SANTOS ROCHA – Bom dia a todos. Bom dia, Senador Hélio José.

Várias situações foram passadas aqui hoje, e eu, como usuária também da rede pública de saúde, tenho uma preocupação referente à superbactéria. Eu faço a pergunta agora para o Dr. Renato: a culpa hoje da superbactéria normalmente é do médico, como foi dito pelo ex-Secretário de Saúde? Eu volto essa pergunta ao Dr. Renato.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Ele responderá nas considerações finais, ele e todos os que foram citados, está bom? Pode continuar. Você tem três minutos, tem um tempinho ainda.

A SRª KATIANE DOS SANTOS ROCHA – Tudo bem.

A segunda pergunta é referente ao que está acontecendo dentro do hospital HRAN. Hoje, há problemas com as máquinas de hemodiálise. O paciente vai fazer o tratamento, e todas estão com defeito, por falta de manutenção, o que prejudica a população que mais necessita dessa prioridade lá dentro. Como o nosso Secretário de Saúde, hoje representado pelo Dr. Tiago, e o Senador Hélio José podem ajudar com essa melhoria dentro do Hospital HRAN?

Só essas duas perguntas mesmo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito obrigado, até pela economicidade do tempo. (*Palmas.*)

Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Magno, presidente da Anaten (Associação Nacional de Auxiliares e Técnicos de Enfermagem). Ele é morador de Planaltina de Goiás e está aqui nos prestigiando. Sr. Magno, obrigado. Ele vai ser o nosso futuro vereador, Dr. Magno de Planaltina. Que bom! Que Deus o ajude e que o senhor venha a nos ajudar no Legislativo, Dr. Magno.

Queria passar a palavra imediatamente ao Dr. João Pimenta, presidente da Federação dos Aposentados do DF e Entorno, João Florêncio Pimenta; em seguida, vai falar Alessandra Corrêa, gerente do Centro de Saúde nº 1 de Brazlândia.

Dr. João Pimenta, com a palavra.

A SRª JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Senador.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para tratar da saúde sob o ponto de vista do usuário. Quero agradecer a todos os meus companheiros que vieram me acompanhando.

Tratar da saúde, Senador, sob a ótica dos gestores e dos trabalhadores, no meu entendimento e com todo o respeito às categorias aqui representadas, é desejar que continue mais do mesmo. Cada um defende os seus interesses, defende a sua categoria, e não há avanços justamente na atividade fim da Secretaria de Saúde, que são os usuários.

Eu quero cumprimentar muito o Dr. Celestino Chupel, pela forma com que trata os usuários do sistema, porque hoje a judicialização é que garante o atendimento ao usuário de maneira certa e correta. Por quê? Se o gestor não encontra meios de atender, se o trabalhador fica sempre aguardando que as políticas públicas façam alguma coisa pelo usuário, então, entra o coitado do Dr. Celestino na grande dificuldade que tem de atender a todo mundo.

(Soa a campainha.)

A SRª JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – Eu quero dizer mais: os usuários continuam extremamente frustrados com a saúde pública do DF. Ainda há pouco, levei ao Conselho de Saúde um senhor com 92 anos de idade que estava, há mais de dois anos, aguardando uma consulta com ortopedista. O Estatuto do Idoso, Dr. Celestino, não está sendo cumprido na rede hospitalar! Nem no hospital, nem no posto de saúde, nem na UPA. E os trabalhadores dizem que o idoso chega lá doente e que ele tem que entrar na fila da mesma forma que um jovenzinho. Então, isso é terrível. Isso é terrível, porque ele não pode esperar para ser atendido dois anos, três anos depois. Essa é uma crueldade com que a Secretaria de Saúde trata o idoso no Distrito Federal.

Eu agradeceria se esta audiência pública pudesse tratar o usuário, até levando-o a ter assento à Mesa, não após as autoridades saírem daqui, Senador, porque, se o senhor fizer outra rodada só com os usuários, eles não vão ser ouvidos! Com toda a humildade, eu digo que o senhor tem que mesclar a Mesa, para que todos sejam contemplados com suas necessidades.

E as autoridades aqui presentes – o Dr. Tiago, que é meu colega lá no Conselho de Saúde...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza. A gente...

A SRª JOÃO FLORÊNCIO PIMENTA – As autoridades precisam ouvir os usuários e sair daqui dizendo: "Olha, eu fiz um belíssimo discurso, mas ali há necessidades que eu preciso olhar com outros olhos."

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – O senhor tem razão, Sr. João Pimenta. Por isso é que o presidente do Conselho de Saúde do DF é palestrante junto com o Ministério da Saúde e junto com o Secretário de Saúde na continuação desta rodada. Por isso também foi que eu quebrei o protocolo do Regimento do Senado, que diz que, na audiência pública, não se pode abrir para a plateia, e abri inscrições para todas as pessoas, como vou abrir também na próxima audiência, no dia 28, porque vários usuários estão aqui, e precisamos ouvi-los. Está certo?

Mas eu vou dar continuação a este debate aqui no Senado Federal, ouvindo.

Muito obrigado ao senhor pela colocação. (*Palmas.*)

Eu queria passar a palavra à nossa querida Drª Alessandra Corrêa, enfermeira e gerente do Centro de Saúde nº 1 de Brazlândia; em seguida, vai ser o Dr. Antonio Telles, da Secretaria de Saúde.

Então, Drª Alessandra com a palavra.

A SRª ALESSANDRA CORRÊA PEREIRA – Eu queria me pronunciar em relação a Brazlândia por ser uma cidade distante, uma cidade bem tradicional, já antiga, que hoje tem em média 85 mil habitantes, mas continua com o mesmo hospital, com a mesma estrutura de saúde, como já foi dito pelo antigo Secretário.

Hoje a gente vê que há um estrangulamento no atendimento da comunidade pelo hospital, mas também tem havido uma disputa em relação a Águas Lindas e a todas as regiões do Entorno, como Padre Bernardo, Mimoso. Então, nós temos enfrentado uma procura muito grande, com poucos profissionais – e o Sr. Renato foi muito feliz em colocar essa deficiência de profissionais; e o fato de a Regional ser distante dificulta a lotação dos profissionais; muitos desistem de trabalhar lá e pedem exoneração, quando não conseguem uma permuta. Então, a questão é que, em nome da cidade, em nome dos gestores, nós pedimos uma atenção melhor, uma atenção voltada a uma Regional bem distante.

Outra questão é que eu queria agradecer à Subsecretaria de Atenção à Saúde, que me procurou em relação aos trâmites de instalação de máquinas termodesinfectoras. Hoje há várias regionais em que não são instaladas, mas, durante o tempo em que fui supervisora da CME (Central de Material Esterilizado) de Brazlândia, nós conseguimos instalar, com muito esforço, mas fazendo croqui, fazendo parcerias até com as empresas de manutenção para que fizessem um serviço além de orientação, para que nós pudéssemos... É aquele conhecimento técnico de que o senhor falou. Hoje eu sou lotada na Secretaria, sou enfermeira e administradora

hospitalar por formação, e vejo que há um déficit muito grande de conhecimento técnico, para sabermos os trâmites que podemos seguir e sabermos aproveitar o que temos hoje para usar na gestão.

(Soa a campainha.)

A SRª ALESSANDRA CORRÊA PEREIRA – Gostaria de agradecer ao Senador Hélio, porque, até hoje, em Brazlândia, ele foi o único Senador que foi presente, muitas vezes fisicamente, para saber o que realmente a saúde de Brazlândia precisa. O Senador tem nos dado atenção, tem nos dado ouvido.

Também queria dizer que os gestores de saúde, inclusive o novo coordenador, realmente têm tentado, com afinco, trazer novas propostas, trabalhar o que temos. Mas, puxando a sardinha para a atenção básica, Brazlândia grita por uma atenção básica, Brazlândia grita pelo aumento da cobertura do Estratégia Saúde da Família. Hoje nós temos pouquíssimas equipes. Nós temos um centro ainda tradicional, que é o Centro de Saúde nº 1, e o Centro nº 2, que é de Estratégia de Saúde da Família, mas o Centro nº 1 ainda é referência, porque tem mais de 30 anos de atendimento. Eu fui vacinada, eu fiz o meu esquema de vacina infantil lá. Entretanto, hoje nós temos déficit de atendimento, não temos todas as especialidades; nós temos um clínico, um pediatra, um ginecologista. E a gente vê que os servidores estão adoecendo, e, quando entram de atestado, não tenho como substituí-los.

O que eu peço às autoridades é essa atenção à lotação das regionais distantes, para que não venham pedir atendimento aqui, até melhorar o sistema regulador, porque a gente tem aquela questão de regular, não temos endócrino. Hoje, no Centro de Saúde nº 1, apenas no Centro de Saúde nº 1, temos mil diabéticos cadastrados! Mas funciona o atendimento de reunião, temos também uma nutricionista que faz esse atendimento, mas só uma! Temos uma para cada especialidade.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado.

A SRª ALESSANDRA CORRÊA PEREIRA – Então, por favor, peço essa atenção no RH. Agradeço essa atenção que vocês estão dando, mas peço essa atenção a Brazlândia.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito obrigado, Drª Alessandra Corrêa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Passo a palavra ao Dr. Antonio Telles, servidor da Secretaria de Saúde, e, em seguida, ao Sr. Adriceser Ávila, servidor da Secretaria de Saúde do DF também.

Então, tem a palavra o Dr. Antonio Telles, por três minutos.

O SR. ANTONIO TELLES – Bom dia a todos! Gostaria de cumprimentar a Mesa e parabenizar o Senador Hélio pelos trabalhos feitos.

O meu questionamento aqui eu gostaria de passar ao Dr. Renato, ele que foi diretor do HRAN no ano passado, e sua passagem por lá realmente foi de grande sucesso. Gostaria de parabenizá-lo, Dr. Renato, por seu trabalho à frente daquele hospital. (*Palmas.*)

O meu questionamento é referente à falta de recursos de que tanto se vem falando. Gostaria de saber qual seu posicionamento quanto a essa falta de recurso tão mencionada pelo ex-Secretário e pela atual gestão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito obrigado, Sr. Antonio Telles, até pela economia de tempo.

Passamos a palavra ao Dr. Adriceser Ávila, servidor da Secretaria de Saúde do DF, seguido pelo Dr. Davi Lima, também servidor da Secretaria de Saúde do DF.

Dr. Adriceser Ávila tem a palavra por três minutos.

O SR. ADRICESER ÁVILA – Gostaria de cumprimentar o Senador e, na pessoa do Senador, cumprimentar a Mesa e os demais presentes. Quero agradecer ao Senador pela iniciativa de nos abrir este espaço para esses questionamentos, o que materializa realmente o *slogan* dele como Senador do povo.

Quero colocar uma questão aqui que tem me afligido bastante, inclusive aventada pelo Dr. Tiago Coelho, que tem sido o nosso apoio na Secretaria de Saúde. O Dr. Tiago tem nos acolhido, tem ouvido nossas ansiedades e tudo o mais.

Dentro daquelas frentes que foram mencionadas por ele, eu peço que seja realmente implementado esse ponto referente à valorização do servidor. Nós sabemos que, se não há um servidor, digamos, um servidor tranquilo, sendo valorizado em sua dignidade, sendo respeitado e tudo o mais, isso conduz ao absenteísmo – sabemos disso. Essa circunstância do assédio moral é um ponto relacionado. Eu, como servidor, também sou advogado e tenho recebido várias informações de colegas reclamando sobre essa circunstância de assédio moral dentro da Secretaria, que é uma situação extremamente negativa. Há uma informação de que o Conselho Gestor da Secretaria aprovou uma política de combate ao suicídio do servidor. Dentro do plano distrital de combate ao suicídio...

(Soa a campainha.)

O SR. ADRICESER ÁVILA – ... sabemos que o assédio moral é uma circunstância negativa nesse sentido. Então, o que pleiteio aqui, inclusive em nome dos oráculos sindicalistas que temos nesta sala, é a valorização do servidor, respeitando-lhe a dignidade, realmente implementando essa frente mencionada pelo Dr. Tiago Coelho, a quem rendo minhas cordialidades pelo acolhimento. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito obrigado, Dr. Adriceser Ávila, pelas palavras gentis.

Passo a palavra ao Davi Lima, servidor da Secretaria de Saúde do DF, nosso futuro prefeito de Planaltina de Goiás. Em seguida, passo a palavra à Simone Guimarães, do Compp/SES-DF. Vamos lá, Dr. Davi, três minutos.

O SR. DAVI LIMA – Quero cumprimentar toda a Mesa na pessoa da Drª Edy. Quero cumprimentar todos que aqui estão. Quero dizer ao Senador que a Secretaria de Saúde não poderia estar mais bem representada, não só pela amizade que tenho pelo Dr. Tiago, mas pelo conhecimento que tenho da sua seriedade e competência. Não poderia, portanto, estar mais bem representada aqui hoje.

Quero dizer a todos que sou nascido no Distrito Federal, tenho 45 anos de idade e tenho acompanhado os fatos desde então. Quero cumprimentar o Senador Hélio José porque, pelo menos nesses 45 anos, com as atitudes que tem tido, com as reuniões que tem feito, com a sola de sapato que tem gastado, saindo do seu gabinete e indo atrás do seu povo, firmou-se como o melhor e mais atuante Senador do Distrito Federal nesses últimos 45 anos. (*Palmas.*)

Eu não tenho dúvida do que estou falando aqui.

Quero agradecer a todos os meus amigos, quero agradecer aos profissionais da saúde que aqui estão, na pessoa da minha amiga Drª Karine, que se tem firmado também como exemplo positivo de gestão dentro da Secretaria de Saúde.

Agradeço, de modo particular, aos meus amigos de Planaltina de Goiás, que aqui vieram para prestigiar porque o povo do Entorno, Senador, cedeu as terras para que o Distrito Federal existisse. O povo do Entrono rende seus tributos aqui no Distrito Federal e só volta para casa para dormir. E esse povo é desrespeitado, muitas vezes...

(Soa a campainha.)

O SR. DAVI LIMA – ... no Distrito Federal, na saúde pública, como se o SUS não fosse universal.

Quero encerrar minhas palavras aqui, pedindo ao Dr. Renato que, em suas falas finais, aborde algo de que ouvi falar muito aqui – e espero que o Dr. Tiago também tenha ouvido muito –, que é a valorização do servidor. Existe uma cultura em que se coloca o servidor como o culpado pelos problemas. O médico é o culpado, o enfermeiro é o culpado, o profissional da limpeza é o culpado. No meu entender, não são os culpados; ao contrário: eles são a solução dos problemas. (*Palmas.*)

Então, precisamos ter um diálogo mais perto, parar com esse discurso equivocado de que servidor é problema dentro da Secretaria de Saúde. Ao contrário, precisa ser respeitado e ser ouvido.

Ao Dr. Renato eu isso peço porque, valorizando o servidor quando esteve à frente do HRAN, ouvindo os servidores, ele conseguiu resultados com a mesma verba. Fala-se tanto em pouca verba para a Secretaria de Saúde aqui, mas não se fala do rendimento que se pode ter com essa verba, Senador, com essa mesma verba, valorizando e trazendo o profissional. O profissional é ser humano, não é computador. Ele rende diferentemente se for valorizado ou se for perseguido. Rende diferente. (*Palmas.*)

Queria que o Dr. Renato comentasse, no final, os resultados que ele obteve lá em aumento do número de cirurgias, aumento de número de consultas, apenas valorizando e ouvindo servidores. Quando esteve à frente do HRAN, o gabinete dele era aberto 24 horas para que os servidores reclamassem ali e trouxessem soluções.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Passo a palavra à Drª Simone Guimarães, do COMPP/SES-DF. Em seguida, vai falar a Drª Filomena Barros, presidente da Comissão de Registros de Técnicos em Saúde Bucal e de Auxiliares em Saúde Bucal.

Então, Drª Simone Guimarães, três minutos.

A SRª SIMONE GUIMARÃES – Bom dia a todos.

Eu não poderia deixar de me pronunciar com relação à criança, enfatizando principalmente a primeira infância, porque é nessa fase que se tem comprovado, cientificamente, que deve haver todo investimento para que o desenvolvimento posterior do ser humano e da sociedade possa acontecer sem tanta violência, sem tantas doenças, sem tantos problemas, como temos visto hoje.

Fiquei muito feliz em ver que, dentro do programa do Governo, vamos priorizar a saúde mental, e eu gostaria de enfatizar a saúde mental infanto-juvenil. Estou na direção do COMPP (Centro de Orientação Médico Psicopedagógica), um centro que, como vimos nas exposições, desde 1969, é o único centro de referência dessa rede. De 2001 a 1014, não houve investimentos, e são poucos os serviços que temos, como o CAPSi-Plano Piloto, que funciona dentro do COMPP; o CAPSi-Recanto das Emas, o CAPSi-Sobradinho, o NAT/HMIB (Núcleo de Apoio Terapêutico). Os adolescentes precisam de investimentos, estruturação, para que não passemos a vida enxugando gelo. Temos que investir na clientela, na criança. A criança é a base de toda sociedade. Então, se enfatizarmos nosso programa de saúde na criança, acho que será um grande avanço nessa gestão e um grande avanço nesse programa.

Então, eu gostaria que refletíssemos sobre isso. Trago um poema de Gabriela Mistral, que diz muito:

(Soa a campainha.)

A SRª SIMONE GUIMARÃES –

Somos culpados de muitos erros e muitas falhas, mas nosso pior crime é abandonar as crianças, desprezando a fonte da vida.

Muitas das coisas que precisamos podem esperar.

A criança não pode.

É exatamente agora que seus ossos estão se formando, seu sangue é produzido, e seus sentidos estão se desenvolvendo.

Para ela não podemos responder "amanhã".

Seu nome é "hoje"

Obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Quero agradecer ao Centro de Orientação Médico Psicopedagógica. Acho que ele é muito importante. Faremos aqui uma audiência pública sobre a depressão, suicídio e doenças do tipo TDAH. Vai ser muito importante contar com sua colaboração, com a presença nesses debates que faremos *a posteriori* dessas duas audiências públicas que estamos fazendo acerca da saúde do DF e do Brasil.

Passo a palavra para Drª Filomena Barros, Presidente da Comissão de Registros de Técnicos em Saúde Bucal e de Auxiliares em Saúde Bucal e Presidente Nacional dos Técnicos e Auxiliares de Saúde Bucal. Em seguida, será a Drª Sônia Margareth, gerente do Centro de Saúde nº 15, do Distrito Federal.

A SRª FILOMENA BARROS – Bom dia. Cumprimento o Senador e o parabenizo por este trabalho. É isto que tem que ser feito: o corpo a corpo com a população, e não ir à televisão, ficar falando. Tem que fazer esse corpo a corpo com a população. Quero aqui também parabenizar o Dr. Tiago, que é da minha área, a área da Odontologia.

Senador, quero passar para o senhor o seguinte: como presidente nacional, tenho 182 mil profissionais no Brasil. No Distrito Federal, onde ainda não temos a implantação do Brasil Sorridente, pergunto: por que não dá certo? Por que, já que foi aprovado o Projeto de Lei nº 2008? O profissional tem o direito de estar trabalhando na sua profissão. Nos hospitais e postos de saúde, quem está trabalhando no lugar desse profissional é o auxiliar e é o técnico de enfermagem.

Sou técnica de enfermagem, mas não tirei o Coren. Portanto, eu jamais posso trabalhar sem o meu registro. Nos hospitais, a maioria trabalha sem o registro do CRO. Isso é algo em que estamos trabalhando e vamos agora organizar o Distrito Federal para ser modelo nacional.

O Distrito Federal tem que ser modelo não só na minha categoria de técnico. Estou lutando, vou a cada Estado para saber quantos credenciamentos há para o Saúde na Família, porque meu pessoal tem que trabalhar nos Municípios com a Modalidade II. Acabei de vir de Macapá, onde há 254 credenciamentos no Ministério da Saúde...

(Soa a campainha.)

A SRª FILOMENA BARROS – ... para esse profissional trabalhar na Modalidade II, a verba está lá, mas não há ninguém com essa capacidade, porque há prefeitos que entraram agora, marinheiros de primeira viagem.

Aqui quero deixar registrado que a saúde começa pela boca. Ela ajuda a categoria, ela ajuda a parte educativa e preventiva.

Venho aqui para pedir apoio total. Já falei com o Dr. Tiago. No Distrito Federal, o nosso problema maior é na rede educacional, onde há o meu pessoal trabalhando, no PIS (Programa Integrado de Saúde Escolar), que é o Programa Cárie Zero. Meu filho tem 29 anos e não tem cárie porque teve atendimento no Programa Cárie Zero.

A Fundação Educacional tem esse programa, mas ele não está sendo respeitado da maneira como foi criado, com o Distrito Federal sendo piloto para expandir para o Brasil e para o mundo. É um programa que está aí. Já falei com o Dr. Tiago, venho lutando há muito tempo para isso. As crianças não estão mais sendo atendidas na escola no tratamento odontológico. O posto de saúde não atende à demanda. Todos os que aqui estão presentes e trabalham nos postos de saúde sabem que eles não atendem mais à demanda e que, só daqui a dois anos, vão oferecer o tratamento odontológico. Estive agora em dez postos de saúde, fazendo inscrição para as pessoas e dizendo: daqui a dois anos, você vem. Como é que uma criança...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado.

A SRª FILOMENA BARROS – ... com o poema bonito que ela falou aqui, vai esperar dois anos para cuidar dos seus dentes?

Quero parabenizar o senhor e continuo aqui. Dr. Tiago, estou à disposição. Quero ajudar, estou aqui realmente para ajudar e fazer o melhor possível, dentro da minha categoria, para a saúde pública deste País. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito obrigado, Drª Filomena Barros, pelas palavras.

Passo a palavra para a Drª Sônia Margareth, enfermeira, dentista e nutricionista – triplamente formada – e, em seguida, para a Drª Francineri Alves Bastos, assistente social e servidora da Secretaria de Saúde.

Com a palavra, a Drª Sônia Margareth.

A SRª SÔNIA MARGARETH SILVEIRA – Bom dia a todos.

É um grande prazer estar aqui nesta audiência pública coordenada pelo nosso amigo Hélio.

É muito interessante como a saúde tem um espaço próprio e que tem que ser utilizado em todos os espaços, inclusive no espaço desta Casa, do Senado Federal.

Sou uma batalhadora, uma militante da atenção primária. Digo que meu partido é a saúde e que o meu Governo é o Sistema Único de Saúde. Estou na Secretaria há 29 anos, sempre dentro da área da atenção primária. Acredito que a atenção primária é o norte, o iniciador de todo o processo de saúde, porque temos que trabalhar dentro da atenção primária, como o Sr. Tiago colocou. Antes de fazermos a assistência, temos que promover a saúde. E é isso que fazemos, com excelência, nós, a equipe do Centro de Saúde da Vila Planalto.

Estou aqui como representante da Vila Planalto. Estou na gestão do centro de saúde há cinco anos, como gerente, e há quatro anos como chefe de enfermagem. Hoje, temos a chefe de enfermagem, Edy, que faz parte desta Mesa, e o Hélio, que é o companheiro dela e também sabe do trabalho árduo e de excelência que o Centro de Saúde da Vila Planalto faz.

Digo que a Vila Planalto é a comunidade que eu escolhi para chamar de minha. E vejo todo esse trabalho que o Dr. Tiago, com muita destreza, habilidade e competência, vem fazendo junto a todos os seus parceiros...

(Soa a campainha.)

A SRª SÔNIA MARGARETH SILVEIRA – ... na Secretaria de Saúde em relação ao novo modelo de gestão.

Venho aqui colocar, de público, que é muito importante, em qualquer projeto de inovação, valorizarmos o que já existe. E o Centro de Saúde da Vila Planalto é excelência em vários programas. Esta Casa e os Ministros da Saúde que passaram durante o tempo em que estou na Vila Planalto visitaram a nossa unidade no sentido de certificar vários programas, como o Programa Saúde na Escola, como o Programa do Adolescente, como a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB).

Dentro dessa proposta de reestruturação, em que a estratégia Saúde da Família é o foco principal, essa estratégia tem que ser colocada em prática pela importância de chegar a saúde à casa de cada usuário. Temos que valorizar o trabalho que vem sendo feito nos centros de saúde e incorporar as ações já realizadas, os programas, a vinculação, os trabalhos intersetoriais que existem nessa nova proposta.

Então, peço que todos os gestores que estão à frente desse processo, quando forem planejar suas estratégias de saúde da família, estratégia de atenção básica ou seja qual for o nome que quiserem dar, primeiro contemplem o trabalho que está sendo feito em cada local, para que sigamos em uma frente de adição, de incorporar coisas que estão dando certo.

Como bem falaram vários representantes deste Mesa, a Secretaria de Saúde tem trabalhos bons, tem trabalhos de excelência, porque ela é feita de servidores, e os servidores sempre estiveram com o coração dentro desta Secretaria. Estamos mal? Estamos, mas não só os servidores e os trabalhos que realizamos são os culpados disso; é o próprio crescimento do Distrito Federal, e não tivemos uma adição ao nosso complexo, uma adição que fosse proporcional ao crescimento da população.

Agradeço ao Hélio por ter proporcionado este momento em que pudemos colocar as coisas. Agradeço ao Dr. Renato, porque ele é uma pessoa que sempre pensou no servidor; no tempo em que passou na coorde-

nação da regional norte, que é a nossa coordenação do centro de saúde, sempre ouviu o servidor. E isso é uma coisa que todos os gestores têm que incorporar às suas práticas.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado. É por isso que a Sônia é formada em três cursos.

Vamos lá, gente. Drª Francineri Alves Bastos, assistente social, servidora da SES, há muito tempo na Policlínica de Taguatinga, com vasta experiência.

Vamos lá, Drª Francineri; em seguida, o Dr. Daniel de Souza Matos, usuário, morador da Fercal e que é um doutor formado no exterior. Ele vai falar depois da Drª Francineri Alves Bastos.

A SRª FRANCINERI ALVES BASTOS – Bom dia a todos e a todas.

Eu gostaria de colocar que, acerca de toda essa discussão que está sendo feita aqui sobre o desmonte da saúde pública, existe um pano de fundo que é justamente dar espaço para que ações de cunho privativo entrem e confrontem o Sistema Único de Saúde.

Então, não é à toa: se está havendo falta de recursos humanos, de insumos, é porque existem, sim, interesses contrários. A própria mídia só coloca o que não é bom na saúde pública. Eles não mostram as experiências boas. Por quê? Porque a própria mídia representa grupos de interesses contrários, para que venham depois as OS's, as parcerias público-privadas.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Tiago, porque, em seu discurso, ele falou muito bem sobre o SUS. Mas estamos vendo que o próprio Governador Rollemberg está dando sinais de visitar em Goiás ou onde haja essas parceiras público-privadas... Então, o discurso do SUS e o Governador: o que ele está fazendo? O que está sondando? O que ele está buscando? A gente está ouvindo histórias de que vai começar pela Ceilândia, Então, isso vai contra os princípios do SUS.

Existe uma movimentação muito grande, inclusive agora, na próxima conferência, a 15ª Conferência Nacional de Saúde, de pessoas que estão justamente defendendo que se privatizem serviços dentro do Sistema Único de Saúde. Então, essa discussão toda do desmonte, da fábula de recursos, tem um intuito. Então, a gente tem de ficar atento.

Outra questão que eu gostaria de colocar aqui – e já seria no nível do Senador Hélio José – é que já existe também uma discussão de taxação de empresas que vendem produtos nocivos à população, como a indústria do álcool e do tabaco. Então, que nós possamos, realmente, fazer essa discussão, e que se faça com que sejam ressarcidos ao SUS, por parte dessas empresas, os gastos com esses pacientes, para que elas se responsabilizem pelos custos do tratamento das doenças associadas a esses produtos nocivos. Então, a gente tem que ficar atento.

(Soa a campainha.)

A SRª FRANCINERI ALVES BASTOS – Eu faço parte do Programa de Controle do Tabagismo, e recebemos a visita da Organização Mundial da Saúde, o que foi uma coisa muito boa. Só que a mídia só mostra o que não presta, porque tem o intuito de interesses privados. Então, que nós possamos ir para a Conferência de Saúde defender o SUS público e gratuito. (*Palmas.*)

E, por último, gostaria de parabenizar o Senador Hélio José por esta iniciativa. Realmente, este é um espaço fértil para que busquemos alternativas para fortalecer o Sistema Único de Saúde.

Muito obrigada a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito obrigado à Srª Francineri. Gostaria que a senhora colaborasse com a gente na apresentação de um PLS, um projeto de lei do Senado Federal, para que as empresas que só fazem aumentar o número de usuários do SUS, por conta do tipo de produtos viciantes e degradantes que vendem, estejam sujeitas a uma taxação. Então, a senhora está convidada a nos ajudar a elaborar o PLS para apresentarmos aqui ao Senado Federal.

Eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Daniel de Souza Matos, um médico formado no exterior, que, como muitos, vai ter que fazer o Revalida, porque acabou de chegar aqui ao Brasil; e, em seguida, ao Sr. Alcione, que é farmacêutico do Hospital Regional de Ceilândia.

Então, com a palavra o Dr. Daniel de Souza Matos, usuário da Fercal e um doutor formado no exterior, parece que no Paraguai.

O SR. DANIEL DE SOUZA MATOS – Um bom dia a todos! Quero saudar a Mesa e todos aqui presentes.

Eu fui servidor da Secretaria de Saúde como técnico de enfermagem e, lá, tive o prazer de trabalhar com o Jorge, com o André, que está ali atrás, e eu queria, inicialmente, provocar aqui a reunião com algumas perguntas sobre as quais eu acho que seria muito interessante pensarmos, para, a partir daí, começarmos a pensar também em uma solução para essa crise na saúde que já se arrasta há vários anos.

Em primeiro lugar, nós temos que pensar por que razão os hospitais privados dão certo. Por que o Santa Lúcia dá certo? Por que o Sírio-Libanês dá certo? Por que o Albert Einstein dá certo? Por que a Rede Sarah dá certo? Será que os nossos gestores não têm capacidade para gerir o sistema, e eles lá têm essa capacidade? Ou será que o sistema impede que um bom gestor possa gerir o sistema público de saúde, e isso há vários anos? E os sistemas de saúde de outros países como o Canadá? Por que no Canadá dá certo? Por que na Inglaterra dá certo? Então, o que acontece? Nós somos inferiores intelectualmente a essas pessoas?

A outra questão seria a profissionalização da gestão, como o Dr. Renato falou. Seria essa a diferença? Muitas vezes, uma pessoa que está como diretor, como secretário, não tem a mínima capacidade de gestão, nunca estudou administração, está ali por mera indicação política. E eu acredito que, nesses locais que eu citei, naqueles hospitais e nesses países, a indicação política tem, pelo menos, uma pessoa que sabe administrar, e não somente uma mera indicação política.

(Soa a campainha.)

O SR. DANIEL DE SOUZA MATOS – O respeito ao bem público é o amálgama que está entre os requisitos nesses lugares onde a saúde dá certo.

E eu faço uma pergunta aqui: por que muitos técnicos de enfermagem, muitos auxiliares, muitos enfermeiros, muitos profissionais da Secretaria, quando trabalham num hospital da rede pública, desperdiçam luvas, seringas, álcool, algodão e, quando vão trabalhar no Hospital Santa Lúcia, por exemplo, fazem com que nada seja desperdiçado? Essa é outra questão que queria deixar em aberto.

Outra pergunta que eu queria deixar aqui é dirigida aos gestores aqui presentes: enquanto os senhores foram gestores, quanto de dinheiro público se perdeu com o desperdício de materiais nos hospitais que os senhores geriam? Será que existe essa conta? Será que alguém já pensou em ver o quanto de dinheiro nós já perdemos com o desperdício?

Ainda uma colocação ao Dr. Tiago, que é da área da odontologia: na Fercal, onde eu moro, nós temos postos de saúde onde os consultórios odontológicos estão criando moscas, estão servindo de criatório para insetos, pois não funcionam. Temos dentistas também, profissionais da área, que moram no local e que teriam disponibilidade para ali trabalhar. Então, se a sociedade precisa do serviço, se temos os consultórios, os insumos e tudo o mais, por que não se contrata? Por que não se trabalha nessa área?

Só uma citação do Ministro da Saúde, Simon Burns, do Reino Unido. Ele deixou bem claro que, quando a Inglaterra estava em crise em 2011, mesmo com a crise, eles se comprometiam a não cortar o orçamento destinado à saúde, pois eles conseguiram dinheiro "cortando custos no ano passado, economizando 4,3 bilhões de libras, somente cortando os gastos desnecessários".

Então, seria mais ou menos isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu queria registrar, aqui, com muita alegria e com muita satisfação, a presença do Presidente desta Comissão, um Senador que foi Deputado Constituinte, Deputado por vários mandatos, Senador em terceiro mandato, representante do nosso Rio Grande do Sul; uma pessoa que ajudou a construir a Central Única dos Trabalhadores, que muito tempo dirigiu lá o nosso sindicato de Canoas, no Rio Grande do Sul, e que é um entusiasta dessa discussão em torno dos direitos humanos; uma pessoa que tem feito com que esta Comissão trabalhe como ninguém, com que esta Comissão de Direitos Humanos já tenha feito uma infinidade de debates, sendo a Comissão que, neste ano, já fez o triplo de reuniões se comparada a outras Comissões aqui, no Senado Federal.

Senador Paulo Paim, muito me alegra e muito me honra fazer parte, como membro titular, da Comissão de Direitos Humanos sob a sua direção e Presidência. Vou passar a palavra a V. Exª, até porque aqui é assim: se o Senador chegou, ele falará sempre que quiser e quando quiser.

Mas, Senador Paulo Paim, só para situá-lo: nós iniciamos esta audiência às 8h, com a plateia lotada, como ainda está, o que mostra o grande interesse que esse tema desperta. Na próxima sexta, às 8h30min, nós teremos aqui o Secretário de Saúde do DF; o Secretário de Assistência à Saúde, do Ministério da Saúde; o gestor do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que é quem paga parte do direito à saúde, do Ministério do Planejamento; teremos também o Presidente do Conselho de Saúde do Distrito Federal; o representante das grandes redes suplementares de saúde privada; o representante dos micro e pequenos empresários suplementares de saúde privada; e vamos ter o representante do Ministério Público da União – hoje nós estamos aqui com a Defensoria Pública –, todos na próxima semana.

V. Exª está com a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Primeiramente, explico que só não acompanhei o debate desde o início da manhã porque eu estava presidindo a sessão do Senado e também porque estive,

como vocês devem saber, acompanhando o desenrolar de uma crise muito grave por que passa o meu Estado, o Rio Grande do Sul. O Estado está praticamente quebrado. Os trabalhadores estão em greve; são mais de 40 mil em greve. Pararam a Polícia Rodoviária, a Polícia Civil, a Polícia Militar, os hospitais; enfim, está praticamente tudo parado. Mas estamos tentando encontrar um caminho.

Eu quero mesmo, Senador Hélio José, dizer da minha alegria de conseguir chegar a tempo aqui, até para render as minhas homenagens a V. Exª e a todos os convidados – e me desculpo por não citar um por um – e dizer o que disse logo após o último processo eleitoral, quando essa nova turma chegou aqui ao Congresso Nacional. Diziam-me que o Senado seria muito mais conservador, mas V. Exª é exemplo de que isso não é verdade. Essa moçada que chegou aqui trouxe mais vitalidade, trouxe mais qualidade. Eu diria que há, no mínimo, uns 10 Senadores que chegaram aqui – e V. Exª é exemplo disso – para fazer um trabalho brilhante. Normalmente, na sexta-feira pela manhã, o Senador está, como a gente diz, cuidando das bases, viajando. Por exemplo, aqui no DF, estaria visitando as cidades satélites. Porém, V. Exª está aqui no Senado, numa audiência do nível desta.

Eu sempre digo que, se você perguntar à população quais são as suas três principais demandas, o que a população vai dizer, independentemente da ordem, é: segurança, saúde e educação. São os três pontos básicos que a população sempre vai apontar como sendo dever dos poderes constituídos atender de forma direta. Claro que o combate ao desemprego, a busca pela melhoria da renda são consequências de uma política econômica. Mas V. Exª traz um desses temas neste momento, e percebo que não é discutir a saúde só aqui no DF; é discutir a saúde numa visão nacional, olhando, como eu digo, como é o olhar de V. Exª, além do horizonte, além daquilo que a vista permite, que é a saúde de todo o povo brasileiro.

Por isso, estou aqui com muita convicção de que, a partir dessas audiências públicas que V. Exª está realizando... E sempre digo a todos: independentemente de eu estar aqui ou não, quem irá presidir será o Senador Hélio José, até porque é um critério desta Comissão que o Senador que apresenta o requerimento assume o lugar do Presidente titular e dirige a reunião. O Presidente, como é o meu caso, fica quietinho, sentadinho aqui, junto de vocês, ouvindo vocês, ouvindo os convidados e o meu querido Presidente Hélio José.

Sei que será uma audiência que dará frutos positivos. O companheiro Olívio Dutra, lá do nosso Estado, dizia sempre: para aquele que faz a boa semeadura, que cuida bem da terra, a terra sabe devolver frutos com qualidade. É o que V. Exª está fazendo aqui. Por isso, tenho certeza absoluta de que daqui nós vamos encaminhar propostas que venham para o bem não só do povo de Brasília, mas, sim, para todo o povo brasileiro.

Termino dizendo uma frase de que eu gosto muito, que não é minha, mas do maior revolucionário de todos os tempos, Jesus Cristo: V. Exª é daqueles homens que fazem o bem sem olhar a quem. E isso me basta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pessoal, é muito orgulho poder fazer parte do Senado e ter a companhia de pessoas com a formação, com o coração e com tanto dever cívico cumprido como o Senador Paulo Paim. Para nós, aqui, não há um, entre os 81 Senadores, que não reconheça e que não respeite esse fato de termos, entre os Senadores, um autêntico representante dos direitos humanos, uma pessoa que goza do respeito de todos nós.

Muito obrigado, Senador.

Por aqui também passou o Senador Capiberibe, Vice-Presidente desta Comissão, que já cumprimentou a todos, e nós nos sentimos muito honrados com as suas palavras.

Tenho certeza de que juntos, sob a sua Presidência e conosco aqui trabalhando, vamos dar sequência a esse grande trabalho na busca de defender sempre os direitos humanos e uma melhor qualidade de vida para a nossa população.

Vamos dar sequência com o Dr. Alcione, que é farmacêutico do Hospital Regional de Ceilândia, e, em seguida, vai falar uma pessoa da comunidade, a D. Maria José da Silva, missionária lá do Recanto das Emas.

Então, vamos lá, Dr. Alcione, farmacêutico do Hospital de Ceilândia.

O SR. ALCIONE – Bom dia a todos, bom dia à Mesa, bom dia, Senador, bom dia, Dr. Tiago, bom dia, Dr. Renato e todos os companheiros que aqui se encontram.

Bom, eu já fui contemplado por várias falas aqui hoje, e, dentro dessas falas e das apresentações que também foram mostradas aqui, eu queria também trazer que, antes de mais nada, eu já tenho 17 anos de Secretaria de Saúde, e sempre há uma trava de brigas, que acho que são soluções. Sempre ficam, "vamos terceirizar a saúde, porque vai criar solução; vamos privatizar a saúde, porque vai criar solução." Mas há outros indicadores também que trazem.

Eu sou contra a terceirização e eu sou contra a privatização, antes mesmo de fazer de outras maneiras que aqui hoje já foram demonstradas, que há 17 anos vêm sendo demonstradas. E aí eu fico me perguntando por que não se colocam em ação esses planejamentos. E sempre se discute muito, como nesta audiência hoje aqui, em que muitas coisas que já foram colocadas aqui podem, amanhã mesmo, Dr. Tiago, já ter um encami-

nhamento. E eu fico me perguntando por que é que isso não acontece, sempre muda o governo, muda o secretário, e continuam os entraves.

E temos lá o atendimento primário, que é bonito, que a gente vai na raça, a gente vai do jeito que vai, que tem ou não tem, não é isso? Com luva ou sem luva. Com luva ou sem luva. Eu trabalho no banco de sangue, às vezes trabalho sem luva ou com luva, mas atendemos.

E aí eu trago uns dados aqui – e eu não quero politizar, não quero criar polêmica, nada. Eu trago dados para que a gente possa começar a ter esses dados e a trabalhar com eles. Nós estamos em crise, mas a crise, a gente começa a fazer auditorias, começa a ter dados e começa a topar com certos escoamentos. E eu creio que esse momento foi oportuno, e está sendo ímpar também para a gente...

(Soa a campainha.)

O SR. ALCIONE – ... com essas audiências e tudo, que o Dr. Tiago é uma pessoa que escuta a gente e coloca em prática. Quero até agradecer aqui, Dr. Tiago, por nos ter atendido.

Então, este é um dado: só em cargos de chefia, são mais de 500 médicos em cargos de chefia; 500 vezes 40 horas semanais, que tem que trabalhar um chefe, são 20 mil horas semanais; vezes quatro, que são um mês, são 80 mil horas mensais; vezes 12, que é um ano, 920 mil horas de atendimento não prestado à população, sacrificando a população e expondo os demais. Não estou colocando e expondo aqui a categoria médica, mas, sim, perguntando: será que é necessário termos 500 cargos de chefia, e nenhum médico às vezes? Cadê os administradores que são concursados? Estão trabalhando, têm a pós, como a nossa colega aqui colocou, estão preparados para... Será que... "Ah, mas há uma burocracia, está assinando", e o "cara" não está exercendo aquilo que tinha que exercer.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado.

O SR. ALCIONE – Não é? Então, nesta fala, Senador, o que eu acho é o seguinte: que nós temos que começar a prestar atenção em coisas que aí já estão. Antes de discutir terceirização e privatização.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Correto.

O SR. ALCIONE – Está? Eu deixo essa fala, Senador. Deixo essa fala para a Mesa, que nós temos que ter essa atenção. Não politizando, mas, sim, trazendo algumas coisas. Fico questionando essas coisas. Será que precisa tanto, essa demanda toda? Não só nisso, mas em outras áreas, porque aqui o tempo é pouco.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado, Dr. Alcione.

A Srª Maria José é militante e missionária do Recanto das Emas. Em seguida, vai falar o Sr. José Rodrigues Marques, lá da saúde, militante lá de Taguatinga.

Srª Maria José, com a palavra.

A SRª MARIA JOSÉ DA SILVA – Em primeiro lugar, quero agradecer à Mesa, ao Senador, a quem acompanho há quase 25 anos, pela sua personalidade. Quero lhe desejar saúde e parabenizá-lo pelo seu belíssimo trabalho, porque, até hoje, não existiu um Senador no Distrito Federal que faz o que o senhor está fazendo, convocando a Medicina. Por que eu estou me referindo a isso? Porque o assunto aqui hoje é saúde. E a saúde – eu vou discordar às vezes do Dr. Renato –, essa saúde está em coma, ela está na UTI, quebraram as pernas dos médicos, as pernas das enfermeiras, das assistentes sociais. Aliás, a saúde não está funcionando, e às vezes chego a pensar que o Governador atual não tem projeto para a saúde. Isso é um descaso muito grande com a população.

Ontem eu passei o dia todinho correndo atrás de marcar um exame em vários hospitais, e não há vaga, não há aparelho, está tudo quebrado. É rato, é reclamação de tudo.

Quero perguntar ao senhor: como é que o senhor vai se sair, como Secretário, dessa saia justa? Por que estou perguntando ao senhor? Porque a saúde não está satisfeita. Os médicos não estão valorizados, as enfermeiras, desclassificadas. Eu acho que está faltando o respeito à saúde, à educação, ao policiamento e à moradia, e eu acho que este é o pleito do Senador Hélio José: acolher os descamisados, os camisados, que se diz, os paletós,...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA JOSÉ DA SILVA – ... não é isso? Eu sei que é grave.

Eu perdi duas pessoas que acompanhei na saúde por falta de uma vaga no Hospital de Apoio, na semana passada, e também a D. Iracema, porque ela estava com cirrose hepática, hepatite C e leucemia. Não teve oportunidade no Distrito Federal, veio a óbito.

Eu trabalho há 28 anos com pessoas, sou voluntária, sou missionária, e agora inauguramos um grande instituto para dependentes químicos – é o IRV, para quem quiser apoiar, ajudar –, e nós não os tratamos como

dependentes, mas como nossos alunos. Alguém que quiser fazer um mutirão para ver os dentinhos deles, tudinho, a gente fica muito agradecida. A gente ganhou uma chácara muito grande, a gente ficou muito emocionada. Nós já temos 14 jovens. Nós estamos apanhando da rua e levando, tratando, limpando, porque a missão do cristão é cuidar do seu próximo.

E eu quero agradecer desde já ao Senador, mas eu quero dizer para o senhor, Secretário, que o senhor faça uma comissão. Não diga que vai ao Hospital da Ceilândia, que vai ao Recanto das Emas, que estão pedindo socorro, clemência. O senhor vai sem falar, com uma equipe, para fiscalizar. Seja um paciente. O senhor também precisa de um tratamento, que os senhores falaram à mesa. Sejam vocês mesmos os fiscais da sociedade brasileira.

Eu agradeço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Obrigado. (*Palmas.*)

É por causa de falas como essa da D. Maria, uma pessoa da comunidade, lá do Recanto das Emas, que a gente se orgulha – não é, Senador Paulo Paim? – de representar aqui o nosso povo, discutindo, dando oportunidade, para a gente fazer melhores leis, para melhor ajudar a gerir este País.

Eu gostaria de passar a palavra agora ao Sr. José Rodrigues Marques, usuário da saúde e militante de Taguatinga; e, em seguida, para a nossa penúltima oradora, que é a Drª Josiane Alves Jacob.

Sr. José Rodrigues Marques, com a palavra, três minutos. (*Pausa.*)

Ele teve que se retirar? Então, vamos passar para a Drª Josiane Alves Jacob e, em seguida, para o nosso último orador, que vai ser o Sr. Kleber Karpov, o nosso querido blogueiro desta cidade.

Drª Josiane, com a palavra, por favor, por três minutos.

A SRª JOSIANE ALVES JACOB – Boa tarde, não é? Acho que já é boa tarde. (*Risos.*)

Chegamos aqui 8h30, acho que já é boa tarde, não é?

Primeiro eu vou agradecer ao Senador Hélio José. Senador, eu acompanhei as suas propostas lá na 9ª Conferência. Quero parabenizá-lo pelo seu trabalho, muito bom.

Pegando a fala aqui da usuária lá do Recanto, que o acompanha há tantos anos, ela o parabenizou por esse trabalho, e eu quero parabenizá-lo também, porque, apesar de ser nova, não me lembro de haver um Senador tão empenhado em resolver o problema da saúde aqui no DF.

E eu quero chamar a atenção em relação à implantação de políticas de assistência à saúde do servidor público. O que acontece? Primeiro de tudo, antes de continuar o discurso, eu quero fazer uma pergunta aos senhores que estão aí: de quem é a culpa? De quem é a culpa? Eu gostaria que vocês me dissessem depois de quem é a culpa. Será que a culpa é minha, que não soube votar? Será que o brasileiro realmente não sabe votar? Então, eu gostaria de saber de quem é essa culpa, porque, desde criança, eu não aprendi a votar. Eu acho que o brasileiro não sabe votar. Então, eu quero aprender. Se alguém souber a receita, por favor, depois me passe, me ensine, porque eu quero aprender a votar. Eu acho que a gente tem que aprender, então, a votar aqui no Brasil, não é?

Em relação ao problema da saúde, ele é muito mais sério do que a gente imagina. Acho que deve haver planejamento, deve haver vontade política, e há o problema financeiro. A gente está aí realmente numa crise do Distrito Federal, e a culpa não é do usuário, nem do trabalhador. Então, é mais um problema que a gente tem que enfrentar, porque, se você tem um planejamento, mas você também não tem a estrutura financeira, como é que você vai executar esse planejamento? Então, é muito complicada essa situação do Distrito Federal.

E eu acho muito difícil a gente falar de... Difícil, não; desculpe a expressão. É importante a gente falar de descentralização de recursos? Sim, é importante, sim. Eu acho que deve haver essa descentralização de recursos...

(Soa a campainha.)

A SRª JOSIANE ALVES JACOB – ... mas sem afetar os trabalhadores.

Só mais uma pergunta que eu quero fazer antes de o tempo acabar, em relação aos recursos humanos; a gente está com um problema seriíssimo de recursos humanos na Secretaria de Saúde em relação ao limite prudencial; como é que vai ficar essa questão do limite prudencial? Eu queria entender, eu queria que vocês me explicassem rapidamente sobre o limite prudencial. O que acontece? Nós temos um déficit grande de servidores na Secretaria de Saúde, e não há possibilidade de contratação de novos servidores; como é que a Secretaria de Saúde, como o Governo do Distrito Federal pretende resolver essa questão aqui no DF, se o limite prudencial embarga as novas contratações, e, ao mesmo tempo, não temos servidores, não temos trabalhadores? Como é que vocês pretendem fazer isso?

Gente, o Governador está querendo abrir novos leitos no hospital; como eu vou lançar um projeto de abrir novos leitos, se estou impedida de contratação de pessoal? Como vai ser isso? Eu gostaria de entender

esse processo. Eu acho que é uma contradição do próprio Governo do Distrito Federal. Então, acho que vocês que estão discutindo este assunto poderiam responder a essa pergunta.

Por fim, eu gostaria de agradecer e elogiar o Dr. Renato. Algumas pessoas passaram por lá, Dr. Renato, fizeram algumas cirurgias com o senhor e o parabenizaram. Inclusive eu disse que estaria aqui, e pediram para parabenizá-lo pelo ótimo atendimento que o senhor tem prestado lá no Hospital HRAN.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria agradecer as palavras generosas da Drª Josiane e dizer que realmente precisamos discutir e mudar a questão da LRF, com relação à questão da saúde, porque ela não pode ficar limitando esse atendimento tão importante e básico – não é, Senador Paulo Paim? – que o SUS garante ao povo brasileiro. Então, vou sentar-me depois com o Senador Paulo Paim, e vamos pensar uma forma de trabalharmos nessa linha de flexibilizar com relação à questão da saúde. Temos que ver como é que vamos fazer.

O Dr. Kleber Karpov é um grande pensador, escritor e blogueiro aqui desta cidade, colaborador principalmente nos assuntos de saúde. Ele é o último inscrito daqui desta fase. Depois eu vou passar para as considerações finais e respostas dos nossos convidados e para o Senador Paulo Paim, se ele quiser fazer mais alguma consideração. (*Pausa.*)

Não? Tudo bem.

Então, Kleber Karpov, três minutos, com a palavra.

O SR. KLEBER KARPOV – Uma boa tarde. Bom, eu sou blogueiro e gostaria de agradecer a oportunidade aqui ao Senador Hélio José. No nome dele, eu cumprimento todos os membros da Mesa.

Chamou-me a atenção uma colocação do nosso Defensor com relação à questão das órteses e próteses, por exemplo, das pessoas que aguardam cirurgias no Distrito Federal. E eu digo isso porque, no mês de maio, nós tivemos uma exposição midiática da questão dos estoques na Secretaria de Saúde, estoques para 50 anos. E nós já estamos em agosto. Na semana passada, eu publiquei uma matéria sobre esse assunto, para mostrar o outro lado da história, que ainda não havia sido contado. Na verdade, trata-se de um erro que houve no começo do ano com relação à aquisição de órteses e próteses. Isso chegou a uma demanda muito grande de equipamentos, de materiais, que estão hoje disponíveis e estocadas na Secretaria de Saúde. Quero acreditar que tenha sido um erro administrativo, pura e simplesmente.

Mas o que acontece? O fato é que hoje nós temos um estoque enorme, um material que foi comprado, foi empenhado – e só se empenha quando há recursos para pagar. Esse material está disponível na Secretaria de Saúde, que admite, ou admitiu, em maio, que ela tem um efetivo de 250 cirurgias de emergência e 4.700 cirurgias eletivas, que são pessoas que estão aguardando. E aí nós temos uma dicotomia bem interessante: de um lado, nós temos uma estrutura da saúde, onde nós temos, digamos, essa órtese ou prótese ali dentro disponíveis...

(Soa a campainha.)

O SR. KLEBER KARPOV – .... do outro lado, nós temos as pessoas, os pacientes, que estão, em muitos casos, em cadeira de rodas, que estão em camas, que estão impossibilitados de trabalhar, aguardando essas cirurgias.

E qual foi o motivo pelo qual houve essa exposição midiática? Porque a Secretaria, infelizmente, não tem estrutura, não tem profissionais, sejam cirurgiões ortopédicos, sejam técnicos, sejam outros médicos – anestesistas, por exemplo –, para atender a essa demanda.

A nossa amiga Josiane acabou de fazer uma colocação: nós estamos presos hoje à Lei da Responsabilidade Fiscal, e nós precisamos criar uma solução. A sociedade, os pacientes, os servidores da saúde não podem ser penalizados.

E, como a nossa colega agora há pouco colocou, a mídia, por exemplo, só traz as coisas ruins; eu tenho um blogue, escrevo basicamente, na grande essência, sobre a saúde pública do Distrito Federal, e, óbvio, infelizmente, as notícias ruins são a grande maioria, mas as coisas boas também nós comunicamos lá.

Então, a gente queria deixar esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria agradecer ao Kleber Karpov. (*Palmas.*)

E incentivá-lo a continuar fazendo essas provocações, essas críticas na área de saúde, que muito têm colaborado com o Distrito Federal e com as pessoas, para a gente poder colocar a problemática na imprensa.

Parabéns, Kleber.

Eu gostaria de registrar a presença do Dr. Manoel Neto, diretor do Hospital de Sobradinho,

Antes de passar a palavra para os convidados, gostaria de ler esta carta referente à ausência da Srª Marli, presidente do SindSaúde. É rapidinho.

Sr. Senador, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Distrito Federal (SindSaúde) vem, na presença de V. Exª, parabenizá-lo pela iniciativa de realizar audiência pública para debater a crise do sistema de saúde de Brasília e do Brasil, a ser realizada hoje, dia 21/8/2015.

Agradecemos o convite feito à diretora-presidente do SindSaúde; no entanto, como sabido, recentemente, Marli Rodrigues sofreu um infarto agudo do miocárdio. Em razão de ter sido submetida, no dia de ontem, a nova avaliação médica, não será possível a sua presença no referido evento, em atendimento à orientação do profissional médico que a assiste.

Diante da importância do tema a ser debatido, somente a diretora-presidente está apta a falar em seu nome e em nome do SindSaúde.

Finalmente, informamos que Marli Rodrigues retornará da licença médica no dia 28/8.

Esse comunicado é do Sr. Antônio Agamenon Torres Viana, diretor-presidente em exercício do SindSaúde. Quero agradecer a ele pela deferência de ter feito esse comunicado oficial à Comissão. Está aqui devidamente registrado.

Geralmente as respostas são feitas no sentido inverso da fala que foi feita aqui pelos nossos oradores. Então, eu quero passar a palavra para o Dr. Tiago. Se a gente demorar exatamente cinco minutos para fazer as considerações e a resposta – eu sei que é um tempo curto –, às 13h, nós vamos todos para casa, tranquilos, porque são exatamente 12h30. Então, eu queria pedir aos nossos convidados que tentassem concluir em cinco minutos. A campainha vai tocar quando der quatro minutos, e aí haveria mais um minuto para concluir.

Obrigado.

O SR. JORGE VIANNA – Senador, só pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois não.

O SR. JORGE VIANNA – Aqui.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Oi, Jorge.

O SR. JORGE VIANNA – Eu tenho agora uma audiência no Ministério do Trabalho, e ela é inadiável. Então, eu vou pedir licença...

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Você quer falar primeiro?

O SR. JORGE VIANNA – ... uma vez que nenhuma pergunta – ainda bem – veio para mim, não é? Mas eu quero agradecer, Senador, e, como já foi dito aqui, é a primeira vez que nós tivemos um Senador da República preocupado com a base, preocupado com os trabalhadores, preocupado com a comunidade, com relação à saúde.

Então, quero externar aqui a minha gratidão por ter sido convidado.

Também, pela primeira vez, nós temos um técnico em enfermagem compondo a Mesa com várias personalidades, várias pessoas da gestão. Isso me deixa bastante feliz e deixa transparecer que, de fato, nosso País está mudando e que há pessoas que querem mudar mais ainda, para melhor.

Senhoras e senhores, muito obrigado. Desculpe se nós falamos alguma coisa mais exaltada, mas esse é o papel do sindicato. Nós não aliviamos.

Obrigado, Senador. Obrigado, senhoras e senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado, Jorge.

Só queria registrar a presença do Senador Paulo Paim, já registrei, que foi importante demais. E agora eu quero...

Ô, Jorge, vá com Deus. Obrigado.

Eu queria convidar, para fazer uso da palavra, o Dr. Tiago Coelho, por cinco minutos.

O SR. TIAGO COELHO – Vou tentar ser sucinto. Permitam-me as desculpas, as escusas, se eu não conseguir responder a todos com a devida propriedade.

Respondendo à Anunciação, em relação à questão dos assistentes sociais. Realmente, nós, na Secretaria de Saúde, reconhecemos que existe esse déficit. A Subsecretaria de Gestão de Pessoas já fez esse estudo, já nos colocou esse número que você nos traz, de 380. Nós temos hoje um limite, como já foi dito por vários dos nossos colegas neste plenário, que é o limite da responsabilidade fiscal. Hoje, excepcionalmente, a educação, a saúde e a segurança podem fazer o chamamento de concursados públicos em algumas questões, como vacâncias. A vacância é entendida como mortes, aposentadorias e exonerações. E eu não posso chamar, por exemplo, um assistente social na vacância de um enfermeiro; há que ser em cima da categoria profissional que originou a vacância. Assim, neste momento, nós não temos a possibilidade de fazer esse chamamento, mesmo reconhecendo o déficit da categoria de assistente social.

Em relação à nossa colega Katiane, da hemodiálise, a Secretaria de Saúde vem fazendo um esforço – inclusive já está em vias de celebração – em prol do pagamento dos contratos de alguns hospitais que fazem o serviço de hemodiálise crônica na rede. Então, o fundo de saúde, acredito que até sexta-feira – no caso, hoje é

sexta feira –, vai liberar a informação referente a essa contratação. Ela nos traz especificamente a questão do problema das máquinas de hemodiálise do HRAN para o tratamento de pacientes agudos. Isso também está em vias de ter uma resposta mais concreta, a Secretaria de Saúde já está ciente realmente dessas debilidades das máquinas, e a gente espera, em breve, fazer essa reposição.

Concordo com a fala do João Pimenta em relação à judicialização. O próprio caso que o João Pimenta traz, desse usuário de 92 anos, foi discutido na plenária do Conselho de Saúde do Distrito Federal, no qual tanto ele como eu somos conselheiros, e imediatamente, ao tomar conhecimento da situação, a Gestão já se pronunciou, e hoje o João Pimenta levou inclusive esse usuário ao Conselho de Saúde para informá-lo do que a gente já conseguiu agilizar sobre a questão ortopédica dele.

À Alessandra, de Brazlândia, agradeço as suas considerações. Realmente, você não fez uma pergunta mais direta, mas concordo com a sua fala.

O Antonio Telles pergunta sobre a falta de recursos para a saúde. Ah, é para o Dr. Renato; ele vai responder.

Pergunta para o Dr. Paulo sobre a criação de regionais...

Adriceser, acho que essa questão da valorização do servidor é muito pertinente. A gente tem dialogado com muita ênfase, particularmente com você, com outras pessoas, sobre a necessidade de se mudar o comportamento com o trabalhador. E essa relação gestor-trabalhador passa, acima de tudo, pela humanização. Quando a gente fala da humanização do atendimento – por exemplo, o HumanizaSUS – ao usuário, essa humanização tem que se estender também à relação gestor-trabalhador.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF. *Fora do microfone*.) – Está tranquilo, Tiago.

O SR. TIAGO COELHO – Perfeito.

Dr. Davi Lima, em relação à valorização do servidor e à potencial culpabilização desses profissionais de saúde, eu gostaria de dizer que realmente este Governo – o Governador Rodrigo Rollemberg, o Vice-Governador Renato Santana, o Secretário de Saúde Fábio Gondim – não entende, de forma alguma, que a situação de saúde no momento, no Distrito Federal, seja ocasionada ou provocada pelos trabalhadores. De forma alguma. O trabalhador não deve ser culpabilizado, qualquer que seja sua categoria profissional. Ele não é o vilão. Pelo contrário, ele é parte fundamental da solução dos problemas que hoje nós vivenciamos.

Drª Simone Guimarães, concordo com a questão de saúde mental.

Filomena Barros, gostaria de dizer que, nessa sua empreitada, conte conosco. Essa questão da inclusão dos técnicos de saúde bucal, na Modalidade II, no Brasil Sorridente, é fato. Nós temos somente 480 cirurgiões-dentistas nessa rede do Distrito Federal, e você sabe muito bem os números dos técnicos de saúde bucal, que são muito inferiores a isso. Temos um Termo de Ajuste de Conduta, de cooperação inclusive, no sentido de, até 2017, fazermos a reposição daqueles técnicos de enfermagem que estão trabalhando nessa função de auxiliar de saúde bucal, e nós estamos fazendo. Acreditamos que, até 2016, a gente vai conseguir fazer essa substituição e o chamamento também dos profissionais técnicos de saúde bucal que foram aprovados no concurso recente, de 2014.

Sonia Margareth, a gente tem muitos elogios realmente ao trabalho empreendido na Vila Planalto, no Centro de Saúde da Vila Planalto, aos inúmeros prêmios, principalmente na questão da amamentação – recentemente, houve mais um. E a gente só tem a parabenizar a todos que vêm empreendendo esse modelo exitoso na Vila Planalto. Está bem? Parabéns. (*Palmas.*)

Francineri, eu gostaria de esclarecer a questão das visitas. Infelizmente, às vezes, para a mídia acaba vazando ou tendo uma outra interpretação. Foi questionada, à época, a visita do ex-secretário de saúde Dr. João Batista ao Estado de Goiás, como se fosse para avalizar as organizações sociais lá. O que pouca gente sabe, na verdade, é que todo secretário de Estado de saúde faz parte do CONASS, que é a coordenação responsável por todos os secretários de saúde. E aquela visita foi oriunda de uma apresentação do Secretário de Estado de Saúde de Goiás a todos os secretários do CONASS. Ele expôs o modelo de gestão, não só de OS, mas o modelo de atenção à saúde no Estado, e, naquele momento, ele convidou vários secretários de saúde. Estiveram presentes vários secretários de outras unidades da Federação, para conhecer o sistema de saúde. Por exemplo, não foi divulgado com tanta amplitude o convite que o próprio CONASS fez ao Secretário de Saúde para visitar duas experiências exitosas de atenção básica, no Estado do Ceará e no Estado de Minas Gerais. Também oriundo do debate que o CONASS vem fazendo, o subsecretário de atenção primária à saúde fez essa visita, mas, infelizmente, às vezes existe uma seletividade no grau de amplitude das informações.

Gostaria também de responder à questão do Dr. Alcione. "Antes de discutir a terceirização e a privatização, temos que olhar para dentro da gestão e ver..." Concordo. Realmente, acho que se tem feito esse trabalho. Fazer o dever de casa interno, para poder realmente fazer... Concordo com a sua colocação.

D. Maria José: "A saúde não está funcionando." Se há projeto para a saúde. Há. Há projeto para a saúde. O projeto perpassa por aqueles seis eixos que nós discutimos aqui nesta manhã: o eixo do melhor financiamento da saúde do Distrito Federal, o eixo da mudança do modelo de atenção, da mudança do modelo de gestão, da valorização dos recursos humanos empreendidos nessa área; perpassa também por uma agenda preventiva educacional, que enfoca a promoção da saúde, bem como também a questão da saúde mental. Esses são os eixos que vão estar empreendidos numa agenda, tentando responder à sua pergunta.

A Josiane: "De quem é a culpa?" Eu não entendi a que culpa a Josiane se refere, se da eleição ou da saúde do Distrito Federal. Mas vou tentar responder. A doença é multicausal, tem a origem baseada em várias coisas, ou seja, uma gripe ou uma diarreia é oriunda de uma série de coisas, não só de uma causa, mas de uma série de coisas, não é só de um único apontamento, de uma única razão. A saúde no Distrito Federal também é multicausal. Ela é oriunda de uma série de situações. E, mais importante do que apontarmos quem é o culpado e cairmos naquela velha retórica "é a gestão, é o usuário, ou o trabalhador", nós temos que buscar a resposta contrária a essa pergunta, que é: como solucionar? Como, juntos, podemos buscar a solução para essa situação? Então, se for tentar responder para o lado da questão do voto, hoje nós temos aqui um belo exemplo de uma democracia, no caso, representativa, de um Senador da República trazendo à baila a discussão desse assunto, com o diagnóstico, bem como as soluções. Mas também precisamos fortalecer a democracia participativa. Por isso, esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa tem feito esse chamado a essas pessoas que aqui estão hoje. Isso é um pouco da minha resposta.

Eu sei, Senador, que extrapolei totalmente o tempo. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Tranquilo, Tiago.

O SR. TIAGO COELHO – Muito obrigado, mais uma vez, por este chamamento. A Secretaria de Saúde vai, a cada chamamento destes, prontificar-se a participar do debate.

Agradeço a esta Casa pela possibilidade de discussão ampla. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria agradecer ao Dr. Tiago Coelho, pessoa com uma formação excepcional, um pensador, uma pessoa a quem realmente nós, aqui do Distrito Federal, respeitamos muito. Eu quero dizer para você, Tiago, que é um orgulho para nós você estar na Secretaria de Saúde.

Passaríamos a palavra à Srª Fátima, presidente do Sindicato dos Enfermeiros; ela não veio, não nos explicou o motivo da falta, mas vamos dar voz aqui aos colegas enfermeiros, na palavra da Drª Edy, que é uma pessoa que foi diretora da ABEn Nacional, que foi diretora do Sindicato dos Enfermeiros por longa data, que coordenou, junto com um grupo de pessoas, a 8ª Conferência de Saúde, que foi fundamental na questão do SUS.

Então, por favor, Drª Edy, com a palavra, por cinco minutos, se você quiser fazer uso da palavra o tempo inteiro.

(Intervenção fora do microfone.)

Opa, ganhamos tempo processual aqui. Vamos lá.

Passando a palavra, então, para o nosso próximo orador... Ah, o Dr. Paulo saiu um pouquinho?

Enquanto o Dr. Paulo se ausentou, faça uma fala aí dos enfermeiros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Ou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Foi. Já perdemos tempo aqui. E eu estava inclusive atravessando o "corguinho", porque o próximo a falar, de fato, é o Dr. Celestino Chupel, que é o nosso Defensor Público da União, e nós sabemos o tanto que a Defensoria tem trabalhado para nos ajudar.

Por favor, Dr. Celestino.

O SR. CELESTINO CHUPEL – Senador Hélio, quero agradecer, em nome da Defensoria, o convite para participar deste debate. Aqui a gente consegue ver que realmente o futuro traz muita esperança, porque a

construção do futuro tem que se pautar pelas opiniões de todos os órgãos, e hoje, realmente, eu saio daqui gratificado.

A Defensoria, por natureza, é um órgão muito utilizado para combater o Governo na área de saúde. Nós atacamos o Governo diariamente, e aparentemente nós somos inimigos. Na realidade, não é bem assim. Nós temos um diálogo muito grande com a Secretaria de Saúde. Nós temos facilidade de acesso aos profissionais de saúde, o que traz uma grande solução de problemas. Tanto que, de 15 mil pessoas que eu atendi, eu entrei com 1.200 ações. Isso se deve ao trabalho da Secretaria de Saúde, da compreensão e da tentativa de solução dos problemas.

Também quero deixar claro algo sobre a judicialização. Diz-se muito que só procura a Justiça quem tem advogado para pagar. Na realidade, é a maior das mentiras que é propagada, porque, em mais de 96% da demanda de judicialização do Distrito Federal, o patrono é a Defensoria Pública, porque as pessoas que nos procuram são as pessoas que necessitam de saúde. E posso dizer também que nós não atendemos só o assalariado, só a pessoa muito carente; muitas vezes, as pessoas, mesmo ganhando um pouquinho mais, ficam numa situação tão vulnerável que não têm mais condições de raciocinar por si mesmas, nem de custear algum tipo de tratamento. E a Defensoria está para garantir os direitos do cidadão, como bem disse o Dr. João Pimenta. Nós estamos ali para garantir o direito das pessoas que procuram acesso ao sistema de saúde, tanto a criança, quanto o adolescente, os portadores de necessidades especiais e demais pessoas que nos procuram, porque a função da Defensoria é garantir o direito à saúde, bem como os outros direitos que são inerentes à pessoa.

E quero também dizer que a Secretaria de Saúde está com um trabalho piloto, que tem que ser destacado aqui, para verificar o custo do atendimento à saúde, porque muito se fala que o SUS é gratuito; o SUS não é gratuito, o SUS tem um custo. E o HMIB fez um levantamento que tem que ser destacado, tem que ser explorado. O HMIB levantou os custos de cada tipo de tratamento, porque, quando o administrador souber quanto se gasta numa consulta, quanto se gasta numa cirurgia, ele vai poder gerir melhor os seus recursos. E, quando se tem um valor dos custos, pode-se avaliar onde se vai empregar o dinheiro que existe em caixa.

Então, com o trabalho na saúde, com este encontro hoje, a Defensoria sai daqui gratificada e com esperança; esperança de um futuro melhor para o Distrito Federal e para o nosso Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero agradecer ao nosso Celestino e à Defensoria Pública da União, sempre tão solícita, sempre presente. Então, Dr. Celestino, eu quero dizer ao senhor que mande um abraço a todos os defensores. Esta Casa aqui não está de olhos fechados aos defensores. Nós estamos juntos na luta pela equiparação da Defensoria Pública a todos os outros órgãos do Judiciário. Estamos juntos na luta para dar melhores condições aos servidores da Defensoria Pública, por causa da importância do trabalho que V. Sªs fazem para a população e para o povo brasileiro. Está bom? Muito obrigado ao senhor.

Eu queria passar a palavra agora ao Dr. Paulo Feitosa e, em seguida, para encerrar, ao Dr. Renato.

Dr. Paulo Feitosa.

O SR. PAULO FEITOSA – Senador Hélio, meus parabéns. Eu queria pedir permissão ao senhor para, depois da minha palavra, retirar-me, porque estou recebendo um WhatsApp aqui dos meus filhos, dizendo que eles estão esperando na escola. (*Risos.*)

Isso é uma coisa complicada, não é? É para ir para a escola, não é mais nada. Ainda bem, não é?

Há uma pergunta aqui que foi feita, e eu vou começar por ela. De quem é a culpa? Essa é uma pergunta inteligente.

Gente, nós gastamos 4% do PIB brasileiro com saúde pública; 4% é absolutamente insuficiente! Se a gente gastasse 10%, o que corresponde a mais do dobro, nós estaríamos beirando sair da insuficiência, mas sem mexer necessariamente na qualidade. Isso é um ponto. Então, a culpa começa no subfinanciamento crônico a que está sujeita a saúde pública. Essa é a primeira causa. O Tiago disse que é multicausal, e é, verdadeiramente.

A segunda causa decorre de um desvio cultural entre o aparelho formador da assistência e o que a gente tem na realidade. Ou seja, não existiu um acordo formal entre a criação do SUS e os aparelhos formadores. Eles não têm as mesmas características. Então, o SUS foi pensado de uma forma, e as pessoas foram treinadas, nos seus aparelhos formadores, de outra forma. Essa junção atrapalha muito, e atrapalha permanentemente. É tanto que o SUS é um sistema em eterna construção, porque a gente vai tentando fazer, tentando fazer, tentando fazer.

Há outras duas coisas extremamente importantes que vou deixar por último, que atrapalham muito o SUS; antes, eu vou falar da Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o Congresso é a Casa que pode mexer nisso. Nós já tivemos a ação da Senadora Marta Suplicy, que foi enfática ao fazer a defesa contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é uma lei da época do PSDB e é tida, pela maioria das pessoas, como um grande avanço. Na minha opinião, é um grande avanço, porque havia prefeituras no Brasil que gastavam todo o dinheiro da prefeitura com salário, e não ficava nada para investimento.

Então, a Lei da Responsabilidade Fiscal é um avanço da sociedade também. O que a gente precisa é ter gestores com mais responsabilidade para saber respeitá-la. E a pergunta era se a Secretaria está precisando de servidor e se o Governo vai poder contratar. Olha, a dificuldade é muito grande, porque está muito arriscado este Governo bater não o limite com responsabilidade fiscal, mas bater a lei! E, quando bate a Lei da Responsabilidade Fiscal, o Estado trava. Há toda uma questão por trás disso. O Estado trava. Ele vai ter que demitir obrigatoriamente. Obrigatoriamente.

É difícil às vezes fazer um debate técnico da saúde porque tem muita gente no debate que não tem um conhecimento mais profundo de uma série de coisas que a gente tem que ter. Isso é muito importante. Mas essa é a situação que nós encontramos.

Nós temos que ter a ideia de que a Copa do Mundo quebrou a fonte de custeio. E nós estamos numa situação extremamente difícil. O Senador Paulo Paim falou do Estado do Rio Grande do Sul. Só faltou ele dizer que lá foi quebrado o Estado da mesma forma, usando o dinheiro como fonte de custeio para pagar a Copa do Mundo, porque a Copa do Mundo não foi financiada pelo sistema privado...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO FEITOSA – ... e, sim, pelo sistema público.

Outra coisa extremamente importante – isto vai responder à D. Maria José. Por que a senhora tem dificuldade? É porque, nesse sistema, há outras coisas envolvidas.

Primeiro, um gestor tem suas obrigações. Nós temos leis. Nós temos a 8.080, que é lei que rege o SUS, que precisa ser muito bem observada! Nós temos a 840, que é a Lei do Servidor, a nossa referência no Distrito Federal, que precisa ser muito bem observada! E o gestor tem que fazer o seu papel. Gestor que faz politicagem na rede, é danoso isso para a rede! Por isso, D. Maria José – olhe a sua pergunta aí –, fazer politicagem dentro do sistema é muito ruim! Não fazer o que você tem que fazer também é muito ruim!

Agora, você tem que ter cuidado porque você pode ser massacrado por isto: por fazer o seu papel. Olhem aí. Isso é uma realidade. Você pode ser massacrado por ter a coragem de fazer o seu papel e pode levar nome de ditador, pode levar nome disso ou daquilo, porque absolutamente você está fazendo o seu papel.

Outra coisa que chama muito a atenção é que nós temos um orçamento muito elevado. Isso abre os olhos. A saúde, gente, não é feita para quem é amigo de Deputado, não! A saúde é para todo mundo! Todo mundo tem que ter acesso! Eu não preciso ir ao gabinete do Deputado para poder ter acesso, não! Isso é um absurdo! E eu não preciso, como gestor, comportar-me com a empatia não republicana para poder me manter. Nós temos que acabar com isso. Quando a gente fala de gestão, de gestor, é porque a gente precisa dentro do sistema. Isso custa vida, gente! Isso custa vida! A presença de politicagem dentro do sistema, fazendo a política barata do troca-troca do dia a dia, custa mais vidas, talvez, do que a falta de dinheiro!

A gente tem que abrir os olhos para isso. Pode ser um familiar seu que esteja aí. Você pode ter perdido uma pessoa sua. A gente tem que ter a coragem de separar o joio do trigo e não inverter a ordem, porque a inversão da ordem é extremamente covarde para o sistema. E a covardia dentro do sistema é muito grande. (*Palmas.*)

E eu vou dizer uma coisa a vocês: o sistema não gosta de pessoas sérias, viu? O sistema não gosta de pessoas sérias!

Eu vou pedir licença ao meu Senador para parabenizá-lo de forma veemente. É uma atitude importante este debate, a gente escutar a comunidade.

O PSB, quando fez o plano de saúde dele, Senador, viajou por todas as cidades do Distrito Federal para escutar a comunidade. Então, foi quem primeiro... Quem conhece os problemas é a comunidade. É uma mulher chegar para você e dizer "olha, eu ando muito para ter assistência médica", e você ter a percepção dela: "Pois é, ela anda mesmo, aquilo está errado, aquilo não foi uma coisa boa".

Então, agradeço a todos vocês pela paciência. Todos nós estamos com fome também – está certo? –, e eu tenho essa obrigação paterna. Agradeço a todos os nossos representantes, Dr. Renato, Dr. Tiago, à nossa querida Edy. Deixo um abraço a todos vocês.

E a gente se coloca. Lógico que nós não temos a condição de fazer o que está desenhado, de fazer o nosso programa, porque o Governo não tem nenhuma fonte de recurso que lhe possa fazer a diferença. Mas o que a gente programou, gente, ia fazer a diferença, sim.

Agora, Senador, nós precisamos fazer uma luta nacional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Claro.

O SR. PAULO FEITOSA – Essa questão do financiamento, do subfinanciamento público é muito pesada. Nós temos que lutar pelos 10% da saúde.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Claro.

O SR. PAULO FEITOSA – Isso é muito importante, Senador. É mais importante do que algumas brigas paralelas que a gente tem. Esse subfinanciamento crônico tem que acabar, gente. Nós dizemos que fazemos saúde. A Constituição passa a ser uma Constituição mentirosa, porque aquilo não acontece. Não existe saúde, infelizmente, para todos os brasileiros.

Meu muito obrigado. E um bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradeço ao Dr. Paulo Feitosa pelas palavras. Dr. Renato vai ser o nosso último orador agora. E gostaria de registrar. Ele realmente tem razão. A gente tem batalhado muito para que essa questão do financiamento saúde seja realmente completa. Por isso todo parlamentar, quando apresenta emenda, 50% é obrigatório ser para a saúde. É obrigatório. É lei.

Eu queria, antes de passar ao Dr. Renato, registrar aqui que o Sr. José Carlos Vaz Leite, lá do Mato Grosso do Sul, que está nos vendo pela TV e pela Rádio, fez a seguinte colocação: "Muitos hospitais e postos de saúde têm ausência na quantidade de medicamentos. Pergunto se as verbas públicas que são para o interesse da coletividade são suficientes para manter toda a população".

Dr. Renato e Dr. Tiago. Depois vou dar a palavra para ele para tentar responder, viu, José Carlos, lá de Mato Grosso do Sul.

Dr. Renato.

O SR. RENATO LIMA – Senador, gostaria de agradecer ao senhor por ter dado esta oportunidade não a mim, mas à população de estar aqui debatendo e botando para fora algumas coisas que estão engolidas.

Gostei muito aqui da palavra de diversas pessoas. Foi muito colaborador. Mas o que eu mais gostei aqui, Senador, foi da Dona Maria. A Dona Maria teve uma colocação assim preponderante no meio de tantas pessoas que têm aí o dom da oratória.

Muito obrigado aí pelas palavras. E concordo em gênero, número e grau com a senhora. Concordo que o servidor está com as pernas quebradas e têm que ser realmente valorizado. (*Palmas.*)

Se chicote, ponto eletrônico resolvessem a saúde, nos anos anteriores, com a coisa rígida, fazer isso, aquilo, acolá, tinha batido o recorde em um monte de coisa. Então, realmente é com a valorização, com o diálogo, é recebendo o servidor e fazendo a boa política, porque política, Senador, não é coisa ruim, não. Política é necessária. Política dentro do hospital, política pública é necessária.

Se você pegar um ser humano e colocar sozinho numa ilha, ele vai morrer. Ele precisa do relacionamento, precisa de política. E precisamos respeitar os nossos políticos.

São pessoas que nós elegemos. São pessoas que representam a sociedade e ganharam a eleição democraticamente. Nosso País é democrático.

É assim que tem que ser: político tem que ser ouvido e tem que ser respeitado, sim. E a boa política tem que ser empregada, sim, em todas as gestões. E os gestores têm que ser humildes e representar o representante do povo verdadeiro, que é o político.

O senhor, Senador, tem se destacado não só por discursos bonitos, porque isso aí o senhor não tem muito. Não, né, Senador? Mas pela ação. O Senador aqui, gente, não faz discurso para coisinha, falar e todo mundo acha bonito e bater palma. Ele fala e está fazendo.

É isso. É assim que tem que ser na saúde. A pessoa tem que chegar aqui e falar um monte de coisa aqui e falar que vai fazer um monte de coisa e fazer, porque a população quer que faça.

A pessoa que morre lá esperando na emergência não morreu porque alguém estava fazendo a política dentro do hospital, política em algum lugar, porque, se estivesse tudo bem, não precisava do político ir lá pedir. O político está pedindo, porque alguém foi até o escritório dele, o gabinete dele e pediu uma intervenção, porque não está conseguindo dentro do hospital. É isso que acontece. É isso que acontece. (*Palmas.*)

Gostaria de agradecer aqui as palavras, viu, Josiane? Foi muito bonita a sua pergunta sobre de quem é a culpa. Essa pergunta nós temos que levar para casa, e cada um aqui tem uma coisa que fala dentro de si, que chama consciência.

Aqui eu posso falar qualquer coisa, mas a minha consciência está falando para mim lá dentro. Eu estou mentindo aqui para vocês, mas a minha consciência está falando: "Eu estou mentindo." É consciência, gente. É consciência que está faltando.

E aquelas três coisas que eu falei no início, que tem que começar numa gestão. E não só numa gestão, que tem que começar na nossa família, na nossa casa, no nosso atendimento e aqui nesta Casa, no Senado e na Câmara Legislativa. Nós precisamos de amor. Nós precisamos e amor no coração e de tratar as pessoas com amor. Sem amor nada vale.

A resposta dos nossos questionamentos está na Bíblia. É acreditar em Jesus Cristo, em primeiro lugar, e ler a Bíblia, porque as respostas estão lá. Nós precisamos respeitar o cargo que a gente ocupa.

Aqui há o Dr. Manoel. Em uma semana, ele abriu o centro cirúrgico lá de Sobradinho e gestão, porque tem compromisso, tem amor e quer o bem do paciente. É um exemplo a ser seguido. Amor, respeito, honestidade. E, gente, conhecimento.

A pessoa, para fazer uma gestão, precisa de conhecimento. Não precisa fazer discurso bonito, não. Precisa agir. A população quer que aja.

A população quer ser atendida, e rápido, e bem. É isso que a população quer. Não é discurso e um monte de balela que se passa. É isso que a população quer. Só isso.

Desculpem-me aqui o desabafo. Perguntaram-me aqui se existe verba, se existe recurso, para custear a questão da saúde no Distrito Federal ou mesmo no Brasil. Gente, em tempos de escassez, o que a gente tem que fazer, Senador? Procurar economizar e usar o recurso da melhor maneira possível.

Nós temos que usar as emendas parlamentares. O Senador está botando emenda parlamentar, está sendo usada? Nós temos que usar os convênios que existem com o Ministério da Saúde, os convênios para atenção primária, que estão voltando todo ano, todo ano, todo ano, gente.

Isso aí é notório. Todo mundo sabe disso. Passa na televisão.

Lá no HRAN mesmo, Sr. Tiago – o senhor me desculpe o desabafo –, há R$11 milhões lá deixados pelo Ministério da Saúde para reformar aquele pronto socorro. E não está sendo usado. Onze milhões de reais, com um convênio com o Ministério da Saúde. Estão lá.

Há uma emenda que foi colocada por um Deputado ano passado para reformar lá a questão dos fissurados. Está lá o dinheiro. Tem que haver mais? Tem que haver mais. Mas o que a gente tem, a gente tem que usar com sabedoria, com conhecimento. É isso que tem que se fazer.

Eu vou deixar uma mensagem aqui para você, Tiago. É uma mensagem que eu recebi quando eu assumi a direção do HRAN. Eu estava passando por um momento muito difícil e levei um padre, que é um grande amigo meu, que é o Padre Alessandro Campos, e ele me falou uma passagem bíblica muito bonita, que eu queria passar para você aqui agora e para vocês que estão aqui neste horário já avançado. Mas é importante.

Jesus junto com os apóstolos estava lá atravessando o mar da Galileia. Nessa travessia, começou lá uma tempestade. Jesus estava dormindo, estava deitado no meio da tempestade.

Os apóstolos todos começaram a ficar desesperados. Todos começaram a ficar desesperados. "Meu Deus, nós vamos morrer! Nós vamos morrer!" E Jesus estava lá deitado, calmo.

Os apóstolos chegaram um momento que falaram: "Puxa, vamos acordar Jesus, porque ele não está ligando para nós!" E assim fizeram: "Jesus, você não liga para nós, o Senhor não liga para nós? O Senhor não está vendo que nós vamos morrer?"

Aí Jesus levantou e falou: "Vocês são de pouca fé. Mande que a tempestade se pare! Mande que o mar se acalme! E assim será."

Eles estavam do lado de Jesus, os apóstolos, sabendo que Ele era o filho de Deus, e não tiveram essa fé. Jesus levantou, mandou parar o mar, mandou parar a tempestade. E assim aconteceu.

Nós estamos, Tiago, numa tempestade. Parte da resposta você teve aqui dessas pessoas, que é a valorização do servidor. Eu acho que não precisa de eu ficar falando aqui sobre a valorização do servidor. Todo mundo aqui comentou. Todo mundo aqui teve a mesma linha.

Se você quiser tratar servidor com chicote e com ponto, você não vai conseguir, a não ser que você tenha muita fé, muita fé. E Jesus mostrou isso para a gente. Eu acho que você tem que aliar fé, porque sem a fé você não vai conseguir, e a valorização do servidor.

Essa é a mensagem que eu posso passar aqui para você, porque conhecimento eu tenho muito pouco. (*Palmas.*)

Eu sou médico. O que eu sei fazer é operar. Depois eu posso conversar com você sobre isso daí.

Outra pergunta que me fizeram é se a culpa era a superbactéria era do médico. Realmente não precisa nem responder, né? Porque isso foi um absurdo que colocaram, né?

Em relação ao desperdício, botei ali: realmente é enorme o desperdício. Alguém falou ali de compra de potes de 50 anos. Isso é tudo ineficiência da gestão de compras.

Isso aí resume tudo em logística. Nós temos que investir na Secretaria de Saúde, Tiago, em logística, viu?

(Soa a campainha.)

O SR. RENATO LIMA – Encerro aqui as minhas palavras. Que Deus acompanhe todos vocês e os abençoe! E que vocês continuem sendo valorizados no trabalho de vocês!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Parabéns, Renato.

Eu queria dizer para vocês todos que todos os Parlamentares federais do Distrito Federal, todos os Deputados, todos os Senadores, todos os Parlamentares distritais do Distrito Federal foram convidados para estar presentes aqui. Se não puderam vir, é por que provavelmente estão fazendo outras questões por aí do seu mandato. Mas todos foram convidados, como vão ser convidados para a próxima, do dia 28.

Eu queria falar da Dalzi, Presidente e Diretora do Inasp, junto com o pessoal do Inasp, agradecê-los.

Passo a palavra para o Tiago, que será, de fato, o último orador, porque há um complemento que ele precisava fazer aqui. Então, passo a palavra para o Tiago rapidamente para a gente encerrar.

O SR. TIAGO COELHO – Senador Hélio José, muito obrigado mais uma vez. Já me despeço fazendo meus agradecimentos a esta plenária, a todos os questionamentos colocados, aos expositores, que fizeram realmente falas muito significativas e importantes para a melhoria do Sistema Único de Saúde no Distrito Federal. Agradeço aqui a presença de todos.

Dr. Renato, com certeza, essa fala é muito pertinente e importante na colocação. Foi falado bastante aqui sobre valorização do servidor. E a Secretaria de Saúde não vai seguir um caminho que não seja esse. Com certeza, isso é fundamental.

Respondendo a pergunta do Sr. José Carlos Vaz Leite, sobre se as verbas públicas de Mato Grosso do Sul, se as verbas públicas de interesse da coletividade são suficientes para manter toda a população, José Carlos, veja só: a verba pública, no que tange à saúde, ela tem uma insuficiência, sim. Tem uma insuficiência.

Não é à toa que a Associação Brasileira de Saúde Coletiva tem empreendido, junto com o Conasems, temos um movimento que é o Saúde Mais Dez, para garantir 10% do Produto Interno Bruto no Brasil voltado para saúde. Mas é fato também, como colocado por vários aqui, que existe um mau uso ou um desperdício do dinheiro que há. Então, é preciso fazer dois movimentos: um movimento para melhoria do gasto do dinheiro público na saúde e uma discussão também de formas alternativas para ampliação desse financiamento.

Despeço-me de todos aqui, agradecendo, dizendo que o Governo de Brasília, que a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal está disposta a fazer o diálogo pertinente e permanente com esta Casa, com os outros fóruns estabelecidos, como o Conselho de Saúde do Distrito Federal, a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Judiciário, mas, acima de tudo, com a população e com os servidores da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

Muito obrigado. A todos um bom dia! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Maioria/PSD - DF) – Quero, em nome do Senado Federal, agradecer a todos os que estão aqui presentes até este momento, agradecer a todos os nossos ouvintes da Rádio Senado, a todos os nossos telespectadores da TV Senado, que os acompanharam durante todo esse período.

E gostaria de dizer que o *link* desta audiência vai ser repassado ao Secretário de Saúde, vai ser repassado à Secretária Adjunta de Saúde e às outras autoridades que estarão aqui, no dia 28, dando sequência a esse trabalho, começando às 8h30, para nós terminarmos antes de 13 horas.

Muito obrigado.

Considero encerrada esta nossa audiência pública.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 9 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 9 minutos.)

ATA DA 69ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2015, SEGUNDA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às nove horas e dois minutos do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Valdir Raupp e Vicentinho Alves. Registra-se a presença do Deputado Jean Willys. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 92 de 2015-CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, para debater sobre o tema: "Grandes Vultos; O Legado Vivo de Abdias Nascimento". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Elisa Larkin Nascimento, Representante do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros – IPEAFRO; Ministro Alexandre Peña Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores – MRE; Cida Abreu, Presidente da Fundação Cultural Palmares e Representante do Ministério da Cultura; Giovanni Harvey, Secretário Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR; Iradj Roberto Eghrari, Secretário Nacional de Ações com a Sociedade e o Governo Bahá´í; Wole Soyinka, Escritor Nigeriano agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura e Ativista Político; Anani Dzidzienyo, Professor da Universidade Brown, EUA; Frei David Santos, Diretor Executivo da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO; Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da OAB; Deputado Federal Jean Wyllys, Membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra Jovens Negros e Pobres; Mário Theodoro, Coordenador da Iniciativa Legislativa Popular pela Criação do Fundo da Igualdade Racial; Ivanir dos Santos, Interlocutor da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa; Marise Nogueira, Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do DF; José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares. O Senhor Presidente registra a presença de pessoas presentes no plenário. O Senhor Presidente concede a palavra às seguintes pessoas presentes no Plenário: Prof. Maria Del Pilar Tobar Costa – Doutoranda da UnB e Coordenadora do PIBID Letras; Waldimiro de Souza; Carlos Moura; e Prof. Nelson Inocêncio, da Universidade de Brasília – UnB. O Senhor Presidente concede a palavra a Elisa Larkin Nascimento para suas considerações finais. O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: Realizar audiência pública com o tema "cotas para negros e o conflito entre o direito administrativo e o direito constitucional". O Senhor Presidente lê carta enviada pelo Senador Cristovam Buarque, em que justifica a sua ausência nesta reunião. Faz uso da palavra o Senador Paulo Paim. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezoito minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 69ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, nos termos do Requerimento nº 92, de 2015, deste Senador e de outros, para debater sobre o tema "Grandes Vultos: o legado vivo de Abdias Nascimento".

Esta audiência pública terá caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários, opiniões, perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no link www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, pelo número 0800-612211.

Nós teremos duas mesas. Eu vou só citar que já está aqui, à Mesa, a nossa grande líder, amiga e companheira de todos nós, a lutadora que todos conhecemos Elisa Larkin Nascimento, representante do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros, companheira histórica e viúva do nosso grande líder Abdias Nascimento. Fiz questão que ela estivesse aqui, ao meu lado, na abertura dos trabalhos. (*Palmas.*)

Faremos duas mesas. Eu vou citar os que vão compor as duas mesas, que, em seguida, vamos ordenar aqui. Não importa quem está na primeira ou na segunda mesa. Até digo sempre que, se eu fosse convidado,

eu preferiria a segunda mesa, porque a segunda mesa fica até o encerramento e é questionada diretamente pelo Plenário. Mas as duas mesas são importantes.

Já aqui, à Mesa conosco, a Drª Elisa. Vai estar conosco também – eu vou só citar os nomes por enquanto e depois vamos formatar as duas mesas – o Ministro Alexandre Peña Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores; o Deputado Federal Jean Wyllys – ele poderá chegar em tempo ou não, mas está entre os convidados –, membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Violência Contra Jovens Negros e Pobres; o Ivanir dos Santos, interlocutor da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa; o Freid David Santos, Diretor Executivo da Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro); a Cida Abreu, Presidente da Fundação Cultural Palmares; o Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da OAB; o Giovanni Harvey, Secretário Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); o Mário Theodoro, Coordenador da Iniciativa Legislativa Popular pela Criação do Fundo da Igualdade Racial, que já foi membro da SEPPIR e nos ajudou muito aqui, na discussão de todos os temas relacionados à igualdade racial, enfim, ao combate aos preconceitos; o Wole Soyinka, escritor nigeriano agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura e ativista político, que também vai estar conosco, deve estar chegando – já chegou. Então, uma salva de palmas especial para ele. (*Palmas.*)

Nesta lista, somente você recebeu palmas. Ele veio especialmente para esta atividade.

Ainda, José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, e Anani Dzidzienyo, de Gana, Professor universitário.

Resolvemos aqui, antes mesmo da fala de abertura, porque esta nossa audiência pública é transmitida ao vivo para todo país pela TV Senado, pela Rádio Senado, pelos instrumentos da Agência Senado, e permita-me dizer Elisa – e pode me chamar de Paim, não tem problema –, combinamos com a nossa Elisa que nós abriríamos a atividade com o vídeo contando um pedaço da história, porque toda a história é impossível contar aqui, do nosso querido Abdias. A Elisa vai situar o vídeo para todos os que estão assistindo.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Bom dia a todas e a todos.

O vídeo é o registro da cerimônia que o Ipeafro teve a honra de fazer em homenagem ao Centenário de Abdias Nascimento, no dia 14 de março do ano passado, num local que é importante todo o país conhecer, que é o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, o porto por onde entraram, no Brasil, mais de 1 milhão de africanos escravizados. Recentemente, foi descoberto o seu original. O sítio arqueológico foi recuperado exatamente na época do falecimento de Abdias Nascimento. Fizemos as cerimônias em homenagem a ele ali, com presenças internacionais, inclusive do Professor Anani Dzidzienyo, do Professor Wande Abimbola, da Nigéria, autoridade no culto Ifá. Então, com vocês o filme, o registro dessa cerimônia do Centenário de Abdias Nascimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, o vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Uma pequena exposição do conteúdo do acervo de Abdias Nascimento, que o Ipeafro guarda e faz o tratamento técnico. Tivemos os músicos dos Grupos de Chorinho, Lilian Thuram.

(Continua a apresentação de vídeo.)

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Esse espaço foi um projeto do engenheiro André Rebouças, abolicionista, construído no Século XIX, sem a utilização de mão de obra escravizada.

(Continua a apresentação de vídeo.)

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Nós tivemos a honra de oferecer um prêmio a vários ativistas, como Vanda Ferreira, Léa Garcia, do Teatro Experimental do Negro. Tivemos a participação das nossas lideranças religiosas e também do Professor Wande Abimbola.

Aqui temos uma mesa com o Professor Kabengele Munanga, o Professor Olabiyi Yai, Embaixador Permanente do Benin junto à Unesco, que nos visitou.

Aqui estão as mães em procissão a pé no cais do Valongo, onde realizamos uma cerimônia inter-religiosa, com a participação de vários celebrantes: Mãe Edelzuita, Mãe Beata de Iemanjá, o Professor Wande Abimbola invocando, na voz de Ogum, os ancestrais, o Professor Anani e o Professor Kabengele.

Esse aqui é o Judaico, que foi quem nos casou, nos Estados Unidos, e o Frei Tatá, do Católico.

Agora, temos legendas.

(Continua a apresentação de vídeo.)

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – O nosso querido Iradj Eghari, do Bahá'í, e o Professor Ivanir, da Comissão, e os poetas.

Tivemos depois uma celebração com dança, com música. O nosso Nei Lopes, grande compositor de samba e escritor.

Esse é Pida, o filho de Abdias, encenando Otelo e encerrando o vídeo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Nós vamos, agora, formatar a primeira mesa, mas, antes de iniciar a fala, eu farei uma síntese aqui. Nós teremos outro vídeo, mas, neste momento, vou chamar a primeira mesa: Drª Elisa, que não precisa mais de elogios; Ministro Alexandre Peña Ghisleni; Srª Cida Abreu, que é nossa militante e Presidente da Fundação Cultural Palmares, que representa aqui o Ministro da Cultura e que, no momento dos desempates, desloca-se para ajudar os companheiros, os candidatos – ela esteve no Rio Grande, por uma semana, fazendo campanha; Sr. Giovanni Harvey, Secretário Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial, e não deem bola para a pronúncia, o que vale é a boa vontade; Sr. Wole Soyinka, escritor nigeriano agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, ativista político; e Anani Dzidzienyo, Professor da Universidade dos Estados Unidos da América, Universidade de Brown. (*Palmas.*)

Combinei com a Elisa, como ela conhece os nossos convidados um por um, que nós vamos organizando quem fala em primeiro lugar para dar a devida homenagem ao nosso querido e inesquecível Abdias.

Agora, neste momento, teremos a apresentação de um minuto de vídeo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A partir deste momento, vamos iniciar o nosso debate.

Eu vou fazer uma pequena introdução em nome da Comissão.

É com muita alegria que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal organiza e participa ativamente com toda a sua equipe desta nossa audiência pública sendo transmitida para todo o Brasil com o objetivo manter viva a presença, entre nós, de Abdias Nascimento, e de sua brava e histórica luta em defesa do povo negro e da inclusão social das populações afrodescendentes, no Brasil e no mundo.

Ouviremos, nesta manhã, os representantes do Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras; da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Violência contra Jovens Negros e Pobres; da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa; da Iniciativa Legislativa Popular pela Criação do Fundo da Igualdade Racial; da Rede Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro); da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil da OAB; da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); da Fundação Cultural Palmares; do Ministério das Relações Exteriores.

A todos aqueles que aceitaram nosso convite para participar deste evento, a todos os presentes e a todos os que estão nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado, o nosso muito obrigado.

Agradecemos, com carinho especial, a todos os convidados, seja do território nacional ou de outras partes do mundo.

E agradecemos, por fim, e especialmente, a Elisa Larkin Nascimento, diretora-presidente do Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro), que nos oferece aqui a oportunidade de conhecermos mais da história da vida do grande líder deste País Abdias Nascimento. Teremos a oportunidade de lançar o seu livro *O Legado Vivo de Abdias Nascimento*, parte da coleção *Grandes Vultos que Honraram o Senado*.

A você, Elisa, aceite aqui de nós todos, do Senado da República, Senadores e funcionários, três vezes nosso muito obrigado: obrigado pela presença nesta manhã de segunda-feira; obrigado pelo trabalho formidável desenvolvido à frente do Ipeafro; e obrigado, particularmente, por toda sua trajetória ao lado do grande e inesquecível Abdias Nascimento e pela sua conduta com certeza se tornando uma peça fundamental para isso tudo que estamos falando aqui, para a pesquisa biobibliográfica sobre a trajetória de Abdias Nascimento que vem agora a lume.

A biografia de Abdias Nascimento que você generosamente nos oferece e em torno da qual se organiza esta reunião é oportunidade singular de celebrarmos a memória e renovarmos a luta do poeta e escritor que denunciou o racismo que a sociedade brasileira ainda tenta negar e ignorar solenemente; do artista plástico e professor universitário que estudou as realidades quilombolas e o valor dos orixás nas religiões de matriz africana; do ator e dramaturgo que escancarou a necessidade de buscarmos soluções efetivas para as desigualdades raciais que, com certeza, tiveram um peso muito grande contra o povo negro deste País. Lembramos

aqui, claro e sempre, do deputado federal e do senador que lutou incansavelmente montando estratégias e buscando ações afirmativas de inclusão social e de expansão dos direitos civis e humanos das populações afrodescendentes no Brasil.

Que esta audiência pública contribua para que a força e o exemplo de Abdias Nascimento, que sempre nos inspirou a combater a opressão de nosso povo, não nos abandonem jamais! Estaremos sempre juntos nessa caminhada, buscando a verdadeira libertação do povo negro. Iniciamos com uma grande salva de palmas àquele que está lá em cima, mas está olhando a nossa reunião, Abdias Nascimento. (*Palmas.*)

De imediato, e quem vai abrir é ela, nem que ela indicasse outro eu deixaria, passo a palavra à Elisa Larkin Nascimento, representante do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros, e, como não dizer, viúva do nosso inesquecível Abdias Nascimento.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Muito obrigada, Senador Paulo Paim.

Eu quero agradecer, na pessoa do Senador Paulo Paim, a todos aqueles que sempre estiveram junto com o Abdias nesse combate ao racismo, nessa construção de uma nova maneira de ver a nossa civilização humana, incluindo nela, em pé de igualdade, os referenciais, o conteúdo, da civilização africana em seu devido lugar.

O Ipeafro, o Instituto de Pesquisas e Estudos Afro Brasileiros, que tive a honra de ajudar o Abdias a criar, em 1981, no Brasil, em São Paulo, vem se dedicando a esse legado, não apenas com o acervo museológico e documental de Abdias Nascimento, que estamos trabalhando para colocar à disposição de pesquisadores e interessados, através do nosso *site,* na internet, como também com todas as forças políticas que levam à frente essa luta, com as quais sempre procuramos coadunar nossas ações.

Por tudo isso, o lançamento desse livro, e quero agradecer novamente ao Senador Paulo Paim pelo prefácio que escreveu para esse livro, não teria sentido se fosse um ato apenas de lançamento de livro. A figura de Abdias, que tive a alegria de poder documentar nesse livro dedicado ao ativismo, ao combate ao racismo, nos chama a trazer para este momento as forças políticas e as questões que estão hoje em evidência, como parte dessa luta.

Neste momento, nesta primeira mesa, nós vamos ter uma visão mais internacional, com a presença do Ministério das Relações Exteriores, do nosso Prêmio Nobel, Sr. Wole Zoyinka, do Professor Anani Dzidzienyo e também dos representantes daquilo que é resultado dessa luta do movimento negro, que é a instituição no Poder Público de espaços específicos para o combate ao racismo e a construção da igualdade racial, que são a Fundação Cultural Palmares e a Secretaria Extraordinária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Em um segundo momento, nós vamos ouvir as forças da sociedade civil que estão tratando das questões vivas hoje, cujo combate faz com que o legado de Abdias viva, como a situação das mulheres negras – e a Marcha das Mulheres Negras vai acontecer em novembro –, o genocídio da juventude negra, que é uma questão extremamente importante, o combate à intolerância religiosa, que é uma questão que nos aflige, particularmente, e que se exacerba a cada momento, a ação afirmativa na educação, que não diz respeito apenas ao acesso da população negra à universidade, mas também ao que se ensina nessa universidade – é preciso uma abordagem nova e mais correta da história, da cultura da matriz africana na universidade, que é quem forma os professores, os educadores da escola –, a iniciativa legislativa popular para a criação do Fundo da Igualdade Racial, que é uma questão muito importante hoje, e a verdade sobre a escravidão negra no Brasil.

A maneira que melhor podemos lembrar o Abdias é trazendo essas questões do mundo africano, que estarão aqui na palavra dos nossos dois convidados africanos.

Hoje mesmo, em um jornal do Distrito Federal, vi que tivemos mais de dez casos de vandalismo em terreiros da religião de origem africana, um deles em 5 de agosto, no Terreiro de Babazinho de Oxalá. Essa questão nos remete a uma das ações de Abdias como Deputado Federal e como Senador, quando ele respondia ao fato de que todas as sessões legislativas são abertas com as palavras "sob a proteção de Deus", com referência a um Deus cristão, um Deus específico. Ele fazia questão de abrir os seus pronunciamentos saudando, trazendo ao espaço público oficial da República o nome de Olorum, o Deus universal, o criador de todas as coisas; o nome de Exu, Senhor de todos os caminhos; e o nome de Oxum, doadora do amor, da compaixão e da esperança. Ele fazia isso desde 1983.

A atitude não é apenas uma questão de referência religiosa. A partir dessa referência, ele se referia a toda uma construção civilizatória africana, que vem desde as antiguidades mais remotas, mais remotas do que a Grécia, e que fundamentam a própria civilização grega, que fundamenta a civilização ocidental. Ele dava o devido lugar para o papel de protagonista dos povos africanos na construção da civilização humana.

Estamos falando não de uma particularidade, estamos falando do ser humano no Planeta. O papel dos povos africanos é um papel de protagonismo nessa história.

Eu queria só fazer menção ao dia de hoje, 24 de agosto. Esta data tem várias significados. Eu tive a notícia de que a juventude negra está organizando marchas, em diferentes cidades, contra o genocídio da juventude negra. Uma das datas, parece-me que no Rio de Janeiro, é hoje.

Vinte e quatro de agosto também é a data do aniversário do suicídio de Getúlio Vargas, um fato histórico que ganha enorme significado quando pensamos que o momento histórico de Getúlio, Vargas, em 1954, foi um momento de construção, de tentativa de construção de um país forte, capaz de enfrentar várias forças internacionais que vinham e vêm atrapalhando o desenvolvimento independente do país.

E, hoje, nesta data, à noite, não por acaso no Rio de Janeiro, está sendo lançada a biografia de Leonel de Moura Brizola, que foi governador do Rio Grande do Sul, governador do Rio de Janeiro, fundador do Partido Democrático Trabalhista, que continuou o legado do antigo PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, e que foi o primeiro político de expressão nacional a compreender o significado político, para a Nação, da questão racial, em grande parte em virtude do seu diálogo, da sua capacidade de ouvir as ponderações do próprio Abdias e do Movimento Negro.

Uma terceira dimensão é que, hoje, e parece-me que talvez a maior, já que em todas as vezes em que o Abdias atuava, em todos os campos em que ele atuava, ele sempre trazia a voz dos ancestrais, daqueles que o precederam nessa mesma luta, é também o aniversário da morte do Luiz Gama. Luiz Gama, como o Abdias, também foi poeta. Era um grande ativista pela abolição da escravidão no Brasil. Foi um ator protagonista desse movimento abolicionista e também da defesa concreta na justiça – não é, Humberto Adame? – daqueles que padeciam das diversas formas de opressão e racismo naquela época.

Comentando muito rapidamente o livro, sei que temos pouco tempo e não quero me alongar, ao escrever o livro de Abdias Nascimento, eu me lembrei muito da figura de Luiz Gama e dos outros que também precederam o Abdias nessa grande luta, desde o Zumbi dos Palmares a todos os Quilombos. A vida de Abdias, pela longevidade, posto que nasceu em 1914 e viveu até 2011, dá-nos a oportunidade, Senador Paulo Paim, de refletir sobre a História do Brasil no século XX, como as circunstâncias, a vida da própria população negra se insere e se desenvolve dentro do contexto de desenvolvimento do País. Procurei transmitir um pouco dessa história através da pessoa e da família de Abdias, dessa trajetória deles, e contemplar um pouco a situação da população negra no Brasil.

Duas coisas se sobressaíram e, me parecem, pouco conhecidas nesse sentido.

Uma delas, e me parece merecer mais estudos, é o fato de que, ao contrário da imagem que o imaginário nacional cultiva do negro escravo, do negro pobre, do negro, enfim, subalterno, havia, na época da abolição da escravatura, uma população negra também dona de posses, dona de uma atividade, de um protagonismo na História do Brasil bastante importante. Exatamente em função do medo da elite governante, que se deparava com um país majoritariamente negro e uma cidadania majoritariamente negra, ela passou a agir pelo embranquecimento da Nação. Essa população passa a ser despossuída, ela passa a ser empobrecida, ela passa à miserabilidade, uma grande população que não era miserável antes. A Frente Negra Brasileira, nos anos 30, em grande parte, insurge-se contra esse fato. Havia comerciantes negros, donos de estabelecimentos comerciais, como na família do Abdias. O tio Laureano era dono de uma padaria e dono de uma selaria, nas redondezas de Franca. As famílias foram sendo destituídas de várias formas.

A outra questão é o protagonismo dessa população ao longo das décadas do século XX, sobretudo a Conferência Mundial Contra o Racismo, em Durban, em 2001, que foi uma espécie de divisor de águas, a partir da qual começamos a ter, efetivamente, políticas de ação afirmativa e posturas do Estado, como a criação dos órgãos específicos que aqui estão representados.

Tive um grande prazer em escrever esse livro. Espero que vocês tenham prazer em lê-lo. Eu gostaria de encerrar fazendo uma saudação especial ao nosso intelectual, afrodescendente, baiano, companheiro de todas as horas, Olímpio Serra, que aqui nos honra com sua presença. (*Palmas.*)

Quero também saudar o Carlos Moura, que também está presente, como tantos outros que estão aqui presentes e que ajudaram a construir o caminho no final do século XX, a partir da volta de Abdias. Eu tive oportunidade de acompanhá-lo nessa volta, construindo o Memorial Zumbi, que foi a primeira iniciativa nacional que reunia organizações do Movimento Negro de todo o País no esforço, e, depois, devido também ao sucesso do Movimento Negro na criação da Fundação Palmares, de conseguir a expropriação e o tombamento das terras da República de Palmares, onde Zumbi e todos os seus outros companheiros e antecessores enfrentaram, durante cem anos, o poder colonial de diferentes acepções, tanto os holandeses, como os portugueses e os brasileiros, e de fazer com que esta terra seja, hoje, um local de peregrinação, de visitação e de memória dessa luta que vem desde o momento em que o primeiro africano pisou no Brasil, escravizado.

Então, muito obrigado a vocês.

Vamos ouvir as pessoas que aqui nos agraciam com suas presenças.

Obrigada pela paciência. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Drª Elisa.

Permita-me que eu informe a todos que, amanhã, o Congresso Nacional, a reunião das duas Casas, promove sessão solene em homenagem ao Presidente Getúlio Vargas, marcando a passagem dos 61 anos de sua morte.

Gaúcho de São Borja, Getúlio Dornelles Vargas governou o país por dois períodos. Resistiu ao Golpe, na época, e voltou à presidência pelo voto popular. Acabou se suicidando, deixando a frase histórica: "Saio da vida para entrar na história." Estão todos convidados para amanhã, às 11h, no plenário do Senado. Só lembrando que o Presidente Getúlio Vargas teve o seu nome inscrito no livro *Heróis da Pátria* em 15 de setembro de 2010. Os seus restos mortais estão no Rio Grande do Sul.

Vamos agora ao Ministro Alexandre Peña Ghislene. O tempo de cada um vai ser de 10 minutos, com mais 5, se necessário for. É bom lembrar que são dez convidados. Eu sempre abro a palavra também ao plenário. Se todos puderem ficar nos 10 minutos, seria muito bom.

Com a palavra, Ministro.

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Bom dia, Presidente, bom dia, Dr. Geovanni Harvey, Drª Elisa, Drª Cida Abreu, Sr. Soyinka, enfim, a todos os membros da Mesa, aos Srs. Deputados e a toda essa grande plateia, que nos dá o prazer de acompanhar esta homenagem no dia de hoje.

Eu queria, antes de mais nada, em nome do Ministro Mauro Vieira, agradecer ao Presidente Paulo Paim pela iniciativa de fazer uma homenagem tão bonita e tão desafiadora para nós, do Poder Executivo. Esse é um desafio que a gente recebe de braços abertos, como Estado Brasileiro, como representante do Poder Executivo brasileiro, porque esse foi, do nosso ponto de vista, o grande legado do Senador, do Deputado, do militante, do ativista, do artista, do homem brasileiro, Abdias Nascimento. Ele costumava dizer, com todas as palavras, que o Governo brasileiro deveria passar da retórica para a ação, deveria promover a inclusão social dessa maioria excluída, que é a população afrodescendente, que deveria deixar de ter um racismo de resultados, que seja, que nós deveríamos deixar de encobrir o racismo no Brasil. Essas palavras foram muito bem ouvidas. Caberá à história e a todos aqui presentes saber em que medida nós conseguimos superar isso.

Mas, o fato é que esse desafio foi abraçado, o que é uma coisa muito importante. Hoje, podemos dizer que o combate ao racismo é, com certeza, uma política de Governo, mas, mais do que isso, é uma política de Estado. Quem quer que venha no futuro a assumir a Chefia do Poder Executivo vai ter de assumir esse mesmo desafio que é do povo brasileiro, não é um desafio de um ou outro mandato. Nós já temos coisas para contar, nós temos um histórico de políticas públicas, nós temos um histórico de medidas afirmativas, nós temos um histórico legislativo, nós temos o Estatuto da Igualdade Racial. Eu vou deixar esses temas para serem abordados pelas pessoas que mais entendem deles. Nós temos aqui o Secretário Executivo da SEPPIR, representante do órgão máximo, para falar da busca da igualdade racial no Brasil. Nós temos representantes da Fundação Cultural Palmares. O que eu gostaria de falar um pouco é sobre a dimensão externa, ou seja, do que o combate ao racismo significa em termos de política externa de direitos humanos, o que significa em termos de projeção no exterior de quem é o Brasil, de quem somos nós e do que nós queremos.

Nós temos algumas coisas para relatar na história dessa busca pela inclusão de uma maioria excluída. Podemos fazer um rápido histórico, e quero me ater aos 10 minutos que o Presidente me deu, de algumas iniciativas que são marcantes.

Foi o Brasil que, recentemente, é uma conquista de poucos meses atrás, levou a busca da igualdade de direitos para a população afrodescendente para o Mercosul. Criamos a Reunião de Autoridades sobre os Direitos dos Afrodescendentes do Mercosul (Rafro), no último mês de junho. Fomos nós que levamos e apoiamos a criação de um grupo de trabalho sobre afrodescendentes no âmbito da Celac, da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, e, nesse âmbito, criamos uma década de ação dos afrodescendentes latino-americanos e caribenhos. Ou seja, nós estamos levando essa nossa identidade brasileira como identidade afrodescendente também para os espaços de integração regional, no entendimento de que a busca dessa igualdade não é um problema apenas brasileiro, é um problema da nossa região, é um problema da América Latina, também é um problema do Caribe, mas, mais do que isso, temos extrapolado, temos buscado a universalização dessa luta, porque a luta dos afrodescendentes brasileiros não é só nossa, é a luta também dos filhos da diáspora africana que estão na Europa, enfim, dos afrodescendentes americanos e canadenses, e é a luta do próprio povo africano, num certo sentido, para o resgate da sua dignidade, depois de um passado de colonização.

Como nós temos feito isso? Nós vamos falar um pouco mais do que diz respeito à nossa realidade mais próxima, aqui.

Em relação à realidade do povo afrodescendente brasileiro, nós temos mobilizado esforços internacionalmente. Nas Nações Unidas, propusemos, defendemos e conseguimos a aprovação da Década Internacional de Afrodescendentes; isso foi uma coisa que nós alcançamos em dezembro de 2013. Em dezembro de 2014,

nós conseguimos aprovar, na Assembleia Geral das Nações Unidas, um programa de ação que inclui várias metas que nós consideramos das mais importantes. Inclui a criação de um foro permanente para as populações afrodescendentes, no âmbito das Nações Unidas – essas tratativas estão avançadas –, e nós pretendemos que esse foro seja implementado o quanto antes. Inclui a negociação de uma declaração dos direitos dos afrodescendentes, esse talvez seja o nosso principal desafio no médio prazo; nós o estamos enfrentando abertamente, estamos procurando apoio para isso e uma das formas pela qual nós vamos mobilizar apoio internacional é a Conferência Regional dos Afrodescendentes, que o Governo brasileiro está enfim organizando, no próximo mês de dezembro, nos dias 3 e 4, se não me engano, aqui, em Brasília, reunindo todos os países da América Latina e do Caribe, num esforço de mobilizá-los para alcançar esses objetivos nos foros internacionais.

Nós não temos falado apenas de Nações Unidas. A nossa política de revalorização do elemento africano na cultura e na identidade brasileira se traduz também na nossa aproximação com o continente africano, que foi além da nossa vizinhança e assume importância estratégica óbvia. Nós temos procurado ativamente uma proximidade com o continente africano, que se traduz nas conferências intelectuais da diáspora – nós já participamos da primeira, que foi no Senegal; organizamos aqui, na Bahia, a segunda.

Nós temos promovido ativamente as cúpulas entre a América do Sul e a África, como uma maneira de integrar essas duas regiões, mostrar a sinergia que existe entre elas e o potencial de crescimento e de desenvolvimento que surge da união dessas duas regiões.

Nós temos trabalhado bilateralmente, e até me recordo de que a Ministra Nilma Gomes esteve recentemente em Moçambique, algumas poucas semanas atrás. Talvez o Secretário Giovanni Harvey possa nos dizer uma palavra a respeito disso.

Além de tudo isso, nós estamos trabalhando também no campo das normas. Nós queremos atualizar os padrões internacionais a respeito do combate ao racismo e da busca da igualdade racial.

Nós propusemos, no âmbito do OEA, e advogamos, e defendemos, e conseguimos também a aprovação de uma Convenção Interamericana contra o Racismo – a xenofobia –, a Discriminação Racial e das Formas Correlatas de Intolerância. Conseguimos a aprovação disso em 2013. O Brasil foi um dos primeiros países que assinou. Estamos em curso com o processo de ratificação, contamos com o apoio desta Casa para que no futuro – esperamos que não seja distante – essa convenção possa ser lei no Brasil e estamos lutando, no âmbito das Nações Unidas, para que essa atualização...

Vamos lembrar, quanto à convenção contra o racismo, das Nações Unidas, que estamos ainda tratando de implementá-la na sua plenitude. Não tenho a pretensão de dizer que já satisfizemos tudo, mas a primeira Convenção de Direitos Humanos, na verdade, que nós aprovamos foi em 1965, tem 50 anos de idade e não foi totalmente implementada, mas nós precisamos tratar de formas de discriminação correlatas ao racismo que não estão nela e por isso nós estamos trabalhando ativamente nas Nações Unidas para buscar a atualização desses novos padrões, para que os casos de xenofobia possam ser tratados mais claramente; para que, nos casos de discriminação contra os migrantes – e nós, lamentavelmente, temos visto muitos, no âmbito internacional, casos como esse –, nós tenhamos um padrão novo que esteja à altura da dignidade exigida para respeitar essas pessoas e para garantir justiça nesses casos.

Enfim, não vou abusar do tempo de palavra, Presidente.

Eu só queria enfatizar, então, que essa luta da discriminação racial, que o Estado brasileiro custou a assumir, hoje é uma luta nossa; e não é uma luta que vai se resolver nem com palavras nem no curto prazo; é uma luta que, enfim, talvez, no período das nossas vidas... Vejo muitos jovens aqui.

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE PEÑA GHISLENI – Para vocês, o que eu desejo é que ao menos os filhos de vocês possam ver um Brasil sem racismo, e, para isso, nós temos que continuar trabalhando desde logo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ministro Alexandre Peña Ghisleni, Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais do Ministério das Relações Exteriores. Parabéns pela sua fala.

Eu queria aqui registrar a presença conosco, dando aqui as nossas saudações, aos alunos e às alunas do Centro de Ensino Médio 01 de São Sebastião, acompanhados da Profª Pilar Costa. Ao dizer isso para vocês, eu queria dizer que o Vinícius, aquele moço de máquina na mão, é jornalista, é fotógrafo, cuida da página do nosso trabalho; e ele foi aluno da escola de vocês, de lá ele chegou aqui, no Senado da República, e está fazendo um belo trabalho.

Então, uma salva de palmas a todos os ex-alunos e aos alunos da escola. (*Palmas.*)

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Senador, eu posso fazer um registro?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode, agora. Saiba que aqui você manda.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Eu queria, saudando específica e especialmente à professora e aos alunos do colégio, dizer que está circulando um livro do Ipeafro, um livro de presença. É o livro que esteve aqui na exposição sobre os 90 anos de Abdias, que nós realizamos na Galeria Athos Bulcão, e, em muitas das visitas de escolas a essa exposição, os alunos por uma questão qualquer não assinavam a lista.

Então, eu quero convocá-los, por favor, todos os alunos, a assinarem nossa lista de presença.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Eu queria passar a palavra neste momento à Presidenta da Fundação Cultural Palmares, representante do Ministério da Cultura, que aqui representa o ministro, e dizer para todos que há um debate no País todo – todo projeto nosso é polêmico, não é, Cida? – da questão da capoeira.

A Cida esteve falando comigo, o Otto esteve falando comigo, a Senadora Lídice, da Bahia, esteve falando comigo. Fiquem todos tranquilos. Nós faremos a audiência combinado com o Movimento Negro e com os militantes dessa área da capoeira, e o projeto só será aprovado no momento em que todos entenderem que aquele é o caminho, ou rejeitado, se esse for o caminho. Está comigo a relatoria, e fiquem muito tranquilos que ele não passará sem o crivo tranquilo do Movimento Negro, mas, quando a maioria do movimento assim entender – e a Cida disse que ele vai passar inclusive por um congresso que vocês terão –, aí vamos tomar a decisão. Então, fiquem muito tranquilos. Aqui não passa nada, se estiver na minha mão, em que não haja o aval do Movimento Negro; na questão da capoeira, não será diferente.

Por favor, Cida, que falou longamente comigo sobre essa questão.

A SRª CIDA ABREU – Eu quero agradecer ao Presidente Paim e dizer da satisfação de dividir hoje a mesa com ele, na condição de Presidente da Palmares, e com a Elisa. Agradeço a gentileza de ela ter ido à Fundação conversar comigo sobre a publicação do livro e explicando a importância de a Palmares estar neste momento nessa construção, não só do lançamento, mas de um debate profundo com a juventude negra e com os fazedores, com os gestores e com todos os movimentos de cultura afro-brasileira sobre esse tema.

Então, nós vamos inaugurar inclusive a nossa sala do cineclube, que será na nossa nova sede da Palmares, com um debate sobre essa publicação e vamos convidar e deixar aberto o espaço a todas as escolas, a todos os fazedores e produtores de cultura para que democratizemos esse espaço e que possamos ter um diálogo permanente com a sociedade.

Eu queria cumprimentar todos da mesa: o Giovanni, que é um grande amigo. Um abraço a nossa Ministra Nilma, que eu sei que está de férias, por isso não está presente; hoje Giovanni, como Ministro interino.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CIDA ABREU – Já voltou? Então, ele está aqui como Secretário Executivo.

Cumprimento todos da mesa, o Ministério de Relações Exteriores porque é extremamente importante essa nossa relação, todos que representam as universidades, porque eu entendo a importância dessa formulação após a passagem do Abdias Nascimento no meio de nós, por tudo o que ele fez e por tudo o que representa. Mas eu gostaria de cumprimentar mesmo, em nome de todos, em nome do nosso ex-Presidente, o primeiro Presidente, fundador da Fundação Cultural Palmares, Carlos Moura – para quem quero uma salva de palmas –, que... (*Palmas.*) ...hoje é uma referência.

Carlos Moura me deu posse no Movimento Negro, em 1999, em minha cidade, Miracema. Então, é uma história bem longa a nossa história, não é, Carlos Moura? Vou falar publicamente – ele ainda nem sabe –, mas nós estamos desenvolvendo um programa, na Palmares, que é de internacionalização a partir de Diálogos Palmares, uma construção nossa, coletiva, com a equipe; Carlos Moura vai coordenar as missões internacionais da Palmares e já está aprovado. Quarta-feira você vai ser anunciado – eu já estou anunciando aqui publicamente –; você, no meio de nós da Palmares, revisitando a história, ajudando-nos a qualificar e contribuindo conosco no nosso crescimento e também da nossa nova equipe.

Então, eu queria fazer essa menção publicamente, porque para nós é uma honra ter Carlos Moura como um colaborador da Palmares neste momento em que a cultura afro-brasileira e a cultura de um modo geral, para mim, são instrumentos fundamentais para a disputa social que está sendo feita hoje em relação às nossas ideologias, às nossas conquistas e à consciência social; e a Palmares hoje dialoga com essa agenda atual, a partir da cultura afro-brasileira.

Quero também cumprimentar os alunos. Eu acho que São Sebastião é uma cidade-satélite de Brasília que tem um número grande de africanos que a habita. Então, São Sebastião é uma cidade que recebe muitos africanos e é também uma cidade com índice de população negra alto. Eu quero também cumprimentar os alunos e dizer a eles do privilégio de estar hoje aqui com vocês, e vocês podendo ter informações e aprofun-

dar não só essas mesas que estão aqui, mas também a partir da publicação de documentário que está disponível hoje no Youtube, um documentário do Abdias. Ele fala da história dele, e é por onde eu quero começar.

Esta mesa para mim, Paim, Elisa e todos... quando eu queria entender o que falaria, não só da contribuição histórica do Abdias com a fundação da Palmares, com a conceituação do papel da cultura afro-brasileira na sociedade brasileira, porque a Palmares nasce de uma demanda do Movimento Negro, dos intelectuais num processo da redemocratização do País, onde discutimos os direitos, onde discutimos a participação, e, neste momento, pessoas, como Carlos Moura, como Abdias, como várias outras lideranças negras, como Benedita da Silva, como Paim, discutem a importância desse espaço institucional.

Então, nasce o primeiro espaço institucional para tratar de temas que a sociedade não quer entender e não quer assumir, que é o racismo; e o racismo foi construído no imaginário de Abdias Nascimento quando ele tinha sete anos – e ele conta isso no documentário –, e, vindo da escola, ele e a mãe se deparam com um menino negro sendo espancado. A mãe de Abdias, segundo ele muito pacífica, se revolta com aquela ação de espancamento do menino negro, que era um menino órfão de pai e mãe e vivia da caridade das pessoas, e enfrenta aquela senhora que estava espancando aquele menino.

Então, isso aí é uma ação que inclusive nos faz refletir qual é a nossa reação diante do racismo, e, naquele momento – Abdias conta –, nasceu a consciência racial dele. Foi naquele momento, com sete anos de idade, ele escondido atrás da mãe, meio assustado com aquela ação da mãe, uma ação inclusive inesperada, que ele começa a entender que era preciso ter posição de enfrentamento ao racismo e que aquele ato não era um ato só de violência física, mas era um ato de violência por conta de uma ideologia pela cor da pele daquele menino órfão, que tinha todas as características negativas, no caso do que a sociedade racista tem, do que representa um menino órfão, sem endereço fixo, naquele momento do espancamento.

Então, com sete anos de Abdias Nascimento, que é 1914 mais 7 vai dar 21, em 1921, você vê que ele conta uma história que hoje nós contamos diariamente, que é a violência da juventude negra.

Então, se Abdias estivesse aqui, nesta mesa, ele estaria – eu acredito – refletindo sobre a sua reação e a sua consciência acerca também da indignação que todos nós temos que ter em torno da violência contra a juventude negra. E a Fundação Cultural Palmares, para mim, imprime a luta e as convicções que Abdias usou para poder criar a consciência racial em vários setores.

Das várias viagens que Abdias fez, no período inclusive da ditadura em que ele viajava com o seu melhor amigo, ele narra que, numa dessas viagens, descobriu – acho que foi ao Peru que ele foi – que tinha uma encenação de um teatro em que o artista se pintou de negro. Preocupado de o Brasil fazer com que os artistas brancos se pintassem de negro para representar negro, ele fundou o Teatro Experimental do Negro, para que aquilo não se reproduzisse no Brasil. Então, é esse espaço de fomento e de promoção da cultura afro-brasileira, que é a Palmares.

Nesta gestão – aqui fazendo deferência a todos os presidentes que passaram –, a nossa reflexão, neste momento, é que todos cumpriram um papel, dada a conjuntura do País naquele momento, e nós chegamos a um momento que para nós é bom estar na Palmares, porque hoje ela representa um equipamento institucional que precisa atuar enquanto agente político que fala, que promove, que fomenta a cultura afro-brasileira, porque nós estamos nesses territórios mais vulneráveis à ira do racismo, e a cultura, a meu ver, é uma forma mais fácil de dialogarmos a respeito da situação da conjuntura política atual. E nós hoje estamos atuando no processo – e foi a nossa conversa com a Ministra Nilma – paralelo à Seppir, para que possamos, lá na frente, nos encontrar para fortalecer a luta do combate ao racismo.

A Palmares vai revisitar a sua origem de criação e vai rearticular o campo da cultura afro-brasileira. Nós queremos trazer à tona e trazer para a cena principal os atores, os produtores de cultura, as pessoas que promovem a economia da cultura e que promovem a resistência à intolerância religiosa, criar um conceito e um programa sobre a titulação das terras quilombolas, para que não digam que a Palmares titula terra que não é quilombola...

(Soa a campainha.)

A SRª CIDA ABREU – ... mas que, sim, a Palmares garante que os quilombolas tenham o direito de desenvolver a sua cultura no seu território.

Então, por isso – e aí eu quero dizer para a Elisa o que também eu não disse para ela lá, no dia, porque tínhamos que aprovar com o Ministro –, nós vamos desenvolver na Serra da Barriga, porque, para quem não sabe, a Serra da Barriga, como diz a Elisa, é um espaço de resistência, onde morou Zumbi dos Palmares, e é hoje administrada pela Fundação Cultural Palmares.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – E é onde Abdias está enterrado.

A SRª CIDA ABREU – E é onde Abdias deu a honra de depositar as suas cinzas e lá plantar um baobá.

Ele esteve, no aniversário de 23 anos da Palmares, no plantio do primeiro baobá, e retornou a Palmares com as suas cinzas e plantando sobre suas cinzas um baobá. Para quem não sabe, o baobá é uma árvore na África, que era utilizada como a árvore do esquecimento com uma ação que os africanos faziam em torno dela para esquecerem a sua terra quando vinham a ser escravizados em outras terras.

(Soa a campainha.)

A SRª CIDA ABREU – Então, para isso, Elisa e Paim, nós estamos desenvolvendo uma pesquisa da revitalização da Serra da Barriga como um patrimônio a ser o maior espaço de turismo étnico do País.

Nós estamos fazendo um estudo e vamos ter uma empresa que vai fazer o estudo para nós, que é a empresa que fez também o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar e grandes outros pontos turísticos do Brasil, para que tenhamos na Serra da Barriga não só a comemoração do 20 de novembro e não só uma visitação, mas que possamos colocá-la também no cenário do desenvolvimento econômico, no cenário da história, no cenário internacional. Então, Elisa, vai ser muito importante, porque nós também vamos dizer que lá está o nosso grande zumbi – porque é assim que falamos – que é Abdias do Nascimento.

Então, será também uma homenagem à memória de Abdias do Nascimento.

Era isso o que eu queria dizer – Paim já está aqui piscando para eu parar de falar – e agradeço pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nada. Eu fiz assim: um minuto.

(Soa a campainha.)

A SRª CIDA ABREU – Convido a todos, no dia 26, às 10h30 da manhã, no Salão Negro do Palácio da Justiça, para o lançamento do nosso Programa Diálogos Palmares, que é o nosso programa de gestão que vamos lançar, trazendo os fazedores e produtores de cultura para discutir conosco e construir o nosso planejamento. Às 14h30, no Hotel Nacional, o Ministro Juca irá receber a militância fazedora de cultura e os gestores de cultura para falarmos de cultura afro-brasileira e de como o Ministério da Cultura tem que valorizar e potencializar a Fundação Cultural Palmares. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Cida. Ficou em 12 minutos, ficou bem e contou fatos importantíssimos. Aquele do menino foi marcante – eu não sabia da história do menino –, e aquele do artista negro no Peru também.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Eu queria, sobre o baobá...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para dizer que aqui, neste plenário, só falam a todo momento que entenderem, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas e, naturalmente, a Elisa. Então, ela pode falar a qualquer hora.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Desculpe-me, mas é sobre o baobá. É uma árvore que tem uma expectativa de vida entre três mil e seis mil anos. É uma árvore sagrada que representa a ancestralidade e, por esse fato, parece-me representar também a longevidade, a dimensão no tempo dos ancestrais africanos que construíram a civilização não apenas da África, como também as bases da civilização do mundo.

Então, por isso o baobá é um referencial tão importante em homenagem à África e em homenagem ao ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, mais uma vez, Elisa.

Lembra-me aqui a Secretaria Geral também que amanhã, às 9h, neste espaço, nós teremos um debate sobre o legado do trabalhismo, uma homenagem a Getúlio, a João Goulart, a Brizola e também a Abdias, porque ele foi um dos líderes do PDT, e nós estamos falando aqui de trabalhismo. Será amanhã, às 9h, aqui nesta Comissão, reunião organizada por todos nós, as Senadoras e os Senadores da Comissão.

Giovanni Harvey, Secretário Executivo da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Por favor, Giovanni, que está sempre conosco e sempre foi um militante ativo dentro do Senado, representando a Seppir, para que avançássemos na legislação.

O SR. GIOVANNI HARVEY – Obrigado, Senador.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar a mesa, na pessoa do Prof. Anani, da nossa Presidenta Cida, da Elisa, do Senador, Ghisleni, Soyinca.

Quero fazer menção à presença no plenário do Deputado Jean Wyllys, que já foi citado; da Secretária Marise Nogueira, Secretária do GDF; e do Ivanir Augusto dos Santos. Há outras pessoas presentes as quais eu farei menção ao longo da fala.

Eu vou tentar, respeitando o tempo proposto pelo Senador, abordar cinco aspectos, mas alguns deles já foram abordados por nossa Presidenta Cida Abreu e dois deles são meros registros que precisam ser feitos, registros esses que eu aprendi a fazer com Elisa.

O primeiro deles diz respeito ao papel do Abdias para a nossa geração de ativistas, a influência que Abdias teve no nosso processo de formação política. O segundo deles é o legado artístico de Abdias. Em vários momentos em que estive com Elisa, fiz menção ao legado político de Abdias, e Elisa sempre chamou a atenção para esse aspecto que é essa dimensão do Abdias como poeta, como escritor, e, dando sequência a isso, um aspecto importante, sobre o qual vou me deter mais, que é o legado político-institucional do Abdias.

Elisa foi comedida quando descreveu a influência do Abdias no desenho programático do PDT, mas foi Abdias, de fato, quem mais influenciou Leonel Brizola para que a questão racial fosse o quarto ponto programático do PDT. Nós vimos isso e refletimos dois governos Leonel Brizola. Eu anotei aqui, enquanto ouvia as falas, que nós tivemos composições de governo, em 1982, no Rio de Janeiro, com um secretariado com sete secretários de Estado negros. Tivemos o próprio Abdias; Carlos Alberto Oliveira Caó, Secretário de Trabalho; Edialeda Nascimento, Secretária de Desenvolvimento Social;

José Miguel, Secretário de Agricultura; Luiz Antônio Silveira Batista; Carlos Magno de Nazaré Cerqueira foi Comandante da Polícia Militar do Rio de Janeiro; Vanda Ferreira; sem deixar no plano secundário que o Secretário de Educação de Leonel Brizola era Darcy Ribeiro. Então, isso dispensa outras considerações sobre o que foi o investimento feito por essa geração na construção dessa política.

Certamente essas iniciativas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, influenciaram o Presidente José Sarney para que ele pudesse tomar a iniciativa de criar a Fundação Cultural Palmares, que, como já foi citado aqui, teve Carlos Moura como seu primeiro Presidente, e Cida já fez uma série de considerações que demonstram para nós o estado da arte da Palmares hoje.

Queria também registrar que acho que nisso, embora tenha ficado perceptível, muitas vezes há um subtexto de que nós negros e negras não conseguimos nos reconhecer, e é motivo de orgulho, Cida, para mim, vê-la fazer essa referência a Carlos Moura. Isso demonstra o grau de maturidade que nós alcançamos e que a construção da Palmares do futuro se dá a partir do que foi construído no passado pelos presidentes que antecederam você, começando por Carlos Moura. Você deu um exemplo de política, deu um exemplo de maturidade, e isso precisa ficar registrado.

Caindo agora já no que me compete, que é falar da Seppir, nós estamos, sob o ponto de vista da Seppir, vivenciando uma janela de oportunidades que acontece entre os anos de 2015 a 2022; a Ministra Luíza já havia enfatizado isso, a Ministra Nilma tem reiterado essa compreensão. Nós estamos vivendo, tanto no cenário internacional quanto no cenário nacional, a vigência concomitante de vários elementos que nos dão uma perspectiva bastante positiva, levando em consideração que nós teremos, até o final da década de 20, o fenômeno bônus demográfico, que nos permite aproveitar esse momento histórico para corrigir algumas distorções, considerando que, a partir desse momento, nós teremos uma alteração do perfil etário no Brasil e do perfil demográfico, e determinadas correções não poderão ser feitas.

Nesse sentido, chama a atenção a importância das ações que visem reduzir os níveis de mortalidade de jovens negros e negras porque essa variável demográfica e esse nível de mortalidade já têm um peso demográfico, é uma variável ainda fora de controle e é uma variável que pode comprometer o bônus demográfico porque, se nós conseguirmos reverter essa variável, nós não apenas teremos enquanto sociedade a possibilidade de usufruir esse bônus demográfico como também teremos a perspectiva de consolidar, nos próximos quinze anos, uma maioria absoluta de pessoas negras constituindo a sociedade brasileira. Chegaremos a alguma coisa em torno de 60% de pessoas pretas e pardas constituindo a sociedade brasileira.

Sob o ponto de vista da Seppir, nós temos no cenário internacional ainda a vigência do Plano de Ação de Durban, que ainda continua a produzir efeitos. Nós temos a Década dos Afrodescendentes, que o Ministro Ghisleni fez menção aqui, e o Brasil tem um papel importante na construção do plano de trabalho, há um conjunto de iniciativas sendo tomadas. Nós temos também – Elisa fez menção a isso – a candidatura do Cais de Valungo como Patrimônio Cultural da Humanidade, isso certamente reforça a presença do Brasil no circuito de pertencimento por origem africana porque é o único cais de desembarque localizado – nós temos os entrepostos e cais de embarque, mas não temos de desembarque. Então, isso tem um peso importante. Não foi à toa que nós fizemos então, poucos dias depois da morte do Abdias, uma cerimônia no Cais do Valungo, exatamente no sétimo dia. Então, nós temos aí no cenário internacional um cenário interessante.

No plano nacional, eu dividi em dois aspectos: uma dimensão pública, que é o arcabouço jurídico-institucional, o Estatuto da Igualdade Racial, a legislação de quotas no acesso ao ensino superior, a legislação de quotas no acesso ao serviço público, então legislação vigendo por dez anos. Então, nós também teremos, ao longo desse período, a vigência desse arcabouço legislativo e temos iniciativas que eu considero iniciativas públicas, embora sejam iniciativas da sociedade civil e da iniciativa privada. Nós temos aqui, não por coincidência, representantes de três dessas iniciativas.

Temos José Vicente, que, além de toda a contribuição que tem dado à causa, notadamente a partir da fundação da Universidade Zumbi dos Palmares, mas, mais recentemente, sem que isso signifique que José Vicente começou a atuar nessa área recentemente, a iniciativa empresarial pela igualdade racial, uma iniciativa em que ele mobilizou grandes empresas privadas brasileiras em torno de uma carta de princípios que busca implementar ações afirmativas no ambiente empresarial, iniciativa que José Vicente – verdade seja dita – já vinha tomando há vários anos.

Temos, ao lado de José Vicente, Humberto Adami, coordenador da Comissão da Verdade da Escravidão da Ordem dos Advogados do Brasil, também outra iniciativa com um potencial estruturante enorme.

E temos o Mário Theodoro, e eu vou repetir aqui o que já disse a ele à época – o Senador Paim disse: "Fez parte da Seppir", Mário Theodoro foi Secretário Executivo da Seppir – em que ele era Secretário Executivo e colaborou bastante porque, à época, eu era consultor da Supir (Superintendência de Igualdade Racial do Estado do Rio de Janeiro). Foi uma hora para a Seppir ter alguém da envergadura do Mário Theodoro, de quem eu tenho o privilégio de privar a amizade, como Secretário Executivo. Seguramente – e disse a ele quando eu fui convidado para assumir a função – eu estava assustado com várias coisas e talvez o que mais me assustasse era sentar na cadeira que tinha sido ocupada por ele. Então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só queria muito agradecer à Seppir por o ter devolvido para nós porque ele fez uma falta aqui. (*Risos.*)

O SR. GIOVANNI HARVEY – Senador Paim, se depender de mim, eu o levo de volta.

Então, Mário Theodoro, que lidera a iniciativa legislativa para a criação do fundo, também é uma iniciativa com peso enorme.

Então, esses elementos nos dão conta de que o legado de Abdias se projeta em várias dimensões. Em todas essas dimensões, nós temos a influência e o legado de Abdias do Nascimento.

(Soa a campainha.)

O SR. GIOVANNI HARVEY – Eu queria parabenizar o Senado, mais uma vez, por essa iniciativa e o Senador Paim, mais uma vez coerente com a sua trajetória, e desejar êxito a esta sessão.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Giovanni Harvey, Secretário Executivo da Seppir.

Eu queria convidar agora para uma saudação, porque ele vai ter que se retirar, Iradj Eghrari, da Comunidade Bahá'i Brasileira, que também é representante da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa.

Você pegue o telefone sem fio aqui – pode ser – e você fará uma saudação aqui, já que você vai ter que se retirar. O telefone sem fio está aqui, não é?

Por favor, é uma honra para todos nós, antes de você sair, te ouvir.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI – Senador Paim, é uma honra. Obrigado por quebrar o protocolo. Peço desculpas aos demais na mesa.

Na verdade, quem deveria estar aqui é o querido companheiro Ivanir dos Santos, mas ele não pôde estar presente, e Elisa mui gentilmente me convocou a fazer a vez aqui de usar a palavra para falar sobre a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Você permite que eu diga para você usar o microfone porque eu pedi para você usar o telefone.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI – Foi.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aí não dá; por telefone, não dá.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI – Mas é que eu estou passando a mensagem já para o Ivanir também, à distância.

Quando Elisa me pediu para falar sobre a Comissão, eu não pude deixar de lembrar um fato muito marcante porque é a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa no Rio de Janeiro que puxa a caminhada, já conhecida de todos vocês, que todos os anos acontece no mês de setembro; a próxima agora é dia 21 de setembro, no Rio de Janeiro, na Praia de Copacabana.

Numa dessas caminhadas, eu acredito que – Elisa, ajude-me com a memória – talvez a última de que o nosso saudoso Abdias participou, talvez um ano antes da sua passagem. Foi isso?

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Eu acho que foi a primeira das marchas.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI – Mas era uma em que dois jovens, Humberto Adami e eu, queríamos fugir da chuva porque chovia torrencialmente e, quando nós vimos Abdias impávido, inamovível – claro, com Elisa como sua apoiadora...

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – De cadeira de rodas.

O SR. IRADJ ROBERTO EGHRARI – ... de cadeira de rodas, debaixo d'água, eu me senti tão pequeno. Eu olhei para a cara do Humberto – Humberto me puxando tipo "vamos indo", eu o puxando "vem para cá" –, e nós dois ficamos. Temos fotos lá.

E, para mim, o símbolo do compromisso de Abdias com causas nasce, Cida, nessa história, que eu também tive a oportunidade de ouvir da própria expressão de Abdias, como você teve; a essas causas que Abdias se dedicava. Podia fazer chuva, fazer sol. Eu vi Abdias em vários momentos em que ele se encontrava com a saúde debilitada, mas estava lá, firme, inamovível, participando de tudo aquilo para o qual ele era convocado e quando então convidado como cidadão a estar presente à caminhada pela igualdade religiosa, promovida no Rio de Janeiro, que é uma das ações – então, voltando agora por que eu estou aqui – da CCIR (Comissão de Combate à Intolerância Religiosa).

Comissão essa que se inicia com o grande movimento das religiões de matriz africana no Rio de Janeiro, Comissão essa hoje coordenada pelo Babalorixá Ivanir dos Santos, Comissão essa que hoje integra as mais diferentes religiões, e eu faço questão de dizer isso porque é muito fácil as religiões que têm uma abertura para o diferente estarem juntas. Então, é muito fácil a Comunidade Bahá'i está lá, é muito fácil os judeus estarem lá, é muito fácil muçulmanos estarem lá porque têm essa tendência à abertura, mas não é muito fácil evangélicos neopentecostais estarem lá, e isso é o que a Comissão conseguiu alcançar, e isso – eu diria – talvez um dos grandes projetos de nação que Abdias trouxe a todos nós que era ver esse momento de integração acontecer.

É muito fácil qualquer um de nós subirmos no carro de som, usarmos a palavra, é muito fácil Parlamentares estarem lá presentes, mas, o dia em que nós vimos naquele carro de som um pastor evangélico neopentecostal fazendo uso da palavra, eu pensei comigo mesmo: "Olha, abriu-se uma possibilidade." Claro, duramente criticado por seus pares; claro, duramente questionado, mas eu acho que é isto o papel de uma Comissão de Combate à Intolerância Religiosa: ver onde há intolerância religiosa e ver como é que nós podemos nos unir, como é que nós podemos ver que, apesar de chamarmos por nomes diferentes, é o mesmo Criador, é a mesma essência que nós buscamos encontrar enquanto nossa dimensão religiosa.

Então, Senador, agradeço a oportunidade da CCIR. Elisa, agradeço a oportunidade de você dar espaço para que a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa pudesse fazer uso da palavra, pudesse fazer a sua saudação a Abdias, e uma saudação que tem concretude porque Abdias era alguém que foi símbolo também da caminhada puxada pela CCIR e alguém que sempre teve forte em seu coração a busca disso.

E eu termino aqui só com uma observação que Abdias uma vez me fez, que foi uma palavra de gratidão, e eu disse a ele: "Não tem por que agradecer." Ele falou: "Não, obrigado. Obrigado por estar nos apoiando. Obrigado por estarmos juntos." Eu acho que é este momento de gratidão que nos dá o combustível e eu tenho certeza de que Abdias agora nos acompanha nesta sessão solene em sua dimensão maior e talvez esteja mais uma vez dando a sua palavra de gratidão a todos nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Iradj Eghrari.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Eu só queria pedir para o Iradj que, antes de se retirar – eu sei que tem que se retirar –, não se esqueça de levar seu exemplar do livro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E pode passar aqui que ela assina. Enquanto eu vou chamando outro, ela já vai assinando.

Agora, passo a palavra para o escritor nigeriano agraciado...

Primeiro, Anani?

Primeiro, então, Anani, Professor da Universidade dos Estados Unidos da América. Por favor, Professor da Universidade.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Desculpe. O Prof. Anani está esclarecendo que, de acordo com a tradição dele, ele não poderá falar antes do Prof. Soyinka.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Então, Prof. Soyinka, com a palavra, escritor nigeriano agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura e ativista político. (*Palmas.*)

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Senador, eu gostaria – e agora eu preciso do tradutor – de esclarecer a vocês que nós estamos diante não apenas do primeiro africano ao Prêmio Nobel da Literatura, mas de um ativista pelos direitos humanos e pelos africanos, professor universitário, que teve a grandeza de assumir um cargo insuspeito, que foi o de transporte público do governo nigeriano, porque ele não aguentava ficar na sala de aula aguardando os alunos chegarem e sabendo que eles estavam morrendo em acidentes de automóveis. Então, ele se dedicou a essa missão, esclarecendo que ele é mais do que nada uma força telúrica de Ogum encarnado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só para entenderem que a Drª Elisa vai ser a tradutora. Eles estão combinando o jogo ali.

O SR. WOLE SOYINKA (*Tradução simultânea*.) – Bom dia. Muito obrigado por este convite e por este evento. Para mim, estar presente em qualquer evento que diz respeito ao Abdias é uma obrigação familiar. É sempre bom nos associarmos com alguém que assume, nos seus ombros, o peso da comunidade, da sociedade e do mundo. Uns dois anos atrás, 2013, o Abdias carregou a carga inteira do Brasil sobre os seus ombros na Nigéria.

Nós convidamos o Brasil inteiro para um projeto que teria sido muito do coração do Abdias. O Brasil não se fez presente, não da forma que nós queríamos, não da forma que nós previámos e nem da forma que nós merecíamos, mas o Brasil esteve presente, porque o Abdias esteve presente lá.

No Festival de Herança Negra de Lagos, quando tive a honra de ter um papel importante na organização, nós mudamos o tema e nos concentramos num tema específico.

E esse conceito se intitulou O Negro no Azul Mediterrâneo.

O nosso objetivo era lembrar a nós e aos outros a enorme contribuição dos povos africanos, através do percurso mediterrâneo, na cultura e história das Américas e do mundo. Então, nós pegamos cada nação mediterrânea, uma por uma, a começar com a Itália, para mostrar como o restante do mundo se relaciona com a África, de forma tanto positiva como também negativa, através da história.

Eu mesmo vim ao Brasil e tenho certeza de que tenha me encontrado com vários amigos que estão aqui presentes. Nós queríamos explorar esse contato do mundo africano com o restante do mundo através da literatura, através da poesia, através da expressão plástica, de todas as maneiras possíveis.

Houve um momento em que estávamos aguardando a presença de 450 artistas e intelectuais brasileiros para participarem desse festival na Nigéria. Nós tivemos várias reuniões com Ministérios, com autoridades, com organizações diversas, cujos nomes não me lembro, e o número previsto foi caindo até que, no final, nos foram oferecidas quatro pessoas para irem ao Festival de Herança Negra de Lagos fazer oficinas de cinema. Então, eu disse: Não. Muito obrigado. Nós temos um, que é o Abdias Nascimento. E ele basta. (*Palmas.*)

Então, nós fizemos uma produção da sua peça Sortilégio, com a ajuda do Ipeafro. Pudemos fazer uma exposição das suas obras artísticas. Tivemos um colóquio onde discutimos as ideias dele. E nós tivemos a felicidade de constatar que um grupo de samba brasileiro estava lá de passagem e o convocamos para fazer parte desse festival. Tenho certeza de que foi o espírito do Abdias que estava funcionando naquele momento. Mas precisamos ter cuidado.

Precisamos ter cuidado porque nós sabemos que as forças da intolerância, do preconceito, da discriminação, que são o oposto daquilo que o Abdias representou e lutou, estão vivas e estão presentes no continente africano.

Todos os valores que deram dimensão para o passado e para frente no trabalho na obra do Abdias estão ameaçados.

As hordas da barbárie estão presentes e estão atacando os valores que nós temos como caros e que quisemos construir com a nossa liberdade. O mundo dos orixás, por exemplo, está ameaçado. Existe uma nova onda de donos de escravos. Não há outra forma de expressá-lo. Debaixo de uma máscara de religiosidade, de certeza moral, de moralismo, enfim, religioso, destruiriam esta reunião aqui por ter tido a ousadia de mencionar e celebrar os referenciais que nós ouvimos.

Em certos lugares no país, só pelo fato de você ter em sua casa uma estátua de Ogum, Oxum ou Xangô, você pode ser trucidado e ver a sua família trucidada.

Eu me pergunto o que o Abdias pensaria sobre as coisas que estão acontecendo em algumas partes do continente africano hoje. Em Mali, no norte da Nigéria, na Somália, essas hordas da barbárie atacam aquilo em que nós acreditamos e que nos dá a nossa força de criatividade.

Agora, é incrível que, hoje, no início deste novo milênio, nós temos um movimento na direção da reescravização não apenas de um povo específico, mas da humanidade. Vocês conhecem os nomes deles. Em alguns lugares, são chamados de ISIS; em outros lugares, Al-Shabaab; e, na Nigéria, Boko Haram.

São eles que sequestraram, há mais de um ano, mais de 270 alunas e alunos de escola. E eu tenho vergonha de dizer que até hoje não sabemos onde estão essas crianças. Quando essas hordas letais chegaram a Mali, o primeiro ato deles foi destruir o grande legado que existe em Tombouctou, onde havia uma biblioteca enorme e muito importante e também as coleções que pertenciam a famílias e a grupos em Tombouctou.

Então, a obra, o trabalho do Abdias não terminou. Esse trabalho nunca termina mesmo, sempre continua em numerosos fóruns como este, continua em festivais como aquele que acabei de descrever: o Negro no Azul Mediterrâneo. Esse tipo de evento não prega o separatismo. Prega apenas a riqueza da diversidade. É tão simples quanto isso.

Então, a próxima vez, quando eu pedir para vocês me mandarem 400 pessoas, não me mandem 4; me mandem 4 mil. (*Palmas.*)

Não vão jogar bola numa Copa do Mundo em vez de ir à Nigéria. Eu sei que é por isso que vocês reduziram esse número, porque vocês estão ocupados com o futebol. Mas o Abdias tem uma cabeça forte. Por isso, vocês perderam. (*Risos.*)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esse foi o Wole Soyinka, escritor nigeriano, agraciado com o Prêmio Nobel de Literatura, e ativista político. Nossos cumprimentos.

Eu agradeço muito à Elisa por tê-lo trazido aqui para dar esse belo depoimento.

Passamos a palavra, de imediato, ao Prof. Anani Dzidzienyo, da Universidade de Brown, nos Estados Unidos.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Eu estou sendo aqui convocada para tentar honrar a expressão dessas grandes figuras. Eu me sinto muito humilde diante dessa tarefa.

O Prof. Anani domina bem a Língua Portuguesa e vai se expressar em português até que se canse.

O SR. ANANI DZIDZIENYO – Bom dia, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Bom dia.

O SR. ANANI DZIDZIENYO – Eu fiquei muito, muito tocado quando o Presidente me chamou, porque, como expliquei para a Elisa, não era possível eu falar antes do grande homem Soyinka.

Então, saiu bem dessa maneira. Ele falou. Mas eu tenho grande tentação de fazer alguma coisa, mas não vou fazer, mas só para dizer: antigamente, na minha infância, tinha um parlamentar. Quando chegou para falar no parlamento, ele falou assim: "ah, tudo o que eu tenho que dizer...

(Soa a campainha.)

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora é que começou o seu tempo. Vai tranquilo.

O SR. ANANI DZIDZIENYO – Então, posso dizer o seguinte: o grande Wole Soyinka já falou tudo o que eu tinha que falar, mas isso não vai sair bem. Então, eu vou falar um pouco.

Eu gostaria de falar um pouco sobre Abdias e o futuro. Mas, para falar sobre o futuro, tem que voltar para trás na maneira que os ganenses chamam de *sankofa*. Você tem que olhar para trás para entender o presente e para contemplar o futuro. Então, cada vez que penso em Abdias, essas três dimensões aparecem na minha frente. Então, para mim, a vida, a obra, a herança do Abdias é um negócio triangular, porque, cada vez que eu me lembro de Abdias, ouvindo-o falando, lendo os seus escritos, discutindo com outras pessoas sobre a relevância de Abdias nas nossas vidas, nas nossas políticas, essas três dimensões sempre saem à frente de mim.

Até este encontro hoje em dia aqui no Senado é muito interessante, quase contraditório, historicamente falando, porque, uns anos atrás, me lembro muito bem de que era quase impossível imaginar este acontecimento aqui no Senado, porque, nessa época, o nome de Abdias, a fama de Abdias não foi de uma maneira que o Senado brasileiro vai dedicar um tempo para discutir. Por isso, eu gostaria de reconhecer esse trabalho que o Senador Paim e todos vocês fizeram. A Elisa também. Ela lembra muito bem, na década de 80, quando Abdias tentou trazer o Terceiro Congresso das Culturas Africanas para a América, para cá, foi um negócio muito complicado, porque, nessa época, o Itamaraty não aceitou a responsabilidade de mandar um pedido para a Unesco, mas ficar por aí.

Eu também estou muito contente que o Prof. Soyinka está aqui. Sabe por quê? Não só pelo Festival das Artes Negras na Nigéria, em 1977, mas, para mim, como africano, como uma pessoa que aprendeu a apreciar o nome e o trabalho dele, compartilhar uma mesa com ele, hoje em dia, é ganho para mim. Então, eu gostaria... (*Intervenção em língua estrangeira.*)

Agora, como é que podemos repensar a posição do Abdias no contexto, usando uma palavra que o próprio Soyinka criou anos atrás: mundo dos negros. Então, como vamos colocar Abdias dentro desse lugar? Eu acho que a gente tem que pensar em termos dos tecidos de Gana, tecidos da África: *adinkra* e *kente*. Cada um desses tecidos tem provérbios, essas coisas aqui, essa cultura. Você não pode explicar um provérbio para alguém, porque todo mundo tem que fazer interpretação dos provérbios.

Então, eu gostaria de fazer uma jogada com mais pessoas. Eu cito três, quatro provérbios, sabendo que ninguém vai ter a coragem de me perguntar como você vai explicar esse provérbio. Mas não vou fazer isso com vocês.

Mas, falando com Abdias cada vez, esses provérbios foi uma coisa que eu sabia que ele admirou muito, porque para eles os provérbios não só de Gana, mas da Nigéria e de todos os países africanos, são um símbolo, sabedoria africana, com as consequências desses símbolos, o sentido para o povo na diáspora.

Uma das coisas que foi, como se diz, um marco de Abdias é o pensamento de que sempre foi necessário: local, nacional, regional e, finalmente, global. Então, ele sempre enfatizou o fato de que o Brasil, especialmente as relações brasileiras não eram, digamos, um padrão único. Foi necessário inserir essas coisas dentro de um contexto universal. E, nessa época, quando ele tinha coragem de falar assim, não foi muito apreciado. Hoje em dia, é mais fácil. Todo mundo fala sobre Abdias, o que Abdias fez, mas eu me lembro bem...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANANI DZIDZIENYO – Quase.

Eu me lembro bem, na década de 40, 50, 60, daquele encontro no Riverside Church, em 1979, com Abdias, com Lélia Gonzalez, com Leonel Brizola e Theotonio dos Santos. Hoje em dia, parece com um sonho, muitos anos atrás, porque foi antes da fundação do PDT.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Só para vocês saberem, a igreja Riverside Church, em Nova York, é um marco, um lugar onde as vozes dos direitos humanos de várias partes do mundo eram ouvidas. Esse era o período da ditadura militar. E o Abdias, com os outros que Anani citou, estiveram num grande encontro lá.

O SR. ANANI DZIDZIENYO – O.k.

Então, eu falei sobre tecidos, porque tecido para mim significa paciência, sabedoria e necessidade de trabalho. Além de tecidos, temos também escultura. Então, penso no Abdias como duas cadeiras, uma escultura: uma sempre fazendo *sankofa* para trás; e a outra sempre olhando para o futuro. Mas não é um futuro simples. É um futuro complicado, porque acho que o pensamento de Abdias tinha essa vontade de ser de uma maneira simples, mas também muito complicada. Então, para mim, um ganense, eu gosto muito, porque sempre me lembro desses provérbios que eu falei.

Então, a singularidade do Abdias para mim – e acho que para muitas pessoas que acompanham o trabalho –, eu acho que ele foi não só o primeiro, mas, talvez, o mais importante não afro-brasileiro, mas brasileiro, da ênfase sobre o Brasil dentro do contexto internacional, especialmente falando sobre relações raciais. Ele reconheceu muito sério o que, infelizmente, tinha um padrão de negação do Brasil dentro desse negócio de relações raciais. Então, acho que ele abriu as portas. Hoje em dia, o nosso Presidente, Paim, e outras pessoas estão caminhando atrás dessas portas.

Então, para mim, não tem muita coisa nova hoje em dia. Isso vai sair depois.

Eu gostaria de agradecer à Elisa por esse trabalho, porque não é um trabalho fácil, porque você viveu com o Abdias tantos anos. Então, para escrever sobre ele, foi difícil, mas, de qualquer maneira, saiu bem. Eu gostaria também de agradecer ao Presidente Paim e ao Senado, porque para mim, digamos, é demonstração de maturidade quando o Senado brasileiro lançou um livro sobre Abdias, escrito pela Elisa. E o Senador Paim, um afro-gaúcho, do Rio Grande do Sul, está aqui agora. (*Palmas.*)

(Risos.)

Eu posso imaginar Abdias lá, como dizemos na nossa terra, do outro lado. Essas pessoas... Veja só, mas como ele sempre falou...

Então, eu gostaria de parabenizar todos vocês que estão aqui presentes hoje. Desculpem o meu português nada certinho, mas, pelo menos, eu estou muito contente de ter a oportunidade de compartilhar esta Mesa com todos os nossos convidados, com vocês. Eu vejo amigos de muitos anos. E só para encher um pouco o Carlos aqui... Não me lembro... Carlos, você lembra aqueles anos quando fui para Cabo Verde? É. Ficamos lá discutindo relações raciais no contexto internacional Brasil-Cabo Verde.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANANI DZIDZIENYO – É. *O.k.* Muito bom.

Então, eu acho que a luta – não vou dizer que a luta continua, porque é simples demais – persiste, a luta está aqui. E nós temos a responsabilidade de lembrar tudo o que Abdias tentou fazer. Foi ele que abriu espaço para os afro-brasileiros e brasileiros num contexto onde o Brasil não tinha a vontade, mas o Brasil foi obrigado a enfrentar as realidades, como nós africanos, por exemplo, percebemos do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Pois não, Elisa.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – É o seguinte: agradecendo a palavra de Anani Dzidzienyo, eu gostaria de lembrar duas figuras – Vishnu Vishnu Wasiamal, que foi o Embaixador de Gana aqui no Brasil e muito fez por essas relações, e, sobretudo, o Prof. Soyinka – em memória ao nosso Kofi Awoonor, vítima das hordas da barbárie no ataque lá no Quênia, poeta, romancista, intelectual africano e artista africano da primeira ordem, que foi Embaixador de Gana aqui no Brasil, nas Nações Unidas e em Cuba e que, infelizmente, caiu, vítima dessas hordas.

Nisso também, convidar o nosso Presidente, Senador Paim, para agradecer a presença da Embaixada da Nigéria, na pessoa do Dr. Francis Odey, que está representando a Nigéria aqui hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem! Muito bem, Prof. Anani Dzidzienyo, que falou um português aqui que deixou alguns brasileiros querendo imitá-lo, porque é um português quase perfeito. Meus cumprimentos.

Eu queria, neste momento, dizer que vamos mudar de Mesa. Então, os meus convidados – você e a Elisa ficam – retornam para o plenário. Vamos para a segunda Mesa. Por favor.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Se alguém precisar sair em algum momento, por favor, os livros estão aí. Gostaria que o Ministro e as outras pessoas da Mesa que não têm o livro ainda o pegassem.

Também gostaria de aproveitar a deixa do Anani sobre o *sankofa* para dizer que está à disposição ali, na mesa, uma coleção de livros *sankofa* sobre a matriz africana da história e cultura no Brasil, que o Ipeafro oferece com desconto em relação ao preço da editora, conforme está avisado ali.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – A Presidente da Fundação Palmares vai ter que sair, mas ela lembra que o Congresso de Capoeira será nos dias...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ...27 e 28 de novembro, na Bahia.

Eu convido para a mesa o Deputado Federal Jean Wyllys, por favor, membro da Comissão Mista de Inquérito de Violência contra Jovens Negros e Pobres; Ivanir dos Santos, que fala aqui pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa – o Ivanir já chegou? –; Frei David dos Santos, Diretor da Educafro; Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Brasil (Conselho Federal da OAB) – seja bem-vindo, Humberto Adami!; Mário Theodoro, Coordenador da Iniciativa Legislativa Popular pela Criação do Fundo da Igualdade Racial; e José Vicente, Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares.

Uma salva de palmas a toda a Mesa, que passa a fazer uso da palavra. (*Palmas.*)

Como eu havia dito na abertura, Deputado e Senador falam no momento em que entenderem mais adequado.

Como o Ivanir dos Santos não se encontra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, de imediato, passamos a palavra ao Frei David dos Santos, Diretor-Executivo de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro).

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Eu pedi ao Senador a oportunidade de me colocar neste momento, porque há o eslaide que está sendo providenciado. No entanto, há um fator que estourou agora. Eu quero partilhar com o meu irmão do Itamaraty, que está aí, o Embaixador Pessoa, bem como a Seppir e a Fundação Palmares. A Fundação Palmares está aí ou já saiu? Então, antes de entrar no eslaide, eu quero partilhar, porque acabou de estourar um problema.

Eu fui chamado agora para dar uma entrevista inesperada ao jornal *O Globo*. O que aconteceu? O Itamaraty terminou de anunciar o seu programa de cotas. Ou seja, houve o concurso, e saiu o resultado. E, para a nossa dura angústia, o Abramovic, aquele branco, de olhos verdes claros, que se declarou negro no concurso passado, acabou de passar mais uma vez no concurso do Itamaraty. Isso é inaceitável! Isso é inaceitável! Para nós, isso é uma ofensa para o povo negro. E o mais grave: ele só passou porque se inscreveu na cota de negro. A nota dele, mais uma vez, não passaria se fosse na concorrência ampla.

Portanto, estamos com um problema bastante delicado. Nós percebemos no Brasil o direito administrativo conspirar contra o direito constitucional. O STF já definiu que as cotas são constitucionais para negros. O STF definiu que a autodeclaração é constitucional, mas também definiu que ter averiguação após a autodeclaração é constitucional. Portanto, tenho certeza de que, se o nosso irmão Abdias, que estamos homenageando, estivesse aqui, ele iria roubar um tempo da explanação, que é um pouco da história da relação entre Educafro e Abdias, para trazer à tona essa dor, que, com certeza, angustia Abdias, onde ele estiver.

Eu, então, faço um apelo ao meu irmão Embaixador Pessoa, para que leve para o Itamaraty e para o Ministério das Relações Exteriores essa nossa angústia. Nós, comunidade negra, entramos na Procuradoria-Geral

da República contra o Ministério das Relações Exteriores, apesar de ser um de nossos grandes amigos. Foi o primeiro órgão do Brasil a acolher a demanda da comunidade negra, mas, no entanto, há um conflito. O Itamaraty respeita, inconscientemente ou conscientemente, mais o Direito Administrativo que o Direito Constitucional.

Ora, realmente, tivemos três reuniões, com 50 militantes da Educafro, no Instituto Rio Branco, com o Embaixador Diretor do Instituto Rio Branco, colocando para ele a nossa angústia de querer ver mudar essa situação. E ele falou: "Frei David, o problema não é nosso. O problema é de vocês, que, junto com o Governo, Deputados e Senadores, fizeram uma lei que deixa muitas brechas Então, Frei, a lei é explícita, autodeclaração. Ora, em nenhuma lei manda ter comissão. Então, Frei, cabe a vocês, Movimento Negro, entrar na Justiça contra cada branco que está fraudando as cotas".

Eu disse: "Meu irmão, por favor, o senhor tem a razão parcial, mas jogar para a sociedade civil a missão de averiguar os concursos públicos é injustiça. Não temos estrutura para isso. Não temos".

Portanto, eu faço um apelo, então, ao meu irmão para que leve lá, para o Ministério das Relações Exteriores e Procuradoria-Geral da República para que atenda à comunidade negra e entenda que é impossível acolher só pela metade a lei. Se a lei não está completa como queremos... Alguns de nos defendem a tese de que a Lei das Cotas em concurso público exige uma regulamentação, outros membros do Governo falam que não precisa, porque ela é autoaplicável, o fato é o seguinte: pelo menos uma norma orientativa precisa sair com urgência.

E, aí, Senador Paim, por que eu estou angustiado, falando isso com tanta emoção? Pelo seguinte: em Minas Gerais, houve um concurso público federal e cota para negro aplicada. Os negros, então, aprovados abandonaram Senador, o seu emprego e assumiram o novo emprego. Meses depois, eles são tirados do seu emprego novo pelo juiz, porque brancos entraram na Justiça contra as cotas e o juiz deu razão para eles. Tiraram do emprego – tiraram do emprego.

Então, o jovem, negro, as pessoas negras que tinham seus empregos tranquilos, fizeram um novo concurso, passaram, assumiram o concurso e, no entanto, foram tirados pelo juiz. Por quê? Porque o juiz está interpretando do seu jeito a Lei de Cotas, que é uma lei que tem muitas, muitas brechas. Falando abertamente, é isso aí.

Senador Paim, para ampliar a nossa angústia, o Instituto Federal de Educação lá, de Pernambuco, se eu não me engano, não tenho certeza de qual foi o Estado, tinha 210 vagas para concurso público. O Instituto sabia que a lei explica o seguinte: só é necessário adotar cota para negro se houver três vagas em disputa.

O Instituto tinha 210 vagas em disputa. Maldosamente, a visão do administrador, que não nos entende – nós, negros – pegou essas vagas e fracionou em vários concursos, para não permitir entrar negros, Senador Paim. Isso é maldade. Não pode acontecer uma coisa dessas.

E o Governo Federal e seus vários órgãos fiscalizadores não podem permitir isso.

Para nossa sorte, a comunidade negra entrou na Justiça e o juiz, de sã consciência, anulou o concurso. Mas não para por aí não.

Na Polícia Federal, concurso público muito concorrido, o volume de brancos que passaram no concurso federal, brancos, declarando-se negros, foi grande. Contra alguns deles, entrou-se na Justiça, mas o juiz deu a eles o direito de voltar para o cargo no concurso federal da Polícia Federal.

Ampliando, ainda, o problema, para nossa dor, da comunidade negra, que está acompanhando a TV Senado, a Rádio Senado, e demais participantes aqui, ao vivo, o Exército e a Aeronáutica se sentiram fora do Brasil e falaram: "Em meus concursos, não admito cota para negro".

Ora, portanto, este Senado, este Congresso precisa ajudar ao Exército e à Marinha.

Então, eu peço ao Senador Paim que faça uma audiência pública, urgente, emergencial, chamando Exército, Marinha, Itamaraty, Instituto Federal de Educação, a sua articulação nacional, porque estão burlando a Lei de Cotas, Senador. Isso é muito sério, muito complicado.

Portanto, Senador Paim, eu tenho certeza de que nosso irmão, Senador Abdias, onde ele estiver, quer ver o povo negro vencer. Portanto, trazer à tona esse drama que agora está na página do Jornal *O Globo* – acabaram de me entrevistar para a página do Jornal *O Globo* – agora deve, portanto, ser a nossa grande maneira de homenagear o nosso querido Senador Abdias do Nascimento.

Então, peço ao meu irmão da Seppir, peço ao Ministério do Planejamento que, por favor, agilizem, soltem uma portaria normativa, orientativa para os vários órgãos públicos federais não ficarem perdidos. Segundo eles, eles estão perdidos.

E, aí, tivemos agora, sexta-feira passada, lá no Rio de Janeiro, um seminário. Quem organizou o seminário foi, para nossa alegria, o corpo de Direito da PUC-Rio, que foi a primeira universidade a lutar pela inclusão do negro – não foi uma pública, foi uma particular, foi a PUC-Rio – e o corpo de Direito fez esse seminário. O título era: Criminalização da Falsidade Ideológica nas Ações Afirmativas. Criminalização.

A conclusão do seminário foi fantástica. Todos os presentes do movimento social e do movimento jurista foram explícitos: no Brasil, Senador, há uma conspiração grave do Direito Administrativo contra o Direito

Constitucional. Ora, até há uma frase de cujo autor não vou me lembrar agora, que diz: "o Direito Constitucional passa, o Direito Administrativo continua, fazendo grandes estragos."

Portanto, lá no seminário, concluiu-se o seguinte: está, no Brasil, transcorrendo uma forte conspiração contra a comunidade negra. Está, no Brasil, no exato momento, havendo uma forte conspiração contra a comunidade negra, gerada pelo Direito Administrativo. O Direito Administrativo não aceita o Direito Constitucional. O STF disse que são constitucionais as cotas para negros. O STF disse que é constitucional a autodeclaração. O STF disse que é constitucional ter comissão para averiguar a autodeclaração.

No entanto, a Lei de Cotas do Governo Federal fala das cotas para negros, fala da autodeclaração, mas não fala da comissão. Ora, não falar da comissão não dá aos administradores do Brasil direito de fazerem o que quiserem. Têm que respeitar.

Se alguém se inscreve em um concurso apresentando documento falso de curso superior, tenho certeza de que os administradores, inspirados pelo Direito Administrativo, vão tirar do concurso aquela pessoa que apresentou documento falso de ensino superior.

Por que não ter a mesma rigidez com aqueles que usam da autodeclaração para falsear um direito do povo negro e tirar de nós o direito ao empoderamento?

Senador Paim, com muita dor, partilho com o senhor e demais ouvintes da Rádio e telespectadores da TV, outra notícia desagradável que já citei em outro momento, que é a seguinte: nós, negros, e eu fui um deles, fomos radicais defensores da autodeclaração para concurso público, para vagas nas universidades. No entanto, nós percebemos hoje que, infelizmente, demos um tiro no pé.

Não foi maldade nossa. Nós queríamos, com a autodeclaração, Senador Paim, trazer a motivação ao povo negro, para se assumir como povo negro, porque, até então, pesquisas diziam que, de cada 100 negros brasileiros, afrodescendentes, mais de 70 tinham vergonha de serem negros.

Então, haver a autodeclaração, era uma maneira de impulsionar o meu povo negro – e que ninguém saiba por aí não, hein? Eu fui um deles, até os 21 anos, eu não me assumi como negro. Para mim, eu era um branco queimando do sol e acabou –, e motivar o povo negro a assumir sua negritude.

No entanto, está acontecendo isso? Está acontecendo, graças a Deus, mas só que cresceu, de maneira muito assustadora, outro lado: brancos que apenas têm uma genotipia de terceira, quarta ou quinta geração, se declarando negro, a partir da genotipia.

E nós do Movimento Negro entendemos que as cotas não estão aqui porque você tem genotipia negra. As cotas foram trabalhadas para quem tem fenotipia negra.

Então, este conflito entre genotipia e fenotipia precisa ser trabalhado com bastante ênfase pelos Governos Federal, estaduais, municipais, porque esse problema está nos quatro cantos do Brasil, e, aí, eu estava dizendo que a Prefeitura de São Paulo fez um concurso para Procurador do Município, com salário altíssimo, quase 20 mil por mês, 14 vagas para negros.

O concurso terminou; 38 negros aprovados. Felizes todos nós, fizemos uma festa na Educafro para celebrar 38 negros aprovados. Durante a festa, alguém falou: "Frei, que tal averiguarmos, desses 38, se há algum fraudador?" Eu disse: "Não, o que é isso? Não pode ser". Mas insistiram e fomos buscar a foto deles.

Entramos no *site* da Prefeitura, não havia foto.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Então, nos dividimos em 14 pessoas e cada um foi procurar o nome dos 14 primeiros classificados. Esquecemos os 38, pegamos só os 14 primeiros classificados para concurso de negro na Prefeitura.

Pergunto a vocês: dos 14 classificados no concurso para negros, quantos eram brancos?

Doze brancos.

Ou seja, as cotas estão sendo corroídas por pessoas sem ética.

Então, para concluir, eu só peço para passar uns cinco eslaides à frente; eu vou pular, então, alguns eslaides.

Pode passar também.

Pode passar.

Pode passar, por favor.

Mas lembrando a vocês que esses eslaides vão ficar disponíveis no *site* do Senado para quem quiser, depois, trabalhar esse material.

Algumas fotos do Senador, na luta da Educafro.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Pode passar.

Pode passar.

Pode passar.

O.k. Volta um pouquinho, por favor.

Volta o anterior.

Não, em seguida.

Segue mais à frente.

Mais à frente, por favor.

Aí. Obrigado.

Grande líder que nasceu para lutar, viveu pelos ideais de uma sociedade etnicamente plural.

Aí está, foi uma das últimas manifestações em ambientes públicos, em passeatas e protestos do Senador junto com a Educafro. E esse caso aí foi quando nós estávamos lutando para que a Universidade Federal do Rio de Janeiro adotasse cota para negro.

Então, nós demos um abraço no prédio do IFCS, exigindo que a Federal saísse da omissão e abraçasse a causa. E o Senador, de cadeira de rodas, foi para lá, lutar, junto conosco, pelo que merece uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Só dois outros.

Pode passar, rapidinho. O.k.

Passando.

O.k.

Portanto, quem quiser os eslaides pode depois pegar aqui, na mesa, que estão disponíveis. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Esse foi o Frei David dos Santos, Diretor Executivo da Educafro, que fez um esforço enorme para ficar no tempo aí, porque, normalmente, o Frei David fala, quando dão 10, ele fala 20, e, nessa, falou 12 minutos. Ficou bem. Ficou bem. Uma salva de palmas. Foi campeão hoje, aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, do Conselho Federal da OAB.

O grande Humberto Adami, que tem nos ajudado muito sempre que recorremos a ele.

O SR. HUMBERTO ADAMI – Senador, satisfação imensa de estar aqui, nesse momento, representando o Conselho Federal da OAB. Um abraço do Presidente do Conselho Federal da OAB.

Estou fazendo esse trabalho da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Brasil, no Conselho Federal, ao mesmo tempo, trazendo a satisfação, a alegria de estar aqui nessa celebração de toda a vida de Abdias, que permanece até hoje.

Nessa primeira Mesa, se falou muito da história e dos momentos de Abdias, e eu estava ali, conversando com o Carlos Moura, teve uma sessão no Instituto dos Advogados, há muitos anos, e, só para ler o currículo do Abdias, a sessão levou duas horas, só lendo o que Abdias tinha feito na vida, e a gente descobriu muita coisa.

Eu conheci o Abdias – eu, como advogado – e a Elisa Larkin, e, das várias iniciativas jurídicas que nós conseguimos produzir na advocacia, a primeira procuração que chegava sempre era do Ipeafro, com Elisa Larkin e com Abdias Nascimento.

Era a primeira a chegar, "Olha, nós vamos entrar contra alguém lá, para fazer alguma coisa", desse monte de coisas que o Frei David aí mencionou, que a gente sempre usou no Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, o Iara, entrando em juízo e reclamando em juízo, porque é a forma jurídica, e a primeira procuração que chegava era do Abdias Nascimento, e, com a sua autoridade, com o seu prestígio, e ele dizia uma coisa importante – não é, Elisa? Ele dizia: "É preciso apoiar quem está fazendo alguma coisa". De toda essa celeuma que ocorre sempre no Movimento Negro sobre que caminho tomar, sempre com muita disputa, com muita discussão, o Abdias sempre vinha com o Ipeafro.

Assim foi quando fizemos representações à Procuradoria-Geral da República para questionar o descumprimento da Lei da História da África e Cultura Afro-brasileira e Indígena, a apelidada Lei nº 10.639, que geraram quase 5,4 mil inquéritos civis públicos em todo o País, cada um por Município, questionando diretoras de escolas públicas e privadas por que não implementavam a Lei de História da África e Cultura Afro-brasileira. Isso era 2005. Hoje, mudou um pouco, mas ainda estamos num cenário bastante semelhante, em que há muita intolerância religiosa, intolerância, inclusive, de ordem jurídica.

O Frei David falava da criminalização na questão da autodeclaração, e eu proponho, Senador Paim, que seja revista também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, porque a criminalização do descumprimento da Lei de História da África e Cultura Afro-brasileira, quanto à previsão dela, é de difícil execução.

Há uma lei, lá de 1950, que é de crime de responsabilidade para quem resolve não cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação quando determina estudos obrigatórios da cultura afro-brasileira e da África, e isso me parece que é impossível você descumprir. Há penalidades, mas que acabam no campo da expectativa.

Eu, como Presidente do Instituto de Advocacia Racial e Ambiental, o Iara, tive oportunidade de, por duas vezes, indicar Abdias Nascimento como Prêmio Nobel da Paz. Isso se desenvolveu numa grande marcha também, junto com a sociedade civil, o movimento negro, muitos órgãos, Ministérios também encaminharam lá, as suas recomendações e indicações. O primeiro foi o então Ministro da Justiça, o finado Thomaz Bastos, também encaminhou para lá, mas nós não tivemos essa oportunidade de ver, mas foi uma grande campanha.

Depois, Abdias conseguiu ser, mesmo com toda a sua longevidade, conseguiu ser a língua mais afiada do Movimento Negro brasileiro, até o final da sua vida. Ele conseguiu ser definitivo, radical até o seu final de vida e dizer, quando você dizia: "Ah, mas isso é um problema... é uma...". "Não, o nome disso é racismo ".

E eu gostei muito e incorporei, como muitos outros, mais novos, incorporamos essa identificação do racismo por trás de muitas dessas coisas que o Frei David acabou de mencionar aí, em relação a todo o aparelho de Estado brasileiro, mas que, na verdade, o que ser revela, Frei, é o racismo institucional brasileiro, sabotando as ações afirmativas, sabotando as iniciativas, ainda que de uma forma mais devagar do que nós gostaríamos que fosse.

Quer dizer, há o campo do Legislativo, há o campo do Judiciário, há o campo do Executivo, mas na verdade, a gestão da implementação da ação afirmativa cai para uma sabotagem, um boicote permanente, que, na verdade, revela o racismo... (*Palmas.*)

O SR. HUMBERTO ADAMI – ... com o que não poderíamos lembrar melhor de Abdias e o trabalho também dessa grande personagem da história brasileira que é Elisa Larkin Nascimento, que nunca poderia ser mais brasileira do que ela é, com todo o trabalho que ela tem em prol das comunidades afro-brasileiras, do que fazer essa identificação do racismo.

E é preciso que a gente parta para a identificação desses agentes do Estado que sabotam e boicotam todas as forças de integração. É preciso personalizar, identificar e pessoalizar quem são esses agentes do Estado que estão permanentemente boicotando, e levar, se não for suficiente levar ao âmbito do Judiciário e o Judiciário brasileiro, inclusive, penalizando, não for suficiente, levar às Cortes da OEA.

Nós tivemos aí casos importantes, como o caso da Simone Diniz, em que a Corte da OEA condenou o Estado brasileiro e o Estado de São Paulo pelo caso da Simone Diniz, mas não identificou os personagens que agiram ilicitamente para aquele resultado.

Então, é preciso, já que se falou também, tinha um representante do Estado brasileiro aqui, a ratificação completa dos tratados internacionais, porque o Brasil não subscreve, até hoje ele excepciona, na medida em que fez essas exceções lá, e é preciso.

Tivemos, ainda, participei com o Frei David também, no sábado, do Festival Internacional da Capoeira e os 60 anos de Mestre Camisa, com a Capoeira Abadá lá, no Rio de Janeiro, no Cais do Valongo, e nós perdemos, Frei, ontem, o cortejo de Mil Capoeiras, no Cais do Valongo, e ficamos lá de meio-dia à meia-noite, praticamente, assistindo ao Festival Internacional, em que a capoeira conseguiu ir, tinha capoeirista russo, capoeirista alemão, capoeirista do Cazaquistão, e mais de mil capoeiras reunidos nesse prédio da Cidadania ali, em frente ao Cais do Valongo, que foi idealizado e construído por André Rebouças.

E a minha sugestão é que, se for falar de capoeira, Senador, que não se deixe de convidar o Mestre Camisa, da Capoeira Abadá, para ele vir fazer as suas considerações, avisando que o Instituto de Advocacia Racial vai entrar em juízo também para que a capoeira seja apresentada nas Olimpíadas como esporte de exibição, porque, até agora, a gente não viu, de novo, aquele espetáculo que tivemos na Copa do Mundo, apesar de que os negros brasileiros e os negros do mundo não fizeram parte da Copa do Mundo. Inclusive, nas coberturas televisivas, nem a torcida do Senegal aparecia lá, com mulheres negras. Foi uma verdadeira exclusão, falando em visibilidade.

Queria, também, não deixar de mencionar a importância da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, que foi criada pelo Conselho Federal, a partir de uma proposta da 22ª Conferência Nacional do Advogado lá, no Rio, em outubro. O Conselho Federal imediatamente acolheu, criou, modificando o seu Regimento no sentido de resgatar a memória da escravidão do negro...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO ADAMI – ... e, só para encerrar, Senador, buscar essa memória da escravidão do negro como forma de combater o racismo do cotidiano, mas uma parcela da população não entende por que você tem que ter ação afirmativa para negro. E é preciso buscar a história que foi apagada da história oficial do Brasil. Não é um problema dos negros. Isso é um problema do Brasil, é um problema da sociedade brasileira, que tem que refundar a sua República e tem que buscar a participação da população afrodescendente.

Não deixar de mencionar também a questão quilombola, que está travada na atual Administração Pública Federal, em que apenas 200 quilombos foram reconhecidos. O Presidente da Confederação Quilombola, o Ventura, José Carlos Ventura, tem dito: são cinco mil comunidades, Senador Paim, para serem tituladas e já reconhecidas.

Nos últimos 12 anos, conseguiu-se titular perto de 200. Quanto tempo vai demorar para titular as demais comunidades quilombolas?

E lembrar, ainda, por fim, que a obra de Abdias permanece, como foi dito aqui pelo Prêmio Nobel da Paz, Soyinka; ela não acabou, ela continua, e nós todos somos os continuadores da obra de Abdias Nascimento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem, Humberto Adami, que falou pela Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil, representando aqui a OAB.

Já pedi à Secretaria que anote o nome do mestre que você indicou. E, ao mesmo tempo, Frei David, quanto à audiência solicitada por V. Sª sobre essa malandragem feita nos concursos, também vamos providenciar para realizá-la.

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS (*Fora do microfone.*) – Excelente. Excelente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas vamos, antes de o senhor ir embora, marcar a data já, aqui, com a Comissão.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, Elisa.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Eu estou incomodada aqui, porque nós temos uma Mesa, eu sou a única mulher e não sou mulher negra. Então, eu quero saber onde está a representante do Comitê Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras. Está prevista essa presença desde o início da organização do evento, e, eu acabei de perguntar aqui para a Comissão de Direitos Humanos, parece que não há um nome indicado, mas a presença foi confirmada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estão propondo o nome da Graça, mas não sei.

Para mim, qualquer nome que vier vem bem.

A Secretária do DF também está aqui. (*Pausa.*)

O Jean Wyllys pede que a Secretária do DF venha para a Mesa.

Está convocada.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pronto! (*Palmas.*)

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Isso lembra um momento, lá atrás, quando, recém-chegado do exterior, o movimento feminista fazia um tribunal, o Tribunal Bertha Lutz, que homenageava os feministas, e o Abdias foi convidado para a Mesa e, quando chegou à Mesa, ele disse: "Eu estou aqui como cavalo, que estou recebendo, as mulheres negras estão presentes aqui na Mesa, na minha pessoa".

Então, eu quero agradecer à Secretária, a Secretária Marise, muito obrigada pela sua presença aqui. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Ivanir chegou. O Ivanir já está conosco também. Nós vamos acertar aqui, na Mesa, virá, em seguida, aqui, para fazer uso da palavra também.

Enquanto isso, fala, agora, o Deputado Federal Jean Wyllys, membro da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em relação à violência contra jovens, negros e pobres.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Obrigado, Presidente Paim.

Bom dia a todas e todos vocês. Eu saúdo, nas figuras de Elisa Larkin e da Secretária Marise, todas as autoridades presentes, tanto as que estiveram aqui, antes, na Mesa, quanto as que estão na plateia.

Para mim, é uma honra fazer parte dessa audiência pública em homenagem a Abdias Nascimento.

Quero parabenizar demais Elisa, que é incansável no seu esforço de preservar a memória de Abdias Nascimento, e a gente sabe que sem memória não há identidade, nem individual, nem coletiva, e a identidade é a percepção de si. E, ao mesmo tempo, a memória não é evocada sem ritos.

Então, essa audiência aqui é fundamental, é um rito de evocação da memória de Abdias Nascimento.

Acho que é fundamental a gente mostrar para as novas gerações, e eu fico feliz de a escola, de ter alunos do ensino médio aqui presentes, mostrar às novas gerações a conexão entre o pouco que se conquistou em termos de cidadania e direitos para os afrodescendentes e o trabalho de Abdias Nascimento, porque, às vezes, essas coisas se perdem. Parece que os direitos caem do céu e não, na verdade, são conquistados e frutos de uma luta.

E, nesse sentido, Abdias Nascimento deu uma enorme contribuição, não só em termos legislativos, mas de pensamento, para o que a gente tem hoje. A gente pode dizer que essa CPI que investigou, porque ela já foi concluída, que investigou o que a gente chamou de genocídio da juventude negra e pobre no Brasil, essa CPI, de alguma maneira, é fruto do trabalho de Abdias Nascimento e de outros representantes das diferentes expressões do Movimento Negro no Brasil.

Essa CPI eu a considero a mais importante que aconteceu este ano, e olha que o ano nem terminou, e a gente não tem prevista uma CPI tão importante quanto essa. Entretanto, os meios de comunicação hegemônicos, digamos assim, o que a gente chama de grande mídia, deram pouca bola para essa CPI. E deram pouca bola por razões óbvias, a gente sabe disso.

Esse é um tema sobre o qual as pessoas não querem se debruçar. A gente nunca fez, de fato, um luto da escravidão de negros do Brasil e do legado da escravidão. Essa CPI, de alguma maneira, fez esse trabalho, mas a grande imprensa não deu a bola que ela merecia.

Entretanto, apesar de ter produzido resultados interessantes, um relatório consistente, que aponta para o genocídio da juventude negra e pobre brasileira, que ameaça o desenvolvimento sustentável do Brasil... E isso é fato, quer dizer, alguém falou aqui, na Mesa anterior, me parece que foi o Harvey que disse isso, que falou sobre o bônus demográfico, e de como esse bônus demográfico pode ser afetado por essa política de Estado, essa política de segurança que tem produzido um extermínio da juventude negra e pobre.

Então, essa CPI produziu resultados interessantes, consistentes em termos de dados, mas também de indicações legislativas e de políticas públicas para reverter isso. Porém, é importante dizer, e política é ser honesto e fazer discernimento, é também o momento de a gente lamentar como nós tivemos que abrir mão nesse relatório das referências a identidade de gênero e orientação sexual do povo negro.

Esses termos tiveram que ser excluídos do relatório, porque as forças políticas que são hegemônicas nessa Casa não querem tratar dessa outra questão, que também é um tabu, que é a homolesbotransfobia.

Então, a população negra, a juventude negra e pobre não existe na abstração. Ela existe na materialidade da sua classe social e na materialidade da sua identidade de gênero e da sua orientação sexual. O caso da Verônica Bolina, a transexual espancada por policiais em São Paulo e, depois, exposta nas redes sociais, uma travesti negra e pobre, é um exemplo de que a identidade de gênero pode vitimar, ainda mais, uma pessoa negra.

Então, eu lamento bastante que nós tenhamos que abrir mão, nós tivemos que abrir mão dessas referências no relatório da CPI da Juventude Negra e Pobre por causa dessas forças conservadoras. Essas são as mesmas forças, Frei David – cadê ele? –, que tentam sabotar as políticas afirmativas, porque é, de fato, uma sabotagem.

É se aproveitar de algo que, de fato, é controverso, quer dizer, é colocar quem é e quem não é negro no País, não utilizar o Movimento Negro sempre se afastou dos critérios biológicos para partir para uma afirmação de si, e hoje nós temos pessoas má-fé sabotando essa política, o que é lamentável.

E também, eu quero aproveitar aqui, para lembrar algo, Frei David, que é interessante. Antes mesmo de as políticas afirmativas serem implementadas no Brasil, graças, sobretudo, ao trabalho da Igreja Católica, e eu vim do movimento pastoral da Igreja Católica, eu fiz um movimento de afirmação de mim mesmo, aliás, eu e toda minha família, como um homem filho de homem e neto de um homem de pele preta. Então, eu e minha família fizemos muito cedo essa afirmação da nossa afrodescendência.

Entretanto, essa questão é tão problematizada aqui no nosso País, que, durante um debate público em torno da representação de mulheres negras numa série da *TV Globo*, em que eu fiz uma interpretação diferente da interpretação hegemônica da maioria dos setores do Movimento Negro brasileiro e, por ter me colocado contra a censura da série, eu fui automaticamente acusado de afro-conveniente e acusado de racista.

Então, também, a gente precisa saber que, do lado do Movimento Negro, há setores que também não primam pelo discernimento e que não sabem identificar os seus aliados e os seus inimigos. Eu lamento bastante isso. (*Palmas.*)

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Há uma inequívoca contribuição de Abdias Nascimento para a organização dos atores da cultura. É fundamental a maneira como ele colaborou para essa organização, para que as pessoas questionassem a representação do negro na indústria cultural, a inserção do negro nas políticas de cultura, mas eu considero que a representação mais importante de Abdias Nascimento foi mesmo no plano da política, e não só por meio desse legado legislativo, mas a própria presença dele aqui.

A presença do Abdias Nascimento num Legislativo, num Poder da República que, por conta das eleições, marcadas pela força da grana – sim, porque as eleições ainda são marcadas pela força grana –, se fecha à representação de homens e mulheres negras, a presença desse homem aqui tem um significado muito grande.

E é nesse ponto que eu me conecto com ele, porque eu imagino a enorme solidão de Abdias Nascimento nessa Casa, trazendo o tema do racismo para cá. Eu me sinto conectado não porque eu não tenho a pele preta e não sou identificado imediatamente como um homem afrodescendente. Eu me sinto conectado, porque eu sou um homossexual assumido, o único do Congresso Nacional, e trago para aqui o tema da discriminação aos homossexuais e da homofobia, e, por este motivo, sou combatido e difamado.

Então, é nesse ponto que eu me conecto com ele, nesse ponto de vanguarda. (*Palmas.*)

Eu fico imaginando a solidão dele. É muito parecida com a minha.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Eu iniciei a biografia e não fiz uma narrativa cronológica. Iniciei a biografia exatamente com um capítulo sobre este mandato, quando é uma data anterior à Constituinte, e, muitas vezes, as pessoas se esquecem um pouco desse momento histórico. As pessoas pensam na ditadura e depois a Constituinte, mas nessa Legislatura ele estava inteiramente sozinho mesmo.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Eu imagino, e, por isso, para mim, ele tem essa importância muito grande de desconstruir o imaginário sobre o lugar do negro.

Quer dizer, as representações sempre colocaram os homens e mulheres negros em lugares subalternos, e, de repente, esse homem ascende a um dos Poderes da República, torna-se uma autoridade da República num País racista que não estava habituado a ver um homem negro nesse lugar.

Então, esse para mim é o significado maior do Abdias Nascimento. E, para a gente ter uma ideia do quão importante isso é, Gilberto Gil, outro homem negro que se tornou homem público também, quer dizer, com representação num dos Poderes da República, em 1988, ano em que se comemorou o Centenário da Abolição da Escravatura, Gilberto Gil escreveu uma letra de uma música, uma música que se chama "Pode, Waldir?", e tinha a ver com o fato de ele ter sido derrotado em suas pretensões a ser Prefeito de Salvador, que é uma cidade majoritariamente negra, chamada até de A Roma Negra.

Então, nessa cidade, onde o elemento cultural africano se tornou hegemônico, a música baiana é uma música negra, os orixás são apropriados pela indústria hegemônica, nessa cidade, Gilberto Gil não conseguiu ser indicado, ter a indicação do Partido para Prefeito, e ele escreveu uma letra que é incrível em mostrar como esse sistema resiste à presença de homens e mulheres negras, e eu peço licença aqui para ler a letra, para quem não conhece essa letra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pode até cantar.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Não, cantar não, porque eu não sou Gilberto Gil.

Mas a letra diz o seguinte:

Para prefeito, não
Para prefeito, não
E para vereador
Pode, Waldir?

(Soa a campainha.)

O SR. JEAN WYLLYS – Só para concluir, Presidente.

Prefeito ainda não pode porque é cargo de chefia
E na cidade da Bahia
Chefe, chefe tem que ser dos tais
Senhores, professores, magistrados
Abastados, ilustrados, delegados
Ou apenas senhores feudais
Para um poeta ainda é cedo, ele tem medo
Que o poeta venha pôr mais lenha
Na fogueira de São João
Se é poeta, veta!
Se é poeta, corta!
Se é poeta, fora!
Se é poeta, nunca!
Se é poeta, não!
O argumento é que o momento é delicado
E prum pecado desse tipo

Pode não haver perdão
Mudança é arriscado, muda-se o palavreado
Mas o indicado
Isso ele não muda, não
O indicado deve ser do tipo moderado
Com um mofo do passado
Peça do *status quo*
Se é poeta, veta!
Se é poeta, corta!
Se é poeta, fora!
Se é poeta, nunca!
Se é poeta... oh!
O certo poderia ser o voto no Zelberto
Mas examinando mais de perto
Ele tem que duvidar
A dúvida de que a Bahia tenha um dia tido a primazia
De nos dar folia
De nos afrocivilizar
Pra ele a civilização é a França que balança
No seu peito de homem direito
Homem de jeito sutil
Se é poeta, veta!
Se é poeta, corta!
Se é poeta, fora!
Se é poeta, nunca!
Se o poeta é Gil!
Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem.

Meus cumprimentos ao Jean Wyllys, pela fala e pela bela canção que aqui ele declamou como poeta.

Meus cumprimentos!

Foi brilhante, acho que deu um brilho diferente a nossa audiência pública.

Mário Theodoro, Coordenador da Iniciativa Legislativa Popular pela Criação do Fundo da Igualdade Racial.

E, antes mesmo, convido para a Mesa, o Ivanir dos Santos, que aqui vai falar pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa.

Vou colocar uma cadeira e, depois, a gente troca os lugares, na hora de falar. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por favor, Mário Theodoro, com a palavra.

O SR. MÁRIO THEODORO – Eu queria, antes de mais nada, agradecer a oportunidade de estar aqui, falando nessa homenagem ao Abdias Nascimento, eu acho que é o nosso grande patrono do movimento.

E queria começar agradecendo ao Senador Paim, que é o Senador que organizou e é responsável por esta audiência, Deputado Jean Wyllys, e os demais colegas da Mesa, colegas diletos, a quem tenho o prazer de compartilhar essa luta não inglória, mas muito difícil e que vamos, aos poucos, trabalhando e propondo, tentando melhorar um pouco uma situação que sabemos ser muito difícil.

Queria falar da figura do Abdias, que aqui é uma homenagem a ele. E falar dessa figura que considero como o mais importante ativista brasileiro dos séculos XX e XXI, afinal de contas, se ele veio até o século XXI, inspira toda uma geração que veio, sobretudo a partir da redemocratização, porque antes disso tínhamos um problema muito sério de não aceitação por parte do governo militar da questão racial. Tínhamos de fato um governo que jurava de pés juntos que isto aqui é uma democracia racial, e se apoiava nisso para mostrar essa visão do Brasil no exterior, e isso foi tão forte que, até hoje, no exterior muita gente pensa que isto aqui é uma democracia racial. E uma voz sempre se levantou contra isso, e uma voz que se levantou dentro e fora do Brasil, que foi Abdias e que norteia a atitude, a atividade de toda uma geração a qual, com muita honra, faço parte e gostaria de saudar isso.

Então, o Abdias, para nós, primeiro, é uma referência de luta. Lutar por um ideal, lutar sozinho muitas vezes, lutar sendo a única voz.

Nélson Rodrigues, em 1960, escreve uma crônica em que ele falava que o único negro no Brasil era o Abdias, no sentido de que era a única pessoa que ele conhecia que se levantava com a voz sobre a questão ra-

cial no Brasil nos anos 60. Ele falava isto, que era o único presente, talvez fosse melhor dizer a única voz negra presente e que não se calou. E temos essa referência de luta nessa voz que foi sozinha durante muitos anos.

Mas referência de ética também, do que estamos precisando muito. Uma referência de uma luta com ética, uma luta que perseguiu um objetivo, mas sempre no estrito limite da ética que foi inabalável no caso de Abdias e que o deveria ser uma coisa, entre aspas, "natural" ou "normal", num país como o Brasil vira um grande valor, um valor que deveria ser normal nos políticos, passa a ser alguma coisa extraordinária, que é a questão da ética. E vejo no Abdias uma referência à ética muito forte que norteia outros Parlamentares, como no caso aqui o Senador Paim, o Deputado Jean Wyllys, que tenho certeza de que se norteiam muito por essa referência ética do Abdias.

Mas também uma referência política, quando traz para a política a questão racial. Uma questão racial que não era colocada em nenhum âmbito no Brasil até os anos 80. O próprio movimento de redemocratização do Brasil, se formos pegá-lo, não continha a bandeira da questão racial. A redemocratização do Brasil veio sem a questão racial. Pessoas como Abdias e outras pessoas do movimento negro daquela época, Ivanir já é dessa fase, colocam a questão racial e, durante muito tempo, trazem essa bandeira única e exclusivamente dentro do movimento.

Então, essa referência do Abdias é uma referência política, na medida em que é a primeira voz que traz, depois de muitos anos – estou falando muitos anos, temos uma história de que não podemos nos esquecer, da frente negra, coisas muito valiosas –, mas quem vai trazer de volta para o discurso político a questão racial, que é muito cara e que estrutura a sociedade.

Então, como referência de luta, como referência ética, como referência política, não poderia deixar de trazer aqui esta homenagem da pessoa que vejo como um espelho e um arco referencial maior desse movimento negro que hoje se estrutura, que hoje se espraia pelo Brasil e que hoje, com várias conquistas, ainda tem a sede do Abdias de mais conquistas para este povo, numa perspectiva que é a mais bela que se pode ter, é a perspectiva da igualdade. Não se pede nada mais. Esse movimento não pede nada mais do que a igualdade. E essa é a coisa mais bela que faz esse movimento, é a coisa mais bela que tem no discurso do Abdias em toda sua vida.

Então, queria trazer aqui esta palavra de homenagem para uma pessoa que, para mim, é referência, é marco e, de fato, responsável em grande parte pela estruturação desse movimento.

Mas eu queria também aproveitar os poucos minutos que me restam, Senador, para falar um pouco da nossa luta específica, que é a constituição de um fundo nacional de combate ao racismo. Esse fundo que originalmente era o fundo nacional de combate à igualdade racial e, parafraseando um pouco o que foi dito pelo Anani, nosso companheiro Anani que está trabalhando com a questão da herança escravista, no fundo é o racismo que estamos trabalhando. E igualdade racial é um eufemismo para um problema que está colocado, que é o problema da existência do racismo. Esse fundo foi constituído inicialmente como fundo de promoção da igualdade racial, contido no estatuto que ajudamos o Senador Paim a elaborar, está aí. Esse fundo foi uma das primeiras coisas que foram retiradas do estatuto por força da bancada do Governo, que acha, enfim, um fundo, para que fundo. Fundo é fundamental para quem quer fazer qualquer tipo de política, e nós sabemos disso. Sem dinheiro não há política.

Então, o fundo vem resgatar uma ideia inicial do Senador Paim de uma fonte específica e inesgotável de recursos para a questão racial. E estamos em uma campanha para resgatar esse fundo, a partir de um projeto de iniciativa popular e que eu gostaria de falar um pouco sobre isso rapidamente aqui.

O fundo, segundo nosso projeto, tem quatro fontes: fontes do Tesouro, uma percentagem mínima do sistema lotérico, uma mega sena da consciência negra que é proposta, assim como tem a loteria da independência, poderíamos ter uma mega sena da consciência negra em 20 de novembro, uma forma de potencializar essa data, e multas, penas pecuniárias e doações. São as quatro fontes.

Esse fundo teria obrigação de trabalhar ou financiar três grandes questões. Primeiro, o Fipir do nosso amigo Giovanni Harvey, a quem queria agradecer as palavras elogiosas, é um grande companheiro, fico muito feliz de ter passado o bastão para você. Sabe que o Fipir precisa se estruturar. Estamos falando do Fipir, mas, na verdade, falamos do Sinapir, Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, inspirado no Suas e no SUS, mas a diferença é que o Governo Federal não tem recursos para catalizar Estados e Municípios em seu sistema. No SUS tem dinheiro, no Suas tem dinheiro, nos outros sistemas tem, mas no Sinapir não tem. E temos muita dificuldade de catalizar esses Estados e Municípios para uma política nacional sem recursos.

Então, o fundo viria para esta catalização, também para políticas das comunidades quilombolas, ou seja, a questão que Anani colocou aqui também, das terras quilombolas que até hoje não foram regularizadas por falta de recursos. Não se colocam recursos. Esse fundo teria recursos para as terras quilombolas e, finalmente, apoio a iniciativas das organizações não governamentais da sociedade civil que, durante muito tempo, fizeram

um trabalho fantástico e que hoje em dia, por falta de recursos, têm muitos de seus projetos parados. E é uma coisa absurda, porque são projetos importantíssimos que estão aí à míngua por falta de recursos.

Basicamente isso que gostaria de trazer aqui. Entendo esta campanha do fundo não mais como uma decorrência da luta que nos foi ensinada pelo Abdias. Essa luta que hoje se caracteriza em várias frentes, como a questão da memória escravista, a questão do fundo, a questão das religiões de matriz africana, enfim, várias frentes estão colocadas aí. E esse leque aberto tem como ponto de inflexão, como ponto focal a luta que Abdias nos ensinou e que inspirou toda essa geração daqui para frente.

Queria agradecer muito a oportunidade de estar aqui, Senador.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Grande Mário Theodoro!

Só lembro duas questões. A questão quilombola, Mário, até para orientação sua, como não entrou, como gostaríamos, no estatuto, apresentei um projeto de lei regulamentando o decreto do Presidente Lula, que eles sustaram na Justiça. A PEC do fundo também apresentamos, mas está em debate, só a correlação de força para fazer chegar lá.

Queria também informar que acertei aqui, Freid David, o senhor pediu 14 de setembro, que é uma segunda, dia 15 ou 16. Dia 14, já tenho audiência pública, dia 16, tenho audiência pública, dia 17, tenho audiência pública, mas lembrei que a minha data de aniversário é 15 de março. Daí sobrou o dia 15 para o senhor. Só porque é 15 de março. Fica 15 de setembro. Já está ajustado com a secretaria geral da Comissão.

Passo a palavra ao Ivanir dos Santos, que aqui fala pela Comissão de Combate à Intolerância Religiosa. Ivanir é um militante que todo mundo sabe, tão militante quanto qualquer outro militante, não é o Abdias, mas chega perto.

O SR. IVANIR DOS SANTOS – É um legado.

Eu queria agradecer o convite da Comissão, a Elisa, nossa batalhadora. Eu falei que não podia faltar. Mesmo o avião saindo meio lá, meio cá, não tendo hospedagem, eu disse: Giovanni, se vira, eu vou dormir aí. Mas vamos lá. Esta homenagem não podíamos perder.

Queria começar pelo lado como religioso, primeiro saudar nossos ancestres, hoje o Abdias é um ancestre, mas na figura de dois africanos que são companheiros de militância, eu sou inca, que é um nigeriano, e eu sou um *babalawo* iniciado, um bamboxê na Nigéria, e Anani, que é companheiro de longas datas, uma pessoa que sempre esteve comprometido. Lembro, para vocês entenderem, fiz uma prova para entrar em um mestrado na UFRJ. Depois de velho, resolvi ir lá para o mestrado. Todo mundo reclamava que eu nunca fui. E a pergunta que a banca me fez foi justamente o seguinte: numa entrevista que fiz ao Abdias, perguntei a ele porque não fez mestrado e doutorado. Ele me disse que não faria, que não era para ele aquele momento. Embora ele nunca precisaria. Fiquei olhando e disse assim: você vai fazer a mesma coisa do Abdias, Ivanir? Você não precisa, todo mundo sabe, mas você precisa falar para outro público, foi o argumento que usaram para me aceitar. E passei. A aula até começa hoje. Nem fui hoje, vim para cá. A aula começa hoje lá. Disse: não, vou lá no Abdias e tal. Já viu, não é? É o Abdias, é o espírito do Abdias.

Uma coisa bonita de que quero chamar atenção na história do Abdias, não só seu legado, é sua generosidade. Lembro, Jean, que, no momento da marcha 84, houve uma marcha em 84 que pouca gente sabe, nós estávamos na marcha, lembro que, numa assembleia, eu sempre conto isso, eu aquele jovem de esquerda, radical, dono da verdade, que o mundo ia ser descoberto por nós, eu queria impedir o Abdias de falar na marcha. Imagina isso, que maluquice! Ainda bem que fui derrotado. A assembleia me derrotou. Chamo atenção não só daquilo, logo depois, em 1986, veio para ser Deputado Federal, e eu fui logo no início do mandato dele fazer uma visita para outra coisa. Ele perguntou: Ivanir, você é funcionário público, me dá seu documento que vou requisitar você para o meu gabinete. Esse era o Abdias. Era tão grandioso, que não guardava ressentimento. Ele nunca encarou uma divergência contra ele como uma questão pessoal. Se você era um militante, mesmo jovem, ele tinha isso como uma grandeza, o que é muito raro nos militantes, você não olha a contribuição da pessoa, olha a sua verdade. Mas quando a gente fica mais idoso vai compreendendo isso.

Outra coisa que queria testemunhar é quando aparece a Elisa ao lado do Abdias, momento de reabertura democrática, uma americana branca, não era mole, parecia que a CIA estava instrumentalizando o Abdias. Não era isso? Os mais velhos se lembram disso? Era uma encrenca para todos nós, como é que vai ser, não sei o que e tal. E a Elisa mostrou como companheira de Abdias, primeiro que o Abdias estava certo, que ele bancou, não era uma relação escondida, ele bancou. Isso é um dado importante.

Um militante negro que banca a relação que tinha com a americana branca, jovem, que não era fácil. Ele bancou. Foi uma atitude dele muito importante.

E Abdias mostrou, no tempo, mesmo depois, quando o Abdias estava um pouco mais debilitando, o quanto ela foi companheira dele. E mostra agora na questão de manter a memória dele viva, ouviu Elisa. Nós militantes temos que reconhecer isso publicamente. (*Palmas.*)

Tem que ser generoso, tem que reconhecer.

E uma outra questão da Abdias, eu lembro, na primeira caminhada pela liberdade religiosa, o Abdias já não estava se locomovendo. Chovia para caramba, e o Abdias compareceu de cadeira de roda. Há foto dele na caminhada. Isso porque ele achava que era importante. Um detalhe: o Abdias não era iniciado. Mas como uma pessoa que era uma concepção africana, como todos africanos, porque nem todo africano é iniciado, nós sabemos disso, numa família, mas há o respeito ao seu ancestre e à cultura de seu ancestre como uma coisa sagrada e importante. E Abdias tinha isso. Não havia uma atividade pública dele que não louvasse Exú e que falava dos orixás, como se fosse uma pessoa iniciada, mas com orgulho público que muitos iniciados escondem. Isso é um dado do Abdias que me impressionava.

Lembro que, quando ele foi para o outro lado, conversando com a Elisa, da preocupação, porque tem o funeral que é feito, tem o ritual que é feito, e com a maior sinceridade, ela disse: "Não, ele não foi". (*Ininteligível.*)

Dizia que o papel dele era esse, que às vezes as pessoas têm esse papel público de ter compromisso. Mas ele não tinha vergonha da sua ancestralidade, da cultura religiosa nossa, não era uma pessoa iniciada, mas assim como fosse.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Desculpe-me, posso contar uma história? É porque o Abdias contava que, lá pelos finais dos anos 50, início dos 60, ele foi se consultar com a Mãe Senhora, na Bahia. E ele estava querendo ver se era o momento de se iniciar. Ele queria esclarecer isso. E ela sentou-o perto dela, ao lado, colocou a mão na cabeça dele e disse: "Meu filho, você tem uma missão para nossa ancestralidade, para nossa tradição, mas sua missão é da banda de fora, não é da banda de dentro. Você vai fazer muito, mas não precisa se iniciar". E o fato de ele estar na Serra da Barriga tem muito a ver com isso, porque se fosse iniciado, não teríamos como fazer a cremação para levar as cinzas.

O SR. IVANIR DOS SANTOS – Sim, claro, é uma verdade. É outro detalhe importante que a Elisa está dizendo. Pela tradição, quem é iniciado não é cremado. Na África, são enterrados dentro de casa, os mais velhos para dar continuidade a essa relação.

Acho bonito isso no Abdias. É como se ele fosse...É uma pessoa iluminada, uma pessoa que foi colocada para isso. Temos todos que compreender.

No tema da intolerância religiosa, aproveitando para falar sobre isso, é um momento muito delicado na sociedade brasileira. Muito. Agora mesmo, antes de chegar aqui, recebi uma comunicação, soube que você recebeu o pessoal, um centro que foi quebrado em Goiás, virão amanhã conversar comigo em Brasília. Em Teresópolis, uma senhora de 86 anos acabou de ser molestada. Estamos ver isso crescer. É muito forte no País. E Abdias já se colocava contra, e nós nos colocamos também na articulação.

Queria dizer para vocês que não se trata de um movimento que não tenha a ver ou que quer ser mais do que todos. Não se trata disso. A caminhada pela intolerância religiosa no Rio de Janeiro, da qual o Abdias participou desde a primeira, quando ele pode, que este ano é no dia 20 de setembro, no Rio, tem que ser uma resposta nacional que vamos dar à sociedade brasileira. A pedra que atingiu a menina Kailane, atingiu também a sociedade brasileira.

Queria fazer uma proposta aqui, reconhecendo a contribuição dada por todos, se não podemos fazer uma audiência pública conjunta da Comissão de Direitos Humanos do Senado e da Câmara Federal no Rio de Janeiro, na semana da caminhada. Estou dizendo isso por causa da articulação que estamos fazendo muito forte, para ouvir as vítimas. Se pudesse fazer na semana da caminhada no Rio, seria bom.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Tem que requerer à Comissão de Direitos Humanos da Câmara.

O SR. IVANIR DOS SANTOS – Reunião conjunta.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Aqui, quando um Deputado fala a qualquer momento, ele já falou por mim e por ele. Já está assegurado. As duas Comissões estarão lá.

O SR. IVANIR DOS SANTOS – É interessante, porque atrai uma perspectiva, porque todas as atenções estarão voltadas para lá. Tenho dito para todo mundo, tenho viajado o País todo, que é uma resposta nacional. Não se trata de ser comissão no Rio. Não é isto, até porque no Rio de Janeiro que está sediada essa turma. O Malafaia é de lá, outro daqui é de lá, não sei quem é de lá, o Crivella é de lá. Lá é que a turma está na encrenca. E o que acontece na orla do Rio, como diz o Tom Jobim, repercute em Nova York. Então, esta é a primeira coisa.

Segundo, as caminhadas têm que se posicionar. Temos que utilizar o espaço da caminhada do Rio, não é para ser maior ou menor do que a das mulheres, mas ajudar também na visibilidade da caminhada das mulheres, que também será muito importante para nós esta caminhada que terá aqui em Brasília.

Queria deixar isto como proposta, porque o Abdias era assim. Ele não fazia nada excludente, nem uma coisa contra a outra, mas uma coisa que pudesse fortalecer a outra.

Um axé e um abraço. Que Orunmila nos cubra a todos e que Oludumare nos dê um bom caminho!

Porque as pessoas às vezes esquecem e acham que não temos deus; eles roubaram essa ideia. Para vocês terem uma ideia, eu tenho dito isto publicamente. Querem ver? Davi, você sabe onde era o Rio Pisom e o Rio Giom? Sabe? Está no Antigo Testamento, em Gênesis. O Éden era um rio que virava quatro rios. O primeiro era o Pisom, que circundava a Etiópia e a África, o segundo, o Giom, depois que eram o Tigres e o Eufrates. Eles só contam Tigres e Eufrates. Eles têm vergonha de dizer que o Adão era africano, que a Eva era africana. E que esta concepção de Deus é africana. (*Palmas.*)

E é isso que temos da assumir e de afirmar. Se há alguém que tem vergonha da origem como Deus criou o mundo e a África como berço da civilização, são eles que tem que se envergonharem e não nós que somos seus descendentes e praticamos nossa religiosidade assim como Deus iniciou, referenciando a natureza. O africano Moisés mostra isso muito claro no Antigo Testamento. Então, não podemos achar que essa forma religiosa como foi construída nos envergonha, nos persegue e diga que somos errados. Estamos certos, porque Deus, no seu primórdio, na sua origem, foi assim que Ele criou e disse que tinha que ser reverenciado. E cada vez mais que vou à Nigéria, que vou à África, vejo isso nitidamente, porque eles não são cartesianos. A espiritualidade e a cultura fazem parte do ser humano e é assim que queremos ser respeitados.

Um axé e um abraço para todo mundo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Ivanir dos Santos, interlocutor da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só um minutinho, é no segundo momento. Agora, primeiro, são os convidados. Sabe que aqui funciona assim. Você é militante antigo aqui. O plenário terá oportunidade. Sou um dos poucos presidentes de comissão que abre a palavra para o plenário, você sabe disso. E vou abrir aqui, mas no momento certo. Agora, falam os convidados. Neste momento, só podem falar convidados, Senadores ou Deputados. No final, abro a palavra para o plenário, e você estará também inscrito.

Passo a palavra neste momento à Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Srª Marise Nogueira.

A SRª MARISE NOGUEIRA – Muito obrigada, Senador Paulo Paim. Em seu nome e no nome do Deputado Jean Wyllys e da Elisa saúdo toda a Mesa e agradeço muito esta oportunidade de estar aqui entre pessoas que estão construindo a história do povo brasileiro, que é a história do povo negro brasileiro.

Aqui, represento o Governo do Distrito Federal, mas peço licença inclusive ao meu Governador, Rodrigo Rollemberg, que fez parte desta Casa por muito tempo e aqui também mostrou seu compromisso com a causa racial, para falar também como carioca do outro lado da poça, como meu querido Carlos Moura, mas do Rio de Janeiro, como mais uma das pessoas que foram inspiradas por Abdias Nascimento, para assumir a negritude, para refletir sobre a condição negra, a condição de pessoa negra e a condição da comunidade negra no Brasil e para ser uma de suas eleitoras, nos meus primeiros momentos como cidadã na atividade política. E quero dizer também um pouco que, se estou neste lugar hoje, é pela luta de pessoas que estão aqui conosco nesta Mesa e de pessoas que estão hoje neste plenário.

Minha história pessoal me traz a Brasília pelas mãos do Itamaraty. Então, Freid David, não tenho como deixar de dizer aqui que a atividade diplomática, a atividade de política externa brasileira, para mim, sempre foi um orgulho, como brasileira, sem deixar de ser crítico. O programa de ação afirmativa para negros, e é melhor que a gente use mesmo o termo negros para evitar o Mathias Abramovic dizendo que é afrodescendente, foi o que me trouxe ao Itamaraty inclusive. Ingressei já pelo programa, fui bolsista do programa. Acho que é importante dizer sim, em um momento que precisamos revisitar muitas instituições, que esta instituição, que é das mais provectas na sociedade brasileira, procura acertar. E se alimenta do conhecimento e da atividade internacional. E é uma alegria, um orgulho para gente também contar, entre os nossos palestrantes, com luminares culturais não brasileiros, como o Prof. Anani Dzidzienyo, como o Wole Soyinka, que nos ajudam também a compreender melhor nossa própria condição.

A Secretaria que eu represento no Distrito Federal congrega vários temas na agenda de direitos humanos, é um desafio para nós transformar em realidade a indivisibilidade conceitual dos direitos humanos, mas, ao mesmo tempo, é muito importante, para que tenhamos presente o tempo todo que a construção da humanidade tem que incluir tudo isso: tem que incluir a questão de gênero, a questão de raça, orientação sexual, o respeito à diversidade religiosa e todos os outros tipos de direitos que são violados, porque há pessoas que não correspondem ao padrão que a sociedade ocidental moderna criou, inclusive valores do capitalismo.

E com um detalhe importante, porque agradeço muito, Elisa, sua sensibilidade para dizer que faltava uma representação de mulher negra à Mesa. Temos mulheres no plenário, todas combativas, e acho importante que tenhamos bem presente o papel das mulheres negras na resistência, na manutenção da cultura negra, sim, de origem africana no nosso País, mas tampouco quero apoderar-me de um lugar que talvez não seja exatamente o meu, não sou militante, sou mulher negra, com muito prazer, e aqui gostaria mesmo de lembrar o que Paulo Freire disse, quando afirma que sua humanidade tem um reflexo da sua recificidade, e eu diria que a minha humanidade tem um reflexo, e não é só reflexo, está absolutamente submersa na minha condição de mulher, de negra e de brasileira.

Quero saudar esta iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do Senado e dizer que é muito importante que hoje tenhamos mais visibilidade e que, ainda que em alguns momentos haja falhas, estamos, sim, conseguindo construir muito mais, inclusive por estarmos aqui, em uma Mesa e em um ambiente com uma maioria negra esclarecida, militante e que tem muito a aportar, quando a gente não se divide dentro de nosso próprio segmento.

Vamos receber, aqui em Brasília, a marcha das mulheres negras, acreditando que ainda há muito o que fazer pelas mulheres negras que sofrem uma dupla discriminação, às vezes tripla e que ainda precisam muito contar com os homens negros e com as mulheres brancas e com toda sociedade para superarmos as marcas do racismo, do machismo, do patrimonialismo brasileiros na construção do Brasil que nós queremos.

Agradeço muito a oportunidade, espero que possamos contribuir como governo do Distrito Federal e encontrar mesmo a colaboração desta Casa, que tem a nobreza de levar adiante grandes temas.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Esta foi a Secretaria de Estado de Política para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Srª Marise Nogueira. Meus cumprimentos pela fala e satisfação em ouvi-la neste momento.

Segura aí, meu amigo, você vai usar da palavra depois.

Agora, vamos passar a palavra ao Reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, Sr. José Vicente.

O SR. JOSÉ VICENTE – Bom dia a todos, bom dia a todas, quero, primeiramente, cumprimentar o Senador Paulo Paim, amigo de tantas horas e de tantas longas jornadas, e dizer do momento histórico que o senhor proporciona a todos nós, na medida em que permite fazermos este reavivamento da história e poder reunir tantos amigos de Abdias, tantos amigos da cidadania, tantos amigos da luta, que seguramente representam todos os brasileiros e todos os negros brasileiros que acompanharam essa luta. E eu que já tive a satisfação de estar, em outras oportunidades, nesta mesma mesa discutindo temas tão relevantes, quero dizer que, em grande medida, Senador, o senhor também é o nosso Abdias Nascimento, porque ser Abdias é lutar, é defender, é se colocar à frente e é nunca fugir da responsabilidade. E sua trajetória neste Senado tem sido de luta e de resistência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Deixe-me socializar então; todos nós somos um pedacinho do Abdias, todos nós. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ VICENTE – Seguramente, mas o senhor é aquele emblemático que representa todos nós.

Da mesma maneira, quero saudar a amiga Elisa Larkin que em tantas jornadas, em tantas oportunidades estivemos juntos para debater, para conversar, para trabalhar por este tema, para falar, debater e conversar sobre este homem, este ser maravilhoso, na sua casa, em São Paulo, em tantos lugares deste Brasil, pudemos, além de ter Abdias, ter você também, que nos estimulou, que nos recebeu e que sempre nos tratou com muita dignidade, com muito carinho.

Na pessoa de V. Exªs, diríamos assim, quero transmitir o cumprimento e o abraço para todos os demais integrantes desta Mesa e da Mesa anterior, que se compôs.

Quero também, Presidente desta Mesa, Senador Paulo Paim, pedir licença para transmitir os agradecimentos de toda nossa comunidade acadêmica a esta eminência, a esta personalidade que talvez seja o nosso estímulo e o nosso otimismo, que é o nosso Wole Soyinka, que não está aqui neste momento, mas que seguramente se esta ocorrência, se esta cerimônia por si só já tem tanto de simbolismo, a presença dessa personalidade para esta cerimônia, para nós negros brasileiros, para o mundo, talvez seja a mesma dimensão de por que é possível continuar acreditando que a luta será vitoriosa. Estamos falando de um prêmio Nobel de literatura, negro, da Nigéria, aqui no meio de nós. Então, acho que nada mais nos impede de continuar seguindo adiante.

E temos duas alegrias: uma delas é de que, na nossa instituição, até pelo desejo e pelo sentido de resgatar e manter a memória, cada uma das suas salas tem a figura de uma personalidade negra, tem o nome de uma personalidade negra. Uma delas é o Senador Paulo Paim, a outra dela é o então Senador Abdias Nascimento...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Uma salva de palmas pela iniciativa do Abdias. (*Palmas.*)

Eu estou sabendo agora. Então, tenho que voltar para ver essa foto lá.

O SR. JOSÉ VICENTE – Talvez não esteja lembrado, mas o senhor viu, quando da sua visita a Zumbi dos Palmares, que uma das salas mais bonitas tinha o seu nome. Da mesma maneira, uma das salas leva o nome Wole Soyinka. Isso tem sido significativo para estimular e para auxiliar os nossos jovens alunos a compreenderem que a história não começou com eles e para que eles chegassem aonde estão, muitos tiveram que abrir essas picadas, como se diz no interior.

Por esses motivos, a minha alegria neste momento é redobrada e ela se acrescenta de satisfação, porque estamos aqui ao lado de tantos amigos de lutas permanentes, mas fundamentalmente do lado da juventude. Muitos de nós não tivemos sequer a possibilidade de participar de uma atividade como esta que desenvolvemos hoje. E esses jovens, entre tantas outras coisas, são felizardos, são sortudos, porque estão tendo a oportunidade de viver um momento importante da história do Brasil, ajudar a compreender, e seguramente sairão daqui melhorados e também compromissados com estas verdades todas que vocês puderam conhecer, uma verdade nova, diferente, que sempre esteve presente, mas que nem sempre podemos acessar.

Então, na pessoa desta professora maravilhosa, que teve a iniciativa e que teve esse desprendimento, quero cumprimentar todos estes jovens que aqui representam essa escola conceituada do Distrito Federal.

Em rápidas palavras, Senador e amigo Paulo Paim, tive algumas oportunidades de estar com nosso Senador, e ele nos dizia que se quiséssemos fazer a revolução, que nos prendêssemos em três dimensões importantes do nosso trabalho. Precisamos construir instituições, dizia ele, precisamos resgatar e construir os nossos heróis e precisamos construir uma nova história. Sem essa tríade, sem essas três dimensões importantes de trajetória de todos os grupos sociais, talvez possamos falhar.

Não entendíamos isso, naquele nosso tempo de meninice, e acompanhando a sua trajetória e participando dos grandes acontecimentos da sua vida, é que pudemos enfim, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, internalizar muitos desses conhecimentos, muitas dessas praticamente fatalidades, diríamos assim, tinha que ser assim, precisava ser assim. E por fazê-lo, tivemos a elevada honra e a alegria de ajudar a colocar de pé três dessas dimensões importantes, que hoje mesmo nós a colocamos como uma manifestação e uma realização desse espírito de estímulo do que foi então Abdias Nascimento.

Recordo-me, Sr. Senador, que em 1988, quando imaginávamos e quando tínhamos a falta de juízo de pensar um espaço de ensino superior que pudesse, além de resgatar a trajetória histórica do nosso povo, também construir nova massa de intelectualidade e também construir esses heróis, todos de A a Z, nos reputavam como loucos, como revolucionários sem causa e como pessoas que haviam definitivamente perdido o juízo. Mas sabíamos, e o Abdias dizia "Não se importe com eles, não se importe com o que eles digam, tenha coragem de levar seu sonho adiante". E nós então levamos nosso sonho adiante, escudados, secundados na pena e na fala de Abdias Nascimento e também suportados pelas suas ações aqui no Senado, de onde saíam todas as cartas, abrindo as portas para os órgãos públicos, para que atendesse àquele grupo, então dos sem juízo, que pretendia, entre tantas outras pequenas realizações, construir uma universidade negra neste País.

Quando o Brasil ainda não se debruçava para discutir quotas, nós queríamos construir uma universidade negra.

E tentava dizer para todos que não estávamos fazendo nada demais, até porque os negros já tinham centenas delas, há mais de 150 anos e que haver um espaço que cumprisse esse objetivo de se impor como uma instituição e que auxiliasse a recompor essa trajetória histórica de pertencimento do negro não era bom para o negro, era bom para todos, era bom para o nosso País.

Então, caminhamos nessa direção, e hoje tenho, Elisa, o orgulho e fico muito à vontade para entregar nas suas mãos, como um legado de Abdias Nascimento, a Universidade Zumbi dos Palmares, que nasceu sob a pena dele. Foi aqui no gabinete dele que ele referenciou o nascimento da Universidade Zumbi dos Palmares.

E, quando todos se colocaram contra, quando todos tentaram nos desanimar, ele foi o primeiro a fazer com que levantássemos a fronte e não perdêssemos a capacidade de utopia.

Sem partido político, sem braço religioso, sem sindicato, sem fundo internacional, sem mensalão ou petrolão, a Universidade Zumbi dos Palmares realiza e completa 15 anos de vida. (*Palmas.*)

Mas essa luta, essa trajetória, essa grande conquista poderia ser uma manifestação do limite de todas as coisas. E, quando nós pensávamos que tudo estava realizado, Abdias nos dizia: "Muito bem, vocês cumpriram a primeira missão; agora têm de colocar de pé a realização do outro item que eu disse para vocês que é importante. Vocês precisam ajudar a construir heróis, que nós não podemos mais estar num País onde só podemos repetir pelo menos o herói macro, que é Pelé, é Pelé, é Pelé". Ele nos dizia isso, porque, nos outros momentos, principalmente no exterior, pediam que falássemos de um herói negro, e só havia Pelé, não havia mais ninguém ou não era conhecido mais ninguém.

E para isso, então, Elisa, eu me recordo de que nós construímos e criamos uma atividade muito importante, que foi o Troféu Raça Negra, e ali pudemos ter a oportunidade de homenagear, então, Abdias Nascimento. E, há 13 anos, o Troféu Raça Negra cumpre seu objetivo de dar vez e voz aos heróis negros brasileiros.

Por fim, nós precisávamos construir uma nova história.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me só, dentro do seu tempo, dizer que é um belo espetáculo.

O SR. JOSÉ VICENTE – Muito obrigado, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já estive lá. Claro, inúmeras pessoas receberam, e tive a alegria também de receber. Estou devendo para você, que você ofereceu, belíssimo também, mas não pude estar, evento que vêm pessoas do mundo todo. É algo, de fato, fantástico, à altura da comunidade negra.

Meus cumprimentos.

O SR. JOSÉ VICENTE – Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ VICENTE – Pois é, pois é.

Agradeço, mas o objetivo era fazer isso. Nós precisávamos recuperar e construir nossos heróis e mostrá-los ao mundo.

Então, hoje quando completamos o 13º Troféu Raça Negra, também quero entregar a você, Elisa, porque isso foi obra de Abdias Nascimento. (*Palmas.*)

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Eu também mereço.

O SR. JOSÉ VICENTE – E gostaria, até de público, Senador Paim... Acho que todos nós, negros, aqui, temos uma possibilidade única na nossa história de negro brasileiro, que é um Prêmio Nobel da Literatura.

Acho que essa personalidade tinha de estar conosco, para receber o troféu de todos os negros brasileiros, Elisa.

Então, peço a gentileza de que façamos uma comissão para convidá-lo, para que esteja conosco em novembro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Faremos o convite hoje. (*Palmas.*)

O SR. JOSÉ VICENTE – E todos nós fazemos essa homenagem.

Por fim, quero fazer um registro do que se pode fazer – um grupo de muitas ou de poucas pessoas, quando acredita naquilo que faz e quando trabalha para remover os obstáculos.

Em 1978, quando o Movimento Negro Unificado se compôs e se instituiu, ele o fez, porque o fato – diríamos assim – que deflagrou sua criação foi aquele de que os quatro jovens fundantes, estando dentro do Clube de Regatas Tietê ou tentando adentrar o Clube de Regatas Tietê, para passar uma noitada de carnaval, dali foram expulsos e jogados pelos muros, porque eram negros, e negros não entravam no Clube de Regatas Tietê naquela oportunidade.

Pois quero dizer que a fleuma e também a têmpera de Abdias Nascimento em se juntar na criação do MNU para combater todas as formas de discriminação em nosso País cumpriram seu objetivo, Elisa. E o entrego para você também. Porque, hoje, onde os negros não entravam pelas portas do fundo sequer ou onde eram jogados pelas portas do fundo, os negros entram pela porta da frente, para estudar na Universidade Zumbi dos Palmares, que é dentro do Clube de Regatas Tietê.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Com licença, Sr. Reitor, outro fato que mobilizou e que deu na criação do Movimento Negro Unificado foi o da prisão e tortura de um operário negro, um trabalhador negro. E nós reivindicamos para vir o mesmo reconhecimento de uma condição de prisão política, porque o prisioneiro político estereotipadamente é aquele intelectual branco de esquerda, e a tortura, a prisão e tortura, o genocídio hoje da juventude negra constituem ainda a continuação daquela situação.

Então, por mais que tenhamos de louvar – e estamos aqui para louvar – as grandes conquistas, e a Faculdade Zumbi dos Palmares é uma delas, temos de reconhecer que ainda há muito campo para se lutar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Fizemos muito, mas há muito por fazer.

A partir deste momento, vou passar a palavra ao plenário. São quatro pessoas escritas.

Vou pedir a cada um e a cada uma que use cinco minutos, porque, posteriormente a isso, a Elisa faz a sua fala de encerramento, e teremos ainda o lançamento do livro. Alguns vão ter de sair antes.

O vídeo vai ser passado naquele intervalo.

Queria passar a palavra agora para a Profª Maria del Pilar Tobar Acosta, doutoranda da UnB e Coordenadora do Pibid Letras.

Aqui, por favor.

A SRª MARIA DEL PILAR TOBAR ACOSTA – Bom dia a todos, bom dia a todas.

Minha fala é muito mais um agradecimento e um depoimento, um testemunho de que é por vocês e pelo legado de Abdias que estamos aqui ocupando esta Casa.

Nossos alunos são, em sua maioria, pobres, negros, negras e periféricos. Estamos falando, então, de um lugar de fala da cidade de São Sebastião, que é uma das cidades-satélites da Capital do País. É de São Sebastião que vieram mais de 80% dos tijolos que construíram a Esplanada dos Ministérios.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Desculpe-me, poderia, por gentileza, nos dizer o que significa a sigla, Pibid?

A SRª MARIA DEL PILAR TOBAR ACOSTA – Pibid? Vou falar.

Então, estamos aqui por duas parcerias, uma com o Seppir nacional, viabilizada pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da Universidade de Brasília, do curso que me fez, que é o curso de Letras, que, em parceria com a Secretaria de Educação do Distrito Federal, permite que professor em formação possa estar diretamente em contato com o chão da sala, que é o grande lugar de aprendizado para quem quer seguir a carreira docente, desde o começo da sua formação.

A Cássia é uma das nossas pibidianas. Ela é professora em formação e está aqui presente conosco, para participar deste momento tão importante.

Vou ser o mais breve possível. Tomei algumas notas porque infelizmente não tenho o dom da síntese, como vocês têm. Sou um pouco prolixa, até por formação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Não se preocupe. Você tem três minutos e vinte e quatro segundos ainda.

A SRª MARIA DEL PILAR TOBAR ACOSTA – Está bem. Está bem.

Mas eu queria dizer que sou professora da Secretaria de Educação com muito orgulho. Atuo num *front* de batalha que é fundamental, que é a formação de jovens, e sou egressa da Universidade de Brasília.

Sou bacharel e licenciada em Letras pela Universidade de Brasília e sou pesquisadora. Fiz meu mestrado, estou concluindo meu doutorado na área de Análise do Discurso Crítica pelo Programa de Pós-Graduação da Linguística da UnB.

Eu só posso estar aqui – e falo em parceria com meus companheiros, Vinicius e Arthur Antônio, que estava sentado ali, acho que ele já foi –, nós só podemos estar aqui, porque somos frutos do legado de Abdias Nascimento. Eu só posso ser a professora que sou hoje, porque fui uma estudante que teve a formação, os conteúdos, as matrizes que objetivavam essa tomada de consciência.

Posso dizer que a minha formação como aprendiz se marca entre dois momentos: antes de Abdias, depois de Abdias.

A partir do momento em que tomei consciência de quem era Abdias Nascimento, em que pude ler os primeiro escritos – e isso já foi na Universidade de Brasília –, tomei consciência da minha ancestralidade: da minha ancestralidade indígena, que está explícita nos traços que trago no rosto, e da minha ancestralidade africana, que trago na alma.

E é uma alma que me permite abraçar uma luta que é também minha. Apesar de não ter o fenótipo – como o Frei falou –, sinto, assim como todos nós, que o nosso berço, assim como o Babalaô comentou, é a África. A África é o nosso berço não só genético, mas de cultura. Nós somos um País majoritariamente negro.

E só posso ser a professora que sou em sala de aula – sou professora de português, vejam só –, só posso falar da africanidade, da influência das línguas africanas no nosso falar – porque, afinal de contas, não dou aula de português, dou aula de português brasileiro – e só dou aula de português brasileiro, porque fomos adocicados, fomos temperados pelas vogais nasais indígenas, pelas vogais africanas. E essa é a nossa afeição.

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DEL PILAR TOBAR ACOSTA – Vou encerrar dizendo que, na primeira Mesa, houve remissão à árvore do esquecimento. A árvore do esquecimento, para quem não sabe, é uma árvore que fica do outro lado do Atlântico, um Babalaô antiquíssimo, ao redor do qual os negros e negras que eram sequestrados, arrancados de suas casas para vir ao Brasil tinham de dar sete voltas.

Nós tomamos consciência, em sala de aula, dessa história, por meio de duas produções audiovisuais, que estão contempladas na matriz curricular do PAS, ou seja, política pública. O PAS é um Programa de Avaliação Seriada da Universidade de Brasília, a primeira universidade que adotou o regime de quotas raciais.

As produções audiovisuais Atlântico Negro – Na rota dos Orixás, de Renato Barbieri, e Cartas para Angola, de Coraci Ruiz, nos trouxeram a possibilidade de haver ter um diálogo.

Aí me sento ao lado de uma das minhas mais brilhantes alunas, que é Ana Alissa Valim, que, ao terminar sua observação sobre o filme...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DEL PILAR TOBAR ACOSTA – Mais um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já lhe dou mais um.

A SRª MARIA DEL PILAR TOBAR ACOSTA – Muito obrigada.

Ela nos disse o seguinte: nós – é incrível esta história, desculpe-me falar por você, mas enfim, – somos levados a ficar dando voltas e mais voltas na árvore do esquecimento por conta dessa educação, que é uma educação pautada no marco europeu, eurocêntrico. Quem bom estar aqui e tomar consciência dessa árvore do esquecimento.

Portanto, esse legado, essa ancestralidade não foi esquecida, apesar das voltas e voltas a que somos submetidos todos os dias, como mulheres, como negras periféricas.

Nós guardamos em nós, guardamos em nossa possibilidade de diálogo, em nossa possibilidade de falar, a lembrança, a memória.

Muito obrigada por este momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Profª Maria.

De imediato, passo a palavra ao Sr. Waldimiro de Souza.

Vou pedir a todos rigidez no tempo.

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA – Vou primeiro me levantar. Quero fazer uma homenagem a Wole Soyinka, que esteve no Centro de Estudos Afro-Brasileiros.

O Itamaraty, por descortesia, não nos avisou. Todas as universidades estavam chegando ao Centro Histórico no lugar dele, porque eu era o Presidente, e o Vice-Presidente era o Carlos. O Itamaraty só comunicou, meia hora antes, que Wole Soyinka ia ao Centro de Estudos Afro-Brasileiros. E a condição de ele vir ao Brasil é ter ido ao Centro de Estudos Afro-Brasileiros.

E quero fazer uma homenagem a outro Prêmio Nobel, de que o Brasil não fala, que é Milton Santos. Aqui, uma luta no Senado para realizar um seminário mundial. Eu não tenho apoio nem do Paim, nem de ninguém. O meu líder – quando falo, dizem: "Fale só com o Paim" – é o João Capiberibe.

Os brancos acham que só o Paim é responsável por 70% da população brasileira.

A outra coisa que queria homenagear é Rubem Valentim. Está ali o Serra. Nós estávamos saindo do gabinete do Senador Itamar Franco, aí vinham o Serra, o Reitor, Aloísio Magalhães e Eduardo Portella.

E aí Rubem Valentim – para quem não sabe, foi um grande pintor da história negra brasileira – me perguntou: "O que o senhor quer do Ministro?" "Eu estudei com ele." Aí dei o livro do Itamar, que é *O Negro no Brasil Atual*. Ele pegou a parte do Zumbi em leitura dinâmica e perguntou para o Aloísio: "Aloísio, quem é Zumbi dos Palmares?" "O Reitor veio aqui para implantar o Parque Nacional do Zumbi."

Aí Rubem perguntou: "Waldimiro, o que você quer?" "Implanta", eu disse. "O Reitor está aqui." Eu, testemunha viva ali, porque fundador do Memorial Zumbi. E isso nunca foi considerado. Eu fui conselheiro, e me botaram para fora – o Governo, o governo popular. O governo dos militares até me concedeu ficar lá.

Mas há outra coisa que queria dizer: nós temos esse livro, que dei para o Prof. Paim e Senador, para mim, um professor. Foi editado o livro *Educação dos Negros*. Eu consegui naquele momento – e alguns do Movimento – apoio dos Estados, do Município e da União. A Universidade Federal de Minas Gerais, o Instituto João Pinheiro e a Fundação Pinheiro, que não sei se existem mais. E pedi a todo o Congresso. Só o Romário fez requerimento lá. Está aí a resposta: disseram que não há dinheiro para distribuir esse livro. Eu recebi 800 volumes e distribuí para algumas autoridades.

Quero dizer o seguinte: quero propor, junto com Wole Soyinka, Milton Santos, que é Vautrin, o que equivale ao Prêmio Nobel... Ninguém fala no Prêmio Nobel brasileiro, porque é negro. As nossas universidades não dão aula do Milton. Milton é o número um... Não há número um, mas ele tem indicativo, uma elevada ajuda. Aqui só falta a "bimesmice".

Eu dizia para o senhor: o capitólio tem toda a simbologia africana – ele é parlamentar, deve saber disso –, tem todos os obeliscos, só que a ciência é africana. Está no livro do Itamar, o Senador pode ler, *O Negro no Brasil Atual*.

E mais ainda – ele que é assessor da CNBB –, quando Paulo VI se reuniu com cientistas para falar de OVNI, nós tínhamos essa intimidade universal. Nós não somos...

O povo chama de estado anímico, que é uma sacanagem – desculpem-me o termo – contra quem construiu o mundo. Foi a população negra. As pessoas... Podem pegar a... (*Ininteligível.*)

Ela tem mais de 60% de negros. E nós falamos do que não conhecemos.

Acho que nós temos uma universidade analfabeta politicamente, porque o analfabeto político...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Um minuto.

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA – ... é o homem mais perigoso, e a mulher, a analfabeta política, seja ele doutor, Senador, Presidente da República, cientista, mendigo de rua.

Agora, os delegados disseram aqui, na Comissão com a Lídice – e os coronéis –: "Nós não temos um Estado institucional organizado".

Eu falo isso no requerimento para o Tarso, hoje Governador. Ele foi o único Senador que me atendeu nisso, para criar um debate sobre isso, institucionalmente.

Há uma Constituição violada nos seus direitos. Nem o Parlamento, nem as universidades, nem a Ordem dos Advogados, nem o Supremo respeitam a Constituição. Os negros estão sendo assassinados com o aval do Senado, da Câmara, do Supremo.

Disseram os delegados aqui: "Nós somos usados para manter o quê?" Estão matando os negros que moram...Disse aqui. Estão matando os negros...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mais um minuto.

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA – ... que moram na periferia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Para tu não dizeres que não estou sendo democrático.

Mais os mesmos minutos que dei para ela.

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA – Nós somos a maioria, 80% deste País.

Eu sou um velhinho, e velhinho tem mais cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Tem 47 segundos agora.

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA – E agora é o seguinte: como vão falar de democracia, em que são assinados 56% de negros. Tudo é mentira. Não há democracia, a corrupção vai para... Todo tipo de sacanagem.

Agora, não se fala da cidadania. Como é que Milton Santos não é referência? Proponho um seminário mundial com a obra de Wole Soyinka.

Ele tem mais profundidade Wole Soyinka, que pegou o Direito, a Geografia uniu à Arquitetura, ao Urbanismo, à História e à Filosofia e ainda disse...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Concluindo, Waldimiro.

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA – ... e ainda disse que vocês todos são competentes e bonitos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Todo mundo tem horário de voo. Não é por mim.

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA – Reitor, vamos fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k., Waldimiro. Valeu!

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA – Em nome do José Maria, que trabalhou conosco, vamos fazer isso? (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Por isso chamo as nossas plenárias de plenárias livres e democráticas. Cada um aqui diz o que bem entende, e a gente bate palma.

É bom, não é? Isso é bom.

Eu viajo pelo País todo.

O SR. WALDIMIRO DE SOUZA – Eu, também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E ele me acompanhando sempre. O que dirá se não fosse meu amigo.

Já fui a 14 Estados para esse debate da democracia e, em todos, faço a plenária livre. E todos dizem o que pensam. É bom, vamos aprendendo juntos.

A cada dia em que o ouço, aprendo um pouquinho mais, e você, ouvindo todo esse universo, também sei que aprende.

E nós nunca haveremos de esquecer Milton Santos, não. Não é só você que se lembra dele. Todos nós nos lembramos dele.

E o seminário, você sabe que é difícil. Mas é fácil você procurar qualquer Senador da Comissão... Eu digo isso de forma muito carinhosa. Ele entra com um requerimento aqui, e fazemos uma audiência que não é um seminário, mas que tem porte de seminário, para debater a história de Milton Santos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por isso vou passar a palavra para o Moura agora.

Está com a palavra Carlos Moura.

Por favor, Carlos Moura, com a palavra.

Você está convocado a usar a palavra, sim. Democraticamente, eu o estou convocando.

O SR. CARLOS MOURA – Muito obrigado, Senador Paim.

Quero cumprimentá-lo e dispensar quaisquer argumentos no sentido de falar sobre a sua trajetória no Parlamento brasileiro, que já é por demais reconhecida.

Quero cumprimentar os componentes da Mesa e dizer que vivemos uma manhã invulgar neste Parlamento, uma manhã em que companheiros e companheiras do Movimento Negro vêm apresentar denúncias, questionar, discutir, lutar. De outra parte, também trazem propostas, que têm por objetivo solucionar situações injustas de discriminação, de preconceito e de racismo, das quais nós, negros e negras, somos vítimas.

Tenho vários privilégios na vida. Desde Glória Moura, com quem convivo, há 50 anos, até a amizade com Abdias e Elisa, até a amizade com o compadre Waldimiro de Souza.

Mas o que é importante nisso tudo? É ter a sensibilidade de refletir sobre a realidade brasileira – refletir e ter a força e a lucidez para agir no sentido de ser um elemento que pode ajudar na transformação dessa sociedade que é injusta, que discrimina, na perspectiva, sobretudo, de uma distribuição de renda mais justa, da aceitação do outro, da aceitação do diferente, mas nunca esquecendo que o mais importante disso tudo é o nosso trabalho – nosso, de todos nós que estamos aqui – na perspectiva da superação do racismo.

Quero, Elisa, homenageá-la pelo privilégio que me dá, por exemplo, de fazer o seu café pela manhã...

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Muito obrigada por isso.

O SR. CARLOS MOURA – ... de ouvi-la elogiar o canto dos passarinhos e os céus de Brasília.

Para mim e para a Glória é uma alegria muito grande tê-la em nossa casa, quando você vem a Brasília.

Por tudo isso, muito obrigado à Mesa ou às Mesas pelos ensinamentos aqui esposados. E, mais uma vez, muito obrigado ao nosso querido Paim, lembrando que, se se vai dar a palavra a dois velhos, é difícil velho falar pouco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O pior é que sou o autor do Estatuto do Idoso. Mas aplico o Estatuto do Idoso a mim.

O SR. CARLOS MOURA – E o velho começa a tirar as coisas do baú.

Mas lembro, Senador – nem sei em que data foi isto, o Senador ainda era Deputado Federal –, que sentamos eu, o Senador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS MOURA – ... o Ivair e a Maria José na CNBB, quando o Senador começou a rabiscar o Estatuto da Igualdade Racial.

E lá estava a proposta do fundo. Isso tem muitos anos. O Estatuto veio para a Câmara, onde ficou dez anos. E o Senador, batalhando, batalhando, batalhando, batalhando, não é?

E eis que, há dois ou três anos, batalha, batalha, batalha, e, de repente, no plenário do Senado, aquela expectativa, o então Presidente do Senado, Senador José Sarney, levantou-se e disse: "Vamos aprovar agora. Vamos aprovar".

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Foi real.

O SR. CARLOS MOURA – Esse mesmo Senador José Sarney, que criou a Fundação Cultural Palmares, que desapropriou a Serra da Barriga, que decretou a Serra da Barriga monumento nacional e que fez o ato administrativo entregando a Serra da Barriga à Fundação Palmares.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Esse foi o nosso querido Carlos Moura.

Alguns vão ter de se retirar, pessoal. Os alunos vão ter de se retirar. A Elisa faz questão de entregar o livro para cada um deles.

Mas está inscrito aqui o último orador, o Prof. Nelson Inocêncio, da Universidade de Brasília.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Parece que os alunos têm de ir embora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se os alunos tiverem de se retirar, eles poderiam passar aqui e ver como você delega alguns livros para eles.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Foi sugerido o seguinte: nós não temos suficientes exemplares para todos. Então, está aqui um conjunto de cinco livros, e acho que eu assinaria um para a escola...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vocês passam aqui atrás e tiram uma foto coletiva.

Nós ficamos sentados aqui, e você entrega o livro a eles.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passem todos aqui, pessoal. Por favor.

Pessoal, vamos passar aqui. Peço aos alunos da escola que passem atrás. A Mesa continua sentada, e eles tiram uma foto. Os mais jovens podem ficar aqui na frente, pessoal. Os mais jovens dos jovens, para aparecerem todos.

O.k. Vamos lá, então.

(Procede-se à foto.)

O SR. NELSON INOCÊNCIO – Jean, eu gostaria que você me ouvisse. Antes que saísse, gostaria que me ouvisse.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O.k. Estamos em plena audiência, pessoal.

Enquanto ela vai assinando os livros agora... (*Palmas.*)

Ela vai assinando os cinco livros, a Elisa, e passo a palavra ao Professor Nelson.

O SR. NELSON INOCÊNCIO – Bem, se for viável, Senador, senão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É viável sim. Faço questão de ouvi-lo. É que os alunos têm de sair. É um problema do ônibus que vai levá-los para o colégio.

O SR. NELSON INOCÊNCIO – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, a audiência vai continuar por mais uma hora, no mínimo.

O SR. NELSON INOCÊNCIO – Bem, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Frei David vai dar um aviso só, e o Nelson fala em seguida – enquanto o tumulto diminui, Nelson.

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Queria agradecer ao Sr. Senador e à Comissão de Direitos Humanos ter deferido para o dia 15 a audiência para discutir esta questão delicada que é a fraude ou talvez a criminalização da fraude na declaração de negro em concurso público.

Aí, Senador, para dar mais efetividade ao seu trabalho, quero propor que a Comissão de Direitos Humanos mande um ofício para o Ministério do Planejamento, solicitando que o referido Ministério coloque no Portal da Transparência – é um direito nosso como cidadão e um dever do Estado fazer isto – a foto e o nome de todos que disputam concursos públicos nas vagas de negros. Então, se o Ministério do Planejamento fizer isso no Portal da Transparência, vai intimidar, ou melhor, vai desmotivar a fraude.

Também, outro ofício dirigido ao MEC, para que o MEC disponibilize no Portal da Transparência do MEC todos os que concorrem à quota de negro. Por quê? Porque, na Medicina, a cada dez vagas para negros, oito são tiradas para brancos.

E, concluindo, quero fazer um apelo, Senador Paim, aos nossos irmãos capoeiristas. Amanhã vai haver uma audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a capoeira.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – É um tema de sua autoria, um tema muito delicado.

Quero lembrar aos irmãos capoeiristas que o *tae-kwon-do*, nas Olimpíadas da Coreia, por dois minutos, foi uma apresentação breve. Havia o medo do povo da cultura do *tae-kwon-do* de que ele perdesse os valores culturais. No entanto, as várias tendências de *tae-kwon-do* da Coreia mantiveram-se unidas, e criou-se uma tendência, formatando-se e adaptando-se às normas das Olimpíadas.

(Soa a campainha.)

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Também, o judô.

No judô, também havia uma baita confusão entre os meus irmãos japoneses contra a oficialização do judô como esporte olímpico.

No entanto, na mesma linha: houve várias linhas culturais do judô, mas se criou uma linha específica, para se adaptar às Olimpíadas, ao Comitê Olímpico.

Faço um apelo aos irmãos capoeiristas: jamais se vai quebrar a capoeira, se houver uma reflexão bonita dos irmãos capoeiristas, permitindo o surgimento de uma adaptação de uma linha da capoeira, e, assim, poder o Comitê Olímpico reconhecer a capoeira como esporte olímpico.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Fechando, quero dizer que é a única manifestação cultural de um povo que é patrimônio da humanidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

Por favor, um videozinho, aquele da capoeira, só para dizer do nosso compromisso com a capoeira, na linha do que o Frei David colocou.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. FREI DAVID DOS SANTOS – Isso aí foi ontem. É o cortejo de capoeira, da Capoeira Abadá, do Mestre Camisa, no caso do... (*Ininteligível.*)

Foram mais de mil capoeiristas ontem... (*Ininteligível.*)

Cinco mil.

E houve também o Festival Internacional da Capoeira. Pode passar de novo, porque é curtinho. Não deu nem para ver.

Começa ali, olha lá. Capoeiras do mundo inteiro. Capoeiras do Cazaquistão, da Rússia, muitas mulheres capoeiristas da França, da Alemanha, jogando de igual para igual e falando o português, porque as músicas têm de ser obrigatoriamente cantadas em português.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem. Muito bem. (*Palmas.*)

Fiz questão, a pedido do Humberto, de passar para mostrar, pessoal. Não tenho dúvidas do compromisso que temos com a capoeira. O projeto está aqui e só vai ser aprovado se houver um grande acordo entre toda a comunidade negra em relação à capoeira.

Se a orientação for rejeitar, não tenham dúvida: rejeito aqui o projeto sem problema nenhum, e vamos trabalhar em outra ideia que fortaleça de fato todos os mestres de capoeira.

Por favor, Prof. Nelson Inocêncio, da Universidade de Brasília.

O SR. NELSON INOCÊNCIO – Obrigado.

Aproveitando o ensejo para falar um pouco do legado de Abdias, acho muito interessante entendermos isso. Como pessoas, todos nós temos nossas incongruências, somos seres humanos. Então, acho que é muito importante entendermos que a dimensão... O que podemos deixar é o legado. E isso é que é importante de fato.

Todos nós que tivemos algum conhecimento, que lemos, que temos alguma referência de Abdias Nascimento, sabemos que é uma pessoa multifacetada, uma pessoa com muitos flancos.

E gostaria, aqui, de chamar a atenção para o entendimento que Abdias Nascimento sempre teve. E é óbvio que isso também é parte do legado que ele construiu com seus companheiros e companheiras no Teatro Experimental do Negro, que é a compreensão de que a luta política tem uma dimensão estética. Acho que isso é imprescindível, eu diria.

Então, a partir do Congresso Negro Brasileiro, um dos encaminhamentos foi pela criação do Museu de Arte Negra, que é uma história que foi... Obviamente, houve uma luta, e essa luta foi até os anos 1960, quando Abdias se autoexila nos Estados Unidos, sai do Brasil.

Mas, de fato, essa história de se criar o Museu da Arte Negra não se esgota. Conversei com Elisa, algumas poucas vezes, sobre a necessidade de se manter, enfim, de se adensar essa ideia de construção de um museu que pudesse agregar essas referências.

De fato, se vocês visitarem o *site* do Ipeafro... O *site* do Ipeafro tem um acervo. E se tem acesso digital ao acervo, mas...

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – A uma pequena parte.

O SR. NELSON INOCÊNCIO – A uma pequena parte.

Mas quero dizer que tudo isso é muito importante. Pode parecer preciosismo falar de arte, de estética, só que isso tem a ver com questões contemporâneas, com questões que estamos vivendo hoje.

Pedi ao Deputado Jean que me escutasse, porque, quando falamos de liberdade de expressão, é óbvio que ninguém aqui, em sã consciência, ou pelo menos quem sabe o que foi um regime autoritário reivindicaria a censura. Isso não quer dizer que não tenhamos de pensar a qualidade da liberdade de expressão.

Quer dizer, se você não pensa a qualidade da liberdade de expressão, ela também pode servir para múltiplos usos: achincalhar, desqualificar, erotizar, "exotizar", estereotipar. Então, se é isso, acho que temos de prestar muita atenção nessas coisas.

E um aspecto importante é que, quando defendemos determinadas bandeiras, não quer dizer que tenhamos consciência de tudo. Quem combate a misoginia não necessariamente é antirracista, quem combate

o racismo não necessariamente deixa de ser homofóbico, e quem combate a homofobia não necessariamente deixa de ser engolido pelas armadilhas do racismo. Então, temos de prestar a atenção nessas coisas. As coisas não são simples assim, as coisas não são simples dessa maneira.

A dimensão estética da nossa luta é concreta, real. Agora, recentemente, soube, em São Paulo, de uma passeata em defesa do cabelo crespo. Isso, para mim, é inédito, fundamental. Nós precisamos pensar essa autoimagem com muita qualidade. E essa é uma experiência que Abdias já viveu não só no Teatro Experimental do Negro, mas produzindo artisticamente, trabalhando com o interesse efetivo nessa qualidade da imagem.

Então, chamo a atenção, porque muitas vezes parece que essa dimensão estética está no segundo plano – nem no segundo, mas no terceiro, no quarto, no quinto. Tenho a convicção de que ela é efetiva, e precisamos pensar nisso.

A minha experiência com Abdias foi muito curta, sim. A possibilidade que tive de diálogo com ele foi durante a minha dissertação, que foi justamente sobre a produção imagética positiva da população negra.

(Soa a campainha.)

O SR. NELSON INOCÊNCIO – E pedi a ele que me desse a liberdade de colocar na tese um cartaz que é de uma de suas campanhas a Deputado no Rio de Janeiro.

E eu, aqui, cheio de dedos para falar com as autoridades, mais do que prontamente, rapidamente, com extrema presteza, recebi a resposta por *fax* – naquela época ainda havia o *fax* –, para que pudesse utilizar a imagem dele no meu trabalho.

Então, o que quero dizer é isto: precisamos entender o ser pelas suas várias potencialidades.

É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Prof. Nelson. (*Palmas.*)

Eu recebi aqui uma pequena carta do Senador Cristovam e me comprometi com ele a ler.

Diz Cristovam Buarque:

Senador Paim, gostaria de homenagear Abdias Nascimento, líder, companheiro de Leonel Brizola e Darci Ribeiro, o símbolo da luta pela igualdade moral do Brasil.

E também gostaria de estar aí, para refletir com os demais admiradores presentes qual seria a mensagem que nos faria neste momento.

Embora não seja possível valer o que ele queria, é fácil imaginar o que sua fala seria na defesa da educação de qualidade e igualdade para todos os brasileiros, negros ou brancos, pobres ou ricos, nordestino ou sulista, em escolas com a máxima qualidade. Ele aqui certamente diria que o Brasil só será um país justo quando o filho do mais pobre estiver na mesma escola do mais rico.

Não estou pessoalmente aí por compromisso externo, mas estou presente espiritualmente pelas bandeiras de Abdias.

Espero que mais tarde Frei David [um recado para o Frei David] venha tomar um café comigo para vermos o que fazer em relação ao que a menina falou e denunciou e eu escutei pela Rádio Senado.

Muito bem, Cristovam, pela fala.

Convido agora a Elisa, conforme combinamos, para fazer a fala de encerramento. Eu usarei da palavra, depois, por três minutos, para fazer a minha saudação a Abdias.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Olha, eu agradeço a todos e a todas as pessoas que fizeram menção a minha pessoa, tão generosas. Agradeço mais uma vez ao Senador Paulo Paim pelo compromisso continuado. Creio que o fato de trazermos, hoje, a palavra dos diferentes atores que estão aqui em nossa Mesa e que estiveram na primeira Mesa, é realmente a melhor maneira de lembrar o Abdias.

Quando o Senador Cristovam Buarque fala que seria objetivo do Abdias que a criança pobre estudasse na mesma escola da criança mais rica, eu diria que sim, e diria mais um pouco: que nesta escola essas crianças todas possam aprender o que é o significado da presença, do protagonismo dos povos africanos na construção da cultura e da história da humanidade, e não apenas do negro. Então, realmente, o nosso objetivo é por todos, mas há uma necessidade de uma especificidade em relação a esse segmento.

Eu gostaria de poder ler um poema do Abdias. Foi uma sugestão do Prof. Wole Soyinka, mas nós no Rio de Janeiro... Quem puder estar no Rio de Janeiro na quarta-feira, estaremos lançando o livro, aí sim, com a participação de vários poetas e atores, lendo poemas.

Sobre o Museu de Arte Negra, Prof. Inocêncio, eu acho que foi muito boa essa sua referência para nos lembrar de que todos esse setores das artes plásticas, da poesia, das artes cênicas em que o Abdias atuava, a questão que ele trazia era como a estética e a criação artística são possibilidades e dimensões de uma expressão profundamente política e de uma atividade, de um ativismo de expressão, que trabalha a identidade diversa da humanidade dentro de uma condição humana.

Eu acho que o trabalho do Museu de Arte Negra, continuou depois de 68, quando que ele foi para o exterior. Nesse acervo museológico, temos várias obras de diferentes artísticas da diáspora africana que doaram também para essa coleção do Museu de Arte Negra. O Ideafro está fazendo o trabalho de levar para o *site*, para estar à disposição do público, cada vez mais elementos do conteúdo desse acervo do conteúdo desse acervo, tanto documental com museológico.

Eu gostaria só de mencionar o fato de que o acervo documental do Abdias já foi reconhecido como de importância pública nacional, no Brasil, e também pelo programa Memória do Mundo, da Unesco, como Patrimônio Documental da Humanidade.

Obrigada pela presença da mulher negra aqui na Mesa, por tudo que a Secretária trouxe e, sobretudo, vamos fazer todos, cada um de nós, tudo para que a Marcha das Mulheres Negras, em novembro, seja um marco histórico para este País.

Sobre o fundo de igualdade racial, é fundamental. Obrigada, Prof. Mário Teodoro. Espero que as assinaturas sejam fartas. Mas quero dizer também que é muito importante que todos os setores ministeriais, em todas as dotações orçamentárias, prevejam essas verbas, independentemente do fundo, porque o fundo vai ser uma coisa importantíssima, mas é necessário que o Governo brasileiro saiba que o investimento é importante em todos esses fatores...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E está previsto no Estatuto isso.

A SRª ELISA LARKIN NASCIMENTO – Sim, está previsto no Estatuto, exatamente. Faz parte da lei que está em vigor no País, hoje, o fato de que é necessário que esses investimentos sejam feitos pelos setores todos do Governo. Então, essa é uma questão na qual também precisamos lutar para que seja implementada realmente.

Saudando o nosso Reitor, nossa homenagem à faculdade Zumbi dos Palmares pelo grande exemplo que é um sonho coletivo que vem a ser realizado. Muito obrigada pela referência tão generosa a minha pessoa. Mas eu não me considero e não creio que seja nenhuma heroína do povo negro. Eu creio que Abdias Nascimento, Wole Soyinka, esses nomes mereçam muito mais.

Nós temos, não é isso Frei David, a questão do genótipo e do fenótipo. Essa é uma questão que realmente tem de ser levada em conta, não tenho dúvida. Essa sabotagem que se faz contra as ações afirmativas é uma questão muito séria, que nós temos de levar em consideração.

No dia 15, haverá audiência pública. Eu só queria de dizer que a Mãe Beata de Iemanjá iria vir, mas não pode por uma questão de saúde delicada, ficando impedida de viajar.

Eu já ocupei muito tempo, Senador. Quero saudar a cada um dos que estão aqui: Ivanir, muito obrigada pelo seu testemunho, Senador Paulo Paim, Prof. Anani, a OAB, instituição tão importante para a democracia brasileira. Ainda bem que veio dar a devida importância à questão negra no Brasil.

Senador Paulo Paim, muito obrigada por acolher essa sugestão desta audiência pública e por tudo o que senhor vem fazendo no Parlamento brasileiro.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu é que agradeço.

Pessoal, será muito rápido o encerramento.

Eu combinei com a Elisa. Quando o Abdias fez 90 anos, eu fui convidado a fazer uma fala para ele lá no Itamaraty, em nome do Congresso Nacional. E eu sempre disse que se alguém quiser me homenagear ou a qualquer um de nós aqui, homenageie também em vida, e não depois da morte. E eu tive a alegria de fazer essa homenagem para ele.

Eu pensava – e vou ser muito rápido, podem crer – e essa poesia eu já li algumas vezes. Então, na noite que antecedeu, confesso a vocês com toda a sinceridade, olhando a lua e as estrelas, pensando: o que eu vou falar para o Abdias? Ele é um ícone de todos nós!

E como eu sou metido também a escrever, e ele foi um grande poeta, escrevi um poema para ele. Fui lá pedi a palavra – eu era o indicado para falar, para homenageá-lo pelo Congresso – e disse: Olhe, Abdias eu escrevi ontem à noite um poema para você, para você que é o poeta dos poetas. Vou ler para você aqui. E a poesia é a seguinte:

Abdias do Nascimento

Tua vida, Abdias, foi dedicada a essa causa, a nossa causa, a cauda da nação negra [e ele estava ali sentado ao teu lado].

Abdias, meu velho e querido Abdias, o nosso povo há de contar em versos e prosa [e está sendo contada]

A história de um guerreiro, a história de um lutador.

Os poetas, Abdias, vão lembrar, falando de você, de paz, de rebeldia e, tenho certeza, a emoção será tão forte como é hoje o que sentimos quando ouvimos a batida do tambor.

Falarão de um homem negro de cabelos brancos e barba prateada que, independentemente do tempo, nunca parou.

Fez da sua guerra a nossa batalha, como ninguém.

Nunca tombou [e ele estava ali ouvindo].

Foi dele e é nossa a bandeira da igualdade, da justiça e da liberdade.

Abdias, tu és exemplo para todos nós.

Tu és um homem que viveu à frente do teu tempo.

Que as gotas de sofrimento arrancadas do teu corpo se tornem pérolas, luzes a iluminar a jornada do nosso povo, da nossa gente.

Tu nos deixas uma lição de vida.

Viverás para sempre junto de nós.

A rebeldia de tuas palavras, que somente os guerreiros ousam, estão cravadas na história da humanidade, nos nossos corações e mentes.

Sei que não estás preocupado em agradar a todos, mas sei que a mensagem é: jamais, jamais deixem de lutar e sonhar.

Sonhem, não aquele sonho bonito que tu gostarias que acontecesse num passe de mágica, se tornasse realidade, mas, sim, o sonho que com nossa luta haveremos de tornar realidade.

Esse, sim, será o fruto da tua, da nossa vitória.

Aí eu disse no encerramento: viva a nação negra! Viva Zumbi dos Palmares! Viva o gigante dos gigantes, Abdias do Nascimento!

Vida longa para ti, Abdias, porque as tuas ideias nunca hão de morrer! (*Palmas.*)

Está encerrada a nossa audiência pública.

(Iniciada às 9 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.)

ATA DA 70ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2015, TERÇA-FEIRA, NA SALA Nº 2, DA ALA SENADOR NILO COELHO, SENADO FEDERAL.

Às oito horas e quarenta e seis minuto do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e quinze, na sala 2, da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senador Paulo Paim**,** reúne-se a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Hélio José, Omar Aziz, Valdir Raupp, Sérgio Petecão, Flexa Ribeiro e Vicentinho Alves. A presente reunião destina-se à apreciação da seguinte pauta: **Audiência Pública**, nos termos do Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 125 de 2015-CDH, de autoria do Senador Telmário Mota e outros, para: "Discutir o Trabalhismo no Brasil, em homenagem à memória de Getúlio Vargas, agora que se completam 61 anos de sua morte". O Senhor Presidente informa que a presente audiência é realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado. O Senhor Presidente faz suas considerações iniciais, apresenta os senhores convidados, solicita que tomem lugar à mesa, e passa-lhes a palavra, nesta ordem: Senador Elmano Férrer; Moacyr Roberto Tesch, Diretor-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Rodrigo Rodrigues Costa e Lima, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores – CUT/Brasília; João Vicente Goulart, Presidente do Instituto João Goulart; Oswaldo Maneschy, Assessor Especial, representante do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE; José Augusto Miranda Souza Ribeiro, Jornalista e Escritor da trilogia "A Era Vargas". Às oito horas e cinquenta e quatro minutos, o Senhor Presidente passa a presidência para o Senador Telmário Mota. O Senhor presidente passa o áudio do Capítulo Final da Radionovela "O Tiro". O Senhor Presidente faz o seguinte encaminhamento: agendar reunião com o Governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, com objetivo de debater a retomada da construção do Memorial João Goulart. Fazem uso da palavra os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota, Elmano Férrer e Valdir Raupp. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dez horas e quarenta e nove minutos; e para constar, eu, Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio, Secretária da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a 70ª Reunião Extraordinária da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública nos termos dos Requerimentos nºs 125 e 131, de 2015, de autoria do nosso amigo e querido Senador Telmário Mota, para debater o tema: o trabalhismo no Brasil, em homenagem à memória de Getúlio Vargas, agora que se completam 61 anos de sua morte.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Convidados para esta reunião da Comissão de Direitos Humanos, em uma data tão significativa e importante para todos nós – tanto para meu querido Senador Telmário Mota, que fez questão de vir abrir a reunião, como para o Presidente da Comissão –, como é praxe nesta Comissão, para que todos entendam, sempre passo a Presidência para o autor do requerimento, hoje o Senador Telmário Mota.

Eu queria, de imediato, convidar para fazer parte da Mesa o Senador Telmário Mota, que, em seguida, passará a presidir. (*Palmas.*)

Convido também o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Diretor-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (CONTRATUH); convido o Sr. Rodrigo Rodrigues Costa e Lima, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores. (*Palmas.*)

O Sr. João Vicente Goulart, Presidente do Instituto João Goulart, filho de João Goulart, que sempre esteve conosco aqui em todos os embates – inclusive, posso falar de público, deu um depoimento na minha última campanha no Senado, transmitido para o Rio Grande do Sul; convido o Sr. Osvaldo Maneschy, Assessor Especial, representante do Ministério do Trabalho e Emprego, e o Sr. José Augusto Miranda Souza Ribeiro, jornalista e escritor da trilogia *A Era Vargas*.

Eu tenho um pequena introdução, que vou fazer daqui. Depois, eu vou para ali. Não pensem que vou embora, porque eu não vou. Vou sentar ali e participar do debate.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Nada! Sou parceiro aqui de vocês. Sou militante da causa.

Faço uma pequena introdução para que as pessoas que estão assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado e acompanhando pela Agência Senado possam ir se situando, e vou passar em seguida a Presidência para o Senador.

É com enorme prazer que abrimos, neste momento, esta audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal. Essas audiências já se transformaram em uma tradição do Congresso Nacional. É um fórum de debates que, democraticamente, se tem prestado à discussão sobre os mais variados e relevantes temas da vida nacional.

Desta vez, por iniciativa do nobre Senador Telmário Mota, do PDT, de Roraima – estive lá e percebi o carinho que aquele povo tem por você, não será Governador se não quiser –, iremos discutir o trabalhismo no Brasil, inclusive, em homenagem à memória de Getúlio Vargas, neste ano em que se completam 61 anos da sua morte.

É impossível, todos sabem, falar em trabalhismo no Brasil sem nos referirmos a Getúlio Vargas, sem lembrar João Goulart, sem lembrar Pasqualini, sem lembrar Leonel Brizola, homens que deram sentido e corpo a essa expressão. Mas Getúlio fez mais do que defender o ideário trabalhista. Ele foi à prática e instituiu no País a CLT e todo um rol de questões que eu não vou levantar neste momento, mas que estão aqui no documento.

Entre os direitos implantados por essa legislação, hoje, infelizmente, alguns já a consideram ultrapassada, do que discordamos radicalmente. A CLT não está ultrapassada. Pelo contrário, há uma onda conservadora querendo investir contra a CLT e contra o que há de melhor na Constituição. E podem ter certeza de que estaremos aqui dentro do Congresso no bom combate permanente, defendo tudo aqui que surgiu na era Getúlio, Brizola, João Goulart, com muita convicção.

Por isso, meu amigo Telmário Mota, quero aqui dar a minha saudação a você por este momento em que traz este debate aqui à Comissão de Direitos Humanos, sem prejuízo da sessão que teremos no plenário do Senado, depois das 11h.

Termino dizendo: se toda a produção é realizada por intermédio do trabalho, por que o trabalhador pode ser sempre o grande sacrificado? Não pode e não deve.

Essa foi a linha adotada por aquele a quem homenageamos no dia de hoje.

Vejo que o Senador Elmano chegou. Peço uma salva de palmas a S. Exª, a quem vou fazer companhia já em seguida. (*Palmas.*)

Permitam-me que eu diga algo que nunca esqueci e já termino. Eu tinha quatro anos, sou de 1950, e Getúlio morreu em 1954. Eu me lembro de que estava no terreiro da casa, como chamam, no pátio da casa. Lá éramos 10 filhos, e meu pai nos reuniu e disse a seguinte frase: "Meus filhos, morreu o pai dos trabalhadores!" Essa é uma frase que muita gente usou, mas ele também pegou a frase para ele. Eu tinha quatro anos de idade e nunca me esqueci dessa frase. Ele chorou naquele momento ao dar esse relato para o filho.

Há outro momento da história que vou lembrar aqui. Ele pegou a foto do Brizola, do João Goulart e do Getúlio – ele as tinha na parede, era trabalhista até debaixo d'água! –, ele pegou as três fotos e escondeu debaixo do colchão, dizendo: "Se os que deram o golpe chegarem aqui, vamos todos presos!" Isso mostra que ele tinha compromisso e tinha lado na história.

Com esses dois episódios que mostram a importância deste evento, deste momento, e o meu compromisso com o mundo do trabalho e dos aposentados e de todos os discriminados, que é, digamos, o que leva o trabalhismo pelo Brasil e pelo mundo, encerro a minha participação aqui na Presidência.

Senador Valdir Raupp, com enorme satisfação, passo a palavra e a Presidência dos trabalhos para o autor do requerimento. Como eu digo na Comissão, quem encaminha o requerimento, quem encabeça o requerimento é quem preside a reunião.

O Senador Telmário Mota assume a presidência neste momento. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Quero dar os meus cumprimentos a todos que nos acompanham, a nossos convidados que nos honram com suas presenças neste momento tão importante do Brasil. Este dia vai trazer, com certeza, uma grande reflexão. Mas quero também cumprimentar o Senador Raupp, que é também da nossa região e gostaria de solicitar o Senador Elmano Ferrer para vir compor a Mesa. (*Palmas.*)

Bem, nós vamos dar início aos nossos trabalhos já cedo, porque, mais tarde, às 11h, teremos uma sessão solene em homenagem aos 60 anos da morte de Getúlio Vargas.

Eu gostaria também de fazer um anúncio: estamos tendo dificuldade no acesso. Acho que vocês tiveram algumas dificuldades. Por isso os nossos convidados estão se atrasando.

Mas esta sessão tem por objetivo debatermos o trabalhismo, porque vemos algumas alas querendo avançar em conquistas que são fundamentais e que foram fundamentais na história do Brasil. Sem nenhuma dúvida Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Pasqualini e tantos outros vivenciaram...

Hoje, por exemplo, nós tínhamos convidado, se não me falha a memória, Waldir Pires, que na época foi Ministro. Ele foi contemporâneo e vivenciou aquele momento. Então, seria importante que hoje tivéssemos esses depoimentos, essa reflexão, porque, a cada dia, somos surpreendidos com alguns avanços inexplicáveis.

O Senador Paim está fazendo ainda uma peregrinação pelo Brasil inteiro com relação a essa questão da terceirização. O Senador Paim tem sido um esteio junto conosco, um baluarte nessa luta. Ontem o Senador Elmano dizia: "O Paim é o herdeiro natural disso tudo, Telmário". E o privilégio de ser gaúcho, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sabe o que um amigo meu diz, quando falam isso: "Vai falando; vai falando. Se a moda pega, de repente..."

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Tudo acontece. Como a palavra tem poder, vamos exercitá-la.

Sem nenhuma dúvida, hoje trouxemos ilustres convidados. Todos, naturalmente, devem ter um bom recado, uma boa lembrança, um bom momento, uma reflexão, defendendo, com muita veemência, os seus pontos de vista. Vamos, então...

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Diz o Paim que Senadores aqui têm privilégio nesta Casa.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, senhores convidados, quero dizer que sempre tive uma simpatia muito grande por Getúlio, mesmo tendo nascido exatamente um ano, exatamente um ano... Porque eu fiz 60 anos ontem, dia 24 de agosto. Nasci no mesmo dia... (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É assim, ele pensa que não vamos ter direito ao bolo, vamos ter direito, sim. Vamos todos para o gabinete dele. Soube que lá a confeitaria está completa.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu nasci no mesmo dia da morte de Getúlio. Completei 60 anos ontem, mas sempre tive uma simpatia muito grande por Getúlio. As leis trabalhistas que Getúlio implantou sobrevivem até hoje, por mais de 60 anos.

Foi um homem, sem dúvida, extraordinário, muito inteligente, que implantou as bases não só das leis trabalhistas, mas do desenvolvimento do nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado. E quero parabenizá-lo e dizer que a vida tem esses ciclos: uns vão, outros voltam. No momento de dor que o Brasil vivia pela perda de um grande líder, nascia um outro. O Senador Raupp – com toda sinceridade, você sabe disso; Governador, Senador, a esposa foi várias vezes Deputada – é querido demais em seu Estado, tem um trabalho brilhante.

Ainda ontem, Acir falava que vocês andaram peregrinando pelo interior de Rondônia, vendo e inaugurando obras.

Ali a sua marca, Raupp, já está registrada. Jesus, para implantar o Cristianismo, não andou muito longe de sua terra natal. E, sem nenhuma dúvida, respeitadas as dimensões, em seu Estado, você tem sido um brilhante Parlamentar. Aqui dentro, é um homem que tem esse sentimento conciliador, tem esse sentimento de regulador da política. É um homem centrado e, a cada dia mais, quando vemos que a temperatura está alta – e o Senado é um pires para esfriar o café –, nessas horas, V. Exª está bem.

Parabéns a V. Exª.

Então, vamos começar ouvindo o Osvaldo, assessor especial, representante do Ministério...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, nessa onda em que o Senador fala só uma frase, há que se reconhecer que o Valdir Raupp é um dos principais Líderes do PMDB, que é o maior Partido do Congresso e está sendo fundamental para a manutenção do Estado democrático de direito. Não fossem posições como a dele, segurando segmentos aqui dentro do Congresso e, naturalmente, com o apoio do PMDB, estaríamos em uma situação muito complicada.

Por isso, que a sessão de hoje é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sem dúvida. E o Raupp sabe que eu estava fazendo campanha para ele ser o Líder do Governo. Ele sabe disso, mas os Partidos se entendem.

Bom, vamos ouvir o Osvaldo, que vem representar o Ministério do Trabalho.

O SR. OSVALDO MANESCHY – Obrigado, Senador. Para mim, é uma honra estar representando aqui o Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, em uma data tão importante para o Brasil e para os trabalhadores brasileiros.

Eu, como o Senador Paim, também tinha quatro anos de idade e lembro exatamente, aos quatro anos, quando chegou a notícia na Ilha do Governador, onde eu morava no Rio de Janeiro. Foi aquele trauma. Lembro que a minha mãe saiu correndo assustada, quando escutou a notícia no rádio – era o tempo da cultura do rádio – e foi para a casa da minha tia, que morava perto, e minha tia, que era uma getulista ferrenha – assim como meu pai também, trabalhista, eleitor de Getúlio Vargas e de Jango –, estava na sala, chorando, chorando, agarrada a um retrato autografado que ela tinha em casa – que era um dos orgulhos dela – de Getúlio Vargas.

Então, foi algo muito dramático, e o fato de estarmos aqui, 61 anos depois, lembrando dessa data, acho que é muito importante. Quero parabenizá-los, Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e Senador Telmário Mota, do meu Partido, o PDT, pela iniciativa de, 61 anos depois, lembrarmos Getúlio Vargas. E, de certa forma, também a sua carta-testamento. E Darcy Ribeiro nos dizia – e ele sempre afirmou isso, assim como Brizola – que é o maior documento político da história do Brasil.

Preparei aqui umas rápidas palavras, que gostaria de passar para os senhores.

Senador Paim, Senador Férrer, Senador Raupp, Senadores e senhores da Mesa que representam a CUT; João Vicente Goulart, filho do Presidente João Goulart; jornalista, meu chefe em *O Globo* e escritor, autor da maior obra que já se escreveu sobre Getúlio Vargas, que é a trilogia *A Era Vargas*, José Augusto Ribeiro, demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, agradeço, em nome do Ministro Manoel Dias, do Trabalho e Emprego, o honroso convite para participar desta audiência pública sobre o trabalhismo, para homenagear a memória de Getúlio Vargas, nesta reunião especial, que lembra os 61 anos de sua morte.

Na opinião de Barbosa Lima Sobrinho e de Darcy Ribeiro, Vargas foi o maior estadista brasileiro de todos os tempos. Foi o mais amado pelo povo e também o mais detestado pelas elites. Isso porque obrigou os donos do Brasil, os descendentes dos senhores de escravos, a reconhecer direitos sociais para os trabalhadores brasileiros.

Vargas criou o salário mínimo, lançou as bases para a industrialização no Brasil, valorizou as nossas riquezas naturais, criou o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, a jornada de 8 horas para os trabalhadores brasileiros, a estabilidade no emprego. Vargas criou o sábado livre, criou o direito de sindicalização e também o direito – que era caso de polícia – de o trabalhador fazer greve.

Na prática, Getúlio Vargas legalizou a luta de classes e criou as bases de um Brasil moderno. As empresas estatais criadas por ele foram e são estratégicas para o desenvolvimento do Brasil. Cito apenas duas delas: Petrobras e Eletrobras. Há muitas outras, mas não vou aqui citar porque são muitas.

Vargas foi o grande líder do trabalhismo brasileiro, corrente que nos deu João Goulart, o Presidente constitucional deposto pelo golpe de 64, não pelos seus erros, mas pelos seus acertos, e Leonel de Moura Brizola, o comandante da campanha da legalidade, que, pela força da opinião pública, pela rede nacional de rádio que montou naquela ocasião, derrotou os golpistas que, aqui de Brasília, tentavam impedir a posse do Vice-Presidente constitucional João Goulart.

Brizola descrevia o trabalhismo, do qual era fiel seguidor, como um guarda-fogo do povo brasileiro. Guarda-fogo, para quem não é gaúcho, é uma expressão gaúcha que lembra os invernos frios da campanha, onde o gaúcho sempre tem, em seu fogão crioulo, no galpão da sua fazenda, uma madeira grossa mantendo o fogo. Quando ele se levanta pela manhã, ainda de madrugada, para ir trabalhar no campo, ele assopra um pouco esse tição e, pronto, recomeça o fogo. E essa mesma madeira dura está lá exatamente para conservar o fogo. Quando ele volta do trabalho, no fim do dia, para tomar o seu chimarrão sopra de novo o tição, e o fogo aparece novamente.

Brizola descrevia o trabalhismo como o guarda-fogo do povo brasileiro. Quando é grande a impostura, quando as coisas ficam pouco claras, quando tudo fica muito difícil de compreender, quando tudo se confunde e fica difícil enxergar a luz no túnel, o trabalhismo é aquela madeira de tronco duro, que mantém o fogo da nacionalidade, mantém os valores do nosso País e do nosso povo. E basta um sopro para o brasileiro sentir arder o seu patriotismo, seu desejo de posse plena de nosso País, posse de nossas riquezas e de nosso trabalho.

Hoje, vivemos dias assim. Há uma campanha para negar o inegável. O Brasil avançou e avançou muito nos últimos anos, e não podemos permitir que o retrocesso avance. Neste momento, por exemplo, se discute nesta Casa, no Senado Federal, um projeto que, na prática, acaba com a Lei do Petróleo, com a Lei da Partilha, de 2010, e temos todos, brasileiros nós, de nos mobilizarmos pelos empregos e pelas riquezas do Brasil.

Não é admissível que se tire da Petrobras os 30% que ela possui das megajazidas do pré-sal, estimadas em trilhões de dólares, e esses trilhões de dólares sejam entregues a empresas, na maioria, multinacionais estrangeiras. Já há 102 delas aqui, explorando o nosso petróleo e uma única explorando esse petróleo pelos interesses do Brasil, que é a Petrobras.

Também não é admissível que ela deixe de ser a operadora única do pré-sal. O operador de um campo de petróleo é quem decide tudo. Antes de começar a exploração já está decidido quem é a empresa exploradora, porque as decisões são tomadas antes de se começar a exploração. É o operador que decide quantas platafor-

mas são necessárias para explorar aquele campo. É o operador quem decide quantos poços de petróleo precisam ser perfurados, no sentido do melhor aproveitamento dessa jazida, qual a tecnologia a ser empregada e onde comprar os equipamentos necessários.

Quero dizer para os senhores que as empresas estrangeiras estão no Brasil há 18 anos, graças à Lei do Petróleo, de 1997, e nenhuma plataforma foi construída no Brasil por encomenda de qualquer uma dessas 102 empresas que operam no Brasil. Todas as plataformas de petróleo que foram construídas em nosso País foram construídas por encomendas da Petrobras, e é importante que se compreenda também que os empregos, na área de exploração de petróleo, estão exatamente na hora de planejar, no momento de se construir as plataformas, na hora de se comprar os equipamentos.

É o efeito multiplicador da indústria do petróleo que conta, não é a exploração pura e simples do petróleo que emprega muito pouca gente, e nós estamos falando aqui em uma Comissão de Direitos Humanos; estamos falando aqui em nome dos trabalhadores do Brasil e pelo Ministério do Trabalho do Brasil.

Por isso, senhores, é uma ótima hora para lembrarmos Getúlio Vargas, o brasileiro que, com a sua visão de futuro, do melhor para o Brasil, criou a Petrobras em 1953. Naquela época, não tínhamos petróleo.

É bem diferente hoje, temos bilhões de barris de petróleo no nosso pré-sal, sem falar no pós-sal, em que há outra regulamentação da Lei do Petróleo, exatamente para exploração do pós-sal. E a Petrobras sempre foi combatida, antes de nascer, desde o seu nascimento e está lá a Petrobras registrada na também na carta-testamento de Getúlio Vargas.

Por isso, para encerrar, não custa lembrar dois pequenos trechos da carta-testamento que Vargas divulgou no dia em que se matou com um tiro no coração, para sair da vida e entrar na história.

Vou ler para os senhores apenas pequenos trechos:

Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, me insultam; não me combatem, me caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes do Brasil.

Sigo o destino que me é imposto.[...] Não querem que o povo brasileiro seja independente. [...]

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma pressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. [...]

E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória.

(Soa a campainha.)

O SR. OSVALDO MANESCHY –

Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço do seu resgate. Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calunia, não abateram o meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte.

Amigos, a luta continua.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero registrar a presença do Senador Donizeti Nogueira, do PT, de Tocantins, que muito nos honra. S. Exª se caracteriza com esse chapéu. Ele disse que hoje viria de chapéu, porque Getúlio sempre andava de chapéu. Está aí, fazendo uma justa e completa homenagem.

Fiquei muito emocionado. Ontem, tive a oportunidade de assistir a um documentário do ex-Presidente João Goulart. É uma história que o Brasil... As coisas vão se atropelando, vão acontecendo, Senador Paim, e aí as novas gerações não vão tomando conhecimento de quantos brasileiros democráticos, de civilidade, de patriotismo, do quanto eles enfrentaram a força internacional, aquela guerra fria, mas com um propósito.

Vendo aquele documentário, entendemos quanta responsabilidade teve João Goulart ao evitar o derramamento de sangue, porque ele tinha uma tropa muito fiel, que não iria, como se diz, arredar.

Mas eu estava falando para o Senador Elmano da fala dele, do tição. Nunca mais havia ouvido a palavra tição, que é muito peculiar em toda região. Veja que a palavra vem lá do Rio Grande do Sul, e usamos muito o tição na nossa região, onde a maioria dos fogões são a lenha ainda. Para mim, que nasci em comunidade indígena, o tição fez parte do fogo que preparou aquela comida da nossa existência.

Mas, continuando os nossos trabalhos, temos um vídeo interessante da rádio-novela no Senado de cinco minutos. Vamos intercalar. Depois de dois ou três oradores, vamos passar o vídeo que é muito importante,

se vocês assim concordarem. Aqui, o Senador Paulo Paim faz a coisa bem democrática. Então, temos nos espelhar em S. Exª.

Com a palavra, agora, o Sr. João Vicente Goulart.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Bom dia, Presidente, Senador Telmário Mota; bom dia, meu querido companheiro Paim. Para nós hoje é uma satisfação enorme estarmos participando desta Mesa, que representa os 61 do desaparecimento do Presidente Getúlio Vargas, figura esta que, sem dúvida alguma, representa um grande ícone do trabalhismo e um grande condutor de várias outras figuras – como disse Telmário –, como Jango, Brizola e outros tantos que lutaram pelo progresso dos que lutaram pelo progresso do Brasil e pelo desenvolvimento social dos trabalhadores brasileiros.

Falar de Getúlio Vargas é falar, sem dúvida, no homem que deu o grande desenvolvimento da Nação brasileira, não só com o fim da política do café com leite, como também no primeiro passo para o desenvolvimento industrial do Brasil, quando, em plena guerra, ele obrigou o Presidente americano a vir ao Brasil e instalar a primeira siderúrgica brasileira, a CSN, em Volta Redonda, para que assim desse o ponta pé inicial de nosso desenvolvimento.

O trabalhismo, sem dúvida, foi um dos grandes movimentos de proteção aos trabalhadores e de proteção à nossa soberania, ao nosso nacionalismo. O trabalhismo nos trouxe, sem dúvida alguma, grande parte das conquistas dos trabalhadores brasileiros: o salário mínimo, o voto feminino, a sindicalização do Brasil, a sindicalização rural. O trabalhismo nos trouxe, já no período Jango, o 13º salário.

São conquistas sociais que nós estamos vendo que, a cada tanto, existe um movimento de direita, um movimento das classes conservadoras brasileiras, um movimento que quer retirar, sob vários argumentos, como disse o Senador Paim no começo, e são direitos inequívocos já conquistados pelos trabalhadores brasileiros.

Direitos não se retrocedem, direitos nós não podemos retroceder, temos de avançar. E, quando se propõe esse tipo de avanço, se criam essas classes conservadoras; que se criaram em 1954, que se criaram em 1961, que se criaram em 1964. Estamos vendo grande parte hoje da classe conservadora brasileira tentando impedir e até falando em *impeachment* de um Governo democrático, legitimamente eleito, que é o Governo da Presidente Dilma.

A minha preocupação, no dia de hoje – inclusive o dia de hoje também é o dia da geração de uma grande crise no Brasil, é o dia da renúncia do Presidente Jânio Quadros, 25 de agosto –, é que isso nos traz à memória essas crises que o Brasil superou naquele momento, nos traz à memória a posição do Governador Leonel Brizola – talvez um dos movimentos políticos mais importantes desta Nação, que foi a resistência ao golpe de Estado, através do movimento da legalidade do Rio Grande do Sul –, e vemos também essas novas pressões sobre o Congresso Nacional, para retroceder os direitos dos trabalhadores.

Senador Paim é um dos líderes que tem lutado e levantado o grito para que não aconteça esse tipo de retrocesso. Vieram novas teses e dizem que a CLT, como disse o Senador Paim, está superada. Nada está superado quando são direitos emanados e conquistados pelos trabalhadores.

Fala-se, hoje, em uma reforma fiscal que possa endireitar o Brasil; uma reforma fiscal que, como dizem os sindicatos, os sindicalizados, os operários sindicalizados, sempre cai em cima do lombo do trabalhador. Ou seja, para redirecionar a política fiscal, temos que propor o sacrifício dos trabalhadores. Aconteceu isso, em 1954, quando Jango encaminhou o projeto de 100% de aumento do salário mínimo, pois há muito tempo não havia a recomposição salarial no Brasil , e veio o manifesto dos coronéis; coronéis como o Golbery, o Denis, o próprio Kruel, que são signatários desses manifestos e que depois vieram a ser os generais de 1961 e 1964.

Eu acredito hoje – e é bom, neste momento, falar do trabalhismo, falar do Presidente Vargas, como o grande condutor – que houve sim, em 1961, em 1964, um impedimento do continuísmo da proposta dos direitos dos trabalhadores, que Jango, quando no governo que aprovou o 13º, propôs com as reformas de base para este País.

Até hoje, 50 anos depois, nenhum dos governos democráticos se animou a tocar, por exemplo, na Lei de Remessas de Lucros; 50 anos depois, nenhum dos governos democráticos se propõe a fazer a reforma bancária; 50 anos depois, a nossa educação e a nossa saúde pública continuam do jeito que estão e que todos nós conhecemos.

Nós precisamos unir a sociedade brasileira, unir as forças populares, porque, neste momento de perplexidade, a pior coisa que existe é levantar as mãos e se render.

Paim, Senador Telmário, do nosso Partido, está na hora, acho eu, de propormos novas reformas, reformas para os trabalhadores. Por que não avançar em vez de retirar os direitos desses trabalhadores, em nome da figura de Getúlio, em nome da figura de Jango, em nome da figura de Brizola, e aumentar os direitos? Por que não temos cotas para os filhos dos sindicalistas nas universidades? Por que não propomos uma participa-

ção no lucro das empresas? Por que hoje as nossas montadoras, que estão no Brasil, têm de ter incentivos e têm de retirar dos trabalhadores?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cinco bilhões, esta semana.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Cinco bilhões.

Então, em nome do Presidente Getúlio Vargas, em nome do Presidente Jango, em nome do Governador Brizola, de outros trabalhistas que lutaram, que morreram, também, no exílio, pela liberdade, pela democracia, que lutaram pelos direitos sociais contra uma ditadura que derrubou Jango com 75% da opinião pública a favor das reformas de base, pegou o País com uma inflação de 47% e devolveu ao povo brasileiro uma Nação com uma inflação de mais de 100% e um achatamento salarial nunca visto...

É isso que eles querem de novo? É esse retrocesso que querem essas elites conservadoras que mantêm os seus privilégios cada vez mais fortes, cada vez mais agressivos? Privilégios esses, inclusive, políticos; privilégios esses, inclusive, econômicos. É isso que eles querem, manter os seus privilégios através de uma desestabilização institucional que nós não podemos, de forma alguma, admitir e temos de nos unir.

Eu vejo isso, meu caro Paim e meu caro Presidente Telmário, que preside hoje, nas próprias ações de certas traições.

(Soa a campainha.)

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – E isso houve muito na época de João Goulart, nas traições das alianças que compunham o governo.

Nesta semana mesmo, tivemos a ingrata surpresa de ver cassada a cessão de uso do terreno projetado por Niemeyer, aqui no Eixo Monumental, que não é um culto a Jango, é apenas um espaço de memória e de justiça, porque Niemeyer queria fazer ali um relato, para que se contasse às novas gerações o que foi a queda da democracia e o que foi a herança da ditadura. Lamentavelmente – de parte de um Governo, entre aspas, dito "socialista" –, o próprio Governador Rollemberg cassou covardemente o terreno, de uma penada. E o pior, não foi ele que cassou, mandou o Secretário apenas publicar uma declaração de nulidade, depois de oito anos que de esse processo ter passado em todos os governos anteriores, passado em todas as repartições necessárias para a outorga desse terreno.

São essas traições transvestidas de esquerda que nós temos de olhar, detidamente.

Eu queria, Senador Paim, que preside esta Comissão, formalizar oficialmente, neste dia, por meio da Presidência do Senador Telmário, uma denúncia para que esta Comissão investigue a trama política que existe por trás da decisão desse Governador Rollemberg, que traiu, de forma covarde, a luta de anos daqueles que lutaram pela liberdade e pela democracia, daqueles que tombaram no caminho do exílio, das mortes, dos cárceres e das torturas deste País.

Eu quero encaminhar aqui, Presidente, a defesa do Instituto João Goulart diante das arbitrariedades que falam aqui para cancelar a cessão de uso do terreno, e , inclusive, não é uma doação, como alguns órgãos de imprensa tentam dizer, é uma cessão de uso, onde tudo que se faria naquele terreno passaria a integrar o patrimônio do GDF. Eu quero deixar esse registro para que se investigue.

Também quero agradecer aos Srs. Senadores, porque o Governador está atropelando a assinatura de mais de 50 Senadores a favor do memorial. E esta é a Casa em que nós devemos fazer essa denúncia. Peço-lhe, Presidente Paim, que encaminhe essa denúncia aos órgãos competentes e que chame os responsáveis, chame o Ministério Público diante disso que nós estamos denunciando, que é uma cassação política, porque as elites aqui de Brasília não querem escutar e nem querem um espaço de memória e justiça que conte ao povo brasileiro e às novas gerações a grande queda de nossa democracia, o dia 1º de abril de 1964, que nos trouxe 21 anos de ditadura.

Eu encaminho isso e, em nome do Presidente Getúlio Vargas, e em nome de Jango e do trabalhismo, quero dizer que a nossa luta continua e que ela não vai parar por aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente Telmário, me permite?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sim, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu já queria responder ao nosso querido João Vicente Goulart, filho de João Goulart, que, de pronto, nós poderíamos tomar duas posições: uma, se V. Exª concordar, nós – V. Exª que está no exercício da Presidência, e eu, Presidente – vamos ao Governador Rollemberg, convidando outros Senadores, entregar esse documento, mostrar nossas preocupações e pedir que ele reveja essa posição.

Hoje, às 13h, eu tenho um almoço com a Bancada do PSB e também levarei essa questão, para que a Bancada do PSB, aqui no Parlamento, assuma esta posição para que ele reveja essa postura. E, se não rever, nós

faremos o bom debate, o bom combate, como sempre fizemos, na linha que o nosso querido Presidente João Vicente Goulart apontou; de forma tal que a gente faça uma discussão mais profunda do porquê houve essa reversão de um fato que, para nós, era consumado. Nós estávamos até discutindo como é que iríamos fazer a obra. Essa era a discussão que estávamos fazendo. E, por isso, eu proponho esses dois encaminhamentos de pronto.

O terceiro seria algo mais fundo e mais forte, no campo inclusive da Justiça, para rever essa posição, se V. Exª concordar também, que é o Presidente em exercício no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Paim, sem nenhuma dúvida, as sugestões de V. Exª estão acatadas por esta Mesa. E, vejam vocês, como o destino, às vezes, marca com muita profundidade.

João Goulart foi cassado no exercício do mandato e foi o único Presidente que morreu fora do País. Agora, depois de morto, cassado novamente, porque na hora em que vai ter o seu memorial, a sua história, a nossa história, a história do Brasil, de repente, um Governador, sem ter nenhuma preocupação com a história, com a vida...

E olha vou recomendar a ele entrar de férias e ir ao Rio Grande do Sul, porque eu estive esse dias no Rio Grande do Sul, Senador Paim, em Canela, fui fazer uma fala para a mulherada que está ali, a Fabiane que nos levou lá, e, quando eu chegava àquelas Câmaras Municipais, já reconhecia a história daquele povo dentro daquela Casa Legislativa. Ao entrar, os murais já iam contando toda a história. O povo gaúcho é muito conservador nesse sentido, ele mantém a sua história.

Um povo que não tem a sua história é um povo em extinção. Parece que a vida começa a partir de cada governante. Cada governante acha que a história daquele local vai começar a partir dele. Sem nenhuma preocupação, ele passa por cima de toda uma construção anterior e atropela.

Então, é lamentável. Mas está acatada a sugestão do Senador Paim, e nós vamos, sem nenhuma dúvida, fazer esse encaminhamento.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Senador Telmário, só para ilustrar um pouco mais, ele cassa pela segunda vez, depois que o Senado brasileiro devolve o mandato ao Presidente João Goulart, depois que o Senado brasileiro anula a fatídica sessão do dia 2 de abril de 1964, que declara nula a Presidência da República, e depois que a Presidente Dilma lhe devolve as honras de Chefe de Estado.

Eu acho, sinceramente, que, para a história política do PSB, é uma grande mancha o que esse Governador está fazendo. Até porque, Senador Paim, pela primeira vez, o PSB teve lugar na administração de um governo, através de grandes líderes, como foram Evandro Lins e Silva, Hermes Lima, que compuseram o governo João Goulart, a convite do Presidente Jango, e o Governador Arraes, que foi uma grande companheiro, não somente de batalhas, como de exílio do Presidente João Goulart, inclusive, mandando avisar o Presidente, através do sistema de informação da Argélia, que ele estava na lista da Operação Condor.

Eu acho que o Governador Rollemberg errou na medida, na época e no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu queria aproveitar e pegar aquele documentário para levar de presente ao Governador, para ele, na sua reflexão, dar uma olhada.

Quero aqui registrar a presença do Senador Hélio José, que tem essa incumbência – Senador Hélio José, olhe para mim – de ir com a gente ao Governador do Distrito Federal, ao qual o senhor é coligado, ajuda e o apoia. V. Exª é um homem sensível, trabalhador, defende muito o trabalhador, e nos honra muito a sua presença aqui. Nós iremos lá rever essa questão dessa cessão do monumento ao nosso Presidente João Goulart.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E do espaço.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Presidente, pode contar comigo.

O SR. JOÃO VICENTE GOULART – Eu estou encaminhando isso a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Depois, vamos registrar essa entrega do documento, Senador Paim, ou deixar aqui para fazer um registro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria colocar aqui que os três Senadores de Brasília foram signatários também do documento que pede para poder rever essa questão. Eu assinei, Cristovam assinou, Reguffe era o último, acho que deve ter assinado também, não tinha nada contra.

Conte comigo nessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Obrigado.

Bom, então, agora nós vamos ouvir mais um orador, em seguida, nós vamos ouvir a telenovela, porque ela é de rádio, mas ela é realmente muito importante.

Concedo agora a palavra ao José Augusto Miranda Souza Ribeiro, jornalista, escritor da trilogia *A Era Vargas*.

O SR. JOSÉ AUGUSTO MIRANDA SOUZA RIBEIRO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais membros da Mesa, senhoras e senhores, o Presidente Getúlio Vargas morreu há 61 anos, há mais de meio século. Muito mais do que ao nosso passado, ele pertence ao nosso futuro, porque as causas pelas quais ele lutou continuam ou resolvidas pela metade, ou muito ameaçadas.

O Presidente Getúlio nasceu sob o signo da campanha abolicionista, para libertar o Brasil da vergonha e da humilhação de ser o último País dito civilizado a manter o regime escravagista. No mesmo ano em que ele nasceu, foi fundado o Partido Republicano do Rio Grande do Sul, que era muito mais republicano, um partido apaixonadamente abolicionista. Um Partido que, antes da Lei Áurea, de 1888, conseguiu libertar, sem indenização, 90% dos 60 mil escravos que existiam no Rio Grande do Sul.

Em 1882, havia 60 mil escravos, número que tinha caído para 6 mil, em 1988, quando veio a Lei da Abolição. Só que a abolição na família Vargas começou antes da Lei Áurea, bem antes, porque o pai dele, que era proprietário de terras em São Borja, emancipou, sem indenização, os seus escravos, por ser o presidente regional do Partido Republicano, em São Borja.

Getúlio foi alfabetizado por um ex-escravo da família Vargas, o ex-escravo Amaro, e o primeiro amigo de infância dele, o grande amigo de infância era filho desse ex-escravo Amaro. Então, ele cresceu ouvindo, vivendo os episódios da campanha abolicionista. Isso, eu tenho certeza, que já formou no seu espírito a convicção de que a principal missão de qualquer governo, a principal missão de qualquer partido político, é promover a justiça social. (*Palmas.*)

Mas ele compreendeu logo, muito jovem que não há justiça social sustentável sem desenvolvimento econômico.

Em 1906, ele tinha apenas 24 anos e foi escolhido, pelos colegas da Faculdade de Direito, para fazer o discurso de saudação ao presidente eleito, Afonso Pena, que visitava o Rio Grande do Sul.

Nesse discurso, ele antecipou 60 anos um tema que só da década de 1960 se tornou corrente, no debate econômico no mundo inteiro. Ele protestou contra o que ele chamou acuação da história, que condena países, como o Brasil, a recomprar industrializados, os produtos da sua própria exportação.

Ele estava se referindo ao minério de ferro, que o Brasil começava a exportar em bruto, por preços cada vez mais baratos, para poder comprar, com as respectivas receitas, todos os produtos siderúrgicos de que se utilizava, automóveis, trilhos, locomotivas. O Brasil importava tudo. Até as grades que foram encomendadas para proteger as mudas de árvores plantadas na recém-inaugurada Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro, até essas grades foram importadas.

Então, Getúlio, com 24 anos, em 1906, já levantava um tema que voltou a ser recorrente em nossos dias. Só que a semântica mudou, as palavras mudaram, não se fala mais em produtos primários, hoje falamos, glamorosamente, em *commodities*.

E o que ele pregava, em 1906, era que o Brasil precisava deixar de importar *commodities* para beneficiar os produtos da sua riqueza mineral, das suas riquezas naturais, em geral, e, se fosse o caso, exportar produtos com alto valor agregado. Só que, naquele época, ainda não existia o conceito de valor agregado, isso em 1906. Então, já aí ele aliou a ideia da justiça social ao desenvolvimento, como fazer justiça social naquele Brasil de 1906, um Brasil pobre, atrasado, agrícola, exportador exclusivamente de commodities, e importador de quase todos os industrializados que precisava consumir.

Até, peço desculpa pela grosseria da lembrança, a louça sanitária dos banheiros do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, até os mictórios do Teatro Municipal do Rio de Janeiro eram importados pagando, na época, em libra inglesa e, depois, em dólar.

Graças a Getúlio Vargas o Brasil deu um grande salto, a partir da Revolução de 30, e se transformou em um país industrial, em certo momento chegou a ser a sexta economia industrial do mundo, e acentuou essa retomada do seu desenvolvimento no segundo governo dele.

Agora, ele entendeu também, talvez pela lembrança da história do Rio Grande do Sul, que não há desenvolvimento autônomo, igualmente sustentável, se o País não tiver soberania. E, em defesa da soberania do Brasil, foi que ele, desde a Revolução de 1930, se empenhou em transformar a nossa economia e a nossa vida social.

As primeiras medidas dele, ao tomar posse na Presidência da República, em novembro de 1930, foram as criações do Ministério do Trabalho e da Educação, para resgatar, como ele mesmo disse, a imensa dívida social que o Brasil tinha acumulado no período da Colônia, no período da Monarquia, com a escravidão, e, depois, na República Velha, com a indiferença que essa república, dominada pelos barões do café, sobretudo de São Paulo, Minas e do antigo Estado do Rio de Janeiro, a indiferença com que trataram não só os antigos escravos libertados, como também os trabalhadores livres.

Os republicanos do Rio Grande do Sul tiveram uma porção de derrotas, no início da República. A única vitória que tiveram foi a de escrever, na Constituição, o princípio da eleição direta do Presidente da República.

Bom, então, Getúlio, logo que criou esses ministérios e começou a decretar as primeiras leis trabalhistas, se ocupou de duas questões econômicas que eram estratégicas: a questão do ferro, que o Brasil exportava em bruto para, em troca, comprar produtos industrializados, produtos siderúrgicos, e já a questão do petróleo, no início de 1931.

A situação que ele encontrou, na questão do petróleo, foi que cabia aos governos estaduais outorgarem livremente concessões de petróleo. Então, foi uma farra de concessões na República Velha. O grande Estado do Amazonas, foi dividido em...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ AUGUSTO MIRANDA SOUZA RIBEIRO – ...seis fatias, quatro das quais entregues às subsidiárias do Grupo Standard Oil, americano, e as outras duas a outra multinacionais. Ele, então, proibiu que qualquer concessão fosse feita sem autorização do Governo Federal. E foi avançando.

No primeiro governo, ele criou o Conselho Nacional do Petróleo, no segundo governo, criou a Petrobras. E na campanha de 1950, ele tornou claras essas preocupações ao dizer em um discurso, em Salvador, então, capital da nossa maior província petrolífera, o seguinte: "Quem entrega o petróleo, entrega a soberania do País".

Criou a Petrobras e deu a vida para preservar a Petrobras, a legislação trabalhista e as suas outras conquistas sociais. A respeito da questão da Petrobras, na crise de agosto de 1954 e do suicídio do Presidente Vargas, eu tomarei a liberdade de relembrar um episódio que me foi narrado pelo então Senador Francisco Dornelles, hoje Vice-Governador do Estado do Rio e filho do General Mozart Dornelles, que foi sub-chefe do gabinete militar do Presidente Vargas, no segundo governo.

O General Mozart Dornelles conhecia, tinha relações de amizade antigas com o então rei da mídia no Brasil, Assis Chateaubriand, com quem foi conversar sobre a campanha violentíssima, a campanha cruel, a campanha rancorosa, como nenhuma outra havia sido antes, contra o Presidente Getúlio, em agosto de 1954.

Só havia duas televisões no Brasil, uma no Rio, outra em São Paulo. Ambas de propriedade de Assis Chateaubriand que, portanto, exercia o monopólio privado da televisão no Brasil. A rede de comunicação de Chateaubriand mantinha jornais em todos os Estados e rádios em todos os Estados. Tudo isso estava entregue aos inimigos do Presidente Getúlio Vargas, sobretudo ao jornalista Carlos Lacerda, que era o mais perigoso deles, o mais sem cerimônia com os fatos.

Então, o General Mozart foi ao Chateaubriand e disse: "Chateaubriand, por que esse ódio todo contra o Presidente Getúlio?" O Chateaubriand respondeu o seguinte: "Mozart, eu adoro o Presidente Getúlio, eu sou o maior admirador do Presidente Getúlio, basta ele desistir da Petrobras que eu tiro as televisões, as rádios, os jornais dos inimigos dele e entrego para quem ele quiser, para fazer a defesa do seu governo. Agora, ele tem que desistir da Petrobras."

O General Mozart voltou para o Palácio do Catete, naturalmente decepcionado, surpreendido com a franqueza daquela chantagem, onde encontrou o então Ministro da Justiça Tancredo Neves, a quem narrou a visita que havia feito ao Chateaubriand, e perguntou: "Tancredo, você acha que eu devo contar isso ao Presidente Getúlio?". Tancredo Neves, então respondeu: "Mozart, acho que você deve, já que houve esse encontro, contar ao Presidente Getúlio. Agora, tanto você como eu sabemos de uma coisa, o Presidente morre, mas não desiste da Petrobras. (*Palmas.*)

O Presidente morreu, o Presidente sacrificou a sua vida. E, por ele ter praticado esse ato de heroísmo, nós temos hoje a Petrobras nos dando, concedendo ao futuro, já não da nossa geração, talvez não da geração dos nossos filhos, a geração dos nossos netos e futuros descendentes, essa coisa assombrosa que é o pré-sal. Só o Brasil descobriu pré-sal, outros países poderiam tê-lo descoberto.

Mas, como me disse o grande herói do pré-sal, em uma entrevista que eu fiz com ele, o então diretor Guilherme Estrella, da Petrobras, que apostou tudo na campanha do pré-sal: "Só uma empresa como a Petrobras pode chegar a uma conquista como essa. Porque empresas privadas têm a obrigação prioritária de cuidar do interesse e dos dividendos dos seus acionistas. A Petrobras tem que cuidar prioritariamente dos interesses do futuro do Brasil." E foi o que ela fez e é o que ela continua fazendo, graças ao sangue e ao sacrifício heroico do Presidente Getúlio Vargas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Por isso o pré-sal é do povo brasileiro, mas há pessoas querendo entregá-lo.

Bom, eu sempre digo que: "água mole em pedra dura, tanto bate até que fura". De tanto a gente ver telenovela, eu falei telenovela aqui, mas eu quero fazer uma correção, eu ainda sou do tempo muito anterior à telenovela, da radionovela. E é exatamente agora que nós vamos ouvir, rapidamente, cinco minutinhos.

Vamos ouvir.

(Procede-se à exibição de áudio.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bem, como esta reunião é interativa, nós temos os cinco capítulos da radionovela, basta acessar o *site* do Senado: www.senado.leg.br/radio.

Continuando a nossa reunião, vamos agora ouvir o Rodrigo Rodrigues Costa e Lima, Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

O SR. RODRIGO RODRIGUES COSTA E LIMA – Muito obrigado, Senador Telmário Mota, em seu nome saúdo toda a Mesa, saúdo também o Senador Paim, Presidente da Comissão. Bom dia a todos e a todas que estão aqui presentes.

Quero solidarizar-me ao repúdio que se faz aqui, pela medida do Governador Rollemberg de manchar a memória de João Goulart, cassando, pela segunda vez, como bem disse o João Filho, após inclusive ter sido revogada pelo Congresso, a sessão que o cassou como presidente.

Esse tipo de medida se alinha a um temor extremo que se tem na sociedade brasileira, pelas elites, de qualquer tipo de avanço dos direitos dos trabalhadores e da sua memória. Não basta não avançarmos nos direitos, tem-se que excluir qualquer memória que traga o direito dos trabalhadores como algo que aconteceu.

Recentemente, a Câmara Legislativa aqui do Distrito Federal também aprovou uma legislação que muda o nome da ponte que leva o nome de um ditador, ainda aqui em Brasília, homenageando Honestino Guimarães como novo nominatário da ponte. Até o presente momento, apesar de a Central Única dos Trabalhadores ter oficiado o governador, demonstrando seu apoio a essa medida e requerendo uma audiência para que possamos apresentar o próprio apoio, não nos foi sequer respondido.

O Governador Rollemberg, infelizmente, não representa os interesses da classe trabalhadora, uma vez que se alinhou, desde a sua eleição, às forças mais conservadoras que estão em curso no Brasil, inclusive sendo ele escolhido pelo seu Partido, infelizmente, pela memória inclusive daqueles que construíram o Partido Socialista Brasileiro, o porta-voz do apoio da candidatura que se colocava em oposição à candidatura da Presidenta Dilma, e que foi erguida novamente ao posto de Presidenta pela força popular e pela mobilização popular.

Acho que nós temos que fazer uma pressão, e dou aqui a palavra da Central Única dos Trabalhadores também em apoio à memória de João Goulart. É impossível se falar de Getúlio Vargas sem lembrar de João Goulart, sem lembrar de Leonel Brizola, sem lembrar de tantos outros que são herdeiros do trabalhismo, sem lembrar, inclusive, do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que sempre revogou a memória desses presidentes que fizeram pelo trabalhador, como ele também fez.

Vindo aqui falar de Vargas, é importante destacar um aspecto muito especial sobre Getúlio. Ele foi um dos poucos que governaram este País e que tiveram uma visão estadista do Brasil, que tiveram uma visão global do Brasil, para além dos privilégios de uma pequena elite. Vargas nada mais fez do que modernizar o Brasil para que todos e todas tivessem direitos garantidos daquilo que se produzia como riqueza e daquilo que era a grandeza do Brasil. Não por isso fez o reconhecimento dos direitos trabalhistas através da Consolidação das Leis do Trabalho, não por isso reconheceu direito de voto às mulheres, não por isso reconheceu que a riqueza nacional deveria ser utilizada para a construção do desenvolvimento brasileiro.

Vargas foi, então, um trabalhista que defendeu arduamente o direito dos trabalhadores, e, muitas vezes, inclusive falado pelo próprio Tancredo Neves, que foi seu Ministro, assim como João Goulart, que Vargas não era – aliás, Tancredo negava o título de populista de Getúlio, dizendo que ele concedia aos trabalhadores nada mais do que lhe era justo, e nada mais além disso, palavras de Tancredo Neves –, Vargas, então, era um árduo defensor do trabalhismo, árduo defensor da classe trabalhadora, assim como foi depois João Goulart. E, por conta dessa sua defesa aos direitos da classe trabalhadora, foi perseguido pela imprensa e pelas elites, que se faziam como porta-voz da própria imprensa.

Os *Diários Associados*, que era de Chateaubriand, é o mesmo que controla a mídia hoje aqui em Brasília inclusive, e que faz pressão ao atual Governador para que ele não deixe que a memória de um Presidente que teve sensibilidade aos interesses da classe trabalhadora seja reverenciado.

Então, a imprensa neste País, desde a época de Vargas, foi utilizada para atacar aqueles que se alinhavam ao lado dos trabalhadores. Vargas, inclusive, para o seu segundo governo, teve que fazer uma campanha utilizando carros de som, circulando as cidades, fazendo uma caravana pelo Brasil, porque a imprensa unida fazia um discurso contra a volta de Vargas à Presidência, porque sabia que Vargas tinha interesses que não eram aqueles de manter os privilégios da elite.

A Petrobras, como um dos maiores legados de Vargas, é o exemplo maior da sua visão desenvolvimentista do Brasil. Vargas entendia, como depois os seus herdeiros políticos entendiam, os poucos estadistas que chegaram à Presidência deste País, entendia que desenvolver o Brasil era importante para fazer com que as riquezas fossem utilizados a favor do povo.

A Petrobras, que naquela época foi atacada, como bem disse, antes, durante a sua criação e após, hoje, mais uma vez, é alvo dessas mesmas forças entreguistas que não pensam o País de forma a beneficiar toda a população. Mais uma vez a Petrobras tem sido atacada para interesses de privilégio de uma pequena elite do capital nacional e internacional inclusive. E, mais uma vez, colocamo-nos na necessidade de unir forças para a defesa daquilo que é interesse nacional, como o caso da Petrobras. A memória de Vargas deve ser reverenciada neste sentido, no que diz respeito ao trabalhismo.

Vargas também representou uma modernização da política nacional brasileira. Até quando Vargas foi presidente, o que se discutiu era através das elites dos Estados, que fechavam apoio unânime aos candidatos à Presidência. Após Vargas, todos os presidentes passaram a ser discutidos através de partidos com programas ideológicos, partidários. Até Vargas, não existia isso. Então, ele também inaugura uma nova fase na própria política brasileira, em que programas devem ser discutidos, ideias devem ser discutidas, e tão caro isso é a nossa democracia até hoje.

A herança do governo Vargas está até hoje para nós, porque ele foi, com certeza, aquele que inaugurou uma nova fase, em que as elites não escolhiam, num pequeno grupo, quem era o seu presidente, aquele que deveria governar.

Só para se ter uma ideia, todos os presidentes que governaram o Brasil até antes de Vargas eram membros da maçonaria. Decidia-se o governo do Brasil dentro da ordem maçônica, e essa mesma ordem nós sabemos que tenta voltar a tomar esse tipo de decisão.

Muito bem, falar de Vargas, significa falar...

(Soa a campainha.)

O SR. RODRIGO RODRIGUES COSTA E LIMA – ...que houve essa modernização da sociedade brasileira, esse pensamento estadista sobre o que deveria ser o Brasil e como a sua riqueza deveria ser utilizada para beneficiar a maior parte da população.

Quero encerrar dizendo que homenagear a memória e o legado de Getúlio Vargas é continuarmos na luta e na mobilização para garantirmos a manutenção dos direitos da classe trabalhadora, que foram arduamente conquistados.

Aqui, nesta Casa, tramitam dois projetos de lei, agora, neste momento, que são de extrema importância para a classe trabalhadora derrotá-los. Um deles é o PLC 30, que tenta rasgar a CLT, rasgar todo e qualquer direito trabalhista conquistado e consolidado desde Vargas. O PLC 30 é o principal ataque que se faz atualmente à classe trabalhadora... (*Palmas.*)

...e a Central Única dos Trabalhadores está diuturnamente na luta para derrubá-lo. E, aqui nesta Casa, é importante uma mobilização para que isso aconteça.

O outro é o projeto de lei que tenta entregar a riqueza do pré-sal, tirar da Petrobras o direito da exploração do pré-sal e entregar a empresas estrangeiras, alegando-se que a Petrobras, vejam só, não teria condições de fazer essa exploração, sendo ela a empresa que tem a maior tecnologia de exploração de profundidade, como já foi dito aqui.

Então, honramos a memória de Getúlio Vargas fazendo a defesa da Petrobras e lutando para manter o legado dos avanços dos direitos trabalhistas, que foi feito por Vargas e depois seguido pelos seus herdeiros políticos.

Obrigado a todos.

Agradeço a oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom, concluindo aqui. Ouvimos, então, o Rodrigo Rodrigues Costa e Lima, que é Secretário-Geral da Central Única dos Trabalhadores, e vamos ouvir o Diretor-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, o Moacyr Roberto.

Com a palavra, Moacyr.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o Senador Telmário, Presidente em exercício, que propôs esta audiência pública, os Srs. Senadores aqui presente, na pessoa do Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão, os companheiros Rodrigo Rodrigues, representante do movimento sindical aqui presente, João Vicente, na sua pessoa gostaria de cumprimentar as autoridades aqui também, e o nosso saudoso passado ilustre, João Goulart, e o nosso Presidente, o qual nós veneramos, Getúlio Vargas.

Acho que a melhor pessoa para estar aqui no meu lugar talvez não seria tanto eu. Acho que seria o nosso companheiro Francisco Calazans, Senador Paulo Paim; não menos do que eu, mas ele é verdadeiramente apaixonado por Getúlio Vargas. Ele vive seu dia a dia no espelho, trabalhando e sempre enaltecendo as obras do Getúlio.

"Saio da vida para entrar na história". Com essas palavras Getúlio viajou, abandonou-nos, mas nos deixou um legado. O pai do trabalhismo, como assim chamamos, deixou-nos um legado muito forte, que é o legado da nossa CLT.

Muita gente critica muito a CLT. Diz que está ultrapassada, que já está velha demais. Esta Casa mesmo já constituiu duas vezes ou três vezes comissões para reestruturar a CLT, na Câmara dos Deputados da mesma forma, mas ela é tão atualizada e com a visão social que a gente tem que parar às vezes de reclamar e de falar mal da nossa querida CLT e imaginarmos: criação da Justiça do Trabalho, salário mínimo, oito horas semanais – quantos anos nós estamos trabalhando, Senador Paulo Paim, para diminuir a nossa carga, de 44, como foi decidida na Constituição, para 40 horas –, férias remuneradas, estrutura sindical. Hoje muita gente, muita gente mesmo, assim como vários segmentos, tenta denegrir o movimento sindical, a estrutura sindical, dizer que está tudo errado, mas se você olhar os artigos da CLT, o quadro das categorias está tão presente nos dias de hoje, que, muitas vezes, se a gente disser: "O que tem que ser mudado?", talvez tenha que ser colocadas as novas categorias da tecnologia, do mundo moderno, que não foram criadas na oportunidade, mas está presente. A remuneração da mulher, o direito da mulher ser remunerada. O direito à previdência. O direito do menor ser remunerado. O voto da mulher. A questão da Petrobras. O petróleo é nosso. E nós estamos recebendo aqui a defesa do pré-sal, que o pré-sal é nosso, Senador. Acho que é por aí que nós temos que trabalhar.

Discute-se tanto hoje *layoff*, PPR, coisa e tal, mas, lá no passado, já se lembrava a questão do trabalho temporário, já estava sendo previsto que, no Brasil, possivelmente, mais lá na frente, teríamos esta dificuldade da questão do trabalho, o combate do trabalho de mão de obra degradante, o trabalho semiescravo, o combate à terceirização. São situações que hoje estamos vivendo. Há uma corrente muito forte neste País querendo rasgar a nossa velha e querida CLT respeitada, que se não é o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, com o apoio de todos os Senadores daqui... (*Palmas.*)

...inclusive com o apoio do Presidente desta Casa, com um requerimento para visitar e fazer audiência pública no País inteiro, e que tem corrido em todos os Estados, acompanhado pelos senhores Senadores, fazendo audiências públicas com as casas cheias, que é uma forma da resistência em defesa da nossa CLT, caso contrário, possivelmente se passar essa forma da terceirização, nós estaremos rasgando a CLT, jogando fora tudo que foi construído, e que hoje nós, neste momento, viemos fazer essa homenagem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só lembrar que, no dia 25 de setembro, vai ser aqui em Brasília.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Dia 25, inclusive nós estamos aqui trabalhando em Brasília ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – No dia 25 de setembro essa jornada nacional que fizemos, já fomos a 14 Estados, vamos aos 27, mas 25 de setembro é simbólico, e a CUT e a Nova Central estão trabalhando nesse sentido. Toda a Mesa está convidada. Se puderem estar lá, seria muito importante. Vai ser na Câmara Distrital.

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – Nós temos trabalhado juntamente com o Senador Paulo Paim todo o movimento sindical, todas as centrais sindicais, todas, não dá para excluir ninguém desse processo, em defesa da nossa CLT, em defesa do movimento sindical e da nossa estrutura sindical brasileira.

Na semana passada, nós tivemos um grande exemplo nesta Comissão, foi feita uma audiência pública com 20 países, discutindo aqui a questão do direito à sindicalização, do direito de o trabalhador ter o seu sindicato. E essa velha CLT, que é tão criticada... Nos Estados Unidos, que se leva tanta coisa de exemplo, de exemplo, o movimento sindical não tem um sindicato que representa os trabalhadores em comidas rápidas. E aqui nesta Casa, onde nós estivemos na semana passada, com três salas lotadas e 20 países, e quando a gente falava, quando o Senador Paulo Paim, com a sua maestria, falava da estrutura sindical, do movimento sindical como é aqui no Brasil, o mundo inteiro ficou muito preocupado com as propostas que a gente colocava, que ainda há correntes na tentativa de desmoronar essa campanha nossa.

Portanto, Senador Telmário, para nós trabalhadores, para nós que representamos a peãozada, que temos nossa carteirinha assinada, o dia de hoje é simbólico. Nós temos uma obrigação muito grande com o legado que nos foi deixado, João Vicente. Nós temos uma obrigação e um respeito com nossos filhos, com nossos netos, nossos tataranetos, porque se os Srs. Senadores, os Parlamentares e o movimento sindical deixarem fazer o que estão querendo fazer com a nossa CLT, nós passaremos muita vergonha, muita vergonha mesmo com os nossos filhos e os nossos netos quando eles nos perguntarem: "Na época de vocês, vocês tinham uma jornada de trabalho. Na época de vocês, vocês tinham férias remuneradas. Na época de vocês, vocês tinham direito a uma aposentadoria pela Previdência Social [porque hoje estão fazendo de tudo para quebrar a nossa

Previdência Social]. Na época de vocês, vocês tinham uma carteirinha assinada, que dizia quantos anos vocês trabalharam, contando depois de muitos anos, vocês tinham o direito à aposentadoria.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACYR ROBERTO TESCH – E agora o que vocês nos deixaram?" Nós não podemos deixar essa vergonha passar. O legado que foi deixado para nós para dar sustentabilidade à manutenção da nossa CLT está sendo muito árduo.

Faz muitos anos, muito tempo mesmo, que, no movimento sindical, nós temos avançado. Temos avançado muito pouco, muito pouco. Nossas lutas, ultimamente, não têm sido na questão de avançar as nossas reivindicações e os direitos dos trabalhadores. O movimento sindical tem trabalhado em todas as centrais, não tenho procuração de ninguém, mas como a gente trabalha muito junto, as centrais sindicais têm colocado uma trincheira – e o Senador Paulo Paim, Presidente desta Comissão, tem sido peça fundamental, juntamente com os Srs. Senadores desta Casa –, têm colocado uma trincheira para que os trabalhadores percam menos, percam menos, porque por causa do avanço da tecnologia, por atrás do avanço da tecnologia, estão as pessoas que nos vêm tirando, dia a dia, os avanços que nós conseguimos no passado.

Portanto, agradeço a oportunidade mais uma vez de estar aqui presente. Trago o nosso abraço, o nosso respeito ao nosso Presidente José Calixto Ramos, Presidente da nossa Nova Central. Quero deixar muito forte a responsabilidade de todos nós aqui presentes, do movimento sindical e do Parlamento, pela manutenção desse legado que nos foi deixado, porque se nós não fizermos isso, nós vamos passar muita vergonha com nossos filhos, nossos netos e nossos bisnetos.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Ouvimos o Moacyr e ouvimos todos os nossos convidados. E, para concluir o nosso trabalho, nós vamos franquear a palavra ao Senador Elmano Férrer, em seguida ao Senador Paulo Paim, depois a gente faz aí o encerramento.

Senador Elmano Férrer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Senador Telmário, o Senador Cristovam Buarque, pelo qual todos nós temos muito carinho, também do PDT, ele mandou uma pequena justificativa, ele pediu para V. Exª ler.

Eu li, achei muito interessante, e, se V. Exª puder ler, em nome da Presidência, eu acho que merece, até porque é o único que tem, no plenário, levantado a voz contra a terceirização com muita firmeza. Ele, inclusive, essa Agenda Brasil, tudo bem, mas esse, esse, esse e aquele ponto, entre eles, ele defendeu, com muita convicção que não mexam nos direitos dos trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom, então, como o Senador Cristovam Buarque, do meu Partido, que nos honra e honra esta Casa, não pôde vir, mandou aqui, então, uma carta, que nós vamos ler.

Meu caro Senador Paim, lamentavelmente estarei presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia no mesmo horário da audiência sobre Getúlio e o trabalhismo na Comissão de Direitos Humanos, tão bem conduzida por V. Exª, que é um gaúcho e supertrabalhista. Por isso, caso não consiga chegar a tempo, envio esta nota e peço para que seja lida. Jamais vou esquecer o dia 24 de agosto de 1954, quando, aos 10 anos de idade, tive o meu primeiro contato com a política ao chegar em casa mais cedo, por causa da morte do presidente, e encontrar minha mãe na calçada de minha casa chorando. Ela foi operária, tecelã, até o casamento com meu pai, que trabalhava na mesma fábrica como vendedor. Os dois tinham consciência política da importância de Getúlio, seus governos, suas lutas e leis pelos trabalhadores e pelo Brasil. Ali, nascia minha consciência, juntamente com a morte de um presidente e as lágrimas de minha mãe.

No outro dia, a carta de Getúlio estava na parede da sala de jantar, ao lado de uma foto dele e do Presidente norte-americano Abraham Lincoln. Cresci vendo aqueles quadros na parede. Por muitos anos, eu fui capaz de recitar a carta. Faz, portanto, 61 anos que conheci os trabalhistas.

Ao crescer, a consciência foi-se aprofundando e acrescentando outros nomes profundamente fundamentais na minha vida, na minha formação política, como Joaquim Nabuco, José de Castro, Jango, Miguel Arraes, Brizola, Darcy Ribeiro, todos identificados com uma visão de Brasil pela ótica dos escravos e dos trabalhadores, e pela certeza da necessidade de reformas e educação como ferramenta para construir o Brasil.

Hoje, 61 anos depois da presidência de Getúlio, e 51 anos depois da presidência de Jango, ambos derrubados por aqueles que se opunham aos interesses dos trabalhadores e da educação de seus filhos, sinto o pensamento deles ainda mais atualizado. Nunca foi tão importante a necessidade da reforma de bases no Brasil, interrompidas ao meio século, e nunca foi tão importante que os filhos dos trabalhadores tivessem acesso às mesmas escolas dos filhos dos patrões.

Por muitos anos, alguns grupos socialistas contrapunham-se ao trabalhistas, porque estes não defendiam a estatização generalizada do capital. Foi preciso deixar correr a história até o século XXI para que a economia do conhecimento mostrasse que o capital está no conhecimento, que a socialização do capital consiste na distribuição do conhecimento e que o verdadeiro e contemporâneo socialismo está na garantia da escola com a mesma qualidade para todas as crianças do Brasil, independente da renda de seus pais e da sociedade onde quer que eles morem.

Vivam as leis trabalhistas de Getúlio, as reformas de Jango, as escolas de Brizola, o tripé do trabalhismo permanece, que nós, seus herdeiros, devemos manter vivo!

Cristovam Buarque. (*Palmas.*)

Não sei se passei as emoções que ele queria, mas tentei.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passou, sim.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só faltou o sotaque, não é? Mas como mudar, "bichin".

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Meu querido Telmário, Presidente desta reunião especial desta Comissão permanente, na pessoa de V. Exª cumprimento todos os demais membros da Mesa. Um cumprimento muito especial ao querido e estimado Senador Paim. Eu sempre digo que ele internalizou, corporificou todo o ideário do Getúlio, do Pasqualini, do Jango, do Brizola, enfim, de todos aqueles que, do passado e do presente, propugnam por este sentimento de justiça social, de conquistas trabalhistas.

Quando o nosso Telmário perguntou se eu queria falar – aliás, eu estava inscrito na agenda para falar –, eu declinei. Declinei porque, logo mais, como signatário, juntamente com os companheiros Senadores aqui presentes, vamos fazer uma sessão especial no plenário do Senado e devo falar naquela oportunidade. Mas eu não resisti quando ouvi, na radionovela, o tiro.

Aquele tiro, meus companheiros ouvintes aqui presentes, pessoas presentes aqui, ecoou no internato em 1954, onde eu havia adentrado à época, o internato de Crato, na cidade de Crato, que era a Meca cultural do interior do Ceará. Quando houve aquilo, quando se noticiou, parou o internado, a escola. Foi um silêncio sepulcral, não só no Colégio Diocesano de Crato, mas naquela cidade. Não se ouvia nada, virou um silêncio, e eu, com 12 anos – não estou revelando aqui a minha idade –, aos meus 12 anos, tinha chegado no internato no dia 2, após meu aniversário no dia 1º. Aquilo, para mim, foi uma coisa que me chamou a atenção, a morte do Getúlio. E, quando entramos, em seguida, no refeitório, a gente via, eu via, as pessoas que nos serviam, muitas, chorando, sobretudo as pessoas mais simples.

Quer dizer, quem estava se preparando para o ginásio, lembro-me bem dessa passagem, aquilo me marcou, marcou-me nos primeiros momentos de minha vida escolar, começando a buscar entender as coisas.

Isso me levou, depois, a estudar, ler, na minha formação, na formação histórica do Brasil, a formação social, a formação política. E dentro do que a gente lia, que era literatura, sempre, sempre o Getúlio Vargas presente. Na formação econômica, o que representou a CSN, citada aqui por todos, a Vale do Rio Doce também, ou seja, a base da indústria do Brasil estava lá presente. E também onde eu fiz outro curso, tive a oportunidade de fazer, também na formação social e jurídica do Brasil, e a organização política e modernização do Estado, o Getúlio estava presente, com a legislação e aquele legado trabalhista, que eu fui beneficiário dessa legislação, e os Ministérios, Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação, a Justiça Eleitoral, a Justiça Trabalhista.

Posteriormente, ele retorna nos braços do povo, após 15 anos, 15 anos de história democrática e do Estado Novo, daí a importância histórica do Getúlio. Sobre todos os aspectos, ele passava aquele tempo ou ele não faria, não tinha feito o que foi feito. Tão importante foi que, em seguida a 1945, ele volta, em 1951, nos braços do povo e continua o processo de transformação. Numa visão de estadista, chega a criar a Petrobras, em 1953, mas antes, em 1952, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criou o Banco do Nordeste, eu sei o quanto representou para a nossa região o Banco do Nordeste, e outros instrumentos de desenvolvimento de Estado. Ou seja, foi o maior estadista da nossa história e que teve seguidores que se imortalizaram.

Eu vivenciei um momento da história do Brasil, em 1961, quando nosso querido João Goulart estava na China, improvisaram aqui um negócio, um parlamentarismo para não lhe dar o direito de nos governar, mas tanto é que demorou pouco. Ele voltou. No Rio Grande do Sul, tinha um outro discípulo, um outro seguidor do nosso querido Getúlio, que foi o Brizola, e muitos outros líderes. E aqui eu sempre digo, o Paim corporifica, materializa, internalizou todo esse ideário.

Então, isso aí, isso tudo aí, essa passagem, o que foi dito aqui pelos nossos companheiros, pelas lideranças aqui, justifica este momento aqui que nós celebramos: os 61 anos do nosso imortal Getúlio Vargas. E que nós possamos associar todo esse legado, toda essa história aos momentos que nós vivemos hoje.

Aqui foi lembrado, em boa hora, o que o Paim tem representado nesta Casa, neste Congresso, no Senado, como antes o fazia na Câmara, toda a luta pela preservação desses direitos, e novos que nós temos que conquistar.

O mundo está em ebulição, em transformação e o legado do Getúlio tem construído uma base para que nós continuemos lutando pela preservação da democracia, das instituições.

Hoje, veja, aqui se falou em general, e nós, na nossa história, no mês de agosto, sempre deve acontecer um fato novo, e sempre se chamava os generais, os almirantes e os brigadeiros. Nós estamos no 30º ano de uma democracia que a cada momento se consolida. Se estamos vivendo algumas dificuldades, que são conjunturais no aspecto econômico, de outra parte, há uma consolidação muito forte, fortíssima das instituições democráticas e das instituições que formam o aparato do Estado brasileiro. Não se fala mais em chamar generais, almirantes, brigadeiros, etc., para a situação que nós vivenciamos hoje. Ela está nas mãos da sociedade, das instituições, desta Casa, que é a Casa do povo.

Permitam aqui uma pequena digressão, uma pequena digressão que me preocupou dois anos atrás, quando o povo, num movimento espontâneo, essa que é a realidade, permitam-me, o povo foi às ruas, e entrou nesta Casa e deixou recado, deixou um recado aqui para esta Casa: de insatisfação com o Brasil ou com algumas coisas que estão acontecendo no Brasil. E nós, nem Governo, que é transitório, que é passageiro, nem o Estado, que é instituição permanente, nós não fomos competentes, no meu entendimento, para fazer uma interpretação daquele sentimento coletivo. Até hoje eu não sei quem estava por trás, quem eram as lideranças. Aliás, não tinha, era uma coisa muito espontânea. E foi dado o recado.

Então, num momento como este em que a gente celebra a morte, a passagem dessa vida para a vida eterna do nosso Getúlio, que nós procuremos associar todo o seu legado, todo o histórico que ele fez sob todos os aspectos da vida brasileira, política, econômica, social, estrutural, a organização e a tentativa de modernização do Estado. Que nós extraiamos coisas positivas, que possamos, neste exato momento da vida nacional, através do entendimento, respeitando os postulados da democracia e do Estado Democrático de Direito, procuremos uma saída para o Brasil.

Era isto que eu queria, me permitiria, aqui, neste momento, fazer: essas rápidas constelações, laureando a iniciativa do Telmário e, especialmente, do Paim. Aqui, nesta Comissão, tem havido grandes debates. O nobre Senador tem aberto aqui esta Comissão para todos os segmentos sociais do Brasil. Isso é importante. Aqui se transformou num fórum de discussão dos mais importantes temas nacionais.

Por isso, eu queria cumprimentar os dois queridos Senadores, autor e idealizador deste momento que nós vivenciamos aqui. Um abraço e obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Isso é porque ele não queria falar. Ele disse que ia dar só uma palavrinha.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas eu me comprometo que vai ser pouquinho, pouquinho mesmo.

Senador Telmário, Senador Elmano Férrer, amigo José Augusto, amigo João Vicente, amigo Rodrigo Rodrigues e amigo Oswaldo, primeiro eu quero me socorrer do Beto aqui à minha esquerda. O que o Beto me pediu: "Paim, tu me consegues o vídeo desta audiência para eu colocar nas TVs comunitárias?", e eu disse para ele que já está assegurado. Logo que terminar, nós vamos fazer um pedido para conseguir esse vídeo.

Permita também que eu diga que aqui eu realizei, nós realizamos, centenas de audiências públicas, até porque não é a primeira vez que eu presido a Comissão. E, de fato, é uma trincheira do bom debate e do bom combate, em defesa da democracia, da justiça, dos direitos dos trabalhadores, do campo e da cidade, aposentados e pensionistas e combate a todo tipo de preconceito.

De fato, esse é o nosso papel aqui, mas esta audiência pública – objetiva, rápida – foi uma das melhores de que eu participei, pelo seu caráter político, social e com viés econômico, apontando para o País.

Eu tomo a liberdade de dizer para vocês que, no momento tão difícil que vive o nosso País hoje, que saudade, que saudade de Getúlio, de João Goulart, de Brizola e de Pasqualini. Que saudade. Que falta eles nos fazem no momento em que atravessa o País, como o atual.

O Trabalhismo aqui mostrado por vocês dá um pouco de luz, porque o povo brasileiro, por onde eu tenho passado – e eu tenho viajado o País todo, com problema de coluna, com dor aqui e dor ali, mas tenho ido –, eu noto que as pessoas querem luz, querem saber o que fazer, para onde vamos, qual é o caminho. E nós não estamos mostrando o caminho. Nós não estamos mostrando o caminho.

Quando o Presidente Renan, corretamente – porque há um espaço vazio na política –, apresenta a Agenda Brasil, nós sabemos que essa Agenda Brasil tem problemas. Eu quero conversar com ele; o Telmário já falou, no plenário; o Cristovam já falou; há problemas. Nós precisamos, de fato, de um projeto de desenvolvimento – como foi aqui colocado –, em uma visão macrossocial, política e econômica, olhando o meio ambiente,

olhando os direitos que não queremos que retrocedam. Eu tenho muito medo, em um momento como esse, do ataque à CLT, à Constituição, à própria democracia.

Por isso, eu cumprimento a todos. Eu tomei nota de todos. Todos foram brilhantes, e inclusive destaco a carta do Senador Cristovam.

Mas, como quero ser rápido, eu me lembrei aqui, e vocês, mais do que eu, sabem o nome do autor desta frase. Eu vou ampliá-la um pouquinho só. A frase diz: Queiram ou não queiram alguns, quando lerem e quiserem escrever a História do Rio Grande e do Brasil, principalmente, vão ter que molhar a pena no sangue de Getúlio, no sangue de João Goulart, no sangue de Brizola, e eu diria no sangue também de Pasqualini, queiram ou não queiram.

E quando escreverem essa História, com certeza, se tiverem as propostas que o Trabalhismo apresenta ao País, nós avançaremos, avançaremos muito mais, em uma visão macro, na qual o ser humano esteja em primeiro lugar. Vida longa ao Trabalhismo!

Eu tenho orgulho de dizer que os meus velhos pais, que estão lá no alto, sempre me apontaram esse caminho. O destino quis que eu caminhasse pelo Partido dos Trabalhadores, mas disse, na época em que assinei ficha, que o meu coração estava dividido entre o Trabalhismo e o PT, na sua fundação. Viva o Trabalhismo! Que dê luz a todos nós.

Muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Como alguém tem que encerrar, coube a mim!

Mas eu quero, primeiro, dizer que este é um dia muito especial. Podem acreditar nisso. Imaginem uma pessoa que começou a vida, aos nove anos, trabalhando como vaqueiro; sentou em um banco de escola, aos 11 anos de idade; filho de uma empregada doméstica, que nasceu em uma comunidade indígena; saí de Vereador para Senador; e hoje, tenho o privilégio de ser Presidente de uma audiência da maior importância.

O Paim foi muito feliz. Nós estamos aqui revivendo um momento histórico da vida brasileira, de pessoas cujas vidas estão envolvidas, direta ou indiretamente, ou se confundindo com a vida do povo brasileiro.

O Brasil hoje tem sede, tem necessidade de políticos como os que acabamos de citar e tantos outros. O Brasil precisa de um estadista. O Brasil precisa de um homem ilibado. O Brasil precisa de um nome de referência. O Brasil precisa de um conciliador. O Brasil precisa de um mediador. O Brasil precisa de uma pessoa que tenha o sentimento, a cara, a vontade, o desejo, a garra, a determinação, o amor dos brasileiros. Estamos carentes disso, no nosso País.

Mas nós temos capacidade de nos reerguer, de chegar, e não deixar – como diz o velho ditado – a peteca cair. Nós temos a obrigação moral de recuperar o Brasil, neste momento, que está longe até das grandes crises que o País já viveu, está até longe. Mas a falta de uma liderança, a falta de um guia que mostre o caminho que temos que percorrer, talvez...

Na minha terra, há animais que se chamam porcos catitus, porcões. Os caçadores eliminam o guia, para dispersar o rebanho. Então, com a falta do guia, o rebanho fica disperso. Precisamos nos encontrar, precisamos dar as mãos, precisamos buscar esse caminho.

Aqui, Senador Paim, eu agradeço, de coração, V. Exª nos oportunizar estarmos aqui, nesta Casa, é uma gentileza absoluta de V. Exª, que tem feito do Senado a Casa do povo. Quando V. Exª traz, para a Comissão de Direitos Humanos, o debate, com todas as categorias, V. Exª está oportunizando, ampliando o conhecimento, buscando uma melhor memória, balizando o melhor caminho, para que erremos pouco e caminhemos abraçados com o sentimento popular. Sem nenhuma dúvida, o desafio é grande, mas a vontade é maior.

Nós vamos hoje encerrar este momento, e eu quero dedicar esta reunião em memória de Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Pasqualini, Darcy Ribeiro e todos os outros grandes brasileiros que partiram, mas deixaram um legado, deixaram saudades, deixaram ensinamentos.

Senador Paim pode falar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Dá para encaixar aí o Abdias e o PDT também? Ontem fizemos uma sessão de homenagem, casualmente, ao PDT.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Estão encaixados.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pelo compromisso de todo esse time de que você falou com o povo negro.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – É verdade.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Só para concluir.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Viu? Senador é Senador.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Contamina. Aqui se contamina.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que Senador fala ....

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – O que eu nunca entendi... É que se falou em PDT. Permitam-me. Eu nunca entendi. Eu sou do PTB. Nunca fui de outro partido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É da matriz trabalhista.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Pela história, eu nunca entendi: PDT dacolá... (*Ininteligível.*)

Entendo uma coisa só. Até mesmo o PT. Uma das coisas, do ponto de vista político-partidário, social, quer dizer, uma das coisas mais importantes, do século passado, foi a construção do Partido dos Trabalhadores. De onde saiu o Lula? Em 59, ele saiu, em um pau de arara, do interior do Nordeste, para chegar e construir tudo isso. Claro que não foi só ele. A Igreja, a Igreja de Dom Hélder, de sociólogos, como o nosso Celso Furtado, e aí vai... Não posso nem falar demais, porque senão eu vou me entusiasmar.

Mas, meu querido João Vicente, olha, você é a síntese de um dos homens que entrou para a História do País. Eu não sei como é que você vê este Partido que Getúlio, seu pai, Brizola, Pasqualini, enfim, até os pais de dois Senadores que estão aqui... Os pais de dois Senadores! O do Senador Armando Monteiro e o do Senador Collor, um ex-Presidente. Os pais, os avós foram fundadores. Como é que eles veem... Você, que está aqui presente, testemunhando toda esta reunião, como é que amanhã vamos conversar? Como é que você vê PDT e PTB? Será? Só eu sou, parece-me, do PTB. Deve haver outros, mas só há o velhinho aqui. Eu, lá no Piauí...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Lá no Rio Grande do Sul, há um grande líder, o Zambiasi, que honra muito a história do PTB.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Pois é, eu o conheci. Eu o conheci inclusive como Senador. Eu era Prefeito de Teresina e eu vim aqui, com o Senador João Vicente – com o mesmo nome do João Vicente Goulart –, e nós conversávamos. Então, meu querido João Vicente e os outros trabalhistas que estão aqui, trabalhadores, nós fomos precursores. Os trabalhistas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Da mesma cepa.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Então, será que amanhã nós não poderíamos estar juntos? Será? É a pergunta que eu deixo a você. E a deixo a muitos que estão aqui. Será?

Por que isso? Por que essa divisão? Eu sei que Westphalen passou, Brizola, etc, mas você poderia...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Olha só o brilhantismo desta reunião. Aqui está se pregando, abertamente – e eu quero dizer que eu assino embaixo –, por que não o PTB e o PDT chegarem a um caminho, quem sabe boa parcela do PT? E vou parar, porque...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Será que você poderia ajudar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... porque eu estou assinando o ... (*Risos.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Você poderia fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só pode, porque Paim...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Porque, partindo-se do Rio Grande do Sul... O Rio Grande do Sul possui os heróis desta Pátria. Claro que estou menosprezando os outros Estados, mas, em termos de Trabalhismo, de transformação do Estado, das conquistas sociais, políticas, enfim, o Rio Grande do Sul sempre foi o apanágio de tudo isso. Então, será que nós não estamos aqui diante de uma pessoa – você –, porque eu sempre disse que você corporifica todo o ideário desses grandes gaúchos, e aqui nós temos o filho, o rebento...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seu convite é o mais explícito... (*Risos.*)

... e o mais bonito que já recebi para ir para o PTB!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Com a devida permissão aqui do nosso Rodrigo, uma das inteligências...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Rodrigo entende. O Rodrigo fez uma vida política.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Desculpe-me. Desculpe a quebra do Regimento, mas eu acho que a reunião se transformou – como o nobre Senador disse – em uma reunião tão agradável, sob todos os aspectos: o conteúdo, a representatividade que temos aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Por tudo!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Enfim, permitiu-me fazer essa pequena digressão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me. Eu tomei nota do que cada um falou. Todos foram brilhantes. Eu, se pudesse, pediria até uma cópia de cada um dos discursos, para embalar os meus discursos, que vou ter que fazer, no dia 28, no Paraná, para a Frente Nacional Democrática e Popular ampla, em defesa do momento que estamos vivendo.

Se vocês puderem... Eu vou pedir para a Taquigrafia. Quero mesmo, de coração.

Há uma contribuição do Beto, de quem não falei, e sabem o que o Beto me disse? Ele é assessor do Sistema de Comunicação do Senado: "Paim, tu sabes que o próprio Trotsky – ele é trotskista, eu não, mas ele é –

elogiava muito o Getúlio? E pedia, no Brasil, que defendessem as ideias de Getúlio?" Ele foi assassinado em 40, e o Getúlio, em 54. Para se ver essa visão do Trabalhismo de forma universal, que o Brizola tentou levar para o mundo, inúmeras vezes, quando havia os encontros dos socialistas, em diversas partes do mundo, que o Brizola e o João Goulart lideravam.

Mas eu já falei demais. (*Risos.*)

Se me permitirem uma salva de palmas a toda a Mesa. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Bom, antes de encerrar a reunião, quero, cumprimentar todos os que compuseram a Mesa e o público presente. Quero parabenizá-los. Sem nenhuma dúvida, o Senador Paim tem toda razão: a fala de todos foi uma grande contribuição, cada um trouxe uma mensagem forte, um destaque e um grande aprendizado.

Quando o Senador Elmano Férrer estava falando com o Paim, fazendo um convite velado, eu estava me lembrando que o Paim disse: "Eu vou almoçar com o pessoal do PSB". Eu fiquei foi preocupado! (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já pediu um almoço... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu fiquei preocupado nessa hora! Por que não almoça com o pessoal do PDT, ou janta? (*Risos.*)

Olha, você já tem um jantar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Também me convidou aqui o assessor do Requião. E essa missão, com certeza, é do João Vicente Goulart. Essa missão, de fato, foi o ponto triste dessa discussão.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Tomara que pare por aí. Tomara que pare por aí. O Paim sabe disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou levar. Vou levar o documento.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Vamos encerrar, então, a reunião. Quero agradecer a todos.

Está encerrada a reunião. Muito obrigado.

Todos estão convidados para ir ao plenário, onde teremos uma sessão solene.

Quero que o Senador Paim venha aqui, para fazermos o registro da entrega do documento do Vicente.

Obrigado.

(Iniciada às 8 horas e 46 minutos, a reunião é Vencerrada às 10 horas e 49 minutos.)

ATA DA 22ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 2015.

Às oito horas e trinta e dois minutos do dia cinco de agosto de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Férrer, Jorge Viana, José Pimentel, Ivo Cassol, Edison Lobão, Waldemir Moka, Romero Jucá, Sérgio Petecão, Davi Acolumbre, Douglas Cintra, Vicentinho Alves e Eduardo Amorim. Assina a lista de presença o Senador, não membro desta Comissão, Otto Alencar. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, bem como da Reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração (Subminera), que são dadas como lidas e aprovadas. Tem início a apreciação da pauta. Item 1 – Mensagem (SF) nº 46, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Rubens Carlos Vieira". Relatoria: Senadora Sandra Braga. Relatório: matéria pronta para deliberação. A pedido do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, o Senhor Presidente propõe o início do processo de votação, que é aprovado. Resultado: sabatina realizada com indicação aprovada, sendo 20 (vinte) votos favoráveis, dois votos contrários e nenhuma abstenção. Item 2 – Mensagem (SF) nº 47, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO FENELON DAS NEVES JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino". Relatoria: Senador Valdir Raupp. Relatório: matéria pronta para deliberação. Resultado: sabatina realizada com indicação aprovada, sendo 19 (dezenove) votos favoráveis, três votos contrários e nenhuma abstenção. Atuaram como escrutinadores os Senhores Senadores Hélio José e Acir Gurgacz. O Senhor Presidente registra a presença do Senhor Ex-deputado federal e Ex-senador, Chiquinho Escórcio. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Valdir Raupp, Vicentinho Alves, Walter Pinheiro, Ricardo Ferraço, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Hélio José, Ivo Cassol, Acir Gurgacz e Otto Alencar. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e quinze minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores da Comissão e da reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Informo a todos os presentes e a quem nos acompanha que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

Item 1 da pauta.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 46, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor

JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Rubens Carlos Vieira.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senadora Sandra Braga
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 15/07/2015 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF;
2. Reunião destinada à sabatina do indicado.

Item 2.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 47, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 12 da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, o nome do Senhor RICARDO FENELON DAS NEVES JUNIOR, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Carlos Eduardo Magalhães da Silveira Pellegrino.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Em 15/07/2015 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do artigo 383 do RISF;
2. Reunião destinada à sabatina do indicado.

Dessa forma, convido para que tomem assento à Mesa os Srs. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz e Ricardo Fenelon das Neves Junior, indicados ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). (*Pausa.*)

Dando sequência à nossa pauta, concedo a palavra aos indicados para que possam expor as suas ideias, tendo em vista as indicações feitas.

Após as exposições, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar os indicados.

Portanto, com a palavra o Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, para fazer a sua exposição.

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Bom dia a todos!

Ex$_{mo}$ Sr. Senador Garibaldi Alves, Presidente desta Comissão; Ex^{mo} Sr. Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente desta Comissão; membros da Mesa; Srªs e Srs. Senadores; todos os representantes desta vasta Federação brasileira; membros do Poder Judiciário; da Polícia Federal; da Defensoria; da Anac; demais servidores das instituições aqui presentes; membros da imprensa; familiares; membros da aviação; minhas senhoras e meus senhores, antes de tudo, permitam-me agradecer e externar o quão honrado me sinto, como servidor público de carreira, por estar aqui, perante o Senado da República, para apresentar ideias e convicções, escutar e aprender, certo de que o aprendizado é contínuo, por mais que tenhamos conhecimento adquirido.

Por isso, com o meu agradecimento inicial, quero dizer que venho, de maneira humilde, apresentar um pouco de minha vida profissional e colocar-me à disposição para as perguntas que V. Exªs entenderem necessárias.

É indubitável que a aviação civil em nosso País tem passado por transformações positivas e significativas com a criação da Anac em 2005 e seu efetivo estabelecimento em 2006. A Agência absorveu e depurou os ensinamentos necessários advindos da história do antigo DAC; criou, em bases sólidas, o seu caminho hodierno, fazendo com que os seus índices, sobretudo naquilo que é a sua missão institucional e deve ser a busca constante daqueles que nesta área, direta ou indiretamente, trabalham – a segurança –, sejam alvissareiros.

E digo segurança em seu conceito amplo na língua portuguesa, incluindo aí *safety* e *security*, tão pormenorizadamente estudados na Convenção de Chicago, de 1944, criadora da Organização Civil Internacional, coluna cervical da aviação mundial, e onde tive a honra de servir como membro da delegação brasileira por mais de dois anos.

A análise de qualquer dado estratégico, em qualquer área da Anac, não deixa dúvida de que a Agência, com a dedicação e o esforço profissional de seus servidores, vem trilhando um caminho de sucesso, pavimen-

tando um horizonte ainda mais promissor. Basta percebermos que, desde a sua criação, a Agência, como uma das mais robustas aeronaves, soube passar pelas mais diversas turbulências e, assim, já em 2009, quando o Brasil criou o seu Programa de Segurança Operacional, feito em conjunto com o Comando da Aeronáutica, a Anac, a par das mais diversas atividades, estabeleceu também o seu programa de segurança operacional específico e passou a cobrar e a orientar a implementação dos sistemas de gerenciamento de segurança operacional por parte de cada prestador do serviço de aviação civil.

E eis, então, que, para dar um exemplo, o número de acidentes no País, relacionado por milhão de decolagens, tem ficado formidavelmente positivos. Enquanto a média dos acidentes com fatalidades, por milhão de decolagens, no mundo, é de 0,46% e a própria meta da OACI (Organização de Aviação Civil Internacional) gira em torno de 0,84%, o Brasil chegar aos seus 0,21% por milhão, e com tendência de número ainda melhor.

O mesmo se poderia dizer das questões afetas a irregularidades, sejam elas de tripulação ou aeronave, sem contarmos os ganhos com a melhoria do processo de facilitação nos aeroportos, com MRTDs, *e-gates* e diversos outros itens sobre os quais, em razão do tempo, não cabe discorrer neste introito.

Senhoras e senhores aqui presentes, é com denodo e afinco, visando, antes de tudo e sempre, a segurança da aviação civil, que me ponho à disposição dos senhores para, honrando a confiança depositada, colocar toda a força de trabalho que possuo e minha experiência como servidor da área para buscarmos, juntos e integrados, voos ainda maiores.

É muito comum, ao tratarmos ou mensurarmos as questões da aviação civil, compararmos nosso País às grandes nações do mundo, como um grande *player* mundial, e realmente o somos. Temos um espaço aéreo imenso, um território continental e, no que diz respeito à aviação civil, números que trazem inveja a muitos, basta olharmos a nossa aviação geral, uma das maiores do planeta. Exportamos pilotos para os mais diversos países em quase todos os continentes. Mas, ao compararmos, e para que a medida valorativa certa seja dada, precisamos entender as desigualdades que existem nos sistemas mundo afora e nos quais estamos inseridos.

Quando falamos, por exemplo, da FAA, que cuida de uma das maiores malhas do mundo, precisamos ter em mente que a Agência, além de ter uma história vinculada a um período anterior à criação da própria ICAO, em 1944, possui mais de 47 mil funcionários e um orçamento regular de US$17 bilhões, enquanto a Anac possui um efetivo previsto de aproximadamente 1.700 servidores, atualmente defasados em cerca de 34%, e dez anos de existência.

Por isso, penso eu – e quem conhece meu trabalho como Secretário Nacional para Grandes Eventos do País sabe disso – que, para trabalharmos com segurança e outros itens afetos à Agência, a integração com outras instituições e o fortalecimento institucional e de sistemas precisam ser uma meta cotidiana. Otimização e capacitação de mão de obra são essenciais para que possamos compensar a ausência com um trabalho qualificado e digno.

Senhoras e senhores, segurança é tudo em aviação. Quando preparávamos a estratégia nacional para os grandes eventos – e aqui gostaria de ressaltar que falo, realmente, no plural porque ninguém faz nada absolutamente sozinho –, com uma equipe comprometida e qualificada, buscava conscientizar a todos que a falha no planejamento de segurança significava impedir que quase 200 milhões de brasileiros pudessem levantar suas cabeças. E o mesmo posso dizer em relação à aviação: trabalhar com o que temos de maneira apaixonada, comprometida, ouvindo e decidindo de maneira independente e responsável, significa manter a cabeça erguida de todos os que agora passam a usar esse meio de transporte. E olhem que a quantidade de pessoas que utilizam transporte aéreo no Brasil já ultrapassou, proporcionalmente, o número daqueles que andam em ônibus de longas distâncias.

Perdoem o meu otimismo, mas sou por natureza daqueles que buscam visualizar a metade cheia do copo. E acredito que a Agência tem um futuro promissor. Como membro da delegação brasileira no Canadá por mais de dois anos, ou mesmo antes, lutei para que tivéssemos implantado no País, por exemplo, o API, o Sistema Avançado de Informações de Passageiros. E hoje já o temos. A Polícia Federal e a Receita Federal já o utilizam e, até onde tenho conhecimento, um módulo já está sendo gerado também para a Anvisa.

Mas não podemos parar por aí. As gerências específicas da Anac e a Conaero podem fomentar para que avancemos para o PNR, e quem sabe o API, oferecendo mais segurança aos voos, em especial à tripulação e aos passageiros.

Nesse passo, busquei, a todo custo, que o País conseguisse seu alinhamento institucional interno, para que o Brasil passasse a fazer parte do PKD, o sistema da ICAO que traz mais segurança e beneficia a facilitação aeroportuária. E graças à união entre Anac, MRE, PF e ITI, passamos a fazer parte de um seleto grupo de países-membros.

Participei do comitê jurídico e das aprovações relativas à Convenção de Tóquio, de 1963, convenção contra certos atos cometidos a bordo de aeronave. Nela mantivemos a autoridade do comandante, mas inserimos a

possibilidade do IFSO (In-Flight Security Officer) para auxiliar nos casos extremos e necessários a bordo, e, obviamente, de acordo com a vontade bilateral dos países para a proteção das aeronaves e de seus passageiros.

Inovamos e inserimos o *state of landing*, o local do pouco, e o local da operação como possíveis locais com jurisdição, caso algum ato seja cometido a bordo. Agora precisamos internalizar a norma no Brasil. E, para isso, o Congresso Nacional é de importância fundamental.

Senhoras e senhores, quando um filho de minha terra, baiano também, par dos Srs. Senadores aqui presentes, começou sua famosa *Oração aos Moços*, disse, em outras palavras, que, em razão de sua idade avançada, não quis Deus que ele estivesse diante daqueles que ali estavam em um momento tão importante. Eu, por outro lado, poderia dizer que meu caminho profissional, embasado em conceitos sólidos de respeito, fez-me pensar em Rui Barbosa, aquele orador e Senador, grande defensor dos direitos individuais e constitucionais de uma maneira diferente. Tive a honra de ver e de participar do trabalho hercúleo, em conjunto com toda a delegação brasileira, composta pela Anac, SAC, PF, Força Aérea e MRE, para manter o nosso País no grupo mais importante da aviação civil, o Grupo 1 da ICAO. Ali onde estão as grandes nações do mundo, o Brasil recebeu uma das maiores votações de sua história naquela organização.

Por fim, nessa jornada em prol da aviação civil brasileira, não me furto em dizer que, após um *paper* apresentado pela IATA (Associação Internacional de Transporte Aéreo) e preocupado com a segurança de nossos pilotos e de nossa população, solicitei a elaboração de um laudo específico, feito pela primeira vez, para esclarecer a todos aqueles envolvidos com aviação os riscos da incidência do nosso Código Penal quando atos, ainda que de brincadeira, possam colocar em risco aeronaves e seus tripulantes. Mas ainda precisamos envolver todas as autoridades ligadas ao assunto e as comunidades próximas aos aeroportos.

Srªs e Srs. Senadores, é neste contexto que aqui estou. Perpassei de maneira sucinta, em razão do tempo, questões relativas à Agência e um pouco do meu trabalho em prol da aviação civil. E aqui me coloco à disposição dos senhores, salientando o seguinte: durante a elaboração do planejamento estratégico da Anac, foi utilizada uma metodologia do Prêmio Nacional de Qualidade da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ), em que diversos itens foram analisados, como: incorporação de melhorias, integração, acompanhamento de indicadores, estratégia, referências externas e muitos outros. Nesta avaliação de maturidade, foi identificado que a Anac, após a instituição do seu PFI (Plano de Fortalecimento Institucional), está em um nível três, de um máximo de nove, número natural para a irmã mais nova entre as agências. Ou seja, é fato que nós estamos no caminho certo, o que, aliás, foi comprovado pela própria auditoria internacional da ICAO, a USAP (Universal Security Audit Programme), que conferiu à Anac o índice de cerca de 85% de aprovação. Mas é fato também que podemos amadurecer muito mais e contribuir com o Brasil que queremos.

E este é o meu intento, Srs. Senadores, trabalhar com os servidores que amam a aviação, sem dúvida, para que possamos, por exemplo, na área internacional, fortalecer a Superintendência de Relações Internacionais, de modo que possa estar cada vez mais ombreada à FAA, à Easa, ICAO e tantos outros.

Gostaria de usar o conhecimento que adquiri na implantação da estrutura de cooperação internacional da Polícia Federal e da Interpol para que a SRI possa ter uma estrutura digna da Agência; que seus servidores em missão possam ter a mesma estrutura organizacional que outros órgãos do Brasil que lá estão; que participem e liderem painéis internacionais para que a Agência possa mostrar sua experiência adquirida; que os acordos de céus abertos possam ser finalizados em sua plenitude, na plenitude daquelas liberdades do ar que o Brasil queira ampliar, sem perder de vista a necessidade da proteção da aviação de cabotagem e observando o princípio da reciprocidade constitucional.

Honrando o voto das senhoras e dos senhores, gostaria de contribuir para que a Gerência Geral de Ação Fiscal (GGAF), por exemplo, possa ampliar suas atividades, em parceria com a PF, Receita Federal, Anvisa, Decea, órgãos de defesa do consumidor e muitos outros, trazendo maior segurança a todos aqueles que usam o serviço da aviação, seja pessoalmente, seja por envio de bens. Igualmente, contribuir para que o procedimento de infrações seja mais célere e, além disso, que possa servir efetivamente para a prevenção de outros atos de não conformidade. Nesse mesmo sentido, gostaria de, com a anuência dos senhores, fortalecer a área específica da agência ligada à proteção de aeronaves contra atos ilícitos e a Superintendência de Serviços Aéreos (SSA), para que tenham dados gerenciais cada vez mais precisos.

Com a permissão dos integrantes desta Comissão, quero aproximar a Agência ainda mais desta Casa, Senador, principalmente da Comissão Especial que analisa a reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica, pois assuntos de grande relevância passarão por esse estudo. Lá estão sendo feitos estudos comparativos com códigos de outros países, o que é de fundamental importância para nossa atualização. Acrescente-se ainda que, após seus quase 30 anos de existência, o CBA precisa atualizar seus artigos às normas da ICAO (International Civil Aviation Organization) e ao Brasil de hoje, dentre eles, aqueles relativos aos Veículos Aéreos Não Tripulados (VANT).

Em sua missão de regulação, seja ela técnica, seja ela econômica, que a Anac tenha linha direta ainda maior com a população e com seus regulados, algo simples, mas necessário, nos moldes criados pela Homeless Security, como o programa "Se Você Viu Algo, Diga Algo". Ou um simples aplicativo pode ser um caminho a ser acrescido aos já existentes.

Finalizando, senhoras e senhores, mas não menos importante, precisamos fortalecer as áreas de certificação, abrangendo as empresas aéreas, profissionais, manutenção, fabricação, estrutura portuária e outros, grande janela da Anac com seu público principal, no sentido de implementar um procedimento sistêmico mais célere e com foco no futuro.

Sei das dificuldades de muitos que buscam a Agência e dela precisam, mas sei também que, para tanto, além do necessário e imperioso aumento do número de servidores para o fortalecimento dos quadros, a participação dos regulados é de fundamental importância. E digo isso com a convicção de que, se considerarmos o aumento da demanda que teremos com a aviação regional, precisaremos ombrear para que possamos ter profissionais do mercado prontos e aptos a assumirem as novas vagas. Precisaremos que nossas escolas tenham estrutura que as torne referências globalizadas e por que não dizer internacionais. E que nossa aviação geral – aí inclusa a aviação e segurança pública – possa ter uma atenção especial.

Assim, senhoras e senhores membros desta Comissão, concluo minhas considerações, agradecendo a atenção e pondo-me à disposição dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. José Ricardo Pataro.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Fenelon das Neves Junior, para fazer a sua exposição.

O SR. RICARDO FENELON DAS NEVES JUNIOR – Obrigado, Presidente.

Exmo Sr. Presidente desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Garibaldi Alves Filho; Exmo Sr. Vice-Presidente, Senador Ricardo Ferraço; Exmo Sr. Relator, Senador Valdir Raupp; Exmas Srªs Senadoras e Srs. Senadores e demais autoridades aqui presentes; senhoras e senhores, bom dia a todos.

É com muita honra e enorme senso de responsabilidade que compareço hoje a esta Casa, na condição de indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), para ser sabatinado por V. Exªs, nos termos do art. 52, inciso III, alínea «f» da Constituição Federal e do art. 12 da Lei 11.182, de 2005.

Por que muita honra e responsabilidade? Pela importância da aviação civil brasileira, que a cada dia transporta mais pessoas, e não só isso: a aviação brasileira transporta também sonhos, move a economia, gera empregos e une povos.

Aproveito essas considerações iniciais para agradecer a confiança em mim depositada pela Excelentíssima Senhora Presidente da República e pelo Exmo Sr. Ministro da Aviação.

Sendo assim, passo a descrever minha trajetória profissional, que é o principal objeto de avaliação de V. Exªs.

Sou advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Brasília e Mestre em Direito Internacional, Empresarial e Econômico pela Universidade de Georgetown, em Washington, nos Estados Unidos.

Ainda na área acadêmica, estou concluindo duas pós-graduações em Direito Processual Civil, no Instituto Brasiliense de Direito Público, e em Direito Empresarial, na Fundação Getúlio Vargas.

No campo profissional venho, desde a época da universidade, me especializando em Direito Aeronáutico, Direito Empresarial e Direito Regulatório.

Iniciei minha carreira no escritório do Prof. Arnoldo Wald, em São Paulo, nas áreas de Direito Civil e Direito Regulatório, em especial nos setores de energia, telecomunicações e Direito Bancário.

Ainda em São Paulo, trabalhei no escritório modelo Dom Paulo Evaristo Arns, da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, que possui convênio com a Defensoria Pública do Estado, para prestar serviços de assessoria jurídica gratuita àqueles que se encontram em situação social vulnerável.

Em seguida, fui contratado para liderar, em Brasília, a área de Direito Concorrencial, do Escritório de Advocacia Tozzini Freire, um dos maiores da América Latina. Dentre outras atribuições, também era minha responsabilidade acompanhar as sessões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e produzir relatórios acerca dos julgamentos de processos administrativos relacionados tanto à análise de atos de concentração, tais quais fusões e aquisições, quanto às práticas anticoncorrenciais, como formação de cartel.

Na época, pude trabalhar em um relevante caso relacionado ao setor aéreo. Tratava-se de uma investigação de cartel internacional em transporte aéreo de cargas, que teve início a partir de um acordo de leniência, e que levou o Cade a condenar algumas companhias aéreas e a aplicar multas milionárias, em 2013, após mais de seis anos do início do caso.

Posteriormente me mudei para os Estados Unidos, para realizar um curso intensivo na Universidade da Califórnia, em San Diego, visando aprender sobre o sistema judicial norte-americano e aperfeiçoar o inglês jurídico. Ao retornar para o Brasil, tive a oportunidade e o privilégio de ser contratado pela Procuradoria da

Agência Nacional de Aviação Civil para trabalhar diretamente com o Procurador-Geral, Dr. Gabriel de Mello Galvão, e com o Procurador Gerente Técnico das Atividades de Consultoria e Assessoramento Jurídico, Dr. Paulo César Wanke. Nesse período pude auxiliar os ilustres Procuradores na elaboração de pareceres jurídicos sobre os mais diversos temas relacionados à Agência e à aviação civil.

É de suma importância recordar que esse foi um momento de mudanças expressivas na Anac, pois uma nova diretoria havia sido formada com o objetivo de contornar a crise deflagrada no setor aéreo depois dos acidentes da Gol e da TAM. Também é importante reconhecer que, diante dessa intensa agenda regulatória, a Procuradoria, que é o órgão competente para prestar assessoria jurídica na Anac e assistir às autoridades no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados, teve, sem dúvida alguma, papel fundamental na reestruturação pela qual a Agência passou.

Trabalhei também no Juizado Especial do Aeroporto de Brasília como mediador de conflitos entre passageiros e companhias aéreas. Os temas recorrentes nessas disputas eram atraso e cancelamento de voos, extravio de bagagens, alteração de bilhetes e *overbooking*. Essa experiência foi enriquecedora, pois, na medida em que realizei centenas de mediações, pude conhecer de perto não só os anseios e as reclamações dos usuários de transporte aéreo, mas também a realidade das companhias aéreas e do Aeroporto Internacional de Brasília, que é um dos mais importantes e movimentados do País.

Como advogado, trabalhando em escritórios de advocacia nacionalmente reconhecidos, atuei nas áreas de Direito Aeronáutico, Direito Empresarial e Direito Regulatório. No escritório do Prof. Wald, em Brasília, pude dedicar-me a causas importantes relacionadas às companhias aéreas e principalmente relacionadas às empresas concessionárias de áreas aeroportuárias. Ao lidar com questões de processos licitatórios e contratos administrativos, tive causa para aprofundar o meu conhecimento tanto do setor aéreo quanto do funcionamento da Infraero, empresa pública responsável por administrar aproximadamente 60 aeroportos espalhados por todo o Brasil.

Posteriormente, advoguei para um dos aeroportos concedidos à iniciativa privada após o primeiro lote de concessões de 2012. Atuei como causídico em processos judiciais relativos à reintegração de posse de áreas aeroportuárias bem como em discussões a respeito do contrato de concessão. Desta forma, pude acompanhar de perto o processo de concessão dos principais aeroportos brasileiros, um marco no setor.

Em seguida, após ser aprovado em um dos processos seletivos mais concorridos dos Estados Unidos, fui selecionado para cursar mestrado em Direito na Universidade de Georgetown, uma das mais antigas e prestigiadas do país. Segundo o tradicional *ranking* elaborado, em 2005, pela publicação norte-americana US News, essa universidade está entre as quatro melhores dos Estados Unidos em Direito Internacional.

Ressalto aqui a importância do Direito Internacional para o Direito Aeronáutico, que, nos termos do art. 1º do Código Brasileiro de Aeronáutica, é regulado pelos tratados, convenções e atos internacionais de que o Brasil seja parte.

Durante o mestrado, devido a minha experiência e afinidade com a área, escolhi Direito Aeronáutico como um dos principais focos de estudo. Uma das disciplinas que cursei foi em regulação aérea internacional, denominada Cross-Border Commerce Regulation Aviation and Maritime Law, Regulamentação do Comércio Transfronteiriço Direito Aeronáutico e Marítimo.

Essa disciplina merece destaque não só pelo conteúdo, mas também por ter sido ministrada por Allan Mendelsohn, Mestre em Direito pela Universidade de Harvard e ex-Secretário Adjunto de Transportes do Departamento de Estado Americano, e Warren Dean, Mestre em Direito pela Universidade de Georgetown e ex-Advogado-Geral Adjunto de Direito Internacional do Departamento de Transportes Americano.

Em outra disciplina do curso, também de Direito Aeronáutico, pude estudar a questão dos drones, que está em pauta no mundo todo. Este é um tema importante que também está sendo discutido no Brasil pelas autoridades do setor, em especial pela Aeronáutica e pela Anac.

Aqui no Senado, inclusive, há dois projetos de lei em discussão de autoria de dois nobres Senadores desta Comissão, a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Davi Alcolumbre, que tratam da regulamentação de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs).

Ante o exposto, entendo, com muita humildade, que possuo a experiência e conhecimentos necessários para assumir o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

Ao longo da minha trajetória profissional, sempre trabalhei com Direito Regulatório, em especial no que tange à aviação. Tive a oportunidade de vivenciar vários ângulos desse setor, de diversos pontos de vista, seja ele do consumidor, das companhias aéreas, das concessionárias aeroportuárias, dos aeroportos ou da própria agência reguladora.

Tenho plena consciência da responsabilidade e do trabalho que terei pela frente, caso tenha a honra de ter meu nome aprovado por V. Exªs e pelo Plenário desta Casa. A aviação se torna cada vez mais importante no Brasil, na medida em que a cada ano mais brasileiros passam a utilizar o transporte aéreo.

De acordo com dados divulgados pela Anac, o número de passageiros pagos transportados no mercado doméstico brasileiro vem aumentando significativamente nos últimos anos, tendo passado de 31 milhões de passageiros transportados, em 2002, para 90 milhões de passageiros transportados, em 2013, um aumento de 190% no período; uma taxa de crescimento de 10,2% ao ano. Também aumentaram em proporções elevadas o número de aeronaves e o de tripulantes.

Diante desse desafio de regular um setor tão complexo e importante como o da aviação civil, se tiver o apoio de V. Exªs, entendo que a prioridade número um de qualquer diretor da Anac deve ser sempre a segurança.

Concordo com o que disse aqui, nesta Comissão, em mais de uma ocasião, o atual Diretor da Agência, o Dr. Cláudio Passos Simão, que sem segurança não existe transporte aéreo e que, em segurança, não se mexe desmontando para montar tudo de novo, qualquer modificação tem que se feita com o processo andando a 100%.

Concluindo, é uma grande honra ser indicado para retornar à Agência, onde eu já tive a oportunidade de trabalhar.

Venho, hoje, a esta nobre Comissão de Serviços de Infraestrutura pedir o apoio de V. Exªs para exercer este cargo com muita dedicação, ética e transparência, em prol da aviação do nosso País.

Desde já, coloco-me à disposição de V. Exªs para ser um colaborador nos debates relacionados à Aviação Civil Brasileira, pois tenho absoluta convicção da importância do Senado na modernização da legislação vigente do País, seja no caso do Código Brasileiro de Aeronáutica, seja na Lei dos Aeronautas ou na regulamentação de novas tecnologias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Sr. Ricardo Fenelon das Neves Junior.

Desde logo, vamos iniciar a sabatina.

De acordo com o nosso Regimento, o Senador Valdir Raupp tem a palavra, como Relator.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. Indicados, Dr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz e Carlos Fenelon das Neves, eu ia fazer uns cinco questionamentos, mas vou abreviar fazendo só dois.

De antemão, quero dizer que me impressionou muito a experiência de ambos. O Dr. José Ricardo, como já foi dito ontem, numa reunião, já é um pouco mais maduro, com experiência nacional e internacional, e o jovem Ricardo Fenelon, também já com experiência de trabalho nesse setor, com cursos tanto no Brasil quanto no exterior. Então, creio que eles estejam aptos para assumir esses postos a que estão se propondo.

A primeira pergunta será dirigida a ambos, já que os dois, se forem aprovados pelos nobres Senadores e Senadoras, serão diretores.

A Anac tem como atribuições a regulação e a fiscalização das atividades de aviação civil e de infraestrutura aeronáutica e aeroportuária. Assim, quais os maiores desafios a serem enfrentados como diretores desta Agência?

No Brasil, o setor aéreo está muito concentrado na operação, pois 57% dos voos estão concentrados em cinco aeroportos, e limitado pelo tamanho das aeronaves que operam no País. Há poucas aeronaves de pequeno porte que podem realizar voos regionais. Que medidas podem ser tomadas para melhorar a aviação brasileira, principalmente a regional, tendo em vista que nós já tivemos muito mais voos regulares, voos regionais, do que temos hoje? As cidades interioranas do Brasil vêm crescendo cada vez mais. Aliás, crescem até mais que as grandes metrópoles, que, de certa forma, já estão esvaziando um pouco.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos iniciar as indagações com dois Senadores, de acordo com a ordem de chegada. Para homenagear quem levanta cedo e incentiva o Presidente a chegar cedo, eu concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi. (*Risos.*)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, hoje eu perdi. Mas o senhor tem razão, eu sempre sou o primeiro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É o costume. Mas hoje ele não correspondeu à expectativa.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, não. É que ontem eu recebi amigos em casa e demorou.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Agora V. Exª acertou!

Sr. Presidente, Senador Garibaldi; Dr. Ricardo Neves e Dr. José Ricardo Botelho, com quem tive o prazer de ter conversado ali, na Secretaria, um pouco antes da sabatina; demais colegas, imprensa, assessores, eu quero aqui parabenizar os dois Relatores, a Senadora Sandra e o Senador Raupp, pelo brilhante relatório.

Pude perceber, pelos currículos, que os senhores estão efetivamente preparados para o exercício do cargo.

Eu quero aqui, como aviador, numa visão de aviador, piloto comercial de profissão, com pai aviador e familiares e ligado à aviação, colocar algumas preocupações que os senhores deverão encontrar na Anac. Muito embora tenha tido um ótimo relacionamento com o Presidente Guaranys, com o Comandante Passos e com outros que por ali passaram, alguns servidores tanto da Anac, quanto da Secretaria de Aviação Civil, Infraero, eu quero dizer que, por exemplo, o primeiro problema que eu penso que os senhores vão encontrar quanto à transparência – fiz algumas anotações... É importante o estabelecimento de processo sujeito a amplo acesso da população, como é hoje no Judiciário e em outras Agências, para facilitar o acesso à informação, o que hoje nós não temos na Anac; a Anac é muito fechada.

Existe, entre os aviadores – inclusive, está aqui o Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, o Comandante Castanho, que está ali atrás –, uma preocupação grande para se renovar um certificado técnico de aviador. Nós não temos mais as salas da Anac, nos Estados. O próprio passageiro não tem mais um contato com o servidor da Anac, na maioria dos aeroportos. Então, a Anac precisa se abrir mais tanto à população, aos usuários, quantos aos profissionais e às empresas.

O item dois da pauta é a falta de estudo de impacto regulatório. Antes de implementar a norma é preciso estimar o que a norma acarretará sobre os negócios regulados. Ou seja, deve-se implementar a norma interna de modo abrangente.

Nós precisamos também, com relação aos servidores Anac, melhorar a qualidade de vida no trabalho. A Anac apresenta um ambiente de trabalho pouco estimulante, o que tende a provocar alta rotatividade de mão de obra. Isso foi apurado segundo pesquisa feita pela UnB.

Com isso, nós estamos vendo até, às vezes, pessoas que não têm ligação, Presidente, com aviação. Por exemplo, às vezes, um técnico agrícola, um agrônomo passa num concurso para a Anac e, depois, pega uma prancheta e vai fiscalizar uma aeronave e um aviador. Então, seria necessário que a Anac tivesse mais critérios com relação aos concursos e mais atenção com os servidores, para que a qualidade do atendimento melhore. É uma sugestão que eu quero dar aos senhores, este modesto Senador.

Outro item é sobre completar o quantitativo de servidores previstos em lei. A Anac tem uma deficiência muito grande, Presidente, de servidores, muito! Há uma rotatividade muito grande: eles passam no concurso, depois já passam no outro e já vão para o outro. E a qualidade do atendimento da Anac deixa a desejar.

Então, precisamos encontrar uma solução, senhores que assumirão, em breve, as diretorias importantes, que a gente encontre caminho para melhorar a capacidade de fiscalização da aviação civil no País, precisamos disso!

E, quanto ao que acabei de dizer, Presidente, precisamos da descentralização da Anac. Devemos votar a sugestão para que todos os Estados tenham a prestação de serviço. Por exemplo, se você quiser renovar a carteira de aviador, você tem que vir aqui a Brasília, fazer a provinha de regulamento. Por que não fazer, por exemplo, em Tocantins, lá em Palmas, no Rio Grande do Norte, da mesma forma. Então, é preciso descentralizar para facilitar a vida dos aviadores, porque não está fácil esse contato. E, naturalmente, ao descentralizar, melhora a capacidade de fiscalização em todas as regiões do País.

Com relação aos táxis-aéreos. Hoje, os táxis-aéreos são regidos pela mesma regulamentação das empresas aéreas. E eu quero dizer que há uma distinção entre os táxis-aéreos e as empresas aéreas.

Está em andamento um projeto, dentro da Anac, para flexibilizar as regras para as empresas de táxis-aéreos, com até três aeronaves, e está parado por causa da burocracia. Nós precisamos agilizar isso, para facilitar o trabalho dos táxis-aéreos, que têm uma importância enorme na aviação deste País, pois são os táxis-aéreos que vão buscar os nossos indígenas nas aldeias com problemas de saúde; que vão buscá-los na Amazônia, aonde a aviação comercial e, às vezes, a aviação regional não vão. Então, eles têm um papel importante no contexto da aviação. Precisamos cuidar bem dos táxis-aéreos, que são sobrecarregados de taxas enormes – não sei foram alteradas –, mas, no Pará, o ICMS estava em 30%. Quer dizer, altíssimo. Os táxis-aéreos têm um contrato, por exemplo, com a Funai em não podem corrigir esse aumento de carga. Então, os táxis-aéreos passam por dificuldades. Precisamos olhar com atenção.

Outro problema sério para os aviadores, senhores diretores, é com relação ao cheque das aeronaves. Por exemplo, o King Air tem que sair daqui, Presidente, e ir até os Estados Unidos fazer o cheque. Fica parecendo que o Brasil é um país de terceiro mundo. Inclusive os Estados Unidos não exigem isso dos aviadores de lá. Então, eu não compreendo isso. Ou seja, os proprietários de aeronaves, quando têm condição, bancam a ida do aviador até lá. Quando não têm, o próprio aviador tem que fazer as suas economias – não sei, R$60 mil, ou

mais, para ir e voltar – e termina aquele ano dedicado exclusivamente a um recheque. Eu acho que nós não podemos mais deixar isso ocorrer no nosso País. Nós temos que facilitar a vida dos nossos aviadores e dos seus patrões, porque, sem os patrões, não há o emprego para o aviador.

Então, eu quero colocar essas preocupações aqui.

Com relação ao CBA, nós estamos com a comissão de especialistas, já nomeados pelo Presidente Renan, fruto – o CBA – da Subcomissão de Infraestrutura desta Comissão, que nós apresentamos sob a Presidência da Senadora Lúcia Vânia, e durante um ano nós tivemos, todas as semanas, uma audiência pública com todos os setores da aviação. Todos. Não ficou ninguém fora. E dali o Senador Vital do Rêgo – nosso amigo, Relator, e eu presidindo, na época – apresentou um bom relatório. Temos esse relatório lá na Anac, que pode servir de muita sugestão aos senhores. E há um também na Secretaria de Aviação Civil, o qual nós entregamos em mão ao Ministro e amigo Deputado Eliseu Padilha.

Com relação ao CBA, nós temos que ter um cuidado especial, Presidente – já vou concluir, para contribuir inclusive com os colegas e com a Presidência –, ele é de 1986, 30 anos atrás. E muita coisa já avançou na aviação do País.

Portanto, esta Comissão – muito bem constituída por especialistas, e de vários setores – tem 180 dias para entregar o anteprojeto. Em seguida, o Senado terá a comissão, composta de Senadores, para nós cuidarmos do projeto do Código Brasileiro de Aviação, que também é um assunto atual e muito importante para a aviação do nosso País.

Na condição de membro suplente, eu quero dizer, Presidente, que votarei favoravelmente, seguindo a mesma linha do meu titular, o meu Líder Blairo Maggi. Conversando com ele, a orientação dele é nesse sentido também, como meu Líder do PR.

E, caso o Senador Wellington não chegue, os dois terão o meu voto. Senão, terão a minha torcida e o meu desejo de que tenham muito sucesso, muito êxito nessa nova missão.

A idade me entusiasma. Eu comecei na aviação aos 18 anos. Quando eu chegava para o emprego, às vezes, o patrão ficava assim: "Mas é muito novo". Não, ali eu sabia aonde eu queria chegar, como também nos senhores aqui nós percebemos isso. Qualidade não lhes falta. Vontade de avançar nós percebemos nas palavras.

Portanto, eu quero registrar o apoio. Se eu, como suplente, vier a votar, voto favorável, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É suplente, mas é o único Senador piloto que nós temos. (*Risos.*)

Resta saber se é de longo curso; parece-me, pelo menos pela exposição.

Vamos ter agora a participação dos indicados, começando pelo Sr. José Ricardo Pataro.

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Obrigado pela pergunta, Senador Raupp. Vou começar respondendo às perguntas do senhor.

Eu vou começar também pela parte da aviação regional, porque eu acredito que a aviação regional é realmente o futuro do País. Eu acho que é maneira de nós chegarmos a todos os rincões da Nação e até mesmo a maneira de facilitar ou diminuir o custo, inclusive, de passagens com outras variantes.

No período que eu estive no Canadá, nós pudemos perceber que, em um país frio como aquele, para chegarmos aos pontos mais distantes, somente a aviação regional consegue suprir isso. No caso dos Estados Unidos, em todos os lugares, a aviação regional resolve isso, sobretudo quando nós consideramos a questão até mesmo no Alasca, um dos Estados – aviação regional.

Se nós considerarmos a situação francesa, por exemplo, onde a malha é muito grande, 65 milhões de habitantes e aproximadamente 120, 130 milhões voando na aviação regional. Imagine se nós mudarmos isso e trouxermos para o Brasil.

Eu acredito muito que ela tem um impacto muito forte principalmente na questão turística. Eu vou citar alguns exemplos da minha região. Eu sou do Nordeste, sou baiano. Comecei a minha vida profissional em Juazeiro, Petrolina, era só atravessar a ponte. Estou vendo ali o Senador Fernando.

Existem diversas áreas que poderiam ser exploradas. Quem anda pela área, por exemplo, entre a Bahia e Sergipe, passa pelo percurso do vinho. Quem vai para a área do Piauí, por exemplo – eu estava olhando para o Senador Elmano –, nós temos parques históricos. Para chegarmos ao aeroporto mais próximo, à época que eu estava lá, quatro a cinco horas de carro.

Se nós formos a Sergipe, por exemplo, há Canindé do São Francisco, eu tive a honra de trabalhar no Estado. Canindé do São Francisco possui um dos cânions mais bonitos que este País tem. Ou seja, a aviação regional pode ser a solução para muita coisa em relação ao turismo. Isso sem contarmos as outras regiões.

No caso do Canadá, existe um povo indígena chamado Inuit, que nós chamamos de... Faltou-me a palavra agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não recorra a mim, não, que eu não entendo. (*Risos.*)

Nós comumente os chamamos de esquimós. Efetivamente, esses povos estão em áreas distantes. Imagine se nós considerarmos a nossa Região Norte, o quanto nós podemos interligar. E poderíamos fazer, como alguns países fizeram, o que eles chamam de PSO, que é o Serviço Público Obrigatório.

Até onde eu sei, até porque a aviação regional está sendo tratada, na verdade, pela SAC, e cabe à Anac a certificação, a regulação envolvendo essa situação, o PSO (Serviço Público Obrigatório) permite que determinados voos sejam subsidiados. Isso é muito utilizado em alguns lugares do mundo até que a empresa se fortaleça.

Paralelamente a isso... É verdade, isso tudo é uma engrenagem, então nós temos que atuar em diversas áreas. E com a permissão dos senhores, com o voto dos senhores, haverá a possibilidade de fazer, porque somente uma diretoria colegiada pode tocar tantas frentes ao mesmo tempo.

A verdade é que, se nós considerarmos essa engrenagem, precisamos, sim, observar, por exemplo, a questão de combustível. Pode ser que as passagens sejam diminuídas, porque poderemos analisar PIS/Cofins incididos. Existe também a questão do ICMS envolvida. Eu sei que há um projeto, aqui no Congresso, para uma situação única.

Mas o mais importante, quando envolve principalmente essa questão de tributação sobre combustível, é realizarmos, porque até onde eu sei não existe o impacto compensatório em relação a isso. Por exemplo, se nós conseguirmos baixar ou se um Estado abre mão de uma parcela do ICMS, por exemplo, sobre aquele combustível, de que maneira o Estado pode arrecadar tributo, provavelmente, com turismo? Esse estudo comparativo não existe, até onde eu sei, mas é um estudo que eu considero muito importante.

Eu sei que a questão da aviação regional está sendo estudada e o próprio Ministério do Turismo colocou 34 pontos. Mas se nós colocarmos, Senador, a situação do País, nós vamos ver o seguinte: nós saímos do Brasil e vamos para países-irmãos, para rotas de vinho, quando poderíamos fazer turismo dentro do País.

Nós saímos e vamos para a Península do Niagara, quando nós temos Foz do Iguaçu, quatro vezes ou cinco vezes maior. Nós saímos e vamos para diversos outros lugares quando nós poderíamos, na verdade, utilizar a aviação regional para integrar o País.

Eu, particularmente, como Secretário Nacional dos Grandes Eventos, sempre frisei que integração é tudo no País. As instituições precisam se falar porque todas elas têm algo a contribuir.

E aí eu venho para a questão que diz respeito aos desafios. Se nós considerarmos que temos uma defasagem de funcionários de 34% na Anac, precisamos aumentar essa mão de obra para atendermos muitas das questões que o senhor colocou.

Aí muitos vão fazer um comparativo: "Mas a EASA , europeia, tem 700 funcionários e também tem dez anos". A Anac tem dez anos, e tem 1.700, é verdade. Mas a Anac sozinha é a Agência que está voltada para todos os Estados da Federação, com o tamanho do nosso País.

Imaginem agora os senhores a situação da EASA se cada Estado nosso da Federação fosse um país. A EASA é um *hub* lincada a todas as Agências de cada país. Então, na verdade, ela representa a União Europeia nessa área que é coirmã da Anac? Representa. Mas com quem ela fala na Itália? É ela que fala na Itália? Não. A Agência da Itália fala com ela, e uma Agência estruturada e grande, diferentemente do Brasil. A Agência, sozinha, responde por todo o País.

Então, eu imagino que para suprirmos isso envolve muito de integração. Eu sempre acreditei em integração. Imaginem os senhores: a Anac possui a ação fiscal. Um dos primeiros concursos públicos em que eu passei era ligado, por exemplo, ao Procon, o Código e Defesa do Consumidor. Então, nós podemos fazer parcerias para atuarmos nesse sentido.

Imaginem os senhores quantas atuações a Polícia Federal, como Polícia Judiciária da União, tem na questão aeroportuária, que é matéria constitucional, que podem ser lincada à Anac? Receita Federal? Quantas coisas. Então, o grande desafio é sentarmos todos, e a todo momento, para debatermos a melhor maneira de fazermos.

Eu vou tentar responder a pergunta do senhor, a algumas colocações que o senhor fez, Senador, seria um prazer tê-las, porque eu acho que depois, havendo um consenso no Senado, e nós gostaríamos muito...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu vou fazer um apelo aqui, tanto aos Senadores, como aqueles que foram indicados para diretores da Anac, para que nós possamos ter uma limitação de tempo nas intervenções.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pois não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – As outras comissões começaram a funcionar, eu vou ser Relator de projetos importantes na Comissão de Educação. Poderia abrir o processo de votação?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Se a Comissão está de acordo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PP - PI) – Também lhe faço esse apelo, Sr. Presidente. Eu vou ter que relatar outros projetos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, vamos abrir o processo de votação.

E o indicado, o Dr. Ricardo Pataro, continua com a palavra, mas pedindo a ele certa concisão.

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – São tantas. Mas de qualquer maneira, Senador, em 30 segundos... Se o senhor puder me mandar, eu terei o maior prazer em respondê-las ponto a ponto. Pronto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ou então fazem o voo juntos. (*Risos.*)

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Será um prazer, Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra...

Pois não, Senador.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Um minuto. Essa preocupação, com relação aos servidores, aos aeronautas, aos táxis-aéreos, importantíssima, como também a preocupação com relação aos concursados.

Penso que a Anac tem de fazer uma seleção para quem passar no concurso entender de aviação, porque existe fiscal que não sabe o que é um *aileron*, não sabe o que é um manual.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O que é *aileron*? (*Risos.*)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – É uma parte da asa que manobra em conjunto com o leme.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Para melhorarmos a qualidade e a segurança naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Fenelon.

O SR. RICARDO FENELON DAS NEVES JUNIOR – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, gostaria de agradecer as perguntas dos nobres Senadores Raupp e Vicentinho. Queria agradecer a relatoria do Senador Raupp e dizer ao Senador Vicentinho que é uma honra falar de aviação com V. Exª, que é um grande especialista no assunto.

Senador Raupp, quanto aos desafios da Anac, entendo, como disse na minha exposição inicial, que, primeiro, vem a segurança. Diante do aumento de passageiros, de aeronaves e de tripulantes, o primeiro desafio é manter sempre um alto nível de segurança. Em segundo lugar, a questão da infraestrutura. Com as concessões, a Anac tem de ficar muito atenta à fiscalização da infraestrutura.

Além disso, penso que um desafio da Anac é sempre incentivar a concorrência, para que surjam novas empresas, novas rotas, a fim de que o consumidor tenha mais opções. Inclusive, sou muito sensível às questões do consumidor, pelo fato de ter trabalhado no Juizado Especial do Aeroporto, onde realizei centenas de mediações. Ali, vemos, no dia a dia, muitas dificuldades que o consumidor passa nos aeroportos.

Quanto à aviação regional, sem dúvida, é um desafio. Acho que cabe à Anac estimular a aviação regional. Concordo com o Dr. Ricardo com relação à importância da aviação regional. Acho que nenhum Senador discute o fato de precisarmos desenvolver a aviação regional no Brasil. Nos Estados Unidos e na Europa, a aviação regional já está muito mais desenvolvida.

Quanto ao que a Anac pode fazer para estimular a aviação regional, uma das questões que acho muito importante, porque a política de aviação regional não é competência especificamente da Anac, mas, na parte de regulação, entendo que a Anac tem que abrir um debate para diminuir a questão da burocracia, para avaliar a questão do excesso de segurança nos aeroportos regionais, que muitas vezes têm o mesmo nível de segurança de um aeroporto internacional. Não é assim que funciona em outros lugares do mundo. Penso que esse debate deve acontecer, para que busquemos, através da regulação, desenvolver a aviação regional.

Quanto às perguntas do Senador Vicentinho, fiquei muito feliz de saber que foi aprovado o novo concurso da Anac. Ele deve acontecer até o final do ano. Também entendo que a Anac precisa de mais servidores, fiscalizando, trabalhando na parte de regulação e segurança.

Entendo que a mesma questão da aviação regional também se aplica aos táxis-aéreos: discutir a questão de diminuir a burocracia, mantendo o alto nível de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Ricardo Ferraço.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, abusando do tempo do Senador Ricardo Ferraço, se V. Exª me permitir, pois vou ter de ir à CNI, porque sou palestrante a respeito de uma questão de segurança cibernética inclusive, fui até o terceiro ou quarto a chegar aqui – Vicentinho chegou antes –, até fui Relator do processo do Marcelo Guaranys nesta Comissão, uma coisa me chama a atenção – quero fazer um alerta aos dois pretendentes ao cargo da Agência – para exatamente o papel que a Agência cumpre. Acho que o Senador Vicentinho colocou muito os problemas e as mazelas que temos, inclusive estruturais.

Essa rotatividade na Agência, aliás, se processa em tudo quanto é agência, até por conta da ausência efetiva de uma política que garanta a esses servidores da Agência uma continuidade em condições salariais de trabalho ajustadas, mas diria inclusive essa inversão do papel, que terminamos consolidando, no Brasil, as Agências, como algo que chega, Pataro e Ricardo, depois do fato consumado.

As Agências viraram constatadoras de problemas e depois se transformaram em estruturas de multa, não que eu seja contra a multa. Sou favorável a multar, mas o papel da Agência é se antecipar, para que o serviço chegue ao cidadão, até porque nenhuma multa repõe, por exemplo, o prejuízo que um passageiro teve em não voar, ou inclusive de ser maltratado ou destratado em qualquer tipo de serviço nessa área.

Então, portanto, esse é o principal elemento para os dois pretendentes: qual a visão que eles têm em relação a essa tarefa de a Agência cumprir verdadeiramente o seu papel, organizar o setor? Lamentavelmente, algumas Agências, inclusive, foram capturadas pelos setores.

Assim, o fato, principalmente de o Dr. Pataro ter vindo de uma estrutura pública, de um órgão como a Polícia Federal e ter tido experiência efetiva nessa área, cumpre uma tarefa muito maior, no sentido de adotar na Agência um papel muito mais de serviço público, atendendo ao cidadão, respondendo pelas demandas.

A organização do sistema aéreo é fundamental, mas é importante inclusive que esse sistema funcione nos lugares mais distantes do País. Funcionar em Guarulhos é fácil, mas, em Chorrochó, é difícil.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, senhores indicados, Dr. José Ricardo Queiroz e Dr. Ricardo Fenelon das Neves Júnior, além da importância naturalmente econômica da atuação das Agências em regular o sistema, do ponto de vista da atividade econômica, da mediação e da satisfação dos usuários, como também do bom funcionamento dos trabalhadores do setor da aviação civil, há uma outra missão definida como a garantia da segurança e da excelência da aviação civil.

V. Sªs são indicados para a ocupação dos cargos de diretores da Anac num momento em que estamos experimentando um extraordinário crescimento na aviação civil em nosso País. O Dr. Ricardo Fenelon pôde declinar números em relação à ampliação e à expansão da aviação civil do nosso País, em que pese termos reduzido o número de localidades, em função da infraestrutura, sobretudo relacionada à aviação regional, mas os voos regulares, nos últimos anos, reduziram a sua presença no território brasileiro.

A Anac apresenta uma ampla gama de responsabilidades impostas pela legislação. Para que possamos socializar e trazer para um ambiente que faz parte do dia a dia das pessoas, a Anac congrega no setor aéreo competências que, no setor de transportes terrestres, estariam distribuídas entre a ANTT, Denatran e todos os DETRANs. Portanto, o tamanho e a complexidade das responsabilidades da Anac se fazem a cada momento mais relevantes.

Salta aos olhos que, contraditoriamente, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a expansão das responsabilidades da Anac. Desde 19 de março deste ano, a Anac está funcionando com apenas dois diretores dos cinco previstos na atual legislação, o que tem sinalizado a falta de atenção que o Governo Federal tem dado a suas Agências.

Esta não é a primeira sabatina que fazemos para a indicação de agências reguladoras, em que constatamos uma efetiva omissão por parte da Presidência da República com relação a essas indicações. Ou seja, a Anac, com essa complexidade de responsabilidades, para funcionar precisa de pelo menos três diretores e ela está funcionando com dois diretores há muito tempo. Desde 19 de março deste ano, ela não tem quórum para deliberar, Sr. Presidente, sobre as suas iniciativas e atividades.

Vale lembrar ainda que a Anac, diferentemente das outras agências, não há a possibilidade de se nomear um diretor interino. Assim, a Agência está, há muitos meses, sem condição de funcionamento e de deliberação, por ausência de quórum e de indicação.

Acho inclusive que a nossa Comissão precisa, fazendo aqui um *mea-culpa* e uma autocrítica, ser mais firme na cobrança junto ao Poder Executivo, porque ainda temos uma outra diretoria a ser indicada na Anac.

Chamo a atenção ainda para essa omissão prolongada por parte da Presidência da República, porque, apesar de faltar quórum, há mais de um ano e oito meses, diante desse conjunto de temas tratado aqui por V. Sªs, isso não é responsabilidade de V. Sªs. Sr. Presidente, estou apenas chamando a atenção para a necessidade de olharmos com mais atenção, como Comissão de Serviços de Infraestrutura, para o funcionamento não apenas da Anac, mas do conjunto das demais agências reguladoras.

Gostaria de dirigir uma questão a V. Sªs. Há um conjunto de reclamações quanto à insuficiência de checadores homologados pela Anac para obtenção de licenças para desempenho de funções de piloto ou para averbação de habilitação para voos de helicóptero.

Na avaliação de V. Sªs, ainda que não estejam lá, mas, a essa altura, têm conhecimento do funcionamento da operação das deficiências e das necessidades de aperfeiçoamento, para que a Agência dar conta desse conjunto de responsabilidades, quais os procedimentos que precisam ser incorporados, para que possamos resolver essa questão? Como otimizar os processos de certificação da Agência para diminuir os custos, mas não apenas os custos, a demora para os participantes do mercado de trabalho, sem prejudicar efetivamente a segurança do processo, a qualidade dos trabalhadores nessa área?

Uma outra pergunta, que eu gostaria que merecesse a atenção de V. Sªs: recentemente, foi introduzido dispositivo, alterando o Código Brasileiro de Aeronáutica, permitindo que a Anac elabore regulamento específico para aeródromos situados na Amazônia Legal, adequando suas operações às condições locais, às condições de infraestrutura, de segurança, de premissas e assim por diante. Assim, discute-se a possibilidade de se flexibilizarem os requisitos de segurança operacional (*safety*) e da segurança contra atos de interferência ilícita (*security*), aplicáveis em casos de aeroportos de menor porte. Eu gostaria de uma avaliação de V. Sªs com relação a essa decisão e se essa flexibilização deverá ser ampliada e qual é o impacto disso para a premissa da segurança nos nossos aeroportos?

Diante do ambiente de concessão que se amplia nos aeroportos em nosso País, já temos seis aeroportos concentradores de grande porte concedidos, estamos com mais quatro aeroportos em vias de concessão, teremos a ampliação ainda mais da relevância e do papel da agência reguladora por ser a empresa, por ser a agência que desenvolve o processo de concessão. A Anac está preparada para dar conta dessa expansão, considerando todas as suas dificuldades, todas as suas restrições em meios materiais, em meios humanos. Como é que V. Sªs avaliam esse processo de concessão, que é um processo sem volta e muito bem-vindo?

É óbvio que nós estamos observando, depois que o processo de concessão se deu em nosso País, o grau de satisfação dos usuários do aeroporto – há pesquisas e estatísticas medindo esse grau de satisfação –, o que revela o tempo que o nosso País perdeu com essa visão estatizante de achar que o Estado pode fazer tudo e pode fazer bem, mas não faz tudo e não faz bem, porque, à medida que nós incorporamos as parceiras público-privadas, nós estamos vendo a melhoria significativa, inclusive não apenas de operadores nacionais, mas de apoios internacionais.

Enfim, qual a avaliação que V. Sªs fazem do atual *status quo* da Anac? E o que V. Sªs pretendem trazer para o aprimoramento e o aperfeiçoamento, considerando, inclusive, as experiências acadêmicas que ambos têm: Dr. José Ricardo, no Canadá, e Dr. Ricardo Fenelon, nos Estados Unidos, tendo cursado a importante Universidade de Georgetown, não apenas na área do Direito, mas da arbitragem e do Direito Aeronáutico? Que tipo de aprimoramento e aperfeiçoamento poderíamos incorporar diante dessas preocupações que eu quero, enfim, manifestar aqui a V. Sªs, na condição de indicados para serem diretores da Anac?

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Dr. José Ricardo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente Garibaldi, vou cumprimentar o José Ricardo Queiroz, também o Ricardo Fenelon Neves e a minha intervenção é bastante breve, Sr. Presidente, não é nem pergunta, mas saudar a chegada de dois novos diretores na Anac, porque quando chegam pessoas novas há mudanças, pelo menos mudança de pensamento, de conceito, de entendimento, isso é importante. Isso é salutar e, por isso, a gente precisa renovar as pessoas que estão sempre à frente dos cargos, das entidades e etc.

Na questão, o Ricardo passou rapidamente e eu já entendi aqui a posição dele, que é uma posição que eu entendo e quero deixar aqui como um ponto a ser pensado por vocês que estão chegando à Anac.

Não é possível que nós tenhamos as mesmas exigências e mesmas regras para um aeroporto no interior do Estado de Mato Grosso, como, por exemplo, o aeroporto da cidade de Brasília ou de São Paulo ou da cidade de Cuiabá. Não é possível isso.

Nós vemos as grandes dificuldades que os Municípios têm para poder se enquadrar nas atuais regras e nas exigências para que lá possa chegar um voo regional, quer seja com avião menor, um ATR, quer seja ainda com um Embraer 195 ou até aeronaves menores.

E cito, notadamente, a questão dos aeroportos de Rondonópolis, de Sinop, de Alta Floresta, Barra do Garça, Tangará da Serra, Sorriso, enfim, uma série de aeroportos, Lucas do Rio Verde, que não conseguem, muitas vezes, se enquadrarem nessa norma geral, mas a população dessas regiões precisa e as companhias estão dispostas a fazer voos regionais nessa região. Quer dizer, a operação se paga, ela tem como ser paga pelos usuários, mas as exigências são tantas que esbarram nesse tipo de situação.

Então, a minha sugestão aqui, vocês estão chegando, eu já percebi que o Dr. Ricardo Fenelon pensa nessa direção, o Dr. José Ricardo não se posicionou, mas, assim, vocês precisam ver que as regras têm que ser diferentes. Tem que ter aeroporto padrão 1, padrão 2, padrão 3, 4, 5, alguma coisa parecida.

É claro que os usuários que vão para esses aeroportos com menores exigências têm que saber que têm maior risco. Não se pode esconder os riscos que existem. Por exemplo, tem toda uma questão de caminhão de bombeiro, tem que ter bombeiro, tem que ser isso numa cidade que vai fazer um voo por dia, um pouso por dia, uma decolagem por dia. Não tem quem pague isso, a prefeitura não pode, a agência não tem dinheiro, o Governo não tem dinheiro, ninguém tem dinheiro, mas a operação de ir e vir com essa aeronave se paga pelos passageiros, mas não paga a estrutura inteira que tem que ser montada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Qual o ponto de equilíbrio entre a flexibilização e as premissas básicas de segurança? É o ponto de equilíbrio.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – A exigência de raios X não tem. Então, acho que a gente tem que pensar no cidadão que mora no interior do Brasil, que ele precisa ter acesso aeroviário nos aeroportos, mas as exigências são tantas que lá nós não conseguimos.

Então, fica aqui a minha sugestão para que vocês pensem nisso, junto com aqueles outros diretores que estão na agência, de flexibilizar ou criar condições para que todos possam ser beneficiados.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Até porque, permita-me, Senador Blairo Maggi, essa flexibilização está concedida para os Territórios, os Municípios, os Estados, enfim, da Amazônia legal, mas essa não é uma necessidade apenas da Amazônia Legal, existem outras regiões do País que também são merecedoras desse tipo de cuidado.

Tem um ponto de equilíbrio aí entre a flexibilização e a premissa básica de segurança.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu, por exemplo, acho que foram três anos, os diretores da Anac todos sabiam, ajudaram, tentaram resolver, mas as regras são tantas que nós demoramos três anos depois de feito o aeroporto em Mato Grosso, na cidade de Água Boa, foi balizado para voos noturnos, foram três anos para conseguir a liberação para colocar ele no livrinho oficial que se pode fazer voo.

São tantas as exigências que matam a iniciativas dos prefeitos, das regiões. É isso que eu gostaria que o senhor pensasse.

Obrigado.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-se, Senador Blairo Maggi, apenas o que o Senador Flexa Ribeiro chamava a atenção. O que está faltando basicamente é que a Anac regulamente, porque essa atribuição já está dada à Anac para que ela faça essa regulamentação, e a Anac não faz, e precisa fazer, atendendo efetivamente a esses princípios de segurança, que é uma preliminar para a operação, enfim, de qualquer aeródromo, mas adequando à realidade, às necessidades. Então, é necessário que a Anac faça essa regulamentação, que tem adiado dia após dia. Foi feita já a flexibilização da Lei n.º 7565, dando à Anac essa prerrogativa, e a Anac não a faz.

Agora, também não podia fazer, porque não tinha diretores. A Anac está operando há quase dois anos com apenas um diretor, sem condição de deliberar, Sr. Presidente.

Então, agora a Anac passa a ter quórum, passa a poder deliberar, e nós vamos cobrar de V. Sªs que V. Sªs possam representar esse arejamento que o Senador Blairo Maggi fez a partir das experiências que cada um de V. Sªs traz para o dia a dia da nossa Agência Nacional da Aviação Civil.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que ao mesmo tempo quer assoviar e chupar cana, como se diz.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Serei rápido, Presidente. V. Exª sabe que eu sou um fiel escudeiro de V. Exª, da Presidência, todos nós, todos nós.

Senador Garibaldi Alves é o guia nosso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Tenho dúvida quanto ao vice.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O vice é perigoso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª precisa se cuidar, então.

Mas, Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, senhores indicados a diretores da Anac, Dr. José Ricardo Queiroz, Dr. Ricardo Fenelon Júnior, eu serei breve até porque os assuntos que eu ia colocar já foram colocados antecipadamente pelos meus pares. Mas eu quero só pontuar.

Primeiro sei que não á atribuição da Anac, eu fui o relator da medida provisória que criava o Plano Nacional do Desenvolvimento da Aviação Regional. A medida provisória veio do Executivo, era um livro em branco, não definia o que era rota regional, não definia o que era aeroporto regional. Nós fizemos um parecer deixando bem claro essas definições todas, diferenciamos a aviação regional da Amazônia, que na Amazônia a aviação salva vidas, porque lá, se você tiver um acidente no interior da Amazônia, para você chegar ao atendimento médico, só de avião, porque estrada não existe, se vier de barco, vai morrer no caminho. Então, para nós, a aviação é um meio de salvar vidas. Lamentavelmente, Presidente Senador Garibaldi, a medida provisória perdeu a sua validade porque não foi aprovada dentro do prazo.

Numa medida provisória seguinte, em que o Senador Jucá era o Relator, eu pedi a ele – e ele o fez – que incorporasse no seu relatório o meu parecer da aviação regional. E foi aprovado e sancionado pela Presidenta Dilma, exatamente como foi o parecer diferenciando a aviação regional para a Amazônia.

Lamentavelmente, até hoje – há quase um ano e meio, dois anos –, não foi regulamentada. Então, eu não entendo este Governo, Senador Garibaldi Alves, que manda para cá medidas provisórias, que se subentende que tenham urgência e emergência, nós aprovamos aqui, dentro dos prazos mínimos, e depois isso fica sem nenhuma consequência do Governo. É só pirotecnia. Está aí o trem-bala para dizer. Mas vamos ficar na questão da aviação, da Anac.

Primeiro, com o que a Anac pode ajudar – acho que muito pouco, porque o Governo Federal não prestigia as agências reguladoras, não é só a Anac, o Senador Ferraço disse com muita propriedade isso – para que seja regulamentado de vez esse Plano da Aviação Regional que é importante para o Brasil todo, não só para a Amazônia, em especial para a Amazônia.

Outro programa também com relação à Anac, mas que está na Secretaria de Aviação Civil com o Banco do Brasil e foi lançado também midiaticamente pelo Governo Federal, é a construção de 267 aeródromos. No meu Estado, o Estado do Pará, são 26 aeródromos. Esse tem mais de três anos e ninguém sabe como está. Era o Banco do Brasil que ia fazer os projetos, era o Banco do Brasil que ia licitar, era o Banco do Brasil que ia executar. Lá, nós temos aeródromos como o da cidade de Redenção que é uma cidade polo no sul do meu Estado que não está homologada e que precisa ter obra. Também gostaria de saber desse programa.

Perguntaria aos indicados à direção da Anac, e quero me associar ao Senador Ferraço, que agora a Anac vai ter quórum para poder deliberar, qual a receita da Anac nas taxas que são cobradas anualmente? Quanto dessa receita é transferido pelo Governo para que a Anac possa efetivamente exercer a sua finalidade de fiscalizar, regulamentar e defender o usuário?

Eu me coloquei contra, inclusive tive várias reuniões com o Presidente, Dr. Marcelo Guaranys, quando a Anac fechou lamentavelmente os seus postos nos Estados. Deixou de estar presente fisicamente nos Estados para que fosse feito via internet. Eu disse: mas, Dr. Marcelo, não existe isso. Como um usuário da aviação vai poder fazer uma reclamação no aeroporto se a Anac não existe no Estado, se foi fechado o posto da Anac? Vai fazer através da internet? Vai fazer a reclamação para depois receber a resposta?

Então eu gostaria de saber de V. Sªs se, em chegando à direção da Anac, V. Sªs poderão deliberar para a reabertura desses postos, presença física da Anac em todos os Estados do Brasil, em especial no Estado do Pará e da Amazônia.

Por último, era o que também foi tratado aqui, não há como se ter a mesma exigência, não é só na questão da aviação civil, mas também em outros setores como o de saúde, por exemplo, para se homologar um aeroporto em São Paulo e um aeroporto no interior da Amazônia. Não tem como. Eu discuti isso também com o Dr. Guarani: o aeroporto de Itaituba foi bloqueado pela Anac porque faltava a brigada contra incêndio. Então, não tinha caminhão de incêndio e não tinha uniforme, o aeroporto de Itaituba ficou vários meses sem funcionar. É evidente que a questão de segurança tem que ser a primeira preocupação da Anac, em função dos usuários, mas, dentro da segurança mínima, você tem que ter uma flexibilização. O Senador Ferraço disse que já está permitindo à Anac fazer essa regulamentação.

O que acontece na Amazônia? É uma pena que o Senador Vicentinho tenha se retirado. Nós participamos, e ele foi o Presidente, de uma Subcomissão que tratou da aviação civil no País, que fez um relatório. Fizemos dezenas de audiências públicas e, ao final, chegou-se a um relatório. Ele é do ramo, o Vicentinho foi piloto na Amazônia, no Pará, ele pilotava avião no garimpo. Senador Garibaldi, a pista do garimpo deve ter 200 metros de extensão. Ele vem da floresta, quando chega à cabeceira da pista, o avião dá uma embicada e pousa. Assim

que é feito o pouso no garimpo, nenhuma pista é homologada. Então, na Amazônia, o que acontece, Senador Ferraço, é que você faz um voo – e todos nós políticos, quando estamos em campanha, lamentavelmente, praticamos essa incorreção –, você faz um plano de voo dizendo que vai sair de Belém para Breves, no Marajó, que é uma pista homologada. Na realidade, você não vai para Breves, você vai para outra pista que não é homologada, vai para Afuá. Não há como continuar essa situação. É preciso que haja realmente uma ação da Anac nesse sentido, de fazer essa regulamentação flexibilizando as exigências, mantendo a segurança, e se façam as homologações. Posso ajudar na questão do Plano de Aviação Regional e no Programa dos Aeroportos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Pataro.

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Senador Ricardo Ferraço, obrigado pelas perguntas. Peço desculpas, mas também já agradeço, muitas dependem de dados que ainda são internos. Eu necessitaria, na verdade, ter acesso, sendo aprovado posteriormente.

Mas eu diria ao senhor que também concordo com essa flexibilização. Quando a Constituinte fez a nossa Constituição de 1988, ela estabeleceu um princípio muito importante, em relação à Administração Pública, para distribuir bens, competências e outras mais. Esse princípio se chamava princípio do interesse. Acredito eu que, se considerarmos o interesse da União, no que diz respeito, vamos nos guiar pelas normas que temos da Icao. Temos 19 anexos da Icao. Por outro lado, acredito que a questão local pode ser vista, no que diz respeito a essa parte aeroportuária. Então, acredito que é possível, sim, fazer uma flexibilização, acredito que já deve haver uma demanda nesse sentido dentro da Anac, mas eu precisaria saber de que maneira está sendo tratada. O que posso afirmar para o senhor é que o meu posicionamento, numa situação como essa, com certeza, é de que poderia ser flexibilizado, desde que não comprometa, e acredito que não compromete a questão da segurança aeroportuária.

O senhor colocou uma coisa muito importante. Realmente, a Anac faz toda a parte de certificação, de fiscalização, de regulamentação, e eu acrescentaria ainda uma mais, a parte voltada para o exterior, o que é muito importante, justamente onde ela vai buscar esse conhecimento junto à Icao e o comparativo com outras organizações internacionais.

Para flexibilizar isso ou para tornarmos mais rápido – eu tenho conhecimento das demoras que ocorrem, das reclamações que existem –, penso eu que a melhor maneira é fortalecimento de sistemas. Eu li o planejamento estratégico da Anac que foi feito, e uma das coisas que se falam é justamente o fortalecimento da área de informática e informações institucionais, para que nós possamos ter, garantindo a segurança, maior celeridade nos procedimentos, principalmente naquilo que é possível fazer à distância. Outras agências do Brasil permitem que todo o processo, desde que não haja uma exigência física da pessoa, possa ser feito à distância, com fotografias, com certificados, inclusive certificados internacionais que são anexados e depois liberados. Um exemplo disso é a Anatel, quando libera, por exemplo, o que nós chamamos de VANTs. Quando as pessoas pedem, por exemplo, o drone, na verdade, que é para o aeromodelismo, cuja frequência precisa de autorização da Anatel, muita coisa é feita através de sistemas à distância, onde quer que a pessoa esteja. Então, eu acredito que uma das possibilidades para fazermos o processo e o procedimento mais rápido em todos aqueles itens que o senhor elencou é fortalecimento de sistemas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Não, na fiscalização, não. Fiscalização é pessoal. É o que eu digo: na certificação, muita coisa pode ser feita à distância. A fiscalização tem de ser feita presencialmente, efetivamente. O que precisamos é de efetivo. Estamos a 34%... Agora, veio uma autorização para o concurso. Precisamos de efetivo. Precisamos verificar aquilo que nós podemos conveniar, porque muitas coisas podem ser feitas.

Eu venho de uma instituição onde a proatividade é imperiosa. Nós não trabalhamos, na Polícia Federal, com reação. Nós trabalhamos de maneira proativa. Uma das coisas que se faziam muito...

(Intervenção fora do microfone.)

(Risos.)

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Uma das coisas que nós fazíamos era a diretoria itinerante. Os diretores da Polícia Federal se deslocavam até às regiões para saber as demandas efetivas daquele local. Isso permite que o efetivo todo ligado àquilo, inclusive os daqui, de Brasília, superintendentes,

gestores, possa estar no local, verificar a deficiência e entender a necessidade de se fazer algo que seja local ou regional, para que o serviço flua. Então, a proatividade, no meu ponto de vista, é muito importante.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E a receita?

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – A receita está prevista no CBA, os diversos itens de receita que entram para a Anac...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Eu não tenho conhecimento do montante total, eu não teria como informar ao senhor. Mas a receita entra.

Há outra questão que o senhor colocou no que diz respeito à receita que eu acho muito importante. Como eu digo, eu não teria como trazer esse conhecimento para o senhor, porque eu precisaria estar trabalhando com eles, mas eu posso dizer para o senhor o seguinte: se a receita for vinculada por lei, sendo que a Anac, através do art. 4º da lei votada pelos senhores, tem autonomia financeira e administrativa, acredito eu que esses recursos não devem ser contingenciados, até porque, no que diz respeito às taxas, quem gera o fundo é o Diretor-Presidente da Anac. Então, acredito eu que essas verbas estejam dentro da própria agência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pois não, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Sª vai ter uma surpresa desagradável quando chegar lá, porque o Governo deve transferir 15%, se tanto, do que é arrecadado das taxas pagas pelos usuários da aviação à Anac. A despeito de toda boa vontade. O Presidente, Dr. Guaranys, é uma pessoa aberta que atende e procura solucionar, mas eu acho que também ele está engessado. Agora, com quórum, ele vai poder deliberar, e eu espero que faça as deliberações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sr. Ricardo Fenelon.

O SR. RICARDO FENELON DAS NEVES JUNIOR – Obrigado.

Senador Ricardo Ferraço, eu vou começar pela questão de pessoal da Anac. A Anac foi criada em 2005 e passou a funcionar em 2006. Nos quadros da Anac, havia bastante gente do antigo DAC, vinculado à Aeronáutica. E houve um acordo, até na criação da Anac, de que esse pessoal da Aeronáutica iria saindo aos poucos.

Isso foi diminuindo, inclusive a questão dos checadores. Então, acho que, na questão dos checadores, a primeira questão é falta de pessoal. E óbvio que defendo o concurso para preencher os quadros da própria Anac, mas acho que a gente não pode ficar parado. Enquanto não tem, precisamos buscar alternativas, através até da iniciativa privada, existem pilotos no Brasil que poderiam ser treinados para isso. E até mesmo sei que existem alguns convênios com a Aeronáutica para ampliar isso, para tentar de forma imediata já buscar uma solução.

Quanto à questão da aviação regional, compartilho, Senador Flexa, da preocupação dos senhores. Como antecipei na minha opinião, acho que esse debate tem que ser enfrentado. Sem dúvida alguma, o desafio é este mesmo: como desburocratizar, como se adaptar às normas de cada região, mas manter a segurança. E como fazer isso? Acho que uma boa estratégia é buscar nos países onde isso já acontece, por exemplo, nos Estados Unidos, como a gente faz na questão da segurança, por exemplo. Na segurança operacional, a gente importa muitas coisas da Organização de Aviação Civil Internacional, como vários países fazem.

Então, acho que estudar como é feito lá fora é uma das alternativas, até porque, como já ouvi a nobre Senadora Vanessa Grazziotin dizer, há algumas situações em que na Amazônia, por exemplo, ou se contam as horas em avião, ou se contam os dias de barco, porque em muitas regiões não há estradas, apenas rios ou aeroportos.

Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

Senador Garibaldi, eu gostaria de saber dos nossos dois sabatinados sobre as diretorias que vão ocupar, porque esse é um dado importante para a nossa avaliação. Considerando-se que a Anac, que é uma das agências mais importantes do Brasil, tem cinco diretorias, há cinco meses trabalha precariamente com apenas duas funcionando, que diretorias os nossos dois sabatinados vão ocupar? E as atribuições, especificamente, que cada um vai ter? E as estratégias que cada um leva para lá, uma vez aprovado?

Já que o Dr. José Ricardo falou no ICAO, que é a organização da aviação civil internacional, tenho informação de que auditorias do ICAO, tanto no DAC quanto depois, na Anac, constataram deficiências, conforme os relatórios que tenho. E haveria até o risco de rebaixamento do Brasil no item segurança aérea. Se o Dr. José Ricardo tem conhecimento deste fato, o que foi feito, o que ainda está por fazer? Mas, objetivamente, eu queria saber exatamente que diretorias os nossos convidados aqui, hoje, vão ocupar, e as atribuições que cada um vai ter.

Bem simples, era apenas isso, em consonância com o seu habitual pedido, Senador Garibaldi, de brevidade dos nossos questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço, Senador Lasier, e concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Cumprimento o nosso Presidente, Senador Garibaldi – estou meio rouco –, o Ricardo Pataro e o Ricardo Fenelon, nossos indicados para a agência reguladora Anac. Acho de altíssima responsabilidade o posto que V. Sªs vão ocupar, e há uma preocupação realmente muito grande quando vamos ao aeroporto de entrarmos vivos e sairmos vivos no outro aeroporto para onde vamos. A questão da segurança é crucial e move muitas situações emocionais das pessoas que andam pelo mundo afora e pelo Brasil. Então, é de altíssima responsabilidade esse posto.

Estou vendo que tanto a sua experiência, Ricardo Pataro, quanto a juventude do Fenelon podem ser importantes para discutir as questões na Anac de uma forma mais precisa.

Eu acho que se unindo ao Dr. Guaranys e a outras pessoas que estão lá, com as experiências adquiridas do funcionalismo mais antigo, vocês podem fazer uma diferença. Nós estamos no momento de passar a limpo várias situações do País.

Fenelon, já dei um crédito de confiança, já votei favorável, "sim" a você, "sim" ao Ricardo, com toda essa campanha contra você. Eu acho que você deverá ter o compromisso de ser o melhor dos melhores ali. E não tenho dúvida disso. Por isso, votei "sim" para você.

Registro aqui a carta dos pilotos, carta não sei de quem para o Renan, todo mundo, contra a sua indicação, mas acho que a sua indicação é importante porque é sangue novo. Você terá um desafio importante de mostrar que um jovem que saiu aqui do CEUB – para homenagear também o CEUB, uma universidade de Brasília – tem condição de fazer diferença, quando vejo aqui sua vontade e sua segurança de colocar que precisamos reequipar a Anac, com concursados à altura para poder fazer o que ela tem que fazer, que não é feito porque não há servidores suficientes. Então, isso é fundamental. Queremos acompanhar e ajudar nisso. Sou servidor público federal concursado e acho que é importante a questão de nós valorizarmos isso. Então, me agrada a sua posição.

Não tenha dúvida de que há um pouco de razão nas preocupações colocadas na carta dos pilotos com relação à questão de segurança, aquilo que falei no início aqui. Não dá para simplificar simplesmente por simplificar. Podemos simplificar, sim, algumas coisas, mas garantindo 100% na questão da segurança.

Estou aqui com as sete perguntas para fazer sobre o voo 1907, aquele problema do Legacy, a insegurança toda dessa comunicação, porque precisamos saber como vocês, entrando na Anac, vão fazer agora para nos ajudar que haja menos crise no setor aéreo e menos problema de segurança, como essa do Legacy, por exemplo – muitas pessoas ainda sofrem traumas hoje por causa disso –, e a questão, por exemplo, daquele acidente em Congonhas. Vocês sabem que Congonhas não tem pista do tamanho que deveria ser. E houve aquele problema do acidente grave do Boeing da TAM. Eu acabei de falar da TAM, exatamente o mesmo voo que vem do Rio Grande do Sul para cá que tem que passar em São Paulo. É o mesmo voo daquele acidente fatídico.

Quero perguntar para vocês o seguinte: qual é, de fato, dentro do estudo que tu fizeste em Georgetown, dentro do estudo que ele teve no Canadá, a colaboração que vocês vão dar para evitar esses problemas graves, esses acidentes que acontecem?

Além disso, a Anac apresentou um plano estratégico 2015-2019, elaborado com a participação da sociedade e dos servidores, com o objetivo de longo prazo, as ações a serem apreendidas para o alcance desses objetivos. Quais são os objetivos básicos que a Anac quer fazer e como podemos ajudar? Estou falando isso porque, nesta Casa, sou o Presidente da Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura e quero discutir melhor como vamos fazer para propiciar que o PIO realmente aconteça de forma adequada. Está sendo previsto um investimento de 8,5 bilhões nesse setor. Eu sei que mais quatro joias da coroa estão sendo colocadas. Falei sobre isso, um dia, com o próprio Ministro, porque Rio Grande do Sul, Fortaleza, Salvador e Floripa são lugares de grande procura, são quatro bons aeroportos colocados para concessão, enquanto outros aeroportos menos superavitários vão ficando para trás. E temos que ver como vamos fazer esse equilíbrio para que todos possam ter um bom funcionamento e um atendimento adequado. É indiscutível que o processo de concessão já concedida para os aeroportos melhorou o atendimento, melhorou a qualidade, melhorou uma série de questões e, com certeza, esses aeroportos irão melhorar mais ainda, mas precisamos que todos os outros possam ser atendidos dessa forma.

Além disso, é importante a gente discutir formas para que quem realmente pegue essas concessões as execute da maneira como nós acompanhamos.

Está aqui o colega que foi do Gecopa – eu também fui do Gecopa –, o servidor público do Ministério de Minas e Energia. Eu acompanhei todos os estádios brasileiros, você acompanhou na área aeroportuária, tive o

prazer de estar lá, no aeroporto do nosso eminente Líder e Presidente aqui, vendo toda aquela maravilha que foi construída lá, no Estado do Rio Grande do Norte. E eu espero que, breve, breve, possa ter o HUB da TAM lá naquele lugar, até para valorizar, de fato, aquele grande investimento que fora feito ali, naquela parceria. E que a gente consiga fazer essa interface, principalmente para resolver o problema de acesso daquele aeroporto, e de logística.

Em 2014, o então Ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, disse que o Brasil tem dois desafios: o da infraestrutura e o da regulação. Como superar esses desafios, Fenelon? Como você pretende nos ajudar a superar esse desafio? E você, Ricardo Pataro? Vocês entenderam a pergunta?

A última pergunta. O Procurador Federal Frank Larrubia Shih publicou artigo sobre os seguintes desafios da Anac: necessidade de ajuste tributário para as atividades do setor; incentivo à aviação regional e à aviação agrícola; flexibilização e desregulamentação do setor; melhorias nos níveis de segurança dos voos; dívidas bilionárias de empresas aéreas tradicionais – o caso dos Fundos de Pensões e outros –; políticas e diretrizes de melhoria para a infraestrutura aeroportuária; incentivo à parceria público-privada para o setor; regulação, fiscalização e estratégias de acesso ao mercado internacional.

Qual o entendimento dos senhores diante de tais pontos tão relevantes e tão importantes para essa infraestrutura nacional?

Eu, como Analista de Infraestrutura concursado, exatamente a mão de obra que está lá na Anac... Na Anac não, na Secretaria de Aviação Civil – alguns até ajudam na Anac –, posso dizer para vocês que ninguém nasce formado. Todo mundo está em processo de constante aprendizado. Creio que todos nós hoje, aqui, sairemos dessa reunião mais capacitados para fazer o que a gente deve fazer, porque estamos tendo essa oportunidade de estar dialogando.

Então, quero desejar sucesso, Ricardo, que você consiga pegar o nosso voto de confiança e demonstrar que um jovem pode fazer a diferença ousando e nos ajudando, para que essa infraestrutura seja melhor. E você, Pataro, com toda essa sua experiência, que colabore lá com o Guaranys, com o Ricardo e com a equipe da Anac, para que a gente consiga, realmente, colocar essa agência para frente. Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

É com alegria que eu quero aqui cumprimentar os Srs. José Ricardo e Ricardo Fenelon, e desejar sucesso nessa nova missão que vocês têm pela frente. Mas, ao mesmo tempo, cabe a nós, Senadores... E aqui os meus colegas já foram enfáticos, repetindo várias necessidades que o Brasil tem.

É importante, acima de tudo, que nós olhemos para a aviação brasileira não só pelo Gabinete da Anac ou pelo Gabinete do Senado, porque, aqui, a gente sobe lá, no Anexo I, 16º andar, a gente olha para um lado e vê um lago bonito, olha para o outro lado, vê tudo florido, olha para outro lado, vê o Banco Central, imaginando ter dinheiro à vontade. Aí, você olha para o resto do Brasil e vê que as distorções regionais são muito grandes. E para nós podermos tirar essas distorções, o que nós precisamos, na verdade, é de novos diretores, que tenham, acima de tudo, coragem e determinação.

Por que eu falo isso para vocês? Com conhecimento já, como ex-Prefeito, ex-Governador, Senador já, por 4 anos e meio, eu sei que têm muitos setores dos órgãos públicos, Sr. Presidente, Senador Garibaldi, que foi Ministro, que têm servidores que criam dificuldades para poderem valorizar a área em que atua. Se vocês não entrarem lá com mentalidade nova, com visão nova, com visões regionais, e não uma região única, uma situação única, infelizmente vai continuar o mesmo sistema que está aí. Nós precisamos disso urgentemente.

Eu falo isso porque aqui nesta Casa, Presidente, nós também sabatinamos diretores da Aneel. Esses novos diretores da Aneel, que entraram com essa mesma garra e vontade dos dois Ricardos que estão aqui, colocaram uma nova dinâmica. Simplificaram as ações. Isso não quer dizer que você esteja diminuindo o cuidado quanto à questão da segurança. A segurança é fundamental. Mas o que nós não podemos comparar é o aeroporto de São Paulo com o aeroporto de Ji-Paraná, ou com o aeroporto de Cacoal, com o aeroporto de Vilhena, com o aeroporto de Guajará-Mirim; exigir as mesmas condições de um aeroporto de grande movimento, com aeronaves para 100 ou 150 passageiros, para um aeroporto para dez ou vinte passageiros. Aí alguém diz o seguinte: "mas para poder autorizar uma aeronave para fazer voos regionais, nós precisamos disso, disso e disso". Espere aí! Mas e quando nós voamos em um avião simples, com o mesmo número de passageiros? Então quer dizer que nós não contamos? Nós estamos voando porque há segurança.

Um passo importante para vocês definirem essa questão regional: falta alguma legislação? Use esta Casa. Use esta Casa. Mandem para cá. Mandem para cá projetos originais. Nós, a maioria dos Senadores, somos de onde? Somos do Nordeste ou do Norte. E há os do Centro-Oeste, que já estão mais estabilizados, com uma

estrutura maior. Mas nós também queremos ter o mesmo direito, não de ficar dias e dias em cima de barco ou de estrada, mas ter horas em cima de um avião, com muito mais rapidez.

Outra coisa fundamental – eu já estive conversando com o Dr. Ricardo Botelho – é a questão da simplificação. Não é você deixar de cumprir a legislação, mas simplificar o que pode fazer hoje para daqui a trinta dias, Sr. Presidente. Isso tem acontecido até com renovação de carteiras, de brevê de pilotos. Há dificuldade até para renovar uma carteira de um piloto de helicóptero. Mas espere aí: a Anac não tem recurso, não tem dinheiro? O Governo então não pode ficar contingenciando recursos fundamentais para a segurança nacional. Ao mesmo tempo, acidente sempre vai haver. A gente vai fazer de tudo para poder evitar, mas se fosse assim, França, Estados Unidos... Todos os acidentes que aconteceram lá ou foi por falha do piloto, ou falha de alguém. A maioria das vezes foi falha humana, ou por loucura de um piloto, porque está com um problema psicológico, e vem a acontecer um acidente. A segurança é fundamental. Mas nós temos que tratar a nossa aviação em grandes aeroportos não com a mesma situação dos pequenos aeroportos com no máximo um voo regional de dez passageiros, doze passageiros; com a mesma burocracia, com as mesmas exigências, com as mesmas situações.

Há um caso da Anac que infelizmente constrangia a gente. Parece que é de propósito lá dentro. Coisa que resolve nesta semana, para quê deixar para daqui a seis meses para resolver, gente? Isso é um absurdo! É um absurdo! Estou falando porque nós temos também avião, na minha empresa. É o único, mas quando ele para para fazer a revisão da carteira do piloto, eu fico sem avião, eu fico sem piloto, porque a demora é muito grande.

Outra coisa que precisa dentro da Anac – os nossos novos diretores aqui, os Ricardos, como se diz – é especialmente o tratamento igual para a conferência dos documentos. Infelizmente hoje, dentro da Anac, para algumas empresas é um tratamento, e para outras empresas é outro tratamento. Há empresa, Sr. Presidente, que pegou o mesmo documento, a mesma cópia de todos os documentos de uma empresa na qual foi feita a documentação. Pegou toda a documentação de uma empresa que foi homologada, e estava tudo certinho. Só para fazer a revisão, pegou a mesma documentação e deu a entrada. Uma passou, que era aqui de Brasília; e a outra, que era da Região Amazônica, não passou. Sempre tem alguém colocando dificuldade. Então, o tratamento é diferenciado para algumas regiões. Ou tem algum apadrinhado por trás, que está inviabilizando, e aí não pode ter político nenhum fazendo esse papel, porque nós temos que ter concorrência na Região Amazônica, nós temos que ter concorrência em todo lugar do Brasil. Simplesmente, estão privilegiando alguns, e outros, menos.

Então, eu queria só reivindicar a vocês, e dotar vocês de um pouquinho mais de prerrogativa, que vocês vão ter como diretores. Vocês são diretores da Agência Nacional de Aviação. Vocês, em colegiado, definirão, dentro da legislação, a agilidade, a rapidez e a simplificação daquilo que pode ser feito, sem jamais colocar em risco... Alguém vai dizer: "mas vão colocar em risco a segurança". Não estou falando isso. A segurança vai continuar. As aeronaves, se não têm condições de voar, não podem voar. O que não pode é, para você fazer uma vistoria de uma aeronave, demorar seis meses, três meses, quatro meses, cinco meses. Vocês imaginam, os senhores aqui. Vocês estão com um carro esperando vocês do lado de fora. Esse carro foi para a revisão e a concessionária só vai entregar para vocês daqui a 30 dias.

Vocês deverão ter quantos carros em casa? Então, é só isso que eu recomendo. Portanto, já votei.

Eu não fui atrás de conversa fiada, "não vote no fulano, no beltrano". Eu tenho opinião própria. Eu acredito em potencial novo, em pessoas novas, que vêm com pensamento novo. Por mais que nós já tenhamos um presidente da Anac hoje que... – alguns aqui já... – se debruça em cima do trabalho, infelizmente, o Governo Federal pecou muito. Desculpe-me, esse Governo Federal está parecendo uma tartaruga que só encolhe a cabeça. Porque as diretrizes que estão abertas em todas as áreas já deveriam estar preenchidas, Sr. Presidente, há muito tempo. Há muito tempo deveriam estar preenchidas para que a gente possa ter um resultado mais imediato.

E contem com essa Casa, contem com a gente, Ricardo Botelho e também Ricardo Fenelon. No que depender de nós aqui estaremos juntos para ajudar, para somar. Nós estamos aqui para poder atender às demandas, que são a solicitação de quem? Dos nossos eleitores, de quem nos colocou aqui, nós somos representantes deles, lá na ponta, aqui em Brasília.

Então é só isso que eu solicito a vocês. Eu tenho certeza de que, se vocês simplificarem as ações, terão um resultado positivo, com segurança e ágil. Vou dar só um exemplo para vocês: antigamente – agora mudou, esses dias para trás mudou – você vinha de Rondônia, vinha do Acre, e passava por Cuiabá, você chegava aqui em Brasília e ficava uma hora esperando no aeroporto de Brasília para você pegar sua mala. Uma hora você ficava esperando! Por quê? Porque a Infraero, não sei quem aqui, não tinha raios X suficiente para passar as malas na hora. Quer dizer, nós já passávamos nos raios X de Rondônia e, chegava aqui, tinha que esperar para passar os raios X de novo – ficava uma hora! Quantas vezes eu fui à tribuna no Senado, xinguei a Infraero e xinguei a Anac? Fui e xingava mesmo, eu não tenho dó não, porque "lavar cabeça de burro perde água e sabão", enten-

deu? Era duro, porque era uma hora! Agora colocaram os equipamentos. Mas, gente, isso acaba atrapalhando, imagina a gente a situação que estava.

Por isso eu só quero fortalecer vocês, desejar sucesso, mas venham com mentalidade nova. E se vocês forem para o corpo técnico que está lá – não todo mundo, mas uma boa parte –, eles vão querer se valorizar e, se vocês quiserem fazer alguma mudança, coloquem-nos como se eles fossem insubstituíveis. Não são! Desde que a finalidade seja atender a população com segurança, aí podem contar com a gente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Pataro.

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Bom, tinha uma... A primeira pergunta... A primeira colocação que foi feita aqui foi pelo Senador Lasier – desculpe-me, Senador, é porque eu estava procurando a documentação. Quando o Sr. pergunta sobre qual diretoria nós assumiríamos na Anac. Na verdade, na agência, quando criada, existiam diretorias compartimentadas – ou se acreditava que existiam diretorias compartimentadas. Então se falava da Diretoria de Segurança, da Diretoria de Infraestrutura Aeroportuária e assim sucessivamente. Hoje em dia o normativo da agência é que a diretoria atua de maneira colegiada: são os cinco diretores. Atualmente, inclusive, em seu próprio organograma é Diretor 1, 2, 3, 4 e o Diretor-Presidente. Cada diretor recebe um conjunto que atua transversalmente em toda a agência. E cada diretor recebe projetos para que possa analisar. No passado, se eu estivesse vinculado à Diretoria de Infraestrutura Aeroportuária, eu iria trabalhar com as atribuições exclusivas da Diretoria de Infraestrutura Aeroportuária, relacionada à Superintendência e Gerência Geral ali vinculadas. Hoje em dia, não. Então nós trabalharemos, se os Srs. nos aprovarem, na verdade com diversas demandas variadas, que são sorteadas para as diretorias.

Eu acho até uma maneira salutar porque, na verdade, nós trabalharemos com toda a estrutura da agência, com todos os servidores e em cada área específica, dependendo do acordo. Essa responde à pergunta do Sr. em relação à questão da maneira como a diretoria vai trabalhar.

O senhor comentou, também, sobre a situação da auditoria da ICAO. Efetivamente... Eu cheguei ao Brasil em janeiro – no final de janeiro e início de fevereiro. Na delegação nós estávamos com um representante da Anac, com a representação da Força Aérea – porque muitos assuntos são vinculados à Força Aérea, DECEA, e não à Anac. Mas não recebi, ou não se comentava, nada a respeito dessa possibilidade de rebaixamento. O que se fala, na verdade, em relação à auditoria feita, é que a Anac recebeu 85% de aprovação nas auditorias de *compliance,* e que há uma previsão, salvo engano, para novembro, sofrermos uma nova auditoria.

Então, quanto a esse dado efetivamente em relação à segurança, eu poderia dizer que é difícil me colocar em relação a isso, porque eu diria ao senhor o seguinte: sobre segurança a gente ouve falar a todo o momento. Com todos os servidores da Anac que estiveram no Canadá e com os quais tive contato, a missão institucional da agência, a sua visão, tudo que diz respeito à agência quanto à aviação civil, a primeira palavra é segurança, em absolutamente tudo.

USOAP, como eles chamam, auditoria feita pela ICAO, deve haver outra agora em novembro, mas eu não acredito nisso, até porque os nossos índices são muito bons. Os dados que eu tenho... Não estou dentro da agência, mas os dados que tenho, que até reportei aqui, efetivamente nos colocam... Para o senhor ter uma ideia, há uma tolerância mundial, uma tolerância que a OACI coloca; e a Anac, mesmo com o trabalho que vem sendo feito, o seu empenho, essa repetição de que segurança é tudo, nós estamos em um nível muito abaixo daquilo que inclusive se espera da OACI. Então, eu acho que os nossos números são muito bons.

Acredito que tenha respondido.

Outra colocação feita pelo senhor, Senador, dos documentos que o senhor leu, eu acredito que não tenha conseguido anotar tudo, se o senhor quiser me mandar, mas no que diz respeito às concessões, à qualidade, de que maneira nós nos preocuparíamos com a segurança. Efetivamente a Anac tem que se preocupar com essa situação. Eu vi que, nos aeroportos já concedidos, alguns, inclusive, foram para a construção daquela área de segurança no final de pista, chamada reza.

Eu particularmente acho que nós temos... Aquilo é primordial. Eu gosto muito de umas colocações que são feitas pela IFALPA, que é a associação internacional dos pilotos. Eles têm umas medições muito interessantes, mas, havendo a concordância dos senhores, eu quero me reunir com o grupo lá, inclusive com o conselho técnico, porque os regulados precisam ser ouvidos nesse sentido, porque eles fazem metragens diferentes, metragens internacionais diferentes, que acho muito interessantes, para que nós já possamos utilizar nos próximos a serem concedidos.

E inclusive eu acrescentaria uma coisa a mais: a depender do tipo de aeroporto, nós podemos considerar a possibilidade daquelas EMIs, aquelas que são feitas de materiais diferentes, que podem parar a aeronave. Ou seja, para a segurança aeroportuária existem milhões de coisas.

Eu acredito que nós podemos trabalhar isso junto com o efetivo da Anac, que hoje, com certeza, já está se debruçando sobre o assunto porque já passaram por procedimento de concessão e vão voltar a passar pela parte de concessão.

Volto a dizer, na aviação regional, o senhor colocou muito bem, hoje o procedimento está sendo tratado pela SAC, mas a Anac tem a questão de certificação, a questão de acompanhamento, tem prestado uma assistência técnica à SAC. E, sem dúvida alguma, a aviação regional, volto a dizer, é o futuro deste País.

Nós temos que, a todo o custo, fazer essa aviação regional funcionar porque é interligar a Nação como um todo. Os números já são alvissareiros. Se nós considerarmos, nós temos 204 milhões habitantes, aproximadamente 101 milhões ou 104 milhões de pessoas voaram neste País, imaginem se tivéssemos a aviação regional. Volto a dizer os números da França: a França tem 65 milhões de habitantes, 104, 130 milhões de pessoas voaram naquele espaço aéreo. Você já imaginou o que é isso se nós considerarmos a ideia de 204 milhões de brasileiros sendo transportados, já que a ideia do aeroporto regional é justamente que a comunidade esteja ao menos a cem quilômetros de distância de um aeroporto! Isso realmente é uma integração fantástica.

Não sei se respondi a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Fenelon.

O SR. RICARDO FENELON DAS NEVES JUNIOR – Senador Lasier Martins, em primeiro lugar eu queria agradecer o senhor por ter me recebido ontem, ter me deixado apresentar o meu currículo, a minha história.

Complementando a resposta do colega, a Anac não tem mais diretorias vinculadas a uma área específica; a Anac decide, em forma de colegiado, sobre os mais variados assuntos, sempre embasada pela equipe técnica, pela Procuradoria. Eu vi que, inclusive, foram vinculados em alguns lugares nomes específicos de diretorias. Isso não existe mais. O funcionamento da Anac hoje é assim: todos são diretores. Se nós tivermos o apoio de V. Exªs, nós seremos apenas diretores, não diretores de operações aéreas ou de infraestrutura portuária ou de qualquer outra área específica. Não existe mais essa vinculação.

Só mais uma questão em relação à ICAO. Eu também não tenho essa informação. O que eu sempre ouvi, inclusive quando eu estava na Anac... Se não me engano, houve uma auditoria e o resultado teria sido positivo. Se o senhor puder nos encaminhar, eu agradeço.

Quanto ao Senador Hélio José: eu agradeço as perguntas, agradeço especialmente a pergunta em relação às críticas. Afinal, essa é a primeira oportunidade que eu tenho de me apresentar publicamente, até em respeito a esta Casa – e publicamente, porque, como o senhor disse, V. Exªs são eleitos pelo povo. Senador, eu tenho profundo respeito por qualquer manifestação. Nós temos no Brasil o Estado democrático de direito, e eu tenho profundo respeito por qualquer manifestação, mas, da mesma forma, com muita humildade, eu entendo que muitas dessas críticas não condizem com o meu currículo. Eu entendo, também com muita humildade, que eu tenho, sim, preparação técnica, acadêmica. Eu tive várias experiências já no setor. Eu conheço o setor, com muita humildade, de diversos pontos de vista, do consumidor, das empresas, dos aeroportos e, por isso, entendo que tanto as minhas experiências na área quanto os meus estudos acadêmicos me habilitam a estar aqui hoje me apresentando aos senhores para ocupar esse cargo.

Eu concordo com o senhor também quando diz que o processo de concessão de aeroportos já trouxe muitos benefícios. Quanto ao Aeroporto de Brasília mesmo, uma pesquisa recente, agora do começo do ano, mostra que os usuários perceberam isso no último ano – melhorou bastante a avaliação do aeroporto, aproximadamente 20%, já está em mais de quatro de um máximo de cinco. Claro que sempre se pode melhorar e, se nós tivermos a honra de ser aprovados por V. Exªs, uma das nossas obrigações será sempre buscar a melhora do serviço através da regulação, no que a legislação permitir, para o consumidor.

O senhor falou também em incentivos fiscais. Eu entendo que, sim, esse debate tem que ser feito. Tivemos a honra de ser reguladores da aviação civil no Brasil. Nós também precisamos analisar o lado das empresas. A questão, por exemplo, do ICMS do combustível, do querosene de aviação: esse debate precisa, sim, ser feito. Não é competência da Anac discutir política, mas a minha opinião pessoal é que o debate tem que ser feito sim, essa questão é muito importante. A nossa responsabilidade também está em verificar a saúde financeira das empresas.

Espero que tenha respondido as principais questões e me coloco à disposição de V. Exªs, por *e-mail* ou por telefone, de qualquer forma.

O Senador...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes, só para informá-lo: eu busquei aqui, sobre a pergunta relativa à auditoria – a informação me foi passada pelo Professor Joaquim Gonçalves de Farias Neto, professor universitário de Segurança e oficial aviador da FAB. Teria havido essas auditorias no Icao e

teria sido constatado que o Brasil deixa a desejar com relação ao item segurança – questão já respondida pelo Dr. José Ricardo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ...considerar... Está respondido... Como havia vários detalhes relativos às minhas perguntas, eu encaminhei por escrito a ambos. Espero, depois, que vocês encaminhem de volta para o nosso gabinete. Quero ter a oportunidade de contar com a Anac. O debate específico vai ser feito sobre a questão do PIL, nessa área de transporte aéreo, para que possamos melhor esclarecer o investidor brasileiro, ter melhores condições de desenvolver nossos aeroportos regionais.

Até agora, só foram oito colocados. Esperamos que, no futuro, consigamos colocar mais do que oito na questão do PIL e que seja um sucesso.

Então, conte conosco. Estamos juntos na batalha. Está bem?

As perguntas vão ser encaminhadas por escrito. É só pedir para usar o xérox ali. Vocês terão condições de melhor respondê-las.

Fico agradecido pelas respostas colocadas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concederei a palavra ao Senador Acir Gurgacz ou ao Senador Otto Alencar.

Podem chegar a um acordo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Sr. Presidente! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Um chegou aqui primeiro, e o outro se inscreveu primeiro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas minha fala será rápida. Quero só saudar os dois indicados, o Dr. José Ricardo Botelho e o Dr. Ricardo Fenelon.

Fiz uma ampla pesquisa sobre o currículo dos senhores e entendo que estão aptos a exercer o cargo na diretoria da Anac. A nossa posição é favorável, é de apoio.

Nós precisamos realmente fazer a Anac avançar. Já tivemos um avanço muito grande com relação às linhas aéreas brasileiras, principalmente nos grandes aeroportos.

Todo mundo aqui já colocou a importância dos aeroportos regionais. Vou ser repetitivo, porque eu não poderia deixar de falar da importância no Estado de Rondônia dos nossos aeroportos, das nossas linhas aéreas, que hoje partem de Porto Velho, de Ji-Paraná, de Cacoal, de Vilhena. Nós precisamos ampliar essa malha viária. É preciso consolidar o aeroporto de Ji-Paraná, o de Cacoal e o de Vilhena e ampliar a linha aérea para Ariquemes, para Guajará-Mirim, para Costa Marques. São aeroportos que não têm um resultado financeiro viável para as companhias.

É uma questão de ação de governo. É uma responsabilidade da Anac, é uma responsabilidade do Governo fazer essa ligação, para atender essas pessoas, não sei se em forma de subsídio ou se em forma de atendimento, como alternativa. Mas precisamos atender essas pessoas.

Então, fica aqui nosso pedido, para reforçar essa questão dos aeroportos regionais e, principalmente, a questão do nosso aeroporto de Ji-Paraná, que está entre os primeiros nessa lista dos 270 que estão para ser construídos. O anteprojeto já foi feito. A licença ambiental já foi dada. Só se está aguardando a licitação. Entendo que há um trabalho entre o Banco do Brasil, a SAC e a Anac para fazer a construção desse aeroporto e, da mesma forma, do de Cacoal, de Vilhena, de Pimenta Bueno, de Ariquemes.

Então, fica aqui só minha saudação, com o desejo de sucesso no trabalho de vocês. Contem com o apoio desta Casa naquilo que for preciso para reforçarmos as linhas aéreas regionais. De fato, esperamos que aconteça esse avanço de que o Brasil precisa e de que nós todos precisamos.

Meus cumprimentos a todos!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Senador Otto Alencar, último Senador inscrito.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Maioria/PSD - BA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, quero agradecer a V. Exª e também destacar aqui que fico muito feliz com a presença do Dr. José Ricardo Botelho de Queiroz, da família Botelho de Queiroz, da Bahia. É um baiano. Tenho absoluta certeza, pelo que conheço do currículo dele, que é um currículo rico, de que ele tem toda experiência para desenvolver um bom trabalho na Anac. Tenho absoluta certeza de que ele vai cumprir suas responsabilidades, primeiro com competência e, segundo, com determinação e com honra, como o cargo necessita, para atender às necessidades da aviação no nosso País. Também vi o currículo de Ricardo Fenelon Junior, um currículo rico e também adequado para o

exercício do cargo. São dois jovens. Um, talvez, seja mais novo do que o outro, mas com capacidade e condições de desenvolver esse trabalho.

Eu fui Secretário da infraestrutura do Estado da Bahia por quatro anos e tive uma relação muito próxima com a Anac para homologar vários aeroportos regionais que estavam desativados, como o aeroporto de Valença, que o Ricardo deve conhecer. Hoje, está com voo regional. Fizemos as adequações preestabelecidas pela Anac, e é importante cumpri-las para a segurança dos voos regionais. Da mesma forma, em Feira de Santana, que é o segundo maior Município da Bahia, próximo de Salvador. Há até um projeto na SAC para ampliação desse aeroporto. O de Lençóis também, outro aeroporto regional; o de Teixeira de Freitas, no extremo sul.

Essas normas, que são pré-estatuídas na lei da Anac, devem ser seguidas para segurança.

A única coisa que me chamou a atenção nesse período, para conseguirmos iniciar as obras do novo aeroporto de Vitória da Conquista, porque o atual já não atende às condições, é que a burocracia ainda dificulta muito a realização dessas obras, dificulta demais, e os projetos encaminhados demoram por muito tempo, tanto na SAC quanto na análise da Anac, para serem autorizados à execução física das obras. Conquista demorou dois anos e meio. Fizemos um projeto muito benfeito, tanto na Anac quanto na Secretaria de Aviação Civil. Disseram: "É o melhor projeto do Brasil." Mas, para autorizar a obra, demorou dois anos e meio.

Essa burocracia dificulta demais. Por que dificulta? Na minha opinião, por falta de pessoal e de técnicos que possam avaliar esses projetos com mais agilidade para que as coisas possam funcionar.

Uma agência só, a Anac, aqui, em Brasília, para 26 Estados e o Distrito Federal, é muito pouco para a demanda reprimida por voos regionais e até interestaduais.

Acho que, como a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) tem representações nos Estados, a Anac deveria ter pelo menos representações regionais. Se não pode ser nos Estados, se não pode haver um convênio de cooperação com agências estaduais ou dando autonomia às agências estaduais, obedecendo aos pré-requisitos da Anac, ou seja, centralizando essas análises para dar mais agilidade... Tudo está centralizado em Brasília, tudo se resume aqui, a uma agência só, para um País com a dimensão continental que tem o Brasil. Isso dificulta muito.

Nesse período, eu poderia ter dobrado a minha produção de voos regionais. Fiquei sem homologar o aeroporto de Guanambi, onde temos hoje o maior parque eólico da Bahia, talvez, produzindo já energia eólica em grande quantidade, por essa dificuldade. Para encontrar um técnico para visitar um aeródromo desses, para homologar, era uma grande dificuldade. Inclusive, aconteceu um fato interessante: eu provocava essa situação, e a Anac respondia "não podemos mandar verificar a inspecionar porque a prioridade são as obras da Copa". Terminamos tomando de sete a um da Alemanha, e os meus aeródromos ficaram sem verificação. Foi uma coisa muito ruim.

Então, peço aos dois Ricardos, tanto ao Queiroz quanto ao Fenelon, que vocês, com essa juventude, possam, de alguma forma, estudar e ver isso dentro do Colegiado, se o Governo Federal vai ter condição de colocar representações ou estaduais, ou regionais, para que esses técnicos possam realmente analisar, dentro do rigor necessário para que a lei seja atendida para homologação desses aeródromos, mas dar condições de voo.

Inclusive, como falou aqui o Ivo Cassol, em Estados como Amazonas, Bahia, a Bahia tem 576 mil quilômetros quadrados. É do tamanho da França. Nós temos uma extensão territorial muito grande, e as diversas regiões precisam disso.

O que eu acho é que, dentro dessas possibilidades, se houver condições de a Anac andar rápido com isso, seria super importante para o Brasil.

E verificar até as condições do próprio Governo Federal de alocar recursos para instalar, como acontece com a ANTT e outras agências, representações estaduais ou regionais para, de alguma forma, agilizar essas ações.

Eu quero parabenizar ambos pelo currículo. Eu tenho absoluta certeza de que vocês vão desenvolver um trabalho que poderá dar condição a este País nosso, que precisa tanto desses serviços de boa qualidade, para atender os Estados brasileiros. Parabéns a ambos e boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Pataro.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente, por gentileza.

É só para registrar a presença aqui do nosso amigo Chiquinho Escórcio. Foi Senador da República, Deputado, hoje está na SRI, e está sempre nos apoiando e trabalhando junto conosco. Só para fazer este registro, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Quero me associar ao registro do Senador Acir Gurgacz e agradecer a presença do ex-Senador Francisco Escórcio.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Pataro.

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Bem, mais uma vez, obrigado. Obrigado, Senador Ivo.

Apenas quero fazer uma colocação no que diz respeito à questão da aviação regional – ele já havia colocado. Realmente há necessidade de que, em alguns pontos do País, em algumas áreas – e me parece que isso até já está sendo estudado –, haja subsídio. Em muitos lugares do mundo isso é feito com uma siglazinha que eles chamam de Serviço Público Obrigatório, é uma possibilidade. Mas há a possibilidade também de estudarmos a questão dos combustíveis. Eu acredito que são frentes que podem facilitar a aviação regional. Realmente, é a única maneira que nós temos de fazer com que todas essas áreas que precisam ser atingidas possam efetivamente ser supridas com aviação.

Em outros países do mundo eles fazem justamente isto: com o subsídio das pequenas aeronaves em determinadas áreas... No Canadá, até onde eu sei, para atender a demanda dos Inuit, a necessidade de atendimento das comunidades que estão mais distantes, faz-se dessa maneira.

Obrigado pelas palavras.

Senador Otto Alencar, muito obrigado, mais uma vez, pelas palavras – meu conterrâneo, da minha terra.

Eu acho que sim, eu acho que existe a possibilidade... Ao longo de toda a minha vida profissional, eu sempre achei que a integração e a possibilidade de fazermos com que as equipes fossem multiplicadas seriam fatores positivos, eu sempre defendi isso.

No caso específico da Anac, o planejamento estratégico feito já tinha a previsão de uma readequação no que diz respeito a essas localidades regionais e de como isso seria feito – ao menos de que maneira deveria ser estudado para ser feito. Particularmente, eu acho que, nos casos em que é possível fazer convênio, que se faça convênio. Mas existem outras atribuições que são específicas da agência e dos servidores públicos que lá estão, específicas dos agentes reguladores, que não podem ser descentralizadas ou repassadas para outra instituição.

Tivemos experiências como essa, mas a própria legislação previa, no que dizia respeito ao órgão ao qual sou vinculado, que, onde não pudéssemos estar, poderíamos fazer convênios com instituições estaduais – funcionou bem, dados eram fornecidos. Mas existem outros casos em que não podemos repassar porque se trata de obrigação constitucional.

No caso específico da aviação civil, eu acho que o estudo é válido, precisamos verificar onde estão as demandas. E mais uma vez: acho que o fortalecimento do sistema pode facilitar muito no caso dessa demora, porque se nós temos um problema hoje de 34% a menos do que precisaríamos, efetivamente, além da complementação do quadro, a tecnologia precisa vir para auxiliar esses servidores que lá estão. Isso é muito importante.

E foi com isso que eu trabalhei inclusive durante a criação dos Centros de Comando da Copa do Mundo – me desculpem os que estavam atendendo outras áreas por causa da Copa do Mundo, mas... Os Centros Integrados de Comando e Controle previam justamente isto: facilitar a vida do servidor que estava ali com tecnologia. Então, acredito que nós possamos ter aí uma tarefa mais adiante.

Agradeço mais uma vez as palavras vindas da minha terra, vindas da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Bem, nós recebemos dezenas de perguntas via internet. E, realmente, se formos ter as perguntas respondidas, teremos que fazer uma maratona aqui. Então, eu acredito que os dois indicados possam levar as perguntas, e nós nos colocamos à disposição para que eles possam responder a todos os que indagaram via internet através desta Comissão.

Eu sei que muitas dessas perguntas eles talvez não venham a responder porque, realmente, não são perguntas que vão agradar a eles. Mas façam um esforço nesse sentido de responder as perguntas, porque, realmente, esse sistema de perguntas via internet... É importante valorizar essa participação daqueles que participam dos trabalhos desta Comissão. Se quiserem responder alguma pergunta, selecionem aí as melhores, do ponto de vista deles, pelo menos uma ou duas, para prestigiar os nossos interlocutores via internet.

Sente-se disposto?

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – A responder?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sim.

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Com certeza.

Há uma pergunta que achei muito interessante. Essa pergunta foi feita pelo Chagas Xavier Olimpo. Uma pergunta que acredito ser muito interessante:

Com a atual problemática do terrorismo, como é possível aumentar a segurança dos voos no Brasil? Se um ato for cometido no estrangeiro e o avião pousar no Brasil, ou vice-versa, a Justiça brasileira pode julgar a pessoa? A sociedade está preocupada com a questão da segurança.

Eu acho uma pergunta muito inteligente. Nós podemos aumentar segurança, a Anac tem uma área específica. Como eu venho de uma instituição que lida efetivamente com isso, acredito que o API já é um avanço. O API são as Informações Avançadas do Passageiro – está ali o Boszczowski, que trabalhou nessa área, funcio-

nário da Anac e que esteve em Montreal conosco durante, inclusive, as discussões da comissão de Tóquio. O PNR é outra coisa muito importante. Tudo isso são sistemas técnicos que, se o Brasil tiver, temos condições, sim, de atuar com proatividade. É impedir que essas pessoas cheguem ou que venham a cometer... Porque a informação flui com mais facilidade.

Vou dar um exemplo para os senhores: quando foi feita a Estratégia Nacional para os grandes eventos, nós chamávamos de três escudos: o Brasil precisava impedir que muitos chegassem ao País, já lá fora, através do Ministério das Relações Exteriores, não concedendo visto; o País precisava barrar as pessoas que tentavam entrar na Nação através dos aeroportos da fronteira seca – e nesse período eu, então, como Secretário Nacional, solicitei aos países que tivessem informação não apenas daqueles causadores de problemas como os barras bravas, os *hooligans*, mas também dados relativos a pessoas que fossem impedidas de entrar no País. Além disso, existe um sistema chamado I-24/7, que é um sistema da Interpol, um sistema que funciona através de cores e difusões, e ele impede... Ele permite que 194 países recebam imediatamente um dado relativo a uma pessoa que não deve, por exemplo, entrar naquele país. Então, tudo isso é sistema, tudo isso é tecnologia. Acredito, sim, que nós temos como fazer.

A pergunta é se o Brasil pode julgar essa pessoa.

Por que eu considero essa pergunta interessante? Porque, provavelmente – ele não diz de onde é –, o Chagas entende de jurisdição.

Aqui não diz de onde ele é. Ele é do DF, mas queria saber a instituição.

Porque a pergunte é muito interessante. Se nós pegarmos a Constituição do Brasil, o art. 109, leremos que o juiz federal – nós temos representantes aqui da Justiça Federal – é competente para julgar aqueles delitos que, por acordo ou tratado, o Brasil se obrigou a reprimir, desde que ele comece e venha a terminar no País ou que ele comece no exterior e venha para o País, e, nesse caso, a atribuição de apurar seria da Justiça Federal e da Polícia Federal.

Mas onde está a questão? Provavelmente, quem escreveu entende sobre o chamado *state of landing* e o local da operação da aeronave.

Havia um vácuo quando isso acontecia no espaço aéreo internacional e com a consumação de uma eventual problemática dessa seja fora do território do País. Nesse caso, o vácuo legislativo que havia foi preenchido justamente com o trabalho da delegação, da qual eu fiz parte, e tive muito prazer nisso, que é a questão da modificação da Convenção de Tóquio. Todos os países aprovaram o *state of landing* ou o *state of operator*. Isso permite que nós possamos ter jurisdição em delitos cometidos a bordo de aeronave no espaço aéreo internacional que não tenham consumação no Brasil.

Então, nós estamos, sim, preparados. Essa norma, é claro, precisa ainda vir para o Congresso Nacional a fim de que haja um decreto legislativo. Mas nós estamos, sim, preparados com sistemas, com tudo, para a segurança da aviação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu ia pedir para responder outra, mas, se for nessa marcha, nessa toada sua... (*Risos.*)

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Tem que explicar, não é?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Poderíamos apurar os votos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, os votos já estão depositados. Vamos apurar.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vamos apurá-los.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não , é só uma questão aqui de realmente valorizar...

O SR. JOSÉ RICARDO PATARO BOTELHO DE QUEIROZ – Essa aqui é rápida. Se o senhor me permitir...

Foi o Javataíde:

A aviação civil brasileira é regulada e fomentada por duas autoridades, a Anac e a Comaer. Os senhores possuem proposta concreta para promover integração entre elas que proporcionem atuação conjunta, respeitando as competências legais de cada uma?

Integração é tudo, desde que as instituições se respeitem. Eu tenho acompanhado as modificações do CBA e, efetivamente, as instituições todas estão lá e estão colocando as suas necessidades de acordo com a sua contribuição constitucional. Qualquer normativa que seja fora disso vai ser depois questionada. Então, tanto a Anac quanto a Comaer – inclusive ontem houve a reunião do CBA – a gente percebe que as instituições estão trabalhando no sentido de mostrar qual é a sua atribuição legal, a sua atribuição constitucional e de que maneira podem trabalhar. E o mesmo ocorreu com o País, quando foi feito o PSO. Os dois fizeram em conjunto. A Anac fez o programa específico dela, assim como a Aeronáutica fez o seu programa específico. Então, eu acredito que as instituições estejam trabalhando muito bem nisso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – As demais perguntas... Há um ditado que se diz que não se deve levar para casa o que muitas dessas perguntas contêm.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Fenelon.

O SR. RICARDO FENELON DAS NEVES JUNIOR – Presidente, eu acho que há uma pergunta aqui que é muito pertinente, do Sr. Agostinho Moura dos Santos:

Empresas aéreas têm dificuldades na obtenção de financiamentos, tendo em vista o limite imposto pelo Código Brasileiro de Aeronáutica quanto à nacionalidade do capital dessas empresas. Os sabatinados apoiam o fim do limite de participação de estrangeiros no capital dessas empresas?

A minha opinião sobre o tema, relembrando que não é competência da Anac fazer política de aviação, mas a minha opinião sobre a participação estrangeira no Brasil não é necessariamente o fim de limite, mas hoje o limite de 20% é muito alto, o limite estabelecido no Código Brasileiro de Aeronáutica, e entendo que esse limite tem que ser discutido e deve ser reduzido e deve ser reduzido, buscando maiores investimentos no País, buscando o aumento da concorrência, lembrando sempre que entendo que uma das...

Porque aqui há alguns temas também sobre objetivo da Anac, competência... Acho que um dos desafios da Anac é aumentar sempre a concorrência para melhorar os serviços ao consumidor. Relembro que a participação do Senado é sempre muito importante, até existe uma comissão formada a pedido do Senador Vicentinho para discutir a atualização do CBA. Entendo que o Senado pode e deve contribuir muito com essa questão do limite de participação de estrangeiros no capital das empresas nacionais.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Tendo em vista o apelo do Senador Acir Gurgacz – que, inclusive, vai integrar a comissão que vai apurar os votos – eu realmente quero iniciar o processo de apuração, contando com a participação dele e do Senador Hélio José, que está com a mão na massa, nos votos.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Peço ao Senador Hélio para anunciar o resultado.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Então, depois do escrutínio, está aprovado o nome do Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz, com 20 votos SIM; 2, NÃO, total de 22 votos; e o Sr. Ricardo Fenelon das Neves Júnior, com 19 votos SIM; 3, NÃO, total de 22 votos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sendo assim, fica aprovada a indicação do Sr. José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil, como também aprovada a indicação do Sr. Ricardo Fenelon das Neves Júnior para o cargo de Diretor da Agência Nacional de Aviação Civil.

As mensagens vão, então, depois de aprovadas, à Secretaria-Geral da Mesa para seguimento de sua tramitação.

Agradeço a presença de ambos aqui, agradeço a participação dos dois e vamos aguardar agora a votação que se vai processar no plenário desta Casa.

Parabenizo os dois pelo resultado obtido nesta Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.)

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2015.

Às oito horas e trinta e seis minutos do dia doze de agosto de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Jorge Viana, Angela Portela, José Pimentel e Roberto Rocha. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura de comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. O Presidente propõe inversão de pauta, que é acatada pelos membros desta Comissão. Passa-se à deliberação do Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2014, de autoria da Comissão de Diretos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que "dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável". Relatoria: Senador Hélio José. Resultado: Aprovado o relatório (pela aprovação da matéria, nos termos da Emenda nº 1-CI). Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2011, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção de eclusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências". Relator: Senador Blairo Maggi. Relatório: pela prejudicialidade. Resultado: projeto de lei prejudicado. Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos". Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: projeto de lei prejudicado. Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que "altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - NUCLEBRAS, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas". Relator: Senador Acir Gurgacz. Relatório: pela aprovação. Resultado: projeto de lei aprovado. Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que "altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências, para fortalecer a institucionalização do modo de transporte cicloviário na política de mobilidade urbana". Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatoria *ad hoc*: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Projeto de lei aprovado. Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 303, de 2012, de autoria da Senadora Ana Amélia, que "altera a Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças". Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: Vista concedida. Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2015, de autoria do Senador Wilder Morais, que "altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica". Relatoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Vista concedida. Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2014, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia". Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Resultado: Vista concedida. Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que "dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito para financiamento da aquisição de equipamentos de geração de energia eólica e fotovoltaica de capacidade reduzida". Relatoria: Senador Elmano Férrer. Resultado: Retirado de pauta. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, que "suspende a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins e da Cofins-Importação, sobre a venda ou importação do óleo diesel, quando destinado ao transporte fluvial de carga". Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado o relatório (pela aprovação da matéria). Item 11 – Requerimento da Comissão

de Serviços de Infraestrutura nº 47, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater a atual situação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM): seu funcionamento, sua estrutura e capacidade de resposta às numerosas demandas do setor. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Celso Luiz Garcia – Diretor-Geral do DNPM; Carlos Nogueira da Costa Júnior – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; Reinaldo Dantas Sampaio – Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS); José Antônio Guidoni – Presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (CENTROROCHAS); Tales Pena Machado – Presidente do Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo (SINDIROCHAS). Resultado: aprovado o requerimento. *É proposta a formação de um*a comissão para tratar da política de energias alternativas com o Ministro de Minas e Energia, Senhor Eduardo Braga, o que foi aprovado. Foram indicados para compô-la os Senadores Wilder Morais, Hélio José, Fernando Bezerra Coelho e Walter Pinheiro. O Presidente submete, ainda, à Comissão o plano de trabalho para a avaliação do Plano Nacional de Logística e Transportes, proposto pelo Senador Wellington Fagundes, havendo aprovação. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Blairo Maggi, Hélio José, Flexa Ribeiro, José Pimentel, Walter Pinheiro, Wellington Fagundes, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lasier Martins, Telmário Mota, Angela Portela, Roberto Rocha, Valdir Raupp, Sandra Braga e Ricardo Ferraço. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e vinte e três minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A Presidência comunica o recebimento da Nota Informativa da Consultoria Legislativa, produzida a partir de demanda formulada pela Comissão em razão do recebimento do Aviso nº 503, do Tribunal de Contas da União.

O Aviso trata de auditoria realizada na Eletrosul Centrais Elétricas S/A, no intuito de fiscalizar a aplicação de recursos públicos e os prazos de execução das obras da implantação das Usinas Eólicas Coxilha Seca, Capão do Inglês e Galpões, localizadas em Santana do Livramento/RS. A Consultoria não vislumbrou medida a ser tomada no âmbito desta Comissão.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Senhoras e dos Senhores Senadores na Secretaria da Comissão.

Comunico, ainda, o recebimento do Relatório Anual de 2014 da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, com balanço das atividades desenvolvidas pela Agência ao longo do último exercício.

Cópias do relatório encontram-se à disposição das Senhoras e dos Senhores Senadores na Secretaria da Comissão.

Vamos dar início à pauta. (*Pausa.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, enquanto os universitários organizam, posso fazer só um comunicado?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

É só para pontuar.

Nós ficamos sem energia elétrica esta noite em Porto Velho e em parte do Acre. Aos 47 minutos desta noite, a energia caiu em Porto Velho e em Rio Branco, no Acre, por uma sobrecarga – ainda não temos informação –, interrompendo o fornecimento de energia, que foi regularizado às 3h27. É um pouco estranho. Está certo que é época de seca no Estado de Rondônia, mas não estamos com falta de água e as usinas de Santo Antônio e Jirau estão produzindo energia. Mas tivemos essa queda durante praticamente três horas em Porto Velho.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não houve nenhum esclarecimento?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Como foi esta noite, estamos aguardando. É muito cedo, Presidente. Com certeza, deverá haver um esclarecimento e uma explicação por parte da Eletronorte.

Mas é só para fazer esta colocação e para pedir providências à Eletronorte para que isso não venha a acontecer. É fato que acidentes podem acontece, e, com certeza, o que deve ter acontecido nesse caso foi algum tipo de acidente, mas é importante que se tomem as devidas providências para que não tenhamos mais esse tipo de problema.

Era só para fazer esta colocação.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço, Senador Acir Gurgacz.

Eu queria propor à Comissão, para dar maior objetividade aos trabalhos, maior celeridade, que comecemos pelos projetos cujos relatórios são pela prejudicialidade, porque aí não há maior discussão. Itens 4 e 5 da pauta.

Os Relatores estão presentes? (*Pausa.*)

Senador Blairo e Senador Acir.

Então, concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito bem, Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, só pela ordem de prioridade de chegada – tenho reunião da CCT agora e fui o primeiro hoje, madruguei nesta Casa –, se fosse possível V. Exª me permitir fazer a leitura do item 3...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, peço permissão aos dois Senadores...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É, ele foi o primeiro a chegar aqui. Quando cheguei, ele já estava aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Realmente. Vamos premiar a madrugada, Senador, mas não entremos em detalhes.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Não, eu fiquei dormindo aqui, porque tinha de chegar cedo para não perder a CCT e a CDH. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Uma vigília cívica.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2014
- Não terminativo -

Dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.

Autoria: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa
Relatoria: Senador Hélio José
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
A matéria será apreciada pela CMA

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Cívica.

Hoje, a pauta, nobre Presidente, está recheada de muitos assuntos de grande relevância e importância. Por isso, procurei esforçar-me para chegar aqui na hora adequada e certa.

Antes de fazer meu relatório, quero comentar brevemente que ontem, no plenário, apresentei proposta de criação da Agência Brasileira de Negócios (Invest-Brasil). Estamos num momento de bastante de dificuldade de atração de capitais internacionais para serem investidos no nosso País.

Então, reunindo-me com minha assessoria e com meus companheiros que estão na área pública federal, concursados, vi que seria muito necessário fazermos essa provocação ao Governo, principalmente porque a ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) e a Apex (Agência de Promoção de Exportações do Brasil) têm papéis bem distintos dessa proposta da Agência Brasileira de Negócios (Invest-Brasil) Invest.

O grande problema que nos levou a fazer essa discussão... Depois, para todos os interessados, eu me colocaria à disposição com meus técnicos, para sentarmos, conversarmos e dialogarmos. Protocolei ontem esse projeto autorizativo aqui no Senado, e o nosso objetivo é procurar tornar o PIL e o PAC uma realidade maior do que está sendo, a partir da busca, de fato, de uma agência executiva que vá realmente explicar, esclarecer e trazer esses investidores para o País, isso em várias *nuances*.

Outro dia, aprovamos na CRE um embaixador no México, e, por incrível que pareça, vão muito mais brasileiros conhecer o México e passear no México do que mexicanos vêm para o Brasil. O Brasil é um dos países

mais belos em natureza e em atividades turísticas. Então, por quê? Porque a Apex não tem essa vocação; ela faz exportação, mas não vende as oportunidades do Brasil lá fora.

Então, por causa dessa questão, estamos apresentando essa proposta, e eu gostaria que todos tomassem conhecimento. Eu vou enviá-la, por meio de meu gabinete, para as caixas de *e-mail* de todos os colegas Senadores, bem como a enviarei por papel impresso para cada um dos gabinetes. E me disponibilizo a sentar e discutir essa importante proposta, que foi entregue à Presidente da República, que ficou de analisá-la e sentar conosco. Também foi entregue ao Vice-Presidente da República, em mão, devido a essa situação toda e à agenda positiva apresentada ontem pelo nosso Presidente, num ato de bastante bravura e parecer positivo, acredito, para a maioria dos nossos Senadores aqui. Apresentou proposta de discussão nesta Casa de uma agenda positiva do Brasil para frente.

Vamos ao projeto. Item 3 da pauta, que trata do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2014, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável.

Esse projeto trata, vamos dizer assim, de telhados verdes. O PLS nº 252, de 2014, é originário do Programa Jovem Senador. A proposta de lei inicial criava uma lei autônoma.

Mas, por tratar de assunto já disciplinado na Lei nº 10.257, 2011, Estatuto das Cidades, propõe o substitutivo, adequando-o à técnica legislativa, para incluir no próprio Estatuto das Cidades os incisos XIX e XXII e os §§1º e 2º ao art. 2º da referida lei.

A proposta institui novas diretrizes no âmbito da execução da política urbana, com vistas a fomentar a adoção de práticas de construção sustentável, as quais devem ser observadas, quando técnica e economicamente viáveis, nas edificações de propriedade da União.

Análise.

Preliminarmente, no que se refere à constitucionalidade da proposição, não há qualquer ofensa material ou formal à Constituição Federal de 1988.

Embora seja uma projeto de lei de iniciativa Parlamentar, que implementa política públicas, conforme assevera o doutrinador João Trindade Cavalcante Filho é possível haver formulação de políticas públicas por iniciativa Parlamentar, desde que não gere redesenho de órgãos do Executivo ou criação de novas atribuições.

O PLS nº 252, de 2014, surge em face da intensificação de fenômenos prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana, como as ilhas de calor, poluição atmosférica, enchentes frequentes, desconforto térmico, erosão do solo e grande perda de vegetação original. Isso mostra, se necessário, adotar novos padrões de construção que considerem a sustentabilidade ambiental, de modo a amenizar os efeitos negativos da urbanização descontrolada e não planejada.

Afirma-se, ademais, que as medidas de sustentabilidade ambiental preconizadas poderão minimizar os impactos negativos causados nos centros urbanos pelo recrudescimento de ilhas de calor, poluição atmosférica, enchentes, erosão do solo e perda de vegetação nativa.

Concordamos com os argumentos apresentados, pois, de fato, o setor da construção civil desempenha um papel basilar na concretização dos objetivos globais do desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, na garantia ao direito fundamental, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, assegurado no *caput* do art. 225 da Constituição Federal.

Nesse sentido, a aprovação deste PLS representará um importante avanço no sentido da implementação de uma nova política urbana que seja consentânea com os princípios do desenvolvimento sustentável expressos na Constituição e nos tratados internacionais subscritos pelo Brasil.

Essa experiência, por exemplo no parlamento francês, foi aprovada, recentemente, uma lei que obriga a implementação de coberturas verdes nas novas construções em todo território. A medida tem como objetivo beneficiar os centros urbanos com qualidades intrínsecas com a presença dessas superfícies verdes.

Além disso, no Senado, temos alguns projetos de lei, dois do Senador Wilder Moraes, que está aqui ao meu lado, e um do Senador Davi Alcolumbre, que tratam desse olhar sustentável importante para as obras públicas, para as obras das cidades, e que nós, em breve, estaremos discutindo o Projeto nº 224, de 2015, de autoria do Senador Wilder, e o PLS nº 304, de autoria do Senador David Alcolumbre.

No Recife, do meu querido Senador Fernando Bezerra Coelho, nosso ex-Ministro da Integração Nacional, foi aprovada uma lei, cujo primeiro artigo dessa lei municipal diz o seguinte:

Os projetos de edificações habitacionais multifamiliares com mais de quatro pavimentos e não habitacionais com mais de 400m² de área de coberta deverão prever a implantação de "Telhado Verde" ou de "Ecotelhado" para sua aprovação, da seguinte forma:(...)

Seguem todas as justificativas da lei, que tem os meus cumprimentos aos colegas do Recife, pela importante lei.

Vou ler o relatório e passar direto ao voto.

Vem à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2014, que dispõe sobre a adoção de práticas de construção sustentável, de autoria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em decorrência da aprovação da Sugestão nº 2, de 2014, originária do Programa Senado Jovem Brasileiro.

Almeja o Projeto instituir diretrizes no âmbito da execução da política urbana, com vistas a fomentar a adoção de práticas de construção sustentável, as quais devem ser observadas, quando técnica e economicamente viáveis, nas edificações de propriedade da União.

O PLS foi despachado a esta Comissão, para proferir parecer nos termos dos arts. 102-E, parágrafo único, I; e 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal – RISF. Em seguida, será analisado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A seguir vem a análise, que dou como lida.

Passo ao parecer.

Voto na forma do substitutivo.

Nesse sentido, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2014, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº – CI (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2014

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para instituir a adoção de práticas de construção sustentável na política urbana e dar outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

.....

XIX – adoção de práticas de construção sustentável;

XX – divulgação, nos meios de comunicação, de práticas de sustentabilidade ambiental nas edificações;

XXI – promoção de campanhas educativas periódicas com a finalidade de mobilizar a população a adotar práticas de construção sustentável;

XXII – concessão de incentivos fiscais para a construção sustentável, conforme a realidade local.

§ 1º Entende-se por práticas de construção sustentável a implantação de telhados verdes e de sistemas de aproveitamento de energia solar, de águas pluviais e de reutilização de água.

§ 2º Nas edificações de propriedade da União, serão adotadas as práticas de construção sustentável previstas no § 1º deste artigo desde que técnica e economicamente viáveis." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Então, Sr. Presidente, considerando toda essa questão, o meu voto é favorável à aprovação do referido projeto na forma do substitutivo que apresento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Exª concluiu?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sim, Excelência,

Eu só queria fazer uma consideração: nós, que temos discutido muito aqui sobre energias renováveis, sobre a possibilidade realmente de propiciarmos que a energia doméstica para cada residência, para cada micro e pequena empresas possam ser por elas gerada, entendemos ser esse um projeto que dá um passo muito à frente nessa questão, daí a relevância de aqui o aprovarmos, homenageando com isso, inclusive, o Jovem Senador brasileiro, que é uma comissão aqui do Senado Federal.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para seguimento da sua tramitação.

Vou conceder a palavra ao Senador Blairo Maggi para relatar o item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 497, de 2011
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção de eclusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Vicentinho Alves.
Relatoria: Senador Blairo Maggi.

Com a palavra V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Sr. Presidente.

Parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2011, do Senador Vicentinho Alves, que altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção de eclusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências.

Relatório.

Encontra-se na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 497, de 2011, de autoria do Senador Vicentinho Alves, que "altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, para vincular a construção de eclusas previstas no planejamento do Sistema Nacional de Viação à de usinas hidroelétricas previstas nas políticas nacionais para a expansão da oferta de energia, e dá outras providências".

O projeto contém dois artigos. O primeiro deles insere seis parágrafos no art. 25 da Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que "dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação (SNV)". O segundo artigo contém a cláusula de vigência da lei proposta, que seria imediata.

Os parágrafos inseridos no art. 25 da Lei nº 12.379, de 2011, estabelecem que: a) todas as eclusas previstas no SNV (Sistema Nacional de Viação) deverão ser construídas concomitante à construção de eventuais barragens para geração de energia elétrica; b) a construção e a exploração das eclusas dar-se-ão por meio de parcerias público-privadas (PPPs), sendo que, no caso da construção, deverá participar o concessionário da usina hidroelétrica; c) o poder concedente repassará os recursos necessários à sua contraprestação para a construção da eclusa já durante a construção da própria usina; e d) a engenharia financeira deverá prever que a construção e a operação da eclusa não impactem o preço final cobrado pela energia elétrica produzida.

Na justificação, o autor argumenta que "a implantação de eclusas no sistema aquaviário nacional é fundamental para se reduzir os custos de transporte". Argumenta ainda que as eclusas são importantes do ponto de vista ambiental, pois permitem a piracema e garantem os deslocamentos das populações ribeirinhas. Entretanto, como não há espaço para aumentos na tarifa de energia elétrica – nas palavras do autor do projeto, "uma das mais caras do mundo" –, que serviriam para financiar a construção e a operação de eclusas, faz-se necessário o aporte de recursos por parte do Estado brasileiro, de forma a não se perder essa "oportunidade única para prover o País de uma rede de eclusas", que seria possível graças à construção combinada e simultânea com a das usinas hidroelétricas.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Análise.

O mérito do projeto é inquestionável. De fato, o maior impedimento a uma maior utilização das hidrovias em nosso País é a ausência de eclusas e demais dispositivos de transposição de níveis em nossos rios.

Ocorre, entretanto, que o projeto do saudoso Senador Eliseu Resende, com objetivos semelhantes ao do que ora analisamos, foi sancionado na Lei nº 13.081, de 2 de janeiro do corrente ano. O art. 1º dessa lei já demonstra sua importância para todos aqueles que lutam, como eu, pelo transporte hidroviário no Brasil. Diz o seguinte o art. 1:

Art. 1º A construção de barragens para a geração de energia elétrica em vias navegáveis ou potencialmente navegáveis deverá ocorrer de forma concomitante [quer dizer, junto] com a construção, total ou parcial, de eclusas ou de outros dispositivos de transposição de níveis previstos em regulamentação estabelecida pelo Poder Executivo do ente da Federação detentor do domínio do corpo de água.

Nesse sentido, entendemos que o cerne do que está proposto pelo PLS nº 497, de 2011, do Senador Vicentinho Alves, do Estado de Tocantins, já encontra abrigo na mencionada Lei nº 13.081, de 2015. Ou seja, em função disso, é necessário declarar sua prejudicialidade.

Voto.

Diante do exposto, recomendamos a declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2011, em função da edição da Lei nº 13.081, de 2 de janeiro de 2015.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em votação o relatório do Senador Blairo Maggi. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação...

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Senador, por gentileza, é possível fazer uma fala rapidinho sobre isso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Bem, que é possível é, mas eu queria fazer um apelo ao Senador Hélio José.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Hélio José, é questionamento?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Não, não. Não é questionamento, não. É porque lamentavelmente, a vida é assim, eu estava despachando com o meu colega aqui do lado, e não entendi bem e queria a sua explicação acerca do porquê da prejudicialidade.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Porque já existe um projeto aprovado neste ano, 2015, do Senador Eliseu, que contempla a mesma matéria: autoriza e obriga que as eclusas sejam feitas concomitantemente à implantação das usinas. Então, o projeto do Senador Vicentinho é igual ao já aprovado antes. Portanto, não há razão de aprová-lo, não pelo mérito, porque tem todo mérito, mas já está abrigado pela legislação neste momento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria agradecer a V. Exª pela informação, que, lamentavelmente, por um lapso, não consegui entender no início.

Queria só fazer um comentário, meu caro Presidente. V. Exª sabe que sou engenheiro eletricista e trabalhei muito tempo no Ministério de Minas e Energia. Esse outro projeto que já foi aprovado e que está prejudicando este que está sendo analisado é de fundamental importância para a mobilidade dos rios brasileiros. Não tem sentido conceder um projeto de usina hidrelétrica e não conceder junto a questão da eclusa. Isso só encarece, prejudica a obra e leva a uma situação muito contraditória e ruim.

Por isso, concordo plenamente com o encaminhamento de V. Exª e com o encaminhamento do nosso querido Senador Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Quero fazer um apelo, porque estamos com quorum para votar as matérias terminativas, para que nenhum Senador se ausente neste momento, a não ser em casos que realmente impeçam o Senador de ficar aqui conosco.

Vamos concluir a matéria.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam com o Relator, ou seja, pela prejudicialidade, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 497, de 2011.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências do art. 334 do Regimento Interno.

ITEM 6
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, e a Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, que altera a Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, e a Lei nº 5.740, de 1 de dezembro de 1971, que criaram, respectivamente, a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN e a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear - CBTN, que passa a denominar-se Empresas Nucleares Brasileiras Sociedade Anônima - Nuclebras, e dá outras providências, para tornar obrigatória a utilização de sistema de rastreamento por satélite nos veículos utilizados para o transporte de cargas perigosas.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação
Observações:

A matéria tem parecer da CCT, pela aprovação

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É porque houve inversão da pauta, um pouco arbitrária, mas acreditando na compreensão dos Senadores, para aproveitar o quórum.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Presidente.

Antes de entrar no mérito do projeto, Sr. Presidente, quero só para informar sobre a questão da falta de energia que ocorreu não só nesta noite, mas também na noite anterior em Rondônia e Acre.

O Dr. Ildo, da Eletronorte, me telefonou informando que houve uma energização da linha de transmissão de Porto Velho a Araraquara, do Bipolo 2 de corrente contínua. Quando da ligação, houve uma sobrecarga e caiu a energia tanto de Jirau quanto de Santo Antônio, derrubando a geração de energia das duas usinas. Como a termelétrica não estava em funcionamento, ficamos sem energia. Foi explicado o que ocorreu, mas não se sabe ainda a causa. Estão trabalhando para que isso não aconteça mais.

Era só para dar essa informação que me foi passada.

Então, vamos ao item 6, Sr. Presidente:

Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, da Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2012, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin.

O objetivo da proposição é tornar obrigatória a utilização permanente de sistema de rastreamento por satélite durante o transporte de cargas perigosas.

A matéria já recebeu parecer favorável à aprovação na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Análise.

O PLC nº 166, de 2012, vem à apreciação da CI em cumprimento ao disposto no art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal, em especial quanto ao inciso I onde está prevista a competência desta Comissão para opinar acerca de proposições que tratem de transportes.

Na justificação, é destacado que nosso ordenamento jurídico delegou aos órgãos reguladores competência para editar as normas concernentes ao transporte de cargas perigosas. Entretanto, esclarece a autora, as normas administrativas expedidas pelas agências reguladoras, conquanto sejam minudentes e zelosas, não impõem, como deveriam, a obrigatoriedade de que os veículos utilizados no transporte de cargas dessa natureza disponham de sistema de rastreamento por satélite.

A autora exemplifica o caso de veículo com material radioativo em seu interior que houvera sido roubado na cidade de Duque de Caxias (RJ) e cujas buscas consumiram dois dias, período no qual poderia ter acontecido acidente de grande monta. Se houvesse no veículo um sistema de rastreamento, a localização teria sido imediata.

Embora se reconheça as graves consequências, tanto ao meio ambiente quanto à saúde das pessoas, que incidentes desse tipo, envolvendo cargas perigosas, podem gerar, não existe ainda em nosso ordenamento jurídico obrigatoriedade de que esse tipo de carga seja rastreada via satélite quando for transportada pelo território nacional.

A proposta, portanto, aumenta o controle do transporte de materiais perigosos por meio da exigência de rastreamento desse tipo de carga. Diminui, dessa forma, a probabilidade de haverem acidentes com esse tipo de material, uma vez que será possível aos órgãos competentes localizar a carga em curto prazo e tomar as providências cabíveis, evitando a ocorrência de acidentes.

Nesse contexto, julgamos a proposição ora analisada meritória e oportuna.

Em síntese, o projeto, ao ser transformado em lei, aperfeiçoará o arcabouço legal vigente e aumentará a segurança do transporte de materiais perigosos, contribuindo para a proteção da sociedade brasileira.

Diante do exposto, voto pela aprovação do PLS nº 166, de 2012.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Para discutir, tem a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O Presidente está com um pouco de pressa, mas esse é um assunto importante, Sr. Presidente. É só para trazer o meu apoio ao projeto e ao relatório do Senador Acir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – ...de autoria da Senadora Vanessa.

Sr. Presidente, a metodologia hoje utilizada pelas transportadoras já é de controle dos seus próprios veículos. A grande maioria dos caminhões que circulam pelo Brasil já tem rastreamento via satélite, sistemas que controlam isso. Então, nada mais justo do que a obrigatoriedade de, ao se carregar uma carga perigosa dessas, procurar caminhões que já tenham esse tipo de rastreamento. Claro, não é cem por cento da frota que tem, mas, não é justo que, havendo uma metodologia dessas, já implantada no País, possamos correr o risco aqui relatado no relatório do Senado Acir. O meu voto é, portanto, pela aprovação, com o destaque de que, efetivamente, podemos minorar esses riscos de termos no transporte de cargas perigosas pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão o projeto.

Vou encerrar a discussão porque o quórum para matérias terminativas exige a presença de 12 Senadores. Está faltando apenas um Senador, um bendito Senador, que apareça aqui neste momento.

Faço inclusive um apelo – falta só um – para que um Senador possa acorrer a esta Comissão, ou correr, no sentido de nos ajudar. Por hora...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, vamos ler...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Por hora, vamos suspender a discussão.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos ler o outro e fazer as duas votações.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos suspender a discussão, universitários aqui estão cuidando disso.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Isso, Senador, vamos encaminhar as leituras porque eu, inclusive, só fiquei aqui porque V. Exª fez um apelo para eu permanecer.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu gostaria de aproveitar o item 5...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos ver o procedimento, se os Srs. Senadores concordam.

Leríamos os terminativos e deixaríamos prontos para serem votados na medida em que chegue esse bendito Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Muito bom, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agora, se sair um Senador, já sabe que será maldito. (*Risos.*)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Item 8:

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, de 2013
- Terminativo -

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana e dá outras providências, para fortalecer a institucionalização do modo de transporte cicloviário na política de mobilidade urbana.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues
Relatoria: Senador Roberto Rocha
Relatório: Pela aprovação
Observações:
A matéria tem parecer da CCJ, pela aprovação

O Relator Roberto Rocha ainda não se faz presente. Eu poderia designar, se o Senador aceitasse essa incumbência, o Senador Fernando Bezerra Coelho para relatar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Srªs e Srs. Senadores, o PLS 262, de 2013 vem à apreciação da CI em cumprimento ao disposto no art. 104, do Regimento Interno do

Senado Federal, em especial quanto ao inciso I, onde está prevista a competência desta Comissão para opinar acerca de proposições que tratem de transportes.

Ao observarmos a realidade das cidades brasileiras, é notório o uso crescente de bicicletas, seja para deslocamentos ao trabalho e estudo ou mesmo para o lazer. No entanto, ainda há um grande potencial de crescimento para essa alternativa de transporte.

Para tanto, é necessário que as cidades estejam preparadas para que esses deslocamentos sejam efetuados de forma segura e contínua no ambiente urbano, e de forma integrada e complementar aos demais modos de transporte.

Nesse contexto a proposição em análise, embora não tenha como finalidade obrigar os municípios a construírem as infraestruturas destinadas ao transporte cicloviário, torna a atual legislação mais explícita quanto ao importante papel desse meio de transporte para a solução dos problemas de mobilidade urbana.

Em razão do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2013.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão o projeto relatado pelo Senador Fernando Bezerra Coelho, em substituição ao Senador Roberto Rocha.

Vamos encerrar a discussão e, ao mesmo tempo, suspender a votação e esperar que apareça esse bendito Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria comentar, Presidente, se for possível, enquanto chega esse bendito Senador, colega nosso que, com certeza, está a caminho.

Essa proposição lida e encaminhada pelo Senador Fernando Bezerra é de altíssimo alcance. Aqui em Brasília mesmo, a gente tem tido essa experiências de bicicletas públicas compartilhadas. E tem sido um sucesso.

Quando viajamos à Europa, vemos como é utilizado esse meio de transporte em alguns países altamente desenvolvidos. Esse caminho leva à melhor qualidade de vida e realmente permite uma condição boa de sociabilidade.

Então, esse projeto de incentivo à bicicleta pública de uso compartilhado é muito importante e quero parabenizar o Senador Fernando Bezerra e o Senador Roberto Rocha pelo relatório tão importante e o encaminhado apresentado.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Posso ler o item 5, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mais um terminativo.

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 224, de 2015
- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para obrigar a instalação, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, sem ônus para os beneficiários, de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica para injeção na rede elétrica das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senador Flexa Ribeiro

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, eu quero parabenizar o Senador Wilder Morais pela proposta que encaminhou como Projeto de Lei do Senador nº 224, de 2015.

O projeto do Senador é constituído de três artigos. Acrescenta artigo à lei que cria o Programa Minha Casa, Minha Vida, para obrigar a instalação de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria, com base em fonte solar fotovoltaica, para injeção na rede elétrica de concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica em imóveis do Programa Minha Casa, Minha Vida. Esses equipamentos serão instalados sem ônus para os beneficiários, observados critérios de eficiência definidos pelo Poder Executivo.

A proposição retira ainda do direito à tarifa social as unidades consumidoras classificadas como Subclasse Residencial Baixa Renda que, no âmbito do programa, receberem, sem ônus, os equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria.

O Senador Wilder Morais destaca que o Brasil tem mais do que o dobro da irradiação solar global incidente em outros países, como Alemanha, França e Espanha, que lideram o uso da energia fotovoltaica no mundo. Apesar disso, há obstáculos relevantes para a disseminação dessa opção de energia limpa no País, mormente pelo elevado custo e o investimento inicial, inacessível aos cidadãos de menor poder aquisitivo.

O Autor propõe o uso do Programa Minha Casa, Minha Vida como veículo de expansão da fonte solar fotovoltaica, tornando obrigatória a aquisição e a instalação de equipamentos destinados à geração de energia elétrica própria com base em fonte solar fotovoltaica. Com essa iniciativa, vislumbra uma forma de desenvolver a fonte solar fotovoltaica e privilegiar a população de menor poder aquisitivo.

A matéria foi distribuída para esta Comissão, para deliberação em caráter terminativo. Não foram oferecidas emendas.

Sr. Presidente, o projeto do Senador Wilder, além de trazer a oportunidade e no caso aqui a obrigação de, no programa, serem instalados os painéis fotovoltaicos, tem outro propósito muito relevante que é o de incentivar a utilização da energia fotovoltaica no Brasil. Lamentavelmente, há quatro anos, cinco anos, vem-se falando em geração fotovoltaica, e o Brasil não avança. Até hoje não temos nenhuma indústria que produza essas placas.

E, ainda ontem, o Senador Walter Pinheiro e eu tivemos a oportunidade de fazer uma observação na CAE sobre o veto da Presidenta Dilma à continuação do Padis. Não sei, Senador Walter, se já existe a posição da Presidente com relação ao projeto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ainda não, mas está na iminência de ser vetado algo que é importante para o desenvolvimento do Brasil, Senador, tecnológico.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – E por que está na iminência de ser vetado?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª deve perguntar à Presidente Dilma e ao Senador Pimentel.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, mas V. Exª conversou com ela?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não converso com ela há 13 anos. (*Risos.*)

Então, V. Exª poderia ser interlocutor, fazer esse favor para o Brasil. Convencer o Senador Pimentel para que ela não vete o Padis.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Já vetou?!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ah! é? Isso é um absurdo! Aí querem que o País avance, querem que o País avance...

É inimaginável.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, mas vetou como, se o projeto está sendo votado aqui?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, já foi votado. Parecer meu.. Não é este aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Exª está se referindo a outro projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ao Padis, que é o programa de incentivo ao desenvolvimento tecnológico, que é o caso aqui das células fotovoltaicas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não seja pessimista, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu não sou pessimista, sou realista. É diferente, Presidente. Eu não sou criador de ilusão, não tenho flauta mágica para encantar as pessoas.

Mas vamos voltar ao projeto do Senador Wilder, que é importante.

Na análise, Sr. Presidente, existe uma discussão sobre a constitucionalidade do projeto. Há uma análise que diz que compete aos Municípios legislar sobre esse interesse local. Então, o relatório entra na discussão se é constitucional ou não.

Para que haja economia processual, vou ler o final da análise com relação à constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Prossiga.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Estou localizando o parágrafo para fazer a leitura final.

A falta de clareza quanto à competência para legislar sobre a matéria – que é ao que eu estava me referindo –, em tese, pode implicar um risco de arguição de inconstitucionalidade.

Então, há uma discussão aqui, no parecer, na análise, sobre a questão da inconstitucionalidade, se é questão municipal ou se pode ser atribuição do Governo Federal.

Entretanto, nosso entendimento é que essa situação não se aplica, pois o PLS estabelece uma mera condição para as unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida e não oblitera a competência municipal sobre o assunto. Em resumo, consideramos o PLS constitucional. E não vislumbramos qualquer óbice no tocante à juridicidade e à regimentalidade da matéria.

Como o projeto é terminativo aqui, o parecer tem que tratar da sua constitucionalidade.

O PLS é inequivocamente meritório, pois busca, ao mesmo tempo, alavancar a tecnologia de painéis fotovoltaicos no País e reduzir as desigualdades sociais.

Entretanto, vislumbramos alguns óbices que precisam ser sanados. A matéria propõe que seja compulsória a instalação no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida para imóveis novos, para imóveis requalificados ou em reforma. Essa obrigatoriedade vai certamente aumentar o custo das respectivas unidades.

E aí, Senador Wilder, como o parecer mostra que não pode ser aplicado de imediato porque para isso deverá haver recursos no Orçamento da União, não vamos poder aplicá-lo este ano, apenas no próximo.

O Programa Minha Casa, Minha Vida está parado. Este ano não foi assinado um único contrato do Minha Casa, Minha Vida. E dos que foram assinados no ano passado, as empresas estão com três meses de atraso. Estão quebrando ao longo do Brasil. Parece jogo de dominó, em que você bate em uma pedra e caem todos.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Talvez seja só no Estado do Pará, porque no resto do Brasil estão inaugurando e entregando todos os dias casas do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – V. Exª desconhece que há atraso de três meses no pagamento? V. Exª desconhece isso?

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não é isso que dizem os empreendedores do setor.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Na próxima reunião da Comissão de Infraestrutura, eu vou lhe trazer a relação e a declaração das empresas do meu Estado que estão com atraso no Programa Minha Casa, Minha Vida, de dois a três meses. E V. Exª tente perguntar à Caixa Econômica se está em dia.

Como a União arcará com o custo dos painéis, a manutenção da meta de unidades do Programa Minha Casa, Minha Vida exigirá a previsão da fonte dos recursos destinados ao subsídio. Por essa razão, é pertinente incluir um dispositivo segundo o qual a estimativa do acréscimo de despesa será realizada pelo Poder Executivo, devendo acompanhar o projeto de lei orçamentária e determinar que a lei entrará em vigor no exercício seguinte

Com isso, o Poder Executivo terá o tempo necessário para incluir eventual aumento de despesa no orçamento, caso deseje manter a meta de unidades habitacionais a serem construídas.

O projeto do Senador Wilder tem uma grande vantagem, Senador Pimentel, porque o Governo Federal arca com a tarifa social nas residências das famílias de baixa renda. Então, isso tem um custo contínuo. Com a instalação desse painel, vai haver um custo maior na construção da unidade, mas, como vamos ver mais adiante, a família que optar pela placa não tem direito à tarifa social. Então, isso reduz o gasto do Governo na tarifa social de energia.

E qual o montante desses recursos? A Caixa estima que, na nova fase do programa Minha Casa, Minha Vida, haverá três milhões de novas moradias. Todavia, o impacto do PLS dependerá, além do custo dos equipamentos, do padrão de eficiência exigido da opção de consumidores de baixa renda pelos painéis em detrimento da tarifa social de energia e da aderência do programa Minha Casa, Minha vida à legislação municipal.

Com base em experiência de instalação de painéis fotovoltaicos em moradias do programa Minha Casa, Minha Vida no Projeto de Geração de Renda e Energia em Juazeiro, na Bahia, estimamos um custo de R$13.230 por sistema de 2,1kW de pico instalado em cada residência.

Se todas as unidades do programa Minha Casa, Minha Vida fossem obrigadas a instalar sistemas fotovoltaicos, deveria haver uma transferência de recursos da ordem de R$40 bilhões. Esse é um valor máximo, que não deve ser alcançado. Nem todas as unidades serão elegíveis, seja por serem prédios verticais, seja porque as condições técnicas locais contraindicam o uso. Ainda assim, os gastos devem alcançar vários bilhões de reais.

Diante do alto custo ao Erário, sugerimos duas alterações: (i) que a gratuidade no recebimento dos sistemas se restrinja apenas para famílias com renda mensal de até R$1.395,00; (ii) para as outras famílias beneficiárias do programa Minha Casa, Minha Vida, já haveria um subsídio implícito no financiamento que é oferecido aos beneficiários.

O Projeto de Lei do Senado impõe duas importantes condições para que os sistemas sejam obrigatórios: i) a geração de energia elétrica da unidade habitacional beneficiada deve atender critérios de eficiência definidos pelo Poder Executivo; e

ii) o beneficiário não se deve enquadrar nos critérios à Tarifa Social de Energia Elétrica ou deve optar por não usufruir dessa tarifa.

Há certa correlação entre os beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida e os beneficiários dos subsídios de até 65% na tarifa de energia elétrica. Para um e outro, a adoção de um sistema fotovoltaico será

indiferente, já que não desembolsarão nada. Entretanto, para os outros consumidores de energia que bancam o subsídio para o consumidor de baixa renda, a implantação de sistemas representará um alívio no subsídio intrassetorial.

Finalmente, em relação ao artigo que o PLS inclui no programa Minha Casa, Minha Vida, a redação do parágrafo único parece estar em contradição com o *caput*. Aparentemente, a intenção é da obrigatoriedade de se instalarem sistemas fotovoltaicos nas obras que já estejam em andamento, mas isso não ficou claro. Por essa razão, sugerimos emenda ao parágrafo único para deixar clara essa intenção.

Voto.

Em face do exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 224, de 2015, nos termos de emenda substitutiva que apresentamos.

Parabenizo o Senador Wilder pela apresentação desse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Chegou a bendita Senadora aqui!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu vou discutir um pouco a matéria.

Eu tinha falado inclusive com o autor e com o Relator que vou pedir vista da matéria. Mas quero primeiro salientar que a iniciativa do Senador Wilder Morais é uma das iniciativas mais corretas para a política do estímulo à atração de investimentos nessa área, que é uma área que, na realidade, desponta no mundo inteiro e em que há uma possibilidade efetiva de consolidarmos uma política nacional.

No final do mês de agosto – nós estamos já caminhando para isso, meu caro Presidente –, vamos ter um dos maiores leilões. Se não me falha a memória, Senador Wilder, são 4,4 mil megas que vamos ter disponibilizados agora para a energia solar.

O Estado de V. Exª, Senador Garibaldi, é um dos que têm um número expressivo de projetos nessa área. Se não me falha a memória, 42%, 45% dos projetos foram apresentados pela Bahia. Portanto, temos uma perspectiva enorme.

E até disse muito bem o Senador Flexa, ou seja, essa é uma área em que ainda não conseguimos consolidar nem estrutura de desenvolvimento, nem um parque industrial.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Chegou mais um bendito!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A estrutura com a qual estamos lidando é uma estrutura importante. Por isso, fiz uma reclamação ontem. Eu até estranhei, Pimentel, porque fiz uma crítica ao veto e um jornalista fez uma matéria me botando como – aqui há uma editora e veja se eu critico alguma coisa do Governo – fora do PT. Eu estou criticando o PT. Quer dizer, o Governo é o Governo; o PT é o PT. Vamos separar as coisas. Eu critiquei o veto. Vamos parar com essa mania de ficar procurando presepada.

E eu estou discutindo um tema que é de extrema importância. Portanto, trabalhei e posso falar do Padis, Senador Pimentel, porque trabalhei inclusive na construção do Padis, em 2007, quando era Deputado Federal. E o próprio Governo, no ano passado, via portaria, incluiu célula no Padis – o próprio Governo! Portanto, foi uma medida corretíssima para permitir que a gente desenvolva...

A parte do solar mais difícil, mais complicada e da qual não temos absolutamente nada no Brasil é exatamente a célula, porque fabricar a estrutura de alumínio, o suporte, são coisas que, do ponto de vista da indústria metalomecânica, são relativamente fáceis, em que pese, Senador Wilder, o fato de que essa estrutura, por exemplo, que é usada na Europa, na Alemanha não se encaixar perfeitamente em solo brasileiro.

Outro dia, ouvi uma crítica, alguém dizendo que até trilho que venderam para o Brasil, entre aspas, era "trilho mole"; quer dizer, alguém vendeu trilho mole. O trilho veio com a sua capacidade de resistência abaixo do que seria o necessário para o transporte de carga. Portanto, você pode produzir uma liga para suportar determinado peso e outra liga para suportar outro. Aí batizaram de trilho mole. A placa de alumínio pode ser feita com uma mistura, com uma liga para suportar determinadas temperaturas, que são diferentes das temperaturas da Europa em relação ao Brasil, até pelo tempo de incidência.

Sr. Presidente, creio que a proposta do Senador Wilder é extremamente importante. No próprio relatório do Senador Flexa, ele já cita uma experiência que o Minha Casa Minha, Vida faz em Juazeiro, na Bahia, com resultados positivos, positivos.

O condomínio, Senador Flexa, que tive oportunidade de conhecer, o condomínio do Minha Casa Minha, Vida hoje já contabiliza ganhos por conta da economia da energia.

Então, eu vou pedir vista dessa matéria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... até para apresentar aqui algumas propostas sobre as quais conversei com o Senador Wilder. O Senador Flexa antes aqui falava em não ler. Mas eu disse que era melhor ler e depois pedirmos vista. Há aí uma semana para eu sentar com o Senador Wilder e ver se ele acolhe algumas sugestões.

Eu estive, juntamente com o Senador Fernando Bezerra, visitando o Minha Casa, Minha Vida da Alemanha. Lá, na Conferência Intersolar, eles nos levaram para ver exatamente, Senador Flexa, um condomínio, com essas características exatamente de condomínio popular, e que, além da questão da placa solar, Wilder, além da questão da energia, o prédio foi constituído, inclusive, com um critério de eficiência: eficiência no uso da água, eficiência energética. Ainda mais do ponto de vista do uso de material. É óbvio que eles têm uma questão climática que é bem diferente da nossa, Pimentel. Então, determinados materiais são feitos para você, inclusive, reter um pouco mais de calor – portanto, economizando energia – e ao mesmo tempo para que, em um período mais quente, você também tenha estrutura para que essa casa não fique superaquecida só a partir dos raios solares; portanto, com capacidade de ventilação e outras técnicas utilizadas, além de um contexto de utilização para permitir que os moradores, por exemplo, a partir dessa redução de despesa, possam utilizar esses recursos em outros benefícios para o condomínio. É um pouco do que a gente faz em Juazeiro, guardadas as devidas proporções.

Por exemplo, Flexa: em Juazeiro, há um gravíssimo problema, que é a limpeza das placas. Portanto, os condôminos criaram uma estrutura própria; há pessoas contratadas para fazer isso. Então, há todo um processo que é muito interessante.

Assim, Wilder, acho que seria fundamental que pudéssemos também permitir certo nível de organização do próprio núcleo que projeta o Minha Casa, Minha Vida, para que pudéssemos inserir também, como diretriz... É óbvio que nós não vamos botar na lei todas as regras para um processo desses, mas ampliar as diretrizes para que, no projeto, inclusive, essas condições possam ser estabelecidas, para a gente ter, de uma vez por todas, um planejamento ajustado no que é o uso da eficiência.

Não sei, Flexa, na hora em que você chegou me perguntando aqui em determinado aparelho, se você queria falar do altímetro. Se era isso que você queria também... Do medidor...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, Senador. Para instalar a geração fotovoltaica, você tem que ter um medidor da geração de energia e o consumo, o gasto...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu posso falar, Presidente?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Mas é isso. Tudo bem, vamos lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Poder falar V. Exª pode, agora...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu faria um apelo para V. Exª falar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, não! Vamos fazer o seguinte: eu vou encerrar, Sr. Presidente, até porque o senhor pode voltar à pauta anterior para votar as matérias que estavam dependendo de quórum. E aí, como vou pedir vista dessa matéria... Eu só achei estranho porque o senhor pulou o item 9, que é, inclusive, de minha relatoria. Eu não autorizei ninguém a ir à Mesa para dizer que eu estava retirando. Eu até topo retirar, mas, primeiro, teriam que me consultar aqui. Porque falaram...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Isso aí é culpa do universitário.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Está bem, está certo. Mas vamos voltar à pauta.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos voltar.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos voltar às matérias que estavam pendentes de votação...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, permite-me uma observação?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Vamos votar as matérias já discutidas, Sr. Presidente.

Quero fazer um apelo. A Câmara vai fazer uma sessão de homenagem ao ex-Governador Eduardo Campos agora, às 10h, e eu vou ter que me retirar para poder participar dessa sessão de homenagem. Então, o apelo que faço é à colaboração e à compreensão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Todos nós teremos que homenagear...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos votar. Depois eu faço a minha observação, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Pois não. Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, vamos votar.

Em votação o Projeto de Lei do Senador nº 166, correspondente ao item 6 da pauta.

Vamos ter agora votação nominal. Vou começar da esquerda para a direita.

O Senador Blairo agora é da esquerda.

Como vota o Senador Blairo Maggi?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sempre fui, Presidente. Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Sempre foi da esquerda?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sempre.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É mesmo?

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É.

Não sei nem, se eu fosse da direita, o que eu ia fazer aqui.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Ele está à esquerda do senhor, em relação à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Como vota o Senador Acir Gurgacz?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É voto conhecido, Sr. Presidente; eu relatei a matéria. "Sim".

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Voto com o Relator. "Sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Como vota o Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Voto com o Relator. Também "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – "Sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – "Sim", Sr. Presidente. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Voto com o Relator, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Voto com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador José Pimentel.

Os últimos serão os primeiros.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, a matéria mereceu, pela sua aprovação, 15 votos. Sendo assim, ela está aprovada.

Será feita a comunicação ao Presidente do Senado Federal.

Em votação o item 8 da pauta.

Vamos iniciar, agora, pela direita.

O Senador Valdir Raupp agora é de direita. (*Risos.*)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu sempre fui de centro-esquerda, Sr. Presidente, até no futebol. Eu jogava de meia-esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É? Então, não há dúvida.

Como vota?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro, como vota?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Como?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas eu não sou o Relator.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas como é que V. Exª votaria?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu só voto no caso de desempate.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas como votaria se fosse desempate?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Votaria com V. Exª. (*Risos.*)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Acompanhando o voto de V. Exª, com o Relator. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o Relator, Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu estava votando ontem e não reparei que era o meu projeto. Quero cumprimentar o Relator, agradecer a todos os meus pares, a V. Exª, mas sobretudo ao Relator, Senador Acir Gurgacz, pelo belo relatório produzido. Muito obrigada.

Nesta matéria, eu voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Como vota o Senador Hélio José?

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Ângela Portela.

A SRª ANGELA PORTELA (Bloco Apoio Governo/PT - RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Voto com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A favor das bicicletas. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - MA) – Presidente, ao tempo em que voto "sim", eu quero cumprimentar o Senador Fernando Bezerra por ter feito a leitura do relatório e justificar o meu atraso. O trânsito estava engarrafado por conta da Marcha das Margaridas. E quero cumprimentar o autor pela virtude deste projeto.

Meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Nós temos mais um projeto terminativo, o item 9 da pauta, cujo Relator...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ah! Falta concluir.

Senador José Pimentel, eu peço perdão a todos, porque vamos anunciar a votação.

Votaram 15 a favor da aprovação do projeto.

O projeto está aprovado.

A comunicação vai ao Presidente do Senado.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2014

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral.
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pela aprovação.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu vou, inclusive, fazer uma proposta à Comissão, que é a seguinte: vou dar como lido o relatório, para fazer a discussão da matéria semana que vem e, ao mesmo tempo, eu próprio, inclusive, vou pedir vista da matéria. Em vez da retirada da matéria da pauta, quero considerar a matéria inclusive...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente...

Permita-me, Senador Walter? Senador Pimentel...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Pimentel.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Pimentel, pedindo desculpas ao Senador Walter pela interrupção, mas já que V. Exª vai sair, o documento que fiquei de trazer na próxima reunião da Comissão, comprovando o atraso do pagamento às construtoras do programa Minha Casa, Minha Vida, eu vou entregar agora a V. Exª.

Está aqui o jornal – estou falando do meu Estado do Pará: "Calote ameaça construtoras".

Então, entrego a V. Exª e peço que consiga que os pagamentos que estão em dia no resto do Brasil estejam também no Estado do Pará.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Eu recebo. Quero ver a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo vistas ao Projeto de Lei que acaba de ser relatado pelo Senador...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Presidente, é a segunda vez que estou falando aqui, aí já vão encerrando. Eu estava... É que fui, entrou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Ah, o Senador Flexa interrompeu o Senador Walter?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu pedi licença.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, não. Não há problema, não.

Deixa eu só concluir aqui, Sr. Presidente, até porque também...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – No Item 10... Vista coletiva no item 10.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Há o projeto também que aqui é da Senadora Lídice da Mata... Onde está a Senadora? Está aí? Saiu.

Mas acho que o Senador Elmano, que é o item 1... Estou falando isso até por conta da possibilidade... Esses projetos todos têm uma ligação: o do Wilder é esse que estou relatando e o da própria da Senadora Lídice da Mata. Então, eu queria ver se era possível, Sr. Presidente, a gente já fazer a leitura desse projeto, e, consequentemente, eu quero pedir vista dos três.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Romero Jucá é o Relator da República, é o campeão do relatório, e V. Exª vai ser o campeão do pedido de vista aqui na Comissão. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Eu quero contribuir com essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, mas não é que eu esteja criticando V. Exª...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Não, não, não. Correto. Até por conta de que eu tenho conversado...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... nem o Senador, o Romero Jucá também.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ele está procurando ainda; eu quero só botar os olhos.

Então, eu acho importante, Presidente, a gente entender aqui – eu até conversei isso com V. Exª – que as contribuições desta Comissão... Nós fizemos vários debates, mas não fizemos ainda debates tão aprofundados nesse tema, mas eu sugeri a V. Exª, inclusive, na conversa que nós tivemos no plenário, que este é um tema

que mereceria, mais do que uma audiência pública, onde colocaríamos três, quatro pessoas expondo aqui – e até é importante a gente ouvir especialistas nessa área –, mas acho que a Comissão poderia se debruçar sobre o tema para tentarmos ajudar na consagração exatamente do chamado arcabouço legislativo dessa área de eólica, fotovoltaica, de maneira que a gente possa dar uma contribuição, a partir das experiência que a gente tem fora, a partir do que está acontecendo no Brasil, e a Comissão adotar uma política, meu caro Roberto Rocha, para que a gente possa contribuir.

O Ministro é um ministro, eu diria, extremamente aberto ao debate, membro desta Casa; é alguém que conhece do traçado. Então, há uma possibilidade imensa de um bom debate com ele. E acho até que poderia anteceder esta reunião, talvez, uma conversa entre o Ministro e um grupo desta Comissão – poderíamos constituir um grupo parlamentar aqui de trabalho –, para pegarmos todos esses projetos e tentarmos elaborar isso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Se V. Exª permitir, nós poderíamos constituir agora. Não podemos deixar para amanhã o que se pode fazer hoje.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Para que não fique só no pedido de vista. Por exemplo, o Senador Wilder, aqui, deu uma grande contribuição; o Senador Hélio é interessado nesse tema; o Senador Fernando Bezerra tem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos consultar...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... apesar de ser Coelho, anda muito no fio da energia. (*Risos.*)

Seria importante que pudéssemos constituir esse grupo de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É, vamos constituir...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ... para nós tocarmos essas matérias de forma, inclusive eu diria... Não que seja inconsequente aqui, mas com consequência, com resultado do outro lado, sentando à mesa com o Ministério, para termos a capacidade de produzir uma política para essas áreas.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – A formalização virá de imediato. Apenas consulto o Senador Wilder sobre se S. Exª poderia constituir essa comissão proposta pelo Senador Walter Pinheiro. Ela tratará com o Ministro de Minas e Energia, Senador Eduardo Braga, sobre uma política para as energias alternativas – não é isso, Senador Walter?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Com o maior prazer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – E, ainda, o Senador Fernando Bezerra e o Senador Hélio.

Então ficam os quatro.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria fazer um comentário, Excelência, por gentileza.

Desde que entrei nesta Casa, inclusive o meu primeiro discurso nesta Casa foi exatamente sobre a questão da matriz energética. Então a relevância dessa questão é muito grande e merece, de fato, um trabalho do tamanho que o Senador Walter está propondo.

Ontem, no lançamento do Programa de Investimento em Energia Elétrica, foi colocado que o Brasil está projetando para dezembro de 2018 a implantação de 3.500 a 4.500 MW pico na questão de geração solar. Essa questão é de fundamental importância para este País se não quiser depender de apagões nem de uma energia cara por meio da geração térmica dos derivados do petróleo.

Então nós precisamos, Walter, com todo o cuidado necessário, nos sentar. Tenho três projetos que apresentei nesta Casa relativos a este tema. Se nós tivéssemos condição de nos debruçar sobre aqueles três projetos também, que não foram nem analisados ainda, seria interessante.

Enquanto o Governo gasta R$28 bilhões para colocar Belo Monte com todo o passivo relativo ao meio ambiente, com toda essa dificuldade que nós temos no sistema, com muito menos investimento conseguiremos viabilizar essa questão com a energia solar, o que diminuirá sobremaneira os riscos do sistema.

Então eu quero concordar com a proposta do Senador Walter Pinheiro. Gostaria de compor essa comissão e acredito que poderíamos dar um prazo de pelo menos uma ou duas semanas no máximo para trazermos algo, porque a relevância é muito grande.

Eu tenho conversado com o nosso Ministro Kassab, Ministro das Cidades, exatamente sobre a necessidade de colocarmos essa questão. E tenho conversado também com o próprio Governo Federal e com o Ministro de Minas e Energia, aonde eu trabalhei nos últimos dez anos.

Então eu quero dizer, para concluir, Sr. Presidente, que precisamos transformar em realidade as energias alternativas, principalmente a energia solar, porque o Brasil está atrasado anos luz e não pode continuar nessa situação. O *lobby,* como eu falei, dos 28 bilhões de Belo Monte, nós poderíamos, com 10 bilhões, colocar um sistema muito mais proveitoso para o geral em energia solar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Sr. Presidente, eu queria reiterar as palavras do Senador Hélio, no sentido de que... (*Pausa.*)

Eu vou esperar o Sr. Presidente me ouvir, porque gosto de olhar nos olhos dele.

Sr. Presidente, a proposição do Senador Hélio, eu comungo com ela no sentido de que já temos três projetos aqui, inclusive estão em pauta os Itens 1, 9 e 10. Pois é, foi o pedido de vista. Com os que o Senador Hélio tem, no mesmo sentido, do mesmo assunto, deveriam se sentar, não criar subcomissão, porque subcomissão não funciona em lugar nenhum.

Então, monte esse grupo de trabalho para unificar essa matéria e trazê-la pacificada, unificada, com os projetos dele. Façam essa integração, nós faremos um debate e resolveremos essa nossa questão.

Essa, a nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu gostaria de sugerir, com a permissão e a aceitação dos membros da Comissão, que o Senador Walter Pinheiro fosse o coordenador. A Comissão está ficando grande e precisa de uma coordenação...

Ou o Senador Wilder... Se quiserem, faremos uma votação aqui.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu não vejo necessidade de votação, Excelência. Todos nós somos do setor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está certo.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu acho até, pela antiguidade, tanto o Senador Walter...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pela antiguidade, é o Senador Walter. Não é por merecimento, mas é também.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Até pela competência também, Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria, Excelência, colocar que o Senador Blairo Maggi pediu vista aqui de um projeto. Eu queria até que fosse coletiva: "Chegou atrasado, coisa e tal..." Ficou só dele. Mas se trata de um projeto de grande relevância com relação a isso, exatamente de micro e de macrogeração de energia solar.

Como nosso Senador Blairo é uma pessoa muito acessível, muito tranquila, até conversei com ele sobre esse assunto. Esse projeto precisa também entrar no rol da discussão que vamos fazer, porque ele é de fundamental importância para interligação dos sistemas fotovoltaicos à rede, que é o que incentiva a micro e média geração.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, poderíamos avançar um pouquinho na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Nós vamos pedir a colaboração da Comissão no sentido de que possamos ultimar os trabalhos.

Fica concedida vista coletiva para o item 7 – o pedido inicial foi do Senador Walter –, bem como para o item 10 e para o item 9.

O Senador Elmano Férrer, Relator do item 1, pediu que o retirássemos de pauta.

Resta apenas o item 5, cujo Relator é o Senador Acir Gurgacz.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, de 2012
- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos.

Autoria: Senador Vital do Rêgo.
Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra a S. Exª o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encontra-se na Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 400, de 2012, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que "altera a Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias, para eliminar duplicidades de competências regulatórias e concorrenciais sobre os portos".

O projeto, em três artigos, modifica os artigos 30 e 31 da Lei nº 8.630 para alterar as competências dos Conselhos de Autoridade Portuária.

O projeto foi inicialmente distribuído à Comissão de Assuntos Econômicos, tendo recebido parecer pela prejudicialidade em razão de a proposta do autor do projeto ter sido integralmente atendida pela Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

Análise, Sr. Presidente.

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 104, examinar o mérito da lei do Senado.

As medidas constantes do projeto em questão têm por objetivo eliminar duplicidades de competências existentes entre os Conselhos de Autoridade Portuária, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

Como já exposto no relatório do Senador Aloysio Nunes Ferreira, na CAE, as providências propostas tornaram-se prejudicadas em razão da aprovação da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, que trouxe mudanças significativas em relação às competências e atribuições dos CAPs que constavam no texto da Lei nº 8.630, de 1993.

Sendo assim, com fundamento no art. 334 do Regimento Interno desta Casa, o PLS nº 400, de 2012, deve ser declarado prejudicado pelo Presidente do Senado.

Voto.

Ante o exposto, voto no sentido da declaração de prejudicialidade do PLS nº 400, de 2012, sendo que ele já foi acolhido por uma outra lei. Então, já está em vigor este projeto, Sr. Presidente.

Esse é o meu voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam, com o Relator, pela prejudicialidade da matéria permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o parecer pela prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2012.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências do art. 334 do Regimento Interno.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, de 2014
- Não terminativo -

Suspende a exigência da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins e da Cofins-Importação, sobre a venda ou importação do óleo diesel, quando destinado ao transporte fluvial de carga.

Autoria: Senador Alfredo Nascimento.
Relatoria: Senador Wellington Fagundes.

Concedo a palavra ao Relator Senador Wellington Fagundes.

O Senador Wellington está presente?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Bem na sua frente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu não nego que sou míope mesmo. (*Risos.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, o relatório.

Foi submetido para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2014, de autoria do Senador Alfredo Nascimento, com o intuito de dar competitividade ao modal de transporte fluvial de carga a partir da suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação, da Cofins e da Cofins-Importação que incidem atualmente no óleo diesel, apenas quando utilizado para essa finalidade.

A proposição legislativa do ilustre Senador Alfredo Nascimento determina os termos e condições para habilitação das pessoas jurídicas beneficiadas pelo aperfeiçoamento legal e que serão estabelecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Estabelece ainda a obrigatoriedade de recolhimento das contribuições suspensas daquele óleo diesel adquirido pelas pessoas jurídicas habilitadas, acrescido de juros e multa de mora, quando elas não destinarem o combustível ao transporte fluvial de carga.

O autor espera que a eliminação das contribuições sobre essa parcela de diesel reduza o preço final de venda dos produtos aos consumidores, principalmente aqueles ribeirinhos, possibilitando o acesso a uma maior quantidade de mercadorias a preços mais razoáveis e, consequentemente, estimulando o consumo.

A proposição legislativa foi distribuída a esta Comissão e à Comissão de Assuntos Econômicos, à qual caberá a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Análise.

Segundo o art. 104, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, esta Comissão é competente para opinar sobre matérias relativas a transporte e assuntos correlatos, como combustíveis.

O PLS nº 15, de 2014, está em consonância com os preceitos de constitucionalidade, uma vez que observa os comandos dos artigos 24, inciso I; 48, inciso I; 61; e 195, inciso I, alínea "b", todos da Constituição Federal.

Sobre o mérito da matéria, lembro que o custo do transporte de mercadorias é repassado integralmente ao preço dos bens consumidos no Brasil. Em algumas regiões do País, mesmo havendo disponibilidade de modal de transporte hidroviário, o preço final dos bens permanece elevado.

Para tentar reverter esse cenário, o autor do projeto de lei sugere a concessão de benefícios de natureza tributária para aumentar a utilização do modal de transporte. Com isso, caminha para a redução do preço de venda de produto ao consumidor e o incentivo ao desenvolvimento da navegação interior.

De maneira similar, a Lei nº 12.860, de 11 de setembro de 2013, concedeu incentivo tributário que reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário.

A matéria contida no PLS nº 15, de 2014, é tão meritória quanto aquela da Lei nº 12.860, de 2013, merecendo, portanto, o mesmo tratamento por parte do Congresso Nacional.

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2014.

Da mesma forma, Sr. Presidente, ao concluir o relatório, quero pedir para incluir também a distribuição de cópia da proposta de trabalho para a avaliação das políticas públicas do Plano Nacional de Logística e Transportes, que coube a mim apresentar. Oportunamente, eu gostaria de apresentá-la a esta Comissão.

Então, o voto é pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O relatório do Senador Wellington Fagundes é pela aprovação do projeto.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Sandra Braga, com a palavra.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Eu queria apenas elogiar o projeto do Senador Alfredo Nascimento e a relatoria do Senador Wellington Fagundes, porque isso vai ser muito importante para nós no Amazonas. Isso traz uma contribuição que certamente vai nos ajudar, cada vez mais, no transporte, que é importante para nós.

Então, eu queria apenas elogiar e dizer que o meu voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço à Senadora Sandra Braga.

O Senador Wellington Fagundes apresentou o plano de trabalho para a avaliação do Plano Nacional de Logística e Transportes. Essa política pública será avaliada pela Comissão durante este ano de 2015, em cumprimento ao art. 96-B do Regimento Interno.

Submeto à Comissão o plano de trabalho apresentado pelo Relator.

Em discussão o plano de trabalho. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Último item da pauta.

ITEM 11
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 47, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater a atual situação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM): seu funcionamento, sua estrutura e capacidade de resposta às numerosas demandas do setor.

Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados:

- Celso Luiz Garcia, Diretor-Geral do DNPM;

- Carlos Nogueira da Costa Júnior, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia;

- Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS);

- José Antônio Guidoni, Presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (CENTROROCHAS);

– Tales Pena Machado, Presidente do Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo (SINDIROCHAS).

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Submeto, portanto, à discussão o Requerimento de nº 47.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o autor do requerimento, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, é sabido por todos o quanto o nosso País, com os seus 8 milhões de quilômetros quadrados, portanto, com sua extensão continental, dispõe de uma extraordinária diversidade na atividade mineral. São, pelo menos, 72 substâncias minerais, incluindo minerais metálicos e não metálicos, assim como energéticos.

Esse é um setor que tem contribuído de maneira estratégica com o nosso País. Somente em 2013, foram produzidos aproximadamente 400 milhões de toneladas, o que dá ao nosso País a posição de estar ranqueado entre os três maiores produtores no setor mineral. Em 2014, a produção mineral brasileira atingiu US$40 bilhões. Entre os muitos segmentos da atividade mineral brasileira, está o segmento de rochas ornamentais, que encontra em meu Estado, o Espírito Santo, um extraordinário ambiente de prosperidade.

Esse é um segmento que tem contribuído com a nossa balança comercial, com exportação superior a US$1 bilhão, com extraordinária geração de empregos em nosso País, em nosso Estado, sobretudo contribuindo na diversificação da atividade do interior do nosso Estado, com os nossos Municípios, que, anteriormente, historicamente, têm, na agricultura, a sua mais importante atividade.

Ocorre, Sr. Presidente, que as notícias dão conta de que o Departamento Nacional de Produção Mineral atravessa uma crise na estrutura do seu funcionamento sem precedentes. Isso tem causado muito prejuízo, muita preocupação. Há uma burocracia infernal sem fim. Há casos, como é o do Espírito Santo, Sr. Presidente, em que um órgão público está com seu aluguel atrasado há mais de seis meses, e isso tudo gera uma ausência de funcionamento desse órgão, que é o órgão que regula a atividade mineral em nosso País e em nosso Estado.

Então, a nossa proposta é no sentido de trazer entidades e trazer aqui a instituição, o DNPM, para que nós possamos conhecer a realidade estrutural desse órgão, porque ele não passa por um problema meramente conjuntural. O DNPM está mergulhado numa crise profunda. E, sendo esta a Comissão a Comissão de Infraestrutura, o que nós requeremos é a realização de uma audiência pública, para que nós possamos organizar um debate e possamos conhecer a dimensão estrutural dos desafios do DNPM.

Portanto, é nessa direção que nós pedimos apoio aos nossos companheiros, para que nós possamos debater aqui o funcionamento e a estrutura do DNPM, à luz dos seus desafios não apenas com o setor de rocha ornamental, evidentemente, mas com o segmento da mineração de uma forma geral, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço.

O requerimento já foi aprovado.

Agradeço a presença de todos os Senadores e Senadoras e quero ressaltar...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Tem que votar, Sr. Presidente.

Tem que votar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Já foi votado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, submeto à votação o requerimento de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que propõe que se debata, em audiência pública, a atual situação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Quero agradecer, portanto, a presença de todos... Vale ressaltar, segundo o universitário, que já há algum tempo esta Comissão não apreciava, como fez hoje, matérias terminativas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, se V. Exª me permite, eu quero cumprimentar V. Exª, que acaba de fazer um relato sobre os trabalhos desenvolvidos, não só hoje, mas nesse período pela Comissão.

Eu quero creditar o sucesso da Comissão e a forma ágil como ela vem analisando as matérias na conta do trabalho vigoroso e árduo de V. Exª, Senador Garibaldi. Ontem mesmo, à noite, eu recebi um telefonema de V. Exª – e sabia que eu não estava muito bem –, que disse: "Olhe, fique à vontade, mas seria importante que V. Exª fosse conosco à reunião da Comissão para que a gente pudesse votar as matérias".

Então, eu quero cumprimentá-lo, Senador Garibaldi, não só pela forma como dirige os trabalhos da Comissão durante as sessões mas, sobretudo, pelo empenho que V. Exª tem tido à frente desta Comissão. V. Exª que tanta experiência tem, como Presidente do Senado, enfim, por tudo o que já foi na vida, eu quero cumprimentá-lo muito...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... e aplaudir a sua dedicação diante desta Comissão, Senador Garibaldi.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Apenas para me associar...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço a Senadora Vanessa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, apenas para me associar à manifestação da Senadora Vanessa Grazziotin. Esse reconhecimento é, seguramente, o reconhecimento da Senadora, mas é um reconhecimento de todos nós pela forma equilibrada e, ao mesmo tempo, firme com que V. Exª tem nos conduzindo aqui na Comissão de Infraestrutura, com absoluto espírito democrático e republicano.

Desse modo, eu peço autorização à Senadora Vanessa para me associar a essa manifestação em relação à condução de V. Exª aqui na Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Bem, eu quero reiterar os agradecimentos...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para provar a V. Exª que eu sou o Vice mais correto e leal, viu?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu fico aliviado por essa solidariedade do meu Vice.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Pública...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pública...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – ... e notória.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... e notória, e terminativa.

Está encerrada a reunião.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, eu estava...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Blairo...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Reabra, por favor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está reaberta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Muito obrigado.

Presidente, eu queria fazer só um comentário e, para tanto, estava aguardando o final das discussões. Nessa semana que passou, eu fiz uma viagem de carro de Cuiabá a Rondonópolis, até a divisa do Estado de Mato Grosso – e já fiz esse comentário aqui na Comissão de Infraestrutura. Os trechos entre Cuiabá e Rondonópolis estão sendo duplicados por conta do Dnit, portanto, verba federal. Da cidade de Rondonópolis até a divisa com Mato Grosso do Sul, indo para o sul, são 110km que correm por conta da concessionária Rota do Oeste. E, mais uma vez, o que está acontecendo nas obras concessionadas é algo extraordinário, merecedor de aplausos e que nós, qualquer hora dessas, poderíamos marcar uma visita desta Comissão a essas obras, para que se

possa sentir o que é uma obra tocada pelo Governo, com recursos do Governo, e o que é uma obra administrada com recursos próprios ou de financiamentos, enfim, em uma gestão privada. É algo que salta aos olhos!

E na semana que vem, na quarta-feira que vem, se o Presidente me permitir, eu pedi um relatório fotográfico dessa obra e gostaria de apresentar aqui na Comissão para entusiasmar, cada vez mais, essa Comissão, os Senadores, as Senadoras e o próprio Governo, de que esse é o caminho para as obras no Brasil. É transferir, é concessionar essas rodovias para que a iniciativa privada faça, com muito mais determinação – não é Senador Wellington? – e muito mais rapidez, e que dê ao cidadão a oportunidade de ter uma rodovia de melhor qualidade.

Também fiz uma viagem de Primavera do Leste até Rondonópolis, por uma rodovia estadual que foi concessionada ainda quando eu estava no governo do Estado de Mato Grosso, e, agora, ela já se apresenta com 70% das obras prontas,e temos ali uma outra situação completamente diferente daquela onde o Estado também tem que fazer as manutenções e tocar as coisas para frente.

Portanto, Presidente, quero aqui mais uma vez deixar registrado nesta Comissão o meu entusiasmo com as concessões que foram feitas, essas que estão em andamento. E vou propor também, vou propor aqui nesta Comissão uma audiência pública. Vou levantar quais são as rodovias que foram concessionadas e cada uma no seu tempo, para que esses que são os donos das concessões possam vir até aqui e apresentar se estão dentro do cronograma e quais são ainda as dificuldades que eles têm ou não.

Mas, enfim. O resultado do que a gente vê nessas obras é algo espetacular. É algo assim de nos deixar com orgulho de ver como a obra sai. Se todas as obras que fossem concessionadas andassem na velocidade em que está a Rota do Oeste, que é administrada pela Odebrecht, apesar de toda a complicação para a empresa, envolvida na questão dessa Operação Lava Jato. Mas a obra é uma obra limpa, clara, que tem uma velocidade impressionante e eu quero compartilhar com os colegas na reunião da semana que vem.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu quero me associar à manifestação do Senador Blairo Maggi e dizer da satisfação que nós teremos de tratar desse assunto aqui na Comissão. E é edificante que nós possamos ter realmente exemplos como esse da construção dessa rodovia concessionada.

Por fim, convoco nossa próxima reunião a realizar-se no dia 19 de agosto, quarta-feira próxima.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 23 minutos.)

ATA DA 24ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2015.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia dezenove de agosto de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Lasier Martins, Telmário Mota, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Paulo Bauer, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, José Pimentel, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Elmano Férrer. Justifica a ausência o Senhor Senador Ciro Nogueira. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura de comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, que "institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências". Relatoria: Senador Pedro Bauer. Resultado: Lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria. O Presidente propõe inversão de pauta, que é aprovada pela Comissão. Passa-se à deliberação do Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2015, de autoria do Senador Álvaro Dias, que "dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de veículos automotores para utilização no transporte autônomo de cargas". Relatoria: Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovado o relatório (pela aprovação com a Emenda nº 1-CI, com voto vencido do Senador Blairo Maggi). Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2014, de autoria do Senador Wilder Morais, que "altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incluir a microgeração distribuição distribuída no percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em projetos de eficiência energética pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica". Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Resultado: Retirado de pauta. Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2013, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que "dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito para financiamento da aquisição de equipamentos de geração de energia eólica e fotovoltaica de capacidade reduzida". Relatoria: Senador Elmano Férrer. Resultado: Aprovado o relatório (pela aprovação com as Emendas nº 1-CI e nº 2-CI). Item 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 49, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, conforme dispõe o art. 104, inciso I, do RISF, "transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes", para debater sobre a atual situação das penitenciárias brasileiras, com a sugestão da presença do seguinte convidado: Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Sr. Renato de Vitto; [Representante do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP; Representante da Pastoral Penitenciária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Secretário de Justiça e Cidadania do Estado de Roraima, Sr. Josué dos Santos Filho]". Resultado: requerimento lido, subscrito e aditado pelos Senadores Hélio José e Telmário Mota, e aprovado. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Wellington Fagundes, Paulo Bauer, Hélio José, Dalirio Beber, Waldemir Moka, Valdir Raupp, Fernando Bezerra Coelho, Blairo Maggi, Elmano Ferrer, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Lasier Martins e Telmário Mota. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às nove horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

A Frente Parlamentar de Logística de Transportes e Armazenagem, presidida pelo Senador Wellington Fagundes, realiza hoje seu primeiro *workshop,* intitulado Cabotagem: Entraves e Soluções. O evento ocorrerá no Auditório Antonio Carlos Magalhães, do Interlegis, localizado no Anexo E do Senado Federal.

Foram convidados a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, o Ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, o Ministro da Secretaria de Portos da Presidência da República, Edinho Araújo, o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Mário Povia, e o Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística, Josias Sampaio.

Quero, em nome do Senador Wellington Fagundes, se S. Exª me permite, convidar todos, em especial as Srªs e os Srs. Senadores que participam desta Comissão, para estarem presentes a esse evento logo após o término da nossa reunião, o que significa que ela hoje não vai durar muito.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, quero aproveitar para agradecer a V. Exª, como Presidente, por ter aquiescido à nossa sugestão de que a Comissão, tão logo termine a pauta, esteja presente conosco nesse *workshop*, dada a importância que representa principalmente a questão da cabotagem. Essa é uma iniciativa da Frenlog, Frente Parlamentar Mista de Logística de Transporte e Armazenagem, e estaremos lá lançando inclusive o programa da Frenlog para este ano.

Quero pedir aqui a todos os Parlamentares, os nossos companheiros Senadores, que nos prestigiem lá, como foi falado pelo Presidente. Já estão chegando o Ministro dos Transportes, a Ministra da Agricultura e todos os convidados. Eu gostaria muito de contar com a presença e o apoio de todos vocês nesse *workshop*. Basta atravessar a rua para estarmos no auditório do Interlegis.

Eu já vou me dirigir para lá, Sr. Presidente, para recebê-los e receber todos que lá estiverem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu considero um evento também da Comissão, se o Presidente me permite, porque o tema está vinculado aos trabalhos da nossa Comissão. Não tenhamos dúvida. Se não prestigiarmos um seminário como este, estamos negando até os fundamentos desta Comissão.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – E, sem dúvida alguma, a presença de V. Exª é a mais importante lá.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, a mais importante é a sua. A modéstia o impede de dizer isso, não é, Senador Wellington?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – A modéstia o impede de dizer que a presença mais importante é a sua.

Documentos recebidos.

A Presidência comunica o recebimento de quatro ofícios da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que informa ocorrências nos aeroportos de Rondonópolis e Uberlândia. Foram constatadas não conformidades em ambos os aeroportos, capazes de comprometer a aviação civil nos respectivos Estados.

Os documentos se encontram à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

Comunico o recebimento de Nota Informativa da Consultoria Legislativa, produzida a partir de demanda formulada pela Comissão em razão do recebimento do Aviso nº 412 do Tribunal de Contas da União.

O Aviso trata de acompanhamento realizado ao longo de 2014 no DNIT, com o objetivo de avaliar a situação do Programa Nacional de Pesagem Veicular.

Os documentos se encontram à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores.

Comunico também o recebimento do Aviso de nº 563, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria realizada nas obras de implantação da Central de Geração Eólica Casa Nova, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, no Estado da Bahia.

O Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise.

Comunico o recebimento de Nota Informativa da Consultoria Legislativa que trata sobre auditoria contendo Relatório Sistêmico de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica, elaborado com o objetivo de fornecer ao Congresso Nacional e à sociedade um retrato do setor elétrico brasileiro, abordando potenciais deficiências, riscos e oportunidades.

O documento se encontra à disposição de V. Exªs.

Comunico o recebimento da Nota da Consultoria Legislativa sobre o Aviso nº 288, do TCU, que trata de auditoria operacional sobre o tema "Segurança Energética", que vem sendo monitorado desde 2008 pelo Tribunal de Contas, com vistas a avaliar a garantia do abastecimento do mercado nacional, com segurança, eficiência e sustentabilidade.

Os documentos estão à disposição de V. Exªs.

Vamos dar início à pauta.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012
- Não terminativo -

Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques.
Relatoria: Senador Paulo Bauer.

V. Exª tem a palavra, Senador Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr, Presidente, Srs. Senadores, bom dia a todos!

O parecer que apresento à consideração de V. Exªs é o seguinte:

Relatório.

Encontra-se para análise desta Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 56, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, que objetiva instituir normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas, além de dar outras providências.

O conteúdo da proposição foi minuciosamente pormenorizado no Relatório do Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em razão da percuciente e cuidadosa descrição promovida pelo ilustre Senador Aloysio Nunes Ferreira, optamos por reproduzir aqui o seu relato dos artigos do PLS.

A proposição é composta por 35 artigos. Os dois primeiros definem a abrangência e a aplicação subsidiária dos princípios da Lei nº 8.666, de 1993, e dos dispositivos das leis de diretrizes orçamentárias dos entes federados.

O parágrafo único do art. 2º estabelece que a lei que resultar da aprovação do Projeto aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, inclusive às autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O art. 3º apresenta as definições de sobrepreço, superfaturamento e jogo de planilha, para os fins da lei.

As regras atinentes à execução dos contratos estão dispostas entre os artigos 4º e 22, representando a maior parte da proposição. Os artigos 5º, 6º e 7º tratam, respectivamente, dos regimes de execução contratual de empreitadas por preço global, empreitadas por preço unitário e empreitada integral, redefinindo-as.

O art. 8º cria responsabilização objetiva do contratado pela solidez e segurança de uma obra, já que responderá perante a Administração e terceiros independentemente de dolo ou culpa.

O art. 9º é expresso quanto à responsabilização objetiva da construtora contratada nos contratos administrativos de execução de obras públicas, resguardando-lhe a possibilidade de ação de regresso contra terceiros, que poderão ser projetistas e consultores, pessoas físicas ou jurídicas, responsáveis pela elaboração de plantas, especificações e outras peças técnicas. O § 4º do artigo determina que estes respondem pelos danos causados por falhas de projeto, orçamento ou qualquer parecer de sua autoria, decorrentes de sua culpa ou dolo.

Por força das disposições explanadas no parágrafo anterior, a contratada fica obrigada a promover, às suas expensas, a revisão dos projetos licitados, sob pena de responder solidariamente pelos danos advindos de falhas imputadas aos projetistas. O comando do inciso II do parágrafo único do art. 5º está diretamente relacionado a essa obrigação. Por ele, "deverá constar do edital e do contrato cláusula expressa de concordância do contratado com a adequação do projeto básico, sendo expressamente vedados quaisquer acréscimos no valor contratual sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto".

É inaplicável a responsabilidade objetiva por eventual inadequação de projetos desenvolvidos de forma tecnicamente correta à necessidade do contratante. Não está afastada a responsabilidade solidária dos agentes públicos responsáveis pelo recebimento dos projetos respectivos e pelos vícios e defeitos que, no exercício regular de suas atribuições legais e contratuais, poderiam ter evitado.

O § 5º do art. 9º determina à Administração que exija a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) dos profissionais responsáveis por projetos, orçamentos, pareceres, execução, fiscalização e supervisão de obras e serviços de engenharia, na forma da legislação pertinente. Esta exigência é um requisito imprescindível de qualificação técnica.

O prazo máximo para o contratante aplicar as multas contratuais cabíveis e executar as garantias prestadas pelo contratado está sendo definido em dois anos da data de rescisão do contrato (art. 11).

A aceitação de garantias irregulares ou inadequadas à respectiva finalidade prevista em edital é equiparada, para efeitos de responsabilidade da Administração e seus agentes, ao recebimento de bens ou serviços em desacordo com os termos da legislação, do edital e do contrato respectivo (§ 3º do art. 11).

O art. 12 define que os critérios de medição dos serviços das obras públicas deverão ser estabelecidos de forma clara e objetiva no edital de licitação e no contrato dele decorrente, vinculando as partes contratantes à sua estrita observância. Os seus parágrafos pormenorizam detalhes relativos a isso.

O art. 13 estatui normas e procedimentos aplicáveis ao recebimento definitivo da obra ou serviço de engenharia. Por meio do art. 14, exige-se registro em nota técnica fundamentada, que será submetida à aprovação do setor técnico competente pela aprovação dos projetos, para que projetos básico e/ou executivo sejam alterados. Especialmente em relação aos quantitativos de itens, exigências técnicas e alteração qualitativa.

A revisão de projeto básico ou a elaboração de projeto executivo que transfigurem o objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos, ou que firam a isonomia entre aqueles que ofereceram proposta na licitação são definidos como práticas ilegais, que ensejam a anulação do contrato e do procedimento licitatório (parágrafo único do art. 14).

O art. 15 dispõe sobre os prazos de execução dos serviços, o art. 16, acerca de medidas acautelatórias que poderão ser decretadas, o art. 17, dos deveres do contratante e o art. 18, da subcontratação de serviços.

Toda subcontratação deverá ser anuída previamente pela Administração.

Novidade digna de nota é a vedação a que se exija das licitantes a comprovação de qualificação técnico-operacional ou técnico-profissional prevista no art. 30 da Lei de Licitações das partes do objeto no qual seja prática comum no mercado de construção a subcontratação de terceiros. Em contrapartida, somente em condições excepcionais e devidamente fundamentadas no ato autorizador, será admitida a subcontratação de parte técnica e materialmente relevante do objeto, para o qual a Administração tenha exigido das licitantes a comprovação de capacidade técnica, desde que reste comprovado que tal procedimento é indispensável ao atendimento do interesse público.

Veda-se também a subcontratação de empresa ou consórcio que tenha participado do mesmo procedimento licitatório que deu origem à contratação ou que tenha participado, direta ou indiretamente, da elaboração de projeto básico e/ou executivo.

Do art. 19 ao 22, o PLS trata do reajuste dos preços contratados, que só poderão ocorrer a partir da data limite para apresentação das propostas ou, se estiver definido no edital, da data do orçamento ao qual a proposta da licitante se referir. Os reajustes subsequentes devem observar o prazo de um ano completo a partir do último.

Somente poderão ser reajustadas parcelas que ultrapassarem um ano, mas desde que a empresa contratada tenha adimplido com todas as suas obrigações.

Os arts. 24 a 27 dispõem sobre sanções administrativas. O primeiro deles cria uma sanção nova: proibição de prestar serviços à Administração Pública por até dois anos.

O art. 26 promove alteração no *caput* do art. 87 da Lei de Licitações, para permitir sancionamento por vícios e defeitos de qualidade de execução ou por falhas de projeto.

O art. 27 do Projeto de Lei inclui dois parágrafos no art. 87 do Estatuto das Licitações, com vistas a deixar claro que a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública abrange todas as esferas de governo de todos os entes federados, e para estatuir que, ao comprovar a qualificação legal dos licitantes, o órgão promotor da licitação tem a obrigação de verificar a incidência da sanção sobre o licitante. Indiretamente, o dispositivo também cria para a União obrigação de manter cadastro unificado com esta finalidade específica.

Entre as disposições finais do PLS está comando pelo qual passa a ser cláusula obrigatória dos editais e contratos de obras e serviços de engenharia a obrigação do contratado de conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, aos servidores dos órgãos e entidades contratantes e dos órgãos de controle interno e externo (art. 28).

O artigo 29 da proposição define que os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados, de profissionais autônomos ou de empresas contratados pela administração pública, passam a ser propriedade do contratante, sem prejuízo da responsabilidade técnica assumida por seus autores e da preservação da sua identificação como tal, inclusive para fins de acervo técnico.

O art. 30 do Projeto pontifica que as autoridades competentes dos órgãos e entidades que contratam obras e serviços de engenharia deverão expedir e manter atualizadas normas internas tratando de licitação, execução, fiscalização, controle e recebimento das obras, definindo alguns dos temas a serem regulados.

Pelo art. 34, os editais de licitação para a realização de obras e serviços de engenharia, bem como todas as peças dos seus respectivos processos administrativos, deverão ser disponibilizados para consulta pública, em meio eletrônico, preferencialmente no sítio oficial do órgão responsável pela licitação. O período de disponibilidade para consulta pública deverá ser, no mínimo, de cinco anos após o término da vigência dos contratos celebrados.

De acordo com o art. 35, a vigência da lei terá início com a sua publicação.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto de Lei nesta Comissão.

Em decorrência da aprovação do Requerimento nº 825, de 2012, de autoria do Senador João Vicente Claudino, depois de apreciado pela CAE, o projeto veio ao exame desta Comissão, seguindo posteriormente para a deliberação terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Antes de aqui chegar, no entanto, por força do Requerimento nº 1.180, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, o PLS foi remetido para exame da Comissão Temporária de Modernização da Lei de Licitações e Contratos.

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito do projeto.

Os incisos XXI e XXVII do art. 22 da Constituição Federal (CF) atribuem à União competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III, também da Carta Política.

No geral, a proposição não afronta disposições constitucionais ou regimentais e vem redigida conforme prevê a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Não obstante, alguns ajustes redacionais são necessários, conforme salienta o Parecer da CAE. Em uníssono com aquela comissão, julgamos que essas pequenas correções podem ser feitas de ofício pela Secretaria Geral da Mesa.

No tocante ao mérito, alinhamo-nos com a análise promovida na CAE e com as sete emendas nela aprovadas, mas julgamos imperioso fazer mais uma adequação no texto proposto, conforme explicitamos a seguir.

O § 1º do art. 25, que estende obrigatoriamente a aplicação das penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei de Licitações aos sócios da empresa, claramente promove desconsideração objetiva da personalidade jurídica. O alcance de todo e qualquer sócio da empresa, sem que tenha agido com dolo ou culpa, ou sequer tenha poder de gestão da pessoa jurídica nos parece um excesso. Nesse sentir, propomos emenda para incluir a necessidade da ação dolosa ou culposa do sócio para que a pena também o atinja.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação ao § 1º do art. 25 do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012:

"Art. 25. .....

§ 1º As penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, serão sempre estendidas aos sócios da empresa que tenham agido dolosa ou culposamente.

....."

Sr. Presidente, o relatório foi extenso, mas sua leitura se fazia necessária dada a importância deste Projeto de Lei de autoria do ex-Senador Pedro Taques, hoje Governador de Mato Grosso, que, por certo, terá muito prazer em aplicar essa lei na sua administração.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Pedro Taques passou de estilingue a vidraça.

O SR. PAULO BAUER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – É verdade.

Mas é importante destacar, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a Lei nº 8.666, que há muito tempo foi editada, hoje é uma camisa de força. Ela traz muitas dificuldades para sua aplicação pela gestão pública. E essa lei, com certeza, vem esclarecer e decidir muitos pontos que a Lei nº 8.666 não contempla.

Por isso, tive muito prazer em relatar essa matéria, principalmente por ser uma matéria apresentada pelo meu amigo e ilustre Senador Pedro Taques, hoje governador, e tenho certeza de que todos os membros desta Comissão haverão de aprová-la porque, pelo texto lido, tenho certeza de que a lei é extremamente positiva para o bem da Administração Pública.

Portanto, esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Paulo Bauer.

O seu relatório é favorável à aprovação com uma emenda.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Hélio, com a palavra.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Parabenizo, primeiramente, o Senador Paulo Bauer pelo excelente relatório, mas eu gostaria de pedir vista do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedido vista ao Senador Hélio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Também peço vista, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, será dado vista coletiva.
Vamos proceder a uma inversão da pauta, se os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras permitirem.
Vamos ao item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de veículos automotores para utilização no transporte autônomo de cargas.

Autoria: Senador Alvaro Dias
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pela aprovação com emenda
Observações:
A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa
Em virtude da ausência momentânea do Senador Valdir Raupp, eu pediria ao Senador Waldemir Moka que assumisse a relatoria.

Concedo a palavra ao Senador Moka.
O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Relatório do Senador Valdir Raupp.
Vem à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 235, de 2015, de autoria do Senador Alvaro Dias. O PLS tem o propósito, além de promover isonomia entre caminhoneiros e taxistas, de reduzir o custo de aquisição de caminhões que, segundo o autor, é um dos principais custos do segmento de transporte de cargas no Brasil.
O referido projeto de lei propõe que fiquem isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), até 31 de dezembro de 2020, os veículos de carga de fabricação nacional, classificados na posição 87.04 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, quando adquiridos por motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade, atividade de transportador, na condição de titular com inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC) da Agência Nacional de Transportes Terrestres.
De acordo com a proposta, o IPI continuará incidindo normalmente sobre quaisquer acessórios opcionais que não sejam equipamentos originais do veículo adquirido. Fica assegurada também a manutenção do crédito do IPI relativo às matérias-primas, aos produtos intermediários e ao material de embalagem efetivamente utilizados na industrialização dos produtos referidos no projeto de lei e ao imposto pago no desembaraço aduaneiro referente a veículo para transporte de carga originário e procedente de países integrantes do Mercado Comum do Sul - Mercosul, saído do estabelecimento importador de pessoa jurídica fabricante de veículos da posição 87.04 da TIPI com a isenção de que trata o art. 1º do PLS.
A proposição legislativa do ilustre Senador Alvaro Dias determina que o benefício da isenção somente será utilizado uma vez, salvo se o veículo houver sido adquirido há mais de cinco anos. O reconhecimento do direito a isenção será feito pela Secretaria da Receita Federal.
O PLS estabelece ainda, que em caso de alienação do veículo a pessoas que não satisfaçam as condições e os requisitos estabelecidos antes de decorridos cinco anos da data de sua aquisição, implicará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado.
Inicialmente a matéria foi distribuída para a apreciação pelas Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.
Não foram apresentadas emendas à proposição.
Quanto à análise, Sr. Presidente, vou abreviá-la, por se tratar das condições constitucionais, jurídicas, técnicas e legislativas.
Voto.
Diante do exposto, tendo em vista ser meritória a proposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2015, com a seguinte emenda:
EMENDA Nº 1 – CI
Dê-se a seguinte redação ao art. 7º e acrescente-se o art. 8º ao PLS nº 235, de 2015, nos seguintes termos:
"Art. 7º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do caput do art. 5º e nos arts. 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal de-

corrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após a publicação desta Lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 7º, e vigorando até 31 de dezembro de 2020."

Esse é o relatório do ilustre Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Waldemir Moka.

Pergunto ao Senador Valdir Raupp se há algo que V. Exª deseja acrescentar ao seu relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Apenas para agradecer ao Senador Moka pela leitura do relatório.

Obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, eu tenho uma indagação a fazer ao Relator Valdir Raupp: está previsto o ressarcimento dos recursos para os Municípios no caso da isenção ser aprovada?

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – A princípio, não.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu coloco essa reflexão porque um dos maiores problemas que nós estamos enfrentando dentro do debate sobre o Pacto Federativo é que a União, ao longo dos dois últimos dois anos, promoveu uma série de incentivos fiscais com a retirada de IPI e de Imposto de Renda sobre uma série de produtos e isso terminou sacrificando o Fundo de Participação dos Municípios e o Fundo de Participação dos Estados. Os Municípios e os Estados estão quebrados.

E aqui, agora, vem uma matéria que é interessante, é boa, no sentido de dar estímulos aos caminhoneiros autônomos no nosso País, mas parece-me que ela tem que estar amarrada com uma outra demanda que é colocada. Não se pode criar programas, não se pode fazer benefício com o chapéu alheio. A União não pode, nem podemos nós, aqui, Parlamentares, criar incentivos fiscais sem, de outro lado, dizer de onde virão os recursos para poder ressarcir a perda dos fundos de participação dos Estados e Municípios. Do IPI e do Imposto de Renda, aproximadamente 45% desses recursos pertencem aos Estados e Municípios brasileiros.

Apenas coloco esta reflexão.

Simpatizo com o espírito do projeto, mas penso que, na conjuntura que estamos enfrentando, é desaconselhável a concessão de novos incentivos sem que haja ressarcimento para Estados e Municípios brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – A preocupação do Senador Fernando Bezerra é bastante pertinente, mas eu pediria que esses aspectos econômicos fossem discutidos na CAE, porque esse projeto ainda vai para a CAE, vai ser debatido na CAE. Se pudéssemos, o melhor seria debater essa questão econômica, a questão dos Municípios, na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concorda?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Tudo bem. Concordo, mas é preciso que estejamos atentos e alertas porque será terminativo na CAE, não? Essa matéria vai a Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O universitário está dizendo que é terminativo na CAE. Falou o universitário, está falado!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Acho que o projeto deveria ser remetido para lá com uma solicitação de reflexão sobre esse tema que estamos colocando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Podemos fazer uma ressalva da preocupação desta Comissão.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, como o Senador Fernando Bezerra tem assento na CAE, eu gostaria que a minha assessoria e a assessoria do Senador Fernando Bezerra pudessem trabalhar para que S. Exª pudesse pegar a relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos. Acho isso que é perfeitamente possível.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Exª, eu queria cumprimentar o Senador Moka pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Primeiro cumprimente o Senador Valdir Raupp. (*Risos.*)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Exato, o nosso autor.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Desculpe, Senador Hélio, mas convenhamos que o Senador Raupp merece essa prioridade, com a licença do Senador.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza. Acho que o Senador Raupp tem todos os méritos do mundo. É um projeto muito importante. Eu queria só deixar claro que isso é um grande incentivo aos caminhoneiros deste País. É importante que ele siga avante. E quero parabenizar o Senador Bezerra também, se ele for o Relator na CAE.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero cumprimentar o Senador Moka por ter lido o relatório e o Senador Valdir Raupp por ter redigido, mas, pedindo desculpas, quero me manifestar contrariamente a esse projeto. Não gosto, na área da economia, quando começamos a ter diferenças com grupos, com categorias, enfim, quando pessoas são tratadas de forma diferente dentro do mesmo mercado.

O que acontece no setor de transporte é que, de fato, o caminhão é, vamos dizer assim, a casa, é o instrumento de trabalho do caminhoneiro autônomo, mas ele participa de um processo disputando com as empresas, e as regras para as empresas já são muito diferentes das regras para o autônomo. Por exemplo, o autônomo pode trabalhar um pouco mais e a transportadora tem que ter suas regras próprias ou seguir as regras do Ministério do Trabalho. E essas coisas vão diferenciando cada vez mais.

Outro assunto muito preocupante na questão do transporte é que as transportadoras ou os transportadores, os embarcadores, melhor dizendo, têm preferido, ultimamente, trabalhar com as transportadoras, não com os autônomos, porque a empresa não é responsável pelo recolhimento do INSS – estou falando com o ex-Ministro da Pasta –, mas, se o autônomo não recolher esse imposto, em uma fiscalização futura, as empresas são responsáveis pelo recolhimento ou pela devolução desse dinheiro. Então, hoje, os embarcadores preferem trabalhar com empresas constituídas ou com cooperativas constituídas, até com empresas individuais, mas não com o autônomo, porque você fica pendurado por cinco anos sem saber se a pessoa recolheu o imposto, o INSS do serviço.

Bom, só estou aqui fazendo um comentário sobre esse assunto para dizer que eu acho que nós não devemos caminhar por esse caminho, começando a criar muitos grupos. A gente já vê a questão dos táxis mesmo, que estão sendo colocados para igualar. Nós temos muitos problemas com táxis também. Há pessoas que compram carro, ficam com ele dois ou três anos, vendem o carro... Quer dizer, elas ficam no limite dessa confusão. Imaginem como não será, então, num ambiente de milhares e milhares de negócios de caminhoneiros que há aqui, no Brasil, neste momento.

Então, quero deixar registrado aqui o meu posicionamento contrário a esse projeto.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu só quero dizer que o caso aqui do texto é muito específico. Se alguém comprar um caminhão e fizer a transferência e a pessoa que adquirir não tiver as condições que o projeto especifica, terá que pagar.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – O projeto está colocando que ele é o motorista?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O projeto é específico. As condições para que se tenha isenção é que seja comparado pelo próprio motorista ou dono do caminhão – quer dizer, ele é autônomo –, e, se ele comprar e vender, um ou dois anos depois, para uma pessoa que não detém essas condições, a pessoa que comprar terá que recolher aquilo que foi deduzido ou anistiado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Moka, se uma família de caminhoneiros tem cinco pessoas, a família vai ter cinco caminhões. Eu entendo como é, como funcionam essas coisas. Cada um vai ter o seu caminhão e não vai estar dirigindo. Isso é uma confusão danada. Mas, enfim...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Blairo Maggi está contrariando três Senadores: o autor, o relator e o relator-adjunto, mas, mesmo assim, permanece com voto contrário.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com as ressalvas colocadas...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com as ressalvas... Assuntos econômicos.

Então, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário do Senador Blairo Maggi.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para seguimento de sua tramitação.

Vamos retirar de pauta o item 3.

Submeto a retirada às Srªs e aos Srs. Senadores. É uma solicitação da Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

É o seguinte o item retirado:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incluir a microgeração distribuição distribuída no percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em projetos de eficiência energética pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Wilder Morais
Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa]
Item 2 da pauta.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 475, de 2013
- Não terminativo -

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito para financiamento da aquisição de equipamentos de geração de energia eólica e fotovoltaica de capacidade reduzida.

Autoria: Senadora Lídice da Mata
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1 - A matéria constou da pauta da 23ª Reunião da Comissão
2 - A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa

Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou diretamente à análise do projeto.

Compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), nos termos do art. 104, II, do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre o mérito da presente proposição, que pretende favorecer a geração de energia eólica e fotovoltaica de capacidade reduzida.

O projeto autoriza o Poder Executivo a subsidiar os financiamentos destinados à aquisição de equipamentos de geração de energia eólica e fotovoltaica de capacidade reduzida.

A proposta do projeto tem importantes méritos. Como ressaltado na Justificação, a crescente e irreversível consciência da população mundial acerca de suas responsabilidades na preservação do meio ambiente tem levado vários países a adotarem políticas de incentivo ao uso de fontes alternativas de energia, notadamente na Europa, com destaque para a Alemanha e a Espanha.

O resultado é que a energia eólica de grande capacidade de geração já é uma realidade em escala global e tem potencial para produzir grandes volumes de energia. A energia solar também tem se mostrado cada vez mais economicamente viável. Até no Brasil, os últimos leilões de energia mostram que a geração eólica de grande capacidade já é mais barata do que todas as fontes fósseis e compete em igualdade de condições com a geração hidroelétrica.

Essa não é, contudo, a realidade em relação à fonte solar e à energia eólica de capacidade reduzida. O PLS, então, procura agir em duas frentes. A primeira iniciativa é a de estimular o financiamento, em condições favorecidas, de equipamentos de geração de energia eólica e fotovoltaica de capacidade reduzida. O Tesouro Nacional cobrirá a diferença entre a taxa cobrada pelo mercado e a taxa cobrada do investidor final, e essas operações ficam isentas do IOF.

A segunda linha de ação consiste em reduzir a zero as alíquotas de IPI e do Imposto de Importação incidentes sobre os equipamentos passíveis de subvenção, inclusive suas partes, peças e componentes, quando destinados à comercialização no mercado interno.

Essa política, conhecida como de equalização de juros, já é amplamente adotada pelo Governo. Exemplo disso é a Lei nº 12.666, de 14 de junho de 2012, que concede esse tipo de benefício às operações de microcrédito produtivo orientado e operações de financiamento para a estocagem de álcool combustível. São também beneficiados determinados produtores rurais e exportadores. Portanto, nada mais natural do que estender esse benefício a um setor que precisa de um apoio inicial para se tornar viável economicamente. O Brasil está atrasado em relação aos demais países nesse quesito e faz todo sentido apoiar uma atividade que traz inegável benefício ambiental.

Não obstante os méritos da iniciativa, recomendamos duas pequenas alterações no projeto, para afastar o risco de óbices de natureza constitucional.

Tanto o art. 3º quanto o art. 7º do PLS dão atribuições a órgãos do Poder Executivo, a saber, o Ministério da Fazenda e o Banco Central. Tal designação contraria o disposto no art. 84, VI, "a", da Constituição Federal, que atribui privativamente ao Presidente da República a competência para dispor sobre organização e funcionamento da administração federal. Por essa razão, sugerimos que o art. 3º faça referência tão somente ao Poder Executivo, e não ao Ministério da Fazenda. No caso do art. 7°, sugerimos a supressão do artigo. Como o Banco Central já, normalmente, acompanha e fiscaliza as operações de crédito em geral, essa supressão em nada comprometerá a eficácia do projeto.

No mérito, portanto, julgamos que a proposição pode constituir valioso suporte a um setor ainda pequeno, mas muito promissor.

Voto.

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 475, de 2013, com as seguintes emendas.

Esse é o voto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sobre a matéria, eu queria apenas rememorar que, quando eu atuava na Sudene, há, mais ou menos, 30 anos, instalávamos no Estado do Piauí as primeiras unidades de observação e demonstração da energia solar em pequenas propriedades rurais no Nordeste, especificamente no Estado do Piauí. Já se passaram 25 ou 30 anos, e nós ainda não avançamos.

Então, acho muito meritório esse projeto porque nós sempre nos voltamos para os grandes projetos de hidrelétricas neste País e, muitas vezes, nos esquecemos da pequena propriedade não só no que diz respeito à água, mas sobretudo à energia. E, àquela época, nós já sabíamos que era difícil levar linhas de transmissão de energia hidrelétrica para as pequenas propriedades. Daí decorreu o quê? O inchamento das cidades. Quando tínhamos uma preocupação em levar energia para as pequenas famílias, nossas políticas eram as grandes barragens, da mesma forma que no caso de geração alternativa de energia, seja solar, seja eólica, e também experimentávamos, à época, biodigestores, coisas que vimos na Índia e na China.

Então, há uma contradição total quando se voltam os olhos para a pequena produção, para a pequena propriedade rural. Daí a nossa responsabilidade de uma política, num projeto dessa natureza, de iniciativa da Lídice da Mata, de reparação dos erros passados e de criação de estímulos aos pequenos produtores, às pequenas iniciativas de negócios.

Portanto, eu recomendaria aos nossos companheiros Senadores e Senadoras que votassem favoravelmente a essa iniciativa da Senadora Lídice da Mata.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Hélio.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Seguindo a orientação que foi dada na nossa reunião anterior, esse projeto tem importância capital. Parabenizo o Senador Elmano pelo grande relatório, parabenizo a Senadora Lídice da Mata, que propôs esse projeto, que tem o meu apoio meu e também o do Senador Wilder.

É importante que a gente reúna aquela comissão proposta aqui por V. Exª na reunião anterior, com o Walter Pinheiro, eu, o Senador Wilder e outros Senadores que discutem essa questão das energias solares e fotovoltaicas aqui. Nós ficamos de apresentar uma proposta de junção desses vários projetos que tratam desse assunto.

Portanto, parabenizamos, mais uma vez, o Senador Elmano e reconhecemos o grande relatório, mas pedimos vista do projeto para podermos nos ater a todos os projetos da área.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu faria um apelo ao Senador Hélio, porque a decisão não é terminativa. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos. V. Exª tem razão quando relembra que iríamos constituir uma comissão para ir até o Ministro de Minas e Energia, mas isso não foi feito até agora, e nós não podemos impedir a tramitação dessa matéria. V. Exª sabe que nós temos que dar agilidade ao processo legislativo.

Concedo a palavra ao Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

Acho que V. Exª está correto, os projetos têm que ter celeridade.

Acho que todos os projetos que venham a esta Comissão tentando incentivar novas fontes de energia, fontes renováveis, são importantes. Então, o projeto relatado pelo Senador Elmano é importante para o setor. Eu acho que temos de dar velocidade inclusive a outros projetos e, depois, que a gente faça a comissão, porque, a cada dia que passa, estamos perdendo tempo. E é uma maneira de incentivarmos a vinda de indústrias para o Brasil, porque ainda não temos indústria, e de gerar volume de utilização da energia fotovoltaica. Inclusive, está no plenário uma empresa francesa que veio conhecer os projetos. A gente tem que dar velocidade porque hoje, com os custos, com os impostos que o Brasil tem, não vamos conseguir avançar.

Só para dar uma informação, Senador Hélio, a França já tem 40% da sua energia limpa e tem uma previsão para, em 2050, ter 100%. Estamos atrasados. Então, é a oportunidade de a nossa Casa, de a nossa Comissão de Infraestrutura avançar nesse tema tão importante que é o da energia fotovoltaica, da energia eólica, da energia limpa.

Então, fica aqui o meu apelo no sentido de mandarmos esses projetos para frente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Hélio José.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Hélio José, há uma solicitação anterior, do Senador Sérgio Petecão. Eu peço desculpas a V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Depois voltaremos a conceder a palavra a V. Exª.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Sr. Presidente, na verdade, quero apenas reforçar e parabenizar o Senador Elmano Férrer pelo relatório.

Ontem, participei de conversa com um grupo francês, junto com o Senador Wilder, e constatei a importância da energia solar para o nosso País. E eu vou me ater diretamente à minha região, a Região Amazônica, onde, hoje, a maioria de suas usinas são termoelétricas. Nesta época, época do verão, é muito difícil o transporte de óleo diesel e de combustível para atender essas usinas. Assim, penso que a energia solar na Região Amazônica é de fundamental importância, até para a preservação do meio ambiente.

Eu queria parabenizar V. Exª e me colocar à disposição. Eu gostaria muito de participar desse debate, Senador Hélio, que é engenheiro e conhece a área, pois acho que precisamos avançar, mas com uma certa celeridade. O problema é que aqui se discute um tema importante e, de repente, a discussão é interrompida. Precisamos procurar o Ministro, que é um colega nosso, um Senador, o mais rapidamente possível, para que ele tenha a sensibilidade da importância que é esse projeto para o nosso País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, como conhecedor da matéria, digo que é indiscutível e fundamental para o nosso País, especialmente para o Nordeste brasileiro, para a costa brasileira, o aproveitamento da energia solar, fotovoltaica, e de outras energias alternativas, como a eólica e a da biomassa. Por isso, concordamos com V. Exª: quanto mais rápido tramitarem essas matérias, melhor para o País, melhor para o nosso pequeno e o nosso microempresário, para todo mundo.

Há poucos dias, estive com um grupo coreano e com outro chinês e, agora, o nosso amigo esteve com um grupo francês... No mundo, a energia solar avança cada vez mais, e não pode ser diferente no Brasil.

Parabenizo novamente o Senador Elmano Férrer pelo excelente relatório,pois a matriz energética brasileira, que é traço, precisa avançar na energia solar, e, atendendo ao apelo de V. Exª, retiro o pedido de vista, pois sou favorável ao projeto, no sentido de agilizar o expediente. Vamos tentar juntar todos lá na CAE... A matéria vai para a CAE agora, não é?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vai para a CAE.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Pois é. Lá vamos tentar fazer um relatório mais sucinto que envolva toda essa área, que é fundamental para todos nós.

Muito obrigado, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço ao Senador Hélio José.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Relator, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu compreendo a visão técnica de um estudioso da matéria, no caso o nosso Senador Hélio José, e, de outra parte, a sensibilidade política e, sobretudo, a visão de desenvolvimento do nosso ilustre Senador Wilder Morais.

Atualmente, no Estado do Piauí, os parques eólicos são uma realidade. Estamos trabalhando para atingir a meta de 6 mil megawatts de energia eólica, que já é uma realidade. Os projetos já estão gerando energia, outros estão em implantação e outros estão em busca de financiamentos oficiais. Isso é o que ocorre no Piauí.

De outra parte, com relação à energia solar, o Estado tem 3 mil horas de sol por ano, o que a Alemanha não tem, e avançou muito em tecnologia de energia solar. Então, nós temos pressa. Há um grupo alemão que já comprou uma área no Estado do Piauí para instalar um projeto de mais de mil megawatts de energia solar. E nós temos que nos antecipar. Quer dizer, o processo legislativo tem que ter esse desdobramento.

Enquanto isso, eu queria me colocar à disposição do nosso companheiro Senador Hélio José, para também integrar esse grupo de estudo, de trabalho, que vai buscar, cada vez mais, intensificar trabalhos com vistas a termos uma matriz energética mais diversificada, e não calcada em hidroelétricas.

Então, eu agradeço a compreensão do nosso Senador Hélio em pedir vista, ao tempo em que, em função da contra-argumentação às colocações do nosso Presidente desta Comissão e de outros companheiros Senadores, retira o pedido de vista.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – É isso, Excelência. Então, eu queria agradecer...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não havendo quem queira discutir...

O Senador Hélio ainda quer discutir.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Não, eu não quero discutir. Eu só quero agradecer ao Senador Elmano pela lembrança e dizer a V. Exª que vou procurar, hoje, o Senador Walter Pinheiro para ver se a gente senta... Porque nós temos um grande número de projetos aqui tratando de matéria similar, e, como nós tiramos na reunião passada, a gente precisava reunir esforços para agilizar... O objetivo é agilizar, como V. Exª disse.

Eu quero agradecer, novamente, as palavras carinhosas e aceitar a inclusão, nessa comissão – vai ser muito honroso para nós –, do nosso Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Encerrada a discussão.

Em votação o relatório do Senador Elmano Férrer.

O projeto é de autoria da Senadora Lídice da Mata.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Item 5 da pauta.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 49, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, conforme dispõe o art. 104, inciso I, do RISF, "transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes", para debater sobre a atual situação das penitenciárias brasileiras, com a sugestão da presença do seguinte convidado: Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Sr. Renato de Vitto.

Autoria: Senador Lasier Martins e outros

Relatoria:

Relatório:

Observações:

Leitura do requerimento

V. Exª tem a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Presidente Garibaldi, Srªs e Srs. Senadores, observar aqui que o sistema prisional brasileiro é caótico é repisar o lugar comum, é dizer aquilo que todo mundo já sabe. Entretanto, Presidente, há limites para essa calamidade toda.

Sei que, em alguns Estados, a situação é insustentável, mas, provavelmente, em nenhum a situação é tão grave quanto a do Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, simplesmente não há mais presídios onde colocar

delinquentes. Chegamos ao cúmulo de, ultimamente, depois de prisões em flagrante, lavradas e levadas ao delegado, de autos de flagrante sendo encaminhados aos juiz, consultar-se o juiz sobre onde colocar e receber-se só respostas negativas. E aí que atitude tem o juiz? Põe, imediatamente, em liberdade. Essa é a situação, como se já não bastasse o rótulo de termos, no Rio Grande do Sul, o pior presídio do Brasil, que é o Presídio Central de Porto Alegre, que tem uma capacidade para 2,5 mil presos mas tem, atualmente, 4,5 mil presos.

Por isso, Sr. Presidente, estou requerendo, e gostaria de contar com o reconhecimento dos colegas Senadores, que possamos trazer aqui o Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), o Dr. Renato de Vitto, para que ele nos diga de que verbas, na realidade, ele dispõe no Depen para distribuir aos presídios brasileiros, onde está aplicando essas verbas e qual é o planejamento com relação a alguns Estados, principalmente o Rio Grande do Sul.

Ainda na semana passada, uma ladra reincidente várias vezes foi presa na Região Metropolitana e levada para uma delegacia. Levado o auto de flagrante ao juiz para saber onde colocá-la, não foi recebida resposta. No fim da tarde, ela foi devolvida para a rua para continuar fazendo o que está acostumada a fazer.

Por outro lado, com a crise financeira que vive o Rio Grande do Sul... Hoje, por exemplo, o Estado está parado. Estão, há três dias, parados os policiais civis, a Polícia Militar, os professores... Com isso, aumenta o grau de criminalidade.

Até há dois meses e pouco, Presidente Garibaldi, a média de roubo de automóveis na Região Metropolitana de Porto Alegre era de 25 por dia; hoje ela é de 42. E não há prisão! Então, é preciso saber o que o Depen faz, que verba tem para distribuir às penitenciárias.

É por isso que estou encaminhando esse requerimento.

Tenho quase certeza de que outros Estados brasileiros vivem situação semelhante, mas não é mais possível enfrentá-la. Em determinados locais é insuportável. No Rio Grande do Sul ninguém mais sai à noite, a não ser em caso de extrema necessidade, devido ao perigo de assalto.

Aqui, em Brasília, nós vivemos com muita segurança, pelo menos aqui no Eixão, mas em várias cidades do interior a situação é muito diferente, porque não há onde colocar os delinquentes. São milhares e milhares de mandados de prisão que não são cumpridos porque os juízes não têm onde colocar o preso.

É por isso, Presidente, que eu estou encaminhando esse requerimento para que tenhamos aqui o executivo do Depen, para que ele nos diga o que está fazendo, o que pode fazer, se não tem verba, se a coisa vai continuar se agravando.

É o requerimento.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Hélio, para discutir.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu queria reconhecer o mérito e o acerto do Senador Lasier em pedir essa audiência pública.

Há três dias, eu visitei a Papuda, Lasier. É um absurdo! Uma prisão em que cabem, vamos supor, 400 pessoas está com quase 3.000, um montado sobre o outro. É uma situação desumana nas penitenciárias!

Então, essa discussão é fundamental. Precisamos nos debruçar sobre ela. Nada mais importante do que fazer essa discussão aqui.

Eu só queria sugerir a inclusão, atendendo, inclusive, a uma solicitação do Ministério da Justiça, para ser convidada para esse debate, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, porque acredito que colabora para o debate com o Diretor do Depen, e também um diálogo com o nosso querido Dom Sérgio e outros da CNBB, que tem uma pastoral que trabalha bastante com os presos, a Pastoral Carcerária, que pode discutir o assunto e apresentar a verdadeira situação caótica em que se encontram os presídios brasileiros.

Então, a solicitação é para incluir o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária e a Pastoral Carcerária nesse requerimento de S. Exª o Sr. Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em votação o requerimento com os acréscimos propostos pelo Senador Hélio José.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O requerimento está aprovado.

Comunico que, no dia 24 de agosto, segunda-feira próxima, às 18 horas, haverá uma reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, presidida pelo Senador Wilder Morais.

Os Srs. Senadores que puderem participar dessa audiência da Subcomissão têm, desde logo, o agradecimento desta Presidência.

Reitero agora o convite a todos os presentes, para que possamos participar desse primeiro 1º Workshop da Frente Parlamentar Mista de Logística de Transporte e Armazenagem, que já está sendo realizado neste

momento, com a Presidência do Senador Wellington Fagundes. O evento está sendo realizado no Auditório Antonio Carlos Magalhães, auditório do Interlegis, localizado no Anexo E do Senado Federal.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Eu gostaria, ainda, de incluir o Estado de Roraima nesse requerimento que foi aprovado agora, para convidar o Secretário de lá, porque Pedrinhas está pegando aula na penitenciária de Roraima. Então, nós precisamos trazer esses professores do mal aqui para explicar.

O Estado de Roraima está em crise. Inclusive, hoje, está correndo um vídeo em todo o Estado de Roraima de um evento assustador, mostrando o caos absoluto por que passa a penitenciária do Estado de Roraima. Eu gostaria de pedir a V. Exª que o Secretário dessa área da Justiça e interior viesse participar dessa audiência, desse segmento, para que a gente conheça aquela realidade do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agradeço a colaboração de V. Exª.

V. Exª vai requerer isso. Teremos, então, a presença do Secretário de Defesa Social do Estado de Roraima nessa audiência.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Muito obrigado. V. Exª sempre com essa sensibilidade. É por isso que eu sou o vizinho mais próximo de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas, como vizinho, deveria ser mais solidário. (*Risos.*)

Só chega atrasado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

Agora vamos ao *workshop*.

(*Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 45 minutos.*)

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2015.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e seis de agosto de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Sandra Braga, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, Jorge Viana, Gladson Cameli e Waldemir Moka. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura de comunicados da Presidência, tem início a apreciação da pauta. O Presidente propõe inversão de pauta, que é acatada pelos membros desta Comissão. Passa-se à deliberação do Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, de autoria do Senador Pedro Taques, que "institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências". Relatoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria *Ad hoc*: Senador Waldemir Moka. Relatório: Pela aprovação com uma emenda. Resultado: Aprovado o relatório (favorável à matéria, com a emenda nº 22-CI). Item 1 – Tramitação conjunta - Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2013, de autoria do Deputado Edinho Araújo, que "altera a diretriz da rodovia BR-436, prevista no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir em seu traçado a Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná"; Projeto de Lei da Câmara nº 94, de 2013, de autoria do Deputado Valtenir Pereira, que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*";* Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2013, de autoria do Deputado César Halum, que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica, no Estado do Tocantins"; Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 2013, de autoria do Deputado Hermes Parcianello, que "altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para alterar trecho da BR-369 entre os Municípios de Ourinhos, Estado de São Paulo, e Londrina, Estado do Paraná, na altura do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, entre o km 54 e o km 58*";* Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2013, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho*";* Projeto de Lei do Senado nº 389, de 2013, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "federaliza os trechos das rodovias RO-472, MT-313 e MT-208 compreendidos entre as localidades de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, e Rondolândia, no Estado do Mato Grosso"; Projeto de Lei do Senado nº423, de 2013, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que "federaliza trechos das rodovias RO-387 e MT420 compreendidos entre as localidades de Pimenta Bueno (RO) e Aripuanã (MT)"; Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2014, de autoria do Deputado Valtenir Pereira, que "inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica". Relatoria: Senador Valdir Raupp. Resultado: Aprovado o relatório (pela inconstitucionalidade e, no mérito, pelo arquivamento das matérias). Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei n° 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral". Relator: Senador Acir Gurgacz. Relatório: pela aprovação nos termos do substitutivo. Resultado: Retirado de pauta. Item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 204, de 2014, de autoria do Senador Wilder Morais, que "altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incluir a microgeração distribuição distribuída no percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em projetos de eficiência energética pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica". Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatório: pela aprovação, com duas emendas. Resultado: Aprovado o relatório (favorável à matéria, com as emendas nº 1-CI e 2-CI). Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2014, de autoria do Senador Aníbal Diniz, que "altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para estimular o compartilhamento de infraestrutura por concessionárias e permissionárias de serviço público". Relatoria: Senador Paulo Bauer. Relatoria *Ad hoc*: Senador Walter Pinheiro. Resultado: Aprovado o relatório (favorável à matéria). Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 52, de 2015, de autoria do Senador Hélio José, que "requer, com fundamento no inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com o objetivo de discutir a localização de praças de pedágios em rodovias concedidas. Solicita, para tanto, que sejam convidados representantes das seguintes entidades: - Representante do DNIT; - Representante do Ministério dos Transportes; - Representante da ANTT; - Representante da Procuradoria Geral da República; - Prefeito Municipal de Cristalina/GO". Resultado: Requerimento lido, aditado e aprovado. Item 7 – Requerimento da Comis-

são de Serviços de Infraestrutura nº 53, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal e do inciso II do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, para debater as implicações econômicas dos serviços de transporte privado individual por redes de compartilhamento (prevista no PLS 530/2015), bem como seu impacto na mobilidade urbana. Recomenda a presença das personalidades abaixo relacionadas: Srª Maria do Bonfim Pereira de Santana, presidente do Sinpetaxi-DF; Sr. Daniel Mangabeira, diretor de Políticas Públicas do aplicativo Uber; Sr. Dario Rais Lopes, secretário nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; Sr. Márcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte e presidente da Frente Nacional dos Prefeitos; Sr. Bruno Garschagen, cientista político". Resultado: Requerimento lido e aprovado. Incluídos e apreciados os itens extrapauta 8, 9 e 10. Item 8 – Requerimento nº 51, de 2015, de autoria do Senador Acir Gurgacz, que requer "nos termos do Artigo 90, Inciso XIII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência por esta Comissão de Serviços e Infraestrutura, entre os dias 14 a 17, de setembro de 2015, com a finalidade de verificar a qualidade das obras de manutenção da BR- 319, no trecho Porto Velho – Manaus, realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, com vistas à reabertura da rodovia. Na oportunidade requer que as diligências sejam acompanhadas por técnicos desta Comissão e assessoria de rádio e tv do Senado Federal". Resultado: Requerimento lido, aditado e aprovado. Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2014, de autoria do Senador Delcídio do Amaral, que "altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia". Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Projeto aprovado em decisão terminativa, com doze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Item 10 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 54, de 2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, que "nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para tratar da conjuntura das obras rodoviárias que estão e serão realizadas pelas empresas concessionárias do setor. A fim de cumprir este objetivo, solicita que sejam convidadas as seguintes pessoas: o Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias – ABCR; o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; o Diretor-Geral da empresa concessionária Rota do Oeste". Resultado: aprovado o requerimento.

Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Waldemir Moka, Acir Gurgacz, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro, Ricardo Ferraço, Wilder Morais, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Vanessa Grazziotin, Wellington Fagundes, José Pimentel, Dalirio Beber, Lasier Martins e Hélio José. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e oito minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior da Comissão e da ata da última reunião da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Recebimento de documentos.

Comunicamos o recebimento do Aviso nº 914, do Tribunal de Contas da União, que trata do acompanhamento das fiscalizações realizadas pelo TCU, no âmbito do Plano de Fiscalização de Obras de 2014 (Fiscobras).

O Aviso será encaminhado à Consultoria Legislativa para análise.

Cópias desses documentos encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

A Presidência comunica o recebimento de Ofício da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares (ABDAN).

O expediente encaminha à Comissão de Serviços de Infraestrutura uma minuta de Proposta de Emenda à Constituição, que tem por objetivo favorecer a formação de parcerias público-privadas na área de geração de energia nuclear.

Às Srªs e aos Srs. Senadores que tenham interesse em conhecer as sugestões, as cópias do documento já se encontram junto ao universitário.

A Presidência comunica o recebimento de Ofício da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Hidroviários e Aéreos (Conut).

O expediente encaminha à Presidência da Comissão, bem como a outras autoridades (a saber: os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados; o Ministro-Chefe da Casa Civil, além de outras autoridades), cópia de Ofício dirigido à Presidência da República para pedir providências a respeito do marco regulatório e do processo licitatório do sistema rodoviário de passageiros interestadual e internacional.

Cópias desse documento podem ser obtidas pelas Srªs Senadores e Srs. Senadores junto ao universitário.

Pauta.

Vamos pedir a anuência dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras para inverter a pauta e começar pelo item 3:

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 56, de 2012
- Não terminativo -

Institui normas relacionadas à responsabilização na contratação de obras públicas e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Taques.
Relatoria: Senador Paulo Bauer.
Relatório: Pela aprovação com uma emenda.

Tendo em vista a ausência justificada do Senador Paulo Bauer, eu gostaria de contar com a colaboração do Senador Waldemir Moka para relatar esta matéria.

Com a palavra o Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sr. Presidente, vou direto à análise, que acaba fazendo o resumo de todo o relatório.

De acordo com o art. 104, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o mérito do projeto.

Os incisos XXI e XXVII do art. 22 da Constituição Federal atribuem à União competência privativa para legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, §1º, III, também da Carta Política.

No geral, a proposição não afronta disposições constitucionais ou regimentais e vem redigida conforme prevê a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Não obstante, alguns ajustes redacionais são necessários, conforme salienta o parecer da Comissão de Assuntos Econômicos. Em uníssono com aquela comissão, julgamos que essas pequenas correções podem ser feitas de ofício pela Secretaria-Geral da Mesa.

No tocante ao mérito, alinhamo-nos com a análise promovida na CAE e com as sete emendas nela aprovadas, mas julgamos imperioso fazer mais uma adequação no texto proposto, conforme explicitamos a seguir.

O §1º do art. 25, que estende obrigatoriamente a aplicação das penalidades previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei de Licitações aos sócios da empresa, claramente promove desconsideração objetiva da personalidade jurídica. O alcance de todo e qualquer sócio da empresa, sem que tenha agido com dolo ou culpa, ou sequer tenha poder de gestão da pessoa jurídica nos parece um excesso. Nesse sentido – ou nesse sentir, conforme S. Exª diz aqui –, propomos emenda para incluir a necessidade da ação dolosa ou culposa do sócio para que a pena também o atinja, o que é correto.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação ao §1º do art. 25 do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2012:

"Art. 25. .....

§1º As penalidades previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, serão sempre estendidas aos sócios da empresa que tenham agido dolosa ou culposamente.

....."

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão o relatório do Senador Waldemir Moka, Relator substituto. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, a matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, peço a gentileza de colocar extrapauta um requerimento de minha autoria, se for possível. O requerimento é para fazer uma diligência na BR-319, que está em obras. E peço, se possível, que façamos a votação neste momento. Seria muita gentileza de sua parte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Atendendo à solicitação do Senador Acir Gurgacz, vamos colocar em discussão o requerimento de sua autoria, como S. Exª já anunciou.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 51, de 2015

Requeiro nos termos do Artigo 90, Inciso XIII do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligência por esta Comissão de Serviços e Infraestrutura, entre os dias 14 a 17, de setembro de 2015, com a finalidade de verificar a qualidade das obras de manutenção da BR-319, no trecho Porto Velho – Manaus realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com vistas à reabertura da rodovia. Na oportunidade requeiro que as diligências sejam acompanhadas por técnicos desta Comissão e assessoria de rádio e TV do Senado Federal.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, eu gostaria só de incluir um convite ao DNIT de Manaus para acompanhar essa diligência.

Essa diligência tem uma importância muito grande, pois a BR-319 está paralisada, está interditada já há muitos anos, desde 1992. Temos feito um trabalho muito grande há alguns anos na tentativa de reabrir a BR-319. Conseguimos, depois de muita discussão e de muito trabalho, fazer uma diligência no ano retrasado. Fizemos uma audiência pública e obtivemos a autorização do ICMBio e do Ibama para fazer a manutenção. E assim foi feito. O DNIT fez a licitação, deu a ordem de serviço e, desde agosto do ano passado, iniciou, então, a obra de manutenção da BR-319. Como estrada existe, a manutenção não precisaria – e, de fato, assim foi feito – de uma licença ambiental, porque não haveria transformação na área.

Então, agora, depois dessa diligência feita em 2013, queremos voltar lá, para vermos como andam os serviços nessa BR. Por isso, a importância de o DNIT do Amazonas estar junto, estar presente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Coloco, agora, em votação o Requerimento nº 51, de autoria do Senador Acir Gurgacz.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Vamos tomar agora as providências devidas.

Vamos ao item 1 da pauta.

ITEM 1
TRAMITAÇÃO CONJUNTA
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2013
- Não terminativo -

Altera a diretriz da rodovia BR-436, prevista no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir em seu traçado a Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná.

Autoria: Deputado Edinho Araújo.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 94, DE 2013
- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autoria: Deputado Valtenir Pereira.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2013
- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica, no Estado do Tocantins.

Autoria: Deputado César Halum.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 124, DE 2013
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para alterar trecho da BR-369 entre os Municípios de Ourinhos, Estado de São Paulo, e de Londrina, Estado do Paraná, na altura do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, entre o km 54 e o km 58.

Autoria: Deputado Hermes Parcianello.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2013
- Não terminativo -

Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, DE 2013
- Não terminativo -

Federaliza os trechos das rodovias RO-472, MT-313 e MT-208 compreendidos entre as localidades de Ji -Paraná, no Estado de Rondônia, e de Rondolândia, no Estado do Mato Grosso.

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2013
- Não terminativo -

Federaliza trechos das rodovias RO-387 e MT-420 compreendidos entre as localidades de Pimenta Bueno (RO) e de Aripuanã (MT).

Autoria: Senador Acir Gurgacz.

TRAMITA EM CONJUNTO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2014
- Não terminativo -

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Autoria: Deputado Valtenir Pereira.
Relatoria: Senador Valdir Raupp.
Relatório: pela inconstitucionalidade e, no mérito, pelo arquivamento.

Concedo a palavra, para essa hercúlea tarefa de relatar esses projetos, ao Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Obrigado, Senador Garibaldi Alves, Presidente.

A tarefa não é tão hercúlea quanto a de ontem no plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É verdade. A de ontem valeu por essas todas.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Srªs e Srs. Senadores, os projetos analisados visam à alteração de componentes (rodovias e uma ponte) nas relações descritivas do Sistema Federal de Viação (SFV), com o fito de "federalizá-los" e, em um único caso, o do PLC nº 124, de 2013, para "municipalizar" trecho hoje federal.

Sua tramitação conjunta se deve à aprovação do Requerimento nº 494, de 2015, de minha autoria. Esses projetos foram distribuídos apenas à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Nenhum deles recebeu emendas.

Análise.

Como os projetos só tramitarão pela CI, compete-nos tanto a análise do mérito, como de seus aspectos formais, como a constitucionalidade.

Iniciemos pela análise de constitucionalidade. Todas as proposições aqui analisadas têm em comum o fato de que buscam alterar a descrição do rol de rodovias federais, independentemente se para acrescentar trechos à competência federal, ou para tornar municipal trecho urbano de rodovia federal.

De qualquer modo, entendemos que todos os projetos relatados sejam abrangidos pelo tema da Consulta nº 1, de 2013, que esta Comissão submeteu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e que resultou em parecer que deliberou serem inconstitucionais projetos dessa natureza.

Entre as respostas emanadas pela douta CCJ, julgamos oportuno transcrever as seguintes:

2 – as relações descritivas dos componentes do Sistema Federal de Viação são inventários de bens federais, devendo ser editadas por ato do Poder Executivo;

4 – a transferência de bens entre os entes da Federação somente pode ser realizada por meio de convênio de cooperação ou de desapropriação e independe de autorização legislativa federal;

7 – são inconstitucionais as proposições legislativas que visam à alteração ou à inclusão de componentes em relações descritivas do Sistema Federal de Viação.

Ou seja, parece-nos inapelável que os projetos aqui analisados sejam inconstitucionais, especialmente, à luz da resposta nº 7 da CCJ, que acabamos de mencionar.

Nesse sentido, uma vez que são inconstitucionais, entendemos ser desnecessário analisar mérito e técnica legislativa das proposições em comento.

Voto.

Ante o exposto, conforme Consulta nº 1, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, votamos pela INCONSTITUCIONALIDADE e no mérito pelo ARQUIVAMENTO dos PLC nº 56, de 2013; nº 94, de 2013; nº 109, de 2013; nº 124, de 2013; e nº 110, de 2014; e dos PLS nº 376, de 2013; 389, de 2013; e nº 423, de 2013.

Ressalto, ainda, Sr. Presidente, Sªs e Srs. Senadores, que as duas proposição do Senador Acir Gurgacz n.º 389 e 423, ele mesmo já encaminhou ofício ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Transportes, para que possa ser feito através de convênio.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão o relatório apresentado...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Para discutir, com a palavra o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Presidente, essa matéria já foi tida como inconstitucional lá na CCJ. Entendo que, se isso aconteceu, não deveria ter nem entrado em pauta aqui na nossa Comissão ou em outra qualquer. Mas, de qualquer forma, não é esse o ponto.

Nós estamos numa região de expansão, Sr. Presidente, que é o nosso Estado de Rondônia, o Estado do Mato Grosso, e é exatamente onde o meu projeto pede para federalização de uma rodovia, que, no mapa, não existe ainda, exatamente porque é uma área de expansão. Há dez anos, não existiam aqueles núcleos de desenvolvimento, não existia a estrada também. E agora como fazer? Qual é o caminho para que a gente possa oficializar essas estradas e colocá-las no mapa para que o DNIT ou os Estados possam ter a condição de fazer a manutenção e, futuramente, o asfaltamento? Porque é uma região que está em plena expansão, é exatamente entre Ji-Paraná, Rondolândia, Aripuanã, Colniza, Colniza entrando de novo, voltando para Rondônia via Machadinho do Oeste.

São rodovias importantes, que não fazem parte do mapa brasileiro e não fazem parte da expansão das rodovias. Então, uma pergunta que fica: como é que nós podemos fazer para legalizar e oficializar essas rodovias tão importantes para o nosso Estado de Rondônia e para os demais Estados vizinhos também, Sr. Presidente?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Continua em discussão o relatório do Senador Valdir Raupp.

Vamos passar à votação do relatório.

As Sªs e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado à unanimidade.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei n° 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.
Relatoria: Senador Acir Gurgacz.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, em função de vários pedidos para discutir essa questão, nós pedimos para retirar de pauta. Eu farei novas reuniões com pessoas interessadas nesse projeto para que a gente possa tentar, de uma forma muito ampla, um acordo com os segmentos que têm uma ligação direta com esse projeto.

Eu peço para retirar de pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, autor do projeto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, o Senador Acir Gurgacz, que é o Relator do PLS nº 01/2011 – de 2011, e nós estamos em 2015 –, ontem, conversou comigo dizendo que ele pediria a retirada de pauta em função de ter sido procurado por empresas mineradoras, especialmente as de grande porte, para que pudesse se reunir com eles no intuito de rever o objeto do projeto.

Eu queria convidar o Senador Acir Gurgacz para que pudesse estar hoje, às 16h30min, na Câmara Federal, no Plenário nº 14, onde haverá uma reunião das bancadas dos Estados do Pará, de Minas e da Bahia, oportunidade em que nós iremos discutir com o Deputado relator do Código de Mineração, o Deputado Quintão,

do PMDB de Minas Gerais. O Executivo encaminhou ao Congresso esse projeto já faz três anos, e também o relator não consegue colocá-lo em votação.

Então, Senador Acir Gurgacz, se V. Exª puder, seria interessantíssimo para V. Exª, como Relator, que participasse lá dessa reunião lá no Plenário nº 14, na Câmara dos Deputados, onde haverá uma discussão até mais ampla que o objeto desse projeto, porque vai discutir o Código de Mineração, em que o objeto desse projeto em análise está embutido.

Agora, é importante, Senador Garibaldi, Senador Acir, que não há mais como os Estados continuarem a ser exauridos, pelas mineradoras, das suas riquezas sem que haja a contrapartida de recursos para que os Estados possam atender as demandas que são levadas pelo impacto desses projetos, em especial os grandes projetos de mineração.

O Estado do Pará, eu diria, sofre uma extorsão por parte da Companhia Vale, que é a maior mineradora, que já obteve lucros de R$40 bilhões. Quando ela obteve lucros de R$40 bilhões, ela não dizia nada; agora que as *commodities* estão com o preço reduzido, todos estão dizendo que há dificuldades. Realmente, as *commodities* estão com o preço reduzido, mas, mesmo assim, embora o lucro das mineradoras não sejam mais os R$40 bilhões que foram lá atrás, ainda são lucros importantes.

E o que o Estado do Pará recebe por ano – por ano – de CFEM, que é a contribuição financeira pela exploração dos recursos minerais, representa algo em torno de R$150 a R$160 milhões, ou seja, que não dá para fazer nada, porque esses projetos atraem uma mão de obra intensiva da ordem 20, 25 mil pessoas, e, após ele estar implantado, já em produção, ele reduz essa mão de obra para 1.500 pessoas. E o restante dessas pessoas que foram chamadas permanecem nos Municípios onde o projeto foi implantado e, ali, demandam saúde, educação, segurança, infraestrutura, e o Estado não tem como atender.

É um absurdo, Senador Garibaldi Alves, a disparidade que há entre os *royalties* do petróleo e o CFEM, a contribuição pela exploração mineral. Todos os dois, todas as duas riquezas são riquezas finitas; elas são exploradas até que cheguem ao fim.

Então, o que este projeto aqui propõe? Primeiro, que a alíquota, que é de 2% sobre a base líquida, o valor líquido da exploração, seja de 4% e mude a base de tributação para o valor da *commodity*. Por que isso? Porque a Companhia Vale, inclusive, tem pendências judiciais com o DNPM – não são nem com o Estado do Pará, mas com o DNPM –, que abriu autos de infração contra a Vale. E por quê? Porque ela embute como despesa, para diminuir o valor da base de cálculo da CFEM, o que não é aceito pelo DNPM, só para pagar menos do que já é mínimo.

Então, esse projeto já tramita desde 2011, Senador Acir Gurgacz, e as empresas de mineração não deixam o projeto caminhar.

Eu queria que V. Exª entendesse a dificuldade não só do Pará, mas de todos os Estados mineradores – não sei se o seu Estado de Rondônia também tem algum projeto de mineração –, mas Minas sofre como o Pará, a Bahia sofre como o Pará, até porque esses produtos exportados *in natura*, que não são tributados pelo ICMS, deveriam ser compensados pelo Governo Federal, e não o são, devido à Lei Kandir, que teria que ser regulamentada pelo Congresso Nacional – e, no caso, também não fazemos o nosso dever de casa.

Para que V. Exª, Senador Acir, e todos os Senadores membros da CI tenham uma ideia – e o Senador Walter Pinheiro tem consciência disso porque o Estado que ele tão bem representa aqui no Senado, o Estado da Bahia, também tem os mesmos problemas –, parte da reposição mínima, que chega a 10% das perdas dos Estados, teria que ter sido repassada em 2014 – e não o foi – pelo Governo Federal.

Diz o Governo Federal que vai mandar uma medida provisória, agora, para repassar 2014 em quatro parcelas: setembro, outubro, novembro e dezembro. E nós já estamos cobrando 2015, porque estamos no final de agosto e realmente não há sinal.

Então, Senador Acir Gurgacz, eu entendo o cuidado de V. Exª em dar o seu parecer, mas peço a V. Exª que, sendo possível, participe da reunião de hoje, no Plenário nº 14 da Câmara dos Deputados, e, assim, possa, já na próxima reunião da CI, trazer o seu parecer para que esse projeto possa andar.

Senador Garibaldi Alves, o projeto nem a passo de cágado está andando, porque ele é de 2011, Senador Valdir Raupp, e ainda não teve um parecer sequer.

Eu fiquei bastante satisfeito quando o Senador Acir me disse que tinha pautado para a reunião de hoje, mas, ontem – e agradeço a gentileza de S. Exª em ter conversado comigo –, disse que pediria a retirada de pauta para poder se reunir com as mineradoras.

Então, para que V. Exª possa se reunir com subsídios, é importante que V. Exª participe dessa reunião hoje, à tarde, lá, na Câmara dos Deputados.

Eu acho que o Senador Walter Pinheiro também vai estar lá, para que a gente possa defender.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, só para agradecer ao convite do Senador Flexa e dizer que a nossa intenção é detalhar o máximo possível esse projeto para que nós façamos aquilo que é melhor para a população brasileira.

Nós temos que diferenciar uma indústria como a Vale do Rio Doce das empresas pequenas, não só na questão do Pará, mas em nível nacional. Quando fazemos uma lei aqui, quando aprovamos uma lei aqui, nós aprovamos uma lei para o Brasil todo, para as empresas grandes, médias e pequenas.

Então, esse cuidado nós estamos tendo. A minha intenção é ter absoluta convicção de que aquilo que nós estamos fazendo é o melhor para o País, não somente com relação ao seu Estado, mas a todos os Estados da Federação.

Agradeço o convite. Nós estaremos lá, hoje, à tarde, para ouvir o debate e participar do debate.

Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É porque esse problema afeta todos os Estados que têm mineração.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida, a todos os Estados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E a mineração de pequeno porte, especialmente a que tem como objeto a construção civil – exploração de areia, de seixos – está isentas, as empresa não têm pagamento de CFEM.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Presidente.

Gostaria de compartilhar a ideia com o Senador Acir Gurgacz.

Fizemos um grande evento na segunda-feira, na Subminera, onde recebemos todo o setor da mineração. E, realmente, o Senador Acir tem razão: não podemos, apesar de o projeto ter, já, um tempo andando na Casa, desde 2011... Mas, para se ter uma ideia, empresas que atuam na área do aço, algumas em Minas e algumas na Bahia, já fecharam, pois não tinham condições de operar nas situação atual, porque são pequenos mineradores.

Então, esse assunto, Senador Acir Gurgacz, tem que ser muito debatido, porque uma lei a ser formulada aqui vale para todo mundo. Então, a gente tem que aprofundar um pouco mais esse tema, e eu concordo que esse debate tem que avançar um pouquinho mais, porque é muita responsabilidade criar uma lei que atinge todo mundo, principalmente num momento de crise por que estamos passando agora.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp pela ordem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Perdão. Eu peço a minha inscrição.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu lembro que o projeto não está em discussão. Foi solicitada apenas a retirada de pauta.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, é pela ordem.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Mas, pela ordem, V. Exª...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas vamos ouvir o Senador Valdir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pois não. depois do Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Eu só queria dar uma sugestão. O Relator do marco regulatório da mineração, o Deputado Leonardo Quintão, de Minas Gerais, que é do meu partido, com quem eu tenho conversado reiteradas vezes, pedindo, inclusive, para acelerar a votação desse projeto... O Senador Flexa tem razão em certo ponto, mas o Senador Acir também, com a prudência que lhe é peculiar, quando prefere esperar um pouco mais.

Assim, eu sugiro conversarmos, chamarmos o Deputado Leonardo para uma conversa, para uma reunião, juntamente com os Senadores Flexa e Acir – e eu posso me colocar à disposição também.

Ele me disse da última vez, faz umas duas semanas, que só faltava uma conversa com o Ministro das Minas e Energia, Eduardo Braga, para bater o martelo, e ele apresentar o projeto para votar, porque a insegurança jurídica, Sr. Presidente, nessa área da mineração é muito brande. Conheço empresas australianas, canadenses, que querem vir para o Brasil, que querem adquirir, inclusive, a mineração aqui, e que não vêm, porque não há segurança jurídica nenhuma. Está uma zorra total esse negócio da mineração no Brasil.

O Brasil não têm 30% do seu minério explorado, uma riqueza que poderia estar ajudando a economia do País. No entanto não temos regulação nessa área.

Então, o Flexa tem razão, os dois têm razão. Por isso, sugiro que chamem o Leonardo para uma conversa, porque ele me disse que só estava esperando essa conversa com o Ministro, para adotar...

Mas a demora é muito grande, faz três anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Ele vai estar nessa reunião? Ótimo. O Relator vai estar nessa reunião também.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, acho que o Senador Flexa tem razão, na medida em que esse projeto foi apresentado em 2011 e estamos em 2015. Não há qualquer explicação para um processo tão longo como esse, qualquer que seja a deliberação desta Comissão.

Não tem cabimento uma burocracia legislativa dessa dimensão. São quatro anos em que o projeto foi apresentado. Portanto, faço coro com a manifestação – não com o conteúdo, nem com o objeto da proposta do Senador Flexa, mas com a burocracia legislativa. Nós aqui somos eventualmente críticos da falta de respostas por parte do Poder Judiciário, mas também estamos no mesmo caminho, por conta da falta de tempo, de prazo, para que as coisas possam se dar.

Não tem cabimento que um projeto possa ficar quatro anos para uma deliberação como essa, na Comissão de Infraestrutura, em que pese o Senador Acir Gurgacz ter também sua relativa razão em solicitar prazo para uma avaliação.

Eu não sei nem se esse projeto está esse tempo todo com o Senador Acir, mas, se alguém, outro relator, o antecedeu... O fato objetivo é que não é possível que um projeto possa ficar, por quatro anos, numa Comissão sem a deliberação. Isso, sem emitir valor de juízo em relação, Senador Flexa, à proposta de V. Exª, à conveniência conjuntural da iniciativa. Eu não me refiro a essa questão e vou opinar quando a matéria entrar em discussão.

O fato objetivo é que a mineração tem perdido relevância em nosso País. Quando olhamos para o mundo e para a história, vemos que estamos perdendo o bonde da história com relação à mineração. Países como a Austrália estão dando de goleada em nosso País. E uma das questões que levam a essa preocupação aqui relacionada, listada pelo Senador Wilder, pelo Senador Valdir Raupp, é seguramente o ambiente regulatório e a falta de segurança jurídica em nosso País, Sr. Presidente.

E, por falar em ambiente regulatório, Sr. Presidente, há um requerimento de nossa autoria, aprovado nesta Comissão, para que possamos trazer a esta Comissão o DNPM, porque o DNPM é um dos maiores gargalos do setor de mineração em nosso País. O DNPM não está compatível em sua estrutura, em sua relação de meios e recursos humanos, para atender às demandas de mineração em nosso País.

Digo isso, para apelar a V. Exª que marque essa audiência pública, porque as informações que chegam, Sr. Presidente, são as de que existe País afora... Cito o caso do meu Estado, o Espírito Santo, em que o DNPM não paga aluguel, há sete meses, em que o DNPM está para ser despejado, porque não tem gasolina, não tem diária para que os profissionais possam atuar. Isto não é possível, Sr. Presidente, tratar um setor como esse, estratégico para o nosso País, com tanto descaso.

Então, pego carona e peço licença aos Senadores que me antecederam, para que possamos trazer aqui o DNPM, o setor de mineração e fazer um debate sério, verdadeiro acerca do ambiente regulatório da mineração em nosso País. Como está não é possível continuar. E esta Comissão precisa ter um protagonismo mais afirmativo nessa questão, Sr. Presidente.

Por isso, peço vênia a V. Exª, como nosso líder, nosso coordenador, nosso Presidente, nosso guru, ao lado do nosso universitário, para que possamos marcar a nossa audiência pública.

Que possamos debater mineração aqui, na Comissão, debatendo especificamente a forma carcomida, ultrapassada como o DNPM está organizado para atender às demandas do nosso País.

Eu não me refiro, Sr. Presidente, à qualidade dos técnicos e dos profissionais do DNPM. São engenheiros, geólogos com muita qualificação, dedicação, espírito público. Mas me refiro à falta de infraestrutura, de verbas claras, de enfrentamento da burocracia, que tem transformado a mineração brasileira muito mais num estorvo do que numa ferramenta de prosperidade compartilhada, de modo a contribuir com o desenvolvimento econômico e social do nosso País.

O apelo que faço é no sentido de marcar nossa audiência pública para debater a capacidade ou a incapacidade do DNPM em atender às demandas da mineração em nosso País. É o apelo que faço a V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho tido o cuidado, não só nesta, mas em todas as Comissões, de, quando recebo um projeto para relatar, fazê-lo com a brevidade.

Este projeto chegou para mim em maio, e já estou com o relatório para a pauta. Assim tenho feito em todas as Comissões e projetos. O mais importante é não apenas ter o projeto em pauta, mas ter a convicção, a certeza de que o que trazemos como relatório é o melhor para o nosso País. Até anteontem eu tinha essa convicção, mas ontem recebi várias pessoas, inclusive o Senador Davi, pedindo que tenhamos uma semana a mais para debater este tema. Eu entendo que é pertinente. Nós não podemos, na ânsia da rapidez, trazer um projeto acerca do qual não tenhamos convicção de que estamos fazendo o melhor.

Só para contar, em maio eu recebi este projeto; tivemos o recesso em julho, e, em agosto, já estamos com ele em pauta. Então, não é, da minha parte.só para contar. Como diz o Senador Ricardo Ferraço, nós temos agilidade nos nossos trabalhos.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Permita-me um ajuste para não ficar um mal-entendido. Eu não fiz referência a V. Exª. Por favor.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. *Fora do microfone*.) – Mas o projeto está comigo...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, não, eu fiz referência ao prazo em que ele foi apresentado: 2011. V. Exª está sendo diligente. Eu não quero que fique nenhum dúvida – muito pelo contrário – de que eu estou exercendo qualquer tipo de fiscalização. Não é isso. V. Exª está sendo diligente. Refiro-me ao prazo de quatro anos. É a isso que me refiro. V. Exª não é responsável porque assumiu a relatoria e, com muita competência e velocidade...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Antes de dar a palavra ao Senador Walter Pinheiro, a Presidência esclarece que eu só respondo por sete meses. O universitário é que responde pelos quatro anos. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, concordei com o pedido de mais tempo para aprimorar não só o seu relatório, mas também o debate do Acir. No entanto, estou tendente a concordar com o Senador Flexa, porque, na realidade, independentemente do trato do ponto de vista da arrecadação, uma série de coisas... Falamos em 2011 porque estamos falando em relação ao Senado. Mas essa matéria é anterior a 2011. Portanto, diversos Srs. Parlamentares aqui eram Deputados Federais. Então, antes de 2011, Senador Ricardo Ferraço, tratamos esta matéria exatamente por entendermos os problemas que tínhamos na economia. Eu me lembro de que, num debate suscitado na Câmara dos Deputados, na Comissão de Minas e Energia, em 2006, 2007, tínhamos o compromisso, Senador Flexa, de modificações da estrutura do próprio DNPM.

O Governo chegou a lançar uma proposta até de agência, foi um debate do qual participei intensamente, porque era o debate do desdobramento das agências. Cheguei a participar de audiências públicas pelo Brasil para esse debate, cuja intenção central, Senador Ferraço, não era só a questão do papel do DNPM nisso, mas era o fato de aportarmos, ou seja, produzirmos uma legislação que permitisse a atuação dos órgãos não só de licenciamento, como também de acompanhamento disso. Mas não é simples, Senador, meu caro Presidente.

Eu dizia aqui ao Senador Acir Gurgacz – e essa coisa da diferença entre o que é uma grande operadora nessa área, uma grande mineradora, e um pequeno... Qual é a diferença, inclusive, entre o trato que se dá em relação a determinados tipos de minério, ao processo de obtenção de lavra, a questão do investimento inicial, do processo de entrada em operação. Quer dizer, a situação ambiental, o desdobramento, o transporte, as estradas, todos esses aspectos são aspectos que não conseguimos encaixar nesse contexto.

Então, é óbvio que um código de mineração deveria ter exaustivas audiências públicas para se chegar a um termo, não resta a menor dúvida. Mas não podemos falar aqui hoje que essas tentativas não foram feitas. Acho que para o Senador Acir até é extremamente correto. A ele, é um material chegado ontem. Portanto, não pode ser debitado na conta do Senador Acir o atraso de 2006 para cá. Acho que é prudente isso e requer... Acho que é importante até, já que há essa reunião hoje e há uma série de debates envolvendo isso. Isso entrou na escala, inclusive, a questão de arrecadação...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – A Subcomissão de Mineração.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente. Vamos ver se é possível caminhar nessa direção. Acho que a prudência agora é importante, mas a gente podia acrescentar à prudência um pouquinho de celeridade para a gente tentar fechar essa questão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, só para complementar o Flexa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para aditar, Presidente, Senador Garibaldi.

Concordando com todos que me precederam, o Senador Acir Gurgacz, como ele disse, não está há quatro anos com o projeto. O projeto foi encaminhado a ele em maio. E ele agilizou o parecer. Como ele próprio

disse, até anteontem ele estava com a convicção de que o parecer dele era o que seria melhor para o Brasil. Depois de conversar com as mineradoras, ele quer um tempo para a...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Não é com as mineradoras, Senador. A conversa é com o Senador Davi, do Amapá, que me pediu...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O Senador Davi Alcolumbre, do Amapá, tem um exemplo que é clássico no seu Estado. Ele teve uma mineração de exploração de manganês que explorou manganês durante 20 ou 30 anos; terminou a mina, deixou um buraco lá no Amapá. Então...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu não sei do buraco no Amapá, eu...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, eu estou dizendo que ele...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu só quis ser gentil com o Senador Davi para ouvi-lo e os seus argumentos para que ele possa...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou conversar com o Senador Davi. Você vai ver que o Amapá é um Estado que foi prejudicado por isso.

Mas o que eu queria aditar, Senador, é informando o seguinte: o Governo Executivo ficou três anos dizendo que ia encaminhar o projeto do novo Código de Mineração para o Executivo. Ao final de três anos, ele encaminhou, está na Câmara Federal, o Deputado Quintão é o relator. Esse meu projeto é pontual. O Código de Mineração, o Senador Raupp tem razão, falta garantia jurídica para que você possa implantar.

A Vale, só para dar um exemplo, Senador Ferraço, está neste instante concluindo a implantação, no Pará, do maior projeto de mineração do mundo, que é o S11D – se não me falha a memória, US$20 bilhões para explorar minério de ferro no Município de Canaã. Então, estão duplicando a ferrovia, fazendo investimentos vultosos.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Só para ficar registrado nos *Anais* do Senado Federal.

E tem autos de infração do Governo do Estado segundo os quais a Vale deve aos paraenses – não é ao Estado do Pará, é aos paraenses – 1,8 bilhão. Fora os autos do DNPM, que representam R$2,5 bilhões. Então, isso é o que acontece com a mineração. O Código de Mineração vai tratar do que disse o Senador Walter, da transformação do DNPM numa agência.

Recebi aqui uma Nota Técnica Especial Urgente nº 03, de 2015, dos servidores do DNPM, que diz assim: "DNPM em estado de calamidade pública", Senador Ferraço. O Senador Ferraço tem razão. Outro ponto que o Código de Mineração vai corrigir é o DNPM dar o direito de lavra para as empresas e esse direito ser colocado numa gaveta e ficar décadas sem que seja explorado, trazendo prejuízo para a economia do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para pontuar e finalizar essa questão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Vamos voltar à pauta. Peço a colaboração...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Esse projeto ficou dois anos e meio engavetado na mesa de um Senador – eu não vou dizer o nome porque ele não está presente, seria indelicado da minha parte, mas é do seu partido.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu acho que...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem, depois, Presidente.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Foi criada uma subcomissão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está criada uma subcomissão...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, no dia 17 está sendo... Vai haver uma audiência pública exatamente com o setor de minerais metálicos. Vai englobar muito, então, esta Comissão para debater. Então, isso não existia; foi criado agora, já houve a primeira reunião segunda-feira. Acho que, como foi tirado de pauta, esse assunto deveria...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Por sinal, quero me congratular com o Senador Wilder Morais e com o Senador Sérgio Petecão porque a reunião da Subcomissão foi uma reunião muito concorrida, com grande representabilidade. Eu disse até que havia sido temerária a criação da subcomissão, porque eu via a hora de a criatura devorar o criador. A subcomissão, realmente, fez um debate aqui para começar, para iniciar a discussão da matéria, louvável.

Então, eu creio, Senador Ferraço, que, com a articulação do Senador Wilder, quem sabe nós não poderíamos trazer o DNPM para a Subcomissão?

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu acho que nós devemos trazer, me desculpe, para a Comissão, Sr. Presidente. Há um requerimento aprovado pela Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não, já há um requerimento aprovado...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Esse tema é um tema relevante, acho que precisamos fazer tudo juntos – na Comissão, com a Subcomissão. V. Exª precisa me dar uma data possível para que possamos organizar esse debate. Esse debate é importante...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Se o Presidente da Subcomissão concordar, poderíamos fazer na próxima reunião da Comissão. Não vai faltar é comissão aqui.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, eu concordo. Acho louvável...

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – A Subcomissão já está marcada para o dia 17. Vamos receber os palestrantes do setor minerais metálicos, mas podemos, com V. Exª, fazer dentro da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu tenho de me cingir ao...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – O nosso requerimento é para discutir...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – ... do Senador Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – ... o ambiente regulatório, o papel do DNPM, são coisas específicas. Há um cadáver chamado DNPM que precisa ser olhado. A realidade regulatória no País vai de mal a pior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu gostaria de fazer um apelo para retomarmos aqui a pauta.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Pela ordem, com a palavra o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – É sobre a pauta, Sr. Presidente. Eu cheguei cedo e tenho dois requerimentos. Estou vendo que a pauta está bastante extensa. e a conversa está animada hoje. Logo depois eu tenho uma outra comissão para...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Nós estamos esperando Godot hoje.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu gostaria de fazer uma solicitação a V. Exª. Eu tenho um requerimento aprovado sobre uma audiência pública para discutir a Portaria nº 404, da SPU. Ele já está instruído. Está tudo certo. Eu gostaria que V. Exª pudesse marcar a data, que poderá ser o dia 16, o dia 23 ou o dia 30 de setembro próximo.

Também há um requerimento extrapauta, para a realização de uma audiência pública com o Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), com o Diretor-Geral do DNIT e com o Diretor-Geral da empresa concessionária Rota do Oeste, que é responsável pela BR-163 e pela BR-363, em Mato Grosso. Eu gostaria que, assim que pudesse, o senhor colocasse em votação esse meu requerimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Atendendo ao pedido do Senador Blairo Maggi, submeto à apreciação o Requerimento nº 54, de 2015.

ITEM 10
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 54, DE 2015
- Não terminativo -

Nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e dos arts. 90, inciso II e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para tratar da conjuntura das obras rodoviárias que estão e serão realizadas pelas empresas concessionárias do setor. A fim de cumprir este objetivo, solicito que sejam convidadas as seguintes pessoas: o Presidente da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR); o Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); o Diretor-Geral da empresa concessionária Rota do Oeste.

Autoria: Senador Blairo Maggi e outros.

Os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Blairo Maggi.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Vamos, Sr. Presidente, para o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O item 2, portanto, fica retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2011
- Não terminativo -

Altera o art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o art. 2º da Lei n° 8.001, de 13 de março de 1990, para que a base de cálculo da compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais considere o faturamento bruto resultante da venda do produto mineral.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
1- A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Vamos para o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Eu pretendia, com a anuência do Senador Walter Pinheiro, que fizéssemos aqui a apreciação de um projeto terminativo. Acontece que a discussão foi animada, mas o quórum está baixo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Todo mundo deu no couro e foi embora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Falta um. Esta espera é cruel. Isso já foi demonstrado na outra reunião.

O Senador chegou?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos para o item 4, que não é terminativo.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, se o Senador Acir chegou, não há mais necessidade de leitura. Esse projeto já tinha sido lido na reunião passada. Portanto, V. Exª pode colocá-lo em votação de imediato.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Podemos colocá-lo em discussão.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Nem vou dizer que meu nome é Enéas.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Então, votamos, sem discutir, senão o Senador Acir vai embora de novo. Já se discutiu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Agora, trata-se do projeto terminativo que altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia. A autoria é do Senador Delcídio do Amaral, e a Relatoria é do Senador Walter Pinheiro.

Tendo em vista que o Senador Walter Pinheiro já proferiu o seu relatório, nós vamos passar à discussão do relatório. (*Pausa.*)

Se nenhum Senador deseja discutir, vamos passar à votação.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sr. Presidente, não é para discutir. O projeto não está na...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É para quê?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É que o projeto não consta da pauta. V. Exª tem de incluí-lo na pauta, para que possamos votar. É só isso. A questão é que ele não está aqui, na pauta. Então, V. Exª o inclua na pauta, que nós vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro, a pressa, às vezes, é inimiga da perfeição.

Então, atendendo a V. Exª, submeto ao Plenário da Comissão a inversão da pauta, ou melhor, a inclusão na pauta – desculpem-me – do Projeto de Lei do Senado nº 237.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam essa inclusão permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Faça a inversão agora.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Submetemos à apreciação a inversão de pauta.

O Senador Flexa Ribeiro hoje está impiedoso. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Está flechando.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – Quero agradecer ao Presidente e aprovar o relatório do Senador Walter.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Não sou eu que estou precisando de proteção hoje, Senador Flexa. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, está aprovada a inversão.

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 237, de 2014
- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia.

Autoria: Senador Delcídio do Amaral.
Relatoria: Senador Walter Pinheiro.
Relatório: pela aprovação.

Vamos fazer, portanto, a discussão do relatório do Senador Walter Pinheiro. (*Pausa.*)

Está encerrada a discussão.

Em votação o projeto.

A votação é nominal. Vamos fazer a chamada.

Senador Walter Pinheiro, como vota? Não preciso nem perguntar! Declarado no relatório.

Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com o Relator, parabenizando o Senador Walter Pinheiro, o Senador Delcídio.

Acho que essa matéria é de altíssima relevância para o setor elétrico brasileiro, e é mais um passo dado para melhorar o sistema.

Eu só queria fazer um comentário, como pessoa que trabalhou esses últimos nove anos no Ministério de Minas e Energia. Concordo aqui com os colegas que me antecederam, com relação à questão do DNPM. Solidarizo-me com eles. Realmente, precisamos debater esse assunto com muita tranquilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Com o Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Gladson Cameli. (*Pausa.*)

Está ausente.

Senador Dalirio.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Com o Relator, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com o respeito que tenho pelo conhecimento e pela energia do Senador Walter Pinheiro, só posso concordar. "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Encerrada a votação.

Foram 12 votos favoráveis.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Item 4, Sr. Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu queria pedir vênia a V. Exª, Senadora Vanessa, muito rapidamente. Sou autor de um requerimento. Neste momento, preciso ir à Comissão de Comissão e Justiça.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu também preciso, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sou Relator da indicação do Procurador-Geral da República. Na condição de Relator, preciso ir para lá.

Consulto V. Exª se há possibilidade de votarmos um requerimento de nossa autoria, solicitando uma audiência pública nesta Comissão para discutir um projeto de nossa autoria que regulamenta o aplicativo Uber em nosso País, que está causando grande controvérsia e polêmica nas cidades brasileiras. Algumas cidades proibindo, o que acho que é um equívoco. Portanto, acho que a regulação equilibrada me parece adequada.

Quero submeter a V. Exª. Se V. Exª considerar oportuno, assim como os demais Senadores, evidentemente, se poderíamos apenas votar esse requerimento e, oportunamente, V. Exª poderia marcar essa audiência pública.

O que não falta aqui, Sr. Presidente, é assunto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – É verdade!

Vou proclamar o resultado da votação.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não proclamou ainda?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Diante da ansiedade do Relator!

De acordo com a votação realizada, nós tivemos 12 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Está aprovada a matéria.

Vamos ao requerimento do Senador Ricardo Ferraço.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 53, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal e do inciso II do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, para debater as implicações econômicas dos serviços de transporte privado individual por redes de compartilhamento (prevista no PLS 530/2015), bem como seu impacto na mobilidade urbana. Recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas: Srª Maria do Bonfim Pereira de Santana, presidente do Sinpetaxi-DF; Sr. Daniel Mangabeira, diretor de Políticas Públicas do aplicativo Uber; Sr. Dario Rais Lopes, secretário nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades; Sr. Márcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte e presidente da Frente Nacional dos Prefeitos; Sr. Bruno Garschagen, cientista político.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço.

Consulto o autor e os Senadores presentes se gostariam de ainda se manifestar sobre a matéria. (*Pausa.*)

Acredito que não.

Submeto o requerimento à votação. (*Pausa.*)

Está aprovado.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 204, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, para incluir a microgeração distribuição distribuída no percentual mínimo obrigatório de aplicação de recursos em projetos de eficiência energética pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

Autoria: Senador Wilder Morais.

Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin.

Relatório: Pela aprovação com duas emendas.

Observações:

1 - A matéria constou da pauta da 24ª Reunião da Comissão, na qual foi retirada de pauta.

2 - A matéria será apreciada pela CAE, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Vanessa Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, creio que, tendo sido já disponibilizado para todos os Senadores e Senadoras, não carece a leitura do relatório na íntegra. Quero apenas cumprimentar o autor da matéria, Senador Wilder, que apresenta a esta Casa uma questão muito relevante. Apenas, com relação a um dos artigos, há uma certa polêmica. Entretanto, no meu relatório, eu o aprovo da forma como veio, com somente uma emenda, Sr. Presidente.

O projeto é relevante e deve ser destacado que, atualmente, várias concessionárias e permissionárias de distribuição de energia não têm conseguido utilizar os citados quinze centésimos de ponto percentual que a lei obriga, em razão de terem esgotado as aplicações nas unidades consumidoras beneficiárias da Tarifa Social de Energia Elétrica. Nesse sentido, é bem-vinda a alternativa de aplicação em microgeração distribuída, que priorizará a população de baixa renda.

Aduziria apenas duas emendas de redação: a primeira para retirar da ementa a palavra "distribuição", que está em excesso; e a segunda, para adequar o texto do PLS à técnica legislativa.

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 204, de 2014, do Senador Wilder.

Esse é o relatório, pela aprovação, com somente duas emendas de redação, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Em discussão o relatório da Senadora Vanessa.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu queria discutir, mas eu pediria a V. Exª que aprovemos a matéria e, depois, eu até me posiciono, que concordo plenamente com a matéria, para que ganhemos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Está em discussão o relatório da Senadora Vanessa do projeto de autoria do Senador Wilder Morais. (*Pausa.*)

Em votação o relatório.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para decisão terminativa.

Cumprimento o Senador Wilder Morais.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu pediria a V. Exª, se fosse possível, que me esclarecesse sobre o item 5, porque não sei qual foi o... É um relatório do Senador Paulo Bauer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – O Senador Paulo Bauer me pediu que delegasse a outro Senador a relatoria.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ótimo. Se V. Exª pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – V. Exª quer relatar?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Gostaria imensamente, até porque acho importante este projeto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Então, V. Exª passa a ser o Relator da matéria neste instante. E eu concedo a palavra a V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, este projeto é de suma importância, e eu quero chamar a atenção.

Trata-se de um projeto de autoria do Senador Anibal Diniz, que altera a Lei nº 8987. Eu quero chamar a atenção de que esse projeto, inclusive, Sr. Presidente, se ajusta perfeitamente a uma matéria que nós aprovamos nesta Comissão, que já é lei, a Lei das Antenas, de autoria do nosso Senador Vital do Rêgo. Portanto, acho que é importante termos aqui a aprovação desta matéria para, de certa maneira, consubstanciarmos esse universo, eu diria, do arcabouço legislativo no que tange à instalação de infraestrutura no País, principalmente a peça mais importante, Senador Wilder, que é o compartilhamento. E não é só o compartilhamento na área de telecomunicações. É o compartilhamento, inclusive, com o setor de energia. Portanto, esse é um aspecto fundamental. As linhas de transmissão, hoje, se comportam como, talvez, uma das grandes oportunidades para expandirmos a nossa rede de infraestrutura de banda larga e de telecomunicações no País. Portanto, essa matéria se ajusta a essa questão da Lei das Antenas.

Para que V. Exª tenha ideia, meu caro Presidente, a cidade de São Paulo, agora, vai receber um investimento que, provavelmente, deve dobrar o número de antenas lá – dobrar o número de antenas! Uma antena dessa, uma estação de rádio base localizada numa antena pega hoje no Brasil algo em torno de 2.500 usuários, Flexa. O normal seria que nós tivéssemos, no máximo, 1.500. Na medida em que tenho 2.500, há uma disputa muito grande. Por isso que cai a ligação. É como uma via. Se há mais carros do que, efetivamente, cabe, há um nível de engarrafamento. Portanto, a paralisação do carro é equivalente à queda de um sinal de comunicação.

Portanto, essa é uma matéria muito, muito importante. Acho que é fundamental aprovarmos essa matéria. É uma matéria que ainda vai para a CAE. Portanto, ainda há uma situação de apreciação por parte disso.

E a própria Aneel – quero chamar a atenção disso, Senador Hélio, Senador Wilder, Senadores que têm discutido muito esse tema aqui –, de certa maneira, tem trabalhado normas para, inclusive, auferir receitas com o compartilhamento de infraestrutura. Então, essa é uma nova modelagem de negócio, inclusive, que apresentamos ao Brasil. Pode ser que uma operadora de telecomunicações ou uma operadora de energia não queira, inclusive, bancar a infraestrutura. E um terceiro banca a infraestrutura e você loca essa infraestrutura para todos, acabando com aquela história de uma antena para chamar de minha ou uma linha de transmissão para chamar de minha.

Portanto, essa questão é muito importante. Apenas 10% das receitas ficam com as concessionárias detentoras da infraestrutura. Portanto, não há nenhum óbice para essa questão do compartilhamento. Pelo contrário, quando nós votamos a Lei Geral de Telecomunicações, em 1997... Portanto, eu tive participação decisiva nisso, até porque, Sr. Presidente. Fiz emenda a todos os artigos da lei que o governo mandou para cá em 1997. Tive oportunidade de disputar os mais de 200 artigos da lei. Fizemos um debate exaustivo. E é um dos pontos que considero que, talvez, tenha sido o ponto – não que tenhamos sido derrotados, mas ao longo dos anos não foi contemplado –, porque nós consagramos na lei essa questão. Portanto, o compartilhamento não é algo deste tempo agora. Nós apontamos isso em 1997.

Isso tem uma lógica, Senador Garibaldi. Se sou dono da infraestrutura e, ao mesmo tempo, sou operador do conteúdo e se o senhor vai comprar infraestrutura em minha mão para vender conteúdo e concorrer comigo, que sou dono da infraestrutura, é óbvio que o senhor vai vender conteúdo muito mais caro do que eu, que sou dono da infraestrutura. Então, isso tira a competitividade de qualquer setor. Isso elimina, inclusive, a possibilidade de você ganhar a ampliação dos serviços pela redução do preço. Então, essa é uma coisa que eu debatia na época. Eu dizia o seguinte: o que o Brasil tinha antes? Vamos pegar o exemplo da Embratel, que todo mundo conhece no Brasil. Durante muito tempo era: ligação interurbana via Embratel. Se alguém ligava de Natal para falar com alguém de Porto Alegre, era exatamente a Embratel.

Ora, imaginem: na época, todo mundo dizia "não, o pessoal não quer abrir, porque isso é um monopólio". Só que, quando a gente abriu o monopólio, quebrou o monopólio das telecomunicações e abriu, o sujeito ficou com a infraestrutura da Embratel; continuou o monopólio, só que agora não é mais Embratel, agora é Claro, ele agora é uma empresa que pertence inclusive a um grupo... Eu não tenho nada contra, não estou falando aqui pejorativamente, mas é uma empresa de um grupo mexicano. Assim como a Telefônica de Espanha detém infraestrutura, a TIM, a italiana, detém infraestrutura no Brasil, enfim, e outras e outras empresas.

Portanto, este é um aspecto que também vivenciamos no setor elétrico, a chegada de diversos *players* mundiais para operar no setor elétrico. E o grande debate que se estabelece no mundo hoje é o debate do *smart grid*, é o debate inclusive da utilização plena de toda a infraestrutura para todos os setores, é bom incluir nisso a própria questão de dutos, galerias...

Eu tenho dado sempre este exemplo: o Reino Unido fez a maior licitação dos últimos tempos para fazer esse compartilhamento, meu caro Flexa, o atendimento de cada cidadão. Hoje, uma residência no Reino Unido, não estou falando em Londres nem na Inglaterra, estou falando no Reino Unido... Eles fizeram uma licitação de 6 bilhões e 500 milhões de libras esterlinas para fazer exatamente a chamada eficiência energética com gás e energia, a eficiência no serviço de telecomunicações e eficiência de água, portanto, usando o compartilhamento de todas essas infra para poder fazer chegar à casa do cidadão. Botar fibra ótica na casa de qualquer cidadão não é barato. Portanto, eles aproveitaram as estruturas existentes.

Numa concessão de estradas, em que se é obrigado a passar uma fibra para ter serviço na beira da estrada e não aproveitar essa fibra para, além do serviço da estrada, fazer chegar a banda larga em tudo quanto é lugar e depois fazer a conexão dessa fibra ou via rádio ou até via fibra para atender cidades inteiras! Ou aproveitar uma linha de transmissão e enfiar nela todo o processo de atendimento e fazer, depois, na ponta da linha a distribuição, o compartilhamento dessa estrutura! Aproveitar as torres eólicas. As torres eólicas podem ser muito bem aproveitadas. Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente. Então, assim, nós tivemos essa proeza aqui na Casa, aprovamos a lei, o Senado capitaneou este debate neste novo tempo e agora, aqui, a gente tem a oportunidade de ir ajustando cada vez mais.

Tivemos, no ano passado, o leilão de 700MHz para poder se utilizar outra faixa de frequência. Na faixa de frequência de 700MHz, meu caro Garibaldi, eu tenho condição de aumentar meu raio de cobertura. No Brasil, celular chama-se celular porque a transmissão é em célula, por isso o nome é celular, não é por outro motivo.

Na realidade, uma célula dessa com 4km de raio o custo fica muito alto. Instalar uma antena, por exemplo, não custa menos de R$600 mil, a ativação de uma antena. Para ela ter uma cobertura só de 4km é muito pouco. Então, o fundamental é baixar a frequência e diminuir a necessidade de infra. Portanto, o leilão de 700MHz nos permitiu sair de 4km para chegar até a 20km de raio, o que consequentemente aumenta a minha capacidade de atendimento e reduz o custo de investimento em infraestrutura.

Aqui tem algumas figuras que são do setor, assim como eu, o Hélio, o próprio Wilder, que inclusive é construtor, portanto, essa parte ele conhece mais. A construção de infraestrutura de rede é a parte mais cara. Eu me lembro e vou citar aqui um exemplo da minha época, do final dos anos 70, anos 80. Toda vez que a gente fazia um projeto de expansão de infraestrutura de rede a gente tinha que alocar 30%, 35% de todo o nosso orçamento para essa infraestrutura. E não era infraestrutura sofisticada não, Senador Hélio. Cavar buraco, botar duto, por exemplo, é a parte mais cara; é mais cara do que o próprio equipamento. Então se pegava logo, de chofre, 30%!

Esse negócio aqui não é um negócio qualquer. Nós estamos tratando da viabilidade de promover o atendimento. Portanto, Sr. Presidente, é uma matéria de suma importância e eu quero chamar a atenção, e ao mesmo tempo, vou encerrar, já parabenizando o Senador Wilder pelo projeto anterior, porque na microgeração e na minigeração eu ganho também nessa infraestrutura.

A energia, quando penetra em um par de fios ou em qualquer fio, existe algo chamado impedância, que barra, que impede. É por isso que o fio aquece quando a corrente passa, porque existe a resistência natural do material àquilo que por ele está transitando. Portanto, à medida que a geração acontece ali e há a possibilidade de gerar e de entregar, perde-se menos, ou seja, ganha-se. A perda, numa linha de transmissão de longa distância, é algo absurdo.

O projeto do Senador Wilder facilita o processo de atendimento e de expansão de um baita mercado – e esse é o grande debate hoje nos Estados Unidos, na Alemanha e na China. Eu ganho nessa escala porque passo a ter unidades habitacionais, passo a ter a geração local, gero postos de trabalho, gero atividade econômica e resolvo o problema crucial de atendimento pontual em cada canto deste País.

É importante lembrar que no último dia 21, encerrou-se um leilão para mais 58GW no Brasil. Apesar de ter sido um sucesso o leilão, ainda encontramos dificuldades. Para se ter uma ideia, de duzentos e tantos projetos listados, apenas vinte e nove – o que, na realidade, não é ruim, ou seja, é sinal de que estamos avançando em outras áreas –, e, desses vinte e nove, apenas três eram projetos de térmicas, duas de biomassa e uma de gás natural, coincidentemente, na minha querida Bahia. Além de dezenove projetos eólicos, inclusive para o Rio Grande do Norte, e sete de hidro. Portanto, vamos cada vez mais ampliando. No final do mês agora, haverá leilão de solar.

E aproveito para convidar as Srªs e os Srs. Parlamentares para participarem, na semana que vem, dos dois mais importantes eventos no Brasil na área de energia eólica e de energia solar. O Brazil Windpower, que acontece de 1 a 3, no Rio de Janeiro, e o Intersolar South America, de 1 a 3, em São Paulo. É importante que as Srªs e os Srs. Senadores desta Comissão possam participar desses eventos. Eu vou participar dos dois. Só lamento que não ocorram na mesma cidade, para facilitar a nossa vida. Não precisaria haver tanta concorrência do vento com o sol nem do sol com o vento. Mas são os dois eventos mais importantes nessa área no Brasil, e seria fundamental que nós desta Comissão do Senado pudéssemos participar ativamente desse processo, principalmente no atual quadrante da nossa história, porque acho que vamos dar um salto qualitativo.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu me sinto muito orgulhoso de participar, como engenheiro eletricista com mais de 30 anos de profissão, desta reunião e de assistir a uma aula como a dada pelo Senador Walter Pinheiro, pelo seu conhecimento, pelo seu estudo, embora não seja engenheiro eletricista, mas com a competência que eu avalizo, pela retidão do que foi aqui colocado. Não preciso dizer mais nada. Quero apenas dizer que ele está cem por cento com razão, a questão do compartilhamento é fundamental, até pela questão dos passivos ambientais, pois uma linha de transmissão faz passivo ambiental por todo lado. Devemos avaliar se podemos aproveitar isso de uma forma melhor, de uma forma que vai baratear o sistema.

Também é importante, Senador Walter Pinheiro, a questão das redes de distribuição das cidades, e assim por diante. Não há mais o que falar. V. Exª deu uma aula. Parabéns a V. Exª e ao Senador Wilder, que é um conhecedor da matéria. Eu vou me somar a V. Exª no sentido de comparecer aos eventos no Rio e em São Paulo, pois é muito relevante essa micro e mini geração nas pontas.

Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Sr. Presidente, eu também queria dizer, usando a prerrogativa do Senador Hélio, assim como do autor e do Relator Walter Pinheiro, que são projetos que fazem diferença para o Brasil, são projetos que ganham em escala, e avançam.

Então, está de parabéns. Acho que valeu a pena a aula do nosso professor Walter, muito importante. S. Exª conhece o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Acho que o Senador Wilder colocou aqui bem, é o nosso professor nessa área. Lá na Comissão de Ciência e Tecnologia, na Câmara dos Deputados, tivemos a oportunidade de acompanhar muito, também, não só a brilhante atuação do Senador Walter... Mas, nesse aspecto, como ele colocou, sempre há a defesa dessa necessidade.

Eu gostaria de acrescentar, Senador Walter, algo não só em relação a esse projeto: aqui, em Brasília, nós temos o exemplo do compartilhamento das TVs e rádios até que se construísse a nova torre. E isso não deixa de ser um incômodo nas cidades: torre para todo lado. Poderíamos pensar até nesse aspecto também. Brasília foi um exemplo. As pessoas às vezes se incomodam, porque há aquela situação, costumam dizer "Isso pode prejudicar a saúde". No mínimo, às vezes, até se desvalorizam certos bairros por causa dessa preocupação.

Então, penso que esse compartilhamento é uma questão até cultural, que precisamos implementar no Brasil. Muitos serviços poderiam ser feitos dessa forma. Inclusive, é economicamente mais viável e se prejudicaria menos, às vezes, a harmonia das cidades brasileiras.

Portanto, também quero aqui apoiar esse projeto, dada a importância que representa.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

As Srª e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o projeto... Está aprovado, desculpem-me, o relatório.

A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para seguimento de sua tramitação.

Último item da pauta.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, pela ordem. Já que estamos chegando ao último item... Eu também vou à Comissão de Desenvolvimento Agrário, com o Senador Walter. Vou lá para presidir, vamos ter lá uma audiência pública.

Gostaria de agradecer a V. Exª, Sr. Presidente, ter transformado... Ou seja, V. Exª encerrou a nossa Comissão, na semana passada, um pouco mais cedo, e esteve comigo lá, para abrilhantar nosso *workshop* da Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenagem (Frenlog), sobre a questão da cabotagem no Brasil.

Lá também estavam os Senadores Blairo Maggi e Moka bem como o Ministro dos Transporte, Antonio Carlos; a Ministra Kátia Abreu; a Presidente da Comissão de Infraestrutura da Câmara dos Deputados. Ficamos o dia inteiro, o que foi extremamente importante, porque não podemos concordar em que, no Brasil, apenas 10% das cargas brasileiras sejam transportadas através de uma costa de mais de oito mil quilômetros. É praticamente incipiente esse tipo de transporte, e poderíamos aproveitar muito mais, com menor custo e menos riscos de acidentes.

Por isso, quero agradecer ao nosso Presidente estar fazendo uma extensão da nossa Comissão. Claro, isso tem muito a ver com a nossa Comissão. Inclusive, amanhã vamos estar em São Paulo, para participar daquele encontro sobre o mesmo tema.

V. Exª me designou para representar a Comissão. Quero aqui também agradecer e dizer que vou estar lá, para cumprir a sua determinação e a missão. Acho que este é o papel de todos nós aqui: fazer com que a Comissão também possa ir ao encontro da sociedade, principalmente nesta área que representa muito os entraves do desenvolvimento do Brasil, que é a questão da logística.

Da mesma forma, quero aproveitar, Sr. Presidente, para convidar todos os companheiros, como Presidente da Comissão Senado do Futuro, que é uma comissão nova aqui no Congresso, para participarem, na terça-feira, às 9h, de uma reunião. Essa comissão não é deliberativa, portanto é uma comissão que não tem a mesma formalidade de todas as outras comissões.

Lá vamos discutir o tema: Impasse e Perspectiva da Sociedade Brasileira. Estarão presentes o Dr. Jessé José de Souza, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a principal autoridade. Vamos debater com várias outras autoridades, o nosso Vice-Presidente Cristovam Buarque. Gostaria de convidar todos os companheiros da Comissão para que, na terça-feira, no plenário 3...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – A que horas?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Às 9 horas, na Comissão de Constituição e Justiça. Vamos ter a oportunidade de discutir as inovações que o Senado pretende fazer, como a proposta da Comissão do Senado do Futuro. Há uma pauta definida. Gostaríamos de contar com as sugestões dos mais experientes Senadores. Em setembro, teremos o Senado do Futuro e o Senado para o Futuro. Em outubro, Crescimento Econômico e Desenvolvimento Sustentável. Em novembro, Futuro das Cidades e Cidades Sustentáveis. Em dezembro, Senado e o Relacionamento com o Cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Cumprimento o Senador Wellington Fagundes, sobretudo pela realização com grande êxito do *workshop* sobre cabotagem.

Agora, o outro item da pauta.

ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 52, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, com fundamento no inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e nos arts. 90, II, e 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), com o objetivo de discutir a localização de praças de pedágios em rodovias concedidas.

Solicito, para tanto, que sejam convidados representantes das seguintes entidades:

- Representante do DNIT;

- Representante do Ministério dos Transportes;

- Representante da ANTT;

- Representante da Procuradoria Geral da República;

- Prefeito Municipal de Cristalina/GO.

Autoria: Senador Hélio José

Consulto se o autor ou algum dos Senadores presentes gostariam de se manifestar.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Gostaria, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Com a palavra, o nobre Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Hoje dei uma entrevista à Rádio Senado sobre essa questão, porque está havendo um grande movimento na cidade de Cristalina, cuja praça de pedágio está dentro da cidade, e já está interrompida a cobrança do pedágio judicialmente; as coisas não estão sendo cumpridas. Gostaria apenas de acrescentar o convite ao prefeito de Cristalina sobre essa questão. Faremos, até para economia de tempo, um horário diferente da nossa Comissão. Pretendo realizar, conforme acerto com V. Exª, talvez em uma quinta à tarde, um horário que não atrapalhe o nosso dia a dia aqui na Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. Bloco Maioria/PMDB - RN) – Submeto, portanto, à deliberação do Plenário a aprovação do requerimento do Senador Hélio José.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Esgotada a pauta, encerro e levanto a reunião desta Comissão, convocando a próxima para quarta-feira, dia 2 de setembro.

Está encerrada esta reunião.

(Iniciada às 8 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 8 minutos.)

ATA DA 26ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2015.

Às oito horas e trinta e quatro minutos do dia dois de setembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Paulo Bauer, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Vicentinho Alve, José Pimentel e Waldemir Moka. Registra presença como não membro a Senadora Lídice da Mata. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura de comunicados da Presidência, tem início a apreciação da Pauta: Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 47, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "nos termos regimentais, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater a atual situação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM): seu funcionamento, sua estrutura e capacidade de resposta às numerosas demandas do setor. Para tanto, recomendo a presença dos seguintes convidados: Celso Luiz Garcia – Diretor-Geral do DNPM; Carlos Nogueira da Costa Júnior – Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; Reinaldo Dantas Sampaio – Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS); José Antônio Guidoni – Presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (CENTROROCHAS); Tales Pena Machado – Presidente do Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo (SINDIROCHAS)". O Presidente convida a compor a Mesa e a fazer sua exposição, o Senhor Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS); o Senhor Tales Pena Machado, Presidente do Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo (SINDIROCHAS); o Senhor José Antônio Guidoni – Presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (CENTROROCHAS); o Senhor Celso Luiz Garcia, Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); e o Senhor Carlos Nogueira da Costa Júnior, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia. Tem início a Pauta Deliberativa: Item 1 – Mensagem (SF) nº 65, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT". Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 2 – Mensagem (SF) nº 67, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT". Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 3 – Mensagem (SF) nº 66, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT". Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatoria *ad hoc*: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. São apreciados dois itens extrapauta. Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 55, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal e do inciso II do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, para debater as atuais motivações contidas no Código de Trânsito Brasileiro, para a aplicação das medidas de remoção e apreensão de veículos, bem como as suas implicações. Recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas: Alberto Augerami, Diretor do DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito; Enivaldo dos Anjos, Deputado Estadual do Estado do Espírito Santo, Presidente da CPI dos Guinchos, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo". Resultado: Aprovado o requerimento. Item 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 56, de 2015, que requer "nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, destinada a debater a situação do setor mineral do Brasil e o Novo Código da Mineração. Nesse sentido, sugiro a participação dos convidados abaixo

relacionados. 1. Sr. Eduardo Braga - Ministro das Minas e Energia; 2. Sr. Simão Jatene – Governador do Estado do Pará; 3. Sr. Fernando Pimentel – Governador do Estado de Minas Gerais; 4. Deputado Leonardo Quintão – relator do Novo Código na Câmara dos Deputados; 5. Sr. Celso Luiz Garcia - Diretor-Geral do DNPM; 6. Sr. José Fernando Coura - Diretor-Presidente do IBRAM". Resultado: Aprovado o requerimento. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Vicentinho Alves, Blairo Maggi, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Wellington Fagundes, Wilder Morais e Fernando Bezerra Coelho. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RICARDO FERRAÇO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Declaro aberta a 26ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicados.

Documentos recebidos pela Presidência da Comissão.

A Presidência comunica o recebimento do Ofício nº 302/2015, da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Por meio do Ofício, a Aneel parabeniza a Comissão de Serviços de Infraestrutura pela iniciativa de criar um grupo de trabalho para analisarmos propostas legislativas sobre fontes alternativas de energia, bem como deseja êxito nesse trabalho, ao mesmo tempo em que se coloca à disposição para contribuir com esse importante debate.

A nossa pauta, Srªs e Srs. Senadores, nesta data, se desdobra em duas. Na primeira etapa da nossa reunião, vamos fazer a nossa audiência pública.

Esta reunião destina-se à realização de audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 47, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, aprovado em 12 de agosto último, para debater a atual situação do Departamento Nacional de Produção Mineral, seu funcionamento, sua estrutura e sua capacidade de responder às inúmeras demandas e desafios da mineração em nosso País.

Observamos, ainda, que esta audiência pública será realizada com a participação da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração, presidida pelo Senador Wilder Morais.

A reunião também será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Por isso, todos os brasileiros que desejarem participar deste debate com comentários, perguntas, críticas e sugestões podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania ou do Alô Senado.

Para debatermos o tema, foram convidadas as seguintes autoridades e especialistas, as quais convidamos para que tomem assento à mesa: Dr. Carlos Nogueira da Costa Junior, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia; Dr. Celso Luiz Garcia, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral; Dr. José Antônio Guidoni, Presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais; Dr. Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais; Dr. Tales Pena Machado, Presidente do Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Estado do Espírito Santo.

Sejam V. Sªs muito bem-vindos.

Nós, desde já, queremos agradecer a disponibilidade do tempo de V. Sªs para que nós possamos tratar de um tema da maior relevância para o nosso País.

Como dissemos anteriormente, esta reunião a conjuntura da mineração em nosso País, com foco em um setor que tem dado enorme contribuição ao nosso Brasil, em especial a Estados como Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará e tantos outros, como é o caso, por exemplo, de Mato Grosso do Sul, do Senador Moka, onde nós temos um enorme potencial a ser explorado, sobretudo, sobretudo na atividade de calcário e na atividade de mármore ornamental, bem como seus desafios, oportunidades, ameaças e, sobretudo, o esvaziamento do DNPM, pelas responsabilidades que tem, ou seja, a gestão dos recursos minerais do País, assegurando, controlando e fiscalizando o exercício das atividades de mineração em todo o Brasil.

Ao longo dos seus 81 anos de funcionamento – e estamos aqui diante de uma das mais antigas instituições da República brasileira, que foi fundada ainda em 1934 –, evidentemente passou por altos e baixos. Ao longo desse tempo, deu inestimável papel ao marco histórico da mineração em nosso País.

Eu poderia citar alguns trabalhos de pesquisa e de petróleo que culminaram com:

– A descoberta em termos comerciais do primeiro poço em Território brasileiro, em 21 de janeiro de 1939, em Lobato, na Bahia:

- A definição da Bacia Carbonífera do Sul, cujas atividades posteriores de pesquisa e lavra do carvão mineral mostraram estar ali a maior reserva energética do Brasil;

- O levantamento geológico detalhado do Quadrilátero Ferrífero em Minas Gerais, região ainda hoje a maior produtora de minério de ferro do País;

- Os trabalhos de mapeamento geológico, prospecção e sondagens diretamente executados ou em apoio a empreendimentos privados que serviram de base para a descoberta de jazidas e a abertura de importantes minas, tais como a Província Mineral de Carajás, no Pará, de ferro, manganês, cobre e ouro; a Província Mineral do Tapajós, também no Pará, que durante muitos anos foi a maior região produtora desse metal em nosso País; a Província Estanífera de Rondônia, principal região produtora de estanho em nosso País; os complexos de rochas alcalinas, no Triângulo Mineiro e em Goiás, onde se dão as maiores produções de fosfatos e de nióbio do País;

- O Projeto Potássio, em Sergipe, que mensurou as jazidas de sais de potássio, cuja mineração é a única produtora desses fertilizantes em nosso Pais; as jazidas e minas de ferro e manganês em Urucum, Mato Grosso do Sul, que se somando ao Quadrilátero Ferrífero e de Carajás tornaram o nosso País e dele fizeram um dos maiores produtores do mundo em minério de ferro;

- O Projeto Radam, posteriormente ampliado para Radambrasil, que realizou o levantamento sistemático da Amazônia e permitiu um conhecimento integrado dos recursos naturais daquela região.

É também o DNPM, ao longo da sua história e formação, a célula *mater* de alguns órgãos muito estratégicos para o nosso País, como é o caso do Conselho Nacional do Petróleo, atualmente Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, o Departamento Nacional de Águas e Energia, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e também o Cetem (Centro de Tecnologia Mineral). Enfim, todos esses órgãos derivaram dessa extraordinária estrutura que deu uma contribuição muito relevante à mineração em nosso País.

O fato objetivo é que, da Constituinte para cá, com a extinção dos fundos únicos, inclusive o Fundo Único da Mineração, ano a ano, em que pese o reconhecimento que deve haver aos esforços dos profissionais e dos recursos humanos do DNPM, ano a ano, o órgão vem se desmilinguindo. Quando a Cfem (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais) foi criada, as esperanças se fortaleceram com a destinação, em tese, de parcelas de 10% da Cfem para que o órgão pudesse, em função dessas receitas, tocar e administrar os seus desafios. Isso, em tese, porque, na prática, esses recursos são sistematicamente contingenciados pelo caixa único do Governo Federal, e o fato objetivo é que, enquanto a mineração brasileira caminha numa direção, a estruturação do DNPM caminha numa outra direção.

Volto a reafirmar aqui o respeito pelos quadros técnicos e profissionais, mas o fato objetivo é que o DNPM se transformou num grande estorvo, num gargalo, numa âncora, numa ameaça, a impedir que a mineração em nosso País possa caminhar de maneira mais próspera, gerando ainda mais benefícios para a sociedade brasileira e para a economia brasileira, considerando o extraordinário potencial que temos instalado. Se somos grandes e fortes na mineração, poderíamos ser ainda muito mais.

O fato objetivo é que as consequências estão postas no dia a dia, com insuficiência orçamentária, com número insuficiente de servidores, com redução frequente do número de servidores, com salários defasados, com necessidade de reestruturação da carreira e dos cargos, com a necessidade de concurso público, com elevado número de passivo processual, considerando, inclusive, que o DNPM tem, em todo o território brasileiro, 27 superintendências estaduais, portanto, uma enorme capacidade de capilaridade para gerar resultados para a economia brasileira. Enfim, um conjunto de problemas que vem se apresentando no dia a dia do órgão e que vem transformando-o numa estrutura absolutamente aquém daquele órgão de que a mineração necessita em nosso País.

E, se fizermos uma avaliação, isso não guarda nenhuma relação de coerência e compatibilidade, porque o órgão que tem a responsabilidade de fazer a arrecadação do Cfem, em 2013, arrecadou R$2,376 bilhões; em 2014, R$1,711 bilhão; e, já em 2015, R$832 milhões. Ocorre que esses recursos vão para o caixa do Tesouro e, lá, ficam absolutamente reprimidos. Se pegarmos aqui um histórico da proposta de lei orçamentária, temos, em 2014, um ridículo orçamento de R$59,441 milhões, em 2015...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim. Em 2014, R$59,441 milhões; e, em 2015, R$55,982, para um órgão que dá uma contribuição de arrecadação para o Governo Federal da ordem de R$1,711 bilhão. Portanto, são duas realidades absolutamente incompatíveis: o esforço que o órgão tem e produz com a disponibilidade dos recursos para justificar as demandas.

E é nesse ambiente que vive um dos setores que vem sofrendo muito, o de rochas ornamentais, um setor que tem em nosso País perspectivas e possibilidades de, pelo menos, 1.200 variedades de rochas, temos 1.500 pedreiras em atividades, 10 mil empresas na cadeia produtiva, um setor que gera 120 mil empregos diretos e outros 360 mil indiretos, cerca de 300 empresas exportadoras para mais de 100 países, inclusive, na sua grande maioria, pequenas e médias empresas que solicitam e demandam um Estado eficiente, equilibrado, que, em lugar de atrapalhar, possa pelo menos criar as condições para que esses empreendedores possam cumprir com suas funções econômica e social.

O Brasil ultrapassou a China, tornando-se o principal fornecedor mundial de rochas, a partir de 2011. Os Estados Unidos são o maior importador de rochas processadas especiais, com a aquisição total de US$3 bilhões por ano. A extração e o beneficiamento de rochas ornamentais é parte importante da economia brasileira e, principalmente, capixaba, Estado que tenho o prazer e a honra de representar aqui, no Senado.

O Estado do Espírito Santo exportou, em 2014, US$1,018 bilhão em rochas, o que representa aproximadamente 80% de toda a pauta exportadora brasileira. Portanto, as consequências da incapacidade do DNPM em responder às demandas, não apenas em nosso Estado, mas em Estados como Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso do Sul, que têm um enorme potencial a ser explorado, Tocantins e assim por diante, é muito grande.

E é para debatermos essas questões que estamos recebendo este conjunto relevante de autoridades para apresentarem as suas visões.

Eu gostaria, então, sem mais delongas...

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – V. Exª já concluiu a fala, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Já concluí e pensei, agora, em passar a palavra aos nossos convidados.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Isso.

Como nós temos na pauta apenas três relatórios para leitura – são indicações –, do Senador Wellington e meu também, eu consulto V. Exª e os ilustres convidados – e são leituras rápidas, sem votação – se poderíamos fazê-las, o que colaboraria muito conosco. Faríamos as leituras e iríamos para outras atividades em outras Comissões. Se for possível...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas eu gostaria muito da presença de V. Exª aqui. Eu não posso abrir mão da presença de V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Essa é a estratégia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se V. Exª relatar, V. Exª vai deixar um vácuo enorme nesta Comissão. Assim, quero apelar a V. Exª, como bom Senador, assim como ao Senador Wellington Fagundes, para que V. Exªs fiquem aqui conosco.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Eu vou ficar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O tema é da maior relevância, e eu não posso abrir mão da presença de V. Exª nem da do Senador Wellington Fagundes.

Então, eu apelo para que possamos fazer o debate e, em seguida, faremos a sessão deliberativa.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Eu compreendo, Sr. Presidente. É que estou também relatando uma matéria na Comissão de Direitos Humanos. Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu chamo V. Exª, então, na hora em que terminarmos aqui, para que V. Exª venha relatar.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Seria tão rápido, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu peço vênia a V. Exª, para que possamos dar sequência aqui aos nossos trabalhos e, em seguida, possamos iniciar a fase deliberativa.

Agradeço a compreensão de V. Exª.

Passo a palavra ao Dr. Reinaldo Dantas Sampaio, que é Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais, para fazer uma apresentação daquilo que considera estratégico para esse setor.

O SR. REINALDO DANTAS SAMPAIO – Perfeitamente.

Em primeiro lugar, eu quero parabenizá-lo, Senador, pelo nobre propósito do seu requerimento, que desaguou nesta audiência pública. Ao discutirmos o DNPM, nós estamos, de fato, discutindo o futuro da mine-

ração do Brasil. Na verdade, nós vamos discorrer, nas nossas intervenções, guiados pela coluna vertebral que a introdução dos trabalhos de V. Exª já trouxe para todos nós.

O entendimento que temos dessa questão do DNPM passa exatamente por essa compreensão de que o DNPM perdeu – e precisa resgatar – a sua finalidade precípua. Este órgão foi criado com o objetivo de planejar e fomentar a mineração brasileira. A sua desestruturação financeira, que leva a uma insuficiência de quadros técnicos e uma insuficiência de recursos tecnológicos, faz com que o órgão se concentre nas atividades secundárias importantes, mas que não são a atividade mais nobre para qual foi criado o DNPM.

Então, ele, hoje, se concentra em superintender, controlar e fiscalizar a atividade da mineração, e o faz com ineficiência, por conta desta desestruturação orçamentária, que leva a uma insuficiência de recursos humanos e tecnológicos. Mas, se resgatada a sua missão fundamental de planejar e fomentar, seguramente, essas questões secundárias seriam bem resolvidas, porque o órgão se dotaria de recursos e de uma prioridade político-estratégica e, obrigatoriamente, teria que se estruturar para cumprir este papel.

Então, o DNPM – e o senhor relatou quantas contribuições à mineração brasileira surgiram ao longo da história brasileira, por conta da sua existência – perdeu esta capacidade atual de conduzir-se nessa direção. E isso, a meu ver, é um aspecto muito mais de natureza política que até mesmo técnica ou financeira. Isso porque, definida essa posição, essa prioridade político-estratégica de o órgão concentrar-se prioritariamente na sua missão fundamental de planejar e fomentar a mineração do País, principalmente permitindo o aproveitamento desta extraordinária diversidade geológica e potencial brasileiro, seguramente parte destes problemas estariam resolvidos.

No contexto desta realidade, o setor de rochas ornamentais talvez seja o que mais se ressente dessa ineficiência, digamos, operacional, porque o nosso segmento, primeiro, é de pequena mineração e, segundo, nós produzimos um bem que compete no mercado global com os produtos de revestimento cuja textura e padrões estéticos decorrem da criação humana. Então, eles podem, todos os dias – o setor de cerâmica, por exemplo –, a todo momento, produzir novos padrões estéticos. E o nosso produto já o encontramos pronto na natureza.

Isso obriga a indústria de rochas ornamentais a um esforço incessante, eu diria, hercúleo, de pequenas e médias empresas de prospectar, desenvolver e lavrar novos materiais de maneira sistemática e intensa. Isso traz, por um lado, um desafio extraordinário e também um benefício extraordinário, porque a capacidade da indústria brasileira de ofertar novos materiais a cada momento ao mercado mundial impede a comoditização da rocha ornamental, fazendo com que o produtor brasileiro, mesmo sendo de pequeno e médio portes, estabeleça o preço do produto que vende. Isso é estratégico para um setor, principalmente no ambiente da atividade da mineração, cujos bens, em geral, têm seus preços determinados pelo mercado comprador. Então, isso tem a maior relevância para o nosso segmento. E esta incessante busca de novas áreas nos torna, talvez, o setor mais demandante das atividades do DNPM, porque requeremos alvarás de pesquisa e decretos de lavra de uma maneira extremamente intensa. Este atraso, naturalmente, nos penitencia de maneira muito mais dura.

Apesar dessas adversidades, este é um setor que, como disse V. Exª, coloca o Brasil na posição de líder ocidental do setor. Rocha ornamental é o quinto bem mineral mais exportado pelo Brasil com a virtude de fazermos 80% industrializado. Os dados de emprego e número de empresas já foram citados pelo Senador, mas, seguramente, se tirarmos essa amarras e outras, porque não são somente estas, há as questões de natureza ambiental e outros aspectos da burocracia que atrapalham a vida da atividade empresarial no País, seguramente, podemos multiplicar esses números por muito. Nossa exportação para os Estados Unidos representa 3,2% das exportações totais do Brasil para os Estados Unidos. Então, isto é relevante. E um setor com este potencial não pode ser travado no seu desenvolvimento pela burocracia ou pela ineficiência de um órgão cujos quadros técnicos, nós sabemos, se angustiam como nós por não poderem nos atender na velocidade que precisamos, porque não têm os instrumentos, os meios, os recursos, a quantidade de pessoas.

Então, esses são dois aspectos que considero fundamentais. E, dentro dessa visão de retirar a burocracia e diminuir os empecilhos ao desenvolvimento do setor, penso, por exemplo, que não haveria necessidade, ou melhor, que o segmento de rocha ornamental deveria ter todo o seu ciclo de decisão e aprovação das suas necessidades na esfera do próprio DNPM.

Certos bens minerais ligados à grande mineração, os chamados minerais estratégicos, metais preciosos, terras raras, urânio etc., entendo que devam ter um trânsito pelo Ministério de Minas pela importância de maior significado para a República, mas rocha ornamental, brita para a construção civil, calcário, isso deveria estar na esfera de decisão do DNPM, encurtando o ciclo burocrático e fiscalizatório para liberar áreas que, no nosso caso, se agravam, porque, se o Ministro assina um decreto de lavra confiando naquilo que fomos obrigados a fazer, que é a definição de reserva medida... Reserva medida é uma suposta reserva economicamente lavrável. No campo das rochas ornamentais, e exclusivamente neste, isto é uma ficção. Fazemos um relatório de lavra, definindo a reserva lavrável, que é uma ficção. Os empresários sabem que estão dizendo algo que

não tem consistência e os técnicos do DNPM sabem ainda mais que não tem consistência, e por quê? Porque não há pedreira de rocha ornamental que paralisa por força da exaustão das reservas. Elas paralisam porque encontram fraturas, falhas, veios, xenólitos, ou por decisão de mercado.

Então, a reserva economicamente lavrável de uma pedreira de granito só se sabe lavrando, mas esta obrigação, além de criar uma burocracia, induz a um risco muito grave, porque, se aquela frente de lavra que posso abrir hoje e daqui a um mês não ter mais reserva economicamente lavrável, portanto, aquilo que foi medido é uma ficção e não é possível definir nos critérios de pesquisa apropriados para a rocha ornamental, só há dois caminhos para o empresário: ir ao DNPM e refazer todo o processo, para redefinir essas reservas. Nas condições de hoje, isso pode levar cinco anos. O negócio acabou, e o empresário faliu.

A segunda alternativa: o ímpeto empresarial de abrir uma nova frente que pode não estar no âmbito da reserva medida, aí, ele vai delinquir por crime de usurpação. Então, o empresário está condenado a um processo burocrático que pode levá-lo à falência ou a uma iniciativa empresarial ágil para responder às demandas do mercado que o leva à delinquência. Então, não é possível o setor empresarial funcional nesses limites de possibilidade.

Então, eu acho que certas questões afetas ao setor de rochas ornamentais precisam ser revistas. E como é que isso poderia ser revisto? Se o órgão colocasse o seu fazer atual centrado na fiscalização e no controle, como elemento secundário da sua ação de planejamento e fomento, porque, quando se planeja e se fomenta, vai-se às especificidades da atividade da mineração e cria-se um normativo compatível com essas especificidades. Joga-se tudo na vala comum, e os que não atendem a isso, geralmente, são as pequenas minerações; que não suportam.

Desse modo, as nossas exportações, que são da ordem de US$1,3 bilhão por ano, podem ser de três, de quatro, de cinco. Potencial para isso o Brasil tem, do ponto de vista natural e do ponto de vista empresarial, porque o convênio com a Apex – que é um convênio estratégico e importante, que está sob a liderança da Abirochas, de inserção internacional do setor, de modo organizado, profissional – é o único apoio. Fora disto, esse setor não conta com qualquer política pública estimuladora do seu desenvolvimento, e, ainda assim, tornou-se um paradigma no mercado mundial, pela velocidade com que o industrial brasileiro de rocha ornamental deixou de ser um exportador de matéria-prima, para ser um exportador de produtos industrializados.

Nós podemos muito mais, queremos muito mais. E é preciso superar essas dificuldades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Sª pela síntese com que fez um sobrevoo em torno dos temas fundamentais, jogando luz naquilo que é a visão do setor e de V. Sª, dando conta de que o órgão deveria se preocupar muito mais com o essencial, e está se preocupando muito mais com o acessório. Agradeço a V. Sª.

Passo a palavra ao Dr. Tales Pena Machado, Presidente do Sindirochas, Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, para que ele possa trazer à Comissão de Serviços de Infraestrutura toda a percepção do empreendedor acerca dos desafios existentes na convivência com o DNPM.

O SR. TALES PENA MACHADO – Bom dia a todos!

Obrigado, Senador, principalmente pelo interesse pelo setor de mineração, em específico o setor de rochas.

Eu entrei agora há uma semana na Presidência do sindicato, ainda estou conhecendo os detalhes, mas vou tentar contribuir um pouco aqui.

A nossa área é mais relacionada ao Espírito Santo, o Sindirochas é mais referente ao Espírito Santo. Então, estou com alguns número mais vinculados ao Espírito Santo.

Eu tenho uma apresentação maior, mas eu vou tentar ir direto aos pontos que não foram falados aqui. E a apresentação maior está com o Guidoni, que representa uma entidade nacional. Então, vou tentar ser rápido.

Para terem uma noção dos pontos referentes ao Espírito Santo, no Espírito Santo há 1,6 mil empresas; 120 mil empregos diretos e indiretos; 1,1 mil teares convencionais. Quanto a esses teares, na história do setor de rocha – só para termos uma referência –, serrava-se um bloco em três, quatro dias; e, hoje, com os teares a fio diamantado, serra-se em quatro, cinco horas; é a tecnologia. Então, temos 1,1 mil teares convencionais; 200 multifios; 200 variedades de materiais extraídos do Espírito Santo; 400 frentes de lavra no Espírito Santo.

E o Espírito Santo, como índice diferencial também, tem as duas maiores feiras do País, que são consideradas entre as melhores do mundo: a feira de Vitória e a feira de Cachoeiro de Itapemirim.

Quanto às exportações brasileiras, como o nosso Presidente aqui mencionou, foram de US$1,270 bilhão, e, no Espírito Santo, de US$1,018 milhão. Quer dizer, no que se refere à referência do Espírito Santo em relação ao Brasil, 79% da exportação foi feita através do Espírito Santo.

Para a gente ter uma noção rápida acerca dessas 400 jazidas, pedreiras, há um valor estimado em jazidas, em que o investimento é muito maior e, quando muito pequenininha, há um investimento menor, um

valor médio que fizemos foi de, mais ou menos, R$3 milhões por pedreira. Colocando-se 400 pedreiras, é um investimento de R$1,2 bilhão.

Em relação às empresas, como são 1,2 mil empresas no Espírito Santo, um valor médio seria de R$10 milhões. Isso daria um investimento de R$12 bilhões nas empresas. Lógico que há empresas no Espírito Santo que valem muito mais; R$10 milhões o investimento, a gente colocou apenas para você – se estiver errado, pode falar – comprar um terreno, comprar um pórtico, comprar uma politriz italiana, que é a melhor do mundo, um multifio italiano e uma linha de resinagem italiana, só isso; só um pequeno dá em torno de 10 milhões.

Aí vem a questão do desequilíbrio. A gente tem conhecimento de que os bens são da União, então, o DNPM é ligado à Federação, o Estado não tem direito a decidir tudo, constitucionalmente. Mas, como o Presidente Reinaldo falou, no começo do DNPM, dizia-se que, se a gente conversar com pessoas que trabalham no DNPM há muito tempo, que são os técnicos antigos, que conhecem verdadeiramente o órgão, sabem que, antigamente, trabalhava-se através de fomento, uma das características principais do órgão era essa, estimular a mineração, dar apoio ao empresário. O órgão era como se fosse uma casa do empresário. Depois, o conhecimento que a gente tem é de que foram criadas duas diretorias, que são mais focadas hoje, que é a de arrecadação e a de fiscalização, quer dizer, a questão do fomento não tem uma diretoria específica, eu acho, pelo que eu conheço. E a gente tem conhecimento de que muito é da falta de estrutura, vários vão falar essa questão da falta de estrutura porque todo mundo tem conhecimento, hoje, de que o maior problema é esse.

Fazendo uma pequena referência à questão das licenças ambientais, que é um grande problema no País também, o caminho é municipalizar a licença, para ter agilidade, tentar equipar, estruturar os Municípios para ele fazer a licença ambiental, dar o apoio. No DNPM é o contrário, qualquer portaria de lá tem que vir até Brasília. Conversei com um Senador semana passada e estava falando sobre isso com ele, que tínhamos que tentar conseguir levar para lá.

Como o Presidente Reinaldo falou, há minerais que realmente são completamente diferentes. O setor do granito tem uma agilidade muito grande. Há materiais que... Por exemplo, hoje, a onda são os quartzitos. Um ano atrás, ninguém queria saber de quartzito. E talvez daqui a dois, três anos, ninguém queira saber de novo. Quer dizer, a coisa é muito ágil. Em uma mineração de ferro, essas grandes minerações, tem como você fazer um projeto, um EIA/RIMA, uma estrutura que, se você sondar, você vai saber realmente, há equipamentos que te mostram a capacidade daquela jazida. No granito não existe isso, a gente sonda, pesquisa, faz o que tem que ser feito e, como o Presidente também falou aqui, chega lá na frente, você encara problemas de trinca, o mercado começa a rejeitar aquele material, a gente vive com essa sazonalidade constante nos nossos negócios. Hoje, é um material que todo mundo quer, e a gente vai tentar ter uma jazida desse material e não consegue com menos de um ano, dois anos, entrar documentado naquela jazida. Quer dizer, o tempo da comercialização no mundo é muito ágil, e o tempo hoje das nossas instituições é lento.

Existe a questão das forças-tarefas, que o órgão faz. O conhecimento que a gente tem é, primeiro, de que o órgão não consegue ter estrutura de força-tarefa constante, ele tem que pegar um servidor daqui, um servidor de lá, um servidor de acolá e formar uma força-tarefa para dar apoio àquele distrito que está com maiores dificuldades. E aí vai lá, contribui, agiliza e tal, mas ele tem que descasar algum local, ele não tem uma equipe constante, direcionada para a força-tarefa.

Se, hoje, para resolver, para agilizar, é preciso que haja essa força-tarefa, talvez pudesse haver uma força-tarefa constante, alguma coisa que pudesse dar apoio constantemente. O Espírito Santo mesmo é caótico, é um dos piores do País.

Hoje, em vários órgãos, em vários distritos do DNPM, como temos conhecimento, a prioridade é o atendimento de intimações da Justiça. Há alguns casos de empresários que deram entrada na documentação e que, por um ou dois anos, não conseguem ter a documentação para trabalhar. Aí eles iniciam o trabalham. Quando iniciam o trabalho, eles ainda não receberam documentação hábil para operar. Aí se move um processo.

O órgão não tem tempo regimental para atender. O DNPM atende no dia em que quiser, na hora em que quiser, no momento em que quiser, do jeito que quiser. A verdade é essa. O órgão não tem tempo, porque não tem gente, não tem estrutura, não tem gasolina, não tem diária, não tem nada! É uma coisa de louco a situação hoje no DNPM! Ficamos impressionados.

Como o Presidente falou, há muitas oportunidades para triplicarmos as exportações.

(Soa a campainha.)

O SR. TALES PENA MACHADO – Países que estavam muito atrás do nosso, como a Índia, por exemplo, vêm crescendo vertiginosamente, pela agilidade. Não sei se há licenciamento.

Tenho de parar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pode continuar. O senhor tem mais dois minutos para concluir.

O SR. TALES PENA MACHADO – Obrigado.

Vejo que muito se fala da questão da Guia. Hoje, vamos aos órgãos, que falam: "Tem de acabar a Guia, tem de acabar a Guia." Vários diretores não querem dar a Guia. Há algum tempo, eles não queriam dar a Guia de jeito nenhum. Mas a nossa realidade é a seguinte: de 70% a 80% das pedreiras hoje são feitas com Guia. Concordo que a Guia de Utilização não tem força nenhuma para o empresário, mas, graças a Deus, há a Guia. A grande verdade é essa. Também concordo que temos de partir para a portaria.

Falando em portaria rapidamente, para terminar, no Espírito Santo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TALES PENA MACHADO – ... há 1,3 mil pedidos de portaria, e, no ano passado, saíram 13. Vamos demorar cem anos para botar isso em dia. Neste ano, saíram 13 portarias.

Muito obrigado. Desculpem-me a demora.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Queremos registrar a presença entre nós do Deputado Federal Evair de Melo, representante do Espírito Santo, que nos honra com a presença.

Vou passar a palavra ao Dr. José Antônio Guidoni, Presidente da Centrorochas.

Estamos ouvindo os segmentos empreendedores, para que, em seguida, possamos ouvir aqueles que têm a responsabilidade de produzir a solução para os desafios do setor da mineração.

Em seguida, os Srs. Senadores poderão, efetivamente, participar deste debate com seus questionamentos, com suas contribuições.

A palavra é de V. Sª.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO GUIDONI – Bom dia a todas e a todos!

Bom dia à Mesa!

Bom dia a todas as autoridades presentes e às entidades organizadas que aqui estão!

Obrigado, Senador Ricardo Ferraço – sou suplente – por ter organizado esta audiência, que é muito necessária para o setor de rochas ornamentais e para o segmento de mineração.

Vou falar da situação que hoje atravessa não só o Brasil, como também o mundo.

Se você olhar os números, verá que, mesmo com a desaceleração do consumo mundial e do mercado interno, a rocha vem crescendo, vem se mantendo na sua posição no mercado internacional e no mercado interno, vem ganhando posição. Isso exige muito investimento na qualificação do empresário e na qualificação dos profissionais, respeitando o trabalhador, respeitando o meio ambiente. Isso vem sendo respeitado pelo nosso segmento produtivo de rocha ornamental e também por todos os outros segmentos do extrativismo mineral.

A gente vem se mantendo numa posição muito interessante no mercado mundial. Então, não podemos ser amputados desse crescimento em função da morosidade e da inércia do DNPM, da inércia dessa instituição, que tem de nos entregar os títulos autorizativos. Isso passa por um processo em que o Senador já fez as colocações, Sr. Reinaldo Sampaio, Sr. Tales. Não quero aqui repetir.

Vejam bem, esses investimentos de mercado são investimentos virtuais, em feira. O Brasil participa de mais de 14 eventos no mundo, em que há a contrapartida das PECs. Ela tem o dinheiro colocado, que é um dinheiro de todos e de todas para fomentar e fortalecer os segmentos produtivos. Estamos falando de rocha ornamental. É fundamental que o DNPM faça a parte dele.

Nesse momento, com a situação do País, não há recurso para uma diligência em campo, para se aprovar um relatório, para dar uma guia de utilização. Como nós viemos trabalhando, e o segmento vem investindo, no ano que vem, por exemplo, há condição de não termos nenhuma guia de utilização, nenhuma aprovação de relatório, em função, como vocês viram, do orçamento do DNPM. Não há recurso para se trabalhar.

Hoje, se estamos aqui, fazendo o nosso depoimento, é porque o nosso segmento não dispensou ninguém neste País, não precisou diminuir a carga horária de trabalho, nem reduzir salário de trabalhadores. Pelo contrário, está-se contratando no nosso segmento.

Portanto, é importante uma proposta, abrir aqui condição para um grupo de trabalho discutir as demandas do nosso setor, pela importância do número de trabalhadores, pela importância do número de exportações. Hoje, o setor de rocha ornamental pertence ao grupo dos metálicos.

A nossa proposta aqui é que ele viesse antes mesmo de se votar o marco regulatório, de se falar de marco regulatório. Seria necessário colocá-lo, simplificá-lo nesse momento não para o regime de concessão, mas de autorização, simplificando, para podermos dar continuidade a esse trabalho nosso que temos pelo mundo afora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A impressão que fica, Dr. Carlos Nogueira e Dr. Celso Luiz, é que o Ministério das Minas e Energia é de minas e energia, como o avião, que tem duas asas.

Você tem a energia e tem a mina. Mas a impressão que fica é que o Ministério é só de energia. Não é de minas. O tempo que se dedica à energia, que é, evidentemente, uma coisa essencial ao nosso País, sobretudo pela capacidade que tem tido o nosso Ministro Eduardo Braga para produzir soluções para essa complexa crise no setor energético brasileiro, não tem sido fácil nos últimos anos, em função de uma série de questões que não vou aqui declinar, mas o fato objetivo é que, com a capacidade empreendedora do nosso Ministro Eduardo Braga, estamos passando por uma fase complexa no setor de energia. Porém, fica a impressão de que o setor de mineração é uma espécie de patinho feio do Governo Federal. Olhamos com atenção para a energia e não olhamos com a mesma atenção para a questão da mineração.

Estamos todos com enorme expectativa em relação ao novo marco regulatório, ao novo Código de Mineração, que sinaliza para o segmento e para o País um conjunto de simplificações, de redução de burocracia e assim por diante, mas, objetivamente, esse código está sendo discutido na Câmara, há dois anos. Enquanto isso, o segmento está padecendo, mergulhado em crises de toda ordem, sinaliza ali o Senador Flexa, que é do Estado do Pará, um importante e estratégico Estado para a mineração em nosso País, e nós estamos à mercê.

A pergunta que precisamos fazer, à luz dessa radiografia que foi apresentada aqui pelo segmento empreendedor, como nós não podemos definir o prazo em que esse código chegará ao Senado, porque, quando chegar ao Senado, tenho certeza de que seremos diligentes, porque nós vamos ouvir, nós vamos ser evidentemente democráticos e republicanos na condução desse debate, mas não tem pé e não tem cabeça. Num mundo dinâmico como esse em que estamos vivendo, uma legislação como essa, importante para o nosso País, demora três anos para ser debatida na Câmara Federal.

A pergunta que faço em relação a tantos outros temas que foram colocados aqui, temas conjunturais, como o fato de termos conhecimento de que existem superintendências que podem ser despejadas, superintendências que não pagam telefone, não pagam luz, não têm recursos humanos, não têm carro, não têm combustível, é a seguinte: como é possível um setor como este, o da mineração, receber um tratamento como esse por parte do Estado brasileiro?

É disso que se trata. Nós não estamos aqui falando de um órgão de governo, mas de um órgão de Estado, que precisa cuidar e criar as condições, até porque, em 2013, como eu disse aqui, o setor arrecadou quase R$2,4 bilhões de recursos através da CFEM. Esses recursos, porém, não retornam para que o Estado possa se organizar e estruturar para que, se não ajudar, pelo menos não atrapalhe. Evidentemente que não estamos aqui falando de não obedecer aos critérios sustentáveis da boa prática pública e assim por diante, mas o fato objetivo é que o órgão se transformou numa âncora que impede que o setor possa se desenvolver.

Então, eu gostaria de ouvir, em primeiro lugar, o Dr. Celso Luiz Garcia, Diretor-Geral do DNPM, que assumiu recentemente e já deve, naturalmente, ter uma radiografia daquilo que assumiu, já pode nos dizer como está vendo o que assumiu e qual é o seu plano de trabalho para que possamos ter no horizonte a perspectiva de mudança. Se não vamos conseguir o ótimo, vamos conseguir o bom, mas ficar como está é que não me parece ser possível, porque as demandas se acumulam, os problemas também – já foi aqui devidamente relatado pelo setor empreendedor. E nós não podemos aguardar o Código da Mineração, porque não sabemos se ele vai chegar aqui em dois meses, uma semana ou seis meses. Enquanto isso, vemos o nosso País necessitando de investimentos, necessitando de melhorar sua balança comercial – o Governo, me perdoem, não dá a devida e adequada atenção a um setor tão importante como esse.

A palavra é de V. Sª.

O SR. CELSO LUIZ GARCIA – Muito obrigado. Agradeço ao Senador Ricardo Ferraço o convite para participar desta audiência. Através dele cumprimento todos os membros da Mesa, agradeço aos Senadores presentes.

Senhoras e senhores, bom dia.

Com certeza, o que já foi falado aqui retrata a realidade, não podemos tapar o sol com a peneira: o DNPM efetivamente passa por todas essas mazelas. Eu tomei posse no dia 8 de junho, vou completar três meses de gestão, mas já venho acompanhando esses fatos há muito tempo por ter sido superintendente do DNPM em Minas Gerais por quase 4 anos – imediatamente assumi o cargo de Diretor-Geral –, já trago comigo componentes de toda essa problemática estabelecida aqui pelos oradores e de conhecimento de todos.

O DNPM realmente vive esse estado de coisas, provocado não só pela demanda excessiva existente no setor mineral nos últimos dez anos, como também pelo esvaziamento de seus quadros. Isso é comum, todos sabem das dificuldades do Departamento. Todavia, eu quero deixar o passado para trás, é uma página virada para mim, eu tenho que pensar é na minha gestão, tenho que pensar nas formas de otimizar, de encurtar a relação entre os empreendedores e o Poder Público.

Pensando dessa forma, eu tomei algumas iniciativas que certamente atingirão setores produtivos, principalmente o de rochas ornamentais, que vêm sofrendo esse problema do excesso de demanda – e o Órgão não dando a resposta adequada em face das condições já relatadas aqui por todos.

Minas Gerais também passa pelo que passa o Espírito Santo no setor de rochas, que acho que é o foco principal aqui hoje. O Brasil é muito grande, tem dificuldades em todos os Estados, mas realmente temos uma grande capilaridade, com 25 superintendências e mais a sede. Cada uma tem seus problemas, mas é preciso tentar diminuir esses problemas e pensar de forma positiva.

Efetivamente, a mineração é uma agenda positiva, ela gera recursos, ela gera empregos e ela precisa também de um encurtamento nas relações. Efetivamente, se nós não pensarmos em aprovar o marco regulatório da mineração, nós teremos paliativos, mas não teremos a cura do setor. O marco é fundamental.

Mas, como disse o Senador, quase três anos se passaram e ainda existe insegurança na votação. Isso é muito triste porque também gera insegurança para os investidores, para as pessoas que vêm de fora e querem aqui fazer seus investimentos. O mercado interno também precisa dessa segurança e, efetivamente, nós temos que conviver é com a nossa realidade, que é um código de 1967, um regulamento posterior e algumas leis que alteraram dispositivos e também algumas instruções e portarias.

Então, vivendo esse contexto e pensando de forma positiva, saindo um pouco, indo na contramão dos fatos que todos sabem até o momento – os donos da política econômica terem que vir ao Congresso pedir ajuda, e isso nunca aconteceu, que eu lembre –, passando por esses obstáculos que o Brasil está passando, nós temos que levar uma mensagem mais positiva, não podemos, como comandante, afundar o navio. Nós temos que ir para a frente, avançar, esquecer um pouco essas mazelas e pensar em soluções mais práticas para a solução dos problemas.

Tenho algumas propostas que já estão em andamento para o Estado do Espírito Santo, que certamente servirá de modelo para outros Estados que têm, como vocação, a exploração de rocha ornamental e agregados da construção civil. São projetos mais simplificados do que um projeto de minério de ferro ou um projeto de ouro ou de zinco, que requer uma maturidade maior para se chegar até uma lavra. As rochas estão aí, trata-se de um bem que realmente vem caracterizando como um polo de exportação o Estado do Espírito Santo e que precisa de atenção porque é uma agenda positiva efetivamente.

Pensando nesse aspecto, eu, completando três meses de gestão, já iniciei um trabalho para que a gente consiga diminuir e cortar esse caminho, absorvendo normas passadas, criando mecanismos novos. Temos propostas que poderão ajudar muito o setor.

Já começo a dizer que, atendendo uma recomendação do Ministério Público Federal do Espírito Santo, por meio da qual o Ministério Público Federal deu para nós um elemento para que a gente possa melhorar as condições do Estado e do setor, também já estamos com força-tarefa encaminhada para o Espírito Santo, Senador, visando a, atendendo o Ministério Público, atender o Estado e atender o setor.

Então, um pressuposto básico é de que, realmente, existe um gargalo intransponível: 4 mil relatórios são 4 mil empresas ou parte delas que fizeram seus trabalhos e aguardam que o DNPM fale sobre esses trabalhos para que possam entrar em atividade, e temos lá três geólogos e um engenheiro de minas para atender uma demanda dessa natureza. A cada momento, a cada ano vai acontecendo isso, a demanda aumenta e o DNPM não dá resposta. Esses relatórios virarão um plano de aproveitamento econômico, que também precisará de análise. Em Minas Gerais, temos cerca de mil planos esperando. Significa que são mil indústrias que precisam se estabelecer e não conseguem por causa do gargalo, por causa das dificuldades operacionais. Então, nós temos que pensar em alguma forma de encurtar essa distância entre o anseio da sociedade e o Poder Público como gestor do patrimônio mineral.

Estou com os planos já em andamento para o Espírito Santo. Tenho certeza absoluta de que o setor de rocha vai deslanchar. Em Minas Gerais, já dei minha colaboração, porque o setor ambiental só liberava licenças até 1.200m^3, eu consegui que aumentasse para 6.000m^3, junto com o Secretário de Meio Ambiente – isso em Minas Gerais. Isso provocou até uma corrida dos mineradores do Espírito Santo para o Estado de Minas Gerais.

Essa motivação eu conheço. Sei que o setor de rochas tem um modismo, que precisa ter a rapidez e o dinamismo necessários, porque o tempo passa, perdem-se contratos, e, depois, aquela rocha vai levar anos para voltar ao mercado. Conheço os problemas, conheço o setor, tenho meus planos e vou executá-los. Em breve, vocês já terão conhecimento daquilo que foi implementado.

Todavia, para não me delongar, eu tenho aqui por escrito, Senador, aquilo que eu vou fazer no Espírito Santo, para poder dinamizar o setor naquele local, sempre pensando que nós estamos na Diretoria-Geral do Brasil, não só do Espírito Santo, mas, como o Estado congrega uma produção espetacular e é realmente um polo exportador, nós não podemos deixar que o acaso cuide do Estado, nós temos que ter a mão firme para tratar dos assuntos de interesse também do Espírito Santo.

Eu agradeço – não vou aqui retratar Orçamento, que todos já falaram, todos sabem, o próprio Senador citou que o nosso Orçamento de 2015 é menor do que o de 2014 e, com certeza, o de 2016 vai ser menor ain-

da, porque já há um corte de R$30 bilhões do Governo, e certamente nós viremos com um Orçamento bem menor. Então, em face das dificuldades...

(Soa a campainha.)

O SR. CELSO LUIZ GARCIA – ... que o País vive, nós temos que ter a criatividade necessária dentro dos instrumentos legais que nós temos, para poder encurtar esse caminho, dinamizar, aguardar essa transição o mais rápido possível, para que o DNPM se revigore, se torne uma agência, contando com o apoio dos Senadores.

Que venha o marco, que venha a agência, mas uma solução tem que ser dada efetivamente. Nós não vamos ficar tapando buraco, não é mais época disso, o Brasil tem que ser maior no seu pensamento. O macro é essencial neste momento, o micro já não subsiste mais, nós temos que ter um pensamento voltado para a produção, para sairmos dessa situação que o País vive. E a mineração é, efetivamente, a agenda positiva do Governo, e precisa ser visto desta forma.

Este é o recado que eu deixo para os Srs. Senadores, é o recado que eu deixo para a plateia, nesse sentido. As soluções, passando pelo diretor-geral, têm suas limitações jurídicas, mas aquilo que for necessário já está sendo pensado e já está sendo implantado, para que o setor sobreviva até a chegada desse marco regulatório.

Eu agradeço, estarei pronto ao debate a qualquer tipo de pergunta, assim que o Senador desejar. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Dr. Celso Luiz Garcia.

Nós reconhecemos o seu empenho, o conhecimento que V. Sª tem do setor. A fala de V. Exª é uma espécie de bálsamo, mas nós precisamos ir além das palavras; nós precisamos de efetividade. E a efetividade não tem acontecido. Na prática, o que nós estamos observando é que a boa vontade, em que pese ela ser importante, nesse caso ela é insuficiente, porque ela não tem produzido as soluções que o setor da mineração necessita. Se é uma agenda positiva, é necessário que o Governo Federal crie as condições para que esse segmento empreendedor, evidentemente obedecendo às boas regras das boas técnicas da sustentabilidade, o devido processo legal, enfim tudo o que está prescrito como boa governança, possa se valer, porque os prazos da mineração são ridículos. Quer dizer, um prazo médio para você licenciar uma extração está em torno de cinco anos, podendo gerar dez anos esse licenciamento para que o empreendedor possa fazer o que, Senador Pimentel? Gerar emprego e trabalho.

O Estado de V. Exª produz o chamado branco ceará, que é um dos materiais mais requisitados no Brasil e no mundo, que pode produzir mais, e que não produz mais porque o Estado, em lugar de criar as condições adequadas, o Estado não se aparelha para isso. Quer dizer, o setor arrecadou, Senador Fernando Coelho, em 2013, R$2,376 bilhões, e o Orçamento é da ordem de R$50 milhões de reais. Isso não tem pé e não tem cabeça! Então, o setor empreendedor, ele recolhe as suas taxas, mas o Estado não reverte esses recursos para que o segmento possa evoluir.

Então, eu queria, com a mesma expectativa que os senhores têm em relação ao Código de Mineração, perguntar ao Dr. Carlos Costa, o nosso querido amigo Carlão, o que é possível fazer antes que esse Código de Mineração possa estar aprovado? A constituição de um Grupo de Trabalho constituído pelo Ministério, pelo DNPM, pela Comissão de Infraestrutura, para que nós possamos botar foco com os empreendedores em torno dos problemas? E o que é possível ser feito para que a gente coloque de pé um mecanismo de transição? Porque, como está, não é possível continuar.

Estamos perdendo oportunidades. Estamos deixando de gerar empregos para o empreendedor brasileiro, em que pese eu reconhecer a boa vontade do Ministro, a boa vontade de V. Sª, do nosso diretor, mas a boa vontade está sendo insuficiente, porque a nossa paciência está se esgotando.

Então, quero ouvir V. Sª sobre isso que discutimos aqui e sobre a possibilidade de formarmos um grupo técnico com foco numa transição, numa iniciativa emergencial, até que o Código de Mineração esteja para a deliberação desta Casa. A palavra é de V. Sª.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – Bom dia a todos.

Senador Ricardo Ferraço, autor do requerimento, gostaria de, em sua pessoa, cumprimentar toda a Mesa, cumprimentar os demais Senadores presentes, e agradecer pelo convite para participar desta audiência que refuto de muita importância, tendo em vista todas as discussões que a gente vem travando no âmbito do Governo, há quatro, cinco anos, sobre aquilo que seria a questão, como o Senador Ricardo Ferraço acabou de falar, de gerar um grupo de trabalho.

Esse grupo de trabalho foi gerado no âmbito de uma discussão, de um grande entendimento nacional para mudar o regulamento do setor mineral brasileiro. E, como bem disse V.Exª na sua exposição, temos dificuldade de colocá-lo como definitivo.

Tratando especificamente do órgão DNPM, não temos dúvida nenhuma da sua importância. Quando ele leu aqui todo o histórico do DNPM, isso ficou claro e repassou, como um *flashback* na cabeça das pessoas, a importância desse órgão, do seu histórico, da transição da IUM para a CFEM, em que o órgão tinha toda a liberdade, tinha recursos.

Mas esse era um outro momento, pois a produção, o desenvolvimento tecnológico ainda caminhavam a passos lentos. Também o número de empreendimentos, a rocha ornamental nessa época praticamente nem existia do ponto de vista de representatividade. Quer dizer, o setor se dinamizou, criou novos segmentos importantíssimos. Todo mundo pensa que o carro-forte da mineração no Brasil do ponto de vista de geração de emprego, da quantidade explorada é o minério de ferro. Mas areia e brita, os agregados da construção civil movimentam muito mais. O Estado de São Paulo, as Regiões Sul e Sudeste se locupletam de um bem mineral tão importante como a rocha ornamental e os metálicos também.

Então, precisamos ter um olhar diferenciado e proposições na medida em que a tecnologia, o consumo, o mercado exigem para esses diferentes segmentos. Eles rodam, a máquina roda de maneira diferente para cada segmento desses.

E aí concordo quando o Senador Ricardo Ferraço coloca a questão da arrecadação da CFEM. Eu sou de carreira do Ministério de Ciência e Tecnologia. Eu sou Analista em Ciência e Tecnologia e estou desde o final de 2002, começo de 2003, no Ministério de Minas e Energia. Temos nos batido desde então na questão da diversificação. Tínhamos a monocultura da cana, a monocultura do café, mas, com relação à mineração, temos que deixar de ser um ente da mineração do ferro, de nos basear num único produto. Temos brigado claramente, na Comissão de Ciência e Tecnologia, não só para produzir *commodities*, mas também para produzir valores agregados, que é o que o Reinaldo Sampaio, Presidente da Abirochas colocou aqui. Ou seja: o Brasil produzia muitos blocos, mas hoje já tem outra pauta completamente competitiva com a China, vende para os Estados Unidos, que são um dos países mais exigentes. Isso tem mostrado exatamente essa dinâmica, pois são setores que viram a oportunidade e não deixaram de fazer a sua parte.

O mais importante e que quero colocar aqui, Senador, do ponto de vista da CFEM, é que é preciso colocar na cabeça das pessoas que 65% da arrecadação da CFEM se destinam aos Municípios, 23% se destinam aos Estados e somente 12% são destinados à União. Desses 12%, 10% seriam destinados ao Departamento Nacional de Produção Mineral.

Então, com relação a esses R$2 milhões que foram colocados aqui, na realidade, estamos falando de menos de R$200 milhões para um órgão do ponto de vista da sua estruturação, e também não achamos que seja o suficiente. Agora, mais importante do que isso é o quanto representa o setor mineral brasileiro. Representamos quase 4% do PIB. Isso, sim, faz a diferença, do ponto de vista de políticas, de pensar um segmento.

A arrecadação da CFEM pode ser oscilatória. Por exemplo, o minério de ferro, no ano passado, que é o carro-forte e responde por mais de 80% da arrecadação da CFEM, saiu de um patamar de US$160 para US$48 este ano. Então, se um país depender disso, praticamente se desmonta; se ele dependesse da CFEM, desmontaria qualquer planejamento estratégico de fazer qualquer política de desenvolvimento de um setor desse, porque nós estamos dependendo praticamente de um único bem mineral.

Então, não deixo de dizer que é importante, mas é o setor como um todo que é muito importante. Se me permite o Senador, eu vou fazer algumas observações sobre o que eu escutei aqui.

Essa questão, no novo arcabouço legal que o Governo mandou para o Congresso, está lá, na atividade de rocha. Especificamente falando dessa audiência, propomos, o Governo propôs, conversou com o setor e tiramos o setor, como bem disse o Antônio. O processo hoje está todo no mesmo pacote. E nós propusemos, dentro do marco regulatório, uma dinâmica completamente diferente para o setor de rochas ornamentais, como propomos para o setor de agregado da construção e para a maioria dos minerais industriais.

Eu sou geólogo de formação e entendo perfeitamente a diferença. Eu discordo aqui quando o Reinaldo diz que são *nuances* da mineração, de toda a mineração, inclusive as mesmas, as idênticas. Uma mina de cobre de um lugar para outro tem *nuances* completamente diferentes, processos completamente diferentes, pesquisas e tecnologias completamente diferentes.

O empresário do metálico tem as mesmas dificuldades no âmbito do metálico. Por exemplo, o minério de ferro. É muito mais fácil usar a pesquisa do minério de ferro do que fazer dos outros metálicos e, quiçá, dos minerais estratégicos. Então, quer dizer, existem *nuances* que são inerentes a todos esses segmentos. O que entendemos é que são, como eu falei, segmentos diferenciados e que precisam ter um olhar do Estado diferenciado.

Por isso que, em comum acordo com o setor, está lá uma proposta que acho propositiva. E se for votado esse marco – não vou entrar no mérito do tempo, do *timing* – ele em muito agiliza e melhora o setor de rochas ornamentais. Isso é inequívoco. A prova é que nós, no Ministério, e o senhor sabe bem disso, a Secretaria esteve sempre, durante todo esse tempo, de portas abertas, discutindo individualmente com todos os segmentos

do setor de rochas ornamentais – e aqui tem o Centrorochas, o Sindirochas e a Abirochas. Quer dizer, é um segmento relativamente compacto e que, só sentados nesta mesa, há três entidades representativas do setor, mostrando a dinâmica e a necessidade de se buscar novos horizontes para esse setor.

E o Senador Ricardo Ferraço colocou "Ah, mas e se demorar?" Nós estamos abertos, concordando com V. Exª. Estamos fazendo exatamente isto com os agregados da construção civil: estamos propondo um plano nacional de agregado da construção civil, em função de que as pedreiras hoje estão sendo, entre aspas, "esterilizadas" pelo avanço desordenado das grandes cidades. E um carro-forte do setor de agregado da construção é exatamente o frete, o transporte. Quer dizer, a viabilidade para casas populares, que dependem de areia, de bitre, de saibro, de argila, se isso ficar distante, o custo operacional disso também ficará distante e mais distante ficará o sonho da população brasileira de ter a sua casa própria.

Então, nós, da Secretaria, nos colocamos à inteira disposição para participar, se for necessário, e entendemos que, se isso demorar, é tentar organizar e achar um ponto. Eu não tenho dúvida de que o Ministro Eduardo Braga, que já conversou várias vezes com o senhor sobre isso, irá, com certeza, concordar...

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – ...de pronto.

Sexta-feira, dia quatro, vai acontecer em Fortaleza – e o Reinaldo sabe bem disso – o quarto encontro da mineração do Ceará. Já fazia, se não me falha a memória, mais de dez anos que não havia um encontro desses. Embora vamos falar da mineração do Estado do Ceará, o grande carro-chefe desse encontro lá m Fortaleza, sexta-feira próxima, a que estarei presente, é exatamente o setor de rochas ornamentais, que tem voltado a querer ser pujante no Estado do Ceará, que tem belíssimas rochas ornamentais. Do jeito que o Senador Ricardo fala do Espírito Santo, eu vou falar do meu Estado, que também tem belíssimas rochas ornamentais. mas não é só no Espírito Santo, na Bahia, em Minas Gerais. Rochas graníticas, rochas de decoração. Nós temos um País de 8,5 milhões de km^2 – estou falando só da parte emersa –, com uma diversificação de rochas para todos os gostos e tipos das necessidades internacionais. Então, podemos desenvolver de novo, em Goiás, esse setor, se essas condições que estamos debatendo se tornarem viáveis.

Em que pesem todas essas celeumas ponderadas aqui – até o Senador fez uma pergunta, e eu fiz uma ponderação para ele –, em 2003, quando assumimos o Ministério e consequentemente o DNPM e o CPRM, que são os dois órgãos vinculados ao Ministério de Minas e Energia hoje... O Cetem foi, mas hoje pertence ao Ministério de Ciência e Tecnologia; mesmo assim, nós o consideramos como o tripé, porque não adianta fazer o conhecimento.

Continuando, a Secretaria, quando assumimos em 2003, chamava-se Minas e Metalurgia. Pensem bem nesse nome. Vocês não existiam nem no nome.Minas e Metalurgia. Nós estamos falando de metálicos. Nós pusemos o nome que todo o mundo achou grande, mas que não é semântico, uma Secretaria de Geologia, de Mineração e de Transformação Mineral, porque acreditamos que, para o investidor investir no Brasil, nós precisamos melhorar o conhecimento geológico básico do Brasil. Isso temos feito.

A CPRM tem desenvolvido um papel estratégico e tem demonstrado isso ao longo dos últimos 12 anos, haja vista a quantidade de informações que foram geradas. Para isso, precisamos ter o outro segmento, que é a mineração – aí vai para o interior do DNPM, que é o órgão de gestão, de fiscalização e de regulação do setor e que está bem estruturado para avaliar as reais necessidades.

Não adianta as pessoas fazerem propostas de requerimento de lavra, tendo em vista quantidades excessivas. Nós temos que ter planejamento estratégico para perguntar: "Tem portaria suficiente? Nós vamos estrangular o setor?" De que adianta eu dar cem portarias de lavra para um determinado segmento, que já tem 200, detém um determinado nicho de mercado e que não acrescenta nada, se a titularidade está lá, e não acontece nada? Quer dizer, o Estado tem que ter a capacidade, como bem disse o Diretor-Geral, Celso Garcia, de planejar, de pensar o setor e procurar soluções que atendam na velocidade das demandas existentes, identificando esses gargalos para que eles possam ser superados no menor tempo possível.

Do total de servidores que o DNPM tem, 999 servidores, o atual Governo, em 2006, fez um concurso – nós estamos falando 997 que há hoje lá; não estou dizendo que há perfeição, mas houve um esforço. Não dá para não reconhecer o esforço do Estado, do Governo de tentar melhorar essa capacidade. Esses novos concursos já ocorreram na modalidade de analistas, técnicos, já preparando-os para a possibilidade de haver uma agência e eles pudessem se encaixar no novo modelo dessa agência. Em 2006, nós fizemos um concurso para 300 novos servidores, 203 na área fim e 97 na área meio. Em 2010, quatro anos depois – e vocês sabem que não é fácil conseguir concurso –, de novo 256 novos servidores. É fato que há uma evasão, mas foi de 104. Então, se você somar 300 com 256, são 556 novos servidores, do total de 997.

Quer dizer, o Estado proporcionou, mesmo com todas essas dificuldades que o órgão tem, e que concordo, proporcionou e buscou, tentou melhorar a qualidade, tanto no conjunto das pessoas que estavam qualificadas no concurso, a qualificação para esses concursos, como para melhorar as diversas superintendências que tinham carências de técnicos habilitados para tal execução.

Então, são 450 ingressos nos últimos anos, que representa praticamente 50% da capacidade que o órgão tinha. A pergunta é: é pouco ou muito? Essa é uma questão que tem que ser discutida do ponto de vista da burocratização e da desburocratização do órgão. Se o novo marco, a proposta para as questões de rochas ornamentais forem aprovadas, os processos vão ser muito mais céleres e, talvez, a tecnologia embutida nesses processos, a facilidade via internet, vai facilitar a vida do cidadão.

Só para colocar mais finalmente aqui, todo mundo critica, e temos sido criticados inclusive – pessoal do metálico, diferentemente do que Reinaldo colocou aqui – porque esse ano saíram pouquíssimas portarias de metálicos. Este ano, até o final de julho, agosto de 2015, já emitimos 390 portarias de lavras. Isso é mais do que o dobro das portarias emitidas no ano passado.

Quer dizer, em meio semestre, nós, o Ministério de Minas e Energia – é óbvio que com toda dificuldade que tem o DNPM em mandar os processos para o Ministério – as portarias estão saindo. Agora, temos que observar que, muitas vezes, os processos chegam não instruídos direito, com problema seriíssimo na questão estadual dos licenciamentos. Cada Estado tem uma modalidade, um termo, e gera uma dificuldade entre um Estado e outro. Por exemplo, o Estado do Paraná não dá licenciamento para areia. Quase todas as portarias de lavra de areia, quase todas as outorgas de areia no Estado do Paraná – quase, não, todas – são através de portaria de lavra. Veja como é o negócio: nos outros Estados, no resto do Brasil, é através de licenciamento, mas o Paraná conseguiu se organizar. E essa é um questão tão emblemática quanto a questão de rocha ornamental. E lá se consegue dar portaria de lavra. Não é um instrumento precário. Então, nós estamos mostrando aqui. Houve um problema em 2011, todos nós sabemos disso, mas, de lá para cá, nós da Secretaria, com esforço tremendo junto com DNPM, temos tentado minorar essa questão do número de portarias.

É suficiente? Não é? Isso é algo que precisamos discutir, inclusive da qualidade do produto que nós estamos entregando. Quer dizer, isso é um patrimônio nacional, e o órgão tem que ter, em que pese toda a questão que entendemos do empresariado, um compromisso de conduzi-lo com responsabilidade.

Muito obrigado. Estou à disposição para qualquer questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dr. Carlos Costa, nós é que agradecemos a colaboração de V. Sª.

V. Sª tem razão. Ou seja, o setor é muito mais importante, é estratégico. É só ver o peso do setor na balança comercial brasileira ou mesmo na constituição do Produto Interno Bruto brasileiro, o que agrava muito mais a falta de zelo, de cuidado e de visão estratégica em relação ao setor. Isso não se limita à arrecadação do CFEM. A arrecadação do CFEM é importante para os Municípios e para os Estados porque há impacto nos Estados e Municípios mas é dentro de uma visão estratégica daquilo que o Brasil quer ser com relação à sua mineração.

Olhando para o mundo, ficamos preocupados porque estamos perdendo algum nível de relevância e protagonismo para países como a Austrália, por exemplo, ou mesmo a Índia. É inacreditável que a Índia,que explora rocha ornamental nos últimos 10 ou 15 anos, já seja a primeira mundialmente, já tenha superado o nosso País. Então, precisamos fazer uma profunda reflexão.

Enquanto o Código de Mineração não vem, o que podemos fazer, sobretudo num ambiente como este que estamos enfrentando, com uma conjuntura econômica complexa, com desemprego, com recessão, com necessidade de investimentos? Os empreendedores querem investir, mas não conseguem investir, por conta, enfim, de todas essas coisas que falamos aqui.

Mas vamos trazer a contribuição de S. Exªs, os Srs. Senadores.

Por ordem de inscrição, o Senador Flexa. A palavra é de V. Exª. Em seguida, o Senador Lasier.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Ricardo Ferraço, que preside a audiência da Comissão de Infraestrutura, Srs. Senadores, Srs. convidados, esta audiência pública é da maior importância.

Senador Ferraço, eu não quis contaminar o requerimento de V. Exª, que focou...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pelo jeito vai fazer agora...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não. Focou a audiência de hoje no setor de rochas ornamentais. Eu tive muita vontade de também aditar ao requerimento de V. Exª o Ibram, para que pudéssemos tratar da questão mineral de forma ampla. Mas, com o apoio de V. Exª, farei um requerimento para que possamos convidar o Ministro das Minas e Energia, o Presidente do Ibram, o Relator do Código de Mineração da Câmara, Deputado Leonardo Quintão.

Eu participei, na semana passada, de uma reunião com as bancadas do Pará, de Minas e da Bahia com o Deputado Leonardo Quintão, para discutir, vamos dizer, a minuta de parecer que ele emitiu.

V. Exª tem razão. Nós aguardamos primeiro que o Executivo encaminhasse ao Congresso, durante uns três anos, o Código de Mineração. E não foi por falta de cobrança junto aos Ministros da época. Tal é a importância do Código de Mineração para a economia brasileira, que o que existe hoje é de quarenta anos atrás.

Quando veio o Código de Mineração...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quando veio o Código de Mineração, quando foi encaminhado o Código de Mineração para o Congresso, ele está há dois anos e meio na Câmara, também sem que haja um encaminhamento, uma discussão, uma aprovação. Como eu disse lá, temos que aprovar e encaminhar para o Senado, para que possamos abrir a discussão.

No requerimento que proponho que a Comissão de Infraestrutura faça, é importante que o Deputado venha, para que comecemos a convergir as posições da Câmara e do Senado, no sentido de termos um código que pelo menos busque o consenso possível entre as Casas.

Eu posso encaminhar a V. Exª. Tenho aqui a minuta do parecer apresentado pelo Deputado Leonardo Quintão na reunião da semana passada.

É interessante, V. Exª fez referência a um recolhimento de CFEM da ordem de R$2 bilhões; isso não é nada junto com o que se recolhe em *royalties* de petróleo, que é próximo de 12 vezes maior do que a CFEM. E as duas riquezas são finitas, tanto o petróleo, quanto o minério.

Aí dizem as mineradoras, e é importante que se dê, no código de mineração, um tratamento diferenciado para as questões das pequenas mineradoras, das questões das matérias-primas para o setor da construção civil. Não dá para tratar tudo em um único bojo, porque estamos tratando coisas diferentes.

É como se fôssemos tratar a micro e a pequena empresa junto com a multinacional. Não tem como fazer o tratamento de uma forma só. Dizem as mineradoras... e vou me ater, no caso, ao Pará.

Pará, não sei se ele é abençoado, foi abençoado por Deus como um Estado rico em minérios. Lá você encontra quase todo tipo de minério, como ferro, manganês, ouro, cobre, zinco, e por aí vai. O que você procurar você vai achar. Na agricultura, dizem que, em se plantando, tudo dá. No Pará, procurando, você vai achar o que procura em termos de minérios. Dizem as mineradoras que o Brasil não pode perder competitividade, quando se fala no aumento da CFEM, porque é um absurdo a CFEM ser cobrada numa alíquota de 2% sobre o valor líquido da exportação.

O Dr. Celso Garcia está há quatro meses ou mais como Chefe do DNPM de Minas Gerais, deve conhecer o problema, porque Minas Gerais é, hoje, o maior Estado minerador do Brasil. Daqui a alguns anos, o Pará vai superar Minas Gerais na mineração. Então, ele sabe o quanto o Estado é explorado. O Estado não, a sociedade de Minas e a sociedade do Pará são exploradas pela mineradoras. Eu diria que as grandes mineradoras – estou me referindo às grandes, não às pequenas – funcionam como se fossem um vampiro, sugando a riqueza dos Estados e nada deixando para que o Governador que esteja no exercício possa atender às demandas geradas pela implantação dos grandes projetos na área de educação, de segurança, de saúde.

Agora mesmo a Companhia Vale implanta no Pará, no município de Canaã, o maior Projeto de Mineração do mundo, o S11D, para a exploração de minério de ferro. São projetos que, quando da sua implantação, têm uma migração de brasileiros à procura de emprego da ordem de 20, 25 mil pessoas. Quando ele entra em operação, ficam lá 1 mil, 1,5 mil pessoas. O restante, a maioria, não vai embora, fica onde foi implantado o projeto e, portanto, precisa de escola, de saúde, de segurança, e os recursos recolhidos pela CFEM não são suficientes. O Pará recebeu, em 2014, de CFEM, algo em torno de cento e poucos milhões de reais, o que é um absurdo, em função da demanda que isso cria.

Na questão da competitividade, tenho aqui um mapa que mostra como é que os países mineradores tratam a questão da taxação da produção mineral. Vou citar só um, que é concorrente direto do Brasil, exportando minério de ferro para a China, a Austrália. O Brasil cobra do minério de ferro explorado 2% de CFEM do valor líquido, como eu disse. E aí o DNPM tem autos de infração contra a Vale da ordem de R$2,5 bilhões por incongruências – vamos usar essa palavra para ser mais leve - da Vale com relação ao cálculo da CFEM. Ou seja, a Vale coloca como custo de produção valores que não são considerados pelo DNPM. O DNPM faz a fiscalização e autua a Vale. Além dos R$ 2,5 bilhões que o DNPM autuou a Vale, do CFEM, ela deve ao Pará R$ 1,8 bilhão de ICMS de minério de ferro que vai para o Estado do Maranhão.

Então, tem de ser tributado, porque, na exportação, ele não é tributado. V. Exª sabe que não há compensação por parte do Governo Federal, nós não regulamentamos a Lei Kandir, mas, quando ele exporta para o Maranhão, para pelotizar no Maranhão, ele tem que pagar o ICMS.

Aí, ele não paga. Então, o Governo autua lá também. Então, R$1,8 bilhão.

A alíquota do ICMS da Austrália varia de 5,35% a 7,5%. Bem diferente do que é aqui no Brasil. Então, não é questão de competitividade coisa nenhuma.

Para surpresa nossa – e nós dissemos isso ao Deputado Leonardo Quintão –, o parecer dele do Código de Mineração, na Legislatura passada, que estava sendo discutido com todos nós, foi mudado completamente. Todos os Estados, todas as bancadas defendem uma majoração da alíquota da CFEM para algo em torno de 4% a 5%, defendem a mudança da base de cálculo do valor líquido para o valor da CBOT, porque aí resolve o problema como um todo, defendem – e eu defendo, alguns outros defendem também, o Governo é contra – a criação de uma taxação especial, como teve o petróleo nos poços altamente rentáveis. Então, nas minas altamente rentáveis que seja paga...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Uma participação especial.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Uma participação especial, como tem no petróleo.

E aí o Deputado Leonardo Quintão, no seu parecer – eu tenho a impressão de que ele vai corrigir isso – propõe a redução das alíquotas para 1% da CFEM gradualmente. Um por cento quando o minério de ferro tiver até US$60; 2% de US$60 a US$80; 3% de US$80 a US$100; acima de US$100, 4%.

Ora, historicamente, o minério de ferro sempre teve a sua cotação em torno de US$50, US$60. Se formos fazer uma análise da história do minério de ferro, é esse o valor da *commodity*. O valor do barril de petróleo, historicamente, sempre foi em torno de US$50, US$60. Chegou a US$130, como o minério de ferro chegou a US$160, mas isso é um momento diferenciado. É um ponto fora da curva. É um ponto fora da curva.

Agora, você quer raciocinar com um ponto fora de curva como sendo ele regra geral. Ou seja, é completamente distorção da realidade. Então, a Vale lucrou quando esse ponto estava fora da curva, teve ano de ter lucro de R$40 bilhões, R$50 bilhões. Nesse momento, como as companhias petrolíferas também...

Já concluo.

Nesse momento, a companhia Vale não pensou em dar aos Estados de onde ela explorava os minérios algo a mais do que a CFEM. Não pensou nisso. Quando era estatal – e eu defendi a privatização da Vale –, existia um fundo de 8% do resultado da Vale estatal para atender os Municípios impactados pela exploração. Isso com a Vale privada desapareceu. O Deputado Quintão retoma, muda os percentuais da distribuição das alíquotas. Ele reduz para 60% para os Municípios. Reduz os Estados para 20%. Dá 8% para os Municípios do entorno, impactados. E mantém os 12% da União, dos quais 10% é para o DNPM e 2% ciência e tecnologia.

Aí tem um problema sério...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Encerrando, concluindo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Encerrando. Um problema sério. Eu nem vou falar de rocha, porque o Pará também tem exploração de rocha...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Até porque eu quero crer que vamos ter uma audiência pública para debater este assunto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pois é.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E se V. Exª esgotar todo ele hoje, a audiência pública vai perder o sentido. E quero estar ao lado de V. Exª para discutir a mineração.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu tenho certeza de que V. Exª estará ao nosso lado. Se eu fosse esgotar tudo, nós vamos ficar aqui um mês falando.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E o Senador Aziz está ali aguardando ansiosamente para ter uso da palavra.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E o nosso Presidente da Subcomissão Mineração, Senador Wilder...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou encerrar, deixando para nossa audiência sobre mineração, de um modo geral. Primeiro, me solidarizo com o DNPM. Eu tenho aqui o documento dos funcionários do DNPM dizendo que lá está em calamidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Está na UTI.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Acho que já passou da UTI e já está muito próximo já do espaço, do buraco negro. Já está no buraco negro.

Mas o DNPM, na proposta do Código de Mineração, deve ser transformado em uma agência. Eu concordo em que ele venha a ser uma agência de mineração. Ele tem de ser fortalecido. Nós não podemos mais, seja para rocha, seja para o minério, suportar o fato de o DNPM dar um direito de lavra sem dar prazo para que isso seja explorado. Então, os empresários e suas empresas adquirem esse direito de lavra, guardam na gaveta, esperam ter a maior valia para negociar lá na frente e ficarem milionários.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Por isso, considero importante o requerimento de V. Exª, com o Deputado Quintão, com o Dr. Fernando Coura, do Ibram. E, seguramente, teremos o prazer de receber, de novo aqui, nosso amigo Ministro Eduardo Braga, o Carlão, o Celso, enfim, mas é preciso ir adiante!

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas nós precisamos fazer essa discussão paralela à da Câmara para que aceleremos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos fazer!

V. Exª já apresentou o requerimento?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, vou apresentar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se V. Exª apresentar o requerimento agora, eu posso deliberar sobre ele nesta sessão.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu poderia apresentá-lo oralmente, mas vou tentar fazer...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª pode fazer com sua caligrafia mesmo...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exatamente.

E eu quero parabenizar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos incluí-lo extrapauta, considerando a importância desse debate.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu quero parabenizar V. Exª por seu requerimento em que trata da questão do setor de rochas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tem todo nosso apoio, lá do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Lasier, finalmente a palavra é de V. Exª.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Ricardo Ferraço.

Cumprimento-o pela feliz iniciativa de propor esta audiência pública e cumprimento os convidados.

Eu estava aqui escutando o Senador Ferraço e os senhores convidados, colegas Senadores, assessores e imprensa. Que grande reflexão se propicia nesta audiência pública! De um lado, para constatarmos e nos convencer de o quanto este País é rico em recursos e, contraditoriamente, vive com tantos déficits como estamos acompanhando. Como é possível desaproveitar tantas riquezas, tantas oportunidades de criação de empresas, de investimentos, de empregos, etc.

Nós temos riquezas minerais incomparáveis de norte a sul. O Senador Flexa está nos trazendo um prognóstico de que, dentro de pouco tempo, o Estado do Pará terá mais minas do que Minas Gerais. Tomara! Isso será muito bom para o Brasil. Por outro lado, há a reflexão de como é possível tamanha inoperância, com todo o respeito aos responsáveis, tanta inação, ineficiência do Departamento Nacional de Produção Mineral, que já poderia estar contribuindo profundamente com as explorações de tantas riquezas que nós temos no País.

Então, esta audiência generaliza, amplia nosso conhecimento de como está a fragilidade funcional em que vive o DNPM presentemente. É uma pena, mas temos certeza de que esta audiência também contribuirá para alguma reação. Temos certeza disso. Também por isso, a convocação desta audiência pública foi muito inspirada, muito feliz.

E, para não ficar apenas nos lamentos que ouvimos em grande parte desta audiência até agora, quero avançar um pouquinho e fazer uma perspectiva de futuro, porque temos uma boa perspectiva de futuro exatamente pelas riquezas minerais que o Brasil tem.

Eu venho lá do sul, onde temos também muitas riquezas.

Então, eu queria perguntar, seja ao Dr. Carlos Costa como ao Dr. Celso Garcia, que perspectiva, que pensamento existe no Departamento com relação ao incentivo. É claro que estamos dependendo aqui, incrivelmente, desse código de mineração, que está estagnado. E temos que agir daqui para diante, Senador Ferraço, para que se agilize. É um documento, é um diploma importantíssimo para fazer andar esse setor tão importante. Nesta hora em que a Petrobras está em crise, não funciona, foi alvo de tamanha corrupção, o setor de minas pode trazer boas compensações. Lá no sul temos riquezas. E pergunto, seja ao Dr. Carlos como ao Dr. Celso, independentemente de os outros também intervirem. O meu Estado é rico em ágata e ametista, que antigamente eram chamadas de pedras semipreciosas e hoje são chamadas de preciosas, que importamos muito para o Japão e China. E, atualmente, vive grandes problemas exatamente por falta de uma legislação mais justa. O que se pode fazer? Qual é a opinião dos senhores com relação a essas riquezas?

E outra: qual é o pensamento, qual é a posição do Ministério, Dr. Carlos, com relação ao carvão mineral? V. Sª sabe que o Rio Grande do Sul tem as maiores jazidas de carvão do Brasil, e nós vivemos uma carência de energia muito grande. Hoje já existe equipamentos antipoluentes, que podem resolver o problema. E vemos uma certa antipatia, uma certa indisposição – se isso é verdade –, dentro do Ministério, do aproveitamento do carvão mineral, principalmente do Rio Grande do Sul.

Então, objetivamente, Senador Ferraço, são essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª por sempre trazer uma contribuição muito clara e muito firme acerca dessa conjuntura que estamos enfrentando, Senador Lasier.

Antes de ouvir o Senador Wellington Fagundes e o Senador Wilder Morais, eu gostaria de trazer uma saudação do Presidente desta Comissão, o Senador Garibaldi Alves Filho, que nos delegou a tarefa de coordenar esse esforço, esse trabalho, a quem manifesto toda a minha gratidão pela oportunidade, na convicção e na certeza de que, na próxima quarta-feira, teremos a coordenação do nosso Presidente, o nosso querido e estimado Senador Garibaldi Alves, à frente da Comissão de Infraestrutura.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Wellington Fagundes, por ordem de inscrição, e, em seguida, ao Senador Wilder Morais, que é o Presidente da Subcomissão de Mineração no âmbito da Comissão de Infraestrutura. A palavra é de V. Exª.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Senador Ferraço, em seu nome quero cumprimentar todos os companheiros nesta Comissão e também todos os membros da Mesa.

O meu Estado, Mato Grosso, segundo dados lá dos especialistas da área, não tem nem 1% do seu potencial mineral explorado. Praticamente, o que se explora lá hoje é o calcário, o ouro e o diamante. Na sua maioria, de forma ainda empírica. O que se diz também sobre esse potencial do Mato Grosso hoje na produção, nas commodities agrícolas, é que, se tivermos capacidade de explorar as commodities minerais, teríamos condições de levar riqueza para o Estado, promover geração de emprego, melhorar a qualidade de vida da população como um todo.

E ficamos a indagar: essa riqueza, que já foi muito explorada de forma desordenada, principalmente no garimpo manual, deixou um rastro de pobreza em muitas cidades do Mato Grosso. O Estado do Mato Grosso começou com os bandeirantes na busca do garimpo do ouro. Toda a nossa capital, Cuiabá, está em cima de uma mina de ouro, tanto que, quando vai se fazer uma obra pública de escavação, sempre surgem problemas.

Foi o caso da canalização de um córrego. Começaram a achar o ouro e a confusão era: canaliza ou para com a obra para fazer o garimpo no centro da cidade? Isso, claro, na época em que se criou a cidade, e foi em função exatamente do garimpo, e aquilo foi desenvolvendo, enfim. Mas, se tivéssemos uma pesquisa bem feita, talvez pudéssemos ter mudado a cidade um pouquinho para lá e ter, quem sabe, aproveitado melhor esse potencial que lá temos.

Lá, o garimpo de ouro na região, inclusive Poconé, que é uma cidade do Pantanal, temos exploração hoje. Estão reaproveitando aquelas áreas que já foram exploradas, mas a gente não percebe, por parte do Ministério e, principalmente, do DNPM, que é o órgão responsável, algum apoio na pesquisa e na orientação de como fazer a coisa certa, a forma certa.

Já tivemos outros problemas no garimpo, a contaminação, o iodo e outras situações. Vamos lá, no DNPM, no Estado, e vemos que é um órgão considerado arcaico. Quando conversamos com os técnicos, eles falam: "Olha, aqui a gente está às moscas. Nós estamos aqui sem condições de trabalhar, nós estamos aqui abandonados". Agora mesmo mudou o superintendente, e eu não sei se esse superintendente, mudando apenas a pessoa física, vai ter condições de melhorar alguma coisa.

Então, a angústia nossa é ter a riqueza e não saber explorar essa riqueza, não saber a melhor forma de gerar oportunidades para aquelas pessoas que lá vivem.

Eu gostaria de perguntar, exatamente nessa linha, para todos que se entenderem na condição de respondê-la: de que forma vocês pensam, vocês que são técnicos, especialistas, orientar os Estados? Alguma parceria?

Lá, no Mato Grosso, já tivemos a Metamat, uma companhia, que também está abandonada. E está abandonada por quê? Porque não teve alternativa econômica? Ou qual que é a dificuldade maior de explorarmos? É a questão da infraestrutura, as distâncias? É esse o único problema? E, ainda, sobre o incentivo à questão da industrialização. Hoje, vemos o Brasil tendo que importar trilhos de ferro da China, porque não temos uma indústria competitiva.

Então, eu gostaria muito mais que vocês trouxessem uma palavra de um novo horizonte: o que podemos fazer, porque todos nós aqui, Senador Ricardo, queremos ajudar o DNPM a trazer oportunidade para os brasileiros que aqui vivem.

Claro que temos a preocupação de não sermos explorado como foi na origem do Brasil, quando levaram a riqueza embora e deixaram essa pobreza, eu digo, em muitos Municípios do Estado do Mato Grosso. Tanto é

verdade que vemos a diferença entre um Município de colonização sulista, em função do Cerrado, a economia é totalmente diferente e, aí, cria-se até um preconceito. As cidades garimpeiras ensejam em alguns a pergunta: é por que o povo não trabalha? O que é que acontece?

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, eu gostaria muito mais de andar nessa linha e ainda perguntar: acerca CPRM, também, como é o trabalho do DNPM com a CPRM? Eu acho que isso poderia ser mais bem esclarecido.

Eu quero aqui, Presidente, pedir as minhas escusas aqui a todos, porque provavelmente não vou nem poder ouvi-los a todos, porque eu estou ali, relatando um projeto, tenho que ir lá. Vou lá e volto para cá, porque também quero ler os outros relatórios.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Mas, dentro do possível, eu gostaria, porque isso aqui vai ficar gravado e vamos ter oportunidade de ler todo esse material.

Então, vocês entendam que não é menosprezo, a presença aqui de, por exemplo, qualquer Parlamentar fazer uma pergunta e não ficar para ouvir. Nós vamos ter oportunidade de depois ter acesso.

E, ao Presidente do DNPM, eu gostaria de pedir a oportunidade para que tivéssemos uma conversa com o DNPM, com a Bancada de Mato Grosso, até para que vocês pudessem expor, de forma mais objetiva, essa questão nossa, do Estado, para vermos que rumos podemos tomar.

Acho que aqui, hoje, estamos falando do Brasil como um todo. Então, não quero me ater especificamente, mas gostaria de pedir essa audiência pública com a Bancada do Mato Grosso para falar especificamente dos potenciais do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Wellington Fagundes, aqui, agradecemos a V. Exª.

Vamos ouvir o Senador Wilder e, em seguida, vamos ouvir nossos convidados, o Senador Fernando Bezerra Coelho. Em seguida, os senhores terão oportunidade de falar. Tudo o que estamos aqui discutindo tem como premissa algumas questões que, para nós, são sagradas e estão relacionadas com o a questão ambiental, com a social e assim por diante. São cláusulas pétreas, vamos dizer assim. Mas o fato objetivo é o DNPM tem 26 superintendências, e, se o Senador Moka estivesse aqui, diria que "tá de vaca não conhecer bezerro" tamanho o colapso e o abandono do DNPM nos Estados federados do Brasil. O depoimento de V. Exª está associado ao meu depoimento, ao depoimento, quero crer, da Senadora Lídice da Mata, da Bahia e assim por diante, porque essa é a realidade desse órgão estratégico e fundamental para o nosso País, que não tem merecido atenção.

Os interesses nossos aqui são dois: primeiro, trazer o tema e colocar o bode na sala, como se diz, colocar esse tema na agenda do Senado Federal pela importância que ele tem. Segundo, constituir um grupo técnico, formado por esta Comissão, pelos empreendedores e pelos órgãos de Estado para que discutamos um mapa de navegação enquanto o Código de Mineração não é votado, o que vamos fazer até lá.

Agradeço a contribuição de V. Exª e passo a palavra ao Senador Wilder Moraes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Agora, V. Exª passa a palavra para o Papa, não é? Então...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES. *Fora do microfone*.) – Para o Presidente. (*Risos.*)

Creio que agora fala, com maior propriedade, o Senador Wilder, que é da área e pode inclusive ajudar muito esta Comissão.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Obrigado, Presidente. Na verdade, o que vemos é que o DNPM é o patinho feio das Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em Goiás também?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – É a mesma coisa. Na verdade, o órgão está sucateado, como disse antes, não há combustível, não há gente. Acho que, Celso, é uma grande oportunidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Tínhamos que dividir, e temos um assunto muito forte, que é agência. De qual estrutura a agência precisaria para fazer o Brasil desenvolver na área da mineração?

Acho que é importante – temos a Subcomissão de Mineração – fazermos esse estudo o quanto antes. Acho que seria importante, Sr. Presidente, já que discutimos aqui qual é a taxa dos Estados, dos Municípios, o que vai ficar para cada um, discutirmos também, até para estímulo, qual a porcentagem do DNPM, que hoje tem, como receita, R$2 bilhões?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – R$2,4 bilhões. E o orçamento de vocês, acho que é 40?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Então, temos que ir, talvez, para 7%, 8%, 10%. Com certeza, assim, iríamos ao encontro...Há uma informação de que há 70 mil processo parados na área. É isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Setenta mil processos parados. Imaginem o seguinte: o mundo lá fora considera o Brasil como uma das maiores potências do mundo na área da mineração. E estamos passando o tempo, gerações poderiam estar vivendo um momento diferente. O quanto o setor mineral é importante para a balança comercial. Se não fortalecermos o DNPM ou a agência que vai ser criada, não vai ter como, porque, hoje, os empresários, por insegurança jurídica, não querem investir no Brasil.

As nossas riquezas estão aí e poderiam estar sendo utilizadas.

Celso, acho que vamos fazer uma convocação para vocês de antemão para que possamos estudar qual seria a estrutura e qual seria a porcentagem, até escalonada. No setor privado, fazemos isso, ou seja, quando há resultados, dividimos os lucros. Então, acho que a agência deveria pensar dessa forma. Ela teria que ter estrutura, e, na medida em que o Brasil produz...Isso é o que precisamos fazer, Sr. Presidente, precisamos ter metas, precisamos trabalhar em cima de metas, e não temos isso. E planejamento? Parece que o último dado que vocês têm do setor mineral é de 2010 com relação a 2009. Não há planejamento. E não tem sabe por quê? Porque não tem estrutura.

Hoje há diretores para serem nomeados no DNPM, passam-se anos, as pastas ficam vazias, não há como, sai do Estado de Goiás e vem para Brasília. Você pode esperar um ano, dois anos, em média, 10, 20 anos, processos que não acontecem por falta de técnicos.

Então, fica aqui, Presidente, que precisamos, sim, olhar com carinho a Agência. Não adianta vir marco regulatório, não adianta vir nada, porque isso não vai funcionar, só vai mudar de nome.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª.

Passo a palavra ao Senador Fernando Bezerra Coelho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, queria fazer duas observações.

Primeiro, cumprimento o Senador Ricardo Ferraço pela iniciativa desta audiência pública, mostrando seu compromisso com o importante setor econômico de nosso País, mas, de forma particular, seu compromisso com o setor de grande importância para o Estado do Espírito Santo, que o Senador representa aqui no Senado Federal. Fiquei impressionado com os números: US$1,3 bilhão de exportação em rochas ornamentais, sendo o Espírito Santo responsável por mais de R$1 bilhão, num arranjo produtivo que gera emprego para mais de 120 mil pessoas no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Uma coisa importante, se V. Exª me permite, é que, historicamente, nos nossos 78 Municípios, a principal atividade econômica sempre foi a agricultura, a cultura do café. Hoje, a atividade da mineração tem uma enorme capilaridade e é formada, em seu grande conjunto, por pequenas e médias empresas. Isso significa geração de emprego, distribuição de renda, perspectiva das pessoas terem acesso à prosperidade compartilhada. É disso que se trata. Agradeço a V. Exª a manifestação.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Na realidade, eu dar sequência ao meu raciocínio, e vimos aqui o depoimento dos líderes desse importante arranjo produtivo, o Dr. Reinaldo, o Dr. Tales, o Dr. José Antônio. Ninguém veio aqui falar de imposto, ninguém veio aqui falar de financiamento, ninguém veio aqui com pires na mão. Os relatos que aqui recolhi, Sr. Presidente, foi "me deixem trabalhar, eu quero trabalhar". Na realidade, o setor está pedindo permissão para empreender, para gerar emprego, para gerar renda.

Ao lado dessa observação, recolhemos a oportunidade de o Senador Ricardo Ferraço, como vice-presidente desta Comissão de Infraestrutura, colocar luz na importância de fortalecer, de revitalizar, de revigorar uma importante instituição federal, que é o DNPM.

Esta audiência já cumpriu sua finalidade. Nós, que estamos sendo ouvidos e assistidos pela Rádio Senado e pela TV Senado, estamos dando aqui uma contribuição para que o Brasil possa superar este desafio nas áreas econômica, social, política. Mais uma vez, fica patente que o Brasil é maior do que esta crise. Vamos superá-la, mas precisamos dar liberdade aos nossos empreendedores de realizarem negócios. É para isto que eles vieram aqui, pedir, apelar para o Senado Federal.

Mas a minha segunda observação é muito em cima da fala do secretário de geologia, mineração e transformação mineral, Dr. Carlos Costa. Eu queria apenas que ele esclarecesse melhor. Ele falou de uma experiência exitosa no Estado do Paraná, que conseguiu se estruturar do ponto de vista estadual, e o Estado não oferece como resposta aos pedidos de lavra na área de brita e areia, voltado para o setor de construção civil, os licenciamentos precários, mas sim os direitos de lavra, definitivo. Então, fica aqui a minha indagação: há espaço para que os Estados possam entrar em cooperação e ajudar o DNPM nesses licenciamentos? É possível criar estruturas estaduais que possam, de certa forma, desafogar esses tantos pedidos de lavras que estão represados? Existe uma secretaria de mineração no Estado do Espírito Santo, é importante ter uma estrutura estadual que pudesse trabalhar de forma compartilhada com o DNPM? Até porque o CFEM é compartilhado entre Municípios e entre Estados e União.

Não seria o caso de saber como os Estados estão também estruturados, para que a necessidade de ampliação de infraestrutura, de técnicos, de pessoas não recaia, apenas e exclusivamente, em cima da estrutura federal. Isso, porque me salta aos olhos: acho que o arranjo produtivo de rochas ornamentais deve ser um dos mais importantes segmentos produtivos do Estado do Espírito Santo.

Então, existe espaço para uma atuação conjunta do Governo estadual, à luz da informação que foi trazida aqui, do Estado do Paraná? Essa seria a minha indagação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª as importantes contribuições, até porque não estamos inventando a roda. No Sistema Nacional do Meio Ambiente, o Ibama já faz isso, ou seja, estabelece regras, critérios e condições para que os Estados, a partir de sua estruturação, possam receber delegação.

O que anteriormente ficava totalmente concentrado nas mãos do Ibama hoje o Ibama delega, uma série de licenciamentos, para que os Estados que se organizam com base em precondições possam fazê-lo, de modo que descentralizemos.

Está, inclusive, no escopo do trabalho que V. Exª lidera nesta Casa da Federação brasileira, que precisa ser repensada, esta imagem retrógrada de que o olhar de Brasília será capaz de produzir solução para os problemas dos nossos Estados, de nossas Regiões, em lugar de descentralizarmos isso.

Aí o que pergunta o Senador Fernando Coelho é quais são os caminhos que podemos adotar, para que os Estados que se organizarem... Isso, porque os Estados também precisam fazer a sua contrapartida e, quem sabe, alguns Municípios, que têm de se estruturar com recursos humanos, com recursos materiais, para que as coisas possam se dar dentro de um devido processo legal e com os cuidados que a mineração exige na sua exploração.

Mas agradeço a V. Exª as contribuições e passo a palavra aos nossos colegas da Mesa: Dr. Celso, Dr. Carlos Nogueira da Costa, enfim, nosso Presidente Reinaldo, Tales e José Antônio, para que possamos, inclusive, com os questionamentos que foram feitos, caminhar para o nosso encerramento, mas também deixar aqui, ao final, a questão do grupo de trabalho que queremos constituir com o Poder Executivo, para pensarmos, numa visão de médio prazo, de curto prazo, o que podemos fazer juntos.

A palavra é de V. Sª, Dr. Celso.

O SR. CELSO LUIZ GARCIA – Eu agradeço mais uma vez...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muitas questões ao DNPM.

O SR. CELSO LUIZ GARCIA – Sim, perfeitamente.

Com relação ao que disse o Senador sobre a questão da Bancada do Mato Grosso, ele já não está mais presente, mas o DNPM está sempre às ordens, e o ideal seria fazer uma reunião no próprio DNPM, porque lá teremos um banco de dados disponível, para mostrar o que o DNPM vem fazendo no Estado e aquilo que pensamos em fazer ainda nessa fase de transição. Então, fica registrado aqui que, na hora em que ele se manifestar e também a Bancada, estaremos às ordens e à disposição para receber.

Com relação aos comentários, de uma forma geral, do Senador que representa o Pará, realmente o Pará passará Minas Gerais, Senador Flexa, e não vai demorar muito. É uma nova província mineral que precisa realmente ter uma logística própria. Minas Gerais foi crescendo em torno do setor mineral. Tudo começou em Vila Rica, que hoje se chama Ouro Preto. Lá começou a exploração de ouro dos bandeirantes, e dali a cidade permaneceu, por quê? Porque acabou sendo uma cidade histórica.

É verdade: onde a mineração passa as pessoas vêm, passam-se os ciclos, e as pessoas ficam. Evidentemente, isto tem de ser pensado, com certeza: essa demanda que é provocada pelas mineradoras. Obviamente, nenhuma mineradora vai ficar com 25 mil pessoas dentro do seu quadro funcional; vai colocar os técnicos para fazer as operações necessárias. Esse pessoal que se agrega para que a mineração chegue à fase de exploração realmente é um problema social, deve ser pensado pelo Estado também. O Estado recebe o setor mineral, a empresa e também tem de ter a capacidade de gerenciar essa situação, não somente a empresa.

As empresas, repito, são empresas de mineração. Se elas quiserem fazer uma cooperação técnica com os Estados e Municípios, criar condições de gerar escolas ou assistência de saúde etc., tudo bem, através de uma cooperação técnica, mas isso é papel do Estado, e não da mineração. A mineração está ali para descobrir riquezas e fazer o papel dela naquilo que a Constituição permite.

Então, a questão das pessoas que acompanham uma obra e por lá ficam realmente deve ser pensada pelo governador, pelo Estado que vai receber essa obra depois. O problema é que o Brasil é sempre para ontem, sempre imediatista. Realmente carecem de planejamento, com certeza, essas situações.

Quero aqui agradecer por tudo.

Estou à disposição para a próxima reunião, Senador. Vamos colocar o DNPM sempre em pauta naquilo que me compete, com as ideias que eu quero implantar, se for possível, se houver tempo para isso.

Mas efetivamente, Senadores, nós precisamos avançar numa regulação nova e precisamos criar um organismo novo, acabar com esse rótulo. Os 82 anos sustentaram a mineração, 82 anos de muita luta do departamento, 82 anos de muito desbravamento por este País, de implantação de unidades, às vezes, sem condição, atendendo até questões políticas. Isso é uma coisa grave. E hoje a gente sente isso na pele, porque tem, Sr. Presidente, desses que efetivamente já poderiam ter fechado por falta de estrutura, por falta de condições. Todavia, esse foi um pensamento geral para atender necessidades locais e nós pegamos isso já encaminhado.

Creio que a agência democraticamente pode ser debatida muito bem aqui no Senado; inicialmente na Câmara, mas a contribuição do Senado será muito importante também. Não creio, não sei se poderá haver emendas ao projeto da Câmara...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro que sim.

O SR. CELSO LUIZ GARCIA – Se puder, melhor ainda. A contribuição de V. Exªs vai ser muito importante, principalmente porque todos aqui estão pensando num mesmo objetivo: dar suporte ao órgão gestor para que ele possa contribuir com a sociedade. Realmente se não fizerem essa parte, dificilmente nós vamos avançar. Então, eu conto com todos. Aqueles atores do setor mineral que vivenciam isso nos seus Estados que coloquem suas propostas. Mas que efetivamente não coloquem empecilho na Câmara. Deixem a Câmara decidir democraticamente e façam posição dentro do Senado...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O problema é que a Câmara não decide.

O SR. CELSO LUIZ GARCIA – O que nós não podemos mais...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – E o mundo não espera pela Câmara.

O SR. CELSO LUIZ GARCIA – Exatamente. Mas o que acontece? Toda vez que o substitutivo é feito, vem um setor e reclama. Aí aparece outro substitutivo. O DNPM não pode mais esperar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro. Evidente.

O SR. CELSO LUIZ GARCIA – O setor mineral também não pode mais esperar por isso. Nós temos que avançar. Não podemos... Essa tem que ser uma discussão democrática. É preciso parar de ficar atendendo segmentos e pensar mais no Brasil. Esse é o pensamento do diretor. Nós temos que avançar, temos que votar e temos que deixar que a democracia prevaleça. E democracia é pelo voto, não vejo outra forma.

Então, o que eu peço a V. Exªs é que efetivamente façam a pressão que têm de fazer para que esse projeto seja aprovado na Câmara, venha imediatamente ao Senado para debate, para que emendas possam ser colocadas, favoráveis à agência, principalmente, Senador.

V. Exª falou que sem uma agência com a robustez que precisa, sem uma agência forte, vai haver apenas a mudança de rótulo, e isso não interessa ao setor mineral nem aos servidores. Nós queremos efetivamente uma agência capaz de fazer o que o DNPM não tem condições de fazer hoje.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Oposição/DEM - GO) – Celso, eu acho que a oportunidade é agora. Então, a gente está discutindo. Acho que nós devemos marcar, Presidente, para fazer uma próxima reunião. Seria importante, porque a gente vê que vocês não participaram dessa discussão do marco regulatório, de qual investimento. E está só mudando. Então, é importante saber qual a estrutura que precisaria ter, a gente debater isso aqui, porque, no Senado, vocês vão ter apoio, com certeza, de todos os Senadores.

O SR. CELSO LUIZ GARCIA – Eu agradeço, Senador.

Efetivamente, nós tivemos algumas participações em conjunto com o Ministério através da Secretaria, do Dr. Carlão. Nós até colaboramos no projeto de agência dentro daquilo em que o DNPM foi ouvido.

O projeto da agência, de uma maneira geral, dá mais condições ao departamento de se transformar, ele carreia muito dos impostos para que a agência funcione, muito das taxas, emolumentos, e também contribui mais uma vez com a CFEM, que foi constituída e não é passada efetivamente para o departamento. Essa contribuição da CFEM e mais outras taxas estão sendo dirigidas para a agência para ela se fortalecer, além do orçamento que ela vai ter por lei. Então, devemos preparar a agência, sim, para discutir o passivo que vai ficar e o futuro que chegará. E o passivo é imenso, como todos sabem. E esse passivo nós não temos condição ne-

nhuma de diminuir a curto prazo. Então, nós temos que trabalhar na agência e no marco regulatório. Não vejo uma saída a curto prazo para satisfação da comunidade mineral, do setor produtivo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para suas considerações finais, o Sr. José Antônio Guidoni, Presidente do Centrorochas, se desejar.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO GUIDONI – Este é o momento de agradecer ao nosso Senador, agradecer a todos os que se fizeram presentes e estão preocupados.

No arranjo produtivo de rocha ornamental, o Brasil, pelo tamanho que tem, pode criar um arranjo produtivo igual ao do Espírito Santo – não é que nós estamos puxando para o Nordeste – lá no Ceará. Houve um encontro, o Carlão sabe disso. A diversidade de rocha que há lá, a logística que há lá permite criar, e não só lá, estamos pegando a região como exemplo, mas as colocações do nosso Senador mostram que essa renda, essa geração de emprego e renda fica lá no distrito, fica lá no Município, não é levada embora, não é, como se diz, o vampiro que leva isso embora do País. A distribuição de renda mais justa está no segmento de rocha ornamental, hoje, na mineração no Brasil. Nós somos exemplo.

Então, isso significa que nós não conseguimos mais, com essa distância e os custos de transporte tão caros, trazer matéria-prima do Nordeste para o Espírito Santo, do Sul do Brasil para o Espírito Santo. É preciso desenvolver outros polos. Há essa necessidade no Brasil e seria muito importante isso estar sendo discutido pelos Senadores de cada Estado.

Então, aqui a gente só tem a agradecer ao Senador Ricardo Ferraço e a todos os que participaram do evento, às entidades que estão aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado a V. Exª pelas contribuições.

Passo a palavra, para suas considerações finais, ao Sr. Tales Pena Machado, Presidente do Sindirochas.

O SR. TALES PENA MACHADO – Queria agradecer também ao Senador Ricardo Ferraço pela iniciativa de tentar contribuir nessa questão da morosidade do órgão.

Pelas falas aqui, apesar de todos os problemas apresentados, estou saindo motivado, pelas palavras do Dr. Celso, que vai fazer um trabalho especial no Espírito Santo; pelas palavras do Carlão também, que está fazendo um esforço grande para direcionar os trabalhos no setor de rochas; do Guidoni, que acabou de falar agora do Ceará.

No Ceará, o número de processos é pequeno. O Ceará é um ponto fora da rota; o Ceará funciona, o DNPM funciona lá. Nós podemos tomar o Ceará como exemplo. Lá há empresas que, com seis meses, estão trabalhando, licenciadas. E tem empresas que estão lá há menos de cinco anos e têm portaria de lavra, não sei se pelo número de processos, por um comprometimento maior, não sei, mas o Ceará é um exemplo. Por isso eu gostei quando o Carlão falou que o Estado dele está funcionando. Devemos tentar fazer os outros Estados funcionarem também.

No mais, muito obrigado. Novamente, obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Talvez nós tenhamos de dar um título de cidadão espírito-santense ao Dr. Carlão para que o DNPM no Espírito Santo funcione como no Ceará. Na medida em que ele está cuidando do Ceará com esse carinho todo, que ele cuide do Espírito Santo, cuide de Goiás, do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, do Pará, e assim por diante.

Passo a palavra ao Dr. Reinaldo Dantas Sampaio, Presidente da Abirochas para suas considerações finais.

O SR. REINALDO DANTAS SAMPAIO – Muito bem. Eu quero, apenas, primeiro, pedir desculpas, porque no início da minha intervenção eu cumprimentei o Senador Ferraço, mas não cumprimentei os demais membros da Mesa, nem as autoridades presentes, nem os empresários e empresárias aqui presentes. Então peço desculpas a todos. É tempo, ainda, de fazer esse reparo.

Tenho três pontos muito breves para observar. O primeiro é que é evidente que nossa desgraça passada não compensa a desgraça atual, mas já tivemos um período de convivência com o DNPM muito mais grave do que vivemos agora. Na década de 80, final da década de 80, 90, nós nos referíamos ao órgão como "na curva da morte", porque os funcionários estavam envelhecendo e morrendo e nós tínhamos a impressão de que, quando morresse o último funcionário, o órgão se extinguiria, porque não havia reposição de quadro etc. Isso não consola, mas mostra o longo período em que essa coisa vem se deteriorando, conserta ali, mas não suficientemente.

Volto a insistir em que mesmo que se transforme a agência, mesmo que gere recursos, se não houver um enfoque político estratégico de orientar o que vier a ser ou o DNPM ou a agência, um ente de fomento e planejamento da mineração, nós não vamos resolver as questões do desenvolvimento da diversidade mineral brasileira. E acho que esta Comissão de Serviços de Infraestrutura é o ambiente mais adequado, porque pensar

o planejamento da mineração brasileira implica pensar na estratégia da infraestrutura logística do País. Não há como desenvolver a mineração sem uma logística que viabilize de forma competitiva o aproveitamento econômico dessas riquezas. Então, isso está associado e este aqui é o fórum, talvez, mais privilegiado e adequado para estimular e promover uma reflexão profunda sobre isso.

E para dar um exemplo de como isso pode... Porque junto com a infraestrutura, estamos falando em desenvolvimento regional. Um dos grandes problemas do Nordeste e do seu atraso é a carência infraestrutural que não permite fazer o aproveitamento de muitas riquezas e de espaços econômicos fundamentais.

Vou lhes dar um exemplo, me permitam os senhores, que não é um contraponto da agricultura com a mineração, mas uma fazenda de pecuária de 500 hectares no Semiárido – uma fazenda de bom padrão tecnológico, considerando a cria por hectare, uma matriz por hectare, que é essa a relação – gera uma renda anual de R$340 mil e 5 empregos diretos. Uma pedreira de granito que ocupe 5 hectares emprega 10 pessoas e pode produzir – uma de porte médio – uma receita anual de R$1,9 milhão. Portanto, um espaço de 500 hectares, onde uma fazenda gera R$340 mil, pode ser ocupado de forma disseminada, com impacto ambiental até menor, por cerca de 100 pedreiras, que gerariam US$192 milhões, ou aproximadamente R$600 milhões. Se esse produto for beneficiado, estamos falando de US$2,4 bilhões e 6 mil empregos, aproximadamente. Então, a atividade de uma mineração planejada pode, também, ser um instrumento fundamental, estratégico, como política de desenvolvimento regional.

Então, é isso. A grandeza desse órgão, o DNPM, é tal que não podemos permitir que ele permaneça nesse estágio e, aqui, este fórum e esta Comissão pode contribuir para nós repensarmos a forma de estruturar o órgão para cumprir essa missão fundamental do desenvolvimento da indústria mineral brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Dr. Reinaldo Dantas Sampaio, muito obrigado por suas contribuições, na condição de Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais.

Finalmente, Carlão, há uma enorme ansiedade para suas considerações finais em relação aos temas que foram debatidos aqui e às questões que foram trazidas pelo Senador Fernando Coelho, pelo Senador Flexa, pelo Senador Wilder Morais, pelo Senador Lasier. A palavra é de V. Sª.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – Bom, então, de praxe, quero agradecer o Senador Ricardo Ferraço pelo convite e pela discussão propositiva e importante que nós tivemos aqui hoje. Ele tem constantemente nos procurado para discutir essa questão específica das rochas ornamentais, de uma maneira geral, e, mais especificamente, do seu Estado, o Espírito Santo.

Eu gostaria de fazer uma brincadeira rapidinho. Em que pese eu ter nascido no Estado do Ceará, a minha geração estava na curva da morte, como ele está dizendo. E eu saí para o Sudeste, o Centro-Oeste e a Região Amazônica, durante os 16, 17 anos em que trabalhei na iniciativa privada, como geólogo de exploração e gerente mineração. Foi no Estado do Senador Wilder que eu tive o maior... Cheguei, em 1980, a uma cidade chamada Cavalcante, aqui em Goiás, demorava 14 horas, ficava a 300km.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Portanto, o desempenho do DNPM no Estado não tem nada a ver com o fato...

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – É eficiência. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É uma coincidência!

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – É uma mera coincidência. (*Risos.*)

Mas a gente tem trabalhado para dar as condições, em conjunto com o DNPM, sabendo de todas as questões orçamentárias. Isso foi colocado aqui, é visível, não é preciso nem botar lupa, não é? E a gente tem, ao longo do tempo, com a diretoria do DNPM, que buscar formas de melhorar, de conseguir os recursos, mínimos que sejam, para que, pelo menos, o órgão continue desenvolvendo as suas funções básicas. Já foi discutido isso aqui.

Vou colocar aqui, falando brevemente, um complemento que acho que cada Senador colocou nos seus questionamentos. O Estado do Pará, como disse bem o Senador Flexa Ribeiro, vai ser... Só a S11D, inicialmente, vai produzir – em uma única mina, que vai ser a maior mina individual do mundo – 90 milhões de toneladas de minério de ferro. Hoje, no Brasil, nós produzimos em torno de 450 milhões de toneladas, então, uma única mina vai aumentar, mais ou menos, em torno de 25%, a produção. Quer dizer, o Estado do Pará, como ele bem disse, é abençoado por Deus mesmo, tem todos os tipos de minério e inclusive rochas ornamentais também. É um Estado que – não tenho dúvida nenhuma – vai crescer e se desenvolver.

Eu vou fazer uma colocação, posteriormente, que vai abranger a todos, nas questões do que entendo ser uma agenda propositiva, do que aconteceu com o setor. O Reinaldo falou aqui dessa gangorra de altos e baixos, dessa ciclicidade que tem o setor mineral, como todo setor econômico.

Com relação ao nobre Senador Lasier, do Rio Grande do Sul, o Estado do Rio Grande do Sul, de fato, também tem um potencial geológico muito importante. Nós desenvolvemos, Senador, durante muitos anos,

quando ninguém acreditava, nos anos de 2004, 2005, 2006, junto com o Ministério da Indústria e Comércio, a questão do que a gente chama de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral, os APLs. O Governo criou um instrumento desses, e a mineração não estava contemplada. Eu acho que Ministro, na época, era o Furlan. Eu fui a uma reunião, e nós conseguimos inserir a atividade mineral em forma de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral para o desenvolvimento do que foi dito aqui, de segmentos que desenvolvem a sociedade de uma maneira mais localizada, fazendo com que aqueles produtores não vissem o seu vizinho como concorrente e, sim, como um complemento da sua atividade. Eles estavam disputando mercados regionais, mercado nacional e mercados globais, como concorrentes, e aquilo não saía, ficava o cachorro correndo atrás do rabo, e não se desenvolvia. Nós conseguimos, inclusive na região sobre a qual o senhor bem disse... Eu sempre discordei dessa história de gemas preciosas e semipreciosas. Gema é gema, depende do seu preço, da sua qualidade, independentemente do que se classificava como gemas preciosas ou semipreciosas. Hoje, nós temos exemplo disso.

A região de Ametista do Sul foi uma das primeiras regiões do Brasil a ser contemplada com recursos do Fundo Setorial Mineral, na implementação de um arranjo produtivo tipicamente de base mineral, na região de Lajeado e outra cidade ali...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – Soledade, desculpe. Soledade. As três cidades ali. Pegamos a questão dos garimpeiros, nós os transformamos em cooperativas, porque entendíamos que tinham que ser cooperativas, e conseguimos legalizar, através de portarias de lavra garimpeira, fazendo com que rochas, ametistas principalmente... Como bem disse, acho, o Senador Flexa, matéria bruta não paga, não tem imposto, não é? Chegamos a conviver com lastros de navios sendo carregados com ametistas brasileiras, porque não pagavam imposto, para serem transformados em cabochão lá na China, em folheados – como se chamam? No lugar de joias, há um outro nome...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – Bijuterias! E voltavam para o Brasil com valor agregado. Por isso, a gente foi lá. Só para dar um exemplo claro do seu Estado, de uma intervenção direta do braço do Estado, para minimizar... E hoje a região tem um desenvolvimento muito mais significativo, com a fixação das pessoas naquela região. Inclusive ganhou prêmio no Finep, uma máquina. Nós conseguimos fazer...

Qual era o grande problema do Brasil? Cada ametista era lapidada individualmente, você tinha que fazer o aro para cada ametista que lapidava. Na China, os caras colocavam numa máquina e saiam mil iguais às que já tinham os aros. E a gente perdia competitividade com isso. Lá na universidade, foi desenvolvida, inclusive, financiada pelo Governo, uma máquina que pudesse padronizar e ganhar escala de valor com isso. Esse é um exemplo do seu Estado.

A questão do carvão. Nós temos duas coisas bem distintas no Ministério que são a questão da mineração em si... E aí não temos problema nenhum. Todas as minerações de carvão no Estado do Rio Grande do Sul estão legalizadas, têm portaria de lavras, estão funcionando do ponto de vista legal e institucional do direito minerário. É óbvio que o carvão brasileiro não é metalúrgico, é energético, é destinado a outra atividade que, coincidentemente, está dentro do próprio Ministério, que é a questão energética, para o qual é utilizado. E hoje, pelo esforço que tanto Santa Catarina como o Rio Grande do Sul têm feito, o carvão faz parte, inclusive, com leilões, da matriz energética. Ainda é incipiente, mas há um esforço grande. O que se procura, hoje, e o Ministro tem colocado claramente, é que não haja esse preconceito com o local, desde que as propostas sejam de energias limpas. Hoje não podemos conviver com tecnologias ultrapassadas de geração de energia, com técnicas que já são obsoletas. Então, eu acredito, o empresariado, na capacidade que tem esse setor de evoluir com relação...

Outra questão. O seu Estado vai ser logo, logo, e é importantíssimo... Nós temos informações de empresas que estão emprestando fosfato com grande sucesso. Nós produzimos 50% de fosfato no Brasil, e somos dependentes dos outros 50%. E no Estado do Rio Grande do Sul, há uma grande possibilidade de, em curto prazo, fosfato ser produzido. Na região mais do litoral, há a questão dos minerais pesados, as ilmenitas, em que outras empresas estão trabalhando. Então, o Estado do Rio Grande do Sul tem sim um potencial. Já teve mineração importante de cobre e outras atividades. Acreditamos que o Rio Grande do Sul vai continuar buscando se desenvolver. Tanto o CPRM como o DNPM têm trabalhado juntamente com os órgãos para melhorar o conhecimento para que o Estado continue sendo um *player* nessa questão.

Não sei se respondi ao senhor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu agradeço pelas suas palavras otimistas. De fato, nós precisamos apenas da exploração, do incentivo. O Rio Grande do Sul vive a pior crise de sua história. Hoje, é o Estado mais endividado. Que bom se pudesse agir mais rapidamente! E aí estaria uma solução.

Obrigado.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – Com relação aos questionamentos que o Senador Wellington Fagundes, de Mato Grosso, fez aqui, eu gostaria de dizer, Senador, que nós tivemos uma parceria muito forte, há uns quatro, cinco anos, com a Secretaria de lá, mesmo com o declínio da Metamat, a Secretaria que absorveu as atividades da Metamat com a CPRM, com parceria financeira inclusive, recursos do seu Estado de Mato Grosso com o Governo Federal, através da CPRM, na questão do conhecimento geológico e aerogeofísico. O Estado do Mato Grosso, acho, talvez seja um dos Estados que mais evoluiu no conhecimento do banco de dados que tinha, da informação aerogeofísica hoje existente. E foi por uma parceria muito forte com a CPRM que fizemos esse aumento significativo do seu Estado.

Eu trabalhei muito tempo em Goiás, mas também trabalhei na região exatamente de Cáceres, Poconé, Cangas, Pontes e Lacerda, no auge da sua atividade mineral naquela região. Como o senhor bem disse, o ouro tem uma vocação muito grande no seu Estado, mas, infelizmente, diferentemente de outras concentrações, são baixos teores em grandes extensões. E, às vezes, a questão do licenciamento ambiental, em função principalmente dessa região da borda ali de Cuiabá, onde temos um bioma muito importante, que é o Pantanal mato-grossense, que é muito sensível a essas questões, às vezes, há um conflito no desenvolvimento dessa atividade perante uma questão muito importante também do ponto de vista econômico que é o Pantanal.

Só para dizer, houve um entendimento muito grande. Há uma parceria do seu Estado, principalmente com a CPRM, e, inclusive, há outras empresas entrando na questão dos metálicos, retomando, em função dessas informações... Nós estamos num momento de crise mundial na questão dos recursos, principalmente para o que a gente chama de *greenfields*, que são os projetos iniciais da atividade mineral. As empresas estão focando no que a gente chama de *brownfields*, que são aquelas complementações, aquelas áreas próximas às suas atividades industriais, que têm potencial para aumentar, porque o custo de investimento é menor do que começar um projeto novo, do zero, pela questão de infraestrutura, de logística que necessita. Mesmo assim nós temos recebido empresários interessados em obter dados, informações do seu Estado.

Eu vou, no final, falar da questão da Metamat. Em Goiás, tinha a Metago; outros Estados tiveram a Comig, a CBPM, que é a única das poucas que continuam lá na Bahia, tendo... Houve um momento que todos os Estados – alguém perguntou aqui, não sei se foi o Senador Fernando Bezerra, sobre a questão da delegação –, houve uma época que todos os Estados brasileiros, praticamente, tinham uma empresa muito forte de recursos minerais: a Bahia tem a CBPM, Minas Gerais tem a Comig, o Mato Grosso tinha a Metamat, Goiás tinha a Metago, o Paraná tinha a Mineropar. Então havia uma interlocução direta, porque esses órgãos eram abastecidos com recursos dos Estados, juntavam os dois, quer dizer, pouco, pouco dos dois, mas essa junção, tanto técnica como financeira, permitia que houvesse um avanço muito grande. Essas instituições foram completamente dizimadas em quase todos os Estados. No seu Estado, a Metago extinguiu-se, criou-se uma agência, essa agência deixou de existir, passou a ser uma superintendência, e aí perdeu em escala na disputa pelos recursos, pelas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – Eu estou falando exatamente da Metago, porque é uma história que eu conheço bastante. A única que sobrevive hoje muito fortemente é a CBPM, porque ela atua como uma empresa de pesquisa e de negociação, em parceria com a iniciativa privada. Ela desenvolve pesquisa até um determinado momento e depois licita aquelas áreas e se torna parceira, se for positivo, ela recebe um *royalty* e continua a reinvestir aquele *royalty* no conhecimento geológico do Estado. É isso que eu acho que nós deveríamos fazer.

Agora, uma pergunta, eu sempre faço isso nas audiências, só fazendo uma correção aí, porque o senhor colocou aqui a questão da participação do DNPM durante a discussão, do ano de 2013 para 2014, do marco regulatório, a Comissão Especial de Minas, que foi instalada para tratar da questão do novo marco regulatório da mineração, fez, eu acho, mais de 25 audiências públicas nos Estados – 24 eu acho, se não me falha a memória –, com a participação de todos os segmentos, inclusive DNPM, CPRM, nós do Governo, para discutir em cada Estado as *nuances*, quais eram as contribuições que cada Estado tinha a serem dadas na questão do marco. Então, eu acho que houve, sim, e eu estou só reforçando. O Dr. Celso, nessa época, era superintendente do DNPM de Minas Gerais, e participou, inclusive, vindo aqui, de algumas reuniões, e, quando demandado pela Comissão, esteve presente e ultimamente, inclusive.

Então, só para terminar aqui – isso já falei, Senador Fernando Bezerra –, essa questão do Paraná, como foi colocada, eu acho que é possível fazer, porque cada Estado tem sua *nuance*. Eu disse: no Estado de São Paulo, basicamente, o carro-forte é areia, a matéria da construção civil. No Estado do Paraná,minérios industriais e areia também. O Estado do Espírito Santo tem uma vocação para rochas ornamentais. A gente tem que gerar *expertise* nessas áreas e fazer com que os órgãos sejam, as pessoas que têm especialidades em cada... Não adianta.

Sobre a proposta do novo marco da agência, nós somos favoráveis, como bem disse aqui o diretor-geral do DNPM, a uma agência. Não adianta só trocar o nome. E dentro do marco atual que foi proposto e que está sendo discutido, só na questão dos recursos, que são de emolumentos, de taxas, nós estamos dando um *upgrade*, que é esse dinheiro que vai direto para o DNPM, porque hoje as penalidades são muito pequenas, como bem disse, são mínimas. Nós estamos aumentando, e muito, isso. Quer dizer, a arrecadação das taxas e dos emolumentos permite que haja mais fiscalização. Permitindo que haja mais fiscalização, tanto a questão da fiscalização em si, dos processos finais, como a fiscalização da arrecadação, do confronto das receitas e dos declarados dentro das empresas, consequentemente, o órgão vai se autogerir. Nós acreditamos nisso.

Nós temos, dentro do Ministério de Minas e Energia – e isso já foi repetido várias vezes – uma Agência Nacional do Petróleo que tem um orçamento exatamente em função desses emolumentos, dessas taxas, acima de um patamar de dez vezes, de vinte vezes mais do que o orçamento do DNPM. Nós temos a Aneel dentro do mesmo Ministério. Nós acreditamos, como técnico, eu me enquadro nessa categoria, que devemos ter uma agência que seja do mesmo porte. Nós não podemos ter coisas diferenciadas, até porque eu já disse aqui da importância do setor, que responde por 4% do PIB.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Claro!

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – Eu não sei se fiz um apanhado muito rápido, mas continuo à disposição na Secretaria, inclusive no que diz respeito a cada Estado, e na Subcomissão, se necessário, para esclarecer alguns assuntos.

Então, quero mais uma vez agradecer ao Senador Ferraço.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Complementando o que o Dr. Carlos falou sobre a questão das agências reguladoras – eu espero que a agência que vai substituir o DNPM seja fortalecida –, ele fez referência à Aneel, à ANP, o problema é que as taxas e os emolumentos que deveriam ir diretamente para as agências reguladoras vão para o Tesouro e o Tesouro contingencia isso. Quer dizer, libera 20% das taxas recolhidas, o resto vai para superávit primário e as agências ficam sem recursos para exercerem a função para a qual foram criadas, ou seja, fiscalizar e regular cada setor entregue à iniciativa privada, em benefício e em defesa do usuário, do cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Dr. Carlão deseja falar.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – Eu esqueci, na ânsia de respeitar o prazo para terminar, de me referir a uma questão propositiva. As pessoas sempre questionam o Estado com relação aos 12% que retém da CFEM. E eu sempre faço a mesma pergunta aos prefeitos, aos Deputados Estaduais, aos Deputados Federais e aos Senadores que vêm nos cobrar essa questão. Eu fico perguntando qual é o Estado que tem legislação específica para carimbar a CFEM, pois 65% da CFEM é municipal, são despesas discricionárias. Aliás, discricionárias, não; são despesas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Obrigatórias.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – São despesas que você não pode dizer como o Município tem que gastar porque são vinculadas. Então, eu não vejo nenhuma câmara que tem Municípios importantíssimos, como Parauapebas, lá no seu Estado, que tenha uma lei que diga: "Dos 65%" – não estou dizendo que vá todo –, "tal percentual vai ser destinado para a formação de mão de obra, para qualificação, para isso e isso". A mesma coisa é com os Estados, pois eles recebem 23%. Eu acho que se houvesse um esforço... Nós estamos falando de um setor. Eu não estou falando da economia global. Eu estou falando de um setor em que os recursos são pagos. Se houvesse um entendimento, se o Município entendesse que é importante para ele a retomada e a recriação disso...

Vou voltar para uma questão que alguém falou aqui, ou seja, você poderia ter uma secretaria forte no seu Município que pudesse, no âmbito da delegação da competência, criar uma estrutura municipal para que o Governo Federal... Isso porque constitucionalmente os bens minerais pertencem à União. Isso está na Constituição. Então, para não mudar a Constituição, a gente podia delegar isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sim, sim.

O SR. CARLOS NOGUEIRA DA COSTA JUNIOR – Então, eu estou só dizendo que isso é um embrião, porque hoje em dia você vai para um Município, mas, como ele não tem a menor estrutura, nem de técnico, nem de gente, isso vai gerar uma burocracia. Alguns prefeitos e governadores dizem: "Às vezes o que a gente arrecada não justifica a estrutura que nós vamos montar para isso." Eu só estou dizendo, Senador, que essa é uma questão que nós podemos repensar para mudar isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu sei. Nós podemos, devemos e precisamos fazer. O que nós precisamos é sair da retórica e quem tem que liderar esse movimento é o Ministério de

Minas e Energia. O que nós podemos delegar para os Estados? Como é que o DNPM e o Ministério entendem que os Estados devem se organizar? À medida que o Ministério liderar isso... Eu tenho certeza de que se V. Sªs convocarem e convidarem o Governador Paulo Hartung, por exemplo, ele estará presente aqui, na primeira oportunidade, para pactuar. Agora, o que nós podemos delegar para os Estados? Por que esse nível de concentração precisa estar nas mãos do DNPM, que não faz e não deixa ninguém fazer? Esta é que é a verdade: não faz e não deixa ninguém fazer e não lidera um esforço de delegação e de descentralização de responsabilidades.

De igual forma, se chamar o Governador Jatene para conversar sobre o tema, ele vai topar a tarefa, vai se sentar e vamos estruturar uma diretriz nessa direção.

Agora, quem tem de liderar isso é o Ministério das Minas e Energia. Não sou eu. Eu quero ser soldado dessa causa, como o Senador Flexa, como o Senador Wilder, como o Senador Fernando Coelho e tantos outros.

Agora, essa tarefa é de V. Sªs. Por isso é que nós estamos propondo aqui esse grupo de trabalho com escopo e prazo determinado para que nós possamos ir, no bom sentido da palavra, às vias de fato. Chega de discurso! Vamos à ação! Vamos à prática, porque nós estamos enterrando o setor de mineração em nosso País, na medida em que nós não damos a ele a oportunidade que ele e a sociedade precisam.

Eu vejo aqui agora que o PIB do mês caiu mais 1,5% na indústria brasileira. Se nós somarmos o acumulado da redução do PIB na indústria este ano já chega a quase 6%. Enquanto o país está mergulhado em uma recessão como essa, empreendedores querem trabalhar, querem empreender, querem produzir, e o Estado, se não puder ajudar, tudo bem, mas não atrapalhe.

Convoque os Estados e os Governadores para que eles possam fazer parte desse esforço coletivo dentro dessa questão que nós estamos aqui a falar, que são novos critérios e premissas na relação federada, que é um trabalho que o Senador Fernando Coelho tem liderado com muita competência no Senado da República.

Eu gostaria de agradecer a disposição de V. Sªs, do Sr. Tales Machado, do Sr. Reinaldo Dantas, Carlos Nogueira da Costa, o Celso Luiz e o José Antônio Guidone por esse desprendimento, pela presença aqui de todos os senhores.

Este foi o sentido: colocar na pauta do Senado um tema tão relevante como esse.

Nós vamos passar agora à segunda parte da nossa reunião. Vamos tratar de temas deliberativos, inclusive, o requerimento de V. Exª, Senador Flexa, que quero incluir extrapauta para que nós possamos discutir aqui, em uma outra oportunidade, com o Dr. Carlão, com o Dr. Celso, com o nosso querido, estimado e admirado Ministro Eduardo Braga, a questão da mineração em nosso País.

De modo que agradeço a V. Sªs a presença. Fiquem à vontade. Se quiserem continuar conosco, é um prazer. Eu gostaria muito de, ao final, conversamos aqui para definirmos esse grupo técnico, com prazo, com escopo. Se puderem ficar, seria muito bom. Muito obrigado a V. Sªs pela presença nesta reunião.

Vamos passar aqui à segunda parte da nossa reunião deliberativa.

Item extrapauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 55, de 2015

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 58, da Constituição Federal e do inciso II do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, para debater as atuais motivações contidas no Código de Trânsito Brasileiro, para a aplicação das medidas de remoção e apreensão de veículos, bem como as suas implicações. Recomendo a presença das personalidades abaixo relacionadas:

- Alberto Augerami – Diretor do DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito;

- Enivaldo dos Anjos – Deputado Estadual do Estado do Espírito Santo, Presidente da CPI dos Guinchos, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 56, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, e no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Infraestrutura, destinada a debater a situação do setor mineral do Brasil e o Novo Código da Mineração.
Nesse sentido, sugiro a participação dos convidados abaixo relacionados.
1. Sr. Eduardo Braga - Ministro das Minas e Energia;
2. Sr. Simão Jatene – Governador do Estado do Pará;
3. Sr. Fernando Pimentel – Governador do Estado de Minas Gerais;
4. Deputado Leonardo Quintão – relator do Novo Código na Câmara dos Deputados;
5. Sr. Celso Luiz Garcia - Diretor-Geral do DNPM;
6. Sr. José Fernando Coura - Diretor-Presidente do IBRAM.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Em discussão. (*Pausa.*)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que votam favoravelmente permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)
Aprovado.
Vamos diligenciar, Senador Flexa Ribeiro, naturalmente com o nosso querido Presidente, Garibaldi Alves, uma oportunidade rápida para que nós possamos ampliar e aprofundar esse debate, não agora com foco nas rochas ornamentais, mas na mineração, que, como disse o Dr. Carlão, tem uma presença relevante, algo em torno de 4% do Produto Interno Brasileiro.
Então, está aprovado.
Vamos deliberar com o nosso Presidente uma data adequada, com urgência, para que possamos relatar, apresentar, realizar essa audiência.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Walter Pinheiro
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
Leitura do relatório

Consulto o Senador Fernando Bezerra se, sendo designado Relator *ad hoc* no lugar do Senador Walter Pinheiro, poderia fazer a leitura do relatório.
O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Por meio da Mensagem nº 66, de 2015, a Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá para exercer o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.
Os diretores do DNIT, cujas nomeações serão precedidas, individualmente, de aprovação pelo Senado Federal, deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da autarquia, além de elevado conceito no campo de suas especialidades, conforme estabelece o art. 88 de sua lei de criação.
Estamos com um problema técnico.
O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nosso universitário está enrolado hoje? Não, não é?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – É porque foi anexado outro relatório aqui.

Gustavo Adolfo Andrade de Sá é cidadão brasileiro, graduado em Engenharia Civil, em 1982, pela Universidade Federal da Paraíba.

Na vida profissional, o indicado possui mais de trinta anos de experiência em engenharia rodoviária. Ingressou em 1984 no antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, atual DNIT, onde exerceu os cargos de chefe de seção técnica, chefe de residência, de unidade local e chefe de engenharia, todos vinculados à Superintendência Regional no Estado da Paraíba, tendo chegado a ocupar o cargo de Superintendente Regional daquele Estado entre março de 2010 e março de 2013.

Cumpre, também, registrar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o § 3º do *caput* do mesmo artigo.

Por fim, importante mencionar que o indicado informa ser sócio cotista, em 33,33%, da Empresa GDS Construções, aberta em 2 de junho de 2010, cujo ramo de atividade é o de construção civil, e que, de acordo com o contrato social que constituiu a firma, a administração da sociedade cabe aos demais sócios.

Esses são os elementos disponíveis para que esta comissão delibere sobre a indicação, pela Excelentíssima Senhora Presidente da República, do Sr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá, ao cargo de Diretor Executivo do DNIT, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso II, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com as determinações do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª pela disponibilidade e boa vontade, Senador Fernando Bezerra Coelho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nos termos do Regimento, art. 383, nós vamos conceder vista coletiva da matéria para que possamos, dando fé pública, em data a ser orientada pelo nosso Presidente, Senador Garibaldi, marcar a nossa sabatina.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pronto para deliberação

Consulto o eminente Senador Fernando Bezerra Coelho, sem abusar da sua boa vontade, se teria disponibilidade para, designado por nós, ser o Relator *ad hoc*, desta matéria, relatada inicialmente pelo Senador Wellington Fagundes, que teve de se ausentar porque está relatando outras matérias em outra Comissão. Consulto V. Exª sobre a disponibilidade de ser o Relator *ad hoc* para que o processo possa ser diligenciado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Com certeza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – A Senhora Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 65, de 2015 , submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Valter Casimiro Silveira, para ser conduzido ao cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Conforme disposto no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal e no parágrafo único do art. 88 da lei de criação do DNIT, as nomeações dos Diretores do DNIT devem ser precedidas de aprovação pelo Senado Federal, por voto secreto e após arguição pública.

A experiência acumulada em quase 19 anos de atuação no setor público, somada à capacitação realizada nesse período, lhe conferem o conhecimento desejado em Gestão Pública e no processo de execução governamental que o qualificam para o exercício do cargo para o qual foi indicado.

Por fim, registro que o Dr. Valter apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c" do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

Esses são os elementos disponíveis para que esta Comissão delibere sobre a indicação do Dr. Valter Casimiro Silveira para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, nos termos do Regimento, vamos conceder vista coletiva.

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pronto para deliberação

Nós informamos e comunicamos ao nosso estimado Senador Wellington Fagundes que, na ausência de V. Exª, para diligenciar o processo, o Senador Walter Pinheiro relatou o processo de indicação de um diretor, e eu gostaria...

Eu falei Fernando Bezerra? Perdão, Senador. Acho que V. Exª não se ofendeu, não, nem o Senador Walter Pinheiro. (*Risos.*)

Então, nós temos aqui a indicação do Sr. Luiz Antonio Ehret Garcia. Inicialmente, foi designado o Senador Vicentinho Alves. Consulto V. Exª, Senador Wellington Fagundes, se poderia se disponibilizar para emitir o parecer *ad hoc* do nome do Sr. Luiz Antonio Ehret Garcia.

Agradeço a V. Exª e lhe passo a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, nos termos do art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, combinado com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 67, de 2015, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Luiz Antonio Ehret Garcia, para ser conduzido ao cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Nos termos do disposto no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre as matérias pertinentes a transportes. Ainda, nos termos do art. 383 do RISF, a CI deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre ele.

De acordo com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 2001, que criou o DNIT, seus diretores "deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competência do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades".

O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado, que passaremos a...

Eu posso sintetizar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Que já está aqui, todo ele muito claro.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do caput do mesmo artigo.

Fica assim esta Comissão de Serviços de Infraestrutura em condições de deliberar sobre a indicação do Sr. Luiz Antonio Ehret Garcia para ser conduzido ao cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a S. Exª, o Senador Wellington Fagundes, pela relatoria.

Nos termos regimentais, nós vamos conceder vista coletiva, para que nós possamos marcar, sob orientação do nosso Presidente, o Senador Garibaldi Alves, a data para que nós possamos sabatinar os indicados ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

De modo que não havendo mais...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu queria pedir aqui, Sr. Presidente, apenas...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – ...para ficar registrado para o nosso universitário a possibilidade de marcar já para a próxima semana. Temos um feriado na segunda-feira, mas, na próxima semana, de qualquer forma, na quarta-feira, teremos aqui a reunião. Eu já havia conversado com Presidente, dado que foi uma luta do próprio Presidente desta Comissão concluirmos as agências. Felizmente hoje acho que todas já estão completas, e o DNIT também, que não é agência, acaba tendo um papel híbrido. Não tem mandato, como as agências, mas, de qualquer forma, a interinidade sempre leva à intranquilidade ou à indefinição para a tomada de decisões importantes.

Nós temos muitas obras sendo tocadas, algumas inclusive mixadas, como é o caso do meu Estado, o Mato Grosso, a BR-163, onde parte do serviço, metade do trecho, praticamente, está sendo feito pelo Ministério dos Transportes, através do DNIT, e o restante pela concessionária. E principalmente o trecho de Rondonópolis a Cuiabá, que nos causa muita preocupação, porque a concessionária já está agora autorizada, vai começar a cobrança do pedágio, e hoje eu soube notícia de que uma das empresas paralisou o trecho de Rondonópolis a Jaciara.

Segundo a Polícia Rodoviária, esse trecho de Rondonópolis-Cuiabá-Posto Gil, principalmente Rondonópolis-Cuiabá-Rosário, é o trecho em que mais acontecem acidentes frontais do Brasil, e acidente frontal normalmente representa perda de vidas. E nós não podemos brincar com a vida das pessoas.

Por isso, eu quero pedir aqui imensamente que a gente já coloque em pauta para a próxima semana e possa definir e votar. Inclusive, vou ver com o Presidente do Congresso a possibilidade de votarmos também no mesmo dia no Plenário do Senado, já que tivemos, inclusive, muitos casos dessa forma.

Eu agradeço muito, Sr. Presidente.

Aqui foi um pouco atropelado, mas eu tinha que votar também em outra Comissão. Acho que essa é a situação da Casa.

Quero parabenizá-lo pela audiência pública. Esse tema da mineração é relevante para o País, aqui cada um pôde expor. Penso que teremos, realmente, de cobrar, porque não podemos falar em pobreza no Brasil, em dificuldade econômica, com tantos recursos minerais que poderiam estar gerando emprego e muita riqueza para este País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós agradecemos a participação de V. Exª não apenas na nossa audiência pública, mas também diligenciando a indicação de autoridades para o DNIT, considerando a importância do DNIT e a necessidade de um órgão como esse não ter omissão na indicação dos seus diretores pelo tamanho da tarefa do nosso Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

Quero crer que o nosso Senador Garibaldi está absolutamente alinhado com a preocupação de V. Exª e estará marcando logo as sabatinas para que possamos, preenchendo as diretorias, cobrar desses diretores ações e resultados em função das demandas no campo da infraestrutura nos Estados federados.

Eu agradeço a disponibilidade de V. Exª.

Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 08 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 34 minutos)

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 9 DE SETEMBRO DE 2015.

Às oito horas e quarenta e seis minutos do dia nove de setembro de dois mil e quinze, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Lasier Martins, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Vicentinho Alves, José Pimentel, Gladson Cameli, Ivo Cassol, Waldemir Moka, Romero Jucá, Sérgio Petecão e Douglas Cintra. Registra presença como não membros o Senador José Medeiros e a Senadora Fátima Bezerra. Justifica a ausência o Senador Garibaldi Alves Filho. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura do comunicado da Presidência, tem início a apreciação da Pauta. Item 1 - Mensagem (SF) nº 65, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT". Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada. Item 2 – Mensagem (SF) nº 66, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT". Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatoria *ad hoc*: Senador Fernando Bezerra Coelho. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada. Item 3 - Mensagem (SF) nº 67, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT". Relatoria: Senador Vicentinho Alves. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada. É apreciado um item extrapauta. Item 4 – Mensagem (SF) nº 68, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente". Relatoria: Senador Valdir Raupp. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Wellington Fagundes, Walter Pinheiro, Flexa Ribeiro, Vanessa Grazziotin, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Valdir Raupp e Fátima Bezerra. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às doze horas e trinta e três minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador LASIER MARTINS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom dia, Srªs e Srs. Senadores, assessores, jornalistas, cinegrafistas, fotógrafos.

Declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Por que estou aqui hoje? Porque o Presidente da Comissão, o Senador Garibaldi Alves Filho, solicita que seja comunicada ao Plenário da Comissão a sua ausência na reunião de hoje em virtude de licença médica. Depois de receber alta hospitalar, após submeter-se a uma angioplastia para aplicação de *stent*, realizada no Hospital Sírio-Libanês, ele voltou de São Paulo para Brasília com recomendação de repouso.

A licença médica do Senador Garibaldi se estenderá até o próximo dia 15 de setembro. Portanto, o nosso Presidente da Comissão voltará com o coração mais forte dentro de poucos dias e com aquele bom humor incomparável, sem igual entre os Senadores.

Estou aqui não por qualquer mérito especial, apenas pela idade, no que não vejo grande mérito, por ser o mais velho.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Que é isso, Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se pudesse, voltaria atrás, mas não é possível.

Informo aos presentes e a quem nos acompanha pelos canais de divulgação do Senado Federal que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular pelo e-Cidadania. Os cidadãos que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania ou através do Alô Senado.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 65, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Reunião destinada à sabatina do indicado
2. Em 02.09.2015 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF

ITEM 2
MENSAGEM (SF) Nº 66, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Walter Pinheiro. Relatoria *ad hoc* Senador Fernando Bezerra Coelho.
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Reunião destinada à sabatina do indicado
2. Em 02.09.2015 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF.

ITEM 3
MENSAGEM (SF) Nº 67, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Vicentinho Alves
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1. Reunião destinada à sabatina do indicado
2. Em 02.09.2015 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF.

Então, nós teremos hoje aqui a sabatina com os três diretores indicados para o DNIT. Convido, desde logo, para que tomem assento à Mesa os Srs. Valter Casimiro Silveira, Gustavo Adolfo Andrade de Sá e Luiz Antonio Ehret Garcia, indicados a cargos de Diretores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Eu vou propor aos senhores, que seja concedido hoje o tempo de 15 minutos para que se apresentem aos nossos Senadores. Se houver necessidade, a gente faz uma prorrogação, mas, depois, durante as perguntas, haverá tempo para os indicados dissertarem mais sobre as tarefas das quais estarão incumbidos, uma vez aprovados.

Então, começo concedendo a palavra ao candidato a Diretor-Geral do DNIT, Sr. Valter Casimiro Silveira. Bom dia.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom dia. Gostaria de cumprimentar o Exmo Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, Senador Lasier Martins; Exmo Sr. Senador Wellington Fagundes, digno Relator do meu processo; Exmos Sras e Srs. Senadores aqui presentes, demais autoridades presentes, senhoras e senhores.

É com muito prazer que venho hoje à Comissão de Serviços de Infraestrutura para participar desta reunião destinada a minha sabatina para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

Como servidor de carreira do DNIT, é uma honra ter sido escolhido pelo Exmo Sr. Ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, entre os 3.100 servidores daquela instituição, da autarquia, para exercer essa função tão importante para o País.

Dou início às minhas considerações enfatizando que o Brasil precisa de um sistema de transporte bem estruturado no qual todos os modais estejam devidamente articulados entre si e recebam os investimentos e a manutenção necessários para garantir a máxima eficiência logística do País.

O DNIT tem como missão implementar a política de infraestrutura de transporte contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País. É necessário procurar aprimorar constantemente a gestão das obras sob sua responsabilidade, desde a contratação do empreendimento até a execução propriamente dita, passando ainda pela supervisão do serviço. A autarquia também tem como objetivo assegurar mais transparência às suas ações junto aos órgãos de controle e à sociedade brasileira.

Iniciei minha carreira na área pública em 1994 e, desde então, venho exercendo funções de gestão pelos órgãos que passei. Sou servidor de carreira do DNIT há nove anos e, neste período, destaco minha participação no programa de implantação e melhoramento dos terminais fluviais na Região Amazônica, no programa de melhoramento das hidrovias brasileiras e a participação na coordenação de ações no Programa de Aceleração do Crescimento, onde adquiri conhecimento das demandas do setor para diminuir os gargalos e estimular um maior equilíbrio na participação dos modais na logística de transportes do País.

Minha experiência de 21 anos na área pública, somadas capacitações realizadas nesse período, me conferiu o conhecimento desejado em gestão pública, no processo de execução governamental e na atuação de ações de infraestrutura de transporte do Brasil.

Agradeço a confiança depositada pela Presidente Dilma Rousseff e pelo Senhor Ministro dos Transportes Antonio Carlos Rodrigues quando me indicaram para exercer o cargo de Diretor-Geral do DNIT.

Sabendo da importância da atuação do DNIT no desenvolvimento da infraestrutura de transportes do País, sinto-me honrado com a indicação. Tenho consciência de que são grandes os desafios a serem vencidos, mas tenho certeza de que estou preparado para assumir o cargo de Diretor-Geral do DNIT, caso seja esse o entendimento de V. Exas, Senadores da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra para a sua apresentação a Diretor do DNIT, Gustavo Adolfo Andrade de Sá.

O SR. GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Exmo Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, Lasier Martins, o Exmo Sr. Senador Walter Pinheiro, digno Relator, Exmos Sras Senadoras e Srs. Senadores aqui presentes e demais autoridades, senhores e senhoras.

Dou início às minhas considerações destacando a importante missão que o DNIT tem de implementar a política de infraestrutura de transporte, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do País.

Não entendemos desenvolvimento sustentável sem garantirmos a máxima eficiência logística do País. Neste momento em que a nossa economia, mais do que nunca, necessita de pilares sólidos de crescimento, o DNIT é um importante instrumento de que dispõe a Nação para vencer esse desafio, e estamos preparados para isso. A Diretoria Executiva do DNIT tem um papel fundamental, uma autarquia, posto entre suas principais atribuições, e está assegurar o funcionamento harmônico entre as diretorias, as superintendências regionais,

orientando, coordenando e supervisionando as atividades, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento da execução físico-financeira das obras de infraestrutura e serviços da área administrativa.

Esse o nosso desafio, e posso assegurar que possuo experiência para enfrentá-lo. Iniciei minha carreira no serviço público em 1984, na extinta empresa estatal Ecex, responsável pela construção da Ponte Rio-Niterói – não sou tão velho assim, senhores, a ponte já tinha sido construída; só participei, realmente, da continuidade dela.

Após dois anos, fui transferido para o saudoso Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do qual me orgulho muito de ser oriundo, DNER, nosso DNIT atual.

Exerci as funções de gestão como chefe de sessão técnica, chefe de residência e supervisor da unidade local, todos nas Superintendências Regionais do Estado de Pernambuco e da Paraíba, sendo Chefe de Serviço de Engenharia de 2003 a 2010, e Superintendente Regional de março de 2010 a abril de 2013 no Estado da Paraíba.

Minha experiência de mais de 30 anos de engenharia rodoviária, somada às captações realizadas pelo nosso período, me conferiu o conhecimento desejado na gestão pública para assumir o cargo de Diretor Executivo.

Agradeço a confiança em mim depositada pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, e pelo Exmo Sr. Ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, quando me indicaram para o cargo de Diretor Executivo.

Sabendo da importância do DNIT e do desenvolvimento do Sistema Federal de Viação e da logística nacional, sinto-me honrado com a indicação, tendo a consciência dos desafios a serem vencidos. Mas posso afirmar, com toda a segurança, que estou preparado para assumir o cargo da Diretoria Executiva, caso seja esse o entendimento de V. Exªs.

Muito obrigado.

Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra o Sr. Luiz Antonio Ehret Garcia, indicado para o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT.

Bom dia.

O SR. LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA – Bom dia.

Em primeiro lugar, cumprimento o Exmo Sr. Presidente em exercício desta Comissão de Infraestrutura, Senador Lasier Martins; cumprimento o Exmo Sr. Relator, Senador Vicentinho Alves, a quem desde já agradeço pela dedicação na relatoria da apreciação do meu nome nesta Comissão. Gostaria também de cumprimentar os Exmos Srs. Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi, membros desta Comissão e representantes do meu Estado natal, Mato Grosso, e em nome dos quais gostaria de cumprimentar todos os demais membros desta Comissão, Parlamentares e autoridades aqui presentes. Gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa, Dr. Valter e Dr. Gustavo.

Peço licença, Sr. Presidente, para cumprimentar meus colegas, servidores do DNIT aqui presentes. Em nome da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte, Dr. Ezio e Dr. Orlando Fanaia também se fazem aqui presentes.

Gostaria também de cumprimentar meus irmãos, que também se fazem presentes nesta reunião.

Estendo ainda meus cumprimentos aos servidores, aos representantes da imprensa e às senhoras e aos senhores.

Muito me honra estar na manhã de hoje perante V. Exªs, legítimos representantes das diferentes unidades da Federação, eleitos pelo voto livre e direto, para ser sabatinado após a indicação do meu nome pelo Exmo Sr. Ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, e pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República, Dilma Rousseff, para exercer a função de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DNIT, órgão este do qual me orgulho de ser servidor do seu quadro permanente, onde ingressei, por meio de concurso público, no ano de 2006, na Superintendência Regional de Mato Grosso.

Iniciei a minha carreira no órgão como Fiscal de Obras de Serviço de Manutenção Rodoviária, acompanhando, no trecho, as atividades essenciais de preservação desse importante patrimônio público – a rodovia – e principalmente a preservação da segurança daqueles que a utilizam, atividades essas de tapa-buraco, limpeza de sarjetas, dispositivos de drenagem, reparos na sinalização e etc.

Adquirindo experiência e a confiança dos dirigentes e dos colegas, trabalhei em diversas áreas na Superintendência: análise de projetos, análise de revisões de projetos, fui membro de comissões de licitação, fiscal de obras de manutenção, recuperação, pavimentação, além ter dado suporte a trabalhos gerenciais de acompanhamento dos diversos empreendimentos a cargo da Superintendência de Mato Grosso.

Enfim, tive a felicidade de ter a oportunidade de atuar e conhecer as particularidades das diferentes áreas da autarquia e também da Administração Pública.

Em fevereiro de 2011, fui designado para exercer a função de Chefe do Serviço de Engenharia da Regional de Mato Grosso, onde fiquei incumbido de gerenciar os trabalhos técnicos inerentes às atividades daquela

unidade e seus respectivos contratos administrativos liderando, orientando e supervisionando o competente quadro de engenheiros e servidores daquela regional, além de monitorar o desempenho das contratadas e gerenciar a execução orçamentária.

Em outubro do mesmo ano, recebi a grande missão de exercer a função de Superintendente Regional do DNIT, em Mato Grosso, representando essa importante autarquia em um Estado com enorme potencial de produção, porém, ainda carente de uma infraestrutura adequada a essa sua enorme vocação.

Tive a responsabilidade de desenvolver ações importantes para implementar empreendimentos estruturantes e fundamentais ao desenvolvimento socioeconômico de Mato Grosso, como a duplicação do principal corredor de escoamento da produção agrícola do Estado, BR-163/MT, entre Posto Gil, Cuiabá e Rondonópolis, rodovia esta responsável pela condução de 70% da produção de soja, milho e algodão até os portos da Região Sul do Brasil.

Outra ação de que tive o privilégio de participar foi a conclusão da pavimentação da BR-163, entre Guarantã do Norte e a divisa com o Pará que, em conjunto com as obras de pavimentação da mesma rodovia no Estado vizinho, inaugura um novo corredor logístico, diminuindo o índice de continentalidade de Mato Grosso, possibilitando escoar a produção de grãos do Estado a preço mais competitivos, além de desafogar os portos do Sul e Sudeste do País.

Outros empreendimentos importantes estiveram sob a nossa gestão como a implantação e pavimentação da BR-242 e da Rodovia BR-158/MT. Além de diversas ações de recuperação de rodovias como na BR-070, BR-174 e BR-364.

Reflexo dessas ações, a Superintendência Regional do DNIT em Mato Grosso, durante o exercício de 2014, no ano passado, se destacou por ser a segunda superintendência do País em execução orçamentária, com investimento da ordem de R$750 milhões aplicados na infraestrutura do Estado.

Durante esses oito anos de atuação profissional no DNIT, sempre busquei trabalhar com sinergia junto aos servidores e demais colaboradores, ouvindo opiniões, debatendo ideias, motivando-os, prezando pelos valores da humildade e respeito, buscando sempre estabelecer um ambiente de convivência saudável e altamente profissionalizado.

Em obediência a um comando consagrado e de grande expressão democrática da Constituição Federal, meu nome está sendo submetido à apreciação de V. Sªs, como disse anteriormente, legítimo representante do povo brasileiro para exercer a função de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do DNIT, diretoria essa de grande importância à atuação do DNIT, uma vez que o principal modal de transportes do Brasil é o rodoviário, com uma malha de 52 mil quilômetros sob a sua jurisdição.

Assim, o desafio é significativamente maior do que aquele que assumi há quatro anos. Sob a responsabilidade da DIR estão desde simples, porém importantes ações de conservação rotineira, passando por restaurações, eliminações de pontos críticos, pavimentação de novas rodovias, duplicações, chegando às construções complexas de obras como túneis, pontes e viadutos. Além disso, compete à DIR a implantação e operação dos postos de controle de peso de veículos, dos equipamentos de controle de velocidade e implementação de demais dispositivos de segurança e sinalização.

Assim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, caso tenha a honra de ter o meu nome aprovado por V. Exªs e pelo Plenário desta Casa, trabalharei com muita dedicação para que o DNIT possa continuar no seu processo de melhoria na prestação de serviços ao cidadão, aplicando, além das boas práticas de engenharia e de gestão pública, os mais importantes valores a mim passados pelo meu avô, José Garcia Neto, ex-prefeito de Cuiabá, ex-Deputado Federal e ex-Governador de Mato Grosso que são: a honestidade com as pessoas, a humildade, a lealdade e o companheirismo.

Firmo compromisso com V. Exªs, caso tenha meu nome aprovado, de ser transparente e estar sempre à disposição desta Casa para prestar os devidos esclarecimentos que se fizerem necessários.

Agradeço a atenção de todos e me coloco à disposição.

Muito obrigado.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senador Vicentinho.

O SR. VICENTINHO ALVES (Bloco União e Força/PR - TO) – Consulto, depois de ouvir os sabatinados – Dr. Valter, Dr. Gustavo e Dr. Luiz Antonio –, V. Exª e os colegas a possibilidade de abrir a votação e procederíamos à discussão imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Transfiro ao Plenário da Comissão esta consulta: se concordam com o início da votação antes, durante a arguição dos nossos indicados. (*Pausa.*)

Bom, sem objeção, então, e como já temos, também, quórum para votação, aqueles que tiverem necessidade de atender a outras Comissões, poderão votar.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, só com uma definição então. Quem pediu que fosse autorizado o início da votação, tem obrigação de ficar aqui até o final para conferir.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, a lista de inscrição para a sabatina está aberta. Já estão inscritos os Senadores Wellington, Flexa Ribeiro, Fernando Bezerra e Blairo Maggi.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, aqui há o critério por ordem de chegada, então, da minha parte, não há problema nenhum o Senador Blairo falar primeiro.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – Mas V. Exª é o Relator...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Não, não, acho que é...

Ah! É?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não transfiram para mim essa solução aí.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bom, então, temos aí...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Por ironia, o primeiro Relator é Vicentinho, que, inclusive, chegou por último.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, primeiro Wellington?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, Senador Wellington.

O Sr. Valter Casimiro é indicado para Diretor-Geral do DNIT, Gustavo Adolfo para Diretor Executivo e Dr. Luiz Antonio para Infraestrutura Rodoviária.

Senador Wellington, V. Exª tem a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, Sr. Presidente, eu gostaria, primeiro, de elogiar o nosso Presidente Garibaldi, porque, desde o início aqui, as primeiras reuniões desta Comissão, neste ano, eram reuniões em que todos cobrávamos a questão da definição das Agências e também do DNIT. Todos viviam na interinidade, e isso, claro, acaba atrapalhando o andamento, a celeridade dos órgãos, e o DNIT também estava uma situação como essa.

Então, hoje, estamos chegando aqui à possibilidade, já estamos na sabatina, da aprovação do nome dos três, falta um ainda membro a ser enviado para cá...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu só queria pedir um pouquinho mais de silêncio para ouvirmos as perguntas e as respostas dos indicados.

Obrigado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Então, vamos lá, como a plateia obedeceu ao Presidente, acho que continuo falando.

Então, só falta apenas mais um nome a ser indicado, creio que, talvez, semana que vem, a gente já tenha isso, mas, pelo menos, já temos uma diretoria a partir da sua nomeação com condições de deliberar. Vamos, inclusive, pedir, tão logo seja aprovado aqui, para que falemos com o Presidente Renan, o nosso universitário, para, quem sabe, botar isso em votação hoje ainda no plenário do Senado. Outros aconteceram dessa forma, e gostaríamos de pedir, inclusive à Presidência, também, agilização nesse sentido.

Bom, coube a mim relatar o profissional Valter Casimiro, que, hoje, responde pela Diretoria-Geral do DNIT e também pela Aquaviária. Ele já falou aqui da sua experiência, já foi sabatinado aqui, portanto, conhece muito bem as regras, só que estamos num momento, Sr. Presidente, de dificuldades econômicas. O Ministério chegou a ter um investimento de 18 bilhões por ano.

É bom se dizer que também quando o Ministério dos Transportes foi assumido pelo Governo Lula, o Ministério dos Transportes tinha uma dívida de aproximadamente 1,7 bilhão, estradas esburacadas e, naquela época, diziam que o governo fazia de conta que pagava e as empresas faziam de conta que trabalhavam.

Foi uma luta muito grande, ou seja, praticamente 12 anos, para termos a malha razoável que temos no Brasil. Não é a ideal, mas melhorou bastante nesses últimos doze anos. Mas começamos a perceber, exatamente pela falta de recursos, obras paradas e uma preocupação com a sua manutenção.

Sei que o Ministério e o DNIT estão dando prioridade às obras de restauração, o que é fundamental, mas em vários aspectos gostaria de ter a análise dos diretores.

Ao mesmo tempo em que temos poucos recursos para serem investidos, a previsão para o ano que vem é menor ainda, mas Mato Grosso tem o transporte calcado basicamente no rodoviarismo.

Então, abandonar ou diminuir os investimentos em nossas estradas pode ser um novo caos, principalmente para os Estados que estão muito distantes dos portos, como é o caso dos Estados do centro do Brasil, Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul. Então, isso nos causa uma preocupação muito grande, até

porque o nosso volume está aumentando mais a produção de *commodities* agrícolas e estamos num momento de perspectiva séria de melhorar essa nossa balança comercial.

A nosso ver, a produção agrícola tem sido uma das grandes alavancadoras para o não aprofundamento da crise.

Gostaria de perguntar, de forma genérica, ao Valter, que é o Diretor-Geral hoje, o que V. Sª pode dizer para nós da perspectiva para este ano e para o ano que vem.

V. Sª pode falar que é o que anunciou a equipe econômica, de déficit. De que forma os senhores estão planejando isso? No Ministério dos Transportes – nós sabemos – como em outros casos, que existe uma fila para pagamento de empresas, de acordo com o trabalho. Às vezes percebemos que, empresas, como no caso da BR-163, em Mato Grosso, temos um trecho onde está sendo feita a duplicação através de uma concessão. É o único caso do Brasil em que metade do trecho está sendo feito pelo DNIT, ou seja, o trecho de Rondonópolis até Posto Gil pelo DNIT, apenas com um pedaço, que é a Rodovia dos Imigrantes em Cuiabá, que é feito pela concessionária, o restante de todo o trecho que está sendo feito pela concessionária.

Eu e o Senador Blairo, já por muitos momentos, falamos da nossa preocupação, porque das empresas que são de responsabilidade do DNIT, uma delas não voltou ao serviço há mais de um ano, que é do trecho de Cuiabá, saindo para a Serra de São Vicente, e não há, apesar de termos procurado conversar, perspectiva de voltar.

Elas questionam a entrada sem terem um fluxo financeiro para tocar a obra, mobilizar, enfim, tudo mais.

O trecho da Serra de São Vicente a Jaciara, como é uma empresa mais robusta, está dedicando muito nessa área, a empresa está tocando – digamos assim – de forma até surpreendente. Um dos diretores esteve comigo e com o Senador Blairo dizendo que, se até outubro não tiver uma forma de solucionar, terá que parar também.

O trecho de Cuiabá a Rosário está parado, aliás, foi agora definido pela ANTT, passando para a concessionária, que vai fazer manutenção, mas ainda não é obra.

Senador Blairo, ontem estive no trecho e tivemos um bloqueio por parte dos sem-terra e daqueles que estão insatisfeitos com a cobrança do pedágio, porque começaram a cobrar o pedágio. Eles começaram a cobrar o pedágio no momento em que a restauração desse trecho que estava pior não tem nada significativo, nem obra, é claro. Mas, a restauração não está nada significativa ainda. No trecho de Cuiabá para a Serra de São Vicente, também da mesma forma. Agora, o trecho que ela está construindo na divisa de Mato Grosso do Sul para Rondonópolis está muito bem, a obra bem, mas isso começa a causar pressão. Estive lá com prefeitos, com vereadores, que nos questionaram o que vamos fazer. E já estão cobrando pedágio. Eu mesmo disse que iria me posicionar contra a cobrança desse pedágio sem a estrada estar em boas condições.

Então, de cara, fica uma cobrança nossa à diretoria, porque isso é papel da ANTT, em relação à concessionária, mas como é que o DNIT vai encontrar a solução numa situação que é diferenciada de todo o Brasil? Já tivemos várias reuniões. A nosso ver, juntamente com o Senador Blairo, a alternativa seria a descentralização do pagamento para Mato Grosso, porque é uma condição diferenciada, dando prioridade a essas questões. Estou falando da concessão, mas ainda há outras obras que, se pararem totalmente, comprometerão muito a produção no Mato Grosso. Nós dizemos que para cada quilômetro de estrada que se constrói a resposta é muito grande. O Araguaia, por exemplo, tem milhões de hectares. Agora, começou a produção e é preciso escoar.

Eu gostaria de um parâmetro geral, no caso de Mato Grosso. Quando falo em Mato Grosso, refiro-me a Mato Grosso do Sul. Em Mato Grosso, a situação é pior, porque temos ali muito concentrado apenas na BR-364 e na BR-163, por onde passa todo o volume de cargas, por essa estrada troncal, Senador Lasier. Então, por isso a situação é muito complicada. Quando chega a Rondonópolis, ela divide para Mato Grosso do Sul, pela BR-163, e divide para Goiás, a BR-364. Agora, no trecho de Rondonópolis a Cuiabá, são três BRs, ainda somando com a BR-070. Por isso, é muito grave a situação! Nós já dissemos aqui que – o próprio Senador Blairo, o Medeiros e eu –, em nome do Mato Grosso, mesmo que se tivesse de ampliar a taxa do pedágio, seria melhor do que a gente deixar as pessoas morrendo lá pelo volume de acidentes, que é muito grande.

Então, fica aqui essa angústia. Que vocês possam dizer de que forma vocês pretendem planejar esses poucos recursos, mas na prioridade.

Outro aspecto que eu vejo também é a burocracia que hoje impera no Brasil. Na questão das licenças ambientais, Sr. Presidente, parece que é o Governo brigando com o Governo. Para uma obra que existe há mais de quarenta, cinquenta anos, o DNIT não consegue tirar uma licença ambiental, é muita dificuldade. Parece-me aquela história de vender dificuldade para achar as facilidades, porque, além da demora, o custo é muito alto. Nós temos lá um convênio feito com o Governo do Estado para a área indígena, da BR-242 e da BR-158, que não se resolve há muitos anos. Mato Grosso do Sul deve ter o mesmo problema. Então, o que pode ser encontrado, na visão de vocês? O que nesta Comissão podemos fazer para ajudar o DNIT a encontrar a melhor saída? Temos de encontrar uma saída.

Outra situação, parece que melhorou um pouco, é o fato de o Tribunal de Contas ir lá, suspeitando de uma obra de irregularidade, e mandar parar a obra. Quer dizer, é um absurdo, num lugar desses, em que morrem pessoas, ir lá mandar parar a obra. Vai lá, fiscaliza, penaliza a empresa, mas deixa a empresa trabalhar, porque o nosso período de chuvas é concentrado, assim como a seca. Então, tem-se de aproveitar essas fases do ano, principalmente agora, momento bom de trabalhar.

Mas, Dr. Valter, V. Sª é também responsável pelo aquaviário. Assim como no Brasil, de modo geral, no Mato Grosso nós temos algumas hidrovias que poderiam estar contribuindo para diminuir o custo Brasil, principalmente a Hidrovia Paraguai-Paraná. Temos ali o Porto de Morrinhos, em Cáceres, em que falta construir 60 ou 70 quilômetros de asfalto ligando Cáceres ao porto, para dinamizar aquela hidrovia. Parece que a questão ambiental já está mais resolvida agora.

Eu gostaria também aqui de pedir a todos vocês da diretoria que coloquem, como prioridade, essa questão da BR-070, da hidrovia lá do Paraguai-Paraná e ainda a questão da BR-158, a 174, nós temos o convênio com o Governo do Estado e as obras também estão paralisadas. Parece que o Governo do Estado resolveu enviar para o DNIT, aceitando a licitação que foi feita ano passado, mas é uma região muito grande. O Senador Raupp está aqui, o sobrinho dele é prefeito de Colniza. No ano passado, aquela estrada foi interrompida por uma ponte e, se o DNIT não tivesse tido a celeridade suficiente, ficaria uma região isolada, uma vasta região. Nesse aspecto, nós queremos até elogiar o DNIT, porque tomou providências rápidas e conseguiu.

Agora, não estamos aqui só para lamentar. É que em Mato Grosso, Sr. Presidente, o volume de transportes hoje das nossas *commodities* é muito grande, é muito concentrado em caminhões bitrens, treminhões... Então o desgaste das estradas também acaba sendo muito grande. Mas penso que essas considerações aqui podem ser feitas pelos três diretores. Como temos percebido, hoje na Antaq a diretoria está trabalhando muito conjunta, numa harmonia muito boa, e me parece que essa diretoria que está sendo indicada agora, como já está lá na experiência, também percebo que há uma boa harmonia e sintonia entre vocês. E é esse apoio que gostaríamos de dar mesmo, porque é importante que a Diretoria seja coesa, para nos dar as respostas. Inclusive, o objetivo desta comissão é exatamente ajudá-los naquilo em que tiverem dificuldades junto à equipe econômica, enfim... Porque vocês estão trabalhando para o Brasil e temos muitos Ministérios, cada um puxando a brasa para a sua sardinha.

E aqui, como há Senadores extremamente competentes, atuantes, e lideranças, eu penso que poderíamos apoiar muito aquilo que é importante para o Brasil, que é o funcionamento célere do DNIT.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito. Dr. Valter Casimiro, o Senador Wellington, com essa ampla, minuciosa pergunta...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Ele já fez uma audiência...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Saiba o senhor que o Senador Wellington abriu aquilo que será rotina nesta sabatina. Todos os Estados aqui presentes por seus Senadores vão perguntar sobre as deficiências de infraestruturas de estradas.

Então o senhor responderá ao Senador Wellington, mas poderá também já ampliar a sua resposta que será comum a todos.

O senhor tem a palavra.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Senador Wellington Fagundes e demais Senadores, com relação à perspectiva que o DNIT tem hoje para honrar seus compromissos, foi comentado, inclusive pelo Senador, a dificuldade que hoje o Governo tem na parte financeira. Houve... Tivemos que absorver restrições de orçamento financeiro, o DNIT que vinha pagando por ano um montante de 10 bi, neste ano teve como limitação um montante de 6,4 bi.

Então para que pudéssemos não aumentar, não gerar um estoque de dívida para o DNIT, tivemos que tomar algumas medidas, lá no DNIT, de cautela, nas quais reduzimos, em média, 35% o volume de recursos destinados à área de manutenção rodoviária e passamos para as superintendências um pedido para que gerenciassem as necessidades da sua malha, por Estado, e diminuímos o volume de recursos a serem utilizados nos contratos de construção em torno de 45%.

Com isso, foi necessário fazer um aumento no prazo de execução dos contratos para que isso não gerasse um aumento de dívida para a instituição e para que a gente pudesse controlar o volume de pagamentos que há no DNIT. Reconhecemos a necessidade de a gente descentralizar a execução do DNIT que, por um longo tempo, foi concentrando isso no DNIT Sede.

Esse é um trabalho que já vem sendo feito pela casa na questão da manutenção, para a licitação pela superintendência. E a ideia do DNIT é descentralizar essas atividades de pagamento para os Estados, para poder agilizar o processo de pagamento dos contratos.

Então, foi convocada a equipe financeira do DNIT e demais diretores para que a gente montasse um plano. Claro, a gente não pode fazer isso de forma abrupta dentro da casa. Temos que fazer isso de forma planejada.

Então, estamos iniciando um processo de descentralização dentro da casa para podermos agilizar os processos de pagamento, que serão feitos pela superintendência. Iniciaremos pelas obras de construção, para que essas superintendências comecem a ter o *know-how* nessa questão de pagamento. E acreditamos que isso vai facilitar e vai agilizar os processos dentro do DNIT.

Com relação às licenças ambientais, eu notei quando assumi interinamente a diretoria-geral, e isso já tem três meses, que o tratamento com os órgãos ambientais era um tratamento muito protocolar e burocrático. Então, solicitei às equipes da área de meio ambiente que tivessem um contato mais próximo e que fizessem uma gestão, que a gente chama de a quatro mãos, com os órgãos ambientais, com a Funai, para que agilizemos os processos de licenciamento.

Acredito que o DNIT não pode ficar tratando com órgãos do próprio Governo Federal simplesmente por ofício, cobrando e sendo cobrado. Então, eu pedi que as equipes interagissem com as equipes do meio ambiente, com a equipe da Funai, para que pudesse resolver os problemas de forma mais célere, para que não tratemos isso simplesmente de forma burocrática.

Sabemos que a Administração Pública precisa ter os controles burocráticos para poder mostrar os controles que tem, a transparência das ações que estão sendo feitas, mas isso pode ser feito também a quatro mãos das equipes trabalhando em conjunto conseguirmos maior celeridade nesses processos de licenciamento.

Com relação à parte de hidrovias, como o Senador Wellington comentou, eu hoje acumulo a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária. Sou Diretor de Infraestrutura Aquaviária do DNIT também. Há dois anos, o DNIT iniciou um processo de estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental de todas as hidrovias do País.

Esse desequilíbrio na matriz de transporte, isso vem histórico, desde a criação do DNIT. O DNIT é um órgão proveniente do DNER que absorveu o trabalho que era feito pelas companhias Docas nas hidrovias e pela parte ferroviária.

Só que 90% das ações que o DNIT executa hoje ainda são rodoviárias. Há muito trabalho a ser feito para que possamos trazer um equilíbrio na matriz de transporte, dando a prioridade que é necessária para a parte de hidrovias e ferrovias.

Esses estudos que estão sendo elaborados trarão projetos de dragagem. Além do estudo de viabilidade para identificar o comboio, o tipo das hidrovias, o que é necessário para que essas hidrovias funcionem, os terminais, os locais desses terminais hidroviários, onde precisa haver para que ela seja uma hidrovia competitiva e que possa fazer a intermodalidade, vai trazer também para a gente os projetos de dragagem, de derrocamento, se necessário, e sinalização para que o DNIT venha a contratar empresas que fiquem de forma continuada, como fazemos hoje no modal rodoviário.

Processos de cinco anos de empresas contratadas para poder manter a navegabilidade dos rios. Com isso, entendemos que vamos melhorar a confiabilidade nas hidrovias do País e gerar uma maior utilização e uma melhoria no equilíbrio da utilização desse modal.

Acho que, com isso, respondi às perguntas, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Antes de passar a pergunta ao Senador Flexa, o senhor falou num dado aí, que eu gostaria que fosse bem realçado. O senhor falou que a verba do DNIT seria de 10 bilhões.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Nove bilhões e oitocentos milhões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E ficou para 6,4 bilhões.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Isso o limite financeiro que o DNIT vai receber neste exercício.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier Martins, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, senhores indicados à Diretoria do DNIT, Dr. Valter Silveira, Dr. Gustavo Sá, Dr. Luiz Garcia, Senador Lasier, estou vizinho de cadeira do Senador Wellington e somos vizinhos de Estado e vizinhos de problemas também – os problemas que atingem Mato Grosso são os problemas que atingem o Pará –, e é importante...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu ia fazer uma pergunta aqui: Quem não precisa de melhoria de estradas? Mas essa pergunta é desnecessária.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade.

Só que o Pará, Senador Lasier, é dos Estados da Federação o que tem a menor malha federal asfaltada.

Então, que privilégio, não é? É uma disputa... Parece a série B, para ver quem está na... Ou a série A, na faixa de rebaixamento. É o caso aí...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O Papão ganhou ontem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É, o Papão ganhou ontem, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor diria que o Pará é o Vasco da Gama das estradas?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, não. Não é o Vasco da Gama, porque não tem 13 pontos, 13 é um número que fica longe do Pará, graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E é o maior Estado brasileiro, não é?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não, o segundo.

O nosso vizinho, o Amazonas, aqui, tem esse privilégio, de ser o maior. Mas a Amazônia, em si, responde por 60% do Território nacional, e, até hoje, o Governo Federal fica de costas para a Amazônia. Tem que olhar por lá.

Mas vamos tratar do DNIT, porque o nosso amigo Valter tem que dar algumas respostas que ficarão gravadas no vídeo da TV Senado e no áudio da Rádio Senado, para que o povo do Pará, que já está cansado de promessas, cansado, possa ouvir, eu espero que pela última vez, não a promessa, mas algo que se concretize.

Quero aqui até louvar, me parece que os três indicados são funcionários de carreira do DNIT. Isso é importante, porque não são indicações políticas. Não tenho nada contra a indicação política feita de forma correta, agora não para aparelhar o Estado brasileiro.

Então, no caso de serem técnicos de carreira, conhecem os problemas tanto do órgão, como das rodovias do Brasil.

Eu perguntaria ao Dr. Valter... V. Sª já sabe o que eu vou perguntar, eu quero que V. Sª responda para o Pará. Primeiro, o drama que vivem os nossos amigos do Sul do Pará, em especial lá de Redenção, Santa Maria das Barreiras, com relação às BRs-158 e 155.

Essas BRs, Senador Lasier, eram estradas estaduais, eram a PA-150. Aí, um gênio que resolveu federalizar a PA. O Governador Simão Jatene recuperou o que ficou da PA, que tinha pouco mais de 1,2 mil quilômetros e ficou com 780 a 800 quilômetros. Ela está completamente recuperada, nova em folha. E a parte federalizada continua abandonada.

O Dr. Valter tem recebido apelos da população daquela região, e corretos, porque lá existem o que chamam de pontes assassinas, que são pontes que vieram da guerra do golfo, ponte de aço, que já não servem para nada, porque elas foram soldadas e hoje já não suportam solda. Então, elas soltam as placas e, com isso, os acidentes ocorrem, caminhões bitrem são tombados na estrada ou caídos na ponte em função disso.

O Senador Wellington falou, em relação às rodovias de Mato Grosso, do fluxo intenso de caminhões bitrem. Esses caminhões passam pelas rodovias do Pará, porque o escoamento da soja hoje é feito pelo porto de Vila do Conde, em Barcarena, ou por Miritituba, lá no Município de Itaituba, no oeste do Pará. E o plantio da soja, do milho, dos grãos também já avançou no Pará. Então, hoje somos produtores, ainda pequenos em relação a Mato Grosso, mas com a tendência de ter esse crescimento.

Gostaria que o Dr. Valter dissesse aos nossos amigos vereadores e prefeitos e à população daquela região como se encontram os trabalhos de recuperação, primeiramente, da 158 e da 155 e, depois, o de restauração, quando será a licitação para que essas rodovias federais possam realmente ser recuperadas. Este é o primeiro ponto.

Segundo ponto, a BR-163. A BR-163, Senador Lasier, é a rodovia que liga Cuiabá a Santarém. O Senador Blairo diz que liga Cuiabá a Miritituba, e todas as vezes em que o Senador Blairo fala em Miritituba, eu digo a ele: Senador Blairo, não é Miritituba, é até Santarém, porque o interesse do Estado do Pará vai a Santarém, não para em Miritituba. Então, tenho dito que essa rodovia, há quatro anos, está para ser concluída. Eu já disse ao Dr. Valter que o trecho inicial, no Estado do Mato Grosso, já foi concedido, hoje a estrada está entregue à iniciativa privada. E o trecho inicial no Estado do Pará, na divisa com o Mato Grosso, no trecho do Município de Novo Progresso, praticamente já não existe, de tantos buracos que estão na rodovia. E as pistas laterais, até comentei com o Dr. Valter, deveríamos fazer um projeto de lei que obrigasse o Governo Federal, quando fizesse uma estrada federal que passasse pelo trecho urbano de um Município, a fazer as vias marginais, para evitar acidentes e mortes no tráfego na BR. Então, teria que fazer obrigatoriamente as vias marginais.

Então, é preciso que o DNIT se preocupe em recuperar o que já está deteriorado, senão quando concluir o asfaltamento da BR-316 terá que começar tudo de novo. Gostaria de ter uma posição em relação a isso.

Com relação à 230, a Transamazônica, é mais grave ainda. Acho que nem o DNIT sabe quando vai terminar, acho que só sendo milagre de Deus para que possa terminar a 230, que é uma estrada importante, porque é transversal, ela liga o Brasil transversalmente; a 163, longitudinalmente.

Eu perguntaria também ao Dr. Valter, ao Dr. Gustavo e ao Dr. Luiz Antonio sobre a promessa do Governo Federal sobre outra estrada federalização, a Bragança-Viseu. Era uma estrada estadual, uma PA. Transformaram-na em uma BR, há mais de 10 ou 15 anos, e até hoje a estrada não foi asfaltada e as pontes também não foram feitas.

É a BR-308.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em quantas estradas o senhor falou até agora?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu falei da 158, 155, 163, 230, 318. E vou falar sobre a 316, agora. Mais uma.

A 316 é a mais fácil de todas em um aspecto: é delegação de poderes para o Governo do Estado do Pará, para que o Governo do Estado possa implantar o BRT no trecho entre Ananindeua e Marituba, nos oito primeiros quilômetros da BR-316. Inclusive, é de mudar o marco zero, porque já não é BR, é uma avenida.

Para que V. Exª tenha uma ideia, Senador Lasier, para que se trafegue nesses oito quilômetros de saída de Belém levam-se duas horas. Então, há um projeto do BRT, com financiamento garantido da Jica. Falta só que o Ministério dos Transportes e o DNIT possam conceder para que o Estado faça a intervenção na BR.

E ainda sobre a 316, Dr. Valter, com relação à duplicação do trecho que vai de Castanhal a Santa Maria. Esse é o trecho, nas estatísticas do DNIT, onde há a maior incidência de perda de vidas no Brasil! Esse trecho entre Castanhal e Santa Maria. Esse trecho está duplicado até Castanhal. E esse outro trecho de tráfego intenso precisa ser duplicado e também se espera há décadas essa duplicação.

Outro trecho, Dr. Valter, sobre o qual eu gostaria que V. Sª pudesse nos informar é o que vai de Tucuruí a Novo Repartimento. Outra estrada estadual que foi federalizada – a Transcametá – para fazer isso.

E, para finalizar...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos para a nona.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não. Essa não é estrada, não é rodovia.

Para finalizar, Senador Lasier, talvez seja, paraenses que nos ouvem pela Radio Senado e que nos assistem pela TV Senado, o ponto mais importante, principalmente para os amigos ali de Marabá, que é um polo da região sul e sudeste do nosso Estado: o famigerado derrocamento do Pedral do Lourenço.

Nós falamos, e o Senador Wellington, há pouco, falou sobre as hidrovias.

Lamentavelmente, o Governo Federal há alguns anos divulgou que haveria uma um PAC das hidrovias. Esse PAC das hidrovias não saiu nem do papel, diferentemente dos outros que saíram e ficaram empacados. Esse nem do papel saiu.

Mas é importante a hidrovia, porque é um modal de transporte mais barato para dar competitividade aos produtos brasileiros.

Então, Sr. Valter, definitivamente, de uma vez por todas, diga aos paraenses, principalmente para os de Marabá e região, quando sairá o edital de derrocamento do Pedral do Lourenço e se sairá. Não é possível! Isso foi prometido pelo Presidente Lula, que fez uma festa, ergueu um palanque, soltou foguete, foi lá e disse que iria derrocar o Pedral do Lourenço.

Era navegável o trecho da hidrovia e, justiça seja feita, ele completou a eclusa de Tucuruí, mas eu tive a oportunidade de, na tribuna do Senado, dizer que não adianta fazer a eclusa de Tucuruí se não derrocar o Pedral do Lourenço. Sem isso vai ficar um bibelô em cima da geladeira, feito o pinguim que se coloca sobre a geladeira.

Assim é a eclusa de Tucuruí, 1,5 bilhão gasto, dinheiro dos brasileiros, e está sem uso até hoje.

Então, eu queria que V. Sª pudesse definir aos paraenses, e em especial os amigos do sul do Pará, de Marabá, quando é que nós vamos ter o edital do Pedral do Lourenço. Era para dois anos atrás, ficou para um ano atrás, ficou para seis meses atrás, ficou para agosto, até 31 de agosto. Conversei com V. Sª semana passada, e V. Sª disse que nesta semana sairia o edital, que estava fazendo uma revisão no orçamento. Eu queria a confirmação disso, se é nesta semana, se é semana que vem, se não vai sair ou quando vai sair.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor está vendo, Dr. Valter, que nós vamos longe, hoje.

O Senador Flexa lhe perguntou sobre oito estradas e uma hidrovia, e lhe fez uma pressãozinha, Dr. Valter, lembrando que a sua fala está sendo transmitida para todo o Brasil, pela TV Senado e Rádio Senado, e, claro, para o Pará.

Então, somos todos ouvidos, Dr. Valter.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Se V. Exª me permite, como V. Exª mesmo acabou de registrar, fez questão de anotar aí as estradas que o Senador Flexa Ribeiro relatava aqui, eu solicitaria aos sabatinados, aos indicados se eles não teriam um mapa com as estradas para que a gente possa localizar, porque eu não conheço a realidade dos outros Estados, como os outros não conhecem do meu Estado.

Assim, seria bom que a gente pudesse visualizar no mapa, se for possível isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Não trouxeram.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Lasier, eu quero fazer um convite para a Senadora Vanessa para que ela possa percorrer comigo todas essas rodovias, a Senadora Vanessa junto com o Dr. Valter. Vamos percorrer.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – O convite está aceito, mas eu tenho que ver onde que eu vou percorrer, por isso que eu gostaria de ver no mapa.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Lasier, eu acho que, tendo em vista o adiantado da hora...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Vanessa, a Secretaria da Comissão vai colocar em seguida.

Bom, eu quero convidar a Senadora Vanessa e o Senador Flexa para percorrerem comigo as estradas do Rio Grande do Sul.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Senador Lasier, uma sugestão.

Eu sou o próximo inscrito, mas eu acho que a gente deveria agrupar, por economicidade, fazer grupos de dois ou três Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É o critério que normalmente seguimos. Hoje pensei em fazer um pouco diferente, porque sempre fui um inconformado com relação aos blocos. Os blocos são tão grandes, que, quando chega a hora de o sabatinado responder, ele tem que resumir demais.

Agora, realmente hoje nós estamos caindo num outro defeito, que são muitas estradas e só imagino agora que tempo vai precisar o Dr. Valter para responder sobre nove, oito rodovias e uma hidrovia. O senhor vai responder sobre todas ou vai responder em geral? No atacado, não no varejo?

Agora, vou pedir a gentileza dos Srs. Senadores, vamos tentar abreviar o máximo possível, porque as perguntas até agora estão na média de 20 minutos cada Senador. Assim, nós vamos muito longe.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pará já passou, mas há outros Estados em iguais dificuldades.

Então, Dr. Valter, veja como o senhor vai sair dessa enrascada.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Senador Flexa, vou começar respondendo pela parte do derrocamento do Pedral, até aproveitando a minha condição de diretor também de infraestrutura aquaviária do DNIT, ainda.

Como eu comentei aqui na última observação, que eu fiz aqui para o Senador Wellington Fagundes, o DNIT é um órgão com 90% das suas atividades vinculadas ao modal rodoviário, e, infelizmente, quando tratamos de assuntos da parte hidroviária e ferroviária, sentimos uma grande dificuldade dos técnicos no conhecimento de como fazer a coisa andar para esses dois modais. E, então, eu explico a dificuldade e a demora para sair o edital para o derrocamento do Pedral do Lourenço, dentro dessa grande parte de desconhecimento dos técnicos de como montar a proposta orçamentária.

Nós recebemos um projeto em doação, foi feito primeiro um projeto pela Universidade Federal do Paraná para o derrocamento do Pedral. Depois, já feita uma licitação, identificou-se um problema na questão orçamentária – que é aonde eu vou chegar no final dessa minha fala com relação ao Pedral –, foi identificada uma falha no orçamento, uma questão de produtividade de um equipamento e tivemos que cancelar a licitação e fazer um novo projeto em função de uma determinação do Ministério dos Transportes, que, num período, exigiu que o DNIT fizesse todas as suas licitações com um projeto do Executivo – e a primeira licitação nós tínhamos feito com um projeto básico. Isso gerou uma necessidade de um novo projeto, que foi doado pela Vale, e nem o DNIT tinha conhecimento técnico para poder validar esse projeto.

Por isso, pedimos um apoio da Marinha para que fizesse uma avaliação desses projetos. A Marinha, na avaliação que fez, identificou que havia falhas, tanto no projeto como no segundo e pediu algumas melhorias que posteriormente foram solicitadas dentro de uma parceria com a Universidade Federal do Paraná. A Universidade Federal do Paraná, por fim, entregou esse projeto com uma proposta orçamentária que foi colocada para os técnicos do DNIT da área de custos, que estão sob a gestão do nosso Diretor Executivo, o Gustavo, e eles agora apresentaram, no final do mês passado, uma proposta orçamentária. E, para a minha surpresa, a proposta orçamentária que veio, veio muito próxima do valor da última licitação, que deu fracassada.

Então, qual foi a nossa ação, vendo isso? Eu não posso lançar um edital com os mesmos custos que foram colocados na licitação passada, que deu fracassado, não houve interessados. Nós lançamos, por duas vezes, esse edital, não deu interessados, e identificamos que é um problema no orçamento. Voltamos com isso para a prancheta e pedimos para os técnicos do DNIT se debruçarem para poder fazer uma nova proposta. Infeliz-

mente, o valor que veio é muito pequeno, acima do que tinha sido feito no orçamento anterior. Então, pedi para que fosse feita uma avaliação. Algumas empresas que estão fazendo estudos de viabilidade, como eu comentei aqui, que poderiam dar algum suporte para os técnicos do DNIT. Pedi para que sentassem junto com essas empresas para poderem ver onde é que estamos errando, ou se está correto o trabalho que está sendo feito lá pela área de custo do DNIT.

Então, isso está gerando um retrabalho nessa questão do orçamento. E prometi realmente para o final do mês passado. Infelizmente, eu não consegui cumprir por conta disso, por contra dessa deficiência que o DNIT tem na parte orçamentária, em relação à parte aquaviária. E ontem sentei com o diretor executivo para que façamos o fechamento desse orçamento até o final desta semana, para podermos, nas próximas semanas, já fazer a licitação dessa obra.

Então, acredito que aí, mais uma ou duas semanas, licitamos a obra do Pedral.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos. Nesse final de semana é 12; no outro, 19.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Eu vou ter que cumprir só os trâmites burocráticos da Procuradoria, montagem do edital para poder publicar. Isso já está...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Mas dê uma data provável?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Daqui a três semanas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Final do mês?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – É.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Então, final do mês, eu espero não precisar cobrar novamente de V. Sª.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Bom, com relação às obras das BRs.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para a sua orientação, o Pará já está na tela.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Eu vou falar de forma bem abrangente aqui as ações dessas BRs, porque eu acho que é um assunto... Mas afeta a Diretoria de Infraestrutura Rodoviária do DNIT. Eu acho que, com maior propriedade, o diretor rodoviário pode dar mais detalhes sobre cada BR e cada ação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Passo para ele, então.

Então, com a palavra o...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas eu queria fazer uma ponderação, Sr. Presidente. Esta é uma audiência para saber se os indicados estão qualificados para vir exercer os cargos. Virou uma sabatina sobre as ações...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – ... as obras, os investimentos em cada Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É verdade.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Se cada Senador continuar cobrando as obras do seu Estado, estamos até atropelando as normas regimentais, porque eles vão ser votados, estão sendo votados. Depois marcamos uma audiência com eles. Eles vêm aqui para falar sobre o programa rodoviário do Norte, depois do Nordeste, depois do Sul, depois do Centro-Oeste, porque senão vai ficar longo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor tem toda razão. Está sendo uma sabatina...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – As perguntas aqui devem ser sobre a experiência, a capacidade, o que é que fizeram, quais são as propostas, quais são as deficiências do órgão, o que deve ser feito. Agora, se for para cobrar cada obra, vamos ficar aqui três, quatro dias.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – A impressão que se tem é de que já estariam aprovados ou, então, que deixarão de ser aprovados se não atenderem às reivindicações dos Senadores.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – O que é mais grave.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É uma situação complicada.

Então, eu quero consultar os Srs. Senadores se seguimos a sabatina nos termos em que está se fazendo até agora ou se vamos reduzir a sabatina a questionamentos sobre a capacidade dos indicados. Só para responder sobre as oito estradas do Pará nós vamos levar a manhã toda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senador Lasier, eu acho que é uma obrigação nossa, como representante de cada um dos Estados cuja população nos outorgou esse mandato, fazer não só o questionamento sobre a capacidade, porque, como eles já exercem, interinamente, a direção do DNIT, a experiência já está testada pelo exercício interino das funções, mas também aproveitar esta oportunidade e

fazer um questionamento sobre as necessidades de cada Estado. Eu tenho certeza de que o Senador Bezerra vai querer também perguntar sobre as rodovias na Bahia. Se estiver tudo bem lá...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Na Bahia, não!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Não, na Bahia, não, mas em Pernambuco.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Em Pernambuco.

Desculpe-me, Senador Walter.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Mas não vai dar tempo, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – A não ser que em Pernambuco esteja tudo às mil maravilhas.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Se todos perguntarem aqui sobre as suas estradas, tomando uma referência aí em torno de oito estradas, nós chegaremos a 200 estradas. Então, eu acho que poderíamos resumir, quem sabe, da seguinte maneira: os propósitos aqui para o DNIT responderiam mais ou menos qual é a verba de que dispõem para cada Estado, talvez isso, porque se, de repente, você olha para o Estado do Tocantins e vê que vai ser menos do que o Estado do Pará, o que talvez aconteça, é uma situação embaraçosa.

Realmente, o Senador Fernando Bezerra tem toda razão. A sabatina se transformou em um questionamento sobre o que vão fazer, e esse não é o objetivo da sabatina, que é questionar os candidatos. Então, eu pediria que os nossos questionados soubessem resolver essa questão mesclando um pouco do seu preparo para o cargo com aquilo que dá para atender, mas por alto, porque, minuciosamente, responder hoje de manhã a perguntas sobre 200 estradas é muito complicado.

Mas, pelo menos para terminar esta aqui e também para passar a palavra ao Dr. Luiz Antonio, que é da Infraestrutura Rodoviária, o senhor quer responder à pergunta?

O SR. LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA – Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro, como eu era Superintende de Mato Grosso, como o senhor mesmo colocou em vossa fala, que é o Estado que está demandando essa infraestrutura até o Pará para o escoamento da produção de soja, eu já tive a oportunidade, por três ou quatro vezes, de rodar a BR-163 Pará saindo de Cuiabá e chegando a Santarém, a convite da Associação dos Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso. Então, conheço a região, conheço as dificuldades e a necessidade desse empreendimento da BR-163 Pará.

Essa rodovia já teve mais de 800 quilômetros pavimentados pela ação do DNIT, após a inclusão dessa rodovia no PAC. Tivemos alguns problemas com alguns lotes, com algumas empresas, tivemos que rescindir contratos, penalizar empresas, contratar remanescentes, enfim, toda aquela questão que a gestão contratual no âmbito da Administração Pública demanda. E, infelizmente, quem acaba sendo prejudicado também é a população, porque rescindir um contrato com uma empresa e fazer uma nova licitação demanda tempo, e tempo é precioso, ainda mais dentro do Estado do Pará, onde nós temos uma janela hídrica muito curta para a execução de obras dessa natureza. Temos aí quatro, até cinco meses, ao máximo, de janela hídrica para fazer a terraplenagem, a sub-base, a base, a capa e os elementos de drenagem, se não a gente perde o serviço todo.

Essa rodovia... O senhor citou os buracos próximos a Novo Progresso. Nós já contratamos empresas para conservação dos trechos já pavimentados. Nós temos uma questão, um parâmetro de projeto, que foi adotado naquela rodovia, em que o revestimento foi dimensionado para o começo da rodovia até se conhecer o tráfego para adequar sua estrutura à demanda, que estava suprimida, do Estado de Mato Grosso e da própria região, porque até o sul do Pará já está se expandindo com uma fronteira agrícola no plantio de soja e milho. Então, já estamos fazendo os projetos de reforço do pavimento desses lotes. Devemos licitar, até o final deste ano, as obras de reforço do pavimento da BR-163 Pará, além de intensificar as atividades de manutenção.

Quanto à questão das ruas laterais, concordo com o senhor na questão da eliminação... Criaram um ponto crítico dentro da cidade. Quando há pavimentação de uma rodovia como essa, ainda mais com uma demanda reprimida, caso de Mato Grosso, que hoje está demandando mais de 1.500 carretas por dia na BR-163 em direção à Miritituba, a gente acaba criando um ponto crítico na cidade. Onde havia uma vida mais pacata hoje trafegam esses caminhões de sete ou nove eixos e colocando em risco a população, com atropelamentos. É preciso fazer cruzamentos, ordenar o cruzamento da BR, da rodovia... Então, a implantação de ruas laterais, concordo com o senhor, é uma proposta muito positiva, que vai contribuir muito. Às vezes, ao fazer o projeto de engenharia, a gente faz uma contagem de tráfego naquele cenário da rodovia não pavimentada e faz uma projeção do que seria o tráfego futuro. Mas, em casos como o da BR-163, com certeza, não seria impossível se projetar um crescimento tão rápido em tão curto espaço de tempo. Então, a gente acaba não conseguindo

dar o tratamento devido, na fase de projeto, para problemas como esse de eliminação de pontos críticos que serão causados no futuro. Então, é louvável a sua proposta, e o DNIT a vê com bons olhos.

BR-230. Nós temos lá diversos lotes em andamento, temos vários lotes contratados, muitos já iniciando a execução da capa asfáltica. Podemos passar, fica aqui o meu compromisso de passar um relato da situação atual da BR-230, até para não delongar muito a minha fala.

BR-308. Temos um projeto de engenharia, fizemos as licitações, mas necessitamos até do apoio do Parlamento na questão de viabilizar dotação orçamentária para essa obra, que, infelizmente, também ainda não está incluída no PAC.

Tucuruí. Temos lá, em Tucuruí, um novo repartimento, que é a BR-422. Temos um contrato de conservação da rodovia não pavimentada.

E na BR-316 e na BR-308 temos contratos de manutenção estruturada, que são os Cremas, pelos quais a empresa faz uma revitalização do pavimento, um recapeamento do pavimento, e fica responsável pela manutenção durante três anos. É uma questão que deve ser estudada pela nossa Diretoria de Planejamento e Pesquisa, que, infelizmente, não faz parte da diretoria por que estou respondendo interinamente, mas me comprometo a solicitar à Diretoria de Planejamento e Pesquisa apresentar um relatório ao seu gabinete para dar o devido esclarecimento sobre as BRs 316 e 308. Na 316 seria a duplicação entre Castanhal e Santa Maria.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu queria fazer uma proposta aos senhores: que, uma vez que tenham seus nomes aprovados hoje, os senhores, nos próximos dias, abrissem uma agenda aos Senadores presentes para que cada um, na sua vez, possa ir aos seus gabinetes questionar a situação das estradas de cada Estado. Aí, daria para, minuciosamente, ver caso a caso. Mas isso não impede que façam aqui, sucintamente, suas perguntas.

Os senhores aceitam, concordam em fazer uma agenda, não muito distante, a partir da próxima semana, conforme as inscrições das assessorias, para receberem um a um os Senadores para saber qual a situação?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Senador, a agenda do DNIT está à disposição de todos os Senadores. Coloco toda a diretoria do DNIT à disposição dos senhores para prestar os esclarecimentos. Acho que o esclarecimento ao Parlamento não é favor que o DNIT faz, mas obrigação, e não só aos senhores, mas também aos Deputados e à sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu, desde já, peço minha inscrição pelo Rio Grande do Sul. Não preciso, necessariamente, ser o primeiro, mas peço que a sua assessoria nos comunique quando poderá nos receber, porque a situação das estradas do Rio Grande do Sul é dramática: elas são poucas, estreitas e perigosas.

Vou aceitar a proposta do Senador Fernando Bezerra, não de bloco grande, mas de dois em dois.

Então, agora o Senador Fernando Bezerra e, em seguida, o Senador Blairo Maggi.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Se V. Exª puder me inscrever depois do Blairo, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Eu também queria fazer a solicitação de uma audiência junto ao Dr. Valter, ao Dr. Luiz Antonio e ao Dr. Gustavo para que, de forma oportuna, a gente possa tratar dos investimentos rodoviários e ferroviários no Estado de Pernambuco. É de grande interesse para o nosso Estado. De forma oportuna, aguardaremos a marcação dessa audiência.

Primeiro, quero parabenizar os três. Pela leitura que fiz dos currículos, todos os três apresentam predicados necessários ao exercício dos cargos de diretores do DNIT. Foram exposições sucintas, mas vocês aguardam enormes desafios pela frente.

O primeiro desafio é que nós temos informação de que existem 1.131 vagas em aberto para preenchimento no DNIT. Isso revela a fragilidade do corpo técnico do DNIT, a necessidade da contratação de novos quadros, de novos engenheiros, de novos técnicos, para que o DNIT possa responder a esse desafio de atender as demandas que partem de todas as regiões do Brasil.

Então, eu queria uma palavra sobre como se encontra o DNIT do ponto de vista do suprimento de pessoal técnico qualificado para responder à sua missão.

Nós estamos aqui cuidando da Agenda Brasil. O Senador Blairo Maggi foi designado Relator dessa Comissão Especial da Agenda Brasil. Um dos temas que serão abordados por ela é a revisão e o aprimoramento da Lei de Licitação. E eu serei designado pelo Senador Blairo Maggi para propor atualizações, alterações, aprimoramentos na Lei de Licitação.

A minha pergunta é: qual a avaliação do DNIT em relação à Lei de Licitação, a Lei nº 8.666? Como o DNIT avalia a experiência da RDC? Quais as sugestões do corpo técnico do DNIT sobre modificações que deveriam ocorrer na Lei de Licitação?

Eu gostaria de contar com as sugestões e as indicações do DNIT em relação às mudanças no marco legal da Lei de Licitação. O que a gente deve modificar, aprimorar para que a gente possa, de fato, ser mais ágil, mais eficiente na contratação dos serviços de implantação da malha rodoviária, da malha ferroviária, da malha aquaviária? A experiência do DNIT é uma experiência ímpar do ponto de vista da contratação de serviços públicos.

Então, são essas duas perguntas referentes à parte de pessoal e à parte de licitações, porque as demais significam demandas por obras, e eu tratarei delas oportunamente, quando da audiência.

Portanto, eu gostaria de resposta a essas duas perguntas sobre a situação do quadro técnico do DNIT e sobre a necessidade de mudanças na Lei de Licitação.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Blairo.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sim, Senadora Rose de Freitas.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Sr. Presidente, pedindo desculpas ao Senador Blairo, só quero dizer que vou me ausentar.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu tenho que relatar dois projetos na CCJ, mas voltarei em seguida para participar da sabatina.

Peço desculpas aos sabatinados.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Obrigado.

Senador Blairo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, por favor, só quero saber a ordem dos inscritos e qual a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O senhor está no próximo bloco de dois, logo após o Senador Walter Pinheiro, que tem preferência regimental porque foi Relator de um dos projetos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Claro!

Fala agora o Blairo e depois o Walter? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Blairo, o Walter e, depois, o senhor.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero cumprimentar o Valter, o Casimiro, que está sendo indicado para Diretor-Geral do DNIT, o Gustavo e o meu conterrâneo, mato-grossense, Luiz Antonio Garcia.

Sei que poderíamos passar horas aqui falando sobre todas as nossas estradas, como já fizeram aqui o Senador Wellington e o Senador Flexa, mas nós perdemos o direito de fazer isso agora, já que nossa reunião iria até muito tarde. Mas nós teremos oportunidade de discutir isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Mas V. Exª poderá marcar agora, já, quando deseja ser recebido, porque já houve esse compromisso assumido aqui.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Com certeza! Certo, sem problema.

Eu gostaria só de dizer que, neste momento de poucos recursos, de "vacas magras", como podemos dizer – sei que vocês já vêm fazendo isso no Ministério, mas eu gostaria aqui de reforçar isto –, nós temos obras extremamente importantes de conexão entre duas rodovias ou de rodovias com ferrovias. Os investimentos são muito pequenos em relação aos investimentos que já foram feitos nas rodovias e nas ferrovias e precisam ser trabalhados como prioridade.

Vou me ater ao meu Estado de Mato Grosso e aos meus vizinhos. Vou voltar a insistir na questão da BR-163, que o Senador Flexa colocou.

Nós temos um projeto enorme para Mato Grosso da saída de mercadorias pelo porto de Miritituba, Santarém, Belém, Macapá, na ordem de 30, 40 milhões de toneladas, mas isso está preso por 120, 140 quilômetros de estradas que faltam ser construídas. Por outro lado, temos a BR-080 também – o Luiz Antonio a conhece bem –, que liga o Araguaia aos Estados do Tocantins e de Goiás, que chega em cima da Ferrovia Norte-Sul, uma ferrovia construída nas últimas décadas, cara, que está lá e que precisa escoar também.

Tenho certeza de que cada Parlamentar que está aqui poderá também solicitar isso para seus Estados.

Então, neste momento, em que nós não temos grandes volumes para grandes obras e abertura de novas obras, devemos nos concentrar nesses pontos, que podem significar muitos ganhos para a sociedade.

Eu gostaria de exortá-los para que continuem olhando isso. Nós temos muitas obras cujos orçamentos foram feitos no passado. Há recursos, que estão com os Estados, de convênios que não foram utilizados. Temos que achar uma maneira de priorizar aquilo que, efetivamente, é prioridade para o País ou prioridade para cada um dos seus Estados. Se não temos açúcar para adoçar todo o bule de café, devemos economizar para fazê-lo em algumas xícaras; senão, todos tomarão café amargo. É muito simples e natural que seja assim. Eu gostaria de pedir isso ao Valter.

Também quero reforçar o que o Senador Wellington colocou. A BR-364, entre Rondonópolis e Cuiabá, é prioritária também, que o DNIT precisa olhar, o Ministério precisa olhar. Lá há construtoras que vão parar os trechos, foi autorizado o início da cobrança dos pedágios, e isso trará uma insatisfação muito grande para a região. As obras provavelmente vão parar e os pedágios começam a ser cobrados. É o contrário do que deveria acontecer. Deveria haver o início da cobrança dos pedágios e a aceleração da construção dessas rodovias. Infelizmente, nós estamos posicionados ao contrário.

Não são nem perguntas. São considerações que eu gostaria que vocês levassem para reflexão junto ao Ministério para que pudéssemos olhar nesse sentido.

Aqui, muito particularmente, e também em âmbito regional e paroquial, quero dar as boas-vindas ao Luiz Antonio. O Luiz é neto de engenheiro, filho de engenheiro e é engenheiro. Ele é neto de um ex-Governador do Estado de Mato Grosso, um grande Governador, um grande Prefeito da cidade de Cuiabá, que foi Deputado Federal também. Nordestino, seu avô foi para o Estado de Mato Grosso para trabalhar como engenheiro. Sua avó, Dona Maria Lígia, cuiabana, então, prendeu o nordestino lá, casou-se, teve uma imensa família, todos trabalhadores, envolvidos nas comunidades... O Dr. Garcia Neto foi um grande governador do Estado do Mato Grosso, e o Luiz Antonio segue os passos do avô na engenharia, e acho que pode seguir na política também. O Fabinho já é Deputado Federal. Quer dizer, é uma família... O genro, Rodrigues Palma, também foi Deputado Federal. É uma família muito envolvida, e não é envolvida na política por politicagem, não, mas porque são trabalhadores, são pessoas de bem, pessoas que sabem o que têm que fazer, do seu papel, a exemplo do que o Luiz Antonio fez no Estado do Mato Grosso quando assumiu aquela Unit lá.

Então, quero desejar a você, Luiz, não desmerecendo os demais aqui, mas porque somos do mesmo Estado, quero desejar a você, e também aos outros, que tenha muito sucesso, que represente muito bem o nosso Estado de Mato Grosso e que não nos faça reclamar muito.

O SR. LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA (*Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Sei que você, na posição em que está, é um embaixador de Mato Grosso junto aos outros diretores do DNIT, para levar nossos pleitos, para ouvir as nossas reclamações.

O Luiz Antonio conhece profundamente todas as estradas de Mato Grosso, sabe das necessidades de cada quilômetro, da importância da ligação A, B ou C, e tenho certeza de que o Estado de Mato Grosso estará muito bem representado com ele na diretoria do DNIT, fazendo força, junto com o Valter e com o Gustavo e junto ao Ministro, para que as nossas necessidades, que são muitas, possam ser minimamente atendidas.

Parabéns a todos!

Que todos tenham sucesso!

E contem conosco aqui no Senado. Todos nós, Senadores desta Comissão ou não, trabalhamos e torcemos para que vocês deem certo. E aquilo de que precisarem do Senado para que consigam fazer um bom trabalho vocês terão de nós, porque, se ganha o DNIT, ganha a população, ganha o sistema produtivo, e a gente consegue avançar. Os desafios não são pequenos, as demandas são muito grandes. Então, isso quer dizer trabalho, e muito trabalho, para vocês.

Parabéns!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Valter.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Com relação aos questionamentos do Senador Fernando Bezerra, com relação à parte de pessoal. Como comentei aqui, estou como diretor interino do DNIT já faz três meses, e, na primeira semana, nos primeiros dias em que assumi o cargo de Diretor-Geral, fiz uma cobrança já... Nós estávamos com um concurso prestes a vencer e conseguimos uma autorização do Ministério do Planejamento para chamar 130 servidores, que hoje já estão compondo o quadro do DNIT. Conseguimos chamar esses últimos servidores que tinham sido aprovados no último concurso do DNIT.

De imediato, já comecei novas tratativas com o Ministério do Planejamento para poder fazer um novo concurso para o DNIT para preencher essas vagas que foram citadas aqui, essas 1.131 vagas que estão em aberto no DNIT. Nós sabemos das restrições que o País passa e da dificuldade que temos, mas o Ministério do Planejamento já sinalizou para a possibilidade de um novo concurso para o DNIT. Dependia de algumas condi-

cionantes que o DNIT tinha que cumprir junto ao Ministério do Planejamento, mas já adianto que há tratativa para esse novo concurso para compor o quadro de pessoal do DNIT.

Com relação à Lei de Licitação, o DNIT, hoje, basicamente, tem utilizado, para as suas licitações, o Regime Diferenciado de Contratação, em função de uma decisão da gestão anterior para poder facilitar o trabalho do DNIT em relação à questão de prazos licitatórios. O DNIT tinha um prazo médio de licitação de cerca de seis meses para contratação pela Lei nº 8666 e conseguiu reduzir bastante na questão do Regime Diferenciado de Contratação.

A gente já identificou que o Regime Diferenciado de Contratação, apesar de dar uma maior agilidade ao processo, deixa, em alguns pontos, mais frágeis as contratações, e a gente atribui muito isso à questão da abertura para qualquer tipo de empresa já lançar a sua proposta comercial, o que faz com que a gente tenha um desconto muito alto.

No primeiro momento, entendi que isso era uma vantagem para o DNIT, porque era um desconto muito grande, mas agora estamos identificando que há algumas empresas com dificuldade com as propostas que apresentaram, o que pode gerar um processo de rompimento de contrato e a necessidade de nova licitação. Então, pedi que a equipe da área de licitação já começasse a estudar mecanismo para poder eliminar esse problema, talvez uma pré-qualificação. A equipe de licitação está estudando para poder ver se a gente consegue fazer um híbrido do processo do RDC com o processo da Lei nº 8666. Acho que isso vai gerar indicações de propostas de melhoria na Lei de Licitação, que está sendo debatida aqui, no Congresso.

Então, com esse estudo que vem fazendo o DNIT, que é um dos órgãos que mais contratam na parte de infraestrutura no País, eu acredito que, num futuro breve, a gente vai ter algumas propostas de melhoria na parte de licitação para poder propor à Casa.

Com relação à questão das observações do Senador Blairo Maggi, nós entendemos, realmente, que precisamos dar prioridade a algumas obras. E a diretoria, como foi comentado aqui, é composta de servidores do DNIT que já atuavam na Casa, e está toda muito coesa, trabalhando em conjunto, o que favorece todo o trabalho. A gente tem discutido essa questão das prioridades.

O DNIT não parou de fazer projetos. Apesar de estarmos agora com um problema financeiro momentâneo, sem podermos tocar todas as obras da maneira que gostaríamos, o DNIT não parou da fazer projetos de estudos e de se preparar para que, na hora em que se retomar o processo de investimento do País na parte de infraestrutura, nós tenhamos plena capacidade de tocar todas as obras necessárias para o País, E, neste momento, devemos priorizar aquelas mais importantes para o escoamento da safra, para poder fazer a interligação multimodal e dar uma infraestrutura logística melhor para o País.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Então, vamos seguir.

Para o seu conhecimento, Senador Delcídio, que chegou um pouco depois, por estar em outro compromisso, na abertura dos trabalhos, a primeira informação que nos trouxe aqui o Dr. Valter foi de que houve uma redução no orçamento do DNIT de R$10 bilhões para R$6,4 bilhões. Portanto, um corte de 40%, o que deve servir de orientação ou de alguma preocupação a todos nós que ambicionamos atenção às nossas rodovias.

E ficou acertado aqui também que, se aprovados, os indicados farão uma agenda para receber, um a um, os Senadores que não puderam se alongar hoje nas perguntas sobre as estradas dos seus Estados, considerando que os primeiros a perguntar aqui, Senador Wellington e Senador Flexa, apresentaram um rol de oito, nove estradas. Se nós fôssemos assim até o fim, nós perguntaríamos sobre 200 estradas no dia de hoje, sendo que ainda nem houve a aprovação dos indicados.

Com a palavra o Dr. Luiz Antonio, que queria responder ao Senador Blairo.

O SR. LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA – Senador Blairo, primeiro, complementando a resposta do Dr. Valter sobre as obras do Estado de Mato Grosso, da BR-163, sobre a questão do reforço e da conclusão das obras, chegando a Miritituba e, depois, a Santarém, será uma bandeira da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária.

Quanto à questão da BR-080, já temos os estudos ambientais protocolados junto ao Ibama. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental foi concluído. Foi um estudo bastante complexo. Estudamos mais de oito traçados dessa rodovia, que atravessa a área de preservação permanente, o parque nacional... Enfim, desses três traçados, foi escolhido o mais viável técnica, econômica e ambientalmente. Os estudos ambientais estão no Ibama e a empresa está concluindo a elaboração do anteprojeto, projeto preliminar, que possibilitará, caso o DNIT entenda, já licitar essa obra pelo Regime Diferenciado de Contratação.

E eu gostaria, Senador Blairo, de agradecer o testemunho de V. Exª, em nome da minha família, o seu elogio à pessoa do meu avô, que é uma referência para mim, como citei no meu discurso. Sou muito grato e, ao mesmo tempo, ainda mais comprometido com o nosso Estado.

V. Exª, que foi Governador do Estado por 8 anos e é um Senador da República que representa muito bem o nosso Estado, elevou o nível de Mato Grosso no cenário nacional, conduziu diversas obras de infraestrutura,

pavimentou – agora me fugiu da memória o número –, se não me engano, cerca de 5 mil quilômetros de rodovias estaduais, o que possibilitou o escoamento da nossa produção e o enriquecimento das nossas cidades.

Então, eu gostaria de agradecer a V. Exª pelo testemunho e firmar o meu compromisso com Mato Grosso, mas também o meu compromisso com os outros Estados da Federação, porque hoje eu estou aqui, em Brasília, na sede do DNIT. Então, agradeço as suas palavras.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Se não, a vovó Maria Lígia vai puxar sua orelha. (*Risos.*)

O SR. LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA – Ah, vai! Com certeza, vai.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, senhores sabatinados, boa tarde!

Sr. Presidente, primeiramente, quero fazer uma pergunta: sabatina por lotes? Lotes só em licitação. Mesmo assim, uma estrada grande é feita em pedaços. Nós estamos fazendo os lotes todos de uma vez aqui. São colocados para sabatina três candidatos a diretores do DNIT, eu tenho muito medo de que essa estrada não saia bem pavimentada. Eu acho um prejuízo, porque é natural que cada Senador queira tratar da estrada do seu Estado, pela ansiedade, pela falta, por diversos aspectos. Eu sei que, por economia processual, nós juntamos para ver se resolvemos de uma vez esse acúmulo. Volto a dizer, meu caro Delcídio: o problema não é do Senado, mas do Governo, que demorou muito a mandar os nomes. Aí, acumularam-se os nomes, e, quando o Governo mandou esses nomes, mandou-os em lotes.

Eu quero me dirigir aos três sabatinados levantando uma ponderação – em parte dela o Senador Blairo Maggi tocou aqui – sobre este período de escassez. Eu aprendi, na minha profissão, Senador Blairo Maggi, que, em todo período de escassez , nós temos de apertar a mão no planejamento. Planejamento não é um mecanismo para tentarmos alocar recursos. Alocar recursos é depois que se estabelecem prioridades, e, quando há poucos recursos, as prioridades ficam mais prioritárias ainda. Ou seja, entramos num método seletivo para fazer as escolhas. E essa é uma das coisas que me agoniam no DNIT. Eu estava mostrando ao Senador Blairo Maggi diversos resultados de planejamento no DNIT, e uma pergunta que faço aos senhores, até porque são de carreira, é como os senhores têm participado, inclusive no atual momento, do processo desse planejamento, de escolhas.

O Governo Federal lançou, no mês de junho – se não me falha a memória, no dia 10 –, o Programa de Investimento em Logística. Eu, por exemplo, não encontrei nenhuma sintonia entre o que havia de necessidade dos Estados e o que havia de necessidade de planejamento para se adequar a esse corte orçamentário no PIL. Eu gostaria de saber se os senhores, como servidores do DNIT, participaram da chamada seleção de projetos. Eu não estou reivindicando para a Bahia, mas, para a Bahia, por exemplo, o que há no PIL é a duplicação da BR-101, num trecho que, no próprio planejamento do DNIT, eu não vejo como o grande gargalo, tanto mais no planejamento do Estado da Bahia. Essa é uma das coisas que eu acho importante termos.

Segunda questão: como é que os senhores têm acompanhado, como servidores, e como vão se posicionar a partir de todo aquele estudo que foi feito pelo TCU que revela, por exemplo, um furo de 60% quando se olha a própria questão dos chamados trechos rodoviários fiscalizados?

Eles têm dito, meu caro Presidente, os técnicos do TCU, que 60% desses trechos fiscalizados não mostram aderência, ou seja, não têm relação direta com a necessidade das rodovias. Obviamente, o TCU deve se basear também no planejamento feito pelo DNIT. O DNIT deve ter dito o que planejava. Consequentemente, seria preciso haver uma intervenção de manutenção, meu caro Petecão, que se ajuste a essa necessidade. E necessidade de estrada – os senhores conhecem isso e eu não conheço – não é só pavimento; há acostamento, enfim, uma série de questões do ponto de vista inclusive da segurança na estrada. E essas coisas deveriam compor uma lógica para a fiscalização. Esse percentual de 60% é extremamente elevado. Encontrar 60% de furo nessa aderência é um negócio barra pesada.

Outra questão importante é a seguinte: como é que, dentro do DNIT... Os senhores têm acompanhado. O DNIT, recentemente, lançou um aplicativo para que o cidadão pudesse informar as condições das estradas. E essa parte do aplicativo eu entendo razoavelmente, até porque é a minha profissão. Fazer um aplicativo é muito legal, é um negócio interessante. Costumo dizer que todos vivem pedindo aplicativos, canais, infraestrutura, não sei o quê, mas há um negocinho chamado conteúdo que se processa nisso que precisa ser tratado, ou, numa linguagem direta e reta, informação. Principalmente nesse novo tempo de uso dessas ferramentas, as informações chegam aos turbilhões. E informação não tratada é pior ainda, porque gera na ponta não só desconfiança como completa irritação. Não adianta promover a chamada transparência e esse canal de acesso se não houver capacidade de processamento e de resposta.

Quero dizer para vocês o que eu tenho dito a todas as agências: o DNIT é um órgão que tem a obrigação de se antecipar. Essa é a função do DNIT, e não esperar para agir; senão, nós vamos ficar multando aí o cara de uma concessionária. Na Bahia, há a história de estradas que foram concedidas e não sei o quê. Aí vem a turma da ANTT, o DNIT vai lá e constata que tem problema e a ANTT vai lá e multa. Sim, e daí? A multa não vai resolver o meu problema. Se eu não passei na estrada para ver a minha avó, Luiz Garcia... Não há multa que compense, por exemplo, o fato de eu não ter conseguido chegar à casa de minha avó no dia do aniversário dela. O serviço é esse.

Então, como é que o DNIT tem operado?

Eu disse aqui ao pessoal da ANTT que ela é uma Agência que tem que trabalhar em sintonia com o DNIT. Esse não é um negócio apartado. "Eu espero ver o que o DNIT faz lá para sentar a madeira." Na minha opinião, está errado. Inclusive, a ANTT deveria participar desde a estrutura de planejamento. Como é que vocês, no DNIT, articulam isso? Se não, vamos ter um bocado de ilhas que não se articulam e que não prestam nem para que possamos chamá-las de arquipélagos.

Portanto, seria importante, a partir desse sistema que foi desenvolvido, inclusive a um custo relativamente baixo para o que um aplicativo desse requer, extrair agora, nesse novo tempo, as vantagens disso. Como é que isso se processa? Como é que isso entra? Como é que eu faço a leitura? E pergunto se, dentro do DNIT, hoje, há um processo de acompanhamento e de monitoramento dessas estradas. Eu sei que não é fácil.

Vem todo mundo aqui falar em visitar, meu caro Presidente, mas o Brasil, se somarmos tudo, deve ter um milhão e setecentos e "cachorro lascou a língua" mil quilômetros de estradas... Não é? E, quando se faz a média nacional, é óbvio que tende a cair, por conta das estradas estaduais. Estou falando de estradas pavimentadas.

Eu estava mostrando ao Senador Blairo que a relação hoje é perversa. Hoje, de real, real, não temos mais do que 12%, 13% dessa malha pavimentada. Se pegarmos do ponto de vista da malha federal, que está sob a responsabilidade federal, encontramos 98 ou coisa do gênero. É óbvio que haverá situações aqui, ali e acolá... Portanto, não é fácil monitorar uma parte dessa. Mas ao DNIT cabem as estradas que estão, pelo menos, no Sistema Nacional de Viação, que estão sob a responsabilidade federal. Então, já é uma malha bem menor do que este 1,7 milhão de quilômetros que temos espalhados no Brasil.

Então, acho importante ter uma ideia de como os senhores pensam em trabalhar.

Por último, os senhores tiveram oportunidade... Nessa lógica de concessões, nessas coisas que foram, no último período, sendo trabalhadas, da história de mudança, critérios, qual é o rigor que se apresenta para esse processo? Uma coisa é facilitar o aspecto da concessão, mas é preciso apertar o aspecto da manutenção.

E como os senhores têm acompanhado, por exemplo, experiências exitosas, como a experiência do Reino Unido? Do ponto de vista da lógica de fiscalização, de agência, de concessões, em todos os serviços, o Reino Unido, meu caro Lasier, pode ser uma experiência... Estou falando do Reino Unido, não da Inglaterra ou, muito menos, de Londres. É uma das melhores experiências.

Lembro-me de que estive lá pouco antes da saída do Primeiro-Ministro Tony Blair e tivemos a oportunidade de dialogar com todo esse povo do Reino Unido, em 2006, 2007. Tony Blair saiu em 2007, mas ele implantou um sistema extremamente eficiente e reformulou todos esses órgãos.

Não sei se foi o Vicentinho ou o Wellington que falou aqui do fato de os três candidatos serem da estrutura de carreira. Lembro-me de que perguntei ao Primeiro-Ministro britânico quantas pessoas ele tinha levado para a estrutura do Reino Unido. Uma de suas respostas foi que sua secretária, a principal secretária do Primeiro-Ministro de Estado, era uma pessoa de vinte anos de carreira no Reino Unido. Ou seja, a resposta me veio bem clara: essas são estruturas que precisam ser profissionalizadas ao extremo, porque são estruturas de Estado.

Portanto, os senhores não estão sendo sabatinados aqui para prestar contas aos Senadores de forma pessoal, mas para prestar contas ao Senado da República, pois, em primeiro lugar, os senhores são servidores do Estado brasileiro, e essa é uma obrigação. É óbvio que o Governo indicou, que há uma indicação que, lamentavelmente – não dá para fugir disso –, é política, mas os senhores têm uma responsabilidade, porque os senhores são de carreira e, portanto, o zelo e o primor do trabalho para vocês tem um peso muito maior. É óbvio que cada um deve ter sua satisfação pessoal pela profissão, mas a obrigação do servidor público é maior. A capacitação dos diretores de uma agência dessa é uma coisa que acho importante. É preciso tentar pegar fora, tentar ler o que se está processando no resto do mundo, sair do banco, de ficar naquela história, de sair dessa mesmice. Volto a dizer aqui: agências e órgãos como o DNIT não podem ficar nessa mesmice de ficar vendo como vão fiscalizar depois, como vão chegar para ver o que o cara fez. Por que não chegamos antes? O próprio TCU – eu disse uma vez – fica colocando regra, regra, regra. Cheguei a brincar aqui uma vez dizendo que vou fazer a proposta de o TCU, por exemplo, assumir 20 quilômetros de uma estrada de 100 quilômetros. E aí nesse trecho ele implanta esse modelo. Se ele conseguir em 20 quilômetros, temos a obrigação de fazer igualzinho nos outros 80. Vai! Vai fazer lá, que eu quero ver! Esta é uma tarefa que, na minha opinião, os senhores

têm que adotar dessa forma. Mais importante do que o rigor com as empresas, etc., é o rigor com a prestação do serviço. O beneficiado tem de ser o usuário. A agência e os órgãos como o DNIT não podem ser capturados por operadores, por concessionários, por empresas. Não podem! Portanto, o objeto central é colocar a estrada em condições para servir à população.

Acho que é importante que essas coisas sejam absorvidas por aqueles que vêm aqui à sabatina, que ocupam um cargo. Portanto, é fundamental o rigor na aplicação dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

Tenho certeza de que o candidato à Diretor-Geral do DNIT, Dr. Valter, daqui a pouco, vai responder a essa sua colocação muito sensata, muito oportuna, Senador Walter Pinheiro.

Senador Petecão, V. Exª está inscrito.

Depois, falarão o Senador Valdir Raupp e a Senadora Vanessa Grazziotin, pela ordem. De dois em dois.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – De fato, o senhor estava em quinto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Então, pergunto se o Senador Raupp cede o lugar.

Vanessa e Moka falarão na próxima rodada.

Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, Senador Lasier, eu queria fazer uma saudação muito breve ao Dr. Gustavo, ao Dr. Valter e ao Dr. Luiz Antonio. Eu já tive oportunidade de estar no DNIT e de conversar com os três. Já fizemos algumas reuniões. E sempre fui bem recebido. Então, eu queria, de pronto, agradecer e desejar boa sorte nesta sabatina.

Na verdade, eu dizia aqui ao Senador Moka e já tive oportunidade de dizer a alguns dos senhores, quando estive no DNIT, que uma das maiores decepções que eu tive foi com o DNIT, porque eu criei uma expectativa muito grande, muito positiva em relação ao ex-Diretor, o General Fraxe, que esteve aqui várias vezes, porque ele me transmitiu uma segurança muito grande. Depois, fui vendo que era só conversa, só bafo, que ele não resolvia nada. Batia nessa mesa aí, só faltava quebrá-la... Quantas vezes fiz questionamentos a ele, pedidos, e ele, apesar de ter me transmitido muita segurança, não resolvia nada?

No Acre, temos um problema muito sério – já conversamos a respeito disso –, da BR-364, uma BR que é, até hoje, um sonho de todos os acrianos, a BR que corta o Estado, de Rio Branco a Cruzeiro do Sul. Criou-se uma expectativa muito grande com relação a essa BR. Estima-se que foram gastos nessa BR mais de R$ 2 bilhões, mas a estrada não foi concluída até hoje. E o mais grave é que parte dessa estrada foi tocada pelo próprio Governo do Estado, porque a obra foi delegada ao Derac. A verdade é que essa obra está lá e causa um problema muito grande para o nosso Estado, porque o Governo não tem humildade de admitir o problema que está na estrada.

Nas vezes em que fui ao DNIT, e aqui fica o meu questionamento para os senhores – não sei quem dos três poderá me responder, até porque já abordei este assunto no DNIT –, o Governo do Estado não admite o problema e tenta responsabilizar... Como, no Acre, o Governo do Estado detém 90% da mídia, seja de televisão, de jornal, em todos os setores, ele tenta dizer que os Parlamentares é que são contra a estrada e estão criando mecanismos para prejudicar a obra, que está praticamente parada. Nós estivemos lá, junto com o Senador Gladson, junto com alguns Deputados Federais, para não deixar a estrada ficar sem condições de tráfego nesse inverno, porque, como ela liga Rio Branco não só a Cruzeiro do Sul, mas a todo o Vale do Juruá, e, nesse Vale, a logística era feita através dos rios, como se criou a expectativa da estrada, essa logística que tinha na região foi toda desarticulada e hoje nós dependemos totalmente dessa estrada.

Eu queria saber – esta é a minha pergunta... E peço que me perdoe o Presidente, que achou que nós deveríamos fazer outro tipo de questionamento, mas eu preciso fazer essa pergunta, até por que eu já me sinto contemplado com o nome dos três, pois conheço os três, tive oportunidade de ir lá. São servidores de carreira que eu acho que tem toda uma oportunidade de mudar essa cara do DNIT, essa coisa do oba-oba, da promessa, só assumindo compromissos que possam ser cumprido. "Não posso fazer nada!" Quando você vai a uma instituição dessas que cria expectativas para o Parlamentar, o Parlamentar, na verdade, chega à sua base e também cria essa expectativa. E depois você fica como mentiroso. Você não pode voltar a alguns lugares sob pena de ser cobrado, quando, na verdade, você foi apenas o interlocutor do departamento, entre a instituição e o povo do seu Estado.

Então, eu queria saber o que há de concreto. Hoje, o DNIT assumiu essa estrada, essa BR-364, ele assumiu a gestão dela ou o DNIT assumiu essa parte de fazer esse reparo para que a estrada não chegue a fechar nesse inverno, o que é a nossa grande preocupação?

Eu sempre tenho dito lá para o Governador que acima dos interesses políticos e partidários estão os interesses daquela população. O meu debate político é lá na eleição, é no momento de discutir política. Agora, nós não podemos misturar, porque lá o Governador faz questão de dizer que essa obra não saiu porque existem algumas ingerências políticas de alguns Parlamentares "lá em Brasília". E pior é que não diz nome. Quando fala em alguns Parlamentares, generaliza. Mas o que fez essa estrada não sair foi uma grande roubalheira que fizeram lá naquela estrada e que, mais cedo ou mais tarde – tenho fé em Deus –, será descoberta. E eu confio que a Justiça do meu País punirá os responsáveis por ela.

A minha pergunta era sobre essa situação na BR-364, sobre a ponte de liga Epitaciolândia, que já é a BR–317, ao Município de Brasiléia, que é a continuidade da BR-317, que é a Estrada do Pacífico, uma estrada tão divulgada, tão sonhada, que nos liga ao Pacífico, a ponte sobre a BR-317, e também sobre a ponte sobre o Rio Madeira. Como está essa obra da ponte sobre o Rio Madeira? É uma ponte que está em território rondoniense, mas que é a entrada do nosso Estado. Ela é praticamente o final de Rondônia e a entrada do Estado do Acre. Essa obra é de fundamental importância para o nosso Estado.

Então, era isto.

No mais, meu voto é secreto, mas faço questão de declará-lo, Presidente, e peço que me perdoe por isto, porque acho que nós estamos tendo uma grande oportunidade de colocar servidor do DNIT, para que nós possamos, de uma vez por todas...

Agora, que não tenha medo dos governadores, que não tenha medo... Que passe à realidade dos fatos. "Os Parlamentares do Acre são contra a construção da BR-364". Quem são os parlamentares que são contrários? O DNIT tem que dizer. Quem é contra essa estrada? Eu não conheço nenhum cidadão neste País que seja contra essa estrada. Eu sou contra a roubalheira, o desvio do dinheiro público, o que foi feito lá naquela estrada, na BR-364, e até hoje, até hoje, eu não sei se teremos outra chance de ter uma liberação de recursos tão grande como a que tivemos no Governo Lula, no Governo Dilma, e até hoje a estrada não está concluída.

Então, era isto.

Quero desejar boa sorte ao Gustavo, ao Valter e também ao Luiz Antonio.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu achei muito oportuna a sua colocação, Senador Petecão, porque a nossa sabatina tomou um rumo muito produtivo. É uma sabatina muito longa – nós já vamos aí para quase três horas...

Então, o Senador Walter Pinheiro, pergunta sobre capacitação dentro do DNIT, sobre experiência no ramo, conhecimento do problema das estradas, e o Senador Petecão está pedindo, Dr. Valter, sinceridade, pedindo, nesta sabatina, que os senhores digam o que dá para fazer e o que não dá para fazer, considerando que está havendo um corte de praticamente de 40% na verba do DNIT.

Então, o senhor tem a palavra.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Primeiro, Senador Walter Pinheiro, a questão sobre a participação do DNIT no planejamento do Plano de Infraestrutura em Logística das concessões. O DNIT participa com a disponibilização de estudos, de estudo de tráfego, da quantidade de veículos que nós temos nas nossas rodovias, com o inventário das nossas rodovias, para que possa o Ministério, junto com a Secretaria de Fomento, montar esse plano em função da demanda de cada rodovia, das condições de cada rodovia, da necessidade de investimento em cada via dessa. Então, o DNIT participa fornecendo todos esses dados que estão de posse do DNIT por ser ele o executor das políticas de infraestrutura do Ministério dos Transportes.

Então, o DNIT não decide quais as rodovias que serão e nem faz os estudos para essas concessões, mas ele participa fornecendo todos esses dados que são de posse do DNIT.

Com relação ao levantamento do TCU que fala sobre deficiências na questão de controle e fiscalização do DNIT, no final de 2013, o Congresso aprovou uma nova estrutura de cargos. Toda a estrutura de funções comissionadas do DNIT foi aprovada, tirando a função de direção e assessoramento superior, por funções técnicas do DNIT para poder valorizar mais o servidor.

Com isso, nós montamos uma nova estrutura lá no DNIT, e isso foi aprovado há dois meses, valorizando principalmente as unidades regionais do DNIT, as superintendências regionais e as unidades locais, as UNITs. Por que isso? Porque entendo que o trabalho de execução do DNIT é feito pela ponta. Então, nada mais justo do que nós valorizarmos a ponta. O DNIT vinha sempre com uma proposta de centralização das suas atividades aqui na sede. Então, o que estamos querendo é...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – Presidente, o senhor me permite? É que o Valter tocou num assunto aí que eu havia esquecido, mas ele, inclusive, estava anotado.

Valter, você fala da ponta. Então, o Acre nunca vai ter nada, porque nós não temos uma Superintendência do DNIT no Acre. Hoje, nós somos subordinados ao Estado de Rondônia, entendeu? Então, no Acre, hoje, nós não temos uma Superintendência do DNIT. É importante que isso seja colocado e que se diga de que forma o DNIT pode resolver isso.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Então, o que o DNIT fez? Na proposta de reestruturação, ele fortaleceu as unidades regionais. As unidades foram com quase cinco vezes mais que o número de funções que tinham as unidades regionais do DNIT. Tiramos muitas funções da sede. Por quê? Porque entendemos que é preciso valorizar a ponta, porque é a ponta que vai fazer todo esse trabalho de fiscalização, de acompanhamento das obras. É a ponta que faz todo o acompanhamento das empresas contratadas pelo DNIT para poder dar essa resposta da infraestrutura necessária na fiscalização das obras.

Então, foi uma ação do DNIT para que possamos dar essa resposta para os órgãos de controle e para a sociedade de que a necessidade é de fortalecimento da ponta para poder fazer essa fiscalização.

Com relação à Superintendência do Acre, de fato, ela é contemplada em conjunto com a unidade de Rondônia. A Superintendência de Rondônia é responsável pelas Unidades Regionais do Acre e de Rondônia. Só para esclarecer, apesar de não haver uma superintendência – não há um superintendente no Acre –, nós temos unidades regionais do DNIT e disponibilizamos funções comissionadas para que essa pessoa que está no Acre possa dar essa resposta que tanto queremos.

Infelizmente, o número de funções que foram disponibilizadas pelo DNIT não foi suficiente para poder colocar uma superintendência também para o Acre e para o Distrito Federal, mas demos pelo menos uma função comissionada para cada local do DNIT, em cada regional – são mais de 130 unidades locais do DNIT... Cada unidade dessa recebeu uma função comissionada para poder valorizar o servidor que está lá na ponta. E a gente dá um incentivo a quem realmente faz o trabalho de execução, de fiscalização dentro do Departamento.

Com relação ao tratamento das informações pelo DNIT Móvel. O DNIT Móvel foi um aplicativo que o DNIT lançou para poder possibilitar a participação do cidadão na identificação de problema nas rodovias, para sugestões. Como é que a gente faz o tratamento dessas informações? A Ouvidoria do DNIT faz um relatório mensal de todas essas reclamações e o passa para os superintendentes regionais, para que eles possam ter um mapa de onde estão os maiores problemas em cada unidade, em cada superintendência.

Então, hoje, temos um prazo médio de resposta ao cidadão de três dias. Quando recebemos essas notificações ou reclamações, temos um prazo médio de três dias para dar a resposta ao cidadão que fez essa notificação, e isso gera um relatório de situação da malha, para fins de gerenciamento do superintendente, para que ele tenha noção em quais pontos da malha de que ele é o supervisor, em que está havendo mais reclamação, para que ele possa atuar com seus contratos de manutenção, para que ele possa direcionar o trabalho da manutenção para aqueles pontos onde há maior índice de reclamação.

Então, hoje, é uma ferramenta gerencial muito importante para a superintendência e até para a direção, para ela poder chamar os superintendentes que têm um nível de reclamação muito grande, porque a obrigação do superintendente é ter toda a malha coberta por manutenção. Na minha visão, a gente não pode ter lacuna, nenhum trecho da malha sem cobertura, que seja por uma manutenção mais estruturada ou que seja, pelo menos, por uma manutenção simples, o que a gente chama de Pato, que é um plano de trabalho para poder fazer a manutenção. Essa é uma ferramenta importante para a gente fazer essa cobrança e identificar onde estão os maiores gargalos na nossa malha.

Com relação ao rigor no processo de concessão. O DNIT tem um trabalho muito próximo com a ANTT, com quem temos um convênio, de disponibilização de técnicos para poderem fazer a avaliação da malha concedida. Mas já coloco aqui que o DNIT não é responsável pela malha concedida. O trabalho é feito em parceria com a ANTT. Disponibilizamos engenheiros do DNIT, já que a ANTT não dispõe desse tipo de profissional para fazer a fiscalização da malha concedida. Por meio de um convênio, disponibilizamos servidores do DNIT para auxiliar no trabalho da ANTT. Então, a ANTT não está fazendo o trabalho sozinha. Ela tem pedido a parceria do DNIT para fazer essa verificação, e o DNIT tem disponibilizado técnicos para isso.

Com relação ao questionamento do Senador Sérgio Petecão sobre a BR-364, não vou nem falar especificamente da rodovia em si, mas da postura do DNIT com relação a esse tipo de obra. O DNIT entende que é obrigação dele a manutenção da malha federal. Era o caso de uma obra feita por convênio, e o DNIT tem plena consciência de que é responsável. Então, o que foi feito? Fizemos o inventário do que tem lá e sabemos que é nossa responsabilidade dar manutenção à malha, e estamos fazendo isso. Se nos perguntarem se recebemos a obra conveniada, a resposta será que não recebemos a obra conveniada, mas sabemos da responsabilidade do DNIT. O cidadão que está na ponta não quer saber se a responsabilidade foi repassada, se deleguei a compe-

tência de fazer a manutenção para o Estado. A responsabilidade é do DNIT. Então, identificado isso, o convênio foi encerrado, há toda uma avaliação do que foi feito, o que tiver de prejuízo vai ser levantado e vai ter que ser cobrado dentro das questões legais, que são previstas, mas a responsabilidade de manutenção da malha é do DNIT, que assumiu isso, que reconhece essa responsabilidade e fez um inventário do que havia sido feito lá e está dando a manutenção. Infelizmente, não tínhamos tempo agora e tivemos que fazer uma emergência para poder dar trafegabilidade na rodovia. Para isso, nós chamamos os órgãos de controle para poderem sentar-se à mesa com a gente e mostrar o plano de trabalho que nós estávamos pretendendo fazer, porque a gente não pode deixar aquela comunidade isolada, sem trafegabilidade. Então, nós estamos fazendo uma emergência naquele ponto, mas, de qualquer forma, fizemos um inventário do que tinha lá para poder, depois, fazer os procedimentos legais de cobrança e responsabilização do que foi feito de forma indevida.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos continuar.

Dr. Valter, o senhor está...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Maioria/PSD - AC) – O senhor tem conhecimento de algum Parlamentar que é contra a construção daquela BR?

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Não, não tenho conhecimento de nenhum Parlamentar que seja contra. Eu digo aqui para todos os senhores que eu não conheço nenhum Parlamentar que seja contra obra nenhuma. Toda obra traz benefício para o seu Estado. Eu coloco sempre para todos os diretores e servidores do DNIT que todas as demandas que a gente recebe dos Parlamentares são demandas justas e sabemos que é responsabilidade do DNIT dar conta da manutenção da malha, de fazer as melhorias necessárias para que cada Estado tenha uma malha condizente com a sua necessidade.

Sabemos que o recurso não é suficiente para poder dar conta de toda a demanda, mas é papel do Parlamentar, claro, cobrar para cada Estado em razão do anseio da população que votou nele. Eu acho que é legítima a cobrança do Parlamentar e que, por isso, é obrigação do DNIT atender bem os Parlamentares para poder até identificar aonde é que estão os problemas.

Muitas vezes, o burocrata que está ali não tem o conhecimento que tem o Parlamentar do trecho em que anda no dia a dia com as suas bases, olhando como é que está. Então, para a gente, é importante essa participação do Parlamentar com a gente lá para podermos identificar até essas falhas que, muitas vezes, a gente não identifica.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E nesse atender bem, Dr. Valter, foi muito importante a pergunta do Senador Petecão, que simplesmente está pedindo sinceridade nas respostas. Porque, aqui, nesta Comissão de Infraestrutura, o que mais se reivindica, o que mais aflige os integrantes da Comissão é o problema das estradas.

V. Sª disse, no começo da sua fala, que 90% da movimentação do País depende do setor rodoviário. Neste imenso País em que nós vivemos, temos uma enorme carência de estradas, principalmente de boas estradas, porque o desenvolvimento deste País depende muito... Os senhores sabem, mais do que eu, que houve um Presidente da República, Washington Luís, que disse que governar é construir estradas. E no Brasil se constroem poucas estradas. E as poucas que ainda temos deixam muito a desejar.

Então, por isso, nós estamos aproveitando esta sabatina, que poderá levar o senhor a ser conduzido, junto com seus colegas, a uma das funções mais importantes do Brasil, para pedir sinceridade, que se diga o que vai dar para fazer e o que não vai dar, para que nós, Senadores, não iludamos os nossos Estados dizendo: "Olha, estiveram no Senado, na Comissão, o futuro Diretor-Geral, o Diretor Executivo e o Diretor de Infraestrutura Rodoviária e nos prometeram isso". Aí, eles ficam esperando que se concretize e, lá adiante, percebem que a promessa não se concretiza. Então, os Senadores é que passam por vendedores de ilusões. E isso nós não podemos permitir, pois, os senhores hão de convir, nós temos compromissos.

Bom, feita esta consideração, que achei oportuna, em razão das perguntas que estão sendo feitas, vamos ao Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Obrigado.

Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, Dr. Luiz Antonio Garcia, Dr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá e Dr. Valter Casimiro Silveira, eu quero, inicialmente pedir desculpas, porque eu sou membro da Comissão de Assuntos Sociais também, embora seja só membro suplente aqui, mas tinha que estar presente. Eu me ausentei, mas, graças a Deus, ainda deu tempo para vir participar da sabatina.

Eu gostaria de participar dela porque, para mim, a estrutura do DNIT em si é praticamente um Ministério dos Transportes. Claro que tem muitas coisas importantes no Ministério dos Transportes, mas principalmente o DNIT.

Ainda há pouco, o Senador Presidente disse que governar é construir estradas. Eu acho que, num país continental como o nosso, nós viramos as costas para as hidrovias, e, com isso, nós temos fretes, rodovias... Você

imagina produzir soja no Mato Grosso do Sul e levá-la de caminhão lá para o porto de Santos ou de Paranaguá! É o que o produtor rural faz, quando temos um rio, o Rio Paraguai, a hidrovia do Rio Paraguai, por onde nós poderíamos levar essa soja, rio abaixo, até para portos de grandes calados. Teríamos o preço dessa soja muito mais competitivo, porque preço do frete iria ser reduzido sensivelmente.

Não sei se o Dr. Valter ainda chefia – chefiava até há pouco tempo chefiava – o setor aquaviário do DNIT. E eu acho que, em fretes de caminhão de mais de 300 quilômetros, eles são... O ideal era que você usasse os caminhões, sim, mas para fretes, para distâncias até 300 quilômetros. Para mais do que isso, eles são considerados fretes, para aqueles que produzem, muito caros. Se você tem um acréscimo no valor do produto, o produto começa a deixar de ser competitivo em função do alto custo do transporte desses produtos.

É claro que eu estou falando de uma ótica de alguém que representa um Estado produtivo, que é o Mato Grosso do Sul.

Eu gostei, Dr. Valter, quando V. Sª disse que a decisão é de prestigiar os regionais. Eu acho que é por aí mesmo. Tem que dotar, cada vez mais, de mais autonomia e de mais estrutura para que as coisas sejam resolvidas lá na região, porque é ali que as coisas do dia a dia acontecem, e deve subir para Brasília somente aqueles casos que o superintendente regional não puder resolver ou que tenham um alcance maior, alguma decisão mais importante.

Nós estamos com um problemão, um problema... Eu me lembro muito bem de que, antigamente, a grande briga da região norte do Mato Grosso do Sul e sul do Mato Grosso era para a pavimentação da 163. Um bispo de lá, o Antonino, quase me excomungou da Igreja Católica por causa da duplicação dessa 163. E agora, feito, está começando a duplicação da 163, vem um empresário... Ele faz ali, por partes, mas ele tem um valor, tem um contrato que diz que, depois de ter feito a duplicação de um percentual do que ele se comprometeu ao longo de cinco anos, ele tem o direito, já, de começar a cobrar o deságio.

E aí a imprensa do Mato Grosso do Sul inteira, eu tenho aqui os valores... Eles começaram a cobrar, e o valor, que, inicialmente, era para ser de R$4,70, é de R$7,20. Ora, esse valor é maior que o previsto. Quer dizer, eu sei que isso daí é da ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Nós já estamos com a reunião de Bancada para amanhã, às três horas, e vamos perguntar para o Diretor Presidente da ANTT o porquê desse aumento. O que fez com que saltasse de R$4,20 para R$7,20? O que justifica esse aumento?

É claro que as pessoas querem a duplicação, foi feito um contrato, tem um empresário fazendo o asfalto. No entanto, quando ele começa a cobrar, há uma reclamação. Mas aqui me parece realmente um preço... Já ouvi dizer, não está aqui, que alguns lugares estão cobrando R$8,53. E é por trecho.

Imagino uma carreta que saia de Rondonópolis até o porto. Isso vai custar acima de R$200, R$300. Se, a cada trecho desses, ele vai pagar R$7, R$6, R$8, quanto isso vai custar? No caso da carreta, é cobrado por roda.

Essas coisas são complicadas para quem está na base mesmo, como é do meio feitio, do meu perfil. Há uma cobrança muito grande a respeito disso.

O DNIT como um todo, no Mato Grosso do Sul – vou falar aqui especificamente – tem um trecho de Jardim até Bela Vista, cuja estrada está praticamente acabada. Até Jardim, foi recuperado e, diga-se de passagem, muito bem feito o trabalho. Sei porque, nesse final de semana, fui a Bonito, chegando a Jardim para ir a Bonito. Vou de carro sempre, e as informações das pessoas com quem me encontrei, que vieram de Bela Vista até Bonito, são de que a estrada está esburacada. Se há alguma previsão de recuperação desse trecho, porque é uma BR só... É uma das coisas, entre outras. Há outras estradas na região norte, principalmente, do Mato Grosso do Sul.

Eu queria saber com quem teríamos uma informação assim. Por exemplo, está prevista a manutenção das rodovias no Mato Grosso do Sul. Isso é na superintendência ou é aqui? E o superintendente tem autonomia e condição de dizer para nós da Bancada que, até o final do ano, estão recuperadas estas e estas rodovias?

Alguma coisa que pudéssemos dizer para a população que há um planejamento, como bem cobrou aqui o Senador Walter Pinheiro. Acredito muito nisso. Em tempo de escassez de recursos, o que vai fazer ter sucesso é a eficiência do órgão neste momento. Não estou dizendo que seja ineficiente, mas é preciso aumentar a eficiência; planejar e dobrar a eficiência, para minimizar a falta de recursos.

O Dr. Valter... Eu estava presente à apresentação dos três, ouvi vocês três falando, e vi que houve um corte substancial nos recursos orçamentários do DNIT. A única forma de suprir ou minimizar isso é apostando no planejamento e na eficiência do órgão.

Fico por aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Pergunto se o Senador Valdir Raupp, que está uma posição à frente da Senadora Vanessa e que tem um requerimento extrapauta para fazer depois, cede o lugar para a Senadora Vanessa Grazziotin. (*Pausa.*)

Obrigado.

Senadora Vanessa.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Meus três minutos serão exatamente iguais aos do Senador Moka. Estou brincando.

Quando estamos diante dos diretores do DNIT indicados – Dr. Valter à recondução, acho que o Dr. Gustavo também, e Dr. Luiz –, eles já devem saber, Senador Lasier, o que os Senadores do Amazonas vão questionar. Mas não quero ir mais para trás, porque já estivemos com o Dr. Valter aqui e fizemos os mesmos questionamentos em relação à BR 319.

Então, eu quero perguntar ao senhor, e gostaria de objetividade, se possível, e sinceridade, o que andou, da última audiência em que o senhor esteve conosco, quando respondeu questões relativas à BR-319, até agora, sabendo que o problema não está ligado diretamente ao DNIT. O DNIT é o executor da obra e, aliás, está vinculado, creio que indiretamente, porque é um passivo ambiental; são requisitos – eu acho que mais 10, 17, não sei quantos requisitos – exigidos pelo Ministério do Meio Ambiente, envolvimento creio também da Procuradoria do Ministério Público. De lá para cá, da nossa última conversa, o que evoluiu, Dr. Valter? Porque, na prática, nós não vemos evolução nenhuma, Presidente, Senador Lasier.

Não há o risco de eu perguntar sobre as muitas BRs, porque o meu Estado não tem. Diferente do Pará, nossas estradas são nossos rios. E a pergunta também em relação a eles é muito simples, porque nós não temos hidrovias; não temos. Temos grandes rios, navegáveis 12 meses ao ano, mas não podemos considerar nenhum sendo... Nem o Madeira, que liga o Estado dos Senadores que aqui estão, Senador Cassol, Senador Valdir Raupp, nem o Rio Madeira, que é um importante corredor de transporte, foi transformado numa hidrovia, porque hidrovia requer sinalização, requer uma série de questões, e nós não temos isso.

Há um questionamento que faço também, do ponto de vista geral. A BR-319, as perspectivas da hidrovia, dos questionamentos. E o terceiro diz respeito a este momento de crise que se está vivendo. É um momento em que isso é a única coisa que a gente lê, que a gente ouve, que a gente debate aqui. Ontem mesmo estava no plenário debatendo isso, o Senador Lasier tem ido todos os dias à tribuna, assim com a Senadora Ana Amélia, o Senador Paim, falar dos problemas do Rio Grande do Sul, cujos servidores públicos estão em greve por falta de pagamento.

Então, o problema da economia não atinge o Governo central; é um problema que atinge os Estados, atinge os Municípios. A tabela da queda da arrecadação é algo assim fenomenal.

Então, como o DNIT pensa em atuar num momento de crise como este? Sei que uma das questões...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sofreu um corte de 40%.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pois é, um corte de 40%. Então, as concessões poderiam vir a ajudar, mas que outros mecanismos o DNIT poderia adotar, no sentido de não parar drasticamente os investimentos e as obras que faz sobretudo na malha viária de nosso País?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu aproveito para juntar à sua pergunta, Senadora Vanessa, um questionamentos que faz pelo *site* a Srª Maria de Fátima Anselmo Edelmann, de São Paulo, dizendo que "Todo serviço deve ser privatizado, para que ofereça boa estrutura para o cidadão, pois o serviço público deixa a desejar".

Respostas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senador Lasier, se V. Exª me permite, com essa leitura, eu tenho batido muito na seguinte tecla. Quando a estrada, a rodovia é privatizada, há o estabelecimento de uma cobrança de pedágio.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Para quê? Para manter a via em condições adequadas. Quando a via é pública, não há cobrança nenhuma, não há cobrança nenhuma. E é preciso privatizar para que haja alguma cobrança? Não existe taxa de manutenção, de melhoria, possível de ser feita? Porque é fácil dizer que a rodovia privada é uma maravilha. É obvio, com aquela receita! Tenho certeza absoluta de que a rodovia pública seria uma maravilha também. Eu não tenho dúvida nenhuma. É uma maravilha porque é mantida e ainda garante o lucro para a empresa que privatizou.

Então, eu acho que há aí, neste caso, uma inversão de prioridades. O que acontece no setor de rodovias? As rodovias rentáveis são privatizadas; as que não são não são privatizadas. E quem mantém as que não são privatizadas?

Está aí o exemplo da Infraero, dos aeroportos: privatizaram os principais, os aeroportos mais lucrativos do País, o que está colocando a Infraero numa situação pré-falimentar, de não conseguir manter os aeroportos que não são lucrativos. O próprio Presidente da Infraero deu uma longa entrevista um dia desses, dizendo que tiraram a possibilidade de ele fazer compensação.

Com as estradas não é diferente.

Então, volto a bater na mesma tecla: como é que o Estado brasileiro poderia também, através de uma cobrança – poderia ser bem mais barato que uma concessão –, arrecadar recursos e manter a rodovia em estado melhor de trafegabilidade, e tudo o mais?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Dr. Valter.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Senador Waldemir Moka, com relação à previsão de recuperação das vias, como coloquei no início da minha fala, nós tivemos uma redução muito grande na nossa disponibilidade orçamentária e financeira.

Então, uma das prioridades que demos foi a manutenção da via. Nós distribuímos isso por superintendência dentro do tamanho de sua malha e de sua necessidade, para que o superintendente identificasse os pontos mais necessários para fazer a manutenção de imediato. A priorização é a manutenção da via.

Então, quando o senhor pergunta sobre a previsão de recuperação das vias, ela é total. Essa previsão, nós colocamos para o superintendente que é preciso dar a manutenção devida à via. Pode ser que ele não entre com um programa de manutenção mais estruturado, como o que chamamos de Crema (Contratos de Restauração e Manutenção de Rodovias), mas é preciso ter essa malha coberta com a manutenção para que se dê trafegabilidade à via.

A ideia é ter toda a malha com manutenção.

O superintendente tem essa informação de como está a malha; de quando serão feitos novos contratos; onde não tem uma empresa contratada, que prazo que ele tem, porque ele é responsável por montar um plano de trabalho rápido para fazer essa contratação da empresa que vai dar essa manutenção.

Caso o superintendente não atenda, a diretoria do DNIT está à disposição para receber qualquer um dos senhores e dar essas informações, qualquer um dos diretores. Essa é uma coisa que a gente vem colocando, batendo na tecla: os diretores têm de receber todos os Parlamentares para dar as explicações, para dar as informações.

Entendo que nós temos de identificar novos meios de transporte, questões de logística e de transporte. As hidrovias – o senhor falou que hoje não as utilizamos. Realmente, o Governo passou muito tempo sem fazer investimento em hidrovias.

Essa parte do planejamento feito no Estudo de Viabilidade, identificando a necessidade de infraestrutura nessas hidrovias, está sendo feita também no Rio Paraguai. Nós sabemos que lá hoje há um funcionamento na hidrovia, mas ainda é muito precário; há restrições na Argentina. Temos conversado com o pessoal do Itamaraty para ver se conseguimos diminuir os gargalos na operação da hidrovia. Sabemos também de outro problema na hidrovia, que é a questão das embarcações. As exigências que a Marinha faz aqui não são as exigências que o Paraguai faz. Então, isso favorece as embarcações paraguaias em detrimento das embarcações brasileiras. Temos discutido isso com o pessoal da Antaq, para deixar, pelo menos, de forma igual a posição para as embarcações no Brasil, como as embarcações nos outros países, que utilizam as nossas hidrovias. Isso para não desmerecer as empresas que são nossas, brasileiras, em operar nessas hidrovias, para dar maior competitividade às empresas brasileiras nas hidrovias.

Já iniciamos um projeto para começar a fazer a dragagem de manutenção no Tramo Sul do Paraguai; já fazíamos isso no Tramo Norte, onde há embarcações de recreio, algumas embarcações regionais. Estamos fazendo agora também esse projeto e dando entrada no processo de licenciamento para começar a fazer a dragagem no Tramo Sul do Paraguai, para que possamos ter navegação plena com carga completa, dentro do padrão de comboio da hidrovia do Paraguai, 12 meses por ano.

Estamos investindo nesta questão de melhorar as hidrovias. Queremos contratar, como no plano rodoviário, empresas com maior prazo: cinco anos, para que se tenha manutenção num tempo mais longo, e não fazer contratações ano a ano, pois isso gera insegurança para o usuário da via, que acaba utilizando outro modal por não ter a segurança da via em condições, sinalizada.

A Senadora Vanessa Grazziotin queria ouvir a resposta sobre a 319, mas eu já até inicio com relação à...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Em relação a esse preço, você não quer, é evidente, não quer comentar...

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Veja bem, o DNIT não estabelece tarifas, não cobra nada. Então, assim, o DNIT auxilia a ANTT na fiscalização que as concessionárias são obrigadas a fazer. Por quê? Porque nós temos engenheiros que já têm uma grande experiência em obras rodoviárias, e a ANTT, no seu quadro, tem mais o pessoal de regulação, de fiscalização de contratos.

Então, o DNIT disponibiliza técnicos para fazer a fiscalização da qualidade dessas rodovias, mas, com relação à questão de tarifas, o DNIT não tem como se pronunciar.

O.k.?

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas, realmente, de R$4 para R$7 20, mudou muito. Eu não sei, eu não sei. No Mato Grosso também, o Blairo estava me dizendo que está a mesma coisa.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Com relação à questão da pergunta do cidadão aqui que...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Da Srª Maria de Fátima.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Fala da privatização, e há até a intervenção da Senadora com relação à utilização de cobrança pelo DNIT pelo uso das rodovias.

Acredito que, em momentos de crise, a gente começa a identificar soluções para alguns problemas que a gente tem e que vinha executando de forma rotineira e como sempre foi feito. Então, precisamos identificar soluções para os nossos problemas.

O Ministério começou a ver agora a possibilidade de gestão mista dessas rodovias: uma concessão parcial, uma parceria público-privada, um trabalho feito em parceria com a iniciativa privada, em que se daria manutenção e se cobraria uma tarifa mínima, e o DNIT complementaria com o restante; ou uma PPP.

Então, o Ministério tem estudado outras alternativas para poder dar solução a esses problemas. Já estão sendo trabalhadas, estudadas essas possibilidades.

Com relação à BR-319, que a Senadora colocou, hoje, nós temos empresas para dar manutenção e trafegabilidade a essa rodovia, diferente do que eu, quando estive aqui da última vez, dei como respostas para ela. Hoje, nós temos uma empresa contratada dando manutenção na 319. Então, ate o final do mês, o que foi colocado pelo superintendente, é que vamos ter trafegabilidade na 319.

Outra coisa que pedi para a área ambiental, que é um problema do trecho do meio da 319, é a questão do licenciamento ambiental, que está com um problema: a Funai não emitiu o Termo de Referência, mas a Funai já tinha sinalizado um Termo de Referência para estudar seis comunidades indígenas.

O que eu pedi que área ambiental fizesse? Pedi que fizessem um edital e contratassem o estudo das seis comunidades indígenas. Se, depois, a Funai identificar que não precisa das seis, precisa de três, a gente executa somente o estudo das três, para que haja agilidade nesse processo, que já se arrasta há um longo tempo. Então, contrataria na condição de que o estudo seria feito sob demanda: se a demanda da Funai for de três, a gente faz três; se for de seis, a gente faz seis.

Por fim, ela questionou como o DNIT vai atuar neste momento de crise, para não parar as obras. Para que não houvesse paralisação de obras, o que o DNIT decidiu? Nós não estamos iniciando obras novas – como essa obra ainda não tinha andamento, não há prejuízo para essas obras. Então, não iniciamos para não gerar estoque de dívida para o DNIT, não ter condições de pagar. Então, reduzimos o volume de pagamento, aumentando os cronogramas das obras, o que diminui o volume de medição mensal, aumentando o cronograma das obras, e estabelecemos uma limitação para a superintendência identificar as manutenções necessárias de forma emergencial em cada Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Vamos à próxima pergunta, agora, com o Senador Ivo Cassol, que está pela ordem há mais tempo; depois, a Senadora Fátima.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Não é o Valdir, não?

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O Senador Valdir, pela ordem, está bem à frente. É que ele tem um requerimento extrapauta que terá de ser lido aqui.

Por isso, perguntei se ele poderia ceder o espaço.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. *Fora do microfone*.) – Podemos fazer esse bloco de três então.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Podemos fazer de três.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Presidente.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Se eu puder repetir a minha resposta, só da 319.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Ele quer responder a sua pergunta.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Já respondeu, mas aí ele quer repetir de novo para...

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Para atendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para que a senhora ouça.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – A senhora me perguntou o que mudou na 319 desde a última vez em que vim aqui.

Hoje nós temos uma empresa fazendo a manutenção da via.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas a manutenção... (*Ininteligível*.)

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Sim, até o final do mês, a gente vai ter toda a rodovia com trafegabilidade, pois estava com problema de não ter trafegabilidade: a mata estava invadindo a rodovia, e não tinha como passar.

Esse era o relato.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Mas isso são os 100km iniciais e os finais. Eu estou perguntando sobre o meio.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Não, não, toda ela. A parte do meio...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Ah, está sendo feita a manutenção.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – ...tem manutenção, lá, também.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Lá no meio também.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Exatamente.

E, na questão ambiental, há uma proposta da Funai. Eles ainda não mandaram oficialmente o Termo de Referência para o estudo indígena, mas já sinalizaram a necessidade de se fazer o estudo em seis comunidades.

Tinha uma discussão se deveria ser apenas em três. O que eu pedi para a minha área ambiental foi: parem de discutir, façam a contratação de seis e coloquem no edital que vai ser sob demanda.

Faremos o que for necessário pela Funai para podermos andar com esse processo licitatório. Pedi para que se colocasse como prioridade na Casa Civil, nas discussões que estão sendo colocadas lá para a questão do licenciamento da 319 também, porque um tempo atrás tinham colocado outras como prioridades e não essa. Então, pedi que colocassem também como prioridade a 319.

Não é o que a gente esperaria ouvir aqui, que seria o licenciamento da 319 para iniciar o processo de pavimentação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu creio, Presidente, como todos que me antecederam, que nós não teremos problema na aprovação dos nomes que aqui estão, mas eu gostaria que, se os senhores pudessem, enviassem por escrito um relatório atualizado da situação da BR-319. Ficaria muito agradecida.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – O.k., eu me comprometo em mandar.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – E foi acertado aqui também, Senadora Vanessa, que estarão disponíveis para as visitas dos Senadores. Até, particularmente, já me inscrevi, porque não vou aqui fazer as perguntas e esperar as respostas, mas as autoridades lá do Rio Grande do Sul mandaram me perguntar. Vou apenas formular as perguntas e depois vou lá buscar as respostas.

A segunda ponte do Guaíba – vou lhe dar por escrito depois, Dr. Valter; o trecho sul da BR-116, lá perto de Pelotas; a duplicação da 116, Guaíba/Pelotas, toda a extensão; a duplicação de 33km na BR-386; a duplicação da BR-290, Eldorado do Sul/Pantano Grande; e a rodovia de Santa Maria, que é extremamente esburacada, é muito ruim.

Eu vou pessoalmente fazer a visita aos senhores.

E, como esta sabatina está sendo transmitida pela TV Senado, no Rio Grande do Sul, eu vou levar pessoalmente, depois, essas informações.

Senador Ivo Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco Apoio Governo/PP - RO) – Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero aqui cumprimentar os demais colegas, Senadores e Senadoras e, ao mesmo tempo, cumprimentar o nosso futuro Diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura (DNIT), o Valter Casimiro Silveira; também o Gustavo Adolfo Andrade, para o cargo de Diretor Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura; e também o Luiz Antonio Garcia, cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional Infraestrutura e Transporte.

Só para acompanhar, na 319, e o Valter já respondeu, vocês têm o nosso aval, vocês assumiram o DNIT, mas, infelizmente, este Governo é dotado de incompetência. Eu falo isso porque fui governador do Estado de Rondônia. Não podemos concordar que um governante tenha dentro da própria estrutura várias línguas: aqui, fala-se japonês, inglês, chinês, mandarim, não sei mais o quê. Fala-se tudo, menos o português.

Ao mesmo tempo, quando o DNIT está em cima, para que a Funai possa discutir, dar autorização para concluir a...

Para você ter uma ideia, Valter, está aqui o Senador Raupp, que é de Rondônia e foi governador. Eu puxava banana, Senador Lasier, nosso Presidente; eu era motorista de caminhão, saía de Porto Velho para Manaus às 6h da manhã e, às 6h da tarde, estava em Manaus. Isso na década de 70 – 79, 80.

Hoje, nós estamos num novo século, estamos num novo milênio. O que acontece? Nós não temos condições e nem entendimento dos órgãos ambientais junto ao Governo Federal. Isso é falta de comando, é falta de comando, é falta de ação! E quem não entender o que a Presidente quer, que se mande embora. Tem que acabar, tem que começar a tirar esses cargos de puxa-sacos – desculpem-me a expressão. Ao lavar a cabeça de burro, a gente perde água e sabão.

É por isso que a Presidente Dilma está no buraco que está hoje: está cercada de pessoas incompetentes que, infelizmente, não estão a serviço do nosso País. A rodovia 319 é essencial para o País. Nós não podemos ficar dependendo de cargas só na questão de Porto Velho a Manaus, do rio. Nós não podemos só ficar dependendo do fluxo aéreo; está uma exploração a passagem aérea. Nós temos a 319, e a 319, infelizmente, nos últimos 25, 30 anos, cada dia que passa está pior e, aí, não pode por questão ambiental.

Nós somos a favor da questão ambiental. Nós fizemos aqui o Novo Código Florestal, mas nós também somos a favor do desenvolvimento. Dá para compartilhar essas ações todas juntas. E, hoje, o que acontece? Hoje, qualquer coisa indígena lá para. Está aí o exemplo da 429, gente. Isso é um absurdo! Nós temos um trecho que está para chegar a São Francisco, faltam 8km e faz 8 anos, e nem a Funai e nem o DNIT conseguem resolver. O que é isso?!

Eu sei que o esforço de vocês é muito grande. Vocês estão entrando para tentar solucionar isso, mas, se o Governo Federal e o Ministro dos Transportes – ele é extraordinário, foi Senador, esteve aqui conosco na gestão passada, junto a nós... Mas precisa de condições. O Governo Federal precisa entender, de uma vez por todas, que as obras estruturantes de interesse nacional acabaram. É de cima para baixo, e o resto, cumpra-se. Cumpra-se! Acabou.

Não, ou é a Funai, ou é a questão ambiental.

Daí, eu pergunto para os senhores, pergunto para quem está nos acompanhando em casa: na questão ambiental da Funai, quem indica o presidente? Quem indica os diretores? Quem indica? É o Governo, é ela que bota a caneta. Então, tem que se entender, sentar-se à mesa. Não é para passar por cima da lei. Eu não estou querendo isso, não. Mas que se solucione! Aqui é o contrário: nem ocupa a moita e nem desocupa a moita. Isso é um absurdo, para não se falar outras palavras.

Isso é uma falta de respeito com o povo brasileiro, isso é uma falta de respeito. Não dá para admitir! É a mesma situação que temos, por exemplo, na BR-101, que interliga o Rio Grande do Sul ao Nordeste. Há trechos que precisam ser duplicados. Todo mundo sabe que não tem por onde passar a não ser lá, e, por causa de um calango, por causa de não sei do quê, não se pode fazer. Gente, isso é um absurdo! Desculpem-me a expressão, mas isso se chama burrice; isso se chama burrice!

Nós temos que dar exemplo em nível mundial na questão da preservação? Temos, mas, gente, nós estagnarmos o nosso próprio desenvolvimento e o crescimento por conta de idiotice, aí é burrice demais. Eu não compactuo com isso, não. Eu sou muito franco. Sou da Base do Governo, mas infelizmente o Governo está perdido, está perdido por falta de comando.

Então, quando estão falando da 319, a questão ambiental, a questão da Funai, é uma só. É a de querer resolver. A 429, é querer resolver. O Governo tem que resolver. Quem está atrapalhando? Bota para andar, bota para andar.

Olha a situação energética do Brasil hoje: se nós tivéssemos ficado aqui com a Marina Silva, nós estávamos cavucando igual tatu até agora, tentando ver se achávamos bagre em baixo da terra. Entendeu? Porque não queriam as usinas do Madeira, porque não queriam dar licença. E, naquela época, o Lula foi lá, deu uma canetada e mandou-a andar. Está até hoje contra o Lula, entendeu? Está contra o Brasil, porque é contra o desenvolvimento, contra o progresso, contra as usinas. Nós precisamos de energia.

Eu duvido se alguém aqui, que fala em questão ambiental, deixa de ter o ar-condicionado ligado à noite. Eu duvido aqui se tem algum espertinho que suba no edifício de 25 andares do Anexo I do Senado até o último andar, de escada. Eu pago para ver se tem um desses ambientalistas que suba. Todos querem subir de ar-condicionado. Se querem assistir ao jogo do Flamengo, do Corinthians, do Grêmio, têm que ligar a televisão e ter uma cervejinha gelada ao lado. É preciso energia! Então, não dá para concordar com certas...

Uma coisa, gente, a que assisto é reclamação: o povo brasileiro pedindo, reclamando das coisas que mudamos aqui, e outra coisa o que estamos fazendo aqui dentro. É por isso que o povo está indo para a rua, virando e batendo panela, porque está faltando alguém que comande de verdade e bote ordem nesta Casa.

Está aí um exemplo: a 429 – vários trechos para concluir; as pontes para concluir. Aí, vamos lá, na 435, que é Vilhena/Colorado, Colorador/Cerejeiras.

Tenho um documento aqui, Valter. Tenho um documento aqui do Prefeito Airton, de Cerejeiras. A empresa Cavalca está há quatro meses sem receber. Paralisou todas as obras, assim como a manutenção, a conservação. Isso é um absurdo!

Há também a BR-425 e a BR-364, de Nova Mamoré a Guajará-Mirim. Faltam 10km para fechar a base e recuperar a estrada. O resto é só recapeamento.

A empresa tem R$40 milhões a haver e está parando o serviço. Está aqui o Senador Raupp. Vão só concluir no ano que vem. Por quê? Porque o Governo Federal não paga.

É culpa do DNIT? O primeiro que se vê é a empresa, e todo mundo culpa o DNIT, mas, mais uma vez, eu vou falar: é culpa do Governo, que, infelizmente, é fraco e incompetente.

Não adianta ficarmos aprovando nesta Casa, Presidente, mais imposto para arrecadação, se a estrutura e o sistema do Governo Federal não conseguem botar a máquina para andar. Se o Governo Federal, se o Joaquim Levy... Desculpem-me. Se eu estivesse, por cinco minutos, no cargo de Presidente, os primeiros que eu exoneraria, mandaria embora, demitiria seriam o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento. Meteria a caneta neles! Se eles querem que o Brasil cresça, só há um caminho: o dinheiro que entra tem que ser aplicado, tem que pagar os credores.

Vocês são técnicos que conhecem da pasta. Nós temos aqui um exemplo. O Luiz Antonio é da Casa, mas não sei se o Gustavo também é da Casa. É também da Casa? Só o Valter que não é.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Sou da Casa.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Também é? Os três são da Casa. Vocês são conhecedores. Se a empresa não está recebendo, o que acaba acontecendo? Ela não paga o funcionário, Presidente, e não paga o fornecedor.

Veja o exemplo da BR-425. Há uma pessoa lá, um amigo, um conhecido da região que fornece alimentação para a empresa e está há cinco meses sem receber. Pergunta se ele pagou o mercado; pergunta se ele pagou o açougue; se os funcionários estão recebendo e pagando a sua conta.

Quem está plantando essa crise no Brasil? É este Governo incompetente. Sou da Base? Sou, mas isso é uma falta de respeito. É incompetente este Governo. Este Governo, se quisesse tirar o País dessa lama que está aí, dessa podridão que está aí e dessa incompetência que está aí, teria que pegar o dinheiro e pagar a quem tem a haver. É um crime contratar e não pagar nem o fornecedor, nem o prestador de serviço, nem ninguém. Então, tem que pagar.

Não interessa se é copartidário, porque não existe partido bom. Existem pessoas boas e competentes. Desonesto e corrupto existem em tudo quanto é partido, no meu e nos dos outros. Não existe salvador da pátria. Mas não dá para aceitar um ministro que só quer fazer caixa. Parece que ele está aqui à disposição dos bancos só para enriquecer mais ainda as instituições financeiras, porque o dinheiro está lá, com a Selic de 14,25%. Está só arrecadando dinheiro. Por que não se inverte essa situação? Aí, sim, vão ter dinheiro para trabalhar. Hoje, infelizmente, há cobrança e cobrança.

Nós estamos conversando hoje nesta sabatina. Querem apostar que, se eu trouxer vocês daqui a 60 dias, o assunto vai ser o mesmo? Porque não pagaram as empresas, e elas estão paralisando a obra; não pagaram os outros; o funcionário não está pagando. Esse círculo vicioso de débito, de falta de dinheiro está ocorrendo nas nossas cidades. É por isso que está havendo o desemprego. Quem fomentou isso? Infelizmente, é falta de gestão, é falta de comando. É preciso colocar esse dinheiro para circular, porque em banco não rende nada; apenas enriquece quem já é rico. Ao mesmo tempo, se quisermos gerar emprego, gerar renda, toda a arrecadação tem que ser investida, ou deve-se providenciar a conclusão dessas obras.

"Tudo bem. Então, o DNIT não vai começar uma obra nova." Concordo, porque não tem dinheiro. Mas deixar de pagar a quem já fez o serviço, pelo amor de Deus! É falta de responsabilidade.

Assim, nós temos também a frente das marginais de São Miguel do Guaporé. Antigamente, Presidente, uma empresa queria um aditivo de R$16 milhões para concluir. O DNIT cancelou, fez um novo projeto – a complementação do projeto – e contratou por R$10,3 milhões. A empresa está lá trabalhando. Aí eu pergunto para os senhores: vai parar a obra também, como está parando a BR-435? Como parou a BR-425? Vai parar por quê? Para deixar o povo abandonado lá? Já trancaram a BR e fizeram um monte reivindicações.

E vou além. Vamos lá para a nossa BR-364, em Porto Velho. No caso dos viadutos de Porto Velho, o DNIT fez um convênio com a prefeitura. A prefeitura foi incompetente, desviou dinheiro e pagou o que não devia. O pessoal foi para a cadeia. Aí veio o prefeito novo, um milagreiro lá, e disse que ia resolver do dia para a noite, mas também não teve competência. Depois de quase dois anos, devolveu para o DNIT, que contratou a obra. Pergunto para vocês: pagou? Está lá a empresa parando o serviço de novo.

Foi uma equipe técnica ao nosso Estado, junto com a equipe, para poder tirar as pendências que existem. Até a semana passada, não mandaram as correções que tinham de ser feitas no projeto.

Gente, pelo amor de Deus, aí também não dá!

Então, Valter, vocês que são da Casa, não tenham dó, não poupem. Ao lavar cabeça de burro, perde-se água e sabão. Bota no toco! Não interessa onde e como! Porque não dá para pegar. Para o projeto do viaduto de Porto Velho, o DNIT, os técnicos já tinham o levantamento lá atrás, quando foram lá tirar as pendências. Depois que licitou, está no meio da obra, vai ter que ir lá ratificar de novo? Ora, me desculpe a pressão.

Sabe o que nós temos de fazer, Presidente? Diminuir um pouco o quadro, porque tem estabilidade, para aqueles que ficam poderem produzir mais, sem ficarem criando dificuldade, para todo mundo perceber

que eles têm necessidade de se perpetuar no trabalho. E isso é insistir no mesmo projeto. Aconteceu isso, e as obras estão paradas.

Então, o meu desabafo aqui é o desabafo do povo do meu Estado. Pega os trechos – só para concluir... Eram quatro trechos. Estava conversando com o Senador Raupp sobre a nossa BR. Eram R$800 milhões há dois ou três anos. Viraram R$300; dos R$300, viraram R$50 e viraram R$100, e só dois trechos foram feitos. E como está o resto?

Então, precisamos disso urgentemente. Contem com o nosso apoio aqui. Eu sei que vocês não são culpados disso, mas vocês têm de saber – entendeu? – o que cada Estado está sentindo. E nós precisamos do quê? Que vocês botem na mesa esses projetos que dependem de outros órgãos ambientais; que o Ministro bote na mesa e fale que isso é uma questão de comando, e o comando é do Governo Federal.

Então, é essa minha intervenção.

Sucesso para vocês nessa empreitada. Podem contar conosco aqui. Estamos à disposição para ajudar vocês, mas vocês sabem que, se nós tivéssemos a chave do caixa, a história seria outra. Mas não temos, e só podemos aqui aprovar o Orçamento e liberar limites para que vocês possam trabalhar.

O SR. VALTER CASIMIRO SILVEIRA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Já havíamos dito no início dos trabalhos que as queixas hoje estariam aqui na mesma proporção dos pedidos. E é o que se viu ao longo da reunião, faltando poucos Senadores para perguntar.

A próxima é a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Sr. Presidente, quero, inicialmente, cumprimentar os Srs. Valter, Luiz Antonio e Gustavo, desejar-lhes boa sorte, bom êxito. Que vocês possam exatamente cumprir o novo desafio na trajetória profissional de vocês, como diretor-geral e como diretores do DNIT, que não é um órgão qualquer; é um órgão muito importante do ponto de vista da estrutura governamental, porque cuida exatamente da logística, da infraestrutura – da logística no que diz respeito à infraestrutura de transportes.

Quero aqui saudar o Dr. Ezio, Superintendente lá do nosso Estado, assim como os senhores, funcionário de carreira, uma pessoa muito respeitada e, em nome dele, saudar os demais diretores do DNIT pelo País afora.

Segundo, Valter, Luiz Antonio e Gustavo, dizer o seguinte: claro que estamos vivendo um momento de crise, isso é óbvio. O País não está vivendo um período de normalidade de maneira nenhuma. É um período de crise e, evidentemente, essa crise no plano da economia tem afetado a vida dos Municípios, a vida dos Estados nas mais diferentes esferas, inclusive na questão do Orçamento.

O nosso Estado, a exemplo dos demais, não é diferente. Nós estamos com uma série de obras, essenciais, extremamente estratégicas para o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, e, infelizmente, essas obras não estão tendo o ritmo que deveriam ter em função de todo esse contingenciamento, de toda essa dificuldade que vimos enfrentando.

Claro que isso também não é motivo para a gente aqui não reconhecer o que foi feito. Por exemplo, no meu Estado mesmo, Senador Lasier, graças a Deus, ao longo desses 12 anos, teve uma presença muito forte do ponto de vista do Ministério dos Transportes, através do DNIT, com o DNIT local. Eu vou aqui citar dois exemplos só: a BR-104 – o Superintendente, Dr. Ezio, está aqui –, é uma BR importante que liga Campo Grande a Mossoró, etc., etc.

Sabe há quantos anos se lutava por essa BR? Há mais de 50 anos. Há mais de 50 anos se lutava por ela. Finalmente, nesses 12 anos, foi entregue.

Eu vou dar outro exemplo aqui: a BR-226. A 226 não é uma BR qualquer, não é uma estrada qualquer. É uma estrada muito importante, porque liga duas regiões importantes do meu Estado: liga a região do Seridó à região do oeste e, por sua vez, desemboca no vizinho Estado do Ceará. Para nós, era uma BR fundamental, fundamental, fundamental mesmo.

Infelizmente, nos governos anteriores ao nosso, não houve o devido cuidado. Chegaram até a ensaiar em construir a BR-226, quando fizeram inclusive uma ponte. Aliás, fizeram parte da BR, alguns trechos de estrada. Entretanto, esqueceram que tinha que haver uma ponte no meio da estrada, e essa ponte não foi feita de maneira alguma. É uma ponte sobre o rio que liga Triunfo a Jucurutu. Felizmente, foi feita, mas o que vale agora é dizermos que ela está toda concluída, entregue. É uma BR fundamental para alavancar o desenvolvimento do nosso Estado, exatamente porque liga duas importantes regiões do nosso Estado e liga também o nosso Estado ao vizinho Estado do Ceará.

Quero aqui falar, por exemplo, da BR-101. Esse era um sonho, Senador Lasier, que nós, nordestinos, acalentávamos no peito. Eu sei o que é isso. Eu nasci na Paraíba – sou uma migrante –, mas o Rio Grande do Norte, a quem sou grata até hoje, me adotou generosamente. Faz uma diferença muito grande andar de Natal para João Pessoa, de João Pessoa para Recife, antes da duplicação e agora, depois da duplicação. Sei o que isso sig-

nificou do ponto de vista da qualidade de vida, inclusive para incrementar o turismo regional, etc., etc., etc. Mas, evidentemente, nós temos ainda, literalmente, uma longa estrada pela frente. Portanto, há ainda muitas estradas a serem feitas e a serem concluídas.

Agora, vai a minha lista de reclamação, rapidamente.

Valter, Luiz e Gustavo, primeiro, a conclusão da Reta Tabajara. Pelo amor de Deus, quando recomeçam os trabalhos da Reta Tabajara? A Reta Tabajara está chegando a Macaíba, a toda a região metropolitana. É uma obra importantíssima para nós.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – O mapa do Rio Grande do Norte está ali, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Está ali. Exatamente.

Então, pelo amor de Deus, Valter, prioridade das prioridades: concluir finalmente essa questão da Reta Tabajara.

A empresa começou... Houve toda uma série de dificuldades que acompanhei, e eu quero saber o seguinte: a empresa já retomou a obra? Se não, há uma data certa?

Outro ponto: as obras complementares da BR-101. Quero enaltecer o trabalho que o DNIT local fez. Trata-se de obras importantíssimas para nós, Senador Lasier, porque são obras complementares que vão do viaduto de Ponta Negra, em Natal, até Parnamirim, portanto em plena BR-101. O que significam essas obras complementares? Significam um conjunto de seis viadutos, de pontes. O fato é que essa obra vai ter um impacto extremamente importante para melhorar a mobilidade urbana...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Para a sua orientação, Senadora Fátima, nós, do Rio Grande do Sul, esperamos, há 30 anos, ver a duplicação concluída, nessa mesma BR-101, do trecho de Osório a Florianópolis.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – De Osório a Florianópolis. Pois é.

Então, essas obras complementares, ou seja, os viadutos... Há um viaduto, inclusive, que vai passar, Dr. Valter, Luiz e Gustavo, em frente ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, mais um IFRN, que, graças à nossa luta, nós levamos para a região metropolitana.

Mas eu quero, rapidamente, fazer aqui um apelo aos senhores. Ao lado da Reta Tabajara, prioridade para a questão das obras complementares da BR-101. Por quê?

Porque significa a gente estar tratando de um dos piores gargalos em matéria exatamente de congestionamento de trânsito no Rio Grande do Norte. É horrível. Por exemplo, a gente sai de Natal ali da zona sul e, por conta exatamente desse trecho, entre Natal e Parnamirim, por conta desse congestionamento, Senador Lasier, a gente demora muito mais para atravessar esse trecho do que para chegar às cidades circunvizinhas ali na região. Isso é horrível! Isso é um ataque à cidadania. Está entendendo? Porque nós estamos – o quê? – roubando a qualidade de vida das pessoas. Tempo é qualidade de vida, entendeu?

Não é um trecho qualquer, e os senhores sabem disso melhor do que eu. Não é um trecho qualquer por quê? Porque é a entrada do Estado pela via metropolitana, onde circulam milhares de carros e milhares de pessoas. O projeto está redondinho, está pronto, e eu quero aqui enaltecer o trabalho do DNIT. O que falta, portanto, agora, é um planejamento do ponto de vista do dinheiro.

E, finalmente, também aqui falar da duplicação da BR-304, que é muito importante pra nós; falar também da duplicação da BR-406. Valter, Luiz e Gustavo, a 406 é a que pega ali de Ceará-Mirim, vai por João Câmara até Macau.

É uma BR, Senador Lasier, que eu até apresentei um projeto de lei para denominá-la de Rota dos Ventos. Por quê? Porque é exatamente nessa área onde está localizado, no meu Estado, o maior potencial de desenvolvimento de energia eólica. Nosso Estado é muito rico nisso. Mas a área do Mato Grande é a área mais promissora. É lá onde os ventos são mais generosos, e já há, inclusive, uma presença muito forte da energia eólica.

Eu quero inclusive contar com o apoio do DNIT nacional para dar a essa rodovia, Gustavo, o nome de Rodovia dos Ventos. Mas, sobre essa rodovia, eu quero que os senhores levem em consideração – a gente já apresentou isso ao DNIT local – o ponto de vista de viabilizar a sua duplicação no futuro, que eu espero que não seja longo, pois essa rodovia é exatamente a que se liga diretamente ao Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, aeroporto este que nos permite hoje estar na luta e bem posicionados, se Deus quiser, para receber o *hub* da TAM, o centro de conexões de voos internacionais que a TAM vai instalar no Nordeste.

E o nosso Rio Grande do Norte, exatamente por dispor da infraestrutura aeroportuária de que dispõe, que é o Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante, 100% privado, está bem posicionado. E essa rodovia é muito importante, Valter, Luiz e Gustavo, por quê? Porque ela nos liga ao aeroporto, e essa rodovia não tem só vento: ela tem petróleo, ela tem gás, ela tem sal, ela tem turismo. Seguramente, nessa rodovia está plantado um dos novos e promissores vetores para promover a economia no nosso Estado, no nosso Rio Gran-

de do Norte. E, daí, não tem como promover a economia, a cadeia produtiva, sem um elemento básico que é a logística, que é a infraestrutura rodoviária.

Então é isso, Senador Lasier. O Contorno de Igapó, que está em andamento, muito importante, a Estrada do Cajueiro etc, etc.

Enfim, desejar boa sorte e dizer que contem conosco aqui, pois estaremos lá permanentemente defendendo os interesses do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pelo menos a Estrada do Cajueiro deve ser cuidada. É a grande atração turística, não é?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – Com certeza. E é uma estrada há muito tempo reclamada e desejada por todos, assim como está em andamento a federalização de algumas rodovias lá, como a BR-104 e outras.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Perfeito.

E não é por acaso que tem tanto vento lá. Afinal, Natal é o cotovelo do Brasil.

Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Senador Lasier Martins, senhores sabatinados, Dr. Valter Casimiro, Gustavo Adolfo e Luiz Antonio, Srªs e Srs. Senadores, acho que já foram esgotadas praticamente todas as possibilidades de perguntas e questionamentos, apesar de o Brasil ser muito grande. É um gigante, e o Orçamento do DNIT deveria ser três, quatro vezes maior do que é. E olhem que, em 2010, o Orçamento já era de R$11 bilhões; em 2011, R$15 bilhões; em 2012, também R$15 bilhões; em 2013, R$14 bilhões; em 2014, R$14 bilhões também; em 2015, R$12 bilhões; e, para 2016, estão previstos R$8 bilhões. Olhem a situação que esses jovens vão enfrentar. Se o cobertor já era curto, foi cortado pela metade, para tentar cobrir duas camas. É praticamente impossível.

A rodovia a que o Senador Ivo Cassol se referiu, uma só, de Rondônia, que dá quase mil quilômetros, de Porto Velho à divisa do Mato Grosso, três anos atrás custaria, para se fazer um serviço de boa qualidade, R$800 milhões para restauração. Então, esse Orçamento do ano que vem daria apenas para restaurar oito rodovias dessas no Brasil. Acabou. Não tem dinheiro para o DNIT fazer frente a todas as demandas. Só em Rondônia – vou até ficar contemplado aqui na fala do Senador Ivo Cassol – são inúmeras BRs. E é um Estado novo, um Estado que não é o maior da Federação. Imagine o Brasil inteiro. E não são só as rodovias. O DNIT ainda cuida de várias outras coisas: são pontes, são viadutos, são ferrovias e uma série de outras questões.

Então, só me resta desejar boa sorte. Eu sei que é sangue novo, mas assumam com garra, com determinação. Vamos fazer as concessões.

Eu discordo da Senadora Vanessa, porque, se nós não temos dinheiro para construir, para dar manutenção, vamos privatizar. O mundo inteiro partiu para isso aí. Isso não custa nada. Isso não dá lucro para... Não adianta as rodovias serem da União, porque isso não dá lucro. Só dá despesa todos os anos. E quem não quer pagar um pedágio? Mesmo que você faça uma viagem de dois mil quilômetros e pague R$80, R$100 de pedágio nessa viagem, o que você economizou de combustível, o que você economizou de pneu, o que você economizou no risco de vida... Porque nas nossas BRs, hoje, aquelas que não duplicadas, que não são privatizadas, que não têm boa sinalização, boa manutenção, o risco de vida é iminente, é constante. Na nossa BR, lá de Rondônia, morrem anualmente, em média, cento e tantas pessoas. Houve ano em que morreram 180 pessoas em acidentes, em 800km de estrada. Se essa rodovia fosse duplicada, fosse pedagiada e fosse privatizada, certamente menos da metade desses acidentes – muito menos, muito menos, talvez um terço ou menos dos acidentes – teriam acontecido. Quantas vidas seriam poupadas? Então, eu defendo a privatização, as concessões.

Outra coisa, Sr. Presidente, que tem ocorrido no Brasil: as grandes empresas não estão mais querendo pegar obra do DNIT, do Ministério dos Transportes. O senhor pode ver que todas elas saíram. Todas elas. Acabaram indo para as concessões – e boa parte delas para a Petrobras, que acabaram sendo tragadas pela Lava Jato. Praticamente estão acabando as empresas grandes no Brasil. Não querem mais pegar obra, e não só do DNIT; não querem mais pegar obra de área nenhuma do Brasil. Então, a situação está muito difícil. As pequenas estão quebrando, porque o DNIT não consegue pagar. No Brasil inteiro, obras estão sendo paralisadas, porque não há como pagar, honrar com as medições. Uma obra, como já falou o Senador Ivo Cassol, que era para ser concluída em novembro deste ano, vai estender-se quase até o ano que vem inteiro. E aí começa a haver prejuízo, porque a obra só dá lucro se a fizerem de forma rápida.

Como falou o Senador Ivo Cassol, – com todo o respeito – outra falta de inteligência é achar que uma obra cara dá prejuízo. O que dá prejuízo é uma obra barata. Quando mergulham no preço...

Lá em Rondônia, na 364, eram quatro lotes. Só dois foram executados, e mal executados. Com um ano e meio, já estão dando problema de novo. Se fosse o orçamento antigo, de R$800 milhões, para fazer os quatro

lotes, talvez tivessem saído os quatro lotes em torno de R$200 milhões cada um, a obra teria ficado bem feita, e duraria uns quatro cinco anos no mínimo.

Então, isso daria lucro e não prejuízo. Agora, por culpa... Eu acho que não é culpa do Tribunal de Contas da União, porque o TCU não estabelece o preço; exige que a obra seja feita com a qualidade que está no projeto. Então, se o DNIT fizer um bom projeto, se as empresas fizerem um projeto, o preço não será discutido pelo TCU, mas se está dentro daquele estabelecido no projeto: se é um asfalto com 8cm, com 12cm de espessura, ele vai exigir isso e não que o asfalto tenha de ter 2cm ou 3cm de espessura para acabar dentro de um ano.

Então, eu queria, para concluir, desejar sucesso a todos vocês e que não deixem as obras de Rondônia parar, do Brasil inteiro! Mas eu defendo aqui o Estado de Rondônia: a 319, a 364, a 425, a 435, a 429; os viadutos de Porto Velho e todas as obras do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito bem. Chegamos ao final, então, da sabatina. Logo depois da apuração, Senador Valdir Raupp, vamos atender seu pedido extrapauta.

Encerrada a votação.

Eu quero convidar a Senadora Fátima e o Senador Ivo Cassol para atuarem como escrutinadores.

Vamos, primeiro, conferir quantos votos ocorreram.

Perfeito. Pelo jeito, o senhor tem experiência.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – São 20 votantes.

(Procede-se à apuração dos votos.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu gostaria que a Senadora Fátima confirmasse, mas, pelo meu cálculo, os três receberam 18 votos. Não, o Valter, 19.

Eu peço que anuncie no microfone, porque precisa ser registrado.

Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco Apoio Governo/PT - RN) – O resultado da votação foi o seguinte: o Sr. Valter Casimiro Silveira foi aprovado com 19 votos SIM e 1 NÃO. O Sr. Gustavo Adolfo Andrade de Sá foi aprovado também, com 18 votos SIM e 2 NÃO. E o Sr. Luiz Antonio Ehret Garcia foi aprovado com 19 votos SIM e 1 NÃO.

Parabéns.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Em seguida, V. Exª vai ler o seu requerimento.

Como estamos no encerramento, e são rápidas as despedidas, quero informar aqui que há um item extrapauta não terminativo.

EXTRAPAUTA
ITEM 4
MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:

Após leitura do relatório, será concedido vista coletiva da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para proferir o relatório.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero primeiramente parabenizar os nossos diretores, o Diretor-Geral e diretores do DNIT, pela aprovação e desejar todo o sucesso.

Nos termos do art. 23, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações), combinado com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, a Presidente da República, por meio da Mensagem nº 68, de 2015, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Aníbal Diniz, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, na vaga do Sr. Jarbas José Valente.

Nos termos do disposto no art. 104, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes aos serviços de telecomunicações e agências reguladoras pertinentes. Ainda nos termos do art. 383 do RISF, a CI deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre ele.

De acordo com os arts. 20 e 23, de sua lei de criação, o Conselho Diretor da Anatel é composto por cinco conselheiros, de reputação ilibada, com formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade do cargo a ser exercido. O currículo anexo à mensagem presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado, que passo a resumir.

O Sr. Aníbal Diniz é cidadão brasileiro, nasceu da cidade de Campo Mourão, no Estado do Paraná, em 13 de dezembro de 1962. Graduou-se em História pela Universidade Federal do Acre – UFAC e concluiu o curso de MBA pela Fundação Getúlio Vargas/Faculdade Corporativa do Banco do Brasil.

Iniciou a sua carreira profissional em 1983, na área de Comunicação, sendo repórter, redator e editor de jornalismo impresso, radiofônico e televisivo. Atuou como assessor de imprensa e, entre 1999 e 2006, foi Secretário de Comunicação do Estado do Acre, onde implantou o Sistema Público de Rádio e Televisão Educativa – Rádio e TV Aldeia.

Entre os anos de 2007 e 2010, participou da implantação da Agência Digital de Notícias do Acre e da Digitalização do *Diário Oficial* do Estado.

Exerceu por cinco anos (2010-2015) o mandato de Senador da República pelo Estado do Acre. Nesta Casa, ocupou cargos importantes, tais como: a Primeira Vice-Presidência, sob a presidência do Senador José Sarney, e a Vice-Presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No exercício da atividade parlamentar, exerceu a titularidade em sete comissões permanentes: CCT, CCJ, CE, CDH, CMA, CRE e CMO, apresentou diversos projetos de lei e foi Relator na Comissão de Avaliação do Programa Nacional de Banda Larga.

Consta, ainda, do currículo apresentado, a participação como Senador da República dos seguintes eventos: XVIII e XIX Conferências do Clima, COP-18, realizada em Doha e em Varsóvia, respectivamente; missões diplomáticas no Haiti e Cuba, em 201; Conferência de População e Desenvolvimento das Nações Unidas, em Nova Iorque, em 2013; os LVII e LVII Painéis, em janeiro de 2014; XVI Congresso Latino-Americano de Satélites, no Rio de Janeiro/2014; Futurecom, em São Paulo/2014; e Seminário Políticas de Telecomunicações, Brasília/2015.

Cumpre, por fim, relatar que o candidato apresentou todos os documentos exigidos pelo art. 383, inciso I, alíneas "a", "b" e "c", do Regimento Interno, juntamente com as declarações de que trata o §3º do *caput* do mesmo artigo.

A análise do *curriculum vitae,* anexada à Mensagem nº 68, de 2015, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para ser conduzido ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel, por escolha da Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Portanto, Sr. Presidente, esta Comissão de Serviços de Infraestrutura está em condições de deliberar sobre a presente indicação.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Bem... Não havendo...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Pois não, Senador Wellington...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, só para encerrar.

Eu gostaria de agradecer a oportunidade de ter sido Relator de um dos indicados, Dr. Valter, que agora já passou pela sabatina, bem como aos outros companheiros que relataram a indicação do Dr. Luiz Antonio como a do Dr. Gustavo.

Acho que nada melhor do que a demonstração do quórum e também do próprio resultado; ou seja, um quórum alto é a demonstração do interesse dos Senadores com esta Comissão e, principalmente, com o DNIT que é importantíssimo para o Brasil.

Nessa linha, eu quero aqui também, ao estar presente até final, pois a gente sempre tem a atribulação de ter de ir ali e voltar, parabenizar os três diretores.

Espero que os outros dois diretores, ainda faltam dois – não é isso? Falta um só, não é? O outro diretor da área 2... Vai-se inteirar o substituto do aquaviário? (*Risos.*)

Espero, né?

Quem está acumulando...

Com a possibilidade de a gente ter logo a conclusão dos outros dois nomes, mas, claro, hoje o órgão já tem condições perfeitas de tocar, esquecendo-se a história da interinidade. E o que todos nós esperamos do Brasil, todos os Parlamentares, é exatamente a agilidade de vocês.

O órgão já teve muitos momentos – eu diria – de altos e baixos. E eu acredito que agora, mesmo com a escassez financeira, é perfeitamente possível, dada a experiência de cada um e o apoio que tiveram aqui por parte da Comissão.

Eu já falei com nosso Secretário, agora há pouco liguei lá para o Presidente Renan para ver se a gente coloca, ainda hoje, em votação no Plenário. O Secretário já está tomando todas as medidas aqui e já me garantiu que, até às 14h, já será entregue lá na Mesa.

Quero dizer, mais uma vez a vocês, que estão em um órgão finalístico e que tem a função de executar... Mesmo que seja um órgão híbrido, porque esta sabatina aqui não lhes dá mandato de tempo. Eu acho que isso é, inclusive, uma correção que a gente precisa pensar no DNIT, porque é o mesmo regime das agências, e acaba sendo uma coisa híbrida.

Então, ou se acaba com as sabatinas, e seria direito do Executivo indicar e escolher, ou se transforma no mesmo sistema das agências com mandato.

Mas eu tenho muita expectativa, principalmente porque eu acho que, na crise, se tira o "s" e vamos criar. E é isso o que vocês, que são pessoas com muita força de trabalho, podem fazer para resolver essa angústia que vivemos todos nós no Brasil, de poder melhorar nossa balança comercial.

Tenho dito aqui, Presidente, que, no meu Estado, Mato Grosso, nós não temos nenhum por cento da capacidade do minério explorada. Por quê? Porque falta logística, faltam estradas, faltam ferrovias e hidrovias. Podemos muito bem incrementar a Hidrovia Paraguai-Paraná, que foi o começo, foi a fundação do Estado de Mato Grosso. Tudo se dava por aquela hidrovia, que, infelizmente, foi abandonada.

Vieram as questões ambientais, e hoje sabemos que não são mais os rios que têm de se adaptar às embarcações. Nós temos tecnologia suficiente para que as embarcações se adaptem aos rios. Então, gostaria muito de pedir aqui a vocês que colocassem esta questão do Porto de Morrinhos, da ligação asfáltica até o Porto de Morrinhos, que é a BR-174.

Cáceres é uma das cidades mais antigas de Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade, a nossa primeira capital, é uma comunidade com predominância de negros, Sr. Presidente, onde uma mulher negra dominou aquilo, tomou como reinado por 40 anos, Tereza de Benguela. Isso faz muito parte da história do Brasil e também, claro, da história do nosso Estado.

Então, sobre essa questão do Porto de Morrinhos, com a zona franca, ou seja, a ZPE de Cáceres, pela qual vimos lutando há muitos anos, agora, há a possibilidade novamente. Agora há pouco, conversava com o Cleber, da Sudeco, para que trabalhemos com o Ministério, todo mundo em conjunto, para fazer daquilo uma realidade.

Temos de virar um pouco os nossos olhares para o Mercosul. Hoje, nós temos 720km de divisas secas, Sr. Presidente, e ficamos olhando de costas para a Bolívia, como se só houvesse problemas. Não! Vamos cuidar dos vizinhos também, como já fazemos com a febre aftosa e outras questões. Temos ali condições de melhorar muito essa questão e diminuir o problema do narcotráfico. Como se faz isso? Usando, estando presente, com a polícia, com estradas, com melhor condição de se levar e trazer mercadorias que serão fiscalizadas. Isso tudo vai facilitar muito.

Então, Dr. Valter, Dr. Gustavo e Dr. Luiz Antonio, esta Comissão que ser parceira de vocês. O ministro veio aqui, falou, de forma muito franca, muito aberta, e pareceu que aquilo seria muito ruim para a imagem dele e que, talvez, fosse causar até uma demissão. Muito pelo contrário. Ele saiu daqui fortalecido, todos os Parlamentares o apoiaram e entendem que nós temos hoje o Ministro Antonio Carlos, dos Transportes, administrando essas dificuldades financeiras. Mas, até agora, o que não é fácil, todos os Parlamentares com quem tenho conversado têm elogiado o Ministro dos Transportes, exatamente por essa transparência. É isso o que queremos também, porque a pior coisa é empurrar com a barriga, levar expectativa para a população, expectativa que não acontece. Vamos falar a verdade e vamos buscar o caminho, inclusive com as parcerias público-privadas, que é o caminho que se tem.

O Senador Blairo já colocou aqui: no nosso Estado, para cada quilômetro de estrada que se constrói, nós temos muito em produção, em crescer a produção. Sr. Presidente, só o Estado de Mato Grosso tem capacidade de produzir tudo o que o Brasil produz. Nós temos a região do Araguaia, onde está começando agora a voltar a força da agricultura. Lá, nós temos a BR-158 que existe há mais de 50 anos! Aí o DNIT começou a fazer o asfaltamento, criaram uma reserva indígena em cima, e, até hoje, a 158 está inconclusa, porque, na hora em que se faz o projeto do desvio, vem a questão ambiental: "Não. Nós queremos mais tantos quilômetros de distância".

Ou seja, o País fica refém de uma situação. Poderíamos estar gerando riqueza para o País, para cumprirmos os nossos compromissos.

Então, vocês precisam ter coragem e apoiar-se nesta Comissão. Nós gostaríamos de sugerir a vocês que não seja só nessa data da sabatina; que não seja só na data da convocação ou do convite que vocês venham. Acho que é importante chamar os Parlamentares ao órgão, para conhecê-lo, para que tenhamos força, junto com o Presidente desta Comissão, que é uma comissão muito respeitada, e o nosso Presidente é muito respeitado também; que tenhamos força de buscar os recursos, junto ao Orçamento.

Agora mesmo, a nossa Presidente da Comissão é desta Comissão, a Comissão de Orçamento. Tive de ir lá, agora, como Líder, representando. Fui lá, assinei e vim aqui, porque fazia questão de estar aqui, neste encerramento.

Então, acho que temos de usar toda essa força para melhorar a questão da logística do Brasil. E vocês têm muita capacidade, acreditamos, tanto que essa votação aqui e o quórum foram extremamente qualificados.

Então, parabéns a vocês. Espero, realmente... Quanto a essas dificuldades econômicas, nós não vamos abaixar a cabeça. Pelo contrário, vamos trabalhar mais, para encontrar as soluções. Inclusive, no caso do Mato Grosso, já sugerimos a questão das parcerias público-privadas, ou seja, a PPP caipira. Há exemplo lá, que já funciona, e podemos fazer muito, como é o caso da BR-70, que liga Primavera do Leste até a BR-163, que está sendo, toda ela, duplicada agora com a concessionária.

De uma forma mais simples, acho que é perfeitamente possível mantermos uma estrada boa e, principalmente, salvar vidas. Já disse aqui e repito: esse trecho de Rondonópolis a Posto Gil é o trecho com maior número de acidentes frontais registrados pela Polícia Federal. E acidente frontal normalmente representa perda de vida.

Nós temos de trabalhar para garantir uma melhor qualidade de vida e, claro, buscar não fazer com que o trânsito no Brasil seja uma guerra a cada ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lasier Martins. Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito oportuno o seu pronunciamento, Senador Wellington, e o seu apelo aos três profissionais indicados hoje, aprovados aqui na Comissão, os quais, como Presidente interino, muito honrado com esta função hoje, cumprimento e aos quais também desejo muito êxito.

Este é o grande mérito da nossa Comissão de Infraestrutura: hoje tivemos aqui o verdadeiro mapa das deficiências em logística e no setor viário do Brasil.

Foram impressionantes alguns depoimentos candentes sobre o que significa a falta de boas estradas, os prejuízos, as perdas de vida, o prejuízo com a falta de transporte às nossas riquezas.

V. Exª estava se referindo ao Mato Grosso, ao que são as riquezas que existem lá, e que talvez, em nenhuma outra parte do Brasil, haja tantas riquezas. E tudo isso tem sido dificultado pela falta de como transportar.

Nesse particular, a Comissão de Infraestrutura tem sido um extraordinário repositório não apenas de queixas, mas de descrições, de depoimentos sobre o quanto este Brasil é rico e não consegue prosperar – sétima economia do mundo, mas IDH número 70. Que abismo, porque não sabemos explorar as nossas riquezas por uma série de razões que quase todos que estão aqui sabem.

Então, obrigado por seu pronunciamento.

Ainda em tempo, quero dizer que fica concedida a vista coletiva da matéria referente à indicação do Sr. Aníbal Diniz para o cargo de Diretor da Anatel.

Quero agradecer muito a presença de todos, em especial dos Srs. Senadores e das Srªs Senadoras, e os convoco para a próxima reunião no dia 16 de setembro, quarta-feira que vem, às 8h30min, neste plenário, com pauta deliberativa.

Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 33 minutos.)

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2015.

Às oito horas e quarenta minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e quinze, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Ciro Nogueira, Sandra Braga, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha, Gladson Cameli, Edison Lobão, Waldemir Moka, Romero Jucá, Davi Alcolumbre, José Agripino, Roberto Rocha, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Registra presença como não membro o Senador José Medeiros. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura do comunicado da Presidência, tem início a apreciação da Pauta. Parte 1: Item 1 – Mensagem (SF) nº 68, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente". Relatoria: Senador Valdir Raupp. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada, com 22 (vinte e dois) votos favoráveis, um voto contrário e nenhuma abstenção. Parte 2: Item 1 - Mensagem (SF) nº 69, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika". Relatoria: Senador Elmano Ferrer. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 57, de 2015, de autoria dos Senadores Paulo Bauer e outros, que requer "na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA entre esta Comissão de Infraestrutura (CI) e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar. Com os seguintes convidados:o Senhor ALBERTO ANGERAMI, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); o Senhor LUIZ MOAN YABIKU, Presidente da Associação Nacional Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), ou representante por ele indicado; o Senhor JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (InMETRO); o Senhor RENATO AUGUSTO, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Escolares e Passageiros; e o Senhor PEDRO JANUÁRIO DE SOUZA NETO, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São Jose e Região no Estado de Santa Catarina (SNETRE/SJ/SC). Resultado: Adiado. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 58, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V,do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil, e tratar do cronograma das obras atuais sob responsabilidade do Governo Federal, com a presença das seguintes autoridades: Ministro de Estado dos Transportes; Ministério dos Transportes; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Representante do Tribunal de Contas da União." Resultado: Lido. Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 59, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir a interface dos órgãos do setor de transportes com outros cujas competências impactam a realização de obras de infraestrutura, com a presença das seguintes autoridades: Ministro dos Transportes; Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Representante do Ministério Público Federal." Resultado: Lido. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 60, de 2015, de autoria

do Senador Wellington Fagundes, que "em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada no âmbito dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura audiência pública para discutir a experiência internacional na concessão de obras de infraestrutura, com a presença dos seguintes convidados: José Manuel Vassallo, professor titular da Universidade Politécnica de Madri; Geoffrey Spence, Diretor Executivo da Infrastructure UK, Reino Unido; João Aguiar Machado, Diretor Geral da DG-MOVE (Diretoria Geral de Mobilidade e Transporte) da Comissão Europeia." Resultado: Lido. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Acir Gurgacz, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Valdir Raupp, Gladson Cameli, Jorge Viana, Blairo Maggi, Telmário Mota, Flexa Ribeiro, Lasier Martins, Hélio José, José Agripino, Vanessa Grazziotin, Elmano Férrer e Wellington Fagundes. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às dez horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RICARDO FERRAÇO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito bom dia, Srªs e Srs. Senadores.

Declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Informo a todos os senhores e as senhoras presentes e que nos acompanham pelos canais de divulgação do Senado Federal que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular direta. Os cidadãos que tenham interesse em participar, com comentários, perguntas, sugestões, contribuições, críticas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania ou através do Alô Senado, que nós estaremos procedendo ao encaminhamento das questões.

Comunicado.

A Presidência comunica o recebimento da Nota Informativa nº 2.930, da Consultoria Legislativa, sobre o Aviso nº 5.637, do Tribunal de Contas da União, que trata de auditoria realizada nas obras de implantação da Central de Geração Eólica Casa Nova, da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, no Estado da Bahia.

A Consultoria não vislumbrou medida a ser adotada no âmbito desta Comissão.

Cópias desse documento encontram-se à disposição das Srªs e dos Srs. Senadores na Secretaria da Comissão.

Esta reunião, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, está programada para ser desenvolvida em duas partes. A primeira parte destina-se à sabatina do Sr. Anibal Diniz, indicado ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), e a segunda parte destina-se à leitura do relatório da Mensagem nº 69, de 2015, e à apreciação de um conjunto de requerimentos.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 68, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Sr. ANIBAL DINIZ, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Sr. Jarbas José Valente.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Valdir Raupp
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Reunião destinada à sabatina do indicado
2 - Em 09.09.2015 foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF.

Observo, ainda, que a votação da sabatina será realizada por meio de urna eletrônica especialmente desenvolvida para essa finalidade.

Convido para que tome assento à mesa o Sr. Anibal Diniz, indicado ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (*Pausa.*)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pela ordem, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como o relatório do nosso sabatinado é conhecido e o próprio sabatinado também é conhecido por todos nós, eu pergunto a V. Exª se há possibilidade de, enquanto acontece a sabatina, nós fazermos a votação, para que possamos adiantar o nosso trabalho, até em função de outras audiências. Eu, por exemplo, tenho uma em um ministério agora, às 9h da manhã. Como é o caso de um sabatinado que nós todos conhecemos muito bem, parceiro nosso, que já esteve conosco aqui como Senador, um amigo nosso que está no dia a dia conosco, e como nós conhecemos o relatório, que já foi disponibilizado pelo Relator, o Senador Valdir Raupp, eu peço a V. Exª, se não houver objeção dos nossos colegas, para abrir o painel para a votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pois não, Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na mesma direção, Sr. Presidente.

O Senador Anibal Diniz foi Senador entre nós aqui e é uma indicação que merece todo o crédito da Comissão. Eu brinco com ele dizendo que, de todas as virtudes que ele tem, uma é muito importante: ser santista. Essa, para mim, é uma qualidade muito importante.

Brincadeiras à parte, o Senador Anibal Diniz é, sem dúvida nenhuma, uma pessoa muito conhecida, que tem enormes serviços prestados aqui e no Estado dele, o Acre. Enfim, ele tem todas as condições.

Então, assim como o Senador Acir Gurgacz, peço que, não havendo objeção por parte do Plenário, pois vários de nós... Eu também tenho que ir para a Comissão de Assuntos Sociais. Eu gostaria muito de já poder votar no Senador Anibal Diniz, o que farei com muita convicção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador Acir Gurgacz e o Senador Moka solicitam que, se não houver objeção por parte de nenhum dos Srs. Senadores, nós abramos o processo de votação para os Srs. Senadores que se considerarem em condição de exercer o seu voto. Se não houver objeção, nós vamos proceder dessa maneira, abrindo o processo de votação, e, sem delongas, passar a palavra ao nosso indicado para que ele possa fazer a sua apresentação.

Informamos ao nosso Sr. Anibal Diniz que o tempo destinado à exposição será de 25 minutos, o tempo que S. Exª considerar adequado e necessário para fundamentar a visão, as diretrizes, o plano de trabalho e a reflexão que faz a respeito da conjuntura do segmento de telecomunicações em nosso País, considerando a importância estratégica para o dia a dia da nossa sociedade. Ao final da exposição, será concedida a palavra a S. Exªs os Srs. Senadores que desejarem sabatinar o indicado conforme a lista de inscrição que se encontra à disposição dos Srs. Senadores na mesa.

Sem mais delongas, concedo a palavra ao Sr. Anibal Diniz, indicado pela Presidência da República ao cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, para sua exposição.

A palavra é de V. Exª.

O SR. ANIBAL DINIZ – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço.

Agradeço a todos os Senadores aqui presentes pela honra de comparecerem a esta sabatina.

Eu quero dizer, inicialmente, que, para mim, é um privilégio, depois de ter vivido a experiência como Senador da República, como colega de V. Exªs nesta Casa, poder voltar a esta Comissão de Infraestrutura, agora na condição de sabatinado, para debater um tema que é da maior relevância para o povo brasileiro e para o Estado brasileiro.

Começo, então, manifestando a minha gratidão aos colegas Senadores, com os quais eu tive uma convivência muito produtiva e de grande aprendizado nos últimos cinco anos.

Sr. Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Ricardo Ferraço, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, presentes ou que estão em seus gabinetes, quero, antes de tudo, expressar o meu contentamento e a minha gratidão à Presidenta Dilma Rousseff e ao Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, por terem encaminhado meu nome para apreciação do Senado Federal, passando por sabatina e aprovação desta Comissão de Infraestrutura, para compor o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

Agradeço, penhoradamente, ao Senador Valdir Raupp pela gentileza e deferência do relatório favorável.

Senador Valdir Raupp, muito obrigado por sua deferência.

Agradeço ao Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso Nacional, com quem tenho a honra de trabalhar neste ano de 2015, pela oportunidade do aprendizado fantástico que tem sido essa experiência.

Quero expressar aos Srs. Senadores o quanto me sinto honrado com a possibilidade de, tendo a confiança e o voto favorável de V. Exªs, assumir o mandato de Conselheiro da Anatel, agência que tem importância estratégica para o Estado brasileiro na missão de regular e fiscalizar a correta aplicação da legislação pertinente, promover o desenvolvimento do setor, estimular a livre concorrência e proteger o direito dos consumidores, exigindo a qualidade e a universalidade dos serviços de telecomunicações.

A Anatel possui em seus quadros um corpo técnico da mais alta qualidade para instruir cada um dos processos em busca da solução mais próxima do equilíbrio entre a atração dos investimentos para o permanente e necessário desenvolvimento do setor de tecnologia da informação e comunicação e a garantia da proteção dos direitos dos consumidores, cada vez mais exigentes de soluções que satisfaçam as suas necessidades de conexão com o mundo digital.

Tenho consciência de que se trata de uma missão desafiadora que, pela complexidade dos interesses envolvidos, talvez se constitua na maior de todas as missões que tive a honra de cumprir ao longo desses mais de 20 anos de serviço público, mas a experiência em gestão e a maturidade política que adquiri me dão segurança de que, aprovado por V. Exªs, vou honrar o mandato de Conselheiro da Anatel como sempre honrei cada uma das missões que me foram confiadas.

Nasci no Paraná, mas desenvolvi minha formação, atuação profissional, experiência de gestão e militância política no Estado do Acre.

A Amazônia e o Nordeste brasileiro são as regiões mais carentes dos benefícios das novas tecnologias da informação, carentes de conectividade. Posso assegurar que, a exemplo do que fiz durante o meu mandato de Senador, sempre terei isso em conta na busca de saídas para a superação desse desequilíbrio.

Minha graduação foi na Faculdade de História da Universidade Federal do Acre, mas minha atividade profissional sempre foi na área de comunicação, do jornalismo, sendo uma parte como repórter, redator e editor em jornais impressos, rádio e televisão e a outra, como gestor da política de comunicação da Prefeitura de Rio Branco e do Governo do Estado do Acre, onde trabalhei, durante 12 anos, como assessor e Secretário de Comunicação e coordenei a implantação da rede pública de rádio e televisão educativas do Estado.

Aproveito o ensejo para um agradecimento especial ao Senador Jorge Viana, que me trouxe para a vida pública e com quem tive a honra de trabalhar na Prefeitura de Rio Branco e no Governo do Estado do Acre.

Essa minha experiência anterior foi enormemente enriquecida com o aprendizado adquirido no exercício do mandato de Senador entre dezembro de 2010 e janeiro de 2015, oportunidade que devo ao povo do Acre e ao companheiro de tantas jornadas, o Governador Tião Viana, de quem tive a honra de ter sido companheiro de chapa.

Graças às boas relações que cultivei como Senador, fui escolhido pela minha Bancada do PT e eleito pelos Senadores de todas as Bancadas desta Casa para o cargo de Vice-Presidente do Senado, que tinha, naquele momento, como Presidente o experiente Senador José Sarney, com quem tive a honra de atuar na Mesa Diretora. Ocupei também a Vice-Presidência da CCJ e atuei com o máximo empenho em todas as comissões temáticas para as quais fui designado.

Na Comissão de Ciência e Tecnologia, por exemplo, fui Relator da Comissão de Avaliação do Plano Nacional de Banda Larga, coordenando uma equipe técnica de altíssima qualidade, que, baseada nas audiências públicas e diligências técnicas que realizamos, produziu um relatório com importantes recomendações para expansão da internet de banda larga no Brasil. Seis dessas recomendações foram convertidas em proposições de minha autoria que hoje tramitam nas comissões desta Casa. Uma delas, o PLS 428, de 2014, que prevê o compartilhamento de redes, foi relatada pelo Senador Walter Pinheiro e aprovada recentemente nesta Comissão de Infraestrutura. Outra, o PLS 429, de 2014, que prevê tarifa social de internet de banda larga para famílias de baixa renda, teve parecer favorável do Senador Walter Pinheiro, relatada *ad hoc* pelo Senador Lasier Martins, sendo aprovada na Comissão de Ciência e Tecnologia. Outras proposições tramitam e terão parecer adequado no momento oportuno.

Sei que posso dar uma contribuição qualificada no Conselho Diretor da Anatel, porque conheço a qualidade técnica de seus servidores efetivos e sei que o trabalho em equipe multidisciplinar produz os melhores resultados.

Feitas estas considerações, dedico algumas palavras ao ambiente regulatório das telecomunicações e a temas que estão na ordem do dia da Anatel.

Começo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, pelo modelo de exploração dos serviços de telecomunicações. A Lei Geral de Telecomunicações, nos seus 216 artigos, foi a solução para as questões que se apresentavam na década de 1990 quanto à ordem institucional, econômica e tecnológica, mas a explosão da internet no mundo tornou inquestionável sua importância estratégica. Hoje, se faz imperativo expandir o conceito de universalização dos serviços de telecomunicações, previsto no seu art. 81, às obrigações do acesso de todos à internet.

A situação em 1997 era bem diferente da que temos hoje e será mais diferente ainda da que virá até 2025, quando as concessões do serviço da telefonia fixa se encerram.

No momento da privatização, em 1998, o Brasil contabilizava, em todos os serviços de telecomunicações, 28 milhões de assinantes. Segundo a Anatel, julho de 2015 finalizou com o total de 370,7 milhões de acessos de telecomunicações. Isso representa um crescimento, em 17 anos, de mais de 1.200% em termos de aumento de assinaturas.

Não podemos perder de vista que, apesar de todos esses avanços, de acordo com o relatório do Plano Nacional de Banda Larga, ainda havia, em 2013, praticamente 31 milhões de famílias brasileiras sem acesso à internet. Em 2018, segundo estudo publicado em novembro passado pela BBC Brasil, nosso País ainda terá pelo menos 75 milhões de pessoas sem acesso à internet.

Há alguns anos, o Governo discute sobre a revisão do modelo de telecomunicações, sobretudo em relação à questão da concessão da telefonia fixa e à prestação do serviço em regime público, mas, como alerta o jornalista Samuel Possebon, do Portal Teletime, em 17 de junho de 2015, "o que deveria estar em debate não é apenas a reversibilidade dos bens das concessionárias, nem as obrigações das empresas, mas sim, o projeto do Governo brasileiro para as telecomunicações".

Uma agenda pública bem estruturada envolvendo o Executivo e o Legislativo tem que ser aberta para discutir sobre os bens reversíveis vinculados às concessões que expiram em 2025. A União pode ser obrigada a reassumir uma infraestrutura tecnologicamente defasada e um serviço com problemas de sustentabilidade.

Como já foi dito, o assunto é de competência do Executivo, com a participação do Legislativo, mas cabe à Anatel a tarefa de realizar estudos de cenários. Aí entramos numa outra agenda muito importante, que é a análise de impacto regulatório.

A análise de impacto regulatório, Srs. Senadores, é um instrumento utilizado para melhorar a qualidade das decisões e torná-las mais transparentes e racionais por meio de análises e estudos dos possíveis benefícios, custos e efeitos da regulação nova ou já existente.

O objetivo geral da Análise de Impacto Regulatório é assistir governos para tornar suas políticas mais eficientes desde o processo de elaboração e promover regulação que contribua para a melhoria do bem-estar social.

A Análise de Impacto Regulatório foi adotada pelo Governo brasileiro através do Decreto nº 6.062, e a Anatel está consciente da importância desse instrumento e, por isso, está trabalhando no sentido de aperfeiçoar o processo de suporte às tomadas de decisões em determinados regulamentos. E a Resolução nº 612, de abril de 2013, da Anatel, estabelece, no seu art. 62, que todos os atos de caráter normativo da Agência devem ser, em regra, precedidos de uma análise de impacto regulatório. Portanto, não há decisão de conselheiro tomada a partir da vontade própria. Tem que se submeter a uma análise aprofundada de todos os parâmetros que dizem respeito àquela tomada de decisão.

O tema mais cobrado pelos usuários, e, certamente, o tema que mais chega aos Senadores, é a qualidade dos serviços. Aliás, Srs. Senadores, pesquisa da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), publicada domingo último pelo jornal *O Globo*, mostra os serviços de telecomunicações liderando o *ranking* de insatisfação dos consumidores com 27,4% das queixas registradas nos PROCONs do País. E o aumento das reclamações vai muito além da evolução do número de assinantes. Alguém pode dizer que aumentou o número de reclamações porque aumentou o número de assinantes. Mas vejam só esse número: enquanto o número de usuários da TV por assinatura cresceu 53% entre 2011 e 2014, o de reclamações do serviço aumentou 323% no mesmo período. E a Senacon cobra, com razão, uma melhoria do diálogo das agências com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, porque as reclamações não são só com relação à Anatel; todas as agências têm um índice elevado de reclamação dos consumidores.

Observa-se que o acompanhamento da qualidade é focado em indicadores técnicos que não são sentidos pelo consumidor. O desafio é construir indicadores que garantam um nível adequado de qualidade e que conversem com os sentimentos do consumidor.

Melhoria da qualidade, serviços mais sofisticados e infraestrutura suficiente para atender à demanda são condições essenciais para o setor, uma vez que o preço, atualmente, não é o único fator importante para a tomada de decisão do usuário.

Além da qualidade dos serviços, existe também uma grande preocupação com a proteção dos interesses dos consumidores, porque a tendência do mundo digital é de aumentar a acessibilidade, principalmente na telefonia móvel. Isso gera, consequentemente, uma exposição maior a riscos, e a defesa do direito do consumidor tem que estar no centro das preocupações do órgão regulador. A Anatel precisa acionar todos os mecanismos possíveis para estar sintonizada com o sentimento do consumidor.

O licenciamento e a autorização dos serviços são outra preocupação. O ideal seria que tivéssemos uma licença única. Embora a Anatel já tenha avançado bastante nessa questão, ainda hoje existe mais de uma dezena de tipos de autorizações para explorar mais de uma centena de diferentes tipos de serviços. A Anatel precisa encontrar um caminho para racionalizar o processo de outorga de serviços, visando dar agilidade e reduzir custos, em consonância com o princípio da eficiência da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição Federal.

Outro tema caro para a Anatel é a gestão do espectro e o uso eficiente do espectro.

O espectro de radiofrequência é um bem público escasso e caro e, na maioria dos países, gerido pelo próprio Poder Público central. É por essa razão que a Lei Geral de Telecomunicações, que teve participação forte do Senador Walter Pinheiro, que era Deputado Federal e hoje está aqui conosco, define, nos termos do art. 157, como recurso limitado, administrado pela Anatel e estando seu uso, portanto, sujeito aos princípios do Direito Público.

Uma das grandes demandas por espectro é e será, cada vez mais, o provimento de banda larga sem fios no acesso terrestre e no acesso por satélite. A destinação de faixas de frequência exclusiva para o provimento do acesso deve ser uma das maiores preocupações do gestor do espectro, que é a Anatel.

O provimento de acesso por satélite, suportado pela banda KA, é um dos exemplos de atendimento com qualidade e preço em regiões remotas e mesmo em regiões onde exista apenas um provedor de serviço como forma de estímulo à competição.

A demanda por banda larga não para de crescer. O avanço, sem precedentes, das tecnologias de informação e comunicação, com destaque para a internet, traz importantes reflexos sobre a economia e a sociedade global. E o Brasil tem se lançado ao desafio de modernizar a sua infraestrutura, com o intuito de universalizar o acesso da sociedade aos benefícios advindos dessa transformação.

A oferta de serviços de banda larga cresce, demonstrando sua relevância tanto como referência nacional quanto internacional. Ao final de 2014, o Brasil contava com 192 milhões de acessos à internet de banda larga. O emprego de satélites modernos, somando-se a outras tecnologias, para acesso em banda larga, por meio de estações terrenas de pequeno porte, será a solução em muitas áreas onde o satélite é a opção de conexão.

O esforço da Telebras com o PNBL, a contratação do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação para iluminação, para iluminar regiões isoladas, e o compartilhamento de redes elétricas para atingir a última milha são assuntos que não podem sair do radar da Anatel.

Assuntos polêmicos e palpitantes como a obrigação do conteúdo nacional, a Lei das Antenas, a internet das coisas, que tantas vezes têm sido citadas aqui pelo Senador Walter Pinheiro, o desligamento da TV analógica e os fundos setoriais também estão na pauta da Agência permanentemente.

Eu encero por aqui, Srs. Senadores, agradecendo imensamente a presença de todos e dizendo da honra de tê-los nesta reunião de sabatina em que o meu nome está sendo avaliado para integrar o Conselho Diretor da Anatel.

Então, agradeço imensamente a oportunidade a todos e encerro dizendo que sou uma pessoa de fé. Eu sou uma pessoa de fé. Sei que não cai um fio de cabelo da minha cabeça careca sem o consentimento de Deus e sei que Deus não escolhe os mais bem preparados, mas prepara aqueles que Ele escolhe. E eu estou certo de que, da mesma maneira que honrei o meu mandato de Senador, da mesma maneira que eu honrei cada uma das atribuições que me foram dadas ao longo da minha vida publica, vou honrar imensamente esta Casa representando esta Casa e o povo brasileiro no Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Importante compartilhar com o conjunto das Srªs e dos Srs. Senadores que o Sr Anibal Diniz é formado pela Universidade Federal do Acre, com formação em MBA pela Fundação Getúlio Vargas, foi jornalista, redator, editor, radiofônico, televisivo e impresso e chegou a ser, inclusive, Secretário de Estado de Comunicação do Estado do Acre.

Vou dirigir a primeira pergunta a V. Sª e, em seguida, vou passar a palavra aos Senadores Gladson Cameli, Jorge Viana e Blairo Maggi.

Antes, porém, consulto o Senador Valdir Raupp se, na condição de Relator, S. Exª deseja, como determina o nosso protocolo, fazer uso da palavra.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – É possível, até porque V. Exª está com uma gravata azul muito bonita. (*Risos.*)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – V. Exª está achando bonita? Essa é a tese do comparativo. V. Exª deve ter visto alguma coisa tão feia hoje de manhã que acabou me achando muito bonito, comparando com o que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não, não é V. Exª, mas a gravata de V. Exª.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ah, bom! Está certo.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Menos! Menos! Menos! (*Risos.*)

Eu queria pergunta a V. Sª: a utilização do aplicativo WhatsApp, de grande popularidade em nosso País, em função da dimensão e da utilização que ganhou, já começa a receber, por parte das operadoras de celulares, uma forte resistência à sua utilização. Houve até mesmo manifestação por parte do Ministro das Comunicações defendendo a necessidade da regulamentação desse tipo de serviço, opinião que não encontrou eco, inclusive do Dr. João Batista de Rezende, Presidente da Anatel, para essa iniciativa de regulamentar e restringir a utilização do WhatsApp, por ser um instrumento absolutamente integrado à rotina e ao dia a dia dos brasileiros que fazem utilização desse mecanismo.

Eu gostaria de ouvir a opinião de V. Sª a respeito desse tema, mas ao fim de um bloco em que nós vamos ouvir aqui os nossos Senadores.

Consulto, em primeiro lugar, o Senador Valdir Raupp para saber se ele tem alguma manifestação adicional na condição de Relator, se quer fazer ao final, ou se nós podemos já ouvir os nossos colegas Senadores.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, senhor indicado, Senador Anibal Diniz, Srªs e Srs. Senadores, eu já pude analisar as qualidades, as qualificações do Senador Anibal Diniz, quando produzi o meu relatório sobre a sua indicação, e quero, além de desejar sucesso nessa nova missão ao Senador Aníbal Diniz, que nós sabemos que é uma pessoa extremamente séria, honesta, competente, qualificada para assumir essa função, fazer aqui dois pedidos. O primeiro é no sentido de a Anatel trabalhar junto ao Ministério das Comunicações para desburocratizar. Aliás, o Brasil hoje está com uma burocracia infernal em quase todas as áreas, e o Ministério das Comunicações já começa também a dar sinais de muita burocracia, com as coisas demorando muito. Passam-se anos, às vezes, até que se libere um processo simples. O que poderia ser liberado em dias leva anos. Então, isso tem causado uma angústia muito grande no meio das telecomunicações. O segundo pedido diz respeito à internet. Eu não sei como é nos Estados do Sul, do Sudeste e do Centro-Oeste, mas nos Estados do Norte ainda há uma dificuldade muito grande, em algumas cidades, em se conseguir sinal de internet. Eu cito sempre o exemplo lá do meu Estado. Os habitantes da cidade de Ariquemes, que tem um setor industrial próximo da BR, praticamente dentro da cidade, têm reclamado muito, muito, muito da falta de sinal da internet. As operadoras não têm disponibilizado esse sinal de internet naquela região. Isso deve acontecer em inúmeras cidades do Brasil, sobretudo no Norte do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra ao Sr. Senador Gladson Cameli.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, Srªs e Srs. Senadores, posso chamar o meu amigo, conterrâneo – ele não nasceu no Acre, mas eu o considero meu conterrâneo do Estado do Acre...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ele nasceu no Paraná.

O SR. GLADSON CAMELI (Bloco Apoio Governo/PP - AC) – Isso, é um Paraná Acre...

Convivi com o Anibal, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na época em que ele foi secretário do Governador Binho Marques, quando fui eleito Deputado Federal.

Tenho certeza, Senador Anibal, de que V. Sª vai cumprir um grande papel na Anatel, porque o Acre está precisando hoje de uma pessoa do seu nível, da sua competência, da sua determinação, tanto que eu já votei "sim" em V. Sª, para que o senhor ocupe esse cargo, e pedi aqui aos nobres Parlamentares que iam chegando o voto para V. Sª ocupar esse cargo.

Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, é impressionante a falta de responsabilidade das operadoras com o Acre, tanto que eu sou a favor que libere o WhatsApp, que ele funcione. Eu quero que as operadoras Vivo, Claro, TIM, todas que estejam aqui presentes, me escutem: tenham respeito pelo Estado do Acre! Respeitem o Estado que eu represento!

Em Cruzeiro do Sul, Sr. Presidente, minha segunda terra, minha cidade natal, houve um apagão nesse último final de semana. Como não havia internet, você não podia se comunicar com ninguém, e o direito de comunicação está previsto na Constituição brasileira. Agora, quando a conta chega no final do mês, o consumidor tem que pagar. Vou hoje à Anatel cobrar uma providência em relação a esse assunto.

Então, Anibal, o que eu lhe peço? Peço que, quando você assumir esse cargo, cumpra o seu papel realmente de cobrar dessas operadoras uma responsabilidade para com o nosso País, não só com o Estado do

Acre, mas com o Estado do Amazonas, com o Estado de Rondônia, com o Estado de Roraima, com o Estado do Amapá. É um desrespeito com a Região Norte! A Região Norte pertence ao Brasil, a população da Região Norte paga seus impostos.

Então, eu queria só ressaltar isto. Eu não tenho nada a questionar ao Senador Anibal Diniz, porque eu sei da sua competência e da sua lealdade e lhe desejo sorte nessa sua nova empreitada, com muita determinação, mas quero, agora, mais uma vez, deixar aqui o meu repúdio a todas as operadoras de telefonia móvel celular.

Tenham respeito pela população brasileira e pela população da Região Norte!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra a S. Exª o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria, cumprimentando V. Exª, Sr. Presidente Ricardo Ferraço, e os demais colegas Senadores, dizer que é com satisfação que faço uso da palavra aqui, na Comissão, num momento em que um companheiro da vida toda, o Anibal Diniz, está passando por algo que ele conhece bem, porque foi um Senador dedicado e competente nesta Casa, que é a sabatina de sua indicação para o Conselho Diretor da Anatel.

Sei que aqui temos colegas outros, a exemplo do Senador Walter Pinheiro, que têm uma vida dedicada a esse tema que é tão importante na vida de cada um de nós. Não dá para imaginar mais a humanidade sem internet, a vida sem a internet. Parece que nós tivemos uma relação com esses mecanismos que a tecnologia nos trouxe, que o conhecimento tecnológico nos possibilitou, a vida inteira, há séculos, há milênios, de tão entranhadas que essas ferramentas estão na vida de cada um de nós.

Então, a indicação de um conselheiro da Anatel é algo muito importante nos tempos de hoje. Acho que, em todas as indicações, mas especialmente nessa, devem-se levar em conta vários aspectos que não sejam apenas vinculados a mais ou menos conhecimento técnico, mas que haja uma associação entre vivência e conhecimento técnico.

Apesar da leitura sobre a vida do sabatinado feita pelo Presidente em exercício desta Comissão, Senador Ricardo Ferraço, pelo Relator, Senador Valdir Raupp, e pelo próprio sabatinado, o querido amigo Senador Anibal, e o Senado é conhecedor de sua vida, eu queria dar um breve testemunho.

O ex-Senador Anibal Diniz, hoje indicado para o Conselho da Anatel, é uma das pessoas mais íntegras que conheci na vida, um profissional dedicadíssimo, que trabalha com muita seriedade em todos os desafios que a vida lhe impõe.

Trabalhei com ele, acompanhei seu trabalho profissional numa empresa de televisão. Ele ajudou a consolidar uma das mais importantes, até hoje, empresas de televisão no Acre, e era inovador o trabalho feito na época com o Roberto Moura. O ex-Senador Anibal, jornalista na época, ajudou a implantar o melhor telejornal no Acre.

Depois de ter cumprido um trabalho jornalístico nos principais jornais do Acre, ele foi para a televisão. E foi exatamente por conta desse trabalho competente e também por sua militância na busca de justiça social, de um mundo melhor, na sua militância política e sempre independente – é bom que se diga –, que vi nele um auxiliar importante para me ajudar na Prefeitura de Rio Branco, capital do Acre, como Secretário de Comunicação. Ele se firmou nessa condição e foi também Secretário de Comunicação quando estive no Governo do Acre por oito anos.

No Governo do Acre, ele também iniciou a interlocução para implantação da rede mundial de computadores, da telefonia celular e de um sistema público de comunicação. Tivemos a satisfação de fazer do Acre, talvez, o primeiro Estado do Brasil a ter todos os seus Municípios, 22 Municípios, integrados através do uso dessas ferramentas que o avanço tecnológico nos trouxe.

Também foi no Governo do Acre que o Senador Anibal, já com o Governador Binho, ajudou a implantar um sistema de internet pública, a Floresta Digital, um projeto que, depois, teve sequência no governo de Tião Viana.

O Senador Anibal, hoje nosso sabatinado, nesse período todo, sempre teve um contato estreito com as políticas de telecomunicações, com as políticas de comunicação e sempre esteve muito próximo, na condição de jornalista também, desses avanços que estamos experimentando dentro e fora do Brasil.

Lamentavelmente, o Brasil tem ficado para trás em muitos aspectos dessa corrida.

Eu tinha feito aqui, Senador Ricardo Ferraço, a mesma observação que V. Exª.

Ainda hoje, procurando me inteirar – e até queria reforçar esse seu posicionamento –, estamos tendo disponibilidade hoje de ferramentas que são resultado da revolução tecnológica que impõe mudanças radicais. Começaram lá com o Steve Jobs, pondo fim às gravadoras, pondo fim à tutela em cima de artistas e abrindo a possibilidade da música aos usuários, e agora não é diferente na telecomunicação. Hoje, há um choque direto entre o uso de algumas ferramentas, como o WhatsApp, por exemplo, e os interesses das empresas de teleco-

municação, como bem colocou V. Exª. Há uma divergência... Inclusive, é bom o posicionamento do Senador Anibal, indicado para Conselheiro da Anatel, porque há uma divergência: o Ministro Berzoini diz que pode estar havendo – aspas – "uma ação", à margem da lei, por parte do WhatsApp, ou seja, do Facebook, através do WhatsApp, no uso de canais de comunicação das operadoras" e o Diretor da Anatel diz o contrário, que ele acha que é absolutamente legal a possibilidade de o usuário ter acesso a algo que é uma ferramenta que hoje cresce enormemente, como o WhatsApp, nos grupos familiares, de trabalho...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Facilitando o dia a dia das pessoas.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ..., facilitando o dia a dia das pessoas. E aí há um jogo de interesses, obviamente. A questão é objetiva. As operadoras querem cobrar por esse serviço. E é bom aqueles que estão nos acompanhando, a população está disposta a pagar mais um serviço pelo uso do WhatsApp, que é tão usual hoje.

Quer dizer, acabei de falar que não tem mais como desfazer essa relação, pelo menos no geral, da população no mundo inteiro, que não tem mais como desfazer esse casamento entre o uso de tecnologia e a vida no nosso Planeta. Fomos levados a uma situação que não tem mais volta. O que podemos fazer é aperfeiçoar essa relação. E temos que decidir: somos favoráveis a quem? Às empresas que lucram tanto, que têm todos nós nos seus cadastros, que operam num mercado que cresceu enormemente, como o próprio Senador Anibal colocou, chegando o acesso à internet a 370 milhões de pessoas, numa mudança, em menos de duas décadas, de vinte e poucos milhões de acesso para 370 milhões?

Qual é o papel de um conselheiro da Anatel hoje? Acho que é o de buscar aproximar o Brasil do que há de mais moderno de tecnologia no mundo, mas, especialmente, o de disponibilizar essa tecnologia moderna para o cidadão brasileiro.

Não tenho dúvidas de que a tecnocracia hoje nos conduz, às vezes, para o caminho errado. Amanhã, vamos ter um debate aqui com convidados – vou concluir, Sr. Presidente – sobre a "encíclica verde" do Papa Francisco. Lá, ele faz uma observação muito interessante sobre o uso da tecnociência e a tecnocracia, falando que estamos reféns da tecnocracia, de um grupo que tem o pensamento de que todos têm que estar subordinados a essa condução equivocada dos avanços tecnológicos. O Papa faz uma diferença dizendo que a tecnociência, que nos fez avançar tanto, tem que estar a serviço do cidadão, e não colocar o cidadão como refém dela.

Então, há uma diferença a ser feita. Para isso, precisamos procurar humanizar as relações. E não tenho dúvida de que a presença do Senador Anibal, com sua história de vida, com sua vivência... Eu queria até aproveitar aqui para cumprimentar sua esposa, Elisângela, sua filha, a Jana, e seus amigos que estão aqui e dizer que acho que o Senador Anibal reúne duas coisas fundamentais para compor uma agência: a primeira é uma integridade, uma história de vida impecável, uma vivência e uma gestão acumulada com a experiência de muita dedicação e a segunda é sua dedicação a esse tema. Não é uma indicação por conta da sua história política, mas uma indicação também embasada no conhecimento técnico. O Senador Anibal foi um dos mais dedicados senadores a tratar da regulamentação da banda larga e também a fazer com que pudéssemos ter avanços aqui, do ponto de vista da legislação, no sentido de garantir mudanças importantes na vida do brasileiro através de um melhor acesso aos recursos da tecnologia.

Então, concluo agradecendo a presença de todos. Vejo a quantidade de Senadores que estão vindo aqui como um gesto, uma demonstração de carinho, de respeito à presença do Senador Anibal e essa indicação como reconhecimento pelo trabalho que ele fez aqui como Senador.

Eu trago o testemunho do trabalho que ele fez antes de chegar ao Senado e devo dizer, sinceramente, que estou muito honrado de estar nesta sabatina e de poder dar meu voto. Tomara que ele receba aqui o apoio da ampla maioria dos Senadores e seja referendado no Plenário da Casa, para poder cumprir o papel fundamental de ajudar o nosso país a alcançar a banda larga, a universalizar esse conhecimento tecnológico que deixa tão atrás ainda o Norte, o Nordeste e parcelas importantes da sociedade brasileira.

Eu estive em Cruzeiro do Sul, no Acre, na Amazônia, e no Nordeste, onde ainda temos uma carência enorme. Como disse o colega Gladson, somos tratados como brasileiros de segunda categoria por muitas dessas operadoras. Isso é um absurdo! A Constituição é desrespeitada quanto ao direito do uso de um recurso que é parte da nossa vida e que está limitado, cerceado em algumas regiões do País.

Espero que o Senador Anibal, caso venha a receber aprovação do nosso Senado Federal, possa nos ajudar a cumprir a Constituição, que diz que é preciso promover o desenvolvimento regional em todas as regiões, não apenas no Sul e Sudeste do Brasil, para fazer com que o Brasil seja um só e com que os brasileiros tenham o mesmo tratamento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Importante a manifestação de V. Exª entre todas pelo testemunho que traz de conhecimento da integridade pessoal do Anibal, mas também pela

fala em relação ao WhatsApp, porque o Presidente da Anatel ou de qualquer agência reguladora não está subordinado ao pensamento de qualquer dos Ministros.

A agência precisa e tem que ter autonomia. Por isso, é importante a fala do Dr. João Batista de Rezende, que, diferentemente do Ministro, não considerou o WhatsApp pirataria. Muito pelo contrário, se há necessidade de nós criarmos condições de competitividade, como diz ele, talvez seja necessário baixar a elevadíssima tributação das teles para que mais mecanismos e mais plataformas possam estar à disposição da sociedade brasileira, e não o contrário. Quer dizer, engessar o mundo da internet numa fase como essa que nós estamos vivendo seria de um retrocesso sem precedentes e é fundamental que o indicado, uma vez aprovado por esta Comissão, possa levar a percepção do Senado da República, ou, pelo menos, da Comissão de Infraestrutura, em relação a esse tema.

Passo a palavra a S. Exª o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Presidente.

Bom dia, colegas.

Quero cumprimentar o Senador Anibal, que foi nosso colega aqui durante quatro anos e teve uma atuação exemplar aqui, nesta Casa. Eu o cumprimento por isto.

Acho a indicação que a Presidente da República fez para que V. Sª possa fazer parte dos quadros da Aneel mais que justa e que V. Exª vai, com toda certeza, corresponder aos anseios da Presidente e também aos nossos.

Penso que as falas que aqui foram feitas, como a feita por V. Sª quando se posicionou no início dos trabalhos, são no sentido de que o Estado do Acre é um dos que mais sofrem com a questão da telefonia, por estar mais distante, por ter menos infraestrutura, pela dificuldade de se chegar ao Estado do Acre. Portanto, acho eu que o Estado do Acre é um dos Estados que mais sofrem com isso. Portanto, uma pessoa que tem sua origem, uma pessoa que tem a sua história e que tem o seu compromisso de vida e a política construídos no Estado do Acre, com toda certeza, olhará isso todos os dias e todas as horas e tentará dar uma resposta para o Estado do Acre. E tenho certeza de que os demais Estados serão beneficiados pelas atitudes que V. Sª tomará para melhorar essa questão da comunicação no seu Estado de origem.

Eu gostaria, Senador Anibal, de exortá-lo no sentido de que a Anatel deve ser uma agência de protagonismo, não uma agência que anda atrás do que está acontecendo. Ela deve se antecipar aos fatos. Acho que, no Brasil, nós, há muitos anos, vimos a reboque do que vem acontecendo no mundo, nós não temos protagonismo na questão das comunicações. Nós, ainda hoje, operamos, em alguns locais, com sistemas muito rudimentares na questão da telefonia móvel, na questão da internet. Não sei se não há alguns locais que ainda usem o sistema analógico. Acho que não, mas ainda, com certeza, há locais onde se use TDMA, o sistema Edge, 2G. Muitas localidades ainda não conseguiram chegar ao 3G, muitas, a grande maioria. Algumas conseguem ter a infraestrutura de 4G, que começou a ser instaladas nas cidades que foram sedes da Copa do Mundo 2014, como Cuiabá. Enquanto nós estamos patinando nessas questões, outros países já estão lá na frente, já têm o sistema do LTE, estão indo para o 5G. Então, estamos sempre atrás. E penso que uma parte desse pouco protagonismo nosso está exatamente na nossa burocracia interna. Nós temos muitos atores envolvidos nas mesmas coisas, um para definir a situação A, outro para definir a situação B e outro para definir a C, e não se junta, não há um órgão que coordene tudo isso e determine como deve ser feito. Acho que a determinação principal de uma agência ou para os operadores, o que todos nós queremos é um sistema que funcione, um sistema que seja universal, rápido, eficiente.

No meu Estado, por exemplo, todos os produtores agrícolas, independente do seu tamanho, não têm mais a necessidade de ir às secretarias de fazenda ou a qualquer outra secretaria ou, para transportar um animal de um lado para outro ao Indea, Instituto de Defesa Agropecuária. Tudo é feito pelo computador. Eu acho que é assim em vários Estados da Federação. Só que o sistema é montado, e os produtores não têm como acessar. A internet não está lá no Araguaia. Aliás, eu tive uma reunião, há pouco tempo, com 30 Prefeitos da região do Araguaia em que eles reclamaram dessa questão de não ter acesso.

A internet é tão importante hoje, que os Prefeitos dos mais diversos Municípios de todos os Estados têm que prestar contas em um sistema *online* chamado Aplic, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. E, muitas vezes – eu já ouvi esses relatos em muitas oportunidades –, os Prefeitos são multados porque não conseguem colocar no dia e na hora aquilo que lhe é proposto pelo Tribunal de Contas. Só que ele não faz isso porque não quer fazer, mas porque não teve acesso à internet, ela não estava disponível para ele fazer isso, porque não havia condições de tráfego na rede naquele momento. E, lá no fundo, ele é penalizado, mas não só ele, pois também o é o produtor de pecuária, de agricultura. Eu já vi situações de caminhão carregar uma carga para sair para Porto Velho ou para outro porto e ficar dois dias esperando uma nota fiscal porque o sistema não deixa trafegar.

Então, por um lado, os mecanismos de comunicação criam ferramentas para que os Estados sejam mais eficientes na cobrança, na fiscalização, mas, por outro lado, o próprio Estado brasileiro não dá as condições, as operadoras não conseguem atender e, muitas vezes, o sistema da nossa burocracia não permite, não licita, não define a banda, não define isso, não define aquilo. E lá se vão anos e anos, as coisas vão passando e nós vamos ficando para trás.

Então, meu querido amigo... Posso chamá-lo assim porque convivemos aqui por quatro anos e a única vez em que não concordamos foi quando o time do Acre foi jogar com o Luverdense e nós ficamos em posições contrárias: você defendendo o Acre e eu defendendo o Luverdense, da cidade de Lucas do Rio Verde. E nós acabamos ganhando naquela oportunidade.

Então, Anibal, eu queria pedir a V. Exª que olhe isso com carinho, que entre na Agência e converse com os demais diretores... Eu sei que uma andorinha sozinha não faz verão, mas ela pode influenciar as demais. E o pensamento de que vocês devem ser protagonistas desse processo, com toda certeza, ajudará, e muito, o processo de avanço das comunicações do Brasil.

Quero desejar a V. Sª pleno sucesso, o que não tenho dúvida de que V. Sª terá, e dizer que V. Sª pode contar conosco aqui, no Senado.

Parabéns pela indicação!

Tenho certeza de que o nosso Plenário aqui lhe dará essa indicação com toda a tranquilidade.

Parabéns!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi.

A palavra é de S. Exª o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu quero, primeiro, dizer que é importante o processo que a gente agora patrocina aqui com a sabatina para nós avaliarmos exatamente o que significa a tarefa que o companheiro Anibal, um companheiro, ex-membro desta Casa, está destacado para cumprir, obviamente, com nosso aval.

Eu queria chamar atenção, Sr. Presidente, para algumas coisas que, inclusive, foram colocadas pelo sabatinado em relação a essa questão da Anatel. Eu diria, Senador Ricardo Ferraço, que o debate que envolve hoje a tarefa do Senador Anibal está previsto na Lei Geral de Telecomunicações. Nós fizemos um complemento dessas questões com a própria lei, que esta Casa também ajudou a aprovar, do Marco Civil da Internet.

Então, nós não estamos tratando de nada que a evolução tecnológica tenha produzido e que, porventura, não tenha sido, inclusive, encaixado no que a gente chamaria de arcabouço legal.

É vero que a Lei Geral de Telecomunicações, meu caro Anibal, que tem 216 artigos e que, portanto, olhou pra um tempo em que nós não tínhamos o que nós temos hoje, teve a proeza de apontar para adiante. Por exemplo, o debate estabelecido naquela época acerca dessa questão de rede de telecomunicações já apontava... Se V. Exª tiver acuidade de pegar a partir do art. 145, que trata exatamente das redes de telecomunicações, V. Exª vai encontrar diversas formas que obrigam, inclusive, a Anatel a se antecipar aos processos. Não é uma questão de facultar à Anatel, mas de obrigar a Anatel a essa atitude. Portanto, a Anatel tem não só a prerrogativa, mas a obrigação.

Vou ler um item. O art. 147 da Lei Geral de Telecomunicações diz que é obrigatória a interconexão às redes de telecomunicações. Interconexão, para quem está nos ouvindo, meu caro Ferraço, é eu permitir que um lado fale com o outro, que você possa, inclusive, usar uma rede de outrem, que eu possa pleitear o que a gente chama, hoje, na linguagem desse novo tempo, de compartilhamento de infraestrutura. Essa é uma tarefa que foi dada pelo legislador à Agência. "A regulamentação estabelecerá as hipóteses e condições de interconexão a redes [inclusive] internacionais." Portanto, temos à disposição da Agência um ferramental para ela agir, ou melhor, para se antecipar.

Outra coisa importante, Senador Anibal: não cabe à Agência ficar só aguardando, sentada, o fato se consumar para a Agência chegar e punir ou multar. A multa é importante, mas o funcionamento do sistema é que é o espírito da lei. É este o papel da Anatel: garantir que chegue ao cidadão o serviço.

O art. 150 diz que a implantação, o funcionamento e a interconexão das redes obedecerão à regulamentação editada pela Agência. Portanto, o legislador deu à Agência competência para acompanhar. Não disse à Agência que era para ela acompanhar só a transmissão de voz, isto em 16 de julho de 1997. Sabe por que eu sei a data exata da promulgação dessa lei, Fernando? Porque, coincidentemente, é a data do meu aniversário de casamento. Portanto, eu acompanhei *pari passu*.

Aliás, dos 216 artigos, eu fiz emenda a 215. Só não fiz ao último artigo porque era o que tratava de quando essa lei entraria em vigor. Mesmo na revogação de diversos itens eu fiz emenda. Havia alguns itens que eu achava que deveriam ser absorvidos pela lei e revogados no ato da promulgação dessa lei. Por exemplo, a Lei

nº 4.117. Nós tratamos de radiodifusão, Senador Ferraço, com uma lei de 1962. Aí é que está o equívoco. Uma lei que, na realidade, tem poucos artigos e que previa um tipo de modificação que não se ajusta a isso.

Se a gente pegar mais ainda, meu caro Senador Anibal, se a gente voltar ao art. 100, que V. Exª mencionou na sua fala, a gente vai encontrar o que a lei estabelece, do ponto de vista da função que V. Exª, creio eu, terá pela frente, sobre a questão dos bens. Desde aquela época, nós tratamos de como se comporia essa questão para que a tarefa de V. Exª pudesse ser, eu diria, com todo o respeito, mais bem desenvolvida.

Portanto, estou chamando a atenção de V. Exª para o aspecto do cumprimento dessa lei. Não basta decorar a lei. É importante que esse processo seja tratado por V. Exª, que teve a oportunidade aqui até de propor legislação, de maneira que faça valer o que está prescrito naquilo que se pode ajustar.

O grande debate que muita gente levanta hoje, meu caro Ferraço, acerca do WhatsApp, não tem nenhum tipo de lógica, nem o posicionamento do Ministro de achar que isso pode ser regulado, até porque já aprovamos o caminho para tratar dessa matéria com o marco civil... A neutralidade de rede. Está definido, eu diria que até regulado.

Portanto, agora, há uma lei que trata dessa matéria. E, mais ainda, estamos tratando como o conteúdo pode trafegar. Não é verdade que não haja faturamento no uso do WhatsApp. Se V. Exª usar o WhatsApp aqui agora, V. Exª vai usar por dois mecanismos: ou vai usar pelo seu 3G ou 4G, se o seu celular conseguir pegar 4G, ou vai usar pelo *wi-fi*. Se usar pelo 3G, V. Exª já pagou a conta. A operadora fez um pacote com V. Exª de utilização. Se utilizar por outro mecanismo, que é o *wi-fi*, quem está pagando o *wi-fi* é o Senado. O *wi-fi* está sendo disponibilizado gratuitamente, mas não tem almoço de graça nesta jogada. Ninguém botou *wi-fi* de graça aqui para o Senado disponibilizar para nós. Nós trafegamos por uma rede. Isso é igual a uma estrada, Ferraço.

É esse o debate que é importante trazer para as pessoas compreenderem. É uma via. A diferença é que uma via é mais larga. Por isso, a gente chama de banda larga. Outra via é mais estreita.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas a que V. Exª atribui, então, a afirmação do Ministro das Comunicações?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Talvez, o Ministro tenha ponderado a possibilidade de fazer regulação na rede fixa. Portanto, na minha opinião, faltou um pouquinho de assessoria ao Ministro para que ele pudesse ter, na mesma linha do que disse João Resende... Se V. Exª buscar no dia das declarações, encontrará declarações deste companheiro aqui que vos fala, na mesma direção de João Resende, inclusive parabenizando-o pela atitude de colocar... Ele hoje volta a tocar no tema nos jornais do País.

Portanto, este debate não está localizado do ponto de vista do WhatsApp ou coisa do gênero. É o debate do ponto de vista da neutralidade de rede e da opção do usuário.

Por que nós combatemos a história de venda casada? As operadoras forneceram um pacote em que elas amarravam determinados tipos de programa.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Para não ficar preso.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Maioria/PMDB - ES) – Óbvio.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Ora, eu tenho que ter a liberdade. Por que Lei Geral, já em 1997, previa a disponibilização para ter competitividade? Não há – está na proibição da lei –, não pode ocorrer, inclusive, nenhum tipo de atitude que implique prejudicar a competição e o serviço ao usuário.

Ora, se eu sou dono de uma rede, e você é um operador e você busca, e eu também sou operador, portanto provedor, digamos assim... Ora, se eu loco a minha rede para o provedor A, e esse provedor A é concorrente no provimento de conteúdo daquele que é o detentor da rede, e, se a legislação não tiver regra, efetivamente eu vou vender a rede a esse provedor. Ou seja, o caminho para ele passar, o pedágio para ele andar nessa estrada é muito mais caro do que o serviço que ele vai prestar. Consequentemente, ele não terá condição de competir comigo no provimento de conteúdo.

Portanto, essa é a tarefa que o Senador Aníbal vai desempenhar na Anatel. Essa é, neste novo tempo, a atribuição que cabe aos conselheiros da Anatel para promover essa disputa.

Por último, eu queria chamar a atenção para um aspecto muito importante. Aqui, o Senador Aníbal tocou na questão do espectro de frequência.

Ora, Senador Aníbal, isso é o que nós chamamos, numa linguagem muito própria do setor, de "ouro da Babilônia". O espectro de frequência é o determinante para que qualquer serviço funcione.

Ele é finito, Senador Fernando Bezerra.

Eu não posso chegar e botar tudo no espectro de frequência a meu bel prazer. Há um problema no Brasil: poucas pessoas no Brasil entendem de espectro de frequência. Poucas. Por isso, a gente tem brigado muito ao longo dos anos, por uma maior capacitação, inclusive da agência, para permitir que se faça a chamada "otimização do uso do espectro de frequência".

Quando insistimos para que a faixa de 700MHz pudesse ser disponibilizada para telecomunicações, não era só uma questão de simbologia; ou no de numerologia. Mas era por uma questão de otimização do uso do espectro e melhor utilização dessa faixa. É nessa faixa, Senador Ferraço, que eu tenho condição, inclusive, de aumentar a minha capacidade de cobertura com um custo muito menor de infraestrutura, diferente da faixa que usamos hoje.

O Brasil fez essa disputa em 1999. A utilização da faixa de frequência é de 1.8, quando, na época, a Anatel defendia que a gente utilizasse 1.9, um erro da Anatel e que a gente conseguiu ganhar aqui no Congresso Nacional, revertendo isso. Hoje, a gente tem uma situação que é empurrar as radiodifusoras, ou seja, as empresas de televisão, falando uma linguagem para todo mundo entender, para uma outra faixa de frequência.

Por isso, a linguagem que se impõe hoje, de desligar as tevês analógicas e jogá-las para a faixa na chamada TV digital, não é só por beleza. Óbvio que vai melhorar o sinal, mas é porque eu ganho o espectro de 700MHz para eu trazer exatamente aquilo que o Senador Blairo Maggi reclamava da utilização de tecnologias. Que não se use só 4G, Senador Blairo Maggi, aqui no coração de Brasília ou na Paulista, em São Paulo, mas que, na sua Sinop, ou lá no interior da Bahia, a gente tenha condição de, também, ao mesmo tempo, ter acesso a essa tecnologia. Essa é a tarefa da Anatel.

Portanto, fazer esse dimensionamento. Ao Ministério, cabe o plano; à Anatel cabem os condicionantes técnicos para ajustar essa tecnologia, exatamente de maneira otimizada e muito bem utilizada, para que a gente possa crescer.

Nessa linha, Senador Anibal, há um erro histórico estabelecido. Eu tenho dito isso e disse na semana passada no Painel Telebrasil. O Governo erra nesse discurso de banda larga. Eu não consigo entender. Governo não vai construir estrada ou infovia, não vai fazer banda larga, Senador Ferraço.

O Governo está mandando um pacote para introduzir impostos para aumentar a carga tributária das telecomunicações. V. Exª falou nisso. Chega-se até 42% de carga! Sabe qual é a maior incidência em telecomunicações, Senador Ferraço? ICMS, que é a briga que nós estamos travando aqui. Esta deveria ser a principal bandeira do Governo: reduzir o ICMS e unificar o ICMS no Brasil.

Mas, aí, Senador Anibal, quero dizer a V. Exª que é o grande debate. Sei que isso não cabe à Anatel, porque é política, mas a Anatel pode, tranquilamente, em conjunto com a Telebras, orientar o Governo para a adoção de uma política que estabeleça no Brasil, de uma vez por todas, as condições para que nós tenhamos banda larga neste País.

Esse debate começou no ano 2000. Eu tenho participado ativamente desse debate. O Governo fez propostas depois de 2006, com aquela história de banda larga nas escolas, que eu dizia que era um erro colocar computador em escola sem conteúdo e sem banda larga; é comprar equipamento ou colocar computador só para embelezar sala de aula, ou, às vezes, ter sala trancada, como os alunos nos diziam: "A sala do computador fica trancada". Portanto, esse é um debate vigoroso e tem que ser a partir da demanda.

Aí, entra o papel do Estado, não em construir rede, mas em estimular a demanda, ser o primeiro contratante; ser o primeiro, inclusive, a adotar posturas e política. O Estado precisa fazer saúde usando banda larga; o Estado precisa promover educação usando banda larga; o Estado precisa promover segurança, Senador Ricardo Ferraço, usando banda larga.

Por que uma delegacia do interior do Espírito Santo não tem acesso aos dados de segurança pública? Nós não temos cobertura. Colocamos, agora, até centro de comando e controle nas capitais. Mas eu não tenho o centro de comando e controle fazendo varredura em todo o Estado.

É por isso que os bandidos deslocaram a sua ação: em vez de assaltar bancos nas cidades grandes, estão preferido explodir caixa eletrônico nas pequenas cidades, porque, além de não ter policiamento capaz, preparado e até estruturalmente montado para o enfrentamento, eu não tenho nenhum tipo de utilização de ferramentas tecnológicas para, inclusive, coibir essa ação.

Então, Senador, eu acredito que a introdução de banda larga dar-se-á no Brasil se a gente tiver a capacidade de discutir a demanda. Chega deste discurso de *smart city*, ou seja, cidade inteligente. As cidades podem até estar inteligentes, mas nós estamos levando burrice para a ponta do atendimento. O atendimento se dá na ponta. O que nós estamos precisando, na linguagem em inglês que o setor usa muito, é de *smart people,* e não de *smart city*.

Portanto, trata-se de vir com a demanda do cidadão, e nós não temos condição, no Brasil, não só pela questão de restrição orçamentária do Governo Federal, como também pelo nível de investimento das empresas, de botar a última milha. Última milha, para quem está me ouvindo, é aquele antigo par de cobre ou de fio *drop* que entrava na casa do usuário. Eu não tenho como fazer a última milha com fibra. É caro!

Então, é fazer a combinação entre o uso de fibra e rádio, para permitir usar a faixa de domínio das estradas, fazer exatamente a interconexão, fazer o compartilhamento de infraestrutura, Senador Anibal, como está previsto na lei.

Eu não preciso aprovar mais nenhuma lei aqui para isso vingar. O que está faltando é política de governo e ação da agência para viabilizarmos isso. Chamar, por exemplo, os Estados e os operadores. Propor, inclusive, PPPs, para termos condições na demanda. Eu estava perguntando ao Senador Fernando Bezerra: alguém constrói uma estrada no Acre para levar a lugar nenhum? Eu não conheço.

Se você chama alguém para fazer PPPs de estrada e diz: "Olha, meu irmão, você vai levar essa estrada aqui para um lugar onde não há nada", eu quero saber quem é que vai.

Então, o primeiro a contratar é o Estado.

Esse é um desafio. V. Exª discutiu esse tema aqui exaustivamente conosco. Não pode ir para a agência e se limitar a uma ação burocrática de um conselheiro. V. Exª vai para a agência agora investido, porque, ainda que não seja mais Senador, Senador foi. E, mais ainda, V. Exª vai para uma agência com a tarefa de, pelo menos, representar uma banda do País que está de banda largada, que é o Norte do País.

Portanto, V. Exª tem um compromisso. Eu disse a V. Exª. Eu aqui costumo a até ser relativamente duro com os sabatinados na minha área. E disse a V. Exª que não é a dureza para inviabilizar a indicação de um sabatinado, mas para chamar o sabatinado à atenção. Na maioria das vezes, Senador Anibal, sabatinamos o cara aqui, e, no dia em que vem para a sabatina, o cara carrega água no cesto, passa nos gabinetes, toma benção de tudo quanto é Senador. Depois que o desgramado toma posse na agência, um abraço!

Então, V. Exª vai com o compromisso inclusive de mudar essa realidade. Ir para a agência para fazer cumprir o que V. Exª disse aqui, senão pode virar satanás pregando quaresma. V. Exª tem que ir para lá agora para botar em prática o que V. Exª reclamou aqui. Se vir que tem dificuldade, volte para cá, chegue nesta Casa e diga: "Olha, estou tendo dificuldade, estou tendo empecilhos para exercer o meu mandato conforme a legislação determina".

Boa sorte, índio velho. Agora, jogue duro!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O que o Senador Walter Pinheiro quer dizer é o seguinte: banda larga para que e para quem?

O SR. ANÍBAL DINIZ – Senador Ferraço, eu poderia tentar diminuir o volume de questões aqui para, depois, seguir ao próximo bloco?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu penso que sim. Já há uma série de questionamentos que V. Exª pode responder.

A palavra é de V. Exª

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Só uma questão de ordem, Senador Ferraço. É que os Senadores falaram muito, e eu tenho uma audiência pública e tinha um assunto para falar.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª quer dizer que o Senador Walter Pinheiro falou muito? Mas falou bem. Botou o guiso no pescoço do gato.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – E falou bem. Ele deu aula. Mas os outros existem, e nós precisamos dar continuidade. Eu tenho uma audiência na Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós temos, então, o Senador Flexa, o Senador Telmário, o Senador Lasier e o Senador Hélio José.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vamos concluir.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Seremos rápidos. Jamais vamos dar aula aqui. Nós queremos só mostrar a nossa problemática.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Se V. Exªs se comprometerem a ser telegráficos em suas manifestações, eu acho que é possível.

A palavra é de V. Exª, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Ricardo Ferraço, que preside a Comissão de Infraestrutura, Srs. Senadores, nosso companheiro, Senador Anibal Diniz, indicado a diretor da Anatel, depois que o Senador Walter Pinheiro falou, nós não temos mais nada a acrescentar...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Falou e disse.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...porque ele é o papa na área de comunicação aqui no Senado Federal e, em especial, na Comissão de Infraestrutura.

Então, nós só temos de concordar com tudo o que o Senador Walter Pinheiro aqui disse e desejar ao Senador Aníbal boa sorte.

Senador Aníbal, que V. Exª, lá na Anatel, seja a voz da Amazônia, a voz da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A voz do Brasil.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Do Brasil já há vários lá. Todos são. Todos são. Agora, a Amazônia é esquecida. A Amazônia é esquecida.

Então, que ele seja a voz da Amazônia, porque a estrada de que o Senador Walter Pinheiro falou, a estrada larga ou a estrada estreita para efeito de comunicação, na Amazônia, é uma estrada esburacada. Ela nem transitável é; nem existe.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – É uma estrada virtual.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade. Mas, Senador Walter, no meu Estado do Pará, foi instituída pelo Governo a nota fiscal eletrônica, que é emitida pela internet imediatamente, no ato da venda.

E os Municípios do interior, que não têm internet ou têm com deficiência, ficam cometendo irregularidades, porque não têm como fazer... Hoje, o mundo digital não tem mais como deixar de ser considerado, e, como disse o Senador Walter, cada vez mais.

Nós já discutimos aqui, Senador Walter, a questão de conteúdo e de plataforma. Nós vamos chegar mais adiante, e haverá empresas produzindo conteúdo e empresas transmitindo esse conteúdo através das diversas plataformas. E aí está a Anatel, com toda a liberdade e com toda a autoridade que tem, de não se submeter ao Executivo. Isso que é importante, Senador Ferraço.

As agências reguladoras foram criadas no processo de privatização dos serviços à sociedade para defender o usuário, para regulamentar e defender o usuário; não para cumprir as determinações do Executivo, não, mas para fazer a defesa do usuário.

Então, tenho certeza, Senador Aníbal, de que V. Exª vai cumprir esse papel. E, como bem disse novamente o Senador Walter Pinheiro, diante de qualquer dificuldade que V. Exª tenha em defender a nossa região e o Brasil, venha de volta, venha aqui, com seus colegas, porque aqui terá o apoio de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Telmário, a palavra é de V. Exª.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Apoio Governo/PDT - RR) – Senador Aníbal, primeiro, quero aqui parabenizar o Senador Jorge Viana pela forma como fez a sua explanação. Ele o fez com muito amor, com muita admiração a um companheiro, com quem, com certeza, ao longo de muitos anos, trabalhou. Melhor do que Jorge Viana, com certeza, não haveria outra pessoa.

Além, claro, do seu próprio currículo, da sua própria história, há os seus colegas do Senado, que tiveram a oportunidade de trabalhar com V. Exª, embora por um período extremamente curto – só por quatro anos. Mas V. Exª deixou sua marca de bom trabalho.

Então, quero parabenizar o Senador Jorge Viana pela fala. Ele usou, acima de tudo, o coração e, mais do que isso, colocou aquilo que V. Exª poderá, Senador Aníbal, desenvolver no Conselho da Anatel.

Sabemos que V. Exª é apenas um membro, mas a situação é tão caótica, grita tanto por uma resposta, que, apesar de V. Exª estar sendo aqui aprovado para ser apenas um membro do Conselho da Anatel – é um colegiado que vai decidir –, as esperanças são enormes, e a reclamação e as sugestões que V. Exª vai levar para aquela casa são inúmeras.

O Flexa foi muito feliz, muito feliz. Na Região Sudeste e na Região Centro-Oeste, já há todo um aparato e uma qualidade de serviços prestados, aproveitando-se as últimas tecnologias – G4, G5. Nós, no Estado de Roraima, ainda estamos questionando pela G1, imagine. Roraima é o início do Brasil, porque as Américas começam do norte. E ali há uma carência imensurável, imensurável.

Então, sem nenhuma dúvida, a sua presença no Conselho da Anatel é uma presença do Norte – servindo ao Brasil inteiro, mas com o foco voltado para aquela região.

Assim como o Acre hoje é carente, e você teve a oportunidade, quando montou todo aquele aparato de comunicação lá, junto com o Senador Jorge Viana. V. Exª sabe a carência e a necessidade. No Estado de Roraima, é gritante. Diariamente, nós recebemos inúmeras, inúmeras reclamações, de todos os Municípios. São poucos Municípios, 15, mas lá nós temos uma cobertura totalmente ineficiente.

Então, eu queria que o Senador Aníbal, ao sentar lá, focasse um pouco no Estado de Roraima, que sofre com todas essas necessidades. Imaginem! O Senador Walter mostrou a Bahia, que hoje está avançada; Mato Grosso aqui foi colocado. Imaginem o Estado de Roraima.

Então, eu queria que V. Exª tivesse todo esse cuidado e esse zelo com o nosso Estado, que os Municípios têm uma carência enorme. É nas escolas; são essas notas fiscais eletrônicas que também não funcionam; é o que o Senador Maggi falou, do transporte, que são as GTAs, que transportam os animais – também são eletrônicas, prejudicam bastante. Independente disso, o próprio comércio, que hoje não vive mais sem internet. Ela é fundamental para a celeridade e o rápido entendimento.

Então, eu faço aqui um apelo, que assim que o Senador Aníbal sentar naquele conselho – com certeza vai receber o nosso aval –, olhe por esse lado. Eu quero visitá-lo para levarmos pontualmente as nossas necessidades.

Desejo sucesso nesta nova empreitada. E você leva nos ombros a responsabilidade de ter sido Senador nesta Casa e de conhecer com propriedade o outro lado, não só o do usuário, mas como daquele que pode atender o usuário, e agora como aquele que vai fiscalizar o que presta esse tipo de serviço. Parabéns e sucesso.

Obrigado, Senador Ferraço.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Lasier Martins, a palavra é de V. Exª.

Eu que agradeço a V. Exª, Senador Telmário.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Obrigado, Senador Ferraço.

Também quero cumprimentar o Senador Aníbal, desejar-lhe muito sucesso, ele que deve assumir um dos postos mais importantes do País nesta época das altas tecnologias.

Agora, depois do vibrante pronunciamento do nosso Walter Pinheiro, sobrou muito pouca coisa para se questionar, porque o Senador Walter Pinheiro é um estudioso, é um técnico, é um especialista no setor eletroeletrônico. E, na abrangência da pergunta dele, Senador Ferraço, focou as deficiências que temos em várias partes do Brasil – preços, impostos e a necessidade de aprimoramento.

Então, eu ficarei muito atento à resposta do Senador Aníbal sobre a pergunta do Senador Walter Pinheiro e pergunto sobre essa entrada das pequenas empresas no setor de banda larga, porque, em última análise, o que hoje nos interessa é ver o barateamento de custos e a qualificação do produto em banda larga. Deverá haver uma consulta pública. Efetivamente, se ampliarmos o serviço de banda larga às periferias, aos interiores, acredita que realmente nós temos condições de, ao mesmo tempo, oferecer qualidade e baratear um pouco mais o preço?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Hélio José, a palavra é de V. Exª. (*Pausa.*)

Na ausência do Senador Hélio José, nós vamos passar a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Ah, desculpe. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Hélio José.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria cumprimentar nosso Senador Ferraço pela direção dos trabalhos, cumprimentar nosso Senador Aníbal, aqui hoje na qualidade de nosso... É querido aqui nesta Comissão. Quero falar, Aníbal, que estou na Vice-Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, e não poderia deixar de pronunciar algumas palavras aqui sobre essa sua importante indicação para conselheiro da Anatel.

Eu faço coro com as palavras colocadas aqui pelo Senador Walter Pinheiro. Eu acho que é uma alta sensibilidade o posto que V. Exª – porque é um Senador da República; seria V. Sª se fosse um diretor, mas é um Senador da República – está indo ocupar lá na Anatel.

Eu fiz algumas audiências públicas e vou fazer outras sobre alguns assuntos muito importantes. Um deles é a qualidade do sinal. O Walter colocou bem sobre a questão da banda larga e das bandas em geral aí. Sobre a qualidade do sinal de telefonia, se a gente fica a 15km da periferia da cidade, já não se consegue mais falar.

Há a questão da qualidade do sinal até dentro de algumas áreas sombreadas da própria cidade. Hoje, aqui em Brasília, por exemplo, em algumas áreas ali no Lago Sul, não se consegue falar...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Então...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Eu gostaria de solicitar aos nossos convidados, pedindo vênia ao Senador Hélio José, que nós pudéssemos ser um pouquinho mais moderados. Há um Senador com a palavra, fazendo um questionamento ao indicado, e eu gostaria de contar com a colaboração de V. Sªs, que naturalmente são muito bem-vindos aqui à Comissão de Infraestrutura.

A palavra é de V. Exª.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Eu agradeço ao nosso Presidente pela condução dos trabalhos de forma ordeira e tranquila.

Então, Senador Anibal, a forma como as operadoras estão tratando o consumidor brasileiro não está sendo muito cortês, não está sendo muito agradável, nem muito comercial. É uma forma muito draconiana, como o companheiro Walter colocou aqui.

Então, por ser um Senador da República que vai ocupar esse posto, conhecendo as necessidades políticas e as necessidades técnicas pelo currículo maravilhoso que tem, eu espero que V. Exª faça de fato gestão

para que essas operadoras de celular cumpram o seu dever, para garantir que todos nós possamos ter sinal de telefonia móvel em condição de realmente podermos nos comunicar.

Além disso, há também a questão das assinaturas básicas, daquela permanência de a pessoa ficar fidelizada.

Relatamos lá na Comissão, na semana passada, um projeto que visa – não fui o Relator; eu estava presidindo, e o Relator, se não me engano, foi o Senador Randolfe...– reduzir aquele período, porque tem empresa que obriga a pessoa a ficar fidelizada por até 24 meses. Então, precisamos de uma forma de melhor conduzir essa discussão.

Um outro assunto totalmente diferente e tão importante quanto é a questão das nossas rádios comunitárias e das nossas TVs comunitárias. São pessoas que estão aí, os proprietários desses meios de comunicação tão importantes, principalmente nas nossas pequenas cidades, morrendo de fome, sem condições operacionais.

Então, nós precisamos nos debruçar sobre a questão do marco legal das rádios comunitárias e das TVs comunitárias e ver alternativas.

Como eu estava conversando com o Ministro Berzoini duas semanas atrás, que seja uma alternativa mais localizada, em que se garanta que, de fato,...

(Soa a campainha.)

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – ...esses meios de comunicação funcionem da forma adequada.

Eu vou parar por aqui, mas esses dois assuntos, além de vários outros que a gente podia falar aqui, são fundamentais para o dia a dia das nossas vidas.

Quero desejar-lhe sucesso e falar que estamos lá na Comissão de Ciência e Tecnologia como Vice-Presidente. No que pudermos ajudar, tanto a V. Exª... Eu já fiz questão de votar antes.Votei favoravelmente a V. Exª – meu voto é aberto nessa questão. Que você tenha sucesso e que nos ajude realmente a fazer com que a Anatel cumpra as tarefas dela de agência reguladora e faça com que haja um bom serviço tanto de telefonia móvel e fixa, como das rádios comunitárias e TVs comunitárias neste País.

Muito obrigado, Senador Anibal.

E muito obrigado, Senador Ferraço, pela direção dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Passo a palavra ao Sr. Anibal Diniz, indicado para o cargo de conselheiro da Anatel, para que possa responder aos questionamentos foram feitos aqui na Comissão.

A palavra é de V. Exª.

O SR. ANÍBAL DINIZ – Obrigado, Senador Ferraço.

Procurei tomar nota de todas as manifestações aqui com muita atenção e confesso que me sinto... Além da responsabilidade – já tinha consciência dessa imensa responsabilidade –, confesso que me sinto feliz por saber que essa responsabilidade é compartilhada pelo conjunto dos Senadores aqui presentes. Isso me deixa até mais fortalecido.

Permita-me, também, Sr. Presidente, ao dar esta resposta, fazer uma saudação aqui ao Secretário de Articulação com os Sistemas de Educação do MEC, o ex-Governador Binho, que se faz presente aqui. Seja muito bem-vindo. Eu sei que o Ministério da Educação depende muito de banda larga para fazer o projeto de educação acontecer com sucesso no Brasil. Então, a sua presença nos honra muito.

Eu quero saudar também a minha esposa, Elisângela, e a minha filha Janaína, que teve o desafio de fazer a segunda fase da OAB no último domingo. Espero que seja vitoriosa também nesse resultado.

E quero também dizer que está presente aqui um conjunto de servidores, de técnicos da Anatel. É muito bom que eles também estejam ouvindo o tamanho das cobranças, para saber que elas não são dirigidas só aos conselheiros, porque os conselheiros compõem um corpo decisório, mas muitas das decisões já vêm direto, construídas a partir das superintendências, com suas equipes técnicas.

Eu entendo fundamental que estabeleçamos um diálogo em que o corpo diretor esteja em sintonia com a equipe técnica, para a definição e para a busca das melhores saídas em todos os problemas.

Eu gostaria de começar as respostas, ainda que vá tentar responder a cada uma das questões e também agradecer a cada um os cumprimentos que recebi, pelas questões apresentadas pelo Senador Ferraço em relação ao WhatsApp, que já foram esplendidamente respondidas pelo Senador Walter Pinheiro.

Primeiro, eu quero dizer que o Senador Walter Pinheiro é mais ou menos assim: quando há um *show* musical de um novato que depois convida um mais antigão, quando ele vai entrando no palco, a pessoa faz uma genuflexão para recebê-lo. Da mesma forma, eu tenho de me arquear diante do Senador Walter Pinheiro, porque ele é a autoridade máxima neste Senado em relação às telecomunicações.

É uma pena que os governos do PSDB tenham ouvido tão pouco o Senador Walter Pinheiro. E, pelo visto, o nosso Governo também o tem ouvido muito pouco. Eu acho que ganharíamos muito mais se tivéssemos fóruns permanentes em que o Senador Walter Pinheiro pudesse se fazer presente.

Aqui, Senador Walter Pinheiro, eu já quero assumir com V. Exª um compromisso, e espero poder também contar com a recíproca. Diferentemente de fazermos aqueles requerimentos para a presença de um conselheiro da Anatel aqui, para prestar esclarecimento, eu gostaria de fazer, a partir da Anatel, um requerimento para que o Senador Walter Pinheiro pudesse apresentar esse seu posicionamento para o conjunto dos conselheiros e para o conjunto dos superintendentes daquela Casa, também, com sua equipe técnica, para que possamos ter uma responsabilidade compartilhada.

Da mesma forma que temos de construir o caminho do compartilhamento da rede, nós temos também que construir o caminho do compartilhamento de responsabilidade, porque o Brasil precisa desse olhar compartilhado sobre o tamanho dos nossos problemas.

Em relação especificamente ao WhatsApp, qual é a minha impressão a esse respeito, Senador Ferraço?

Primeiro de tudo, eu fico feliz pela visão que esta Casa tem a esse respeito, porque, uma vez que os planos de internet e as contratações dos serviços são feitos, é natural que a utilização desse sistema fique a critério do usuário.

Nós sabemos que as empresas responsáveis pelos aplicativos, as criadoras de aplicativos, são chamadas, Senador Walter Pinheiro, de *over the top*, ou seja, empresas que estão além daquilo que é mais avançado. Elas são as *over the top*. Exatamente por isso elas são muito contestadas, porque são extremamente criativas e estão permanentemente além do tempo.

Veja só o exemplo da Netflix. As pessoas não assistem mais ao filme anunciado a semana inteira que vai passar na Tela Quente. As pessoas vão para o Netflix e veem o filme que querem, à hora que querem, sem estarem reféns de determinados horários. Isso é uma contribuição de uma empresa *over the top* que está disponibilizando um serviço fantástico para as pessoas. Uma vez tendo um plano de internet de 10 mega em casa, pagando caro por isso, elas têm direito a ver o que quiserem na hora em que quiserem. Isso é muito importante.

A mesma coisa com relação ao WhatsApp. Um aplicativo com essa magnitude, que facilita a vida das pessoas, não pode, em determinado momento, ser encarado como um mecanismo – digamos assim – pirata. Por quê?

O Senador Walter Pinheiro foi muito feliz ao dizer que a neutralidade de rede do Marco Civil da Internet já prevê isso, e eu diria mais, Senador Walter Pinheiro: a Lei Geral de Telecomunicações, que V. Exª fez, já tratou dos serviços de acesso de valor adicionado, que são serviços a partir da conexão. Uma vez a pessoa tendo a sua conexão paga, as utilizações que vai fazer com relação a esses serviços são as mais variadas possíveis.

O Senador Walter Pinheiro, com todas as questões que colocou, deixa-me muito à vontade, porque, Senador, a dureza das suas palavras, para mim, é muito pedagógica. Muitas vezes, a população e as pessoas que nos acompanham aqui, em uma sabatina, imaginam que alguém é indicado para uma função para o usufruto de um privilégio. E nós não estamos tratando aqui de usufruto de privilégio; nós estamos tratando de uma responsabilidade com o Estado brasileiro, que tem de dar resposta àquilo que foi definido lá atrás, no processo de privatização.

O Senador Flexa Ribeiro fez essa menção, com muita felicidade: quando se decidiu pela privatização, decidiu-se entregar a responsabilidade pela execução dos serviços ao setor privado, e houve a criação da agência. A Anatel é a mãe de todas as agências, foi a primeira agência criada no Brasil, e, a partir dela, foi que surgiram as outras agências dos demais serviços essenciais do Brasil. É fundamental que se tenha essa dimensão de que a responsabilidade que nós assumimos é no sentido de fazer com que esses serviços verdadeiramente funcionem a contento.

Fico, mais uma vez, muito feliz, Senador Walter, quando V. Exª esclarece que não têm que ser criados novos regulamentos, que não têm que ser criadas novas leis, para fazer cumprir o seu papel. Nós apenas temos que encontrar um caminho para fazer uma leitura adequada da legislação estabelecida, de todo esse marco, desse arcabouço legal em torno das telecomunicações, e a Anatel tem que cumprir, verdadeiramente, com suas responsabilidades.

O Senador Blairo Maggi fez uma colocação muito importante. É importante a contribuição do Senador Blairo Maggi, porque ele é um grande empresário e é um dos empresários mais conectados do Brasil. Não é à toa que ele é um empresário de tanto sucesso. Então, todas as suas contribuições têm que ser levadas em consideração também, porque ele traz dados muito importantes. Quando ele fala da importância da internet para o empresário rural ou para uma prefeitura, ele está coberto de razão, porque nós temos situações em que uma prefeitura lá do Acre pode cair em inadimplência, Senador Walter Pinheiro, por não ter tido acesso à internet para cumprir as exigências das informações que o Ministério exige com relação a seus convênios. Muitas vezes,...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – A Lei de Acesso à Informação, que também foi aprovada e da qual eu tive a oportunidade de ser Relator, aqui no Senado, tem como um dos seus pontos centrais, exatamente, essa questão de os entes públicos colocarem, na rede mundial de computadores, as informações acerca inclusive da Administração, seja municipal, estadual, enfim.

Portanto, se não existe isso, o descumprimento da lei se estabelece na justificativa da falta da ferramenta para esse intento.

O SR. ANIBAL DINIZ – Então, continuando com essas questões postas, quando se fala do espectro de radiofrequência, um assunto sobre o qual, novamente, o Senador Walter Pinheiro tem total domínio, é fundamental a gente saber que é um recurso público escasso e caríssimo!

E nós temos que buscar o uso eficiente desse recurso, porque, veja só, Senador Walter, nós fechamos, no ano passado, o leilão da faixa de 700MHz. O que nós temos? As empresas contratam essas faixas, dão prioridade para as áreas já rentáveis e bloqueiam o acesso de outras empresas para as áreas que não são de interesse delas.

Então, há que se ter um estudo no sentido de ver como fazer com que essas faixas não utilizadas possam ser submetidas a um processo de reuso. Nesse sentido, já há estudos sendo feitos. E, ao mesmo tempo, existem cláusulas que precisam ser cumpridas pelas adquirentes dessas faixas, exatamente para que seja cumprido esse processo, essa meta de universalização. Para isso, é preciso que toda a faixa seja utilizada de maneira eficiente.

Em relação às outras faixas, nós temos sobra de faixas que precisam ser colocadas em licitação. E é importante que as pequenas tenham oportunidade de entrar no mercado, porque a livre concorrência tem de ser a regra quando o regime é privado. Então, se é para estabelecer o regime privado, a livre concorrência tem de ser a regra. E o mesmo vale em relação às prestadoras de serviço: se nós temos que ter a convivência com uma precaução em relação à concessão, aquilo que é a telefonia fixa, nós também precisamos ter uma atenção especial para aquilo que é o privado, que é autorizado. Que a livre iniciativa, a livre concorrência, seja a regra.

Demais Senadores e Senador Jorge Viana, que fez também menção à questão do WhatsApp e falou da necessidade de internet, esse é o desafio posto. A Anatel está ciente das suas responsabilidades, e eu já tenho a informação de que está sendo executado um planejamento estratégico sob a coordenação do Conselheiro Igor Freitas, que também é um consultor do Senado a serviço, hoje, da Anatel. Ele está conduzindo esse planejamento estratégico justamente para atualizar os procedimentos e para tentar fazer com que a Anatel ganhe maior agilidade.

Em que pese o Senador Walter Pinheiro ter sido muito eloquente aqui ao afirmar que a Anatel tem a prerrogativa de andar na frente, a realidade é que ela não anda na frente: ela anda a reboque das tecnologias. Por quê? Uma frase que marca muito, tanto para a Anatel quanto com relação aos demais serviços de governo, é que a população se comunica com ferramenta do século XXI; o Governo recebe essa informação com ferramenta do século XX e responde à população com ferramenta do século XIX. Nós temos de encontrar um mecanismo para sincronizar esse diálogo para podermos utilizar, todos, ferramentas do século XXI, tanto para receber informação quanto para processar essa informação e quanto para dar resposta para a sociedade.

Não adianta a Anatel, como disse na minha apresentação, ter inúmeros indicadores de avaliação de satisfação do cliente se o cliente está permanentemente insatisfeito. Ou abrimos os nossos indicadores para dialogar com a sociedade, para saber exatamente em que parâmetro a sociedade quer que os serviços sejam avaliados, ou estaremos fazendo um processo separado em que a Anatel vai perder, cada vez mais, legitimidade perante a sociedade.

Então, a minha contribuição nesse sentido é de tentar propor esse diálogo. Sei que não vou resolver nada sozinho e não quero essa pretensão, mas eu tenho a felicidade de ser submetido a esta sabatina, com a qualidade que está sendo feita, justamente para reunir, digamos assim, essas contribuições, esses conteúdos e fazer com que eles possam contribuir para o processo.

Então, se alguma questão aqui ficou pendente de resposta, eu peço desculpa aos Srs. Senadores. Agradeço imensamente a contribuição de todos. E quero me colocar plenamente à disposição para a gente fazer esse diálogo. Nas dificuldades, recorrerei aos meus colegas Senadores. E também me coloco à disposição para, nas dúvidas, a gente poder fazer essa intercalação de conhecimento.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente!

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, eu podia solicitar a V. Exª a apuração?

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Antes da apuração, parece-me que o Senador José Agripino pede a palavra.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Rapidamente. Isso.

Eu fiz questão de vir aqui – não sei se o meu voto vai ser computado, pois está lá em cor-de-rosa; pode ser computado e pode não ser. Mas eu fiz questão de vir aqui para votar na indicação do Senador Anibal Diniz, que foi um companheiro nosso por vários anos, com quem tivemos uma relação cavalheiresca; é do Partido dos Trabalhadores, partido adversário do meu Partido, mas nem por isso devo deixar de reconhecer os seus méritos pessoais.

E, aqui na sabatina, a sua disposição aguerrida de prestar bons serviços na Anatel, ao serviço de telecomunicações no Brasil.

De modo que eu queria dizer que fiz questão de vir aqui, em uma homenagem ao seu espírito público, à sua disposição de ajudar, à sua garra e ao seu desejo de participar da gestão da Anatel como um executivo com experiência. Como ouvi da palavra do ex-Governador Jorge Viana, mais do que um político, como um ex-secretário, que tem conhecimento de causa, que conhece os problemas das comunicações na sua região e – supõe-se – no Brasil.

E é importante que V. Exª fique atento à importância das comunicações no Brasil inteiro. Que tenha como modelo a sua região, mas transplante as dificuldades da sua região para o restante do Brasil, porque elas existem realmente.

E que a presença e a disposição do Senador Walter Pinheiro lhe sirvam de inspiração. Eu nunca o vi tão exaltado. É porque essa é a praia dele. É por isto: essa é a praia dele. Inspire-se nele. Ele é um bom conselheiro, é um homem de grande espírito público...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Jorge Viana falou com o coração; e eu...

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Falou com a emoção.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – ...com a razão, pois vim da ação.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – É verdade.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Agora, a partir da ação, eu ganhei Anibal como amigo do coração. Portanto, para o amigo do coração que eu ganhei na ação, eu não quero vê-lo falhar, exatamente para não ter decepção. Então, eu prefiro apertar aqui que é para comemorar depois.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco Oposição/DEM - RN) – Fez muito bem, e essa é a minha razão, a minha profissão de fé e a minha confiança de que, indicado e aprovado pelo Plenário do Senado, possa fazer um bom trabalho em benefício do nosso País.

Que Deus o proteja!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu só queria, Presidente, dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Tendo encerrado o processo de discussão, nós vamos...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Sr. Presidente, eu só gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...proceder...

Mas vamos ouvir V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Não, é muito rápido. Não vou fazer nenhum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – A palavra é de V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada. Eu quero me somar às palavras ditas agora ao nosso querido Anibal Diniz e dizer, Senador Aníbal, que eu brincava com o Senador Walter, dizendo que a demora da sua indicação foi extremamente providencial, porque, nesse período todo, V. Exª, pelo que percebemos, passou estudando muito a matéria, que é extremamente complexa. Tenho certeza absoluta de que, como prestou um belo serviço aqui, prestará o serviço também na Agência Nacional de Telecomunicações.

Então, eu o cumprimento pela exposição, que não ouvi toda, mas já ouvi comentários de que foi extremamente competente. Parabéns!

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Tendo encerrado o processo de discussão, considerando que esta Comissão cumpriu o seu papel, fazendo uma sabatina, em que pese o nosso respeito, o nosso carinho, a nossa confiança pelo Anibal Diniz como membro e conselheiro da Anatel, houve também aqui um depósito muito forte de expectativa e de confiança de que V. Sª, sendo conselheiro e aprovado por esta Comissão, possa, muito mais do que frustrar, surpreender as expectativas da Comissão de Infraestrutura.

Na vida, Anibal Diniz, nós somos responsáveis por aquilo que nós cativamos. V. Sª cativou esta Comissão, mas isso vem acompanhado também de uma enorme responsabilidade para que V. Sª não permita qualquer tipo de retrocesso e que possa fazer, se for aprovado na Comissão, um mandato absolutamente autônomo e

comprometido com o interesse da sociedade brasileira, à luz dos desafios que foram aqui – a meu juízo, pelo menos, e quero crer que de todos – muito bem detalhados pelo Senador Walter Pinheiro.

Andamos muito, nos últimos anos, no setor de telecomunicação em nosso País, mas o tanto que andamos ainda é muito pouco perto daquilo que nós precisamos fazer.

Se demos um passo fundamental na direção da universalização, chegou o momento de transformarmos essa universalização em qualidade. E há, de fato, uma grande expectativa de que esses passos possam ser dados e de que V. Sª, sendo aprovado por esta Comissão, possa justificar a razão da sua indicação e da aprovação por parte desta Comissão.

Nós vamos, portanto, solicitar seja declarado o resultado da votação. (*Palmas.*)

Lá está.

V. Sª obteve 22 votos SIM; 1 voto NÃO.

Portanto, declaro aprovada a indicação do nome do Sr. Anibal Diniz para compor o quadro de Diretor da Anatel.

Agora, a responsabilidade e o dever de casa é de V. Sª. Saiba que esta Comissão continuará firme e atenta ao lado de V. Sª, para que nós possamos fazer avançar tudo aquilo que sabemos que deve compor a agenda da Anatel nesta conjuntura do nosso País.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, só queria solicitar a V. Exª...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Queria pedir...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Walter Pinheiro e, em seguida, Senador Jorge Viana.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sei que não estou fazendo isto com nenhum esforço de pressa ou coisa do gênero, mas, como há inclusive uma pauta, Senador Jorge Viana – V. Exª é copiloto, digamos assim, das sessões –, pediria que pudéssemos mandar essa matéria ao plenário na tarde de hoje. Se isso fosse possível, ajudaria muito.

Para encerrar, como o Senador Ferraço usou aqui Saint-Exupéry, também vou citar uma frase do livro *O Pequeno Príncipe* que diz respeito à situação nesse setor: "O que torna belo o deserto é que ele esconde um poço em algum lugar". Apesar de estarmos num deserto nessa área de telecomunicações, há um bocado de poços escondidos, e a tarefa de Anibal vai ser exatamente descortiná-los, para que possamos usá-los de maneira cada vez mais eficiente e com cobertura nesse desertão de Brasil, incluindo a região dele.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Com o mesmo propósito do Senador Walter Pinheiro, eu queria pedir, se possível, urgência no processado dessa matéria aqui na Comissão, para que possa chegar ao plenário. Então, reforço a solicitação do Senador Walter Pinheiro e parabenizo o Senador Anibal. Parabenizo V. Exª!

Penso que a presença dos Senadores aqui, não só dos titulares, mas dos suplentes também, é um voto de confiança, que, de fato, aumenta, como já foi dito, a responsabilidade do Senador Anibal.

Mas devo dizer, querido e bom amigo Walter Pinheiro – está ali o ex-Governador Binho Marques, com quem trabalhei por muito tempo – que a minha atividade, a minha ação na política deu certo porque eu nunca me dissociei da razão, da capacidade técnica e também nunca desvinculei essas duas coisas do coração.

Um amigo meu, certa vez, me aconselhou: "Não fique mais na política, deixe a política, quando não se emocionar com o que propõe, com o que fala". Eu estou, a toda hora, me perguntando se eu ainda me emociono, se eu ainda me sinto sensibilizado com as teses que apresento. Enquanto estiver nessa linha, vou seguir, porque acho que falta um pouco para isso.

O Senador Anibal – foi isto que ouvimos aqui dos colegas – é uma pessoa que, quando não conhece o assunto, estuda. É uma pessoa séria, responsável, um estudioso e muito competente. Além disso, é essencialmente um ser humano extraordinário. Estamos em boas mãos.

Tomara que aquilo que o Senador Walter disse, com muita propriedade, assim como o que falou o próprio Presidente desta Comissão, fique registrado. Isso ficará na memória do Senador Anibal, porque ele merece. É meritória a indicação de V. Exª, Senador Anibal. Não tenho dúvida de que vamos ter um grande trabalho junto com seus colegas na Anatel. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós gostaríamos de solicitar à estrutura da Comissão que remetesse, imediatamente, o processado desta Comissão de Infraestrutura, para que pudéssemos apreciar, ainda hoje, na Ordem do Dia, a indicação do nome do Sr. Anibal Diniz pela Presidência da República, já aprovado pela Comissão de Infraestrutura.

Há um último ponto da pauta, que nós gostaríamos de solicitar ao Senador Elmano Férrer que pudesse conduzir.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
Reunião destinada à leitura do relatório

Eu passo a palavra a V. Exª para que possa apresentar o seu parecer, e nós possamos dar fé pública à manifestação de V. Exª.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Cumprimentando o nobre Presidente desta Comissão, passo a ler o relatório com relação à indicação de Otávio Luiz Rodrigues Junior.

A Senhora Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Otávio Luiz Rodrigues Junior para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.

A Anatel foi criada – aqui diz respeito à criação da instituição, mas passo logo a falar sobre o indicado Otávio Luiz Rodrigues Junior – cidadão brasileiro, nascido na cidade de Crato, Ceará, em 23 de junho de 1974. Graduou-se em Direito pela Universidade Federal do Ceará em 1996; mestre em Direito pela mesma universidade, em 2001; e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo, em 2006. Além disso, possui dois pós-doutorados, um pela Universidade de Lisboa, e outro, pela Universidade da Alemanha.

Na vida profissional, atuou como professor em diversas instituições de ensino: Universidade Federal do Ceará, Universidade de Fortaleza, Universidade Estadual do Ceará, Centro Universitário de Brasília, Instituto Brasiliense de Direito Público, Centro Universitário de Curitiba, Universidade Federal da Bahia e Universidade Federal Fluminense.

Atualmente exerce atividade docente em cinco instituições de ensino superior: Faculdade Sete de Setembro, Instituto de Educação Superior de Brasília, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Além disso, atua como Conselheiro Suplente do Instituto de Direito Brasileiro da Universidade de São Paulo. Ademais, exerceu diversos cargos na Advocacia-Geral da União: Assessor e Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, Juiz Substituto do Ministério da Justiça, Assessor do Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Adjunto da Advocacia-Geral da União, Assessor e Chefe de Gabinete do Ministro do Supremo Tribunal Federal e Consultor da União.

Possui ainda diversas publicações bibliográficas no Brasil e no exterior, que versam principalmente sobre Direito Civil. A análise do *curriculum vitae* anexo à Mensagem nº 69, de 2015, evidencia que a formação acadêmica e o histórico profissional do indicado o credenciam para o desempenho das atividades do cargo de Membro do Conselho Diretor da Anatel, para o qual foi escolhido pela Excelentíssima Senhora Presidente da República.

Constata-se ainda que o indicado apresentou as declarações e as informações exigidas pelo art. nº 383 do Regimento Interno do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, alterado pelo Ato nº 4, de 2013, também desta comissão, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de serviços de Infraestrutura.

O candidato declarou formalmente que:

a) não possui parentes que sejam ou tenham sido empregados em prestadoras de serviços em telecomunicações;

b) que foi cotista da NCA Consultoria – dá os dados dessa empresa, de 31 de agosto de 2014 até sua baixa definitiva na Junta Comercial de São Paulo, em 27 de junho do corrente ano;

c) encontra-se em situação regular perante o Fisco federal, estadual e municipal;

d) inexistem ações judiciais nas quais se inclua na condição de autor, réu, interveniente ou afim;

e) Não possui qualquer atuação em agências reguladoras de serviços públicos federais, estaduais e municipais, especialmente na Anatel, seja como consultor, advogado ou parecerista.

De forma a complementar a documentação prevista no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e no Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, foram anexadas certidões negativas e débitos relativos aos tribunais federais e à dívida ativa da União e de débitos relativos aos tribunais e à dívida ativa do Distrito Federal.

Anexaram-se, ainda, certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por atos de improbidade administrativa e inelegibilidade, supervisionada pelo Conselho Nacional de Justiça, e certidão negativa de ações e execuções cíveis e criminais emitida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

No que tange à argumentação escrita, também exigida pelas mencionadas normas, o indicado expõe informações e declarações, contendo experiência profissional e formação técnica adequadas, ao lado de afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo pleiteado.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras integrantes desta Comissão dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação do Sr. Otávio Luiz Rodrigues Junior para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Anatel.

Era esse, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª.

Nos termos regimentais, nós vamos conceder vista coletiva.

Não havendo mais nenhum tema a ser tratado, vamos encerrar a presente reunião.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, há dois requerimentos de minha autoria, que eu gostaria de pedir a apreciação.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Então, peço a V. Exª para ler telegraficamente para que nós possamos aprová-los.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Isso faz parte...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos dar como lidos, então.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Isso. Melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª, por gentileza.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Quero dar como lidos os dois requerimentos, então, de minha autoria – na verdade, são três –, que são os itens 3, 4 e 5. São três requerimentos que exatamente estão na proposta como Relator do Plano Nacional de Logística e Transportes aqui, desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Pronto.

Vamos formalmente então dar como lidos, por reivindicação do Senador Fagundes, os itens 3, 4 e 5.

(São os seguintes os itens lidos:

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 58, de 2015
- Não terminativo -

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V,do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil, e tratar do cronograma das obras atuais sob responsabilidade do Governo Federal, com a presença das seguintes autoridades: Ministro de Estado dos Transportes; Ministério dos Transportes; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Representante do Tribunal de Contas da União.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59, de 2015
- Não terminativo -

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir a interface dos órgãos do setor de transportes com outros cujas competências impactam

a realização de obras de infraestrutura, com a presença das seguintes autoridades: Ministro dos Transportes; Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Representante do Ministério Público Federal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 60, de 2015
- Não terminativo -

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada no âmbito dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura audiência pública para discutir a experiência internacional na concessão de obras de infraestrutura, com a presença dos seguintes convidados: José Manuel Vassallo, professor titular da Universidade Politécnica de Madri; Geoffrey Spence, Diretor Executivo da Infrastructure UK, Reino Unido; João Aguiar Machado, Diretor Geral da DG-MOVE (Diretoria Geral de Mobilidade e Transporte) da Comissão Europeia.

Autoria: Senador Wellington Fagundes)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Agradeço a V. Exª a celeridade.
Não havendo mais nada a tratar, vamos encerrar a presente reunião.

(Iniciada às 8 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 47 minutos.)

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2015.

Às oito horas e trinta e nove minutos do dia trinta de setembro de dois mil e quinze, na sala dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Ricardo Ferraço, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras e dos Senhores Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Sandra Braga, Valdir Raupp, Hélio José, Ronaldo Caiado, Wilder Morais, Flexa Ribeiro, Dalirio Beber, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Wellington Fagundes, Elmano Ferrer, Jorge Viana, Angela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Edison Lobão, Waldemir Moka, Douglas Cintra e Vicentinho Alves. Registra presença como não membro o Senador Humberto Costa. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião e propõe a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. Após a leitura dos comunicados da Presidência, o Presidente propõe inversão da pauta, que é acatada pelos membros da Comissão. Tem início a apreciação da Parte 2: Item 1 – Mensagem (SF) nº 70, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FERNANDO FORTES MELRO FILHO, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT". Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Lido o relatório, é concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF. Item 2 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 57, de 2015, de autoria do Senador Dalirio Beber e outros, que requer "na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA entre esta Comissão de Infraestrutura (CI) e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar de transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar. Com os seguintes convidados:o Senhor ALBERTO ANGERAMI, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); o Senhor LUIZ MOAN YABIKU, Presidente da Associação Nacional Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), ou representante por ele indicado; o Senhor JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (InMETRO); o Senhor RENATO AUGUSTO, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Escolares e Passageiros; e o Senhor PEDRO JANUÁRIO DE SOUZA NETO, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São Jose e Região no Estado de Santa Catarina (SNETRE/SJ/SC)". Resultado: Aprovado o requerimento. Item 3 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 58, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V,do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil, e tratar do cronograma das obras atuais sob responsabilidade do Governo Federal, com a presença das seguintes autoridades: Ministro de Estado dos Transportes; Ministério dos Transportes; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Representante do Tribunal de Contas da União". Resultado: Aprovado o requerimento. Item 4 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 59, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir a interface dos órgãos do setor de transportes com outros cujas competências impactam a realização de obras de infraestrutura, com a presença das seguintes autoridades: Ministro dos Transportes; Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Representante do Ministério Público Federal". Resultado: aprovado o requerimento. Item 5 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 60, de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada no âmbito dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura audiência pública para discutir a experiência internacional na concessão de obras de infraestrutura, com a presença dos seguintes convidados: José

Manuel Vassallo, professor titular da Universidade Politécnica de Madri; Geoffrey Spence, Diretor Executivo da Infrastructure UK, Reino Unido; João Aguiar Machado, Diretor Geral da DG-MOVE (Diretoria Geral de Mobilidade e Transporte) da Comissão Europeia." Resultado: Aprovado o requerimento. São apreciados os seguintes itens extrapauta: Item 6 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 63, de 2015, de autoria do Senador Lasier Martins e outros, que requer "nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater " Motocicletas e segurança no trânsito: causas e soluções". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Diretor do Denatran – Departamento Nacional de Trânsito; 2. Representante do Sindimoto–RS – Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Rio Grande do Sul; 3. Representante da Seguradora Líder, administradora do DPVAT; 4. Representante da Abramet – Associação Brasileira de Medicina do Tráfego; 5. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; 6. Representante da Federação Nacional das Autoescolas e Centro de Formação de Condutores; 7. Representante do Ministério da Saúde." Resultado: aprovado o requerimento. Item 7 – Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 64, de 2015, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que requer "nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar das políticas do Governo Federal que provocaram prejuízos bilionários para as empresas geradoras de energia e ao sistema elétrico brasileiro. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados: Carlos Eduardo de Souza Braga, Ministro de Minas e Energia; José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás; Tito Cardoso de Oliveira Neto, Diretor-Presidente da Eletronorte; Flavio Decat de Moura, Diretor-Presidente de Furnas; José Carlos de Miranda Farias, Diretor Presidente da CHESF". Resultado: aprovado o requerimento. Tem início a Parte 1: Item 1 - Mensagem (SF) nº 69, de 2015, que "submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika". Relatoria: Senador Elmano Ferrer. Resultado: Sabatina realizada com indicação aprovada, com 20 (vinte) votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Fazem uso da palavra os Senadores José Pimentel, Wilder Moris, Acir Gurgacz, Dalirio Beber, Wellington Fagundes, Valdir Raupp, Elmano Férrer, Fernando Bezerra Coelho, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Blairo Maggi, Jorge Viana, Hélio José e Sandra Braga. Nada mais havendo a tratar, a reunião é encerrada às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Thales Roberto Furtado Morais, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador RICARDO FERRAÇO

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Declaro aberta a 29ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da atual Legislatura.

Cumprimentando as Srªs e os Srs. Senadores e todos os que nos acompanham pela TV Senado, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada.

Nós gostaríamos de abrir esta reunião da Comissão de Infraestrutura com um comunicado, chamando a atenção dos Srs. Senadores para a observação de uma notícia que está veiculada hoje no jornal Folha de S.Paulo, que tem, evidentemente, uma efetiva conexão com os assuntos e com a agenda da Comissão de Infraestrutura do Senado da República. Passo a ler:

Estatais federais responsabilizam políticas do governo Dilma pelo prejuízo de R$20 bilhões com que as usinas hidrelétricas estão arcando, pela crise do sistema de energia. Dentre as críticas está a de que medidas indispensáveis deixaram de ser tomadas pelo Executivo no ano passado devido ao período eleitoral.

A Eletrobras, principal estatal do setor, disse que o problema atual das geradoras não se "deve meramente às condições hidrológicas adversas", mas, sim, a decisões dos gestores do sistema – agentes do Governo. As críticas foram seguidas por Furnas, Eletronorte e outras estatais geradoras de energia.

> A argumentação consta de documentos encaminhados à Aneel [...] para apresentar sugestões na discussão sobre quem vai pagar a conta pelo prejuízo das empresas quando elas são impedidas de gerar energia para poupar água.

> Nos documentos, a Eletrobras não aceita a solução apresentada pelo Ministério de Minas e Energia, que quer que as hidrelétricas assumam um risco maior no futuro por não gerar energia. Em troca, terão o contrato de concessão prorrogado para compensar o prejuízo já existente.
> Desde 2012, a Eletrobras tem posição interna contrária às intervenções do governo mas não a expunha. A estatal acumula prejuízo e suas ações despencaram 52% desde 12 de setembro de 2012, quando o governo reformou o sistema elétrico.
> Nas críticas, a Eletronorte diz que o governo não tomou medidas necessárias em 2014 por ser período eleitoral: (...) a despeito da situação excepcional da crise hidrológica por que passa o país, especialmente no ano de 2014, [...] não foram implementadas, pelo governo, as medidas extraordinárias indispensáveis à manutenção do equilíbrio financeiro do contrato celebrado entre as partes."
> Furnas aponta que há "grande desequilíbrio estrutural no setor", que atinge todos os agentes e produz "efeitos nefastos". A empresa diz que problemas vieram também da falta de leilões de energia e de decisões do Operador Nacional do Sistema Elétrico. Furnas destaca que, em diversas semanas, entre 2014 e 2015, houve alerta para a necessidade de corte de carga, mas o ONS não o fez.
> A Aneel diz que as empresas fizeram "precificação equivocada", defende que o problema é hidrológico, que as empresas não vão ter prejuízo e que os indicadores de racionamento eram fracos.
> Hidrelétricas conseguiram liminares para não pagar todo o prejuízo pelo déficit na geração. Caso a posição das empresas prevaleça, o consumidor terá que arcar com os R$20 bilhões que elas pagaram para outros geradores.
> O setor termelétrico, que vendeu a energia mais cara, defende que o risco era das hidrelétricas e o consumidor não deve pagar por nada.

Parece-me que essa notícia, vinda das empresas estatais, das próprias empresas que têm uma avaliação crítica em relação a essa crise, que não é uma crise conjuntural, mas uma crise estrutural, precisa nos mover na direção de fazer com que esta Comissão traga esses dirigentes à Comissão de Infraestrutura para que eles esclareçam a sociedade brasileira, através de seus representantes, dos Senadores da República e da comissão temática que trata desse assunto, sob pena de nós sermos criticados por omissão.

Acho que esse comunicado faz sentido, e nós estamos encaminhando requerimento na direção de convidarmos todos esses dirigentes das empresas estatais, porque essa não é uma avaliação vinda da imprensa, não é uma avaliação vinda sequer de setores da oposição, mas uma avaliação extremamente emergencial e grave que está sendo feita pelos próprios dirigentes das empresas estatais que são controladas pelo Governo.

Assim, esse tema merece ser discutido de forma inadiável por esta Comissão.

Este é o comunicado que nós queremos fazer ao abrir nossos trabalhos na Comissão de Infraestrutura, considerando as questões que são relacionadas ao fornecimento de energia para a sociedade brasileira e para as atividades econômicas, para que o Brasil não veja repetido o quadro conjuntural extremamente caótico que nós vivemos em meses anteriores.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – O Senador José Pimentel pede a palavra pela ordem.

Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Sr. Presidente, o Relator dessa matéria de reforma do sistema hidrelétrico brasileiro, do setor energético, da Medida Provisória nº 579, foi o Senador Eduardo Braga, do Partido de V. Exª, que hoje é Ministro de Minas e Energia. Nos últimos cinco anos o Ministério sempre esteve sob uma mesma orientação política e de gestão. Portanto, eu pediria a V. Exª que também convocasse o Ministro de Minas e Energia para esclarecer o que está sendo feito, para que a gente não se limite somente à Folha de S.Paulo, que não é o Diário Oficial e tampouco tem uma posição tão clara sobre as questões brasileiras. Basta ver sua posição durante a ditadura militar e o resultado da Comissão da Verdade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas se trata de um jornal de elevada credibilidade e reputação, pelo menos a meu juízo, que não faz uma matéria opinativa, mas traz relatos de um relatório que foi encaminhado à Aneel por essas estatais.

Nesse mesmo requerimento, nós estamos solicitando à Aneel que envie esse relatório à nossa Comissão de Infraestrutura para que nós possamos tomar conhecimento do inteiro teor.

E V. Exª está absolutamente correto. Eu acho que seria e será muito importante que, com a presença do Ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, nós possamos fazer um cotejamento dessas informações todas tendo em vista não apenas as responsabilidades desta Comissão, mas as suas prerrogativas, até porque o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado pelo Presidente desta Comissão para fazer um relatório amplo

e detalhado sobre o sistema elétrico brasileiro e está fazendo audiências públicas para tratar do assunto. Eu mesmo participei de uma audiência conduzida pelo Senador Fernando Bezerra Coelho lá no Rio de Janeiro.

Portanto, a contribuição de V. Exª vem em boa hora. Nós a acolhemos e vamos incorporar, naturalmente, o convite para a presença de S. Exª o Ministro Eduardo Braga, que poderá contribuir muito, para que nós possamos enfrentar à luz do dia, sem subterfúgios, essas questões relacionadas ao sistema elétrico brasileiro. Eu quero agradecer a V. Exª a contribuição.

Comunicado.

A Presidência comunica o recebimento do Relatório de Gestão Temático do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, no qual são apresentadas as ações do órgão do ano de 2014, encaminhado à Comissão pelo Diretor-Geral do DNIT, Valter Casimiro Silveira, comunicando que, evidentemente, está à disposição de S. Exªs os Srs. Senadores que queiram ter acesso a esse documento.

Comunicamos também o recebimento da Nota Informativa da Consultoria Legislativa sobre o Aviso nº 649, que trata do acompanhamento da repactuação do contrato, mediante fiscalização específica no âmbito da Fiscobras, de 2015. Cópia desse documento está à disposição de S. Exªs.

Comunicamos ainda que a Presidência do Senado encaminhou à Comissão cópias da indicação de autoria da Câmara Municipal de Imbituba, no Estado de Santa Catarina, e da indicação da Câmara Municipal de Osvaldo Cruz, no Estado de São Paulo.

O expediente da Câmara Municipal de Imbituba indica ao Senado Federal, à Câmara Municipal e à Assembleia Legislativa de Santa Catarina providências para incluir na licitação de privatização da BR-101 sul, a pavimentação asfáltica das paralelas da BR-101 em Imbituba, bem como a construção de passarelas na cidade.

Já o documento da Câmara Municipal de Osvaldo Cruz indica ao Senado Federal a intermediação junto à Presidência da República para elaboração de projeto de lei para isentar do pagamento na conta de energia elétrica de entidades reconhecidas como de utilidade pública as taxas adicionais relativas às bandeiras vermelha ou amarela.

Informo ainda a todos os senhores e a quem nos acompanha pelos canais de divulgação do Senado que esta reunião está sendo realizada em caráter interativo, e que, portanto, a participação da sociedade poderá se dar de forma direta, através do Portal e-Cidadania ou através do Alô Senado.

Consulto se V. Exªs desejam começar esta reunião pela sabatina ou pelos requerimentos. Creio que, se começarmos pelos requerimentos, que é a parte deliberativa, podemos fazê-lo de imediato e, em seguida, passaremos à sabatina. Mas, evidentemente, submeto a decisão a V. Exªs. (Pausa.)

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Apoio Governo/PP - GO) – Podemos começar pelos requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Vamos, então, começar pela parte deliberativa, que são apenas requerimentos e, em seguida, passaremos à sabatina, de acordo com a orientação de V. Exªs.

Senador Acir Gurgacz, a palavra é de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sr. Presidente, eu peço a gentileza de V. Exª para que possamos começar pelo item 1, para que eu possa ler o relatório sobre a indicação de diretores do DNIT. Nós precisamos resolver esse problema para que a gente possa preencher todas as vagas do DNIT para que, lá na frente, não tenhamos a desculpa de dizerem: "Não conseguimos resolver os problemas das estradas porque falta definir e preencher os cargos do DNIT".

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Acatando a determinação de V. Exª, assim será feito.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 70, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor FERNANDO FORTES MELRO FILHO, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pronto para deliberação
Observações: *Reunião destinada à leitura do relatório.*

Senador Acir Gurgacz, a palavra é de V. Exª.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srª Senadora e Srs. Senadores, por meio da Mensagem nº 70, de 2015, a Senhora Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Sr. Fernando Fortes Melro Filho, para exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O DNIT, pessoa jurídica de direito público, submetido ao regime de autarquia, vinculado ao Ministério dos Transportes, foi criado pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que "dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências".

Determina o art. 88 da mencionada Lei que os membros da Diretoria do DNIT deverão ser brasileiros, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências do DNIT e elevado conceito no campo de suas especialidades, e serão indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do disposto no art. 52, III, "f", da Constituição Federal.

Nos termos do disposto no art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a transportes. Ainda, nos termos do art. 383 do Risf, a Comissão deve arguir o indicado e apreciar o relatório com base nas informações prestadas sobre ele.

Consta da presente Mensagem o curriculum vitae do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I, "a", e ao disposto no art. 1º, inciso I, do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que "disciplina o processo de aprovação de autoridades".

O currículo anexo à Mensagem Presidencial relata a formação acadêmica e a experiência profissional do indicado, que passaremos a resumir.

O candidato, natural de Maceió, Estado de Alagoas, é Engenheiro Civil formado, em 1997, pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal).

Em relação ao desempenho profissional do candidato, em ordem cronológica, atuou, entre 1997 e 2003, como sócio-gerente da empresa Taquary Engenharia Ltda., na execução de obras civis e de infraestrutura. Na Companhia Energética de Alagoas (Ceal), entre 2003 e 2004, atuou como Assistente da Diretoria de Engenharia e posteriormente, até 2007, foi Diretor de Engenharia. No período em que trabalhou nessa Companhia, foi gestor do Programa Luz para Todos e atuou na implantação de energia elétrica em aproximadamente 30 mil domicílios. Por fim, desde 2007, atua como Superintendente Regional do DNIT no Estado de Alagoas.

Além do currículo, foram apresentados os documentos necessários ao pleno atendimento das exigências constantes do art. 383, I, do Risf (redação da RSF nº 41 de 2013), e do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no tocante ao fornecimento, pela autoridade indicada, da documentação necessária à análise desta Comissão.

Diante do exposto, entendemos que os Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Fernando Fortes Melro Filho, constante da Mensagem (MSF) nº 70, de 2015 (nº 333, de 2015, na origem), para ser exercer o cargo de Diretor de Administração e Finanças do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Nos termos do Regimento, art. 383, nós vamos conceder vista coletiva e dar fé pública ao relatório de V. Exª para que, numa posterior reunião, nós possamos fazer a sabatina do indicado para o DNIT.

Muito obrigado.

Item 2.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 57, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA entre esta Comissão de Infraestrutura (CI) e a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para tratar de trans-

porte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos de transporte escolar. Com os seguintes convidados:o Senhor ALBERTO ANGERAMI, Diretor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN); o Senhor LUIZ MOAN YABIKU, Presidente da Associação Nacional Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), ou representante por ele indicado; o Senhor JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA, Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (InMETRO); o Senhor RENATO AUGUSTO, Presidente da Associação Nacional dos Transportadores de Escolares e Passageiros; e o Senhor PEDRO JANUÁRIO DE SOUZA NETO, Presidente do Sindicato dos Transportadores Escolares de São Jose e Região no Estado de Santa Catarina (SNETRE/SJ/SC).

Autoria: Senador Dalirio Beber e outros
Observações:

Matéria constou da pauta da 28ª Reunião, em 16.09.2015, quando teve sua leitura adiada.

Lido o requerimento, consulto se os senhores autores e alguns dos Srs. Senadores pretendem manifestar-se sobre a matéria ou se podemos evoluir diretamente para sua deliberação. (Pausa.)

Passo a palavra ao Senador Dalirio Beber, autor do requerimento, se V. Exª desejar manifestar-se.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – É que houve um requerimento, por parte da Senadora Marta Suplicy, no sentido de também subscrevê-lo, acrescentando um nome de São Paulo, que ela gostaria que também fosse convidado para compor essa nominata de pessoas para esclarecer o funcionamento desse transporte coletivo, em função dessa resolução do Denatran.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Não há problema. Solicito a V. Exª e à Senadora Marta Suplicy que, oportunamente, possam encaminhar à secretaria, para que possamos incluir...

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Já deve estar na secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – ...esses nomes, com o encaminhamento de V. Exª e da Senadora Marta Suplicy.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Ela apresentou numa das últimas reuniões. O.k.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 58, de 2015
- Não terminativo -

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V,do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir as razões dos atrasos e abandonos de obras públicas no Brasil, e tratar do cronograma das obras atuais sob responsabilidade do Governo Federal, com a presença das seguintes autoridades: Ministro de Estado dos Transportes; Ministério dos Transportes; Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Diretor-Presidente da VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.; Representante do Tribunal de Contas da União.

Autoria: Senador Wellington Fagundes
Observações:

Lido em 16.09.2015

Consulto se o Senador Wellington Fagundes, na condição de autor, gostaria de fazer alguma manifestação, alguma sustentação, ou se podemos passar, sem mais delongas, à deliberação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco União e Força/PR - MT) – Sr. Presidente, são três relatórios que fazem parte da proposta do plano para avaliação de políticas públicas do Plano Nacional de Logística de Transportes desta Comissão. Então, se quiser, poderíamos ler os três para votá-los em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 59, de 2015
- Não terminativo -

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada audiência pública no âmbito dessa Comissão de Serviço de Infraestrutura para discutir a interface dos órgãos do setor de transportes com outros cujas competências impactam a realização de obras de infraestrutura, com a presença das seguintes autoridades: Ministro dos Transportes; Ministro-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; Representante do Ministério Público Federal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes
Observações:

Lido em 16.09.2015
Submetemos a matéria à discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovada.

ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 60, de 2015
- Não terminativo -

Em conformidade com as disposições do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, conjugados com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, e em face do Requerimento nº 32, de 2015-CI, de 20 de maio de 2015, que tem por objeto avaliar a política pública sobre Plano Nacional de Logística de Transportes, requeiro seja realizada no âmbito dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura audiência pública para discutir a experiência internacional na concessão de obras de infraestrutura, com a presença dos seguintes convidados: José Manuel Vassallo, professor titular da Universidade Politécnica de Madri; Geoffrey Spence, Diretor Executivo da Infrastructure UK, Reino Unido; João Aguiar Machado, Diretor Geral da DG-MOVE (Diretoria Geral de Mobilidade e Transporte) da Comissão Europeia.

Autoria: Senador Wellington Fagundes
Observações:

Lido em 16.09.2015
Em discussão o requerimento. (Pausa.)
Não havendo quem queria discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.

Solicito à assessoria que nos envie a segunda etapa da nossa reunião para que nós possamos dar desdobramento aos nossos trabalhos.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Senador Ricardo, Lasier Martins tem um requerimento que eu subscrevo e peço que seja incluído na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – V. Exª pode me encaminhar?

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 64, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro nos termos do art. 58, da Constituição Federal do Brasil e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura para tratar das políticas do Governo Federal que provocaram prejuízos bilionários para as empresas geradoras de energia e ao sistema elétrico brasileiro. Considerando a motivação da Audiência Pública requerida, recomendo a presença dos seguintes convidados: Carlos Eduardo de Souza Braga, Ministro de Minas e Energia; José da Costa Carvalho Neto, Presidente da Eletrobrás; Tito Cardoso de Oliveira Neto, Diretor-Presidente da Eletronorte; Flavio Decat de Moura, Diretor-Presidente de Furnas; José Carlos de Miranda Farias, Diretor Presidente da CHESF.

Autoria: Senador Ricardo Ferraço
Em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queira discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)
Aprovado.
Requerimento.

EXTRAPAUTA
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 63, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater " Motocicletas e segurança no trânsito: causas e soluções". Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Diretor do Denatran – Departamento Nacional de Trânsito; 2. Representante do Sindimoto–RS – Sindicato dos Motociclistas Profissionais do Rio Grande do Sul; 3. Representante da Seguradora Líder, administradora do DPVAT; 4. Representante da Abramet – Associação Brasileira de Medicina do Tráfego; 5. Representante do Ministério do Trabalho e Emprego; 6. Representante da Federação Nacional das Autoescolas e Centro de Formação de Condutores; 7. Representante do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Dalirio Beber e outros

Em discussão. (Pausa.)
Não havendo quem queria discutir, em votação.
As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o permaneçam como se encontram. (Palmas.)
Aprovado.
Seguindo a pauta, a segunda parte da nossa reunião se destina a sabatina.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 69, de 2015
- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

Autoria: Presidente da República
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pronto para deliberação
Observações:
1 - Reunião destinada à sabatina do indicado;

2 - Em 16.09.2015, foi lido o relatório e concedida vista coletiva da matéria, nos termos do art. 383 do RISF.

Convido a tomar assento à Mesa o Sr. Otavio Luiz Rodrigues Junior, indicado para o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Informo a V. Sª que o tempo destinado à sua exposição é da ordem de 20 ou 25 minutos, mas, se desejar, podemos ampliá-lo para que V. Sª possa, naturalmente, apresentar suas credenciais, a especialização de V. Sª, a imagem, a visão e o plano de trabalho que pretende implantar, se for aprovado por esta Comissão, na Agência Nacional de Telecomunicações.

Esta é uma oportunidade singular para que o Senado da República possa conhecer a visão de V. Sª, conhecer tudo aquilo que V. Sª tem como visão em relação ao setor de telecomunicações, um setor estratégico para o nosso País.

Ao final da exposição, será concedida a palavra às Srªs e aos Srs. Senadores que desejarem sabatinar o indicado, conforme a lista de inscrição, que está aberta aqui na mesa.

Vamos conceder a palavra ao Sr. Otavio Luiz Rodrigues Junior, cujo curriculum é de conhecimento amplo das Srªs e dos Srs. Senadores, assim como o relatório que foi feito pelo Senador Relator Elmano Férrer.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Comunico também que, à medida que o indicado for fazendo a sua apresentação, as Srªs e os Srs. Senadores que já se sentirem em condição de emitir seu voto poderão fazê-lo, pois vamos abrir o processo de votação para aqueles que desejarem, uma vez que estiverem convencidos das credenciais e da habilitação do indicado, poderem exercer o seu voto de acordo com a sua convicção e com sua consciência.

Vamos, então, a partir da concessão da palavra ao Sr. Otavio Luiz Rodrigues Junior, abrir o processo de votação para aqueles Senadores e Senadoras que se sentirem em condições.

Passo a palavra a V. Sª para que possa se apresentar à Comissão de Infraestrutura e ao Senado da República.

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – Muito obrigado.

Exmo Sr. Senador Ricardo Ferraço, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Srªs e Srs. Senadores, peço permissão para registrar e agradecer a presença do Exmo Sr. Ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Carlos Ferreira e do Ministro Roberto Rosas, que muito me honram com suas presenças aqui, nessa assistência, bem como de todos os amigos e amigas que se fazem presente nesta solenidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós gostaríamos de interrompê-lo para convidar S. Exªs os Srs. Ministros a ficarem aqui entre os Srs. Senadores.

Peço desculpas, porque não fui comunicado da presença de V. Exªs, mas agradeço e peço que V. Exªs fiquem à vontade na Comissão de Infraestrutura, pela honra que temos de receber aqui Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – Obrigado, Sr. Presidente.

Recebi, com muita honra, a indicação de meu nome para integrar o Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) por efeito de Mensagem da Presidência da República, com o referendo do Ministério das Comunicações.

Por se tratar de um ato administrativo complexo com fundamento constitucional, compareço a esta honorável Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado da República para me submeter ao escrutínio de V. Exªs, o que faço com a convicção de que tomo parte em um dos mais eloquentes exemplos de compartilhamento de responsabilidades institucionais de nossa democracia. Minha exposição dividir-se-á em três partes, seguida de uma breve conclusão.

Na primeira parte, apresentarei a V. Exªs um resumo de minha trajetória profissional e de minha formação acadêmica. Na segunda parte, terá lugar a descrição de meus vínculos com o setor de telecomunicações, objeto das competências regulatórias da Anatel. Por fim, tentarei expor minha visão sobre a agência e o quadro atual das telecomunicações, tomando o necessário cuidado para não antecipar posicionamentos sobre questões que eventualmente possam vir a ser objeto de decisão no Conselho Diretor.

Graduei-me em 1996 com a honra universitária Magna Cum Laude na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. No mesmo ano, iniciei a carreira docente, após aprovação em concurso público, como professor da mesma instituição. Em 1997, ingressei no curso de mestrado, concluído em 2001, com a láurea acadêmica, com dissertação sobre a intervenção do Estado na economia contratual e seus reflexos no Direito Privado, no Direito Administrativo e no Direito Econômico.

Aprovado em concurso público para a Advocacia-Geral da União, mudei-me para São Paulo em 2001, ao mesmo tempo em que ingressei no doutorado em Direito da Faculdade de Direito Largo São Francisco. Defendi minha tese de doutorado em 2006 sobre o tema da cláusula penal.

Na Advocacia-Geral da União, tive oportunidade de exercer diversas funções de Estado, seja na própria AGU, seja cedido a outros órgãos públicos do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Em São Paulo, fui Assessor Jurídico do 8º Comando Naval e, em 2003, removi-me para Brasília e, em dez anos de permanência nesta cidade, ocupei os cargos de Assessor de Consultor Jurídico do Ministério da Justiça, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, Consultor Jurídico Substituto do Ministério da Justiça, Assessor de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, do Ministro Humberto Martins, adjunto do Advogado-Geral da União, Assessor e Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal e Consultor da União.

Nesse ínterim, fui aprovado em concurso público para Professor Adjunto de Direito de Civil da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense.

Dando prosseguimento à minha vocação acadêmica, realizei dois estágios pós-doutoramento no exterior, o primeiro em Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, dirigido pelo Professor Catedrático Jorge Miranda. Em 2011/2012, após ter-me exonerado do cargo de chefe de gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal, fiz meu segundo estágio pós-doutoral no Max-Planck-Institut Für Ausländisches und Internationales Privatrecht, em Hamburgo, na Alemanha, instituição dirigida pela pelo Professor Catedrático Reinhard Zimmermann.

Em 2013, fui aprovado para o concurso de Professor Doutor da Universidade de São Paulo e, no período de 2013 a 2014, participei de comissão designada pelo Ministro de Estado da Educação para a reforma do ensino jurídico brasileiro, tendo apresentado como Relator anteprojeto de nova resolução de diretrizes curriculares nacionais.

Por ato do Exmo Sr. Corregedor-Geral da Justiça Federal, Ministro Humberto Martins, fui designado para o Conselho de Orientação Acadêmica do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, ao lado do Professor Titular José Rogério Cruz e Tucci e do Professor e Ministro Roberto Rosas, aqui presente.

A trajetória descrita acima é fruto de uma combinação da generosidade de muitas pessoas, que confiaram em meu potencial profissional, e do povo brasileiro, que me permitiu estudar em instituições públicas nas quais completei minha formação superior.

Expresso minha retribuição por essas oportunidades com o exercício da minha condição de docente em universidades públicas, o que se completará em 2016, com 20 anos de exercício da docência, quase metade da minha vida.

Na Advocacia-Geral da União e em todas as instituições públicas nas quais tive a oportunidade de exercer o meu múnus, aprendi a compreender o Estado brasileiro em suas idiossincrasias, seus problemas, suas dificuldades, ao tempo em que pude admirar a grandeza, o civismo, o patriotismo de todos os que se dedicam ao povo, às instituições e à sociedade nos três Poderes da República, muitas vezes incompreendidos e difamados.

Passo, agora, à segunda parte da minha exposição, sobre minha experiência e meus vínculos com o setor de telecomunicações.

A honrosa indicação para o cargo de membro do Conselho da Agência Nacional de Telecomunicações exige que eu ponha ênfase em minhas ligações com o objetivo das atividades dessa agência reguladora.

Na qualidade de consultor jurídico do Ministério das Comunicações, elaborei o parecer que considerou inconstitucional o anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Foi um dos momentos mais importantes da minha carreira profissional no setor, pois sustentei valores essenciais ao Estado democrático de direito, como a liberdade de expressão, além de haver defendido que a Anatel era uma agência constitucionalmente diferenciada e que suas atribuições não poderiam ser assumidas por outra agência. Esse parecer foi posteriormente publicado na Revista de Informação Legislativa, editada pelo Senado Federal.

Ainda no Ministério das Comunicações atuei em questões relevantes, como a manutenção do programa de inclusão digital do Governo brasileiro, ameaçado por disputas judiciais. Tomei parte da elaboração do decreto de reestruturação do Ministério das Comunicações que permitiu a reabertura de suas delegacias nos Estados da Federação.

Fui designado Conselheiro Fiscal da Telebras e participei de grupos de trabalho presidenciais sobre radiodifusão e telecomunicações. Emiti centenas de notas, despachos e pareceres em diversos processos de telecomunicações e de radiodifusão, muitos dos quais chegaram a esta Casa legislativa como parte do processo de outorga de serviços de radiodifusão.

Nesse período e mesmo após ter deixado a consultoria jurídica do Ministério, coordenei o curso de pós-graduação em Direito das Telecomunicações, que formou, por quatro anos, um grupo seleto de profissionais de empresas de telecomunicações, de magistrados e servidores da Anatel nos conhecimentos específicos da área.

Sou membro do Conselho Editorial da Revista de Direito das Comunicações, Editora Revista dos Tribunais Thomson Reuters desde a sua criação, em 2010.

Meus pareceres e artigos na área de telecomunicações e radiodifusão são hoje utilizados, graças à generosidade dos ministros, como fundamento em vários acórdãos e decisões monocráticas do Superior Tribunal de Justiça. Uma das mais importantes teses que defendi na área de telecomunicações e radiodifusão foi a de que o Poder Judiciário não pode se substituir ao Congresso Nacional e ao Poder Executivo na outorga de concessões e autorizações de serviços de radiodifusão, o que tem sido acatado em julgados da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça.

Outra posição doutrinária que divulguei em meus escritos e que tem contado com a generosa acolhida no Superior Tribunal de Justiça, conforme citação extraída de acórdão desse tribunal, é a de que, ao dispor sobre a regulação de serviços de telecomunicações, a Emenda Constitucional nº 8 converteu a Anatel em uma agência com legitimidade regulatória autônoma, baseada num processo de deslegalização de vários aspectos da atividade regulada em nome das vantagens advindas do controle técnico a ela inerente da qualidade dos serviços prestados.

Nos comentários da Constituição brasileira, obra publicada em coordenação com os Profs. Paulo Bonavides e Jorge Miranda, defendi teses em favor das chamadas liberdades comunicativas e contra a censura, as quais também têm merecido o favor de citação em acórdãos de alguns tribunais, dentre eles, o Supremo Tribunal Federal.

Cito alguns dos trabalhos mais importantes que publiquei no setor, como: "Publicidade e propaganda nos serviços de radiodifusão educativa sonora e de imagens: O caso TV Cultura e o Parecer da Advocacia-Geral da União", "O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais [...]", "Da renovação das concessões e permissões de serviços de radiodifusão em face do arquivamento por órgão camerário do Congresso Nacional", "Liberdade de expressão e controle de propaganda de medicamentos e das advertências na ordem jurídica pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária".

Como adjunto do Advogado-Geral da União, fui autor de pareceres sobre competência das agências reguladoras, bem como sobre a natureza jurídica dos serviços de radiodifusão educativa.

Outro aspecto digno de nota está em minha atuação na área de Direito do Consumidor. Como Professor de Direito Privado, o estudo do Direito do Consumidor é central em minhas atividades e creio que isso possa auxiliar muito nas atividades da Anatel, dada a existência de sérios problemas envolvendo essa área.

Lecionei e proferi palestras em cursos e seminários em vários Estados da Federação, os quais eu me privo de citar.

Por fim, gostaria de destacar que faço parte da Comissão de Juristas da Desburocratização, presidida pelo Ministro Mauro Campbell, do Superior Tribunal de Justiça, com relatoria do Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, criada por iniciativa desta Casa no âmbito da iniciativa da Agenda Brasil. Trata-se de uma iniciativa do Senador Blairo Maggi, apoiada pelo Presidente Renan Calheiros, que se destina a diminuir os embaraços ao acesso do cidadão a uma prestação de serviços célere, eficiente e sem entraves.

Inicio, agora, a terceira e última parte da minha exposição sobre a agência, o setor de telecomunicações e as suas perspectivas.

A Anatel é a primeira de nossas agências reguladoras, tendo nascido sobre o signo do intenso processo de desestatização vivenciado no Brasil nos anos de 1990. Formada inicialmente com integrantes do antigo sistema Telebras, ocupantes de cargos comissionados e servidores requisitados de diversos órgãos, a agência evoluiu e hoje conta com 1.206 servidores em cargos de provimento efetivo e 503 servidores sem vínculo, com elevado nível de profissionalização e profissionalismo.

A introdução no Direito brasileiro do modelo regulatório atual deu-se com base na experiência anglo-americana, que remonta ao segundo pós-guerra e que viveu uma profunda crise nos anos de 1970, em larga medida por consequência do que o Prêmio Nobel de Economia George Stigler definiu como Teoria da Captura.

As assimetrias entre o nosso modelo e suas fontes de inspiração tornaram-se mais evidentes na última década, com os conflitos entre a visão regulatória interna e a titularidade das grandes linhas de políticas do setor econômico regular. Exemplo disso está no conflito em torno da cobrança da tarifa básica do serviço telefônico fixo comutado, que terminou por ser resolvida no Superior Tribunal de Justiça.

Essas questões têm sido superadas e é de se esperar avanços nesse campo com as mudanças previstas no projeto da lei geral de agências, de iniciativa do Senador Eunício Oliveira, e que recebeu importantes contribuições do Senador Walter Pinheiro na Comissão de Constituição e Justiça. Como salientado pelo Senador Walter Pinheiro, em seu erudito relatório, o projeto busca, dentre os aspectos, a recuperação de uma ideia-força, que é o controle de resultados e de eficiência administrativa por meio dos contratos de gestão.

A organização interna e o fluxo de processo da Anatel foram objeto de uma reformulação considerável com a Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013. Essa meritória reforma deverá ser agora confrontada com mudanças legislativas posteriores, como o Código de Processo Civil, as leis de mediação e arbitragem, bem como o esperado resultado dos ofícios da Comissão de Juristas da Desburocratização, que buscará eliminar uma cultura de exigências excessivas para o acesso a uma fruição adequada e eficaz dos serviços públicos pelo cidadão.

As relações entre a Anatel e o Ministério das Comunicações mostram-se cada vez mais sincrônicas. O Acordo de Cooperação Técnica entre o ministério e a agência possibilitou a delegação de diversas atividades e a prática de atos administrativos, como licenciamento de estações, alteração de local de estúdio, o aumento de potência e a mudança de classe, o que é de extrema importância para o setor de radiodifusão e otimiza a estrutura da Anatel, que é extremamente capilarizada e se faz presente em todos os Estados da Federação. Evidentemente que essa cooperação deve e pode ser melhorada, com o aprimoramento de fluxos que se mostraram pouco eficazes e com a experiência acumulada desde o início de sua vigência. Ouvir os radiodifusores e compreender quais são as suas externalidades negativas desse modelo é algo que pode e deve ser feito em nome da melhoria dos serviços da agência.

Ainda em termos de estrutura e funcionamento da Anatel, creio ser fundamental o contínuo reforço na seleção, na qualificação e na valorização de seu corpo de servidores. A agência, como não poderia ser diferente, tem sido influenciada pelo quadro econômico financeiro nacional. O orçamento de 2015 atingiu o montante de R$466.535.249,00, sendo que, desse total, R$321.735.209,00 foram dedicados ao custeio de pessoal.

Para além da questão financeira, é importante compreender que a formação continuada dos servidores é uma forma de se manter a agência atraente para os melhores quadros e também um instrumento de aumento de sua eficiência, de sua inserção social e da transparência de suas ações. Nesse aspecto, creio ser possível contribuir com a minha experiência docente para projetos como a criação de uma escola de governo para a Anatel, com cursos de aperfeiçoamento e até mesmo de pós-graduação. Hoje, a agência não figura no rol das instituições federais participantes da rede nacional de escolas de governo.

Ultrapassando os limites estruturais da Anatel, é interessante analisar aspectos de sua atuação. É verdadeiramente central o problema da qualidade dos serviços e a percepção social dessa eficiência. Na Lei Geral de Telecomunicações, a Lei n.º 9.572, de 16 de julho de 1997, a palavra consumidor aparece quatro vezes. As mais importantes referências estão em seus artigos 5º e 127. No art. 5.º está dito que: "Na disciplina das relações econômicas no setor de telecomunicações observar-se-ão", dentre outros, "os princípios constitucionais da [...] defesa do consumidor". E no art. 127, que trata da exploração do serviço em regime privado, que tem por objetivo viabilizar o cumprimento das leis, em especial das relativas às telecomunicações e à ordem econômica, também se privilegia o direito dos consumidores, a diversidade de serviços, a competição livre, ampla e justa.

Como forma de detalhar essa questão, a agência tem editado, ao longo de sua existência, diversas normas sobre direitos e relações entre consumidores e prestadores de serviços de telecomunicações. A recente Resolução nº 632, de 7 de março de 2014, que aprovou o regulamento geral dos direitos do consumidor de serviços de telecomunicações, é um exemplo dessas importantes iniciativas.

No entanto, a demanda por serviços de telecomunicações de qualidade é muito maior do que se tem revelado a capacidade de atendê-la, e é preciso ter humildade para assim o reconhecer. Hoje, o Brasil tem 279,35 milhões de acessos móveis, 150 milhões de acesso de banda larga móvel, 23,83 milhões de acesso de banda larga fixa, 45,116 milhões de linhas telefônicas fixas comutadas e 19 milhões de assinaturas de serviços vinculados à chamada televisão por assinatura em suas várias modalidades. Ocupamos, no ranking internacional da banda larga, a 87ª posição. Nas Américas, estamos atrás nos Estados Unidos, do Canadá, do Uruguai, do México, do Equador, do Chile, da Argentina, da Colômbia e do Peru.

A Anatel é a primeira agência brasileira em aplicação de multas aos agentes regulados. No período de 2008 a 2011, foram aplicadas 22.698 multas, correspondentes a um total de R$6,658 bilhões. Abaixo da Anatel está o Cade, com R$2,827 bilhões em multas. Infelizmente 95,10% do total de sanções é objeto de posterior contestação, o que tem levado ao Poder Judiciário mais um foco de intensa judicialização de atos administrativo.

Essa desproporção deve ser objeto de uma revisão de métodos e da eficácia do nosso modelo sancionador. Uma tentativa nessa direção foi a Resolução n.º 629, de 16 de dezembro de 2013,...

(Soa a campainha.)

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – ...que aprovou o regulamento de celebração e acompanhamento dos termos de compromisso e ajustamento de conduta. O modelo dos táxis pode ser útil para emprestar uma maior eficiência à atuação regulatória em seu escopo preventivo.

Uma atuação mais próxima do Poder Judiciário é fundamental, especialmente sob a ótica dos recursos repetitivos e a repercussão geral.

O Supremo Tribunal Federal também, isso é importante destacar, por meio da Ação Declaratória de Inconstitucionalidade por Omissão nº 24, já fixou prazo para a edição de um código de defesa dos usuários de serviços públicos.

A experiência, portanto, recomenda um diálogo permanente com esta Casa para a solução de problemas nas telecomunicações.

Outro desafio importante está no tratamento dos over-the-top contents, os OTTs, que são vistos por parte do setor regulado e por algumas autoridades como agentes que precisam de alguma regulação. O aumento do tráfico de dados tem ganhado mais espaço em âmbito mundial, não só no Brasil. É natural que os usuários percebam maior economia nesses canais alternativos.

Qualquer decisão nesse tema tem de levar em conta a experiência do direito comparado e parâmetros econômicos e técnicos. Nos Estados Unidos, os serviços over-the-top operam cada vez mais como multichannel video programming distributors. Na agência reguladora norte-americana, a FCC, parece haver um dissenso público entre os seus conselheiros, não é só um problema do Brasil. O presidente da agência americana propôs algumas alterações na regulação em vigor, com o objetivo de se conhecer o caráter regulado a algumas das provedoras de vídeo on-line, mas outro comissário já publicou sua opinião contrária. Para ele não há falhas nesse mercado, não há problemas a serem resolvidos.

Há uma discussão sobre regulação de serviços de streaming de vídeo, em equipamentos como a Apple TV, Amazon Instant Video e Xbox. Há uma perspectiva de ser votada na FCC, no começo de outubro, uma proposta de regular esse serviço, da mesma maneira que os tradicionais distribuidores de TV a cabo e satélite. Aparentemente essa proposta não inclui serviço de video on demand, como o Netflix e o Youtube. O receio dos críticos é eliminar a habilidade do mercado de experimentação de novas modalidades de serviços.

Na Europa, a França determinou que o Skype se registrasse como operadora de telefonia, para se submeter à legislação específica do setor. Portanto, é uma área que demanda uma enorme reflexão.

Trata-se de um conflito que deverá ser resolvido pela agência e sobre o qual eu tenho condições de afirmar meu compromisso com os valores da qualidade mínima, da não discriminação e da liberdade.

Compreendendo a atuação da Anatel na esfera das telecomunicações. Há de ser considerado como um fator de extrema relevância a complexa e progressiva evolução tecnológica. Essa circunstância impõe, de um lado, a par dos diversos princípios e fundamentos de qualquer atividade administrativa típica, a obrigação de promover ações ágeis e eficazes, mas sem, por outro lado, esquecer os destinatários dos serviços regulados.

Enalteço, principalmente, a preocupação atual quanto às ações de inclusão de pessoas portadoras de deficiência auditiva ou de fala. A agência tem demonstrado que pode representar um papel importante nesse particular, sendo que se encontra em curso consulta pública a respeito.

As diversas iniciativas, como o Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo, a de direitos do consumidor sobre combos e atendimento presencial, dentre outras, são respostas a essas inquietações.

O aperfeiçoamento da qualidade e da abrangência de nossa infraestrutura de banda larga é fundamental para instrumentalizar o avanço tecnológico no País.

A questão tributária é sensível e tem sido fruto de diversas preocupações no Congresso Nacional e da agência e deve merecer especial atenção, de forma a evitar empecilhos ao desenvolvimento da atividade econômica e a fortalecer o papel do Estado como regulador e a fiscalização da atividade privada.

Finalmente, gostaria de destacar a questão da revisão das concessões. Trata-se de tema que terá enorme relevância nos próximos anos. Em dados de junho de 2015, o Brasil possui 44,4 milhões de acessos a telefones fixos, com uma média de 21,7 acessos para cada cem habitantes. Houve um crescimento puramente nominal nos últimos anos, em grande medida, ditado pela aquisição de serviços em combos. Trata-se de um modelo de negócio que precisa ser avaliado com base em elementos técnicos, fundamentos econômicos e com os olhos postos na estabilidade jurídica.

Concluo, senhoras e senhores.

Esses anos de experiência pública tornaram-me consciente de minhas limitações – e não são poucas as minhas limitações – e das dificuldades de se conduzir qualquer projeto de transformação institucional. No entanto, só aumentaram em mim a resiliência e a fé em nosso povo e em nossas instituições.

A experiência internacional, especialmente em Portugal e na Alemanha, permitiu-me aprender com as lições de outros povos e observar que nossos problemas...

(Soa a campainha.)

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – ... devem ser vistos em perspectiva, nem com o exagero do derrotismo de alguns, nem com o ufanismo de outros.

O setor de telecomunicações do Brasil assenta-se em bases jurídicas sólidas, como a Lei Geral de Telecomunicações.

A evolução tecnológica e a experiência regulatória dos últimos 18 anos devem servir para o redirecionamento do que há de ser mudado e pela reafirmação dos caminhos que se mostram adequados para essa área da economia mundial.

Nesse aspecto, concluo minha exposição com uma referência à obra Il Gattopardo, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, quando, pela boca da personagem Tancredi, o sobrinho do Príncipe de Salina, se proferiu a célebre frase: "Para que as coisas permaneçam iguais, é preciso que tudo mude." Sim, o discurso da mudança muitas vezes encobre o intuito de que as formas sejam alteradas, mas a substância continua igual. Temos de fugir do fantasma de Tancredi e procurar soluções estáveis, transparentes e que realmente tragam a mudança que o povo tanto espera no setor de telecomunicações.

Senhoras e senhores, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Cumprimento o Dr. Otavio Luiz Rodrigues Junior pela sua fala, demonstrando não só uma sólida formação jurídica, mas também uma importante experiência na área de telecomunicações e, sobretudo, compartilhando aqui a sua visão dos problemas, dos desafios na área de telecomunicações.

Vou oferecer a palavra ao Relator, Senador Elmano Férrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI) – Bom dia a todos, principalmente ao nosso Presidente e ao nosso querido e estimado Otavio.

Nós tínhamos aqui três perguntas. Entretanto, vou me limitar a apenas uma, considerando que diz respeito ao interesse maior dos usuários dos nossos serviços públicos.

No memorial encaminhado a esta Comissão, V. Sª, Dr. Otavio, assinala que o estudo do Direito do Consumidor ocupa lugar central em sua atuação profissional, o que, conforme acentuado, poderá auxiliá-lo, e muito, nas atividades da Anatel, dada a existência de sérios problemas envolvendo essa área.

De fato, para ilustrar a gravidade dos problemas que aguardam V. Sª no Conselho Diretor da Anatel, registro o recente apagão ocorrido no Acre, que deixou a população do Estado sem telefone e sem internet por seis horas.

Além disso, é fato notório que as empresas de telefonia são campeãs em reclamação junto aos órgãos de defesa do consumidor. E, aí, se destaca o precário sistema, quer dizer, precário não, sempre demandado maior aperfeiçoamento por parte dos usuários da telefonia em nosso País.

No entanto, no ano passado, o Senado Federal realizou diversas audiências para debater a questão da qualidade da telefonia no Brasil. Esses eventos evidenciaram a necessidade de tornar a atuação da Anatel mais efetiva e responsiva às demandas da população.

Além disso, também preocupa a efetividade das ações de fiscalização da Anatel, uma vez que, de cada R$100 em multas aplicadas, apenas R$4,70 são arrecadadas, segundo levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União.

Pergunto a V. Sª: quais as medidas que pretende adotar para fortalecer o papel institucional da Anatel e melhorar a qualidade dos serviços de telefonia?

Outra pergunta: o senhor compartilha do sentimento de que a Anatel é, por vezes, refratária às demandas dos usuários e que deveria buscar maior aproximação com os órgãos de defesa do consumidor para ampliar a sua capacidade de perceber e tratar de forma adequada essas demandas?

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Elmano Férrer. Com a sua permissão, eu vou dar a palavra aos demais Senadores inscritos para que o Dr. Otavio possa responder em bloco a todas as indagações.

Ofereço a palavra ao Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro, quero compartilhar da fala de V. Exª, Presidente, no que diz respeito ao processo inicial que qualifica sobremaneira não só a sabatina como também o debate acerca dessa questão que a gente, ao longo de toda essa experiência, vem acumulando.

Aqui no Senado, houve momentos importantes para que a gente tivesse a capacidade de contribuir com a boa composição desses órgãos reguladores e, ao mesmo tempo, estabelecer com o sabatinado, de forma prévia, meu caro Presidente, um pouco de um debate que possa se consagrar no aspecto do bom desempenho da agência e a participação desta Comissão não se limitar exclusivamente a um processo até – vou usar uma expressão muito forte, mas acho que é isso – ou só "carimbatório", não é nem homologatório, para a indicação de alguém. Portanto, é fundamental isso.

O sabatinado tem uma vantagem que eu diria que é importante a gente explorar: o fato de ele, ao longo de sua trajetória, de sua formação acadêmica dar a possibilidade do exercício dessa atividade na esfera pública, fazendo inclusive um mergulho numa área que eu diria que poucas pessoas tiveram oportunidade de experimentar no banco escolar.

Como há uma novidade no processo regulatório brasileiro, portanto, quando falamos de agência reguladora, estamos falando do final dos anos 90 para cá, logo, é algo extremamente novo, nós tivemos também uma baixa produção de quadros que pudessem acompanhar essa evolução.

V. Sª citou, por exemplo, a experiência do curso de formação. Eu participei, com diversas pessoas, da experiência junto à UnB para que tivéssemos a capacidade de promover, na universidade, um curso não para preparar dirigentes de agências, mas para fazer uma espécie de formação de quadros dentro da agência e até fora. Por isso, nós pleiteamos, durante um período, a participação de diversos consultores. À época, meu pleito era pelos consultores da Câmara, mas nós tivemos também a participação de vários consultores do Senado, entre eles, um que hoje é conselheiro da agência.

Mas eu queria, exatamente nessa linha, abordar mais o assunto, até por conta dessa lacuna. As escolas, ou melhor, as faculdades ou as universidades, principalmente na área do Direito, avançaram bem pouco no aspecto da consolidação dessas regras ou até de um estudo mais aprofundado da utilização da legislação para o exercício dessas instituições. Então, essa é uma das coisas que considero importante.

Ao mesmo tempo em que lhe traz o atributo para essa atividade, também lhe impõe uma responsabilidade muito grande o fato de V. Sª ter passado por esses estágios, inclusive na própria AGU, em defesa do interesse do Estado. Agora, V. Sª terá que exercer sua atividade na defesa do interesse do serviço prestado ao cidadão pelo Estado, ou seja, a fiscalização do Estado e do serviço prestado no Brasil pela iniciativa privada.

Eu queria começar com alguns aspectos que, às vezes, são muito importantes. Nós fazemos a sabatina partindo muito mais do elogio para um processo, às vezes, de expectativa. Meu caro Fernando, eu acho que isso decorre da nossa ansiedade.

Ouvi aqui a pergunta do Relator, o nobre Elmano, que faz cobrança de serviço. Vivemos tão aflitos, que, de repente, com o pré-conselheiro, queremos logo bater-lhe no fígado para ver se conseguimos resolver, meu caro Elmano, os problemas centrais.

Mas eu queria chamar a atenção, primeiro, para o aspecto exatamente da competência de que trata o art. 18 da Lei Geral de Telecomunicações. Esse é o debate que os senhores, na agência, vão enfrentar nesse período.

Nós discutimos a Lei Geral, assim como a Lei das Agências, e eu tive a oportunidade de também contribuir com a Lei Geral, apesar de terem sido pouco aproveitadas as minhas contribuições. O Sérgio Motta era literalmente um trator, mas um bom trator, diga-se de passagem. Estou brincando, porque, com o Sérgio Motta, eu travei ótimos debates. Tínhamos muitas divergências, mas sou obrigado a reconhecer que ele teve uma visão, na minha opinião, e um empenho importante para ajudar a organizar o setor, até pela sua experiência no ramo da engenharia. Portanto, ele deu uma contribuição boa.

O debate que vamos enfrentar agora leva a agência a se debruçar sobre um novo período. No período em que discutimos isso, nós fazíamos questões sobre qual era a modalidade de prestação do serviço, no regime público e no regime privado, o que, hoje, compete ao Poder Executivo. É óbvio que nós, do Senado – estou falando da minha parte –, vamos ter que botar o dedo nessa ferida, porque esse é o debate que vamos ter que fazer. Particularmente, acho que não há necessidade de reconstruir uma lei geral, mas há a necessidade de ir ao encontro dessas novas plataformas e de uma nova modalidade de serviço.

Aliás, li um material nessa madrugada – literalmente nessa madrugada, porque acordei às 4h30 da manhã – e terminei analisando um importante entendimento sobre o que é uma mudança consubstancial entre aquela fase do hardware e, hoje, a questão das soluções. É um documento da Apple em que eles trabalham essa questão com muito mais conteúdo, que é uma linguagem que as pessoas entendem mais.

É a questão, exatamente, da produção de softwares e aplicativos que, cada vez mais, vão fazendo com que os hardwares possam funcionar em uma velocidade estonteante.

Por exemplo, como regular isso ou, na minha visão, como não regular e garantir – essa é a outra questão – que essa nova etapa tenha, por parte da Agência, a guarida, do ponto de vista da defesa de quem vai receber o serviço, o cidadão, e não de quem está em disputa entre o meu conteúdo e a minha rede.

Portanto, esse é um debate extremamente rico, e nós teremos que lidar com ele. Outro é se vamos promover mudanças, por exemplo, ainda no art. 18, no aspecto geral do chamado plano de outorga, até porque foram mudando vários serviços. Eu não sei se V. Sª acompanhou o período mais efervescente da própria Agência, quando da instituição do serviço de comunicação multimídia, que, na prática, era e, na minha opinião, ainda continua sendo uma bula. Como eu não podia encaixar em uma dessas duas áreas, eu terminei dando licenças como serviço de comunicação multimídia.

Eu não estou dizendo que era uma bula por mal. Na minha opinião, foi inclusive uma invenção para o bem, porque senão nós cairíamos em um terreno de completos debates sobre a questão de como dar-se-iam as outorgas ou as autorizações, enfim, e nós não teríamos o serviço, por exemplo, de telefonia móvel aplicado nesse cenário. Esse é um aspecto.

O segundo aspecto para o qual eu quero chamar atenção tem a ver com o art. 22. É importante que se tenha clareza quanto a esse tipo de intervenção que se reporta, exatamente, à competência que V. Sª terá – espero eu, pois acredito que nós temos todas as condições para isso – quando for conduzido a essa questão, que é o aspecto da competência.

Às vezes, elegemos, meu caro Otávio, falando com muita tranquilidade, elegemos alguém para um conselho diretor, para uma agência dessas, e, mesmo instituído no cargo, os membros vão para lá e eles mesmos se diminuem, em um grau de... Não estou dizendo que é um problema de obediência, independência, autonomia, mas, às vezes, as pessoas ficam, não sei, em uma literal expectativa de que é importante se orientar a partir da lógica do que vem e não para onde vai o serviço.

Portanto, nesse aspecto, eu acho importante um comprometimento de V. Sª no sentido inclusive da observância. Esse é um dos artigos – o art. 22 – que diz, claramente, traça, meu caro Fernando, o que o sujeito da Agência deve fazer, botar o dedo na ferida, como levantou, nesse instante, meu caro Elmano.

Uma provocação que eu sempre tenho feito, Otávio, é que, às vezes, o cara chega e diz que a intenção da Agência é o aspecto da multa. Eu ouvi o Senador Elmano falando aqui, de forma muito clara, que nós não conhecemos pagamento. É muito difícil. Eu sou muito mais favorável à antecipação da multa, à garantia do serviço. É óbvio que, uma vez multado, tem que ir atrás para receber! O cara errou, pau na moleira.

Mas o papel fundamental é isso o que está descrito aqui no art.22. Como é que eu ajo de maneira que eu evite inclusive multar? Até para poder garantir que o serviço chegue. Ora, se os senhores aplicarem uma multa no dia em que eu não consegui falar com a minha mãe, porque a linha caiu... Não há multa nenhuma que pague, eu diria, essa ruptura de contrato entre mim e minha mãe. A agência pode até receber a multa. A minha mãe não vai me perdoar, de jeito nenhum, porque, no Dia das Mães, eu não consegui falar com ela. Não há multa que me devolva isso. Portanto, é essa a garantia, o aspecto que está previsto no art. 22.

Assim, é outra coisa importante que eu lhe cobro com muito mais veemência. Volto a lhe dizer: até pelo seu preparo anterior. Acho que V. Sª tem obrigação de cumprir isso, literalmente, na letra da lei.

Há outro aspecto para o qual eu quero chamar atenção. Sr. Presidente... na realidade, é que essa é uma área que me é, relativamente, cara.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Se eu não limitar o tempo, você vai se estender muito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Sim, quero acabar, porque senão...

E é uma oportunidade que temos de falar com os membros da agência, até no aspecto prévio, para que depois não nos decepcionemos. Estou falando isso até muito de coração.

Essa coisa também – para eu tentar encerrar – se aplica tanto ao art. 60, que é a oferta, quanto ao grande embate que temos, que são as obrigações de universalização, que estão no art. 79.

Tenho chamado a atenção dos membros da agência para a questão, principalmente, que envolve o art. 60, por exemplo. Aliás, o art. 61 traz isso mais incisivamente, que é um debate que estamos enfrentando com muita frequência, já que estamos falando de telecomunicações. Aliás, o bem maior nesse negócio chama-se frequência, não é prédio, não é fio. E estou me referindo ao Serviço de Valor Adicionado. Aí temos enfrentado um gravíssimo problema, por isso fiz a compatibilização disso com o que prevê o art. 79, que tem as obrigações de universalização.

Então, para garantir isso – e volto a dizer, o objetivo central disso é o cidadão. Vemos que, no Brasil, por exemplo, houve uma diminuição brutal da oferta de serviço por provedores. De uma hora para outra, houve uma explosão de provedores no Brasil, e hoje há mais de três mil.

E o grande embate que se trava tem a ver com essa questão da universalização. Ou seja, as condições foram apresentadas, e a agência tem a tarefa de regular essas obrigações – é da agência, não é do Ministério das Comunicações.

Diz claramente o art. 79:

> Art. 79 A Agência regulará as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público.

Portanto, ela tem a obrigação de fazer isso, e a compatibilização para a qual quero chamar a atenção tem a ver, inclusive, com o modo como se disciplina esse negócio da exploração, que são os artigos que V. Exª citou, os arts. 26 e 27.

Tenho de ter o rigor disso, associado a dois outros artigos, os arts. 145 e 156, que defendem, ou melhor, que traçam, na sua exposição, exatamente a rede e a competição.

Portanto, a sua tarefa é essa. Você pode dizer: "Mas, Pinheiro, há muita coisa". Aí, meu amigo, Deus não dá carga que a gente não possa carregar. Se o lombo não aguenta, caia fora; agora, se está botando o lombo nessa história, é exatamente para enfrentar, na minha opinião, esses nós, essas dificuldades.

Aí, volto a lhe dizer, meu caro sabatinado: não é preciso produzir nada de novo no Senado, nem na Câmara dos Deputados, para botarmos para funcionar. Isso está escrito.

Em 1997, terminamos colocando isso, e esses dois últimos artigos aqui, que tratam exatamente disso, como se explora isso e como se garante a competição é o grande debate – a interconexão, a garantia de aspectos da competitividade. Só assim vou permitir que o conteúdo transite.

Ora, se tenho um conteúdo para colocar e sou concorrente de alguém que tem a rede e que também tem conteúdo para concorrer comigo, é óbvio que esse alguém vai interferir no processo de competição. Prejudicado, na ponta, é o consumidor.

Com isso, quebramos a regra básica que está estabelecida aqui, na lei que trata da universalização. Universalização não é só prover as condições físicas para a chegada do conteúdo, é prover também as condições econômicas, para que esse serviço possa ser acessado por todo e qualquer cidadão.

Portanto, acho que você tem diante de si um ferramental possível de trabalhar; tem um acumulado histórico da sua atividade, da sua formação. Agora, meu velho, é botar o guiso no rabo do gato: ir para lá, para trabalhar efetivamente. E volto a lhe dizer: até para não decepcionar aqui a sabatina ou para não decepcionar Senadores, como é o caso do Senador Fernando Bezerra, que, a partir da sua exposição ou da sua leitura ou da leitura dele, perdão, em relação ao seu currículo, tem depositado a expectativa de que vários dos problemas que temos enfrentado nesse setor – que, aliás, é o setor que mais arrecada, é um setor que o Governo deveria olhar com outro olhar. Isso vale mais do que até a expectativa de pré-sal.

Porque pré-sal está na expectativa de antes, e isso opera todo ano. Esse setor vai arrecadar R$200 bilhões este ano. Se nós colocarmos essa parte de provedores e de mais TI, nós estamos falando de mais cento e tantos bilhões. Há a possibilidade de movimentação de R$300 bilhões/ano. A carga de imposto nesse setor é de aproximadamente 42%. Portanto, é uma joia, não pode ser olhada como o patinho feio.

Por outro lado, é o setor de maior incidência. Está na mão de todo mundo hoje. É necessário haver um grau cada vez maior de garantia e de atuação do Poder Público e da Agência para que, ainda que chegue à mão de todo mundo, o que já é um bom acesso, mas que chegue com qualidade, com preço e, principalmente, que possa ser usada na vida das pessoas, pois já está sendo batizada de "internet das coisas".

Portanto, precisamos solucionar o problema e fazer com que isso possa ligar, além da voz e da simples comunicação, as pessoas no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Muito obrigado, Senador Walter Pinheiro.

Concedo a palavra ao Senador Dalirio Beber. Em seguida, ao Senador Lasier Martins.

Com a palavra, V. Exª.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Sr. Presidente Ricardo Ferraço, demais Senadores e Senadoras, Dr. Otavio Luiz Rodrigues Junior, nosso sabatinado, a cada alternância que se promove em qualquer uma dessas agências, renova-se a esperança no sentido de que muitas coisas que não puderam ser alcançadas até aquele período sejam imediatamente apostas.

Eu quero parabenizá-lo por sua apresentação. Com certeza, seu currículo recomenda e permite que todos nós apoiemos a sua indicação para essa importante função junto à Anatel. Como foi dito aqui pelo Relator, o Senador Elmano Férrer, e pelo Senador Walter Pinheiro, que é um especialista na área, realmente, existe sempre uma expectativa de melhoria da qualidade dos serviços, especialmente no que diz respeito à telefonia móvel, que está hoje na mão de praticamente todos os brasileiros.

Em Santa Catarina, em função das dificuldades apresentadas pelos serviços e pelas operadoras de telefonia móvel, surgiu, digamos, a necessidade de uma CPI, que foi levada a efeito pela Assembleia Legislativa. E eu aqui me permito fazer a leitura de pequenos trechos apenas para mostrar o sentimento que reinava no Estado de Santa Catarina à época da CPI, em 2013, e que com certeza continua reinando, e deve acontecer o mesmo em várias outras regiões do Brasil.

Falava da precariedade na prestação dos serviços oferecidos pelas empresas de telefonia móvel atuantes, no caso, em nosso Estado. E eu vi, na sua biografia, sua paixão pelo serviço de proteção ao consumidor. Efetivamente, eu acho que sua qualificação, além de todas as demais, mas sobretudo em relação a se identificar com a questão dos PROCONs, vai permitir muito que a interação entre os PROCONs e a Anatel resulte na qualificação dos serviços de telefonia móvel em todo o País.

Os PROCONs apresentam, de maneira transparente, as dificuldades enfrentadas pelos consumidores dos serviços de telefonia móvel em face do mau atendimento efetuado pelos call centers das operadoras. A falta de cobertura, a queda frequente de sinal, bem como a cobrança indevida são os problemas mais corriqueiros. Ainda, levantamento efetuado pelos PROCONs do nosso Estado revela que as reclamações sobre telefonia móvel ocupam o primeiro lugar no ranking. Em média, 70% dos atendimentos nos PROCONs são referentes a problemas relacionados à telefonia.

Ficou constatado também, numa pesquisa de satisfação realizada pela própria Alesc, pela própria Assembleia, que 90,92% das pessoas estão insatisfeitas com os serviços prestados pela operadora de telefonia móvel, e 91% dos clientes informaram que as operadoras não resolvem os problemas apresentados.

Com relação ao papel da Anatel, esta é a opinião, e é importante aqui transmitirmos para que V. Sª, quando, digamos, lá estiver sendo aprovado possa, conhecendo, tomar providências no sentido de fazer com que haja melhoria.

A CPI constatou: a Anatel demonstrou dificuldade em desempenhar suas funções, haja vista a ausência de recursos técnicos e de pessoal em seu quadro. Daí surgiu até a reivindicação no sentido de que houvesse uma representação da Anatel também no Estado de Santa Catarina. O trabalho da agência reguladora é considerado, na prática, de pouquíssima eficiência. Sua inércia estimula o desrespeito por parte das operadoras diante dos métodos de fiscalização absolutamente ineficientes O que finda por promover a blindagem dessa empresa frente à sociedade, que acaba padecendo de um mau serviço prestado.

Eu recebi por acaso – não foi de propósito – duas reclamações: uma de que uma operadora apresentou, depois de cinco anos, uma conta, uma fatura para ser paga sob pena de levar isso para a Serasa ou SPC. A conta é de R$131,00 original e passou para R$222,00 e agora eles concedem um desconto de R$170,00, cobrando apenas R$51,00, ou seja, qualquer um vai pagar esses R$51,00 para não se incomodar, mas é dinheiro que está entrando para as operadoras e quantas pessoas que vão pagar esse valor.

A outra reclamação é a de que, numa migração de uma operadora para outra, a operadora anterior apresentou uma fatura de R$271,00 dizendo que tinha acontecido dias antes um upgrade na sua conta, no seu plano. A pessoa paga para não se incomodar. Aqueles que ainda acreditam no Procon e acreditam na Anatel, com certeza vão insistir no sentido de não pagar essas contas, mas muitos até preferem pagar e isso passa a ser receitas por um serviço não prestado ou até mesmo pela indução de que há um equívoco na hora da alteração de um plano de telefonia. Então, a expectativa é sempre quando tem alteração de um profissional como um técnico de futebol que a gente vá ter uma melhor jornada.

Nós temos a expectativa de que seu nome seja aprovado e que, de fato, o senhor conhecendo como conhece o setor, possa realizar muitas ações para melhorar essa questão e fazer com que haja mais crença por parte do consumidor usuário de que, de fato, a Anatel está aí para proteger e garantir a ele um serviço de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Concedo a palavra a S. Exª o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Senador Ferraço.

Dr. Otávio Luiz, eu vou fazer duas perguntas objetivas até porque a rouquidão que estou sofrendo me impede de falar, eu estou quase sem voz e, os meus colegas que questionaram antes, praticamente absorvem várias perguntas sobretudo a ampla explanação e o qualificado questionamento do Senador Walter Pinheiro envolveu muitas questões.

Objetivamente, tenho um documento aqui da convergência digital dizendo que a pesquisa da Anatel mostra que operadoras menores possuem mais qualidade. Se o senhor concorda e vai mudar isso?

Segundo, com relação aos aplicativos, as operadoras estão se queixando de que o aplicativo do WhatsApp está reduzindo muito a receita dessas empresas e questionou a legalidade de serviço de voz. Qual é a sua opinião?

São as duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Blairo Maggi, a palavra é de V. Exª.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar o nosso sabatinado, Otávio Luiz Rodrigues Júnior. Seja bem-vindo a esta Comissão.

A minha, não é bem pergunta, é um comentário que, talvez, posso ajudar e espero que seja levado em consideração.

Os usuários de serviços, de maneira geral, têm sofrido muito com a com as operadoras, principalmente as ligadas às TV a cabo.

Poucos dias atrás, na Comissão de Fiscalização e Meio Ambiente, tive a oportunidade também de me referir a esse tema, o quanto é difícil uma pessoa tentar cancelar um pacote, tentar fazer uma desistência de um produto que ela adquiriu conscientemente, mas, às vezes, o pacote está caro, ele quer fazer uma mudança. E

eu, por experiência própria, não consigo, não sei mais aonde recorrer, a quem recorrer, para fazer uma desistência, por exemplo, de uma conta da Sky e fazer uma mudança de pacote na outra.

Você entra nesses autoatendimentos e vão passando para um, para outro e, no final, recomendam que você vá para um computador, pela internet, ali também não consegue. Então, é uma situação muito difícil. Milhares de pessoas sofrem isso no Brasil, todos os dias, sofrem na pele.

Eu estou dando o exemplo de uma em que eu tenho problema. Não consigo resolver – e há alguns meses – já esse assunto. Então, eu gostaria que o Dr. Otávio levasse isso à Anatel para dar uma olhada nesse arcabouço que protege tudo isso. Como é que o usuário pode ter um atendimento diferenciado, no momento que ele quer. Essas prestadoras de serviço desrespeitam o cidadão. É um empurra-empurra, você liga para um, liga para outro, liga o quatro, liga o cinco, e você não consegue chegar a lugar nenhum. Eu, por experiência própria, não consegui até agora, depois de alguns meses, desistir de um plano de telefonia dessa.

E a preocupação que sempre fica é que se você também deixar de pagar, você vai incorrer em outras responsabilidades. Então, eu gostaria de deixar esse alerta, essa lembrança, para quando V. Sª assumir o cargo de diretor na Anatel, não esqueça disso.

Nós temos aqui problemas sérios, como o Senador Walter relata, na questão de frequências, tudo isso vai melhorar muito a nossa telecomunicação no Brasil. Outro dia, quando passou aqui o nosso ex-colega também, nós falamos que nós precisamos fazer com que a Anatel seja uma agência de vanguarda, protagonista, que pense na frente, que pense no futuro, que faça projetos e que dê soluções para as coisas que vêm chegando.

O Brasil ainda está a reboque disso, enquanto já se discute outra coisa depois do 4G, nós ainda estamos aqui, algumas cidades no Brasil, com 4G e com muitas dificuldades. Então, a agência tem que pensar o macro e pensar no micro. E no micro, neste momento, a minha reivindicação é que se olhe para o cidadão. Não se conseguem resolver os problemas depois que você entra em uma companhia dessa, parece que você fica aprisionado, fica prisioneiro delas, até que um dia, sei lá, você tem que ir à Justiça fazer alguma coisa para resolver isso.

E, no mais, desejar a V. Sª que tenha um bom mandato, que possa fazer um grande serviço em prol da sociedade brasileira e de todos aqueles que precisam. Aliás, todos nós precisamos da comunicação no Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Senador Fernando Bezerra Coelho, a palavra é de V. Exª.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE) – Sr. Presidente, Dr. Otavio, eu fiquei impressionado com alguns números que V. Exª trouxe, durante a sua fala. Sobretudo o dado de que 30 milhões de famílias brasileiras ainda não têm acesso à internet pelo sistema de banda larga. Em 2018, segundo estudo publicado pela BBC, em 2014, nosso País ainda terá, pelo menos, em 2018, 75 milhões de pessoas sem acesso à internet.

Eu queria saber se, dentro do programa que foi anunciado, pelo Governo Federal, no início deste ano, o Banda Larga para Todos, se isso é suficiente para que a gente possa vencer esse desafio do acesso à banda larga. E se, por acaso, V. Exª tem alguma sugestão que aponte um outro caminho, que possa ser seguido, para expandir o acesso à internet, no nosso País?

E a segunda pergunta é um pouco reforçando a questão já colocada pelo Senador Walter Pinheiro, quando ele traz a questão do WhatsApp.

Como tratar essas empresas que ofertam serviço de software, embora elas ofereçam serviços de voz assemelhados aos serviços de voz das empresas de telecomunicações, ela não é uma empresa de telecomunicações formalmente falando. Ela é uma empresa de tecnologia.

Então, cada vez mais os setores tradicionais da economia têm deparado com os desafios de competir com novas tecnologias. E, nesse cenário, qual seria o papel da agência reguladora na solução desses impasses concorrenciais? Então, precisamos saber como é que a gente vai tratar essa concorrência que já está instalada, que já está sendo questionada e disputada. Quero saber qual é a visão de V. Exª em relação a esses desafios.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Nós gostaríamos de registrar, com imenso prazer, a presença de S. Exª o Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sr. Paulo de Tarso Sanseverino. Seja muito bem-vindo à Comissão de Infraestrutura.

Adicionalmente, Dr. Otavio, às questões que foram levantadas, fica evidente o currículo e a experiência de V. Sª, o que, a meu juízo, o qualifica para exercer a importante função de Diretor da Anatel, pelo peso que tem uma agência reguladora como a Anatel, em nosso País, pelo tamanho dos desafios. Há reconhecimento aos passos que foram dados nos últimos anos, mas, quando a gente olha para a frente e olha para o mundo, é fato que, se nessa primeira importante "onda-ciclo" nós avançamos muito na linha da universalização; ainda existem campos, desafios que precisam ser preenchidos. Mas também há a necessidade de qualidade e, sobretudo, de resolução dos gargalos que estão relacionados à infraestrutura do setor de telecomunicação.

Aponto aqui pelo menos quatro grandes gargalos: a burocracia dos processos de licenciamento para a construção e instalação de antenas para telefonia celular, que é central – o Congresso e o Senado brasileiro já aprovaram a chamada Lei das Antenas, que flexibiliza, que cria regras e parâmetros nacionais para essa questão –; o modelo adotado nas licitações das novas faixas de frequência, que, ao privilegiar a arrecadação, onera o setor e reduz a capacidade de investimento em infraestrutura – isso foi devidamente abordado aqui pelo Senador Walter Pinheiro –; a elevada carga tributária do setor, que não está apenas relacionada à União, mas sobretudo aos Estados, em função da forte incidência do ICMS; e a não aplicação dos fundos setoriais na massificação do acesso ao serviço móvel de telefonia celular.

Nesse aspecto, nós temos observado que, ano a ano, os governos, de uma forma geral, sob o silêncio e a omissão das agências reguladoras, têm assistido ao contingenciamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), que foi uma decisão do Congresso brasileiro, que já acumula, segundo dados e estatísticas, algo em torno de R$18 bilhões desde 2002, recursos esses que deveriam estar sendo aplicados na expansão da infraestrutura de telecomunicação, e que ano a ano, em razão da desorganização fiscal do governo, são contingenciados, e o Fust acaba não atendendo ao objeto pelo qual foi criado – e volto a insistir –, sob a omissão do governo e a omissão, enfim, da agência também.

Eu queria que V. Sª pudesse falar um pouco sobre isso, desse a sua visão, o seu entendimento sobre o Fust e este contingenciamento ano após ano, impedindo que ele alcance o seu objeto.

Também foi abordada aqui, pelo Senador Walter Pinheiro, uma característica que, tenho certeza, incomoda muitos Senadores – mas a mim não incomoda muito –, que é uma determinada subordinação da agência reguladora ao Governo. Isso contraria aquilo que está na essência da constituição das nossas agências reguladoras, pois elas não devem e não podem estar subordinadas a ninguém que não o usuário, o consumidor, a sociedade brasileira.

E, via de regra, as agências são cordeirinhos do Poder Executivo e se subordinam às políticas conjunturais. Isso, de alguma forma, a meu juízo, apequena e transforma a função da agência numa função medíocre. Dia desses, o Ministro das Comunicações, Ricardo Berzoini, esteve na Câmara dos Deputados para uma audiência pública e defendeu a regulamentação dos serviços como Google, WhatsApp, Facebook, Netflix. Perguntado sobre como ele avaliaria esse tipo de serviço que é prestado à sociedade brasileira, ele chegou a classificar o WhatsApp como um serviço pirata, o que me parece um absurdo e um retrocesso extraordinário, considerando que grande parte da sociedade brasileira faz uso desse serviço, que é bom, que é rápido e que está disponível, facilitando a comunicação.

Isso salta aos olhos: o Ministro das Comunicações, em pleno século XXI, tenta incorporar ou impor uma visão atrasada, olhando para o Brasil como se o Brasil olhasse pelo retrovisor, e não pelo para-brisa. A agência reguladora não está subordinada a isso.

Eu queria que V. Sª expusesse o seu pensamento: o que V. Sª pensa das redes sociais, e se, efetivamente, deve o Governo interferir, intervir, censurar, e assim por diante, impedindo que aquilo que está funcionando continue à disposição da sociedade brasileira. Eu gostaria que V. Sª, na condição de indicado para Diretor da Anatel, falasse um pouco sobre esse tema, que está presente no dia a dia dos brasileiros, com um enorme temor de que o Governo possa pensar, de fato, em regulamentar. E onde o Governo tem colocado a sua mão, tem colocado de forma intervencionista, como vimos agora há pouco aqui no setor elétrico, e tem colocado para atrapalhar, e não para permitir que essas ferramentas, como no mundo afora, estejam disponibilizadas à sociedade brasileira.

Pede a palavra o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Aproveitando que o nosso sabatinado já tem uma panorâmica, era mais para cumprimentá-lo. Eu tive oportunidade de conversar com o Dr. Otavio Luiz Rodrigues.

Eu queria fazer um registro aqui do que eu conversava com o Senador Walter Pinheiro. Se fosse possível, deveríamos ter em cada agência um especialista, como é o seu caso, em regulação – em cada uma delas. A essência, uma das questões centrais da agência, é trabalhar com regulação. Temos pouca gente qualificada nesse tema. Normalmente, as próprias prestadoras de serviço se prendem a escritórios de advocacia, que também não têm especialização nessa área, e eu sei, eu vi o currículo de V. Sª. V. Sª é um especialista no tema, e pode ajudar muito. Para mim, deveria ser quase como uma regra, porque a essência do trabalho da agência é esse papel de fazer a modulação, a regulação de um serviço. Senão, como o Senador Walter Pinheiro diz, a gente fica sempre querendo mudar a lei quando a gente não faz a boa aplicação dela.

Um outro ponto. Inclusive, quando eu conversava com ele, eu disse "Puxa, mas você está na USP dando aula, esteve aqui, já cumpriu e vai para esse sacrifício?" Acho que isso é algo que também vale o registro: é, no fundo, um sacrifício, porque ele lhe contempla do ponto de vista, certamente, profissional: fazer parte de uma agência, poder dar uma contribuição para o País, para a sociedade brasileira, como profissional. Acho que isso

vale muito. Muitos de nós, aqui, que estão na atividade política, também abriram mão dos seus negócios para vir dar sua contribuição. Mas no serviço público, no caso, na carreira, e hoje, com a mudança que o mundo está experimentando, acho que o seu gesto é elogiável.

Eu queria, por último, dizer algo: não há nada que tenha mudado tanto a sociedade brasileira quanto o avanço tecnológico, a maneira como nos comunicamos, a maneira como conversamos. E essa agência, a Anatel, acho que tem um papel muito grande a cumprir, inclusive em razão do desconhecido.

Todos nós falamos em grupos de WhatsApp, são dezenas de grupos de que as pessoas participam, que conversam, que resolvem suas vidas, que estabelecem negócios. Então, são mudanças que, inclusive, aqui na sabatina do ex-Senador Anibal Diniz, eu colocava e foi parte do debate hoje, certamente deve ter corrido aqui também: as operadoras, inclusive, questionando o uso desta ferramenta, do avanço tecnológico, que é o WhatsApp, e querendo ter um ganho a mais. E o Senador Walter falava: "Bem, mas, quando eu estou comprando o meu pacote, já estou pagando para poder ter o uso dele da maneira que me for conveniente".

Então, são situações absolutamente novas a tal ponto que a Encíclica Verde, na qual fizemos um debate outro dia, o Senador Fernando Bezerra está aqui, foi um dos que nos ajudaram, com o Ministro Herman Benjamin, com o Novaes, com o representante da CNBB, o Papa Francisco reservou uma parte importante da sua Encíclica para tratar deste tema, desta quase escravidão a que a gente é levado nestes tempos de avanço tecnológico, porque é muito complicado, é muito perigoso. Nós criamos um grau de dependência a essa evolução tecnológica que é perigosa.

Eu acabo de vir do Acre, quando eu vou para Cruzeiro do Sul, lá no extremo do nosso Estado, no extremo oeste brasileiro, há situações de ficar dois dias sem internet. É mais danoso do que você fechar a bolsa por dois dias, com absoluta certeza, tal a dependência, porque nós fomos levados nessa vida a esses avanços que nós temos hoje, com uma rede mundial. E é dessa maneira que, eu penso, com um País continental como o nosso, tem que tratar esse tema. Ele não é luxo, não é algo que alguém quer ter, é que nós precisamos ter para poder tocar a vida.

Então, é dentro desta visão, a mesma coisa que eu fiz na intervenção do Senador Anibal, que nós precisamos urgentemente de uma revisitação, uma revisão do papel da Anatel. Salvo engano, é a primeira agência criada, Senador Walter?

A Aneel e a Anatel foram umas das primeiras agências que criamos, mas o que aconteceu no mundo da criação da Anatel para hoje, eu acho que é bem distante daquilo que aconteceu na Anatel no dia em que ela foi criada para hoje. É como se ela tivesse avançado pouco e o mundo tivesse avançado muito. E dentro desse aspecto eu gostaria... Eu falei naquele dia em que nos encontramos, eu acho que os indicados para a Anatel deveriam vir aqui no mínimo duas vezes por ano, no mínimo duas vezes por ano, em várias Comissões do Senado, nos contando como é que estão as coisas, como é que está a evolução. Eu encontrei com empresários que inclusive não deram certo aqui no Brasil porque eles falaram o seguinte: "Se eu não for três vezes por ano à China o meu negócio vai à falência". E um deles foi mais do que três vezes e foi à falência porque a velocidade com que as coisas aconteceram na China foi maior do que ele mesmo tinha identificado e previa.

Então, não tem, para mim, hoje, tirando energia elétrica, tirando algumas questões que param no geral, que é o guarda-chuva, mas eu acho que não há nada tão importante para a vida, para os negócios, para a atividade hoje que nós desenvolvemos, nas diferentes áreas, do que os serviços que essa agência regula. Daí a importância de nós, aqui no Senado, que fazemos as sabatinas, que indicamos os que vão compor essas agências, temos que estabelecer um calendário e fazer uma repactuação da relação que nós, Senado, com essas agências, devemos ter para darmos uma satisfação à opinião pública, aos usuários, para estabelecermos um aprofundamento, inclusive, dos problemas que as operadoras também enfrentam. Acho que a gente está muito distante, distante das operadoras, distante da agência reguladora e, com isso, essa questão, que é tão central, vai ficando em um plano menor e quem paga, quem sofre, é o conjunto da população.

O Senador Walter Pinheiro, salvo engano foi ele, falou que nós tínhamos 300 milhões de usuários... a quantidade, não sei se de telefones... São quantos? Mais de 280 milhões de usuários de telefone. A nossa população é de 200 milhões.

É claro que há o déficit na internet, mas mostra claramente que não pode haver uma relação direta, porque são atividades que se desenvolvem. Então, eu acho que a Anatel precisa se atualizar, criar uma maneira nova de atuar e de prestar contas à opinião pública. E acho que o Senado é que pode ajudar sendo o endereço desse debate, dessa atualização e dessa revisitação que nós para fazer.

Era isso o que eu queria dizer. E espero, sinceramente, a chegada do Anibal, que está levando um pouco de humanização lá, a sua experiência. Mas a sua, que traz essa bagagem do conhecimento da regulação, eu acho que pode mudar a história.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Mas tem que levar firmeza, também.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Não tenha dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Porque de moleza nós estamos cheios.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É, mas eu não tenho dúvida, não, Senador Ferraço, é só fazer a opção certa.

Não se trata de ser contra o Governo, defesa do Estado. Defender o cidadão, defender o direito do cidadão. Se fizer isso, é ético. É o bem comum. É ético.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Ferraço. Bloco Maioria/PMDB - ES) – Defender a sociedade.

A palavra é de V. Sª.

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – Agradeço, Sr. Presidente. Agradeço aos ilustres Senadores pela gentileza da oportunidade que me ofereceram de expor as minhas ideias e também pela forma extremamente lhana e cavalheiresca das intervenções de V. Exªs.

Não sem antes, Sr. Presidente, registrar aqui também a minha satisfação de estar conosco o Desembargador Mairan Gonçalves, do Tribunal Regional Federal de São Paulo, 3ª Região, que também, com muita satisfação, está aqui na assistência.

Senador Jorge Viana, agradeço. V. Exª sabe do meu pensamento, das minhas inclinações. O registro feito aqui à minha universidade, a Universidade de São Paulo, também muito me honra. É uma leitura muito adequada no sentido de que a Universidade se coloca também à disposição do povo brasileiro, no plano nacional, com o oferecimento dos seus quadros para servir à Nação. Eu recebo o comentário de V. Exª como uma homenagem também à minha instituição e ao povo do Estado de São Paulo.

Sem dúvida, a arguição de V. Exª tem uma série de aspectos que eu poderia analisar. E já faço uma conexão com alguns pontos da arguição do Senador Walter Pinheiro e toco nesse aspecto primitivo, que é a própria concepção da agência. Isso também vai um pouco ao encontro do que S. Exª o Senador Ricardo Ferraço me indagou sobre o locus da agência reguladora na estrutura do Estado brasileiro.

A ideia de agência reguladora conforme nós a concebemos e introduzimos no ordenamento jurídico brasileiro corresponde a um recorte histórico da Era Thatcher e da Era Reagan, a partir dos anos 80, em que houve uma profunda reformulação da experiência regulatória britânica e americana da década de 70. Os sinais de declínio desse modelo foram extremamente sensíveis nos anos 70 e, nos anos 1980, houve uma profunda reformulação no marco ideológico que é conhecido.

Mas há algo lá no modelo que nós importamos que não existe aqui e que está na raiz de uma série de dificuldades – a relação entre Estado e governo, e a relação entre o Poder Legislativo e a própria agência.

Boa parte das agências reguladoras norte-americanas não tem a intermediação de um ministério. Elas são rigorosamente um meio termo entre o ministério e uma agência. E nesse aspecto, a relação com a Câmara Alta, o Senado, é uma relação muito direta.

Nós temos aqui o Senador Walter Pinheiro, que seria o equivalente do nosso Senador Ted Kennedy do Senado americano em termos de especialização em determinados temas. É sempre um Senador que é o especialista primaz naquele aspecto regulatório e que preside uma comissão específica. E há uma relação com a agência de modo a que nós tenhamos um diálogo permanente com o Senado.

Nós não temos este modelo aqui do ponto de vista da adaptação do modelo brasileiro. Ficamos a meio-termo, não conseguimos identificar na agência um órgão de Estado nem um órgão de governo. E isso tem sido uma causa de grandes problemas.

Mas, veja, não é apenas a Anatel. Isso é um cenário generalizado do modelo regulatório que nós temos.

E isso evidentemente passa também por uma certa jovialidade da cultura das agências do Brasil. Nós temos que aprimorar isso, penso eu, mais no plano da cultura administrativa, da cultura burocrática, da cultura dos dirigentes...

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Os Estados Unidos, inclusive, tiraram agora outro organismo que é uma agência das agências.

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – Perfeitamente.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Inclusive, há 15 dias, estive aqui com dirigentes dessa agência, que é uma agência que regula as agências. Portanto, indo ao encontro disso que V. Sª fala. O Estado inglês fez a segunda reformulação. Tive oportunidade de estar com todo o staff de Tony Blair, em 2006. O Estado inglês fez a reformulação do papel das agências recentemente e tem, hoje, uma das melhores estruturações, do ponto de vista de funcionamento de agência reguladora.

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – Uma estrutura empresarial, algo impensável, com dirigentes remunerados como se fossem executivos de grandes empresas, um nível de flexibilidade muito maior, que, de certo modo, é uma resposta à teoria da captura. Enfim, é todo um modelo que avançou no mundo, mas que,

no nosso caso, no meu sentir, é uma evolução até de cultura burocrática. Nós temos que avançar nessa cultura burocrática, entender que há, efetivamente, na agência uma centralidade de um órgão de Estado e, nesse aspecto, ter um diálogo mais aberto com a sociedade.

Nisso, há uma palavra-chave, Senador, que é palavra inglesa, mal traduzível, accountability. Nós temos que ter o sentido de accountability, que envolve uma prestação de contas aos órgãos de controle, mas também à sociedade. Aqui, é uma sede magnífica para a ideia da accountability, na sua expressão. Portanto, eu não esperarei convite e me farei presente, se for aprovado nesta sabatina e também tiver a recepção do meu nome pelo Plenário do Senado, tornar isso uma verdadeira praxe na conduta que se deve. Esse é um compromisso que faço não apenas por uma visão que diz respeito a uma circunstância, mas há algo que aprendi muito no meu serviço público: valorizar quem é eleito e o respeito que se deve ter aos órgãos de legislar democráticos. Voto tem muito valor.

Exmo Sr. Presidente, Senador Ricardo Ferraço, ao escutá-lo, lembrei-me da Ordem dos Templários. A Ordem dos Templários virou a solução e a fonte de todos os problemas, até que ela foi extinta pelo Rei da França, mas com objetivo de retirar dela todo o seu potencial econômico. De certo modo, nós olhamos para certos setores regulados como uma verdadeira Ordem dos Templários. É preciso extrair dela tributos, é preciso extrair desse setor regulado tudo que é possível fazer, sem se preocupar com a manutenção e a sobrevivência desse setor. Isso também vai ao encontro do que o Senador Walter Pinheiro colocou. Há necessidade de encarar o setor econômico regulado não apenas como uma fonte de arrecadação, mas, fundamentalmente, como um agente de desenvolvimento econômico.

Nesse cenário, essa preocupação que se vive aqui no Brasil, e é algo que sempre me vem à mente, de não nos colocarmos como os últimos da fila em muitos aspectos, embora estejamos, na questão da velocidade da internet, em 87º lugar. Isso é algo muito complicado. Mas percebemos que há uma série de dificuldades hoje nesse campo. Há uma discussão, hoje, na Europa, sobre a sobrevivência do setor de telecomunicações, em face do deslocamento da fonte de produção de riquezas para as áreas tecnológicas.

Portanto, algumas discussões dizem respeito à própria continuidade desse modelo. Nesse aspecto, considero que a subordinação da agência ao governo é algo que não faz parte do perfil constitucional da agência. Eu tenho a meu favor, ou a meu desfavor, porque fico vinculado ao que escrevi, há dez anos, tenho escrito sobre isso. Já afirmei, primeiro, que a Anatel é uma agência constitucional, já defendi que não há possibilidade de superposição de competência da Anatel com outra agência que implique esse conteúdo. Não é possível haver controle de conteúdos e qualquer tipo de restrição ao que eu chamo de liberdades comunicativas. Isso é algo central também.

A meu favor e a meu desfavor, isso é ligado a uma postura que eu trago da minha vida acadêmica e, atendendo, também, a um questionamento do Senador Lasier, que também foi tocado por V. Exª.

Não há uma posição fechada na FCC sobre a regulamentação dos serviços OTT. Não há essa posição; os americanos estão refletindo sobre isso. Apenas eu reitero que a questão da legalidade ou ilegalidade não coloca. Os serviços estão sendo utilizados, estão sendo oferecidos. Se houvesse alguma ilegalidade, já teria sido alvo de algum tipo de controle, e a grande decisão que agência vai tomar é se regula ou não regula.

O modelo de não regulação não impede, porém, a utilização dos contributos tributários, a possibilidade de algum tipo de contrapartida. Afinal de contas, também como dizia o Imperador Vespasiano, pecunia non olet, ou seja, o dinheiro não tem cheiro, e não é uma um selo regulatório que vai tornar essa realidade diversa.

Em atenção aos questionamentos do Senador Dalirio Beber, que fez uma verdadeira transcrição de diversos problemas, juntamente com S. Exª o Senador Blairo Maggi e o Senador Lasier, do Rio Grande do Sul, do Estado São Pedro do Rio Grande do Sul, trazendo para esta Comissão aquilo que nós temos como mais grave. Todos, sem exceção, temos esse problema como central na vida do brasileiro hoje, que é o acesso serviços de qualidade, uma série de medidas que são quase que sanções administrativas privadas, para compelir as pessoas a fazer determinados pagamentos.

Posso informar-lhes a respeito disso: primeiro, meu compromisso central com a questão do consumidor e, segundo, que há, na raiz desse problema, meu caro Senador Fernando Bezerra, uma situação que foi identificada já nos anos 90, que é uma verdadeira assimetria na composição das normas regulatórias. O que eu quero dizer com isso? Vou dar aqui um exemplo que não é do setor de telecomunicações, porque é bem mais complexo e ilustra essa dificuldade que nós temos. A questão dos idosos consumidores e os serviços de seguro saúde. Nós temos normas de Direito do Consumidor, que incidem sobre as relações; normas de Direito Civil, que incidem sobre as relações; normas administrativo-regulatórias, que incidem sobre essas relações e normas do Estatuto do Idoso, que incidem sobre essas relações.

Isso gera um curto-circuito hermenêutico para os reguladores, para os magistrados e para a própria sociedade. No caso das telecomunicações, esse problema é limitado ao Direito Civil, ao Direito Administrativo,

ao Direito Regulatório e ao Direito do Consumidor. O único ausente aí é o Direito do Idoso, mas o complexo normativo existe.

Medidas para que esse problema seja minorado. S. Exª, o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino tem conduzido um trabalho, no Superior Tribunal de Justiça, de identificação das demandas mais relevantes, para que seja feito um trabalho de prevenção à judicialização. Portanto, nesse aspecto, até pelas minhas relações com o tribunal, eu tenho condições de contribuir nesse aspecto para uma atuação conjunta com o órgão de cúpula da Justiça ordinária brasileira, que é o Superior Tribunal de Justiça, para que nós consigamos estabelecer determinadas premissas que sirvam, inclusive, de balizamento para uma atuação previsível das prestadoras de serviços públicos.

Segundo, há uma concatenação com os órgãos de Defesa do Consumidor, com a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, com a Drª Juliana. São pessoas com quem eu tenho um diálogo já há muito tempo. Também, para que esse tipo de diálogo surja e que nós possamos efetivá-lo. Terceiro, os mecanismos atuais, efetivamente, se mostram pouco aptos, pouco adaptados à solução.

Medidas simples, que não implicam uma mudança normativa podem ser tomadas e devem ser tomadas. A grande questão é vencer a inércia da própria burocracia e a própria inércia do sistema econômico que vive sob uma lógica, muitas vezes, voltada para a preocupação do lucro e não para a preocupação do próprio atendimento ao usuário.

Em relação a algo que S. Exª o Senador Walter Pinheiro tocou, que diz respeito ao papel da Lei Geral de Telecomunicações, que diz respeito à questão dos próprios princípios em relação à Lei Geral de Telecomunicações.

Eu tenho por princípio a visão de que códigos, estatutos ou leis gerais atendem a dois tipos de fundamentos. O primeiro é a existência de uma escola de pensamento jurídico-político que lhes dá um substrato metajurídico.

É o caso do nosso processo de reforma do Estado dos anos 90. Havia ali um perfil ideológico, havia ali um perfil principiológico que conduziu a reforma do Estado e que se aplicou especificamente no nosso modelo de agências regulatórias. O Dr. Walter estava naquele momento em uma situação de oposição e, a partir de diálogo construtivo – algumas vezes em confronto com o modelo que o governo da época promoveu –, conseguiu colocar na Lei Geral de Telecomunicações diversos dos seus pontos e chegar ao segundo aspecto, que é uma unidade principiológica.

Um código, uma lei geral e um estatuto possuem, como sua espinha dorsal, uma unidade principiológica. Duas coisas podem afetar e destruir essa unidade: a mudança de uma escola de pensamento – penso que isso não mudou, nós ainda estamos diante de uma era ligada à regulação que obedece a certas premissas que ainda estão em vigor –; e a outra é uma reforma profunda no plano tecnológico – a reforma tecnológica faz parte da essência do setor de telecomunicações.

Portanto, a manutenção principiológica da Lei Geral é, a meu ver, plenamente recognoscível. Ajustes pontuais podem e devem ser feitos, tanto no plano infralegal quanto na própria lei, mas que não afetem a sua estrutura, a sua existência e seus princípios. Ela tem toda condição de continuar a resolver os nossos principais problemas.

A proposta de reforma da Lei Geral também já atualiza muitos pontos, principalmente a estrutura administrativa, tenta resolver esse conflito que foi aqui tão bem destacado pelo Presidente quanto à ideia de agências de governo ou agências de Estado – isso também é muito importante. Desse modo, acredito que esse respeito aos princípios que geraram a nossa norma magna do setor de telecomunicações de forma infraconstitucional deva ser observado.

Com relação ao que foi indagado pelo Senador Fernando Bezerra, a respeito da suficiência: todas as medidas necessárias para a ampliação do nosso sistema de internet são fundamentais.

Há uma discussão hoje na Alemanha sobre a inclusão do direito de acesso à internet como um direito fundamental integrando o chamado mínimo existencial – ficar privado da internet seria algo que afetaria a própria condição de existência mínima de um cidadão. Esse é um debate muito forte hoje na Alemanha e, portanto, tende, com a evolução do problema no Brasil, a se colocar de forma ainda mais ampla. E o meu temor maior é de que isso seja judicializado, porque isso vai impactar outro problema muito sério, que é o problema da incapacidade do Judiciário – muitas vezes, conseguir enxergar os problemas regulatórios com a complexidade econômica, tecnológica e jurídica que toma a formação desses cálculos, dessas normas, muito menos simples do que um juízo de subsunção que se faz para a aplicação de uma norma jurídica. Portanto, haverá, evidentemente – na minha opinião isso é fundamental –, a necessidade de um consórcio de esforços públicos e de esforços privados para o atendimento disso.

O Brasil construiu a sua base tecnológica de radiodifusão e de telecomunicações nos anos 60 com base em duas grandes premissas.

A primeira: investimentos maciços do Estado brasileiro. Só foi possível a construção do nosso aparato tecnológico em telecomunicações, as nossas redes, a nossa infraestrutura, em razão dos investimentos maciços do Estado brasileiro naquela época. E a radiodifusão, em sua grande maioria, foi construída graças ao esforço de agentes privados. Diferentemente do que aconteceu na Europa, onde a radiodifusão é eminentemente estatal, foi eminentemente estatal durante boa parte do pós-guerra, no nosso caso nós convivemos com esse modelo diferenciado.

Agora nós estamos com um modelo de participação privada, mas isso não implica a demissão do Estado do seu papel de fomentador desse modelo.

Sr. Presidente, creio que as principais questões foram resolvidas. Caso algum eminente Senador deseje, posso aprofundar alguns tópicos que, por esquecimento, não tenha tratado.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Rapidamente, se o Presidente me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não.

O SR. DALIRIO BEBER (Bloco Oposição/PSDB - SC) – Uma colocação com relação às emissoras de rádio.

Houve o aceno, em 2013, da possibilidade das emissoras de rádio na frequência AM migrarem para FM. Nesse processo – na verdade, são mais de 1,7 mil rádios AM que existem no Brasil –, mais ou menos 1,3 mil manifestaram o interesse, ou seja, o desejo de migrarem para FM. Esse processo está bastante travado, até porque o Governo pretende buscar uma indenização, a outorga, a concessão, e os valores que estão sendo estabelecidos para essa migração são excessivamente altos e desestimulam esse processo.

Com isso, teríamos mais qualidade no áudio, embora a cobertura das emissoras de rádio fosse menor, mas, com certeza, nos pontos em que as FMs estariam instaladas, o nosso ouvinte teria, com certeza, um sinal muito melhor.

Não sei se já conhecem o assunto, mas, com certeza, vai cair na sua mesa, para poder agilizar ou encontrar alternativas que, de fato, permitam a mais de 1,3 mil emissoras de rádio AM migrarem para a FM.

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – Muito obrigado, Senador. É um tema que será objeto de análise. Como eu ressaltei aqui no início, alguns temas serão objeto de decisão, eu vou me reservar o direito de esperar a análise do processo efetivo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, eu acredito até que essa questão está no âmbito do Ministério das Comunicações.

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – Passa também pela Anatel, mas é profundamente ligado ao Ministério das Comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como eu estava inscrito, agora vou rapidamente fazer uso da palavra, depois passarei ao Senador Hélio, que é o próximo inscrito.

Cabe mais a Anatel, hoje, principalmente na área de radiodifusão, fazer a fiscalização e também, agora, quanto à questão das TVs digitais, o plano é feito pela Anatel. Ao mesmo tempo em que temos um prazo para definição disso, muitas empresas – e aí vou falar principalmente da Amazônia Legal, em que temos uma condicionante um pouco diferente. Na Amazônia Legal, as RTVs têm característica de geradora local, e muitas cidades que gostariam, inclusive, de ter o canal digital ainda não obtiveram a definição por parte da Anatel. Eu gostaria que fosse colocado isso como prioridade na sua chegada, e eu acredito – tanto é que teremos aqui uma votação quase que por unanimidade, quem sabe por unanimidade, o seu currículo aqui já mostra muito bem a sua experiência –, inclusive, pelo que vi no currículo a sua presença também no Ministério das Comunicações vai facilitar essa compreensão da necessidade de fazer com que os dois órgãos possam trabalhar, cada vez mais, em sincronia, principalmente para desatrelar ou agilizar esses processos que são intermináveis.

Por exemplo, uma cidade que quer o seu meio de comunicação – e a esta altura do campeonato nós temos muitas cidades do Brasil em que não há uma rádio funcionando. A demora para que essas concessões sejam feitas acaba, inclusive, num momento de crise desses, em que poderia estar gerando emprego, tanto na indústria como também diretamente nas empresas de comunicação que tivessem as suas concessões.

Um tema, sobre o qual não sei ainda como fica a Anatel e o Ministério das Comunicações, é exatamente essa questão da Amazônia Legal com as RTVs.

Todas elas têm uma outorga em caráter precário, mas o que acontece? Isso foi através de um decreto presidencial à época do Presidente Sarney. Estados como Mato Grosso experimentaram, nestes últimos 20 anos, um desenvolvimento muito grande, com a criação e o desenvolvimento de cidades. Em virtude disso, um pequeno empresário foi lá para o interior da Amazônia, montou sua pequena RTV, desenvolveu-a, e hoje ele não tem estabilidade.

Ontem, nós vivemos aqui na Casa a questão das lotéricas. O Tribunal de Contas entendeu que as lotéricas, que seis mil e tantas lotéricas teriam que passar por uma nova licitação. E isso foi, praticamente, uma comoção, porque são 6 mil pequenos empresários trabalhando no Brasil, em todas as cidades do Brasil, e, de

repente, toma-se uma decisão que vai mudar tudo de uma hora para outra. Isso causou um apoiamento dado a esse problema muito forte por parte deste Congresso Nacional, tanto é que tivemos a votação, na Câmara dos Deputados; ontem eu tive a oportunidade de pedir a urgência urgentíssima, coletando a assinatura de todos os Líderes; todos os Líderes foram favoráveis, e conseguimos aprovar a matéria, por unanimidade, lá. Isso iria gerar um caos, uma dificuldade, e os empresários que investiram sua vida lá teriam que, de repente, perder aquilo que conquistaram. Temos um problema, na mesma linha, com os taxistas, que são permissionários, e, de acordo com o Ministério Público, muitas cidades, muitos Estados já estão questionando e cobrando a necessidade de fazer licitações.

Ou seja, são pessoas que trabalharam durante sua vida e, de repente, muda-se tudo. Temos esse problema, que eu gostaria que V. Sª anotasse e lá, na Anatel, pudesse discutir o papel da Anatel, até onde vai, nesse aspecto, o papel do Ministério, para que a gente provocasse uma definição das RTVs da Amazônia Legal. Da mesma forma que está sendo feito com a rádio AM, acho que se poderia criar um mecanismo parecido. Claro que hoje existe esse problema, o Tribunal de Contas quis colocar valores impossíveis, sem considerar detalhes. Uma rádio numa cidadezinha pequena, isolada: essa cidade isolada é totalmente diferente de uma cidade pequena ao lado de uma capital, que vai ter um espectro de atendimento e uma população muito abrangente. Então, tem que se tomar muito cuidado nessas questões porque as pessoas estão lá trabalhando, vivendo.

Eu espero que, com sua experiência aqui já colocada – não vou me demorar –, esta Comissão, principalmente, tenha com a diretoria um canal aberto. Eu gostaria, inclusive, de convidá-lo, assim como sua diretoria, para ter essa interação de forma bem intensa com a Comissão. Aqui estamos fazendo a sabatina e tenho certeza de que V. Sª estará lá dentro de poucos dias, vamos fazer isso também no plenário do Senado, e depois virá a nomeação pela Presidente da República.

Agora, acreditamos que as agências têm um papel fundamental. É importante esse trabalho das agências, o Brasil está aprendendo ainda. As próprias agências estão aprendendo. A Anatel é uma das mais estruturadas que temos hoje. Mas uma diretoria, quando tem interinidade, sempre falta ali a segurança para tomar decisão. Por isso, vejo com entusiasmo esta Comissão... Nós brigamos muito, discutimos, o Presidente aqui... Quero falar, em nome do Presidente, que nós tínhamos DNIT... Nenhuma agência tinha seus diretores definidos. Hoje estamos praticamente concluindo a votação de todas as agências no Brasil. Isso foi um avanço. Esta Comissão, por meio do nosso Presidente e de vários companheiros, cobrou muito do Governo. Então, vemos nosso trabalho dessa cobrança ser praticamente concluído com a sua indicação.

Portanto, esta Comissão quer ser e será, sem dúvida nenhuma, parceira também da Anatel para que possamos melhorar todo o sistema de comunicação hoje disponível. E a tecnologia avança muito. Claro que não queremos e não podemos deixar a população brasileira ser explorada. E aí a reclamação na área da telefonia é muito grande.

E a gente já teve inclusive, em alguns Estados, CPI das Teles, com a presença da Anatel, e claro, mas no mundo tecnológico a evolução é tão rápida, que uma coisa que se está prometendo hoje, amanhã já está superada. E é por isso que é importante uma agência como a Anatel ter celeridade, ter um corpo técnico competente e dar a resposta rápida à sociedade brasileira.

Então eu quero desejar a V. Sª – não só pela certeza, não só pelo meu voto, tenho certeza de que haverá quase a unanimidade aqui – responsabilidade em dar essa resposta, não só para esta Comissão, para o Congresso, mas principalmente para a sociedade brasileira.

Eu quero passar a palavra ao Senador Hélio José, que se inscreveu.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Queria cumprimentar o nosso Presidente, Senador Wellington Fagundes, pela brilhante explanação. Queria colocar que realmente eu concordo, em gênero, grau e número, com a questão dos lotéricos, que era uma comoção de quase todo o Brasil. Em Brasília, por exemplo, eu tinha recebido uma comissão grande aqui, que atingia quase que mil pessoas. Então esse pedido de urgência urgentíssima, que foi apoiado por todos nós e votado por unanimidade, Wellington Fagundes, V. Exª fez um gol de placa, não é Romário, não, mas foi um grande gol, pegando um projeto feito inclusive pelo nosso grande corintiano, que é o Deputado Goulart, lá da Câmara Federal, corintiano lá de São Paulo. E a gente ontem acabou liquidando essa fatura, pelo bem dos nossos empreendedores, lotéricos, pelo bem do nosso País, pela geração de emprego sempre e pela tranquilidade. Eu quero parabenizar V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Com relatório do Senador Blairo Maggi, inclusive.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Com certeza, com o relatório, aqui no Senado, do Senador Blairo Maggi.

Eu gostaria também de fazer um convite, antes de falar com o nosso querido Otavio. A Frente Parlamentar da Infraestrutura, a Frente Infra, está convidando a todos. No dia 8 de outubro de 2015, a gente vai realizar um grande seminário sobre Energia Solar – experiências internacionais no contexto brasileiro.

Eu, como presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura, que acabei de vir do México, onde o Parlatino estava discutindo com bastante ênfase a questão da energia solar e outras energias alternativas, gostaria muito de contar com a colaboração de V. Exªs aqui desta Comissão. Senador Walter Pinheiro, se tiver possibilidade de colocar na agenda o dia 8 de outubro 2015, a partir das 8h30, no Interlegis, esse importante evento, Senadora Sandra Braga, são pessoas que sabem da importância da energia solar no País.

Esse seminário visará reunir Parlamentares, especialistas e representantes do Governo em torno de ações centralizadoras para o desenvolvimento da energia solar e fotovoltaica no Brasil. Então dia 8 de outubro. A gente quer fechá-lo com a Carta Solar Frente Infra. Ouviu, meu nobre Senador Walter Pinheiro, sua colaboração não vai ser liberada, para estar junto com a gente nessa questão aqui da frente parlamentar e desse seminário importante que a gente vai realizar em Brasília.

Eu fiquei até encarregado, pelo Secretário de Energia do Parlatino, de fazer o marco de energia solar para o próximo evento do Parlatino, que vai ser realizado em Aruba, e esse seminário vai ser um grande mote para a gente poder apresentar essa lei marco lá no próximo seminário do Parlatino, porque a América toda está necessitada de ampliar os investimentos em energia solar.

Otavio, estar aqui para mim é com muito prazer. Primeiro, eu sou servidor público concursado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Então, quando a Presidência da República, de forma acertada, encaminha para nós um servidor público experiente, vivido, com passagem em vários organismos brasileiros de Governo, instituições, Supremo Tribunal Federal (STF), e outras Casas do Poder deste País, isso demonstra o compromisso do nosso Governo de indicar técnicos de responsabilidade, comprometidos com a Administração Pública, para gerir a Administração Pública. Então você é um desses vários que nós temos ultimamente recebido aqui nesta Casa. Então não há essa conotação pura e simplesmente política. Políticos, todos nós somos, e devemos ser políticos, pelo bem da nossa Nação.

Agora, V. Sª, além de ser um técnico preparado, capacitado, experiente, é uma pessoa que representa com conteúdo as necessidades que a Anatel vai ter na próxima gestão. Você estará lá junto com o nosso Anibal Diniz – aprovamos aqui, duas semanas atrás, o seu nome – e outros diretores, complementando o quadro de Conselheiros. Por isto é que eu já votei, com certeza, 100%, na sua aprovação: por seu currículo excepcional, por toda a sua experiência profissional.

Como Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia desta Casa, estive conversando várias vezes com Berzoini e fiz audiências públicas aqui com a Anatel com a participação de vários órgãos – MCTI e outros órgãos – para discutir assuntos importantes dessa área. É com muita tranquilidade que avalio positivamente o seu nome, mas eu gostaria que você, sentando-se naquela cadeira a partir de amanhã – ou de hoje, pois daqui a pouco vai estar aqui a sua aprovação e mais tarde vamos aprová-lo no plenário do Senado –, nos ajude a resolver alguns gargalos em que a Anatel não tem conseguido resolver.

Por exemplo: a questão do sinal da telefonia móvel. Esse sinal... Não é possível que aqui do Senado, ligando pela Oi, pela Vivo, pela Claro ou por outra, não se consiga falar – o sinal some, há um sombreamento total. Ali no Lago Sul, onde moro, ali no Condomínio Villages Alvorada, não conseguimos falar; em várias áreas do Distrito Federal não conseguimos falar; anda-se dois quilômetros para fora de uma cidade e não se consegue falar.

Essas empresas de telefonia móvel – já fiz duas audiências nesse sentido, audiências que tiveram grande participação, inclusive dos nossos Senadores e da população em geral – precisam melhorar a qualidade do sinal. Eu gostaria que fosse feito, realmente, um trabalho de auditagem, um trabalho de acompanhamento, para, de fato, termos essa melhoria do sinal da telefonia móvel no Brasil, que hoje atinge todas as famílias brasileiras – há pessoas que têm dois, três telefones em casa; há mais telefones celulares hoje do que automóveis. Então, precisamos resolver esse assunto.

Outra questão importante é a relativa à radiodifusão e às TVs comunitárias.

O que está acontecendo hoje? A radiodifusão comunitária e a TV comunitária, que são fundamentais, principalmente para as pequenas cidades e para os nossos bairros em algumas grandes cidades, com essa questão de se ter apenas uma faixa de frequência, veem-se diante de um sombreamento muito grande, uma dificuldade muito grande para poder, de fato, informar as pessoas. Hoje elas são os principais informadores deste País, e nós precisamos encontrar uma estratégia – eu estava até conversando sobre isso com o Ministro Berzoini esses dias – para dar-lhes condições de sobrevivência – esse pessoal está na mendicância.

A nossa lei atual não permite que as empresas de radiodifusão e a TV comunitária subsistam numa situação plausível, numa situação aceitável para desenvolver o trabalho importante que fazem. Então, nós preci-

samos discutir uma forma que não atrapalhe a vida das TVs abertas e de outros aí, mas que dê condições de sobrevida e de sobrevivência às TVs e às rádios comunitárias.

Eu espero que, com essa experiência jurídica que você tem, com esse conhecimento que você tem da telefonia – trabalhou lá no Ministério –, que nós consigamos discutir uma forma para amenizar a situação da radiodifusão comunitária e da TV comunitária.

Com relação à questão da mudança do sinal de analógico para digital: Brasília vai ser a primeira capital do País que, a partir do dia 3 de abril, vai ter mudado inteiramente o sinal de analógico para digital. Na situação que se vê hoje, de baixa divulgação, de baixo esclarecimento, com a dificuldade para adaptar antenas às TVs antigas para receberem essa nova tecnologia, nós vamos ter um apagão das TVs a partir do dia 3 – se continuar tudo como está hoje aqui em Brasília.

Uma experiência vai ser feita agora numa cidade grande, Rio Verde, uma das maiores cidades do nosso País no que diz respeito a poder aquisitivo. Essa experiência vai nos dar uma ideia das dificuldades que estamos enfrentando.

Já fiz duas audiências públicas sobre isso, já estive na Abert conversando, já conversei com o diretor da Globo, com o diretor da Record, da Bandeirantes. Nós precisamos divulgar melhor e melhor enfrentar essa questão para evitar o caos quando, a partir do dia 3, numa cidade do tamanho de Brasília, várias pessoas ligarem suas televisões e virem só chuviscos, porque a TV não está preparada, não tem condições de receber o sinal digital.

Então, nós precisamos encontrar um meio para que a população carente, pobre, que não está no Bolsa Família – é muita gente em nosso País que não está no Bolsa Família –, porque, para os que estão no Bolsa Família, está previsto que a EAD vá ajudar a ver a questão da antena, mas, para os outros, não. Nós precisamos dar uma forma de ver uma linha de crédito, para que as lojas possam financiar, para que as empresas OI, Vivo, as empresas de telefonia, em conjunto com as empresas de TV, possam arrumar uma forma de fazer um consórcio que facilite as pessoas a pegarem essas antenas também. Então, precisamos ver uma forma, para que o pobre não fique sem TV, a partir do dia 3 de abril, principalmente no Distrito Federal, que é a primeira capital deste País que vai mudar o sinal de analógico para digital.

Então, eu espero que V. Sª, junto com o nosso Anibal e os demais conselheiros lá da Anatel, possam ter uma ação mais proativa no cuidado necessário que nós precisamos para não haver um caos com essa mudança por causa do atraso da maioria das TVs brasileiras que a nossa população tem. Vocês sabem que hoje, na atual dificuldade econômica que todo mundo tem, a única diversão que a família tem, muitas vezes, é aquela televisãozinha velha, de tubo ainda. Nós vamos ter que ver uma forma para não haver um apagão com relação a essa mudança do sinal analógico para digital.

Então, eu vou promover uma outra audiência pública na CCT. Espero novamente poder contar V. Sª, com o pessoal da Anatel, com a EAD, com e MCTI, com a Abert, etc., para nós podermos dar uma aprofundada nessa discussão após os testes lá em Rio Verde, para nós avaliarmos como vai ser essa interface dessa mudança.

Então, eu quero desejar a V. Sª sucesso. Como engenheiro que sou, engenheiro eletricista, nesta Casa, servidor público, colega do nosso mestre mago da área, que é o Walter, que é uma sumidade nessa área, nós todos reconhecemos isso aqui, é um professor nosso aqui nessa área, espero que nós, juntos, possamos colaborar para que a Anatel cumpra a sua tarefa de fiscalizadora, de reguladora, exigindo que a política pública ocorra da forma adequada, e que a EAD, que a Abert, que todos os organismos se organizem, para que a população não seja prejudicada com esse importante avanço de qualidade que nós estamos tendo no sinal. Nós estamos avançando, a qualidade vai melhorar, mas, por outro lado, o pessoal não pode ficar sem a TV por causa da falta de uma antena que vale R$120, R$200 no mercado. Essas pessoas precisam ser avisadas, precisam saber, precisam poder comprar, se não têm condições de comprar, é preciso ser financiada para ele poder ter essa antena lá.

Então, é isso que eu quero pedir a V. Sª, dizer que estamos juntos. Waltinho, você teve que ir ao banheiro, eu disse que V. Exª é o nosso Papa, o nosso mago na área de telefonia, nosso orientador. É uma pessoa que sabe da dificuldade que nós vamos ter com essa mudança de sinal de analógico para digital, com a falta de informação e de recursos de grande parte da nossa população para encaminhar a questão.

Nós estamos contando aqui com o nosso Otavio, que é um homem preparado, com o Diniz e outros, para podermos não deixar que haja um caos.

Então, falei isso quando V. Exª estava fora.

Então, eu quero agradecer Otavio e dizer que votei com muito carinho por você. Estou desejando-lhe sucesso, em nome de nós, servidores públicos. Eu não tenho dúvida de que você vai continuar dando o bom exemplo da boa gestão, da boa administração e da qualificação do servidor público brasileiro. Parabenizo também o Senador Wellington pela condução dos trabalhos.

Muito obrigado, Otavio.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de passar a palavra à Senadora Sandra Braga, também gostaria de parabenizá-lo, Senador Hélio, por esse seminário, que é oportuno, e quero aqui registrar também que é o seminário realizado pela Frente Parlamentar Mista da Infraestrutura de energia solar fotovoltaica, experiências Internacionais e o contexto brasileiro, a acontecer no dia 8 de outubro de 2015, com abertura às 8h30, também já com as palestras em seguida. A primeira palestra é energia solar fotovoltaica no setor elétrico brasileiro, do Cristiano Augusto Trein, que é analista de infraestrutura, depois é a experiência em fotovoltaica, o caso da Alemanha, pelo coordenador também de energias renováveis, e ainda há outros temas – sempre é o mesmo tema na verdade –, encerrando-se esse evento das 14 horas às 18 horas. Então, começa das 8h30 às 9h, e espero que a Casa possa divulgar, dada a importância que isso representa como uma das fontes de energia alternativa em que o Brasil tem investido, que é muito importante. Ainda é um mecanismo caro que precisamos buscar baratear.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF) – Agradeço, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Já vamos encerrar a votação e quero passar a palavra à Senadora Sandra Braga e já declaro encerrada para fazermos a apuração.

A SRª SANDRA BRAGA (Bloco Maioria/PMDB - AM) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de cumprimentá-lo e, na oportunidade, registrar o meu desejo de pronto restabelecimento do nosso Presidente, Senador Garibaldi, que ele se restabeleça logo e logo esteja conosco aqui na condução dos trabalhos.

Amanhã? Semana que vem, que bom, uma boa notícia.

Gostaria de cumprimentar também o Sr. Otavio Luiz Rodrigues Júnior, primeiro pelo excelente currículo, ficamos bastante impressionados, e quero dizer que a sua formação, a sua experiência traz para nós uma expectativa muito positiva com relação ao seu desempenho, ao seu trabalho, à sua contribuição, que, com certeza, será muito valiosa.

Quero dizer, Presidente, que já votei, serei rápida, porque já estamos encerrando a votação e quero dizer, antecipar meu voto, que já votei "sim".

Gostaria de tratar apenas de dois assuntos com relação à minha região que é a Região Norte.

Sr. Otavio Luiz, recentemente, o Governo Federal divulgou os resultados dos projetos submetidos ao regime especial de tributação do Programa Nacional de Banda Larga, que tem o objetivo de estimular os investimentos no setor de telecomunicações no Brasil. Por meio dessa iniciativa, serão realizados investimentos de quase R$18 bilhões em redes de comunicação, o que é um valor bem significativo. Entretanto, desse montante, somente R$955 milhões são direcionados para a Região Norte, o que corresponde a apenas 5% do total.

Para a Região Sudeste, de outro modo, é canalizado um valor dez vezes superior, R$9 bilhões. Fica claro que esse tipo de política não contribui para reduzir as desigualdades regionais, pelo contrário, acaba acentuando essas desigualdades.

Diante dessas constatações, e considerando as limitações das redes de telecomunicação em toda a Região Norte, particularmente no meu Estado, Estado do Amazonas, pergunto: de que maneira a Anatel pode promover a melhoria das telecomunicações na Região Norte do Brasil?

Uma segunda pergunta, Sr. Otavio Luiz, há um projeto Amazônia Conectada – o senhor deve conhecer –, que pretende instalar uma extensa rede de fibras óticas na região amazônica, utilizando, principalmente cabos subfluviais no leito dos rios. Trata-se da única iniciativa atualmente em curso com potencial para levar aos Municípios do Estado do Amazonas uma rede de comunicação compatível com suas necessidades e com aquilo que já existe no resto do País.

Embora esse tipo de iniciativa seja vital para as comunicações do meu Estado e de toda a Região Norte, esse projeto deve-se quase que exclusivamente ao Ministério da Defesa, que também detém a coordenação geral das ações. O orçamento total do programa, conforme definição publicada na internet, é de apenas R$600 milhões, um valor irrisório, pequeno, quando comparado aos benefícios que essa rede trará ao desenvolvimento econômico da região e à qualidade de vida da população, que poderá ter acesso não apenas aos serviços de comunicações, mas aos diversos programas governamentais, como tele-ensino, telessaúde e mais.

Diante dessas considerações, questiono que mecanismos podem ser utilizados pela Anatel para multiplicar esse tipo de iniciativa, ampliando as redes de fibras óticas na Região Norte do País?

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, então vamos proclamar o resultado. Tivemos, então, a aprovação, por unanimidade, da indicação do Sr. Otavio Luiz Rodrigues Júnior, para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por 20 votos favoráveis, zero votos contra e nenhuma abstenção.

Então, por unanimidade, quero já parabenizá-lo. Ou seja, vaticinei antes e que bom, porque isso dá mais condições para que V. Sª vá com a força desta Comissão. Tenho certeza de que lá, no plenário do Senado, isso deverá se repetir. É também uma indicação do cuidado que o Governo está tendo de mandar para cá nomes que tenham um passado ilibado, mas também uma experiência nas áreas das indicações que aqui estamos votando, nesta Comissão.

A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa para seguimento de sua tramitação.

Agradeço a presença do Sr. Otavio Luiz Rodrigues Júnior, desejando-lhe uma exitosa missão. Com isso, mais uma vez, parabenizo, sabendo – e tenho certeza de que V. Sª sabe – do desafio que representa esta missão, porque, quanto mais apoio mais responsabilidade nós entendemos que V. Sª passa a ter.

Quero, inclusive, permitir que V. Sª possa, antes de encerrar, se quiser responder ainda à Senadora.

O SR. OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, inicialmente, quero dizer da minha grande alegria e satisfação pela acolhida tão generosa de V. Exªs. Como enalteci no início da minha apresentação, tenho profundo conhecimento das minhas limitações, profunda consciência das minhas limitações, e sei que elas são uma contingência humana e que somente com o apoio de Deus é que posso superá-las, e, evidentemente, com a boa vontade e compreensão de todos.

Sei também que acaba de me ser conferido um mandato por esta Comissão e tentarei, de todos os modos, ser muito fiel ao mandato que me foi gentilmente conferido pela absoluta unanimidade dos votantes.

Srª Senadora, eu agradeço por suas indagações e só posso responder que, dentro das competências que me caberão, caso o Plenário também referende meu nome, terá a Região Norte do Brasil um cuidado muito especial por este futuro integrante do Conselho, sob condição. Creio que é uma região que, historicamente, sempre foi muito relegada nas opções políticas e nas opções de caráter histórico do nosso País e que, efetivamente, terá, da minha parte, assim como, tenho certeza, dos demais conselheiros, uma visão extremamente positiva e de preocupação com essas assimetrias. Tenho muitos amigos na Região Norte, um deles, o Ministro Mauro Campbell, que é seu conterrâneo, e, portanto, sinto-me parte desse problema e quero ser parte da solução.

Com relação ao eminente Senador Hélio José, quero também agradecer também pelas palavras muito gentis, pela identificação da nossa condição de servidor público, ter em V. Exª também um professor nessa matéria, e que me será extremamente útil. Os pontos foram anotados e também, no que estiver dentro das minhas competências, serão observados com muito cuidado. São questões que dizem respeito ao Brasil, não a grupos, não a segmentos, mas, efetivamente, a uma melhoria dos nossos serviços de telecomunicações. Muitíssimo obrigado por sua arguição.

Sr. Presidente, reitero também o meu agradecimento pela maneira lhana, cortês e extremamente generosa com que V. Exª me deferiu suas palavras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de encerrar, eu gostaria de comunicar a todos, aproveitando para parabenizar o Grupo Zahran, do meu Estado, Mato Grosso, que são proprietários das duas geradoras Globo nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e hoje estão inaugurando, na minha cidade natal, Rondonópolis, uma nova geradora que fará essa retransmissão para a região sul de Mato Grosso. Então, hoje à noite, às 20 horas, teremos a inauguração e a presença do nosso companheiro Zilmar Melatti, que é o Diretor da Centro-América no Estado de Mato Grosso, e, claro, isso vai contribuir muito mais ainda par a melhoria da comunicação da região sul de Mato Grosso, podendo estar mais integrado também com a nossa capital e com a futura geradora, na cidade de Sinop.

Então, eu quero parabenizar, em nome do companheiro Melatti, todo o Grupo Zahran, todos os profissionais de comunicação por essa grande festa que teremos lá hoje, com a inauguração de uma geradora, com todo o equipamento mais moderno, com a tecnologia da TV digital. Enfim, isso será importante para fortalecer Rondonópolis como a cidade polo da região sul de Mato Grosso.

E, ainda, eu gostaria apenas aqui, antes de encerrar, de dizer ao nosso sabatinado, o Senador Hélio José colocou, na questão das rádios comunitárias e TVs Comunitárias, mas também, ao mesmo tempo, precisamos fazer uma fiscalização mais rígida, está muito abusivo.

Se há uma licitação para uma emissora comercial, que ela tenha as suas obrigações, inclusive, de remunerar, de pagar, uma concessão. Ela não pode sofrer uma concorrência desleal, uma concorrência de alguém que tenha ali uma outorga, uma autorização específica, de acordo com a lei e os abusos estarem aí, pela ineficiência ou pela pouca capacidade de fiscalização.

Então, eu acho que é um estímulo a quem quer fazer as coisas certas, tem que haver a fiscalização eficiente. De qualquer forma, eu quero aqui registrar, porque a gente tem visto, realmente, muitos abusos. Aí, de repente, alguém vai ali, monta uma rádio pirata também, esse é outro problema, não só as rádios comunitárias que têm obrigação de funcionar de acordo com a legislação, o espectro também, enfim, toda a abrangência que ela tem... Com isso, temos abuso. Mas, mais ainda, também as rádios piratas que funcionam como verdadeiras

rádios comerciais, em muitas cidades. E não é muita cidade pequena, não. A gente vê em cidades grandes essa situação. É mais uma missão que V. Sª, junto com toda a diretoria da Anatel, passa a ter.

Eu quero, mais uma vez, aqui, parabenizar a todos os Senadores pela condução da reunião, agradecendo a presença de todos e, em especial, das Srªs e Srs. Senadores. E também já queremos convocar a nossa próxima reunião a realizar-se no dia 7 de outubro, quarta-feira próxima, às 8h30, com a pauta deliberativa.

E, claro, também, já esperando que, na próxima reunião, tenhamos aqui o nosso querido Senador Presidente da Comissão, Garibaldi Alves, não só pela sua experiência, sua competência, mas também por ser um Presidente que age aqui de forma muito democrática, estimulando inclusive a renovação da capacidade intelectual desta Comissão, ao convidar o jovem universitário para estar aqui conosco, secretariando com toda a competência. Isso eu acho que também é importante, porque estimula a todos, desta Casa, para que a gente possa fazer, cada vez mais, um trabalho de atendimento à sociedade, que a sociedade reconheça essas evoluções.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Iniciada às 8 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 26 minutos.)

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES (30ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA COM A 36ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE), DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 27 DE AGOSTO DE 2015.

Às oito horas do dia vinte e sete de agosto de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia e Senador Waldemir Moka, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Blairo Maggi, Delcídio do Amaral, Donizeti Nogueira, Eduardo Amorim, Flexa Ribeiro, Jorge Viana, José Medeiros, Ronaldo Caiado e Vanessa Grazziotin. Deixam de comparecer os demais Senadores membros. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 089/2015-GP, subscrito pelo Senhor Ernani Polo – Secretário de Estado da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul, que encaminha Ofício nº 644/2015/DLEG, subscrito pela Vereadora Jussara Osório de Almeida – Presidente da Câmara Municipal de Uruguaiana no estado do Rio Grande do Sul, sobre a realização de reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no município de Uruguaiana, para tratar sobre mercados e perspectivas para o futuro da produção agrícola e pastoril, além de linhas de crédito e dos encargos tributados sobre insumos agrícolas; e Ofício CA nº 442/2015, subscrito pela Deputada Janete de Sá e outros – Presidente da Comissão de Agricultura, de Silvicultura, de Aquicultura e Pesca, de Abastecimento e de Reforma Agrária da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, que solicita a imediata suspensão da aprovação dos requisitos fitossanitários para importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de café arábica produzidos no Peru. A Senhora Presidente informa que já havia se reunido com a Senhora Kátia Abreu - Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acompanhada dos Senadores Ricardo Ferraço e Douglas Cintra para tratar deste tema, ocasião em que a Ministra prontamente atendeu à reivindicação do Estado do Espírito Santo. Após as breves comunicações, dá-se início à Audiência Pública Conjunta, aprovada pelo Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 18, de 2015, de autoria do Senador Waldemir Moka, subscrito pelo Senador Blairo Maggi, e pelo Requerimento da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle nº 31, de 2015, de autoria do Senador Blairo Maggi, que tem por finalidade debater o tema "Florestas Plantadas" e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ, com a participação do Sr. Luiz Calvo Ramires Junior - Presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; Sra. Elizabeth de Carvalhaes - Presidente Executiva da Indústria Brasileira de Árvores - IBÁ; Deputado Newton Cardoso Junior - Presidente da Frente Parlamentar da Silvicultura; Sr. Eduardo Sampaio Marques - Coordenador-Geral de Frutas, Florestas e Café da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Os Senhores Senadores Waldemir Moka, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Flexa Ribeiro, Ana Amélia, Jorge Viana e José Medeiros fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Informo à Comissão que recebemos ontem, dia 26, em reunião com a Associação dos Produtores de Soja e Milho do Mato Grosso (Aprosoja), bem como com a Federação Brasileira de Plantio Direto e Irrigação, manifestação sobre as preocupações relativas à reavaliação, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de produtos defensivos agrícolas ou agrotóxicos.

Aliás, a respeito disto, nós, nesta Comissão, como é do conhecimento e da lembrança dos senhores, fizemos uma audiência pública, por recomendação do Tribunal de Contas da União, debatendo o mesmo problema.

Até me lembro bem, porque houve o entendimento geral da Comissão, liderado pelo Senador Moka, de que havia vários órgãos de Governo trabalhando no mesmo tema e que não havia uma coordenação centralizada, o que provocava aumento da burocracia nos processos de registro de defensivos agrícolas. Encaminhamos ofícios ao Ministro da Saúde, à Ministra do Meio Ambiente e à Ministra da Agricultura, sugerindo que a Ministra da Agricultura, pelo alcance que tem o setor, reconhecido pelo próprio Ibama, assumisse a coordenação desse tema. Então, tomamos as providências necessárias, até porque levantamos antecipadamente essa questão da produção e do registro dos defensivos agrícolas.

Comunico também aos caros colegas Senadores o recebimento do Ofício nº 89/2015, de 31/07/2015, subscrito pelo Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul,Ernani Polo, encaminhando solicitação da Câmara Municipal de Uruguaiana do Rio Grande do Sul, sobre a realização de uma audiência pública desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal naquele Município gaúcho com a finalidade de tratar sobre mercados e perspectivas da produção agrícola e pastoril, além de outros temas relacionados ao assunto.

Comunico ainda o recebimento do Ofício nº 442, de 2015, subscrito pelo Deputados Estaduais membros da Comissão da Comissão de Agricultura, de Silvicultura, Aquicultura e Pesca, de Abastecimento e de Reforma Agrária da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, que passo a ler. A correspondência é encaminhada à Comissão para solicitar a imediata suspensão da aprovação dos requisitos fitossanitários para importação de grãos categoria 3 classe 9 de café arábica produzidos no Peru.

Ressaltamos que a cafeicultura brasileira tem, ao longo do tempo, enfrentado inúmeras dificuldades, decorrentes de preço abaixo do custo de produção, e problemas relacionados às questões climáticas, como as que aconteceram no Estado do Espírito Santo, onde tivemos chuvas em excesso no final de 2013 e uma das maiores estiagens da história no final de 2014 e início de 2015, comprometendo em muito a produtividade e, consequentemente, a renda do produtor.

Além dos problemas acima elencados, fomos surpreendidos, em plena fase de início da colheita, com a publicação da Instrução Normativa nº 6, de 29 de abril de 2015, do Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, permitindo a importação de café arábica do Peru, que, além de causar problemas comerciais, pode trazer pragas e doenças, colocando em risco a segurança da lavoura de café e de outras culturas brasileiras.

Diante do exposto, contamos com especial atenção da Comissão de Agricultura do Senado para o atendimento a este importante pleito, que visa a proteger os nossos produtores rurais que tanto contribuem para o desenvolvimento econômico do nosso Estado, o Espírito Santo, e do nosso País.

Essa correspondência é assinada pela Deputada Janete de Sá, Presidente da Comissão, pela Deputada Raquel Lessa, membro titular, pelo Deputado Freitas, membro titular, pelo Deputado Padre Honório e pela Deputada Eliana Dadalto.

Essa correspondência foi encaminhada ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, que a dirigiu à Comissão de Agricultura.

Informo, a respeito desse tema, que, a pedido do Senador Ricardo Ferraço a esta Comissão e a esta Presidência, estivemos com a Ministra Kátia Abreu, acompanhados do Senador Douglas Cintra, para tratar dessa questão específica da importação. A Ministra prontamente atendeu à reivindicação do Espírito Santo, na pessoa do Senador Ricardo Ferraço, que também era um pleito da Senadora Rose de Freitas, a respeito dessa autorização, que foi suspensa pela Ministra Kátia Abreu pelas razões expostas nessa correspondência.

A reunião de hoje, meus caros colegas Senadores, é uma audiência pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 18, de 2013, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria do Senador Waldemir Moka, e ao Requerimento nº 31, de 2015, da Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de autoria do Senador Blairo Maggi, que têm por finalidade debater o tema: "Florestas Plantadas" e a união das entidades que representam o setor, constituindo a Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ.

Comunico a presença dos seguintes convidados: Sr. Luiz Calvo Ramires Júnior, Presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, Sr. Eduardo Sampaio Marques, Coordenador de Frutas, Florestas e Café da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Srª Elizabeth de Carvalhaes, Presidente-Executiva da Indústria Brasileira de Árvores – IBÁ.

Temos mantido o início, pontualmente, sempre às 8h, e eu aproveitaria, enquanto os convidados não chegam – espero que a Secretaria tenha informado que esta Comissão começa, pontualmente, às 8h –, eu convido os Senadores autores desses Requerimentos, Senador Moka, nesta Comissão, e Senador Blairo Maggi, na Comissão de Meio Ambiente, para justificar a audiência de hoje.

Com a palavra o Senador Moka e, em seguida, o Senador Blairo Maggi.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Já há algum tempo, acho que no início do ano, eu recebi a visita da Srª Elizabeth de Carvalhaes, Presidente-Executiva da indústria, para uma audiência junto à Ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Durante a audiência, com representantes de vários segmentos, ela deu conhecimento de que todas as entidades ligadas a esse setor de floresta tinham feito uma organização única, que é a IBÁ, a Indústria Brasileira de Árvores. Então, em vez de haver várias entidades, seria essa única, que, na verdade,passaria a congregar todas as entidades.

Em função da discussão – só para lembrar um dos dados –, durante o decorrer dessa audiência, vários dados, pelo menos para mim, surpreenderam-me positivamente. Por exemplo, temos praticamente nove milhões de hectares de florestas plantadas. Isso é uma coisa muito nova, eu diria, até recente.

Eu sei que há uma integração hoje moderna, que é a integração da agricultura, da pecuária e da floresta, mas o número de nove milhões de hectares me surpreendeu. Em Mato Grosso do Sul, nós temos um maciço florestal, em função das indústrias de papel e celulose, na Região do Bolsão, próximo a Três Lagoas, a Aparecida do Taboado, aquela nossa região do Mato Grosso do Sul mas, principalmente em torno de Três Lagoas, onde sediamos a Fibria e a Eldorado, duas grandes indústrias.

Contudo, o dado que mais me surpreendeu é que essas árvores plantadas – como são plantadas e se faz uma colheita, uma coleta dessas árvores – tornam a crescer. Há o replantio. A árvore, quando nova, capta muito CO_2 no processo da fotossíntese, e o CO_2 retirado é uma coisa muito grande. O dado é que a captura desse CO_2, feita por esses nove milhões de hectares de floresta seria responsável por neutralizar dois anos de toda a poluição da indústria paulista. Quer dizer, é um dado importante. Sem falar na riqueza que produz, no setor de móveis, de papel e celulose e em vários outros, também com a seringa. E os dados também demonstram que essa foi a indústria que, nos últimos tempos, mais cresceu aqui no Brasil. Então, ela tem um potencial enorme, o percentual que ela representa ainda é muito pequeno e tem muito o que crescer.

Em conversa, principalmente, com a Drª Elizabeth e com o Ramires, o Presidente da Câmara Setorial de Floresta junto ao Ministério da Agricultura, um representante do segmento no Ministério nas discussões setoriais sobre florestas, eu achei que seria importante, claro que combinado com eles... O Marcelo tomou o cuidado de tirar essa data, de comum acordo com eles, e esse é o motivo, Srª Presidenta, pelo qual nós requeremos esta audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Moka!

Esses números que V. Exª apresenta são surpreendentes. Até me lembrei da exposição feita aqui, com muita competência, pelo ex-Ministro Roberto Rodrigues, que abordou muito bem essa questão e a relevância que tem a ABC, a Agricultura de Baixo Carbono, com a relação entre silvicultura, pecuária e agricultura.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, requerente também na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Bom dia, Presidente Senadora Ana Amélia, Senador Acir, Senador Moka!

A minha expectativa quanto a esta audiência pública é de conhecer um pouco mais sobre a questão das florestas, como aqui citou o Senador Moka, e sempre é a da ocupação das terras que hoje não são ocupadas para a agricultura e que estão dentro de um sistema de produção nas fazendas e também dentro de um processo de logística já montada para se retirar grãos, carnes, enfim, o que se produz hoje.

A questão das florestas tem que ser um conjunto. Não se pode ter um maciço florestal muito distante que não tenha um processo industrial na sequência. Esse processo industrial pode ser, como foi colocado aqui, com indústria do papel, de celulose, mas eu sempre gosto muito de ficar sonhando com a indústria da energia elétrica a partir de biomassa.

Nós temos milhares e milhares de hectares Brasil afora, e cada um terá que ver qual é a aptidão da espécie que vai ser utilizada em cada região, se há atividade econômica compatível ou não, mas eu fico sempre imaginando a produção de energia elétrica a partir de biomassa nas zonas onde já temos os linhões que transitam Brasil afora e que vêm das grandes hidrelétricas. Pode-se fazer com que isso funcione sem grandes investimentos nas linhas de transmissão, o que reduz muito os custos.

Então, considerando-se Rondônia, de onde estão vindo agora Jirau e Santo Antônio, passa-se por todo o Mato Grosso, parte do Mato Grosso do Sul, São Paulo e vem vindo. Próximo dessas áreas onde já existem esses sistemas elétricos e também os adjacentes que abastecem as outras cidades, eu imagino o quanto o Brasil poderia aumentar a produção de energia elétrica, para abastecer as suas demandas.

Claro que tudo isso se transforma em número no final, não é, Presidente? Temos que dar conta. Eu sempre brinco que do couro vem a correia. Não tem por onde. Precisamos que a atividade agronômica da produção de florestas seja muito eficiente, que tenhamos ganhos elevados de produtividade durante o ano, que os sis-

temas de colheita e de transporte sejam eficientes e baratos... Esse não é um processo só de plantar a floresta. Há toda uma sequência.

Eu acompanho, lá em Mato Grosso, por exemplo, a discussão de fazermos etanol a partir do milho, já que temos muito milho na região. Escoar a produção é um problema do Centro-Oeste. O milho é muito barato e precisa ser plantado para se fazer uma rotação de cultura com a soja, por causa das pragas, do problema físico do solo. São culturas que têm uma simbiose muito interessante, uma ajuda a outra.

Contudo, para se fazer etanol de milho, precisamos de energia, e essa energia deve vir de florestas. Quando nós fazemos as contas hoje, com o atual modelo de produção de floresta, ainda incipiente no Estado de Mato Grosso, de colheita manual, pois não temos ainda uma especialização nisso, a conta não fecha.

Então, o único problema hoje responsável por não termos um programa de etanol vigoroso e eficiente como o dos Estados Unidos é exatamente a falta de uma floresta barata e eficiente para fornecer energia com custos compatíveis com essa atividade.

Então, a minha expectativa quanto a esta audiência pública hoje vem nesse sentido de tentar adquirir um pouco mais de conhecimento, saber como vão as pesquisas, entender o que tivemos de ganho de produtividade nesses últimos anos, enfim, ouvir especialistas dessa área.

É uma atividade econômica muito importante. Eu fiquei surpreso com os números que o Senador Moka colocou, de 9 milhões de hectares de árvores plantadas, porque isso é mais do que toda a área de agricultura de soja de Mato Grosso, que é de 8,4 ou 8,5 milhões de hectares de agricultura no Estado de Mato Grosso. Aí temos 9 milhões de hectares de floresta! É um número considerável.

Então, a minha expectativa é essa quanto à reunião, Presidente.

Devolvo-lhe a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Blairo!

É interessante que a abordagem do Senador Moka mostra a relevância em números do que pode ser, focada na questão da produção de celulose e papel, que tem no Rio Grande do Sul uma das maiores unidades do País.

O Senador Moka entra na questão, eu diria, completando a cadeia produtiva, com a questão da energia, na qual a madeira também aproveita um espaço que não pode ser usado para a agricultura, sobre as linhas de alta tensão, que são enormes. É uma área que pode ser aproveitada. Então, são vários aspectos, e há a questão do milho no Mato Grosso, que, por não ter armazenagem, é utilizado para fabricar etanol. Daqui a pouco, nós vamos quebrar os Estados Unidos, Senador Moka. Só o Mato Grosso do Sul, seu Estado, vai fazer isso. (*Risos.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – Essa é a intenção. (*Risos.*)

Está bem.

Que eles não nos ouçam.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Com a palavra o nosso Senador Acir Gurgacz, de Rondônia.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Srª Presidenta, nossos colegas Senador Blairo e Senador Moka, a expectativa realmente é de ter um conhecimento maior sobre essa questão de plantio de árvores.

Na última audiência pública que tivemos com o nosso ex-Ministro, a sugestão de transformar o plantio de árvores e florestas em reserva legal, para que possamos fazer o plano de manejo, é mesmo muito importante. O Estado do Mato Grosso do Sul já avançou muito no plantio, Mato Grosso também, e Rondônia começa a avançar mais ainda agora, na mesma linha.

Estamos transformando as áreas degradadas em florestas plantadas, para que possamos ter essa renda. A estimativa que nós temos para Rondônia, Srª Presidente, é que, nos próximos anos, nós possamos gerar, aproximadamente, 40 mil empregos diretos e indiretos com o plantio, o cultivo e, depois, a industrialização da madeira, o aproveitamento de toda essa matéria-prima. A meta é aumentar 75% do plantio nos próximos três anos. Ou seja, o brasileiro está abrindo os olhos para essa riqueza que é o plantio de árvores, que pode, claro, se bem coordenado, trazer uma lucratividade grande para os nossos agricultores, mas sempre colocando a importância do ABC. O plantio ABC é muito forte e vem em um momento muito interessante, que é o da necessidade da regularização das nossas reservas legais, da colocação em prática do nosso Código Florestal. Se nós conseguirmos avançar naquele projeto sobre o qual discutimos aqui naquela data, eu entendo que será muito importante para o plantio de florestas no Brasil inteiro, evidentemente, mas principalmente na nossa Amazônia, no Estado de Rondônia.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Parabéns, Senador Acir Gurgacz, nosso Vice-Presidente e ex-Presidente desta Comissão!

Rondônia realmente está se notabilizando em algumas iniciativas como essa e também na questão da produção de pecuária e cacau, tema sobre o qual faremos uma audiência pública em Belém em breve.

Espero que o senhor e a representação do seu Estado de Rondônia também estejam lá.

Consulto se o Senador Donizeti Nogueira quer fazer alguma observação. Caso contrário, passarei, de imediato, a palavra aos nossos expositores.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidenta, vamos continuar com o trabalho. Estou chegando um pouquinho atrasado porque fui tirar o leite mais tarde. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Não há problema. Se o bezerro fugiu, tem que buscar.

Então, passo, de imediato, a palavra ao Dr. Luiz Ramires Júnior, que preside a Câmara Setorial de Florestas Plantadas do Ministério da Agricultura.

Agradecendo sua presença, concedo-lhe a palavra.

O SR. LUIZ CALVO RAMIRES JUNIOR – Obrigado, Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Nós temos três expositores e costumamos dar 10 minutos, para, depois, permitir um debate com os demais palestrantes, mas vamos conceder de 12 a 15 minutos para a exposição, assim como faremos com a Drª Elizabeth.

O SR. LUIZ CALVO RAMIRES JUNIOR – O.k. Eu vou procurar ser breve, porque acho que a Elizabeth deve trazer um pouco mais de dados e números importantes sobre o setor, e acho que é o que importa para ouvirmos aqui.

Primeiramente, agradeço ao Senador Moka, do nosso Estado de Mato Grosso do Sul, que me convidou para estar aqui presente, agradeço à Senadora Ana Amélia e agradeço também aos Senadores presentes a oportunidade de podermos estar aqui debatendo e falando de uma indústria muito importante, a indústria brasileira de árvores e o setor de florestas plantadas.

Eu tenho o prazer de presidir, dentro do Ministério da Agricultura, a câmara setorial de um setor que pode se destacar, principalmente agora, em um momento de crise como esse, e ajudar no desenvolvimento do País.

Como eu falei, eu acho que a Elizabeth vai falar sobre os dados do setor com muito mais propriedade. O meu papel aqui é trazer um pouco de informação sobre como, de forma institucional e política, dentro do Ministério, vimos colaborando e trabalhando para que ocorra essa congregação do setor e para que ele possa crescer.

A Câmara Setorial é relativamente nova no Ministério da Agricultura. Foi criada há cerca de dois anos e realmente tomou corpo a partir do final do ano passado, em dezembro de 2014, quando um decreto da Presidência da República assegurou que o setor tivesse a gestão das suas políticas feita pelo Ministério da Agricultura. Havia, infelizmente, no passado, uma certa distorção com relação a para quem o setor deveria se reportar, ao Ministério do Meio Ambiente ou ao Ministério da Agricultura, por ser um setor que trabalha muito a questão ambiental também. Isso vem lá de trás, do antigo IBDF, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, que, com o passar do tempo, tornou-se o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. Isso causava certa confusão a respeito de que ministério deveria tratar o desenvolvimento do setor florestal.

Em 2014, um decreto publicado pela Presidência da República criou um plano nacional de florestas. Então, aí houve, realmente, a mudança e a criação, dentro do Ministério, de uma... Para que a gente possa tratar das políticas desenvolvimentistas. O Ministério do Meio Ambiente faz a fiscalização e o controle. Então, é difícil termos isso. Esse foi um fato muito importante que deu à câmara setorial uma grande força para poder discutir as questões de desenvolvimento.

É importante fazermos uma diferença, Senador Acir, entre o que são dois setores extremamente importantes dentro do nosso País: o setor de florestas plantadas, o caso das florestas exóticas, e o setor de florestas nativas, que tem um potencial enorme em Estados como o do senhor e que deveríamos, sim, explorar.

Tratamos aqui hoje do setor de florestas plantadas, que é o nosso *expertise*, principalmente de espécies como eucalipto e pinus, que são as mais plantadas. Porém, não se limitando a isso, temos as florestas plantadas também com teca, no Mato Grosso, temos florestas plantadas com seringueira e outras mais.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Acácia.

O SR. LUIZ CALVO RAMIRES JUNIOR – Acácia, no Rio Grande do Sul.

Então, são setores importantes. O nosso setor de florestas plantadas hoje passa por uma organização política interessante dentro do Ministério, onde o principal trabalho que eu poderia ressaltar para vocês é o de elaboração de um plano nacional de florestas. A IBÁ está contribuindo hoje como uma empresa especializada, para que possamos, dentro do Ministério, ter esse plano aprovado até o final do ano e, sim, ter ali atendidas todas as demandas de que o setor precisa para crescer.

O setor tem um potencial muito grande para crescer. Vou citar alguns dados, mas a Elizabeth deve explanar melhor em seguida. Existe um potencial de crescimento de 9 para 15 milhões de hectares. E o Senador Blairo Maggi fez uma observação muito importante: é muito importante que se tenha a indústria interligada à floresta, porque, diferentemente de algumas atividades, nós não conseguimos exportar a madeira muito *in natura*, porque ela não tem um valor agregado muito grande. Então, para se agregar valor, precisamos da indústria de transformação, para transformar a nossa madeira em celulose, chapas, carvão vegetal, em outras atividades da indústria que são importantes.

O que estamos conhecendo com um plano de crescimento florestal é o quanto a indústria de base florestal ou a indústria brasileira de árvores pode crescer. Se a indústria cresce, com certeza, a floresta vem atrás. O Brasil tem a maior e melhor tecnologia de produção de silvicultura de florestas, pelo menos de eucalipto, do mundo. Hoje, por exemplo, o Brasil conseguimos produzir quatro a cinco vezes mais eucalipto do que o seu país de origem, a Austrália. Pode-se considerar que detemos a maior produção e a maior capacidade de tecnologia do mundo.

Além de tudo – acho que Elizabeth vai ressaltar alguns números sobre isto –, há a questão de quanto o setor, de forma sustentável, consegue contribuir com a questão ambiental. Um dos dados com que o Senador Moka se surpreendeu diz respeito à absorção de carbono, um dos fatores positivos que o setor pode trazer, além de todo o aspecto social de geração de emprego, renda e tudo mais.

Tenho feito esse trabalho na Câmara tentando, obviamente, mostrar e desenvolver esse setor, que é tão importante.

Pelo tempo que tenho, para não me estender muito, termino minhas palavras aqui agradecendo a todos pelo convite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Ramires.

A Câmara Setorial é integrada por quais setores? Pergunto apenas para a gente entender.

O SR. LUIZ CALVO RAMIRES JUNIOR – A Câmara Setorial engloba, principalmente, entidades representativas, sempre entidades, que são ligadas ao setor. Temos, por exemplo, as associações estaduais de florestas plantadas, onde há atividade de floresta e organização para isso, instituições de pesquisa, órgãos do Governo, obviamente, envolvidos, como várias partes do Ministério da Agricultura, e outros ministérios, como o MDIC e o próprio Ministério do Meio Ambiente. Além disso, temos o Sebrae e o Inmetro, que participam, de certa forma, dentro da cadeia produtiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A indústria da madeira também está junto?

O SR. LUIZ CALVO RAMIRES JUNIOR – Sim. A IBÁ, como instituição representativa, é uma das participantes.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada.

Passo, de imediato, a palavra à Drª Elizabeth de Carvalhaes, Presidente-Executiva da Indústria Brasileira de Árvores.

O Senador Moka tem conhecimento da relevância que a instituição representa para o País.

Drª Elizabeth, com a palavra.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – Bom dia, Srª Senadora Ana Amélia, Senador Moka e Senador Blairo Maggi!

Muito obrigada pelo convite.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu gostaria de informar que temos a presença do Senador Acir Gurgacz, de Rondônia; do Senador Donizeti Nogueira, do Estado de Tocantins; e do Senador Ronaldo Caiado, do Estado de Goiás.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – Bom, queríamos agradecer muito o convite e a oportunidade de apresentar as florestas plantadas.

Eu gostaria também de fazer uma citação do Presidente do Conselho Deliberativo da IBÁ, o Sr. Carlos Aguiar, também Presidente do Conselho de Administração da Fibria, a maior empresa do mundo de fabricação de celulose. Ele também foi convidado para proferir uma palestra aqui, mas, infelizmente, está no exterior. Então, nós juntamos as duas palestras, mas vou lhe pedir um bocadinho mais de tempo para fazer esse resumo.

Eu apresento daqui mesmo?

Eu gostaria de começar a nossa apresentação contando para os senhores o que é a IBÁ. A IBÁ é uma associação que está completando agora – é uma das mais recentes associações do País – e representa toda a base de florestas plantadas no Brasil. O Brasil tinha diversas áreas plantadas de eucalipto, pinus, teca, para diferentes indústrias, para celulose e para papel, algumas, outras para carvão vegetal, e para produção de painéis de madeira e pisos laminados de madeira também. Esses investidores negociaram três anos e entenderam que

essa base florestal que tinha o mesmo manejo e a mesma sustentabilidade deveria ser representada sob um único guarda-chuva.

O que houve de passo mais importante, e que eu acho que vale comentar com os senhores nesta ocasião, é que essas associações eram industriais e esses investidores entenderam que a associação deveria ser florestal, não industrial. Isso porque, de todo o investimento feito pelas empresas, 65% dele é dedicado à arvore, Então, entende-se que a grande capacitação do Brasil, o grande talento, a grande *expertise* brasileira é exatamente a produção rural, a plantação de árvores, e a indústria é uma consequência de todo esse investimento.

Além do benefício de percepção da própria indústria, isso, naturalmente, trouxe um importante passo frente ao Poder Público, frente ao Legislativo, frente ao Executivo, porque nós tínhamos quatro vozes falando sempre de forma muito parecida, muito semelhante, mas não exatamente igual, e isso tornou o nosso entendimento bastante mais claro para o Poder Público, para os governos nacionais e internacionais e para a sociedade civil, e essa indústria representa claramente o valor econômico e ambiental da própria árvore, a inclusão social e o desenvolvimento em tecnologia, em que o Brasil é o primeiro do mundo.

Nós somos hoje 70 empresas dedicadas à celulose e papel, à siderurgia, e temos a Gerdau, a Arcelor-Mittal, a Vale do Rio Doce, grandes nomes, nós temos 100% da produção de painéis de madeira, de pisos, de celulose, de papel, e temos grandes empresas de capital nacional e estrangeiro que investem no Brasil em florestas plantadas.

Bom, eu vou entrando um pouquinho nos conceitos.

Esse é o mais importante conceito hoje sobre essas plantações. Essas plantações são um processo agrícola, sim, mas são um processo também de recuperação de matas nativas. Então, as árvores plantadas no Brasil – e isto é motivo de bastante orgulho para todo brasileiro – são agricultura, mas a agricultura considerada a mais sustentável do mundo, porque é a agricultura que tem a maior área de preservação nacional do Planeta. Para cada hectare plantado, essas empresas têm uma área de preservação nativa de outros 70% de área. O Brasil possui 7,7 milhões de hectares plantados e quase 6 milhões de hectares de recuperação de florestas naturais em áreas degradadas.

Então, esse setor tem sido continuamente chamado para a discussão de clima porque, se uma das tarefas do Brasil é combater o desmatamento, esse processo industrial faz isso. Nós recuperamos até o momento de 12% a 14% da Mata Atlântica, por exemplo. A Mata Atlântica tinha muito menos de 7% de elevada degradação, e a plantação de árvores e a reconstrução das florestas nativas fez com esses investidores já tenham recuperado quase 14% da Mata Atlântica.

É muito importante que se tenha a fotografia desse processo em mente. Quando se fala em agricultura, a gente tende a isolar uma área, a ver a plantação. Mas esse processo não é assim. Esse processo precisa ser entrecortado, Então, são plantações que passam por dentro de matas naturais, ou o inverso, porque essa é a maneira de manter a biodiversidade. Do contrário, se eu isolo uma área plantada de árvores, evidentemente, a fauna desaparece, a flora além dessa plantação desaparece. Portanto, o fato de entrecortar entre rios, entre as florestas naturais e a fauna faz com que toda a biodiversidade brasileira seja mantida.

Essa é a região onde nós nos encontramos na grande maioria dos nossos quase 8 milhões de hectares plantados. Nós ocupamos muito da Mata Atlântica, até o sul da Bahia. Agora, os maiores investimentos do País estão acontecendo no cerrado, no Mato Grosso do Sul. Os senhores talvez tenham observado que, em maio deste ano – até mediante as dificuldades econômicas por que todos estamos passando e colaborando, porque reconhecemos que é necessário para o País –, nós tivemos um anúncio de investimento de US$16 bilhões para o Mato Grosso do Sul, que é um anúncio da Fibria, a primeira indústria do mundo e uma nova base da Eldorado.

Isso foi então o que fizemos em 1900, quando houve a chegada dos primeiros plantios. Nos anos 60, o Brasil ofereceu grandes incentivos financeiros – foi um período de grande expansão –, mas o grande salto dessa indústria veio nos anos 80, com a tecnologia, e o Brasil possui hoje a melhor engenharia genética do mundo.

Essa é uma radiografia, uma síntese do que são as florestas plantadas brasileiras. Eu acabei de dizer que o Brasil é proprietário da mais avançada engenharia genética de clonagem do Planeta. Nenhum País é capaz de clonar uma árvore como o Brasil. Então, os melhores indivíduos genéticos são utilizados nos campos do Brasil.

O Brasil entra hoje fortemente em biotecnologia. O Brasil aprovou, em abril último, a primeira árvore geneticamente modificada do mundo, possui as melhores práticas de manejo florestal do mundo, o melhor manejo de paisagem, como eu expliquei, esse entrecorte entre nativas e plantadas, e, por consequência, a melhor governança.

O que é que esses atributos trazem como resultado? Isto é o que nos interessa. Nós temos a maior produtividade do mundo. Se nós falarmos em um corte mediano de 70 empresas, eu tenho o dever de ofício de dizer que nós temos 40m^3 de madeira por hectare/ano. Essa é a produtividade do Brasil. O segundo colocado, atrás do Brasil, é o Chile, nosso vizinho, que também planta árvores. A produtividade no Chile cai para 17m^3

de madeira por hectare/ano. Se nós formos aos Estados Unidos, são 10m³ de madeira por ano, e na Europa a produtividade é de 7m³.

Se eu separar, no entanto, os associados, e eu lidar com a base florestal dos 15 grandes investidores, o Brasil está chegando ao nível de 60m³ de madeira em um hectare por ano. Nós não temos concorrentes no Planeta. Ninguém é capaz de produzir... Ou seja, se nós chegamos, então, no negócio, que é do que falava o meu colega Ramires, o Brasil é o país mais capacitado do mundo para oferecer produtos de madeira ao mercado mundial. Nós oferecemos madeira três vezes mais rapidamente do que o segundo colocado. Isso vai se refletir na minha apresentação.

Essa é uma radiografia que eu já citei. Nós temos aí 70% de áreas preservadas em relação às plantadas.

Eu queria falar um pouquinho do negócio, de como o negócio é montado.

Nós trabalhamos com empresas e nós trabalhamos com fomentados. Nós temos contratos de fomento. Esse número está um pouquinho antigo, pois nós já temos aí 22 mil famílias no País. Nesses contratos, as empresas oferecem a muda, a tecnologia, o manejo florestal, e essa madeira pode ser adquirida por essas próprias empresas ou no mercado brasileiro, pode ser comercializada. Essas empresas trabalham continuamente para que o nível da madeira produzida pelos fomentados seja exatamente o mesmo que faz a madeira. Então, hoje nós certificamos os fomentados pelos organismos internacionais, dos quais o UFSC é o mais famoso, esses fomentados têm acesso às novas tecnologias, recebem também os melhores clones, assim como as empresas, e terão acesso à biotecnologia.

Esse eu acho que é quase um eslaide de propaganda.

Aqui está então o porquê de a arvore ter se tornado o mais importante elemento dessa indústria. Porque 63% do investimento das empresas são dedicados à árvore. Os investimentos são destinados à engenharia genética.

(Soa a campainha.)

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – O Brasil possui a maior área certificada do mundo em árvores plantadas, e a certificação é a mais importante ferramenta de mercado. Hoje, países como a China e a Índia, que têm dificuldades no clima, têm que comprar os mais sustentáveis produtos. Então, por consequência, o Brasil vende a melhor celulose do mundo, o melhor painel de madeira do mundo.

E o que é mais importante para atualizar o nosso discurso é que a árvore de eucalipto, a folha de eucalipto é a folha que mais absorve carbono da atmosfera. Então, aí o Brasil entra soberano na Conferência do Clima, o que eu já vou mostrar.

Nós temos, por força da agricultura, da indústria, da agricultura dedicada também à educação, dos programas do MEC, nós temos uma indústria, como os senhores podem verificar, praticamente horizontal dentro do Poder Público. E todas essas matérias militam no Congresso Nacional, sejam as matérias de sustentabilidade, as condicionantes do clima, sejam as matérias industriais, o papel imune, a expansão florestal. Então, nós temos, digamos, um relacionamento muito estreito com o Poder Público.

Os nossos números mostram que essa indústria está entre as cinco maiores indústrias da economia brasileira. Em uma ocasião, o Planalto fez um rastreamento da estrutura industrial do País e constatou que as cinco maiores indústrias do País são de mineração, de siderurgia, de carnes embutidas, de etanol e de produtos de origem de base florestal plantada.

Nós faturamos R$62 bilhões em 2014, exportamos quase nove, produzimos 16 milhões de toneladas de celulose e empregamos, mais ou menos, 4,5 milhões de brasileiros que vivem em torno dessas florestas, em empregos diretos e indiretos. Esse número ainda está um pouco defasado, pois, com as novas plantas, aumentou o número de empregos.

No efeito renda, nós passamos por 600 comunidades em 18 Estados da Federação. Representamos quase 6% do PIB industrial, somos o primeiro produtor do mundo de celulose de eucalipto, o nono produtor de papel e o décimo produtor de painéis de madeira.

Aqui eu já citei... Somos o maior do mundo.

Sessenta por cento dos papéis produzidos no Brasil são encaminhados por toda a América Latina. A mesma coisa nos painéis de madeira. O Brasil, então, é o sétimo produtor e o quarto exportador.

Eu gostaria de falar um pouquinho do carvão vegetal.

O carvão vegetal se concentra no Estado de Minas, onde estão as grandes siderúrgicas. O que há de meritório nisso, e que eu acho que é muito importante que o Senado conheça e os brasileiros saibam, é que o carvão vegetal surge da tentativa de melhoria ambiental, saindo do carvão mineral, de forte impacto, para o carvão vegetal oriundo de plantações de eucalipto, igualmente manejadas, com os melhores clones do mundo. Isso fez o Brasil ser o primeiro país do mundo premiado na Conferência do Clima dentro do Protocolo de Quioto. Os

senhores sabem que a melhoria ambiental gera a comercialização de carbono. Se eu tenho uma indústria que usa combustível fóssil e passo a usar gás natural, essa melhoria de carbono é precificada no mercado mundial.

O Brasil é o primeiro país do mundo a receber um prêmio e a ser precificado no carbono florestal. Isso aconteceu com a empresa Plantar, em Minas Gerais, que hoje tem uma grande consultoria e é a mais importante empresa do mundo quando se fala em carbono florestal. E carbono florestal é exatamente aquilo de que se precisa, pois é a absorção e a retirada do carbono da atmosfera. Então, as florestas plantadas são as que mais fazem isso no mundo.

Eu vou entrar um pouco na exportação.

O Brasil exporta 93% de toda a celulose produzida no País e tem a mais importante celulose do mercado mundial, porque é a mais sustentável de todas.

A China, por exemplo, precisa migrar de produtos de impacto ambiental para produtos limpos. Assim, o que fez a China? A China migrou para a celulose brasileira. Há seis anos, o Brasil fornecia 14%, 15% da celulose à China e hoje fornece 55% de toda a celulose comprada pela China.

Essa página é, naturalmente, a mais importante para as nossas empresas. Aqui estão os investimentos dessa indústria que eu chamo de "imediatos". Uma árvore plantada leva seis anos para ser colhida. Então, o nosso curto prazo é igual a seis anos. Isso é curtíssimo prazo nessa indústria.

Essa é a indústria que mais investe no mundo. Nenhuma indústria, seja nos Estados Unidos, seja na Europa, onde for, investe como a indústria de florestas plantadas. É o primeiro setor do mundo em investimento. Nós temos aí um portfólio de 47 bilhões de investimento daqui a 2024 ou 2025. Se os senhores pegarem o histórico recente dos últimos quatro ou seis anos, verão que o Brasil lança uma nova fábrica de celulose a cada segundo ano. A cada segundo ano nós trazemos para o mercado mundial 2,5 milhões de toneladas de celulose a mais. Em 2017, o Mato Grosso do Sul vai lançar 4 milhões de toneladas em um único ano, o que é um recorde mundial absoluto.

Eu já estou chegando ao final, Senadora. Estou me estendendo só um pouquinho mais.

Eu quero fazer um comentário sobre as mudanças do clima.

Acho que todos nós, no colégio, aprendemos sobre a fotossíntese, e os senhores aqui das câmaras de agricultura e ambiental conhecem o tema a fundo. Então, o que é que as florestas plantadas fazem com esses 7 milhões de hectares? Por ano, nós absorvermos 1,3 bilhão de toneladas de carbono da atmosfera. Portanto, esse carbono é retirado da atmosfera e fica estocado. Como nós plantamos todos os anos – se eu tenho seis anos de ciclo, naturalmente, eu planto um sexto por ano –, então, a cada ano nós agregamos mais 135 milhões de toneladas retiradas da atmosfera com as novas plantações.

Essa é a radiografia mais valiosa do Governo brasileiro na Conferência do Clima, porque não existe uma segunda floresta no mundo que tenha essa capacitação. E, naturalmente, uma árvore é o elemento natural que mais tira carbono da atmosfera.

O Brasil hoje é detentor da maior propriedade de carbono sequestrado do mundo, o que vale uma fortuna no século XXI, pois é uma propriedade caríssima, e tem, ao lado do sequestro, a vantagem da plantação que, a cada ano, adiciona mais 135 milhões, e isso é contínuo. Eu vou entrar na expansão florestal e os senhores vão ver o que significam, economicamente, essas florestas, todas elas – eu não estou citando muito – trazendo produtos acabados ao mercado mundial.

Esse quadro é muito importante para o cenário brasileiro.

Como são os estudos dessa indústria? Eles têm que ser de longo prazo. Então, sabe-se – os senhores conhecem isso na agricultura – que, em 2040, faltarão 67% de grãos, que a alimentação terá que triplicar, que a energia terá que dobrar. Já se sabe, na data de hoje, que, em 2040, o mundo precisará de 250 milhões de hectares de florestas a mais do que tem hoje.

Há uma metáfora que eu acho bastante inteligível. Eu, pelo menos, me senti mais segura com os dados. Esses estudos foram feitos fora do Brasil, mas, se nós trouxéssemos para os 7 bilhões de indivíduos do Planeta o nível de consumo de um norte-americano médio, o que ele come, o lazer desse indivíduo, o nível de educação, onde ele mora, o que ele utiliza dentro de casa, ou seja, se 7 bilhões consumissem como um americano médio, nós hoje já precisaríamos de um segundo planeta. Não é possível subir o nível planetário de consumo ao nível do maior país do mundo.

Esses são os estudos que as nossas empresas fazem para saber como oferecer mais madeira e mais produtos de madeira ao planeta.

E essa é a fase em que o Brasil está: nós estamos, com as florestas plantadas, migrando para a chamada bioeconomia.

Esse é um quadro conservador, que depois eu vou explorar mais. Hoje, os investimentos vão direcionar a indústria do Brasil a trazer ao mercado mundial 24 milhões de toneladas por volta de 2022, 2024, no máximo, 11 milhões de toneladas de painel...

(Soa a campainha.)

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – ... e 15 milhões de papel. Para fazer isso, temos que dobrar a base florestal. Então, nós já sabemos disso e já começamos a plantar hoje para chegar a 15 milhões de hectares, no mínimo, e podemos chegar a 17 milhões ou 18 milhões em 2030, porque o que esses investidores desejam, considerando a tecnologia e considerando a disponibilidade brasileira de terras, que hoje é, mais ou menos, de 72 milhões de hectares, é que o Brasil seja reconhecido como o país de maior *expertise* do mundo em todos os produtos de madeira vinda de uma base florestal plantada. Isso vai ser feito com biotecnologia, isso vai ser feito com novas tecnologias.

O que é que o Brasil vai produzir? Além de celulose e papel, os laboratórios brasileiros na data de hoje trabalham com etanol celulósico. Então, nós vamos trazer etanol ao mercado, ao lado da cana de açúcar. Isso já está comprovado. Nós seremos exportadores de energia. As empresas plantam florestas hoje exclusivamente para fazer energia, *pallets* de energia, de que o primeiro comprador foi a Inglaterra. Nós vamos exportar energia e vamos fazer nanotecnologia. Hoje, os laboratórios trabalham com fibras de árvores, que estão substituindo alumínio nas asas de aviões, e as asas de aviões vão ter plataformas de fibras de árvores em lugar do alumínio.

Então, o que os senhores têm que imaginar e pensar – e deixo aqui um grande convite para conhecer e ver os laboratórios dessa indústria – é que o Brasil vai trazer ao mercado muitos outros produtos além de celulose e papel e painéis de madeira.

Com isso, eu encerro. Peço desculpas por me alongar, mas eram dados que nós julgamos importantes, e esta era uma oportunidade única.

Eu agradeço mais uma vez ao Senador.

Muito obrigada pela atenção de todos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Drª Elizabeth de Carvalhaes, Presidente-Executiva da Indústria de Árvores, que mostrou exatamente um cenário positivo.

Eu queria registrar aqui a presença do Deputado Newton Cardoso Júnior, Deputado Federal do PMDB de Minas Gerais, que é o Presidente da Frente Parlamentar da Silvicultura na Câmara dos Deputados.

Seja bem-vindo, Deputado Newton Cardoso!

Pelo Regimento Interno da Comissão, têm preferência nos questionamentos os Senadores requerentes, que são o Senador Moka e o Senador Blairo Maggi. Em seguida, os Senadores inscritos que estão presentes são o Senador Donizeti e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu gostaria também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu pediria a V. Exª que, se fosse possível, fossem distribuídas as palestras para que a gente pudesse ter o documento em mãos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Isto será providenciado pela Comissão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, eu gostaria, pela representatividade do Deputado Newton Cardoso, que preside a Frente Parlamentar da Silvicultura, com a aquiescência dos Senadores, que ele também pudesse fazer uso da palavra, porque acho que seria importante ouvir a representação na Câmara dos Deputados, através do Deputado que preside a Frente, até porque ele convive também com Parlamentares que têm afinidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu consulto se os colegas Senadores preferem ouvir o Deputado primeiro e fazer as perguntas depois ou fazer as perguntas primeiro e ouvi-lo depois.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Não, não, eu mesmo acho que o Deputado poderia falar depois que os Senadores fizessem seus questionamentos.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Então, será seguida a sugestão do Senador.

Convido o Deputado Newton Cardoso para acompanhar aqui a Mesa desta audiência pública.

Com a palavra o Senador Moka, o Senador Blairo, o Senador Donizeti e o Senador Flexa Ribeiro, a quem agradeço pela sugestão de distribuição do conteúdo apresentado pela Drª Elizabeth.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu queria, primeiramente, agradecer a presença do Ramires.

A gente, lá no Mato Grosso do Sul, só te chama de Ramires.

E quero agradecer muito a presença da Elizabeth de Carvalhaes.

Na verdade, foi o primeiro contato que eu tive com ela. Isto é engraçado, porque o Ramires é de casa – já participei inúmeras vezes lá com o Ramires –, mas eu tomei conhecimento da IBÁ através de uma visita que eles me fizeram.

Eu achei que a ideia de congregar todas as entidades em uma única realmente deu uma dimensão de importância muito maior, porque eu, pelo menos – e eu também não tenho esse conhecimento, mas me julgo mais ou menos informado a respeito, sobretudo, dessa área de agricultura –, me surpreendi positivamente. Primeiro, por causa do potencial que tem, dos números, da quantidade de empregos gerados, mas me surpreendi principalmente com uma coisa que nós estamos corrigindo aqui, Elizabeth. Até há pouco tempo, as florestas, a silvicultura como um todo – há um projeto que eu relatei aqui – era considerada uma coisa que criava impacto ambiental, como se fosse uma coisa que poluísse o meio ambiente, quando ela é, ao contrário, hoje, sem dúvida, a que mais contribui com ele.

Então, eu queria que essa audiência pública acontecesse até para a gente dar realmente o devido valor à indústria brasileira de árvores, para dar o devido valor ao imenso potencial de geração de empregos, e, portanto, de renda, por sua importância para a exportação, mas, principalmente, pela importância que ela tem em se tratando de uma indústria altamente sustentável.

Eu não tenho questionamentos. Na verdade, a ideia de trazê-los aqui – a Elizabeth e o Ramires sabem disto –, era para, primeiro, como a IBÁ é uma entidade relativamente nova, mostrar que – acho importante dizer isto – está todo mundo congregado em uma única entidade, para mostrar o potencial e essa questão do sequestro de carbono, que eu achei fundamental.

Eu acabei confundindo os números, São 8,7 milhão de hectares, portanto, quase 9 milhões, mas o Blairo disse que não vai brigar comigo por causa de um milhão de hectares, não.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Mas isso pode dobrar para...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas, de qualquer forma, o sequestro de carbono é impressionante.

Mais uma vez, quero agradecer à Elizabeth e ao meu amigo Luiz Ramires Junior.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pelo que disse a Drª Elizabeth...

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu tomei a liberdade, ainda ontem, à noite, de falar com o nosso eterno Senador Sérgio Souza, que passou por aqui, e de convidá-lo, porque ele é do Paraná, mas ele falou que não poderia vir e me deu a ideia de convidar o Newton Cardoso Junior, que preside a Frente Parlamentar da Silvicutura.

Portanto, eu acho que a sua presença aqui, Deputado, na verdade soma muito a esta audiência pública.

Muito obrigado, Senadora Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – O seu número dado aqui praticamente chega perto, Senador Moka, e a projeção é mais otimista ainda, porque pode dobrar para 15 milhões de hectares até 2040.

Com a palavra o Senador Blairo Maggi, que fez um requerimento idêntico na Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Obrigado, Presidente.

Eu cumprimento os nossos convidados, a Srª Elizabeth, o Luiz Ramires e também o Deputado Newton Cardoso, que está conosco.

Seja bem-vindos a esta Comissão!

Realmente, a explanação que foi feita pela Drª Elizabeth nos deixa entusiasmados. Eu só fico com ciúmes porque vejo ali vários pontos de fábricas acontecendo no Mato Grosso do Sul e não veja nada ainda no Estado de Mato Grosso. Eu queria colocar o meu Estado à disposição. Não colocar o Estado à disposição, mas que pudéssemos conversar um pouco. Eu acho que o Estado de Mato Grosso tem uma experiência ainda inicial na área de produção de eucaliptos na região de Itiquira e em outras regiões do Estado de Mato Grosso.

Na região de Itiquira, que é na divisa com Mato Grosso do Sul, a ferrovia passa por dentro dessas áreas, e são áreas muito grandes que não se prestam para a agricultura, porque se fossem boas para a soja, milho, algodão, elas estariam ocupadas, mas é uma pecuária e ali precisa ter uma nova atividade econômica.

Portanto, por logística, e por acesso a essas áreas – há a ferrovia que passa nessa região, que vai desde Rondonópolis e ao Porto de Santos – há uma possibilidade de escoamento. É claro que está mais distante do que está Mato Grosso do Sul, e sei que isso pesa sempre nos negócios, agora, como as terras são mais baratas, não há tanta concorrência com os maciços florestais hoje colocados, penso que é uma situação que nós podemos conversar, principalmente se a associação pudesse... Eu vi que a associação é intimamente ligada com as indústrias, que dizer, cuida das árvores, porém, cuida em função dessas indústrias. Se pudéssemos fazer uma

pesquisa nessa região de Mato Grosso da parte agronômica, o que há lá... Já temos 10, 15 anos de plantios de eucaliptos, e, claro, a gente sabe que na parte agronômica tudo avança muito rápido, as mudanças são rápidas, o conhecimento, a tecnologia. O que se fazia há dez anos com o plantio de eucalipto com sementes não se faz mais, hoje é tudo com clones, e esse negócio muda muito rapidamente.

Então, eu gostaria de criar, abrir esse canal, solicitar essa possibilidade de nós conversarmos porque acho que temos a oportunidade de desenvolver um novo polo nessa área aqui na divisa de Mato Grosso com o Mato Grosso do Sul, nessa região, sem competir com cana, sem competir com soja, com milho, com algodão. Você vai competir com a pecuária, porém dá para conviver. E eu poderia dizer que é uma pecuária de pouca expressão, porque as terras são muito pobres. E a gente sabe que em agricultura, e nós estamos falando de árvores, mas em agricultura, se você tem temperatura, se você tem umidade e você tem terras planas para fazer a mecanização, o resto você faz, há custos mas você faz, é assim que a gente faz agricultura no Cerrado. Não vão pensar que aquilo ali é um maná que a gente está aproveitando, vamos chamar assim, do que Deus nos deu na fertilidade do solo. Não, ele nos deu um estrato, deu topografia e clima e falou: com o resto vocês se virem.

Eu sempre falo que, na agricultura, é diferente do que acontece nos Estados Unidos, na Europa, na Argentina, por exemplo, onde os produtores usufruem da riqueza natural, quer dizer, você planta, colhe e só faz a manutenção. Então, eles têm uma riqueza natural forte. Nós, no Brasil, principalmente no Centro-Oeste, nós não temos isso, nós, ao longo dos anos, estamos construindo essa riqueza. É diferente para quem ganhou e para quem tem que fazer. Por isso a agricultura no Brasil, no Centro-Oeste, é tão sustentável, porque se você não melhorar o solo ano após ano, ganhando produtividade, não avança.

Foi assim quando eu fui para Mato Grosso plantar soja. Eram 15, 18 sacos de soja por hectare, porque não tinha como fazer. E fomos melhorando o solo e tal, e hoje são 60, 70 sacos por hectare, duas safras, algodão que se produz, e todo mundo sabe que só se produz algodão em terras muito férteis, mas nós não tínhamos isso, nós tivemos que construir isso.

Eu acho que essa é a grande riqueza da agricultura brasileira, dar àqueles que estão vindo, às próximas gerações, algo que não tínhamos e que tivemos que construir. Então, na questão das árvores, da silvicultura, não é diferente. Tudo precisa ser construído, precisa ser investigado, estudado. E, feitas as pesquisas, dá para andar. Então eu gostaria de criar esse ambiente porque eu acho que todos podem, efetivamente, ganhar.

E, como disse na minha intervenção inicial, também acho que nós podemos pensar em produção de energia elétrica a partir de biomassa com outras espécies, talvez espécies que sejam mais rápidas de produção, em menos tempo para o seu desenvolvimento, e não com as qualidades e as necessidades para uma fibra de tão alta qualidade como é na indústria de papel. Então, eu acho que temos espaço para tudo isso.

Eu não sei se a Elizabeth tem como dizer... Além das terras das indústrias, vocês têm parceiros, pelo que entendi, vocês têm os fomentados, como você chama, que são aqueles parceiros que produzem nas suas próprias terras, eles ganham um pacote tecnológico e, ao final, eles vendem essas árvores, a madeira, e vai sobrar. Você teria condições de me dizer quanto sobra por hectare para um produtor desses, independente? Quer dizer, ele recebe o pacote, ele produz, e, no final, ele vende. E quanto sobra para ele, qual é a renda dele por hectare/ano?

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES (*Fora do microfone*.) – Esses contratos são por empresa, é bastante particularizado. Eu posso passar a informação para o senhor, porque eu não tenho esse dado aqui, mas eu, com certeza, vou lhe passar a informação.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Está bem, porque isso é uma coisa que chama a atenção do produtor. Ele vai fazer conta: eu vou deixar de criar aqui pecuária e vou fazer floresta, mas quanto é que me sobra no final do ano, ou depois de seis anos, de sete anos. Mas ele vai querer saber a renda dele por ano, quanto é que vai ser, não é?

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – Senador, no nosso caso, ele nem abandona o negócio que ele já tinha, vira uma multicultura. Então, nós temos fomentados que têm piscicultura, que têm culturas alimentares e, nessa mesma área, ele também planta eucaliptos. Então, para nós, é muito importante ter uma multicultura no entorno para não ficar só na monocultura.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Eu entendo, mas, no final, tem que haver renda. Se não há renda, não há negócio, não tem jeito.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – Não, não, mas eu acho que, como cresce muito a participação dos fomentados, e a madeira está muito requisitada, hoje o preço ainda é bom. Mas eu lhe trago o dado preciso sim.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – Está bem. Eu quero parabenizá-los, então, fiquei satisfeito de ver a sua explanação. Assim, 40 metros cúbicos de madeira por ano, ou até 60, dependendo, se você pegar sempre os expoentes da frente, os que são mais produtivos, contra sete ou contra dez metros cúbicos da Europa... Depois a gente passa a entender por que sempre houve muita restrição contra esse tipo de atividade no Brasil. Primeiro, por uma falta de política aqui, e vocês vêm correndo agora, se organizando des-

se jeito, vindo conversar com o Governo, e é assim que se faz. O Governo esquece de nos chamar quando nós somos do setor produtivo, mas, se nós nos organizarmos em associação, estivermos presentes, viermos nos apresentar... Essas associações precisam ter dinheiro, quer dizer, os próprios plantadores de florestas têm que contribuir para um fundo, e esse fundo ter condições de movimentar as pessoas para viajar, para representar. Quando você começa a colocar a cara, o Governo começa a olhar: espere aí, ali tem alguém organizado e chamo para conversar quando se vai falar desse assunto.

Então, a gente entende que os problemas internos e os problemas externos contra o negócio do Brasil nisso são evidentes. Como é que você vai concorrer com dez metros, sete metros por hectare, contra alguém que faz 40 ou 60? Quer dizer, só há um jeito, vamos colocar barreiras, vamos colocar pedras no caminho desses caras e vamos deixá-los chegar atrasados; vão chegar, mas vão chegar atrasados. Eu vejo, eu já fui várias vezes àquela região da Escandinávia, você vai lá na Finlândia, na Noruega, e os caras tiram madeira lá, cada pauzinho daquele é por cada 70, 80 anos, mas é a atividade deles. Se eles não tomarem providências e fizerem proteção do negócio deles, nós invadimos aquilo e eles não têm o que fazer mais com aquela atividade.

Quero parabenizá-los pelas explanações, estou satisfeito, mas quero poder criar esse canal para a gente desenvolver alguma coisa em Mato Grosso também.

Obrigado.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES (*Fora do microfone*.) – Com certeza, Senador. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Blairo.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco União e Força/PR - MT) – E sem tirar nada do Mato Grosso do Sul.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Mas não vamos deixá-los pegar muito do Mato Grosso do Sul, porque esse Mato Grosso é uma sucurizona, viu, eles vão engolindo tudo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – A Comissão de Agricultura vai ficar de mediadora dessa disputa aí, que é uma disputa saudável. Quanto mais, melhor.

Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Dr. Luiz Ramires, Drª Elizabeth, Deputado Newton Cardoso, nossa Presidente, é muito interessante o que a gente vive aqui na Comissão de Agricultura. Na semana passada, a gente fez aqui uma audiência pública sobre o Planaveg e, na discussão, nós debatíamos um compromisso que a Presidenta assumiu de recuperar 12,5 milhões de hectares em função, inclusive, do que prevê o Código Florestal. Quer dizer, o que nós estamos percebendo, para citar essas duas coisas, é que o Brasil vem construindo uma engenharia de marco jurídico e de ação produtiva muito positiva para o Planeta. E, na discussão de sexta-feira passada aqui, o que o ministério e os cientistas que estiveram conosco disseram é que, em 50% dessa área que tem que ser recuperada de vegetação nativa, a ideia é que seja de plantas exóticas, ou seja, que possa ser de floresta industrial, de árvore para indústria.

Então, o que isso nos mostra, a partir dessa brilhante exposição que a Drª Elizabeth fez para nós, muito bem sistematizada? Isso abre e nos chama atenção para um potencial grande, novo, inovador, inclusive, de geração de renda, de riqueza para o País, de divisa, porque celulose é muito exportada, e a capacidade que temos, a vantagem competitiva que a gente pode oferecer é que temos muito a crescer, e vocês têm um planejamento de longo prazo para isso, o que, às vezes, falta muito ao Brasil, do ponto de vista do planejamento. O Governo planeja por quatro anos, o que dificulta ter uma política de Estado, porque o planejamento é de governo, de quatro em quatro anos pode mudar o governo e pode mudar também a política.

Então, estou muito satisfeito com o que vi aqui hoje, muito animado. O Tocantins não tem o tamanho de Mato Grosso, mas tem um potencial grande para essa área também. A gente está lá à disposição. O plantio de florestas de eucaliptos cresceu muito.

Agora, uma pergunta que eu gostaria de fazer: como fica a questão do mogno, da cerejeira? Existem estudos? Porque são madeiras nobres. Nós temos também, para a área rural, madeiras importantes para continuar fazendo a divisão de pastos, essas coisas, como sucupira, cedro. Existem estudos sobre essas plantas nativas também, além do eucalipto e as que foram citadas? Como está isso?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Drª Elizabeth, sugiro que o Senador Flexa já faça a pergunta também, e a senhora responde aos dois Senadores.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia, que preside com competência não só a Comissão de Agricultura, mas o seu mandato, representando o Estado do Rio Grande do Sul; Srª Elizabeth de Carvalhaes; Sr. Luiz Junior; Srs. Senadores; Sr. Deputado Presidente da Frente Parlamentar de Silvicultura, eu represento um Estado, Drª Elizabeth, o Estado do Pará, que tem um papel importante na questão de florestas plantadas. Temos 24 milhões de hectares de áreas antropizadas. Grande parte dessa área antropizada se encontra abandonada, são pastos abandonados, tomados pela juquira. Ainda agora, o Senador Blai-

ro Maggi fez referência à necessidade de melhorar com fertilizantes os solos, para melhorar a produtividade. Quando ele chegou a Mato Grosso – para o bem de Mato Grosso; ele poderia ter ido ao Pará, mas, lamentavelmente, ele ficou em Mato Grosso, podia ter esticado até o Pará –, eram dez sacas por hectare, hoje são 60 ou mais sacas por hectare. Deve-se, evidentemente, ao trato do solo, mas deve-se também à pesquisa produzida pela Embrapa, com as sementes em condições de ter aumento de produtividade do plantio de soja, de algodão, de milho, por hectare.

Como eu dizia, Senadora Ana Amélia, fiz vários projetos aqui sobre a utilização de áreas de florestas plantadas, para que servissem como áreas de reserva legal. Ainda na reunião da CMA de terça-feira, o Senador Blairo Maggi, com razão, fez um parecer pela prejudicialidade de um projeto que apresentei, para que o plantio de árvores frutíferas pudesse também ser considerado como área de reserva legal. Fiz outro, que está tramitando até hoje, também pela prejudicialidade, porque o Código Florestal já incorporou esses projetos que apresentei.

O Pará tem hoje mais de 200 mil hectares de plantio de dendê, é o maior produtor de dendê do Brasil, produz quase 90% do dendê. O dendê é o ouro verde. Em 1994, fui à Malásia. Naquela altura, a Malásia tinha 2,5 milhões de hectares de dendê plantado, era e é ainda a maior produtora de dendê do mundo. O Pará tem 8 milhões de hectares propícios ao plantio do dendê. Então, o Brasil pode ultrapassar a Malásia em várias vezes e ser o maior produtor do mundo. O Ministério do Meio Ambiente e o Ibama não consideravam, não queriam aprovar o projeto que apresentei porque consideravam que o dendê não era uma árvore nativa, era exótica. Por isso, não podia servir como reserva legal.

Com relação às florestas plantadas, quero parabenizar a indústria brasileira de árvores e quero lamentar que a fábrica de celulose da Suzano, que foi para o Maranhão, não tenha ficado no Pará, pela cegueira da então Governadora do Estado do Pará à época, que não deu aos empresários da Suzano a atenção necessária para atrair para o nosso Estado uma indústria desse porte. Aí, o Maranhão deu a eles a atenção e levou. O que acontece, Drª Elizabeth, Presidente Ana Amélia? Parte das árvores que vão para a Suzano, para a produção de celulose, são plantadas no Pará e levadas para o Maranhão. Aqui mesmo, na exposição da Drª Elizabeth, em florestas plantadas, histórico, ela mostra a área do Pará, Piauí, Maranhão, mostra que o Pará também tem participação nisso.

Existe um projeto no Pará e um Município que é modelo, já fiz referência várias vezes a ele: o projeto é Municípios Verdes, o Município é Paragominas. Desses 24 milhões de hectares, hoje, o Pará tem o quarto rebanho bovino do Brasil, vinte e poucos milhões de cabeças, só que lá a relação era um animal por hectare, que hoje não existe mais. Então, desses 24 milhões de hectares, a maioria deles usada para a pecuária, vão sobrar, no mínimo, se a gente considerar três cabeças por hectare – e pode produzir muito mais –, vão sobrar em torno de 16 milhões de hectares para serem usados para a agroindústria ou plantio de florestas. O pecuarista, no nosso Estado, acho que no Brasil inteiro, já fez as contas de que é mais rentável ter a floresta plantada na sua área, na sua fazenda, do que a pecuária. Então, ele está migrando, sem perder o número de cabeças que tinha, para o plantio de árvore. Esse projeto de Municípios Verdes é um pacto, liderado pelo Governo, mas com participação da sociedade, porque senão não tem jeito, para não derrubar uma única árvore mais. Não há necessidade de derrubar árvore da floresta.

A Amazônia e, em especial, o Pará, são tidos como o vilão da história do desmatamento. Os desmatamentos que ainda existem no Pará são feitos de forma ilegal e têm que ser penalizados, porque o empresário, aquele que procura trabalhar dentro da legalidade, às vezes, o próprio Ibama empurra o empresário para a ilegalidade, pelos entraves, pelas dificuldades que tem.

Então, eu queria deixar aqui, para a Indústria Brasileira de Árvores, o convite: o Pará está de braços abertos. Vi que há necessidade de aumentar 50% da produção de celulose, de 2014 para 2020. Como estamos em 2015, são só cinco anos. Vão ampliar as indústrias existentes e vão instalar novas indústrias. Que a próxima indústria possa ser no Pará. Nós gostaríamos muito de receber a representação das florestas plantadas, para que a gente pudesse mostrar e colocar o Pará à disposição.

Concluindo, Senadora Ana Amélia. A história do Pará é muito longa, ele está muito longe, é preciso que o resto do Brasil saiba que o Pará existe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Todos aqui querem contar a história dos seus Estados, Senador. Todos querem, todos querem. Tocantins quer, Mato Grosso quer...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É verdade. Mas eu já sou quase o último, depois é o Deputado. Vou só dar um exemplo. Cinquenta anos atrás, o então considerado um dos homens mais ricos do mundo, o Ludwig, levou ao Pará uma fábrica de celulose, navegando. Ele trouxe a fábrica de celulose em cima de uma barcaça, veio navegando, ancorou no Jari, no Município de Almeirim, e começou a produzir celulose. Ele quis, naquela altura, construir uma hidrelétrica de 100MW, para que ele pudesse ter energia para melhorar a rentabilidade da sua empresa. O governo de então, dos militares, não o deixou construir a hidrelétrica. O que

ele fez? Ele tinha mais de US$1 bilhão investidos. Ele abandonou – abandonou – o que tinha feito de investimento e foi embora para os Estados Unidos. Hoje a indústria ainda existe e está voltando a produzir celulose, teve problema, mas está retornando a produzir celulose.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Flexa faz, como o Senador Blairo, como o Senador Donizeti, um convite para que a Indústria Brasileira de Árvores esteja nesses Estados.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E o Rio Grande do Sul também, não é, Senadora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sou a terceira, vou esperar todos primeiro.

Senador Donizeti, já passo a palavra de volta ao senhor.

Apenas quero fazer três ponderações à senhora. A senhora falou que mais de 50% da exportação da madeira produzida, sejam os produtos derivados da madeira ou a árvore como matéria-prima, é para a China. Nós estamos vendo hoje o noticiário da China com uma crise muito grave. Qual é o risco que a concentração para um único mercado pode representar numa hora dessas?

Segunda questão: nós tivemos aqui um debate, no Brasil – e aí, conceitualmente, como a Indústria Brasileira de Árvores enfrenta isso? –, quando o etanol foi desenvolvido, que estaríamos ocupando áreas de produção de comida para produzir álcool, etanol. Hoje, como a árvore também está sendo usada, houve invasão de um laboratório de eucaliptos, de uma produção, de um centro de pesquisa, pela Via Campesina e MST. O discurso era: "Nós não comemos árvores." Aqui foi provado que há compatibilidade da diversificação: a mesma área que tem árvore tem também a produção de comida – arroz, feijão, mandioca, batata-doce, o que é de consumo de previdência. Então, como vocês trabalham com esse discurso em relação à produção de etanol?

A senhora também falou da diversificação da nanotecnologia, naqueles produtos tão especiais que vão para uma asa de avião, mas lhe faço uma pergunta. Pouco se falou... O Senador Donizeti falou de algumas variedades; o Senador Flexa, sobre frutas; eu lhe pergunto também sobre resinas, porque o Rio Grande do Sul produz e exporta resinas, que têm alto valor agregado, e também os extratos tanantes, que advêm da acácia mimosa, produzida no Rio Grande do Sul. Também são produtos derivados do plantio para exportação. E *pellets*, que também estão sendo produzidos no Estado, para exportação, inclusive, para a Inglaterra, como V. Exª disse.

Agora volto ao Senador Donizeti, para suas respostas, e ao Senador Jorge Viana.

Quero agradecer muito, porque esta Comissão tem tido um apoio muito grande dos Senadores, participando, especialmente, de um debate desses. O Senador Jorge Viana, apenas para isso, foi, junto com Luiz Henrique da Silveira, de grande e saudosa memória, Relator do Código Florestal, que tem tudo a ver com árvores.

São os colegas Senadores.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Uma coisa que eu ia colocar, a senhora já colocou.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, então. Ótimo.

Passo antes ao Senador Jorge Viana, para que ela responda, em seguida, ao Deputado.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Eu queria cumprimentar os colegas Senadores, a Presidente Ana Amélia, os nossos convidados. Não sou membro desta Comissão, não tenho a honra de sê-lo, porque são tantos afazeres, mas sou membro da CMA, a Comissão de Meio Ambiente, e aqui é uma reunião conjunta.

Eu queria, primeiro, parabenizar o Senador Moka, a Senadora Ana Amélia, o Senador Otto e todos os colegas, por estarmos realizando esta audiência.

Agora, no começo de setembro, estou indo para a África do Sul, para Durban, porque vamos ter o Congresso Florestal Mundial. É um tema em que tenho um compromisso de vida, tenho procurado trabalhar, como engenheiro florestal. Acho que o nosso País tem uma dívida enorme. Um país como o nosso ter, não sei, os senhores já devem ter falado, um pouco mais de 6 milhões de hectares de florestas, chegou a 7 milhões de hectares de florestas plantadas. Isso é nada, para um país como o nosso, é nada, Senador Flexa. Estamos com um déficit de floresta enorme. Especialmente neste ano, quando vamos ter a COP 21, o Brasil conseguiu reduzir o desmatamento, mas não conseguiu ampliar as áreas de florestas plantadas.

Acho que a política de floresta plantada é pouco empoderada no nosso Governo, na governança brasileira. Nosso foco estava sempre na redução do desmatamento. Isso era importante, o Brasil teve sucesso, a redução das emissões dos gases de efeito estufa se deu com a redução do desmatamento, mas poderia ser ampliada fortemente, se plantássemos floresta, se ampliássemos as áreas de floresta. Um país como o nosso era para ter 20, 30 milhões de hectares de florestas plantadas, isso no barato, Senador Moka, e temos perto de 7 milhões só. A China chega a plantar 2 milhões de hectares de floresta num único ano. Nós, em 500 anos, temos 7 milhões de hectares de florestas plantadas e quase 400 milhões de hectares desmatados.

Então, é uma equação que não tem cabimento. Acho que uma das graves falhas... Eu cobrei da Ministra Izabella Teixeira, da própria Presidenta Dilma, como lembrou a Senadora Ana Amélia, na relatoria que tive o privilégio de partilhar com o Senador Luiz Henrique, do Código Florestal, nós cobrávamos uma conta no pós-código, que está valendo. Fiz uma palestra agora, quando vieram os parceiros alemães para um debate, eu estava lá. Acho que o Brasil precisa reestruturar o setor de floresta. O Serviço Florestal Brasileiro está muito fraco, não tem poder. A Ministra Izabella está revendo isso, estou procurando ajudar, e acho que temos que fazer uma operação em que floresta plantada tenha mais força, em todas as áreas do Governo. Que seja uma estratégia do País alcançar, plantar mais 15, 20 milhões de hectares de florestas, no médio prazo. Na hora em que o Brasil assumir isso, vamos ter uma mudança forte, porque, Senadora Ana Amélia, o PIB do setor florestal – e aí é fortemente a parte de celulose, que agora melhorou o preço, por conta do dólar – é perto de 4%.

Temos uma participação insignificante do PIB mundial, só que o Brasil tem a maior biodiversidade, a maior área de floresta tropical do mundo, Senador Flexa, e participa com perto de 4% do PIB. É quase nada. Estou falando das florestas plantadas. O manejo de floresta, que também se somaria a esse esforço de ampliação, sinceramente, não trabalhamos de maneira séria com isso.

Então, eu só queria cumprimentar todos os colegas por esta audiência, agradecer a presença dos nossos convidados e dizer que temos que aproveitar este ano. A própria FAO tem trabalhado o tema das florestas, no tempo de discutir e debater mudança do clima, que é uma realidade hoje.

Fiz uma postagem, esta semana, fotografando um termômetro de praça, lá em Rio Branco, que pus quando era prefeito, numa praça: estava 41 graus. As informações que temos é que, mês passado, tivemos as temperaturas históricas mais altas. Desde 1880, não tivemos temperaturas tão elevadas, no nosso País, como agora. O maior aliado, além de mudarmos o nosso modelo de produção e consumo, certamente são as florestas. Penso que, exatamente, no ano em que o mundo tenta pactuar, fazer um documento que possa suceder Quioto, temos que fazer debates como esse. Também estou propondo outro, na CMA, que possa ir um pouco adiante, por isso eu queria parabenizar a Comissão de Agricultura, o Senador Moka, a Senadora Ana Amélia e todos os colegas desta Comissão, os colegas também da CMA, a Comissão de Meio Ambiente, porque acredito que o Senado tem que fortalecer esse debate aqui.

Nós aprovamos o Código Florestal, que agora está na fase de implantação do CAR, o Cadastro Ambiental, que vai ser a melhor ferramenta para que o Brasil possa fazer melhor gestão do uso do seu território. É um ganho que só agora todo mundo está vendo, a importância que foi termos votado o Código. Votamos a Lei de Acesso à Biodiversidade também, que é outro instrumento poderosíssimo para nos ajudar a ter uma nova economia, um economia realmente sustentável. Acho que temos que tomar uma decisão: melhorar a presença, a governança sobre florestas dentro do Estado brasileiro, que hoje está muito fragilizada, não tem metas, não tem políticas razoáveis estabelecidas, não digo nem ousadas – eu aposto nas ousadas. Numa hora de crise como essa, nada como plantar árvores, nada como trabalhar com as florestas, porque você se sintoniza com o debate do planeta e, certamente, tem um fortalecimento duradouro da nossa economia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senadora Ana Amélia, penso que podíamos dar a palavra para o Deputado Newton Cardoso, e aí eles já responderiam a todos os questionamentos. Se V. Exª me permitir, eu faria desse jeito.

Com a palavra, agradecendo mais uma vez, o Deputado Newton Cardoso.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Muito bom dia a todos e a todas, Sr. Presidente em exercício, Senador Waldemir Moka, a quem agradeço o gentil convite para participar nesta manhã, na Comissão de Meio Ambiente, em audiência conjunta da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Reforma Agrária e Agricultura; Srs. Senadores, Srª Senadora; Sr. Luiz Ramires Junior; Srª Elizabeth de Carvalhaes.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, antes de eleito Deputado Federal, sou do setor florestal há exatos 20 anos. Estou no ramo florestal desde os primórdios da minha adolescência, com minha família. Investimos muito nesse setor, em Minas Gerais, e passamos a ver o potencial, mas também a ter o prazer de trabalhar nesse setor, que gera emprego, que melhora o IDH das regiões onde há florestas, mas, principalmente, com renda e tributos para o País, não só no mercado doméstico, mas no mercado externo.

Srª Elizabeth, a senhora conseguiu, através da sua apresentação, transformar um setor que já é pujante, que já é forte e importante para a nossa economia em algo ainda melhor. Meus parabéns! Muito bem apresentado, resultado da sua eloquência ao apresentar esse nosso setor. Poucas coisas precisariam ser acrescentadas à sua apresentação. Entendo que temos que evoluir e aprender a partir disso. Somos um país que tem não só a produtividade de florestas, mas também extensão territorial adequada para esse desenvolvimento. Nenhum outro lugar do mundo reúne condições semelhantes, só o Brasil tem essa condição e só nós temos esse momento para realizar tais investimentos.

Portanto, vejo que temos hoje, na Frente Parlamentar da Silvicultura, uma missão muito clara, que é permitir que a indústria, que o setor florestal brasileiro possa se desenvolver, possa crescer, num ambiente de segurança jurídica, num ambiente propício aos investimentos, porque a demanda está clara, seja no setor de celulose e papel, de painéis, ou mesmo de carvão vegetal, onde comecei meus trabalhos, como executivo do setor, seja no setor de energia.

Os Estados Unidos fizeram um acordo recente com o Brasil, para que 20% das nossas fontes de energia elétrica fossem de energias renováveis, excluindo-se a geração hidroelétrica. Hoje as nossas fontes são aproximadamente 8%, e aí estão somadas eólica, solar e a energia gerada a partir da biomassa. Portanto, o nosso potencial de crescimento, apenas na geração de energia a partir da biomassa, é enorme, e é a fonte que mais rapidamente pode ser agregada ao sistema, por conta da integração, de onde há florestas e redes elétricas que permitam o crescimento da geração de energia.

Portanto, algo que eu gostaria de acrescentar é a possibilidade de gerarmos energia no País, de forma competitiva, de fonte renovável, com investimentos que, provavelmente, saem muito mais rápido do que outros investimentos na área de energia.

Peço licença, Srª Elizabeth, para comentar um número em relação ao fomento, que o Senador Blairo Maggi perguntou. Pelo menos em Minas Gerais, a informação que tenho, Senador, e também uma informação do Mato Grosso do Sul, onde estive recentemente, é que os preços variam muito, a renda do fomento florestal varia muito. É uma renda complementar, raras vezes é a renda principal de uma fazenda, daquele pequeno agricultor. Em Minas Gerais, varia de R$250 ha/ano até R$700 ha/ano. No Mato Grosso do Sul, tive informações de que os números estão nessa faixa, talvez em torno de R$500, principalmente na região de Três Lagoas, tendo em vista o grande crescimento do setor de celulose naquela parte do Estado.

Muito bem. Em relação à Frente Parlamentar da Silvicultura, temos uma pauta legislativa que eu gostaria de tratar brevemente, porque entendo ser de suma importância a integração dessa pauta com a pauta do Senado. Temos hoje a concentração, o tratamento da floresta plantada quase que exclusivamente no Ministério do Meio Ambiente. Somente em janeiro deste ano, com a aprovação do Plano Nacional de Florestas, começou-se a discutir a vinda da floresta plantada para o Ministério da Agricultura. A nossa opinião é de que a floresta plantada precisa ser tratada como qualquer outra safra, portanto, exclusivamente no âmbito do Ministério da Agricultura, livre, desburocratizado, sem qualquer impedimento ao plantio e à colheita da floresta plantada, desde que, claro, respeitando todo o limite legal do Código Florestal, principalmente, as áreas de reserva, as áreas de preservação permanente, que, hoje, já é algo que faz parte do dia a dia do produtor florestal.

O reflorestamento também deveria deixar de ser uma atividade potencialmente poluidora, como o Senador Flexa comentou. Hoje ele ainda é considerado uma atividade potencialmente poluidora, e isso não faz sentido. O nosso setor, até por conta de erro de algumas empresas nestes últimos 20 anos, aquelas empresas de siderurgia que utilizam carvão vegetal como base de produção, algumas empresas isoladas – não é a realidade do setor –, infelizmente, cometeram alguns erros e acionaram a ida do Estado, no que tange ao combate ao consumo de carvão produzido a partir de madeira explorada ilegalmente. Isso ensinou uma lição a esse setor, mas, daí a tratar o setor ou tratar a floresta plantada como atividade poluidora, ou mesmo considerar que todo o setor prejudica o meio ambiente, está errado, como apresentou muito bem a Srª Elizabeth nesta manhã.

Eu defendo uma opinião: defendo que a gente deveria tratar a questão da recuperação de áreas diferentemente do que tenho ouvido do Ministério do Meio Ambiente. Em minha opinião, o Ministério está tratando a recuperação de áreas degradadas e recuperação de áreas de reserva legal como uma coisa só. Nesse momento, é ideal que o produtor florestal tenha o direito de recuperar áreas degradadas ou áreas já antropizadas, ou até abandonadas, com o replantio de florestas exclusivamente para uso comercial, para os devidos fins comerciais para os quais ele tenha necessidade no desenvolvimento do seu negócio, e que as áreas de reserva legal recuperadas não sejam recuperadas para fins comerciais, mas reservas legais porque a gente precisa manter também um mínimo de biodiversidade, um mínimo de comunicação dos biossistemas, de toda a biodiversidade nacional, dentro dessas áreas de preservação permanente e de reserva legal.

Portanto, não considero – e estamos tratando isso, na Frente Parlamentar, como algo diferente do meio ambiente – que é uma coisa só. A Ministra falou em recuperar 12 milhões de hectares. Aquilo que for reserva legal, recuperaremos como reserva legal. Aquilo que for área útil de uma fazenda, de uma unidade individual, seja recuperada com floresta. Não precisa ser só o eucalipto, podemos falar do pinus, podemos falar de outras essências que têm fins comerciais, quaisquer que sejam. Nesse sentido – talvez eu não tenha observado o início da sua apresentação, Srª Elizabeth –, o pinus é uma planta que chama muito a atenção pela sua utilidade comercial. O pinus é plantado no Brasil em duas regiões, no Sul, e um pouco no Sudeste, em Minas Gerais – na nossa Região Centro-Oeste não mais. Apesar de o tempo de plantio, de produção ser mais longo do que o do eucalipto, a versatilidade do pinus é algo que merece destaque.

Senador Waldemir Moka, o pinus, a partir da resina que é extraída aos oito, nove anos de idade da planta, como se fosse extração de seringueira, muito semelhante, produzem-se mais de 3 mil produtos diferentes, que vão desde o chiclete até cera de depilação, óleos de diversos tipos para a indústria química. A versatilidade desse produto é fantástica. O Brasil tem um grande potencial, sendo hoje o segundo maior produtor mundial, depois da China. Precisamos tratar dessa produção, defender essa produção, para que o Brasil seja um grande expoente nesse setor.

A terceira pauta que é nossa pauta legislativa é a criação de um certificado de crédito florestal que faça com que a madeira passe a ser uma *commodity*. A madeira precisa ser tratada como um instrumento que possa também ser um instrumento financeiro também. É um formato que entendemos que vai viabilizar o aumento dos investimentos no setor e criar um ambiente de segurança para quem investe com vista a seis, sete anos à frente.

Outra discussão que temos é a questão da compra de terras por estrangeiros.

Entendemos que um dos grandes impedimentos à expansão do setor florestal no País é a restrição de compra de terra, hoje, como está dado pelo parecer da AGU. Não queremos abrir o País para ser comprado por fundos soberanos ou quaisquer outros investidores estrangeiros que queiram dominar e só usar para fins particulares de cada Nação, mas criar um ambiente para que esses investimentos que estão hoje represados sejam liberados, para que o País possa receber esses recursos e investir em florestas. Portanto, vamos defender, em alinhamento com a própria Ministra da Agricultura, Kátia Abreu, que já sinalizou que é uma pauta que interessa também ao Ministério da Agricultura.

Além disso, temos a PEC 215, que está em discussão na Câmara dos Deputados, que trata da destinação de áreas indígenas, da demarcação, principalmente. Hoje, pelo menos em alguns Estados da Nação, a demarcação tem sido objeto de conflito e de retração dos investimentos do setor florestal. Respeitando todas as culturas, respeitando os índios do País, precisamos tratar os impactos dessa PEC, da demarcação de terras indígenas na produção florestal.

Por fim, apenas um comentário em relação ao carvão vegetal, que é um dos produtos que podemos extrair da madeira. Produzir o aço, hoje, no Brasil, a partir do carvão vegetal – esse é um número já levantado pelo nosso setor –, permite que possamos liberar na atmosfera, a cada tonelada produzida, em torno de 200kg de oxigênio, porque a floresta cresce sete anos liberando oxigênio, e a produção com carvão vegetal não consegue consumir oxigênio suficiente para superar a geração, a produção que a floresta acumulou nesses sete anos. Além disso, a floresta consome quase duas toneladas de dióxido de carbono, a cada tonelada de aço produzido com carvão vegetal.

Esses números, quando produzidos com carvão mineral, são exatamente o inverso. Daí a importância do setor florestal, da defesa desse setor para o crescimento da produção de aço no Brasil e para a melhoria dos nossos investimentos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso vale também para termoelétricas, para gerar energia a partir...

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Da biomassa? Com certeza, Senador. A termoelétrica a carvão mineral vai, essencialmente, produzir, eliminar dióxido de carbono; a biomassa produz o mesmo efeito.

Vou encerrar imediatamente, Senador.

Colocando a Frente Parlamentar à disposição de todos, dos Senadores, convido todos os Senadores que possam também integrar a Frente, para fazer parte dessa nossa defesa do setor florestal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Peço desculpas, é que temos que passar a palavra aos debatedores.

Registro a presença do Senador José Medeiros, também do Mato Grosso.

Depois de ouvi-los, se for... A não ser que V. Exª queira fazer uso da palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Senador Moka, pela ordem.

Tenho que ir para a CRE, com todo o respeito, inclusive, ao Deputado que está nos visitando, que é um dos líderes da Frente Parlamentar da Silvicultura, mas não posso sair sem, pelo menos, deixar minha posição absolutamente divergente da pauta que o Deputado apresentou. Sou engenheiro florestal e discordo de todos os pontos que ele apresentou, porque acho que será um desastre para o País essa história de querer pôr floresta dentro do Ministério da Agricultura.

A floresta é tão grande, Deputado! V. Exª é um lutador por essa causa, reconheço, só estou discordando porque sei da sua boa intenção. Seu propósito é que floresta seja empoderada, tenha política, que o Brasil multiplique, nisso estamos de acordo. Mas quero discordar porque esse certamente não é o caminho. Temos, no agronegócio, o nosso melhor negócio hoje. Salva, inclusive, a economia, estamos nos escorando... Está aqui o

Senador Blairo, o Senador Moka, que é um lutador. Para mim, o Brasil já está acertando a mão, é safra recorde em cima de safra, graças ao sacrifício dos produtores – pequenos, médios e grandes – e de todos que lutam por essa causa.

É um reconhecimento fantástico! E, agora, com o novo código, eu acho que a gente vai dar mais segurança jurídica, o Brasil vai crescer mais.

O nosso problema, é que, no negócio de florestas, estamos muito atrasados. E aí, se floresta for para lá vai virar um pequeninísimo negócio – essa é a minha opinião –, dentro de um grande negócio. Não vai dar certo.

É minha opinião. Vou lutar pelo contrário porque, vencida a discussão do Código Florestal, o Brasil tem...

Aliás, se era para acabar ministério, acabasse o...

Como é que um país com o nosso não tem espaço para floresta e vai pôr dentro da agricultura? Não combina. Não dá certo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Senador...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Minha opinião. É só uma opinião para ficarem duas na discussão.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – É uma discussão maravilhosa que tenho o prazer de colocar à disposição para falar desse assunto com V. Exª.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu penso que, se formos iniciar esse debate aqui...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente Moka.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... nós não vamos... Eu também tenho uma posição divergente da de V. Exª, e aí, nós vamos começar a ter...

Eu penso que...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Presidente Moka. Pela ordem.

Eu só gostaria também de registrar a minha posição. Sou totalmente contrário à visão do Senador Viana. Floresta plantada é agronegócio, tem que estar na agricultura, Nós não estamos falando de floresta nativa.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Moka...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Floresta plantada é como se fosse soja, arroz, milho, algodão, e por aí vai.

Vou defender a posição da Frente Parlamentar da Silvicultura porque acho que é o correto. É o correto, até para incentivar a...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senadores...

Senador Moka, eu queria retomar o assunto, até por que tenho que ir para outra comissão.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu vou pedir a V. Exªs que ouçamos as respostas aos questionamentos, porque se nós formos levar o debate para esse lado, nós vamos transformar... E podemos até...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Fazer uma audiência própria para isso.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco Maioria/PMDB - MS) – Específica para isso.

Senador José Medeiros, permita-me, e aí V. Exª fala por último, então.

Com a palavra, primeiro, a Srª Elizabeth.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – Vou dividir um pouco a fala com meu colega. Então, eu vou pegar mais os temas econômicos, e ele vai, depois, abordar os detalhes das espécies.

Eu queria tocar no ponto que o senhor mencionou, dos 12 milhões de hectares adicionais. Isso foi motivo de uma declaração, nos Estados Unidos, entre a nossa Presidente da República e o Presidente americano.

Após o conhecimento dessa disposição do Brasil de ampliar 12 milhões de recuperação florestal, nós começamos a fazer esses estudos, o que é que esse setor pode colaborar, posto que, para cada hectare plantado, nós recuperamos 70% de alguma área de floresta nativa.

Os nossos números indicam – eles não são números oficiais, eles são resultado de exercício, mas nós vamos trazer isso ao Governo brasileiro – que o setor de floresta plantada e recuperação de nativas pode responder por 82% desses 12 milhões de hectares a partir de já, porque é a expansão florestal que nós já anunciamos antes. Então, esse é um programa importante para o País e para o setor.

Eu queria passar um pouquinho pelos comentários da Senadora Ana Amélia relativos à situação da China.

A situação da China, de fato, impactou várias *commodities* e irá, talvez, impactar mais, também a queda da moeda, mas a celulose tem outra história nesse cenário, porque a China não é autossuficiente em celulose e não será. Quer dizer, nas nossas previsões, de até 2050, que é com o que já se trabalha hoje em várias indústrias, a China não terá autossuficiência em celulose por diversos motivos, naturais e políticos.

Naturais porque a China não tem água, então, enquanto outras melhorias genéticas, sobretudo resistência hídrica, não forem descobertas e não forem plantadas, a China não tem condições de fazer uma plantação em larga escala; em segundo lugar, porque a China tem invernos extremamente rigorosos; em terceiro lugar, porque a China tem uma terra de controle estatal bastante restrito no avanço de investimentos.

Então, as situações econômicas da China não afetam a compra de celulose, principalmente porque a China não é exportadora desse produto.

A China é, sim, exportadora de papel, por exemplo. Então, a desvalorização do yuan afeta, afeta a queda do mercado. Mas o que acontece na China, hoje, em relação a nossa celulose? A China tem feito movimentos – consideremos modestos, conservadores, até milimétricos, se quisermos ver assim – em relação ao seu mercado interno, só que, por mais que a China caia em PIB, qualquer número de PIB chinês jogado sobre 1,7 bilhão de consumidores é um número astronômico para a capacidade brasileira de produção.

Quero dar um exemplo para vocês. O Brasil está entrando num novo negócio de celulose, celulose para vários tipos, e existe uma celulose que tem um nome até gozado, meio onomatopaico, chama-se *fluff*. Essa celulose faz fralda de bebê, fraldinha de bebê, não é algodão, é celulose.

A empresa Klabin, que é a maior produtora de papel-cartão do mundo, entrou nesse negócio de celulose e vai lançar uma fábrica com 2,3 milhões de toneladas de celulose, 100% dedicadas à China, para o negócio de fraldas de bebê.

Então a China tem tido impactos, sim, mas quando a China não tem autossuficiência, não é vendedor nem produtor...

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Jari também mudou a planta ...

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – ... para celulose de tecido e começou a produzir agora, há pouco tempo, os primeiros carregamentos também focados no mercado chinês.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – Exatamente.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – Para produção de tecido. Imaginem! As pessoas nem sabem, mas celulose é para alimento, para tecidos.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – O Brasil tem celulose para tecido.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Apoio Governo/PT - AC) – É interessantíssimo.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – E um último comentário em relação às *commodities*, que foi o grande impacto da China, já que a demanda de celulose é muito alta, há muito mais demanda do que oferta, porque, nas crises mundiais, mais ou menos 20 milhões de toneladas de celulose deixaram de ser produzidas no mundo por fábricas obsoletas, e o Brasil ocupou esse espaço.

Então, a celulose é uma *commodity* que tem, agora, um perfil, um caminho completamente diferente dos minerais, que estão numa situação crítica, dos grãos; o preço da celulose aumenta, aumentou já três vezes este ano, então, como *commodity*, é a única *commodity* que tem uma curva de crescimento, aliado, naturalmente, à valorização cambial. Então, especificamente em 2015, nessa crise bastante difícil e complicada, as empresas produtoras de celulose têm uma recuperação de liquidez cada vez mais acelerada.

Então, aumentamos o volume de venda mundial, Europa, China, Estados Unidos, a precificação e o câmbio.

Saindo da China, entrando na disputa dos territórios. Como fica a discussão do uso da terra? Essa é a mais importante discussão hoje implementada pela FAO: como ocupar a terra entre os alimentos, a agricultura, quer dizer, a sobrevivência humana, outras necessidades, os combustíveis renováveis e o próprio uso da madeira?

Essa disputa territorial tem que ser vista associada à tecnologia. Isso é um privilégio para o Brasil nas florestas plantadas, como na agricultura e como no combustível renovável.

Eu disse, aqui nesta sala, que nós vamos passar para 15 milhões de hectares de floresta plantada, usando altíssimas tecnologias, que aumentam a produtividade. Produtividade é a quantidade de metro cúbico de madeira por árvore, então, se nós não tivéssemos as grandes tecnologias – assumamos que este País não investisse em tecnologia, em genética –, nós não precisaríamos de mais 8 milhões, mas precisaríamos mais de 10, de 12, de 14 para produzir a mesma quantidade de madeira.

Então, o que o Brasil tem de melhor, seja na agricultura, seja nas florestas, é exatamente o investimento tecnológico em engenharia genética, que faz a gente produzir cada vez mais em menor ou em não tanto espaço quanto há 15 anos.

Essa discussão territorial é realmente difícil. Acho o Brasil um país bastante privilegiado nessa linha, em termos de área disponível. Então, não vejo... Além do que, a entrada em outros usos, a celulose vai entrar em produtos farmacêuticos, fortemente, quer dizer, essas cápsulas de remédio já são feitas de celulose.

Então, a multiplicidade de produtos no mercado a serviço do ser humano é que vai dar mais vigor a essa indústria.

E há a possibilidade de gerar energia, o que também foi mencionado aqui. Esse é um importantíssimo ativo do Brasil, essas empresas são todas autossuficientes em energia já hoje, todas oferecem energia ao mercado interno brasileiro e todas serão potencialmente grandes exportadoras de energia de biomassa. E essa, sem dúvida nenhuma, é uma grande carência planetária – nós vimos aí que o Planeta precisa duplicar a oferta de energia.

Eu acho que, com isso, eu respondo. Para as espécies específicas, eu passo para o meu colega Ramires, que pode tratar melhor isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada.

Três minutos.

O SR. LUIZ CALVO RAMIRES JUNIOR – É rapidinho.

Eu também serei breve, para conseguir colaborar com a resposta para o Senador...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Donizeti.

O SR. LUIZ CALVO RAMIRES JUNIOR – ... Donizeti.

Infelizmente, eu não tenho a formação técnica, mas estamos, há muito tempo, militando na área florestal com a empresa da minha família, há mais de 20 anos. O que sempre vemos durante as pesquisas que são feitas é o seguinte: nós não vemos o envolvimento dos institutos de pesquisa com áreas nativas, ou com espécies nativas.

Uma das grandes dificuldades – dentre as que eu já vi serem externadas por técnicos – é que essas espécies... Você tem dentro da nossa própria biodiversidade muitos parasitas, muitos problemas causados dentro da nossa própria espécie, e isso dificulta a produtividade em larga escala de certas espécies. Porém, existem exemplos positivos no caso do Pará – por exemplo, do paricá, que é uma espécie nativa que hoje é bem produzida no Pará, e até o Senador Flexa Ribeiro não citou; é uma atividade grande com uma espécie nativa, que é o paricá.

Acho que nós deveríamos incentivar... Falta muita pesquisa na questão das espécies nativas do Brasil, no uso como floresta plantada. Porém, o que tenho de informação é principalmente a dificuldade com pragas já estabelecidas aqui e que acabam fazendo... É o que acontece com espécies de eucalipto na Austrália – um exemplo. Lá há muitas pragas locais que acabam dificultando um pouco o processo de produção em larga escala, o que não acontece aqui.

Acho que esse é um dos principais motivos de não ter sido produzido com espécies nativas.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – De qualquer modo, a exposição que a Drª Elizabeth fez mostrou a compatibilização e a preservação das matas nativas com a silvicultura. Eu penso que é isso.

Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu tenho que me retirar, mas, antes, quero agradecer a oportunidade de estar aqui ouvindo. Precisamos fazer o debate com o Deputado.

Eu, quanto às terras para estrangeiros, penso que o País deveria fazer concessão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Melhor.

Eu, quanto às terras para estrangeiros, penso que o País deveria fazer concessão, para que o Governo continuasse tendo governabilidade sobre isso, dentro um plano bastante organizado, com marco regulatório bastante seguro. Então, precisamos fazer um debate sobre isso.

Muito obrigado, Ramires, Drª Elizabeth, Presidenta.

Colegas, um bom fim de semana.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Esse é um bom tema.

Obrigada, Senador Donizeti, pela presença.

Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Nessa questão de terra para estrangeiros, eu acho que a Drª Elizabeth acabou não tocando muito.

O que ouço dizer é o seguinte. Não há a parceria internacional? Quando se compra terra, a terra é usada como garantia de financiamento, mas, se ele não detém a propriedade, ele não tem o que dar em garantia. Então é uma coisa que acaba dificultando, por exemplo, uma parceria. Não precisaria nem ser majoritário o capital estrangeiro, mas aquilo não se transforma em um bem que se possa dar como garantia em um possível financiamento. Esse é um dos temas.

O Senador Blairo Maggi e eu – e tenho conversado muito sobre isso com a Ministra Kátia Abreu – estamos discutindo e, agora, nessa pauta da chamada Agenda Brasil... Eu, conversando com o Senador Renan e com o Senador Blairo... Fará parte da pauta da Agenda Brasil a questão da terra para estrangeiro. Nós vamos apresen-

tar um projeto com restrições – por exemplo: eu também sou contra você vender terra para fundo soberano; não tem sentido se ter um Japão dentro Brasil, uma China dentro do Brasil.

Nós não estamos falando disso. Nós estamos falando de investimentos que estão represados, porque hoje o que se permite é qualquer coisa em torno de 3 mil hectares, 2,5 mil hectares. Ora, ninguém vai fazer um investimento, por exemplo, numa planta de celulose se não tiver uma área mínima para poder tocar a planta que pretende trazer para este País.

Então, só para contribuir, porque esse é um tema que acho relevante e que a Elizabeth não abordou em sua fala.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – O investimento precisa ser produtivo, não especulativo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com licença, Deputado.

O SR. NEWTON CARDOSO JR (Bloco/PMDB - MG) – Desculpe-me.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Consulto o Senador José Medeiros para saber se quer fazer alguma observação e peço à Drª Elizabeth que responda a provocação relativa ao tema levantado pelo Senador Moka.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Bom-dia a todos os debatedores e a todos aqui presentes.

Na verdade, eu tenho algumas perguntas. Não sei se já poderia fazê-las...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Faça, por favor, é que nós estamos indo para o final.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Já trouxe escrito para não me delongar.

Srª Presidente, é indiscutível a importância do setor de árvores plantadas nos planos econômico e social, mas não se pode olvidar sua relevância para a sustentabilidade. Diante dos extremos que o clima tem apresentado recentemente no País e como adepto da economia de baixo carbono, de que forma o segmento tem se preparado no Brasil para contribuir mais incisivamente na mitigação dos efeitos da mudança climática?

A segunda pergunta. Em junho deste ano – a doutora já até abordou aqui esses números – durante visita oficial da Presidenta aos Estados Unidos, os governos dos dois países firmaram compromisso de, até 2030, reflorestar 12 milhões de hectares, promover o aumento do uso de fontes de energias renováveis – de 28% para 33% da matriz energética brasileira – e reduzir a zero o desmatamento ilegal no País. Como o setor de árvores plantadas recebeu esse compromisso? Gostaria de saber também se o setor considera tais metas possíveis.

A terceira. Os números apresentados pelo setor de árvores plantadas são realmente impressionantes. Para ilustrar, o segmento afirma contribuir com mais de 6% do PIB industrial brasileiro, com receitas anuais da ordem de 59 bilhões e geração em torno de 4,5 milhões de empregos internos. Como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento vê o potencial de crescimento e sustentabilidade do setor e quais as principais medidas do Governo para estimular um segmento econômico que apresenta esses números?

Finalizando, Srª Presidente, eu também em filio à corrente que acredita que o setor florestal hoje faz parte, sim, da cadeia do agronegócio. Em meu Estado, por exemplo, já é comum ver a cultura silvopastoril desenvolvida – está ali a melhor sombra para o gado – e completamente integrada à pecuária.

Esse vai ser, com certeza, um debate para outro momento, mas queria deixar este registro aqui.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador José Medeiros, a exposição completa feita pela Drª Elizabeth está no *site* da CRA. Nela estão contempladas todas essas questões. Mas, independentemente disso, agora ela terá dois minutos para responder ao Senador Moka sobre o tema dos estrangeiros e, junto, uma referência especial a essa questão do carbono, que me parece interessante.

Com a palavra a Drª Elizabeth.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – Eu gostaria de falar um pouquinho sobre o tema de terras de estrangeiros. Eu tinha uns dois últimos eslaides para apresentar que tratavam dos temas que nós temos em comum com o Congresso Nacional, mas tinha me adiantado um pouco na hora e não pude apresentá-los, e o tema das terras de estrangeiros está nesse contexto.

No caso das florestas plantadas, essas empresas estão no Brasil há 80, 100 anos, não são empresas novas, e acho que precisa ficar bastante claro para o Executivo qual é a tradição dessas empresas nos seus negócios.

Nós entendemos – e até fizemos sugestão à Ministra nesse sentido – que uma das soluções, até prática, seria que essa proposta de legislação indicasse, por exemplo, empresas listadas em bolsas internacionais. Uma empresa listada numa bolsa internacional não pode ter capital soberano na sua composição acionária. Então, essa seria uma solução indiscutível, porque são bolsas mundiais – os americanos nos Estados Unidos; os suecos e os finlandeses na Europa.

Nós entendemos que esta é uma maneira muito fácil de averiguação: uma composição acionária listada em bolsa internacional. Acho que essa é uma contribuição que podemos dar ao Senador, para tentar buscar uma solução.

Na área do clima, Senador, eu demonstrei aqui que essas florestas absorvem muito carbono. Nós temos hoje 1,6 bilhão de toneladas de carbono estocadas nas florestas plantas e geramos a cada ano, por força da plantação, 135 milhões adicionais de novo sequestro.

Então, o que se faz agora na Conferência do Clima... É claro que o carbono florestal é reconhecido – isso é uma fotossíntese, todos conhecem – mas o que nós negociamos é a precificação desse carbono, que ele seja monetizado e que o Brasil possa oferecer esse carbono para a compensação de áreas internacionais. A Chanceler da Alemanha esteve aqui tratando exatamente desse tema.

Quanto aos 12 milhões de hectares firmados entre os governos dos Estados Unidos e do Brasil, fizemos um estudo – nós o estamos oferecendo ao Executivo esta semana –, nós podemos responder por 82% dessa meta, já que, plantando um hectare, nós recuperamos mais 70% em florestas nativas.

Então, nós temos um grande potencial, não só nos 12 milhões. Essas florestas plantadas têm um grande potencial, devem responder por mais ou menos 40% a 45% do futuro compromisso do Brasil na Conferência do Clima – quando o Brasil anunciar, em 1º de outubro, qual é o seu percentual de mitigação do clima, incluindo desmatamento. É um número absoluto que o Brasil vai anunciar ao mercado mundial, na Conferência do Clima, e nós imaginamos, pelos cálculos que temos feito, que as plantações florestais do Brasil podem colaborar com alguma coisa perto de 40% na mitigação do clima.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O.k.

A SRª ELIZABETH DE CARVALHAES – Por último: o desmatamento zero é uma conversa importante, está em todos os fóruns mundiais dos quais temos participado. O que precisamos é esclarecer esse termo "desmatamento zero". Nós, por exemplo, o chamamos "líquido zero" ou "neto zero", porque nós temos uma atividade, do ponto de vista agrícola, que supre realmente árvores, mas nós temos toda a recuperação. Então é importantíssima essa conversa para o Brasil.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu agradeço, Drª Elizabeth.

Faço uma consulta ao Dr. Eduardo Sampaio Marques, que está aqui na plateia.

O Dr. Eduardo Sampaio Marques era um dos expositores, mas houve um problema, talvez de comunicação, embora a correspondência tenha sido clara sobre o problema do horário. O Dr. Eduardo Sampaio Marques é Coordenador-Geral de Frutas, Florestas e Café da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Eu o consulto – e daí mesmo o senhor pode responder – quanto ao seguinte. O Senador José Medeiros fez uma pergunta: qual é a política do Mapa para isso? Eu queria lhe conceder a palavra para que respondesse, em três minutos, esse questionamento do Senador José Medeiros.

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Está bem.

Obrigado, Senadora. Desculpe-me o atraso, não tenho justificativa.

Hoje já há, e já havia, no Ministério políticas de crédito e financiamento para a silvicultura. Então, hoje – posso deixar, depois de acabada a apresentação aqui, um detalhamento – há créditos para investimentos – se o sujeito quiser plantar uma floresta nova – e crédito para custeio.

Isso já existia, mas está melhorando. A floresta está dentro do ABC que, dentro das linhas de políticas do Governo, tem uma das melhores condições de juro e prazo. Então, está lá o crédito para investimento e custeio.

Há mais duas coisas – houve essa intensificação da atenção do Ministério à silvicultura, que foi um debate que permeou este debate – que nós pretendemos atacar um pouco mais.

Há um estudo que já estamos fazendo lá que diz respeito à questão de mercados. Concordo 100% com o Senador Viana, do Acre. O Japão tem mais de 20 milhões de hectares de floresta plantada – o Japão, que é do tamanho de São Paulo. Podemos ter 20 também, mas temos que ter mercados para vender, senão não adianta, o cara vai ficar sem dinheiro. Estamos vendo isso.

Há um comércio internacional de briquetes, por exemplo, para queimar, ou de cavaco e de resina. Então, temos que ver a abertura de mercados, e vamos divulgar alguma coisa sobre isso em breve – aí vou falar com o Ramires Junior, queremos discutir com ele isso. E temos que tratar também da remoção de alguns obstáculos regulatórios que ainda temos no Brasil. Ainda temos alguns obstáculos – nós os estamos identificando ainda lá – que, uma vez removidos, poderiam permitir a alavancagem de mercados em algumas regiões importantes.

Senador, rapidamente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu lhe agradeço muito, Dr. Eduardo.

O material que V. Exª iria utilizar ficará aqui disponível – o material deixado para a Comissão – e nós daremos divulgação a ele pelo *sites*. Dessa forma estaremos contribuindo também para não abaterem árvores nativas, porque economizamos papel; a Comissão também dá a sua contribuição para a sustentabilidade.

O SR. EDUARDO SAMPAIO MARQUES – Claro.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu aproveito para agradecer ao Senador Moka e ao Senador Blairo Maggi, que tomaram a iniciativa de requerer esta audiência pública. Ele foi muito, muito rica, esclarecedora.

Vimos a potência que o Brasil já é: protagonista, *player* internacional relevante no setor de árvores e florestas e de seus derivados. E será ainda mais: foi feita a projeção de duplicar a área plantada. Também vimos o aspecto social dessa produção, vimos que ela é sustentável socialmente – agrega renda ao produtor pequeno, ao médio, à agricultura familiar – e também é sustentável do ponto de vista ambiental – a questão da redução da emissão de gás carbônico, ou baixo carbono na produção agrosilvopastoril.

Drª Elizabeth de Carvalhaes, executiva da Indústria Brasileira de Árvores, esperamos que o presidente da entidade, que V. Exª aqui muito bem representou, também possa, em algum momento, vir aqui.

Agradecemos ao Sr. Luiz Ramires Junior, presidente da Câmara Setorial de Florestas Plantadas do MAPA; também ao Dr. Eduardo Sampaio Marques, pela colaboração, Coordenador-Geral de Frutas, Florestas e Café da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; à Ministra Kátia Abreu e ao Deputado Newton Cardoso Junior, que preside a Frente Parlamentar, na Câmara dos Deputados, da Silvicultura – muito obrigada também pela contribuição.

Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a reunião.

(Iniciada às 08 horas, a reunião é encerrada às 10 horas e 16 minutos.)

ATA DA 31ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 3 DE SETEMBRO DE 2015.

Às oito horas do dia três de setembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Benedito de Lira, Valdir Raupp e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros, Lúcia Vânia, Wellington Fagundes e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senador Acir Gurgacz solicita a palavra para manifestar sua preocupação acerca da tramitação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2742/2013 (PLC 90/2012 no Senado) que "prorroga o prazo para que sejam ratificadas as concessões e alienações de terras feitas pelos Estados em faixa de fronteira e dá outras providências". Após a breve manisfestação, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, inicia a Cerimônia de Aposição do Retrato do Senador Benedito de Lira na Galeria dos Ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Após o uso da palavra pelo homenageado, Senador Benedito de Lira, a Senhora Presidente convida os Senadores presentes para se dirigirem à Galeria dos Ex-Presidentes da Comissão, localizada no corredor da Ala Senador Alexandre Costa, para a aposição do retrato. A Senadora Ana Amélia acolhe a solicitação do Senador Benedito de Lira para agendamento de reunião com a Sra. Kátia Abreu, Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com o objetivo de tratar do tema medicamentos genéricos veterinários. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às oito horas e vinte e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião destina-se à solenidade de aposição do retrato do Senador Benedito de Lira na galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

O Senador Benedito de Lira, nós o estamos aguardando, para esta cerimônia.

Enquanto isso, quero agradecer muito a presença dos colegas Senadores. Ontem, a sessão plenária se prolongou até mais de meia noite, mas agora pela manhã já estão aqui os Senadores para termos uma reunião apenas deliberativa. Por iniciativa do Senador Donizeti, a audiência pública que teríamos hoje, para trazer até o Ministro Patrus Ananias e outras áreas relacionadas ao setor, por conta de agendas, o Senador propôs o cancelamento da audiência pública, para postergar para uma data mais oportuna e conveniente para os palestrantes. Então, nós já encaminhamos ontem mesmo, com a assessoria da Secretaria, encaminhamos às autoridades convidadas o ofício informando do cancelamento da nossa audiência. Então, transferimos ou substituímos a audiência por uma reunião deliberativa.

Na reunião de hoje, nós temos algumas matérias que não são terminativas, e talvez possamos adiantar com as não terminativas. Eu pediria ao nosso Vice-Presidente... Nós estamos aguardando, antes de começar, o Senador está chegando, o Senador Benedito de Lira, nosso ex-Presidente, para aposição da foto, e vamos começar pelas matérias não terminativas.

Quando chegar ao Senador, eu passo a Presidência ao nosso Vice, Acir Gurgacz e, com isso a gente vai antecipando alguns comentários.

Eu queria...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador, eu já lhe passo a palavra.

Amanhã, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove, no evento da Expointer, no Rio Grande do Sul, em Esteio, no Parque de Exposições Assis Brasil, uma audiência pública do Ciclo de Palestras e Debates em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara Federal. O debate será sobre o Sistema Brasileiro de

Inspeção de Produtos de Origem Animal, que faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Eu penso que esse tema tem uma relevância enorme à medida que o Brasil está ampliando a sua participação no mercado internacional.

Com a palavra, o Senador Donizeti Nogueira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Presidente, na sequência dos relatórios das duas matérias que V. Exª estará relatando, eu queria, se possível, inverter a ordem daquela que eu relato, para relatar em seguida.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Qual é o item seu?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Oito.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É o item 8. É não terminativa. Com muito prazer, Senador.

O senhor será o primeiro a fazer a relatoria.

Eu faço permuta com o senhor. O meu é o primeiro. E a gente pode conciliar com isso. E o Senador Acir Gurgacz me ajuda nessa operação.

Então, nós vamos esperar a informação sobre o Senador...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nós aprovamos aqui, Sr. Presidente, o PLC 90 com o relatório substitutivo, que é a ratificação das terras em faixa de fronteiras até 2.500 hectares. Esse projeto tramitou e tramita na Casa do Congresso, Senador Moka, o PLC 90, há 12 anos, que é a ratificação das faixas de fronteiras. Nós conseguimos aprová-lo aqui no Senado. Aprovamos aqui na Comissão de Agricultura, Meio Ambiente, na CCJ, com o substitutivo. Esse substitutivo foi para a Câmara.

E o Deputado, atual Deputado e ex-Senador, Sérgio Souza fez um trabalho importantíssimo e também aprovou o PL 2742, de 2003. Passou em todas as Comissões e, quando ia para a sanção da Presidenta, alguns Deputados resolveram pedir para que fosse votado no plenário.

Um projeto que foi amplamente debatido, discutido. Nós conseguimos a aprovação exatamente porque discutimos junto com o Incra, a Casa Civil, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a CNA, as Federações de Agricultura do País inteiro. Fizemos várias reuniões, Senador Moka, e conseguimos chegar a um texto comum. Infelizmente, o Governo, que poderia ter uma pauta positiva, por orientação do Ministro Patrus Ananias, 56 Deputados do PT assinaram para que fosse a plenário e não deixaram que essa pauta positiva pudesse acontecer.

É difícil! Como dizem alguns parceiros nossos, a gente tenta ajudar esse Governo, Presidente, mas não é fácil. Enquanto meia-dúzia puxa para frente, dez puxam para trás e, realmente, é uma coisa que não dá para avaliar, não dá para entender. Esse projeto é positivo para os agricultores, é positivo para o Governo, tanto é que, quem participou de todas as negociações foi a Casa Civil, foi o Incra, foi o MDA, foi o Ministério da Agricultura. Mais ou menos, 400 mil agricultores ou proprietários seriam beneficiados com essa medida. Mas, hoje, não terão essa medida para ter essa segurança jurídica em relação ao documento de suas terras.

Por uma... Eu não sei se é vaidade de algumas pessoas do nosso Partido colega, o Partido do PT, mas é um absurdo uma coisa dessas! Infelizmente, estamos sendo um retrocesso na regularização fundiária ao se trocar o Presidente do Incra, que tem outro pensamento, hoje, completamente diferente, que é o de não regularizar, e ao se trocar o Ministro Patrus Ananias, que é um bom político – não podemos negar isso nunca! –, mas assumiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário e toma atitude como essa que trava a regularização fundiária, trava o avanço da economia brasileira, trava a segurança jurídica para nossos agricultores.

Então, eu que trabalho muito com essa questão de regularização fundiária, com a questão da legalização das terras brasileiras, eu sinto que esteja acontecendo esse retrocesso com relação ao Governo. Enquanto nós estamos vendo algumas pessoas do Governo e do próprio Partido dos Trabalhadores caminharem positivamente; outras travam o Governo e não deixam a gente agir, não deixam a gente ajudar o Governo a melhorar nosso País.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria endossar a manifestação de V. Exª, porque acompanhamos aqui na CRA seu empenho nessa matéria. É inacreditável, Senador Acir, e conhecendo seu esforço nesse setor, sua preocupação com a regularização, inclusive com o Cadastro Ambiental Rural (CAR). V. Exª fez vários debates aqui nesta Comissão para tentar exatamente isto: a regularização do cadastro dos produtores; ou seja, sua visão é de responsabilidade social, responsabilidade, também, como líder político, com as questões certas, com a lei, com a legalidade. Para o agricultor, a segurança jurídica nesse registro, nessa regularização fundiária, tem um valor enorme. De fato, não há justificativa lógica – não há justificativa

lógica, pode haver ideológica, mas lógica não há – a respeito de uma matéria tão relevante quanto essa. E V. Exª realmente diz isso.

Eu sou testemunha de seu empenho, de seu esforço no sentido de ajudar o Governo. O senhor é Líder do PDT aqui na Casa. E eu sou testemunha de que, muitas vezes, votamos de forma diferente, mas eu vejo sua fidelidade. Também em homenagem a isso, não há uma explicação razoável em relação a uma iniciativa parlamentar.

E parece que também nós aqui não temos tido sucesso. Quando tomamos uma iniciativa, logo vem uma medida provisória com o mesmo tema, que torna, então, a matéria prejudicada quando é nossa iniciativa. Então, há o outro lado. Talvez venha agora uma proposta do próprio Ministro, citado por V. Exª, no sentido de mudar conforme o que ele entende certo, desconhecendo o esforço do Congresso Nacional.

Então, receba a solidariedade da Comissão, Senadora, à sua manifestação.

Eu saúdo aqui o nosso ex-Presidente Benedito de Lira, que vai ter o retrato aposto no mural dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O Senador Benedito de Lira passou na barbearia antes, fez, claro e evidente, um *make-up*.

Como eu tinha dito antes, no início da reunião de hoje, nossa reunião, além da parte deliberativa, destina-se à aposição do Senador Benedito de Lira na galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Eu, com muita alegria, passo a palavra ao Senador Benedito de Lira, que foi Presidente da Comissão no biênio 2013-2014.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Minha prezada Presidenta, Ana Amélia, companheiro Acir, Moka, Donizeti, meus cumprimentos.

Ana, é uma alegria muito grande ter V. Exª à frente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, pois todos nós sabemos da sua trajetória e, ao mesmo tempo, da sua pertinácia quando diz respeito a melhorar a agricultura – quer agricultura de mercado, quer agricultura familiar – deste País.

Eu disse, em algumas oportunidades, e vou repetir, que não compreendemos por que os governos que se instalaram no Brasil nunca deram a atenção que o setor primário, o agronegócio, merece.

Na minha observação, no meu ponto de vista, nas minhas análises, eu considero o Ministério da Agricultura como o mais importante Ministério da República. Infelizmente, não tem sido dotado dos instrumentos e das condições necessárias para que possamos ter uma agricultura com mais tranquilidade, mais produtiva e possamos ter uma balança comercial maior do que a que temos hoje, haja vista essas reclamações, que são pertinentes, ao longo de todo o tempo aqui, com relação à regularização fundiária.

Esse é o grande problema deste País infelizmente. Mas o Ministério da Agricultura, como acabei de dizer, não tem exatamente o suporte necessário para tocar esse setor com maior desenvoltura, por mais que haja esforço dos Ministros que lá passaram. E hoje temos uma Senadora como grande Ministra da Agricultura, Presidente da CNA, que conhece profundamente o setor agrícola.

Esta Comissão, ao longo da sua jovialidade – é uma das Comissões mais jovens desta Casa –, tem prestado extraordinário serviço, paralelo àqueles que fazem a agricultura no País.

Eu, desde Deputado, quando o Senador Moka – à época, Deputado – era um intransigente defensor do setor primário, da agricultura, dos agricultores, dos produtores. Eu imaginava, Ana, na minha observação interior: esse Deputado deve ser um dos mais latifundiários do Mato Grosso do Sul, pela veemência com que tratava os assuntos. E, posteriormente, tive informações de que o Moka era médico...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não tinha um palmo de terra.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Diz ele que não tem um palmo de terra, mas não me preocupei apenas com o que ele me disse.

Armei uma equipe-tarefa, para ir até o Mato Grosso fazer uma investigação nos cartórios daquele Estado, para saber exatamente, e é verdade. O Moka é esse cara dedicado, competente, extraordinário Senador, um grande representante do Mato Grosso.

E eu queria nesta oportunidade, Ana, considerando que você destaca para que fique imortalizado aqui para os futuros Senadores, para aqueles, quando nós sairmos, poderem visualizar que cada um de nós, uns mais, outros menos, tiveram uma contribuição muito grande para desenvolver o setor primário do nosso País. E eu tenho o privilégio, sinceramente, de ter sido sucedido por V. Exª.

A Comissão de Agricultura sempre foi uma Comissão muito disputada e, na verdade, quando nós pusemos o nome, numa reunião de Líderes, qual era a nossa pretensão, do PP? Eu disse que gostaria de que nós ficássemos com a Comissão de Agricultura. E me perguntaram imediatamente: quem será o representante do PP que virá para a Agricultura? Eu disse Senadora Ana Amélia, não só – V. Exª não estava nem presente – foi

aplaudida pelos Líderes, e, à proporção que eu comecei a conversar com os companheiros da época que eram membros, como o Moka, Acir e outros, foi uma aceitação unânime.

Então, isso me deu muita tranquilidade no processo de negociação para preenchimento das Comissões. Quando eu vim para cá, eu disse a alguns partidos que, inclusive, fazia questão de ter companheiros como Moka, Acir, que é o Vice-Presidente perpétuo desta Comissão, não é Moka? Então, ele foi o meu Vice, agora é da Ana. Ele, na verdade, o PDT não criou a menor dificuldade, porque poderia reivindicar, era um direito que cabia a ele também...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Foi o Presidente, o primeiro Presidente na Legislatura atual, não é?

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Então, eu queria nesta oportunidade agradecer a você, Ana, pela relação de colega, porque nós somos do mesmo Partido, mas, acima de tudo, dizer ao Brasil que esta Comissão nunca esteve tão bem representada quanto com a sua presença como Presidente.

Eu tenho muito orgulho de tê-la como companheira. É como V. Exª acaba de dizer, o Partido está na Base, mas V. Exª tem a liberdade para adotar as posições que lhe convierem e que sejam mais confortáveis para exercício do seu mandato. E você tem sido uma revelação extraordinária no exercício do mandato de Senadora, destacada, todo o Senado Federal tem um profundo respeito pela sua presença na Casa e, acima de tudo, pelas suas posições. Você não titubeia, você, quando é, é, quando não é, não é, não tem meio termo. E, logicamente, o que dá muito mais orgulho, maior satisfação é que amanhã eu posso tê-la, na galeria, ao meu lado...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Que bom!

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ...ficar ao teu lado, como ao lado de outros companheiros que já foram Presidentes desta Comissão...

Eu, na arrumação, gostaria muito de ter ficado como titular da Comissão, mas, nos entendimentos entre as Lideranças e acomodando algumas exigências formuladas por companheiros, eu me satisfiz, com a condição de suplente, o que me honra muito. E, em função, de outras atividades, é lógico que eu tenho sido até um pouco ausente na Comissão, mas eu estou sempre à disposição.

Eu tenho um projeto sobre o qual vou retornar a tratar. Nós estamos pedindo, Presidente, uma audiência com a Ministra – e eu gostaria de solicitar de V. Exª que, quando ela confirmasse essa audiência, pudesse nos acompanhar –, com representantes da Câmara dos Deputados, da Comissão da Agricultura, com a nossa presença e com a presença da Comissão de Agricultura do Senado, para que, Moka, a gente retorne ao Ministério Agricultura para viabilizar, para proporcionar a oportunidade para aqueles que desejam produzir os genéricos produtos veterinários.

A lei foi aprovada, sancionada, regulamentada, mas tem lá um dispositivo que me chamou a atenção. Um grupo de empresários do setor farmacêutico que deseja produzir, mas está havendo alguns entraves dentro do próprio Ministério no que diz respeito à regulamentação. Parece-me que, pelas informações que eles me deram, houve um exagero. Diferentemente da regulamentação do genérico para humanos, eles fizeram uma coisa totalmente talvez até impossível de ser posta em prática dentre dos termos que estão cravados dentro do regulamento ou do decreto que regulamentou.

E eu estou pedindo audiência à Ministra para que, acompanhado de companheiros, que me procuraram, da Câmara dos Deputados e na Comissão de Agricultura do Senado, a gente possa conversar com a Kátia para ver qual é a possibilidade de flexibilizar, para que aqueles que desejam produzir um produto possam pedir o registro junto ao Ministério da Agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Benedito de Lira, eu queria agradecer a V. Exª as referências generosas e dizer que nós aqui temos, essa Comissão, eu tenho notado – como na Olimpíada que está chegando – que há uma corrida por revezamento, em que o atleta vai passando o bastão para o outro e o outro segue. Eu sinto assim nesta Comissão – porque aqui todos são dedicados pela compreensão da relevância que têm. Quando eu cheguei aqui em 2011, o Senador Acir era o Presidente, foi o Presidente – primeiro Presidente. Depois foi sucedido por V. Exª. Agora sou eu. O próximo nós vamos passar o bastão, estamos passando o bastão para os colegas que integram a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

E eu queria consultar se quer que nós façamos o pedido de audiência para a Ministra, porque esse é um tema de interesse nacional e faremos isso com muito bom grado.

Eu lembro também que, nesta terça-feira, eu estive no Ministério a convite do Deputado Marcos Montes – que é o Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura – e a Ministra abriu uma janela. Ela, todas às terças-feiras, às 15 horas, recebe os Parlamentares. Então é só avisar quem vai e ela agenda. Eu diria assim que é uma agenda coletiva muito interessante.

Quando cheguei lá estavam Deputados do Mato Grosso do Sul, do Senador Moka, tratando de questões relacionadas a um projeto de interesse na questão da regularização das terras demarcadas para indenização

dos proprietários que estão na terra há muito tempo, para pacificar esse clima que nós todos temos interesse, é o maior interesse dos representantes do Mato Grosso do Sul. E a Ministra, então, pediu-me que transferisse aos senhores esta disposição: terças-feiras a partir das 15 horas ela está sempre no gabinete dela para receber os Parlamentares. Então, quando quiser levar alguma demanda... Mas eu vou pedir uma audiência especial nesse caso, porque eu penso que é uma matéria de grande impacto.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – É, porque além de irmos com os representantes, também vão participar dessa reunião...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Deputados.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ...Deputados representantes do setor farmacêutico, de laboratórios que desejam discutir com ela, inclusive levando pessoas da área jurídica para discutir com o Ministério exatamente a flexibilização que tem... se a memória não me falha, é o art. 38 do decreto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito importante.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Mas é interessante e agradeço que V. Exª possa agendar esta audiência. Eu já pedi, mas é interessante que V. Exª peça também, para que a gente possa viabilizar de uma vez por todas isso, porque já vamos completar, talvez, vai debutar a lei, já está próxima a ser uma jovem adolescente... (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Faremos isso, Senador Benedito de Lira.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – ... com 15 anos.

Eu quero agradecer, Presidente, por essa oportunidade. E, ao mesmo tempo, agradecer a generosidade de V. Exª e dos companheiros pela aposição da minha fotografia aqui na galeria da Comissão de Agricultura.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não é só a tradição e o rito da tradição que estamos seguindo, é uma homenagem justa, Senador Benedito, V. Exª que não só viu e teve um olhar especial para seu Alagoas e toda a Região Nordeste, que conhece bem, mas uma visão de todo o Brasil. Então, é com muita alegria que fazemos esta homenagem merecida. Vamos ao corredor onde estão as fotos dos Ex-presidentes.

Queria agradecer também ao Cerimonial da Presidência do Senado Federal, a Relações Públicas, pelo apoio nesta cerimônia. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a reunião destinada à cerimônia de aposição do retrato do Ex-presidente Benedito de Lira.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 8 horas e 29 minutos.)

ATA DA 32ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 3 DE SETEMBRO DE 2015.

Às oito horas e vinte e nove minutos do dia três de setembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, José Medeiros, Wellington Fagundes, Blairo Maggi, Lasier Martins, Hélio José e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho e Lúcia Vânia. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, dá inicio à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, de 2011 - Terminativo - EMENTA: Altera à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural. Autoria: Senador Eduardo Amorim. Relatoria: Senador Dário Berger. Observações: Não foram oferecidas emendas ao Substitutivo do PLS nº 540/2011 no Turno Suplementar. Resultado: Substitutivo definitivamente adotado, sem votação, conforme o disposto no art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 2: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola. Autoria: Deputado Alceu Moreira. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLC nº 54, de 2015, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta. Observações: A Senadora Ana Amélia passa a Presidência ao Senador Acir Gurgacz para que possa proferir a leitura do relatório, discutir e votar, em razão de ser a relatora do Projeto (art. 89, § 1º, do RISF). O Senador Waldemir Moka usa da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLC nº 54/2015, na forma da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011 – Terminativo - EMENTA: Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis - PROMICRO, e dá outras providências. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 252, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo). Observações: A Senadora Ana Amélia passa a Presidência ao Senador Acir Gurgacz para que possa proferir a leitura do relatório, discutir e votar, em razão de ser a relatora do Projeto (art. 89, § 1º, do RISF). Os Senadores Donizeti Nogueira, Waldemir Moka, Ana Amélia e Acir Gurgacz usam da palavra para discutir a matéria. Resultado: A Presidência encerra a discussão da matéria e adia a votação para a próxima reunião deliberativa. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014 – Terminativo - EMENTA: Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 388, de 2014. Observação: O Senador Acir Gurgacz usa da palavra para discutir a matéria. Resultado: a Presidência adia a discussão e a votação da matéria para a próxima reunião deliberativa. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2008 – Não Terminativo - EMENTA: Institui a Política Nacional de Abastecimento. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 51, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo) e da Subemenda nº 1-CI. Resultado: Retirado da pauta a pedido da Relatora, Senadora Rose de Freitas. ITEM 6: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela rejeição do PLS n° 175, de 2014, e da Emenda n° 1-CAS. Resultado: A Presidência retira o PLS nº 175/2014 da Pauta, a pedido do Relator, Senador Blairo Maggi. ITEM 7: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 256, de 2014. Resultado: A Presidência retira o PLS nº 256/2014 da Pauta, a pedido do Relator, Senador Douglas Cintra. ITEM 8: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor, quanto a tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas, sobre o registro e licenciamento, a categoria de habilitação para a condução e a infração referente à condução sem registro e licenciamento. Autoria: Senador Fleury. Relatoria: Senador Donizeti Nogueira. Relatório: Pela Prejudicialidade do PLS n° 289,

de 2014. Observação: O Senador Waldemir Moka usa da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o relatório pela Prejudicialidade do PLS nº 289/2014. ITEM 9: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira. Relatoria: Senador Dário Berger. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 162, de 2015. Observação: O Senador Waldemir Moka usa da palavra para discutir a matéria. Resultado: Aprovado o relatório pela aprovação do PLS nº 162/2015. ITEM 10: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Altera a redação do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR. Autoria: Senador Romero Jucá. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 287, de 2015. Resultado: Aprovado o relatório pela aprovação do PLS nº 287/2015. ITEM 11: AVISO Nº 13, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão nº 3.493/2014 - TCU - Plenário, que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Fransisco S.A. (Chesf) com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel (TC-019.948/2014-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pelo conhecimento do AVS nº 13/2015; pela apresentação no Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações (Nº 46, de 2015, na CRA) ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1, 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário; e pela remessa do Aviso ao arquivo. Resultado: A Presidência retira o AVS nº 13/2015 da Pauta, a pedido da Relatora, Senadora Lúcia Vânia. ITEM 12: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 52, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as informações relativas à atuação da Embrapa. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovada a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal. ITEM 13: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 53, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovada a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal. ITEM 14: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 54, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, as informações relativas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovada a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal. ITEM 15: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 55, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas as informações pelo Exmo. Sr. Ministro da Pesca e Aquicultura. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovada a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal. ITEM 16: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 56, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, as informações referentes à atuação do Banco do Brasil SA, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia SA como agentes financeiros do crédito rural. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovada a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal. ITEM 17: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 57, DE 2015 –

EMENTA: Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas as informações pelo Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União. Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovada a apresentação do Requerimento de Informações ao Plenário do Senado Federal. ITEM 18: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 58, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do RRA n" 1, de 2015, aprovado em 4 de março de 2015, a realização de evento do Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, para discutir as reflexões contidas no livro intitulado "Novo mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra", de autoria dos seguintes convidados: Zander Navarro - Pesquisador da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da EMBRAPA; Xico Graziano, Sócio-Diretor da OIA/Certificação socioambiental e Diretor Executivo do site Observador Político/iFHC. Autoria: Senadora Ana Amélia. Resultado: Aprovado. ITEM 19: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 59, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre a problemática acerca das compensações ambientais para os pescadores artesanais decorrentes de grandes empreendimentos de interesse da Administração Pública. Propõe a presença dos seguintes convidados: Luis Antônio Carvalho de Melo - Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; Isabella Teixeira - Ministra de Estado do Meio Ambiente; Helder Barbalho - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura; Abraão Lincoln Ferreira da Cruz - Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA); Armando Burle - Presidente do Conselho Nacional das Empresas de Pesca (CONEPE); Eliseu Augusto de Brito - Presidente da Federação Nacional das Associações dos Engenheiros de Pesca (FAEP/BR). Autoria: Senador Benedito de Lira. Resultado: Aprovado. ITEM 20: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 60, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA para debater e acompanhar a implantação pelos estados dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) previstos no Artigo 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com a participação das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Autoria: Senador Donizeti Nogueira. Resultado: Aprovado. ITEM 21: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 61, DE 2015 – EMENTA: Requer que seja aditado ao Requerimento nº 49/2015, de sua autoria, o nome do Presidente da Câmara Setorial Estadual da Cadeia Produtiva do Cacau no Pará, Senhor Michinori Konagano. Autoria: Senador Flexa Ribeiro. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA: ITEM 22: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 62, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Senado nº 509, de 2015, que altera a Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, para ampliar o alcance das ações de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, com a presença das seguintes entidades: Instituto Nacinal de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Resultado: Aprovado. Encerradas as deliberações, o Senador Ronaldo Caiado manifesta sua preocupação acerca da cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), em razão de receber reclamações de produtores de todo Brasil. A Senadora Ana Amélia assume o compromisso de agendar audiência dos Senadores com a autoridade da Receita Federal responsável pelo Imposto Territorial Rural. Os Senadores Flexa Ribeiro, Ana Amélia e Waldemir Moka manifestam acerca da indenização da terra nua e benfeitorias aos proprietários rurais detentores de títulos de boa-fé nos processos de demarcação de terras indígenas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente reunião se destina à apreciação das seguintes matérias. O Senador Donizeti Nogueira pediu a inversão de pauta. Eu seria a Relatora da primeira, por isso pedi ao Senador Acir assumir.

Vamos, então, para o item do Senador Donizeti Nogueira.

ITEM 8
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, de 2014
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor, quanto a tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas, sobre o registro e licenciamento, a categoria de habilitação para a condução e a infração referente à condução sem registro e licenciamento.

Autoria: Senador Fleury

Relatoria: Senador Donizeti Nogueira

Relatório: Pela Prejudicialidade do PLS n° 289, de 2014.

Observações:

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- A matéria será posteriormente apreciada pela CCJ em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator, Senador Donizeti Nogueira, para proferir o relatório.

E passo, de imediato, a Presidência ao Senador Acir Gurgacz, que é o nosso Vice-Presidente, porque serei a Relatora do item 2.

Muito obrigada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, essa...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS. *Fora do microfone*.) – V. Exª é Relatora?

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, é o Senador.

Foi inversão de pauta. Nós a fizemos a pedido do Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Essa matéria, resumidamente, para não me alongar, propõe tratar da questão do facilitamento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Emplacamento.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ... do emplacamento de máquinas, e nós aprovamos...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É matéria já...

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – ...um projeto de lei deste ano, que deu conta de tudo isso.

Então, resumidamente, pedimos que seja declarado prejudicial o PLS 289, de 2014. A medida provisória resolveu isso num acordo muito bem construído, inclusive com a participação desta Comissão.

Então, meu voto é pela prejudicialidade.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Relator concluiu pela prejudicialidade do PLS 289, de 2014.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu só quero fazer um registro.

Na verdade, temos de fazer um registro aqui a um Deputado Federal, que é Alceu Moreira. Ele, na verdade... O projeto começou lá na Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O original foi dele.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Aí ele veio para cá, a Senadora Ana Amélia foi a Relatora.

E a pressão desse projeto, lá no dia de votar o veto... Lembrem-se de que íamos derrubar esse veto. Aí foi feito um acordo com a Frente Parlamentar de Agricultura, e o Governo realmente cumpriu – acho importante dizer isto – o acordo que foi feito lá. E nós votamos... Ficou de mandar uma medida provisória: mandou, o Relator foi o Deputado Aleluia, com a contribuição – ele não está presente – do nosso amigo aqui... Foi muito importante a participação do Senador Blairo Maggi. V. Exª era o Presidente dessa comissão especial. Então, vejam como sempre estamos atuando em bloco, e isso é fundamental.

Então, queria fazer esse registro e saudar o Presidente da Comissão Provisória, Senador Blairo, e a Senadora Ana Amélia, que, aqui no Senado, deu continuidade ao esforço do Deputado Alceu Moreira, na Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Moka.

De fato, foi isso. Houve um entendimento com o Líder do PT na Câmara. Quando tratamos de uma derrubada de veto, houve o entendimento. O Governo respeitou o acordo formalizado através da medida provisória, e isso pacificou também matéria que ia aumentar a despesa.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Donizeti, que passa a constituir parecer da CRA pela prejudicialidade desse projeto.

Senador Donizete, vamos atender à solicitação de V. Exª.

Há vários requerimentos de autoria do Senador, e gostaria de fazer a proposta de votá-los em bloco. São os Requerimentos nº 52, 53, 54, 55, 56 e 57, todos relacionados à questão da discussão preliminar para o relatório que ele vai fazer sobre extensão rural.

Então, essa é a solicitação do Senador, e eu gostaria que ele, então, justificasse os requerimentos.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Então, resumidamente, também, para dar agilidade, esses requerimentos listados nos itens de nº 12 a 17 tratam de pedir informação do Ministério da Agricultura, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Pesca e Aquicultura, do Incra, do Banco Central e da CGU em relação às suas atribuições no que tange à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Então, são só pedidos de informação esses seis requerimentos, que virão colaborar na formatação do relatório que nós, com a Consultoria do Senado, temos de fazer – e esta Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação os requerimentos do Senador Donizeti Nogueira. (*Pausa.*)

Estão aprovados os requerimentos do Senador Donizeti Nogueira.

(São os seguintes os requerimentos apreciados:

ITEM 12
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 52, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as informações relativas à atuação da Embrapa.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

ITEM 13
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 53, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura

Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas informações pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

ITEM 14
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 54, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, as informações relativas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

ITEM 15
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 55, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas as informações pelo Exmo. Sr. Ministro da Pesca e Aquicultura.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

ITEM 16
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 56, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central, as informações referentes à atuação do Banco do Brasil SA, Banco do Nordeste do Brasil e Banco da Amazônia SA como agentes financeiros do crédito rural.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira

ITEM 17
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 57, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando o Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para avaliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, instituída pela Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que sejam prestadas as informações pelo Exmo. Sr. Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira.)

O último requerimento de S. Exª é o Requerimento nº 60.

Passo a palavra ao Senador para que, com essa agilidade na apresentação e na justificativa, já concluamos esse detalhe.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Esse requerimento vem acatar uma sugestão dos técnicos do Governo que estiveram aqui conosco, na audiência pública do Planaveg, naquele círculo

de palestras. Foi um debate longo, e eles nos que para poder fazer andar o Planaveg, a questão da recuperação da vegetação nativa, é necessário que os PRAs, os Planos Regionais Ambientais andem, e em vários Estados isso não aconteceu ainda.

Então, seria o caso de fazermos audiência pública, convidarmos os Estados para debatermos essa situação para podermos colaborar com o andamento no que diz respeito ao Código Florestal. Então, fizemos o requerimento para realizarmos a audiência pública, convidando os Secretários de Estado, o Ministério do Meio Ambiente e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E o Ministério do Meio Ambiente também?

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Também, o Ministério do Meio Ambiente e as Associações Brasileiras de Entidades Estaduais de Meio Ambiente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em votação o requerimento do Senador Donizeti que pede audiência pública para debatermos essa matéria.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado também o seu requerimento.

Obrigada, Senador Donizeti.

(É o seguinte o item apreciado:

ITEM 20
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 60, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA para debater e acompanhar a implantação pelos estados dos Programas de Regularização Ambiental (PRAs) previstos no Artigo 59 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, com a participação das seguintes instituições: Ministério do Meio Ambiente (MMA); Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema); Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Autoria: Senador Donizeti Nogueira.)

Agora, vou passar a palavra...

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Benedito.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Considerando que V. Exª está aprovando uma sequência de requerimentos, há um requerimento da nossa autoria também na mesa. Eu gostaria de saber se V. Exª poderia colocá-lo na Ordem do Dia, logo após esses projetos, ou se já poderia entrar com ele agora.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Consulto o Plenário.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ITEM 19
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 59, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir sobre a problemática acerca das compensações ambientais para os pescadores artesanais decorrentes de grandes empreendimentos de interesse da Administração Pública. Propõe a presença dos seguintes convidados: Luis Antônio Carvalho de Melo - Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho; Isabella Teixeira - Ministra de Estado do Meio Ambiente; Helder Barbalho - Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura; Abraão Lincoln Ferreira da Cruz - Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA); Armando Burle - Presidente do Conselho Nacional das Empresas de Pesca (CONEPE); Eliseu Augusto de Brito - Presidente da Federação Nacional das Associações dos Engenheiros de Pesca (FAEP/BR).

Autoria: Senador Benedito de Lira

Com a palavra o Senador Benedito de Lira, para encaminhar o seu requerimento.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco Apoio Governo/PP - AL) – Srª Presidente, Srs. Senadores, eu fui procurado pelo Presidente da Confederação dos Pescadores. Eles fazem uma genérica reclamação no que diz respeito ao tratamento que é dado ao setor pelo Ministério do Meio Ambiente. O que eles dizem é o seguinte: que normalmente o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente agem com muito rigor no que diz respeito à multa para aqueles que, na verdade, infligem alguma ação dentro do meio ambiente e que isso reflete exatamente na atividade pesqueira.

Por isso, estamos propondo essa audiência pública, a fim de que possamos exatamente discutir aqui na Comissão qual o caminho que deveremos seguir, por meio da Comissão de Agricultura, a fim de proteger o setor e, ao mesmo tempo, fazer com que haja uma espécie de divisão do bolo, no que diz respeito à arrecadação que é feita e da qual o setor não recebe nada para ajudar a melhorar a qualidade da pesca, para melhorar a qualidade dos pescadores e melhorar, inclusive, os equipamentos para a prática da pesca artesanal.

Então, é por isso que estamos propondo essa audiência pública. Achei, até certo ponto, incompatível o número de pessoas, mas como são todas diretamente ligadas a essa ação e foi uma indicação feita diretamente por eles, evidentemente ficará a critério da pauta que V. Exª deverá promover. Mas esse é o motivo maior para a realização dessa audiência pública.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Benedito.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Benedito de Lira.

Como aqui nós temos um trato de dar eficiência às audiências, mesmo não tendo sido submetido à apreciação e como se trata de uma matéria relevante que não tínhamos dúvidas do apoio de todos os Senadores a isso, já está marcada essa audiência para o dia 24 deste mês, Senador Benedito, 24 de setembro às 8 horas aqui na Comissão.

Passo a Presidência ao Senador Acir Gurgacz, nosso Vice-Presidente Presidente, com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem, Srª Presidente, Ana Amélia, Srs. Senadores, vamos para o item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 54, de 2015
- Não terminativo -

Dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola.

Autoria: Deputado Alceu Moreira
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do PLC nº 54, de 2015, nos termos da Emenda (substitutiva) que apresenta.
Observações:
1- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, para proferir o seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vejo aqui o ativo Deputado, Parlamentar do meu Estado, do PMDB, e ex-Presidente da Assembleia – inclusive o Senador Moka acabou de lembrar e mencionar um projeto dele. Eu vou direto à análise da matéria do projeto citado pelo Senador Acir e de autoria do deputado Alceu Moreira.

Quanto ao mérito do projeto nós entendemos que o planejamento da política agrícola é essencial para se alcançar maior eficiência no uso dos escassos mas importantes recursos públicos e, complementarmente, incentivar a aplicação eficiente dos recursos privados no agronegócio brasileiro.

Destaco que a aprovação do presente PLC irá abrir oportunidades para o planejamento da política agrícola conte com ações essenciais definidas nas seguintes áreas: crédito rural, comercialização de produtos agropecuários, seguro rural, redução do risco inerente às atividades agropecuárias, zoneamento agrícola, defesa sanitária animal e vegetal, apoio às cooperativas, fomento às agroindústrias, assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária. Ademais, o projeto contribuirá de fato para o fortalecimento das políticas públicas para o agronegócio.

A previsão de duração de dois anos é outro elemento importante para que as ações sejam devidamente acompanhadas, analisadas, revisadas e aperfeiçoadas. Sob esse aspecto entendemos que seja essa uma contribuição fundamental para dar previsão e racionalidade na execução das políticas públicas voltadas ao setor

rural, oferecendo informações suficientes para que o setor público, privado e organização não governamental, possam ter para parâmetros para desenvolver ainda melhor o agronegócio nacional.

Na forma, no entanto, entendemos que a lei 8.171, de 17 de janeiro de 91 – que é a Lei Agrícola –, em seu capítulo terceiro – do planejamento agrícola – trata exatamente da matéria objeto deste PLC. Nesse sentido, seria mais adequado que a proposta em análise alterasse a Lei 8.171, de 91, em vez de ser veiculado por lei autônoma. Embora a consolidação das leis caiba majoritariamente para conjunto de leis já existentes, a lógica descrita se aplicaria também para inovação na legislação, tanto para manter coerência quanto coesão das matérias similares. Ademais, o próprio art. 12, inciso III, da Lei Complementar 95, de 1998, daria suporte para essa espécie de consolidação.

Portanto, em nosso entendimento, as matérias são muito similares e altamente correlacionadas. A sua consolidação na Lei Agrícola garantiria a coesão do sistema de planejamento e daria maior efetividade à ação do Estado, razão porque propomos a emenda substitutiva ao PLC 54, de 2015.

Votamos pela aprovação do PLC 54, na forma de substitutivo a seguir.

O substitutivo.

Art. 1º A Lei 8.171, de 17 de janeiro de 91, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo.

Art. 10-A O poder público implementará ações de política agrícola em todo território nacional, segundo estratégias, objetivos e metas definidos em planejamento prévio a ser elaborado, aprovado e divulgado abrangendo períodos não inferiores a dois anos.

Parágrafo único: O planejamento de que trata este artigo abrangerá, no mínimo, as ações governamentais voltadas ao crédito rural, à comercialização de produtos agropecuários, ao seguro rural, à redução do risco inerente à atividade agropecuária, ao zoneamento agrícola, à defesa sanitária animal e vegetal, às cooperativas, às agroindústrias, à assistência técnica, à extensão rural e à pesquisa agropecuária.

Art. 2º O primeiro planejamento a ser elaborado em base no art. 10-A da Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, deverá ser aprovado e divulgado em até um ano após a data da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Este é o voto, caros colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – A Relatora concluiu pela aprovação do PLC nº 54, de 2015, nos termos da emenda substitutiva que apresenta.

Em discussão a matéria.

Com a palavra, o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu percebo que a Senadora Ana Amélia, na verdade, aproveitou a Lei nº 8.171 e fez apenas os art. 1º, 2º e 3º. É isso?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Foi isso.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Então, resumiu...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... o projeto, na verdade...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Para apensar... Na verdade, para complementar o que já existe na lei, entende? Para alterar. Porque isso, regimentalmente, como os técnicos legislativos fizeram, até poderia ser pela prejudicialidade, uma vez que já existe uma lei nisso. Foi apenas para valorizar o trabalho do Deputado, dar a consistência legislativa dentro de um texto preexistente, para formatar adequadamente a proposta do Deputado Alceu Moreira.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A senhora, na verdade, transformou o projeto de lei em uma emenda a uma lei.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Uma emenda a uma lei existente, exatamente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas consolidou, não é?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Consolidação. A palavra correta, Senador Moka, é consolidação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam o relatório da Senadora Ana Amélia, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório da Senadora Ana Amélia, que passa a constituir o parecer da CRA, favorável à matéria na forma da Emenda nº 1 da CRA, substitutivo.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Consulto, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pois não, Senadora.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Consulto se os colegas... O item 3 também é meu e V. Exª poderia manter a...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Ah, muito bem.

Continuamos, então.

ITEM 3
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011
- Terminativo -

Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis - PROMICRO, e dá outras providências.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senadora Ana Amélia
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 252, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo).
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria foi apreciada pela CI, com Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI(Substitutivo); e pela CAE, com Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo).
3- Aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Com a palavra, a Senadora Ana Amélia, Relatora da matéria, para fazer a leitura do seu relatório.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Bom, eu quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Senador Acir pela autoria e iniciativa desse tema muito relevante para a economia agropecuária, mas sobretudo para a economia brasileira, a questão da produção da chamada energia sustentável.

Queria resumir, também. Vou direto à análise.

O Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2011, em sua versão original, cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis (Promicro), destinado prioritariamente aos agricultores familiares. Fixa em oito anos o prazo dos contratos de financiamento para microdestilarias, com dois anos de carência. Sua grande inovação é a autorização para que microdestilarias comercializem seus produtos diretamente com cooperativas ou associações de produtores rurais, sem precisar passar por uma distribuidora.

O substitutivo aprovado nas duas comissões anteriores substitui o Programa por uma Política Nacional de Incentivo às Microusinas de Biocombustíveis (Promicro) e estabelece seus objetivos e diretrizes. Também adota uma terminologia mais abrangente: ao invés de microdestilarias de álcool e biocombustíveis, o substitutivo se refere a microusinas de biocombustível. Preserva a ênfase nos aspectos sociais da iniciativa, ligados à agricultura familiar, porém sem descuidar das questões ambientais, técnicas e econômicas envolvidas.

No mérito, a Emenda nº 2 da CAE, substitutivo, ao PLS nº 252, de 2011, tem a grande virtude de procurar promover a expansão de microusinas de biocombustíveis nas mãos de agricultores familiares e de estimular o aproveitamento agrícola e industrial dos produtos derivados. Sua ênfase no pequeno produtor fica demonstrada na definição dada para microusina de biocombustíveis: agroindústria com capacidade de produção de até cinco mil litros de biocombustível por dia.

Embora o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado em 1975, privilegiasse a produção em larga escala, hoje se reconhece a importância dos aspectos sociais – e ambientais, eu diria também – da produção de etanol e dos biocombustíveis em geral. Assim sendo, o PLS nº 252, de 2011, sempre prezando a sustentabilidade, estabelece mecanismos que associam a produção de biocombustíveis ao esforço de integração da agricultura familiar e do cooperativismo rural aos fluxos econômicos, permitindo a geração de renda para esses trabalhadores do campo e a melhoria da sua condição de vida.

Em paralelo, o PLS incentiva a constituição da cadeia produtiva de máquinas e equipamentos para microusinas de biocombustíveis, o que permitirá criar mais empregos de qualidade.

Os instrumentos da Promicro estabelecidos pelo Substitutivo – subvenção econômica a fundo perdido; linhas especiais de crédito com taxas de juros, prazos e carências favorecidos; e incentivos fiscais, que incluem a suspensão da exigência das contribuições para o PIS/Pasep e da Cofins, bem como do IPI – usualmente fazem parte do receituário dos programas governamentais de incentivo a setores específicos.

O impacto desses instrumentos sobre as contas públicas poderá ser ajustado às leis orçamentárias, pois o PLS não determina que eles sejam utilizados de imediato, mas cria o arcabouço legal para que, na medida

das possibilidades fiscais, eles sejam implantados. De qualquer forma, não temos dúvida de que os benefícios da Promicro mais que compensarão seus custos.

Voto.

Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 252, de autoria do nosso estimado Senador Acir Gurgacz, na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo) aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Esse é o voto, Srªs e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

A Relatora, Senadora Ana Amélia, concluiu pela aprovação do PLS nº 252, de 2011, na forma da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo).

Em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, gostaria de parabenizar a iniciativa do Senador Acir, porque não se está só criando um programa que vai produzir biocombustível, mas destravando uma coisa que existe na distribuição de combustíveis que é não se poder comercializar. Você produz e não pode comercializar diretamente. Nesse caso, em usinas de até 5 mil litros, vai se poder comercializar diretamente. Acho que isso é muito importante, para dinamizar essa economia. Eu não tenho dúvida de que, uma vez implementado... E também não está atrelado só à produção de etanol da cana, mas de diferentes matérias-primas.

Senador, eu voto a favor. Parabenizo-o pela iniciativa e acho que nós vamos, com esse projeto, uma vez colocado em prática, dinamizar uma microeconomia de produção de energia, no caso, o biocombustível, o que vai fazer um bem muito grande para o nosso País.

Parabéns. Voto a favor.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Donizeti.

Continua em discussão.

Senador Moka, para discutir.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Esse assunto sempre teve uma resistência muito grande. V. Exª já sabe de onde virá a resistência, não é? (*Risos.*)

É uma coisa curiosa, porque, pelo menos no passado, a nossa Petrobras não via com muita simpatia, ou quase simpatia nenhuma... É uma coisa curiosa.

Eu vou aproveitar para parabenizá-lo, mas vejam como essas coisas são irracionais. Por exemplo, vamos pensar na produção do etanol. Há, no Município de Maracaju, uma grande usina de etanol. Esse álcool – álcool e açúcar – é produzido lá em Maracaju. Aí, vai para São Paulo, em caminhão-tanque ou naqueles carros-tanque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Trem, não é? Vagão-tanque. E de lá, volta para ser vendido no mesmo lugar! Quer dizer, não há... Eu fico pensando no custo que nós teríamos se pudéssemos... Porque não deixar ali? Não é racional isso. Você produz o álcool, imagina, em Mato Grosso do Sul, imagina, em Rondônia, aí tem que trazê-lo para uma... Como é o nome da empresa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Uma refinaria. Para depois voltar. Eu não sei, mas acho que deve ter uma explicação técnica.

Já me disseram que isso não é possível, mas há uma crítica sempre muito recorrente a respeito disso.

Agora, quero parabenizar V. Exª. Como disse o Senador Donizeti, se a gente conseguir aprovar e implementar, sem dúvida nenhuma que isso vai dar um alcance muito grande para essas microdestilarias ou microprodutores.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Continua em discussão.

Muito obrigado, Senador Moka, pelas suas colocações.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Como Relatora, Senador, eu gostaria de acrescentar que o Senador Moka tem toda a razão, mas a Petrobras se curvou a isso quando criou a Petrobras Biocombustíveis. E aí entrou no mercado, porque ficava no combustível fóssil, derivado do petróleo, ou gás natural. Então, quando ela entrou nesse campo, ela deu, eu diria, uma abertura. E o fato de ser micro, ela terá que fazer registro na ANP. O projeto da CAE, a microdestilaria deve ser registrada.

Ela só não precisa, como é nas grandes empresas produtoras, levar até a fonte da distribuição e voltar para fazer um passeio, que é uma coisa absolutamente sem sentido.

Nesse caso, não. Ela apenas registra a microdestilaria, pelo projeto do Senador, na ANP, e aí está autorizada a funcionar.

Ou seja, foi um projeto muito bem construído. Os aperfeiçoamentos da CAE, eu acho, valorizaram ainda mais a iniciativa do Senador Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Com a palavra o Senador Donizeti Nogueira para discutir.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Há outra questão também que acho que resolve com isso para a Região Amazônica. Na Região Amazônica, não se pode plantar cana. Então, penso que nós vamos também resolver esse problema da Região Amazônica, pois levar um álcool muito caro fica inviável por causa do transporte e das distâncias.

Como também sou defensor do etanol da batata doce, experiência que está em andamento no Tocantins, para a microusina, é um negócio extremamente viável, você tendo como subproduto uma ração de altíssimo valor proteico, que estará à disposição daquela pequena propriedade.

Penso que o que foi feito anteriormente foi para se ter um controle em relação a ter uma distribuição centralizada pela grande empresa, seja nacional ou privada ou estatal. Mas isso, hoje, do meu ponto de vista, não é mais necessário. Acredito que nós não vamos enfrentar a Petrobras. Se enfrentar, precisamos mobilizar principalmente os pequenos para fazer esse debate com a Petrobras, com o Governo, para que essa matéria seja aprovada. E penso que nós podemos levá-la para a Agenda Brasil. Isso é muito importante do ponto de vista econômico, da microeconomia. Então, é uma matéria para estar dentro da Agenda Brasil, Senador Acir.

Acho que a gente deveria trabalhar isso, Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito bem. Muito obrigado, Senador Donizeti.

Esse projeto, Senadores, não vai interferir nesta sistemática da Petrobras de transportar grandes volumes de álcool para ter a mistura nas refinarias, mas vai beneficiar o pequeno agricultor, a agricultura familiar, que através de associações poderá produzir esse biocombustível e retornar para os seus agricultores, para os seus associados para poderem utilizar, independente de qual matéria-prima seja derivado, porque cada região do País, como V. Exª muito bem colocou, na nossa Amazônia não podemos fazer grandes plantações novas, aliás, nós podemos fazer plantações de cana para transformar em álcool, nós não podemos obter financiamento para isso.

Como não se consegue fazer uma produção e nem destilaria sem financiamento, é claro que fica inviável. Mas dessa forma os microprodutores poderão produzir independente de qual matéria-prima seja produzido o biocombustível para que ele possa utilizar nos seus tratores e, assim, diminuir o seu custo da produção agrícola.

Então, eu agradeço a manifestação dos Senadores e encerro a discussão.

Senadora Ana Amélia, como se trata de projeto terminativo, e precisamos de quórum qualificado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – ...estão faltando dois Senadores. Se, porventura, tivermos aqui mais dois Senadores – bem-vindo, Senador Flexa Ribeiro! –, voltaremos a colocá-lo em votação hoje ou na próxima reunião.

Está encerrada a discussão.

Então, tiramos o item de pauta para aguardarmos o quórum qualificado.

Devolvo a Presidência à Senadora Ana Amélia.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Queria fazer uma observação de que o debate aqui foi até à uma hora da manhã.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – À uma hora da manhã.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – E esses Senadores, com mais idade, têm dificuldade disso. Eles sentem mesmo. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Moka não deixa passar.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Estou vendo o Senador Flexa aqui, mas o Senador Blairo Maggi ainda não chegou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Srª Presidente, são os Senadores que não são leiteiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É verdade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ou padeiros.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Hoje, às 8h em ponto, a Comissão foi aberta com os Senadores presentes. Queria agradecer aos presentes.

Senador Donizeti, temos o item 1. O Senador Dário Berger já está presente.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Tenho de ir para a CPI do Carf. Queria agradecer a colaboração dos Senadores pela inversão de pauta, à Presidente. Gostaria muito de ficar, para ajudar a Comissão a conseguir completar o quorum, mas tenho que ir àquela Comissão cumprir esta tarefa.

Hoje, tenho uma agenda intensa também, porque o meu Governador vai estar aqui. Preciso acompanhá-lo numa série de audiências.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Donizeti, primeiro, assinei a prorrogação da Carf ontem, a pedido do Senador Pimentel. Também quero fazer menção ao projeto a que V. Exª se referiu sobre o aproveitamento da batata doce, lá em Tocantins, como matéria-prima para a produção do álcool, do etanol.

Queria dizer que fiquei muito bem impressionada. V. Exª é um entusiasta defensor. O reitor da Universidade de Tocantins também está empenhadíssimo nesse trabalho. Então, parabéns aos tocantinenses por esta iniciativa.

Aliás, a batata doce está em alta, porque é recomendada pelos nutricionistas como um bom alimento também. Ela está com várias utilidades.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Muito agradecido, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Um abraço. Obrigada.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Tenham um bom dia, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vamos ao item 1, então.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 540, de 2011
- Terminativo -

Altera à Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural.

Autoria: Senador Eduardo Amorim
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório:
Observações:
Informo que na reunião desta Comissão, realizada em 06 de agosto de 2015, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº 540, de 2011.
1- Poderão ser oferecidas emendas ao Substitutivo do PLS nº 540/2011 até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral, conforme o disposto no art. 282, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.
2- Não havendo oferecimento de emendas, o Substitutivo será definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com a palavra o Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, Srª Presidente, Srs. Senadores, essa matéria foi amplamente discutida, em data mencionada por V. Exª, na qual foi apresentado o substitutivo. Agora, vem para o segundo turno, deliberação dos Srs. Senadores.

Trata-se de projeto terminativo. Portanto, parece-me que não temos quorum para deliberar sobre o projeto, razão pela qual penso que este deva ficar sobrestado para uma votação futura.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Tenho outro projeto para relatar, que é inclusive de autoria do eminente e atuante Senador Benedito de Lira, a quem presto homenagem, sobretudo pela cerimônia de aposição do retrato, um dileto amigo, com quem, inclusive, divido a cadeira dele próprio, pelo privilégio de estar aposta também na primeira fila do Senado Federal.

Então, tenho um projeto de lei para relatar de autoria do Senador Benedito de Lira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim. Quero só encerrar o processo do item 1.

Como não houve oferecimento de emendas, o substitutivo será definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa.

Renovo, porque o aperfeiçoamento feito pelo Senador Dário Berger nesta matéria foi extremamente importante. Reconheço isso. Esta matéria passou pelas minhas mãos e não tive esse cuidado de V. Exª.

Então, isso foi muito importante.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) –

ITEM 9
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015
- Não terminativo -

Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura.

Autoria: Senador Benedito de Lira
Relatoria: Senador Dário Berger
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 162, de 2015.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Dário Berger, relator da matéria, para fazer a leitura do relatório.

Se V. Exª assim o entender, indo direto à análise, simplifica a votação, para aproveitar o quorum que temos aqui, Senador Dário Berger, porque o relatório, em geral, é apenas aquela descrição formal da matéria.

Queria cumprimentar também o Senador Eduardo Amorim, que foi autor do projeto, já aprovado definitivamente, na relatoria do Senador Dário Berger, com o aperfeiçoamento extraordinário da matéria.

Então, cumprimento o Senador Eduardo Amorim, pela sua presença aqui na nossa Comissão.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, Srª Presidente Ana Amélia, vou atender à solicitação de V. Exª.

Antes, só quero relatar que vem a exame nesta Comissão o PLS nº 162, de 2015, do Senador Benedito de Lira, que incentiva a aquaponia pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura.

Passando, então, por sugestão de V. Exª, à análise propriamente dita, nos termos do inciso IX do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CRA opinar sobre proposições que tratem de utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos. Nesta oportunidade, nos manifestaremos quanto ao mérito do PLS n° 162, de 2015.

Entendemos que a proposição em análise contribui para impulsionar a aquaponia no Brasil, a qual é definida como atividade que recicla os recursos hídricos usados na criação de peixe disponíveis em lagoas, açudes, barragens, poços artesianos, rios, canais ou mesmo no lençol freático. A reciclagem dos recursos hídricos na aquaponia possibilita, por um lado, o aproveitamento de dejetos dos peixes como fonte de nutrientes para a agricultura e, por outro lado, o reaproveitamento da água, proporcionando economia de recursos hídricos, redução dos gastos com fertilizantes agrícolas e aumento da produção de pescado e de vegetais no mercado interno. O processo de reciclagem ora mencionado, portanto, demonstra-se estratégico, sobretudo se considerado o atual contexto de reflexões sobre o uso racional dos recursos hídricos no Brasil, haja vista a estiagem prolongada constatada em algumas regiões do País nos últimos anos.

Destaca-se, outrossim, que a aquaponia tem potencial para estimular a agricultura familiar no perímetro urbano, uma vez que essa atividade pode ser realizada em espaços reduzidos, como quintais e varandas de casas populares. Nesse contexto, caso haja estímulos ao desenvolvimento tecnológico dos métodos de aquaponia a preços acessíveis, observadas as normas de controle sanitário vigentes no País, é possível que se ampliem as oportunidades de inclusão produtiva para famílias hipossuficientes, as quais podem ofertar o excedente de sua produção nos mercados próximos a suas residências, dinamizando a economia em regiões de baixa renda.

Voto.

Em face do exposto e em homenagem ao Senador Benedito de Lira, votamos pela aprovação do PLS nº 162, de 2015.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em discussão a matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Quero dizer que voto a favor do projeto, parabenizando o Relator, Senador Dário Berger.

E aproveito também para cumprimentar o Senador Benedito de Lira, aliás, desde a época da Câmara, que acabou sendo homenageado hoje. Percebi que ele até cortou o cabelo, aparou o bigode para sair bonito na foto da nossa Comissão.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Continua em discussão a matéria.

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Dário Berger, que passa a constituir o parecer da CRA, favorável à matéria.

A matéria será posteriormente apreciada pela CMA (Comissão de Meio Ambiente) em decisão terminativa.

Agradeço muito e queria pedir o apoio do Senador Moka para fazer a leitura, porque essa matéria é terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 388, de 2014.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014
- Terminativo -

Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano.

Autoria: Senador Acir Gurgacz
Relatoria: Senador Wellington Fagundes
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 388, de 2014.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CDR no prazo regimental.
2- A matéria foi apreciada pela CDR, com Parecer favorável.
3- O Projeto será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa.

Com a palavra, o Senador Waldemir Moka, que é Relator *ad hoc* – o Relator é o Senador Wellington Fagundes –, para apresentar o relatório.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Vou diretamente à análise do Projeto, Srª Presidente.

Nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições relativas a direito agrário. Em se tratando de decisão terminativa, também deverá ser analisada a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

O projeto insere-se na competência da União para legislar sobre direito agrário e urbanístico (arts. 22, I, e 24, I, da Constituição Federal), não incidindo sobre matéria de iniciativa reservada a outro Poder. A técnica legislativa é adequada.

A extensão das propriedades fundiárias é um elemento fundamental para o ordenamento territorial, tanto rural quanto urbano. No meio rural, o Estatuto da Terra atribui ao Incra a responsabilidade de determinar as áreas mínimas e máximas dos imóveis rurais (art. 46, §1º, "a" e "b"). No meio urbano, a Lei de Parcelamento do Solo Urbano reserva à legislação municipal a definição das áreas mínimas e máximas dos lotes (art. 4º, §1º). Não deveria haver, portanto, imóveis de área inferior ao módulo rural fixado pelo Incra e superior à área máxima de lote urbano instituído pelo município.

A aplicabilidade do módulo rural ou urbano a um determinado imóvel depende de sua localização. Somente se admite o parcelamento para fins urbanos em zona urbana ou de expansão urbana, delimitadas pelo plano diretor municipal (art. 3º da Lei nº 6.766, de 1979). Nesse caso, aplica-se o módulo urbano. Os demais imóveis situam-se em zona rural e seu parcelamento deve observar ao módulo rural.

Cabe ao Município delimitar essas zonas, pois a Constituição lhe reservou a competência de "promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano" (art. 30, VIII).

A atribuição dessa prerrogativa ao Município deve-se à necessidade de impedir o crescimento descontrolado da mancha urbana. Esse padrão de ocupação aumenta os custos de urbanização, pois gera imensas áreas ociosas, que se valorizarão por ocasião da extensão das redes de infraestrutura destinadas a atender os núcleos urbanizados em zona rural.

O crescimento horizontal excessivo da cidade também é nocivo para o meio ambiente, pois substitui áreas com vegetação nativa ou plantada por áreas pavimentadas, com significativo impacto sobre os ecossistemas. A urbanização mal planejada também compromete os recursos hídricos, pois coloca em risco as nascentes e os mananciais de água, devido à poluição, à erosão e ao assoreamento dos cursos d'água, e prejudica a absorção de água da chuva pelo lençol freático, devido à impermeabilização do solo.

Uma anomalia na legislação tem sido explorada, no entanto, para viabilizar parcelamentos urbanos em zona rural, colocando em risco o ordenamento territorial dos Municípios. Trata-se dos "projetos de colonização particular" e dos "sítios de recreio", previstos no art. 61, §2º, do Estatuto da Terra, dispositivo regulamentado

pelo art. 96 do Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, e pela Instrução nº 17-B, de 22 de dezembro de 1980, do Incra. Esses empreendimentos submetem-se à exclusiva aprovação do Incra e não estão sujeitos ao módulo rural.

Na prática, os sítios de recreio constituem-se em verdadeiros loteamentos urbanos e trazem grande dificuldade para os Municípios, que se veem na contingência de atender uma população dispersa com infraestrutura e serviços públicos.

O projeto em análise corrige essa impropriedade, eliminando definitivamente qualquer possibilidade de parcelamento do solo para fins urbanos em zona rural.

Voto.

Ante o exposto, o voto pela constitucionalidade, juridicidade, adequada técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PLS nº 388, de 2014.

Esse é o relatório do Senador Wellington Fagundes que V. Exª me pediu para que eu o substituísse.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em discussão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Para discutir, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Para discutir, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esse projeto me foi pedido para ser feito pelos técnicos do Incra do Estado de Rondônia em uma das audiências públicas que fizemos em Ji-Paraná.

Os técnicos me dizem o seguinte: "Nós perdemos muito tempo com a regularização fundiária urbana, que não é uma atuação direta do Incra, é constitucionalmente, mas, de fato, não. "

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – A operacionalização.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Porque a operacionalização é difícil, essa é uma atuação, uma função dos Prefeitos dos Municípios, Prefeitos e Vereadores, e do Estado também. "Quando tirarmos essa função do Incra, nós do Incra [diziam eles] nós teremos mais tempo para nos dedicarmos à regularização fundiária rural."

Então, é um pedido do Incra, eu entendo que é meritório, é importante essa matéria e nós, realmente, darmos direito a quem de direito, que são exatamente os Municípios e Estados que têm a responsabilidade de regularizar os terrenos urbanos nas suas cidades, embora sejam terras rurais, mas em perímetros urbanos, está muito bem específica essa matéria.

Portanto, agradeço ao nosso Relator *ad hoc*, Senador Moka, e também ao Relator Wellington Fagundes pelo voto de aprovação, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Como é uma matéria terminativa, nós vamos, então, sobrestar a discussão para a próxima reunião deliberativa desta Comissão e queria agradecer muito a colaboração de todas as Srªs e os Srs. Senadores.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Acir, com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Presidente, eu peço inversão de pauta para que a gente possa apreciar o item 10 e também apreciar um requerimento que tenho sobre a mesa, extrapauta, se V. Exª puder eu preciso...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Já está aqui na minha mão.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu acho que nós vamos votar o requerimento primeiro porque é mais rápido.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pode ser.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O requerimento que o Senador pede inversão, o Requerimento nº 62, do Senador Acir Gurgacz.

ITEM 22
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 62, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Senado nº 509, de 2015, que altera a Lei n. 11.952, de 25 de junho de 2009, para ampliar o alcance das ações de regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, com a presença das seguintes entidades: Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária - INCRA; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL.

Autoria: Senador Acir Gurgacz

Aqui eu passo a palavra ao Senador para justificar o pedido dessa audiência.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigada, Srª Presidente, vou ser bem específico e rápido.

Esse requerimento vem na esteira desse nosso trabalho, Srª Presidente, de promover a regularização fundiária e criarmos situações positivas para que possamos acelerar isso, Senador. Nós temos muitas áreas em Rondônia que dependem de regularização fundiária e que nós estamos precisando fazer isso com mais rapidez. E o pedido dessa audiência é exatamente para que a gente possa agilizar o processo, dar alternativas para o MDA, ou seja, é uma contribuição para que o Governo possa promover a regularização fundiária. Não sei se eles querem realmente, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É, nessa altura, depois do que aconteceu vamos insistir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Mas nós vamos continuar trabalhando para tentar ajudar esse Governo a promover a regularização fundiária.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em votação o requerimento do Senador Acir.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

Cumprimento-o pela iniciativa.

Com a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, Senadora Acir Gurgacz, Vice-Presidente, Srs. Senadores, primeiro eu quero parabenizar o Senador Benedito de Lira, que já tem que se retirar para uma reunião na CMO...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Comissão Mista de Orçamento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...pela homenagem que foi prestada a ele com a aposição de seu retrato na Galeria dos ex-Presidentes da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Depois, para pedir a V. Exª, Senadora, há um requerimento nosso aditando o nome para a audiência que ocorrerá em Belém sobre a cacauicultura.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador, logo que o Senador Acir leia o relatório e deliberamos, será apreciado o seu requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu agradeço a V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) –

ITEM 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 287, de 2015
- Não terminativo -

Altera a redação do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Autoria: Senador Romero Jucá
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do PLS nº 287, de 2015.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será posteriormente apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Com a palavra o Relator, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Muito obrigado, Srª Presidente, eu peço licença para ir direto à análise.

Nos termos do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos correlatos ao uso e conservação do solo na agricultura e utilização e conservação, na agricultura, dos recursos hídricos e genéticos.

Em face do exame terminativo que ainda será feito pela CMA, a presente análise será focada apenas nos aspectos de mérito e na contextualização da iniciativa.

O advento do novo Código Florestal foi um momento muito comemorado pela sociedade brasileira, porque foi recebido como um novo marco para o desenvolvimento sustentável da agropecuária nacional.

Naquele momento, a insegurança jurídica lançava na nebulosidade a situação de legalidade da maioria dos empreendimentos rurais do País.

Com a criação do CAR, no âmbito do Novo Código Florestal, tornou-se possível catalogar em uma base de dados unificada todos os imóveis rurais brasileiros, para fins de planejamento de políticas públicas, controle, monitoramento e combate ao desmatamento.

O PLS estabelece que a inscrição no CAR será obrigatória para todas as propriedades e posses rurais, devendo ser requerida no prazo de três anos contados da sua implantação, prorrogável, uma única vez, por um ano, por ato do Chefe do Poder Executivo. Na redação original do Código Florestal, o referido prazo é de apenas um ano. A alteração proposta na Proposição refere-se a esse prazo.

Atualmente, o prazo estabelecido originalmente no Código Florestal para registro dos imóveis rurais no CAR já expirou e se encontra prorrogado pelo Poder Executivo até maio de 2016.

Até o presente momento, três anos após a publicação do Código Florestal, menos de um terço das propriedades rurais se encontram plenamente regularizadas, conforme dados disponibilizados pelo Ministério do Meio Ambiente.

Em um país continental como o Brasil, dificuldades regionais na implantação de políticas públicas nacionais são de longa data conhecidas e com o CAR não tem sido diferente, o que é muito preocupante porque o cadastro representa hoje condição para o acesso ao crédito rural oficial.

Dessa forma, concordamos com o autor da proposição quando recorre ao princípio constitucional da razoabilidade para propor a dilatação do prazo original, tendo presente a quantidade de imóveis rurais ainda pendentes de cadastramento ambiental, a despeito do acelerado ritmo de regularização observado nos últimos meses por todo o País, o que só demonstra o compromisso dos produtores rurais com a sustentabilidade do agronegócio.

O voto, Srª Presidente.

Em razão do exposto, votamos favoravelmente ao PLS nº 287, de 2015, Srª Presidente.

Esse é o voto.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em discussão o relatório do Senador Acir Gurgacz sobre o projeto do Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o relatório do Senador Acir Gurgacz, que passa a constituir parecer da CRA favorável à matéria.

A matéria será apreciada pela CMA em decisão terminativa.

Elogio de novo a atuação e o protagonismo do Senador Jucá, que ontem foi o maestro da aprovação da Reforma Política, em sessão que durou até a uma hora da manhã. Por nós Senadores aqui abrimos... Relator-geral do Senado. Esse é insubstituível.

Eu passo ao requerimento do Senador Flexa Ribeiro, o Requerimento nº 61.

ITEM 21
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 61, de 2015
- Não terminativo -

Requer que seja aditado ao Requerimento nº 49/2015, de sua autoria, o nome do Presidente da Câmara Setorial Estadual da Cadeia Produtiva do Cacau no Pará, Senhor Michinori Konagano.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro

Para participar da audiência pública já marcada para o dia 18 de setembro, em Belém do Pará.

Com a palavra, o Senador, para justificar o requerimento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, dando continuidade às audiências que a Comissão de Agricultura vem concedendo para tratar da questão da cacauicultura tanto na Bahia, onde já houve uma audiência, como no Pará, agora, dia 18 de setembro.

Apenas para aditar o nome do Presidente da Câmara Setorial Estadual da Cadeia Produtiva do Cacau no Pará.

O Pará hoje é o maior produtor de cacau do Brasil. Produz em torno de 80% do cacau do nosso País. Nós vamos ter essa audiência lá no próximo dia 18.

Lamentavelmente eu não estarei em Belém para poder receber V. Exª ou quem V. Exª indicar para presidir a audiência pública. Estarei em viagem com o Presidente do Senado e outros Senadores, então, não estarei na audiência. Mas ela será muito importante para o setor cacaueiro do Brasil e do Estado do Pará.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Mais responsabilidade terei, Senador Flexa Ribeiro, porque estarei voltando dos Estados Unidos, de uma viagem sem ônus para o Senado, da Amcham, para ver como funciona nos Estados Unidos a regulação na área da saúde pública: todos os medicamentos, tudo. Como é que é a legislação naquele País, FDA e os outros órgãos.

Então eu estarei vindo, pedi para agendar a volta de Washington, porque a reunião será em Washington, diretamente para Manaus, que tem voo diário e de Manaus a Belém. Estarei lá para cumprir isso.

Queria só participar a V. Exª que aumentou o meu compromisso de bem representá-lo na audiência.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Seja muito bem-vinda ao Pará, em especial a Belém. Tomarei todas as providências para que V. Exª possa provar o pato no tucupi.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Gosto muito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Tomar o açaí, porque com certeza absoluta, como nós dizemos no Pará, quem vai a Belém e toma açaí acaba ficando no Pará. Espero que V. Exª possa nos ajudar por lá.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pelo menos por algumas horas.

Em votação o requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Já está tudo agendado para o dia 18 de setembro.

ITEM 18
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 58, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do RRA n" 1, de 2015, aprovado em 4 de março de 2015, a realização de evento do Ciclo de Palestras e Debates, no âmbito desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, para discutir as reflexões contidas no livro intitulado "Novo mundo Rural: a reforma agrária e as lutas sociais pela terra", de autoria dos seguintes convidados: Zander Navarro - Pesquisador da Secretaria de Inteligência e Macroestratégia da EMBRAPA; Xico Graziano, Sócio-Diretor da OIA/Certificação socioambiental e Diretor Executivo do site Observador Político/iFHC.

Autoria: Senadora Ana Amélia

Quero explicar que diante do quadro de grandes mudanças produtivas no meio rural, boa parte das análises ainda permanecem vinculadas ao passado, anterior à modernização do campo. Esse processo de transformação é, por muitos, acusado de conservador, o que é verdade no sentido de que ele não alterou a estrutura da propriedade da terra. Porém, afirma-se de que foi bastante progressista por ter provocado uma mudança muito significativa em termos econômicos e tecnológicos, elevando fortemente a produtividade no campo.

Uma nova realidade se impõe aos que pretendem interpretar o campo brasileiro e contribuir para a modernização das ideias agrárias, da legislação e das políticas públicas para o setor.

Esse é o objetivo da reunião.

Espero que os Srs. Senadores concordem com a iniciativa.

Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Concordo, Presidente. Concordo e aplaudo a iniciativa de V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Vamos agendar.

Os itens contidos na pauta de hoje, 5, 6, 7 e 11 foram retirados de pauta, porque os respectivos relatores e autores não estavam presentes. Essa é a regra que estabelecemos.

Exceção: fizemos o relatório *ad hoc* pelo Senador Moka, porque o autor estava presente, o Senador Acir Gurgacz.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Srª Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não havendo mais nada a tratar.

Desculpa, Senador Flexa, mas o Senador Caiado já havia solicitado a palavra.

Senador Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Presidente, nos últimos dias, tenho recebido, com certa frequência, reclamações, de vários pontos do Brasil, em relação à cobrança do Imposto Territorial Rural.

Como a alíquota do Imposto Territorial Rural agora faz parte, uma parcela dela, dos Municípios, os produtores estão queixosos de que existe o valor da terra nua lançado no Imposto de Renda. Aquele valor não pode ser reajustado. No entanto, as prefeituras estão colocando como base de cálculo o valor de mercado. Então, estão chegando cobranças de valores estratosféricos.

Realmente deveria ser formulado um requerimento para que pudéssemos ouvir alguém da Receita responsável por isso. Qual a extensão da prerrogativa do Município em apresentar esse valor ou esse é realmente o valor que está apresentado no Imposto de Renda do cidadão?

Como está, fica uma situação dúbia, porque o produtor rural não pode reajustar aquele valor sem autorização da Receita, da terra nua. De repente a base de cálculo vem por um outro valor, que é o valor de mercado do Município.

Então, se amanhã ele tiver que ser ressarcido em alguma coisa, o Governo vai utilizar aquilo que ele tem no Imposto de Renda. Se ele vai pagar o imposto, ele está sendo tributado pela avaliação de mercado do Município, pelo Município.

São valores estratosféricos, como eu disse, e têm causado uma disparidade enorme de Município para Município. Passou a ser algo sem nenhum parâmetro básico para que possamos ter aí uma referência.

Como tal, eu vou fazer um encaminhamento de um requerimento também, vou pedir o apoio dos demais pares, para que venha alguém da Receita Federal, para esclarecer definitivamente o que vai prevalecer como base de cálculo para o ITR. E, se for prevalecer a base de cálculo do preço de mercado do Município, que a receita então abra oportunidade para que esses valores também sejam reajustados no Imposto de Renda.

Enfim, é um assunto que tem preocupado muito gente, e vários já receberam a cobrança desses valores extremamente aviltados.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Caiado, eu consulto V. Exª, embora tenha sugerido que venha aqui a Comissão, se V. Exª acha adequada a alternativa de marcarmos uma audiência e irmos tratar pessoalmente, na Receita Federal, do assunto e trazer a informação para os nossos produtores rurais, ou trazer a autoridade relacionada a esta matéria do ITR, da Receita Federal, para saber qual é o critério, como deve proceder o agricultor em relação a esse cálculo, entre o valor da terra nua e a questão para efeito de cálculo do ITR. Então, V. Exª decide.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Acredito que uma consulta seja mais rápida para que possamos ter talvez uma resposta...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Exatamente por isso.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ...para que possamos aí tranquilizar esses produtores do Brasil todo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É. A Comissão fará isso. A Receita tem sido extremamente ágil nas solicitações que temos feito. E faremos, então, pela Comissão. Peço ao Secretário Executivo, Marcello Varella, que encaminhe ao responsável na Receita Federal pela questão relacionada ao ITR e aos critérios de valorização ou de atualização do cálculo para efeito de pagamento desse Imposto Territorial Rural.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – E eu vou passar também o telefone de alguns produtores que já têm essa...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Esse problema.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – ...já receberam essa cobrança com essa variação, para que ele possa também fazer contato e ter já uma cópia do documento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, Senador Caiado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador Caiado.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só tentando...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sugestão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu acho que isso, provavelmente está ocorrendo no âmbito nacional. Particularmente para o Mato Grosso do Sul ainda não tive essa demanda. Mas por que não

uma solicitação e uma ida da Presidente, V. Exª? Eu me disponho a ir. Porque aí nós vamos botar também um peso político nessa discussão, o que me parece importante.

Você, na hora de declarar no seu Imposto de Renda, você tem um valor, e, na hora de cobrar o ITR é outro, aí é realmente complicado isso.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Foi a pergunta que eu fiz ao Senador Caiado, se ele preferia que a pessoa viesse aqui, ou que nós, digamos, para economicidade regimental, fôssemos lá e resolvêssemos pessoalmente, com as informações necessárias, e seria mais rápido. Vamos pedir, providenciar, então – penso que o Senador Caiado concordará – de agendar uma audiência com os Senadores que estiverem interessados para conversar sobre essa matéria.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – E informaremos, então, previamente aos Senadores todos a data do encontro.

Eu queria saber se algum Senador quer a palavra.

Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, Senadora Ana Amélia, tem chegado ao gabinete, encaminhado pela CNA e pela Federação da Agricultura, um pedido de apoio à PEC nº 71, do Senador Blairo Maggi, que trata da indenização da terra nua e benfeitorias em dinheiro aos proprietários rurais detentores de títulos de boa-fé nos processos de demarcação de terras indígenas. Está pautada já no Plenário do Senado. É evidente que vamos votar favoravelmente, até por uma questão de justiça.

Eu queria só aditar, porque não se trata somente da demarcação de terras indígenas; qualquer outro tipo de reservas feitas pelo Governo Federal que são feitas aleatoriamente, sem que haja um levantamento, primeiro, das pessoas que estão ocupando aquelas áreas de boa-fé; segundo, como diz a PEC do Senador Blairo Maggi, que seja feita uma avaliação dessas terras e seja feita a indenização para depois ser feita a demarcação.

Como elas atingem diretamente aos Estados e a nossa função de Senadores, no Congresso Nacional, no Senado Federal, é representar os Estados, eu apresentei uma PEC para que, em qualquer tipo de novas áreas de reserva, seja reserva ambiental, florestal, indígena, o Senado seja ouvido e que não seja um ato discricionário do Executivo. Hoje o Executivo, por um decreto, homologa uma área de reserva, trazendo enormes conflitos para o Estado.

O Estado do Pará talvez seja dos Estados da Federação aquele que tem a maior intervenção federal no seu território. Agora mesmo, está sendo discutida a criação de uma nova reserva indígena de 300 mil hectares, no sul do Pará e norte de Mato Grosso, além das que lá já existem. E todas elas com sérios conflitos, porque temos uma no Município de São Félix do Xingu, a Reserva Indígena de Apyterewa, de 700 mil hectares, que foi homologada em cima de um assentamento do Incra, ou seja, existem 2 mil famílias lá, há décadas, que produzem e mantêm suas famílias, e o Governo Federal homologa uma reserva em cima disso. Então, a Funai quer retirar as famílias. E as famílias não saem. Está lá a Polícia Federal na tentativa de tirar pela força e não consegue fazer.

Então, eu acho que podíamos pedir o apoio dos meus pares para que trouxéssemos para o Senado essa questão de autorizar as novas demarcações de reservas nos Estados da Federação brasileira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Flexa, nesse tema, o Senador Moka talvez seja, nesta Comissão, o maior especialista. Desde o início do mandato no Senado, ele tem se ocupado do debate dessa matéria. Essa PEC já esteve por ser votada, aliás, eu diria, num desabafo, no plenário, que marcou época, do Senador Moka. E agora, num entendimento com o Presidente Renan Calheiros, a matéria será, na semana que vem, a primeira da pauta, se não me engano. Mas eu gostaria de ouvir o Senador Moka, exatamente pela dedicação que ele tem tido nessa matéria.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Ele falou 71, mas ele está dizendo aqui que, na verdade, a PEC a que ele se referiu é a de nº 72.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone*.) – A 71 é do Blairo, que trata de terras de demarcação indígena. A minha é mais ampla. Ela transfere para o Senado a demarcação de qualquer tipo de nova reserva.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – A PEC nº 71, na verdade, a autoria é do Senador Paulo Bauer, o Relator é o saudoso Senador Luiz Henrique, que foi substituído pela Senadora Simone Tebet, que chegou a levar até o plenário do Senado essa PEC nº 71, mas aí Senadores colocaram emendas e o relatório não pôde... Quando ela volta para a Comissão de Constituição e Justiça, para dar parecer sobre essas emendas, o Relator é o Senador Blairo Maggi, que, aliás, fez, junto com a Senadora Simone, um grande relatório, que nós aprovamos ontem na CCJ.

Eu aproveito aqui para agradecer, porque foi aprovado por unanimidade. Havia uns Senadores com restrições, mas, em função do conflito que eu, na semana passada, dizia que era iminente.

Então, aquela coisa da invasão e os produtores tendo que sair das suas propriedades sem tirar nada, virou... E eu dizia que isso lá na fronteira, que os produtores poderiam reagir, como, de fato, reagiram a essa situação.

Para se ter uma ideia do conflito, nós precisamos hoje instalar o Exército brasileiro na fronteira porque é um conflito, Senadora Ana Amélia, Senador Blairo Maggi, Senador Flexa, não é... Se você pedir para um produtor que está... No caso dessa fazenda, o saudoso Pio Silva, mas são mais propriedades ali. Mas vou citar um que eu conheço bem. Ele faleceu com cem anos há dois, três meses, não sei precisar. Mas ele tem filhos com mais de sessenta anos, que são hoje proprietários, legítimos herdeiros, que nasceram na fazenda.

Como diz o meu amigo Dácio Queiroz, ele usa um termo: "O meu umbigo está lá"...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Está enterrado lá.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Está enterrado lá. Então, essas pessoas não saem. Elas reagem mesmo porque como é que você vai sair da... Está produzindo, está na terceira geração, produzindo, fazenda produtiva, você vai sair de lá com uma mão na frente e a outra atrás.

Isso não vai acontecer, daí por que eu sempre defendi e aí eu torno a dizer. Eu sou, sempre fui um conciliador...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pacifista, pacifista.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...porque eu acho que a forma de você promover a justiça é você... Então, a sociedade... O Governo entende que a sociedade brasileira tem uma dívida com a população indígena. Eu sou um daqueles que acha que tem. Agora, não é justo que essa dívida seja paga por um único segmento, que é o produtor rural.

Então, se você tiver que fazer mais demarcação, porque o período da demarcação, primeiro, ele passou. Era 1988, eram cinco anos. Segundo, a Constituição é clara. As terras que os índios tradicionalmente habitam e, na promulgação, é 1988. Aliás, os produtores da Raposa Serra do Sol saíram de lá porque em 1988 não tinha o produtor, tinha o índio. Foi essa a decisão do Supremo.

Então, o contrário também tem que ser verdadeiro. Em 1988, onde estava o produtor, então é terra do produtor. Porque, se a gente for voltar...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Retroativo.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ...aí, nós temos que desapropriar a Avenida Paulista, Copacabana inteira porque como é que vai ficar? Então, são essas coisas que o produtor rural não entende, Srª Presidente. E aí, provoca uma reação dura. Eu fui injustamente acusado de estar instigando a reação dos produtores, mas eu não tiro a indignação... Eu respeito a indignação desses produtores porque é muito difícil. É fácil para quem não é o proprietário, mas quem está lá sofrendo isso, eu respeito a indignação dessas pessoas. As pessoas estão lá há trinta, quarenta, cinquenta anos.

Então, esse é um assunto muito delicado. Mas, graças a Deus... É claro que a PEC não resolve de imediato. O que resolve de imediato? É a reintegração. Mas o Ministro da Justiça esteve ontem lá, aliás, acompanhado de representantes do Supremo Tribunal Federal, da Procuradoria-Geral da Justiça do Ministério Público Federal. Conversou com o Comandante Militar do Oeste, quer dizer, o Exército brasileiro, com o diretor da Polícia Federal e também conversou com produtores, com representantes dos índios, das etnias e com a Igreja Católica.

Então, eu penso... Claro que os produtores que tem as terras invadidas no Mato Grosso do Sul, e você colocar invasão de terra indígena e sem-terra... Nós estamos com 99 propriedades invadidas. Quer dizer, é uma situação muito difícil. E aí, é claro que os produtores cobram da bancada federal uma ação enérgica no sentido de que isso seja resolvido.

Quero dizer que sempre estive à frente, nunca me omiti, porque acho legítimo. Sempre defendi colocar dinheiro no orçamento, desapropriar e indenizar o valor da terra nua e da benfeitoria. É o que eu defendo na PEC: a indenização prévia, em dinheiro, por um preço justo.

Aí, Srª Presidente, vamos fazer justiça a essas demarcações, portanto, à população indígena, preservando o direito de propriedade e indenizando corretamente aqueles que estão lá, que são pioneiros e não são invasores, não são grileiros. Em Mato Grosso do Sul, ele tem o título de propriedade, ele adquiriu a propriedade, ele pagou por aquilo. Então, ninguém consegue entender.

Acho que temos que ter equilíbrio nessas horas para podermos... A PEC pode resolver, é a solução real, mas, neste momento, o que alivia, o que vai dar paz lá é esta questão da estabilidade e a reintegração quando um juiz determinar que seja feita a reintegração. Acho que o Governo... Em se tratando de índio, a Polícia Federal é que tem que coordenar essa reintegração.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Moka, queria, como testemunha da responsabilidade pacifista de V. Exª, em todos os momentos nunca houve nenhuma manifestação sua contrária ao direito constitucional da demarcação da terra indígena. Nunca, Senador Moka, V. Exª colocou em dúvida o termo constitucional da demarcação da terra indígena.

Agora, diante dessa tensão, desse conflito, o caminho melhor é exatamente a pacificação, via um marco legal constitucional, para assegurar a indenização, porque são, como disse o Senador Moka, pelo menos três gerações ocupando, trabalhando e produzindo naquelas áreas. Aquilo está integrado à vida das pessoas. Como ele disse, o umbigo de um produtor de lá está enterrado naquela terra.

Queria agradecer aos Srs. Senadores e comunicar que, amanhã, no nosso ciclo de debates, a Comissão estará participando, à tarde, em Esteio, na Expointer, de um debate sobre o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, que faz parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Todos estão convidados.

Agradeço muito a gentileza de todos.

Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada a presente reunião, cumprimentando e agradecendo a todos os Srs. Senadores e também ao Senador Benedito de Lira, que teve o retrato aposto no mural da parede da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Muito obrigada a todos.

Bom final de semana.

(Iniciada às 8 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 53 minutos.)

ATA DA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 10 DE SETEMBRO DE 2015.

Às oito horas do dia dez de setembro de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, sob a Presidência da Senadora Ana Amélia, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Delcídio do Amaral, Waldemir Moka, Dário Berger, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Benedito de Lira e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Zeze Perrella, Rose de Freitas, Sérgio Petecão, Jader Barbalho, José Medeiros, Lúcia Vânia e Blairo Maggi. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, comunica o recebimento do seguinte expediente: do Sindicato Rural de São João d'Aliança, Estado de Goiás, subscrito ainda pela Abrasgrãos e pela Associação dos Produtores Rurais do Alto Jacuba, que relatam as invasões de um grupo de pessoas empunhando bandeira da Frente Nacional de Luta no Campo naquele Município; do Sr. Jorge José da Silva, produtor rural, residente em Itiúba, Estado da Bahia, que relata financiamento de R$95 mil, junto ao Banco do Nordeste do Brasil, tendo sua produção, ou seja, pastagens e animais, perdida pela seca que castigou aquela região. A Senadora Ana Amélia e os Senadores Waldemir Moka, Acir Gurgacz e Flexa ribeiro manifestam acerca da produção rural estar sujeita às intempéries: chuva, granizo, falta de chuva ou excesso de chuva, seca, estiagem. Após a manifestação dos Senadores Flexa Ribeiro, Dário Berger e Waldemir Moka, a Senhora Presidente, com aquiescência dos senadores membros da Comissão, comunica que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária encaminhará o Ofício nº 368/2015-SACRA ao Senhor Helder Barbalho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, e o Ofício nº 369/2015-SACRA ao Senhor Nelson Barbosa, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, autorizando a liberação de R$ 38.880.164,14 (trinta e oito milhões, oitocentos e oitenta mil, cento e sessenta e quatro reais e quatorze centavos) para a conclusão do Terminal Pesqueiro Público de Belém no Estado do Pará (PA). Após a comunicação, dá-se início à Pauta de Deliberação dos seguintes itens: ITEM 1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, de 2011 – Terminativo - EMENTA: Cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis - PROMICRO, e dá outras providências. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senadora Ana Amélia. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 252, de 2011, nos termos da Emenda nº 2-CAE (Substitutivo). Observações: Matéria em fase de votação. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 388, de 2014 – Terminativo - EMENTA: Altera as Leis nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, (Estatuto da Terra) e nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no parcelamento do solo urbano. Autoria: Senador Acir Gurgacz. Relatoria: Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 388, de 2014. Observação: Matéria em fase de discussão e votação. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 51, de 2008 – Não Terminativo - EMENTA: Institui a Política Nacional de Abastecimento. Autoria: Senador Marcelo Crivella. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do PLS nº 51, de 2008, nos termos da Emenda nº 1-CDR (Substitutivo) e da Subemenda nº 1-CI. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 175, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que disciplina as atividades de pesquisa e comerciais com organismos geneticamente modificados (OGM), para dispor sobre a realização de audiências públicas. Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin. Relatoria: Senador Blairo Maggi. Relatório: Pela rejeição do PLS n° 175, de 2014, e da Emenda n° 1-CAS. Resultado: Retirado de Pauta. ITEM 5: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014 – Não Terminativo - EMENTA: Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene. Autoria: Senador Cássio Cunha Lima. Relatoria: Senador Douglas Cintra. Relatório: Pela rejeição do PLS nº 256, de 2014. Observações: Anunciada a matéria, a Senhora Presidente, Senadora Ana Amélia, designa o Senador Waldemir Moka relator ad hoc, em substituição ao Senador Douglas Cintra. Resultado: A Presidência concede vista coletiva solicitada pelos Senadores Flexa Ribeiro e Acir Gurgacz, nos termos do art. 132, §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. ITEM 6: AVISO Nº 13, de 2015 – Não Terminativo - EMENTA: Encaminha cópia do Acórdão nº 3.493/2014 - TCU - Plenário, que trata de auditoria realizada na Companhia Hidro Elétrica do São Fransisco S.A. (Chesf) com o objetivo de fiscalizar a ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na região Nordeste, a cargo da Chesf, mediante a execução das obras decorrentes do Leilão de Transmissão nº 003/2012-Aneel (TC-019.948/2014-0). Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senadora Lúcia Vânia. Relatório: Pelo conhecimento do AVS nº 13/2015; pela apresentação no Plenário do Senado Federal do Requerimento de Informações (Nº 46, de 2015, na CRA) ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o andamento do atendimento das determinações dos itens 9.1, 9.3 e 9.4, contidas no Acórdão nº 3.493, de 2014 – TCU – Plenário; e pela remessa do Aviso ao arquivo.

Resultado: Retirado de Pauta. EXTRAPAUTA: ITEM 7: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 63, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2015, de autoria do Senador Wilder Morais, que "altera a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para incluir na Política Nacional de Irrigação a promoção do uso racional dos recursos hídricos". Para tal discussão, convida os representantes das seguintes instituições: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Integração Nacional; Agência Nacional de Águas; e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Autoria: Senador Wellington Fagundes. Resultado: Aprovado. ITEM 8: REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 64, DE 2015 – EMENTA: Requer, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a possível fraude no Processo Administrativo INCRA nº 54370000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe. Para tanto, sugere que sejam convidados: Sra. Rosivan Machado da Silva, magistrada; Sr. José Fausto Santos, pescador; Sr. Manfredo Goes Martins, produtor rural. Autoria: Senador Ronaldo Caiado. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA ANA AMÉLIA
PRESIDENTE DA CRA

(*Texto com revisão.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

Comunico o recebimento de expediente sem número, do Sindicato Rural de São João d'Aliança, Estado de Goiás, subscrito ainda pela Abrasgrãos e pela Associação dos Produtores Rurais do Alto Jacuba, em que relatam as invasões de um grupo de pessoas empunhando bandeira da Frente Nacional de Luta no Campo naquele Município.

Sobre a Mesa, ofício subscrito pelo Sr. Jorge José da Silva, produtor rural, residente em Itiúba, Estado da Bahia, em que relata financiamento de R$95 mil, junto ao Banco do Nordeste do Brasil, tendo sua produção, ou seja, pastagens e animais, perdida pela seca que castigou aquela região.

A presente reunião destina-se à apreciação de algumas matérias.

Antes, contudo, de entrarmos na parte deliberativa, quero registrar que a situação desse produtor, Jorge José da Silva, lá do interior da Bahia, é um pouco o retrato do que acontece com a produção rural, devido a estar sujeito às intempéries: chuva, granizo, falta de chuva ou excesso de chuva, seca, estiagem... E essa é a sina do agricultor. O próprio Senador Blairo Maggi, nesta semana, fez uma reverência sobre a mesma posição tomada, aliás, pela Ministra Kátia Abreu, na abertura oficial da Expointer, em Esteio, no Rio Grande do Sul, de que há uma liberação de recursos, mas estes ficam emperrados na liberação por conta do excesso de garantias, que são aumentadas nos momentos de maior crise.

Então, é um dilema recorrente da agricultura em relação a ter disponibilidade de recurso orçamentário. O Governo anuncia, seja para a agricultura familiar, seja para a agricultura da produção, e isso acaba afetando dramaticamente os produtores rurais.

Então, esse tema foi abordado pelo Senador Blairo Maggi, nesta semana, no plenário, e S, Exª recebeu muitos apartes, revelando o comprometimento dos Senadores com essa matéria e essa questão.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sem dúvida, Senadora.

E, daí, a importância do seguro rural, do seguro da produção. É claro que, se o tempo não permite nem que se plante, não há que se falar em seguro, mas, quando se planta e não se colhe por falta de chuva, aí entra a questão do seguro rural que a gente defende há tantos anos aqui. Agora, depois que a Ministra Kátia assumiu, a gente percebe, nitidamente, que ela teve uma preocupação diferenciada e já liberou recursos ainda do governo anterior e que ficaram também com dificuldades de parcelas que não haviam sido quitadas... Enfim, ela normalizou.

A verdade é que o clima, neste ano, pelo menos nas previsões, não vai ajudar, além de que nós termos um crédito... Esses recursos, que estão chegando, chegam como recursos "mix", conforme eles falam, uma parte oficial e outra parte recursos com juros normais. Isso tudo tende a dificultar.

Eu percebo, já disse ao Senador Blairo naquela oportunidade, que, ao se comparar o recurso liberado é, às vezes, em montante um pouco maior do que o do ano anterior, só que o número de produtores atendidos é bem menor. Quer dizer – e Isso é especulação –, mas a impressão que eu tenho é que o banco ou o gerente selecionam aqueles clientes de menor risco e acabam direcionando esses empréstimos, de modo que aqueles que mais precisam e precisam ser socorridos têm de dar uma, como V. Exª está a dizer,uma quantidade enorme de garantias, o que inviabiliza o acesso ao crédito.

Eu acho que esse é um tema que nós vamos aqui ter que tratar, Presidente, ouvindo, realmente, da parte dos sindicatos rurais, o que realmente acontece e qual é a maior dificuldade.

Eu não estou falando daquele produtor que tem acesso normal e que, realmente, o banco chega a procurá-lo para emprestar dinheiro; falo daqueles que, realmente, têm mais dificuldades e que, na minha opinião, são os que mais precisam dessa oferta de crédito, sobretudo de crédito oficial.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Nós achamos que é uma boa sugestão, Senador Moka, qual seja, a de debatermos essa questão trazendo os agentes, sejam os sindicatos ou as próprias instituições financeiras, para ver onde é que está localizado o problema.

A palavra para o Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Srª Presidente, Srs. Senadores, o tema realmente é recorrente e importante.

Eu questionei, nessa semana, o Governo com relação a essa questão dos bancos, e não é só os bancos privados, mas os bancos estatais também, que estão dificultando o acesso ao empréstimo. E a explicação que me foi dada é que está sendo muito mais lucrativo a especulação ou o banco investir na ciranda financeira do que emprestar dinheiro subsidiado aos nossos agricultores e também ao mercado.

Aplicando na ciranda financeira, a renda é muito maior e o risco é zero. Não há risco nenhum. Então, o que estão fazendo? Estão enxugando os empréstimos na varejo, não emprestando para agricultores, para o mercado, para os produtores, para o comércio e indústria e estão investindo dinheiro, muitas vezes até dinheiro do Governo, no próprio Governo, porque a rentabilidade é muito maior e o risco é zero. Então, é uma preocupação grande que nós temos.

Não há essa preocupação, Senador Moka, de que há um risco emprestando para o agricultor porque também não tem risco. V. Exª muito bem colocou que temos o seguro, e o seguro garante o pagamento do empréstimo. Contudo, a rentabilidade dos bancos é muito menor se emprestar, especialmente se comparado ao que se obtém como resultado especulando na ciranda financeira.

Realmente, é um grave problema e aquilo que a gente tem colocado insistentemente: nós precisamos ver os juros no Brasil baixarem. É uma coisa que não consigo entender: no Brasil, quando há uma crise, a inflação vem, aumentam-se os juros; aumentando os juros, tira-se o dinheiro da praça, o que afeta o consumo; afetando o consumo, afeta a indústria, gera desemprego, vem recessão.

Nos Estados Unidos, vem a crise, baixam-se os juros e libera-se o empréstimo. É evidente. A roda da economia começa a andar e o País começa a caminhar. Não foi diferente o que aconteceu na China, onde se deu a mesma coisa: houve uma crise na China, baixaram os juros e liberaram os empréstimos para a população para haver consumo; havendo consumo, a indústria vende, o comércio vende e a roda da economia começa a girar.

Infelizmente, é uma coisa que aqui, no Brasil, nós estamos vendo acontecer um retrocesso. Aquilo que acontecia dos anos 2000 para trás, em que o Governo investia na ciranda financeira e os bancos também, está de novo acontecendo: juros altos. Toda vez que aumentam os juros, a dívida interna também aumenta, ou seja, todo esse esforço fiscal que nós fizemos nesses últimos meses, pelo que aprovamos aqui no Senado e na Câmara, ou seja, no Congresso, não deu para pagar a conta do aumento dos juros com relação à dívida interna brasileira.

Então, essa é uma situação difícil, e, no meu caso, vou continuar cobrando do Governo que faça uma intervenção com relação aos juros. Com juros nesse patamar não como alguém tomar dinheiro emprestado, sem contar o que acontece com os cartões de crédito, que é uma coisa inaceitável; não dá nem para comentar o tamanho dos juros dos cartões de crédito e...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – No rotativo é...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É um absurdo!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O cara que cai ali...

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – É uma agiotagem oficial, é um roubo oficial. Não é para menos que os bancos tiveram um aumento de 20% no seu lucro nesse ano em relação ao mesmo período do ano passado.

Só quem está ganhando dinheiro no País são os banqueiros, e é de onde vem o nosso Ministro da Fazenda. Eu brinco com o pessoal do PSDB dizendo: "Eu acho que ele é um infiltrado do PSDB no Governo para ver se acaba com esse Governo". Só pode, não é possível.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Possivelmente, a nota que a agência que avalia o risco dos países, a sua tranquilidade financeira, o seu equilíbrio fiscal, a Standard & Poor´s, uma agência conhecida nos Estados Unidos – tem três agências –, com a nota dada, rebaixando a situação do Brasil para a condição, digamos, para simplificar, de mau pagador – não é bem esse o termo –, para o risco de investimentos, pode até ampliar os problemas existentes na área financeira em relação ao próprio crédito.

Então, eu penso que talvez isso possa ter um impacto negativo no mercado financeiro.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

Obrigada, Senador Acir Gurgacz, pela avaliação precisa que deu.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Primeiramente, quero dar bom dia à nossa Presidente, aos nossos Senadores, aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado.

Essa discussão, Senadora Ana Amélia, deve ser feita por nós, porque a sociedade vai cobrar do Congresso Nacional uma posição de protagonismo em relação à crise que o Brasil enfrenta e que a cada dia se agrava.

Lamentavelmente, a notícia de ontem, como dizemos normalmente, já era morte anunciada. Nós só, Senador Acir, não sabíamos quando viria, se mais tarde ou mais cedo. Acabou vindo mais cedo. V. Exª tem toda a razão: cada meio ponto percentual de aumento da taxa Selic custa ao Tesouro algo em torno de R$9 bilhões. Então, é como se você fizesse um esforço, a sociedade fizesse um esforço para fazer uma economia e, com um simples ato do Banco Central, acaba-se se gastando muito mais do que foi economizado.

Os governos municipais, Senador Moka, não sei se no Mato Grosso, se em Rondônia, se no Rio Grande do Sul... E o Rio Grande do Sul passa por uma crise seriíssima. Talvez tenha sido o primeiro dos Estados brasileiros, mas esse é um efeito dominó: vai um e vão vir todos. Os Municípios já estão quebrados. Estão sem nenhuma condição de ter uma gestão que seja pelo menos equilibrada.

Agora, é a vez dos Estados. Aqueles Estados que ainda estão conseguindo manter a folha em dia não têm a menor capacidade de investimento. O Estado do Pará é dos Estados brasileiros que tem a menor relação dívida/receita corrente líquida: é de 10%. Os Estados podem se endividar até duas vezes a receita corrente líquida. O Estado do Pará é 0,2. É o Estado com menor índice. O mais endividado, lamentavelmente, é o Rio Grande do Sul, com mais de 250%. Ou seja, já extrapolou o limite. Mas aí eu não vejo, Senador Moka, como podemos continuar dessa forma.

A Presidente Dilma parece que não está no Brasil, não vive o dia a dia. Primeiramente, porque ela até hoje não se convenceu de que ela cometeu estelionato – e não foi nem erro, foi estelionato – em 2014, na campanha eleitoral. Ela fez um pronunciamento – e não o fez pela TV aberta, no Dia da Independência, no 7 de setembro, porque não teve coragem de falar para os brasileiros, mas falou pela mídia, pela Internet –, em que disse: "Se tivermos cometido erro..." Quer dizer, ela não está convencida de que cometeu erro. E, hoje, não sei se também ela vai ter a coragem de fazer um ato midiático no Palácio do Planalto para – pasmem os brasileiros – lançar o Minha Casa, Minha Vida 3, prometendo três milhões de unidades para o próximo ano.

O Minha Casa, Minha Vida 2 tem 1,4 milhão de unidades por terminar. As empresas estão quebrando, porque o Governo não está honrando com seus compromissos. Então, se não terminou... É a mesma coisa do PAC: é PAC 1, PAC 2, PAC 3. Aí você vai ver que, no PAC 3, tem coisa do PAC 1 que ainda está iniciando. Não é que esteja já avançado; está iniciando.

Então, eu acho que a primeira pessoa que tem de se convencer da crise é a Presidente Dilma e promover os cortes... Cadê o corte, Senador Gurgacz? Cadê o corte que a Presidenta Dilma anunciou que faria, de 10 Ministérios? Quais são esses Ministérios? Quanto vai reduzir de gastos do Governo Federal? Ninguém sabe. É só o discurso.

Confúcio já tinha razão quando dizia que as palavras convencem, mas os exemplos é que arrastam. Então, ela tem que dar o exemplo para o povo brasileiro. Como é que ela pede sacrifícios para o brasileiro... Agora mesmo V. Exª falou sobre o custo do cartão de crédito. Infeliz da família que esteja devendo ao cartão de crédito, pagando parcelado, porque o juro é de mais de 300% ao ano, o que é um absurdo. E o levantamento é que mais de 60% das famílias brasileiras estão endividadas; não estão conseguindo manter as suas contas em dia.

Uma senhora me procurou outro dia, lá em Belém, reclamando – reclamando, não, pedindo: "Senador, como é que eu vou conseguir viver e manter a minha família? Pela minha conta de luz eu pagava R$90,00; agora, chegou a deste mês próxima a R$300,00. O meu salário não aumentou. E eu não tenho ar-condicionado. Tenho uma geladeira, dois bicos de luz e um ventilador, para poder dormir". Então, é essa a situação da sociedade brasileira.

É lamentável que o Brasil chegue à situação que nós estamos chegando. E nós, Senadores, Deputados Federais, temos uma obrigação para com os nossos eleitores de apontarmos uma saída e cobrarmos do Executivo a responsabilidade da gestão do nosso País.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu aproveito essa referência que o Senador Flexa Ribeiro fez sobre a situação financeira dos Estados: eu penso que a crise federativa brasileira é tão aguda quanto a crise econômica e a crise política, porque ele lembrou o caso da situação financeira dos Municípios, absolutamente insustentável. A situação dos Estados... E o Rio Grande do Sul é o primeiro da lista, mas já há outros Estados em onde estão parcelando o salário dos servidores. E, como houve esse parcelamento, algumas categorias – especialmente nas áreas sensíveis, como a de segurança pública – fizeram paralisações: a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Aí vem de novo: quem está sofrendo, tanto quanto a zona urbana, é o colono, aquele pequeno produtor lá do interior. Um prefeito – casualmente da cidade onde eu nasci, Lagoa Vermelha –, Getulio Cerioli, ligou para o meu gabinete muito apreensivo, porque, há duas semanas, um banco foi assaltado na região, no Município de Santo Expedito; e, ontem, foram dois bancos, no mesmo dia, assaltados no Município de Maximiliano de Almeida, que fica na região nordeste do Rio Grande do Sul. O pior é que esses assaltantes estão pegando os veículos dos colonos, para, com esses veículos, assaltar o banco, sair e fugir. Então, ele tem não só o risco da violência no assalto, digamos, numa troca de tiros, porque, é claro, estão desabrigados. Não há cobertura do Estado, do policial militar ou do policial civil. Então, está havendo um agravamento das tensões lá.

E no final de semana em que houve o feriado de 7 de setembro foram 40 homicídios, além de 17 mortes no trânsito por excessos, falta de fiscalização, e uma morte por afogamento. Então, 58 pessoas, de sexta a segunda-feira, morreram vítimas de uma tragédia que está consumindo as forças do Rio Grande.

Há uma discussão, lá no Estado, sobre a intervenção ou a participação da Força Nacional, pelo menos neste momento. É uma discussão que envolve o Prefeito de Porto Alegre, do partido do Senador Acir Gurgacz, o PDT, o Prefeito José Fortunati, mas só o governador pode fazer essa requisição.

Então, é uma discussão séria. Isso é realmente grave, porque hoje é indistinta a violência atacando. Quer dizer, o pequeno colono está lá na sua propriedade rural imaginando que ali está livre da violência, e não, está sujeito a isso. É muito grave. A situação é muito, muito grave.

Eu queria agradecer a lembrança do Prefeito de Lagoa Vermelha, Getúlio Cerioli, que deu as informações a respeito dessa situação.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senadora Ana Amélia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Acir e Senador Flexa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Eu concordo com o Senador Flexa que a população cobra do Congresso um posicionamento. É importante que se diga que hoje, no Congresso, principalmente aqui no Senado, todos nós estamos tentando ajudar o Governo, fazer a nossa parte. É uma questão de governo.

Eu vejo a própria Oposição, também, querendo ajudar o Governo, dando a sua parcela de contribuição. Eu entendo que isso é muito positivo. Não há uma questão de quanto pior melhor em todos os sentidos. Isso é um momento importante, um amadurecimento que se vê aqui no Senado Federal. Então, eu vejo que, de fato, é uma obrigação nossa, porque o Congresso precisa dar a sua contribuição. Estamos tentando ajudar. Estamos tentando fazer aquilo que é a nossa função.

Quando V. Exª falou em Confúcio, eu me lembrei do nosso Governador de Rondônia, que também se chama Confúcio – Confúcio Moura.

Para pontuar, Presidenta, Rondônia este ano cresce 5%. É um dos poucos Estados que crescem e mantêm as suas contas no azul exatamente porque a nossa economia é pautada no agronegócio, principalmente na agricultura familiar. Essa agricultura familiar é que sustenta a economia do Estado de Rondônia, um pouco diferente de alguns outros Estados.

V. Exª mesmo coloca que o Pará também cresce exatamente por conta disso. A agricultura é que está sustentando o nosso País, principalmente o nosso Estado.

Eu aproveito para pontuar que, de 24 a 27 de setembro, nós vamos ter a Portoagro. É a 1ª Feira de Negócios Tecnologias Rurais Sustentáveis de Porto Velho.

Depois de quatro anos, Senador Moka, que nós não tínhamos feira agropecuária em Porto Velho, agora este ano nós vamos ter, de 24 a 27, Srª Presidente, a Portoagro. É a Feira de Negócios Tecnologias Rurais Sustentáveis na nossa capital.

É importante nós estarmos fomentando os nossos agricultores a ter conhecimento e acesso a novas tecnologias e tal, para que nós possamos aumentar a nossa produtividade. Nós estamos trabalhando muito para abrir a BR-319 – reabrir, aliás –, de Porto Velho a Manaus. Queremos produzir hortifrutigranjeiros em Porto Velho, para levar aos supermercados de Manaus. É uma fonte grande, para que possamos escoar a nossa produção e dar uma rentabilidade maior anos nossos agricultores.

Então, eu convido todos de Rondônia a participar dessa feira em Porto Velho. Não só de Rondônia, de outros Estados também, venham prestigiar. E quero principalmente convocar os nossos agricultores a participarem dessa feira, que é da maior importância para o nosso Estado, mas principalmente para a nossa Capital, Porto Velho.

É evidente que nós estaremos lá nesses quatro dias, como estivemos e estaremos em outras feiras do Estado. Mas nesta, em Porto Velho, nós estaremos com uma força maior, pelo retorno da feira. Depois de quatro anos sem feira, agora a 1ª Portoagro, em Porto Velho.

Era só para pontuar.

Obrigado, Presidente.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Parabéns! Sucesso a esse evento, porque isso ajuda a dar visibilidade ao que o Estado está fazendo em matéria de produção sustentável na agropecuária. Rondônia é um dos Estados da nova fronteira da produção.

Eu queria também aproveitar, porque está ao seu lado. No dia 18 de setembro, na próxima sexta-feira, a não ser amanhã, por requerimento do Senador Flexa Ribeiro, estaremos debatendo – isso interessa também ao seu Estado, porque Rondônia também é produtora de cacau –, aproveitando o 3º Festival Internacional do Chocolate e Cacau da Amazônia, com o tema "Análises e informações acerca do panorama da cacauicultura, especialmente no que tange à sustentabilidade do meio rural, logística de transporte, sistema de armazenamento, comercialização, proteção do meio ambiente e sistema tributário", em cumprimento, como eu disse, a um requerimento do Senador Flexa Ribeiro, que estará conosco também lá nesse evento. Será muito importante, Senador Flexa.

O senhor havia pedido palavra, está concedida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Quero, primeiro, Senadora Ana Amélia, agradecer a V. Exª e a nossos pares nesta Comissão, pela aprovação do requerimento e, mais ainda, pela presença honrosa de V. Exª no encontro em Belém no próximo dia 18. Vamos participar, com a presidência de V. Exª, para que possamos discutir essa cultura do cacau, que é importante para o Pará. O Pará, hoje, é o maior produtor de cacau do Brasil. A Bahia já foi no passado, hoje é o Pará, com uma qualidade bem superior aos outros e sem a vassoura-de-bruxa, que ataca a cultura. A Cargill está para instalar, em Castanhal, um Município próximo a Belém, uma indústria processadora, porque nós exportamos *in natura* e temos que agregar valor.

Mas quero aproveitar a oportunidade em que V. Exª me concede a palavra, Senadora Ana Amélia: ontem, pela parte da tarde, fui procurado pelo Ministro da Pesca, Helder Barbalho, do Estado do Pará. É nosso adversário político no Estado. Ele falou a mim que tinha conversado com V. Exª, tinha conversado com o Senador Moka, para que a Comissão de Agricultura pudesse destacar, da emenda de Comissão de 178 milhões, 38 milhões para que possa concluir um terminal pesqueiro na cidade de Belém, terminal que foi iniciado ainda no desgoverno do PT de sete anos atrás. Como tudo que o PT faz, é tipo Hollywood, é só encenação, não tem nada de fundamento. Então, lançaram esse terminal pesqueiro sem trapiche. Imagine só, Senador Acir, um terminal pesqueiro que não tem trapiche. Não tinha como os barcos ancorarem. Está lá abandonado. E ele pedia esse apoio da Comissão de Agricultura, de tal forma que pudesse fazer esse destaque de 38 milhões. Eu disse a ele que, apesar de adversário político, podia contar com nosso apoio e tenho certeza que com o apoio da nossa Presidente, Senadora Ana Amélia, e dos nossos Senadores, porque, como eu sempre digo, meu partido é o Pará. Em tudo que for beneficiar o Pará e melhorar a vida dos paraenses, ele pode contar com a nossa ajuda. Só espero que, ao iniciar, ao retomar as obras – e que ele o consiga! – e ao concluí-la, ele possa fazer justiça e dizer que foi a Senadora Ana Amélia, na Presidência da Comissão, os Senadores membros da Comissão de Agricultura – e não esquecer do Senador Flexa Ribeiro – que permitiram que ele pudesse ter destaque da emenda da Comissão de Agricultura para ter os 38 milhões necessários para terminar essa obra importante.

O Estado do Pará disputa com Santa Catarina quem é o maior produtor de pescado no Brasil. Nós achamos que somos nós, e os catarinenses acham que são eles.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Dário Berger está aqui para dizer que é Santa Catarina.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – O que falta para o Pará é ter realmente uma fiscalização melhor até do Ministério da Pesca.

Lembro que uma vez, Senadora Ana Amélia, na legislatura passada, falando sobre uma questão da pesca no Pará, fiz um comentário de que a lagosta, que era pescada na costa do Estado do Pará, estava saindo, de forma irregular, para o Ceará. Então, a lagosta que estava sendo exportada pelo Ceará vinha do Pará. O Senador Tasso Jereissati pediu um aparte. Eu estava pensando que ele vai fazer um aparte a respeito do assunto, mas ele se virou e disse: "Senador Flexa, eu bem tenho notado que a lagosta do Ceará está com sotaque paraense!" (*Risos.*)

É o caso lá.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senadora Ana Amélia...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Queria agradecer a V. Exª, Senador Flexa. V. Exª nem precisa invocar o art. 14, o qual eu já decorei. Não é preciso invocá-lo. (*Risos.*)

Mas o Senador Dário Berger é um defensor... Eu me lembro de que, em Palmas, ele fez um retrato, uma definição de como está Santa Catarina na produção pesqueira.

Então, com a palavra o Senador Dário Berger, provocado pelo paraense, na disputa sobre qual Estado é o maior produtor, se Santa Catarina ou Pará. (*Risos.*)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Bem, Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – O Senador Moka também pediu a palavra, mas, como ele foi citado, Senador Moka, eu sei que o senhor entende isso.

Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senadora Ana Amélia, eu quero cumprimentar V. Exª e cumprimentar os Senadores que fazem parte da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para expressar a V. Exª que também fui procurado pelo Ministro Helder Barbalho, que me relatou essa dificuldade orçamentária que ele possui e que, depois de meses de incansáveis lutas, ele conseguiu desembaraçar uma obra parada e pediu, evidentemente, o nosso apoio. Mencionou que já tinha conversado com V. Exª a respeito desse assunto e que, se eu pudesse colaborar, ele ficaria muito satisfeito.

Eu acho o Ministro Helder Barbalho um jovem promissor da política brasileira. Dinâmico, inteligente, moderno, atuante, um companheiro de primeira hora. Está enfrentando dificuldades orçamentárias, porque todos nós sabemos que o Brasil encontra-se em uma crise sem precedentes na sua história. Eu acho que é a pior das crises a que nós estamos vivendo. Entretanto, acho que é nesses momentos que nós temos que estender a mão, para que, mesmo que nesse caso, no meu caso, seja para estender a mão para o Pará, que é, de longe, o segundo produtor de pescado do Brasil. (*Risos.*)

Mas eu acredito e eu penso, com entusiasmo, que o objetivo do Pará seja ter como meta alcançar Santa Catarina!

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Algum dia.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Algum dia que está bem distante! E lembrar que Santa Catarina tem uma economia forte e diversificada e que, apesar da crise, Santa Catarina tem sobrevivido, de maneira bastante razoável, a esse momento que o Brasil todo vive.

Eu acho que, inclusive a partir dos exemplos de Santa Catarina, de um projeto implantado pelo saudoso Senador Luiz Henrique, que iniciou, em Santa Catarina, uma nova filosofia administrativa, em que buscou a descentralização que ele tanto defendia aqui... Ele sempre disse – e eu também acredito nisso – que o mal do Brasil é a centralização, a concentração dos recursos na mão da União, o que, efetivamente, tornou o Governo mais próximo da população de Santa Catarina; integrou regiões; buscou o desenvolvimento regional; procurou diminuir as desigualdades e as diferenças, uma vez que Santa Catarina tem essa peculiaridade muito própria de pequenas propriedades e de indústrias renomadas e, no agronegócio, possui o seu melhor vetor econômico.

Além de sermos o maior produtor de pescado do Brasil, Senador Flexa, nós somos também o maior exportador de carne suína e o maior exportador de aves, fora, evidentemente, as outras questões que precisaria de mais tempo para mencionar.

Entretanto, voltando à crise – rapidamente, para concluir o meu pensamento, o meu raciocínio –, esse modelo de administração implantado em Santa Catarina pelo saudoso Senador Luiz Henrique tem continuidade no então Senador Raimundo Colombo, companheiro aqui desta Casa, que virou Governador do Estado e que seguiu – vamos dizer assim – este viés administrativo que tem como base a sua imensa responsabilidade fiscal, proporcionando, assim, a Santa Catarina um relevo menor da crise do que aquela que enfrentamos em outros Estados do Brasil, como é o caso do seu Estado, que lamentavelmente se encontra com muita dificuldade.

E posso observar aqui angústia de V. Exª, do Senador Paim, do Senador Lasier, no sentido de buscar um caminho de apoio do Governo Federal, para que o Rio Grande do Sul possa ser aquele Estado promissor e gerador de oportunidade de renda e de emprego que sempre foi ao longo da sua história.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Dário Berger.

O Senador Moka pediu a palavra, e eu queria...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sim, mas rapidamente. Penso que o Ministro Helder realmente me procurou porque o conheço de longa data, Srª Presidente, mas o objetivo era falar com V. Exª.

E aqui quero dar um testemunho. No pleito do Ministro, ele não fala... O financeiro ele tem, o que não tem é o orçamentário. E ele pretende usar – o que o Governo vai dar para ele – é uma emenda de comissão. E nós sabemos que essas emendas de comissões raramente são liberadas. Aqui não se liberam.

Então, na verdade, você tem no orçamento, e ele tem o financeiro. O que ele precisa é apenas do financeiro.

Agora, louvo aqui... O orçamentário, porque o financeiro ele tem, o Ministério tem. O Ministro disse isso.

O que louvo aqui é que o Senador Flexa Ribeiro, dando uma demonstração de absoluta solidariedade... Isso é importante registrar. E ele disse que tinha certeza de que falaria com V. Exª, mas que V. Exª, embora adversário político... Ele tinha certeza da postura de V. Exª, de que V. Exª teria exatamente essa postura.

Então, quero dar aqui o testemunho também da lisura: o Ministro procurou tratar dessa questão com absoluta transparência.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria informar aos Srs. Senadores, dentro de uma responsabilidade que me dá a Presidência e dentro da transparência na relação com os colegas, que, em primeiro lugar, o Ministro Helder Barbalho sempre teve com esta Comissão uma atenção especialíssima.

Ao primeiro convite que recebeu, esteve aqui. Lamentavelmente, eu estava num compromisso fora do Brasil, mas ele saiu-se muito bem. Todos os Senadores, na avaliação que recebi, gostaram do desempenho do Ministro, que foi muito franco, mostrando a realidade e os compromissos no Ministério da Pesca.

Ele me procurou ontem, para eu, como Presidente, encaminhar ao Ministério do Planejamento exatamente isso que o Senador Moka explica: que há uma questão orçamentária e uma questão de disponibilidade financeira. Quanto à questão orçamentária, é preciso estar previsto – digamos – no Orçamento, via uma emenda da Comissão, para viabilizar a operação do próprio Ministério do Planejamento.

E eu só poderia fazer esse encaminhamento com a aquiescência dos Srs. Senadores. Então, eu lhe disse isso, e ele foi muito, muito ágil. Acho que conversou com todos os Senadores, e é exatamente nessa medida que fico agora tranquilizada em apor minha assinatura no encaminhamento ao Ministro Nelson Barbosa quanto a essa posição.

Mas preciso também dizer aos senhores que ele assumiu o compromisso – e aqui dou publicidade – de que as emendas que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado fez no âmbito do Ministério da Pesca terão prioridade no momento oportuno da liberação. Então, fica também guarnecida, com essa proteção e o compromisso no Ministro Helder Barbalho nesse processo.

Agradeço as manifestações e digo que a Assessoria do Ministro, que está presente, nos entrega o ofício que, hoje, assinaremos para ser encaminhado ao Ministro do Planejamento, Nelson Barbosa. Então, eu acho que foi uma concertação justa e adequada.

É verdade, Senador Flexa, e aí distingue-se como bem fez o Senador Moka, na sua posição de adversário, mas o senhor não pode ser adversário do seu Estado. Foi o que o senhor deixou muito claro.

E a outra questão é a seguinte: há uma obra está com 80% feita. Então, pulverizar recurso para outras áreas e não terminar essa obra, penso que, em um momento de dificuldade financeira, também não é adequado. Nós temos que fazer um esforço e complementar isso, pensando o Brasil do tamanho que ele é, com essas necessidades. e, aí, quando Santa Catarina ou o Rio Grande do Sul estiverem também, os Senadores paraenses, da mesma forma, terão essa atenção e esse mesmo processo.

Eu queria dizer aos Srs. Senadores que hoje é uma reunião apenas deliberativa, e nós temos duas matérias terminativas que depende da existência de um quórum de nove Senadores. Chegando nós terminamos, porque elas já foram apresentadas. Uma é do pró-micro, que me lembro é do Senador Acir e da qual ,sou Relatora; e uma outra é do Senador Wellington, também terminativa.

Nós temos duas Relatoras, a Senadora Rose de Freitas e a Senadora Lúcia Vânia, que pediram a retirada de duas matérias que estão na pauta. De hoje. E há, também, outra matéria a respeito da qual houve uma solicitação do Blairo Maggi para retirar de pauta.

Temos uma matéria, que é do Senador Douglas Cintra, a respeito da qual eu peço ao Senador Moka que faça a relatoria *ad hoc*,

A matéria está à pág. 169 da pauta de hoje.

Nós podemos apreciá-la porque, para matéria não terminativa, temos quorum para deliberar esta manhã. Com isso, já avançamos.

ITEM 5
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, de 2014
- Não terminativo -

Autoriza a aquisição de leite, por meio de leilões públicos, no âmbito das aquisições do Governo Federal, de pequenos produtores dos Municípios da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene.

Autoria: Senador Cássio Cunha Lima.
Relatoria: Senador Douglas Cintra.
Relatório: Pela rejeição do PLS nº 256, de 2014.
Observações:
1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.
2- A matéria será posteriormente apreciada pela CAE em decisão terminativa.

Com a palavra, o Relator *ad hoc*, Senador Waldemir Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Srª Presidente, eu vou direto à análise do projeto:

Nos termos dos incisos IV e XVII do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), compete a esta comissão opinar sobre o mérito de proposições que tratem de agricultura familiar e segurança alimentar e de políticas de apoio às pequenas e médias propriedades rurais.

Inicialmente, verifica-se que o projeto em análise padece de inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, ao atribuir prerrogativas e obrigações diretamente a órgãos da estrutura da Administração, como a Conab e o Ciep, matéria que seria tratada de forma mais adequada por meio de decreto autônomo do Presidente da República, na forma do art. 84, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal, ou, no máximo, mediante o envio ao Congresso Nacional de projeto de lei de autoria do Executivo, conforme o art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, também da nossa Carta Magna.

No mérito, apesar da valorosa iniciativa, entendemos que a proposição pouco contribui para a melhoria da situação dos produtores de leite da área de abrangência da Sudene.

A autorização concedida à Conab para adquirir até 100 litros de leite por dia de pequenos produtores é pouco efetiva do ponto de vista prático, pois o limite atual para aquisição de leite, no âmbito do PAA, que corresponde hoje a R$4.000,00 (quatro mil reais) por semestre, é definido pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, não havendo, dessa forma impedimento legal para que o Executivo venha a aumentar esse volume, por decreto, caso entenda tal medida conveniente e oportuna.

Apesar do aumento do limite para aquisições, o art. 2º do Projeto estabelece que a quantidade mensal de leite a ser adquirida será definida de acordo com o regulamento. Em resumo, apesar de a proposição estabelecer um novo limite para as aquisições, em substituição ao que dispõe o decreto que regulamenta o assunto, na prática, a quantidade a ser adquirida continuará a ser determinada pelo Poder Executivo.

Além disso, a proposição não aponta quais os recursos orçamentários a serem utilizados para o aperfeiçoamento da ação governamental, não se vislumbrando, dessa forma, como o Poder Executivo dará efetividade ao novo limite para aquisições.

Acrescente-se que a eventual aprovação do PLS nº 256, de 2014, poderá trazer prejuízos à operacionalização do PAA-Leite, que beneficia Municípios da área de atuação da Sudene, pois as compras, hoje realizadas de forma direta, com dispensa de licitação, passariam a exigir a realização de leilões, aumentando o custo operacional do Programa.

Voto.

Em face do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado.

Quero deixar claro que esse é o parecer do Senador Douglas Cintra, que V. Exª me pediu para que aqui fizesse a leitura do seu relatório.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Em discussão o relatório feito pelo Senador Waldemir Moka, *ad hoc* do Senador Douglas Cintra.

Para discutir, Senador Flexa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, vou pedir vista, porque o projeto é do Senador Cássio Cunha Lima. Assim, peço a V. Exª para que possa conversar com ele sobre o parecer...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Perfeito.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Vista coletiva.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Vista coletiva.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... do Senador Douglas Cintra, que. Acho, já deve ter conversado com ele em virtude desse parecer pela rejeição.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço.

Então, vista coletiva do Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2014, não terminativo, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima.

Penso que ele retornará na próxima reunião.

Existem dois requerimentos extrapauta. Um requerimento do Senador Wellington Fagundes, e eu assinei também, na ausência do Senador que fez essa solicitação.

ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 63, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2015, de autoria do Senador Wilder Morais, que "altera a Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, para incluir na Política Nacional de Irrigação a promoção do uso racional dos recursos hídricos". Para tal discussão, convida os representantes das seguintes instituições: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Integração Nacional; Agência Nacional de Águas; e Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Autoria: Senador Wellington Fagundes.

Penso que o tema é relevante.

Está em discussão o requerimento do Senador Wellington Fagundes para a realização dessa audiência pública. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o Requerimento.

O segundo requerimento, também extrapauta, é do Senador Ronaldo Caiado e também subscrito também por mim. Trata-se do Requerimento nº 64.

ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 64, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para debater a possível fraude no Processo Administrativo INCRA nº 54370000952/2006-48, da Superintendência de Sergipe. Para tanto, sugere que sejam convidados: Srª Rosivan Machado da Silva, brasileira, magistrada, residente na Rua Getúlio Vargas, nº 458, Povoado Brejão, Brejo Grande, Sergipe; Sr. José Fausto Santos, brasileiro, pescador, residente na Rua Getúlio Vargas, Povoado Brejão, no Município de Brejo Grande; e o Sr. Manfredo Goes Martins, brasileiro, aposentado produtor rural, residente na Rua Joventina Alves, também em Aracaju, Sergipe.

Autoria: Senador Ronaldo Caiado.

Na verdade, esse povoado, no Município de Brejo Grande, possui mais de dois mil moradores e foi certificado como sendo Comunidade Quilombola a pedido de 05 pessoas (José Fausto Santos foi um dos requerentes) reunidas pelo Padre Isaías Carlos Nascimento Filho (líder do MST na região), contudo sem o conhecimento da população.

A Fundação Palmares possui Portaria exigindo decisão da maioria dos moradores da comunidade, registrada em ata com lista de presença (o que não foi observada).

De posse da certidão da Fundação Palmares o Incra cadastrou 299 famílias para receber cestas básicas e utilizou o cadastro indevidamente, juntando-o ao processo administrativo declarando que estas pessoas eram quilombolas. Descoberto o cadastro, mais de duzentas das pessoas cadastradas afirmaram que nunca se declararam quilombola e aquilo era uma fraude. O fato foi noticiado na imprensa e comunicado ao INCRA e a outros órgãos através de abaixo-assinado.

Foi criada uma associação quilombola (com poucos moradores) e o Padre passou a divulgar na imprensa que estava sendo ameaçado de morte por fazendeiros, junto com trabalhadores rurais e líderes da associação.

Nunca se confirmou qualquer ameaça e houve denúncia de que estas notícias eram falsas, para provocar audiências públicas e criar a falsa imagem de conflito agrário na região. Servidores do INCRA faziam ofícios para a Ouvidoria Agrária Nacional dando ares de verdade a estas falsas denúncias. A Deputada Estadual Ana Lúcia, que é do Partido dos Trabalhadores, também divulgou que estava sendo ameaçada por fazendeiros porque acompanhava a luta do padre na região. O Ministério Público Federal exigia pressa no laudo antropológico por conta de um possível "conflito".

A Câmara de Vereadores reuniu a população em audiência pública, colheu as denúncias de fraude e oficiou INCRA, MPF, Ouvidoria Agrária e outros órgãos. A Assembleia Legislativa também fez as mesmas denúncias, após audiências públicas. Não há informação sobre apuração.

Servidores do INCRA divulgaram ameaças de morte (também nunca confirmadas) e pediram força policial ilegalmente usada para expulsar posseiros nativos de uma área desapropriada (Fazenda Batateiras) para fins de reforma agrária (estes posseiros eram os beneficiários do imóvel). Esta propriedade foi ilegalmente entregue à Associação Quilombola pelo INCRA (verbalmente) para explorar e lá foi construído um conjunto habitacional com recursos públicos e distribuídas casas a pessoas que em sua maioria possuem imóveis, sendo critério para recebê-lo integrar o movimento quilombola.

Servidores do INCRA também expulsaram ilegalmente posseiros nativos de outra área tida como da União (Fazenda Resina) para entregar à associação quilombola.

O Serviço de Patrimônio da União (a pedido da Padre e pressionado pelo MPF e INCRA) declarou todo o Município de Brejo Grande como área da União (para entregar aos quilombolas), em processo administrativo que não localizou a linha preamar. Uma ação judicial movida por proprietária (Ana Catarina Martins) suspendeu os efeitos desta decisão administrativa.

Tudo isto foi feito sem que existisse estudo antropológico. Foi denunciado à Polícia Federal, Ministério Público Federal e INCRA, entre outros órgãos, desde 2011, mas não se tem notícia de apuração. Servidores do INCRA continuam praticando ilegalidades e o Município de Brejo Grande está em vias de acabar (mais da metade do seu território está inserido na área quilombola). O laudo antropológico foi concluído e a antropóloga afirma que a comunidade é quilombola, citando fontes históricas não verdadeiras e usando declarações de pessoas que diz não poder identificar porque são ameaçadas de morte. Afirma que foi impedida de realizar os trabalhos de campo porque também sofreu ameaças (nenhuma confirmada e nem registrada).

Ante o exposto, ele está sugerindo aprovar o requerimento para que se faça audiência pública e se tome conhecimento das reais necessidades que enfrenta o município de Brejo Grande.

Este é o requerimento do Senador Ronaldo Caiado, que está em discussão. (*Pausa.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não havendo quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Assim, estão aprovados os requerimentos para a realização de audiências públicas requeridas, tanto pelo Senador Wellington, a fim de instruir um projeto sobre a questão hídrica; como pelo Senador Caiado, para esclarecimento desse processo relatado.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pela ordem, Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Só para comunicar aqui um fato, um acontecimento interessante que vai ser lançado hoje.

O MEC, o FNDE lança concurso para valorizar o papel das merendeiras na alimentação escolar. Esse evento visa a marcar a comemoração dos 60 anos das primeiras iniciativas do Governo Federal na área da alimentação escolar.

O Ministério da Educação e a Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação lançam nesta quinta-feira, em Brasília, o concurso Melhores Receitas da Alimentação Escolar, que visa a selecionar, premiar e divulgar receitas feitas por merendeiras e merendeiros das escolas públicas brasileiras.

O concurso ocorrerá em quatro etapas e, ao final, vai eleger as cinco melhores receitas do País, uma para cada região brasileira.

Os vencedores receberão o prêmio de R$5 mil e uma viagem internacional, além de um *kit* para manipular alimentos, com touca e avental personalizados e certificado de participação. Também terão a oportunidade de participar de concurso de elaboração de receitas e boas práticas na alimentação escolar.

O objetivo do concurso é valorizar o papel das merendeiras na promoção da alimentação saudável e reforçar a importância da educação alimentar e nutricional, afirmou o Presidente do FNDE, Dr. Edvan Alencar.

Só podem participar redes de ensino que alcancem uma pontuação mínima em relação a critérios relevantes na execução do PNAE, como possuir nutricionista, responsável técnico cadastrado no FNDE, ter 30% dos alimentos oriundos da agricultura familiar entre outros aspectos.

O lançamento é hoje, 10 de setembro, às 11h, na CF-2, Estrutural, Q. 02, AE, Conjunto 12, SIA, Brasília.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço muito, Senador Donizete. Isso tem muito significado para mim.

A minha mãe foi merendeira. Se viva estivesse, estaria muito contente com essa iniciativa, porque valoriza o trabalho delas.

Minha mãe, durante muitos anos, foi merendeira em escola pública, no bairro gaúcho, em Lagoa Vermelha e, posteriormente, em Porto Alegre, na capital. E ela era uma pessoa muito dedicada. A merenda era tão qualificada que não só os alunos mas também os funcionários e professores gostavam. Às vezes levavam até uma marmita da merenda para casa, pela qualidade que tinha.

Em memória à minha mãe, Cilene Daros de Lemos, eu faço esse agradecimento para valorizar as merendeiras todas do nosso País. Elas têm uma responsabilidade muito grande, porque são, eu diria, uma segunda mãe na escola para as crianças. Porque a comida é preparada, em geral, pelas mães nas casas. E a minha mãe, às vezes, levava até uma toalha de casa para deixar a mesa mais bonita para servir a alimentação.

Então é muito gratificante ver isso e lembrar da minha mãe que era muito dedicada na merenda que fazia. Às vezes ela inventava até, na época do frio lá no sul, fazer bolinho frito, bolinho de chuva, ou então arroz doce, arroz de leite, que é uma sobremesa muito brasileira, mas no Rio Grande do Sul mais ainda, porque é um grande produtor de arroz.

Tudo isso evoca. Parabéns ao MEC pela valorização dessas profissionais.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu também considerei muito relevante, Presidenta, essa iniciativa, porque todos nós aqui passamos pelos bancos das escolas. E eu que sempre estudei em escola pública sempre tive a atenção das merendeiras.

Penso inclusive que no encerramento do concurso nós deveríamos, e estou disposto a propor, fazer uma sessão solene em homenagem às merendeiras do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito bom.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – É relevante o prêmio, mas o reconhecimento do papel, principalmente como a maioria absoluta é de mulheres, eu não me lembro de ter convivido com um merendeiro, é um acontecimento importante e acho que seria uma homenagem justa que o Senado Federal poderia fazer. Quero encaminhar esse requerimento para a Mesa para realizarmos essa sessão solene.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Muito obrigada, Senador Donizete.

Em geral são mães de família.

Com a palavra o Senador Moka.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Só para registrar que achei muito relevante valorizar, além do professor, o corpo docente, o administrativo. Mas, sem dúvida nenhuma, esse concurso das cinco melhores receitas valoriza a pessoa que o aluno, no dia a dia, mais gosta: a merendeira.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É verdade.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Na verdade, hoje não é mais merenda. Eles fazem uma refeição que, às vezes, é a única que o aluno vai ter no dia.

Então, achei muito louvável. Parabenizo o Senador Donizeti por trazer aqui a lembrança do Ministério da Educação e Cultura com a promoção deste concurso louvável.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Eu queria, Senador Moka, agradecer essa referência. Veja como uma informação dessas, uma iniciativa como essa do Senador Donizeti tem relevância.

Hoje, na zonas mais pobres, mais carentes do País, as crianças vão muito à escola em busca da alimentação. Quando há um problema de não fornecimento dos alimentos – e aí também a produção da agricultura familiar tem sido muito relevante –, nós temos que ver a relevância social que tem esse trabalho das merendeiras.

Eu queria, antes de passar ao encerramento da nossa reunião, saudar novamente o nosso Deputado Evair de Melo, do PV do Espírito Santo.

Eu agradeço a V. Exª, que tem sido assíduo aqui. Eu não sei se está treinando para ser Senador ou gosta dos nossos trabalhos.

Nós começamos às 8 horas: o Senador Donizeti, o Senador Dário Berger, o Senador Benedito de Lira, o Senador Moka, o Senador Acir Gurgacz, o Senador Flexa Ribeiro, antes passou aqui também o Senador Wellington Fagundes, que faz um tratamento.

Então, com a palavra o nosso, sempre presente e assíduo, Deputado Evair de Melo, que é do Partido Verde, do Espírito Santo.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Lembrar que o Senador Blairo não está aqui hoje, mas é sempre presente.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – O Senador Blairo disse que realmente não viria.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Sim. O Senador Blairo...

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Eu queria dizer que o Senador Ricardo Ferraço... Não é para ficar dando muito a palavra para o Deputado Evair, porque pode criar problema lá em 2018. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Não, mas a Comissão é democrática e o Senador Ricardo Ferraço também.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Sabe que começo de cantiga é assobio, Senadora. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Ele é cooperativista, Senador Moka.

Com a palavra o Deputado Evair.

O SR. EVAIR DE MELO (PV - ES) – Senadora, eu queria agradecer o carinho com que esta Comissão me recebe e dizer que fiquei muito feliz, porque sou filho de merendeira e, como filho de merendeira, sou bom aluno e sou da roça.

Então, eu acordo cedo e estou aqui para aprender. O Senado é uma Casa que tem me orgulhado muito, por poder participar de algumas oportunidades aqui. Eu sou um Deputado no primeiro mandato, ligado à agricultura no meu Estado. Então, como eu disse, como filho de merendeira e como bom aluno que fui, eu estou aqui no Senado para aprender.

Diga ao Senador Ferraço que, onde ele estiver, eu estarei estendendo o tapete para ele. O Senador Ferraço é um dos orgulhos do Espírito Santo. Pode ter a certeza de que, no caminho que escolher na sua vida, eu serei um soldado justo, fiel e correto. Afinal de contas, se estou aqui, eu devo muito ao espelho no seu trabalho, à dedicação.

Nós estamos realizando, Senadora, pela terceira vez, a revisão do PDAG (Plano de Desenvolvimento da Agricultura do Estado do Espírito Santo), que é um planejamento estratégico, fundamentado em todos os princípios de competências gerenciais que se pode ter de ferramentas. E o Senador Ferraço, empossado como Secretário de Estado da Agricultura em 2003, no nosso Estado, e ele, que não tinha nem tanto vínculo com a agricultura, assumiu a Secretaria de Estado e implementou um plano de gestão muito profissionalizado.

Nós estamos este ano já realizando a terceira edição, quase 15 anos depois, de uma ferramenta gerencial, que mudou radicalmente o rural do nosso Estado, que é o rural que mais emprega, é um rural que não está desempregado no Brasil hoje. Com certeza, a melhor renda per capita do Espírito Santo, hoje, está na agricultura, fundamentada em café, fruticultura e na pesquisa agropecuária.

Então, leve ao Senador Ferraço o meu reconhecimento e a minha gratidão ao trabalho dele.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Se eu não tivesse provocado, esse elogio não viria assim. (*Risos.*)

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – É.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – Mas eu sei da amizade. Estou brincando. O Deputado Evair sabe que isso é apenas uma forma...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Obrigada, Senador.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... Até porque eu sei da amizade e do companheirismo do Deputado Evair e do Senador Ricardo Ferraço, por quem todos nós aqui temos o mesmo sentimento...

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Admiramos.

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco Maioria/PMDB - MS) – ... um Senador atuante, competente e com compromisso com o País e com seu querido Espírito Santo.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Inclusive, nesta Comissão, ele já demandou uma questão relacionada à importação de café do Peru. Nós fomos à Ministra, e foi resolvido o problema. Então o Senador Ferraço é muito comprometido.

Queria informar ao Senador Ronaldo Caiado que o seu requerimento, Senador, foi lido na íntegra e foi aprovado pelos colegas Senadores. Quero dizer-lhe, ainda, que, dada a importância da iniciativa, eu subscrevi o seu requerimento para poder apresentá-lo extrapauta na reunião de hoje.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – Minha Presidente, mais uma vez muito obrigado, e essas considerações também faço a todos os meus colegas aqui por esse requerimento em relação a essa situação, que realmente está intranquilizando muito as nossas lideranças lá no Estado de Sergipe.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – De Sergipe, sim.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco Oposição/DEM - GO) – E, como tal, V. Exªs aqui aprovaram esse requerimento, para que se possa discutir essa situação precária por que todos lá estão passando. Foi também uma solicitação da minha colega, a Senadora Maria do Carmo, que trouxe todas essas lideranças, para que eu pudesse ouvi-las.

Então meus agradecimentos, e em breve gostaríamos de pautar essa reunião.

Muito obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço, Senador.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a todos os colegas Senadores que participaram da nossa audiência de hoje e declaro encerrada a reunião.

Muito obrigada e até a próxima reunião.

(Iniciada às 8 horas, a reunião é encerrada às 9 horas e 6 minutos.)

ATA DA 42ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE OUTUBRO DE 2015.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia vinte e dois de outubro de dois mil e quinze, na sala seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Hélio José, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos Senhores Senadores Lasier Martins, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro, José Medeiros, Randolfe Rodrigues, Delcídio do Amaral e Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Justifica a ausência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Walter Pinheiro, Angela Portela, Ivo Cassol, João Alberto Souza, Sérgio Petecão, Omar Aziz, Davi Alcolumbre, Marcelo Crivella e Vicentinho Alves. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos n.º 59 e 63/2015-CCT, destinada a debater o tema "Desenvolvimento de Tecnologia na Área da Saúde". Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os Senhores Marcelo Morales, Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - DABS/PRE/CNPq; Helder Constantino, Representante da Humane Society International - HSI no Brasil; e Alysson Muotri, Professor Doutor Pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos. Findas as apresentações, o Senhor Vice-Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Faz uso da palavra o Senhor Senador Lasier Martins. Neste momento, o Senhor Vice-Presidente requer, oralmente, a inclusão extrapauta de Requerimentos, com o que todos concordam. **Extrapauta, Item 1: Requerimento n.º 68, de 2015-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que requer "... seja acrescido, em aditamento ao Requerimento nº 64/2015, dessa egrégia comissão, na qualidade de convidado para Audiência Pública Conjunta, o Senhor Adriano Massuda, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, representando o Ministério da Saúde naquela Sessão, órgão responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros e o Senhor Paulo Eduardo Xavier de Mendonça, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer – INCA". O Requerimento é aprovado. **Extrapauta, Item 2: Requerimento n.º 69, de 2015-CCT,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Hélio José, que requer "... seja convidado Dr. Leonam dos Santos Guimarães, membro do Grupo Permanente de Assessoria em Energia Nuclear do Diretor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Vice-presidente da Sessão Latinoamericana da Sociedade Nuclear Americana, para participar da Sessão Inicial do Seminário Usinas Nucleares: lições da experiência mundial, instituído pelo RCT nº 57, de 25 de agosto de 2015". O Requerimento é aprovado. Prosseguindo, o Presidente agradece a todos pela presença e, nada havendo mais a tratar, encerra a reunião, às onze horas e nove minutos, determinando que eu, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, lavre a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no diário do Senado Federal juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADOR HÉLIO JOSÉ
Vice-Presidente, no exercício da Presidência, da Comissão de Ciência,
Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 22 de outubro de 2015.

Submento à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal* juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Srªs e Srs. Senadores, iniciando os trabalhos da reunião, informo que realizaremos hoje uma audiência pública em atendimento aos Requerimentos nºs 59/2015 e 63/2015, da CCT, ambos de minha autoria. Destina-se esta audiência pública a debater o tema Desenvolvimento de Tecnologias na Área da Saúde. Para tal, temos a honra de convidar para compor a Mesa de expositores os seguintes convidados:

Sr. Alysson Muotri, Prof. Dr. pesquisador do Instituto Salk para Estudos Biológicos. Obrigado, Alysson, seja bem-vindo. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Marcelo Morales, Diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Presidência da República, DABS/CNPq. (*Pausa.*)

Convido o Sr. Helder Constantino, representante da Humane Society International – HSI no Brasil. (*Pausa.*)

Comunico que esta reunião será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. Assim, as pessoas que têm interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800.612211. Novamente, repito: as pessoas que tiverem interesse em participar de forma interativa podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800-612211.

Passaremos, então, às exposições pelos convidados e, ao final, pelas Srªs e Srs. Senadores presentes, na ordem de inscrição, com prioridade ao Senador Relator da matéria.

Durante o curso da audiência, esta Presidência também poderá fazer intervenções, assim como apresentar comentários e questionamentos enviados pelos cidadãos que nos acompanham.

Cada expositor terá o tempo de 10 a 15 minutos para sua apresentação.

Aqui, democraticamente, vamos ver quem foi o primeiro que chegou: foi o Marcelo ou foi o Helder? (*Pausa.*)

O Marcelo. Então, vamos começar as exposições por você. O CNPq no meio.

Eu vou passar aqui para o nosso querido Helder Constantino, da HSI Brasil, nessa importante matéria.

Helder, você dispõe de 10 a 15 minutos. Pode ficar à vontade.

O SR. HELDER CONSTANTINO – Prezados Senadores, prezadas Senadoras, gostaria de agradecer à Comissão de Ciência e Tecnologia o convite, e ao Senador Hélio José, em particular. Eu faço parte de uma organização de proteção dos animais chamada Humane Society International, que trabalha para eliminar testes em animais desde 2012 no Brasil.

Embora a HSI tenha objeções éticas a respeito do uso de animais em laboratórios, acreditamos que o debate não se deva limitar ao escopo da ética, pois precisamos olhar também para o tema pelo prisma do progresso científico e dos pacientes, que esperam novas terapias para várias doenças. Temos, portanto, uma abordagem um pouco diferente daquela adotada pela maioria das organizações de defesa dos animais. Temos uma abordagem mais abrangente sobre o assunto, que vou expor aqui, falando mais especificamente a respeito da pesquisa biomédica.

Eu gostaria de chamar a sua atenção sobre essa curva. Essa é a curva da tendência geral em eficiência de pesquisa e desenvolvimento no setor farmacêutico. Ela mostra quantos remédios foi possível desenvolver com US$1 bilhão desde a década de 1950. Essa curva é ajustada à inflação. Dá para entender que as notícias não são boas: até a década de 1970, era possível desenvolver mais ou menos dez fármacos com US$1 bilhão; já a partir da década de 2000, o custo é de US$1 bilhão por remédio, e, desde a década de 1950, o custo para desenvolver um fármaco dobra a cada nove anos.

Isso se chama de Lei de Eroom, em referência à Lei de Moore, sobre o progresso exponencial da potência dos computadores. Ou seja, a Lei de Eroom é o inverso da Lei de Moore. Enquanto os computadores progridem de maneira exponencial, as ciências biomédicas fazem o caminho inverso.

Esse gráfico confirma essa tendência. Podemos ver, com a curva verde, o aumento dos gastos em pesquisa e desenvolvimento por cada fármaco. Além disso, as colunas mostram também a diminuição do número de fármacos aprovados, desde 1996, nos Estados Unidos. Porém, essa é uma tendência mundial. Cada vez menos fármacos são aprovados, e é cada vez mais caro desenvolvê-los.

Acredito que essa é uma tendência de grande importância para instituições de fomento à pesquisa biomédica no Brasil e no mundo. Esses dados têm grande importância para os pacientes também, porque significam que é cada vez mais difícil descobrir novos remédios. Por exemplo, em 50 anos de pesquisa, somente dois tratamentos para asma foram descobertos. A asma afeta cerca de 300 milhões de pessoas no mundo, mata pelo menos 250 mil pessoas por ano e é a doença crônica mais comum entre as crianças.

Com mais de seis milhões de mortes por ano, os acidentes vasculares cerebrais são a segunda maior de morte no mundo, de acordo com a Organização Mundial da Saúde. Porém, entre mais de mil medicamentos desenvolvidos em laboratório, somente um é efetivo em pacientes.

A situação é ainda pior para doenças mais raras, como as Doenças do Neurônio Motor, para as quais não existe tratamento nenhum. Um programa europeu para o estudo de doenças neurodegenerativas apontou especificamente a fraqueza do modelo animal como uma das falhas da pesquisa nesse campo. De fato, um crescente número de cientistas aponta problemas com o modelo animal em vários outros campos.

Cerca de 115 milhões de animais são usados em laboratórios a cada ano, e três quartos deles são utilizados na pesquisa biomédica. Porém, 92% dos remédios previamente testados em animais são ineficientes em humanos, uma percentagem altíssima considerando-se o alto custo financeiro e ético desses testes.

Essas considerações estão convencendo líderes de instituições de pesquisa e de fomento que é hora de mudar de direção:

Nós nos afastamos de estudar doenças humanas nos seres humanos. [...] O problema é que isto não tem funcionado, e é a hora de pararmos de contornar o problema. [...] Nós precisamos de nos reorientar e adaptar novas metodologias para uso em humanos para entender a biologia das doenças em seres humanos.

Essas são palavras do Dr. Elias Zerhouni, ex-diretor do US National Institutes of Health. Porém, várias instituições de fomento ao redor do mundo estão começando a tomar a mesma direção.

A abordagem da HSI é a de se aproximar de cientistas que acreditam no potencial das novas tecnologias no seu campo de pesquisa e a de trabalhar com eles para promover esses métodos.

Desde 2010, um crescente número de artigos publicados em revistas científicas demonstraram, após análise aprofundada dos modelos animais, que as limitações desses modelos impediriam a extrapolação dos dados obtidos para pacientes.

Desses artigos, também surgiram outros métodos de pesquisa. As doenças abordadas incluíam asma, esclerose múltipla, sepse, depressão, autismo, e todas já contaram os limites do modelo animal. A HSI trabalha junto com esses cientistas para divulgar mais amplamente esses trabalhos.

Em resposta às limitações do modelo animal, instituições de fomento ao redor do mundo estão investindo montantes elevados em novas e promissoras técnicas *in vitro* ou computacionais. Por exemplo, o US Institutes of Health, junto a outros órgãos de fomento, tem investido US$122 milhões para desenvolver órgãos humanos em um *chip*. No seu programa de pesquisa Horizonte 2020, a União Europeia reservou €250 milhões para métodos inovadores, a fim de substituir testes de toxicologia em animais e desenvolver novas ferramentas para pesquisa biomédica.

Investimentos maciços são também necessários no Brasil. A estratégia nacional de ciência e tecnologia aponta o fomento ao desenvolvimento de métodos alternativos ao uso de animais de experimentação como prioridade para a indústria nacional produtora de fármacos.

Acreditamos também que as novas tecnologias podem ser a chave para melhorar as terapias de algumas das mais graves doenças do mundo. A investigação baseada em animais está sendo ultrapassada por ferramentas criadas a partir da biologia humana, mais relevantes e inovadoras.

Defendemos essa visão, neste relatório, disponível aqui, chamado Pesquisa de Ciência, Saúde e Segurança Avançada no Brasil. Este relatório está disponível aqui na entrada.

Porém, esses investimentos não se materializaram no Brasil ainda. Além disso, o setor da pesquisa científica está sofrendo grandes cortes. Agora, é o momento de realizar a escolha estratégica para ciência, saúde e a inovação no Brasil e fazer investimentos focados nas tecnologias que tenham maior potencial para a saúde humana, além de eliminar testes com animais.

Obrigado pela atenção.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito obrigado pela apresentação, inclusive pela brevidade do tempo. Muito objetiva a sua exposição.

Quero dizer, Helder, que, realmente, é com muita satisfação que vemos um jovem cientista como você tão dedicado.

Parabéns!

Vamos passar a palavra agora para o CNPq, para o nosso querido Marcelo Morales. Vamos ouvir a exposição do Marcelo, que é diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do CNPq.

Com a palavra, Marcelo. Fique à vontade. Você tem de 10 a 15 minutos. O Helder não atingiu nem 10 minutos. Então, você está com tempo para poder responder legal se houver algumas perguntas mais cabeludas. (*Risos.*)

O SR. MARCELO MORALES – Bom dia a todos.

Primeiro, eu gostaria de agradecer ao Senado e aos nobres Senadores pelo convite.

Eu gostaria de me apresentar: sou Marcelo Morales, sou professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sou pesquisador na área de Ciências Biológicas, sou médico e trabalho com terapia com células-tronco. Vários resultados do nosso laboratório já estão sendo testados em seres humanos neste momento.

Inclusive, Helder, nós testamos o primeiro paciente com asma há quatro semanas. Foi o primeiro paciente no Brasil testado, a partir dos resultados do nosso laboratório, que o nosso grupo está fazendo, em pesquisa com asma de difícil controle. Aqueles pacientes que não respondem à terapia convencional estão sendo tratados com células-tronco neste momento, tudo baseado em resultados científicos.

Neste momento – há mais de um ano, fui convidado pela Presidente da República – sou diretor de Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde do CNPq e tenho atuado em várias áreas, inclusive na proteção dos animais utilizados em pesquisa científica, uma ação que tenho feito desde 2006, quando eu era presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica.

Em relação à missão do CNPq: fomentar ciência, tecnologia e inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional.

Os fatos são que nós tivemos grandes avanços de ciência e tecnologia no Brasil nas últimas décadas. Isso, graças ao investimento maciço que houve, nos últimos 20 anos, em ciência e tecnologia. E nós temos de alertar que não podemos ter descontinuidade em ciência e tecnologia. Descontinuidade em ciência e tecnologia significa atraso. Se nós não tivermos recursos, nós atrasamos 20 anos. Então, ter recursos para ciência e tecnologia, de forma sustentável, é algo extremamente importante para o desenvolvimento científico e tecnológico da Nação brasileira.

Então, nos últimos 20 anos, os grupos de pesquisa aumentaram significativamente no Brasil. Nós passamos a contribuir, na América Latina, com mais de 54% da produção científica de toda a América Latina e, aproximadamente, 2,4% da produção científica do mundo. Nós produzimos, aproximadamente, 14 mil doutores e mais de 40 mil mestres por ano. A quantidade de pessoas que está nas universidades públicas (em azul) e privadas (em vermelho) aumentou significativamente nos últimos anos. E o orçamento da ciência e tecnologia tem aumentado – espero que não diminua, que esse gráfico não caia, porque isso representaria que os jovens pesquisadores não receberiam recursos, e isso é algo bastante preocupante para o futuro da ciência no País.

Nós avançamos significativamente em ciência e tecnologia.

O grande desafio é transformar ciência e tecnologia como eixo estruturante do desenvolvimento brasileiro; consolidar a liderança na economia do conhecimento natural, que é a nossa grande virtude; avançar em direção à economia do conhecimento – a transição para a economia de baixo carbono e sustentabilidade ambiental –; e, através da ciência, contribuir para a erradicação da pobreza e aprofundamento do processo de distribuição social e regional de renda.

O futuro da ciência brasileira passa por qualidade, impacto e relevância; maior atenção aos grandes desafios nacionais; a internacionalização da ciência – um grande passo foi dado através do Ciência sem Fronteiras; a inovação e patentes; apoio aos jovens pesquisadores – nos últimos quatro anos, mais de 28 mil doutores foram contratados em novas universidades federais, e há uma grande preocupação do CNPq, do nosso presidente, em fomentar esses jovens pesquisadores. Caso contrário, eles vão ficar sem financiamento, e essas novas universidades no interior do País virarão escolas, e não universidades, com o nome "universidade". E, em universidade, como dizia Carlos Chagas, se faz pesquisa porque se ensina, e se ensina porque se faz pesquisa. Prossigo: pessoal qualificado para inovação nas empresas; estimular o investimento em inovação pelas empresas; e o futuro da ciência brasileira passa também, principalmente, pela educação básica.

O CNPq age em várias ações através de parcerias com os Estados, em vários projetos, como, por exemplo, o Pronex (Programa de Apoio a Núcleos de Excelência), que faz, em parceria com os Estados, fomento a pesquisa, através de bolsas de formação de iniciação científica, de mestrado e de doutorado; edital universal, que irriga todo o sistema de ciência e tecnologia do Brasil inteiro, com editais anuais; editais em parceria com outros ministérios; editais com os fundos setoriais – e aqui vale ressaltar que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que era o lastro da ciência e tecnologia brasileira, dependia, em grande parte, dos *royalties* do petróleo; assim, foi totalmente dizimado, e a ciência e tecnologia brasileira está sem lastro. A partir do próximo ano, ou se recompõe o lastro da pesquisa científica brasileira, ou nós estaremos numa situação bastante preocupante.

A engrenagem da ciência e tecnologia brasileira passa por financiamento a pesquisadores individuais, a pesquisadores em grupo, através de projetos temáticos, Pronex; os INCTs (Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia), que albergam pesquisadores do País inteiro; são mais de 120 institutos nacionais; e os Fundos Setoriais de Fomento Tecnológico.

Então, o orçamento do CNPq, este em vermelho aqui, tem aumentado, e isso é o que nós empenhamos, em parceria com outros ministérios – por exemplo, Ministério da Saúde, que, através do CNPq, aloca recursos para fazer chamada pública com os pesquisadores, para fomentar a pesquisa na área da saúde.

A chamada pública dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, em 2014, acabou de sair. Serão investidos mais de R$640 milhões para os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, com investimento de R$100 milhões do CNPq, R$100 milhões do Fundo Nacional, R$100 milhões da Capes, R$341,7 milhões das Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados. Esses institutos estão sendo julgados pelo CNPq neste momento, todos

por pareceristas *ad hoc* fora do País, e esses institutos destinam-se a resolver temas científicos de abrangência nacional. Por exemplo, células-tronco, erradicação da pobreza, entre outros tópicos de relevância nacional.

Parceiros da chamada pública do INCT: CNPq, as fundações de amparo à pesquisa, os ministérios e a Capes.

Quanto aos fatos, houve avanços modestos em inovação. Eu estou fazendo a contrapartida em relação à ciência e tecnologia. Nós tivemos grande avanço na produção científica nacional, mas pouco avanço na inovação. Nós temos déficits bastante expressivos na balança comercial brasileira, e não é refletido esse déficit nos produtos agrícolas, porque investiu-se em ciência e tecnologia na área agrícola. É por isso que o País produz – e produz bem – produtos e insumos agrícolas.

O investimento em pesquisa, em azul, é da área privada; em amarelo, da área pública. Nos países desenvolvidos, a área privada investe mais do que a área pública. Aqui no Brasil, é 50%, 50%.

Quanto ao número de patentes no INPI, nós estamos aqui na lanterna. Isso reflete a nossa conquista em inovação, que está muito aquém do esperado. Muitos de nossos doutores estão na área pública – nas universidades, no setor público – e não na indústria, no setor privado, em que grande parte desses pesquisadores deveriam estar. Esta grande *pizza* aqui em verde são os pesquisadores doutores, que estão principalmente nas universidades públicas.

A nossa evolução em depósitos de patentes tem aumentado, mas nós estamos bastante aquém daquilo que seria necessário para o grande salto de qualidade, o grande salto de sustentação do desenvolvimento da indústria brasileira.

Enquanto nós somos o décimo quarto colocado em produção científica mundial, estamos na posição 64 ou 61, dependendo do ano, em inovação. Isso é bastante preocupante. E nós temos de investir bastante em inovação.

Já há no Brasil exemplos de sucesso de como transformar conhecimento em riqueza. Um dos exemplos é a Universidade Federal do Rio de Janeiro junto com a Coppe (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia) e, através da Petrobras, o Cenpes (Centro de Pesquisas e Desenvolvimento), fazendo pesquisa. Nós somos líderes em pesquisa em prospecção em águas profundas. Isso é investimento em ciência e tecnologia.

Outro exemplo importante foi o investimento que nós fizemos em ciência e tecnologia através do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) e também o investimento através da Embraer, que tem a sustentação de ciência e tecnologia para o desenvolvimento aeronáutico. Nós fizemos a decisão correta, anos atrás, formando o ITA e a Embraer e investindo na produção de aviões na área comercial, que foi um passo importante. E nós sabemos a importância da nossa Embraer na produção de aviões para todo o mundo.

Outro exemplo importante de investimento em ciência e tecnologia de sucesso é a parceria das universidades com a Embrapa. A Embrapa deu sustentabilidade à produção nacional agrícola. Por isso, nós somos primeiros produtores de açúcar, suco de laranja, café; ficamos em segundo lugar em soja, carne bovina e frango; e ficamos em terceiro lugar em milho e fruta. Isso não é só por darmos dinheiro para os agricultores, não; é por haver muita ciência por trás disso. A nossa produtividade depende da ciência e tecnologia por trás da nossa produção.

Através do CNPq, nós temos a Plataforma Carlos Chagas, que é a base de dados lançada pelo CNPq, e todas as informações referentes aos pesquisadores estão nessa plataforma. São mais de 2 milhões de currículos cadastrados. É invejada no mundo inteiro a nossa plataforma, o *curriculum lattes*, em que temos todas as informações dentro do CNPq. Na Plataforma Carlos Chagas, todo o sistema é eletrônico. O pesquisador submete seu projeto de pesquisa, os pareceristas *ad hoc* dão seu parecer, tudo de forma eletrônica.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCELO MORALES – As formas de financiamento: através de chamadas públicas, encomendas, convênios, recursos de custeio, capital, bolsas no País e no exterior.

Outro dado importante que nós implementamos foi o Ciência sem Fronteiras, um programa importantíssimo que deu oportunidade para alunos do País fazerem estágios no exterior. Nós demos suporte a mais de 100 mil estudantes para poderem fazer estágio no exterior nos últimos quatro anos.

Com o Ministério da Saúde, nós temos parcerias em 2014 com chamadas públicas em várias áreas – distúrbios neuropsicológicos, doenças crônicas degenerativas, doenças respiratórias, doenças renais, doenças raras, num montante de R$54,2 milhões vindos do Ministério da Saúde em chamadas públicas através do CNPq. A demanda dos pesquisadores nessas chamadas públicas foi de aproximadamente R$0,5 bilhão, só que nós não conseguimos atender todos esses pesquisadores, mas apenas 10%, com os recursos que vieram do Ministério da Saúde.

Eu gostaria de ressaltar que o desenvolvimento de um medicamento passa pelo descobrimento de uma nova molécula – e é preciso ter ciência e tecnologia por trás disso –, por testes *in vitro*, por testes em animais – obrigatoriamente, testes com animais.

E, nesses testes hoje no País, os animais são protegidos através da Lei nº 11.794, de 2008, implementada por esta Casa e que hoje protege os animais utilizados em pesquisa em todo o Território nacional.

Através do CNPq, nós lançamos a Rede Nacional de Métodos Alternativos. É uma rede que aglomera pesquisadores que fazem pesquisa com métodos alternativos no País, e nós fomentamos esses pesquisadores porque nós entendemos que não só temos de proteger os animais, e, sim, utilizar os animais de forma ética, mas também fomentar a pesquisa com métodos alternativos, para que, no futuro, paulatinamente, a redução de animais seja conseguida.

Nós temos acordos com a Anvisa, parcerias com a Anvisa de aproximadamente R$2 milhões, e nossa atuação tem sido feita através da inclusão da área de animais de laboratório, contato com empresas que produzem animais, para que tenhamos uma produção ética, de qualidade, de alta qualidade, para que dê sustentabilidade à ciência nacional. E criamos a Rede Nacional de Biotérios de Produção, para mapear a produção nacional de biotérios, pelos biotérios nacionais, através do CNPq, como é essa produção nacional de animais; e negociação de emendas parlamentares, aqui, junto com o Congresso Nacional, para sustentar a rede Renama (Rede Nacional de Métodos Alternativos).

É isso que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu gostaria de agradecer ao Marcelo. Para nós, é um orgulho muito grande o trabalho que o CNPq vem fazendo, Marcelo. Acho que uma pessoa do seu nível e da sua qualidade só demonstra a preocupação que o Governo brasileiro tem tido com esses importantes estudos na área do desenvolvimento tecnológico, nessa área, na Medicina, e demonstra o acerto também desta oportunidade de fazermos aqui esta audiência pública. Então, eu agradeço a V. Sª pela apresentação. Parabenizo-o, Dr. Marcelo, pelo trabalho que vem fazendo.

Vamos ouvir aqui agora o nosso brasileiro, pesquisador há 15 anos lá nos Estados Unidos, em San Diego, nosso querido Alysson Muotri, pesquisador do Instituto Salk para os Estudos Biológicos.

Concedo a palavra ao Sr. Alysson Muotri.

O SR. ALYSSON MUOTRI – Oi, pessoal. Primeiramente, obrigado pelo convite para expor minha pesquisa aqui. Obrigado por dividir conhecimentos do CNPq, pois já estou afastado há tanto tempo e, para mim, é interessante observar como o Brasil funciona em comparação aos Estados Unidos. Obrigado ao Helder e à Humane Society por patrocinar esta minha vinda para cá para falar para vocês.

Eu vou contar a minha história. Bom, para quem não me conhece, eu sou Alysson Muotri, brasileiro, formado em Ciências Biológicas pela Universidade de Campinas. Fiz doutorado pela USP, depois, segui o pós-doutorado no Instituto Salk e, desde 2008, acabei montando o meu próprio laboratório na Universidade da Califórnia, onde eu tenho o meu grupo de pesquisa. Trabalhamos com modelos de células-tronco para estudos de doenças neurológicas humanas.

Um dos trabalhos que desenvolvemos e que teve mais atenção foi o nosso trabalho com o autismo. Então, para quem não está familiarizado com o tema, o autismo funciona de duas formas: há o autismo sindrômico, aquele que tem uma definição genética conhecida, e o outro tipo de autismo, que afeta a maior parte das crianças, que é o idiopático, cuja causa não é conhecida.

É um problema de saúde pública muito grave, porque afeta um a cada 54 meninos – praticamente 1% da população mundial vai ter o diagnóstico de autismo. Então, é um número muito alto, que causa também um custo muito alto para os familiares e para a sociedade também. Então, isso é de US$3,2 milhões o custo em tratamentos e escolas especiais para crianças com autismo.

Como eu falei, há uma base genética muito forte e também uma base ambiental. A gente não consegue entender exatamente como esses dois fatores interagem entre si. E o mais importante é que o autismo não tem cura. Não existe uma pílula, um fármaco que se possa usar para tratar o autismo. Então, como o Helder falou, isso é uma coisa em que a gente está bem para trás.

E um dos motivos de a gente não ter esse desenvolvimento tão forte ainda na área de autismo e de outras doenças neurológicas é o fato de não se ter um modelo ideal. O que tem sido usado como modelo para doenças neurológicas são cérebros *post mortem*, que são doados por famílias; ou seja, o paciente morre e a família acaba doando o cérebro para pesquisa. No caso de autismo, é uma área bem sensível, porque são crianças na maior parte das vezes. Então, a gente não dispõe muito desse material. Além disso, esse material é composto de material morto: essas células já estão mortas, e a gente não consegue fazer um experimento com elas.

Outro tipo de modelo que a gente tem são células periféricas, células do sangue, células da polpa de dente. Mas essas não são as células-alvo, ou seja, não são as células neuronais.

E um outro modelo que se usa também são modelos animais. Na maior parte dos casos, são camundongos. Esses modelos animais são muito limitados, porque o autismo é uma doença tipicamente humana, ou seja, que afeta características humanas: como é que a gente olha um para o outro; como é que a gente olha no olho; como é que a gente conversa, a nossa linguagem e comunicação. Isso nenhum modelo animal consegue reproduzir. Para vocês terem uma ideia, o cérebro de um camundongo cabe dentro do meu olho. Então, é muito diferente do cérebro humano. Essa é uma das maiores restrições que a gente tem para o desenvolvimento de novos fármacos para o autismo.

Bom, como o meu laboratório trabalha com células-tronco, a gente decidiu usar células-tronco humanas, células derivadas do próprio paciente e que são reprogramadas – são o que a gente chama de células iPS (células-tronco pluripotentes induzidas). Talvez vocês já tenham ouvido falar de pluripotência induzida. Reprogramam-se essas células e, a partir delas, a gente deriva essas células neuronais, buscando diferenças entre o grupo de autistas e o grupo-controle.

Então, isso foi feito para diversos tipos de autismo no laboratório, e uma forma que se usa para coletar as células periféricas dessas crianças é o Projeto A Fada do Dente, que começou nos Estados Unidos, e que tem o irmão aqui no Brasil. Só no Brasil, há mais de três mil famílias conectadas com esse projeto, e já derivamos mais de 300 células, só da população brasileira. Isso tem um impacto no projeto em nível mundial também.

Para resumir a pesquisa, observando-se essas células neuronais e comparando-se o grupo-controle com o grupo autista, não se encontram grandes diferenças. Isso só ocorre quando se vai a um nível mais microscópico: aí, a gente percebe que as células autistas têm uma baixa densidade do que se chama de "espinhas neuronais". Essas espinhas são protuberâncias que a gente tem nos processos neuronais, onde serão formadas as conexões, as sinapses. A gente consegue quantificar essas sinapses com métodos de fluorescência, em que se consegue obter, de uma forma indireta, quantas sinapses esses neurônios estão fazendo. E a gente observa que, no autista, o número de sinapses é muito menor, muito reduzido.

O mais interessante foi quando a gente decidiu tratar esses neurônios derivados de autistas com drogas experimentais, e a gente conseguiu obter o que se chama de "reversão completa"; ou seja, eles passaram a serem indistintos do grupo-controle, mostrando que o autismo pode ser reversível, pelo menos em nível celular e molecular.

Este aqui é um exemplo de uma cultura neuronal, fazendo-se uma comparação: de um lado, vão ser neurônios derivados de crianças com síndrome de Rett; em verde, há essa rede neuronal intrincada, diversos neurônios formados, e cada ponto vermelho que se observa nessas imagens é um contato sináptico. Então, dá para perceber claramente a redução do número de sinapses que acontecem numa criança com a Síndrome de Rett, por exemplo. E a gente usa esse tipo de tecnologia para testar drogas.

Como eu comentei, uma das drogas testadas conseguiu reverter esse número de sinapses. Aqui, a quantificação que a gente fez. E a droga utilizada aqui foi o IGF-1, o fator de crescimento de insulina. Quando se expõem esses neurônios ao IGF-1 por duas semanas, o número de sinapses é revertido para níveis próximos ao normal, o que sugere esse pode ser um tratamento.

De fato, o IGF-1 agora está em ensaios clínicos para Síndrome de RETT e outros tipos de autismo também.

A gente tem evoluído nessa tecnologia, buscando deixá-la mais próximo ao cérebro humano. E uma coisa que a gente tem feito é criar o que se chama de minicérebros dentro do laboratório. Então, a partir das células-tronco, existe a vantagem de deixar elas mesmas criarem estruturas tridimensionais chamadas de corticoides, porque são minicórtex do cérebro humano, que é a região do cérebro afetada no autismo, e a gente consegue colocar esses minicérebros em cima de um *chip* com uma série de eletrodos que vão capturar o sinal elétrico.

Então, cada um desses eletrodos nesta imagem aqui está recebendo, está transmitindo a informação que está sendo passada entre um neurônio e outro. Vê-se um mapa de atividade – ele varia de azul para vermelho: quanto mais vermelho maior o número de sinapses que estão sendo passadas por aqueles eletrodos. E, com esse tipo de estratégia, é possível comparar esses minicérebros derivados de crianças autistas com crianças normais ou indivíduos normais.

Isto aqui é só um exemplo. Os mais dramáticos que a gente tem são de minicérebros derivados de crianças com Síndrome de RETT. E, nessas linhas, cada traço dessas linhas é uma atividade elétrica, vinda de um neurônio; quando elas se agrupam num espaço de tempo muito pequeno, ocorre o que a gente chama de *burst,* e a sincronização desses *bursts* acontece conforme os neurônios vão-se maturando. Isso acontece no cérebro humano também e dá para perceber que, na Síndrome de RETT, essa sincronização é reduzida. Então, a gente consegue ter uma evidência fisiológica direta desses minicérebros, do que estaria acontecendo no cérebro de cada indivíduo.

Há outro exemplo interessante que é usado para outra síndrome genética, a Síndrome do CDKL 5 – acho que se chama assim aqui no Brasil. Trata-se de uma síndrome genética definida por alterações nesse gene e que causa um tipo de epilepsia precoce. Então, essas crianças, desde o nascimento, têm esse tipo de ataque epiléptico, e não existe cura. Nenhuma droga atualmente consegue segurar esse tipo de epilepsia.

Foram feitos dois modelos animais, e estão sendo preparados mais três, na verdade, carregando deleções ou mutações nesse gene, mas nenhum desses modelos animais apresenta os ataques epiléticos. Então, esse é um grande problema, pois a gente não vê essa replicação do modelo animal no fenótipo clínico humano.

Existem uma série de indícios – isso vem de famílias também – de que o CBD, o canabidiol, poderia ser útil em casos de crianças portadoras dessa síndrome. Então, no laboratório, acabamos derivando os minicérebros de pessoas portadoras dessa síndrome e comparando as atividades elétricas.

Então, eu vou mostrar aqui um dos resultados que a gente teve. Isso aqui, de novo, é um daqueles tipos de multieletrodos que capturam o sinal elétrico vindo desses minicérebros, como se fosse um EEG no crânio humano. Então, ali, na ausência de droga, observa-se um tipo de epilepsia, chamada de epilepsia na placa de Petri, dentro do laboratório, permitindo o teste de drogas. Então, por exemplo, ao tratar com CBD o caso específico desse paciente, a gente conseguiu eliminar o ataque epilético desses minicérebros.

Com o tempo, se a gente não continua o tratamento, ocorre a volta dos ataques epiléticos. Então, isso, hoje em dia, pode ser feito para cada paciente de forma personalizada ou individualizada. Isso permite que se testem doses e medicamentos, nesses minicérebros dentro do laboratório, antes de testar no paciente. Então, é isso o que se chama de Medicina de Precisão, um conceito que está muito recorrente nos Estados Unidos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALYSSON MUOTRI – Uma outra vantagem desses modelos humanos é o estudo de outras células do cérebro que são muito diferentes de qualquer outro animal, mesmo entre primatas e humanos. Então, uma dessas células são os chamados astrócitos, aquela célula verde ali.

Chama-se astrócito porque tem essa forma de astro e faz essa comunicação entre os vasos sanguíneos no cérebro e os neurônios humanos. Então, são eles que continuam a nutrir os neurônios no cérebro; são células de suporte muito importantes.

Outro aspecto muito importante é que, quando se toma um remédio, a primeira célula do cérebro que é afetada é o astrócito. O astrócito recebe qualquer droga que entra no sistema nervoso antes de qualquer neurônio. Então, pensamos se não seria interessante estudarmos essas células também. Observamos que, quando derivamos um astrócito de uma pessoa normal, ele consegue transmitir uma informação de uma lesão.

No primeiro quadrante, aqui, há um círculo vermelho, que é uma célula que apenas tocamos mecanicamente com uma pipeta, e vemos a difusão de uma informação por um canal de cálcio. Não importa o que ela seja, mas que essa informação seja passada para os outros astrócitos. É isso que acontece no cérebro humano quando se tem uma infecção, uma lesão, por exemplo: o cérebro se comunica dizendo que há alguma coisa errada.

Veja o que acontece no caso do autismo. Se você provoca uma lesão naquela região, essa informação não é transmitida para outros astrócitos, isso é independente do tipo de lesão, de onde você está fazendo. Então, há alguma coisa errada com esses astrócitos.

Bom, como são eles que fazem a comunicação com os neurônios, decidimos juntar os dois. A tecnologia permite que derivemos neurônios separados de astrócitos e, depois, coloque os dois juntos numa mesma placa e observe o comportamento desses neurônios.

(Soa a campainha.)

O SR. ALYSSON MUOTRI – Tenho mais alguns eslaides apenas.

É isso que acontece quando se tem essa camada de astrócitos em vermelho e coloca-se um neurônio que está em verde em cima: ele se diferencia, manda esses processos, e dá para observar em nível microscópio, porque começa a apresentar essas espinhas neurais, numa tentativa de começar a se comunicar.

Fazendo a derivação de astrócitos e neurônios de crianças autistas e crianças controle, a gente consegue brincar de misturar neurônios e astrócitos em diferentes formas. Então, se você tem um astrócito normal com um neurônio normal, o que acontece é o desenvolvimento normal desse neurônio, que é a mesma imagem que mostrei para vocês anteriormente. Vejam o que acontece quando se coloca agora um neurônio normal numa camada de astrócito vinda de uma pessoa autista. Ele não se desenvolve; parece imaturo, bipolar. O mesmo acontece quando se tem um astrócito autista e um neurônio autista. Mas, talvez, o resultado mais impressionante seja quando a gente troca ou quando a gente coloca um neurônio autista em contato com um astrócito

normal. Observa-se o que se chama de uma reversão completa dos problemas desse neurônio, mostrando mais uma vez, desta vez por uma forma não farmacológica, que o neurônio autista é reversível.

Como está isso? Buscamos, agora, diferentes químicos ou novos medicamentos que sejam úteis para o autismo e diferentes formas de epilepsia, por exemplo. Então, inicialmente, a nossa tecnologia permitia que testássemos três drogas em três anos. Hoje em dia, estamos com um projeto que está sendo financiado pelo governo da Califórnia para testar 55 mil drogas até o final de 2016. Então, até lá, acreditamos que vamos ter uma série de drogas candidatas que deverão começar a entrar num processo clínico mais para a frente. É mais ou menos assim que estamos.

Como fizemos isso? Tivemos que ter ajuda de engenharia para miniaturizar todo o processo. Então, hoje em dia, quem faz esses testes, na verdade, nem somos nós, mas esses robôs que estão nessa *Facility* do NIH (NIAID Integrated Research Facility), que é o equivalente ao nosso CNPq. Eles permitem que usemos esses robôs para fazer esses tipos de testes. Então, são esses braços mecânicos que estão colocando essas 55 mil drogas em contato com neurônios e astrócitos autistas na esperança de identificar aquelas que vão fazer a reversão completa.

Bom, termino com uma frase otimista e positiva do Bill Gates dizendo que há sempre uma tendência a subestimarmos o que acontece nos próximos dois anos, ou melhor, que somos muito otimistas com os próximos dois anos e que subestimamos os próximos dez anos. Então, isso não seria razão nenhuma para ficar parado. Na verdade, a conclusão é que é difícil prevê o futuro da ciência, até porque ela não é linear, ela acontece...

(Interrupção do som.)

O SR. ALYSSON MUOTRI – Terminando, só para agradecer o apoio da Humane Society de novo, os familiares que participam dessa pesquisa. Esse é o meu grupo. O nosso laboratório tem o suporte NIH de novo, que é equivalente ao CNPq, também tem suporte de instituições filantrópicas, como a instituição internacional da Síndrome de Rett (IRSA – International Rett Syndrome Association) e do Cirm (California Institute for Regenerative Medicine), que é uma iniciativa do Estado da Califórnia para dar suporte à pesquisa com células-tronco humanas.

O Estado da Califórnia é praticamente o mais avançado nesse aspecto. Entende-se que existem diversas condições neuronais, em que modelos animais não vão ajudar. Então, faz-se um investimento mais pesado para modelos humanos.

Então, até foi interessante observar – conforme o Marcelo estava dizendo – que no Brasil é requisitado o teste em animal. Na Califórnia, é possível pular esse teste. Se um modelo humano demonstra eficácia e uma droga que já foi provada que não seria tóxica, pode-se pular esse teste e ir direto para o teste humano. De certa forma, é uma coisa que esperamos que aconteça com o autismo e essas drogas que vamos tentar descobrir.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Queria agradecer ao nosso querido Alysson Muotri. É muito interessante a sua pesquisa, Alysson. Parabéns por tudo.

Queria fazer as seguintes perguntas: Primeiro, Alysson, você tem alguns estudos voltados para a questão que acredito ser o mal do século, que é a questão da depressão. Uma coisa que vem, que não se sabe como vem, e, depois, fica lá numa situação que desconhecemos como a pessoa chega àquela situação.

Você também já chegou a pesquisar algumas pessoas com tendências suicidas? No Brasil, tem aumentado sobremaneira a questão do suicídio. Inclusive nós aprovamos dois requerimentos para audiências públicas, uma sobre depressão, outra, sobre suicídio, e um terceiro, que está sendo aprovado hoje, sobre TDH. O senhor tem pesquisado o TDH? Como está? Quais os avanços?

Você está fazendo esse trabalho extraordinário na Califórnia, e nos enche de orgulho ver um brasileiro com toda condição de estar na ponta. Acho que essa questão do autismo, das pessoas que têm epilepsia e outras doenças que vocês estão analisando, tudo isso demonstra a importância do seu trabalho.

Queria saber – você mostrou que tem uma série de parcerias – o que sugere aos pesquisadores brasileiros, ao CNPq, a nós, do Senado Federal. O que poderíamos fazer no campo legislativo ou mesmo de empenho do Governo no sentido de apoiar os vários "Alyssons", cientistas que estão aqui e que não tiveram a sorte que você teve de se instalar na Califórnia, de ter essas parcerias, e dar continuidade para a humanidade nesse brilhante trabalho que você vem fazendo?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Pois não, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Eu precisava pedir a V. Exª um privilégio. Em primeiro lugar, quero me congratular com a presenças dos três magníficos palestrantes. É uma pena que não haja um quórum à altura da qualidade das palestras que acabamos de ouvir.

Essa nossa roda-vida nos leva sempre a ter duas ou três comissões ao mesmo tempo. Eu, por exemplo, já estou sendo chamado para estar na Comissão de Relações Exteriores, porque estão sabatinando três embaixadores. Estão me chamando para votar, para formar quórum, que ainda não têm.

Gostaria, Senador Hélio José, que me desse o privilégio de perguntar antes, para ouvir as respostas e poder me retirar. Isso é possível?

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Nobre Senador Lasier, tal qual V. Exª também sou Relator inclusive do Embaixador das Filipinas.

Como só temos eu e V. Exª de Senadores, neste momento, lamentavelmente, como V. Exª coloca, privilegio V. Exª para fazer suas perguntas. Depois acabo de complementar. As minhas eu já fiz...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Quero tranquilizar nossos palestrantes que isso está sendo gravado pela TV Senado e durante o dia de hoje vai ao ar.

Aí, são milhares de pessoas que assistem, pois a TV Senado está com muito boa audiência.

Eu tenho duas perguntas para o Dr. Alysson, uma pergunta para o Dr. Helder e uma pergunta para o Dr. Marcelo.

Dr. Alysson, o senhor disse que os astrócitos nutrem os neurônios; que eles recebem qualquer droga antes de chegar aos neurônios. Eu queria lhe fazer uma pergunta sobre a maconha. Sobre a cocaína, parecem-me muito evidentes os males que causa, mas a maconha é muito discutida. Então, se aquele consumidor de maconha recebe no astrócito e causa algum dano permanente ou passageiro, e qual é a repercussão disso. Essa é a minha primeira pergunta.

A segunda pergunta é sobre uma droga que está sendo uma grande polêmica, no presente momento, com relação à cura do câncer. É um nome complicado de dizer, mas vou arriscar: fosfoetanolamina. Dizem que é válida, que é discutível. Qual é a sua opinião sobre essa droga que traria o milagre da cura do câncer?

Eu tenho uma pergunta que me foi mandada para fazer ao Dr. Helder. Devo dizer que o Senador Cristovam gostaria de estar aqui, mas está em outra comissão. Dr. Helder, tramita na nossa Comissão um projeto de lei, sob a relatoria do Senador Cristovam, que proíbe o uso de animais em pesquisas para o desenvolvimento de produtos de uso cosmético. Qual é a sua impressão, qual é a sua ideia sobre esse assunto?

Ao Dr. Marcelo, quero dizer que sou autor de um projeto aqui no Senado que procura vetar o contingenciamento de recursos para a ciência e para a tecnologia. O senhor disse duas frases, Dr. Marcelo, que até anotei. Elas podem ser até muito óbvias, mas, ditas por uma autoridade, deveriam ser repetidas. O senhor disse que o eixo estruturante do desenvolvimento brasileiro se dá através da ciência, das investigações, das pesquisas. No entanto, nós estamos tão atrasados nisso! Eu anotei também números que o senhor citou, de que a produção científica brasileira, na relação mundial, é de apenas 2,4. Foi isso? E, na América Latina, de 54. Somos o décimo quarto em produção científica no mundo. Ora, um país do nosso tamanho, com a quinta maior população, o quinto território... Isso comprova o nosso atraso. O senhor disse também que será através da ciência que vamos contribuir para a erradicação da pobreza. Isso é tão elementar que os governos não entendem. Então, não sei se o senhor arrisca uma crítica com relação à política dos governos, que dedicam quase nada para a pesquisa científica, na qual estamos tão atrasados; ou o senhor acha que estamos certos ao dar uma boa contribuição para o Bolsa Família, dar comida a quem tem fome, numa proporção até bem considerável, sem preparar as pessoas para que não tenham mais fome, fujam da pobreza através da pesquisa, para que lá adiante não tenhamos mais essa pobreza, que nos constrange tanto no Brasil.

Essas são as minhas três perguntas. Eu começaria pelo Dr. Alysson, sobre os astrócitos e a influência da maconha.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Eu agradeço, Senador.

Vou terminar rapidamente as minhas perguntas para que ele nos responda no coletivo.

A minha pergunta sobre a depressão você já entendeu; sobre o TDH, já está entendido; sobre a questão dos investimentos e a forma de incentivar os nossos pesquisadores do Brasil. E gostaria de fechar com essa polêmica da fosfoetanolamina, na qual a Rede Globo de Televisão se definiu contra e a Record se definiu favoravelmente. Então, é uma polêmica que toma conta do País.

Parece que um grupo de farmacêuticos é radicalmente contra esse desenvolvimento, e outro, a outra televisão não foi nessa onda do *lobby*.

Então, é importante a gente ouvir um estudioso do assunto. E essa pergunta serve para os três. Quero estendê-la aos três sobre essa pesquisa da cura do câncer.

Nós teremos uma audiência pública no dia 29, na Comissão de Ciência e Tecnologia, junto com a CAS e a CDH, sobre esse assunto. Então, qualquer contribuição pode ser encaminhada também sobre essa questão dessa pesquisa.

Ao nosso querido representante governamental, gostaria de reforçar a pergunta feita pelo nosso ilustre Senador Lasier, como Vice-Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, junto com o Senador Cristovam, nosso Presidente. Somos radicalmente contra qualquer corte na área de pesquisas, de incentivos e do desenvolvimento da nossa tecnologia. O Brasil tem muitos centros que estão inaproveitados por falta de recursos.

Então, eu queria saber como nós podemos "parceirar" mais vocês do CNPq, vocês do Ministério da Ciência e Tecnologia. Como é que nós podemos fazer, além desses projetos importantes, como o nosso querido Lasier inclusive colocou um que ele está apresentando aqui, de não admitir redução nessa área, outras formas para auxiliar no desenvolvimento tecnológico e nos estudos importantes que vocês fazem?

Anteontem, na terça-feira, fizemos uma audiência pública sobre a questão do Ciência sem Fronteiras. Estávamos exatamente discutindo que essas parcerias, muitas vezes, servem muito mais para a maturidade do aluno que vai, para algumas questões, e não aprofundam muito o conhecimento.

De repente, seria uma forma de a gente dar um norte diferente para o Ciência sem Fronteiras, aprofundando esses conhecimentos dessas pesquisas. Se eu tivesse, por exemplo, biólogos brasileiros lá no laboratório do Alysson, eu tenho certeza de que eles voltariam com uma consciência muito diferenciada com relação à questão do estudo, já que geralmente o Ciência sem Fronteiras é um ano.

Minha filha está na Escócia, eu sei o que é o Ciência sem Fronteiras. Ela faz Medicina, quinto ano, e está fazendo o Ciência sem Fronteiras lá. Está servindo muito mais para a maturidade do que, propriamente dito, para aproveitar matérias importantes com que as universidades escocesas, com certeza, têm para colaborar.

E a você, Helder, com certeza, essa questão do sacrifício dos animais. Essa questão desumana de tratamento só merece o nosso repúdio. Aí, eu ainda pergunto:há ainda algumas áreas em que você veja necessidade de se colocar esse tipo de pesquisa com cobaias, com animais, para poder dar encaminhamento?

E, naquilo que for essencial, como nós poderíamos amenizar essa substituição? Como poderíamos dosar uma forma de fazer essa transição?

Então, ficam essas perguntas. Eu quero passar por ordem, ao contrário. Então, é o Alysson Muotri, como sugerido pelo nosso Senador Lasier, com a palavra. Em seguida, vai ser o nosso pesquisador do CNPq e, fechando, o Helder, do nosso instituto.

Por favor, Alysson, à vontade para fazer suas réplicas, suas respostas. Nem vou limitar tempo, pela importância do assunto, embora eu e o Senador estejamos assim superatarefados, mas queremos ouvi-lo.

O SR. ALYSSON MUOTRI – Eu vou fazer de tudo para ser breve.

A pesquisa com a maconha, a maior parte da pesquisa é feita em modelos animais. Então, a gente sabe muita coisa que acontece no cérebro de um camundongo ou de um macaco ou de um rato. A gente não sabe absolutamente nada do que acontece no cérebro de um humano.

Existem muito poucos estudos, a maior parte deles através de ressonância magnética, estudos de imagem, que têm uma resolução muito baixa. Então, não permitem que a gente tenha um *insight* científico muito grande.

Esse modelo em que a gente está trabalhando, através do desenvolvimento de minicérebros em cultura, são minicérebros humanos, é o começo de uma tecnologia. Mas isso, eu garanto que vai explodir.A gente vai chegar a construir microcircuitos do cérebro humano, talvez até de tamanho real, dentro do laboratório. Isso vai permitir que a gente estude esse tipo de questão com mais relevância para o cérebro humano.

Então, a gente está começando a testar agora quanto tempo dura uma exposição à maconha em um neurônio humano. Não sei. Os nossos dados estão começando a mostrar que, talvez, leve mais do que duas semanas. Talvez, essa droga fique nesse sistema por mais tempo. De novo, muito diferente de um cérebro de um camundongo. As doses têm que ser ajustadas também, e a gente tem de ver o que o usuário faz.

Uma coisa que a gente está aprendendo bastante com a Síndrome do CDKL 5 é que algumas pessoas são responsivas ao CBD, por exemplo, e outras não. Comparando esse quadro, vai ser possível entender por que um neurônio responde de uma forma e um outro, de uma outra pessoa, responde de outra.

Eu acredito que haja bases neurogenéticas envolvidas. É isso que a gente quer descobrir. Usando a mesma estratégia, a gente quer descobrir por que alguns autistas conseguem sair do espectro, e hoje em dia são crianças normais, e outros autistas não respondem a terapias ou a tratamentos. O que diferencia esses dois? Por que um está respondendo e outro não? Essas são questões...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Aumentando as sinapses, pode melhorar o autismo.

O SR. ALYSSON MUOTRI – É. A gente acha que, pelo menos em alguns casos, é exatamente isso que deve acontecer. Então, a gente procura drogas que façam esse tipo de aumento. Esse é o tipo de questão que,

como o Helder bem colocou, não dá para se estudar no modelo animal, porque usa-se o que a gente chama de um *background* genético homogêneo, e o humano é muito diferente. Nós somos muito diferentes entre nós.

A outra pergunta é em relação à droga do câncer. Eu tenho acompanhado isso vagamente pela mídia brasileira. A princípio, eu acho até um pouco irresponsável distribuir uma droga para pessoas com câncer sem ter passado por uma fase pré-clínica e clínica rigorosa. Existem diversas drogas promissoras, que têm dados interessantes dentro de um laboratório, mas transformar isso em um medicamento que vai ser utilizado é um longo passo. Acho que o Marcelo colocou muito bem todos os passos que devem ser percorridos. Pular etapas é perigoso. Se acontece alguma coisa, se essa droga tem um efeito colateral não esperado, de quem é a culpa? Então, há um problema aí. Eu seria um pouco mais cauteloso com isso e, a princípio, pelo que eu entendi da história, sou contra. Acho que não deveria estar acontecendo.

As outras perguntas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Eu vou pedir licença, porque eu estou muito atrasado. Depois eu vou assistir, à noite, pela televisão.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Senador Lasier, só um instantinho. Temos dois requerimentos. Queria pedir desculpas a vocês. Quero aprovar esses dois requerimentos ainda com a presença do Senador Lasier, e a gente continua, dando continuidade aqui à gravação.

Então, vou suspender rapidamente a nossa audiência pública, vou abrir a ordinária e fechar a ordinária, só lendo esses dois requerimentos rapidamente.

Então, suspensa a nossa audiência.

Abrindo a reunião ordinária, leio os seguintes requerimentos que chegaram aqui à Mesa:

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 68, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e Comissão de Assuntos Sociais - CAS, que seja acrescido, em aditamento ao Requerimento nº 64/2015, dessa egrégia comissão, na qualidade de convidado para Audiência Pública Conjunta, o Senhor Adriano Massuda, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, representando o Ministério da Saúde naquela Sessão, órgão responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados para a promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros e o Senhor Paulo Eduardo Xavier de Mendonça, Diretor-Geral do Instituto Nacional do Câncer - INCA .

Autoria: Senador Hélio José

Essa é a audiência pública sobre a fosfoetanolamina, que ocorrerá no dia 29. O Senador Ivo Cassol fez essa solicitação. Eu aditei o pedido dele.

Eu queria consultar V. Exªs se há discussão. (*Pausa.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito obrigado, Senador Lasier. Então, fica aprovado o requerimento.

Os que concordam, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado.

O último requerimento, rapidamente.

ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TEC., INOV., COM. E INFORMÁTICA Nº 69, de 2015
- Não terminativo -

Requeiro, com amparo no art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que seja convidado Dr. Leonam dos Santos Guimarães, membro do Grupo Permanente de Assessoria em Energia Nuclear do Diretor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e Vice-presidente da Sessão Latinoamericana da Sociedade Nuclear Americana, para participar da Sessão Inicial do Seminário Usinas Nucleares: lições da experiência mundial, instituído pelo RCT nº 57, de 25 de agosto de 2015.

Autoria: Senador Hélio José

Esse requerimento trata de aditar um seminário que nós promoveremos sobre usinas nucleares, na semana que vem, em comemoração à Semana da Tecnologia. Isso é exatamente para se garantir um ponto contraditório. Eu, como engenheiro eletricista, defendo essa tese, porque inclusive o Ministério de Minas e Energia esteve aqui e deixou claro que há, no Brasil, uma meta de termos mais cinco usinas nucleares. Então, nós precisamos ouvir o ponto contraditório, que não está previsto. Por isso, apresentamos esse requerimento.

Queria perguntar a V. Exªs se têm alguma coisa a discutir. (*Pausa.*)

O.k.?

Muito obrigado, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Vieram os três Embaixadores ao gabinete. Eu já fiz uma breve sabatina e eu faltaria com eles se não fosse. Perdoem-me.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Queria inclusive que V. Exª justificasse que daqui a pouquinho estou chegando lá.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. *Fora do microfone*.) – Vou fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Obrigado.

Então, está encerrada a sessão ordinária, com a aprovação dos dois requerimentos, e retornamos aos trabalhos da nossa audiência pública, retornando ao Alysson.

Queria entender melhor sobre este assunto da fosfoetanolamina. Não sei se você assistiu às duas reportagens, a do Fantástico e a da Rede Record, outra grande rede do Brasil, e se você está sabendo do assunto.

E sobre a questão da TDH, do suicídio e da questão do mal do século, para mim, que está em cima de toda esta questão que é a depressão, se podemos ter alguma novidade boa nos estudos que está começando, já que você está tão envolvido no estudo das questões do cérebro, das doenças que podemos adquirir.

Então, queria ouvir e reforçar aos nossos dois pesquisadores aqui também tanto do CNPq quanto do nosso instituto para falar a respeito.

Por favor, Alysson.

O SR. ALYSSON MUOTRI – O meu laboratório foca mais em síndromes do espectro autista. Não temos modelos de depressão. Por outro lado, há algumas outras doenças psiquiátricas que trabalhamos no laboratório que têm como consequência o suicídio, por exemplo. Então, a anorexia é uma delas. Estamos tentando entender quais são as bases biológicas da anorexia, que é uma coisa que ainda não está muito clara. Com isso, consequentemente, conseguir prevenir esse tipo de comportamento. A anorexia é a doença psiquiátrica que mais mata no mundo.

A outra pergunta era quanto a sugerir investimentos ou como se poderia agir em parceria. Acho que duas coisas, se eu tivesse a oportunidade, eu faria. Uma, que foi dita pelo Helder, seria investir mais em modelos alternativos, em modelos mais relevantes, principalmente falo para o meu lado, o lado do cérebro humano. É muito diferente trabalhar com camundongo e trabalhar com neurônio humano. Eles são praticamente duas coisas muito distintas. Até geneticamente, o genoma humano é muito único comparado a outras espécies. Então, ter um desenvolvimento em novas tecnologias para estudo do cérebro humano.

A outra forma de avançar a ciência nacional seria buscar parceiros internacionais. Em meu próprio laboratório já treinei mais de 50 brasileiros, mas a maior parte deles é em nível de pós-graduação, e eles são impressionantes na verdade. Quando você coloca um brasileiro competente em um ambiente rico, só sai coisa boa. Então, já publicamos diversos trabalhos de alto impacto. Acho que isso é uma forma de estimular a colaboração internacional.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Fico muito agradecido, Alysson, e espero que vários brasileiros possam ter a oportunidade de aprender um pouco com você no trabalho que está fazendo.

E agora, ouvindo o CNPq, possamos juntos levar suas sugestões ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Ministério da Educação e para o próprio Palácio do Planalto – sou Vice-Líder do Governo. Atitudes que possam nos ajudar a fortalecer nossas pesquisas no País; a melhorar o Ciência sem Fronteiras, que é um importante programa para os nossos universitários no País; a questão dos nossos intercâmbios de pós-graduação, as pessoas que concluem o nível superior. Então, a Capes e o próprio CNPq têm contribuído muito com esses estudos, e precisamos aproveitar melhor o potencial do grupo universitário do nosso País.

Então, quero ouvi-lo sobre a forma de podermos ajudar mais. O que podemos fazer? Como podemos colaborar? Como o CNPq, na sua pessoa... Todo mundo aqui reconheceu-o como um estudioso profundo da situação, uma pessoa meritosa que está lá, porque são pessoas deste quilate que queremos ver no governo, nas várias instituições. Não temos nada contra políticos fazerem indicações, mas queremos que políticos indiquem para assumir cargos públicos pessoas que tenham realmente condição de assumir os cargos públicos.

Sou servidor público de carreira, concursado, tanto que apresentei à nova Medida Provisória 696 emenda para que todos os cargos de DAS-5o para baixo sejam ocupados por membros da carreira pública concursados, exatamente para evitar...

Não estou proibindo que políticos indiquem, mas que indiquem alguém do meio, que conheça, que tenha compromisso com a Administração Pública para assumir os postos, ou, senão, na coisa mais política, que está em nível de secretaria, nível de diretoria, que é DAS 6, que tenhamos pessoas tão qualificadas...

Nem sei se V. Sª é servidor público ou não, mas que sejam qualificados como V. Sª o é. Está fazendo um trabalho que realmente só vem complementar a Administração Pública brasileira.

Então, eu gostaria de ouvi-lo.

O SR. MARCELO MORALES – Obrigado, Senador.

Primeiramente, eu gostaria de dizer que sou um servidor público: sou professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde tenho meu laboratório de pesquisa, onde faço pesquisa com células-tronco. Tenho atuado, na política científica, desde que assumi a docência na Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando fui Presidente da Sociedade Brasileira de Biofísica. Temos atuado nas várias fronteiras políticas científicas, tentando fazer com que o País avance de várias formas.

Em relação às questões dos nobres Senadores, primeiro, respondendo ao Senador Lasier, eu gostaria de dizer que o País, apesar de, nos números que eu mostrei, sermos a décima quarta produção científica no mundo, isso é um dado relevante. Nós alcançamos a décima quarta produção científica no mundo com muito esforço, com a formação de recursos humanos e investimento em ciência e tecnologia, mas nós investimos muito pouco em ciência e tecnologia.

Se formos realmente ver o que é investido em ciência e tecnologia, é menos de 1% do PIB. Isso, para o desenvolvimento de um País, é muito pouco. A Coreia saiu muito atrás de nós e, há mais de 20 anos, e está muito na frente, porque investiu em educação, ciência e tecnologia, de forma constante, perene e bastante incisiva, e fez com que o país se desenvolvesse da forma como se desenvolveu.

Nós nos desenvolvemos, sim, Senador, muito. Atingirmos a décima quarta colocação e 2,4% da produção científica do mundo – não estou falando de impacto, porque também temos de impacto – é algo muito relevante. Então, o esforço que o País fez, nos últimos 20 anos, é um esforço bastante relevante, mas me preocupa profundamente, como cientista, como professor, como médico, a falta de uma política que tenha a ciência e a tecnologia com recursos perenes, garantidos, para que tenhamos recursos realmente garantidos para a ciência e tecnologia.

Hoje, nós dependemos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Como eu disse, ele não tem mais o fundo do petróleo, e isso faz com que praticamente ele esteja totalmente dizimado.

Existe uma possibilidade, Senador. Eu acho que, se o Senado puder nos ajudar – os cientistas, o CNPq, as agências – em trazer esse fundo social do pré-sal que ainda não foi destinado, para que parte dele dê sustentabilidade à ciência e tecnologia, nós estaremos dando um salto gigantesco não só no desenvolvimento científico do País, mas, eu ousaria dizer, no desenvolvimento da nossa indústria, no desenvolvimento da ciência para a erradicação da pobreza, para que tenhamos uma produção agrícola de maior eficiência, e outros setores da nossa economia teriam maior evolução através da ciência.

Se nós produzimos com grande produtividade, hoje, na agricultura, é porque nós investimos em ciência e tecnologia nessa área. Se nós produzimos o pré-sal é porque foi gerada ciência e tecnologia nessa área. Se nós produzimos aviões para o mundo inteiro é porque investimentos em ciência e tecnologia nessa área. Agora, nós temos de investir perenemente e precisamos ter recursos constantes. Se for garantido, através desse fundo do pré-sal, acho que estaremos garantindo o futuro da Nação brasileira em ciência e tecnologia.

Em momentos de crise, nos países desenvolvidos, quando se entra em crise, não se cortam investimentos em ciência e tecnologia; não há cortes em ciência e tecnologia. Muito pelo contrário, são os investimentos em ciência e tecnologia que vão propulsionar, que vão ser a catapulta da economia nos anos seguintes. Então, ciência e tecnologia são as molas propulsoras da economia. Se nós não internalizarmos isso no Brasil, nós ficaremos sempre a reboque. Então, temos de investir muito em ciência, tecnologia e em educação. Do contrário, nunca sairemos do ponto em que estamos. Pelo que investimos em educação, ciência e tecnologia, avançamos bastante.

Em relação ao Ciência Sem Fronteiras, Senador, gostaria muito de salientar que o Ciência Sem Fronteiras colocou o País em outro patamar. Colocou em outro patamar, porque fez com que o País fosse visto e reconhecido como um grande produtor de ciência, através das cooperações que estão sendo realizadas pelos alunos que foram enviados para o exterior.

Precisamos fazer ajustes no Ciência sem Fronteiras? Sim. Temos que dar bastante ênfase aos ajustes, principalmente na área da graduação. Acho que nós temos de fazer uns ajustes na área da graduação, do que

foi investido no Ciência Sem Fronteiras. Mas, na pós-graduação e no que chamamos de sanduíche - que é o doutor que está fazendo aqui e que vai fazer estágio no exterior para complementar seu doutorado –, é preciso ter uma atenção muito relevante. E, nisso, não pode haver cortes. Muito pelo contrário, é preciso ter mais investimentos. É a internacionalização da ciência brasileira que vai fazer com que a ciência tenha o desenvolvimento que nós desejamos.

Em relação à Lei dos Cosméticos que o Senador colocou, tive oportunidade, quando ela estava sendo discutida ainda na Câmara dos Deputados, de discutir essa lei que proíbe a utilização de animais para fins cosméticos.

Não só a comunidade científica se posicionou, mas também o CNPq. De que forma? Temos de proibir a utilização de animais para fins cosméticos? Temos que entender que cosmético não é só produto de beleza. São produtos, também medicamentos, que são colocados na pele – para queimados e em uma série de outras situações. Temos de proibir para moléculas acabadas, ou seja, aquelas que já foram testadas em animais têm de ser proibidas no País. Agora, novas moléculas, não. Nós temos de testar em animais. Por quê? É condição importante. Mas, antes, nós fazemos testes *in vitro,* com tecnologia alternativa, minimizando o uso de animais.

Em todo o mundo, é exigido o uso de animais para fins cosméticos, de novas moléculas. Na Europa, foi proibido. Sabem o que que aconteceu? A Europa está fazendo no exterior, porque tem de fazer com o animal. Em algum momento, tem que ser feito com o animal. Nós somos a maior biodiversidade do mundo. Quantas novas moléculas serão descobertas? Nós vamos minimizar o uso de animais sempre. E nós temos uma lei que protege esses animais no País, mas nós teremos de testar em algum momento.

Então, essa lei que passou no Congresso coloca isso muito claramente: proíbe produtos acabados, mas não para novas moléculas. E, se tiver metodologia alternativa que substitua esse animal, nós não podemos utilizar o animal. Mas metodologias alternativas são aquelas que foram cientificamente comprovadas – e isso leva 10, 15, 20 anos para ser comprovado – e que substituam o animal. Não é uma metodologia qualquer.

Então, uma metodologia alternativa, depois que reconhecida pelo País, pela lei, temos cinco anos para nos adaptarmos e utilizar essa metodologia para fins cosméticos através desta lei, que está passando pelo Senado agora.

Então, nós recomendamos, através do CNPq, que esse projeto de lei seja discutido com a comunidade científica e que tramite da forma em que veio. Nós recomendamos, se o senhor me permitir fazer essa recomendação, que tramite da forma como veio da Câmara dos Deputados.

Em relação à fosfoetalanamina, como o Alysson acabou de dizer, não podemos pular etapas. Eu entendo a ansiedade das pessoas que têm câncer, que estão de alguma forma desesperadas – é uma doença muito grave – em utilizar algum medicamento que dê resultado. Mas existem etapas que dão segurança para a população. E uma das etapas é o teste dessa droga *in vitro;* depois que ela é testada *in vitro*, quanto à toxicidade, sobre se ela não vai causar nenhum dano ao cérebro, ao rim, a todos os sistemas do organismo, depois, vai-se com muita segurança aos animais. Depois de testados em animais, há três fases de testes em seres humanos. Na fase 1, é o teste de segurança em seres humanos: são dez seres humanos, para ver se não há nenhuma reação exacerbada, que possa causar prejuízo – aí,i elimina-se naquele ponto.

Depois, utilizam-se centenas de seres humanos, que é a fase 2, para ver a eficácia desse medicamento. Depois, são milhares de seres humanos, para ver se essa droga realmente tem algum resultado.

Só depois, com muita segurança, é que nós chegamos a comercializar e a colocar nas farmácias o medicamento. Sobre pular uma das etapas, estou falando como cientista, e não como familiar de um paciente que tem câncer. Solidarizo-me com todos eles e entendo a ansiedade em relação a um medicamento que possa curar essa doença tão nefasta.

Mas, em relação à ciência, etapas não podem ser puladas. Caso contrário... Por exemplo, nós pulamos uma etapa com a talidomida. Uma etapa em animal foi pulada, e foi liberado para o uso em seres humanos. Deu no que deu, porque foi pulada uma etapa.

Nós não sabemos o que essa droga pode causar em seres humanos. Então, em relação a essa droga, Senador, eu me posiciono como cientista: nós não podemos pular etapas.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Agradecido ao nosso querido Marcelo, vamos ouvir o Helder, representante da Humane Society International, que, inclusive, ajudou na vinda do Dr. Alysson Moutri.

Quero agradecer muito ao instituto de vocês e dizer que contribuíram muito no nosso avanço, para nos atualizarmos nas pesquisas. Eu o cumprimento, em nome do Senado Federal, em nome do nosso Presidente Renan Calheiros, em nome de todos aqui no Senado, pela atitude de nos terem proporcionado ouvir esse cérebro, representante da nossa ciência, no Senado hoje.

Muito obrigado.

O SR. HELDER CONSTANTINO – Então, queria parabenizar o Dr. Morales e o Dr. Muotri pela qualidade das palestras.

A intenção era de focar sobre a questão biomédica. Porém, a questão de cosméticos voltou à pauta, eu vou responder aos comentários do Morales e à pergunta do nobre Senador.

Primeiro, a definição de cosméticos é bem clara na Anvisa: não tem nada a ver com medicamentos. São somente produtos para melhorar a aparência, melhorar o cheiro. Eu não tenho a definição aqui comigo, mas não tem nada a ver com medicamentos. Se há um problema de definição no PL do Senador Buarque, pode ser resolvido.

Segundo: a União Europeia, sim, proíbe testes cosméticos com animais para ambos – produtos acabados e novas substâncias –, bem como a Índia. E todos esses países proibiram a importação de produtos ou substâncias testadas no exterior.

Então, o relatório do Senador Buarque faz exatamente isso também: se uma empresa de cosméticos quer testar uma substância, sei lá, na Argentina, essa empresa não vai poder vender o produto no Brasil. Eu acho muito bom para a soberania do Brasil, e é muito justo para aquela empresa.

Agora, somente 0,1% dos cosméticos autorizados pela Anvisa são testados em animais. Estamos falando realmente de uma proporção mínima de cosméticos. E esses testes são feitos não para a saúde humana, não para se descobrirem novas curas; é somente para testes toxicológicos, para autorizar produtos novos nos mercados.

Muitas empresas já abandonaram esses testes: a Natura, o Boticário – essas são as duas maiores empresas brasileiras a abandonarem esses testes. Eu acho que o Brasil tem que tomar esse passo. Nós apoiamos absolutamente o relatório do Senador Buarque.

Queria salientar aqui uma questão de política científica também. O Dr. Morales apontou que, no exterior, os investimentos privados para métodos alternativos, na verdade na pesquisa em geral, são maiores do que no Brasil. Ou seja, no Brasil, a maior proporção da pesquisa é principalmente de dinheiro público. Uma vez que se proíbem esses testes no Brasil, empresas cosméticas vão investir mais em metodologias alternativas.

A gente tinha visto isso na União Europeia. Houve investimentos enormes, especificamente para testes toxicológicos – na União Europeia – por causa disso. No Brasil, a Rede Nacional de Métodos Alternativos já recebeu mais ou menos R$2 milhões, entre 2012 e 2014. É bem abaixo dos investimentos que estamos vendo por empresas cosméticas na Europa.

Portanto, eu sinto muito, mas eu vou ter que discordar do Dr. Morales. Acreditamos que o parecer do Senador Buarque é muito bom e apoiamos o relatório tal e qual.

Agora, sobre a questão... Você me perguntou quais são as áreas onde os testes com animais ainda são úteis. Eu não vou me arriscar a responder a essa pergunta, porque testes com animais são um paradigma na pesquisa biomédica. Mais de 100 milhões de animais são utilizados por ano em todos os campos de pesquisa. Então, realmente, precisamos olhar para cada campo para saber qual foi a contribuição dos testes com animais. Porém, o que estamos vendo é que, em geral, a produtividade da pesquisa no setor farmacêutico está baixando; ou seja, o custo para se desenvolver um fármaco está dobrando a cada nove anos. E também estamos vendo por análises específicas feitas em certos campos de pesquisa científica, por exemplo, autismo, sepse, esclerose múltipla. Os modelos animais, nesse campo, não tiveram os resultados esperados. Por isso, a nossa abordagem é dar uma volta por cima para sair do modelo animal e investir em um modelo que vai poupar o sofrimento animal e, também, melhorar a pesquisa científica.

Eu achei muito interessante os dados que o Dr. Morales mostrou sobre o aumento de investimento na pesquisa científica no Brasil, e são dados muito impressionantes e muito positivos. Porém, existe a questão de cada fármaco custar o dobro para ser autorizado a cada nove anos. Agora, em 2014, quase U$2 bilhões para descobrir fármacos. Como a coisa vai ficar daqui a 20 anos?

Então, eu acho que investimentos públicos e privados não podem seguir essa curva. Precisamos descobrir métodos mais eficientes, mais produtivos para realmente entender a biologia humana. E espero que possamos trabalhar mais com o CNPq a respeito, com cientistas como o Alysson, para realmente ver no Brasil quais são as áreas onde esses investimentos podem ser feitos de maneira mais eficiente para melhorar a produtividade da pesquisa brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Hélio José. Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - DF) – Muito agradecido, Helder Constantino.

Realmente foi de alta qualidade esta audiência pública, e me orgulho de ter sido o propositor dela, em conjunto aqui com a Comissão de Ciência e Tecnologia. Acho que ela nos traz a relevância da ciência e tecnologia. Quero mandar um abraço ao presidente do CNPq, na sua pessoa. A equipe do CNPq conta com nosso total e integral apoio e, no que pudermos ajudar, podem contar conosco.

Quero agradecer ao Marcelo e ao Alysson, a quem parabenizo mais uma vez pelos estudos, pelo trabalho, pela sua força, sua energia e juventude. Esperamos vê-lo ser agraciado em breve com o Nobel, brasileiro, quem sabe. Se você conseguir, com o tempo, nos ajudar a nos livrar do mal do século, que é a depressão, só por isso, com certeza, o mundo inteiro vai lhe agradecer, porque cada família hoje em dia tem um filho depressivo ou tem algum problema em casa que não se sabe como tratar. E também pelo relevante estudo sobre o autismo, sobre epilepsia.

Eu mesmo estava em uma festa popular um dia desses, e uma moça estava do meu lado e, de repente, caiu. A gente nem percebe quando chega aquele ataque, e a pessoa tem toda aquela dificuldade até se recuperar daquele curto-circuito. Eu, como engenheiro eletricista, sei bem como é que se fala a questão da sinapse, dessa questão toda desse curto-circuito que acontece ali e que precisa ser sanado.

A você, Helder, parabéns. Que vocês continuem no Brasil ajudando o nosso desenvolvimento. Um forte abraço a você e a toda a sua diretoria.

Quero agradecer a todos e, não tendo mais o que encaminhar por hoje, vou encerrar aqui a nossa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 09 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.)

ATA DA QUARTA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 20 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 09 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9

Às dez horas do dia vinte de outubro do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 9 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Paulo Paim, Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Blairo Maggi e Valdir Raupp. Deixaram de comparecer os Senadores Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Gladson Cameli , Wilder Morais, José Medeiros, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão, Gleisi Hoffmann, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata, Garibaldi Alves Filho e Edson Lobão. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a primeira parte da reunião destinada à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7/2015 – PLOA/2016, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida, concedeu a palavra ao Coordenador Ad Hoc das Emendas, Senador Donizeti Nogueira, o qual esclarece que foram apresentadas nove emendas de apropriação, de autoria dos Senadores Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Cristovam Buarque e Paulo Paim, bem como uma emenda de texto, de autoria do Senador Paulo Paim. Após a leitura do relatório, encerrada a discussão, colocado em votação, a Comissão aprova o encaminhamento das seguintes Emendas de Apropriação ao PL nº 7/2015-CN: **Emenda nº 1** – Acréscimo – Orçamento da Seguridade Social / Nacional – Secretaria de Direitos Humanos – Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes – Valor R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais); **Emenda nº 2** – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério da Educação – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior – Valor R$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais); **Emenda nº 3** – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – Implantação de Escolas para Educação Infantil – Valor R$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões de reais); **Emenda nº 4** – Acréscimo – Orçamento Fiscal / Nacional – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS – Valor R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). A Comissão aprova, ainda, o encaminhamento da seguinte Emenda de Texto ao PL nº 7/2015-CN: **Emenda nº 1** – Texto – Aditiva – Reajuste dos aposentados – Artigo 3º – Inclui-se o artigo a seguir com a seguinte redação: Os Benefícios do Regime Geral da Previdência Social - RGPS, para os valores acima de um salário mínimo serão reajustados conforme índice inflacionário nos termos do art. 41-A da Lei número 8.213/91, acrescidos da variação do crescimento da remuneração dos empregados conforme estimativas das contas nacionais divulgadas pelo IBGE, apurado em 2013 no montante de 3,63 %, a vigorar a partir de 1° de janeiro de 2016. Em seguida, dando início à segunda parte da reunião, o Presidente submeteu a apreciação da comissão o seguinte item extra pauta: ITEM 1) REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 9 de 2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes, que "requer, nos termos da Resolução nº 44 de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que o tema a ser avaliado por esta Comissão Senado do Futuro (CSF), no ano de 2015, seja O Futuro das Cidades: desafios para a urbanização sustentável e eficiente.". RESULTADO: Aprovado. Antes de encerrar a reunião, o Presidente propôs a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta Reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dez horas e dezessete minutos, lavrando eu, Waldir Bezerra Miranda, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Na pauta, há emendas ao PLOA 2016, com a finalidade de discussão e de votação das emendas da Comissão Senado do Futuro ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 7/2015, que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O nosso Coordenador é o Senador Cristovam Buarque, que está viajando.

Queremos, então, convidar o Senador Donizeti para fazer a leitura do relatório, como Relator *ad hoc*.

Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Bom dia, Sr. Presidente!

Bom dia, Srªs e Srs. Senadores!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Só quero salientar que foram apresentadas dez emendas a esta Comissão, sendo nove emendas de apropriação e uma emenda de texto.

Pois não, Senador.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – O relatório do Senador Cristovam é bastante explicativo.

Vamos à leitura, então.

Da Comissão Senado do Futuro sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão, a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, Projeto de Lei n° 7, de 2015-CN, que "estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016".

Autor: Diversos Autores.

Relator: Senador Cristovam Buarque – estou assumindo como Relator *ad hoc*.

Nos termos do art. 166 da Constituição Federal e com fulcro na regulamentação disposta na Resolução n° 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei n° 7, de 2015-CN, que "estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016". Conforme estatui a mencionada Resolução, especialmente aos arts. 43 a 45, com a nova redação a eles conferida pela Resolução n° 3, de 2015-CN, esta Comissão Senado do Futuro (CSF) reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 (PLOA 2016), na condição de autora de emendas coletivas. As propostas apresentadas contemplam programação orçamentária variada, ao abrigo dos órgãos nos quais são executadas despesas relacionadas às competências regimentais da Comissão. Cabe destacar, a esse respeito, que a definição da admissibilidade temática das emendas de comissão não mais se restringe a determinados órgãos ou entidades, mas, sim, à pertinência da despesa com o objeto da competência legislativa e fiscalizadora da Comissão, nos termos do Regimento Interno no Senado Federal.

Dentro desse universo de despesas, compete à CSF apresentar até quatro emendas de apropriação e quatro de remanejamento de interesse nacional, segundo o art. 44, §1°, da Resolução n° 1, de 2006-CN. Emendas de remanejamento são as que propõem acréscimo ou inclusão de dotações mediante anulação de dotações constantes do próprio projeto para constituir fonte de recursos. Emendas de apropriação têm como fonte a Reserva de Recursos prevista no art. 56 da Resolução n° 1/2006-CN, que vier a ser estabelecida no parecer preliminar da CMO.

Foram apresentadas ao colegiado 10 (dez) propostas de emendas, 9 (nove) das quais de apropriação e 1 (uma) de texto, não tendo sido apresentada nenhuma emenda de remanejamento. As emendas de apropriação foram propostas pelos Senadores Lúcia Vânia, Wellington Fagundes, Cristovam Buarque e Paulo Paim. A emenda de texto foi apresentada pelo Senador Paulo Paim. Quadro anexo a este parecer arrola as sugestões individualmente.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à Comissão Senado do Futuro. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação. Nesse sentido, entre as emendas admissíveis, procuramos prestigiar emendas que fossem de iniciativa de maior número de Parlamentares e que apresentassem relação com grandes temas e o futuro do País. Preliminarmente, a proposta n° 03 resultaria, na execução, em transferências voluntárias para mais de um ente da Federação, o que contraria o disposto no art. 44, II, c/c o art. 47, II, da Resolução n° 1/2006-CN. Assim, a emenda foi rejeitada no mérito.

Convém observar que as Propostas nºs 05 e 08 foram cadastradas como emendas de apropriação – acréscimo. Entretanto, para serem admitidas como tal, faz-se necessária a alteração do GND 4 – Investimentos para GND 3 – Outras Despesas Correntes, de modo a compatibilizar a programação com aquela constante do PLOA 2016.

Voto.

No tocante às demais emendas, vejo em todas um esforço de demonstrar interesse nacional e pertinência à área temática da Comissão, e todas exibiram indubitável mérito. Dentre as propostas acolhidas, diante da impossibilidade de contemplarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida importância para o futuro do País ou estruturantes para o desenvolvimento nacional.

Conquanto seja necessário considerar as metas e prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, constatamos que tal diploma legal ainda não foi aprovado pelo Legislativo, e o seu Projeto de Lei (PLDO 2016) remete a definição de metas e prioridades à lei do Plano Plurianual, que igualmente não foi deliberada. Portanto, a análise do mérito far-se-á em função das considerações intrínsecas de cada projeto. Por feliz coincidência, o emprego combinado dos critérios também resultou em que fossem atendidas demandas coletivas traduzidas em propostas de diversos membros do colegiado.

Inicio a apresentação das emendas com duas propostas que receberam apoio de mais de um Senador. Primeiro, a Proposta nº 8, do Senador Paulo Paim, que coincide com proposta de mesmo teor do Senador Cristovam Buarque (Emenda nº 5), relativa ao Programa 2021 e à Ação 13CL: "Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração – SIRIUS pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM – OS", para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$150.000.000,00, por se tratar de ação importantíssima no desenvolvimento científico e tecnológico brasileiros em áreas estratégicas para o País.

Outra emenda que recebeu apoio de mais de um Senador da Comissão, a Proposta nº 6, do Senador Cristovam Buarque, que coincide com proposta de mesmo teor do Senador Paulo Paim (Emenda nº 9), relativa ao Programa 2080 e à Ação 12KU: "Implantação de Escolas para Educação Infantil", para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R$225.000.000,00, por se tratar de ação com o fim de ampliar a oferta de vagas para a educação infantil pública, tema fundamental para o futuro do País.

Em seguida, acolho a Proposta nº 1, da Senadora Lúcia Vânia, que trata de financiamento ao Programa 2062 e à Ação 14UF: "Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes", para a Secretaria de Direitos Humanos, no valor de R$130.000.000,00, recursos que vão ampliar e fortalecer o sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes, tema relevante para o futuro da Nação.

Por fim, acolho a Proposta de nº 4, do Senador Wellington Fagundes. A emenda destina recursos ao Programa 2080, Ação 8282: "Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior", para o Ministério da Educação, no valor de R$100.000.000,00. Trata-se de apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na rede federal de ensino superior, outro tema de inegável importância para o nosso futuro.

Em virtude do limite de quatro emendas, torna-se inevitável propor a rejeição, no mérito, das demais emendas.

Cabe observar ainda o acolhimento da Proposta nº 10, emenda de texto aditiva proposta pelo Senador Paulo Paim, que inclui no PLOA 2016 artigo que trata de reajuste de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Senado do Futuro delibere pela apresentação de quatro emendas de apropriação e uma de texto ao Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, na forma seguinte.

Emendas de apropriação:

1. Proposta nº 1, relativa ao programa 2062 e à ação 14UF, "Construção, reforma, equipagem e ampliação de unidades de atendimento especializado a crianças e adolescentes", para a Secretaria de Direitos Humanos, no valor de R$130 milhões;

2. Proposta nº 4, relativa ao programa 2080, ação 8282, "Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino superior", para o Ministério da Educação, no valor de R$100 milhões;

3. Proposta nº 6, relativa ao programa 2080 e à ação 12KU, "Implantação de escolas para educação infantil", para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, no valor de R$225 milhões;

4. Proposta nº 8, relativa ao programa 2021 e à ação 13CL, "Construção de fonte de luz síncrotron de quarta geração, Sirius, pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM)-OS", para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, no valor de R$150 milhões.

Emenda de Texto:

1. Proposta nº 10, relativa à inclusão, no PLOA 2016, de artigo que trata de reajuste de benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Ressaltamos que a Proposta nº 08 foi cadastrada como emenda de apropriação - acréscimo. Entretanto, para ser admitida como tal, faz-se necessária a alteração do GND 4 - Investimentos para GND 3 - Outras Despesas Correntes, de modo a compatibilizar a programação com aquela constante do PLOA 2016.

Relembramos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, por meio físico e eletrônico.

Plenário da Comissão, em 20 de outubro de 2015.

Senador Wellington Fagundes, Presidente.

Senador Donizeti Nogueira, Relator *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Queremos agradecer ao Senador Donizeti por aceitar a relatoria *ad hoc*.

Queremos já colocar em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

Aqueles que concordam com as Emendas nºs 1, 4, 6, 8 e 10 permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as emendas, elas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Eu gostaria de pedir também ao Secretário que encaminhe isso aos ministros das pastas para que eles também tomem conhecimento e possam trabalhar junto à comissão no sentido de aprovar.

Eu quero aqui também submeter à apreciação de V. Exªs requerimento para que a Comissão possa avaliar a seguinte política pública: "O futuro das cidades: desafios para a urbanização sustentável e eficiente". Inclusive, iremos realizar audiência pública sobre esse tema na próxima segunda-feira, dia 26/10, às 16h30. A audiência pública será interativa e contará com a participação de vários palestrantes. Já há aqui o cartaz que estamos distribuindo, inclusive para alunos das universidades de Brasília. E os convidados já com presença confirmada são: o Sr. Mariano Laplane, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Também o Sr. Oscar Cordeiro Neto, professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade Federal de Brasília. O representante do Ministério das Cidades e também o representante do Ministério do Meio Ambiente. Ainda aguardamos a confirmação de outros especialistas convidados e contamos com a presença de todos os membros desta Comissão.

Foram também convidados todos os secretários de Estado da área, e claro, através das mídias sociais aqui, queremos aproveitar para convidar todos aqueles que a nós assistirão também, para a segunda-feira, então, reconfirmando aqui, a partir das 16 horas e 30 minutos, no plenário 13. Isso mesmo, não é? No plenário 13, na segunda-feira será transmitido inclusive pela TV Senado; então, é uma boa oportunidade para que se possa discutir esse tema, que é o Requerimento nº 9, de 2015.

O que nós estamos discutindo é o requerimento de minha autoria.

ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO Nº 9, de 2015
- Não terminativo -

Requer, nos termos da Resolução nº 44 de 2013, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para estabelecer procedimento de avaliação de políticas públicas no âmbito do Senado Federal, que o tema a ser avaliado por esta Comissão Senado do Futuro (CSF), no ano de 2015, seja O Futuro das Cidades: desafios para a urbanização sustentável e eficiente.

Autoria: Senador Wellington Fagundes
Relatoria:
Relatório:
Observações:

Primeiro, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Então, aprovado.

A Comissão aprova o Requerimento nº 9, de 2015.

E antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. e as Srªs Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Muito obrigado, Senado Donizeti.

Nada mais havendo a tratar, iremos encerrar a presente reunião.

Claro, antes aqui dizendo de todas as emendas que foram aprovadas, todas elas com temas que têm muito a ver com a nossa Comissão, e eu quero destacar aqui principalmente essa emenda que é a implantação de escolas para educação infantil. Então acho que ela é extremamente importante, principalmente nessa área para a qual hoje tanto discutindo a necessidade de investimento, para as nossas crianças, a educação das nossas crianças.

E também a construção de fonte de luz síncrotron de quarta geração, que é do Centro Nacional de Pesquisas em Energia e Materiais. Isso é do Ministério da Ciência e Tecnologia, que também acho que é outra emenda que tem muito a ver com a nossa Comissão.

Quero aqui também informar que o Ipea encaminhou à Secretaria da Comissão exemplares do livro *Megatendências Mundiais 2030*, que é este livro. Queremos agradecer já aqui também ao Ipea por ter encaminhado.

Então, voltando aqui, o livro é *Megatendências Mundiais 2030*, o que entidades e personalidades internacionais pensam sobre o futuro do mundo. Contribuição para um debate de longo prazo para o Brasil. Esse livro teve como organizadora a Drª Elaine Coutinho Marcial, do Ipea. E eu quero aqui também solicitar à Secretaria da Comissão que providencie a entrega de um exemplar para cada gabinete dos membros da Comissão Senado do Futuro. E claro, temos aqui alguns exemplares e aqueles que se interessarem poderão também pegar na Secretaria da Comissão.

Então, nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.)

ATA DA QUINTA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 26 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 16 HORAS E 30 MINUTOS, NA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13

Às dezesseis horas e cinquenta e seis minutos do dia vinte e seis de outubro do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, José Medeiros e Gleisi Hoffmann. Registrou presença, também, o Senador José Pimentel, não membro. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Gladson Cameli, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão, Wilder Morais, Donizeti Nogueira, Paulo Rocha, Ivo Cassol, Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Lídice da Mata e Blairo Maggi. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião e fez uso da palavra para proferir discurso. Passou-se então à audiência pública. O Presidente concedeu a palavra ao senhor MARIANO FRANCISCO LAPLANE, Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Após ler participações que chegaram à Comissão por meio do Portal e-Cidadania, o Presidente concedeu a palavra ao senhor OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO, Professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília. Em seguida, o Presidente registrou que o Ministro das Cidades comunicara sua impossibilidade de atender ao convite para estar na audiência, destacou a inovação da Comissão ao emitir declaração aos cidadãos que participaram presencialmente, via Portal e-Cidadania e via Alô Senado e, então, concedeu a palavra aos presentes para questionamentos aos convidados. O Presidente concedeu a palavra aos senhores MARIANO FRANCISCO LAPLANE e OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO para que respondessem aos questionamentos. O Presidente, fez uso da palavra para ler mais participações que chegaram via Internet e proferir discurso. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra à senhora NAZARÉ LIMA SOARES, Gerente do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente. O Presidente entregou aos estudantes presentes declaração de participação na audiência pública. O Presidente concedeu a palavra ao senhor TOM REBELLO, Sócio da CIP/Intercon Consultoria Internacional. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra aos presentes que acompanhavam a audiência pública para que fizessem questionamentos aos convidados. O Presidente concedeu a palavra à senhora NAZARÉ LIMA SOARES para que respondesse aos questionamentos. O Presidente registrou a presença do Senador José Pimentel, não membro, e também do senhor Wilmar Lacerda, primeiro suplente do Senador Cristovam Buarque, Vice-Presidente desta Comissão. Fez uso da palavra o Senador José Pimentel. Em seguida, o Presidente concedeu a palavra à senhora GABRIELA YAMAGUCHI, Gerente de Comunicação e Campanhas do Instituto Akatu. O Presidente concedeu a palavra aos convidados para que estes fizessem suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às vinte horas e nove minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Senado do Futuro.

Audiência pública com a finalidade de debater o tema "futuro das cidades e as cidades sustentáveis".

Em função de um pequeno atraso do nosso voo, vou já convidar aqui todos aqueles presentes, iniciando pela Srª Gabriela Yamaguchi, que é Gerente de Comunicação e Campanhas do Instituto Akatu.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Ah, não chegou ainda.

Convido, então, o Sr. Mariano Francisco Laplane, que é Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. S. Sª já está presente.

Convido o Sr. Oscar de Morais Cordeiro Netto, Professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília.

Seja bem-vindo!

Convido a Srª Nazaré Lima Soares, Gerente do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente.

E, ainda, o Sr. Tom Rebello, que é o sócio da CIP/Intercon Consultoria Internacional, que, acredito, não chegou ainda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Então, são dois que não chegaram: a Gabriela Yamaguchi e, também, o Tom Rebello. Creio que devem estar chegando.

Eu teria uma fala a fazer, conforme está aqui programado, mas, em função desse atraso e também como o nosso palestrante Mariano tem um compromisso – também questão de voo, espero que o voo dele não atrase para ele poder sair –, vamos tentar ser bem objetivos.

Nesse aspecto, conforme divulgado na pauta e nas redes sociais, informo que a presente reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania. Quero repetir para os internautas: www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211. Informo ainda que serão emitidas declarações de participação, tanto aos cidadãos aqui presentes quanto aos que participam pelo Portal.

Como os convidados já se encontram no plenário da Comissão e aqui à mesa também, de acordo com o art. 94, incisos II e III, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por 15 ou 20 minutos – e teremos toda a tolerância possível – e, em seguida, abriremos a fase de interpelação, por três minutos, para os presentes e, também, para Consultores Legislativos e cidadãos que se inscreveram.

A palavra será concedida de forma intercalada entre aqueles que quiserem se manifestar, bem como aos participantes e aos Senadores que aqui estiverem. Lembro que já passaram por aqui o Senador Medeiros e o Senador Cristovam Buarque, que é o Vice-Presidente desta Comissão. Encontrei-me com ele ainda agora; ele tentou ficar mais um pouco, mas tem outra palestra neste momento.

Quero, então, passar inicialmente a palavra ao Sr. Mariano Francisco Laplane para fazer a sua exposição, ele que é Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Antes, porém, de conceder a palavra a V. Sª , eu quero fazer apenas um esclarecimento: a Comissão Senado do Futuro é uma comissão nova no Senado; começou a funcionar dois anos atrás; houve um breve intervalo em função do ano eleitoral. O primeiro Presidente, Senador Henrique, acabou falecendo. Então, coube a nós estarmos agora, neste ano, na reorganização. Esta é a segunda reunião que a gente faz, na forma de audiência pública, e, diferentemente das outras comissões, esta não é uma comissão deliberativa. Portanto, de acordo com as possibilidades, estamos organizando os nossos trabalhos, fazendo uma parceria com a Casa.

Muitas pessoas, quando ouvem "Comissão Senado do Futuro", imaginam que, com esse nome, estaríamos aqui apenas para discutir o Senado do futuro. Mas, na verdade, a proposição desta Comissão, quando foi criada, é exatamente a de discutir o futuro da sociedade, e aí, claro, inclui-se o próprio Senado.

Queremos discutir hoje, como tema bem claro, a questão de como construirmos, de como convivermos, de como trabalharmos no sentido de fazer um ambiente bom de se viver. O Brasil, principalmente, é um país que teve, a partir da década 90, um êxodo rural muito grande. Hoje, de forma inversamente proporcional ao que tínhamos antes, mais de 80% da nossa população é urbana e, consequentemente, com os problemas decorrentes dessa situação. Por isso, nós entendemos que o tema de hoje é extremamente pertinente para a sociedade brasileira.

Como eu estava explicando, esta não é uma comissão deliberativa. Então, a gente não tem aqui a rigidez de que o debatedor tenha que falar e não possa ser interpelado. Na verdade, a gente quer construir, para o ano que vem, quem sabe, a possibilidade de a gente ter um auditório que não fosse um auditório tradicional, como o auditório do professor e o aluno. A gente gostaria de fazer, inclusive, com um formato diferenciado, exatamente para promover o debate.

Esclarecido isso, então, eu quero passar a palavra ao Sr. Mariano Francisco Laplane.

O SR. MARIANO FRANCISCO LAPLANE – Muito obrigado, Senador, pelo convite.

É uma honra poder representar aqui o CGE, trazendo, espero, contribuição relevante para o debate do tema das cidades sustentáveis.

Eu começo dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Como é de praxe, eu também queria esclarecer que tudo isso aqui está sendo gravado. Não sei se está sendo transmitido ao vivo, pois há uma programação no Youtube, mas, provavelmente, a gente ainda tenha alguma transmissão ao vivo. Mas está no Youtube, nos meios de comunicação da Casa, e, obviamente, tudo isso aqui constitui um acervo, para que a gente possa discutir em outros momentos também.

Então, por que a gente fez na segunda? Exatamente porque, embora na segunda seja mais difícil de trazer os parlamentares, temos mais tempo suficiente, na Casa, para discutir os temas.

Muito obrigado.

O SR. MARIANO FRANCISCO LAPLANE – Muito obrigado, Senador.

Continuo, então: o ponto de partida da minha intervenção é a constatação de que vivemos num planeta urbano. Essa é uma imagem muito conhecida, que reflete a intensidade do uso da Internet no mundo, e obviamente o uso da internet espelha a concentração urbana nos diversos continentes. Então, acho que é pertinente dizer que vivemos num planeta urbano, que fazemos parte de uma civilização urbana.

Neste século XXI, pela primeira vez, a população do Planeta que mora em cidades ultrapassou a população das áreas rurais. Inclusive na América Latina. Em meados do século XX, em 1950, a América Latina tinha apenas 42%, para ser mais preciso, da sua população morando em cidades. Já nos anos de 2010, início do século XXI, nós já tínhamos 80% da população, ou seja, dobrou a proporção da população morando em cidades, na América Latina, nesse período tão curto. E se suspeita que, até 2030, essa porcentagem continue aumentando, até atingir 84%.

O crescimento urbano não se dá de maneira homogênea. São as grandes cidades as que deverão continuar concentrando uma boa parte da população da nossa região. Vejam que a previsão para o ano de 2030 é de que haverá 49 cidades na América Latina com mais de um milhão de habitantes. Em 1950, existiam apenas sete. Destas 49 que terão mais de um milhão de habitantes em 2030, 16 estarão no Brasil. Ou seja, o Brasil concentrará uma proporção importante de cidades de um milhão ou mais de habitantes. As cidades de 50 a 500 mil habitantes são as que apresentam, desde os anos 90, um crescimento mais rápido.

Então vejam: as cidades são, merecidamente, o foco da atenção de todos aqueles que se preocupam com a qualidade de vida, com a qualidade do meio ambiente. E eu acho que, por isso, não poderíamos ter um tema mais relevante para discutir hoje, à tarde, aqui, nesta Comissão.

Quando a gente pensa nas cidades e na sua origem histórica, na Europa, na Ásia, imediatamente, a gente associa o surgimento desses aglomerados à importância dos centros mercantis, originalmente, e, depois da Revolução Industrial, grandes centros manufatureiros que concentram o emprego ofereciam também a possibilidade de concentrar, na medida em que a industrialização avançava, também a oferta de serviços mais sofisticados, de saúde, de educação, serviços financeiros.

E, efetivamente, essa é a realidade das cidades no mundo, incluindo aquelas da América Latina. Só que as nossas cidades conseguem sobrepor essa realidade a outra... Essa é a típica cidade industrial, pós-industrial. No nosso caso, essa realidade se superpõe, coincide com outra, não tão brilhante, não tão positiva, de diversas formas de precariedades: precariedade na habitação, precariedade na segurança, precariedade de modo geral na infraestrutura e também, também de degradação ambiental.

Então, nossas cidades têm essa característica de concentrar, ao longo da sua história, não apenas as virtudes, as qualidades boas do nosso desenvolvimento como sociedade, mas também as mazelas. Essa é uma herança que nossas cidades carregam.

Então, a pergunta é a seguinte: qual é o sentido da sustentabilidade das cidades no nosso caso, no caso da América Latina, em geral, no caso do Brasil, mais em particular? Como caracterizar, como definir uma cidade sustentável como meta, como projeto, como ambição, como alvo das nossas políticas, como alvo das nossas iniciativas públicas e privadas? Alguns termos aparecem e, imediatamente, intuições de que deve ser uma cidade inclusiva, a qualidade de vida e de moradia deve estar garantida, deve ser um espaço não de confronto, mas, sim, de reconciliação entre o habitante urbano e a natureza, deve ter uma distribuição equitativa, um acesso viável aos serviços essenciais, deve ter um impacto ecológico, uma pegada ecológica baixa, deve ser uma cidade resistente, por exemplo, a desastres naturais e também – por que não? – econômicos.

Todos nós ouvimos falar daquelas cidades que nascem e morrem com alguma atividade econômica que não se pereniza, mas também ouvimos falar dos desastres ambientais cada vez mais frequentes. Essa semana, os jornais do mundo inteiro noticiaram o furacão no México, ameaçando cidades no litoral mexicano do Pacífico.

Enfim, devemos ter cidades inseridas, de maneira sustentável, na sua região e assim por diante, onde os indivíduos e a comunidade possam prosperar. Mas toda essa imagem idílica, desejável, certamente ambiciosa, deve ser trazida a nossa realidade contemporânea.

Não estamos partindo de zero; estamos partindo de menos alguma coisa. Nosso ponto de partida está abaixo de zero e, portanto, devemos trazer o conceito de cidade sustentável para o contexto de um país emergente, de um país em desenvolvimento, de um país que tem uma longa trajetória de evolução urbana, que tem grandes cidades e outras de porte médio e outras pequenas com história. E é em relação a este presente que nós devemos traçar uma trajetória rumo à sustentabilidade.

Por que eu faço essa introdução? Porque eu tenho visto, em algumas discussões sobre cidades sustentáveis, algumas aproximações um pouco dicotômicas. As cidades do futuro, as cidades desejáveis são cidades verdes. Eu entendo o sentido dessa colocação, mas eu quero dizer taxativamente: cidades sustentáveis, no nosso caso, são mais do que uma cidade verde. Não nego a importância, a relevância da agenda ambiental, mas devíamos perceber que ela está muito atrelada às cidades que amadureceram com uma outra trajetória

e enfrentam, hoje, desafios, que, em alguma medida, nós também temos, mas ocorre que temos, além desses, alguns outros. Eu não gosto de uma apresentação bastante canônica do problema da abordagem ou da aproximação para uma cidade sustentável que nos coloca como agenda marrom a ser desenvolvida em paralelo uma agenda verde.

Entendo a lógica disso, porque a agenda marrom nos lembra de que temos problema de saneamento, de moradia, de que temos áreas degradadas – ambiental, econômica e socialmente degradadas que precisam ser recuperadas – e que nós temos, ainda, problemas gritantes associados à desigualdade de acesso aos recursos para desenvolver qualquer tipo de vida decente, inclusive a urbana.

Então, eu entendo a importância dessa agenda, assim como entendo, a importância da agenda verde. Nosso desafio é conjugar essas duas agendas numa agenda positiva muito calcada no conceito de desenvolvimento sustentável aprovado pelas Nações Unidas.

Uma cidade sustentável tem sustentabilidade ambiental, sim, como na "agenda verde", mas ela precisa ter também sustentabilidade econômica e sustentabilidade social. Esse é um primeiro desafio.

O segundo desafio que temos é o de adequar essa agenda de sustentabilidade nas três dimensões – econômica, social e ambiental – a realidades diferentes. No caso das grandes cidades, das grandes metrópoles que nós já constituímos – e temos várias –, temos uma agenda de sustentabilidade associada à mitigação dos desastres urbanos que nós já produzimos. No caso das cidades médias e das cidades pequenas, termos uma agenda associada a introduzir a sustentabilidade agora, antes que seja demasiado tarde.

Então, vejam: os desafios não são poucos, mas não podemos ter a mesma agenda de sustentabilidade para os macro polos, que aparecem retratados nesse mapa a partir de um estudo que o CGE fez para o Ministério do Planejamento em 2008 – Estudo da Dimensão Territorial do Planejamento no Brasil –, que nos lembra apenas de que não podemos ter a mesma agenda de sustentabilidade para macro polos urbanos, como São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza, Manaus, todos os que aparecem ressaltados em vermelho, e para os novos polos urbanos – Belém, São Luiz, Porto Velho, Cuiabá, Campo Grande –, ou para as cidades de porte médio em todos os Estados brasileiros.

As três dimensões, quando pensamos em sustentabilidade e percorremos a escala da rede urbana brasileira, tipificando seus problemas, são o melhor ponto de partida que nós podemos ter para pensar, refletir, planejar e executar uma agenda de sustentabilidade na rede urbana brasileira.

Nós estamos no CGE – e, com isso, eu concluo – desenvolvendo um estudo, encomendado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, que focaliza apenas na dimensão ciência, tecnologia e inovação para a sustentabilidade.

De que maneira a ciência, a tecnologia e a inovação podem nos ajudar a caminhar nessa matriz de três dimensões e de diversas escalas de problemas urbanos? O estudo, que deve ficar pronto no final do ano – e, assim que ficar pronto, encaminharemos aqui à Comissão e aos outros membros do painel – foca em temas interconectados que dão conta dos eixos do estudo: saúde, agricultura, resíduos sólidos, água, segurança, governança, edificações, energia, economia, resiliência, mobilidade, educação.

Nós, além de nos propormos a atingir determinados objetivos, explicitar os pressupostos com os quais imaginamos como avançar nessa agenda, como anteciparmos a trajetória, gerar desafios sobre a sustentabilidade, imaginar o futuro, criar conhecimento através da consulta ampla a todos os atores envolvidos, pretendemos estabelecer também alguns critérios para estruturar essa legenda, para priorizar as ações que possam surgir nessa agenda, como, por exemplo, priorizar aquilo que promove a participação social, aquilo que promove a inclusão social da cidadania, a reconciliação entre o homem e a natureza, o que é viável economicamente, o que promove o acesso a recursos e serviços, o que promove a redução do impacto ecológico, da pegada ecológica e o que promove maior resiliência e segurança para os habitantes das cidades.

Com isso concluo, Senador e outros membros do painel.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Temos várias perguntas de internautas que já começam a chegar aqui. Eu vou ler algumas, intercalando aqui com os expositores.

Há uma de um xará meu, Wellington Ferro de Souza, de São Paulo. Ele pergunta:

Cidades com populações próximas a 20 mil habitantes, para seguir o Estatuto das Cidades, contratam firmas para fazer seus planos diretores. Esses planos são feitos sem ouvir a população local.

Não seria o caso de fazer uma lei federal que coíbe essa prática antidemocrática?

Com relação a essas perguntas, aqueles que entendem que devam respondê-las, ainda porque elas não são dirigidas especificamente a um ou a outro, peço, por gentileza, que já as anotem, para que cada um, a seu tempo, possa respondê-las. Inclusive, talvez, até na própria fala vocês já poderiam também incluir essa resposta.

Ainda outra:

Além do Estatuto das Cidades, não são necessárias leis que balizem os inúmeros planos diretores Brasil afora?"

A Resolução do CONAMA nº 369, de 2006, protege as áreas verdes urbanas já existentes. Não seria o caso de criar leis obrigando o poder público municipal a criar novas áreas verdes urbanas?

O Greenpeace, ONG internacional, criou o movimento "Cadê o Plano de Mobilidade Urbana?", em que, através do mapa do Brasil, os internautas podem saber o andamento do PMU das principais capitais brasileiras e, através de *e-mails,* cobrar os prefeitos responsáveis.

Nesses aqui ele está mais fazendo um esclarecimento.

O Dia Mundial sem Carro, 22 de setembro, é uma data celebrada internacionalmente em cidades do mundo inteiro, com o objetivo de estimular uma reflexão nas pessoas sobre o uso excessivo dos automóveis e motos.

Ainda há mais algumas, depois aqui a gente vai na sequência.

Eu quero registrar também a presença conosco da Srª Gabriela Yamaguchi, Gerente de Comunicação e Campanha do Instituto Akatu.

Na sequência, concedo a palavra ao Sr. Oscar de Moraes Cordeiro Netto, que, repito, é Professor do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília.

Com a palavra V. Sª.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Boa tarde a todos.

Sr. Senador, agradeço o convite e saúdo a todos, em nome do Senador. É uma satisfação estar aqui discutindo esse assunto.

Na verdade, eu até vou fazer um contraponto e discutir a questão de sustentabilidade a partir de um exemplo de insustentabilidade, que é justamente como a gente encontra boa parte das cidades brasileiras. E, um pouco assim pela minha formação na área de engenharia, vou citar um caso concreto, bem próximo de nós, aqui; vou falar um pouco do DF e do Entorno, especialmente de uma área de ação pública importante, que é a área de saneamento básico.

O futuro das cidades sustentáveis, pensando a insustentabilidade, tendo como base o saneamento básico na RIDE DF e Entorno. A gente está se inspirando num projeto que estamos fazendo com o Ministério das Cidades de pensar saneamento nas RIDEs, nessas Regiões Integradas de Desenvolvimento, justamente regiões onde existem conurbação entre unidades da Federação diferentes e vários conflitos interinstitucionais.

Saneamento, segundo a definição da própria OMS, é o controle de todos aqueles fatores do meio físico que podem ter impactos no ser humano. É por essência algo que foca na saúde do homem, foca na qualidade de vida e é um setor, na verdade, pleno, eu diria assim, encharcado de externalidades. É por isso que, muitas vezes, há problemas seriíssimos de gestão, ou seja, tanto as externalidades positivas não são levadas em conta quando se pensa e quando se gerencia o serviço de saneamento, quanto também as externalidades negativas que ele provoca são consideradas. Então, muitas vezes, fica quase como um serviço burocrático a responsabilidade da cidade, sem se levar em conta todas as interfaces que existem.

No caso do saneamento, para a gente refletir, a gente tem vários dados importantes. Falou-se da questão urbana, e a maior parte da população urbana tem abastecimento de água, e isso é importante, porque, no Brasil, definimos saneamento básico a partir da Lei nº 11.445, de 2007, como sendo assim a gestão de quatro serviços ligados à questão da saúde pública na cidade: abastecimento de água, esgotamento sanitário, a drenagem urbana, a questão das águas da chuva, e um problema seriíssimo que nós temos que é a questão da gestão dos resíduos sólidos, do lixo urbano.

Então, nós temos dados que dão conta de que estamos ainda bem distantes de atingir essa universalização, essa vontade que o Brasil tem de poder satisfazer 100% das necessidades dos seus cidadãos urbanos.

O melhor quadro é o quadro do abastecimento de água, mas, no esgoto, por exemplo, grosso modo, a gente tem – ali nós temos os percentuais mais exatos, mas eu faço uma conta rápida –, de chegada, que praticamente nós só coletamos 50% dos esgotos produzidos na cidade, ou seja, metade. Dessa metade que a gente coleta, a gente só trata metade; e dessa metade que a gente trata, a gente trata mal uma metade.

Então, a situação de fato, fazendo aí a continha, é que do bom atendimento em esgotamento sanitário nas cidades nós estamos em 12,5% dos lares brasileiros urbanos. É uma situação de total insustentabilidade, até em função dos enormes impactos negativos que se tem. Com a falta também de esgoto, a gente vê aí vários e vários casos de doenças, de degradação ambiental. Estão aí o Rio Tietê e a Baía de Guanabara a nos mostrarem casos bem concretos.

E, aí, há alguns dados também sobre custos que estariam associados a essa universalização.

A gente vai ver algumas dessas externalidades a que eu fiz menção. Por exemplo, aqui, eu cito o caso de imóveis em áreas com saneamento chegam a valer até 14% mais do que outros imóveis que estão em áreas

não servidas por saneamento. Isso significa um ganho para o proprietário e, não necessariamente, isso vai reverter, como eu falei das externalidades positivas, em mais investimento em duas vezes para o saneamento.

Aqui há outros casos em outras áreas. Depois eu vou falar sobre essa figurinha que aparece aí do lado.

Nós temos que, no turismo, caso a gente tivesse, nas nossas cidades todas, litorâneas, interioranas com certo atrativo turístico, o pleno saneamento, a gente poderia conseguir até 500 mil postos de trabalhos com o pleno atendimento.

Quando os turistas estrangeiros chegam ao Brasil, o que mais os choca, o que mais lhes causa espécie é justamente lixo nas ruas, falta de saneamento adequado. E isso tem um enorme impacto econômico, não é?

A probabilidade de uma pessoa com acesso à rede de esgotos faltar às suas atividades é menor – 20% – do que a de uma pessoa que não tem acesso. Então, imaginem, em termos de dias de trabalho, de produtividade, de faturamento, a diferença que faz a simples presença da rede de esgoto.

Aqui aparecem alguns dados também. Esse é um chavão, uma referência que sempre faz a OMS: para cada dólar investido em saneamento há R$4 de volta em economias no serviço público de novo.

Nós vivemos na paradoxal situação em relação à água, por exemplo. Aquele mapa esquematizado do Brasil ali mostra que temos enormes perdas nos sistemas, com serviços extremamente mal geridos. As perdas de faturamento na Região Norte são de 51%, ou seja, do que se coleta de água para uma cidade perdem-se 51%. Essas perdas são físicas. Como é um sistema pressurizado, existem vazamentos, problemas de operação. Mas também há perdas econômicas, como o gato, que existe também nas redes de água: pessoas furtam água e se servem dela. Nesse caso, essa água não é faturada.

De fato, esse percentual é enorme no Brasil inteiro. A média está em volta de 40%, eu diria – esse é um dado da Sabesp. Então, 40% do que se coleta de água são desperdiçados e não são faturados pelos prestadores de serviço. Só para se ter uma ideia de referência, o Japão tem uma média menor que 10%; Tóquio tem uma média de 4%, 5% de perda comparada com a média de 40%. O recorde mundial é de Singapura, que conseguiu ter uma gestão eficiente desse recurso, e a perda é da ordem de 3%.

Para refletirmos também, nós temos a questão da educação. De novo, se houver universalização do acesso, coleta de esgoto e água tratada, haverá uma redução de quase 7% no atraso escolar. Isso também foi medido por meio de estatísticas e análises em regiões em que o funcionamento, de fato, é a variável mais importante, preponderante. A diferença de aproveitamento escolar entre crianças que têm ou não têm acesso ao saneamento pode chegar à ordem de 18%, 20%.

Vejam quantas externalidades importantes existem e que não são levadas em conta.

Há alguns dados para refletirmos, mas o interessante é que, em vários Estados brasileiros, em 11 Estados brasileiros, nas casas há mais televisão, eletrodomésticos do que rede de esgoto e banheiros. Então, vemos que, de fato, talvez esteja havendo uma inversão de valores e de importância nas nossas habitações urbanas.

Eu falei aqui da pesquisa feita com a Universidade de Brasília. A partir de um termo de cooperação com o Ministério das Cidades, estamos estudando questões de saneamento básico nas RIDEs. Isso envolve as três RIDEs oficiais do Brasil: a nossa RIDE DF e Entorno – a RIDE em que vivemos – e mais duas outras RIDEs que são a de Juazeiro e Petrolina, Pernambuco e Bahia, e a de Grande Teresina, Maranhão e Piauí, que envolve Timon, Município maranhense. Nessas redes, temos problemas intermunicipais e interestaduais de saneamento, mas podemos pensar em soluções. Essa é uma atribuição do Ministério das Cidades.

Nós estamos justamente nessa fase do diagnóstico analítico, com algumas conclusões preliminares, que vamos trazer aqui, em relação ao caso da RIDE DF. Para mostrar algo mais concreto, próximo de nós, trago um exemplo aqui. A RIDE DF e Entorno foi criada por lei. Ela é constituída pelo DF, que é, na verdade, o coração econômico, populacional da RIDE. São 19 Municípios goianos e três Municípios mineiros. É um enorme território. Na verdade, é um território de 55 mil quilômetros quadrados, maior que Sergipe, Alagoas e o próprio Rio de Janeiro, com uma população de 3,7 milhões, que, em 2010, era uma população superior a 15 Estados brasileiros. De fato, é uma região *sui generis*, dadas todas as interfaces que temos aqui. Das três, é a RIDE mais rica, mais populosa, mais extensa e mais desigual. Há exemplos bem gritantes dessa desigualdade na nossa região.

Aqui eu trago um mapa de ocupação dessa RIDE. Aqui há laser? Não sei se há. Vejam ali, claramente, o DF. Temos situações, de fato, de conurbação entre áreas do DF e áreas do Entorno – quem conhece, aqui, Valparaíso, no Sul; Águas Lindas; Formosa; Planaltina de Goiás. Então, de fato, existem aí soluções que interferem, de um Estado em outro, em saneamento, e temos também regiões em que até o crescimento urbano se dá no limite do DF. É o caso de Formosa, Planaltina. A gente vê que o que está impedindo a expansão da mancha urbana é simplesmente uma razão política: a presença do Distrito Federal aqui.

Há também outros casos de manchas urbanas mais distantes – a gente vê Unaí, a gente vê ali a própria Cristalina. Mas Cristalina tem distritos, encostados no DF, que têm característica urbana – aliás, uma característica dessa área é a presença de distritos que, muitas vezes, têm população maior até que a própria sede muni-

cipal, com todos os problemas urbanos. E, quando se fala em urbano, a gente pensa, tradicionalmente, nessa questão da sede municipal; às vezes, os dados do próprio IBGE estão concentrados na sede municipal, e, na realidade, a gente tem situações urbanas em vários distritos aqui.

Vou apresentar, então, rapidamente, aqui, alguns problemas e vou, depois – ouviu, Senador? –, não só falar de problemas, mas também pensar em soluções de sustentabilidade, pelo menos sugerir, mas a partir de um caso concreto, a partir de uma vivência. Como falou meu antecessor, nós partimos, de fato, de abaixo de zero. Quer dizer, temos um enorme passivo ambiental e sanitário em grandes cidades brasileiras e em outras aglomerações. Temos de resolver esse passivo sanitário e pensar além nessa questão da sustentabilidade.

No abastecimento de água, a gente tem vários tipos de gestão de serviço. Há empresas regionais, serviços autônomos... Temos isso em diferentes casos. Com relação à captação da água, temos uma situação em que... Normalmente, se aproveita a água de rios, mas, às vezes, há impacto, em termos de poluição, de outro Município, outra cidade. Tem se usado muito poço, mas de uma maneira desordenada, e, muitas vezes o poço entra para poder correr atrás da expansão urbana desordenada.

A gente tem situações como a de Águas Lindas de Goiás, aqui pertinho, onde existem 190 poços profundos e toda a cidade é abastecida por 112 poços. Vocês imaginem a dificuldade organizacional para organizar a distribuição de água, trabalhando com 112 fontes diferentes. Isso tudo se deu pela rapidez da urbanização da cidade de Águas Lindas. E não é só em Águas Lindas; eu também tenho isso em Valparaíso, tenho em Luziânia.

Outro problema: o rejeito desse tratamento de água, muitas vezes, polui os rios; então, temos vários problemas dessa natureza. Na época de chuvas, há estações que se paralisam em função da turbidez da água, da água barrenta que se forma. Há águas subterrâneas com ferro e manganês, algas que prejudicam, e o uso, às vezes, de poços, sem a necessária desinfecção da água. Chega-se a distribuir água sem a cloração, até desrespeitando uma norma legal, uma portaria do Ministério da Saúde que obriga que toda a água distribuída para a população tem de ser desinfetada, tem de ser clorada.

Então, vários outros casos. Eu coloquei em vermelho, ali, só para chamar a atenção de que, muitas vezes, falamos em cidade, mas temos de pensar nos distritos e aglomerados que existem em cada um desses Municípios. Para falar concretamente, a gente tem Cocalzinho de Goiás aqui perto; há um distrito chamado Girassol que já é maior do que a própria sede municipal.

No esgotamento sanitário, quando ele é assegurado – porque em várias cidades não há rede de esgoto alguma –, de novo é o mesmo prestador de serviço. Então, a gente já nota aí uma certa pulverização em prestação de serviços. A gente pensa em saneamento integrado, mas, na verdade, a gente vê que, dependendo do setor de saneamento, eu vou encontrar um prestador diferente, dentro do mesmo Município.

Tenho situações de lençol aflorante, de poluição. Vou até passar para um mapa, onde fica mais fácil a gente ver. Esse é o mapa da nossa região. Em amarelo, assim, mais amarelo, são os únicos dois Municípios em que as sedes urbanas têm mais de 90% de rede de esgoto cobrindo a área urbana. Então, de 23 Municípios, vamos chamar assim, só dois – Unaí, em Minas, e Mimoso – é que têm esse percentual.

Num segundo nível assim, respeitável, aceitável, há mais três que têm mais de 50% de cobertura da área urbana, que são o Distrito Federal, Padre Bernardo e Abadiânia. Todos os outros têm menos de 50% de cobertura de rede nas áreas urbanas, ou seja, como falei, coletam-se menos de 50% do esgoto produzido. E este esgoto vai para onde? Vai poluir o lençol freático, outros rios e gerará um enorme impacto.

Outro problema seriíssimo na nossa região, até pela topografia – estamos aqui num planalto – é, quando saímos deste planalto, a questão da drenagem urbana. Em Brasília, uma cidade planejada, já vimos padecendo com problemas sérios com as enchentes urbanas, e não deveríamos, porque, se tivesse sido pensado, planejado, não deveríamos estar passando por isso. Mas são vários os problemas com drenagem urbana. E a maioria dos Municípios tem algum tipo de tubulação ou de sistema bem precário, mas, por exemplo, sistemas mais elaborados, com galerias maiores, com retenções, canais, só vamos encontrar aqui, no Distrito Federal. Algo que nos causa espécie e preocupação é que não existe nenhum cadastro disso. Na verdade, só o DF tem algum tipo de informação; em todos os outros Municípios, essa informação não existe. Então, teríamos até um trabalho importante para conhecer o que existe de cano que passa por debaixo das ruas. Vários Municípios têm problemas sérios de erosão, sabemos disso aqui, Planaltina de Goiás, Valparaíso, problemas seriíssimos, há erosões que engolem ruas inteiras, áreas inteiras, e várias com problemas de alagamento.

De novo, um mapinha aqui, que mostra problemas erosivos. Então, vê-se que praticamente toda a região tem problemas sérios de erosão. E, aqui, um mapinha sobre alagamentos, onde se vê que boa parte, inclusive o Distrito Federal, tem sérios problemas de alagamento.

Vamos, rapidinho, passar para o último componente, saneamento básico, o último, talvez o mais complexo, que é a gestão dos resíduos sólidos urbanos. Temos uma situação que beira já, eu diria, nesta região nossa, quase à insolvência. Não sei se os senhores sabem, mas temos aqui, no Distrito Federal, entre outros recordes

nacionais, o maior lixão da América Latina, que fica aqui dentro do limite do Distrito Federal. Enquanto, nessa questão de resíduos sólidos, outras regiões do Brasil souberam avançar, aqui – e isso se reflete nas cidades do Entorno –, temos uma relação muito complexa com esta questão dos resíduos sólidos.

São vários e vários os problemas, como a ausência de informações e monitoramento. Não se conhece, na verdade, o que se produz de lixo, tudo é feito de forma muito empírica e através de dados indiretos. A maioria dos Municípios não têm cobrança de taxa de lixo; é como se fosse um serviço prestado via IPTU, pela Prefeitura. Então, dos 23, só quatro têm taxa de lixo, o DF incluso. Existem também modos de gestão bem diferenciados; não há modelos de gestão muito claros sobre isso – empresas privadas, empresas públicas, serviços públicos.

Só existem dois aterros na região que são licenciados ambientalmente; todos os outros não o são, funcionam como lixões ou como aterros, dito controlados, controlados porque são cercados e não se permite o acesso, mas não são executados como manda a engenharia, para evitar impactos ambientais.

Temos que pensar seriamente, aqui, em questões de aterros regionais e trabalhar com certas soluções que Estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul já conseguiram avançar. Aliás, a Região Sul merece um certo destaque, porque tem conseguido tratar essa questão dos resíduos sólidos urbanos de uma forma mais sustentável e mais organizada.

Aqui mostro os únicos dois aterros que existem. Inclusive, o aterro da Cidade Ocidental está chegando ao final de sua vida útil; daqui a dois, três, anos, não poderá mais receber. E temos só um aterro, que é o de Planaltina, que está agora, inclusive recebendo resíduos do Distrito Federal. Está sendo construído, hoje, o Aterro Oeste, que, entretanto, só ficará pronto no ano que vem. Então, é uma situação complicada.

Aqui, tenho a produção de lixo. Essas são esferas proporcionais à produção de lixo em cada Município. Vejam que, nessa parte do DF e nos Municípios ao sul – Valparaíso, Cidade Ocidental, Luziânia, Águas Lindas –, temos aí todo o interesse em buscar uma solução adequada, regional. Quer dizer, operar um aterro sanitário é complicado, é complexo, e aqui, certamente, temos que pensar em soluções mais sustentáveis.

É importantíssimo o planejamento. Então, aí, eu vou até fazer um comentário: em termos de leis e regulamentos, eu acho que nós avançamos. Nós temos uma lei de saneamento, de 2007, que já prevê que, de certa maneira, haja um quadro normativo que permita que se possa fazer alguma coisa. Não vejo que o problema esteja nas leis, mas sim na prática. E nós tínhamos aqui uma determinação do decreto, que regulamentou a lei de 2007, pelo qual todos os Municípios brasileiros deveriam ter o seu Plano de Saneamento Básico municipal aprovado pela Câmara dos Vereadores até o final deste ano.

Nós estamos chegando a uma situação surrealista na qual praticamente apenas 10% dos Municípios do Brasil têm os seus planos aprovados.

Então, se nós pegarmos aqui a nossa RIDE DF, veremos que só um Município, dos 23, o Município de Cocalzinho de Goiás, aprovou o seu Plano Municipal de Saneamento. Então, existe aí toda uma falta de prioridade dada a isso pelos governantes, e eu acho que existe até a espera de que essa data limite, 31 de Dezembro, venha a ser alterada, como se alterou a data dos aterros sanitários. Então, joga-se para frente, para a próxima administração, a solução dos problemas.

Bom; eu falei em muitos problemas, mas também a gente pensa que existem propostas e ações de sustentabilidade. Então, eu faço, aqui, algumas proposições para a gente pensar, alimentar – e, de novo, estou pegando só uma dimensão da sustentabilidade, mais como um exercício para trabalhar com algo concreto, de pensar a cidade, de pensar o futuro. É de se pensar, primeiro, em um novo modelo de gestão do serviço de saneamento básico. Do jeito que está, a gente vê enormes disfunções que estão ligadas muito a gestão dos sistemas.

Essencial – e aqui se falou nisso até em uma pergunta de um internauta – é o controle social dos serviços. Quer dizer, não se vê sustentabilidade nesses serviços de saneamento se não houver o controle social, se a sociedade não estiver lá cobrando. Um aterro sanitário você pode até construir, mas, se ele for mal operado, ele vira lixão em um, dois, três meses. Então, é um dinheiro, é um recurso público totalmente desperdiçado e tem que haver o controle social. Esse é um pouco o espírito da lei. Pela lei de saneamento, em todo o processo, desde a construção de diagnóstico até a implementação do plano, é necessário que haja instâncias de audiências públicas, de aprovação, envolvendo o controle social.

Outra questão muito importante é o plano de metas. Algumas cidades, nessa perspectiva de sustentabilidade, já têm adotado, algumas cidades brasileiras maiores, mas não precisam ser planos de metas essencialmente, mas planos integrados de saneamento ou outros, os próprios planos diretores urbanos podem incorporar essa dimensão. A gente vê, na verdade, vários documentos técnicos urbanos totalmente dissociados uns dos outros, e a gente tem condições de trabalhar essa articulação.

E algo que tem sido, na minha avaliação, pouco utilizado é a utilização de instrumentos econômicos. Se você não cobra uma taxa de lixo pelo menos, como é que você vai dar sinalização para o cidadão de que aquele

serviço é importante? Não se cobra por ele, é algo que se tem como gratuito, mas que, na verdade, tem uma enorme externalidade negativa.

Rapidinho, se eu for pensar em água, claramente trabalhar nesse princípio de redução de perdas, no uso eficiente das reservas de águas que estão disponíveis e em um uso mais parcimonioso dessas águas subterrâneas que são verdadeiros patrimônios do futuro. O uso que se faz, hoje, é uma verdadeira hipoteca que a gente está passando para as gerações futuras, de uma água de boa qualidade, em reservas que estão sendo utilizadas e desperdiçadas hoje em dia.

Se eu pensar em esgotos, tenho de pensar em soluções descentralizadas para tratamento de esgoto, que são, muitas vezes, eficientes. Aproveitamento energético! Não se entende porque, no Brasil, a gente, não aproveita a possibilidade de geração de energia pelos processos de tratamento com a produção de gás. Outra coisa também importante, é um incentivo maior ao reuso da água. Vejam: muitas vezes, não é uma questão de norma, é uma questão de você ter um incentivo fiscal. Assim, você consegue elevar a situação para determinado ponto.

A drenagem urbana também é um desafio novo. Primeiro, a gente tem que conhecer o que existe de drenagem e trabalhar com a adoção das soluções compensatórias. Hoje já se pensa em drenagem de um modo totalmente diferente. Na verdade, quando eu me formei engenheiro, drenagem boa era aquela que você tinha boca de lobo e tubo (galeria) para afastar a água, o mais rápido possível, de lá onde ela caía. Então, se a água cai aqui, afasta-se essa água. Simplesmente a gente está exportando o problema para baixo. As pessoas que moram aqui na 202 Norte, aqui na Asa Norte, sabem disso. De alguns anos para cá, houve um enorme problema de enchentes simplesmente em função de mudanças no padrão de ocupação à montante. Então se exportaram problemas.

Na verdade, a nova doutrina, eu diria, o mais novo paradigma da drenagem é você reter a água o maior tempo possível lá onde ela cai, facilitando a infiltração e facilitando a retenção. É mudar! Aí, de fato, em uma visão sustentável, tem um enorme desafio aí para os nossos técnicos, para os nossos engenheiros e os nossos gestores públicos, porque eles continuam pensando – a caixinha deles funciona com tubo e boca de lobo. E o uso também de instrumentos econômicos. Já existem cidades no Brasil em que o IPTU é proporcional à área impermeabilizada no lote. Quanto mais você impermeabilizar o seu lote, mais drenagem de chuva você causa. Então, que você pague mais por isso, porque você vai gerar maior pressão sobre os equipamentos urbanos. E trabalhar com o que a gente chama de *retrofit*. Já existem os equipamentos e vamos tentar incluí-los dentro de uma visão moderna de gestão.

E, finalmente, para a questão dos resíduos sólidos – eu termino aqui, desculpando-me se eu avancei no meu tempo, Senador, mas é um assunto que me apaixona –, temos que pensar na gestão regional dos rejeitos urbanos. A gente tem que mudar também a nossa cabeça sobre o fato de que o lixo todo tem que ser mandado para um aterro ou para algum lugar. O que vai paro o aterro é aquilo que não tem mais jeito. Porque o que a gente puder aproveitar a gente aproveita, seja na reutilização seja na reciclagem. O nosso quadro normativo e fiscal com relação à reutilização e à reciclagem é um dos mais retrógrados do mundo. Não temos nenhum incentivo fiscal, e aí, por exemplo, eu vejo que esta Casa poderia ter um papel importante em repensar instrumentos fiscais para favorecer a questão da reciclagem, a questão também da reutilização. Fomentar esses mercados.

E aí há o papel importantíssimo, também, que é o papel da educação. O instrumento mais importante de todos é a educação e a mudança de valores. Não sei se os senhores sabem, mas, hoje, a gente produz mais lixo. Antigamente a gente tinha uma continha onde a produção *per capita* de um País ou de uma cidade era proporcional à renda. Hoje isso está bem diferente; não é mais assim. Até ao contrário, hoje países mais ricos têm produzido menos lixo por habitante do que países emergentes. Nós, brasilienses, produzimos mais lixo que os habitantes de Estocolmo. Brasileiros produzem, em média, mais lixo do que os suecos. E, às vezes, um lixo que tem um enorme valor, porque a gente está mandando para um aterro sanitário – nem para um aterro sanitário, mas para um lixão – aquilo que tem valor energético, tem valor mercantil. E por falta, às vezes, de organizar esse setor, por falta de um quadro normativo, por falta de incentivos fiscais, a gente está perdendo, na verdade, muito dinheiro. Gostei da sua imagem, nós estamos começando, na verdade, em negativo nessa luta pela sustentabilidade.

Muito obrigado e desculpe se eu me excedi no tempo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Queremos registrar aqui a presença da Srª Bianca Torreão, do Centro de Estudos Estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como da Srª Maria Beatriz Pinto, do Sr. Cristiano Cagnin e da Srª Isabela Ribeiro, que é da Aspar, Ministério do Meio Ambiente. E, ainda, do Sr. Tiago Almeida, também da Aspar, do Ministério do Meio Ambiente.

Registro, ainda, a presença do Lucas Chaves de Moraes, estudante da UnB, bem como o Lucas Veiga, da P&D Brasil; Flávio Freitas, Área Empreendimentos; e Mauro César Bandeira de Oliveira, Professor.

Nós queremos também registrar que o Ministro das Cidades ligou agora há pouco – nós havíamos mandado o convite –, informando que gostaria de estar aqui, mas que, neste momento, ele foi convocado pela Presidente da República e, por isso, não pode aqui comparecer. No entanto, ele gostaria que fosse registrada essa sua intenção.

Também uma inovação que nós da Comissão estamos fazendo é tentar criar uma fidelização também aqui com a própria Comissão. Então, nós entregaremos os certificados. Daqui a pouco, vamos fazer a entrega simbólica desses certificados a dois presentes: Mauro César Bandeira de Oliveira e Lucas Chaves de Moraes. Além disso, também uma declaração da Comissão do Senado do Futuro, que declara que o cidadão participou da audiência pública interativa sobre o futuro das cidades e as cidades sustentáveis, realizada no dia 26 de outubro de 2015, com duração de três horas. Brasília, 26 de outubro de 2015. Então, esses certificados serão entregues aos estudantes presentes e também serão enviados por *e-mail* a quem participou via internet, pelo Portal e-Cidadania. Isso é uma forma também de estimularmos que as pessoas possam participar presencialmente ou através dos mecanismos, dos meios sociais que o Senado coloca à disposição.

Não quero descumprir com o horário do Mariano, mas quero convidar aqui a Karin Kässmayer, consultora legislativa, que gostaria de fazer uma pergunta.

A SRª KARIN KÄSSMAYER – Sr. Mariano, boa tarde. Apenas uma curiosidade e uma informação adicional ao que o senhor expôs em sua apresentação a respeito do estudo que vocês estão elaborando e entregarão um relatório no final do ano: se o escopo desse estudo é trabalhar com as cidades sustentáveis mais em termos conceituais ou se há também a propositura de alguma política pública e análise da legislação vigente sobre o tema.

Obrigada.

O SR. MARIANO FRANCISCO LAPLANE (*Fora do microfone*.) – Obrigado pela pergunta. O objeto do estudo...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Está ligado o som?

O SR. MARIANO FRANCISCO LAPLANE – Então, voltando à minha resposta, o objeto do estudo é contribuir para uma agenda de ciência, tecnologia e inovação vinculada ao tema sustentabilidade das cidades. Então, não é apenas um estudo conceitual. É propositivo, na dimensão ciência, tecnologia e inovação.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Luciano Martins Costa Póvoa, gostaria de fazer uma pergunta?

O SR. LUCIANO MARTINS COSTA PÓVOA – Eu gostaria de fazer uma pergunta para o Sr. Oscar. O senhor citou os exemplos de Tóquio, com uma taxa de eficiência de 4%, e Cingapura, com recorde mundial. O senhor poderia, depois, disponibilizar para a gente como eles fizeram para chegar a esse tipo de eficiência? Porque lá a água é bem escassa. Eles têm um problema. O terreno lá é escasso. A água é escassa. Então, eles são forçados, até como meio de sobrevivência. Então, ou seja, ou são eficientes ou têm vida curta.

Obrigado.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – É verdade. É uma questão cultural. Há um certo uso contencioso e eficiente dos recursos. A água é um deles. Eles têm lá toda uma tradição de minimizar as perdas de água o máximo possível. Há até casos do tipo: há um vazamento – a exemplo, fazendo uma analogia, de quando um SAMU vai atender uma pessoa que ligou –, e a mesma coisa também pode acontecer lá. Quer dizer, quando há um vazamento, algum cidadão liga para uma central e, rapidamente, em pouco tempo, uma equipe de emergência vai lá e tenta resolver o problema de vazamento. Também há toda uma preocupação em localizar até com tecnologia os vazamentos. Então, há toda uma preocupação, mas acho que, na origem dessa preocupação, existe esse valor cultural importante de ter um uso contencioso desse recurso.

Se pegarmos outro exemplo do saneamento nos resíduos claros, acho que ficou muito marcada em nós aquela boa imagem da Copa do Mundo em que, nas partidas do Japão, os próprios torcedores tinham a preocupação de deixar limpo. Ninguém os obrigava. Eles, por motivação própria, estavam frequentando a casa do outro e não queriam deixá-la suja. Então, eles próprios tinham essa preocupação. O Japão tem, na verdade, uma das maiores taxas de reciclagem de latinhas de alumínio sem nenhum incentivo econômico para isso, meramente por ação de cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Bom, essas perguntas aqui ou apenas colocações dos internautas, nós vamos fazer. Também não há necessidade de resposta imediata, mas eu gostaria que os palestrantes fossem anotando.

O Vítor Carvalho Pinto:

A ocupação irregular do solo é o principal fator de risco, insalubridade e degradação do meio ambiente. Uma das causas desse fenômeno é a grilagem de terras atualmente dominada pelo crime organizado. Apesar disso, a Aneel obriga as concessionárias de energia a atender às invasões.

Também o Carlos Eduardo dos Santos Barros: "Para termos uma cidade autossustentável, teremos que investir mais em transporte público e incentivo às ciclovias".

O Rodrigo Gomes pergunta, ou faz um comentário: "Atores da sociedade civil têm um papel essencial a desempenhar no delineamento da agenda do desenvolvimento sustentável."

Ana Flávia Smith: "O futuro da cidade sustentável se constitui em um tripé: transporte público barato e abundante; hortas comunitárias, para que ninguém passe fome; e energia e água utilizadas racionalmente."

Taíse Costa Ferreira: "Um conjunto de tecnologias pensadas para tornar as cidades mais inteligentes ajuda as metrópoles a vencer problemas de trânsito, segurança e urbanismo."

O Gabriel Jerônimo Curti: "O Brasil deveria implantar linhas de modernos bondes elétricos em suas cidades, como meio de transporte mais limpo e eficiente. Na minha opinião, foi um retrocesso cidades como São Paulo terem desativado todas as linhas de bondes. Na cidade de Bogotá, Colômbia, o prefeito e urbanista fez uma reestruturação da mobilidade urbana, implantando uma transformação cultural da população, voltada para o uso da cidade sem carro. Uma pergunta: não está na hora de nossas cidades serem pensadas para pedestres?"

E até na mesma linha, "Uma cidade sem carros é um sonho *hippie*? É o que diz o ex-prefeito." Não, aqui, na verdade, foi uma afirmativa do ex-prefeito. Uma cidade sem carro é um sonho *hippie* – é um comentário dele.

Eu ainda quero, mais uma vez, insistir e dizer que nós vamos então entregar esses certificados também projeto e-mail, e aqui inclusive, já como simbologia, o meu xará, Wellington Ferro de Sousa, ele poderá acessar esse certificado, que já está inclusive disponível na internet.

Eu gostaria de saber, por parte do Mariano, se ele gostaria de fazer alguma consideração em função dessas colocações ou perguntas, porque não gostaria que o senhor se sentisse aqui pressionado pelo tempo depois, para ficar à vontade, como temos outros tantos ainda palestrantes.

O SR. MARIANO FRANCISCO LAPLANE – Senador, muito obrigado. Eu quero, em primeiro lugar, agradecer mais uma vez e dizer que lamento não poder assistir às outras apresentações. Se forem tão brilhantes como a do engenheiro aqui, realmente perderei uma sessão muito importante aqui da Casa.

Dos comentários ou perguntas que foram feitas, eu resgato três palavras que me parecem absolutamente chaves. Falou-se em planejamento, falou-se em controle social e em cidadania. As cidades podem melhorar muito com ajuda da tecnologia, mas a verdadeira força de transformação deve surgir de dentro da própria comunidade.

O exemplo de Bogotá não é o de um prefeito excêntrico, embora talvez seja um prefeito *hippie*. É de alguém que com visão, com carisma, soube mobilizar a comunidade.

Não há milagres nisto que a gente está aqui discutindo, é um esforço coletivo. Esforços coletivos, nestes tempos de individualismo exacerbado, podem parecer utópicos, mas são absolutamente indispensáveis. Eu mesmo falei de reconciliar o homem com a natureza. Acho que há uma outra face dessa moeda, que é a reconciliação do homem com o homem, que é a nossa capacidade de atuar, agir coletivamente. Sem isso, nossas cidades continuarão tendo a cara que têm hoje ou alguma coisa pior.

Mais uma vez, Senador, agradeço, sinceramente, o convite. Desejo que esta Comissão possa abordar com a mesma lucidez e o mesmo senso de oportunidade outros temas tão importantes como este.

Muito obrigado. Infelizmente, vou ter que me retirar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Esta Presidência agradece.

Vou tentar fazer a minha fala aqui rapidamente. É com muita satisfação que estamos aqui realizando esta audiência pública da Comissão do Senado do Futuro, que tem como objetivo e foi instituída para promover as discussões sobre os grandes temas e o futuro do País e aprimorar a atuação do Senado nessas questões.

Hoje, estamos tratando aqui de um tema dos mais atuais e relevantes não apenas para o Brasil, mas para o mundo, que é o futuro das cidades e cidades sustentáveis.

Nesse sentido, relembro as palavras do Presidente Renan Calheiros, proferidas quando da instalação deste Colegiado: "Tendo consciência da importância do nosso papel, a Comissão do Senado do Futuro terá a incumbência de criar metas para que, verdadeiramente, possamos enfrentar os desafios que hoje nos apresentam para que tenhamos todos um futuro melhor."

De fato, são muitos os desafios que enfrentamos atualmente. A vida do ser humano tem mudado muito nos últimos 300 anos, desde que foi deflagrada a Revolução Industrial. Até então, vivíamos predominantemente no meio rural. As cidades eram poucas e sua importância, restrita. Hoje, nosso estilo de vida é fundamentalmente urbano. As cidades geram impacto no meio ambiente e dependem totalmente do campo para sobreviver, o que representa uma condição de grande vulnerabilidade.

Entretanto, o modo como nossas cidades se organizam atualmente é – claro – pouco sustentável. A violência urbana, a carência de infraestrutura e o trânsito caótico são alguns exemplos de problemas que tornam a vida das grandes cidades insustentável a longo prazo.

Além disso, existem as questões ambientais, como o manejo de resíduos sólidos e as emissões de gases de efeito estufa, que nos levam a pensar em alternativas para tornar a vida nas cidades mais sustentável, alternativas que contemplem soluções de curto, médio e longo prazo.

A nós políticos cabe a tarefa de ouvir a sociedade, ouvir os especialistas no assunto e, a partir daí, discutir essas alternativas e propor mudanças legislativas que facilitem e estimulem soluções que respondam aos anseios da sociedade brasileira.

Não existe uma receita de bolo pronta. Trata-se de um problema mundial, que está sendo debatido em vários países, em vários fóruns diferentes, buscando encontrar soluções que sejam adaptadas à realidade de cada cidade. Precisamos criar a transição para um desenvolvimento sustentável, que integre as dimensões social, ambiental e ética, baseada em uma economia que seja includente, verde e responsável.

Com esse objetivo, realizamos agora esta audiência pública interativa, trazendo os especialistas na matéria para dialogar com a sociedade e o Congresso Nacional. Esse é um processo contínuo, dinâmico, que não se esgota em uma ou duas audiências. Pensar o futuro é pensar estrategicamente não apenas nas cidades que queremos, mas em como os diversos problemas urbanos se relacionam entre si.

Nessa linha de raciocínio, entre os muitos assuntos que certamente merecem a nossa atenção, entendo que uma das questões que mais angustiam o cidadão moderno é a mobilidade urbana. Falo isso com base em uma recente pesquisa realizada pela Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro), mostrando que, em média, os trabalhadores brasileiros das grandes cidades gastam 114 minutos em seus deslocamentos diários. Além do desperdício de tempo e de perda de qualidade de vida, há um prejuízo anual de 111 bilhões para a economia brasileira. Inclusive, estávamos votando aqui, na semana passada, também autorizando para que as residências pudessem ser locais de microempresas no Brasil afora. Então, a mobilidade urbana não é sustentável. E não é sustentável apenas porque promove o desgaste físico e emocional do trabalhador em seu trajeto diário, mas porque possui um profundo impacto negativo no meio ambiente tanto no que diz respeito ao consumo de energia, quanto à qualidade do ar e à poluição sonora.

Sem dúvida, no meu entender, essas são variáveis que devem ser contempladas no planejamento estratégico das nossas cidades. Para isso, precisamos reinventar as cidades. Nossas cidades não foram pensadas para uma estrutura de produção industrial que requeria a concentração dos fatores de produção em grandes empresas e escritórios. Mas hoje, de acordo com o pensador norte-americano Alvin Toffler, vivenciamos a chamada quarta onda da economia mundial, relacionada à sustentabilidade e ao meio ambiente. Isso significa que uma empresa só terá sucesso neste século se adotar práticas sustentáveis, preocupando-se com a sociedade e o meio ambiente.

Então, as cidades não podem mais continuar funcionando no século XXI como se ainda tivessem no século XX. Não faz qualquer sentido obrigar certos trabalhadores a se deslocarem de suas casas quando poderiam desempenhar suas funções perfeitamente a partir de um escritório doméstico, o chamado *home office*. Essa é uma realidade que se tornou possível graças aos avanços da informática e que, no meu entender, representa uma tendência mundial para a sustentabilidade das grandes cidades. Ao mesmo tempo em que estimulamos a redução do fluxo de ar e de pessoas, precisamos investir em tecnologias de transportes limpas e eficientes. Ou seja, de baixo consumo de energia, baixo ruído e zero emissão de gazes do efeito estufa.

Claro que isso aqui eu estou fazendo uma leitura também com a assessoria, porque eu acho que é impossível zero.

Deve ser uma tecnologia inteligente, viva, integrada, ao cotidiano das cidades, que privilegie o coletivo, mas sem esquecer o individual. Além disso, deve ser de baixo custo para permitir a inclusão social das grandes massas menos favorecidas do nosso País. Estou certo de que vivemos um dos momentos mais desafiadores da história da humanidade. E, para enfrentar esse momento, precisamos ousar, ser criativos e pensar as cidades do ponto de vista local, mas numa perspectiva global. Precisamos finalmente entender que todos estamos conectados e que o meio ambiente é um patrimônio de todos. Cidades sustentáveis são, sobretudo, cidades pensadas sob a perspectiva humana. Elas não podem ser vistas apenas como um local de produção de bens e riquezas. Mas um local onde pessoas vivem e sonham.

Nesse sentido, tornar uma cidade sustentável é torná-la mais humana, solidária, justa e acolhedora. É integrá-la ao meio ambiente para que ela passe a fazer parte dele. O Senado Federal, ao realizar hoje esta audiência pública interativa, convida toda sociedade brasileira a fazer parte desse projeto de pensar as nossas cidades do ponto de vista sustentável. Essa só pode ser uma tarefa coletiva. Por isso eu quero aqui mais uma vez cumprimentar os especialistas que aqui estão conosco e claro esperar que a gente possa fazer disso uma prática.

Eu quero só fazer um comentário. Eu diria dois. Um é sobre a cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul. Eu me formei em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Conheci Bonito há muito tempo atrás com todo o seu potencial e tive oportunidade de voltar a Bonito há pouco tempo atrás. E, claro, aquela cidade de transformou

num grande polo turístico. E eu fui indagar às pessoas por que ali aconteceu aquilo. E eles disseram que foi exatamente um líder da cidade, um padre, que começou a conversar com a comunidade sobre a necessidade de fazer daquilo uma geração de emprego, uma qualidade de vida, enfim uma oportunidade que ali existia da natureza e, claro, que Deus deu àquela comunidade. Com isso, depois esse padre se transformou em prefeito da cidade. Com isso, como prefeito, ele conseguiu colocar muito mais em prática aquilo que era o sonho de transformar todo aquele meio ambiente não em degradação, mas em oportunidade para a população que lá vive.

Da mesma forma, um comentário que eu gostaria de fazer aqui e que me traz uma preocupação muito essa questão, quando se discute a questão ambiental, o que pode e o que não pode. Mas há um aspecto importante também. Nós falamos aqui da mobilidade, do saneamento. Mas me traz muita preocupação aquilo que é imprescindível para a vida na terra. Não é possível ter vida sem água e, principalmente, para o ser humano, uma água de qualidade, uma água potável, em condições para a questão da saúde.

Eu vejo muito essa questão das hidroelétricas, quando são construídas, e às vezes os ambientalistas questionando. Hoje, nós temos uma legislação. Por exemplo, as microgeradoras só podem ser de potencial até de 30MW. Às vezes, as empresas, os empresários, em um local que poderia ter potencial de 35MW, ou 40MW, fazem menor apenas para atender à legislação. Com isso, o País perde muitas oportunidades. Por exemplo, a maior usina que está sendo construída agora no Pará, que é a usina de Belo Monte. Também há um grande comentário. Ela diminuiu muito o seu potencial de geração em função da inundação. Aqui nós temos um exemplo, em Brasília. Quando se projetou Brasília, projetou-se um lago com aproveitamento também hidroelétrico. Com certeza, Brasília é uma cidade onde a questão ambiental, do clima... Nós passamos problemas sérios no mês de agosto, no mês de setembro.

Eu gostaria de comentar exatamente porque nós entendemos que será que ao analisar esse projeto se preocupa inclusive com reservatório de água necessário para a sobrevivência da vida aqui no País? Nessa linha, eu trago o exemplo da nossa capital Cuiabá. Em Cuiabá, há uns 40 anos, um engenheiro projetou a usina de Manso. Essa obra ficou parada por mais de 20 anos. Eu tive a oportunidade, inclusive, como Parlamentar, de fazer uma emenda ao orçamento ao Ministério do Meio Ambiente, exatamente para viabilizar, naquele momento, a equação econômico-financeira da justificativa pela qual construir a usina de Manso. E aí é que eu fui estudar, que eu fui entender, que eu fui orientado que a usina de Manso ficou paralisada muito tempo, porque se alegava que a usina de Manso não tinha viabilidade econômica de geração de energia, porque ela tinha uma baixa geração de energia e um impacto ambiental muito grande, porque é uma hidroelétrica que inundava 40 mil hectares. Com essa história do impacto ambiental, a usina ficou parada por mais de 20 anos. Exatamente aí eu tive a compreensão e encarei fazer a emenda e discutir, porque o projeto não era só a geração de energia. A usina de Manso tinha, na concepção de seu projeto, a geração de energia, o aproveitamento da geração de energia, o controle de enchentes do rio Cuiabá, o turismo e também a questão ambiental na irrigação, ou seja, geração de empregos. Foi exatamente depois que houve uma grande enchente no rio Cuiabá, que destruiu grande parte da cidade, que as pessoas foram entender – inclusive eu – que a usina de Manso tinha, na verdade, uma múltipla ação. Hoje, a usina de Manso não só gera energia – ela entrou exatamente no apagão –, passou a ser viável, mas também resolveu o problema da enchente no rio Cuiabá e hoje garante um reservatório de água por mais, no mínimo, 100 anos, mesmo com o crescimento vertiginoso que a cidade está tendo. Ao mesmo tempo, a gente vê uma cidade como Manaus, que é cercada de água e tem dificuldades de ter água potável para abastecer a população urbana.

Se for possível algum comentário nesse aspecto... Acredito que, às vezes, a questão ambiental, discutida na paixão, de repente deixa de ver o viés socioeconômico, ambiental e, principalmente, das pessoas, porque nem sempre foram construídas usinas que beneficiassem as pessoas que estivessem perto. Aí é outro contraponto também.

Aviso aqui à assessoria que nós estamos sendo transmitidos ao vivo pela TV Senado. Isso é importante também para a participação dos internautas.

E eu quero aqui, aproveitando, mais uma vez, dizer que todos os nossos internautas poderão participar desta nossa audiência pública. É uma forma de também buscarmos a fidelização, a participação dos nossos internautas. Nós então entregaremos certificados a todos aqueles presentes, mas também aos internautas, com a sua participação através da internet ou então pelo portal e-Cidadania. E isto aqui será entregue via *e-mail*.

Então, agora, vamos fazer um acordo aqui, já que estamos em quatro palestrantes, quase uma das únicas vezes com questão de igualdade, nesta Mesa, entre as mulheres e os homens, o que não é muito normal nesta Casa, apesar de esta Casa ter procurado fazer justiça com a participação das mulheres, inclusive votando a reserva de vagas, mais um avanço que fizemos. Nas próximas eleições, já teremos a cota para as mulheres no Poder Legislativo. Ou seja, será a primeira eleição em que necessariamente as Câmaras de Vereadores de todos os Municípios terão a participação das mulheres, através da cota, que será também gradativa.

Claro, muitos até são contra a cota. Mas eu acho que, em um País onde ainda temos uma diferença muito grande na participação entre homens e mulheres... E pelo que temos de estatística, as mulheres demoraram quase cem anos para poder votar. Se continuarmos no mesmo ritmo, se não fizermos cota e outros estímulos à participação das mulheres – ainda hoje muitas ganham, para fazer o mesmo serviço, menos do que os homens –, nós demoraremos 500 anos para que as mulheres possam estar na condição de igualdade em relação aos homens em toda a nossa participação na sociedade. Por isso, nós ficamos felizes de ter aqui, agora, duas mulheres palestrantes e também dois homens.

Eu vou convidar agora a Nazaré Lima Soares, que é gerente do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente.

Eu gostaria depois de assessoria aqui para nos avisar o tempo. Como são quatro, com dez minutos cada um...

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Eu já falei.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Sim; então, são três ainda, exatamente. Então, daria 30 minutos.

Então, vamos colocar aqui 10 minutos, mas teremos, se for necessário, a tolerância.

Muito obrigado.

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – Boa tarde. Quase boa noite já, não é? São 18h18min.

Eu gostaria de agradecer, Senador Wellington Fagundes, pelo convite e informar que a Ministra Izabella Teixeira não teve condições de agenda para participar, mas nos incumbiu desta tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Com certeza, a sua presença será brilhante.

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – Obrigada.

Eu queria então cumprimentar os meus colegas aqui da Mesa.

Eu trabalho na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério, em um departamento que se chama Departamento de Zoneamento Territorial.

Eu não vou me deter muito no conceito sobre cidades sustentáveis, dada a enorme exploração deste conceito, para o bem ou para o mal.

Nós temos uma discussão hoje, no Ministério do Meio Ambiente, com relação ao processo de sustentabilidade nos ambientes urbanos, no sentido de entender que é necessário que esses elementos da sustentabilidade ocorram e avancem de forma integrada, mas, ao mesmo tempo, temos o entendimento de que precisamos construir os elementos ambientais que compõem esse processo de sustentabilidade.

Muitas vezes, o conceito de sustentabilidade é usado de forma vaga, ele é tudo e não é nada, pode ser tudo e pode não ser nada. Então, nesse sentido, é muito importante que nós, que trabalhamos com uma agenda temática, mesmo sendo uma agenda temática transversal... Nós precisamos construir... Do que nós estamos falando, do ponto de vista ambiental, que deverá compor essa sustentabilidade? Quais são os eixos prioritários, do ponto de vista ambiental, para ambiente urbano, que vão garantir essa sustentabilidade ou vão somar com essa tão sonhada sustentabilidade?

Então, nesse contexto, resgatando os três tradicionais eixos do processo de sustentabilidade, que são os vieses econômicos, sociais e ambientais, nós estamos tentando explorar, no Ministério do Meio Ambiente, os elementos ambientais que estão incorporados, nesses três conceitos, no ambiente urbano.

Rapidamente, queria trazer alguns exemplos concretos. Quando nós falamos dos elementos ambientais que deverão conter a sustentabilidade, estamos falando de ampliação de áreas verdes; proteção de mananciais; melhoria da mobilidade urbana, redução da poluição sonora, da poluição atmosférica, do uso predatório do solo; fomento da reutilização, reciclagem e o correto descarte de resíduos sólidos; eficiência energética; economia da água; entre outros aspectos que são todos elementos ambientais que comporão ou contribuirão para o processo de sustentabilidade no ambiente urbano.

Queria resgatar, muito particularmente, um item que nós consideramos fundamental: as áreas protegidas urbanas ou as áreas de preservação permanente em área urbana. Deve haver, pelo menos, Senador, uns 20 projetos de lei, tramitando aqui no Congresso, para discutir APPs urbanas. Esse eu considero um dos problemas ambientais hoje mais complexos de se implementar nas áreas urbanas. Na área rural, estamos, relativamente, com uma agenda encaminhada, com relação às APPs e reservas legais. Nós temos um decreto, tanto para o Cadastramento Ambiental Rural, o CAR, como para o PRA, que estabelece um rito e um *modus operandi* de como nós pretendemos, a partir da implementação do novo Código Florestal, proteger essas áreas.

No entanto, para as áreas urbanas, isso ainda é um desafio que permanece. Mesmo com o advento do Código Florestal, nós não esgotamos esse assunto e temos ainda um conjunto de atores, particularmente os Municípios, que têm dificuldades de implementar essa agenda, no sentido de que nós temos, ao longo dos

anos, um conjunto de APPs urbanas ocupadas, consideradas consolidadas, onde, em algumas delas, discute-se a perspectiva de essas áreas voltarem a cumprir suas funções ecológicas. O que se faz com essas áreas, dado o nível de ocupação?

Por outro lado, abrir um precedente de discussão sobre áreas de preservação permanente consolidadas, ou definir, ou deixar em aberto, por exemplo, para os Municípios legislarem sobre isso, o que hoje é uma demanda muito grande e, por outro, traz enormes riscos. Entendemos que também não é uma solução esse simples repasse de atribuição para os Municípios.

Então, estou levantando essa questão, porque eu considero hoje que as APPs urbanas são fundamentais para a proteção de mananciais, para a proteção de nascentes, para a qualidade da água. Eu acho que o que estamos vivendo, em diversas Regiões do País, com relação a – eu não diria escassez –, mas a uma dificuldade de gestão dos recursos hídricos, reflete, um pouco, o que nós estamos fazendo com as APPs e periurbanas, ou o que nós fizemos, ao longo desses anos.

Particularmente, queria resgatar... O Ministério do Meio Ambiente tem um longo histórico de trabalho na proteção de recursos naturais, muito fortemente focado na agenda florestal e rural. A agenda de meio ambiente urbano é uma agenda em que o Ministério ainda está em processo de consolidação e estruturação.

Em 2007, houve uma reestruturação do Ministério, e foi criada a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, com várias competências na parte de gestão ambiental urbana; avaliação de mitigação e vulnerabilidade nas áreas urbanas; além do controle de mitigação de poluição em áreas urbanas. Nesse contexto, para o PPA 2016, em detrimento de algumas iniciativas que o Ministério executou, ao longo desses anos, nós estamos tentando focar a nossa atuação, no sentido de, finalmente, tentar identificar prioridades para o Ministério, de forma que consigamos dialogar melhor internamente e, principalmente, dialogar melhor com a sociedade brasileira, no sentido de que a sociedade conheça o que o Ministério faz, nessa agenda, ou o que esperar do Ministério do Meio Ambiente, nessa agenda, como o órgão central da política de meio ambiente, que deve ter uma estratégia para a área ambiental nas áreas urbanas.

Então, nesse contexto, para o PPA 2016-2019, nós estruturamos uma meta de elaborar diretrizes ambientais no âmbito dos instrumentos de planejamento urbano e priorizamos trabalhar com os Municípios acima de 50 mil habitantes. Nós temos em média de 580 Municípios, o que corresponde a cerca de 11% a 12% dos Municípios brasileiros, e deveremos traçar a nossa estratégia. Não que não tenhamos estratégia para Municípios menores, mas o foco da nossa estratégia estará voltado para essas tipologias de Município.

Estamos neste momento reestruturando e reescrevendo a estratégia do Ministério do Meio Ambiente para a sua atuação nas áreas urbanas. E aí eu vou falar rapidamente de algumas dessas estratégias: a primeira delas é a promoção do saneamento ambiental em escala municipal. Nós temos este instrumento previsto no Estatuto da Cidade, que foi instituído desde 2001, e até hoje esse instrumento não foi suficientemente explorado, de forma que ele venha, de fato, a subsidiar o planejamento urbano, ou o planejamento municipal, no sentido de resgatar ou considerar os aspectos ambientais no planejamento urbano.

O Ministério das Cidades realizou em 2011 uma avaliação de cerca de 570, 600 planos diretores. Nessa avaliação, os aspectos ambientais foram aqueles que se apresentaram como de maior complexidade para serem implementados no âmbito do planejamento urbano, e isso na avaliação que foi feita com os gestores municipais, no âmbito desses planos diretores. Então, nesse contexto, o zoneamento ambiental em escala municipal é previsto no Estatuto da Cidade com um instrumento, inclusive, independente do plano diretor – você olha o Estatuto da Cidade e há os instrumentos de planejamento e vem o plano diretor, vem o zoneamento ambiental, escala municipal, e outros.

Tradicionalmente, o Ministério trabalhou, nos últimos anos, com o zoneamento ecológico econômico em escala estadual e em escala macrorregional. No entanto, nenhum desses instrumentos trabalha especificamente com planejamento urbano ou periurbano. O foco é para áreas rurais/florestais.

Nesse contexto, estamos compreendendo que boa parte da dificuldade de implementação dos planos diretores ou de eficiência, mais do que de implementação, de eficiência desses planos diretores está associada a algumas medidas prévias que os Municípios deveriam ter tomado – elas não foram tomadas ao longo do tempo – e a outros normativos infralegais que devem derivar dos planos diretores. Então nós vamos trabalhar.

E mais recentemente a Lei Complementar 140 finalmente condicionou a revisão ou a elaboração dos planos diretores ao zoneamento ambiental. Ao longo desses anos, esse instrumento já vinha ocorrendo, mas não existia uma obrigatoriedade mais clara sobre a sua utilização. Hoje, a Lei Complementar 140 traz essa condição, seja para a elaboração, seja para a revisão; está muito claro lá que os municípios precisam ouvir ou fazer o seu zoneamento ambiental.

Então, eu já coloquei aí rapidamente.

(Soa a campainha.)

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – Outro documento acerca do qual realizamos um estudo que deve ter uma base importante desse nosso trabalho com os Municípios é um conjunto de diretrizes e indicadores ambientais para as cidades. Queremos iniciar, para que, ao longo do tempo, a gente possa emitir relatórios periódicos sobre a qualidade ambiental nas cidades. Sabemos que os Municípios têm bastante dificuldade.

Estamos trabalhando com um conjunto de indicadores. E os Municípios podem iniciar a sua utilização a partir de... Por exemplo, o Município pode começar com dois indicadores, e outros Municípios podem começar com cinco, de acordo com a sua condição, de forma que a gente possa estruturar minimamente uma estatística nacional sobre a qualidade ambiental nos ambientes urbanos.

Nesse sentido, esse estudo ainda não foi publicado. Estamos no processo de revisão final dele. E esperamos que ela traga bastantes elementos e subsídios para os gestores municipais no sentido de melhor monitorar a qualidade ambiental nesses seus espaços.

Outro trabalho que nós estamos iniciando são as cartas de vulnerabilidade para regiões metropolitanas.

Esse é um trabalho em que nós avançamos um pouco, do ponto de vista metodológico, mas tivemos uma rápida parada, porque gostaríamos de discutir melhor como ficarão os planos metropolitanos que ainda estão em discussão no âmbito do Ministério das Cidades. Então, nós queremos fazer essa discussão paralelamente à discussão dos planos metropolitanos para que não façamos instrumentos ou orientações conflitantes.

É importante também colocar que, nesse trabalho das regiões metropolitanas, nós fizemos uma longa discussão dentro do Plano Nacional de Adaptação – esse que está em consulta pública agora. Essa é uma agenda que vai dialogar diretamente com o cumprimento das metas brasileiras anunciadas recentemente para a redução de emissões, e é um trabalho que envolve diretamente a agenda da mobilidade. Hoje, se formos pensar no nosso inventário de emissões, nós temos aí um número muito alto de emissões pelo setor de transporte, pelo setor de energia. Enquanto antes nós tínhamos uma emissão grande pelo uso da terra – desmatamento, queimada –, hoje, nós conseguimos avançar na redução da taxa de desmatamento, mas nós não avançamos nas mesmas proporções na redução das emissões oriundas do setor de transporte e do setor de energia.

Nesse sentido, essa é uma agenda que deve dialogar e trazer insumos importantes para a redução das emissões, principalmente as oriundas do setor de transporte.

(Soa a campainha.)

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – Ainda nesse sentido, nós estamos, finalmente, estruturando uma agenda muito próxima com o Ministério das Cidades. É importante reconhecer que, ao longo dos anos, nós não tivemos essa agenda tão próxima, uma articulação no processo de planejamento, particularmente com a Secretaria de Acessibilidade e Programas Urbanos, que é a secretaria responsável tanto pelos planos diretores quanto pelos planos metropolitanos e que está trabalhando a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. E hoje, finalmente, nós estamos atuando de forma muito estreita com o Ministério das Cidades, de forma que os novos instrumentos que o Ministério das Cidades vai planejar e disponibilizar já incorporem esses elementos e esses aspectos ambientais.

Por último, eu queria também – aliás, ainda há outra coisa – compartilhar essa questão, esse desafio que é a cobertura vegetal em área urbana e periurbana. Nós estamos fazendo esse trabalho, esse mapeamento de cobertura vegetal e corpos d'água, em 732 Municípios brasileiros, distribuídos nas diversas regiões e biomas do País. E eu queria dizer que nós já sabíamos que esse não era um dado seguro, nós não tínhamos dados relevantes sobre isso, mas nos surpreendeu muito a falta de dados confiáveis. Nós não temos uma estatística nacional confiável sobre cobertura vegetal em área urbana e periurbana.

Eu acompanho um pouco a agenda dos outros países nessa área. E é um pouco chato para o Brasil, porque nós, com um país do tamanho do nosso, com um ativo florestal imenso – nós estamos, neste momento, fazendo um inventário florestal nas áreas rurais, que acho que vai ser o maior inventário florestal do mundo –, não temos uma estatística para as áreas urbanas nem periurbanas.

Nós começamos esse trabalho em uma parceria com a Universidade de Brasília. A universidade desenvolveu uma metodologia um pouco mais simples. Nós vamos compartilhar esse trabalho com os Municípios e vamos, agora, ampliar para os demais Municípios brasileiros, para conseguirmos ter uma linha de base mínima sobre como estamos com relação à cobertura vegetal na área urbana e periurbana, para sabermos o quanto estamos perdendo anualmente, o quanto estamos ganhando anualmente. Nós não temos essa estatística hoje. Ou seja, aquele dado de área verde por habitante, o tão sonhado número de área verde por habitante, particularmente no Brasil, não é um número confiável, porque nós não temos essa estatística nacional. É fato.

Por último, nós estamos discutindo, em uma parceria com a União Europeia, a identificação de algumas experiências...

(Soa a campainha.)

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – ... em gestão ambiental urbana, dentro da construção dessa estratégia brasileira, no sentido de entender. Algumas cidades médias europeias conseguiram avançar muito na sustentabilidade desses aspectos ambientais, na proteção de mananciais, inclusive com experiências bastante inovadoras.

Nós vamos realizar um seminário em março do ano que vem, Senador, no qual eu gostaria muito de poder contar com a sua participação e a dos demais presentes aqui. Será um seminário em que vamos compartilhar essas boas experiências, para que elas possam nos inspirar no sentido de que construamos uma estratégia de gestão ambiental para as áreas urbanas do Brasil de forma mais robusta e eficiente.

É isso.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de passar para o próximo, eu só gostaria de fazer um comentário a respeito da parte final de sua fala, Nazaré.

Eu acredito que o Brasil evoluiu muito, principalmente no controle do desmatamento da Amazônia, através de muitas discussões, mas, realmente, da questão urbana, praticamente, não ouvimos falar. Eu sou do Mato Grosso, e, por incrível que pareça, lá, as cidades, praticamente, não têm parques florestais urbanos ou suburbanos. Então, eu penso que é um assunto extremamente importante a ser discutido. Eu penso que isso é até cultural, porque, às vezes, se fala muito que o agricultor e o pecuarista são os que desmatam, mas a criança, na cidade, onde está a maioria da população, às vezes, nem sabe o que é um parque, uma árvore, um ambiente. E eu tenho discutido muito que, infelizmente, no Brasil, nós conseguimos crescer de costas para os rios. E, normalmente, as cidades se desenvolvem ou próximas de uma estrada ou próximas dos rios. E aí é onde há muito mais a questão do impacto ambiental.

Conforme eu havia dito antes, digo, mais uma vez, que todas as apresentações dos palestrantes também serão disponibilizadas no portal e-Cidadania e que os principais trechos da audiência, além de estarem no portal e-Cidadania, na íntegra, poderão ser solicitados à Secretaria da Comissão. Se alguém que estiver presente ou que estiver vendo pela internet precisar, também nós disponibilizaremos. É só pedir através da nossa Comissão.

Eu quero convidar o Mauro César Bandeira de Oliveira.

Eu gostaria que a Nazaré fizesse a entrega, junto conosco... Isso aqui é exatamente no intuito de estimular para que as pessoas possam estar na Comissão conosco. (*Pausa.*)

Venha aqui para ficar melhor para a foto.

Vocês são convidados para a foto.

O SR. MAURO CÉSAR BANDEIRA DE OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Eu quero fazer uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Pois não. Pode usar o microfone. Já que você está aqui, você vai fazer até um improviso ao vivo.

O SR. MAURO CÉSAR BANDEIRA DE OLIVEIRA – (Mauro César Bandeira de Oliveira) Boa noite.

Eu queria saber sobre o desmatamento do Cerrado: por que a Amazônia tem proteção, o nosso Cerrado está acabando, e não há proteção adequada para o Cerrado? Ele é visto como um local que... Está se perdendo o nosso Cerrado. Temos de protegê-lo o quanto antes, até por causa da questão da água.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Muito bem. Vamos entregar.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Gostaríamos de entregar também ao Lucas Chaves de Morais.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos passar, então, ao próximo palestrante. (*Falha na gravação.*)

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – ... Não sei se você sabe, assim como a Amazônia tem um Plano Nacional de Combate ao Desmatamento (PPCDAm), a partir de 2009, o Ministério passou a adotar essa estratégia tam-

bém para os outros biomas brasileiros, e o próximo bioma, depois da Amazônia, a ter seu plano estruturado foi o Cerrado.

O Cerrado é um bioma que preocupa o Ministério do Meio Ambiente tanto quanto a Amazônia, dada a complexidade, a sua localização estratégica, principalmente para proteção de recursos hídricos e para a manutenção das nossas bacias. Nesse sentido, existe o PPCerrado – não sei se você tem conhecimento –, que é uma estratégia que tem um conjunto de ações de proteção do bioma Cerrado e de combate ao desmatamento no bioma Cerrado. Ele não é, eu diria, um plano tão conhecido como é o PPCDAm e a estratégia para Amazônia. Agora que está sendo estruturado o sistema de monitoramento desses outros biomas. Até, durante muitos anos, existia um sistema de monitoramento apenas para Amazônia, através do Prodes, que é um sistema de monitoramento por satélite, coordenado pelo Inpe, e, a partir do ano passado, o Ministério do Meio Ambiente já começou a soltar os relatórios de monitoramento também dos outros biomas brasileiros, inclusive do bioma Cerrado.

Você tem razão ao dizer que o Cerrado é um bioma ameaçado, é um bioma que já perdeu quase 50% da sua cobertura, é um bioma que se encontra sob forte pressão. No entanto, entendemos que as estratégias governamentais, particularmente do Governo Federal, estão traçadas, existem. Se você, depois, quiser ter maior conhecimento, eu posso enviar o plano para você. No entanto, eu queria dizer que a responsabilidade de proteção do bioma é realmente de todos os brasileiros. Esses recursos naturais comuns são bens do povo brasileiro e precisam ser defendidos por todos os brasileiros. É importante que você, como cidadão, se preocupe com o bioma Cerrado, é importante que os Estados tenham as suas estratégias, é importante que os Municípios tenham as suas estratégias de controle desses recursos naturais.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Vamos conceder a palavra ao Tom Rebello, sócio da CIP/Intercon Consultoria Internacional, que também é um especialista da área. É com satisfação que quero apresentá-lo, porque já temos muito tempo de conhecimento.

O SR. TOM REBELLO – Bom, eu queria começar agradecendo ao Senador Wellington Fagundes o convite para participar desta audiência e queria também cumprimentar os colegas da Mesa e os aqui presentes.

Eu sou urbanista e, como estou aqui no meio de ambientalistas, não vou me atrever muito a falar sobre a questão ambiental, embora deixe bem claro que concordo com tudo que foi colocado aqui, principalmente a situação dramática com que nós vivemos em algumas regiões e algumas cidades.

Como urbanista, eu procurei preparar uma apresentação em cima do nosso tema fundamental, que é a questão do futuro da cidade ou das cidades do futuro, de uma maneira que eu pudesse me valer das imagens e fazer uma coisa um pouco mais leve e simples, para que a gente pudesse, talvez, até uniformizar um pouco o raciocínio sobre essas questões que envolvem a realidade humana. Portanto, eu peço desculpas se for muito superficial em algumas coisas ou se for além do necessário em outras.

O que é importante começar colocando? As questões colocadas aqui inicialmente pelo Prof. Mariano, com relação ao problema da questão ambiental na cidade, no caso brasileiro é gravíssimo, e é tanto mais grave na medida em que uma mudança enorme está acontecendo na nova organização dos espaços urbanos no mundo, e eu teimo em dizer que, no Brasil, nós estamos muito atrasados em relação ao que vem acontecendo no resto do mundo, inclusive mais atrasados do que muitos países que, teoricamente, do ponto de vista do desenvolvimento econômico, ainda estão aquém do Brasil. É realmente uma corrida contra o tempo e a favor do futuro. Então, com base nisso é que eu procurei fazer essa minha abordagem.

Também não vou me aprofundar, mas é necessário dizer que nós estamos vivendo um momento enorme de mudança de paradigmas no mundo inteiro, entre as sociedades do passado e a famosa nova economia, a sociedade do futuro, a nova matriz energética. Isso aí, evidentemente, expressa-se na cidade de uma maneira muito clara. As cidades respondem à importância do momento econômico em que elas se desenvolvem.

Por isso, fiz, de propósito, uma comparação entre as cidades da Revolução Industrial e as cidades da chamada Era da Informação. Nós estamos saindo, depois de longos séculos, daquele momento da cidade da Revolução Industrial, que se valia de uma população cada vez maior. As cidades tinham que ser grandes para gerar uma mão de obra excedente, e essa mão de obra excedente permitia salários mais baixos. E foi assim que as cidades se organizaram e evoluíram. Cidades como Nova York, Londres, Paris, São Paulo, de certa forma, lideravam o mundo em termos de conexões. Só que isso, a partir do final do século passado, começou a mudar. As cidades mais importantes já não são mais as cidades populosas. As cidades mais importantes são as cidades que começam a desenvolver inteligência, e a inteligência não está, necessariamente, ligada, ou melhor, não está nem um pouco ligada à questão de espaços conurbados, de pouca qualidade ambiental, com dificuldades de mobilidade.

As cidades tradicionais – é disso que estamos falando – são cidades altamente densas, que desperdiçam energia, que provocam trânsito com mobilidade extremamente difícil, pois as pessoas perdem de duas a

três horas por dia do seu tempo livre, ou dentro do carro, ou, pior ainda, dentro de um transporte coletivo de pouca qualidade. Essa é a cidade que nós herdamos e em que, infelizmente, em alguns casos, brasileiros ainda continuam insistindo.

Eu até chamaria atenção para um caso que me toca muito de perto, que é a própria realidade de Brasília. O professor aqui colocou bem: Brasília foi uma cidade concebida para ser a cidade do futuro – eu cresci com essa impressão e com essa vontade de ver isso –, mas, no entanto, hoje nós estamos evoluindo exatamente na contramão da história. Nós estamos virando uma região metropolitana como essa que nós vemos aí. Então, isso realmente é um contrassenso.

Outro aspecto. A Revolução Industrial, posteriormente, levou às cidades dos automóveis. As pessoas passaram a trabalhar no centro, a viver na periferia, e haja viaduto, túnel, garagens elevadas, etc, para você poder sair de casa e ir para o trabalho. Isso também corresponde a um aumento da economia. No caso brasileiro, isso foi, inclusive, exacerbado, pois se copiou muito o modelo americano. As pessoas queriam morar o mais longe possível, gasolina barata, estacionamento farto, e as cidades recebendo cada vez mais veículos.

Com relação ao transporte de massa. Eu vou até vou aproveitar aqui, Senador, para abordar a questão dos bondes, de que falou um dos internautas. Eu sou favorável ao bonde desde que comecei a mexer com transporte urbano. Nós chamávamos de bonde moderno. Hoje em dia é o VLT. Eu não tenho a menor dúvida de que é o transporte do futuro, porque é um transporte que valoriza espaço, que cresce junto com a cidade e que, sobretudo hoje – nós vamos poder ver mais na frente –, convive de maneira agradável com o meio ambiente. Não é o caso dos metrôs, dos trens de subúrbio, como nós vemos ali, dos corredores de ônibus. Isso está ultrapassado. Nós não podemos mais pensar que as cidades vão evoluir para ter cada vez mais transporte de massa.

Eu quero só mostrar rapidamente uma foto muito interessante. Um corredor de ônibus sem fim, uma quantidade de carros e, no meio, um monte de motocicletas. Essa é a realidade que nós estamos vivendo. Isso está acabando no resto do mundo, isso não existe mais.

O terceiro aspecto é a cultura do desperdício, as cidades do desperdício. Não é só o lixo do ponto de vista da poluição, mas é o lixo do ponto de vista do consumismo excessivo. As pessoas, na realidade, por essa densidade enorme das cidades, se habituaram a consumir mais do que necessitam. A questão do lixo não é importante apenas pelo tratamento, o que o Prof. Oscar citou com toda propriedade, mas é importante pela própria questão da estruturação do espaço urbano. Se não partimos hoje para uma reciclagem mais profunda, as cidades vão ficar cada vez mais comprometidas.

Bom, aí, para não ficar apenas numa visão crítica, o que há pela frente? A cidade do passado é isso aí que nós mostramos. Mas o que fazer e como fazer?

O que fazer já começa a aparecer. Dentro dessa realidade da nova economia, necessariamente, surge uma nova cidade. Então, existe essa dicotomia entre a cidade industrial, que, do nosso ponto de vista, está se exaurindo, está entrando em decadência, e a cidade inteligente. E aí cabe uma explicação interessante, porque, num primeiro momento – a gente vai ver a seguir –, as cidades inteligentes passaram a procurar lugares menores, com mais facilidade de mobilidade, com mais segurança, para instalar as suas empresas. Não se trata apenas de o indivíduo poder trabalhar em um laboratório melhor ou num centro hospitalar de pesquisa, ou, eventualmente, em uma área de desenvolvimento energético, mas se trata da capacidade que esse indivíduo tem que ter, do ponto de vista da criação, para se deslocar rapidamente e para ter segurança para exercer as suas funções.

E, por último, a questão dos ciclos dos parques e das áreas tecnológicas.

Isso aí é um movimento que tem uma primeira onda – e o Senador até citou aqui o Alvin Toffler, que fala da primeira, da segunda, da terceira e da quarta ondas –, que não tem, necessariamente, a ver com o que ele fala, porque ele pensa nisso de uma maneira mais abrangente, mas também isso aconteceu no espaço.

A primeira onda é a que todos conhecem; é a do Silicon Valley, que começa lá, ainda em meados do século passado, através do envolvimento da universidade com a pesquisa, o que faz surgir, então, todo o interesse em inovação, com empresas que começam a se utilizar dos recursos humanos da universidade para promover os primeiros parques tecnológicos. E hoje a gente vê, em uma região adjacente a San Francisco... E é interessante mostrar isso, que esse movimento não surge em Nova York, não surge em Paris, não surge em Londres, não surge em São Paulo, não surge nas grandes cidades, mas em universidades que tinham, eventualmente, até um convívio com cidades com mais qualidade de vida.

A partir daí vem a chamada segunda onda, que já é a incorporação – e isto é muito importante – do empresariado no negócio. Aqui, nós temos, por exemplo – não vou muito longe –, do nosso lado, Santiago do Chile. É uma cidade empresarial no meio de condomínios residenciais. Ou seja, passou a ser um negócio o setor privado também produzir parques tecnológicos. E isso foi um avanço, porque permitiu multiplicar, e muito, a implantação de áreas de alta tecnologia mundo afora.

Quero dar outro exemplo. Essa região aqui... É muito interessante, porque, ao contrário das indústrias da Revolução Industrial, que se organizavam em espaços quase contíguos, ocupando o máximo possível de área...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TOM REBELLO – Vou demorar um pouquinho mais. Vou brigar um pouco com essa campainha. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone.*) – Mais 5 minutos.

O SR. TOM REBELLO – Está bem. Vou tentar correr.

Ao contrário, as indústrias de alta tecnologia, as empresas de alta tecnologia procuram se localizar em áreas de qualidade ambiental, como é o caso, aqui, dessa cidadezinha. Essa é uma cidade de pouco mais de 30 mil habitantes no Alabama, que não é o Estado mais desenvolvido dos Estados Unidos, e sim um dos Estados menos desenvolvidos. Como havia ali uma base da Nasa e começou a haver um movimento em torno de pesquisas aeroespaciais, essa cidade hoje tem o terceiro polo tecnológico dos Estados Unidos. Isto em uma cidade dom 30 mil pessoas, convivendo com um ambiente extremamente agradável, e unidades de produção pequenas cercadas de verde. Não é só pela qualidade, mas também pela segurança. Então, com relação à produção de informação... Enfim, esse é o conceito da famosa segunda onda.

Na terceira onda, a coisa já toma outra dimensão. Aí é que nós começamos a ficar para trás. Hoje, são as cidades tecnológicas. O melhor exemplo – e por isso eu coloquei essas imagens – é o de Toulouse, no sul da França. Toulouse, uma cidade histórica importante, capital de uma região, estava em depressão. O sul da França era uma região que perdia população em função da saída dos filhos dos agricultores, enfim. Contudo, a partir de determinado momento, tomou-se a iniciativa de se implantar ali um polo aeroespacial. Assim, hoje lá está o polo aeroespacial mais importante do mundo, onde está concentrado todo o grupo aeroespacial, e a região toda ganhou uma nova dimensão, inclusive, Senador, como o senhor citou, com pessoas que trabalham em outras comunidades , longe de Toulouse, que se relacionam com a sede à distância. Não há mais aquele deslocamento que estávamos acostumados a ver nas cidades tradicionais.

Chamo a atenção e estou querendo mostrar tudo isso, infelizmente com certa rapidez, porque é isso que está surgindo no mundo. Essas são as cidades que estão crescendo cada vez mais e que estão organizando novo espaço.

A quarta onda é a das cidades inteligentes. Aí já é uma evolução grande porque não se trata apenas de alta tecnologia. Podemos entrar, inclusive, nesse conceito mais amplo de sustentabilidade. Sustentabilidade, como já foi muito bem colocado aqui por outros colegas, às vezes, as pessoas confundem com o verde. Não é só isso. Sustentabilidade é a geração de emprego limpo, de atividades econômicas que possam sustentar a população, geração de riquezas, enfim, qualidade do espaço, mobilidade urbana e o que hoje os ingleses, que, geralmente, são os pais do urbanismo, estão chamando de *work, live and play,* locais onde as pessoas podem viver, trabalhar e se divertir se deslocando o mínimo possível.

O que essa quarta onda traz em seu bojo? Primeiramente, ela associa o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento espacial e com o equilíbrio ambiental. Ali, vemos uma coisa que está ocorrendo muito, inclusive no Brasil – isso é um projeto para São Paulo, para o Tietê –, que é a implantação de parques lineares.

Esse projeto aqui tem feito muito sucesso, interessante. Não sei se está dando para ver bem, em função da luz. Essa é a famosa High Line de Nova York, É uma via elevada, completamente deteriorada, no meio de edificações antigas. Hoje, ela virou um passeio público. Começa a haver uma renovação urbana importante. O espaço foi valorizado, as pessoas vão trabalhar a pé e vão se divertir, vão andar, vão passear nesse espaço. Enfim, é a revitalização do espaço urbano que está no contexto dessas novas cidades. E aí, então, entram esses conceitos de renovação, revitalização, descentralização das cidades. Isso é muito importante.

As cidades tradicionais eram organizadas em termos de polos. O centro era o lugar para onde convergiam todas as atividades e empregos. Temos polos que estão se afastando do centro da cidade. Os centros das cidades estão sendo recuperados para terem qualidade, para serem espaço de lazer e cultura. As pessoas estão se transferindo para polos especializados. E as cidades grandes é que estão começando a fazer isso, exatamente porque perderam, nessas ondas anteriores, a sua importância. E, para resgatar isso, o que está acontecendo? Estão criando cinturões onde há polos especializados em determinado tipo de produção, em determinado tipo de serviço, onde as pessoas moram, se deslocam, trabalham, e, aos fins de semana ou durante a semana, elas vão à cidade fazer suas compras, ver um filme, uma peça de teatro. Enfim, é o centro desempenhando uma função muito mais lúdica e muito mais agradável e preservando seu patrimônio histórico.

A requalificação dos bairros.

Aqui, chamo a atenção para uma coisa semelhante à que aconteceu nos Estados Unidos, mas aqui mostro Paris. Esses arcos davam suporte a antigos trilhos de trem que iam para a Gare de Lyon. Isso visou uma *pro-*

menade, um passeio público. Aqui embaixo há bares, lojas, enfim. Essa é apropriação da, entre aspas, "herança maldita" que a cidade da Revolução Industrial deixou, mas são espaços importantíssimos para as cidades. No Brasil mesmo, devemos ter, em quase todas as grandes cidades, linhas de trem que foram desativadas ou que operam precariamente e que podem ser grandes espaços de revitalização, inclusive com impacto social muito importante, porque podem levar, através da implantação de sistemas de mais capacidade, de mais conforto, o transporte para a porta de indivíduos de renda menor.

A questão do que fazer com essa mobilidade.

Esta aqui talvez seja uma das partes que, digamos, mais está abrangendo a preocupação do cidadão de maneira geral. Talvez pelo fato termos chegado a um ponto de tamanha degradação, de tamanha exaustão, as pessoas passaram, realmente, a questionar a maneira como nos locomovemos nas cidades.

Faço uma colocação que me parece muito oportuna. Eu até gostaria de ver isso integrado aos discursos dos nossos Parlamentares. No Brasil, confunde-se sustentabilidade com área verde e confunde-se mobilidade urbana com uma oferta de sistemas de alta capacidade para as pessoas se locomoverem por maiores distâncias. Não é isso. Ao contrário: a pessoa tem mais mobilidade quanto menos ela precisa se locomover. Quanto menos ela precisar andar, mais mobilidade ela terá.

Então, é óbvio que, no futuro, sistemas como o metrô e trens metropolitanos, e mesmo os nossos BRTs, vão ficar ultrapassados. As cidades vão organizar-se de maneira diferente, e as pessoas vão poder deslocar-se muito menos. Ou seja, isso, do ponto de vista do Estado, é muito importante, porque significa uma redução de custos e de investimentos públicos brutal.

O sistema do futuro, que já é presente – não estamos mais falando de coisas que ainda vão acontecer –, por incrível que pareça, é um sistema de transporte do passado: é exatamente o bonde, o VLT.

Esse aqui é um dos inaugurados mais recentemente. Fica em Hans, no interior da França. E para o que chamo a atenção? Isso aqui era uma via urbana larga. Lá atrás está a famosa Catedral de Hans. Portanto, ele convive com o patrimônio histórico de uma maneira muito inteligente. Passa sobre um tapete verde de grama, e as calçadas são alargadas. Ali, só uma via para os carros ou para os moradores. Não há mais estacionamento.

O que causa boa parte dos engarrafamentos? As pessoas pararem em locais proibidos. No momento em que se inibe isso, porque não há duas faixas – existe uma só, porque a pessoa tem de passar e não pode parar –, criam-se condições para que o pedestre seja priorizado. Olhem o tamanho dessa calçada! Aqui é o centro da cidade. As pessoas atravessam e convivem com o bonde.

Então, essa requalificação do espaço é muito importante porque, como vamos ver mais adiante, permite que esses sistemas sejam financiados com muito menos recursos, não só porque são mais baratos, mas porque, em qualificando a cidade, trazem para dentro dos seus financiadores os responsáveis pelo desenvolvimento imobiliário. Ou seja, a receita obtida com a valorização imobiliária pode financiar parte significativa das soluções de transporte urbano. Isso entra exatamente nessa linha do que fazer.

Outra coisa em relação à mobilidade: a nova matriz energética. As pessoas vão andar cada vez mais de bicicleta. Estão aqui as bicicletas alugadas. Aliás, isso está começando a existir aqui também. Elas andarão de carros elétricos, que já começam a ser carros de aluguel...

Esse é o futuro. Eu não estou pegando desenhos. Estamos mostrando fotos de coisas reais, que estão sendo implantadas em vários lugares, principalmente da Europa.

A outra coisa que citei no exemplo anterior e que vou reforçar aqui é exatamente essa questão de dar prioridade ao cidadão, alargar as calçadas. Ao contrário do que se fazia antigamente, quando se alargavam as ruas, agora, deve-se alargar as calçadas. Ou seja, cada vez mais, a cidade vai oferecer menos espaço ao usuário do veículo individual. Por quê? Porque esse camarada vai passar a trabalhar na periferia e porque o centro da cidade vira mais um local de conforto, de lazer e de prazer.

(Soa a campainha.)

O SR. TOM REBELLO – Bom, por último, colocamos mais adiante – já estou terminando, Senador – é o que os ingleses chamam de *work, live and play*. Aí, de uma maneira até exagerada, no meu modo de ver, eles estão chegando, inclusive, a fazer projetos verticais de lugares onde as pessoas moram, trabalham e têm o seu lazer, na parte inferior. Ou seja, é a mobilidade vertical.

Evidentemente, para países de muita densidade populacional, como Japão ou mesmo Cingapura, isso pode até fazer algum sentido, mas, num caso como o nosso, pode-se ter perfeitamente espaços horizontais, mais baratos e que permitem o mesmo tipo de realidade.

Bom, agora, então, entramos, rapidamente, só para finalizar, no como fazer.

Existem hoje vários instrumentos de gestão urbana a partir da Constituição de 1998, que permitem buscar uma participação muito mais efetiva do setor privado no financiamento dos investimentos de interesse público.

Por que isso é importante? Porque, ao mesmo tempo em que estamos vivendo essa mudança de paradigma do ponto de vista da organização do espaço e das necessidades das pessoas, enfim, nos seus deslocamentos diários, do ponto de vista do Estado, os recursos estão cada vez menores, e o Estado do futuro vai ter que ser muito forte em três setores fundamentais: educação, saúde e segurança. E, aí, não estamos falando de obras, de coisas suntuosas, mas de salário, e isso é muito dinheiro. Ou seja, os Estados, principalmente de países emergentes como o nosso, de países em desenvolvimento, vão ter cada vez menos dinheiro para utilizar em obras importantes.

Por outro lado, o setor privado começa a perceber que lixo dá lucro, que água dá lucro, que transporte dá lucro, que energia dá lucro... E isso a Constituição de 1988, no que se refere à cidade, começa a viabilizar através do capítulo que permite a recuperação da mais-valia gerada em cima do aumento dos potenciais construtivos.

Eu estou sendo muito rápido. Essa coisa tem certa complexidade. Mas o que ocorre é que, hoje, na medida em que a Constituição Federal consagra o princípio da função social da propriedade, ela permite que o que se adicione ali a partir de uma legislação específica, naquela periferia onde vai ser feito o investimento de interesse público, seja algo como um terreno virtual criado. Ou seja, algo a mais que vai ser adquirido daquela mais-valia, que, antes, ia para o especulador, para aquele cara que comprava o terreno ali porque sabia que iria haver uma inovação ou mesmo para quem morava na região e era beneficiado com as intervenções, esse diferencial pode ser apropriado pelo Estado e transferido para a iniciativa privada em forma de investimento nesses sistemas.

Então, isso hoje é algo extremamente utilizado. O Porto Maravilha está sendo feito assim, a Avenida Faria Lima, em São Paulo, está sendo feita assim. É um instrumento novo que permite, então, ao Poder Público viabilizar essas novas ações. E aqui eu cito algumas delas, que são as operações urbanas consorciadas, que é o que está sendo feito no Porto Maravilha, no Rio de Janeiro, e já foi feito em outros locais também. É a ideia de juntar os interesses públicos e os interesses da iniciativa privada.

Há os Cepacs, que são esses certificados de potencial adicional construtivo, a partir de mudanças de uso, de aumento de gabarito, enfim, do que nós antigamente chamávamos de "solo criado", que permite emitir uma moeda chamada Cepac. Quanto mais a melhoria for sendo feita, mais essa moeda vai se valorizando. Ou seja, se o Estado for responsável e souber fazer isso em etapas, ele mesmo se beneficia da evolução e, com isso, pode financiar investimentos com mais segurança ao longo de mais tempo. Há as PPPs, de que não preciso mais falar, que serão cada vez mais necessárias.

E há um instrumento que está sendo muito usado mais recentemente, que são os famosos PMIs, Processos de Manifestação de Interesse. Ou seja, hoje, é lícito, é legal e está coberto pela Constituição que grupos de interesse formados pela comunidade, por empresas, pelo que for, possam manifestar o interesse de empreender uma obra de saneamento, empreender uma obra de transporte, empreender uma obra portuária, o que for, e, através de um decreto promulgado pelo Estado, receber o direito de desenvolver os projetos necessários, o que é um problema complicado hoje no País, em função da dificuldade de gestão, em função de legislações muito rígidas, como a Lei nº 8.666, que faz com que o nosso PAC ande lentamente, com que as coisas aconteçam com muito mais lentidão...

Enfim, o grupo de interesse pode desenvolver o projeto, pode desenvolver toda a engenharia financeira e jurídica até o modelo de edital que é repassado para o Estado, e aí, sim, o Poder Público tem todo o direito de mexer naquilo da maneira que melhor convier à sociedade. Com isso, ganha-se tempo e se permite trazer para dentro do debate a discussão do financiamento em parceria. Ou seja, vai ganhar a licitação aquele grupo que oferecer para o Estado a maior quantidade de investimento possível ou, melhor, que pedir do Estado a menor quantidade de investimento necessário. Isso é muito interessante porque, na medida em que você tem esses valores estudados, não adianta você querer supervalorizar, porque, se você faz isso, você está correndo o risco de perder aquilo tudo que você desenvolveu.

Então, esses instrumentos todos que surgiram a partir da Constituição e com o Estatuto da Cidade e todos esses instrumentos e ferramentas que estão sendo desenvolvidos na área jurídica...

E aí um aspecto muito importante: eu venho de uma geração em que a gente falava em urbanismo e se entendia desenho, mas hoje o urbanismo é uma ciência muito mais complexa, que envolve bom conhecimento de economia, bom conhecimento jurídico... Eu nem acredito mais em pessoas que fazem urbanismo na prancheta. Hoje, você tem que ter escritórios realmente que pensem essas questões urbanas envolvendo todos esses perfis de profissionais.

Eu encerraria apenas dizendo que, embora o Brasil esteja muito atrasado, muito atrasado mesmo, em relação a essas inovações tecnológicas do ponto de vista do espaço urbano, os instrumentos brasileiros, do ponto de vista jurídico, existem, e isso nos permite recuperar o tempo perdido.

(Soa a campainha.)

O SR. TOM REBELLO – Para finalizar, aí, então, é um projeto do Porto Maravilha, que popularizou essa linguagem das novas ferramentas existentes para promover a requalificação de espaços públicos com recursos provenientes de diversas fontes.

Para responder ao colega que falou do bonde antigo, está aí, porque acho que o bonde moderno, o VLT, é o futuro de uma melhor qualidade urbana e de um transporte de mobilidade mais confortável.

Era o que eu tinha a falar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de passar, então, à nossa última palestrante, queremos aqui ler também ainda a participação dos internautas.

De Fernanda Scherer:

Olá, sou de Porto Alegre, e estamos vivendo um impasse na cidade sobre o projeto de Revitalização da Orla do Guaíba. Acontece que o projeto vencedor visa à construção à beira do rio de torres de hotéis e *shopping centers*!! Setor imobiliário privilegiado, ao invés das pessoas, natureza e cultura.

Eu até gostaria, aqui, depois do comentário que fosse feito, de dizer que também vivemos alguns dilemas sobre o que pode e não pode ser feito à beira dos rios.

Por exemplo, há algum tempo, saiu uma matéria em uma grande revista nacional, a revista *Veja*, mostrando Paris mais dentro do Sena. E vemos que, por exemplo, aquilo é utilizado turisticamente. Não sei que crítica ambiental poderia ser feita em relação àquele aspecto. Mas, por exemplo, vemos ali as concreteiras à margem do Sena no centro de Paris. Essas concreteiras recebem ali barcaças com areia, com concreto. Tive oportunidade de questionar como era possível, no centro de Paris, haver uma concreteira. Isso não é um crime ambiental? E me provaram lá, pelas explicações, que, ali, ambientalmente, está correto, porque não há nenhuma possibilidade de se jogar dejetos no rio. Ou seja, é feita toda a filtração.

Enfim, se alguém quiser fazer algum comentário... Porque aqui, na verdade, a preocupação é essa.

De Carlos Bomtempo:

Faz mais de 20 anos que, nós, ambientalistas estamos alertando sobre a questão hídrica no Brasil, e sempre fomos tratados como sonhadores, radicais e xiitas. Hoje o problema existe, e ainda ouvimos falar que nossa discussão é apaixonada e emotiva. A fonte vai secar, e aí é o fim.

Também de Carlos Bomtempo:

Os planos diretores dos Municípios são documentos que, no meu entender, deveriam ser elaborados logo após a emancipação do Município ou deveriam colocar "ordem" na "desordem já estabelecida". Os planos diretores existentes fizeram isso ou só existem para cumprir a legislação?

Vou permitir a pergunta de uma pessoa que está presente. Flávio Freitas, da área de empreendimentos.

O SR. FLÁVIO FREITAS – Boa noite, Senador!

Utilizando as palavras e as colocações do arquiteto Tom Rebello, eu gostaria de fazer uma pergunta à Nazaré. Pergunto se o caminho é esse, se ela acha que, dentro dessas possibilidades de bairro planejado, é realmente essa a vertente mais correta na visão do órgão ambiental e se essa distância entre os órgãos ambientais e as pessoas que planejam as cidades e os planos diretores não cria dificuldades para que isso se torne uma coisa consensual para quem utiliza as cidades.

Você acha que não existe como minimizar essa distância entre quem planeja e quem faz a licença ambiental?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT. *Fora do microfone*.) – E ainda a Srª Tiok Abigail, assessora no Senado.

A SRª TIOK ABIGAIL SHIMADA LEITE – Boa noite a todos!

Há uma pergunta que faço há algum tempo, sobre sustentabilidade, cidades sustentáveis, meio ambiente e tudo.

Nos países desenvolvidos, o papel higiênico é biodegradável. Aqui, estamos falando em resíduos sólidos, da preocupação com lixões a céu aberto e tudo, mas a gente convive com o lixão diariamente em nossas casas. E a gente está falando em saúde pública. Quer dizer, como é que aquelas fezes e dejetos ficam 24 horas ou mais dentro da sua casa, com você aspirando aquilo, e não se consegue implementar no Brasil um sistema de políticas públicas com o papel biodegradável? Deu certo em outros países. O Japão, um país antigo, que tem tubulações antigas, usa o papel biodegradável. Você não vê lixo. Isso aí é saúde pública.

Aqui, não há preocupação dos governantes ou de quem quer que seja em fazer um planejamento nessa área, porque nos preocupamos com o resíduo sólido, mas não nos preocupamos com o resíduo dentro da nossa casa.

Era este o meu questionamento. Existe um estudo, um projeto? E o que fazer?

Esta a minha dúvida.

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – Com relação às soluções apresentadas pelo arquiteto, eu concordo. Acho que o conceito de cidades inteligentes ou cidades resilientes é um conceito que está aí como uma das premissas muito importantes para o processo de desenvolvimento urbano e para o processo de inovação.

Penso que, para as grandes cidades, para as regiões metropolitanas, as soluções apresentadas são muito relevantes, importantes e urgentes. Concordo que estamos bastante atrasados nessa discussão.

No entanto, preocupa-me o aspecto de que a maioria dos Municípios brasileiros... Se formos analisar, dos cinco mil e poucos Municípios brasileiros, veremos que somente 580 deles têm mais que 50 mil habitantes. Então, acho que nós precisamos também... Eu acho que as soluções do ponto de vista de melhorar o processo de mobilidade, de reduzir as emissões nas grandes cidades, de reduzir a quantidade de carros individuais, os transportes individuais, da melhoria da cobertura vegetal, do processo de renaturalização das cidades, que é um conceito hoje tão divulgado, principalmente nas cidades europeias, eu acho que esse conceito é totalmente aplicável e possível de ser aplicado no Brasil se tomadas as medidas e as decisões adequadas.

No entanto, preocupa-me muito, porque eu não vejo perspectivas de solução para os quase 4.500 Municípios brasileiros que tem menos que 50 mil habitantes e que talvez precisemos pensar em soluções mais simples que não permitam que esses Municípios avancem em um processo equivocado a ponto de chegar à situação em que esses 580 Municípios se encontram hoje. Mas eu entendo ainda que é um caminho que nós precisamos buscar. Eu não consigo, das experiências que eu tenho visto em outros países, perceber experiências similares. Pela realidade dos Municípios brasileiros, da maioria desses Municípios pequenos, que são Municípios muito rurais, com características muito rurais, não vejo solução para eles. Então, é um pouco a visão que temos.

Você falou do papel biodegradável.

Olha, eu até iria sugeria ao professor da UnB, quando da apresentação dele, um quarto desafio importante na parte de resíduos, que é a questão da logística reversa, para de, além daqueles três itens importantes que você colocou, acrescentar a logística reversa.

Essa discussão da questão dos resíduos... Hoje, iniciamos a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Estamos partindo, inicialmente, de um planejamento para esse setor.

Eu concordo plenamente com você. Você sabe que a agenda, hoje, que a implementação da política está dividida entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério das Cidades, cabendo ao Ministério do Meio Ambiente trabalhar mais com a parte de planejamento, apoiando os planos municipais de resíduos, entre outros, e a questão da logística reversa.

Agora, eu diria que a gente está iniciando esse caminho. Concordo com você que isso que você coloca é um caminho a ser buscado. Acho que essa discussão com o setor privado em relação a resíduos é uma discussão que, no Brasil, iniciou-se agora e precisa avançar. Enquanto, na área rural, a gente via a questão do reúso, da reutilização dos materiais e de agrotóxicos, de todos os resíduos gerados na área rural... Essa é uma discussão antiga. Agora, a discussão do processo todo gerado pelo setor privado nas áreas urbanas, a questão da logística reversa é uma discussão que está começando, é uma discussão bastante difícil e complexa e é um desafio – concordo com você –, mas necessária.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Antes de passar para a Drª Gabriela, eu quero registrar a presença do nosso Líder no Senado, o Senador José Pimentel, que está acompanhado do nosso companheiro Wilmar Lacerda, que é o primeiro suplente do Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Cristovam Buarque, que já esteve aqui conosco, mas teve que fazer uma palestra.

Senador Pimentel, se V. Exª quiser ficar aqui ao nosso lado, é nosso convidado.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco Apoio Governo/PT - CE) – Não, estou bem aqui, até para observar melhor os expositores.

Quero registrar que, embora seja segunda-feira, a exemplo do Senador Wellington Fagundes, há um conjunto de Senadores que trabalha, e muito, aqui. Nós estávamos em outro grupo de trabalho discutindo a lei do terrorismo, que já foi votada pela Câmera e está aqui no Senado, na Ordem do Dia. Estamos aprimorando o texto e concluindo esse tema que também não é tão fácil de ser enfrentado.

Quero registrar a importância da pauta desta comissão especial que trata do futuro das nossas cidades, a Comissão Senado do Futuro, e registrar também que já temos 82% da população brasileira morando nas cidades. Se voltarmos aos anos 50, veremos que de 62% a 64% da população morava na área rural. Portanto, é um país que tem a quinta população do Planeta e que, num curto espaço de tempo, passa ser uma população eminentemente urbana. Há um agravante: nós não tivemos nenhum planejamento e concentramos a população em poucas cidades, como a Srª Nazaré aqui está expondo.

Estamos assistindo, do início do século XXI para cá, a um processo de descentralização dessas grandes cidades e construindo novas médias cidades. Se você for à Região Sul e à Região Sudeste, particularmente aos Estados de São Paulo e de Minas Gerais, vai constatar que esse é um processo muito forte. Na Região Nordeste, não é diferente. Na Centro-Oeste, também estamos assistindo ao surgimento de um conjunto de novas cidades com um fluxo migratório em processo de intensificação, pelo conhecimento de escolas profissionalizantes, de universidades públicas e da livre iniciativa, com a presença da União, através da Justiça Federal, o chamado *kit* da União, porque vão com esse setor, além do Ministério Público Federal, a Defensoria Pública Federal, a Receita Federal, a Previdência Social. Ou seja, há um conjunto de ações que está mudando um pouco este perfil da grande metrópole para metrópoles de porte médio, mas não tem a ver com a ida para a área rural.

Estamos assistindo a um processo exatamente contrário: a diminuição do tamanho da família, pela questão da quantidade filhos *versus* mulher, que já não repõe mais a população. Pelo último censo, como todos os expositores aqui sabem muito bem, nós estamos com 1,86 criança por mulher, e, para repor a população, seria preciso haver 2,3 crianças por mulher. Portanto, no Brasil, aumenta-se a longevidade, mas, ao mesmo tempo, diminui a quantidade de crianças, um cenário novo que vai ter repercussão nessa nova realidade.

Também temos o grave problema da violência, que ocorria, basicamente, nas médias e grandes cidades, mas hoje está generalizada. No nosso Ceará, há 184 Municípios, e não há mais diferenciação. Nas pequenas cidades, cidades com até 10 mil, 12, mil, 15 mil habitantes, temos esse processo da violência, da criança dependente das drogas, como chamamos no dia a dia.

Então, há uma série de desafios novos. Se voltarmos à metade do século XX, ao final do século XX, neste século XXI, elas estão sendo sobrepostas por outras realidades.

Sou daqueles que entendem que esse processo vai diminuir a questão da mobilidade urbana nessas grandes metrópoles. De certa forma, tivemos uma aquisição de veículos muito forte nesse início do século XXI, mas os próprios gestores, a partir da produção acadêmica, sentiram a necessidade de diversificar a mobilidade urbana com respeito ao ciclista, ao pedestre, à necessidade de construção de transportes coletivos. Com isso e com a descentralização dessas populações, como está acontecendo, acredito que a questão da mobilidade urbana, que hoje é um dos temas mais presentes, tende, daqui a 20 anos, a não ter a mesma intensidade. E o que fazer com esses novos polos, com essas novas cidades para não repetirmos os erros que cometemos pela falta de planejamento dessas grandes metrópoles?

Ao lado disso, temos assistido também, na área rural, e o Wellington Fagundes conhece mais do que eu, ao aumento da produtividade no campo, ao sistema de deslocamento da produção com um processo de ferrovias muito intenso. A Norte-Sul, que é o grande eixo de transporte de cargas no Brasil, de Itaqui, no Maranhão, até o nosso Goiás, está pronta. Está sendo feita de Goiás a Três Corações, em Mato Grosso do Sul. E, depois, com a Transoceânica, na parceria com a China, que também está em um debate muito intenso, terá uma determinada estrutura.

Se observarmos, veremos que a política de portos e aeroportos, esses novos modais – antes, era só o rodoviário – também estão sofrendo alterações na política de investimentos.

Portanto, há uma série de fatores novos que precisamos pautar, Senador Wellington, nosso Presidente desta importante Comissão Senado do Futuro, para nos anteciparmos e produzirmos políticas públicas para enfrentar esses desafios. Por isso, a vinda das nossas duas companheiras e dos nossos dois companheiros é muito importante. Da nossa parte, com o Senador Wellington Fagundes, vamos pedir cada vez mais que a academia nos ajude na construção de políticas para enfrentar esse novo desafio.

Vou ter que sair, Wellington. Tenho, agora, às 19h30, aquela reunião, a que V. Exª também deverá ir.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Temos uma reunião no Palácio do Planalto agora. Como vou chegar um pouco atrasado, eu gostaria que V. Exª justificasse.

Terminando aqui, como estamos ao vivo pela TV Senado e queremos cumprir a nossa audiência, passo à última palestrante, Drª Gabriela Yamaguchi, Gerente de Comunicação e Campanhas do Instituto Akatu. (*Pausa.*)

Os últimos serão os primeiros. V. Srª não tem limitação do tempo.

A SRª GABRIELA YAMAGUCHI – Eu queria contribuir com três pontos para essa agenda. Não vou passar a pesquisa que o Instituto Akatu acabou de lançar, no dia 15 de outubro, dia do consumo consciente, justamente para responder à pergunta de por que é tão difícil para as pessoas, não as cidades, não os núcleos, mudarem o jeito como vivem, como se comportam, de por que elas escolhem alguns produtos e não outros, de por que elegem algo de um jeito e não de outro, de por que é difícil para as pessoas mudarem o jeito que elas vivem hoje.

A gente acabou de lançar essa pesquisa. Eu iria destacar algumas barreiras, mas vou fazer só um resumo em relação... (*Falha na gravação.*)

A SRª GABRIELA YAMAGUCHI – ... agora. (*Risos.*)

Estou sendo pressionada por tudo.

Há um grande destaque nessa pesquisa, que é a maneira como a gente conversa e fala com as pessoas no dia a dia. O maior desafio da mudança de comportamento para um debate como esse – deveríamos ter uma audiência de 200 milhões de brasileiros falando desse tema – são as cidades sustentáveis e, mais do que as cidades sustentáveis, o jeito como a gente vive, uma agenda de estilos sustentáveis de vida. Só para vocês compreenderem o termo, estilos sustentáveis de vida é a agenda global da sustentabilidade, e o maior desafio da sustentabilidade é fazer toda e qualquer mudança e toda e qualquer produção de políticas públicas, de mudanças estruturais, sem falar a palavra sustentabilidade, sem falar esse termo.

A questão de o Japão conseguir combater tanto a perda de água na transmissão tem a ver com uma gestão e uma consciência da preservação. Antes de qualquer coisa, em relação ao combate ao desperdício, eles têm a consciência da preservação. Não temos produtos que sejam mais sustentáveis debatidos amplamente por todo mundo porque a agenda, o estímulo e a produção de consumos e serviços mais sustentáveis ainda carecem de um estímulo e de um engajamento de todo um setor empresarial que está devendo muito para essa agenda. E as instituições e as empresas que estão engajadas nesse sentido ainda estão muito, muito lentas. Elas estão muito sozinhas, mas muito lentas.

O mote, hoje, de toda a agenda de sustentabilidade global e nacional é o passo a passo com senso de urgência. O relógio está passando, e não estamos conseguindo fazer as coisas na velocidade que a gente precisa fazer. E deve haver um passo a passo, debates como este.

Então, para contribuir com este debate, que acredito ser extremamente importante, eu trouxe aqui três pontos para completar a minha fala.

O primeiro deles é o que a gente chama de equação da sustentabilidade, que foi uma sistematização que a gente, no Akatu, criou, com cinco pontos em todos os temas que podem ser debatidos, que precisam ser listados, estudados e documentados para cada um dos problemas.

O primeiro é o das mudanças tecnológicas com novos paradigmas, o que tem tudo a ver com o que o Tom estava falando agora. A tecnologia à disposição da mudança para a sustentabilidade, e não para nos trazer mais estresse, mais pânico, WhatsApp, um monte de tecnologia, um monte de coisa em que ficamos conectados o tempo todo.

O segundo: mudanças radicais em políticas públicas. Precisamos realmente poder esperar que, um dia, neste debate que estamos fazendo aqui hoje esteja engajada toda a população. E o jeito como fazemos política, o jeito como trabalhamos está num processo de transição. Estamos vivendo isso agora. Então, é essa transição que precisamos promover radicalmente e buscar promover da maneira mais rápida possível.

O terceiro: nova consciência dos consumidores voltada a estilos sustentáveis de vida. Nada, nenhuma política pública, nenhuma mudança estrutural vai adiantar sem que tenhamos educação dos consumidores, educação das pessoas. É cultura. Nessa pesquisa, falamos exatamente isto: não é sexo, não é idade, não é classe social que faz as pessoas mudarem de comportamento. Sabem o que faz? O bom e velho berço. Aquela educação que tivemos em casa. Uma família coesa. A educação. É, na escola, termos conexão com os nossos professores. É essa coesão completamente amorosa, afetiva, como temos falado, que tem promovido e estimulado a mudança das pessoas e o engajamento delas em causas como estas que estão sendo tratadas aqui.

O quarto: produtos e serviços radicalmente novos e que viabilizem estilos sustentáveis de vida. Se, do lado da educação e da formação do consumidor, temos um desafio gigante, temos, do outro lado, a questão da oferta e do desenvolvimento de produtos e serviços mais sustentáveis. O que mostramos nessa pesquisa é exatamente esse espiral exponencial de mudança da sociedade. É a oferta de produtos e serviços mais sustentáveis que vai promover a adoção de hábitos mais sustentáveis do lado do consumidor. Ter um papel higiênico biodegradável e a população sabendo usá-lo é que vai fazer, de fato, com que as pessoas também possam adotar práticas sustentáveis, porque a população educada vai exigir esses produtos e esses serviços.

Há outra questão essencial nessa agenda empresarial que é a cooperação para a sustentabilidade. São setores inteiros, são as giga e megacorporações, que detêm de 80% a 90%, muitas vezes, dos seus setores empresariais, dos seus setores de negócios, que, juntos, vão compartilhar o quê? Tecnologia de desenvolvimento com alteração de cadeia de produção de produtos. E essa mudança muda setor, muda para pequeno, médio e grande, muda para todo mundo. E a gente tem, por exemplo, no setor da construção civil, um desafio gigante de como isso vai ser adotado de uma maneira mais rápida.

Quinto ponto: uma nova organização da sociedade que impulsione estilos sustentáveis de vida. Isso quer dizer o quê? O nosso tempo, o nosso precioso tempo, isso que a gente tem e que não é renovável, o tempo, precisa e deve ser distribuído ao longo de toda a nossa vida. A gente tem uma sinalização da nossa população. Assim como todos os outros países têm enfrentado esse cenário, a gente tem um desafio gigante de educação de uma população cada vez mais ampla de jovens que estão superconectados e, diante desses desafios, a gen-

te tem que mudar o jeito como a gente educa. Não são só os urbanistas – não é, Tom? – que estão mudando completamente todos os seus repertórios de conhecimento para conseguir avançar, mas todas as profissões. Não há um estudante universitário hoje que não esteja com, no mínimo, de três a cinco áreas de conhecimento inter-relacionadas para as suas formas de atuação. E hoje, nas universidades, é essa a realidade da educação também que está sendo estruturada.

Se, do ponto de vista de cada um dos temas que a gente conversou, são esses cinco pontos que a gente, no Akatu, propõe que sejam falados, debatidos, do ponto de vista da agenda sustentável, da agenda da sustentabilidade... A gente fala em social, econômica e ambiental, mas falta um quarto item, em todos os debates, que tem tudo a ver com esta agenda aqui, que é o individual. Se o cidadão não se sente parte dessa história, ele não está junto com a gente. A gente pode colocar todos os benefícios aqui, ambientais, sociais e econômicos, mas, se eles não forem tangíveis e conectados com a vida deles, com o dia a dia deles, eles não estarão nem aí. Por que estão os especialistas aqui, com o Senador Wellington, conversando sobre isso hoje? É uma agenda superimportante. Tem a ver com o quê? Tem a ver com a sua vida, com o ar que você respira, com a saúde que você quer, com o bem-estar que você quer para a sua família, com a educação dos seus filhos. Se a conexão para o dia a dia das pessoas não for promovida, não for feita, a gente não vai conseguir promover a participação da sociedade que a gente tanto quer nessa agenda.

Para isso, eu queria fazer a seguinte proposta: no dia 26 de setembro foram lançados, pelas Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. São 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Já virou jargão: ODS. Pronto, ninguém mais vai entender o que é isso. São 17 ODS. Esses 17 objetivos de desenvolvimento sustentável têm 169 indicadores que foram debatidos pelo mundo inteiro. Eles criaram uma matriz praticamente internacional que pode servir de baliza para o trabalho desta Comissão. São indicadores que serão adotados no mundo inteiro e que têm como primeiro objetivo o combate à pobreza. O Objetivo 12 é a produção e o consumo sustentáveis. Olhando a matriz desses objetivos, olhando a matriz desses indicadores, a gente tem uma estrutura praticamente pronta para o trabalho desta Comissão avançar.

Então, para cada um dos debates, dos temas que a gente conversou aqui – mobilidade, saúde, educação –, cada um desses debates... Gente, é uma comissão inteira! O melhor caminho seria a gente conseguir setorizar cada um desses temas, debater cada um deles com os objetivos relacionados.

Eu queria colocar à disposição o trabalho do Instituto Akatu...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas, antes de você concluir, eu só gostaria de dizer aqui a todos que estão nos assistindo que a pesquisa já está na internet, já está em todos os meios de comunicação social. Alguém pode estar curioso ouvindo-a falar da pesquisa e achando que não pode ter acesso a ela. Então, fica registrado que ela já está disponível a todos.

A SRª GABRIELA YAMAGUCHI – Perfeito. Todo mundo pode entrar. Se alguém ou a Comissão tiver alguma dúvida em relação a isso, basta entrar em contato com o Instituto Akatu.

Ficam, então, essas minhas sugestões. Eu acredito muito nessa agenda. Essa agenda vai deixar de se chamar Cidades Sustentáveis e vai se chamar O Jeito como a Gente Vive. A gente vai usar termos também para que as pessoas consigam entender. A gente precisa mudar o jeito como a gente vive. Qual é o maior benefício disso tudo? Qualidade de vida, passar mais tempo com a família. Essas conexões precisam ser promovidas, e a gente se coloca à disposição para ajudar nessa agenda de conexões.

A palavra-chave do debate e de toda a discussão a respeito de cidades sustentáveis é "interdependência". Cada um de nós depende do outro. Nós estamos neste lugar hoje, nós chegamos aqui por conta da contribuição dos outros. Interdependência dos saberes, interdependência das tecnologias, interdependência econômica, social, ambiental. Então, acho que essa é a grande palavra para deixar para vocês.

Obrigada pelo convite.

Vou sair correndo agora.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas você vai sair correndo não contrariando aquilo que você acaba de falar sobre qualidade de vida... Isso pode parecer contrassenso, pois você está aqui exatamente pregando o tempo para qualidade vida, mas está muito apressada. (*Risos.*)

A SRª GABRIELA YAMAGUCHI (*Fora do microfone.*) – É o senso de urgência para a mudança.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Mas você está sendo a promotora da urgência.

Vamos ao Francisco de Assis Farias da Silva, que diz aqui: "Eu acredito que a audiência pública O Futuro das Cidades e as Cidades Sustentáveis é importante, pois há a necessidade de mais reservatórios de água para preservar a população do Brasil." Ele quis dizer que, com esse tema, é extremamente importante que se pense dessa forma.

O Atair Lima diz:

Sr. Tom, interessante a questão da mais-valia citada pelo senhor [eu acredito que é a questão da mobilidade], mas isso no Brasil encontra dificuldades. Para que acontecesse, os governantes teriam que dar mais transparência aos gastos públicos, pois a sociedade iria fiscalizar mais. Por isso, a contribuição de melhoria [ainda] não vingou [por falta desses instrumentos].

Depois, cada um aqui terá a sua conclusão. A Yamaguchi já fez a fala dela com a conclusão, apesar do protesto da Presidência, dada a importância do tema. Inclusive, com a desenvoltura com que você apresentou aqui – eu acho que é importante –, realmente, eu acho que quase concluiu aqui o objetivo de todos nós na palestra. Mas fica convidada para um outro momento. A Comissão Senado do Futuro parabeniza o Instituto Akatu. Com certeza, temos muito o que trocar aqui em relação aos conhecimentos.

Eu também gostaria de aproveitar, Tom, pois você falou muito da questão da mobilidade urbana, da qualidade, não só com os meios tecnológicos... A Yamaguchi falou isto também: não adianta buscar a modernidade tecnológica se aquilo não traz o conforto para a população. É mais agitação, é mais rapidez, e, às vezes, não traz tranquilidade.

No Mato Grosso, especificamente em Cuiabá, também nós estamos lá com a obra do VLT. Isso foi muito discutido pela população quando da implantação do sistema. Discutiu-se se seria VLT ou BRT. A discussão foi muito grande. O fato é que, à época, o Governo do Estado decidiu construir o VLT. E foi tomada uma decisão pelo Governo. E eu acredito que aí houve uma falha, pois não houve uma forma de consultar a população. É claro que não é fácil consultar a população, por exemplo, num plebiscito, para uma obra como essa, porque, às vezes, as pessoas não sabem o resultado de como será essa obra. Às vezes, quem contratou o serviço público também não sabe como imaginar o tipo de obra ou o tipo de benefício que será gerado. Por exemplo, o VLT vai passar, mas está havendo o cuidado suficiente para fazer aquilo que você demonstrou na fotografia? Às vezes, o administrador público quer construir a obra, quer passar, quer alargar a rua, mas esquece o mais importante, que é exatamente o ser humano que ali convive.

Por isso, eu gostaria, aproveitando essa deixa, que você fizesse algum comentário, principalmente porque a obra está parada no Estado de Mato Grosso. Eu acredito que deve haver outros casos nessa situação. Muito investimento se fez. E eu acho que o planejamento da obra também foi outro problema, porque estão lá os trens, já comprados, os carros, e ainda não há linha pronta. E hoje a tecnologia é superada de forma muito rápida.

Eu gostaria de um comentário não só do caso de Mato Grosso, mas da mobilidade urbana como um todo.

Como é a última pergunta, pode ser daí para cá.

O SR. TOM REBELLO – Posso responder, então?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Sim.

O SR. TOM REBELLO – Eu vou aproveitar, Senador, para responder rapidamente também a pergunta do colega...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Todas elas para as quais vocês queiram fazer comentários.

E eu quero aqui também esclarecer aos telespectadores, aos internautas, que todas essas perguntas foram anotadas e que a Comissão vai mandá-las para todos os palestrantes para que, também, claro, todos recebam as respostas.

O SR. TOM REBELLO – Eu vou começar pela do colega de Porto Alegre, até porque é um projeto que me é muito caro, porque Porto Alegre talvez tenha uma das áreas portuárias mais interessantes para se fazer a revitalização.

Ouvi falar desse projeto pela primeira vez na década de 80, e os gaúchos até hoje estão discutindo se vão ou não fazer. Depois disso, Belém já fez um, maravilhoso – vale a pena conhecer o de Belém –, Rio de Janeiro está fazendo agora, Recife já fez...

A questão da revitalização portuária é uma decisão política e do cidadão, evidentemente. O que é interessante? É dar um uso para aquilo. O que eu imagino que seria possível? Essa decisão é da prefeitura, dos cidadãos de Porto Alegre, mas o que se faz, normalmente, no mundo é um concurso público, no qual se apresentam as melhores propostas, sabendo-se que, para funcionar, não adianta o Estado querer fazer, bancar e manter. Aquilo ali é um espaço para lojas, bares, restaurantes, um espaço que a cidade possa usar e, sobretudo, que ele se integre ao centro da cidade, não que seja uma barreira entre o rio e a cidade. Então, eu acho que o concurso público é alternativa. O bom é inimigo do ótimo, não é? Tem aquela historia. Então, tem de fazer alguma coisa.

Porto Alegre é uma das cidades que têm as melhores condições para se fazer uma bela revitalização portuária, mas, infelizmente, esse debate já acontece há 30 anos. Mas eu acho que o concurso pode ser a grande saída. E deve haver, evidentemente, um processo de licitação, através de uma concessão, para que o setor privado possa bancar os custos necessários, mas que não se perca o patrimônio público.

A solução é: patrimônio público com gestão da iniciativa privada. Depois de certo tempo, aquilo volta novamente para o Estado. Portanto, o cidadão não perde aquele patrimônio que ele tem.

Outra pergunta que o colega fez também, acho que pela internet, diz respeito a essa questão das mais-valias. Isso já vem sendo feito. Não me lembro do nome do colega, mas quero lhe dizer que isso já vem sendo feito em vários lugares. Não é uma questão de maior ou de menor transparência, é obrigação do Poder Público dar transparência às coisas que faz.

O que é importante nessa evolução jurídica do processo é que, a partir do Estatuto da Cidade e da Constituição de 88, se criou esse mecanismo, e isso faz com que benefícios anteriormente incorporados ou apropriados por outras pessoas estranhas ao empreendimento sejam permitidos através de um investimento bancado pelo Poder Público, portanto com dinheiro do cidadão.

Hoje, o Poder Público tem condições de buscar recursos privados para financiar parte desses empreendimentos de interesse público, e esse diferencial pode ser obtido a partir das mais-valias geradas pelo investimento que vai ser realizado. Ou seja, tudo que for diferencial em termos de uso, de gabaritos, de destinação nessa poligonal que compreende o eixo onde vai ser feita a intervenção, no caso de um projeto de transporte, por exemplo, é objeto de uma lei que a assembleia votará – portanto, o cidadão estará ali representado –, e é a partir dessas mudanças que se obtém, então, esses recursos para o patrimônio público, que vai usar isso para financiar essas obras.

O que é importante do nosso ponto de vista? É que esses recursos sejam otimizados. De que forma? Ao invés de o Estado simplesmente licitar um pacote em que 100% dessa mais-valia seja incorporada pelo concessionário, ele pode fazer isso em etapas. Para quê? Para que, à medida que as mudanças forem valorizando o espaço, esses Cepacs que são criados, que recuperam essa mais-valia, possam também se valorizar e o Estado, o Poder Público possa dispor, cada vez mais, de recursos para continuar investindo na região.

Agora, a questão da transparência é uma relação entre a sociedade e seus representantes. Isso é obrigação. Então, isso não se discute. Agora, o instrumento é legítimo, funciona e está sendo implantado.

Por último, Senador, quanto à questão de Cuiabá, eu acho que há dois aspectos: um é o da escolha da tecnologia. Eu compartilho, acho que o VLT, ou bonde, como alguns gostam de chamar, é a melhor tecnologia, porque ela associa uma boa qualidade de transporte com a valorização do espaço urbano, ao contrário de outras tecnologias que nem sempre proporcionam isso, que são mais agressivas em relação ao ambiente urbano. O VLT tem essa vantagem, inclusive, hoje, com a sofisticação do desenho, como, por exemplo, um piso de grama, que valoriza a área, com a pedestrianização das áreas centrais, onde só passa veículo, convive com o cidadão... Então, realmente, é a melhor solução, do ponto de vista tecnológico, pelo menos na minha opinião. Agora, evidentemente, da mesma forma que as mais-valias têm que ser fiscalizadas pela população, também esses projetos têm que ser fiscalizados e debatidos com a comunidade.

Agora, mais do que outras tecnologias, o VLT, pela valorização do espaço, é, talvez, a tecnologia que permite a melhor recuperação dos recursos, em parceria com a iniciativa privada. Os outros todos dependem muito de investimento público.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Agora, Oscar de Moraes Cordeiro, para as suas conclusões e respostas às perguntas.

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Senador, o Tom tratou dessa questão de mobilidade, e eu vou tratar de uma outra dimensão. Foram avocadas aqui algumas perguntas sobre a parte em que trabalho mais, que é a questão dos recursos hídricos urbanos. Há algo que o próprio Senador evocou, a questão dos lagos, represas etc.

Também, de novo, há aqui um exemplo bem concreto nosso, no Lago Paranoá, de como podemos exercitar e praticar essa sustentabilidade. Quando o lago foi criado, nos idos de 60, o objetivo era fazer uma composição paisagística e a melhoria do microclima. Então, já havia uma preocupação, lá no início, com a própria criação de Brasília, com essas utilizações do lago. Mas o lago tem a sua vida, a sua dinâmica, assim como a própria cidade. Nesse ponto, foi instalada uma central hidrelétrica para produzir energia. Foi dado um uso importante para ele, maltratado, nos anos 70 e 80, com o lançamento de esgotos. Quem é antigo de Brasília sabe que esse lago, nos anos 80, foi condenado. Houve floração de algas, mau cheiro... Sou dessa época de Brasília, quando o lago foi totalmente condenado.

Então, tomou-se uma decisão. Como esse lago é patrimônio nosso, não podíamos conviver com essa situação aqui, em Brasília. Então, houve uma decisão política, que foi acatada pela população de Brasília, de salvar o lago. E começou-se um trabalho que tem 30 anos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nisso aí também está a questão das obras da orla?

O SR. OSCAR DE MORAES CORDEIRO NETTO – Esse já é outro ponto, de fazer com que o lago fique mais próximo ainda da população. Demorou um pouco para essa atitude se concretizar, em função de entraves jurídicos, de recursos etc, mas desde os anos 90 que se busca recuperar essas margens para população, para a natureza, porque, na verdade, são áreas de preservação permanente.

O lago – e aqui há um ponto bem interessante – começou, no fim dos anos 90, com uma série de projetos e decisões que passaram pelas administrações de Brasília. É algo que temos que visar a longo prazo. Houve o planejamento, houve comprometimento dos habitantes: "nós vamos salvar o lago". Gastou-se razoavelmente bem com estações de tratamento de esgoto modernas, criou-se uma política – o Tom deve concordar comigo – de uma certa restrição de ocupação e adensamento da Bacia do Lago Paranoá, para evitar que houvesse mais chegada de sedimentos e poluição.

Hoje, a cidade de Brasília é a terceira do Brasil em número de embarcações de lazer. No meio do Planalto Central, nós ocupamos a terceira posição em número de barcos desse tipo, em função do aproveitamento que ele tem, para lazer e recreação. Nesses dias de calor, todo mundo viu quantas pessoas usaram o lago para se banhar. Quer dizer, o lago melhorou de condições.

O aspecto mais interessante é que houve uma decisão, há três anos, de usar o Lago Paranoá para abastecimento público. Esse lago, que foi condenado, que foi poluído, agora, por uma decisão política, por uma vontade de ter sustentabilidade nas ações, vai ser usado para abastecimento. Vai-se captar água do lago para usar aqui, no Plano Piloto, no Lago Sul, em reforço aos sistemas. Esse lago, que foi criado com uma função, já incorporou várias outras. Acho que essa de abastecimento coroa um pouco essa visão. Então, é um bom exemplo.

Quanto a essa questão dos reservatórios urbanos, eu digo que a Lagoa da Pampulha está indo no mesmo caminho. Condenada que foi, está em processo de recuperação. E outros lagos e mananciais urbanos estão seguindo esse tipo de...

Então, embora existam, de fato, eu diria, alguns exemplos positivos, algumas situações, a gente tem de estar muito vigilante, porque os riscos de adensamento da Bacia do Paranoá, aqui, ou de se abandonar esse projeto são muito grandes.

E, aí, vem aquele tripé: planejamento, cidadania e controle social. Se nós não ficarmos atentos – nós, habitantes – e não houver essa possibilidade, a tentação de outros atores no sentido de adensar a bacia a ponto de quase inviabilizar o aproveitamento do lago é muito grande.

Era isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Para as suas conclusões, representando o Ministério do Meio Ambiente, a Drª Nazaré.

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – Eu queria agradecer o convite, Senador. Foi um prazer estar aqui e poder compartilhar todos esses desafios que temos pela frente com relação a essa agenda.

Eu queria apenas fazer uma rápida observação com relação a uma das perguntas sobre o controle social nos planos diretores, ou ainda, sobre essa questão relacionada aos planos diretores de gaveta. Eu acho que esse é um desafio que permanece ainda. Eu acho que se buscou aprimorar os planos diretores nesses últimos anos no sentido de garantir uma maior participação da população nesse processo, e essa garantia da participação da população no processo de elaboração e de validação dos planos diretores, além do seu monitoramento, está previsto no Estatuto da Cidade. Então, não é que não existe lei para isso, porque existe. O fato é que as leis, particularmente nesse processo... A população precisa estar atenta também ao que haverá após o plano diretor.

Nós achamos que avançamos, porque elaboramos um plano diretor ótimo, com um processo ótimo de participação, mas a coisa meio que para por aí. Nós temos de criar mecanismos de monitoramento e acompanhamento dos planos diretores. Isso precisa ser conversado com os vereadores, no sentido de se criarem mecanismos de acompanhamento e de monitoramento dos planos diretores.

Esse é um desafio que ainda vai permanecer por certo tempo, mas eu acho que a população que se sentir cerceada nesse processo de participação precisa se organizar, ainda porque essa garantia de participação da população está garantida na legislação. Realmente, só precisamos encontrar mecanismos mais eficientes para essa participação se efetivar.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Nesta semana, eu, como muitos brasileiros, tive oportunidade de assistir a um programa, em rede nacional, em que o Procurador que comanda a Operação Lava Jato dava explicações, inclusive sobre a delação premiada. Ao final, ele perguntou aos presentes na plateia quem entendia que a Operação Lava Jato iria resolver ou iria mudar o Brasil em relação à questão da corrupção. Cerca de 10% levantaram a mão. Então, ele perguntou quantos entendiam que não iria. Uns 70% levantaram a mão, dizendo que não. E eu achei interessante ele reconhecer que a Operação Mãos Limpas, que aconteceu na Itália, acabou, por si, não mudando mesmo e levando o país à recessão, porque não houve a continuidade de um processo educacional sobre o tema.

Eu creio que, em qualquer aspecto, se não fizemos um trabalho que envolva a comunidade, Nazaré, inclusive nessa conscientização de que aquilo ali é importante para melhorar a qualidade de vida de todos, que não pode ser apenas de forma impositiva, mas também, pelo contrário...

E quero, aqui, fazer o comentário – até por isso fiz o gancho – de que também, por exemplo, como você comentou muito aqui, a questão da cobertura vegetal nas áreas urbanas e suburbanas... O País, hoje, praticamente não tem esse levantamento. A legislação está bastante divulgada e há fiscalização na zona rural. Inclusive, por outro lado, existe, a gente se depara, em muitas cidades, com situações em que alguém preservou uma área, principalmente os mais antigos de uma cidade, que ainda mantém a vegetação... Esse proprietário, às vezes, é extremamente penalizado. Hoje, por exemplo, na zona rural já se criou manejo sustentável, alternativas para que aquele que tenha a área preservada possa inclusive sobreviver. Hoje, há muitas matas em pé, até pela questão do CO2, enfim. O mundo moderno, o próprio Brasil já está começando a achar, encontrar alternativas que estimulem as pessoas a preservar, na área rural.

Eu gostaria que você fizesse, para concluir, um comentário sobre se já há algo na legislação ou o que o Ministério está pensando nesse aspecto. Imaginem quem preserva ser penalizado porque não pode mais construir no seu terreno ou outras situações! O que fazer? Estamos falando em áreas urbanas ou suburbanas, porque existem muitas... Inclusive, ouvimos muitas pessoas que dizem: "olha, preservei o meu terreno aqui e agora não posso construir mais nada". E ainda têm que pagar o imposto sem ter benefício algum.

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – Sobre essa questão, acho que é muito difícil, Senador, responder ou fazer uma resposta como solução para todos os Municípios ou o que possa ser adotado por todos os Municípios.

Isso vai depender muito. Acreditamos que, com o zoneamento ambiental, o Município vai ter condição de olhar estrategicamente para suas áreas e tomar decisões sobre o que quer incentivar e onde quer desincentivar a ocupação. Acho que isso envolve diretamente... Acho que os mecanismos legais de hoje para os Municípios criarem incentivos para a ocupação e para a construção e, ao mesmo tempo, criarem incentivos para manter a cobertura vegetal e garantir a permeabilização do solo adequado – muitos Municípios já estão sofrendo com esse problema – fazem parte de uma decisão que envolve um processo de informação que o Município precisa ter sobre o seu território. Com base nessas informações, ele poderá ter condições de tomar decisões mais seguras sobre onde quer incentivar a permanência de cobertura vegetal e, com isso, criar incentivos para os proprietários e para as áreas que, para o poder municipal e para a situação ambiental do Município, é importante que permaneçam permeáveis, além de criar incentivos para áreas que podem ser adensadas por exemplo.

Então, acho que esses mecanismos legais para que os Municípios tomem essas decisões já existem. Elas existem. Então, é uma questão de os Municípios usarem esses instrumentos...

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Os incentivos?

A SRª NAZARÉ LIMA SOARES – Não, existem os mecanismos legais para que os Municípios possam criar os incentivos. Isso já existe. Agora, alguns Municípios têm bastante dificuldade para explorar todos os instrumentos legais existentes – é fato –, principalmente Municípios menores.

Com relação ao zoneamento ambiental, estamos elaborando um roteiro metodológico para ajudar os Municípios no processo de fazer o zoneamento para que esse zoneamento ambiental não se torne um documento burocrático, uma parafernália de mapas que, na maioria das vezes, são engavetados. Queremos propor um zoneamento ambiental que seja útil para o Município e que ele consiga, dadas suas condições, usar as diversas informações secundárias já existentes sobre si mesmo. Ou seja, acredito que essa decisão de usar, de incentivar áreas para que elas permaneçam permeáveis, com cobertura vegetal, ou incentivar áreas que podem e precisam, do ponto de vista estratégico da urbanização do Município, ser mais adensadas, esses instrumentos, do ponto de vista legal, já existem e podem, sim, fazer com que sejam criados maiores incentivos, desde que baseados muito em informações. Acho que essa é uma questão que o Município precisa compreender, que ele tem que tomar essas decisões baseado em informação.

O que acontece hoje em boa parte dos Municípios é que essa decisão de adensar mais uma área e deixar outras áreas mais permeáveis não é uma decisão baseada no planejamento e no interesse geral da população. Acaba acontecendo por pressão do setor imobiliário ou de um setor privado que se instalou ali e pressiona a prefeitura para gerar e criar instrumentos e serviços para aquele espaço, que, muitas vezes, nem é o espaço mais adequado para ter um adensamento urbano. Nós sabemos disso.

Então, esses mecanismos e esses incentivos – os mecanismos legais já existem e os incentivos podem ser adotados pelos Municípios – precisam ser baseados em informações que venham, de fato, a beneficiar a maioria da população e garantir o equilíbrio ambiental do Município para que a gente não tenha cidades desmoronado, topos de morro desmoronando, nascentes secando, áreas de abastecimento, principalmente na área periurbana, secando. Esse é o retrato que esses adensamentos inadequados acabam gerando.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Ou seja, concluindo, nós temos que buscar realmente uma conscientização, e isso não é um processo de imposição, mas um processo de conquista que eu acho que todas as lideranças, principalmente os prefeitos e vereadores, têm que promover nas suas comunidades.

Inclusive, o Senador Pimentel colocou que hoje existe no Brasil, na verdade, um represamento na criação das cidades, porque a legislação impede a criação de cidades. As assembleias já não têm mais esse poder exatamente pela questão fiscal, porque hoje nós temos, no Brasil, a distribuição dos recursos feita através do FPM, o Fundo de Participação dos Municípios, onde há uma divisão de todo esse bolo. Isso ocasionou um maior represamento, em função das despesas a serem criadas.

Mas, por outro lado, nós temos, em alguns aspectos, comunidades que estão sendo criadas, e acredito que a gente vai ter que discutir muito isso, inclusive que tipo de novas cidades a gente precisa aprovar, para que elas possam... Inclusive, uma cidade, uma localidade que está começando a surgir, onde ela tenha... Inclusive, com um exemplo de sustentabilidade, ela poderia ter até uma facilidade maior inclusive para sua emancipação. É claro que a legislação praticamente proibiu, porque hoje se prevê a questão do plebiscito para a criação de uma cidade... Aliás, há previsão também de que uma cidade que é lindeira apenas pela divisa de um rio não pode nem ter a sua divisão.

Eu penso que temos que aperfeiçoar exatamente para que a gente não crie só metrópoles, metrópoles, metrópoles e metrópoles. Inclusive, esse programa habitacional brasileiro tem promovido a expansão das cidades às vezes com vazios muito grandes entre um conjunto e outro, em função exatamente da especulação imobiliária. Acredito que seja exatamente porque talvez falte uma fiscalização ou uma regulação melhor, inclusive nos programas federais a serem concedidos.

Mas eu quero aqui agradecer imensamente a todos os palestrantes, a todos aqueles que estiveram presentes e, mais uma vez, dizer também que todos, principalmente os estudantes, podem ter acesso à página desta reunião no portal e-Cidadania para terem, então, participação.

Eu quero aqui agradecer a todos os palestrantes, ao Tom, ao Oscar, à Nazaré, à Gabriela, à assessoria, a todos que aqui participaram.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada mais esta audiência da Comissão Senado do Futuro.

Muito obrigado.

(Iniciada às 16 horas e 56 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 9 minutos.)

ATA DA SEXTA REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA O DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 10 HORAS, NA ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2

Às dez horas e quarenta minutos do dia doze de novembro do ano de dois mil e quinze, no Plenário nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senador Wellington Fagundes, reuniu-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Cristovam Buarque, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão e Blairo Maggi. Deixaram de comparecer os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Gladson Cameli, Lúcia Vânia, Sérgio Petecão, Wilder Morais, José Medeiros, Donizeti Nogueira, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Maria do Carmo Alves e Lídice da Mata. O Presidente, Senador Wellington Fagundes, declarou aberta a reunião destinada à discussão e votação das emendas desta Comissão ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6/2015 (Plano Plurianual para 2016-2019), que serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Em seguida, concedeu a palavra ao Coordenador das emendas, Senador Cristovam Buarque, o qual esclareceu que foram apresentadas vinte e oito emendas, de autoria dos Senadores Wellington Fagundes, Paulo Paim e Cristovam Buarque, considerando três delas como emendas à despesa e o restante como emendas ao texto. Após a leitura, discussão e votação do relatório, a Comissão aprovou o encaminhamento das vinte e oito emendas ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6/2015, a seguir relacionadas: **Emenda Nº 01-CSF** | 0136 - Eliminação de Pontos Críticos - Centro Oeste/2087 - Transporte Terrestre/0136 - Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções./NOVA - Eliminação de Pontos Críticos em Rodovias Federais na Região Centro Oeste; **Emenda Nº 02-CSF** | 0137 - Pavimentação BR 242 - Centro Oeste/2087 - Transporte Terrestre/0137 - Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis./NOVA - Pavimentação BR 242- trecho Alto da Boa Vista/MT- Taguatinga/TO; **Emenda Nº 03-CSF** | 0136 - Adequação Travessias Urbanas - Centro Oeste/2087 - Transporte Terrestre/0136 - Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções./NOVA - Adequação de Travessias Urbanas nas Rodovias Federais na Região Centro Oeste; **Emenda Nº 4-CSF** | Ampliação da cobertura e qualificação dos serviços de proteção social especial para Pessoas com Deficiência, Jovens e Idosas e suas Famílias, em Centros Dia e Residências Inclusivas./2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)/0370 - Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal/058T - Ampliação da cobertura e qualificação dos serviços de proteção social especial para Pessoas com Deficiência, Jovens e Idosas e suas Famílias, em Centros Dia e Residências Inclusivas.; **Emenda Nº 5-CSF** | Aprimoramento da execução das ações de atenção à saúde indígena/2015 – Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)/0725 - Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS./05W8 - Aprimoramento da execução das ações de atenção à saúde indígena, com foco nos mecanismos de fixação de pessoal e contratação de serviços e insumos estratégicos, por meio da implantação do Instituto Nacional de Saúde Indígena ¿ INSI. **Emenda Nº 6-CSF** | Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social/2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)/0372 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social/059Y - Definição de estratégias, em parceria com a SDH, para construção de fluxos, cronogramas e protocolos entre a gestão e serviços do SUAS e os serviços de disque-denúncias nacionais e locais; **Emenda Nº 7-CSF** | Qualif. dos serv. de acolh.crianças, adolesc. e jovens, pessoas idosas e pessoas com defic. acordo com os parâmetros do SUAS./2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)/0370 - Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal/058R - Qualificação dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens, mulheres vítimas de violência, vítimas de preconceito racial, pessoas idosas e pessoas com deficiência, de acordo com os parâmetros do SUAS. **Emenda Nº 8-CSF** | Redução da morbidade / mortalidade materna de mulheres negras./ 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)/1120 - Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas./06Q4 - Reduzição da morbidade/ mortalidade materna de mulheres e jovens negras; **Emenda Nº 9-CSF** | Apoio ao aprim. dos proj. de acolhimento de refugiados e imigrantes em sit.irregular seg.orientação de tratados intern. no Brasil/2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos/0370 - Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal/058R - Qualificação dos serviços de aco-

lhimento para crianças, adolescentes e jovens, mulheres vítimas de violência, vítimas de preconceito racial, pessoas idosas e pessoas com deficiência, de acordo com os parâmetros do SUAS. **Emenda Nº 10-CSF** | Redução do grau de vulnerabilidade social em zonas de alto nível de violência, por meio da prevenção e resolução de conflitos./2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública/1043 - Ampliar o acesso à justiça e à informação, promover os direitos da justiça de transição, os direitos de migrantes e refugiados e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas./04WS - Redução do grau de vulnerabilidade social em zonas de alto nível de violência, por meio da prevenção e resolução de conflitos, e através de projetos educacionais, esportivos e culturais. **Emenda Nº 11-CSF** | Apoio ao trabalho de prefeituras, governos de estado, universidades e organizações da sociedade civil que atuam na promoção dos direitos humanos/ 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos/ 0255 - Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero,região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência,atuando de forma interfederativa e interinstitucional/00S6 - Apoio ao trabalho de prefeituras, governos de estado, universidades públicas e privadas e organizações da sociedade civil que atuam na promoção dos direitos humanos; **Emenda Nº 12-CSF** | Aprimoramento do processo de regularização dos territórios quilombolas/2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo/0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Identificação, Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas./05MO - Aprimoramento do processo de regularização dos territórios quilombolas por meio da normatização da titulação em terras públicas e privadas e normatização do levantamento fundiário e ambiental. **Emenda Nº 13-CSF** | Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo./2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo/0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência./066B - Apoio à incorporação de ações para valorização da história e cultura negra na educação ministrada em espaços de cumprimento de medidas socioeducativas e em escolas municipais. **Emenda Nº 14-CSF** | Fomento à inclusão do recorte de gênero nas políticas públicas implementadas pelos diversos órgãos públicos/2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência/0935 - Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres/05D8 - Fomento à inclusão do recorte de gênero e raça nas políticas públicas implementadas pelos diversos órgãos públicos. **Emenda Nº 15-CSF** | Normatização do procedimento de constituição de reservas indígenas./2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas/1014 - Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial./04LE - Normatização e regulamentação do procedimento de constituição de reservas indígenas. **Emenda Nº 16-CSF** | Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência./2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência/0931 - Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades/05CM - Implementação de ações para a promoção da autonomia econômica voltadas para as mulheres em situação de violência e na garantia de direitos. **Emenda Nº 17-CSF** | Promoção dos Direitos da Juventude./2044 - Promoção dos Direitos da Juventude/0276 - Institucionalizar e fomentar a política de juventude junto aos entes federados, organismos internacionais e outros países, especialmente da América Latina./06GJ - Constituição e implementação de diretrizes de avaliação e monitoramento da política e programas de juventude. **Emenda Nº 18-CSF** | Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência/ 2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência/ 0442 - Promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança/ 01GQ - Elaboração, difusão e implementação de estudos sobre a temática da pessoa com deficiência para ampliar o nível de conhecimento sobre a temática, garantindo a abordagem das questões de gênero e raça. **Emenda Nº 19-CSF** | Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes/ 2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes/ 0259 - Coordenar a consolidação da política nacional de direitos da criança e do adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas./ 00TE - Promoção da participação cidadã por meio da integração de crianças e adolescentes nas instâncias de formulação e deliberação das políticas voltadas para os seus direitos. **Emenda Nº 20-CSF** | Promover a autonomia econômica, social, sexual e a gar de direitos, consid as mulheres em sua diversidade e especificidades/ 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência/ 0931 - Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades/ 05CN - Ações de estímulo ao empreendedorismo das mulheres e de fortalecimento da organização e inclusão produtiva, em especial do segmento de mulheres catadoras e quilombolas. **Emenda Nº 21-CSF** | Apoio aos estudantes de todas

as etapas da educação básica./ 2080 - Educação de qualidade para todos/ 1007 - Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão./ 060L - Apoio aos estudantes de todas as etapas da educação básica por meio de Implementação de programas suplementares de alimentação e transporte escolar; de saúde na escola; e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência, considerando as especificidades da diversidade e da inclusão como um todo. **Emenda Nº 22-CSF** | Ampliação do acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade./ 2080 - Educação de qualidade para todos/ 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão./ 0614 - Garantia de que pelo menos 50% da expansão das matrículas de cursos técnicos de nível médio seja realizada no segmento público sejam asseguradas. **Emenda Nº 23-CSF** | Ampliação e fortalecimento dos processos de reconhecimento de saberes e competências profissionais./ 2080 - Educação de qualidade para todos/ 1008 - Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida./ 06PO - Qualificação dos professoras e alunos da Educação de Jovens e Adultos no estudo das relações de gênero e etnico racial. **Emenda Nº 24-CSF** | Cultura - Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos.../ 2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento/ 0786 - Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística/ 05VN - Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, garantida a diversidade de linguagens periféricas, expressões culturais e formatos acessíveis; **Emenda Nº 25-CSF** | Promover a pesquisa, o desenv. e a inovação em tec. dig., componentes e dispositivos eletrônicos./ 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação/ 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos./ 04QD - Apoio à ampliação ou atualização de infraestrutura de pesquisa e de recursos humanos em centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), incluindo a capacitação e formação de engenheiros e de profissionais e pesquisadores em nível de graduação, mestrado e doutorado em tecnologias digitais, especialmente nas áreas de componentes e dispositivos eletrônicos avançados de microeletrônica e segurança cibernética. **Emenda Nº 26-CSF** | Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas/ 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação/ 1056 - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas./ 04UT - Estímulo ao desenvolvimento de aceleradoras, micro empresas, incubadoras de empresas e parques tecnológicos (PNI). **Emenda Nº 27-CSF** | Educação de qualidade para todos - Expansão do Ensino Superior/ 2080 - Educação de qualidade para todos/ 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação./ 061Y - Realização de ações voltadas para a efetividade da expansão e inclusão da educação superior, com a indução da oferta alinhada às necessidades regionais e às metas de desenvolvimento econômico e social do país. **Emenda Nº 28-CSF** | Modificativa do Inciso II , art. 14 - Relatório de Avaliação ao CN/ Comissão/ Modificativa/ Artigo 14 Parágrafo único Inciso II. Antes de encerrar, o Presidente propôs a dispensa da leitura e a aprovação das atas desta reunião, assim como das anteriores ainda pendentes, o que foi aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Airton Luciano Aragão Júnior, a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da comissão e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador WELLINGTON FAGUNDES
Presidente da Comissão Senado do Futuro

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Havendo o número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Senado do Futuro da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se a discussão e votação do relatório do Senador Cristovam Buarque às emendas apresentadas pelos membros perante a Comissão para o Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2015, que trata do Plano Plurianual 2016-2019.

Foram apresentadas 28 emendas, sendo uma de texto e 27 de iniciativa.

Com a palavra o nosso Relator, Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Bom dia a cada uma e a cada um.

Presidente Wellington Fagundes, agradeço muito a honra de ser o Relator nessa Comissão tão especial que o senhor preside.

Essa Comissão recebeu 28 emendas ao texto ou à despesa: a 1, a 2 e a 3, do próprio Presidente; de 4 a 27, do Senador Paim; e a 28, minha.

A análise focalizou o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente no que diz respeito às regras constantes do Parecer Preliminar.

Entendemos que as proposições em exame cumprem as exigências previstas de admissibilidade dos citados normativos.

Importa ressaltar que as emendas da Comissão Senado do Futuro de inclusão de iniciativas ou inclusão ou ampliação de metas à despesa observarão o limite de três, enquanto não há limite para as emendas de texto.

O meu voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão apresente as 25 emendas ao texto do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2016-2019, isto é, as Emendas nºs 4 a 28.

Votamos ainda pela apresentação das seguintes emendas de inclusão de iniciativa, de autoria do Presidente, Senador Wellington Fagundes:

1. Proposta nº 1, relativa ao programa 2087, Objetivo 0136, Nova Iniciativa: "Eliminação de Pontos Críticos em Rodovias Federais na Região Centro-Oeste", com o custo total proposto de R$60 milhões.

2. Proposta nº 2, relativa ao programa 2087, Objetivo 0137, Nova Iniciativa: "Pavimentação da BR 242 – trecho Alto da Boa Vista/MT até Taguatinga/BA", com o custo total proposto de R$500 milhões.

3. Proposta nº 3, relativa ao programa 2087, Objetivo 0136, Nova Iniciativa: "Adequação de Travessias Urbanas nas Rodovias Federais na Região Centro-Oeste", com o custo total proposto de R$210 milhões.

Lembramos que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Propomos, ainda, que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder às adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, 12 de novembro.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Os Senadores que concordam com as Emendas de nºs 1 a 28, permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As emendas estão aprovadas e serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião, assim como as das reuniões ainda pendentes.

Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário Oficial do Senado Federal.

E ainda, Senador Cristovam, para dar mais conhecimento público, a nossa próxima reunião da Comissão Senado do Futuro já está marcada para o dia 07/12, às 16h30, segunda-feira. O tema será "O relacionamento do Senado Federal com os cidadãos", Requerimento nº 03, de 2015. Inclusive, já estão definidos os convidados. Também, nós queremos fazer, principalmente, como os palestrantes, as pessoas da Casa. Aqui, no Senado, nós temos inúmeros técnicos do maior nível de conhecimento e que, às vezes, a própria sociedade não conhece a qualidade técnica que temos aqui, no nosso quadro.

Então, será o momento de podermos mostrar para o Brasil, discutir exatamente esse relacionamento do Senado com o futuro, os instrumentos que a Casa tem para que possamos cada vez mais integrar o nosso trabalho aqui, do Senado, com a sociedade brasileira.

Eu quero aqui indagar ao Senador se ele gostaria ainda de fazer alguma consideração.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Não. Quero apenas dizer, Senador Wellington, que, com essas emendas, nós mostramos que a nossa comissão está presente no cenário das demais comissões, o que para mim é muito satisfatório.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco União e Força/PR - MT) – Eu quero agradecer-lhe muito pelo seu trabalho, seu apoio aqui. Inclusive, quero registrar que já acatei a sugestão e quero estar com V. Exª lá, no Chile, para conhecer de perto o trabalho que a Comissão Senado do Futuro tem feito naquele país. Inclusive, V. Exª foi um dos idealizadores para que pudéssemos criar aqui esta comissão.

E, aliás, também é importante dizer que, no dia 7, nessa nossa reunião, já está prevista também a aposição da foto do nosso primeiro Presidente, Luiz Henrique, em um mural. É mais uma motivação para que possamos convidar, inclusive, os Senadores para fazer uma homenagem àquele que foi tão importante, o nosso primeiro Presidente, mas, além de ser o Presidente dessa comissão, uma figura carismática, uma figura respeitada aqui,

no Senado da República, e que tão precocemente perdeu a sua vida. Fica aqui na memória, e fazemos questão, porque realmente foi um dos Senadores exemplo, como V. Exª o é aqui, no Senado da República.

Então, eu penso que é o mínimo que nós podemos fazer também para prestar uma homenagem em nome da comissão, já que ele já foi homenageado em uma sessão do Senado da República, uma sessão especial em homenagem a ele, em que estava toda a família. E, claro, de pessoas que fizeram tanto nós não podemos nos esquecer; essa memória tem que ser perpetuada.

Então, está encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 48 minutos.)

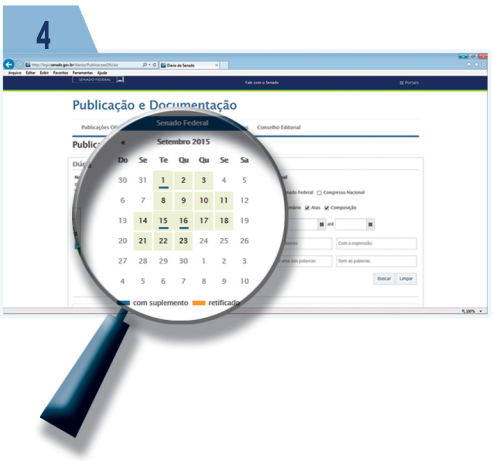
Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!

Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.

Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.

Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um *link* para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.

Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211